



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2335

Quarta-feira - 06 de Setembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Fraiburgo	256	Modelo	781
Água Doce	9	Frei Rogério	272	Mondaí	783
Alto Bela Vista	11	Galvão	273	Monte Carlo	785
Anchieta	14	Garopaba	274	Monte Castelo	786
Antônio Carlos	16	Gaspar	279	Morro da Fumaça	787
Apiuna	19	Governador Celso Ramos	284	Morro Grande	788
Arabutã	23	Grão Pará	294	Navegantes	789
Arroio Trinta	28	Guaraciaba	295	Nova Itaberaba	797
Ascurra	34	Guaramirim	296	Nova Trento	798
Atalanta	37	Guarujá do Sul	298	Novo Horizonte	823
Balneário Piçarras	38	Herval d'Oeste	299	Orleans	924
Bandeirante	46	Ibiam	300	Ouro	926
Barra Bonita	47	Ibirama	303	Ouro Verde	927
Barra Velha	48	Ilhota	304	Paial	932
Belmonte	50	Imarui	305	Palhoça	944
Benedito Novo	54	Imbituba	306	Palma Sola	979
Biguaçu	60	Indaial	324	Papanduva	981
Blumenau	62	Iomerê	327	Paraíso	982
Bom Jesus do Oeste	74	Iporã do Oeste	330	Passos Maia	984
Bom Retiro	75	Ipuacú	335	Paulo Lopes	987
Botuvera	83	Ipumirim	339	Penha	990
Braço do Trombudo	84	Iraceminha	340	Pinheiro Preto	1000
Brunópolis	85	Irani	347	Piratuba	1009
Brusque	87	Irineópolis	348	Planalto Alegre	1012
Caçador	100	Itá	350	Pomerode	1014
Caibi	114	Itapema	351	Ponte Alta do Norte	1016
Camboriú	115	Itapiranga	352	Ponte Serrada	1017
Campo Alegre	118	Itapoá	354	Porto Belo	1057
Campos Novos	123	Ituporanga	360	Pouso Redondo	1059
Canoinhas	133	Jaborá	361	Praia Grande	1062
Capinzal	138	Jacinto Machado	364	Presidente Nereu	1063
Catanduvas	152	Jaraguá do Sul	384	Princesa	1067
Cerro Negro	157	Joaçaba	390	Rio das Antas	1073
Chapecó	158	Lacerdópolis	402	Rio dos Cedros	1076
Concórdia	160	Lages	415	Rio do Sul	1074
Cordilheira Alta	164	Laguna	420	Romelândia	1077
Coronel Freitas	166	Lauro Muller	422	Salto Veloso	1079
Coronel Martins	167	Lebon Regis	429	Santa Helena	1082
Correia Pinto	172	Leoberto Leal	430	Santa Rosa do Sul	1083
Corupá	173	Lontras	432	Santa Terezinha do Progresso	1084
Curitibanos	174	Luis Alves	433	Santiago do Sul	1088
Descanso	176	Luzerna	436	São Bento do Sul	1091
Dionísio Cerqueira	233	Macieira	704	São Bonifácio	1097
Doutor Pedrinho	240	Mafra	705	São Carlos	1098
Ermo	246	Major Vieira	707	São Domingos	1101
Eral Velho	247	Maracajá	708	São João Batista	1102
Faxinal dos Guedes	249	Maravilha	738	São João do Oeste	1104
Flor do Sertão	252	Marema	746	São João do Sul	1105
Forquilha	254	Massaranduba	770	São Joaquim	1110

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2335

Quarta-feira - 06 de Setembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

São José.....	1112	Sombrio.....	1212	União do Oeste.....	1281
São José do Cedro.....	1128	Tangará.....	1213	Vargeão.....	1282
São Lourenço do Oeste.....	1145	Tigrinhos.....	1214	Vargem.....	1283
São Miguel da Boa Vista.....	1152	Tijucas.....	1222	Vargem Bonita.....	1284
São Miguel do Oeste.....	1154	Timbé do Sul.....	1223	Videira.....	1285
São Pedro de Alcântara.....	1158	Timbó.....	1224	Vitor Meireles.....	1288
Schroeder.....	1159	Treze Tílias.....	1276	Xanxerê.....	1289
Seara.....	1174	Trombudo Central.....	1277	Xavantina.....	1295
Serra Alta.....	1177	Tunápolis.....	1278	Xaxim.....	1297
Siderópolis.....	1209	Turvo.....	1280	Zortéa.....	1301

Consórcios

CIGA.....	1302
CIMCATARINA.....	1302
CIS/AMARP.....	1303
CIS/AMOSC.....	1303
CIS/AMURES.....	1303
CONSAD.....	1305



Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 40/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNOMICA – SC
PREGAO PRESENCIAL Nº 40/2017 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
Abertura dos envelopes: 20/09/2017 as 08:30h.
Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.
Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal ou por e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou no site www.agronomica.sc.gov.br.
Maiores informações: (47) 3542 0166
Agrônômica, em 05 de setembro de 2017.
CESAR LUIZ CUNHA - Prefeito Municipal

Decreto 063/2017

DECRETO Nº 63 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.
"FIXA PREÇOS PÚBLICOS - TAXAS DEVIDAS EM RAZÃO DO FUNCIONAMENTO, NAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES GERHARDT HUGO FERNANDO TSCHUMI, DO COMPLEXO ESPORTIVO AMBRÓSIO BORTOLUZZI E DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS ROBERTO WESTPHAL"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,
- Que em razão da possibilidade da exploração das dependências do Ginásio Municipal de Esportes Gerhardt Hugo Fernando Tschumi do Complexo Esportivo Ambrósio Bortoluzzi e do Parque Municipal de Eventos Roberto Westphal por terceiros, tanto na utilização da quadra e campo para a prática de atividades esportivas quanto à utilização da área de festas, bem como dos espaços para exposição de placas de propaganda, e ainda para realização de eventos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, nos termos do Art. 245 e seguintes, todos da Lei Complementar n.º 10/2002 de 10/12/2002 – Código Tributário do Município, fixados os preços públicos, das taxas devidas em razão da Verificação do Cumprimento das Normas Municipais, fixados os valores a serem cobrados das seguintes atividades:
I - Placas de propaganda nas dimensões de 1,50 x 1,00 metros, custo unitário anual de 2,59 (dois vírgula cinquenta e nove) UFM (Unidade Fiscal do Município).
II – Pintura na área central da quadra, custo unitário anual de 18,54 (dezoito vírgula cinquenta e quatro) UFM (Unidade Fiscal do Município), demais áreas da quadra, custo unitário anual de 4,99 (quatro vírgula noventa e nove) UFM (Unidade Fiscal do Município).
III – Pintura ou adesivo nas dimensões de 2,00 x 1,50 metros, custo unitário anual de 3,71 (três vírgula setenta e um) UFM (Unidade

Fiscal do Município).

IV - Utilização da quadra de esportes, custo mensal de uma hora por semana de 1,11 (um vírgula onze) UFM (Unidade Fiscal do Município).

V – Utilização da área de festas do ginásio de esportes, limitada nos sábados, domingos e feriados, custo por hora de 0,15 (zero vírgula quinze) UFM (Unidade Fiscal do Município) no período diurno (das 8:00 às 18:00 horas) e 0,23 (zero vírgula vinte e três) UFM (Unidade Fiscal do Município) no período noturno (das 18:00 às 22:00 horas), cuja forma de utilização do bar deverá ser negociada diretamente com o responsável pelo bar.

VI – Utilização do campo de futebol custo por hora de 0,10 (zero vírgula dez) UFM (Unidade Fiscal do Município) para equipes constituídas de diretoria e 0,15 (zero vírgula quinze) UFM (Unidade Fiscal do Município) para equipes sem diretoria constituída.

VII – Utilização das dependências do Parque Municipal de Eventos, custo por hora de 0,15 (zero vírgula quinze) UFM (Unidade Fiscal do Município) no período diurno (das 8:00 às 18:00 horas) e 0,23 (zero vírgula vinte e três) UFM (Unidade Fiscal do Município) no período noturno (das 18:00 às 06:00 horas), para cada dependência utilizada.

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 026/2013 de 15 de março de 2013, bem como demais disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Decreto 064/2017

DECRETO Nº 64 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

"NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOREM O COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os representantes para comporem o Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família para o controle do mesmo como segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

a) Lidiana Costa Pinto Marcuzzo – Operador Master do Sisvan – Matrícula Nº 630

b) Vivian Ines Lopes – Enfermeira – Matrícula Nº 806

II – Representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social e CRAS:

a) Rosemeri Vandresen Duarte – Operadora Master Cad Único - Matrícula Nº 066

b) Vanessa Claudino dos Santos Peruzzolo – Assistente Social Gestão – Matrícula Nº 609

c) Cleidiane de Oliveira – Psicóloga CRAS – Matrícula Nº 802

III – Representante da Educação:

a) Tafarel José Constante – Matrícula Nº 799

Art. 2º - O Comitê, previsto no art. 1º do presente Decreto terá como responsabilidade informar os dados solicitados pelos aplicativos dos Ministérios do Desenvolvimento Social da Saúde e da Educação.

§ 1º Trocar informações entre os diferentes setores (Saúde, Assistência Social e Educação) para avaliar as ações efetuadas e manter os dados atualizados garantindo o fluxo de informações, junto aos respectivos Ministérios.

§ 2º Os representantes de cada secretaria têm o dever de informar os dados com fidedignidade pertinente a cada área, conforme Lei Federal Nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto Federal Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.

Art. 3º - O Comitê deverá reunir-se trimestralmente ou extraordinariamente em casos excepcionais.

Art. 4º - A função dos representantes do Comitê Gestor Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto Nº. 036/2017 de 27 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Decreto 065/2017

DECRETO Nº 065/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

“DESIGNA E INVESTE MEMBROS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE AGRONOMICA-SC PARA O BIÊNIO 2017-2019.”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI, Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que cabe ao município zelar pela condução e manutenção dos direitos da criança e do adolescente, e que tem como fundamento o conjunto de ações governamentais e não governamentais advindos do Estatuto da Criança e do Adolescente,

O disposto ao Art. 9º da Lei n.º 883/2011 de 29/03/2011, e que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados e investidos membros para relevante serviço público e com funções junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Agrônômica, biênio 2017-2019, conforme abaixo discriminado:

I – Membros representantes do governo municipal, oriundos de:

A) – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: PRISCILA BORK

Suplente: JANIA DOS SANTOS

B) – COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: VANESSA DOS SANTOS BACK

Suplente: ROSIMERI VANDRESEN DUARTE

C) – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Titular: ACIR TADEU CARDOSO

Suplente: FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

II – Membros representantes de entidades não governamentais, oriundos de:

A) – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE AGRONOMICA-SC:

Titular: GIANCARLO MAÇANEIRO

Suplente: ELCIO DEOLA

B) – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA CRECHE BEATRIZ LOPES DA SILVA:

Titular: DANIELE SEHMAM CORADINE

Suplente: GILMARA CACHOEIRA

C) – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA E.E.F. ALTO MOSQUITINHO:

Titular: FERNANDA ANTUNES RAFAELI

Suplente: ALANA CARDOSO

Art. 2º - Revoga-se o Decreto Nº. 056/2017 de 10/08/2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Decreto 066/2017

DECRETO Nº. 66/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

“INVESTI MEMBROS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGRONOMICA- BIÊNIO 2015 À 2017.”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, do art.79, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento inter/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

- Que o disposto no Art. 1º da Lei Nº 960/2013 de 15/08/2013 que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, composta em uma das partes pelos representantes do governo municipal e, em outra parte por representantes da Sociedade Civil,

- Que o atendimento a requerimento exarado pela escritania da Assistência Social da Municipalidade, e que dá conta dos novos membros designados para integrarem o Conselho,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam conforme abaixo, designados e investidos membros para relevante serviço junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Agronômica para o biênio 2015 à 2017:

1) Membros representantes do governo municipal, oriundos do:

a) Departamento Municipal de Agricultura:

Membro Titular: Flavio Luiz Tschumi;

Membro Suplente: Dionei Antônio Tomelin

b) Departamento Municipal de Assistência Social:

Membro Titular: Rosimeri V.Duarte;

Membro Suplente: Cleidiane de Oliveira;

c) Departamento Municipal de Educação:

Membro Titular: Bernardete Furlani Rosa;

Membro Suplente: Tafarel José Constante;

d) Departamento Municipal de Administração:

Membro Titular: Giselen Rosa;

Membro Suplente: Tafarel José Constante;

2) Membros representantes de entidades não governamentais:

a) Do CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Agronômica

Membro Titular – Diana Passero

Membro Suplente: Bruna Della Justina

b) Do Clube de Idoso Oswaldo Claudino de Agronômica:

Membro Titular: Pedro Dias

Membro Suplente: Pedro Dias.

c) Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agronômica:

Membro Titular: Walmor dos Santos Filho;

Membro Suplente: Célio Geraldino Rodrigues;

d) Dos Usuários da Assistência Social:

Membro Titular: Fatima Aparecida de Oliveira;

Membro Suplente: Silvana Vieira Rodrigues Marhold

Art. 2º - Revogam-se outras disposições em contrário

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto Nº. 025/2017 de 23 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

LEI 1102

LEI Nº 1.102/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

“ALTERA A LEI Nº 1100/2017 DE 05 DE JULHO DE 2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Poder Legislativo Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art.1º - Fica alterado a redação do artigo 1º inciso I da Lei Nº 1100/2017 de 05 de julho de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – Um terreno com área 450,08m² (quatrocentos e cinquenta metros e oito décimos), e outro terreno com área 2.974,64(dois mil novecentos e setenta e quatro metros e sessenta e quatro décimos), respectivamente áreas 23 e 24 da matrícula registrada sob o nº 31.608, que será desmembrado no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul). Os imóveis serão destinados à compensação de Área Pública (Área Verde).”

Art.2º - Os bens doados destinam-se à utilização pelo Município de Agronômica, integrando o patrimônio público municipal.

Art.3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Agronômica.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica/SC

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

LEI 1103

LEI Nº 1.103/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PLANALTO AREADO”.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Agronômica/SC, autorizado a realizar a cessão de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da promulgação desta Lei, à ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PLANALTO AREADO, inscrita no CNPJ n. 10.216.485/0001-09, dos seguintes implementos.

- 01 (uma) plantadeira de arrasto 4 linhas Gihal / Modelo GA-2400-AM, Série n. 315/2015, Pat/FDR n. 1221.

Art. 2º - As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão às custas da Associação de Agricultores de Planalto Areado.

Art. 3º - A Cessão de Uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida em qualquer tempo, por livre vontade da Cessionária, ou pelo Cedente desde que a Cessionária não cumprir com as cláusulas do Termo de Cessão de Uso.

Art. 4º - Faz parte integrante da presente lei, o termo de Cessão de Uso em anexo, o qual detalha e especifica as condições da cessão em que se constitui o seu objeto.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica/SC

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2017.

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Agronômica SC e a Associação de Agricultores de Planalto Areado.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de 2017, o Município de Agronômica SC, doravante denominado simplesmente de CEDENTE, situado à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.590/0001-90, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, Sr. Cesar Luiz Cunha, e a Associação de Agricultores de Planalto Areado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.216.485/0001-09, doravante denominada CESSIONÁRIA, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Marcelino Marcos Hillesehim, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº 027.283.149-27, e do RG 3.5336, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o Presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O CEDENTE fornecerá à CESSIONÁRIA, para uso exclusivo na Associação de Agricultores de Planalto Areado, os seguintes equipamentos, conforme já mencionado no Art. 1º da Lei que integra este termo:

- 01 (uma) plantadeira de arrasto 4 linhas Gihal / Modelo GA-2400-AM, Série n. 315/2015, Pat/FDR n. 1221.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO

O equipamento supra descrito destinam-se ao uso da Associação de Agricultores de Planalto Areado, ficando a cessionária responsável pelo fornecimento/contratação do pessoal necessário à execução dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A CESSIONÁRIA, nos termos do presente instrumento, obriga-se ao seguinte:

- Utilizar os equipamentos exclusivamente para os fins a que se destinam;
- Zelar pela guarda dos equipamentos, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de sinistros de qualquer natureza;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito, bem como perante terceiros por eventuais danos ou prejuízos causados na utilização dos equipamentos objeto da presente cessão;
- Arcar integralmente com os custos operacionais, bem como de manutenção, transporte e conservação dos equipamentos cedidos;
- Providenciar a contratação de Seguro Total;
- Proceder à devolução dos mesmos, em perfeito estado de conservação e uso, ao final do prazo previsto neste instrumento ou, então, naquele de rescisão antecipada (unilateral), conforme dispõe a cláusula quinta, ao seu final;

CLÁUSULA QUARTA – DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente termo, os equipamentos objeto desta Cessão de Uso serão utilizados exclusivamente nos serviços de atendimento aos produtores rurais do Município de Agronômica SC, os quais serão devolvidos, quando da rescisão ou expiração do prazo previsto, no estado que foi cedido.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará pelo prazo de 20(vinte) anos, a contar da data da publicação da lei que autoriza a cessão do bem, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for o interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas abaixo.

Agronômica – SC, 03 de julho de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MARCELINO MARCOS HILLESEHIM

Presidente

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 1104

LEI Nº 1.104/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021.

Cesar Luiz Cunha, Prefeito Municipal de Agronômica, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I – Estimativa de Receita para o quadriênio 2018-2021;

II - Anexo II – Programas de Governo e o detalhamento sistemático dos Objetivos e Metas e Justificativas, discriminados através das respectivas Ações.

III - Anexo III – Órgãos Responsáveis por Programas de Governo.

Art. 2º O Plano Plurianual 2018-2021 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º Os Programas e ações deste Plano serão observados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias Anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 4º Os valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e Leis orçamentárias anuais.

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido.

II – Ação: instrumento de Programação que contribui para atender ao objetivo de um Programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em:

a) Projeto: instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) Atividade: instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 6º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à Programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 7º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de Programas.

Art. 8º O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

Art. 9º Caberá ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2018-2021.

Seção II

Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 10º A exclusão ou a alteração de Programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo Programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados à Câmara de Vereadores até 15 de março de 2019, 2020 e 2021.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de Programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o Programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o Programa proposto;

II – alteração ou exclusão de Programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de Programa:

I – modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do Programa;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 11 O Poder Executivo fica autorizado a:

I – alterar o órgão responsável por Programas e ações;

II – alterar os indicadores dos Programas e seus respectivos índices;

III – adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

Seção III

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 12 O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2018-2021, sob a coordenação do Órgão de Controle Interno, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art. 13 Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por Programas, nos termos do Anexo III desta Lei, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pelo Órgão de Controle Interno, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos Programas sob sua responsabilidade.

Art. 14 O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal de Vereadores, até o dia 15 de setembro de cada exercício, a partir de 2019 relatório de avaliação do Plano executado no exercício anterior, que conterá:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II – demonstrativo, na forma dos Anexos II desta Lei, contendo, para cada Programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

III – avaliação, por Programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;

Seção VI

Da Participação Social

Art. 15 O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de que trata esta Lei através de audiências públicas.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 O Poder Executivo divulgará, pelo menos uma vez em cada um dos anos subseqüentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I – texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II – anexos atualizados incluindo a discriminação das ações em cada um dos Programas, em função dos valores das ações aprovadas pela Câmara Municipal de Vereadores;

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica/SC

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Nº327/2017

PORTARIA N.º327/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agronômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade do servidor municipal Sr. ALTAMIR TORQUATO, matrícula n.º 31, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do quadro do município e lotação no Departamento de Obras.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração a pedido, de seu cargo e funções e a partir de 07/09/2017, (sete de setembro de dois mil e dezesse- te), para o servidor municipal Sr. ALTAMIR TORQUATO, matrícula n.º 31, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Motorista, do quadro do município e lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº328/2017

PORTARIA Nº328/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e, Considerando que cabe o município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores. Considerando o que dispõe os Artigos 101 a 118 da Lei 01-90 de 31/10/1990 no que se refere ao Regime Disciplinar e apuração de Responsabilidade do Servidor no Exercício de suas funções.

Considerando que o que dispõe os Artigos 119 e seguintes da Lei 01/90 de 31/10/1990 no que se refere a instauração do Processo Administrativo.

RESOLVE:

1-) Fica instaurado Processo Administrativo, a Servidora ROSANA MARIA MACHADO, Matrícula 329, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, onde iniciou suas atividades em 26/09/2005. Para apurar a denúncia que a mesma está descumprindo as funções e atribuições do Cargo que exerce.

a) Planejar aulas com atividades diversificadas;

b) Não executar as ações em consonância com a proposta curricular em Língua Portuguesa;

c) Resistência em adequação nas normas educacionais, pois vários e-mails foram enviados com sugestões e adequações referentes aos planejamentos e não foram considerados pela professora;

d) Atrasos com frequência no envio do planejamento;

e) Registros de reclamações de pais quanto a conduta e postura da postura da professora, falta de zelo pela aprendizagem dos alunos e atitudes que abalam as crianças psicologicamente.

2-) Ficam constituída Comissão de Inquérito para a apuração dos fatos e composta pelo servidores

ELIS REGINA FONTANIVE LOSI, matrícula nº 364, ocupando do cargo de provimento efetivo Orientador Pedagógico.

MOISES DELLA JUSTINA, matrícula nº277, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista.

CRISTIANI VASSELAI JUSTEN matrícula nº 407, ocupando do cargo de provimento efetivo de Gerente Técnico Administrativo.

3-) O cargo de presidente será exercido pela servidora Elis Regina Fontanive Losi.

4-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 06 de setembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

314/2017

PORTARIA Nº 314/2017 – DE 05 DE SETEMBRO DE 2017
"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para os servidores Evandro Carlos Zanatto, servidor efetivo no cargo de Professor de Educação Física, matrícula nº 910, CPF nº 016.628.389-48 e Peterson Setti, servidor no cargo de Diretor do Departamento de Esportes, matrícula nº 21540, CPF nº 020.623.669-73 para a finalidade específica de assinar pela conta nº 75.284-3, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento da CME – Comissão Municipal de Esportes, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- III- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- IV- Efetuar transferências por meio eletrônico;

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de setembro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº5/2013

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 5/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa e de outro lado a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA estabelecida na Rua Dário Fontana, 216, centro – Luzerna – SC, CNPJ n. 83.411.843/0001-08 neste ato representado por seu Sócio, Senhor EITOR HOPPEN, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Ficam aditado em 25% o valor do contrato, necessário para suprir a demanda de estudantes usuários do transporte, objeto do contrato.

Cláusula Aditiva Segunda: O valor do contrato terá um acréscimo de R\$ 40.725,00 (quarenta mil setecentos e vinte cinco reais)

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora

aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 04 de setembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal
Contratante

EITOR HOPPEN
Empresa Joaçabense de Transp. Coletivos Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 78/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 78/2017
PREGÃO PRESENCIAL 63/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 78/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2017", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de brinquedos para distribuição na Noite Natalina 2017, o qual será processado e julgado no dia 21 de setembro de 2017 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 06 de setembro de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 79/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº. 5/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 79/2017
TOMADA DE PREÇO 5/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 79/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 5/2017", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a contratação de empresa para construção de caixa de areia no

Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, o qual será processado e julgado no dia 26 de setembro de 2017 às 08h15, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até 26/09/2017 às 08h00.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 06 de setembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA – SC ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

O Município de Alto Bela Vista, SC, através da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a aquisição de trator agrícola de pneus, novo, com recursos provenientes do Convenio 2017TR001255 firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia, sofreu alteração na forma de pagamento. Em virtude disto, o prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação ficam alterados para o dia 20 de setembro de 2017, às 08h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 09h.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Compras do Município de Alto Bela Vista, situado à Rua do Comércio, nº 1015, Centro, em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 04 de setembro de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2017. EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2017. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA.

O município de ALTO BELA VISTA, SC, com sede na Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC, CEP 89.730/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.374/0001-60, Telefone (49) 3455-9022, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10:00 horas do dia 27 de SETEMBRO de 2017, tendo como local o AUDITÓRIO DO CENTRO DE CULTURA, Rua Emilio Tiegs, SN, Centro, Alto Bela Vista, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ULISSES DONIZETE Ramos, matrícula AARC/309 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis LOTE 01: 01 Mesa de Som 12 Canais, marca Wattson Ciclotrom, 04 caixas de som grandes. LANCE INICIAL R\$ 780,00. LOTE 02: SUCATAS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS. LANCE INICIAL R\$ 350,00. LOTE 03: IMPRESSORAS INSERVEVEIS, SUCATAS E RELÓGIOS PONTO. LANCE INICIAL R\$ 700,00. LOTE 04: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO MARCA IAC 4000LT. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 05: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO MARCA IAC 4000LT. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 06: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO MARCA ENGOMAGUI NOGUEIRA, 3000LT. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO SÓLIDO MARCA IAC, 3m3. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 08: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO SÓLIDO MARCA NOGUEIRA, 3m3. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 09: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO SÓLIDO, SEM MARCA APARENTE 5m3. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 10: 01 AUTOMÓVEL VW GOL 1.0, ano 2005, modelo 2006. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00. LOTE 11: AUTOMÓVEL RENAULT MASTER BUS 16 DCI, ano 2007, modelo 2007. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 12: 01 CAMINHÃO BASCULANTE FORD 14.000 HD, capacidade 22T, potência 134 CV, ano 1994, modelo 1994. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 13: 01 CAMINHÃO BASCULANTE FORD 14.000 HD, capacidade 22T, potência 134 CV, ano 1994, modelo 1994.

LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 14: 01 TRATOR VALMET 985 MULTITORQUE, ano 1997, Número de Série 08854000147, com concha agrícola dianteira série 1443 mod. PAD-500, acoplável para trator agrícola. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 15: 01 TRATOR MASSEY FERGUSON 4x4, Ano 1997. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 16: 01 CAMINHÃO TANQUE FORD 14.000 HD, capacidade 13.6T, Potência 134 CV, ano e modelo 1994, Cor branca, Diesel. Equipado com DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO 8000L BOMBA LOBULAR COM SELO MECANICO E, PINTURA A PO MARCA SODERTECNO. INICIAL R\$ 30.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites <http://www.donizetteleiloes.com.br> ou www.altobelavista.sc.gov.br, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3455-9022, na Prefeitura ou (47) 3063-0319 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

ALTO BELA VISTA (SC), 04 de setembro de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 109, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue:

§ 1º Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 05/08 a 11/08 – Servidor Marcos Finger;
- b) Do dia 12/08 a 18/08 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- c) Do dia 19/08 a 25/08 – Servidor Adilson Schwingel;
- d) Do dia 26/08 a 01/09 – Servidor Marcos Finger;
- e) Do dia 02/09 a 08/09 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- f) Do dia 09/09 a 15/09 – Servidor Adilson Schwingel;
- g) Do dia 16/09 a 22/09 – Servidor Marcos Finger;
- h) Do dia 23/09 a 29/09 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- i) Do dia 30/09 a 06/10 – Servidor Adilson Schwingel.

§ 2º - Servidora na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 05/08 a 11/08 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- b) Do dia 12/08 a 18/08 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- c) Do dia 19/08 a 25/08 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- d) Do dia 26/08 a 01/09 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- e) Do dia 02/09 a 08/09 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- f) Do dia 09/09 a 15/09 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- g) Do dia 16/09 a 22/09 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- h) Do dia 23/09 a 29/09 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- i) Do dia 30/09 a 06/10 - Servidora Lisneia Raquel Pallas.

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 904,26 (Novecentos e quatro reais com vinte e seis centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de

2014.

Parágrafo Único – As servidoras relacionadas na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberá o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de agosto de 2017 e revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 22 de Agosto de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 110, DE 22 DE AGOSTO DE 2017
ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da Educação para o período, conforme segue:

Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 05/08 a 11/08 – Servidor Paulo Cesar Brito e André Schneider;
- b) Do dia 12/08 a 18/08 – Servidor Flavio Ohlweiler;
- c) Do dia 19/08 a 25/08 – Servidor Paulo Cesar Brito e André Schneider;
- d) Do dia 26/08 a 01/09 – Servidor Flavio Ohlweiler;
- e) Do dia 02/09 a 08/09 – Servidor Paulo Cesar Brito e André Schneider;
- f) Do dia 09/09 a 15/09 – Servidor Flavio Ohlweiler;
- g) Do dia 16/09 a 22/09 – Servidor Paulo Cesar Brito e André Schneider;
- h) Do dia 23/09 a 29/09 – Servidor Flavio Ohlweiler.
- i) Do dia 30/09 a 06/10 – Servidor Flavio Ohlweiler;

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 904,26 (Novecentos e quatro reais com vinte e seis centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de agosto de 2017 e revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 22 de Agosto de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 112, DE 31 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, BIBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA, matrícula 503 ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA 20 HORAS, no período de 15 (quinze) dias, a contar de 29 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Cleiton Francisco Piccini CRM-SC 19.718.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 29 de agosto a 12 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de Agosto de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 113, DE 31 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT, matrícula 121 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I 20 HORAS, e matrícula 660 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II 20 HORAS, no período de 03 (três) dias, a contar de 30 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Nilton Ferraz Junior CRM-SC 21.554.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 30 de agosto a 01 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de Agosto de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 114, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 92, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família (Irmão) ao Servidor Público Municipal, LAURINDO LAVRENZ, matrícula 46 ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no período de 04 (quatro) dias, a contar de 29 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Eduardo Hohmann Camina CREME-SC 14.832.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 29 de agosto a 01 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de 16 kits de materiais de construção para recuperação, ampliação ou melhorias de habitações, para atendimento à demanda do Fundo Rotacional De Habitação de acordo com a Lei Municipal nº 395 de 5 de maio de 2008.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 09h50 do dia 26/09/2017.

Abertura: às 10h do dia 26/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 04 de setembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2017

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa para possível execução de serviços de perfuração e detonação de rochas.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 22/09/2017.

Abertura: às 09h do dia 22/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 04 de setembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 25/09/2017.

Abertura: às 09h do dia 25/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 04 de setembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de 05 kits de materiais de construção para conclusão de habitações, para atendimento à demanda do Fundo Rotacional De Habitação de acordo com a Lei Municipal nº 395 de 5 de maio de 2008.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 26/09/2017.

Abertura: às 09h do dia 26/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 04 de setembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 078/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 078/2017 - TP 001/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria Tributária, envolvendo orientações aos servidores lotados no Setor de Tributação e Fiscalização na correta aplicação da legislação tributária vigente, orientações e treinamentos na tomada das medidas administrativas necessárias para o desenvolvimento dos Processos Administrativos Tributários (PAT) a serem instaurados contra empresas prestadoras e tomadoras de serviços que atuaram e/ou atuam no território do município, em especial nas atividades de construção civil, instituições financeiras, cartórios, dentre outras, acompanhando os processos administrativos até a inscrição em dívida ativa, visando o recebimento dos valores apurados na fase administrativa a título de ISS, competindo também o ajuizamento das ações judiciais e interpor os competentes recursos, acompanhando os processos até a decisão final, visando o recebimento dos valores apurados na fase administrativa a título de ISS, não recolhidos ou recolhidos a menor aos cofres públicos municipais de Anchieta; além da realização dos estudos necessários e elaboração da minuta de Projeto de Lei Complementar que promoverá alguns ajustes pontuais na Lei Complementar nº 001/2005 (Código Tributário do Município), acompanhando inclusive sua tramitação na Câmara Municipal de Vereadores, tudo de acordo com as necessidades e solicitação da administração municipal.

Os serviços serão executados nas dependências da Contratante durante o horário comercial, com, no mínimo, 02 (duas) visitas mensais, cujas datas poderão ser previamente definidas entre as partes. O profissional também ficará à disposição, durante o horário comercial, para dirimir toda e qualquer dúvida e prestar as orientações necessárias, através dos meios usuais de comunicação disponíveis. Para maior eficácia e produtividade, alguns serviços poderão ser realizados no escritório da contratada.

CONTRATADO: GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI.

VALOR R\$: 25.800,00 (Vinte Cinco Mil e Oitocentos Reais).

VIGÊNCIA: 06 Meses. (06/09/2017 À 06/03/2018).

ASSINATURA: Pela Prefeitura Municipal: Ivan José Canci, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: Vilson Luiz Wildner.

Anchieta, 06 de Setembro de 2017.

CONTRATO ADITIVO Nº 002 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2017 - DL 006/2017

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para serem utilizados nas escolas do município, do Ensino Infantil e Ensino Fundamental para o segundo semestre de 2017, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Pago com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Ref: Mediante acordo formal entre as partes, este contrato será aditado em mais 25% nos itens que seguem em anexo a este termo, conforme preceituado no Art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ANCHIETA - COOPERAN-CHIETA Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: ROSELEI APARECIDA R. WILLE

Anchieta, 05 de Setembro de 2017.

CONTRATO ADITIVO Nº 007 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2017

Ref: O valor unitário previsto na Cláusula Segunda do Contrato Nº 031/2017 será acrescido em mais 3,94%, conforme índice estabelecidos pelo Governo Federal (CNPQ). Perfazendo um total unitário para o Óleo Diesel S-10 em 3,43 (Três Reais e Quarenta e Três Centavos) ao Contrato Original.

CONTRATADO: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo

CONTRATADO: ELOYR LUIZ S. CASOTTI

Anchieta, 06 de Setembro de 2017.

CONTRATO ADITIVO Nº 7 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017

Ref: O valor unitário previsto na Cláusula Segunda do Contrato Nº 007/2017 será acrescido em mais 3,94%, conforme índice estabelecidos pelo Governo Federal (CNPQ). Perfazendo um total unitário para o Óleo Diesel S-10 em 3,43 (Três Reais e Quarenta e Três Centavos) ao Contrato Original.

CONTRATADO: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI.

ASSINATURA: Pelo FMS: MARTINHOS SCANTAMBURLO, Gestor Municipal; e pelo CONTRATADO: ELOYR LUIZ S. CASOTTI

Anchieta, 06 de Setembro de 2017.

DECRETO Nº 112/2017

DECRETO Nº. 112/2017, de 05 de setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº001/2017 DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: FERNANDA CRISTINA SEGALIN, MÔNICA SCHAEFFER e MARIELI WENDLING, brasileiras, servidoras públicas municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO para o quadro da administração direta do Município de Anchieta, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital de Concurso Público nº 001/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 05 de setembro de 2017.
IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.dom.sc.gov.br
Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 113/2017

DECRETO Nº. 113/2017, de 05 de setembro de 2017.
REGULAMENTA AS PROVAS PRÁTICAS PARA A FUNÇÃO DE MOTORISTA DA SAÚDE PÚBLICA – Categoria CNH “C”, E OPERADOR II – Categoria CNH “C” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. As provas práticas a que se refere o Edital de Concurso Público nº 01/2017, serão aplicadas para os cargos/funções de MOTORISTA DA SAÚDE PÚBLICA – Categoria CNH “C”, E OPERADOR II – Categoria CNH “C”, a ser realizada no dia 02 de dezembro de 2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria de Infraestrutura, sito a Avenida Anchieta, Anchieta – SC, para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e veículos, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes, a ordem de início do teste prático, obedecido ao disposto nos itens 5.5 e referendos do referido Edital.

Art. 2º O candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução das máquinas ou veículos, sendo avaliado: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, entre outros critérios pertinentes ao conhecimento da máquina ou do veículo e dos trabalhos a serem realizados com os mesmos. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto) com os veículos e máquinas, conforme segue:

I - Motorista da Saúde Pública Categoria CNH “C”: Microonibus Fiat Ducato Mult Jaedi T ano fabricação 2013, ano modelo 2013, Placa MKZ 4422 e/ou Caminhonete Ambulância Fiat Ducato M Jaedi AMB ano fabricação 2009, ano modelo 2010, Placa MHL 6899, Operador II Categoria CNH “C”;

II – Operador II Categoria CNH “C”: Motoniveladora 120 K Caterpillar ano 2013 e/ou Retroescavadeira modelo B95B, ano 2016.

Parágrafo único. Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br.

Art. 3º. Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, IVO APPIO, CRISTIANO MARCOLIN e CLAUDECIR VIERA, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos administradores da aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 4º. Somente os candidatos munidos de Documento de Identificação Original e Carteira Nacional de Habilitação para o cargo pretendido - Motorista de Saúde Pública – “CNH Cat. C”, e Operador II – “CNH Cat. C”, - terão acesso à prova prática.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 05 de setembro de 2017.
IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.dom.sc.gov.br
Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE DISPENSA Nº 013/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 013/2017. Para: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização de Concurso Público nº 001/2017, para a formação de quadro de funcionários do município de Anchieta/SC, nas diversas Secretarias e Setores, compreendendo a elaboração de edital, elaboração e aplicação das questões das provas, software de informática para correção das questões, prova prática, material com impressão dos cadernos de provas e cartões de respostas, deslocamento, identificação dos candidatos, e demais serviços que se fizerem necessários ao bom andamento do processo.

Contratado: AMEOSC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.

Valor Total R\$: 7.560,00 (Sete Mil, Quinhentos e Sessenta Reais)

Anchieta, 05 de setembro de 2017.
IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO
Processo nº 050/2017 – Tomada de Preços nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 050/2017, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços para: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Consultoria Tributária no Município de Anchieta/SC, para o período de 06 meses. EMPRESA VENCEDORA: GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI.
Valor Total R\$: 25.800,00

Anchieta, 06 de Setembro de 2017.
IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 001/2017

Edital de Convocação de aprovado no PROCESSO SELETIVO 001/2017 - Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 001/2017 RICHARD ULMANN, para provimento no cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, para apresentação até 11/08/2017 das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos seguintes documentos:

- 01 foto 3x4
- Carteira de identidade
- CPF
- Título de eleitor
- Certidão casamento
- Certidão filhos menor
- Comprovante de residência
- Comprovante de escolaridade (Diploma)
- Carteira de Trabalho
- Certificado de Reservista (quando for o caso)
- PIS/PASEP
- Conta bancária
- Atestado de Saúde (medico do Trabalho) Qualquer Clinica
- Declaração de Bens
- Declaração de Não Acumulação de Cargo ou de Acumulo de Cargo
- CERTIDÕES TIRADAS NA INTERNET:
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL www.tse.gov.br
· CERTIDÃO DE CRIMES ELEITORAIS
· CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL

Antônio Carlos, 05 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 157/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 157/2017; Origem: Pregão Presencial nº 073/2017 - Processo Licitatório nº 100/2017; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada ROGERIA GOEDERT KREMER BRUHL; Objeto: Contratação de empresa e/ou pessoa física especializada para atuar como animador da terceira idade, na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 7.976,00 (sete mil, novecentos e setenta e seis reais). Vigência: 05 de setembro de 2017 - 05 de setembro de 2018.

Antônio Carlos, 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 439/2017

PORTARIA Nº 439/2017

Concede Adicional por Tempo de Serviço.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores efetivos, a partir do mês de setembro de 2017, conforme relação abaixo:

NOME	MATRI.	NIVEL	ADICION.
OSVALDINO KAMMER	562	6	30%
ALTAIDE DA SILVA	437	7	36%

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 440/2017

PORTARIA Nº 440/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora CARLICE BENICE SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, a partir de 02 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 13/07/2010 a 12/07/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 441/2017

PORTARIA Nº 441/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora VANESSA KOCH MANNES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE, a partir de 02 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 03/11/2014 a 02/11/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 442/2017

PORTARIA Nº 442/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor LEANDRO CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 02 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 02/07/2016 a 01/07/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 443/2017

PORTARIA Nº 443/2017
Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, ROGÉRIA GOEDERT KREMER BRUHL, do cargo temporário de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir de 03 de setembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 444/2017

PORTARIA Nº 444/2017
Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 60 dias, a servidora IVANIR DIAS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALISTA - 20H, a partir de 06 de setembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 05/02/2007 a 04/02/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 445/2017

PORTARIA Nº 445/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora SUZANA PRIM, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 09 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 446/2017

PORTARIA Nº 446/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor HILTON LUIZ OURIQUES, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, a partir de 16 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 02/03/2016 a 01/03/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 447/2017

PORTARIA Nº 447/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora FRANCIELLY KELM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 16 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 05/01/2016 a 04/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

PORTARIA N 448/2017

PORTARIA Nº 448/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora LEONICE MARTENDAL SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 02 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01/08/2016 a 31/07/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de setembro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de setembro de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 110/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial com Registro de Preço nº 110/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS IMÓVEIS DESTA MUNICIPALIDADE

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 20/09/2017 – Das 14 horas às 14 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 20/09/2017 – Às 14 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

PORTARIA Nº0382/2017

PORTARIA Nº 0382/2017

De 01 de setembro de 2017

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE
CARLOS ALBERTO DA SILVA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,
RESOLVE

REVOGAR a Função Gratificada II, concedida através da portaria nº 0381/2013 em setembro/2013, de CARLOS ALBERTO DA SILVA em 31/08/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0383/2017

PORTARIA Nº 0383/2017

De 01 de setembro de 2017

DESIGNA JENIFFER BUENO DE OLIVEIRA PARA ATUAR JUNTO
AO SETOR DE PATRIMÔNIO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,
RESOLVE

Designar JENIFFER BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, para atuar junto no setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Apiúna.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0384/2017

PORTARIA Nº 0384/2017

De 01 de setembro de 2017

CONTRATA SOB FORMA DE EMPREGO PUBLICO

MARCOS AUGUSTO SAWADA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 82/2006 de 11/09/2006 e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,

RESOLVE

CONTRATAR, a partir de 01 de setembro de 2017, MARCOS AUGUSTO SAWADA para exercer o cargo de DENTISTA – P.S.F. com carga horária de 40 horas semanais, e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sob o regime de trabalho da CLT.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0385/2017

PORTARIA Nº 0385/2017

De 01 de setembro de 2017

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

ANDREZA CAITANO RAMOS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo nº 004/2016 de 11/11/2016 com homologação do resultado final em 23/12/2016,

RESOLVE

Contratar temporariamente ANDREZA CAITANO RAMOS para o cargo de PROFESSOR – 40h, inscrição nº 491379 do Processo Seletivo nº 004/2016, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/09/2017 até 15/12/2017 em substituição a Celina Brandes Sabel que está de licença maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0386/2017

PORTARIA Nº 0386/2017

De 01 de setembro de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE PARA

MARCOS AUGUSTO SAWADA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 89/2007 de 29/11/2007,

RESOLVE

Conceder gratificação de 10%, sobre o vencimento base, para o servidor MARCOS AUGUSTO SAWADA, ocupante do cargo de DENTISTA P.S.F., por ter concluído Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, a partir

de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0387/2017

PORTARIA Nº 0387/2017
De 01 de setembro de 2017
NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO
TEREZINHA APARECIDA NASCIMENTO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,

RESOLVE

NOMEAR, a partir de 01 de setembro de 2017, TEREZINHA APARECIDA NASCIMENTO em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0388/2017

PORTARIA Nº 0388/2017
De 01 de setembro de 2017
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o servidor ALEXANDRE PETTERS, referente ao período aquisitivo de 03/01/2015 à 02/01/2016, com 10 dias de abono.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para a servidora LETICIA LUIZA LANGE, referente ao período aquisitivo de 02/02/2016 à 01/02/2017.

Art. 3º - Conceder 20 dias de férias para o servidor LUIZ CONRADO SCHMIDT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 à 28/02/2016, com 10 dias de abono.

Art. 4º - Conceder 30 dias de férias para a servidora TERESINHA AMANCIO PETTERS, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0389/2017

PORTARIA Nº 0389/2017
De 04 de setembro de 2017
NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO
CARLOS DA ROSA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº

95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,

RESOLVE

NOMEAR, a partir de 04 de setembro de 2017, CARLOS DA ROSA em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de setembro de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0390/2017

PORTARIA Nº 0390/2017
De 01 de setembro de 2017
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO
VANDRESSA ENDER

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo nº 004/2016 de 11/11/2016 com homologação do resultado final em 23/12/2016,

RESOLVE

Contratar temporariamente VANDRESSA ENDER para o cargo de PROFESSOR – 20h, inscrição nº 485398 do Processo Seletivo nº 004/2016, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/09/2017 até 15/12/2017 em substituição a Juliane da Silva que está de licença maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0391/2017

PORTARIA Nº 0391/2017
De 01 de setembro de 2017
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO
CARMELITA LUCIA DE ANDRADE MARTINS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo nº 004/2016 de 11/11/2016 com homologação do resultado final em 23/12/2016,

RESOLVE

Contratar temporariamente CARMELITA LUCIA DE ANDRADE MARTINS para o cargo de PROFESSOR – 20h, inscrição nº 491657 do Processo Seletivo nº 004/2016, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/09/2017 até 15/12/2017 em substituição a Celina Brandes Sabel que está de licença maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0392/2017

PORTARIA Nº 0392/2017

De 11 de setembro de 2017

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

ADRIANA PAULINA DA VEIGA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,

RESOLVE

NOMEAR, a partir de 11 de setembro de 2017, ADRIANA PAULINA DA VEIGA em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de INSTRUTOR DE MUSICA - 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0393/2017

PORTARIA Nº 0393/2017

De 01 de setembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para a servidora PAMELA SCHNEIDER, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 à 30/09/2016.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para a servidora SOLANGE DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 03/03/2015 à 02/03/2016.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0394/2017

PORTARIA Nº 0394/2017

De 01 de setembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117 e 122,

RESOLVE

CONCEDER 30 dias de férias para a servidora FABIANA BAZZANELLA, referente ao período aquisitivo de 04/02/2016 à 03/02/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0396/2017

PORTARIA Nº 0396/2017

De 01 de setembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o servidor FRANCISCO PAULO NUNES, referente ao período aquisitivo de 14/07/2016 à 13/07/2017, com 10 dias de abono.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para o servidor JOSE PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 31/07/2016.

Art. 3º - Conceder 20 dias de férias para o servidor GILSON RAIMUNDO, referente ao período aquisitivo de 16/08/2016 à 15/08/2017, com 10 dias de abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0397/2017

PORTARIA Nº 0397/2017

De 01 de setembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117 e Art. 129 da CLT,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para a servidora KARYLOU MICHELLE CIPRIANI WEISS, referente ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para o servidor JOAO BATISTA DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 02/09/2016 à 01/09/2017.

Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para a servidora MARINETE DOGNINI, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 à 30/06/2017.

Art. 4º - Conceder 20 dias de férias para a servidora MARA RAQUEL GONÇALVES, referente ao período aquisitivo de 18/07/2015 à 17/07/2016, com 10 dias de abono.

Art. 5º - Conceder 30 dias de férias para a servidora ROSANA SCHVABE KRENKEL, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 à 02/09/2017.

Art. 6º - Conceder 30 dias de férias para a servidora ROSANIA FAVERO GONCALVES, referente ao período aquisitivo de 17/07/2016 à 16/07/2017.

Art. 7º - Conceder 20 dias de férias para o servidor RUI DE SOUZA, referente ao período aquisitivo de 14/08/2015 à 13/08/2016, com 10 dias de abono.

Art. 8º - Conceder 20 dias de férias para o servidor SEBASTIAO MIRO SCHINAIDER, referente ao período aquisitivo de 17/03/2015 à 16/03/2016, com abono de 10 dias.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0398/2017

PORTARIA Nº 0398/2017

De 04 de setembro de 2017

EXONERA SERVIDORA EFETIVA

LILIANE BIEGING

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Exonerar em 04 de setembro de 2017, LILIANE BIEGING, servidora efetiva ocupante do cargo de RECEPCIONISTA – 40H, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0399/2017

PORTARIA Nº 0399/2017

De 04 de setembro de 2017

CONCEDE INSALUBRIDADE PARA

JOAO PAULO ELIAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2009, Art. 107,

RESOLVE

CONCEDER para o servidor efetivo JOAO PAULO ELIAS, ocupante do cargo de Servente, insalubridade de 40%, por auxiliar nos serviços de mecânica dos veículos em geral, a partir de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0400/2017

PORTARIA Nº 0400/2017

De 04 de setembro de 2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE

DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 64, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de 03 de abril de 1990, CONSIDERANDO, a edição do Decreto nº 2.793/2017, que declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado, terreno rural neste município de Apiúna;

CONSIDERANDO, que a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação é apenas o ato inicial do procedimento expropriatório;

CONSIDERANDO, que devem ser cumpridos os requisitos constitucionais para o aperfeiçoamento das desapropriações desejadas; CONSIDERANDO, que a fase executória da desapropriação se dá através do processo administrativo com a sucessão de fases que compreende a avaliação, citação e possível composição de interesses entre o município de Apiúna e o proprietário do imóvel desapropriado;

RESOLVE

Art. 1º. Promover a abertura de Processo Administrativo para fins de formalizar a desapropriação do imóvel descrito no Decreto nº 2.793 de 16 de Agosto de 2017;

Art. 2º. Nomear os Servidores Aldo José Koth, Luiz Conrado

Schmidt e Carlos Alberto Peixer Vinci para que façam parte da Comissão para os fins previstos no artigo anterior; Art. 3º. Designar o servidor Carlos Alberto Peixer Vinci para presidir a dita Comissão, fixando prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período para a conclusão dos trabalhos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0395/2017

PORTARIA Nº 0395/2017

De 01 de setembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA

ALINE SCHULTZ

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117 e 122,

RESOLVE

CONCEDER 30 dias de férias para a servidora ALINE SCHULTZ, referente ao período aquisitivo de 15/09/2015 à 14/09/2016.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de setembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2102

DECRETO 2102, de 05 de Setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 4º, da Lei Municipal nº 41, de 02 de março de 1994;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes cidadãos, para a composição do Conselho Municipal de Agricultura, nos termos da estrutura representativa estabelecida no art. 3º da Lei Municipal nº. 41, de 02 de março de 1994, conforme segue:

I – Agricultores representando as comunidades rurais do Município:

- a) representando a Linha Pelotas, o senhor Valdir Wazlawick;
- b) representando a Linha Beira Rio, o senhor Adelar Fuelber;
- c) representando a Linha Fazendinha, o senhor Aldecir Hann
- d) representando Canhada Grande, o senhor Ladir Volnei Zastrow;
- e) representando a Linha Capitão, o senhor Adilson Morche;
- f) representando a Linha Progresso, o senhor Heloi Hilerio Rheinheimer ;
- g) representando a Linha Jundiá, o senhor Adir Anselmo Weimer;
- h) representando a Linha Guaraipo, o senhor Avelino Cenci Neto;
- i) representando a Linha Castro Filho, o senhor Nadir Scheifler;
- j) representando a Linha Lageado Quirino, a senhora Cristiane Joice Zimke Schuck;
- k) representando a Linha Unidos, o senhor: Arthur Afonso Schmitt;
- l) representando a Linha Aurora, o senhor Claudio Barpi;
- m) representando a Linha Serra Alta, o senhor Nelson Drumm;
- n) representando a Linha Pintado, o senhor Elenor Wilske;
- o) representando a Linha Juriti, o senhor Andre Regelmeier;
- p) representando a Linha Iracema, o senhor Nilson Haack;
- q) representando a Linha Costa e Silva, o senhor Narciso Grosser;
- r) representando a Linha Paraíso, o senhor Rogerio Kleemann.

II - Representando o Poder Executivo Municipal, o servidor público municipal, Senhor Harry Vanderlei Petry, ocupante do cargo de Diretor de Agricultura, Ind. Com. Serv. e Meio ambiente;

III – Representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia, Delegacia de Arabutã, o senhor Douglas Braun;

IV – representando o Clero das Igrejas Locais, a Pastor Mauro Nilo Schneider, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;

V – representando as Entidades Públicas, notadamente, do Estado de Santa Catarina, ligadas à agropecuária, a Senhora Danieli Simonetti, da Empresa de Pesquisa de Extensão Rural - EPAGRI; e

VI – representando as Empresas De Fomento E Integração, o Senhor Junior Dall Bello, da empresa Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia.

VII – representando os Clubes de Mães, a Senhora Noeli Redecker.

Art. 2º. As competências dos membros do Conselho Municipal de Agricultura são aquelas estabelecidas no ar. 2º, da Lei Municipal nº 041/94.

Art. 3º. O mandato dos designados inicia-se com a posse dos conselheiros e estender-se-á a 05 de setembro de 2019.

Art. 4º. Presidirá o Conselho a senhor Harry Vanderlei Petry.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã – SC, 05 de setembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 05 de setembro de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

DECRETO 2103

DECRETO Nº 2103, de 05 de Setembro de 2017.

Publicação das relações das execuções dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal e dá outras providências,

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no § 8º do art. 10 da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em área rurais e urbanas, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica publicado a execução dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal nos termos do § 1º e seguintes do art. 10 da Lei nº 853/2016 de 28 de abril de 2016, no conforme anexos e a descrição abaixo:

I – Serviços EXECUTADOS:**a) área urbana:**

a.1) 11 (onze) proprietário urbanos, situados na área urbana do Município;

b) Outros:

- b.1) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea nº01(um);
- b.2) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 02 (dois);
- b.3) 10 (dez) proprietários rurais, constantes na Microárea 03 (três);
- b.4) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- b.5) 07 (sete) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- b.6) 15 (quinze) proprietários rurais, constantes na Microárea 06 (seis);
- b.7) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 08 (oito);
- b.8) 06 (seis) proprietários rurais, constantes na Microárea 09 (nove);
- b.9) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 10 (dez);
- b.10) 06 (seis) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze);

II – Serviços SOLICITADOS:**a) área urbana:**

a.1) 05 (cinco) proprietário urbanos, situados na área urbana do Município;

b) Outros:

- b.1) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea nº01(um);
- b.2) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 02 (dois);
- b.3) 06 (seis) proprietários rurais, constantes na Microárea 03 (três);
- b.4) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- b.5) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- b.6) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 06 (seis);
- b.7) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 08 (oito);
- b.8) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 09 (nove);
- b.9) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 10 (dez);
- b.10) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 05 de Setembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

Glauca Pottratz
Responsável Pelas Publicações

Registra-se e Publica-se.
Em 05 de Setembro de 2017.

DECRETO 2103 ANEXO I

PEDI-DO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁ-REA	DATA
68997	NODAREO KASTER	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	DISTRITO NOVA ESTRELA	Sem Área	01/08/2017
68089	DIEGO LUCAS FRANCO	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	5	01/08/2017
67435	VERA HOFFMANN	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA BEIRA RIO	8	02/08/2017
68862	MAURI PREDIGER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	02/08/2017
67831	ADEMIR CESAR SCHOULTEN	Estrada de Roça	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	02/08/2017
68553	VANDERLEI DRUMM	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PINTADO	3	02/08/2017

68565	ABILIO HEINRICHS	Abertura de Fossa	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA BALDUINO BECKMANN	Sem Área	02/08/2017
63569	ALMIR KLEEMANN	Pequena Terraplenagem	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	5	02/08/2017
67546	ADEMIR WEIMER	Estrada de Roça	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	02/08/2017
69002	ABILIO HEINRICHS	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	RUA BALDUINO BECKMANN	Sem Área	02/08/2017
68215	IVO WERMEIER	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	02/08/2017
67763	RENATO SCHNACK	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	DISTRITO NOVA ESTRELA	Sem Área	04/08/2017
67889	ERVINO BAUER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	1	04/08/2017
68693	NEORI KLEEMANN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	5	04/08/2017
68388	ARI BECK	Estrada de Roça	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA HUGO HORST	Sem Área	04/08/2017
67830	NODAREO KASTER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	DISTRITO NOVA ESTRELA	Sem Área	04/08/2017
68023	ILGO WULFF	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	DISTRITO NOVA ESTRELA	Sem Área	07/08/2017
67824	ROGÉRIO POTTRATZ	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	VILA CANHADA GRANDE	11	08/08/2017
68208	RENEI WILSMANN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	5	08/08/2017
66209	SILVÉRIO BRAUN	Pequena Terraplenagem	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	08/08/2017
68941	AIRTON DANNENHAUER	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	08/08/2017
67899	ALTACIR JOSÉ MIO-RANDO	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	09/08/2017
69013	ADIR ANSELMO WEIMER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	5	10/08/2017
66918	IVO WEIRICH LINHA CRESCÊNCI	O Aterro de Pedras	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO CRESCÊNCIO	Sem Área	11/08/2017
69069	FELIPE RODRIGO WERMEIER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA DE NOVA ESTRELA	Sem Área	11/08/2017
68808	ONARIO LICEU DEUNER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA PEDRO LEOPOLDO JUNGES	Sem Área	11/08/2017
68883	GILMAR JAIR DEUNER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	11/08/2017

PEDIDO SOLICITANTE SERVIÇO EQUIPAMENTO
LOCAL DO SERVIÇO
MICROÁREA DATA

69184	NUSIO RUBENICH	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE	LINHA CAPITÃO	3	15/08/2017
69185	ADAIR LOSCH	Hora Excedente - De- mais Máq.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE	LINHA IRACEMA	9	15/08/2017
68998	ADEMAR PETRY	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOB- CAT S175	LOCALIDADE	LINHA PELOTAS	6	15/08/2017
64579	EGON ARLINDO BUTH	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE	LINHA PARAÍSO	3	15/08/2017
69009	NILSON HAACH	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOB- CAT S175	LOCALIDADE	LINHA IRACEMA	9	16/08/2017
68996	VENICIO SCHRODER	Aterro de Pedras	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE	LINHA PARAÍSO	3	16/08/2017
68889	LUCIELE SIEBENET- CHLER	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE	LINHA PARAÍSO	3	16/08/2017
68999	DEFENDI MASSON	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE	LINHA AURORA	2	17/08/2017
67822	LAÉRCIO RUCKS	Aterro de Pedras	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE	LINHA PARAÍSO	3	17/08/2017
68807	REMIDIO DEUNER	Transp. Cama, Adubo de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE	LINHA PROGRES- SO	5	17/08/2017
69004	CRISTIANO HEIMO LERMEN	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE	LINHA CASTRO FILHO	11	17/08/2017
67835	INÁCIO DOS SANTOS	Estrada de Roça	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE	LAJEADO QUI- RINO	4	18/08/2017
65401	ROSEMARI KLEEMANN LUCKEMEIER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO		3	18/08/2017
68680	ERNY PETRY	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE		11	18/08/2017

68563	HERTA LÜCKEMEIER	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	18/08/2017
66582	CIRIO RAUSCHKOLB	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	19/08/2017
68673	WALDEMAR FRANSCISCO PICHETTI	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	21/08/2017
68810	MILTON FREDERICO NITSCHKE	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	21/08/2017
64345	JAIR GILBERTO CANDIAGO	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	22/08/2017
67242	ENÉLIO LEIDOW	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	3	22/08/2017
68217	NILSON MEYRING	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	4	22/08/2017
66994	ABILIO RAUSCHKOLB	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA CANOAS	1	22/08/2017
67296	LOTARIO HORST	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	23/08/2017
69244	DILMAR MEYRING	Recolhimento Cama de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	24/08/2017
67117	LADIR VONEI ZASTROW	Abertura de Fossa	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	VILA CANHADA GRANDE	11	24/08/2017
68389	ARI BECK	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA HUGO HORST	Sem Área	25/08/2017
68556	HILDO CARLOS SABADIN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	26/08/2017

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
67494	GERSON DOERZBACHER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	28/08/2017
69003	HELIO LOSCH	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	28/08/2017
69365	DEFENDI MASSON	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA AURORA	2	29/08/2017
69364	SILVÉRIO BRAUN	Hora Excedente - Demais Máq.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	29/08/2017
69372	MILTON FREDERICO NITSCHKE	Recolhimento Cama de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	31/08/2017
69374	HILDO CARLOS SABADIN	Hora Excedente - Demais Máq.	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	31/08/2017
69373	CRISTIANO HEIMO LERMEIN	Hora Excedente - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	31/08/2017
69371	ADEMAR PETRY	Recolhimento Cama de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	31/08/2017
69370	LEONIR WILSKE	Recolhimento Cama de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PINTADO	3	31/08/2017

Total de : 65

DECRETO 2103 ANEXO II

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
69000	ERALDO IVAR SCHEUERMANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	Sem Área	02/08/2017
69005	HILARIO PATZLAFF	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA CANOAS	1	03/08/2017
69008	ARSENIO KOCH	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	9	03/08/2017
69007	ADELMO MOACIR LAUX	Aterro de Pedras - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO GOSSENHEIMER	Sem Área	03/08/2017
69010	JULIANO DOS SANTOS	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA PAULO GNADT	Sem Área	03/08/2017
69006	MARIO SIPP	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA COSTA E SILVA	8	03/08/2017
69012	LEONOR SANDER	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	04/08/2017
69066	LEONARDO LEANDRO BERNER	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	9	07/08/2017

69065	GERSON JAIR METZ	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA CAPI-TÃO	3	07/08/2017
69068	ANTONIO FELIPPE	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA SÃO JOÃO	10	09/08/2017
69071	ALÉCIO PATZLAFF	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA FAZEN-DINHA	4	09/08/2017
69070	ALÉCIO PATZLAFF	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA FAZEN-DINHA	4	09/08/2017
69072	JALMIR PEDRO BUR-NIER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	10/08/2017
69074	ADEMIR WEIMER	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA GUA-RAIPO	10	11/08/2017
69179	ILMAR ARI AREND	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELO-TAS	6	14/08/2017
69127	LAURINDO FRITSCH	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA HAUPT STRASSE	Sem Área	14/08/2017
69187	JULIANO DOS SANTOS	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA PAULO GNADT	Sem Área	15/08/2017
69245	DILMAR MEYRING	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELO-TAS	6	21/08/2017
69247	WALDIR ARTEMIO SCHOULTEN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PRO-GRESSO	5	22/08/2017
69246	DARIO GUERTLER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	22/08/2017
69300	ISOLDI HARDT	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JUN-DIAI	5	23/08/2017
69303	DOUGLAS EDERSON MORCHE	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JURITI	11	24/08/2017
69302	AMÉLIO HELVIN PAT-ZLAFF	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA PIN-TADO	3	24/08/2017
69306	WALMOR WILMAR BASTIAN	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	25/08/2017
69305	INÁCIO IVONEI FASS-BINDER	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA CAPI-TÃO	3	25/08/2017
69304	ARI JOSÉ KREINER	Recolhimento Cama de Aviário	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PARA-ÍSO	3	25/08/2017
69359	LAURY SCHRAMEL	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PIN-TADO	3	28/08/2017
69360	DELIO GILBERTO RUCKS	Limpeza de tanques ou açudes	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LINHA LINHA UNIDOS	2	28/08/2017

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁ-REA	DATA
69358	DOMINGOS DIAS	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	3	28/08/2017
69366	ERNANI FUELBER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	11	30/08/2017
69367	CLAUDIR AFONSO FRANK	Estrada de Roça - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PROGRES-SO	5	30/08/2017

Total de : 31

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0068/2017 - PANIFICADORA BOLO FOFO

CONTRATO Nº 0068/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017, PREGÃO 0028/2017, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E PANIFICADORA BOLO FOFO.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa PANIFICADORA BOLO FOFO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 15.170.726/0001-40, com sede na Rua do Comércio nº 478, Bairro, Centro, Município de Arroio Trinta- SC, representada neste ato pela Senhora JANANDRÉIA MORAIS, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0090/2017, Pregão nº 0028/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epígrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
46	27364 - Cuca com Farofa. A cuca não deve estar embatumada, seca ou queimada. Deve ser fresca, doce, leve, com coloração clara e uniforme e conter bastante farofa na cobertura.	KG	100	5,99	599,00
84	27402 - Pão Hot Dog. Produto obtido por processamento tecnológico adequado, preparado com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, gordura. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Deve apresentar sabor, odor e cor característicos. Isento de gordura trans. Peso unitário 70 g.	KG	160	5,99	958,40
85	27403 - Pão Integral. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Preparado com farinha de trigo, no mínimo, 20% integral. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Peso unitário 50 g.	KG	75	7,59	569,25
Total					2.126,65

Parágrafo único – Todos os produtos deverão ser entregue na contratada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais e estaduais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global de cada contrato é DE R\$ 2.126,65 (DOIS MIL CENTO E VINTE E SEIS REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS). A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em de 10 de AGOSTO de 2017 e terminará em 31 de DEZEMBRO de 2017, ou até que as mercadorias/produtos forem totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades

pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
Contratante

PANIFICADORA BOLO FOFO
CNPJ nº 15.170.726/0001-40
JANANDRÉIA MORAIS
Contratada

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0068/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017
PREGÃO Nº 0028/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS AGOSTO A DEZEMBRO/17
EMPRESAS CONTRATADA: PANIFICADORA BOLO FOFO
VALOR R\$2.126,65

CONTRATO Nº 0072/2017 - EDILÉIA GONÇALVES DA SILVA ROSSETI EIRELI - ME

CONTRATO Nº 0072/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017, PREGÃO 0028/2017, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E EDILÉIA GONÇALVES DA SILVA ROSSETI EIRELI ME.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa EDILÉIA GONÇALVES DA SILVA ROSSETI EIRELI ME., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 28.114.402/0001-36, com sede na Rua Cesira Garaffa, sn, Bairro Pacífico Matias, Município de Irani-SC, neste ato representado por EDILÉIA GONÇALVES DA SILVA ROSSETTI, nos autos qualificada, CONTRATADA que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0090/2017, Pregão nº 0028/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epigrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
17	27335 - Beterraba. Características: de primeira qualidade, firme, tenra, razoavelmente macia, de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Ceasa	KG	30	1,25	37,50
23	27341 - Brócolis Fresco. Características: boa qualidade, cor verde-escura, isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente. Ceasa	KG	20	3,69	73,80
71	27389 - Maçã Fuji Nacional. Fruto in natura, tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Ceasa	KG	1.100	2,00	2.200,00
76	27394 - Melão. Fruto in natura, de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Ceasa	KG	150	1,40	210,00
82	27400 - Ovos de Galinha. Características: vermelhos, tipo grande, frescos, selecionados, com embalagem primária atóxica em dúzias. Produto isento de rachaduras, estufamento, sem sujidades. Casca de ovo limpa, áspera, fosca, odor e aspectos característicos. Embalagem deverá estar devidamente rotulada contendo os dizeres tipo colonial, com registro nos órgãos de inspeção sanitária. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias no momento da entrega. Ceasa	DZ	120	4,09	490,80
Total					3.012,10

Parágrafo único – Todos os produtos deverão ser entregue na contratada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais e estaduais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global de cada contrato é de R\$ 3.012,10 (TRÊS MIL DOZE REAIS E DEZ CENTAVOS). A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em de 10 de AGOSTO de 2017 e terminará em 31 de DEZEMBRO de 2017, ou até que as mercadorias/produtos forem totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Contratante

EDILÉIA GONÇALVES DA SILVA ROSSETI EIRELI ME

CNPJ nº 28.114.402/0001-36

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN

CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0072/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2017

PREGÃO Nº 0028/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS AGOSTO A DEZEMBRO/17

EMPRESAS CONTRATADA: EDILÉIA GONÇALVES DA SILVA EIRELI

VALOR R\$ 3.012,10

TERMO ADITIVO Nº 0004/2017 - CONTRATO Nº 0034/2016 - ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME - SALÃO DE FESTAS LINHA BARRA DO VELOSO

TERMO ADITIVO 0004/2017 AO CONTRATO Nº 0034/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO SALÃO DE FESTAS DA LINHA BARRA DO VELOSO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA ANDRESSA DE OLIVEIRA ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2016.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

2ª CONTRATADA:

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 17.300.869/0001-54 com sede na Rua Saul Brandalise 1300, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora ANDRESSA DE OLIVEIRA, portadora do CPF sob nº 054.059.089-40 e Carteira de Identidade nº 4784291, residente e domiciliada no Município de Videira – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0006/2016, homologado em 15 de junho de 2016, na forma e condições estabelecidas nas pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 65, inciso I, "b" da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - DO VALOR

Fica aditivado no contrato original nº 0034/2016, o valor de R\$6.786,75(SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), passando de R\$119.642,21 para R\$126.428,96, em conformidade com parecer técnico, justificativa e memorial de cálculo, parte integrante deste documento, independente de transcrição.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 30 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ. 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRÍCIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME

CNPJ Nº 17.300.869/0001-54

ANDRESSA DE OLIVEIRA

CPF nº 054.059.089-40

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA-SC, 30 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INCISO I, "b", DA LEI 8.666/93, A ADITIVAÇÃO DO VALOR EM R\$6.786,75(SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS NO CONTRATO ACIMA REFERIDO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO Comunitário da Linha Barra do Veloso, em conformidade com parecer técnico, justificativa e memorial de cálculo, parte integrante deste documento, independente de transcrição.

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0004/2017 AO CONTRATO Nº 0034/2016

CONTRATADO: ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA LINHA BARRA DO VELOSO

ADITIVAÇÃO DE VALOR: 6.786,75

TERMO ADITIVO Nº 0004/2017 - CONTRATO Nº 0037/2016 - ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME - AMPLIAÇÃO CAPELA MORTUÁRIA

TERMO ADITIVO 0004/2017 AO CONTRATO Nº 0037/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA ANDRESSA DE OLIVEIRA ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2016.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

2ª CONTRATADA:

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 17.300.869/0001-54 com sede na Rua Saul Brandalise 1300, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora ANDRESSA DE OLIVEIRA, portadora do CPF sob nº 054.059.089-40 e Carteira de Identidade nº 4784291, residente e domiciliada no Município de Videira – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016, AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA, homologado em 17 de junho de 2016, na forma e condições estabelecidas nas pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 65, inciso I, a" da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - DO VALOR

Fica aditivado no contrato original nº 0037/2016, o valor de R\$12.474,74(DOZE MIL QUATROCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), passando de

R\$49.986,31 para R\$62.461,05, em conformidade com parecer técnico, justificativa e memorial de cálculo, parte integrante deste documento, independente de transcrição.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 30 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ. 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME
CNPJ Nº 17.300.869/0001-54
ANDRESSA DE OLIVEIRA
CPF nº 054.059.089-40
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA-SC, 30 DE AGOSTO DE 2017.
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INCISO I, "a", DA LEI 8.666/93, A ADITIVAÇÃO DO VALOR EM R\$12.474,74(DOZE MIL QUATROCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), NO CONTRATO ACIMA REFERIDO, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA, em conformidade com parecer técnico, justificativa e memorial de cálculo, parte integrante deste documento, independente de transcrição.

CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0004/2017 AO CONTRATO Nº 0037/2016
CONTRATADO: ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME
OBJETO: AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA
ADITIVAÇÃO DE VALOR: R\$12.474,74

Ascurra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5847, DE 01/09/2017

PORTARIA N.º 5847 de 01 de Setembro de 2017.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR COMISSIONADO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 18, da Lei Complementar n.º 075 de 03/12/2007, alterada pela Lei Complementar n.º 134 de 08/04/2013 e,

CONSIDERANDO, Lei Complementar n.º 154 de 18/09/2014 que dispõe ao servidor comissionado o benefício de concessão de função gratificada;

CONSIDERANDO, que a concessão das Funções Gratificadas, devem ser pautadas nas atividades técnicas desenvolvidas pelo servidor quando não justifique a criação de novo cargo e não uma mera liberalidade do seu superior hierárquico;

CONSIDERANDO, a necessidade de definir as atribuições para a concessão das Funções Gratificadas, que vem de encontro ao entendimento do Tribunal de Contas, do Ministério Público e desta administração;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico nº 33/2016 da Procuradoria Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor RODRIGO MORBACH, ocupante do cargo comissionado de Assessor Técnico, com atribuição de Direção e Assessoramento nos departamentos e divisões das unidades administrativas da Administração direta, símbolo DAS- 4, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento para o nível FG-1, Anexo IX, da Lei Complementar n.º 075 de 03/12/2007, incluído pela LC Nº 154 de 18 de setembro de 2014, que assim dispõe:

" Art. 18...

"§5º - ao servidor comissionado que atender o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Nº 117, de 19 de dezembro de 2011, poderá ser concedido função gratificada, nos termos da Lei Específica e mediante parecer jurídico.

Art. 2º - A referida Função Gratificada, símbolo FG-1, será concedida ao servidor relacionada no art. 1º, para que exerça cumulativamente com suas atribuições do cargo comissionado a função de liberação de certificados digitais para as contabilidades fornecerem os formulários para os trabalhadores terem acesso ao seguro desemprego e auxiliar as empresas que não possuem certificado digital, na Comarca de Ascurra/SC.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Elaine Graciela Dalcegio Coelho

Supervisora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 5848, DE 01/09/2017

PORTARIA Nº 5848 de 01 de Setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESPORTES

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 27, inciso I da Lei Complementar N.º 118 de 19/12/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear GABRIEL ULLER, para exercer o cargo de Provedor em Comissão de Diretor de Esportes, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com direito a percepção da remuneração equivalente ao nível do código DIN - 01, Anexo I, Tabela de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar nº 118/11 de 19/12/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Elaine Graciela Dalcegio Coelho

Supervisora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 5849, DE 01/09/2017

PORTARIA Nº 5849 de 01 de Setembro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR nº 04/2017

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra),

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, a necessidade de adotar providências para instalação de nova comissão de processo administrativo disciplinar, a fim de apurar os fatos elencados no relatório conclusivo da comissão de sindicância e os fatos conexos a este;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores estáveis: JULIANA FISTAROL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de matrícula funcional nº 4286-1, MARILETE PISA POFFO, ocupante do cargo de Professor I, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, de matrícula funcional nº 23523-1, GILSON CLEIDIONEI DALMOLIN, ocupante do cargo de Atendente Geral, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, de matrícula funcional nº 172340-1, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos narrados de que trata o relatório conclusivo da comissão de sindicância, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.
Cumpra-se, publique-se e registre-se.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Elaine Graciela Dalcegio Coelho
Supervisora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 5850, DE 01/09/2017

PORTARIA Nº 5850 de 01 de Setembro de 2017.
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR nº 05/2017

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra),

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, o comunicado da Coordenação da CEI Municipal Dona Júlia Bonelli;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico nº 75/2017/PJ da Procuradoria Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores estáveis: ANGELA MARIA MOSER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Secretaria de Administração e Planejamento, de matrícula funcional nº 162370-0, INDIANARA DOLZAN, ocupante do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, de matrícula funcional nº 130931-0, DEBORA JULIANE POLIDORO, ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social, de matrícula

funcional nº 147770-02, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos narrados no relatório da CEI Municipal Dona Júlia Bonelli, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.
Cumpra-se, publique-se e registre-se.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Elaine Graciela Dalcegio Coelho
Supervisora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 5851, DE 01/09/2017

PORTARIA Nº 5851 de 01 de Setembro de 2017.
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR nº 06/2017

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra),

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, o comunicado do SEMUS;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico nº 78/2017/PJ da Procuradoria Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores estáveis: MERY MOSER PACHECO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de matrícula funcional nº 4499-05, FABIO FRONZA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de matrícula funcional nº 131717-0, DEBORA HAMES, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de matrícula funcional nº 154059-03, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar os fatos narrados na CI do SEMUS, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 01 de Setembro de 2017.

Elaine Graciela Dalcegio Coelho

Supervisora de Recursos Humanos

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 036/2017

DECRETO Nº 036/2017

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1506 de 10 de agosto de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 28 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 037/2017

D E C R E T O Nº 037/2017.

“Estabelece Horário Facultativo para Servidores e Empregados nas Repartições Públicas Municipais e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo aos servidores e empregados, nas repartições públicas municipais, no dia 08 de setembro de 2017, em virtude do feriado do dia 07 de Setembro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, (SC), 04 de setembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 10/2017 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Paulo Amandio de Borba, s/nº, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 04.402.872/0001-37, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para (LICITAÇÃO) A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NECESSITA ADQUIRIR MATERIAIS LABORATORIAIS PARA UTILIZAÇÃO NO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO. Pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Balneário Piçarras – SC, 31 de agosto de 2017.

J R EHLKE E CIA LTDA Total do Fornecedor: R\$50.600,00

DIAGNOSTICA CATARINENSE COM DE PROD LABORATORIAIS Total do Fornecedor: R\$120.998,00

Vinício José dos Santos – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ATA PREGÃO 37/2017 - PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2017-PMBP

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Locação, por hora trabalhada, de MAQUINÁRIO E CAMINHÕES, para manutenção de vias municipais, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial Balneário Piçarras, 1º de setembro de 2017.

LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$599.600,00

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 39/2017 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica

de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção elétrica no sistema de iluminação pública do município quando da ocorrência de anomalias e/ou defeitos, pelo período de 12 meses.

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA Total do Fornecedor: R\$360.000,00

Balneário Piçarras, 29 de agosto de 2017.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PORTARIA 332/2017

PORTARIA N.º 332/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 002/2017 de 01 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO, do cargo de SECRETARIO EXECUTIVO, com as atribuições ao Gabinete do Prefeito, o Senhor IVO ALVARO FLEITH, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 246.835.159-20, e inscrito na CI nº. 4/C - 123.714 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 28 de agosto de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 333/2017

PORTARIA N.º 333/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneárias Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA, membro da Vigilância Sanitária, como fiscal exclusivo da VISA, a Senhora, HELOÍSA JÁCOME BRINA FISCHER, funcionária cedida do Estado através da portaria 656 de 23/08/2016, brasileira, maior, portador do CPF nº 036.202.389-10 e CI nº. 3921149 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 30 de agosto de 2017 .
Flávio Tironi
Prefeito Municipal em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 334/2017

PORTARIA N.º 334/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneárias Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA, membro da Vigilância Sanitária, como fiscal exclusivo da VISA, o Senhor, FÁBIO POSSAMAI, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, matrícula nº 4812, brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº 901.454.889-34 e CI nº. 9/C-2. 244.516 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 30 de agosto de 2017 .
Flávio Tironi
Prefeito Municipal em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 335/2017

PORTARIA N.º 335/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Art. 62 a 65 da Lei 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº 093/2017/SED, RESOLVE, deferir o pedido de PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO a servidora Sra. ROZANGELA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, maior, portadora do CPF: 035.129.139-38 E C.I. 3.604.319, ocupante do cargo efetivo de Professor, NÍVEL 3-F, matrícula nº 7743, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professor NÍVEL 3-G. Retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 30 de agosto de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda,
Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 336/2017

PORTARIA N.º 336/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 124/2017 de 13 de fevereiro de 2017, a consequente EXONERAÇÃO a pedido, do cargo de CHEFE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE FROTA, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde a senhora, JOSIANE BENILDE ROCHA, brasileira, maior, portadora do CPF nº 060.695.989-03, CI nº. 5.101.406 SESPDC/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 30 de agosto de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 337/2017

PORTARIA N.º 337/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 052/2017 de 02 de janeiro de 2017, a consequente EXONERAÇÃO do cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS BÁSICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E AÇÕES, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Senhor, JEFFERSON FREDERICO PEREIRA, brasileiro, maior, portador do CPF nº 083.522.129-66, CI nº. 590.893.8 SSP - SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 31 de agosto de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 338/2017

PORTARIA N.º 338/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 067/2017 de

02 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de DIRETOR DE GUARDA MUNICIPAL, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, senhor, MAIKON RODRIGUES, brasileiro, maior, casado portador do CPF nº 071.777.889-48, CI nº. 5802885 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 31 de agosto de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 340/2017
PORTARIA N.º 340/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE PLANEJAMENTO APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, o Senhor, JEFFERSON FREDERICO PEREIRA, brasileiro, maior, portador do CPF nº 083.522.129-66, CI nº. 590.893.8 SSP - SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de setembro de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 341/2017
PORTARIA N.º 341/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE SERVIÇOS BÁSICOS, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E AÇÕES, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Senhor, MAIKON RODRIGUES, brasileiro, maior, casado portador do CPF nº 071.777.889-48, CI nº. 5802885 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de setembro de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 342/2017
PORTARIA N.º 342/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE ESPORTES DE RENDIMENTO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, o Senhor, CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI, brasileiro, maior, casado portador do CPF nº 005.005.629-89, CI nº. 6.459.805 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de setembro de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lúcia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 343/2017
PORTARIA N.º 343/2017

FLÁVIO TIRONI, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras em exercício, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, o Sr. FERNANDO MANOEL SANTOS, brasileiro, maior, portador do CPF nº 028.711.649-24, CI nº. 3235526 SSP/SC, Carteira de Habilitação nº 01943152676, Categoria AB, matrícula nº 9407, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Esporte e Lazer e o Sr. RAFAEL BATISTA, brasileiro, maior, portador do CPF 062.770.899-43 e CI 4801682 SSP/SC, carteira de Habilitação nº 03971073300, Categoria AB, matrícula nº 7289, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Apoio Administrativo, para conduzir os veículos, GM/PRISMA MAXX, Placa MHE 7751.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de setembro de 2017.
Flávio Tironi
Prefeito Municipal Em Exercício

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FME
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA Nº003/2017 - FME**

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 021/2017 - FME

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2017 - FME

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para Contratação de empresa para construção de banheiros no Centro Integrado de Ensino Fundamental Mirian Genny Friedrichsen - CIEF. Data/horário recebimento envelopes: 27/09/2017 às 09h. Data/horário abertura envelopes: 27/09/2017 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 05 de setembro de 2017. Laureci Bernadete Schneider Pereira - Secretária de Educação

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS.

O Município de Balneário Piçarras, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob nº 19.572.240/0001-99, com sede na Rua Alexandre Guilherme Figueredo, 68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Leonel José Martins, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, inscrita no CNPJ sob nº. 76.707.470/0001-51, com sede na Rua das Azaleias, nº 20 – Bairro Nossa Senhora da Paz, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Sra. Eunice Aparecida de Almeida, inscrita no CPF nº 079.054.558-66, portadora da carteira de identidade nº 19.812.263-9 expedida pela SSP/SP em 22/08/2001, residente à Rua Felicidade Pinto Figueiredo nº 52 – Bairro Santo Antonio, Balneário Piçarras - SC, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de inexigibilidade, tem por objeto orientação e atendimento ao educando com deficiência, cumprindo com as diretrizes e base da Educação Especial; oferecimento de serviços de assistência social, educacional e clínicos aos alunos e às famílias, além da defesa dos direitos, prevenção e orientações que auxiliem na qualidade de vida dessas pessoas e na construção da cidadania através da inclusão escolar, profissional e social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observada o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos; e

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2017, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração/termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração/Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

III - Extrato da conta bancária específica, conta corrente e aplicação, com movimentação completa do período;

IV - Contratos, se houver;

V - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais, cupons fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas. Todos os documentos sem rasura, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

VI - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou serviço

prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

VII - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviços, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários a perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha;

VIII - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso;

IX - Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos (casos excepcionais);

X - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano ou ainda, se as transferências forem efetuadas por parcelas, o prazo para apresentação da prestação de contas será de 60 dias após o recebimento da respectiva parcela;

8.2 - A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - A organização da sociedade civil deve apresentar os documentos originais na prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração/Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração/Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração/termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência, fax ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão, poderão se constituir em peças de processo;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro desta Comarca, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes

obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Balneário Piçarras (SC), 05 de setembro de 2017.
Flávio Tironi e.e.
Prefeito Municipal

Laureci Bernadete Schneider Pereira
Secretária Municipal de Educação

De acordo:

Eunice Aparecida de Almeida
Presidente APAE

Gilberto Otávio Bazen Rigo
OAB/SC 39.447
Subprocurador Geral

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 08/2017 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BANDEIRANTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA USO NOS EVENTOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 22/09/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 05 de setembro de 2017.

Janete F.S. Degasperi- Gestora do FMAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2017 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BANDEIRANTE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2017

Processo de origem: 10/2017

Pregão presencial nº 07/2017

Órgão registrador: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BANDEIRANTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO JUNTO AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E BOLSA FAMÍLIA, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017.

Detentoras da Ata:

VERA LUCIA DEMOSSI ME, vencedora de 11 itens no valor total de R\$ 8.195,35 (oito mil cento e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos);

CLOVIS J. DE BORTOLI ME, vencedora de 22 itens, no valor total de R\$ 10.946,95 (dez mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos);

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME, vencedora de 44 itens, no valor total de R\$ 5.312,55 (cinco mil trezentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos);

INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SCARAVONATTO LTDA ME, vencedora de 11 itens, no valor total de R\$ 8.486,00 (oito mil quatrocentos e oitenta e seis reais);

ROBERTO LUIZ MALDANER 73666254934, vencedora de 28 itens, no valor total de R\$ 5.001,01 (cinco mil e um reais e um centavo);

SCS COMERCIO LTDA ME, vencedora de 13 itens, no valor total de R\$ 5.153,55 (cinco mil cento e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos);

Valor total: R\$ 43.095,41.

Assinatura da ata de registro de preços: 05 de setembro de 2017.

Validade da ata de registro de preços: 31 de dezembro de 2017.

O inteiro teor da ata pode ser solicitado pelo telefone (49) 3626 0012 ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.

Bandeirante, SC, em 05 de setembro de 2017

Janete Fatima Santin Degasperi – Gestora do FMAS

Barra Bonita

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO E ADENDO AO EDITAL DE ABERTURA Nº 05/2017

RETIFICAÇÃO E ADENDO AO EDITAL DE ABERTURA Nº 05/2017

Processo Seletivo Simplificado para admissão de Engenheiro Civil, em caráter EMERGENCIAL TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, no uso de suas atribuições legais, retifica o Edital nº 05/2017, de 30 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios Nº 2332, páginas 49, de 01 de setembro 2017, o qual passa a ser lido nos seguintes termos:

1- Incluem-se no item 1-DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES do Edital de Abertura, as seguintes informações:

1.1.5. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.6 O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período ou até a realização de concurso público.

As demais informações contidas no referido edital permanecem inalteradas.

Barra Bonita/SC, 05 de setembro de 2017.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017
CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Declaro fracassado o Processo Administrativo n. 002/2017, Credenciamento n. 001/2017, mesmo havendo um interessado, não foi possível a homologação do objeto, tendo em vista a carência de documentos, conforme exigidos no edital, à habilitação da empresa interessada.

Dessa forma, fica revogado o referido processo administrativo.

Barra Velha, 17 de agosto de 2017.

Luan Cesar Raulino

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara

EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 011/2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 011/2017

Fornecedor: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 14.798.740/0001-20

Data de Assinatura: 18 de agosto de 2017.

Vigência de: 25/08/2017 a 24/08/2018

Valor Global: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Recursos: 2.001.3.3.90.39.97.00.00.00 (5) Despesas de Teleprocessamento

Processo Administrativo: 003/2017

Modalidade: Pregão Presencial 002/2017

Objeto: contratação de serviço de conexão com a internet: link IP dedicado, incluindo locação e configuração de modems/routers e outros equipamentos necessários, com plena conectividade, conforme Proposta de Preços, parte integrante e inseparável deste Termo, atendendo solicitação da Câmara de Vereadores de Barra Velha através de requisições anexas ao Processo, de acordo com o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara de Vereadores

Charles Saint Clair Heil

Advogado - OAB/SC 12.629

EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 012/2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 012/2017

Fornecedor: NOVA LITORAL MONITORAMENTO LTDA – ME

CNPJ: 24.332.823/0001-82

Data de Assinatura: 23 de maio de 2017.

Vigência de: 22 de agosto de 2017 a 21 de agosto de 2018.

Valor: valor global R\$ 2.160,00 (Dois mil, cento e sessenta reais).

Recursos: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Segurança com Monitoramento Eletrônico pela CONTRATADA nas dependências da sede da CONTRATANTE, o qual será de forma mensal, mais o serviço de instalação de central de alarme, o qual será de forma única, com previsão de 10 (dez) horas para instalação, cujo endereço é Rua Alcântara de Freitas, n. 125, CEP: 88.390-000, no Centro deste Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

Charles Saint-Clair Heil – Advogado

Alex Sandro Correia dos Santos – Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA 56/2017

PORTARIA Nº 56/2017

"Dispõe sobre concessão de adicional de capacitação profissional".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV ;

CONSIDERANDO que ao servidor efetivo cabe requerer a vantagem individual a título de incentivo de "Adicional de capacitação profissional", com comprovada titulação devidamente reconhecida pelo MEC, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 122/2011;

CONSIDERANDO que a servidora pública efetiva comprovou os requisitos exigidos pela Lei Complementar;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública efetiva MAIKE CRISTIANE SCHULZE DA CUNHA, nomeada nos termos da Portaria nº 06/2016 no cargo de servente, o incentivo de adicional de capacitação profissional, no percentual no art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 122/2011.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos e início de vigência retroagidos à data do protocolo do pedido em 23 de agosto de 2017.

Sala da Presidência, 05 de setembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA 57/2017

PORTARIA Nº 57/2017

"Dispõe sobre concessão de adicional de capacitação profissional".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV ;

CONSIDERANDO que ao servidor efetivo cabe requerer a vantagem individual a título de incentivo de "Adicional de capacitação profissional", com comprovada titulação devidamente reconhecida pelo

MEC, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 122/2011; CONSIDERANDO que o servidor público efetivo comprovou os requisitos exigidos pela Lei Complementar;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público efetivo MARIO FERNANDO LESSACK, nomeado nos termos da Portaria nº 04/2016 no cargo de vigia, o incentivo de adicional de capacitação profissional, no percentual no art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 122/2011.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos e início de vigência retroagidos à data do protocolo do pedido em 25 de agosto de 2017.

Sala da Presidência, 05 de setembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA 58/2017

PORTARIA Nº 58/2017

"Dispõe sobre concessão de adicional de capacitação profissional".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV ;

CONSIDERANDO que ao servidor efetivo cabe requerer a vantagem individual a título de incentivo de "Adicional de capacitação profissional", com comprovada titulação devidamente reconhecida pelo MEC, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 122/2011;

CONSIDERANDO que o servidor público efetivo comprovou os requisitos exigidos pela Lei Complementar;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público efetivo LUCIANO DA SILVA, nomeado nos termos da Portaria nº 05/2016 no cargo de vigia, o incentivo de adicional de capacitação profissional, no percentual no art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 122/2011.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos e início de vigência retroagidos à data do protocolo do pedido em 25 de agosto de 2017.

Sala da Presidência, 05 de setembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA 59/2017

PORTARIA Nº 59/2017

"Dispõe sobre concessão de adicional de capacitação profissional".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV ;

CONSIDERANDO que ao servidor efetivo cabe requerer a vantagem individual a título de incentivo de "Adicional de capacitação profissional", com comprovada titulação devidamente reconhecida pelo MEC, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 122/2011;

CONSIDERANDO que o servidor público efetivo comprovou os requisitos exigidos pela Lei Complementar;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público efetivo RUBENS TIVES, nomeado nos termos da Portaria nº 07/2016 no cargo de controlador interno, o incentivo de adicional de capacitação profissional, no percentual no art. 18, inciso III, da Lei Complementar nº 122/2011.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos e início de vigência retroagidos à data do protocolo do pedido em 25 de agosto de 2017.

Sala da Presidência, 05 de setembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA 60/2017

PORTARIA Nº 60/2017

"Dispõe sobre a concessão da compensação financeira auxílio escola à servidor público efetivo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV ;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 120/2011, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Barra Velha, em seu art. 54, inciso IV, alínea "d" trata da compensação financeira intitulada auxílio escola;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 122/2011, alterada pela Lei Complementar nº 217/2017, fixou o percentual da compensação financeira em 50% do custo;

CONSIDERANDO que o servidor público efetivo comprovou a despesa mensal;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir ao servidor público efetivo RUBENS TIVES, nomeado nos termos da Portaria nº 07/2016 no cargo de controlador interno, a compensação financeira da espécie auxílio escola, enquanto durar o curso de MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal na instituição de ensino UNINTER Educacional S/A.

Art. 2º O servidor público deverá apresentar perante o Departamento de Pessoal os comprovantes de pagamento das despesas educacionais para recebimento de reembolso da compensação financeira.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos e início de vigência retroagidos à data do protocolo do pedido em 25 de agosto de 2017.

Sala da Presidência, 05 de setembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE BELMONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, DESTINADOS NA MANUTENÇÃO COBALT LT 1.8, PLACA QHD 3325, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS ATÉ ÀS 08:00 HORAS DO DIA 20/09/2017, NO DPTO.. DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, A RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133, INICIANDO A FASE DE LANCES ÀS 08:00 HORAS DO MESMO DIA. INFORMAÇÕES PELO FONE (049) 3625 0066. BELMONTE/SC, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

VOLMIR JOSÉ FROZZA
GESTOR DO FMS

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA PREFEITURA AGOSTO/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE

Folha: 1/1

CNPJ: 11.423.342/0001-30
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2017.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA - ME

CNPJ: 12.664.445/0001-55

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 1/2017

Número do Processo: 23/2017

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 17/2017

Fundamento Legal:

Objeto: O OBJETO DE QUE TRATA O PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DE DOMICÍLIO (BELMONTE-SC/CHAPECÓ-SC) PELO PERÍODO DE 10 DIAS, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 18/08/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/09/2017

Vigência: 18/08/2017 a 31/08/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.950,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA

CNPJ: 79.294.419/0001-53

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 21/2017

Número do Processo: 22/2017

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 18/2017

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, DESTINADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE EMBREAGEM E CÂMBIO DO VEICULO FIAT DUCATO MULTI JAEDI T 2.3, PLACA QHB 7865, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 23/08/2017

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/09/2017

Vigência: 23/08/2017 a 18/11/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 16.074,72

Forma de Pagamento: À Vista

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA PREFEITURA AGOSTO/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 1/2

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2017.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** IS ASSESSORIA E CONSULTORIA SC LTDA**CNPJ:** 04.958.648/0001-26**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2017**Número do Processo:** 55/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 067/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ÁREAS CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, PLANEJAMENTO, PATRIMONIAL, RECURSOS HUMANOS E PREVIDENCIÁRIA E DE CONTROLE INTERNO, DE FORMA PRESENCIAL NA SEDE DO MUNICÍPIO E DE FORMA REMOTA, MEDIANTE ORIENTAÇÕES A DISTÂNCIA VIA TELEFONE, CORREIO ELETRÔNICO OUTRAS FACILIDADES TECNOLÓGICAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO PRESENTE EDITAL E ANEXOS.**Data da Assinatura:** 07/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2017**Vigência:** 07/08/2017 a 30/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.720,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** DONASSOLO & CIA LTDA-ME**CNPJ:** 09.719.898/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 47/2017**Número do Processo:** 67/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 68/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, DESTINADOS NA MANUTENÇÃO DO TRATOR CORTADOR DE GRAMA, BRIGGS E STRATTON, PATRIMÔNIO 2397, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 23/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/08/2017**Vigência:** 23/08/2017 a 17/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.422,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 2/2

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2017.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ABASTECEDORA POVALA EIRELI**CNPJ:** 12.338.757/0001-79**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2016**Número do Processo:** 61/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2017-4/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, COM FORNECIMENTO PARA O ANO DE 2017, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 28/08/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2017**Vigência:** 28/08/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.496,14**Forma de Pagamento:** À Vista

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 A 32/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DAS ATAs DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 23/2017, Nº 24/2017, Nº 25/2017, Nº 26/2017, Nº 27/2017, Nº 28/2017, Nº 29/2017, Nº 30/2017, Nº 31/2017 e Nº 32/2017.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		
Item	Produto	Valor Unit.
4	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 13 X 3 30G 1/2 C/100 UND	9,00
23	COLCHAO PIRAMIDAL D-28 (TIPO CAIXA DE OVO) SOLTEIRO MEDINDO NO MINIMO 1,88X0,85X0,4CM	40,80
73	POVIDINE DEGERMANTE C/1000 ML	13,47
88	SONDA CATETER TIPO OCULOS ADULTO PCT C/10UND	8,70
121	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/500 ML C/CONTA GOTAS	1,82
135	DISPOSITIVO PARA IRRIGAÇÃO PARA USO EM FRASCOS DE SOLUÇÃO EM SISTEMA FECHADO. PONTA PERFURANTE PADRÃO ISO COM PROTETOR. CONE LUER PROTETOR QUE GARANTE A OCLUSÃO DO SISTEMA APÓS O USO.	1,25

BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA		
Item	Produto	Valor Unit.
1	ABAIXADOR DE LINGUA DESCARTAVEL C/100 UND	3,00
2	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS FRC C/100ML	2,90
5	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 13 X 4,5 26G 1/2 C/100UND	6,00
6	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 6 C/100 UND	6,00
7	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 8 C/100 UND	6,00
10	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 40 X 12 18G 1/2 C/100 UND	6,00
12	ALCOOL GEL 70% FRC COM NO MINIMO C/430G	5,30
15	AVENTAL DESCARTAVEL GINECOLOGICO, SEM MANGA, EM TNT, BRANCO, COM TIRAS PARA AMARRAR NO DORSO, MINIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TAMANHO UNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	7,67
26	HASTES FLEXIVEIS DE POLIPROPILENO COM ALGODAO HIDROFILO NAS PONTAS. CAIXA COM 150 UNIDADES	2,20
28	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS. BASTERIOSTATICOS, DIMINUI A CARGA MICROBIANA DE ACOO INSTANTANEA, CONTEM NA SUA FORMULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOLISOPROPILICO E TENSOATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 1000 ML	22,00
29	ENVELOPE AUTO SELANTE 150 X 300 MM C/100 UND	27,00
31	ENVELOPE AUTO SELANTE 230 X 350MM C/100 UND	59,00
36	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 260 MM C/100 UND	19,30

44	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 10CM X 4,5M, COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE E APLICAÇÃO DE MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. FÁCIL DE RASGAR E DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE, É INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, ATADURAS, ENTRE OUTROS. POSSUIR AMPLA GAMA DE UTILIZAÇÃO DENTRO DO AMBIENTE HOSPITALAR, COMO FIXAÇÃO DE CURATIVOS, SONDAS, DRENOS, CATETERES, DISPOSITIVOS DE INFUSÃO INTRAVENOSA, BANDAGENS, JANELAS EM APARELHOS GESSADOS, APARELHOS EXTENSORES ORTOPÉDICOS (TRAÇÃO CUTÂNEA) ETC. FÁCIL DE RASGAR É DE EXCELENTE FIXAÇÃO, FLEXIBILIDADE, RESISTÊNCIA E IMPERMEABILIDADE. ENROLADO EM CARRETÉIS PLÁSTICOS, COM ABAS, PROTEGIDOS TAMBÉM POR CAPAS, QUE MANTÉM A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	5,28
54	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY 100ML. POSSUIR PROPRIEDADES DE FIXAÇÃO E SUSTENTACAO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGACOS DE MATERIAL BIOLÓGICO ESTENDIDOS EM LAMINA DE VIDRO	5,52
56	FRONHA DESCARTAVEL, 50X70. COR BRANCA, EM TNT, PACOTE COM 10 UNIDADES	11,50
57	GEL PARA ECG. MEIO DE CONTATO PARA ELETRODOS. PH NEUTRO. NAO GORDUROSO E INODORO. ATOXICO. PARA USO EXTERNO. C/100G.	1,50
58	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NAO CRITICOS, SOLUCAO A BASE QUATERNARIO DE AMONIO, COM 1000 ML	7,00
69	PAPEL CREPADO 30X30. BRANCO, PARA ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAS. CAIXA COM 500 UNIDADES	47,00
70	PAPEL CREPADO 60X60. BRANCO, PARA ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAS. CAIXA COM 500 UNIDADES	185,00
72	PINÇA ANATOMICA 12 CM, SEM DENTE DE RATO, RETA, DE AÇO	7,50
80	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.27	0,18
82	SERINGA DESCARTAVEL 10ML S/AGULHA	0,22
83	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/AGULHA	0,33
84	SERINGA DESCARTAVEL 03ML S/AGULHA	0,12
85	SERINGA DESCARTAVEL 05ML S/AGULHA	0,14
87	SOLUCAO DE LUGOL 5% C/1000 ML	105,00
89	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 12 C/BALÃO	3,00
90	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 14 C/BALÃO	3,00
91	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 16 C/BALÃO	3,00
92	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 18 C/BALÃO	3,00
93	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 20 C/BALÃO	3,00
94	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 22 C/BALÃO	3,00
95	SONDA URETRAL Nº 14 PCT C/10 UND	5,50
96	SONDA URETRAL Nº 12 PCT C/10 UND	5,30
97	SONDA URETRAL Nº 10 PCT C/10 UND	5,00
98	SONDA URETRAL Nº 8 PCT C/10 UND	5,00
99	SONDA URETRAL N.6 PCT C/10 UND	4,80
127	LENCOL DESCARTAVEL COM ELASTICO 0,90 X 2,10 PACOTE C/10 UND	9,00

PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP

Item	Produto	Valor Unit.
------	---------	-------------

3	AGUA DEIONIZADA EMBALAGEM C/5000ML PARA AUTOCLAVE	6,70
14	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML BICO RETO	2,30
16	COLETOR DE URINA INTERNA FECHADO C/2000 ML	2,70
27	CURATIVO ADESIVO REDONDO POS COLETA/PUNCAO P/SANGUE C/200 UND	10,00
30	ENVELOPE AUTO SELANTE 200 X 300MM C/100 UND	47,90
32	ENVELOPE AUTO SELANTE 50 X 230MM C/100 UND	18,00
34	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 160MM C/ 100 UND	17,90
35	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 230 MM CX C/100	17,90
71	PAPEL LENCOL EM ROLO 70X50. DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, COR BRANCA	6,90
75	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 100 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	34,00
76	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 50 OU 60 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NÃO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	22,00
86	SERINGA DESCARTAVEL 01ML S/AGULHA	0,17
103	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO BRANCO	7,00
118	TERMOMETRO DIGITAL PARA GELADEIRA INTERNO E EXTERNO	49,90
122	TIRAS TESTE DE GRAVIDEZ CX C/100 UND	70,00

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP

Item	Produto	Valor Unit.
100	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/100/125ML SISTEMA FECHADO	2,70
102	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/500ML SISTEMA FECHADO	2,38
129	SORO GLICOFISIOLÓGICO FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	2,78

SALVI LOPES E CIA LTDA

Item	Produto	Valor Unit.
13	ALMOTOLIA ESCURA 125ML BICO RETO	2,29
24	COLETOR DE PERFUROCORANTES 03 LITROS. CONFECCIONADO DE ACORDO COM NBR 13853. CAIXA COM 10 UNIDADES	19,42
25	COLETOR DE PERFUROCORANTES 07 LITROS. CONFECCIONADO DE ACORDO COM NBR 13853. CAIXA COM 10 UNIDADES	26,14
33	ENVELOPE AUTO SELANTE 70 X 130MM C/100 UND	14,89
39	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS, DISPOSITIVO PARA INFUSAO, CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUCOES PARENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUCOES (FRASCO OU BOLSA) AO DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRA VENOSO OU AGULHA). VIABILIZA O CONTROLE DE FLUXO DE SOLUCOES. CONTEM LANCETA PERFURANTE PARA CONEXAO AO RECIPIENTE DE SOLUCAO; CAMARA PARA VISUALIZACAO DE GOTEJAMENTO; CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINCA ROLETE; ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 25 UND, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	40,64

40	ESCOVA ENDOCERVICAL COM PONTA PROTEGIDA, DESCARTAVEL, ATOXICA, PRODUZIDA COM MICRO CERDAS EM NYLON, PONTA PROTEGIDA POR ESFERA DE RESINA. APRESENTACAO EM PACOTES COM 100 UND	20,51
45	ESPATULA DE AYRE PACOTE COM 100 PECAS, ESPATULA DE MADEIRA DE COR NATURAL, LISAS, SUPERFICIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, COM 18CM DE COMPRIMENTO E 1 EXTREMIDADE ARREDONDADA E A OUTRA AFILADA, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSAO, TIPODE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO, ADOTADOS SEGUNDO AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, FABRICACAO/VALIDADE.	5,52
46	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, TAMANHO P. 29 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 24 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 110 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, NÃO ESTERIL E EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	0,8199
47	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO M. 33 MM EMSUA MAIOR LARGURA DISTAL 30 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, NAO ESTERIL E EMBADOS INDIVIDUALMENTE	0,8799
48	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, TAMANHO G. 43 MM EMSUA MAIOR LARGURA DISTAL 36 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS, ARTICULADOS CONTORNOS LISOS E REGULARES, NAO ESTERIL E EMBADOS INDIVIDUALMENTE	0,9799
49	FITA ADESIVA HOSPITALAR 16MM X 50MT	2,27
50	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19MM. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR. BOA FIXACAO, TAMANHO MINIMO DE 30M, EM ROLO.	3,46

51	FITA MICROPOROSA BEGE HIPOALÉRGICA, 5 CM X 4,5 M COMPOSIÇÃO: TECIDO NON-WOVEN À BASE DE FIBRA DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E ADESIVO ACRÍLICO. EM ROLO	2,87
52	FITA MICROPOROSA BRANCO HIPOALÉRGICA, 2,5 CM X 4,5 M COMPOSIÇÃO: TECIDO NON-WOVEN À BASE DE FIBRA DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E ADESIVO ACRÍLICO. EM ROLO	1,56
53	FITA MICROPOROSA BRANCO HIPOALÉRGICA, 5 CM X 4,5 M COMPOSIÇÃO: TECIDO NON-WOVEN À BASE DE FIBRA DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E ADESIVO ACRÍLICO. EM ROLO	2,51
55	FORMOL LIQUIDO 10% C/1000 ML	15,82
59	INDICADOR QUÍMICO MULTIPARAMETROS. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR, PARA COMPROVACAO DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS. CAIXA COM 250 TIRAS.	109,99
60	KIT COLAR CERVICAL EM PLASTICO FLEXIVEL, RESISTENTE, ESTOFADO NAS BORDAS, ALMOFADAS DE APOIO SOBRE O EXTERNO, ALTURA REGULAVEL E FECHO DE VELCRO, ADULTO, TAMANHO P, M E G	57,78

67	LUVA DE PROCEDIMENTO P. DE VINIL, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, SEM TALCO. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	12,24
68	LUVA DE PROCEDIMENTO M. DE VINIL, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, SEM TALCO. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	12,39
74	POVIDINE TOPICO C/1000 ML	17,13
77	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.19	0,1799
78	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.21	0,1799
79	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.23	0,1799
81	SERINGA DE INSULINA DESCARTÁVEL 1,0 ML C/ AGULHA CURTA 8 X 0,3MM (COMPRIMENTO 5/16) (CALIBRE 30G) CONFORME NR 32	0,3699
104	TESOURA IRIS CIRURGICA RETA C/PONTA FINA 12CM	13,99
105	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM	12,99
106	TESOURA IRIS	12,99
107	TOUCA DESCARTAVEL C/ELASTICO PCT C/100 UND	7,85
108	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.3,5	5,09
109	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.5,0	5,09
110	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.7.0	5,09
111	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.7.5	5,12
112	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.8.0	5,16
113	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO N.8.5	5,09
114	UMIDIFICADOR PARA CILINDRO DE OXIGENIO C/250 ML	15,49
115	URIPEN Nº 6 - DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA DE LATEX NATURAL CENTRIFUGADO A 60%. CAIXA C/2 UND	2,09
123	TIRAS TESTE DE URINA COM PROTEINURIA CX C/100 UND	120,00
124	SONDA CATETER TIPO OCULOS INFANTIL PCT C/10 UND	14,09
125	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 FRC C/1000 ML	4,80
126	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% FRC C/1000 ML	13,39
128	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO FRC DE 2L	2,69
132	TALA DE METAL PCT C/12 UND PARA IMOBILIZAÇÃO DE DEDOS COM ESPUMA INDICADA NA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE DEDOS, UTILIZAÇÃO EM GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS, ESPUMA ANTIALÉRGICA ESPESURA 9 MM +- 1 MM, ALUMÍNIO 100% LIGA 1100 A H 14 COM ESPESSURA DE 1,0 MM, DIMENSÕES: LARGURA X COMPRIMENTO 12 MM X 180 MM	20,00
133	CAIXA PORTA LAMINAS COM CAPACIDADE PARA 100 UND	14,99
134	COLETOR COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE DE 80 ML, SEM PÁ, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTÉRIL PCT C/100 UND	33,46

136	MÁSCARA RESPIRATÓRIA TIPO N95 (BICO DE PATO) SEMI -FACIAL DESCARTÁVEL DE MODELO DOBRÁVEL TIPO PFF2 COM SOLDA POR ULTRASSOM EM TODO SEU PERÍMETRO MÁSCARA SEM VÁLVULA QUE RETÉM COM EFICIÊNCIA GOTÍCULAS E MICROORGANISMOS MÁSCARA QUE FILTRA TANTO PARTÍCULAS NÃO BIOLÓGICAS (POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS) COMO DE MICRO - ORGANISMOS (ESFÉRICOS, CILÍNDRICOS, FILAMENTOSOS) NA FORMA DE AEROSSÓIS. ISTO INCLUI PARTÍCULAS QUE PODEM CONTER MATERIAL BIOLÓGICO, COMO FUNGOS, BACILLUS OU VÍRUS NAS LATERAIS EXTERNAS DO RESPIRADOR, FIXADAS DUAS PRESILHAS DE MATERIAL PLÁSTICO, UMA DE CADA LADO, ATRAVÉS DAS QUAIS PASSA UMA FITA ELÁSTICA BRANCA, ENTRELAÇADA NAS PRESILHAS, PERFAZENDO UMA ALÇA NA PARTE SUPERIOR E OUTRA NA PARTE INFERIOR DA CABEÇA DO USUÁRIO PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA COM TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, UTILIZADA PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) VÁLIDO.	2,45
-----	--	------

BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP		
Item	Produto	Valor Unit.
8	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 7 22 G1 C/100 UND	5,90
9	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 30 X 8 21G 1 C/100 UND	5,90
11	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRC C/1000ML	4,55
17	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 14	0,7433
18	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 16	0,709
19	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 18	0,709
20	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 20	0,709

21	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 22	0,709
22	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5 Nº 24	0,7828
37	EQUIPO DE 2 VIAS (MULTIVIAS, POLIFIX) COM CLAMP, QUE SE ADAPTE A QUALQUER EQUIPO/SERINGA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	0,749
38	EQUIPO PARA SORO MACROGOTAS, DISPOSITIVO PARA INFUSÃO, CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUCOES PARENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUCOES (FRASCO OU BOLSA) AO DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRA VENOSO OU AGULHA). VIABILIZA O CONTROLE DE FLUXO DE SOLUCOES. CONTEM LANCETA PERFURANTE PARA CONEXAO AO RECIPIENTE DE SOLUCAO; CAMARA PARA VISUALIZACAO DE GOTEJAMENTO; CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINCA ROLETE; ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE - EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, NUMERO DE LOTE, METODO, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE APRESENTACAO: PACOTE COM 25 UND, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	28,90
101	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/250ML SISTEMA FECHADO	1,90
116	VASELINA LÍQUIDA C/1000ML	17,52
130	SORO GLICOSADO 5% FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	2,083
131	SORO GLICOSADO 5% FRC C/500 ML SISTEMA FECHADO	2,637

ANA MARIA PIRES BELEM ME

Item	Produto	Valor Unit.
41	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89,45

PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

Item	Produto	Valor Unit.
42	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65,00
43	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL OBESO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	74,00
61	LANTERNA CLÍNICA PROFISSIONAL PARA AVALIAÇÃO DO REFLEXO DA PUPILA E EXAMES CLÍNICOS. CONSTRUÍDA EM MATERIAL BRONZE OU AÇO INOXIDÁVEL. LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED 3V, CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE, ACABAMENTO ANODIZADO, MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA, LED DE ALTA POTÊNCIA COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS, CONVENIENTE CLIP DE BOLSO, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (INCLUSAS), LUZ DE LED DE 3000K ("BRANCA QUENTE")	21,41
137	CADEIRA DE RODAS ADULTO, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO, ESTRUTURA DOBRÁVEL EM X, PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, ESTOFAMENTO EM NYLON, RODAS TRASEIRAS DE 24" INJETADAS EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS, RODAS DIANTEIRAS DE 6" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, APOIOS DE BRAÇO FIXOS, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 90 KG, LARGURAS DO ASSENTO: 40 CM	390,00

SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

Item	Produto	Valor Unit.
62	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	0,90

63	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	14,10
64	LUVA DE PROCEDIMENTO M. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	14,10
65	LUVA DE PROCEDIMENTO P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	14,10
66	LUVA DE PROCEDIMENTO G. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	14,10

VIGILANTE DA GLICOSE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA DIABÉTICOS LTDA

Item	Produto	Valor Unit.
117	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO. BIP DIFERENCIADO PARA TEMPERATURAS QUE CARACTERIZAM FEBRE. RECUPERACAO AUTOMATICA DA UTILIDADE DA LETURA EFETUADA; DISPLAY LCD COM RETROILUMINACAO.DESLIGA AUTOMATICAMENTE. METODO DE MEDICAO.SEM CONTATO DISTANCIA EFETIVA: 5CM ~ 8CM	170,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 17 de maio de 2017 a 17 de maio de 2018.

Benedito Novo (SC), 17 de maio de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TP 71/2017 ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

DATA: 04/09/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2017.
MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia – 71/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS NA NOVA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA nomeados pela Portaria nº 002/2017, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia – 71/2017 com o julgamento da habilitação das licitantes participantes TERRAPLENAGEM POFFO LTDA EPP e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME, tendo em vista os pareceres técnico e jurídico emitidos.

Do parecer técnico emitido pelo Engenheiro Civil, Sr. Marco Antônio Mai, sobre o item 9.1.5 (Qualificação Técnica) do Edital, o mesmo verificou e entende que a empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA EPP apresentou acervo compatível com o objeto licitado e que a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME embora não tenha apresentado acervo técnico para a execução de estrutura metálica, o memorial descritivo indica que o dimensionamento da estrutura metálica ficará a cargo da empresa fornecedora da mesma, bem como, o item estrutura metálica não é relevante para a perfeita execução da obra no seu contexto total.

Do parecer jurídico emitido pelo Assessor Jurídico, Sr. Lademir Kummrow, o mesmo verificou e opina que a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME em sua qualificação constou o nome de outra empresa (Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda.), contudo, na parte final da carta de credenciamento, notadamente, da indicação da assinatura, constou corretamente o nome da empresa licitante, assim como o nome do sócio desta (Valmir de Souza) conforme se desprende do contrato social apresentado. Assim, como consta no referido documento a assinatura do sócio da empresa o erro material não desqualifica a carta de credenciamento. Em relação ao acervo técnico apresentado pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME, analisando os autos, tem que no item 01 a estrutura metálica abrange somente cerca de 5% do total da obra. Por sua vez, no item 02 este item abrange cerca de 30% da obra, contudo, não se trata de obra complexa, mas apenas uma cobertura de uma garagem para estacionamento de veículos. Além do mais, denota que do acervo apresentado o profissional responsável possui experiência com construção de cobertura de ginásio com estrutura de pré-moldado que no entendimento, é de execução similar. Do objeto social da empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, de que a mesma não possui objeto social compatível com a licitação, verifica-se que da certidão simplificada que a mesma possui autorização para execução de obra de terraplenagem, urbanização, praças e obras de alvenaria assim como acervo técnico pertinente. Dos documentos apresentados pelas empresas participantes denota-se que todas apresentaram todos aqueles exigidos no Edital.

A comissão de licitações por sua vez, em consulta ao site www.portaltransparencia.gov.br/ceis verificou que nenhuma das empresas licitantes se encontra declarada inidônea ou impedida de licitar por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com os pareceres técnico e jurídico, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, deliberamos pela habilitação das licitantes TERRAPLENAGEM POFFO LTDA EPP e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME, aja visto que as mesmas apresentaram toda a documentação em conformidade com o exigido no Edital.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alínea "a" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Os documentos bem como os pareceres emitidos encontram-se anexos ao processo licitatório e com vistas aos interessados mediante agendamento no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitações.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

EXTRATO DE CONTRATO 108/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 77/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2017

Contratada: PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO COLPOSCÓPIO PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE

Valor Contratado: R\$ 9.200,00

Vigência: 30/08/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 30/08/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93 DO PP 183/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93 DO PP 183/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – OBS. ITENS NÃO ADQUIRIDOS NO PROCESSO 75/2017.

VENCEDOR: L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 318,00

VIGÊNCIA: 06/09/2017 A 06/09/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 01 de setembro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94 DO PP 183/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94 DO PP 183/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – OBS. ITENS NÃO ADQUIRIDOS NO PROCESSO 75/2017.

VENCEDOR: MAYCON WILL - ME

VALOR TOTAL: R\$ 5.829,96

VIGÊNCIA: 06/09/2017 A 06/09/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 01 de setembro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

IL194/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 194/2017-PMB
OBJETO: REVISÃO DE 1000 HORAS DA ESCAVADEIRA JCB 160, OBRIGATÓRIA PARA MANTER A GARANTIA PREVISTA EM CONTRATO DE AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO.

EMPRESA CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 4.211,00 (quatro mil duzentos e onze reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

642.27.1.2101.333903039000000

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade da revisão de 1000

horas da Escavadeira JCB, é de suma importância para a manutenção preventiva e corretiva do equipamento, sendo obrigatória para manter a garantia prevista em contrato e preservar o equipamento de problemas futuros, conforme termo de referência anexado ao processo. Deste modo, optou-se por processo de Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, I:

“para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”. O valor contratado está dentro do praticado no mercado, e a empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro de seu prazo de validade.

Biguaçu, 30 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 08/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 08/2017

Dispõe sobre a aprovação da Inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 12/2013 de 31 de outubro de 2013, do CMAS.

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 01 de setembro de 2017.

- A ATA nº 09/2017.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição dos Serviços de acolhimento em casa lar para idosos carentes com 60 anos ou mais, da Instituição Sociedade Beneficente de Amparo aos Idosos, CNPJ: 81.347.981/0001-40, localizada na Rua Irmã Maria Gema Siqueira, nº 253, Vendaval, Biguaçu/SC,

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de setembro de 2017.

Ana Carolina Lessa
Presidente do CMAS/Biguaçu

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA – DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2017**

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU/SC

ERRATA – DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu torna pública a Errata referente ao Extrato do processo licitatório nº 16/2017 – (Dispensa de Licitação), publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina do dia 04/09/2017.

Onde se lê:

... VALOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R\$ 6.436,00 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)

Leia-se:

... VALOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R\$ 6.666,00 (SEIS MIL, SEISCENTOS E SESENTA E SEIS REAIS.)

Biguaçu/SC, 06 de SETEMBRO de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.440/2017

DECRETO Nº 11.440, DE 02 DE SETEMBRO DE 2017.
INSTITUI O COMITÊ DOS EX-PREFEITOS DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso V, combinado com o art. 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Ex-Prefeitos de Blumenau, com o objetivo de instituir um fórum para o compartilhamento de experiência entre os ex-mandatários do Município acerca de temas de grande repercussão para a cidade por meio da convergência de idéias voltadas à orientação de políticas públicas com foco no aumento dos padrões de desempenho e de qualidade da gestão pública em geral.

Art. 2º O Comitê, sob a coordenação do Prefeito Municipal, será integrado por todos os ex-prefeitos efetivados no cargo, sendo facultativa a participação.

Art. 3º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre, e extraordinariamente, quando convocado pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Compete ao Gabinete do Prefeito disponibilizar os meios materiais e operacionais para a realização das reuniões do Comitê.

Art. 5º Os membros do Comitê não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de setembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.442/2017

DECRETO Nº 11.442 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de 575.380,16 (quinhentos e setenta e cinco mil e trezentos e oitenta reais e dezesseis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – Diretoria de Educação Básica
Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Construção/Cobertura de Quadras Esportivas
Modalidade 3.3.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 571.100,00

Fonte de Recursos 0132.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria de Administrativo - Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manutenção das Atividades Administrativa e Financeira da Sesur
Modalidade 3.3.91 (574) Aplicações Diretas R\$ 4.280,16
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – Diretoria de Educação Básica
Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Construção/Cobertura de Quadras Esportivas
Modalidade 4.4.90 (182) Aplicações Diretas R\$ 571.100,00
Fonte de Recursos 0132.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria de Administrativo - Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manutenção das Atividades Administrativa e Financeira da Sesur
Modalidade 3.3.90 (573) Aplicações Diretas R\$ 4.280,16
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de setembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.443/2017

DECRETO Nº 11.443, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.
ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PONTOS FACULTATIVOS PARA OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "m" e "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o calendário de pontos facultativos para os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município para o ano de 2018, da seguinte forma:

I - dias 12 e 13 de fevereiro, segunda-feira e terça-feira de Carnaval;

II - dia 30 de abril, segunda-feira, antecedente ao feriado do Dia do Trabalho;

III - dia 01 de junho, sexta-feira imediatamente seguinte ao feriado de "Corpus Christi";

IV - dia 16 de novembro, sexta-feira subsequente ao dia da Proclamação da República.

Art. 2º Nas datas a que se refere este Decreto, os serviços considerados essenciais do Município funcionarão em regime de plantão, de acordo com escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas.

Art. 3º Fica excepcionada das disposições deste Decreto a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de setembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2013

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 128/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. LIGIA LÜBKE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO ESF PEDRO KRAUSS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-109/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 743,64 (setecentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos), em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 2.227,25 (dois mil duzentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos) mensais, a contar de 1º de julho de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 26.727,00 (vinte e seis mil setecentos e vinte e sete reais).

DATA: 29 de agosto de 2017.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2014

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 131/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. HERCÍLIO SIMON.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOSÉ REUTER, Nº 1.415, BAIRRO VELHA CENTRAL, UTILIZADO PARA O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. ADELINA MANOEL DA SILVA BRUECKHEIMER.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-105/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 772,92 (setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 1.832,90 (mil oitocentos e trinta e dois reais e noventa centavos) mensais, a contar de 17 de maio de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 21.994,80 (vinte e um mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

DATA: 10 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 142/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 142/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA.

OBJETO: Estabelecer as condições de realização de Estágio Curricular Obrigatório dos cursos disponibilizados pelo CREDENCIADO com base na Lei Federal nº. 11.788 de 25/09/2008, que regula o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior, aos alunos regularmente matriculados nas dependências das unidades vinculadas a Administração Direta - SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-70/2017.

PRAZO: O prazo de vigência do presente CREDENCIAMENTO é de 12 (doze) meses, contados do dia 24 (vinte e quatro) de julho.

PREÇO: O presente credenciamento não possui repasse de recursos financeiros.

DATA: 31 de julho de 2017.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2015

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 165/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE (VIA TERRESTRE) E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÉPTICOS DO SERVIÇO DE SAÚDE.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº. 03-035/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 9.156,11 (nove mil cento e cinquenta e seis reais e onze centavos) em decorrência do reajuste do valor pago por quilo coletado para R\$ 11,82 (onze reais e oitenta e dois centavos) - a contar de 26 de abril de 2017, data limite de apresentação da proposta – totalizando o valor estimado do contrato em R\$ 366.816,71 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e um centavos).

DATA: 10 de agosto de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 194/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RAMOS TEERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA PROFESSOR HERMANN LANGE, BAIRRO FIDÉLIS.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 010/2016.

PRAZO: I. PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga-se de execução até o dia 31 de outubro de 2017; II. PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se

o prazo de vigência por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

DATA: 22 de agosto de 2017.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2015

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 221/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
SRA. NEDJELJKA ZIBERT.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA MAX HUMPT, Nº. 1613, BAIRRO SALTO DO NORTE, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EVELINA E. EICHSTAEDT.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-101/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 874,56 (oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 3.139,32 (três mil cento e trinta e nove reais e trinta e dois centavos) mensais, a contar de 1º de agosto de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 37.671,84 (trinta e sete mil seiscentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

DATA: 25 de agosto de 2017.

EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 255/2015

EXTRATO – 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 255/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (RCF), APP E CASCO PARA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 069/2015

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

DATA: 31 de julho de 2017.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 295/2015

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 295/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O
CONSÓRCIO SQE LUZ - BLUMENAU.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA GESTÃO INTEGRAL DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA,

COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO INFORMATIZADO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 036/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) meses, ou seja, de 29 de abril de 2018 até 28 de outubro de 2020.

PREÇO: Renova o valor do contrato que se mantém em R\$ 33.793.794,90 (trinta e três milhões setecentos e noventa e três mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos).

DATA: 29 de agosto de 2017.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2017

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
EDITAL N. 002/2017

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado n. 002/2017, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2018, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Leis Complementares n. 660/2007, 662/2007, Lei Ordinária n. 7.564/2010 e pelas normas estabelecidas no Edital n. 002/2017 que está disponível no endereço eletrônico www.blumenau.sc.gov.br, aba Blumenau, Processos Seletivos, Secretaria da Educação, Processo Seletivo n. 002/2017.

O período de inscrição será de 20 de setembro de 2017 a 18 de outubro de 2017, no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Prefeitura Municipal de Blumenau – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital n. 002/2017.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2218/2017- SAMAE

NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL
06-2218/2017

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (válvulas e conexões galvanizadas) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 19 de setembro de 2017, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 19 de setembro de 2017, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail compraslicitacoes@samae.com.br ou jonathangirardi@samae.com.br, Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 06/09/2017.
Alexandro Eduardo Fernandes
Diretor Presidente

NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2219/2017- SAMAE

NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL
06-2219/2017

OBJETO Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (tampa p/ reservatório; conexões polietileno, PVC e PL; tubos polietileno e PVC, mangueiras e conexões de compressão) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 21 de setembro de 2017, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 21 de setembro de 2017, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custos site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail compraslicitacoes@samae.com.br/ou jonathangirardi@samae.com.br, Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 06/09/2017.
Alexandro Eduardo Fernandes
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7001/2017 - SAMAE

PORTARIA Nº. 7001/17
CONCEDE LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÃO ESPORTIVA AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

CONCEDER

Licença para competição esportiva com base no artigo 155, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, no XXI JOGOS DA AMIZADE, no dia 08 de setembro de 2017:

RONALDO FURTUNATO, cadastro nº 1876-7, servidor público autárquico municipal desde 01/03/2011, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo 419/1708;

Samae, 04 de setembro de 2017.
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7002/2017 - SAMAE

PORTARIA Nº 7002/17
EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

EXONERAR

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:
THOMAS JEFERSON HAAG, cadastro 2057-5, do cargo de provimento em comissão de Diretor Financeiro, no dia 11 de setembro de 2017.

Samae, 05 de setembro de 2017.
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6014/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6014/2017
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA SALETE ALVES CARNEIRO BECHEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, rESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 1.º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA SALETE ALVES CARNEIRO BECHEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 7.631,52 (Sete mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 21 de agosto de 2017, conforme Processo n.º 02487/08/2017.

Blumenau, 17 de agosto de 2017.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6015/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6015/2017
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, rESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I-A, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.109,45 (Quatro mil, cento e nove reais e quarenta e cinco centavos), a partir de 21 de agosto de 2017, conforme Processo n.º 02428/07/2017.

Blumenau, 17 de agosto de 2017.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6016/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6016/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSA DE LIMA.

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSA DE LIMA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.273,90 (Três mil, duzentos e setenta e três reais e noventa centavos), a partir de 21 de agosto de 2017, conforme Processo n.º 02500/08/2017.

Blumenau, 17 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6017/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6017/2017

RETIFICA A EMENTA E A PARTE NORMATIVA DA PORTARIA N.º 5972/2017 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAIKE LIA FALD DE KRAUSSER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, rESOLVE

RETIFICAR

a ementa e a parte normativa da Portaria N.º 5972/2017, de 13 de julho de 2017, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à servidora pública municipal "MAIKE LIA FALD DE KRAUSSER", quanto ao nome da beneficiária, que foi grafado com incorreção, passando a vigorar na forma correta, como sendo "MAIKE LIA FADL DE KRAUSSER".

Blumenau, 17 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6018/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6018/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 ÀS 14 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, rESOLVE

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 25 de agosto de 2017, às 14 horas.

Blumenau, 21 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6019/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6019/2017

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE, às servidoras públicas municipais relacionadas no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
230680	DAIANA MICHELZ KUNTZ	25/07/2017	21/11/2017
218723	FILOMENA NAZARETH PEREIRA	03/08/2017	30/11/2017
228712	GISELE DE SOUZA ANACLETO	01/08/2017	28/11/2017
228992	INORATA DE SOUZA	04/08/2017	01/12/2017
213160	JANAINA PERINI COSER	27/07/2017	23/11/2017
010792	PAMELA SCHWABE SCHMIDT	11/07/2017	07/11/2017
011319	SAMANTA OLIVEIRA DE ANDRADE	14/08/2017	11/12/2017
228351	SÍLVIA CRISTINA WACHHOLZ	23/07/2017	19/11/2017

Blumenau, 22 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6020/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6020/2017

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 5942/2017 5983/2017 e 5984/2017

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
095230	ALDO ROBERTO LUCCHESI	21/07/2017	20/09/2017
183628	ANA CRISTINA DA SILVA	01/07/2017	28/08/2017
229108	ANA MARIA DE CAMPOS LIMA GARCIA	29/07/2017	29/08/2017
207560	ANA SALETE STADNICK	24/06/2017	31/08/2017
187968	ANDREA DE SOUZA HUTZELMANN	12/07/2017	25/08/2017
201529	ANDREA WERNKE SCHUMACHER	04/07/2017	02/10/2017
231340	ANDREIA FERMINO FERNANDES	01/07/2017	11/08/2017
107794	ANSELMO LEONARDO REYNAUD DOS SANTOS	19/07/2017	04/10/2017
191639	CLEUSA HANOFF DE OLIVEIRA	19/07/2017	21/07/2017
229187	CRISTIANE CAMELIA XAVIER	01/07/2017	16/10/2017
225134	DULCE MARTINS	22/07/2017	22/09/2017
010944	EDMILSON ODELI	01/07/2017	24/11/2017
229056	ELAINE CRISTINA MAÇANEIRO DA SILVA	02/07/2017	08/10/2017
192244	ELIANA MARIA DE AMORIM	09/07/2017	16/10/2017
202444	ELISETTE DOS SANTOS OLIVEIRA	29/07/2017	15/09/2017
228501	FABIANE DOS SANTOS GONÇALVES	26/07/2017	25/08/2017
229278	FABRICIA LORENA SANTOS DA COSTA SILVA LOBO	09/07/2017	06/10/2017
018406	GABRIELA SCHMITT PUHLER HASSE	01/07/2017	31/08/2017
000314	GIOVANI VENSKE	29/05/2017	31/08/2017
231322	GIOVANNA OFRETORIO DE OLIVEIRA MARTINS	06/07/2017	06/10/2017

010987	HARALD TEICHREIEB	06/08/2017	18/08/2017
140244	IRACI SCHEWINSKI	04/08/2017	20/11/2017
229427	JANAINA DA SILVA	08/07/2017	29/09/2017
229000	JANAINA MARQUETTI	01/07/2017	10/11/2017
231118	JANE MARIA SCHABATT SILVESTRIN	09/08/2017	08/12/2017
229296	JOSILEA RAFFAELLI	30/07/2017	13/10/2017
225568	JUCELIA DA SILVA	08/07/2017	21/07/2017
000155	LIGIA ASSINI	24/06/2017	08/09/2017
229883	LILIANE PEREIRA CAMARGO	27/07/2017	16/12/2017
199990	LORENI ALVES DE LIMA HERMANN	01/07/2017	10/11/2017
229138	LOURDES MARONEZ	23/07/2017	31/10/2017
204443	LUCIANA KORRANSKI	01/07/2017	31/08/2017
205982	LUZIA MATYSZIM	11/07/2017	07/11/2017
225258	MAGDA SETTER CIPRIANI	15/07/2017	28/07/2017
091979	MARA REGINA ROSSI HORACIO BORBA	22/08/2017	20/12/2017
095494	MARCIA ANITA COELHO	01/07/2017	14/11/2017
183865	MARCIA APARECIDA SCHMIT PINHEIRO	29/07/2017	11/10/2017
194611	MARCIA MARIA PONTICELLI	28/07/2017	11/08/2017
001519	MARCOS AURELIO SOARES	22/07/2017	20/11/2017
230896	MARIA ODILA DOS SANTOS	08/07/2017	03/10/2017
229505	MARIA ROSA CORREA DA SILVA	16/07/2017	16/09/2017
231220	MARISTELA GUTZ	19/07/2017	17/11/2017
174106	MARISTELA MARTINS	02/07/2017	21/07/2017
225312	NEIDE CRISTIANE LOOS HAMES	16/07/2017	18/08/2017
192937	NEIDE MARIA MUNIZ DA COSTA	11/07/2017	20/10/2017
006505	PEDRO ANDRADE	15/07/2017	29/09/2017
231154	QUEILA EMANUELLE ALBINO	07/08/2017	11/08/2017
229566	RENATA LINHARES DOS SANTOS	15/07/2017	25/08/2017
002127	RENATO WENDHAUSEN JUNIOR	25/07/2017	20/10/2017
230111	RENI BEDIN DE SOUZA	08/07/2017	03/11/2017
230791	RONALDO ZAVAGLIO	06/07/2017	31/10/2017
189235	SHIRLEY SILVA STROMER VERGARA	25/07/2017	20/01/2018
178306	SILVANA NADIR ZIMMERMANN REIS	16/07/2017	13/10/2017
230801	SOLANGE REGINA FUCHS REIS	26/07/2017	23/10/2017
224600	SONIA SUELI EBEL	01/07/2017	27/07/2017
206490	SUELI DUARTE OVIDIO	15/07/2017	03/11/2017
139505	TANIA ISABEL EBEL	08/08/2017	31/08/2017
203696	TEREZINHA APARECIDA CERONI MARTINS	15/07/2017	06/10/2017
230292	THAIS CRISTINA DOS SANTOS	22/07/2017	18/11/2017
229304	THAIS FERNANDA SACHSE DAMASIO	01/07/2017	29/09/2017
225959	VANDA CARDOSO BOBELLO	16/07/2017	08/12/2017
202495	WANDERCLEIA SILVA	18/07/2017	08/12/2017

Blumenau, 22 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6021/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6021/2017

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000,

Nos termos dos artigos 9.º, parágrafo único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
231124	ADRIANA APARECIDA DE AGUIAR CAVEGLION	14/07/2017	31/10/2017
230289	AFRANIO CRISTIANO DO NASCIMENTO	08/08/2017	17/11/2017
228832	ANA KARLA PAGNONCELLI BLOEDORN	18/07/2017	08/12/2017
227447	ANA PAULA MACHADO GHIZONI	08/08/2017	09/09/2017
183393	ANDREA ACIOLI DE BARROS	15/07/2017	29/09/2017
197920	ANDREIA SCHULZ REBLIN	18/07/2017	02/10/2017
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	19/07/2017	02/08/2017
009678	CARLOS EDUARDO CUSTODIO	26/07/2017	09/09/2017
203386	CELY INEZ SCHRAMM TRINDADE	28/07/2017	24/08/2017
004284	CESAR MURILO CAPARELLI	04/08/2017	06/10/2017
200816	CIRLEI TERESINHA DAROS	25/07/2017	23/08/2017
190527	CLARICE DE FATIMA TORRES DE OLIVEIRA	06/07/2017	20/10/2017
106763	DAISY MARIA EVARISTO BERNDT FRISCHKNECHT	04/08/2017	19/09/2017
003237	DAVILSON MARQUES VIEIRA	01/08/2017	17/10/2017
228968	ELIANE KAPULKA	18/07/2017	13/09/2017
174165	FLAVIA NEUMANN BARROSO MAESTRI	18/07/2017	02/10/2017
219177	GRAZIELA ROSANA DA COSTA WRUCK	04/07/2017	01/08/2017
229339	IARA APARECIDA FIAMONCINI PIRES	18/07/2017	02/10/2017
018309	JEAN CHARLES PEDRON	15/07/2017	18/10/2017
230304	JUCELAINE KINCZIKOWSKI	08/08/2017	25/08/2017
178160	JUCIMARA COELHO FABICIACK	21/07/2017	06/09/2017
213594	JULIANA SILVA VELOZA	28/07/2017	14/08/2017
205656	KATIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO	25/07/2017	01/08/2017
231092	KATLYN CRISTINA JAQUES DE ANDRADE	16/07/2017	25/10/2017
183121	LUCIA TERESINHA MARTINS	25/07/2017	08/09/2017
182362	LUCIANO ANTONIO MULLER	26/07/2017	25/08/2017
176982	LUSIMAR SABINO DA SILVA	19/07/2017	04/09/2017
188182	MADALENA ROSA VICENTINI	08/08/2017	18/10/2017
000202	MARCIA MARIA MOURA	07/07/2017	22/07/2017
228754	MARCIA PERES RACHINHAS	14/07/2017	29/07/2017
175200	MARCIA ROSANGELA MARCHETTI SETTER	21/07/2017	31/10/2017
200441	MARCIA ROTHBARTH	09/07/2017	26/09/2017
230375	MARIA ALICE BEDUSCHI MUNDT	11/07/2017	24/09/2017
141267	MARIA MARGARETE DOMINGUES DOS SANTOS	21/07/2017	08/09/2017
185752	MARIA REGINA PERGER	03/08/2017	18/10/2017
180610	MARILENE ROZAR ZIMMERMANN	06/07/2017	20/10/2017
209856	MARTHA VARGAS SANT ANNA VIDOR	01/08/2017	18/08/2017
230364	MARY ELIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	04/08/2017	18/10/2017
230057	MILENA MACHADO	06/07/2017	20/09/2017
170429	MIRIAM TERESA THEWIS	25/07/2017	28/08/2017
229086	NATHALIA MARINA LINHARES DOS SANTOS	22/07/2017	20/09/2017
231429	NOELI MULLER BRUGNAGO	01/08/2017	16/09/2017
231045	PABLINA REGIANE SOETH RONCAGLIO	28/07/2017	13/09/2017
229036	PABLO SANDINO SCHMITT RODRIGUEZ	18/07/2017	03/09/2017
010871	REGINALDO RODRIGUES DA SILVA	14/07/2017	31/10/2017
143049	RITA DE CASSIA BARCELOS	11/07/2017	26/07/2017
206504	ROSANE NICOLETTI	27/07/2017	29/09/2017
192309	ROSANGELA SCHLINDWEIN LIESENBERG	02/08/2017	31/08/2017

225398	ROSEMARI PROBST SOARES	22/07/2017	08/09/2017
179086	ROSICLER RODRIGUES	13/07/2017	28/07/2017
228527	ROSILENE CORREA ALVES	14/07/2017	31/10/2017
231296	SHIRLEI CARLA ZANCANELLA	19/07/2017	18/10/2017
188794	SILVANA PINTO CORREA	26/07/2017	02/10/2017
004836	VERA REGINA DALRI	20/07/2017	04/08/2017
135682	VERONICA WINDISCH	12/07/2017	29/09/2017
000390	VILACI VANIO DE ANDRADE	28/07/2017	12/09/2017
196916	WALKIRIA MADALENA SEDREZ SCABURRI	26/07/2017	20/11/2017

Blumenau, 22 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6022/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6022/2017

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À EOLINA DIAS DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, **RESOLVE**
CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

EOLINA DIAS DA SILVA, cônjuge de ALICIO JOÃO DA SILVA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 12 de agosto de 2017, devendo perceber mensalmente, o valor de R\$ 1.864,71 (Mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 02568/08/2017.

Blumenau, 25 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6023/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6023/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA SALETE DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, **RESOLVE**
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA SALETE DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo 20021010.1.00173/16-2, em 31/03/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sociedade Divina Providência	03/02/1986 a 31/12/1986
Conselho Comunitário do Garcia	05/01/1987 a 18/05/1988
Prefeitura Municipal de Blumenau	23/05/1988 a 28/02/1991
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/03/1991 a 31/07/1994
	01/03/1996 a 30/09/1997

Totaliza o tempo de 3670 (três mil, seiscentos e setenta) dias, correspondente a 10 (dez) anos, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 02583/08/2017.

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6024/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6024/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARA RUBIA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, **RESOLVE**
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARA RUBIA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo 20021010.1.00208/16-0, em 23/09/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Tomé Confeccões e Tecidos Limitada – ME	01/05/1983 a 31/12/1983 01/12/1980 a 31/12/1980
Centro Educacional Pequeno Polegar Ltda.	01/03/1986 a 23/12/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	22/02/1990 a 31/12/1990
Associação Celestin Freinet	18/06/1991 a 01/10/1992
Contribuinte Individual	01/01/2006 a 31/08/2007

Totaliza o tempo de 2326 (dois mil, trezentos e vinte e seis) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 4 (quatro) meses, e 16 (dezesesseis) dias, conforme Processo n.º 02575/08/2017.

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6025/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6025/2017

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À ALIDA HORNBURG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, **RESOLVE**
CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ALIDA HORNBURG, cônjuge de VALDEMIRO HORNBURG, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 15 de agosto de 2017, devendo perceber mensalmente, o valor de R\$ 1.812,79 (Mil, oitocentos e doze reais e setenta e nove centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 02587/08/2017.

Blumenau, 28 de agosto de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 404/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n.º. 404/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 150/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 006

OBJETO: Utilização de espaços físicos para ensino/aprendizagem, do diagnóstico e tratamento de patologias nas áreas clínicas e cirúrgicas em pacientes adultos, por parte de alunos e professores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº. 108/2013 e Contrato nº. 150/2013, firmado em 16 de agosto de 2013.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 150/2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de setembro de 2017 até 31 de agosto de 2018, totalizando 60 (sessenta meses) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 150/2013 e aditivos nºS 01 a 05, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 08 de agosto de 2017.

EXTRATO Nº 403/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 403/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

LUCIANA CARDOSO ME

OBJETO: Aquisição de Cancela Eletrônica para estacionamento, com instalação, para o Campus I e II da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 299/2017 e Contrato nº 227/2017 firmado em 06 de Setembro de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 30.810,00 (trinta mil, oitocentos e dez reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Qtde. / Unid.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6 Conjunto	CANCELA ELETRÔNICA AUTOMÁTICA DE ALTO FLUXO PARA ESTACIONAMENTO. Características: Ciclo de abertura: 245 ciclos mínimo/hora ou de ciclos contínuos. Motor de 01 (um) HP. Tensão/Alimentação motor: 220V – 60Hz monofásica ou 380V trifásica . Tempo de abertura/fechamento de até 2 segundos. Central de comando com desaceleração. Redutor coroa interna em bronze e banhada em óleo. Sistema de destravamento manual. Montagem da barreira de ambos os lados. Escamoteamento de barreira. Gabinete em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó. Porta de inspeção e manutenção. Braço em alumínio de 4 metros com adesivos refletivos vermelho/branco. Sistema de fim de curso com micro Switch. Acessórios: Dois (02) conjuntos de sensores de barreira IR15 IPEC com suportes de alumínio e de altura diferente. Fechamento automático, sendo, somente após a passagem do veículo pelos sensores de barreira IR15 IPEC.	4.575,00	27.450,00
2	6 Serviço	Mão de Obra – Serviço de instalação da Cancela Eletrônica Garantia mínima do serviço: 6 meses.	560,00	3.360,00
Marca e Modelo dos equipamentos		RCG – Blocker Maxi Plus		
Prazo de garantia do serviço		6 (seis) meses		
Prazo de garantia dos equipamentos		12 (doze) meses		
Preço Total Global		Trinta mil, oitocentos e dez reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento (com descarga) dos equipamentos, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, limitada ao término do exercício financeiro, na forma disposta no caput do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 06/09/2017.

CÂMARA MUNICIPAL**MD 2879**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.879

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo, no dia 8 de setembro de 2017, na Câmara Municipal de Blumenau, como medida de economia.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 DE AGOSTO DE 2017.

MARCOS DA ROSA

Presidente

ALMIR VIEIRA

Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA

1º Secretário

MARCELO LANZARIN

2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5081/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 5081/2017,
DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 08 de setembro de 2017, preservando os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 05 de setembro de 2017.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENER,
Prefeito Municipal

PORTARIA 173/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 173/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora público municipal Sr. Fernanda Baldissera, inscrita no CPF sob nº 007.633.079-63, com matrícula sob nº 512-6, ocupante do cargo de Odontóloga-PSF, para acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços nº 001/2017, referente ao Processo Licitatório nº 1810/2017, sendo objeto a Eventual Contratação de serviços de laboratório para Confecção de Próteses Dentárias para atender pacientes da Secretaria de Saúde Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 05 de setembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

65.17 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT FMS.UBS

Decreto N.º 65/17 de 23 de agosto de 2017.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 1201 – CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.33.00.00 (Transferência Conv.União - Saúde – Exercício Anterior) R\$ 218,34

Sub Total R\$ 218,34

Total Geral da Suplementação R\$ 218,34

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 23 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

66.17 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO FMS.UBS

Decreto Nº 66/17 de 23.08.2017

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2345 de 30 de maio de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.33 - Recursos Transf.Conv.União/Saúde R\$ 1.823,66

Total R\$ 1.823,66

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso os rendimentos de aplicação financeira o saldo remanescente depositado pelo Ministério da Saúde do Convênio referente Proposta cadastrada no SICONV de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde nº 13697277000113001, fonte de Recurso 01.33 - Transferência de Convênio União/Saúde, receita: 13.25.01.03 – Remuneração de depósitos bancários – SUS – Construção UBS– com objetivo de construção de unidade básica de saúde no município de Bom Retiro – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, 23 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

67.17 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO FMS.MAC LABORATÓRIO

Decreto Nº 67/17 de 30.08.2017

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2345 de 30 de maio de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.38.65.03 - Recursos Mac-Laboratórios R\$ 92.200,00

Total R\$ 92.200,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a fonte de Recurso 01.38.65.03 – Recursos MAC SUS, receita: 17.21.33.18 – MAC LABORATÓRIO – com objetivo de realização de despesas com saúde referente a exames

laboratoriais, repassado através do Fundo Nacional de Saúde via fundo a fundo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, 30 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Maria Madalena Silveira
Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

849.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIO T. SILVEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 849/17 de 30.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 29 de agosto com término no dia 28 de setembro de 2017 ao funcionário Hélio Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

850.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. OLIVEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 850/17 de 30.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica, no dia 29 de agosto de 2017, a funcionária Maria Lunalva Henckmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

851.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE RAQUEL L. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 851/17 de 30.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 29 de agosto de 2017, a funcionária Raquel de Lima Rodrigues, ocupante do cargo de Professor de Artes - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

852.08.17- P. LIC. GESTAÇÃO LUCIANA P. HOFFMANN
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 852/17 de 30.08.17
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 084/2017 de 30 de agosto de 2017, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 18 de agosto com término no dia 15 de dezembro de 2017 a funcionária Luciana Possenti Hoffmann, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde

- Programa ACS – Rio Frederico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

853.08.17 - P. LIC. PREMIO MARLISE MARINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 853/17 de 30.08.17
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 083/17 de 30.08.17, e despacho em 30.08.17, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em pecúnia, correspondente ao quinquênio 2012 (Dois Mil e Doze) a 2017 (Dois Mil e Dezessete), a funcionária Marlise Marinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

854.09.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE LUCRECIA B. H. ROSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 854/17 de 01.09.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de outubro de 2017, a funcionária Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

855.09.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CLEODETE C. TOMÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 855/17 de 01.09.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 31 de outubro de 2017, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

856.09.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE VOLNEI C. NUNES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 856/17 de 01.09.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 31 de outubro de 2017, ao funcionário Volnei Carlos Nunes, ocupante do cargo de Agente de Esportes – Padrão I – Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

857.09.17 - P. APOSENTADORIA SANDRA M. ROSSINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 857/17 de 01.09.17
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

RESOLVE:

Fica a servidora municipal Sandra Maria Rossini ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Padrão I, Nível 6, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Aposentada por Tempo de contribuição, conforme Benefício 159.584.407-1, Espécie: 42, enquadrada no Regime Geral de Previdência Social, Cfe. Leis Municipais n.º 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 01.09.2017, com benefícios do Caixa do Tesouro Nacional (INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

858.09.17 - P. APOSENTADORIA JOSÉ A. ROVARIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 858/17 de 01.09.17
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

RESOLVE:

Fica o servidor municipal José Artur Rovaris ocupante do cargo efetivo de Pedagogo - Padrão 1 – Nível 09, lotado na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, Aposentado por Tempo de contribuição, conforme Benefício 159.584.417-9, Espécie: 42, enquadrada no Regime Geral de Previdência Social, Cfe. Leis Municipais n.º 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 01.09.2017, com benefícios do Caixa do Tesouro Nacional (INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

859.09.17 - P. FÉRIAS NILTON C. SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 859/17 de 01.09.17
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Nilton Cesar dos Santos, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para goza-las do dia 01 de setembro com término no dia 30 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

860.09.17 - P. FÉRIAS MARIZA BARBOSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 860/17 de 01.09.17
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Mariza Barbosa ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 085/2017 de 01 de setembro de 2017, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 11 de setembro com término no dia 30 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

861.09.17 - P. DES. PROF. NEIDE M. SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 761/17 de 01.08.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

ReSOLVE:

Designar Russiele Rosa Melo, para atuar como Professora de Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 01 de agosto com término no dia 29 de agosto de 2017, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública n.º 09/2017, para Contratação de Professor ACT – Ensino Infantil – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição da Servidora Iara Deucher que encontra-se em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

862.09.17 - P. DES. PROF. IDIANARA AP. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 862/17 de 01.09.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

ReSOLVE:

Designar Idianara Aparecida Serafim, para atuar como Professora de Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de setembro com término no dia 15 de outubro de 2017, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública n.º 09/2017, para Contratação de Professor ACT – Ensino Infantil – Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição da Servidora Lucrécia Barbara Heinz da Rosa que encontra-se em Licença Para Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

863.09.17 - P. DES. SERV. ANGELA L. ANJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 863/17 de 01.09.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

ReSOLVE:

Designar Ângela de Lima dos Anjos, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, no período de 01 de setembro com término no dia 26 de novembro de 2017, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Leni França que encontra-se em Licença Prêmio.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

864.09.17 - P. DES. SERV. TASSIELE RABELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 864/17 de 01.09.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

ReSOLVE:

Designar Tassiele Rabelo, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de setembro com término no dia 27 de setembro de 2017, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Pâmela Steimbach que encontra-se em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

865.09.17 - P. DES. SERV. PATRICIA F. S. SCOTTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 865/17 de 01.09.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

ReSOLVE:

Designar Patrícia Fernanda de Souza Scotti, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de setembro com término no dia 27 de setembro de 2017, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Valéria Scotti que encontra-se em Férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

866.09.17 - P. FÉRIAS VALERIA MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 866/17 de 01.09.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesete) a funcionária Valeria Moretti, Ocupante do cargo de Professor I – 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para goza-las do dia 01 de setembro com término no dia 30 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

867.09.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARLISE MARINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 867/17 de 01.09.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 30 de setembro de 2017, a funcionária Marlise Marinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

868.09.17 - P. DES. SERV. ALINE G. LOCKS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 868/17 de 01.09.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

ReSOLVE:

Designar Aline Galdino Locks, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, no período de 01 de setembro com término no dia 30 de setembro de 2017, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Chamada Pública nº 10/2017 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Marlise Marinho que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

869.09.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SILVANA C. ALANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 869/17 de 04.09.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 04 de setembro com término no dia 06 de setembro de 2017 a funcionária Silvana Cristina Alano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

870.09.17 - P. LIC. PREMIO ARGEU J. G. PADILHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 870/17 de 04.09.17
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 086/17 de 04.09.17, e despacho em 04.09.17, 90 (noventa) dias restantes da Licença Prêmio, para serem usufruídas no período de 04 de setembro de 2017 à 02 de dezembro de 2017, correspondente ao quinquênio 2012 (Dois Mil e Doze) a 2017 (Dois Mil e Dezessete); ao funcionário Argeu Jurandi Gonçalves Padilha, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

871.09.17 - PORT. MEMBROS CONTROLE INTERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria n.º 871/17 de 05.09.17.

Altera a Composição dos Membros da Unidade de Coordenação do Sistema de Controle Interno.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro- SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei n.º 1720 de 17.12.03 e o Art. 57 Parágrafo Primeiro da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03;

ReSOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição dos membros da Unidade de Coordenação do Sistema de Controle Interno, de acordo com a indicação abaixo descrita:

I - Coordenador: Ana Paula Cabral

II - Coordenador Adjunto: Olávio Rovaris

III - Secretário: Verlani Possenti

IV - Vice Secretário: Maria Elisa Nunes Bianchi

V - Conselho Fiscal: Saulo Steimbach
Neiva Regina Deinani Moretti
Ercleia Faustino da Mota

Art. 2º Pelo período de nomeação os funcionários designados perceberão uma gratificação correspondente a 30% do vencimento do cargo, conforme determina a Lei Complementar n.º 01/03 de 02 de Dezembro de 2003.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário Especialmente as Portarias nº 202/08 de 25.03.08, a Portaria nº 099/09 de 04.02.09, a Portaria nº 204/2010 de 26.03.10, a Portaria nº 217/11 de 25.03.2011, a Portaria nº 360/13 de 01.04.13, Portaria nº 946/14 de 12.11.14, Portaria n.º 356/15 de 08.04.15 e Portaria n.º 141/17 de 08.02.17.

Publique-se e Comunique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,
05 de setembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Munic. Adm. e Fazenda

872.09.17 - P. LIC. PREMIO SAULO STEIMBACH
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 872/17 de 05.09.17
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 064/17 de 12.06.17, e despacho em 13.07.17, 90

(noventa) dias de Licença Prêmio, em pecúnia, com pagamento parcelado em nos meses de setembro e outubro de 2017, correspondente ao quinquênio 2012 (Dois Mil e Doze) a 2017 (Dois Mil e Dezesete); ao funcionário Saulo Steimbach, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de setembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 195 E 196/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 195/2017 Pregão Presencial 20/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos de Lubrificantes Ltda- ME.

Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 2.645,45 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Extrato Contrato 196/2017 Pregão Presencial 20/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Globo Auto Center Ltda. ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 247,18 (duzentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos)

Bom Retiro, 06 de setembro de 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMAS 005-2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICIPIO DE BOTUVERÁ

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos serviços e Programas do sistema Único de Assistência social – SUAS 2016.

O conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições reSOLVE:

Art. 1º Aprova o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos serviços e Programas do Sistema Único de Assistência social – SUAS 2016.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 29 de Agosto de 2017.

Antonia Maria da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Botuverá

Braço do Trombudo

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 25/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 25/2017

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 25/2017. Processo licitatório 36/2017. Objeto: Aquisição de uma grade niveladora e uma plantadora e adubadora para a Secretaria Municipal de Agricultura de Braço do Trombudo, com fornecimento das estruturas, divulgação, segurança, limpeza, produção dos shows e demais serviços. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame:

EMPRESA	ITEM	R\$ VALOR
METALÚRGICA FREITAS LTDA EPP 05.852.250/0001-73	1	11.300,00
NILO MEURER EPP CNPJ: 24.735.598/0001-25	2	25.000,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 05/09/2017.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 52/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 052/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 878/2016...

DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0063 R\$ 100.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0063 – Transf. De Conv. – Estado/Saúde, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0038.17 R\$ 60.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0038.17 – MAC, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 3rd - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0038.13 R\$ 20.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.1.90.00.00.00.01.0038.13 R\$ 20.000,00

Art. 4th - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 31 de agosto de 2017.
Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 53/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 053/2017, DE 21 DE JULHO DE 2017
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 878/2016...

DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Projeto: 1.008 – Construção do Paço Municipal e Câmara de Vereadores

Modalidade 4.4.90.00.00.00.01.0064 R\$ 11.111,12

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Obras

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0064 R\$ 14.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0064 – Transf. de Conv. – Estado/Outros, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA

Op. Especial: 0.002 – Contribuição ao PASEP

Modalidade 3.3.90.00.00.00.03.0000 R\$ 40.000,00

Atividade: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Adm, Planej e Fazenda

Modalidade 3.3.90.00.00.00.03.0000 R\$ 56.000,00

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.003 – Manutenção e Melhorias no Sistema de Água

Modalidade 3.1.90.00.00.00.03.0000 R\$ 25.000,00

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.012 – Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto

Modalidade 3.1.90.00.00.00.03.0001 R\$ 7.500,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3rd - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.012 – Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto

Modalidade 3.3.90.00.00.00.03.0037.41 R\$ 8.806,22

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0037.41 – PNAE Ensino Fundamental, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 4th - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0065.80 R\$ 4.425,32

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0065.81 R\$ 15.731,77

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0065 – Transferências do SUAS/Estado, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 5th - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0065.81 R\$ 5.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0065 – Transferências do SUAS/Estado, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 6th - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 31 de agosto de 2017.
Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 008-2017- HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 008/2017-
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 008/2017

1. A Diretora, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 008/2017, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 008/2017 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 04 de setembro de 2017, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 008/2017, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 05 de setembro de 2017.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014-2017 - SAMAE

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 014/2017
Pregão Presencial
Recurso Administrativo
Recorrente: Greide Engenharia Ltda EPP
Objeto: Serviço de Planialtimetria, batimetria e sondagem
Decido por julgar improcedente o presente recurso

Brusque (SC), 05 de setembro de 2017.
Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 12154-2017

PORTARIA N. 12.154, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.
Exonera Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 146/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Carla Cristina Bonamente do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola/Centro de Educação Infantil Noemia Fialho II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

JOSÉ ZANCANARO
Secretário de Educação

PORTARIA Nº 12161-2017

PORTARIA N. 12.161, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

Designa servidor como responsável pelo preenchimento dos formulários do SNIS – Águas Pluviais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar José Alexandre Novak, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, como responsável pelo preenchimento dos formulários do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS – Águas Pluviais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de setembro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 2790-2017

PORTARIA Nº 2.790/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ADRIANA VANELLI, matrícula nº 1000000831, nomeada pela Portaria nº 9189/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2791-2017

PORTARIA Nº 2791/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CARMELU REGINA DE CORDOVA LOPES, matrícula nº 10000000157, nomeada pela Portaria nº 9156/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 18/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2792-2017

PORTARIA Nº 2792/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CEDONI DAS GRAÇAS MOREIRA DALLA COSTA,

matrícula nº 747416, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2793-2017

PORTARIA Nº 2.793/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CELIA REGINA PONTES, matrícula nº 942421, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2794-2017

PORTARIA Nº 2794/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CIBELE MORESCO BOER, matrícula nº 4116763, nomeada pela Portaria nº 9170/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PSICOLOGO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2795-2017

PORTARIA Nº 2795/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora DORLI MARIA DE ABREU FEIX, matrícula nº 1053159, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2796-2017

PORTARIA Nº 2.796/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora DULCIMAR MARTINS GOMES, matrícula nº 1045253, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2797-2017

PORTARIA Nº 2.797/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ERICA RODRIGUES FREIRE, matrícula nº 4116593, nomeada pela Portaria nº 9170/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2798-2017

PORTARIA Nº 2798/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora EDILAINE MARTINS MORATTO OLIVEIRA, matrícula nº 942383, nomeada pela Portaria nº 9170/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2799-2017

PORTARIA Nº 2.799/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora FRANCIELE MARCIA MAYER, matrícula nº 679941, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2800-2017

PORTARIA Nº 2.800/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora GEDALIA BRITO SAMPAIO, matrícula nº 10000001066, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2801-2017

PORTARIA Nº 2801/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora JANDIR AUGUSTO SANTI, matrícula nº 1006835, nomeada pela Portaria nº 9156/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2802-2017
PORTARIA Nº 2802/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora KAROLINE FAVERO, matrícula nº 4116755, nomeada pela Portaria nº 9170/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2803-2017
PORTARIA Nº 2.803/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LUCIA GLORIA DALMOLINE, matrícula nº 10000000245, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009,

regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2804-2017
PORTARIA Nº 2.804/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora LUCINEIA GONÇALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1090330, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2805-2017
PORTARIA Nº 2.805/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA DE JESUS DA ROCHA, matrícula nº 10000000197, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter

preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2806-2017

PORTARIA Nº 2.806/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIANA MOURA FERNANDES, matrícula nº 1056484, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2807-2017

PORTARIA Nº 2.807/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARINI MARIA DUMKE, matrícula nº 684775, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2808-2017

PORTARIA Nº 2.808/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora PAULA CARNEVALI, matrícula nº 4116720, nomeada pela Portaria nº 9170/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2809-2017

PORTARIA Nº 2.809/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ROSELENA FURTIN DA SILVA, matrícula nº 747351, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2810-2017

PORTARIA Nº 2.810/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ROSENEIDE DE SA CAVALCANTE IRMAO, matrícula nº 721972, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2811-2017

PORTARIA Nº 2.811/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SILVANA DE OLIVEIRA KLANN, matrícula nº 883247, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2812-2017

PORTARIA Nº 2.812/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora THUANI DANIELE NOLDIN, matrícula nº 833460, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2813-2017

PORTARIA Nº 2.813/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ZENAIDE NOLDIN, matrícula nº 1052616, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2819-2017

PORTARIA Nº 2.819/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora RITA DE CASSIA SALDANHA PRESTES, matrícula nº 761176, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2820-2017

PORTARIA Nº 2.820/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SANDRA APARECIDA RIBEIRO ANDRADE DAURIA, matrícula nº 1060368, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2821-2017

PORTARIA Nº 2.821/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SOLANGE APARECIDA CANDIDO MAFRA, matrícula nº 840068, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2822-2017

PORTARIA Nº 2.822/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SOLANGE HOFFMANN MACANEIRO, matrícula nº 302139, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2823-2017

PORTARIA Nº 2.823/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora VALMIRA GRIPA, matrícula nº 651940, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009,

regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2824-2017

PORTARIA Nº 2.824/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora VANESSA MOTA RAU BERTOLINI, matrícula nº 1000131790, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2825-2017

PORTARIA Nº 2.825/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora VILMA LANG matrícula nº 1072765, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos

relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2826-2017
PORTARIA Nº 2.826/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora JANAINA XUDRE DA LUZ ZEN matrícula nº 604550, nomeada pela Portaria nº 9158/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação

PORTARIA Nº 2827-2017
PORTARIA Nº 2.827/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a

servidora LUZIA DOMINGOS RAMOS matrícula nº 798940, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretario Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2828-2017
PORTARIA Nº 2.828/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARGARETE LEANDRO ZANLUCA matrícula nº 801160, nomeada pela Portaria nº 9157/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

JOSE ZANCANARO
Secretário Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2829-2017

PORTARIA Nº 2.829/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA DE FATIMA DE SOUZA MASERA matrícula nº 1024221, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretario Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2830-2017

PORTARIA Nº 2.830/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARILU MAORIZZI BOSIO matrícula nº 4116216, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretario Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2831-2017

PORTARIA Nº 2.831/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARLI KUSTERS matrícula nº 329312, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretario Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2832-2017

PORTARIA Nº 2.832/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidor NARCISO ROSA DE ANDRADE matrícula nº 372471, nomeada pela Portaria nº 9189/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretario Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2833-2017

PORTARIA Nº 2.833/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora PATRICIA OLINGER BAPTISTA matrícula nº 877301, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSE ZANCANARO

Secretario Municipal da Educação

PORTARIA Nº 2907-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2907/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
14753	0	FABIO CAETANO PEREIRA	Procuradoria Geral do Município	29/08/2017	07/09/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

EDSON RISTOW

Procurador Geral do Município

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PORTARIA Nº 2955-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2955/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
7978	0	LUIZ GIANESINI	Procuradoria Geral do Município	01/09/2017	30/09/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de Setembro de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 2979-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 2979/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
1042440	1	CRISTIANO TITO CORREA	Fundo Municipal de Assistência Social	04/09/2017	18/09/2017	15
4255313	1	EMANUELLE DIAS PINTO	Fundo Municipal de Assistência Social	04/09/2017	03/10/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Setembro de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 2980-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 2980/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4120469	1	GERALDO JOSE DE CARVALHO NETO	Secretaria de Orçamento e Gestão	04/09/2017	18/09/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Setembro de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

Caçador

PREFEITURA

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - PMC

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES - RENOVAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representado pela Sr. MARCELO WAIS, brasileiro, solteiro, Segurador/Diretor, inscrita no CPF sob nº 632.005380-15, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS. O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 23.690,50 (vinte e três mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos). O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 11 de julho de 2017 e findando dia 11 de julho de 2018.

DECRETO Nº 7.226

DECRETO Nº 7.226, de 28 de agosto de 2017.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 13.765 e 35.473, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Stefan Szylewicz e Grace Kanarek Szylewicz, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 525,22m² (quinhentos e vinte e cinco metros e vinte e dois decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Irmão Guido Gabriel; deste, segue, confrontando com a Rua Irmão Guido Gabriel com o azimuth de 164º47'10" e a distância de 18.64 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.821 com o azimuth de 249º16'36" e a distância de 27.26 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.473 com o azimuth de 336º15'52" e a distância de 18.02 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.766 com o azimuth de 66º06'34" e a distância de 3.86 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.766 com o azimuth de 68º31'02" e a distância de 26.15 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – terreno urbano com 150,63m² (cento e cinquenta metros e sessenta e três decímetros quadrados), partindo do marco 5=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 13.765; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.765 com o azimuth de 156º15'52" e a distância de 18.02 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.821 com o azimuth de 249º16'36" e a distância de 8.61 m até o marco 3; deste, segue, confrontando

com os imóveis constantes das matrículas nº 4.478 e nº 6.185 com o azimuth de 337º03'00" e a distância de 17.55 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.766 com o azimuth de 66º06'34" e a distância de 8.36 m até o marco 5=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 675,85m² (seiscentos e setenta e cinco metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), localizada na Rua Irmão Guido Gabriel, partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Irmão Guido Gabriel; deste, segue, confrontando com a Rua Irmão Guido Gabriel com o azimuth de 164º47'10" e a distância de 18.64 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.821 com o azimuth de 249º16'36" e a distância de 35.87 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 4.478 e nº 6.185 com o azimuth de 337º03'00" e a distância de 17.55 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.766 com o azimuth de 66º06'34" e a distância de 12.22 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.766 com o azimuth de 68º31'02" e a distância de 26.15 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.228

DECRETO Nº 7.228, de 29 de agosto de 2017.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 88/2017, Concorrência 04/2017, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de muro de contenção, cerca metálica e muro para fechamento em Creche Pró Infância Tipo B, sito na Rua Elias Biasi esquina com Victor Petry, Bairro Alto Bonito:

I – Carine Marcon;

II – Walmir Rigo;

III – Lucas Filipini Chaves.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.229

DECRETO Nº 7.229, de 29 de agosto de 2017.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 102/2017, Tomada de Preços nº 09/2017, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de serviços de sondagem do tipo SPT e mista:

I – Emerson Schmidt;
II – Carolina Fruet de Lima;
III – Lucas Filipini Chaves.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á às 14h00, do dia 18 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.233

DECRETO Nº 7.233, de 30 de agosto de 2017.
Revoga o Decreto nº 6.984/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.984, de 22 de dezembro de 2016, em virtude da edição da Lei Complementar nº 328, de 17 de agosto de 2017, que Altera e acresce dispositivos na Lei nº 54, de 31 de dezembro de 1983, que institui o novo Código Tributário do Município de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066, de 28 de agosto de 2017.
Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 37 e 41, da

Constituição Federal, combinado com o inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no inciso I, do artigo 15 e inciso VIII, do artigo 16, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

Os candidatos aprovados no Concurso Público nº 002/2015 para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS de acordo com a listagem final de classificação homologada pelo nº Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015:

Nome	Cargo	Classificação
Saulo Soares Carlin	Motorista	22º
Ademir Agostini	Motorista	23º

a) Os candidatos deverão se apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067, de 30 de agosto de 2017.
Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no inciso I, do artigo 15 e inciso VIII, do artigo 16, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

O candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2015 para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO de acordo com a listagem final de classificação homologada pelo nº Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015:

Nome	Cargo	Classificação
Jose Augusto Rubini	Técnico em Agrimensura	1º

a) O candidato deverá se apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068, de 1º de setembro de 2017.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no inciso I, do artigo 15 e inciso VIII, do artigo 16, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

Os candidatos aprovados no Concurso Público nº 002/2015 para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS de acordo com a listagem final de classificação homologada pelo nº Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015:

Nome	Cargo	Classificação
Lucas Fernandes de Lara	Agente de Serviços e Obras Especiais	15º
Rudimir da Silva	Agente de Serviços e Obras Especiais	16º
Nilso Roberto Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	17º

a) Os candidatos deverão se apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de setembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.304

PORTARIA Nº 28.304, de 11 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, inciso IV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos públicos abaixo listados em virtude da aposentadoria dos Servidores, especificando código, nome do Servidor, cargo, carga horária semanal, local de lotação e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Local de lotação	Data da vacância
280	Cláudio Granja	Professor do Ensino Fundamental II	20h	Secretaria da Educação	16/07/2017
938	Clemare Aparecida Coelho	Professor do Ensino Fundamental I	40h	Secretaria da Educação	31/07/2017
395	Elizabeth Mary Kinceler	Médico	20h	Secretaria da Saúde	01/07/2017
1495	Nilce Faina Fornari	Professor do Ensino Fundamental II	26h	Secretaria da Educação	01/07/2017
542	Simone Stela Cachoeira	Professor do Ensino Fundamental I	40h	Secretaria da Educação	31/07/2017
10476	Veroni Terezinha Correa Zambonin	Auxiliar em Saúde Bucal	35h	Secretaria da Saúde	01/06/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.311

PORTARIA Nº 28.311, de 14 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos Manuais MCA 102-7 e 105-2 e Instruções ICA 53-2 e 63-10, do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica atribuído ao Servidor ALAN ROCHA LIEGEL, matrícula 10453, ocupante do cargo de Operador de Estação Aeronáutica, o encargo de Responsável Chefe do Aeroporto Municipal Dr. Carlos Alberto da Costa Neves.

Parágrafo único. Compete ao Responsável Chefe, entre outras, as atribuições de coordenação e supervisão das atividades.

Art. 2º. Ficam designados para substituir o Servidor indicado no art. 1º, nas suas faltas, impedimentos ou ausências:

I – 1º Responsável Chefe Substituto: CARLOS ROGÉRIO LEME NAVARRO;

II – 2º Responsável Chefe Substituto: MAXSURE FRANÇA;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2017.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 25.566, de 26 de maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.323

PORTARIA Nº 28.323, de 21 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados nos diversos órgãos Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira a ser pago a partir do mês de agosto de 2017, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 8
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnica em Enfermagem	Nível 5
10863	Analú Regis Fernandes	Psicóloga	Nível 2
11062	Berenice Aparecida dos Santos Bonfim	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 2
3391	Carlos Carlím de Lara	Operador de Máquinas Pesadas	Nível 7
10297	Claudio Sonego	Guarda Municipal	Nível 3
7785	Elizete Farias	Assistente Social	Nível 5
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais I	Nível 12
1899	Itamar Abreu do Nascimento	Motorista de Caminhão	Nível 8
7742	Ivone de Zollner Lara	Técnico em Enfermagem	Nível 5
9355	Leandro Souza de Matos	Analista de Sistemas	Nível 3
7704	Leonice Candiago	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 5
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 3
7735	Rosane Boff	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 5
3262	Rosângela Cristina Malat	Assistente Social	Nível 7
1293	Rosani de Fátima Sabini	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 10
9699	Salete Noll	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 3
7673	Valeria da Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	Nível 5
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	Guarda Municipal	Nível 3

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.332

PORTARIA Nº 28.332, de 22 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nos diversos órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional, especificando código, nome, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
1836	Aldecir Barp	31/01/2013 a 30/01/2014	15/08/2017 a 13/09/2017
1836	Aldecir Barp	31/01/2014 a 30/01/2015	14/09/2017 a 13/10/2017

10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	01/01/2016 a 31/12/2016	28/08/2017 a 06/09/2017
576	Daniel Pires de Camargo	25/05/2015 a 24/04/2016	18/08/2017 a 16/09/2017
9198	Eliane do Amaral	02/03/2016 a 01/03/2017	28/08/2017 a 06/09/2017
8457	Laura Fátima Jesus do Nascimento	08/04/2013 a 07/04/2014	28/08/2017 a 26/09/2017
8457	Laura Fátima Jesus do Nascimento	08/04/2014 a 07/04/2015	27/09/2017 a 26/10/2017
7704	Leonice Candiago	23/07/2012 a 22/07/2013	28/08/2017 a 26/09/2017
14006	Marli Bonfim de Quadros	24/08/2015 a 23/08/2016	28/08/2017 a 16/09/2017
11164	Salete Agusti	20/07/2016 a 19/07/2017	01/08/2017 a 30/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.344

PORTARIA Nº 28.344, de 24 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor Público Municipal EVANDRO CARLOS FRITSCH, matrícula 10779, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, para exercer Função Gratificada - conforme Anexos II e III da Lei Complementar nº 284/2014 - de referência FGR-3 e vinculado à Procuradoria Municipal de Caçador, com a percepção de sua remuneração e mais 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.346

PORTARIA Nº 28.346, de 28 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 26.936, de 25 de maio de 2016, no que se refere aos membros da comissão de avaliação de Estágio Probatório, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	Bolsa Família	Adriana Moreira Bairro Carlos Antonio Arruda Wagner Neiva Viecele

Leia-se:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	Bolsa Família	Paulo Eduardo Estanislovski Carlos Antonio Arruda Wagner Neiva Viecele

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.347

PORTARIA Nº 28.347, de 28 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 27.912, de 24 de abril de 2017, no que se refere aos membros da comissão de avaliação de Estágio Probatório, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Elizete Farias Eunice Misayo Ueda Schayana Zmijevski Simas

Leia-se:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Carlos Antonio Arruda Wagner Eunice Misayo Ueda Schayana Zmijevski Simas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.349

PORTARIA Nº 28.349, de 28 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria 28.212, de 13 de julho de 2017, que colocou à disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação o Servidor ALEXANDRE GRANEMANN LANZINI, matrícula 10464 e ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Art. 2º. DETERMINAR o retorno do Servidor para o desempenho de suas atribuições na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.350

PORTARIA Nº 28.350, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista de Caminhão	05	21/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.351

PORTARIA Nº 28.351, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, a ser pago a partir do mês de agosto, especificando código, nome, cargo e data de admissão, conforme segue:

Código	Nome da Servidor	Cargo	Data de admissão
1073	Claudenir Leidens	Odontólogo	01/08/1992

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.352

PORTARIA Nº 28.352, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 124 e 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio aos Servidores a seguir relacionados, especificando código, nome, cargo, local de atuação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período de Aquisição	Período de gozo
629	Eliete Catarina D'Agostini	Técnica em Secretariado	Secretaria de Administração	11/03/1992 a 11/03/1997	28/08/2017 a 26/09/2017
2631	Lurdes de Jesus Fernandes	Servente	Secretaria da Educação	01/06/2011 a 16/11/2016	16/08/2017 a 13/11/2017
2608	Maria Madalena Palmeira	Servente	Secretaria da Saúde	01/05/2006 a 01/05/2011	01/09/2017 a 29/12/2017
7669	Patrícia Aparecida Rodrigues de Miranda	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria da Administração	16/07/2007 a 16/07/2012	06/11/2017 a 04/01/2018
7669	Patrícia Aparecida Rodrigues de Miranda	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria da Administração	16/07/2012 a 16/07/2017	05/01/2018 a 03/02/2018
726	Roseli Aparecida Costenaro	Técnica em Administração	Cartório Eleitoral da 006ª Zona Eleitoral	03/10/1994 a 03/10/1999	01/09/2017 a 30/09/2017
726	Roseli Aparecida Costenaro	Técnica em Administração	Cartório Eleitoral da 006ª Zona Eleitoral	03/10/1999 a 03/10/2004	01/10/2017 a 29/12/2017
726	Roseli Aparecida Costenaro	Técnica em Administração	Cartório Eleitoral da 006ª Zona Eleitoral	03/10/2004 a 03/10/2009	30/12/2017 a 29/03/2018
726	Roseli Aparecida Costenaro	Técnica em Administração	Cartório Eleitoral da 006ª Zona Eleitoral	03/10/2009 a 03/10/2014	30/03/2018 a 27/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.353

PORTARIA Nº 28.353, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a Servidora AMANDA DE ALMEIDA KIRSCHNER do cargo em comissão de Diretora de Extensão Rural, referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e nomeada pela Portaria nº 22.577, de 17 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.354

PORTARIA Nº 28.354, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente o Servidor a seguir relacionado, especificando: código, nome, cargo, local de lotação e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Data da disposição
2650	Odney Leite	Motorista Caminhão	Secretaria Municipal da Saúde	14/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.355

PORTARIA Nº 28.355, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o Servidor ADILBERTO SANTOS DE OLIVEIRA, matrícula 5220, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Agrícolas e Florestais II, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e nomeado através da Portaria nº 15.140, de 18 de janeiro de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.356

PORTARIA Nº 28.356, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 3º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências, e artigo 473, inciso I do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Data do óbito
12590	Loraine Borghetti Rotta	Auxiliar de Enfermagem - ESF	02	22/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.357

PORTARIA Nº 28.357, de 30 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
837	Fatima Aparecida de Castro Michielin	Auxiliar de Enfermagem	08	19/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.358

PORTARIA Nº 28.358, de 30 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor GILMAR ANTONIO GONÇALVES, matrícula 10488, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, 02 (dois) anos de licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2017 a 1º de setembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.359

PORTARIA Nº 28.359, de 30 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal da Saúde a Servidora a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, local de lotação e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Data da disposição
7785	Elizete Farias	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	01/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.363

PORTARIA Nº 28.363, de 30 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I e art. 111 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER às Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na Secretaria Municipal da Educação licença para tratamento de saúde conforme atestados médicos apresentados, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – Data início
1063	Gloria Ribeiro dos Santos	Professora do Ensino Fundamental II	180 dias	02/08/2017 a 28/01/2018
10989	Eliane Alves Pereira	Merendeira Escolar	30 dias	03/08/2017 a 01/09/2017
1165	Nilce Baseggio Frizon	Servente	45 dias	09/08/2017 a 22/09/2017
7777	Rosana Kormann Martins de Oliveira	Secretária Escolar	Indeterminado	27/07/2017 até realização de Perícia
6945	Zeli Moraes de Souza	Auxiliar de Creche e Berçário	Indeterminado	28/07/2017 até realização de Perícia

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.364

PORTARIA Nº 28.364, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as comissões de acompanhamento e avaliação dos estágios probatórios dos Servidores lotados na Fundação Municipal de Esportes, especificando: código, nome do servidor avaliado, cargo, local de atuação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Membros da Comissão
41	Agnaldo Pelegrini de Souza	Professor de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
33	Carine Marla Bosetti	Professora de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
32	Daniele Carlos da Silva	Professora de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt

37	Edevan Perego	Professor de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
40	Juliano Graciano Vaz	Professor de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
34	Lais Souza de Moraes	Professor de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
39	Luciana Aparecida da Silva Baldicera Castilho	Professora de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
38	Mario Luiz Cachinski Junior	Professor de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt
36	Rodolfo Machado de Souza Segundo	Professor de Educação Física	Enemir Corozzola Leandro José Martelo Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.365

PORTARIA Nº 28.365, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os Servidores Públicos abaixo relacionados para exercerem Funções Gratificadas - constantes nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014 – por desempenharem atividades de maior responsabilidade além das previstas nos seus cargos efetivos, especificando: código, nome do Servidor, cargo efetivo, porcentagem da função gratificada e local da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo efetivo	FG %	Local da designação
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	30%	Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
1238	Márcio Henrique Ribeiro da Silva Coelho	Secretário Escolar	30%	Secretaria do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico
1720	Sandro Jose Neres da Rocha	Motorista de Caminhão	40%	Fundação de Esportes

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.366

PORTARIA Nº 28.366, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor ODINEY LEITE, matrícula 2650, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão, para exercer o cargo de Coordenador de Saneamento Básico, do Grupo Ocupacional Função de Confiança, referência FCC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.368

PORTARIA Nº 28.368, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição do Presídio Regional de Caçador, o Servidor LUCIANO COLUZZI, matrícula 405, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e lotado na Secretaria da Administração.

Art. 2º. A disposição será com ônus para o Município de Caçador e efeitos a contar de 1º de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.370

PORTARIA Nº 28.370, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 19 e §§ 1º e 5º, do artigo 40 da Constituição Federal, combinado com a redação do § 5º, do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado o pagamento do abono de permanência por ter completado o tempo de contribuição para aposentadoria e continuar desempenhando suas funções, a ser pago a contar de 1º de agosto de 2017, especificando código, nome, cargo e local de lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Local de Lotação
342	João Pedro Soares	Motorista de Caminhão	Secretaria de Infraestrutura

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.371

PORTARIA Nº 28.371, de 31 de agosto de 2017.

Dispõe sobre nomeação de cidadão aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, alterada pela Lei Complementar nº 325, de 22/06/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 que homologou o resultado final, o cidadão EDUARDO ALISSON SPORR para ocupar o cargo de Motorista, pertencente ao Grupo Ocupacional Operacional, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, com data de nomeação, de posse e início do exercício a partir de 04 de setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.374

PORTARIA Nº 28.374, de 31 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Familiar	Total de dias	Período
3266	Roselaine Aparecida Roesener	Psicóloga	Pai	06 dias	23/08/2017 a 28/08/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.391

PORTARIA Nº 28.391, de 1º de setembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado, lotado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
10	Fábio André Huçulak	Técnico em Desenho	08	26/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de setembro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 113/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 65-2017-PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 113/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 65-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EXECUTADO ATRAVÉS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, INCLUINDO O PRÉ-PREPARO E PREPARO DA MERENDA ESCOLAR NA PRÓPRIA ESCOLA, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS GÊNEROS, E DEMAIS INSUMOS, LOGÍSTICA, SUPERVISÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS UTILIZADOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DESTES EDITAIS LICITATÓRIOS, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES EDUCACIONAIS, ASSISTENCIAIS E CRECHES, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/09/2017 às 14h10min. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de setembro de 2017.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 066 - 2017 - CONCEDE FÉRIAS A STEFANI CIVIDINI BACK**

PORTARIA nº 066 de 04 de setembro de 2017.

Concede 10 dias de férias à servidora Stéfani Cividini Back.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 03/10/2015 a 02/10/2016, a serem gozadas no período de 11/09/2017 a 20/09/2017 à servidora STEFANI CIVIDINI BACK, ocupante do cargo de Tesoureira, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento em até 2 (dois) dias antes do início do período de gozo.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 04 de setembro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

PORTARIA 067 - 2017 - CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO - ADMIR

PORTARIA nº 067 de 05 de setembro de 2017.

Concede Progressão Funcional por curso de capacitação ao servidor Admir José Casagrande

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento no art. 28 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por participação em cursos de formação e/ou capacitação, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2017, ao servidor ADMIR JOSÉ CASAGRANDE, ocupante do cargo de Assistente Legislativo do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, empossado em 01/09/2011, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da classe II-B para II-D na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de setembro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº 152/17

DECRETO Nº 152/17, de 05 de setembro de 2017.

Designa os membros para comporem o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 1.757/2000, de 05 de setembro de 2000 e demais legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º - Ficam pelo presente Decreto, designados os membros para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Caibi:

I - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

- Solange Maria Prior - Titular
- Arlinda Bregalda Arend - Suplente
- Cláudia Regina de Moraes Furlanetto - Titular
- Karine Ceruti - Suplente

II- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Marli Terezinha Chiesa Líbano - Titular
- Marilete Ana Nowotny Perosa - Suplente
- Marlei Fior Bittencourt - Titular
- Janete Primon - Suplente

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Celia Maria Ferronato Marchese - Titular
- Neimar Júnior Worm - Suplente

IV- REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

- Valdecir Basségio - Titular
- Marli Rigon - Suplente

V- REPRESENTANTES DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL

- Rubia Perin - Titular
- Taís Tatiana Bellé - Suplente

Art. 2º - Os serviços do Conselho serão considerados de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre o Município de Caibi e seus membros.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 05 de setembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 003/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2017 – PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 087/2017 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA MONTE POUSO ALTO NO BAIRRO MONTE ALEGRE CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de setembro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO TP 004/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017 – PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 088/2017 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REPERFILAMENTO ASFÁLTICO, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA JOSÉ REBELO DA CUNHA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de setembro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO TP 005/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2017 – PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 089/2017 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL

PARA REPERFILAMENTO ASFÁLTICO, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA MANOEL ANASTÁCIO PEREIRA- BAIRRO CENTRO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de setembro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.265/2017

DECRETO N.º 3.265/2017

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB fundamenta suas ações nas competências que lhe confere a Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007 e a Lei Municipal n.º 1.773, de 14 de junho de 2007;

CONSIDERANDO que o § 7º do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.773/2007 dispõe que os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB serão nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, os seguintes membros:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) titulares: Josué Bento e Iara Canto Garzon;
b) suplentes: Theves Darian dos Santos Ribeiro e Marcela Vidal Eleutério.

II - representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

a) titular: Jane Aparecida da Silva Nunes;
b) suplente: Marisa Pereira Gasparac e Silva.

III - representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Mari Inez Fantoni;
b) suplente: Elias Muller.

IV - representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Alessandro Luiz Pereira;
b) suplente: Edson Schneider da Silva.

V - representantes do Conselho Tutelar:

a) titular: Janaina Joana Simmerman Gervásio;
b) suplente: Diego Raphael Rocha Pereira.

VI - representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal, que não sejam servidores públicos municipais:

a) titulares: Paulo Antunes Maciel e Geovani Simmerman;
b) suplentes: Ari Joaquim Theodolino Rosa e Isaldo Tiscoski da Silva.

VII - representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Municipal, que não sejam servidores públicos municipais:

- a) titulares: Solange Correia e Adriano Machado Bambi;
 - b) suplentes: Severino Amaro da Silva e Izaías de Oliveira Freitas.
- VIII - representantes do Conselho Municipal de Educação:
- a) titular: Luci Meri Gabriel Maul;
 - b) suplente: Luciana Crispim Cruz Coelho.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela atual legislação municipal e atendendo o que estabelece a legislação federal.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB são eleitos para exercer o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevante interesse social.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 2.076/2017.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de setembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2017- PMC - LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 02 E 03.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES COM MONITORES E NOTEBOOKS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciarà às 15:00 horas do dia 22 (Vinte e Dois) de Setembro de 2017, no site www.bnc.org.br

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú 05 de Setembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TP 006/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2017 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA MONTE POUSO ALTO NO BAIRRO MONTE ALEGRE CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:15 horas do dia 25 (Vinte e Cinco) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Setembro de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TP 007/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2017 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REPERFILAMENTO ASFÁLTICO, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA JOSÉ REBELO DA CUNHA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:15 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de setembro de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TP 008/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2017 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REPERFILAMENTO ASFÁLTICO, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA MANOEL ANASTÁCIO PEREIRA- BAIRRO CENTRO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:15 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Setembro de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.730 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.730 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta: Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 37.996,87 (trinta sete mil, novecentos e noventa e seis reais, oitenta e sete centavos), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 32.996,87
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 5.000,00
	Total	R\$ 37.996,87

Art. 2º Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 05 de setembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.731 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.731 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 10.354 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 10.354 de 14 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º) Contratar MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA, Registro no Sistema sob nº 955680, ao Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, Atividades de Nível Superior, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 14 de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição ao Professor Titular MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, que assumiu a Coordenadoria de Esportes e Lazer”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 05 de setembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.732 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.732 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 10.361 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 10.361 de 15 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º) Contratar JÉSSICA CRISTINA WITT, Registro no Sistema sob nº 955682, ao Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, Atividades de Nível Superior, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 15 de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição a Professora Titular BEATRIZ ZANGARI RANK, que passou no corrente ano letivo a Ministrar Aulas nas Oficinas Pedagógicas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.733 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.733 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 10.371 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 10.371 de 20 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º) Contratar ROGÉRIO JORGE SCARPIN, Registro no Sistema sob nº 955687, ao Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, Atividades de Nível Superior, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 20 de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição ao Professor Titular RODOLFO HENRIQUE WORMS, que passou no corrente ano letivo a Ministrar Aulas nas Oficinas Pedagógicas”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.734 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.734 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 10.673 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O Art. 2º do Decreto nº 10.673 de 14 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 3.696,54 (três mil, seiscentos e noventa e seis reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 14 de agosto de 2017 a 07 de fevereiro de 2018”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.735 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.735 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017, pelo disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 e;

Considerando o teor da Súmula nº 22 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que “O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo”;

DECRETA

Art. 1º Exonerar do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal a Servidora Pública Municipal, CHRISTINA DE MEDEIROS, Matrícula Funcional nº 000801, Registro no Sistema sob nº 955467, do Cargo Público de Médico IV (Médico Plantonista), lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo decorre da extinção do cargo público de médico IV prevista pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017 e ante a ausência de estabilidade da servidora pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.736 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.736 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017, pelo disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 e;

Considerando o teor da Súmula nº 22 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que "O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo";

DECRETA

Art. 1º Exonerar do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal o Servidor Público Municipal, DOUGLAS HENRIQUE GOLOX, Matrícula Funcional nº 000880, Registro no Sistema sob nº 955602, do Cargo Público de Médico IV (Médico Plantonista), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo decorre da extinção do cargo público de médico IV prevista pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017 e ante a ausência de estabilidade do servidor público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.737 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.737 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017, pelo disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 e;

Considerando o teor da Súmula nº 22 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que "O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo";

DECRETA

Art. 1º Exonerar do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal o Servidor Público Municipal, JEURI ANTONIO VARGAS PLASCENCIA, Matrícula Funcional nº 000834, Registro no Sistema sob nº 955517, do Cargo Público de Médico IV (Médico Plantonista), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo decorre da extinção do cargo público de médico IV prevista pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017 e ante a ausência de estabilidade do servidor público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.738 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.738 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017, pelo disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 e;

Considerando o teor da Súmula nº 22 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que "O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo";

DECRETA

Art. 1º Exonerar do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal a Servidora Pública Municipal, JULIANA SÜSSENBACH KRAUSS, Matrícula Funcional nº 000849, Registro no Sistema sob nº 955548, do Cargo Público de Médico IV (Médico Plantonista),

lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo decorre da extinção do cargo público de médico IV prevista pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017 e ante a ausência de estabilidade da servidora pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.739 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.739 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017, pelo disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 e;

Considerando o teor da Súmula nº 22 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que "O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo";

DECRETA

Art. 1º Exonerar do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal o Servidor Público Municipal, ONIVALDO DA COSTA MEZEZES, Matrícula Funcional nº 000827, Registro no Sistema sob nº 955501, do Cargo Público de Médico IV (Médico Plantonista), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo decorre da extinção do cargo público de médico IV prevista pela Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017 e ante a ausência de estabilidade do servidor público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.683 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.683 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; ReSOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal, INGRID KURZAWA ZWIENER OSTERMAYER, Matrícula Funcional nº 000850, Registro no Sistema sob nº 955549, ocupante do Cargo Público de Médico, exercendo a Função de Médico II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 01 de setembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017, conforme Atestado Médico emitido e devidamente assinado pela Médica Drª. Caroline Casagrande, em data de 04 de setembro de 2017, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de setembro de 2017 sob nº 12692.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de setembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.684 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.684 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA POR EXTINÇÃO DE CARGO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e ainda, em especial, diante o disposto no art. 69 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e

Considerando o teor do § 3º do artigo 21 da Lei Orgânica Municipal, que determina que "Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo".

Considerando a desnecessidade do serviço público do cargo de médico IV (médico plantonista) declarada pela Portaria nº 14.574, de 08 de agosto de 2017;

Considerando a extinção do cargo público de médico IV (médico plantonista) por força da Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica posto em disponibilidade a Servidora Pública Municipal TERESA CRISTINA ALVES DE MATTOS, Matrícula Funcional nº 000547, Registro no Sistema sob o nº 954653, atualmente ocupante do Cargo Público de Médico IV, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Servidora Pública Municipal ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 06 de setembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WILLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.685 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.685 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO POR EXTINÇÃO DE CARGO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e ainda, em especial, diante o disposto no art. 69 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e

Considerando o teor do § 3º do artigo 21 da Lei Orgânica Municipal, que determina que "Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo".

Considerando a desnecessidade do serviço público do cargo de médico IV (médico plantonista) declarada pela Portaria nº 14.574, de 08 de agosto de 2017;

Considerando a extinção do cargo público de médico IV (médico plantonista) por força da Lei Complementar Municipal nº 130, de 31 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica posto em disponibilidade o Servidor Público Municipal ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº 000804, Registro no Sistema sob o nº 955490, atualmente ocupante do Cargo Público de Médico IV, lotado na Secretaria Municipal

de Saúde.

Parágrafo único. O Servidor Público Municipal ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 06 de setembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

WILLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/09/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 77/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 118/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 20 de Setembro de 2017 às 14 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (TENDAS, GRADES, EQUIPAMENTOS DE SOM, PALCO, GERADOR, BANHEIROS QUÍMICOS, ESTANDES, TS COM TABLADO E TRIO ELÉTRICO) PARA A REALIZAÇÃO DA ROMARIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA..

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 06 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1768/17

PORTARIA Nº 1768/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSLAYNE TAINA POLEZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSLAYNE TAINA POLEZA referente ao período aquisitivo de 01/08/16 a 31/07/17 a serem gozadas no período de 11/09/17 a 10/10/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1769/17

PORTARIA Nº 1769/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA LUCIA GARCIA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA LUCIA GARCIA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 15/04/16 a 14/04/17 a serem gozadas no período de 07/08/17 a 05/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1770/17

PORTARIA Nº 1770/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARYANE CONCEIÇÃO PEDROSO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARYANE CONCEIÇÃO PEDROSO referente ao período aquisitivo de 04/09/15 a 03/09/16 a serem gozadas no período de 31/07/17 a 29/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1771/17

PORTARIA Nº 1771/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO referente ao período aquisitivo de 01/07/16 a 30/06/17 a serem gozadas no período de 26/07/17 a 25/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1772/17

PORTARIA Nº 1772/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CATIA REGINA ALVES XAVIER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CATIA REGINA ALVES XAVIER referente ao período aquisitivo de 14/08/16 a 13/08/17 a serem gozadas no período de 16/08/17 a 14/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1773/17

PORTARIA Nº 1773/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EMERSON LUIZ CARVALHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EMERSON LUIZ CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 15/09/17 a 14/10/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1774/17

PORTARIA Nº 1774/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEYTON ARI VALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEYTON ARI VALTER referente ao período aquisitivo de 01/01/16 a 31/12/16 a serem gozadas no período de 15/07/17 a 13/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1775/17

PORTARIA Nº 1775/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VERA LUCIA ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VERA LUCIA ANTUNES referente ao período aquisitivo de 23/07/16 a 22/07/17 a serem gozadas no período de 31/07/17 a 14/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1776/17

PORTARIA Nº 1776/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) ROZELI APARECIDA FOGAÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) ROZELI APARECIDA FOGAÇA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1777/17

PORTARIA Nº 1777/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) RICARDO BROGLIATO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) RICARDO BROGLIATO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1778/17

PORTARIA Nº 1778/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANTO MARIA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANTO MARIA SILVA referente ao período aquisitivo de 17/02/14 a 16/02/15 a serem gozadas no período de 28/08/17 a 26/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1779/17

PORTARIA Nº 1779/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADENILSON TONHOLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADENILSON TONHOLI referente ao período aquisitivo de 01/08/12 a 31/07/13 a serem gozadas no período de 28/08/17 a 26/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1780/17

PORTARIA Nº 1780/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAREZ AGOSTINHO DOS PASSOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOAREZ AGOSTINHO DOS PASSOS referente ao período aquisitivo de 21/08/16 a 20/08/17 a serem gozadas no período de 28/08/17 a 26/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1781/17

PORTARIA Nº 1781/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIO SADY RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANTONIO SADY RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/04/14 a 31/03/15 a serem gozadas no período de 08/08/17 a 07/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1782/07

PORTARIA Nº 1782/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRA CANANI SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALEXANDRA CANANI SILVA referente ao período aquisitivo de 01/01/16 a 31/12/16 a serem gozadas no período de 28/08/17 a 26/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1783/17

PORTARIA Nº 1783/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUIZ RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUIZ RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 16/04/15 a 15/04/16 a serem gozadas no período de 01/09/17 a 30/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1784/17

PORTARIA Nº 1784/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS referente ao período aquisitivo de 10/03/15 a 09/03/16 a serem gozadas no período de 07/08/17 a 06/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1785/17

PORTARIA Nº 1785/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVORI ANTONIO TROMBETTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVORI ANTONIO TROMBETTA referente ao período aquisitivo de 02/02/15 a 01/02/16 a serem gozadas no período de 03/09/17 a 02/10/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1786/17

PORTARIA Nº 1786/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CRISTINA PEDROSO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA PEDROSO referente ao período aquisitivo de 23/01/16 a 22/01/17 a serem gozadas no período de 20/07/17 a 18/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1787/17

PORTARIA Nº 1787/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) REJANE PAULINA RUPPENTHAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) REJANE PAULINA RUPPENTHAL referente ao período aquisitivo de 01/02/16 a 31/01/17 a serem gozadas no período de 02/08/17 a 11/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1788/17

PORTARIA Nº 1788/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCOS RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCOS RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 17/08/17 a 15/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1789/17

PORTARIA Nº 1789/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALZIMAR DALLOGLIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALZIMAR DALLOGLIO referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 14/08/17 a 12/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1790/17

PORTARIA Nº 1790/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVO ARNILDO MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVO ARNILDO MOREIRA referente ao período aquisitivo de 28/03/16 a 27/03/17 a serem gozadas no período de 08/08/17 a 06/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1791/17

PORTARIA Nº 1791/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THERESINHA APARECIDA PEREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) THERESINHA APARECIDA PEREIRA referente ao período aquisitivo de 05/03/16 a 04/03/17 a serem gozadas no período de 07/08/17 a 05/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1792/17

PORTARIA Nº 1792/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILMAR MARTINS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VILMAR MARTINS referente ao período aquisitivo de 01/08/16 a 31/07/17 a serem gozadas no período de 09/08/17 a 07/09/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1793/17

PORTARIA Nº 1793/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANESSA LOPES VIEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANESSA LOPES VIEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 01/08/17 a 30/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1794/17

PORTARIA Nº 1794/17 de 28/08/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICIA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICIA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 05/07/16 a 04/07/17 a serem gozadas no período de 17/07/17 a 15/08/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1795/17

PORTARIA Nº 1795/17 DE 28/08/17

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA, referente à FGR - II, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/05/2016 a 30/11/2016 – 7 meses e referente à FGR – III correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/03/2017 a 30/07/2017 – 5 meses, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1796/17

PORTARIA Nº 1796/17 DE 28/08/17

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora SANDRA PELENTIR DISSEGNA, referente a FGR - II, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/05/2016 a 30/11/2016 – 7 meses e referente ao período de 01/02/2017 a 30/06/2017 – 5 meses, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1797/17

PORTARIA Nº 1797/17 DE 28/08/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MAYZA OSHIMA PORTUGAL VAZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora MAYZA OSHIMA PORTUGAL VAZ, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 01/09/17 a 30/09/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1798/17

PORTARIA Nº 1798/17 DE 28/08/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA ELENA LESSE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora MARIA ELENA LESSE, referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/08/17 a 15/11/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1799/17

PORTARIA Nº 1799/17 de 28/08/17

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor ATILIO PINTO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, gratificação por titulação, referente à conclusão do ENSINO MÉDIO;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1800/17

PORTARIA Nº 1800/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ROSANGELADAS GRAÇAS FERNANDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ROSANGELADAS GRAÇAS FERNANDES no período de 01/08/17 a 27/11/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1801/17

PORTARIA Nº 1801/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARIAH JULIA PINTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARIAH JULIA PINTO no período de 23/08/17 a 20/12/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1802/17

PORTARIA Nº 1802/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) MARIAH JULIA PINTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) MARIAH JULIA PINTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1803/17

PORTARIA Nº 1803/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) ALDUIR DA SILVA NEPOMUCENO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) ALDUIR DA SILVA NEPOMUCENO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1804/17

PORTARIA Nº 1804/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) WILSIANE APARECIDA GRASSI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) WILSIANE APARECIDA GRASSI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1805/17

PORTARIA Nº 1805/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) ILDA DE NEVES MORAES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) ILDA DE NEVES MORAES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1806/17

PORTARIA Nº 1806/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) MARISTELA MENEGUZZO DE ANDRADE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) MARISTELA MENEGUZZO DE ANDRADE pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1807/17

PORTARIA Nº 1807/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) SONIA APARECIDA MORESCO SARMENTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) SONIA APARECIDA MORESCO SARMENTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de Setembro de 2017.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1808/17

PORTARIA Nº 1808/17 DE 28/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) LINDAMIR FERREIRA SCHEREIBER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) LINDAMIR FERREIRA SCHEREIBER pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1809/17

PORTARIA Nº 1809/17 DE 29/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) ELOI TEREZINHA PINTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) ELOI TEREZINHA PINTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de Setembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1810/17

PORTARIA Nº 1810/17 de 29/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARINA APARECIDA RODRIGUES DE CAMARGO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, considerando que a servidora Lucila Foscarini encontra-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CARINA APARECIDA RODRIGUES DE CAMARGO para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1811/17

PORTARIA Nº 1811/17 DE 31/08/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) MARIZA APARECIDA FOGAÇA CARNEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) MARIZA APARECIDA FOGAÇA CARNEIRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1812/17

PORTARIA Nº 1812/17 DE 01/09/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA TEREZINHA DE OLIVEIRA CORREA FAVARETTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora TEREZINHA DE OLIVEIRA CORREA FAVARETTO, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 01/09/17 a 29/11/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1813/17

PORTARIA Nº 1813/17 de 01/09/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARINA PRATTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARINA PRATTO do cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1814/17

PORTARIA Nº 1814/17 de 04/09/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação,

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1815/17

PORTARIA Nº 1815/17 de 01/09/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) SEBASTIAO DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) SEBASTIAO DE SOUZA, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1816/17

PORTARIA Nº 1816/17 de 04/09/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, considerando que a servidora Viviane Aparecida Mocelin de Oliveira encontra-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de Setembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1817/17

PORTARIA Nº 1817/17 de 04/09/17

RETIFICA PORTARIA Nº 1759/17 DE 21/08/2017 QUE CONTRATOU EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando os documentos anexados à ficha funcional, Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Retificar a portaria Nº 1759/17 que contratou em caráter temporário ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 40 horas semanais, alterando a carga horária para 20 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Setembro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195H/17

PORTARIA Nº 195/17 de 01/09/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) MARIELI FAGUNDES RAUEN

Canísio Isidoro Winkelmann, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora MARIELI FAGUNDES RAUEN, do cargo de FATURISTA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2017.

Canísio Isidoro Winkelmann

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 196H/17

PORTARIA Nº 196/17 DE 04/09/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA VARALDA CORDIOLI

Canísio Isidoro Winkelmann, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SILVANA VARALDA CORDIOLI, para exercer a função de FATURISTA com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03 e posteriores reajustes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Setembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Setembro de 2017.

Canísio Isidoro Winkelmann
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

SAMAE - CAMPOS NOVOS

CONTRATO 25/2017

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO- 25/2017
PREGÃO Presencial 20/2017

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2017

OBJETO: Locação, manutenção e atualização dos software: Contabilidade Publica, compras e Licitações, folha de Pagamento e portal da Transparência

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda

VALOR: O valor mensal deste contrato é de R\$ 1.978,58 (hum mil novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) assim distribuídos:

Contabilidade Publica: R\$ 980,04 (novecentos reais e quatro centavos);

Compras e Licitações: R\$ 375,01 (trezentos e setenta e cinco reais e um centavo);

Folha de Pagamento: R\$ 414,52 (quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos); Portal Transparência: R\$ 209,01 (duzentos e nove reais e um centavo).

PRAZO: 01.09.2017 A 31.08.2018

Campos Novos – SC., 01 de setembro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 223/2017

DECRETO Nº 223/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, reSOLVE:
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade, conforme declaração de quitação da própria empresa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 223/2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003271/14	31/12/2014	PRESTADORA DE SERVIÇOS DUFFECK LTDA	825,00

Canoinhas/SC, 01 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 002/SMS/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 002/SMS/2017

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais que irão atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as Leis Municipais nos 3.869/2005, 2.307/1990 e 5.359/2014.

I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1 O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº de Vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipo de Prova
01	Médico Clínico Geral - ESF	- Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 12.939,66	40h	Títulos; Análise Curricular.
01	Médico	- Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 3.125,40	10h	Títulos; Análise Curricular.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 08 a 22 de setembro de 2017, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas/SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem

rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação exigida para o cargo, acompanhados das respectivas cópias.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sobre qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação além dos já apresentados para a inscrição:

3.3.1 Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

3.3.2 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

3.3.3 Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

3.3.4 Cédula de Identidade (RG);

3.3.5 CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

3.3.6 Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

3.3.7 Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

3.3.8 Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

3.3.9 Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

3.3.10 Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

3.3.11 Número de inscrição no PIS/PASEP;

3.3.12 Fotografia 3X4 recente;

3.3.13 Comprovante de residência atual;

3.3.14 Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

3.4 O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período conforme parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.869/2005, ou até a realização de concurso público.

IV – DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 Médico Clínico Geral – ESF – 40h

É responsável pelo acompanhamento de famílias, atuando na unidade básica de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade. Intervém sobre os fatores de risco na qual a comunidade está exposta. Deve prestar atendimento médico e ambulatorial examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta, e encaminhando os pacientes quando necessário. Deve também, executar atividades médico-sanitárias, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população; participar da equipe multiprofissional e na elaboração de diagnóstico de saúde da área adscrita, analisando dados de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas; estabelecer planos de trabalho, visando prestar assistência integral do indivíduo; participar na elaboração e ou adequação de programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde.

4.2 Médico – 10h

Prestar atividades de assistência integral ao cidadão, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área, como realizar exames médicos, solicitar exames complementares ao diagnóstico, encaminhamentos para internação ou transferência para especialidade, emitir diagnósticos, prescrever e ministrar tratamentos para as diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano; definir instruções; emitir laudos e pareceres; aplicar as leis e regulamentos da saúde pública; desenvolver ações de saúde coletiva; participar de processos educativos, de ensino, pesquisa e de vigilância em saúde.

V - DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E ANÁLISE CURRICULAR

5.1.1 Para comprovação dos títulos, o candidato deverá apresentar, exclusivamente no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas do original para verificação. Ao contrário, as informações prestadas e não comprovadas de forma devida não serão computadas para fins de pontuação.

5.1.2 Não serão considerados, na pontuação, protocolos de documentos, documentos ilegíveis ou incompletos.

5.1.3 A comprovação da experiência de trabalho deverá ser fornecida através de declarações com firma reconhecida de seus signatários e/ou cópia da carteira profissional onde conste o início e o término da experiência e/ou portaria de nomeação.

5.1.4 Serão considerados os certificados dos cursos exigidos para avaliação dos títulos que mencionarem a carga horária e que forem expedidos por Instituição Autorizada.

5.1.5 Para pontuação da formação acadêmica, participação em cursos, congressos, conferências, seminários, simpósios e experiência profissional comprovada na área de atuação serão considerados os critérios descritos abaixo:

- a) doutorado 1,00 (um) ponto por certificado - máximo de 1,0 (um) ponto;
- b) mestrado 0,75 (zero setenta e cinco) ponto por certificado - máximo de 0,75 (zero setenta e cinco) pontos;
- c) especialização na área 0,5 (meio) ponto por certificado, desde que o curso e a entidade que o ministrou atendam aos critérios legais - máximo de 1,0 (um) ponto;
- d) graduação em áreas afins 0,5 (meio) ponto por certificado - máximo 1.0 (um) ponto;
- e) cursos acima de 80 horas 0,25 (zero vinte e cinco) ponto por certificado - máximo de 2,25 (dois e vinte e cinco) pontos;
- f) cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios na área a qual concorre 0,15 (zero quinze) ponto por certificado - máximo de 2,0, (dois) pontos;
- g) exercício profissional na área a qual concorre 1,0 (um) ponto por cada 6 (seis) meses completo - máximo de 6,00 (dois) pontos.

5.1.6 A análise da qualificação profissional, mediante Avaliação Curricular, devidamente comprovado, terá pontuação máxima de 10 pontos, sendo eliminado o candidato que obtiver nota menor que 5 (cinco) nesta fase. O modelo CURRÍCULUM VITAE PADRONIZADO encontra-se em anexo (ANEXO I).

VI – DA CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1 O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será publicado no dia 28 de setembro de 2017 no site da Prefeitura de Canoinhas.

6.2 O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será a média aritmética dos pontos obtidos na Prova de Títulos e Análise Curricular do candidato.

6.3 Os candidatos serão classificados de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontos obtidos.

6.4 O candidato poderá interpor recurso, mediante documento escrito e protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo, na Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 48 horas, contados a partir do primeiro dia útil da divulgação do resultado preliminar da seleção, no horário das 8hs às 12hs, anexando a documentação comprobatória. Caberá a Comissão proceder à análise e julgamento do mesmo.

6.5 Ocorrendo empate no resultado final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I- O candidato com maior pontuação na Análise Curricular;

II- O candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada;

III- O candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato importará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como das normas e procedimentos que vierem a ser editadas e publicadas durante a preparação e execução do certame.

7.2 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

7.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

7.4 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;

7.5 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 05 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CURRÍCULUM VITAE PADRONIZADO

Eu, _____, candidato(a) a função de _____, com carga horária de _____ contratado por Tempo Determinado, cujo número de é _____, apresento e declaro ser de minha exclusiva responsabilidade o preenchimento das informações e que os títulos, declarações e documentos a seguir relacionados são verdadeiros e válidos na forma da Lei, sendo comprovados mediante cópias em anexo autenticadas em cartório, numeradas e ordenadas, num total de _____ folhas, que compõe este Currículo Padronizado, para fins de atribuição de pontos através da Análise Curricular pela Comissão Especial, com vistas à atribuição da nota na presente Processo Seletivo Simplificado.

TÍTULO I – Certificado comprobatório de requisito básico para o cargo: Certificado de Conclusão de Curso. Indicar apenas 01 (um) título, em virtude de não serem cumulativos. 05 (cinco) pontos.

NOME DO CURSO INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO

TÍTULO II – Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado). Limitado a 01 (um) curso de cada e 01 (um), 02 (dois) e 03 (três), pontos respectivamente.

01 – Nome do curso	
02 – Nome do curso	
03 – Nome do curso	

TÍTULO III – Curso correlato com a área de atuação do candidato com carga mínima de 40h (quarenta) horas, limitando a 01 (um) curso e 0,5 (meio) ponto.

NOME DO CURSO INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA

TÍTULO IV – Curso correlato com a área de atuação do candidato com carga mínima de 80h (oitenta) horas, limitando a 01 (um) curso e 01 (um) ponto.

NOME DO CURSO INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA

TÍTULO V – Curso correlato com a área de atuação do candidato com carga mínima de 120h (cento e vinte) horas, limitando a 01 (um) curso e 1,5 ponto.

NOME DO CURSO INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA

TÍTULO VI – Experiência de Trabalho. Mínimo de 6 (seis) meses, limitando-se a 02 anos, sendo 0,25 pontos a cada seis meses.

INSTITUIÇÃO	DE	À
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

Canoinhas, _____, de setembro de 2017.

Assinatura do Candidato

Recebido e conferido por

Nome do responsável pelo recebimento deste documento

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº FME 03/2017(PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FME 06/2017
PREGÃO N.º FME 03/2017 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Canoinhas, por meio da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão n.º 03/2017 (PRESENCIAL), que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE CANOINHAS, NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER. Motivo: Licitação fracassada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito / Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FUNR 04/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FUNR. 05/2017
PREGÃO N.º FUNR. 04/2017 (PRESENCIAL)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/09/2017, às 13h30min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS DA RENAULT MASTER, VIATURA ASU-428, PLACA QID 1547, ANO/MODELO 2015/2016, DE USO DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 13h25min do dia 25/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 103/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 148/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 103/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/09/2017, às 10h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASOLINA COMUM ABASTECIDA NOS VEÍCULOS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h55min do dia 20/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

RESOLUÇÃO 03/2017

RESOLUÇÃO 03/2017

Homologa as inscrições das entidades credenciadas para participação no Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no biênio 2017/2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM, através de sua presidente, Sra. Daniele Ennes Brey, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Municipal nº 6.056/2017, informa sobre a homologação das inscrições das entidades credenciadas para participação no Fórum de Eleição da Sociedade Civil:

CONSIDERANDO as entidades que realizaram inscrição para participação no Fórum de Eleição da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Eleitoral realizada em 31 de março de 2017.

RESOLVE

Art.1º - Homologar as inscrições das entidades credenciadas para participação no Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no biênio 2017/2019.

Entidade	Homologação
Associação Pró Vida Casa Mater Rainha da Paz	Deferida
Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC	Deferida
Hospital Santa Cruz de Canoinhas	Deferida
Lions Clube Canoinhas Ouro Verde	Em fase de recurso
Ordem dos Advogados do Brasil	Em fase de recurso
Rede Feminina de Combate ao Câncer	Deferida
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Canoinhas e Bela Vista do Toldo – SC	Deferida

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 01 de setembro de 2017.

Daniele Ennes Brey

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 49/2017 - CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

PORTARIA Nº 49/2017

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE

DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família ao servidor DANIEL CARVALHO, efetivo no cargo de Agente Legislativo, no período de 01/09/2017 a 30/09/2017, conforme Parecer Jurídico Nº 01/2017.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 01 de setembro de 2017.

Wilmar Sudoski

Presidente

Norma Pereira Zenici Dreher

1ª Secretária 2ª Secretária

Capinzal

PREFEITURA

0857/2017

PORTARIA Nº 00857, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.380, de 21 de abril de 1989, alterada pela Lei nº 1.816, de 14 de abril de 1994 e pela Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, reSOLVE:

Art. 1º Designar ROMI VILARINO LIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder como Superintendente Geral da FME – Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de agosto de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0135/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0022/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0135/2017

Dispensa de Licitação Nº 0022/2017

MARCIA TERESINHA BONATO, Secretária de Educação Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0135/2017 conforme segue:

OBJETO

Aquisição de materiais e instalação para reparos no Ginásio de Esportes da Vila 7 de Julho, junto a Escola Bernardo Moro Sobrinho, através da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Federais.

FORNECEDOR

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	33	Un	Chapa ondulada em aluzinco com medidas de 1,00 metro de largura x 3,63 metros de altura	Serralheria Z.N.	72,60	2.395,80
2	17,30	Mt	Negativa em chapa lisa, em aluzinco, dobrada com 15 x 25 cm	Serralheria Z.N.	10,00	173,00
3	2	Un	Perfil U com base de 0,16 cm com abas iguais de 2,2 cm. Barra de ferro com 06 metros	Serralheria Z.N.	75,00	150,00
4	1	Un	Serviços de mão de obra para instalação de aproximadamente 33 unidades de chapa ondulada em aluzinco nas duas laterais superiores (do telhado) do ginásio de esportes da Vila 07 de Julho	Serralheria Z.N.	2.952,00	2.952,00
5	1	Un	Serviços de mão de obra para instalação de aproximadamente 18 metros de "negativa" em chapa lisa, em uma das laterais (do telhado) do ginásio de Esportes da Vila 07 de Julho	Serralheria Z.N.	180,00	180,00
6	1	Un	Serviços de mão de obra para instalação de 02 barras de 6 metros cada, de Perfil U em mureta interna do ginásio de Esportes da Vila 07 de Julho	Serralheria Z.N.	100,00	100,00
Total						5.950,80

JUSTIFICATIVA

O ginásio junto a Escola Bernardo Moro Sobrinho, além de atender a Escola diretamente, é utilizado pela comunidade na prática de atividades esportivas e lazer.

O ginásio possui a cobertura de aluzinco e não possui o fechamento das laterais da parte superior, o que torna a cobertura vulnerável quando da ocorrência de ventos e fortes chuvas. Infelizmente, a nossa região é sempre alvo de ventanias, causadoras de grandes prejuízos. Com a ocorrência de fortes chuvas e ventos, a cobertura restou prejudicada. Algumas folhas de aluzinco foram movidas e outras retorcidas. De nada adiantaria providências para a troca apenas da cobertura sem que seja providenciado o fechamento deste espaço da parte superior. Sendo assim, solicitamos as providências para a aquisição dos produtos mencionados e contratação dos serviços para a instalação dos referidos.

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
Serralheria Z.N. Montagem e Manutenção LTDA – ME	01; 02; 03; 04; 05 e 06
R\$ 5.950,80 (Cinco mil, novecentos e cinquenta reais e oitenta centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O fornecedor participou de cotação de preços, e o que apresentou menores valores foi selecionado para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de pesquisa de mercado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 71 - Reforma e manutenção dos ginásios de esportes junt

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2.160 - Reforma e manutenção dos ginásios de esportes junt

Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 58 - Salário Educação

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 5 de Setembro de 2017

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretaria de Educação Cultura e Esportes

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0136/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0023/2017

Processo Licitatório Nº 0136/2017

Dispensa de Licitação Nº 0023/2017

MARCIA TERESINHA BONATO, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado e do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0136/2017 conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada em engenharia visando a Elaboração do Projeto Completo de Engenharia, conforme as Normas Técnicas Brasileiras, da Obra de Ampliação da Creche Primeiros Passos, com área a ser ampliada em 330 m² (trezentos e trinta metros quadrados) de modo a possibilitar, com clareza, a realização de licitação, de acordo com a Lei 6.666/93 e suas alterações. Com Recursos Municipais.

FORNECEDOR

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1	Un.	Elaboração do Projeto Completo de Engenharia (Arquitetônico, Sistema Preventivo contra Incêndio e Pânico, Estrutural, Instalações Hidrossanitárias e Projeto das Instalações Elétricas, Orçamento Estimativo e Memorial Descritivo), conforme as Normas Técnicas Brasileiras, para obra de ampliação da Creche Primeiros Passos, com área a ser ampliada de aproximadamente 330,00m² incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, impressões geradas durante o processo e cópia digitalizada em CD.	ESATTO	7.920,00	7.920,00
Total						7.920,00

JUSTIFICATIVA

O município de Capinzal, através da Secretaria Municipal da Educação, realizou um levantamento da demanda de alunos em idade de creche que aguardam na fila de espera por uma vaga. Concluíram que há um número significativo de aproximadamente 122 crianças (em 30/06/2017), aguardando pelo atendimento.

O número de crianças (de 0 a 3 anos e meio) que aguardam vagas é mais concentrado na região do Bairro São Cristóvão. Para atender a essa demanda, o Município de Capinzal está executando uma obra – Creche Tipo Pró-Infância – convênio com o FNDE, mas, a empresa que estava executando a obra, solicitou rescisão de contrato. A conclusão que estava prevista para o segundo semestre de 2018, ficou comprometida com a paralização da obra, que deverá ser licitada novamente e estas questões burocráticas demandam de tempo e da aprovação do FNDE, atrasando ainda mais a conclusão da obra.

Ressaltamos, que se a obra do FNDE- Creche Pró Infância Tipo I, fosse concluída até janeiro de 2018, mesmo assim não conseguiriam atender toda demanda, pois existem algumas turmas de maternal (crianças de 3 a 5 anos) sendo atendidas em escolas de ensino fundamental, em espaços que não são totalmente indicado para o atendimento destas crianças.

O Ministério Público, juntamente com o Conselho Tutelar estão cobrando da Secretaria Municipal da Educação de Capinzal, que as crianças que estão na lista de espera sejam acolhidas imediatamente, ou no máximo, até janeiro de 2018.

Buscando alternativas para ampliar as vagas, buscamos espaços físicos que possibilitassem realizar ampliações nos prédios já existentes e concluímos que a melhor solução para o problema seria a ampliação da Creche Primeiros Passos, que possui um terreno amplo, localizada no acesso a BRF, exatamente no foco da necessidade. A ampliação de mais 3 ou 4 salas de aulas, atenderiam uma parte da demanda existente, na faixa etária de 0 a 3 anos.

O projeto de ampliação deverá ser elaborado em caráter de urgência e por Empresa Especializa a ser contratada, pois a AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense sinalizou que não poderá elaborar o Projeto neste ano, em virtude da enorme demanda de projetos e a falta de pessoal técnico para tal.

Pelo exposto, solicitamos a contratação de Empresa Especializada em projetos de Engenharia para elaborar o Projeto de Ampliação da Creche Municipal Primeiros Passos.

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
ESATTO ENGENHARIA LTDA – ME	01
R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O fornecedor participou de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço relacionado foi obtido por intermédio de ampla pesquisa de mercado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 50 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Es

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 2.031 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Es

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 5 de Setembro de 2017

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretaria de Educação Cultura e Esportes

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0137/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0024/2017

Processo Licitatório Nº 0137/2017

Dispensa de Licitação Nº 0024/2017

MARCIA TERESINHA BONATO, Secretária de Educação Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0137/2017 conforme segue:

OBJETO

Aquisição de cortinas para as portas e janelas do Centro Educacional Prefeito Celso Farina. Com Recursos Municipais.

FORNECEDOR

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1	Un	Aquisição de 15 (quinze) Cortinas em tecido Oxford, com sistema de trilho suíço, na cor branca, medindo 4,72m de largura x 3,96m de altura; e 02 (duas) Cortinas em tecido Oxford, para Hall de Entrada, modelo Brizi, na cor branca, medindo 1,0m de largura x 2,25m de altura. Instaladas.	Art Kin	7.500,00	7.500,00
Total						7.500,00

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes, através da Diretoria de Cultura, fez a retirada das cortinas do Centro Educacional para providenciar a lavagem das mesmas, que encontravam-se em estado precário de conservação e com aspecto muito sujo, buscando desta forma melhorar o aspecto estético. Mas em virtude do desgaste ocasionado pelo tempo, pois as cortinas existentes foram confeccionadas há mais de 20 anos, após a lavagem, o tecido se rasgou completamente, não permitindo a recolocação.

O Centro Educacional Prefeito Celso Farina possui uma agenda de eventos, que são agendados previamente e que necessitam da colocação de cortinas para realização dos eventos.

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
Art Kin Enxovais e Confecções LTDA - ME	01
R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de pesquisa de mercado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 102 - Manutenção do Centro Educacional

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 2 - DIRETORIA DE CULTURA

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 95 - RAIZES CULTURAIS

Projeto/Atividade: 2.053 - Manutenção do Centro Educacional

Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 5 de Setembro de 2017

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretaria de Educação Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 002 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.**

Exmo. Sr.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente - Câmara de Vereadores

Capinzal (SC)

(A/C - Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - Presidente - Vereador Lucas Antônio Dorini)

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 002 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018."

Senhor Presidente,

Os Vereadores que subscrevem abaixo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 121 do Regimento Interno, apresenta Proposta de Emenda Modificativa nº 002/2017, nos anexos do Projeto de Lei nº 019/2017, na forma que segue e modifique-se:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL - Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - Função: Habitação - Subfunção: Habitação Urbana - Programa: HABITAÇÃO POPULAR

Ação: Valor Adicionado:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.058	1 P	Construção de casas populares	Habitações (UN)	10,000	R\$ 420.000,00

Emenda Modificativa	+R\$ 210.000,00
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 213/246 – 30/07/2017	R\$ 630.000,00

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - Unidade: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - Função: Comércio e Serviços - Subfunção: Promoção Comercial - Programa: DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Ação: Valor Suprimido:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.045	1 P	Construção de uma arena multiuso	Edificação (M2)	250,000	R\$ 630.000,00
Emenda Modificativa			-R\$ 210.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 231/246 – 30/07/2017			R\$ 420.000,00		

O valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) foi adicionado na ação de Construção de Casas Populares, a passará para o valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), caso seja aprovada a presente Emenda. Para suplementar a referida ação, foi suprimido o mesmo valor da ação de Construção de Arena Multiuso, onde o saldo ficará n valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) o que não inviabilizará a ação prevista pelo Poder Executivo.

Isto posto, requer-se que a presente Emenda Modificativa siga o tramite regimental, e após seja encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para processamento e tramitação junto ao Projeto de Lei nº 019/2017 – LDO 2018.

Atenciosamente.

Capinzal (SC), 28 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei Legislativo nº 013/2017 - Ementa: Denomina "Centro Social ARLINDO ALVES DA SILVEIRA" a edificação utilizada pela comunidade, localizada no Loteamento João Evangelista Parizotto.

Relator: Vereador Carlos Adriano Zocoli

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 21/08/2017, sob o nº 4324 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 22/08/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, na forma do disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar Federal nº 95/1998, esta quanto à técnica redacional. Os Vereadores autores do Projeto de Lei em tela pretendem denominar o Centro de Eventos do Loteamento Parizotto com o nome do cidadão e ex-Vereador Arlindo Alves da Silveira, em homenagem pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo junto ao citado Loteamento.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Lei Legislativo nº 013/2017. Sala das Comissões, em 4 de setembro de 2017.

Vereador Carlos Adriano Zocoli
Relator

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei Legislativo nº 013/2017. Sala das Comissões, em 4/09/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB Carlos Adriano Zocoli-PSDB/Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei Complementar nº 007/2017 - Ementa: altera a Lei Complementar nº 088/2005, que estabelece modelo de gestão para a administração Pública Municipal e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Capinzal.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 7/08/2017, sob o nº 4294 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 8/08/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é pela legalidade e constitucionalidade do Projeto. O Poder Executivo encaminhou declaração de previsão na LDO do referido cargo, juntamente com a estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, na forma do disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar Federal nº 95/1998, esta quanto à técnica redacional. O Poder Executivo requer autorização legislativa para criar o cargo de Provimento em Comissão (CC) de Coordenador Municipal de Defesa Civil, com carga horária de 20 horas, e com salário inicial de R\$ 1.737,22 (hum mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos).

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 007/2017. Sala das Comissões, em 4 de setembro de 2017.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2017. Sala das Comissões, em 4/09/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores MembrosRenato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 012/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei Legislativo nº 012/2017 - Ementa: Dispõe sobre a criação do programa Cine Câmara, e dá outras providências.

Relator: Vereador Alcidir Afonso Coronetti

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno. O Projeto de Lei é de autoria dos Vereadores Gilmar Junior da Silveira-PSD e Bruno Michel Fávero-SD, o qual foi protocolado nesta Casa em 7/08/2017, sob o nº 4290 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 8/08/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, na forma do disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar Federal nº 95/1998, esta quanto à técnica redacional. Os Vereadores autores do Projeto de Lei pretendem criar o programa "Cine Câmara", com objetivo de oferecer a população de Capinzal um espaço público e gratuito para exibição de filmes e documentários.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Lei Legislativo nº 012/2017. Sala das Comissões, em 4 de setembro de 2017.

Vereador Alcidir Afonso Coronetti
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei Legislativo nº 012/2017. Sala das Comissões, em 4/09/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores MembrosVereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB/Relator Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Resolução nº 001/2017 - Ementa: Institui o Serviço de Ouvidoria no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1 - Relatório: O Projeto de Resolução em apreciação nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, é de autoria da Mesa Diretora desta Casa, objetivando instituir o serviço de ouvidoria na Câmara Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 21/08/2017, sob o nº 4321 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 22/08/2017. Na Assessoria Jurídica desta Casa recebeu parecer favorável pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

2. Análise: O Projeto de Resolução é legal e constitucional, na forma do disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar Federal nº 95/1998, esta quanto à técnica redacional.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Resolução nº 001/2017. Sala das Comissões, em 4 de setembro de 2017.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 001/2017. Sala das Comissões, em 4/09/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores MembrosVereador Renato Marcelo Markus-PR/Relator
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER FINAL PROJETO DE LEI Nº 019/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PARECER FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 019/2017 - Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018.

Relator: Vereador Bruno Michel Fávero

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 14/07/2017, sob o nº 4223 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 18/07/2017. Nesta Comissão de Orçamento, o PL foi recebido em 25/07/2017, tendo recebido Parecer favorável pela Assessoria Jurídica desta Casa, quanto a sua legalidade e constitucionalidade. No dia 21 de agosto de 2017, foi realizada a audiência pública, na forma do edital nº 05/2017, onde após foi aberto o prazo para apresentação de emendas.

Apresentação de emendas: Foram apresentadas 5 emendas, sendo 4 modificativas e uma 1 aditiva, as quais são: Emenda Aditiva nº 001/2017, de autoria dos Vereadores Alcidir Afonso Coronetti-PMDB, Lucas Antonio Dorini-PMDB, Bruno Michel Fávero-SD, Renato Marcelo Markus-PR, Gilmar Junior da Silveira-PSD e Valmor de Vargas-PPS; Emenda Modificativa nº 001/2017, de autoria dos Vereadores Carlos Adriano Zocoli-PSDB e Valmor de Vargas-PPS; Emenda Modificativa nº 002/2017, de autoria dos Vereadores Carlos Adriano Zocoli-PSDB e Alcidir Afonso Coronetti-PMDB; Emenda Modificativa nº 003/2017, de autoria dos Vereadores Carlos Adriano Zocoli-PSDB e Alcidir Afonso Coronetti-PMDB; Emenda Modificativa nº 004/2017, de autoria dos Vereadores Carlos Adriano Zocoli-PSDB e Alcidir Afonso Coronetti-PMDB. Cópias das Emendas acima descritas estão anexadas ao presente parecer.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, sendo de competência do Prefeito a iniciativa do Projeto, o qual Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018. O Projeto de Lei em tela, juntamente com as Emendas apresentadas estão em conformidade com a legislação vigente e o regimento Interno desta Casa.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 019/2017, juntamente com as Emendas descritas acima. Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2017.

Vereador Bruno Michel Fávero
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 019/2017, juntamente com as emendas apresentadas. Sala das Comissões, em 29/08/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente

Vereador Bruno Michel Fávero-SD/Relator Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER PROJETO DE LEI Nº 025/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PARECER

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 025/2017 - Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), para reforço de dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal.

Relator: Vereador Bruno Michel Fávero

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 14/08/2017, sob o nº 4300 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 15/08/2017. Nesta Comissão de Orçamento, o PL foi recebido em 22/08/2017, tendo recebido Parecer favorável pela Assessoria Jurídica desta Casa, quanto a sua legalidade e constitucionalidade.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado de origem do Município de Capinzal, onde o Prefeito requer autorização legislativa para abrir crédito suplementar no orçamento da prefeitura para cobertura de despesas de reforma do ginásio de esportes, no valor de R\$ 177.000,00, e manutenção de convenio de trânsito, no valor de R\$ 40.000,00.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 025/2017. Sala das Comissões, em 22 de agosto de 2017.

Vereador Bruno Michel Fávero
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 022/2017. Sala das Comissões, em 22/08/2017.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Vereadores Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente

Vereador Bruno Michel Fávero-SD/relator

Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 007, DE 26 DE MAIO DE 2017. SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 007, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Institui o tema "Empreendedorismo" na rede Municipal de Ensino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o tema Empreendedorismo no Ensino Fundamental das Escolas da Rede Municipal de Capinzal.

§ 1º Caberá as escolas, citadas no artigo 1º, incluir e ministrar na forma de tema transversal, em projeto extracurricular, com o nome de: Empreendedorismo.

Art. 2º Entende-se por Empreendedorismo o aprendizado pessoal

que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida.

Art. 3º Compete a Secretaria Municipal de Educação pela sua coordenação pedagógica, oferecer as orientações necessárias aos professores para o desenvolvimento do tema.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades da sociedade civil organizada e iniciativa privada.

Art. 5º Na disciplina de Empreendedorismo, a escola deverá atender os seguintes preceitos:

I – noções de empreendedorismo, plano de negócios e empreendedorismo rural (optativo de acordo com a demanda);

II – identificação de oportunidades, preparação para o mercado de trabalho e primeiro emprego;

III – construção de competências profissionais, habilidades sociais e marketing pessoal;

IV- motivação para superação de obstáculos, estímulo à criatividade formando alunos autônomos, éticos e responsáveis;

V- construção de conhecimentos em economia familiar;

VI- orientação vocacional e planejamento de carreira;

VII- orientação e educação financeira;

VIII- ampliação da relação aluno/escola e comunidade;

Art. 6º Fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Capinzal, por meio da sua Secretaria competente, regulamentar e implementar ações pedagógicas que efetivamente garantam a inserção do tema "Empreendedorismo" nas atividades e ou programas que compõem o Ensino Fundamental.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado praticar atos que regulamentem essa Lei no prazo máximo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, com sua aplicabilidade para o Ano Letivo subsequente.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), em 4 de setembro de 2017

Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD
Autor

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 007, DE 26 DE MAIO DE 2017.

SUBSTITUTIVO - JUSTIFICATIVA

O presente SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 07, de 26 de maio de 2017, tem por objetivo promover alteração ao texto original, retirando a obrigatoriedade da disciplina ser incluída na grade curricular, e inserindo como um TEMA TRANSVERSAL, em projeto extracurricular a ser oferecido pelas escolas em formato de oficinas em período de contra turno escolar.

A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A redação do artigo 2º da Lei Federal nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) não deixa dúvidas sobre a necessidade de oferecer ao aluno mais do que o conhecimento curricular. A finalidade maior é garantir o pleno desenvolvimento do educando, capacitando-o para torná-lo um cidadão participativo e preparado para atuar no competitivo mercado de trabalho.

No entanto, a capacitação do ponto de vista do empreendedorismo é um tema ainda distante da realidade da sala de aula. São raras as oportunidades para desenvolver a matéria no decorrer da jornada escolar. Como consequência, o aluno deixa os bancos escolares em meio às incertezas sobre o seu futuro profissional. E sem ao menos desenvolver todas suas habilidades e competências que lhe ajudarão na superação dos desafios na busca do primeiro emprego.

Diante desse quadro de incertezas, o Empreendedorismo torna-se uma ferramenta relevante para a formação do educando. Possibilita o elo entre a educação formal e o mundo do trabalho, desenvolvendo, nos alunos, a autonomia para a tomada de decisões, definição de planos e a criação de oportunidades.

Portanto, empreendedor é, acima de tudo, um cidadão que usa da criatividade e da motivação para superar os desafios que a vida impõe.

A inclusão do Empreendedorismo nas escolas tem como objetivo inserir os alunos em uma cultura empreendedora, a partir do conceito de sustentabilidade e crescimento. A ideia é torná-los críticos e preparados para a descoberta de vocações, com criatividade e técnicas motivacionais que auxiliem no desenvolvimento de capacidades e habilidades individuais.

Hoje, cada vez mais o jovem precisa assimilar os ensinamentos do Empreendedorismo para transpor as inúmeras barreiras impostas pela alta competitividade. A missão da escola não se limita à inserção do aluno no mercado de trabalho, mas capacitá-lo para encarar os desafios de forma equilibrada e sustentável.

Cabe registrar que esta Casa Legislativa encaminhou o texto do presente Projeto de Lei Legislativo ao Conselho Municipal de Educação, para análise e sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Isto posto, o Egrégio Conselho, através do ofício nº 03/2017, de 1º de agosto de 2017, encaminhou sugestão para que fosse efetuada as alterações, as quais foram aprovadas por unanimidade no âmbito do referido conselho, tendo sido inseridas no Projeto de Lei.

Então, finalizando, gostaríamos de poder contar com a costureira atenção desse colegiado, no sentido de aprovarmos a proposta e, concomitantemente, possamos também contar com a sensibilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal para a devida sanção e inclusão no mundo jurídico.

Capinzal(SC), em 4 de setembro de 2017.

Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD
Autor

PROJETO DE LEI NO 026, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

PROJETO DE LEI No 026, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais).

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, vinculadas ao orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, na forma do quadro a seguir:

1301.04.122.0165.2091	Manutenção Administrativa dos Sistemas de Água E Esgoto	FTE	DR	R\$	0,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	3109	000	R\$	80.000,00
1301.17.512.0165.2092	Manutenção e Operação Técnica dos Sistemas de Água E Esgoto	FTE	DR	R\$	0,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	3109	DR	R\$	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	3101	DR	R\$	48.916,71
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	51.083,29
1301.17.512.0165.1085	Ampliação e Automação da Estação de Tratamento de Água	FTE	DR	R\$	0,00
4.4.90.51.00.00.00	Aplicações diretas	3109	DR	R\$	150.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	90.000,00
1301.17.512.0165.1087	Construção de Reservatório de água	FTE	DR	R\$	0,00
4.4.90.51.00.00.00	Aplicações diretas	3109	DR	R\$	75.054,54
4.4.90.51.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	64.945,46
1301.17.512.0165.1088	Implantação de Redes e Adutoras de Água	FTE	DR	R\$	0,00
4.4.90.51.00.00.00	Aplicações diretas	3109	DR	R\$	150.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	50.000,00
	TOTAL GERAL				1.010.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, no valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3000	00	R\$	256.028,75
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3109	00	R\$	705.054,54
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3101	00	R\$	48.916,71
Total Geral			R\$	1.010.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de setembro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL.

Tenho a honra de submeter para análise e deliberação de Vossas Excelências o Projeto de Lei no 026/2017, de 4 de setembro de 2017, que "abre Crédito Adicional Suplementar".

O projeto em referência abre Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), objetivando reforço orçamentário ao orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, para manutenção das atividades administrativas e técnicas da entidade.

Justificativa:

Os saldos orçamentários existentes de algumas dotações do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, conforme nos informa a direção da referida autarquia, não suportarão os custos de manutenção da entidade até o final do presente exercício, necessitando, desta forma, reforço orçamentário em algumas dotações visando a manutenção das atividades administrativas e técnicas dos sistemas de água e esgoto.

Além de ajustes em dotações destinadas à manutenção geral, há a necessidade de suplementação de dotações para realizar os seguintes investimentos:

- Implantação do tratamento do lodo gerado junto a Estação de Tratamento de Água, visando cumprir exigências da legislação ambiental e contribuir para o meio ambiente;
- Execução de novo reservatório de água tratada, com capacidade de aproximadamente 1.070 m³;

c) Implantação de rede adutora de água, de aproximadamente 1.800 metros, com em ferro fundido, com diâmetro DN 250 mm;

Vale ressaltar que estas obras já estão previstas no PPA e no orçamento vigente da Autarquia, possuem respectivas dotações orçamentárias, mas face aos levantamentos de custos atualizados pelo SIMAE, necessita-se dessas suplementações.

O compromisso do SIMAE é de manter os serviços públicos de forma contínua e com qualidade, atendendo aos padrões de eficiência estabelecidos pelas normas relacionadas ao setor de saneamento.

Para cobertura das despesas supra mencionadas, serão utilizados recursos financeiros e orçamentários da própria autarquia provenientes de Superávit Financeiro, conforme especificado no próprio projeto.

Capinzal, SC, 4 de agosto de 2017
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

Exmo. Sr.
Vereador Gilmar Junior da Silveira
Presidente - Câmara de Vereadores
Capinzal (SC)
(A/C - Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - Presidente - Vereador Lucas Antônio Dorini)

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA Nº 001
AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Le Orçamentária de 2018.”

Senhor Presidente,

Os Vereadores que subscrevem abaixo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 121 do Regimento Interno, propõe Emenda Aditiva nº 001/2017, nos anexos do Projeto de Lei nº 019/2017, na forma que segue, modifique-se e adite-seo que segue:

Órgão: GOVERNO MUNICIPAL - Unidade: GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO - Função: Desporto e Lazer - Subfunção: Desporto Comunitário - Programa: ESPORTE E AÇÃO - Ação: Valor Adicionado:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
2.151	1 A	Auxilio Financeiros a entidades Esportivas	Entidades (UN)	10,000	R\$ 0,00
Emenda			+R\$ 30.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página .../246			R\$ 30.000,00		

Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - Unidade: ESPORTES - Função: Desporto e Lazer - Subfunção: Desporto Comunitário - Programa: ESPORTE E AÇÃO - Ação: Valor Suprimido:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.017	1P	Construção de Ginásios esportivos	Edificação (m)	375,000	R\$ 420.000,00
Emenda			-R\$ 30.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 101/246			R\$ 390.000,00		

Justificativa: A presente Emenda destina-se as Entidades Esportivas, legalmente constituídas, com estatuto e CNPJ devidamente regularizados junto aos órgão competentes, e que participam do Campeonato Municipal de Futebol no decorrer do ano de 2018.

O Município deverá regulamentar a forma legal de repasse, através de convênios, na forma da lei, para que Entidades Esportivas possam se manter, pois as mesmas tem despesas durante o ano, seja com aquisição de material esportivo (fardamento, bolas, transporte, aquisição de medicamentos próprios para atendimento dos atletas em campo), manutenção da contabilidade em dia junto aos órgãos públicos.

Cabe registrar que as referidas Entidades Esportivas realizam um trabalho na área do esporte e também no social e lazer, auxiliando assim o Município, pois os eventos que as mesmas participam, muitas vezes são promovidas pelo Poder Público. Logo, a atuação dessas Entidades Esportivas são relevantes para a Comunidade.

O valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinado as Entidades Esportivas é um valor irrisório para o Município, mas de grande relevância as mesmas, sendo que foram realocadas da ação – Construção de Ginásios esportivos - onde caso o Município venha a construir efetivamente o Ginásio, este valor deduzido não será empecilho.

Isto posto, requer-se que a presente Emenda Aditiva siga o tramite regimental, e após seja encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para processamento e tramitação junto ao Projeto de Lei nº 019/2017 – LDO 2018.

Atenciosamente.

Capinzal (SC), 28 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB Vereador Lucas Antônio Dorini- PMDB

Vereador Bruno Michel Fávero-SD Vereador Renato Marcelo Markus-PR

Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD Vereador Valmor de Vargas-PPS

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

Exmo. Sr.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente - Câmara de Vereadores

Capinzal (SC)

(A/C - Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - Presidente - Vereador Lucas Antônio Dorini)

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018.”

Senhor Presidente,

Os Vereadores que subscrevem abaixo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 121 do Regimento Interno, apresenta Proposta de Emenda Modificativa nº 001/2017, nos anexos do Projeto de Lei nº 019/2017, na forma que segue e modifique-se:

Órgão: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - Unidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - Função: Urbanismo - Subfunção: Serviços Urbanos - Programa: TRÂNSITO SEGURO

Ação: Valor Adicionado:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.027	1 P	Const. e manut. de abrigos para passageiros	Abrigos (UN)	7,000	R\$ 31.500,00
Emenda Modificativa			+R\$ 18.500,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 121/246 – 30/07/2017			R\$ 50.000,00		

Órgão: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - Unidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - Função: Urbanismo - Subfunção: Infraestrutura Urbana - Programa: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Ação: Valor Suprimido:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.018	1 P	Const. e Ampl. de Centros Comunitários	Edificação (m)	375,000	R\$ 525.000,00
Emenda Modificativa			-R\$ 18.500,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 106/246 – 30/07/2017			R\$ 506.500,00		

Justificativa: A presente Emenda destina-se ao aumento do valor para construção e manutenção de abrigos para passageiros (Guritas), onde o valor previsto na LDO 2018 é de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), sendo que pela presente Emenda foi adicionado o valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), onde a rubrica ficará com o valor final de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos mil reais) foi deduzido da ação de construção e ampliação de Centros Comunitários, a qual está em R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), e aprovada a presente Emenda, o saldo final será de R\$ 506.500,00 (quinhentos e seis mil e quinhentos reais), o que não inviabilizará as ações previstas pelo Poder Executivo.

Isto posto, requer-se que a presente Emenda Modificativa siga o tramite regimental, e após seja encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para processamento e tramitação junto ao Projeto de Lei nº 019/2017 – LDO 2018.

Atenciosamente.

Capinzal (SC), 28 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB Vereador Valmor de Vargas-PPS

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 003 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017

Exmo. Sr.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente - Câmara de Vereadores

Capinzal (SC)

(A/C - Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - Presidente - Vereador Lucas Antônio Dorini)

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 003 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018."

Senhor Presidente,

Os Vereadores que subscrevem abaixo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 121 do Regimento Interno, apresenta Proposta de Emenda Modificativa nº 003/2017, nos anexos do Projeto de Lei nº 019/2017, na forma que segue e modifique-se:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL - Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - Função: Habitação - Subfunção: Habitação Urbana - Programa: HABITAÇÃO POPULAR

Ação: Valor Adicionado:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.057	1 P	Aquisição terreno para const. casas populares	Lotes terrenos (UN)	10,000	R\$ 210.000,00
Emenda Modificativa			+R\$ 50.000,00		
Emenda Modificativa			+R\$ 55.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 214/246 – 30/07/2017			R\$ 315.000,00		

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - Unidade: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - Função: Comércio e Serviços - Subfunção: Promoção Comercial - Programa: DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Ação: Valor Suprimido:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
1.043	1 P	Ampliação e reestruturação do Parque de Exposições Domingos Pelizzaro	Edificação (M²)	250,000	R\$ 210.000,00
Emenda Modificativa			-R\$ 55.000,00		
Saldo da Ação (após a Emenda) Anexos: página 233/246 - 30/07/2017			R\$ 155.000,00		

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - Unidade: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - Função: Comércio e Serviços - Subfunção: Promoção Comercial - Programa: DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Ação: Valor Suprimido:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
2.093	1 A	Manutenção do Parque de Exposições Domingos Pelizzaro	Parque (UM)	1,000	R\$ 210.000,00
Emenda Modificativa			-R\$ 50.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 234/246 – 30/07/2017			R\$ 160.000,00		

O valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) foi adicionado na ação de Aquisição de terreno para construção de casas populares, a passará para o valor de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), caso seja aprovada a presente Emenda. Para suplementar a referida ação, foi suprimido o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) da ação de Ampliação e reestruturação do Parque de Exposições Domingos Pelizzaro e mais R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da ação de Manutenção do Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, sendo que a primeira ação suprimida ficará com saldo de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) e a segunda ação ficará com saldo de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), o que não inviabilizará a ação prevista pelo Poder Executivo.

Isto posto, requer-se que a presente Emenda Modificativa siga o tramite regimental, e após seja encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para processamento e tramitação junto ao Projeto de Lei nº 019/2017 – LDO 2018.

Atenciosamente.

Capinzal (SC), 28 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 004- AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

Exmo. Sr.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente - Câmara de Vereadores

Capinzal (SC)

(A/C - Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação - Presidente - Vereador Lucas Antônio Dorini)

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 004 - AO PROJETO DE LEI Nº 019/2017.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Le Orçamentária de 2018."

Senhor Presidente,

Os Vereadores que subscrevem abaixo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 121 do Regimento Interno, apresenta Proposta de Emenda Modificativa nº 004/2017, nos anexos do Projeto de Lei nº 019/2017, na forma que segue e modifique-se:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL - Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - Função: Habitação - Subfunção: Habitação Urbana - Programa: HABITAÇÃO POPULAR

Ação: Valor Adicionado:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
2.137	1 A	Reforma de unidades habitacionais	Habitações (UN)	25,000	R\$ 189.000,00
Emenda Modificativa			+R\$ 61.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 215/246 – 30/07/2017			R\$ 250.000,00		

Ação: Valor Suprimido:

Ação	Local e tipo	Título	Produto (unidade)	Física	Financeira
2.094	1 A	Promoção de feiras e eventos	Eventos (UN)	3,000	R\$ 215.000,00
Emenda Modificativa			+R\$ 61.000,00		
Total da Ação (após a Emenda) Anexos: página 238/246 – 30/07/2017			R\$ 154.000,00		

Justificativa: O valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais) foi adicionado na ação de Reforma de unidades habitacionais, a passará para o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), caso seja aprovada a presente Emenda. Para suplementar a referida ação, foi suprimido o valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais) da ação de Promoção de feiras e eventos, sendo que a ação suprimida ficará com saldo de R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais), o que não inviabilizará a ação prevista pelo Poder Executivo.

Isto posto, requer-se que a presente Emenda Aditiva siga o tramite regimental, e após seja encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para processamento e tramitação junto ao Projeto de Lei nº 019/2017 – LDO 2018.

Atenciosamente.

Capinzal (SC), 28 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

REQUERIMENTO Nº 018/2017

REQUERIMENTO Nº 018/2017

O Vereador Bruno Michel Fávero - SD, na forma do inciso III do art. 112 do Regimento Interno, apresenta REQUERIMENTO de VOTOS DE PESAR POR FALECIMENTO, aos familiares do Senhor ENIO GREGÓRIO BONISSONI, ex-Vereador desta Casa, na forma que segue:

Justificação: O Senhor Ênio Gregório Bonissoni teve uma vida pessoal e profissional exemplar, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do nosso Município. Além da sua atuação profissional, o Senhor Ênio atuou na vida pública, onde o mesmo foi eleito Vereador nesta Casa, na Quinta Legislatura, no ano de 1962, iniciando a legislatura no ano de 1963. Na sua atuação nesta Casa Legislativa, nos anos de nos anos de 1963 e 1965 foi eleito Vice-presidente da Câmara de Vereadores, e em 1966, foi eleito Primeiro-Secretário.

O Senhor Ênio Gregório Bonissoni, cidadão Capinzalense, tendo nascido em nossa cidade em 24 de dezembro de 1935, foi a óbito em 30 de agosto de 2017, na cidade de Florianópolis, sendo que residiu por muitos anos em Capinzal/Ouro, e ainda hoje tem laços familiares com a nossa cidade.

Isto posto, após a tramitação regimental do presente requerimento, seja enviado os Votos de Pesar aos familiares do Senhor Ênio Gregório Bonissoni.

Nestes termos, pede deferimento.

Câmara de Vereadores, em 31 de agosto de 2017.

Vereador Bruno Michel Fávero-SD

Autor

REQUERIMENTO Nº 019/2017

REQUERIMENTO Nº 019/2017

Senhor Presidente,

apresentamos o REQUERIMENTO, na forma do inciso IV do art. 116 do Regimento Interno, a ser encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a qual é o órgão fiscalizar do contrato de concessão da Empresa América Latina Logística (ALL) na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, para informar o que segue:

- a) - o prazo final do contrato de concessão para a empresa América Latina Logística (ALL), da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande;
- b) -a existência ou não de intenção na renovação do contrato atual da citada concessão;
- c) - a existência ou não da intenção na retomada de algum tipo de serviço/atividade/transporte no referido trecho da concessão.

Justificativa: Após as informações ora requeridas, serão apresentados alguns pleitos em favor do Município de Capinzal junto as instalações da Ferrovia.

Pelo exposto, requer-se a tramitação do presente Requerimento, e após a aprovação pelo Plenário, seja encaminhado à ANTT: "AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES –ANTT - UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – URRS - Endereço: Avenida Ipiranga, nº 2897 -Bairro Santana - Porto Alegre - CEP: 90610-001 – PORTO ALEGRE - RS

Nestes termos, Pede deferimento.

Capinzal (SC), em 4 de setembro de 2017.

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Autor

Subscritores

Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB Vereador Bruno Michel Fávero-SD

Vereador Kelvis Borges-PP Vereador Lucas Dorini-PMDB

Vereador Rafael Tonial-PSB Vereador Valmor de Vargas-PPS

Catanduvas

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0124/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0124/2017

PREGÃO Nº 0064/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDAOBJETO: A CONTRATADA fornecerá ferramentas visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.
VALOR: R\$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais).
CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.Catanduvas – SC, 28 de agosto de 2017.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0125/2017**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0125/2017

PREGÃO Nº 0064/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: MEPITA MECÂNICA PESADA LTDAOBJETO: A CONTRATADA fornecerá ferramentas visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.
VALOR: R\$ 957,00 (novecentos e cinquenta e sete reais).
CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 28 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0126/2017**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0126/2017

PREGÃO Nº 0064/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDAOBJETO: A CONTRATADA fornecerá ferramentas visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.
VALOR: R\$ 5.193,20 (cinco mil cento e noventa e três reais e vinte centavos).
CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 28 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**EXTRATO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2013**

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0002/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de setembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de setembro de 2017, ou a homologação do Processo Licitatório nº 0077/2017, Tomada de Preço nº 0007/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal será de R\$ 3.679,90 (três mil seiscentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 28 de agosto de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VANESSA CRISTINE FUNEZ**EXTRATO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0015/2013**

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N.º 0015/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013 .

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de setembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de setembro de 2017, ou a homologação do Processo Licitatório nº 0077/2017, Tomada de Preço nº 0007/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal será de R\$ 40.290,96 (quarenta mil duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos).

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 28 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0108/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0108/2017

PREGÃO Nº 0052/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: TOTAL SPORTS LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 21 de junho de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditivar ao item 46, a importância de R\$ 774,30 (setecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), referentes a inclusão de 87 (oitenta e sete) unidades, que corresponde a 24,9 % (vinte e quatro vírgula nove por cento) de acréscimo ao valor contratual, conforme especificado na tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
32	87	UN	Confecção de camisetas para treinamento nas escolinhas - de algodão	MIU SIGMA	8,90	774,30

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo na alínea b, inciso I, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 24 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Dorival Ribeiro dos Santos

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0001/2016

TERMO ADITIVO N.º 02/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 01/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE CATANDUVA, Estado de Santa Catarina, e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Município de Catanduva, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.939.414/0001-45, com sede à Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, CEP 89.670-000, na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor Dorival Ribeiro dos Santos, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 195.397.549-68, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2016, originário de Dispensa de Licitação, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Primeira (DO OBJETO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO) e Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes disposições e condições:

DO OBJETO DESTE ADITIVO

Cláusula Primeira. A CONTRATADA passará a disponibilizar em relação ao 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)' unicamente o sistema de tecnologia da informação e comunicação denominado 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalteradas as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

Parágrafo único. O sistema Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM consiste na prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem a troca de dados da REDESIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

DO VALOR DESTE ADITIVO

Cláusula Segunda. O valor deste Termo Aditivo tem por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante da Resolução n.º 109, de 14 de outubro de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo único. O pagamento, pela CONTRATANTE, dos valores previstos neste Termo Aditivo não a eximem da obrigação de remunerar os serviços já disponibilizados e preditos no Contrato (e Aditivo, se houver) vigente.

DO VALOR CONTRATUAL REMANESCENTE

Cláusula Terceira. Diante das alterações descritas nas cláusulas anteriores, o valor contratual total dos serviços de tecnologia da informação e comunicação prestados pelo CIGA, para o período restante do exercício 2017, é R\$ 4.642,50 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 773,75 (setecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), cada uma delas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 2.550,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.102,50
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 990,00

Parágrafo único. Considerando a alteração do sistema atualmente disponibilizado, de REGIN para G-CIM, 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)', já se encontra deduzido ,do valor contratual total acima mencionado,o montante antes previsto para o sistema REGIN, bem como os pagamentos já efetuados pela Contratante.

DA VIGÊNCIA DESTE ADITIVO

Cláusula Quarta. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 03 de julho de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, observando o limite legal remanescente, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como em conformidade com o respectivo Contrato (e Aditivo, se houver) firmado pelas partes.

DA RATIFICAÇÃO

Cláusula Quinta. Com as alterações constantes das disposições antecedentes, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do aludido Contrato Administrativo (e Aditivo, se houver), salvo disposições em contrário.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sexta. O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 15 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas – SC

CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CONTRATADA

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0003/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0003/2017

PREGÃO Nº 0063/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,

CONTRATADA: AUTO POSTO GEMELLI LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditivar ao item 46, a importância de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), referentes a inclusão de 05 (cinco) unidades de Aditivo ARLA 32, que corresponde a 25 % (vinte e cinco por cento) de acréscimo ao valor contratual, conforme especificado na tabela abaixo:

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
46	5	UN	ARLA 32	SHELL	59,00	295,00

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo na alínea b, inciso I, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 23 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Dorival Ribeiro dos Santos

PORTARIA Nº 7.364 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 7.364/17, de 04 de setembro de 2017.

A Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Setor de Recursos Humanos,

CONSIDERANDO a importância do Setor de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação de todos os dados para fechamento com precisão da folha de pagamento;

CONSIDERANDO a necessidade de organização e readequação do Setor de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Informar que nos períodos compreendidos entre os dias 20 a 30 de cada mês não serão concedidos e analisados pedidos de empréstimos/ financiamentos, em razão de acertos firmados com as instituições bancárias, bem como a sistematização do cálculo para pagamento dos servidores.

Publique-se.

Catanduvas, 04 de setembro de 2017.

Lucimari Spader

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Antonia Lucia Henrichs

Agente Administrativo

PORTARIA Nº 7.365 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 7.365/17, de 04 de setembro de 2017.

A Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a auditoria interna no Setor de Recursos Humanos (n. 02/2017);

CONSIDERANDO a recomendação expedida pelo Setor de Controladoria Interna da Prefeitura de Catanduvas;

CONSIDERANDO a necessidade de organização e readequação do Setor de Recursos Humanos

RESOLVE:

Nos dias 5, 6, 11 e 12 de Setembro, o Setor de Recursos Humanos estará com expediente interno, portanto não haverá atendimento pessoal.

Publique-se.

Catanduvas, 4 de setembro de 2017.

Lucimari Spader

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0112-2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0112/2012

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Catanduvas e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 360.622 SSP/SC, e CPF nº 195.397.549-68, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado na Rua Almirante Lamago, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem as partes, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, prorrogando o prazo ajustado na cláusula oitava – Prazo e Vigência, como segue

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O prazo estabelecido no instrumento original, objetivando a cessão de veículo para servir de apoio ao CESSIONÁRIO, fica mediante este instrumento, prorrogado por 5 (cinco) anos, a partir de 04 de julho de 2017, conforme o previsto na Lei nº 2.367/2012, de 29 de junho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo possui efeitos retroativos a 04 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo na Lei nº 2.367/2012, de 29 de junho de 2012.

E por estarem de comum acordo firmam este Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvas/SC, 05 de setembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal de Catanduvas-SC

Cedente

Coronel BM – ONIR MOCELLIN

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros

Militar de Santa Catarina

Cessionário

Cerro Negro

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO NEGRO - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do Senhor Rodrigo de Borba Machado, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para o credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais, para atendimento a população do Município, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, em favor da empresa LABORATÓRIO ALFA LTDA, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com vigência até 31/12/2017.

Cerro Negro, SC, 04 de setembro de 2017.

SANDRA MARA CONRADO DE JESUS

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 021/2017

EDITAL SEDUC Nº 021/2017

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 001/2017.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2016, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2017, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2016, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2017 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
08/09/2017	13:30h	Educação Especial/Instrutor de Libras
	14:00h	Matemática

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Educação Especial/Instrutor de Libras	40	MAT/VESP	EBM ANDRE ANTONIO MARAFON/EBM PAULO FREIRE/ EBM RODEIO BONITO/EBM CLARA URMANN ROSA	11/09 a 20/12/2017
Matemática	20	MAT	EBM FLORESTAN FERNANDES	11/09 a 04/10/2017
	10	MAT/NOT	EBM PAULO FREIRE	11/09 a 07/11/2017

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

2.2. O candidato inscrito para a disciplina/vaga de Instrutor de Libras que não possua comprovante de aprovação no exame de Proficiência em PROLIBRAS/MEC deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

Município de Chapecó, 06 de setembro de 2017.

SANDRA MARIA GALERA

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 104 DE 2017

Portaria Nº 104/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, reSOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo MICHELI LUCAS FELL ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 05 de setembro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 05 de setembro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 105 DE 2017

Portaria Nº 105/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, reSOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor JOCEMAR RIBEIRO para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.297,15 (Três mil, duzentos e noventa e sete reais e quinze centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de setembro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 05 de setembro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 2017

Resolução MD Nº 5/17

Estabelece modelo de Certificado para Homenagens e Moções

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º As homenagens concedidas pelo Poder Legislativo Municipal de Chapecó, exceto aquelas constituídas por medalhas, serão prestadas com a entrega de um Certificado impresso em papel, acondicionado em uma pasta personalizada, denominada Porta Certificado, com as dimensões 33,0cm x 24,5cm (fechada) e 33,0cm x 49,5cm (aberta), conforme Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. A pasta a que se refere o caput será confeccionada com revestimento em papel, capa almofadada e personalizada, com o brasão do Município de Chapecó e os dizeres "Câmara Municipal de Chapecó", no formato total de 8,5cm de altura e 13,5cm de largura, contendo na parte interna o mesmo tipo de revestimento da capa, quatro cantoneiras prateadas e duas fitas nos cantos, nas cores verde e prata.

Art. 2º As moções de parabenização e congratulação prestadas pelo Poder Legislativo Municipal de Chapecó, serão acompanhadas de entrega de um Certificado impresso em papel, acondicionado em uma pasta personalizada com as dimensões 31,0cm x 22,0cm (fechada) e 31,0cm x 44,0cm (aberta), conforme Anexo II desta Resolução.

Parágrafo único. A pasta a que se refere o caput será confeccionada em papel, capa em alto relevo com o brasão do Município de Chapecó e os dizeres "Câmara Municipal de Chapecó", no formato total de 7,0cm de altura x 10,5cm de largura.

Art. 3º Os certificados serão assinados pelo Presidente do Legislativo e pelo Vereador proponente da homenagem ou da moção (o principal, caso haja mais que um).

Parágrafo único. Ficará a cargo da Secretaria Geral a criação dos modelos de Certificados.

Art. 4º Esta Resolução MD entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chapecó, 04 de setembro de 2017.

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

MARCILEI ANDREA P. VIGNATTI

1ª Secretária

VALDEMIR ANTONIO STOBE

2º Secretário

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 PMC – AQUISIÇÃO DE BENS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 PMC

AQUISIÇÃO DE BENS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: "aquisição e instalação de sistema eletrônico de segurança com câmeras de monitoramento, a serem instalados nas dependências do Aeroporto Municipal, Aterro Sanitário e Terminal Rodoviário Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital" foi alterado.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 05 de setembro de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

ANÁLISE E JULGAMENTO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

ANÁLISE E JULGAMENTO

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pela Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS a Universidade Federal de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, APTA a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 4 de setembro de 2017.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Presidente

TABARA PASQUALOTTO

Membro

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2017 PMC - AQUISIÇÃO DE BENS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2017 – PMC

Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de materiais de escritório, informática, comunicação e eletrodomésticos, para atendimento das necessidades das Secretarias e Fundos, com recursos próprios, Federais (IGD/SUAS e IGD/PBF) e Estaduais (Abrigo Investimento), conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 18/09/2017.

Início da Sessão: dia 18/09/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 05 de setembro de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 FMC – CONCESSÃO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 – FMC

CONCESSÃO

Objeto: Seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade de permissão de uso de instalação predial para exploração dos serviços de Refeições (Almoço e Janta) e Comercialização de Alimentos (Lanches) durante a realização da 8ª Edição do Festival Concórdia em dança 2017, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Maior Desconto Percentual.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/09/2017.

Abertura: dia 20/09/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 4 de agosto de 2017.

JÚLIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 PMC – AQUISIÇÃO DE BENS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 – PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de bicicletas novas, na cor branca original de fábrica, com capacetes inclusos, para atender as necessidades da Diretoria de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - SEMURB, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 19/09/2017.

Abertura: dia 19/09/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 05 de setembro de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para reinstalação de parte de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) da edificação pertencente à Secretaria de Educação, Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 20/09/2017.

Abertura: dia 20/09/2017, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 05 de setembro de 2017.

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 8/2017 – PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 8/2017

Objeto: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro – Concórdia – CEP: 89700-176, através do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo,

Senhor Carlos Ernani Bomm, comunica que estão abertas, a partir de 11 de setembro de 2017, as inscrições para Credenciamento de interessados em participar da III FEIRA DA RUA COBERTA – 2017, cuja segunda edição será realizada no Município de Concórdia no dia 07 de outubro de 2017, na Rua Coberta, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC - das 09h00 às 17h00.

Credenciamento: a partir de 11/09/2017 até 29/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamentos Públicos". Quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Diretoria de Compras e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no horário das: 8h:00min às 11h:30min e das 13h:30min às 16h:00min, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (0**49) 3441-2167 Diretoria de Compras ou e-mail camila@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 04 de setembro de 2017.

CARLOS ERNANI BOMM

Secretário Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 105/2017 - PMC

Contrato Nº : 105/2017

Aditivo Nº : 1TA CT 105/2017/2017

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 15/2017

Objeto : Aquisição de passes Escolares para alunos do ensino médio e fundamental da rede Municipal e Estadual de Ensino.

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 18/05/2018

Assinatura : 30/08/2017

Valor R\$: 27.968,61 (Vinte e Sete Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta e Um Centavos)

Dotação : 47 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 54 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 11/2017 - PMC

Contrato Nº : 11/2017

Aditivo Nº : 1TA Ctr 11/2017/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 4/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Diagnóstico Socioambiental de parte da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, no perímetro urbano deste município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

Execução : Início: 31/08/2017 Término: 14/11/2017

Vigência : Início: 08/05/2018 Término: 25/09/2018

Assinatura : 30/08/2017

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 13/2016 - FMC

Contrato Nº : 13/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 13/2016/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : ALERT SEGURANÇA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviço de vigilância orgânica desarmada a ser realizada nas

unidades da Fundação Municipal de Cultura, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 05/09/2017 Término: 04/09/2018

Assinatura : 28/08/2017

Valor R\$: 33.122,88 (Trinta e Três Mil, Cento e Vinte e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 286 - 16.001.2401.333903401000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 250/2015 - PMC

Contrato Nº : 250/2015

Aditivo Nº : 3TA Ctr 250/2015/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLAIR PIERINA FACIN & CIA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 37/2015

Objeto : Locação de um imóvel, com 249,42m², localizado na Rua Domingos Machado de Lima, nº 574, Centro, neste Município, para instalação da Secretaria Municipal de Agricultura.

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/08/2018

Assinatura : 30/08/2017

Valor R\$: 65.207,52 (Sessenta e Cinco Mil, Duzentos e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903902000000.01000001

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903910000000.01000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 379/2014 - PMC

Contrato Nº : 379/2014

Aditivo Nº : 4TA CT 379/2014/2017

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 56/2014

Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 24/10/2017

Assinatura : 30/08/2017

Valor R\$: 10.667,74 (Dez Mil, Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 282/2013 - PMC

Contrato Nº : 282/2013

Aditivo Nº : 7TA CTR 282/2013/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : QUARK ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de serviços especializados na manutenção do sistema de iluminação pública, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? deste Edital

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/10/2017

Assinatura : 28/08/2017

Valor R\$: 48.563,02 (Quarenta e Oito Mil, Quinhentos e Sessenta

e Três Reais e Dois Centavos)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903026000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 120 - 08.001.2029.333903026000000.01080000

Dotação : 120 - 08.001.2029.333903999000000.01080000

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903026000000.03000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903999000000.03000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2017 - PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2017

Contratação de Serviços

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato do Senhor, Marcos Antônio Magro, Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 31 de agosto de 2017, para contribuição para atendimento da prestação de serviços de análise do Movimento Econômico, relativo ao Município de Concórdia., a favor de AMAUC-ASSOC.DOS MUNIC.DO ALTO URUGUAI CATAR., no valor total de R\$ 46.485,96 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais com noventa e seis centavos).

CARLOS ERNANI BOMM

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2017 - PMC

Contrato Nº : 178/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 15/2017

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades administrativas das Secretarias, Fundos e Fundações deste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 30/10/2019

Assinatura : 30/08/2017

Valor R\$: 51.168,00 (Cinquenta e Um Mil e Cento e Sessenta e Oito Reais)

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 32 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 86 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 195 - 12.001.2043.344905235000000.01110000

Dotação : 282 - 16.001.1401.344905235000000.01000001

Dotação : 296 - 17.001.1451.344905235000000.01000001

Dotação : 313 - 18.001.1501.344905235000000.01000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903017000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2017 - PMC

Contrato Nº : 179/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 15/2017

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades administrativas das Secretarias, Fundos e Fundações deste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 30/10/2019

Assinatura : 30/08/2017

Valor R\$: 1.687,92 (Um Mil, Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 32 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 86 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 195 - 12.001.2043.344905235000000.01110000

Dotação : 282 - 16.001.1401.344905235000000.01000001

Dotação : 296 - 17.001.1451.344905235000000.01000001

Dotação : 313 - 18.001.1501.344905235000000.01000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903017000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2017 - PMC

Contrato Nº : 180/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 15/2017

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades administrativas das Secretarias, Fundos e Fundações deste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 30/10/2019

Assinatura : 30/08/2017

Valor R\$: 22.321,99 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Vinte e Um Reais e Noventa e Nove Centavos)

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 32 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 86 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 195 - 12.001.2043.344905235000000.01110000

Dotação : 282 - 16.001.1401.344905235000000.01000001

Dotação : 296 - 17.001.1451.344905235000000.01000001

Dotação : 313 - 18.001.1501.344905235000000.01000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903017000000.03000001

PORTARIA IPRECON Nº 55/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 55/2017, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor ANTONIO CARPI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 41/2017, de 6 de junho de 2017, que concluiu pela incapacidade total e definitiva do servidor ANTONIO CARPI para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 4 de setembro de 2017, ao servidor ANTONIO CARPI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, 40 (quarenta) horas semanais, nível 3-40-GO1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, matrícula nº 94080-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na última remuneração-de-contribuição do servidor e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 4 de setembro de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

LEI 1.224/2017

LEI Nº 1.224/2017

“IMPLEMENTA NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA O USO DE PÓ OU PASTILHAS E MANTAS ABSORVENTES NAS URNAS FUNERÁRIAS DE ACOMODAÇÃO DOS CORPOS (CAIXÕES), e dá outras providências”

prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica obrigatório, no âmbito do Município de Cordilheira Alta, o emprego de pó ou pastilhas e de mantas absorventes nas urnas funerárias de acomodação dos corpos (caixões).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 05 de Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI 1.225/2017

LEI Nº 1.225/2017

“Institui o programa ‘VoVÓ FELIZ’, e dá outras providências”

O prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o programa ‘VOVÓ FELIZ’, que consiste na promoção de atividades junto às mulheres idosas ou em vulnerabilidade social que residem no Município de Cordilheira Alta.

Parágrafo Único. O programa ‘Vovó Feliz’ possui os seguintes objetivos:

I - promover a convivência social e a integração entre as participantes;

II - contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;

III - detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;

IV - propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir;

V - promover ações psicológicas de autoestima, de valorização da família e do bem estar em comunidade.

Art. 2º Os critérios de participação e execução do programa serão definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta

do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1.058/2013.

Cordilheira Alta/SC, 05 de Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI 1.226/2017

LEI Nº 1.226/2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2017 no valor de até R\$ 205.740,00 (duzentos e cinco mil, setecentos e quarenta), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.034 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 127

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 15.740,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 190.000,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 02

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 104

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 140.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.009 – Aquisição de Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 01

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 8.730,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.028 – Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 04
Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.028 – Programa Próteses Dentárias
Modalidade de Aplicação: 3390000 – 14
Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 1.250,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.029 – Capacitação0 Cursos e Treinamentos para profissionais da Saúde
Modalidade de Aplicação: 339000 – 15
Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 760,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em Data Supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2017

“ACRESCE DISPOSITIVO à LEI COMPLEMENTAR N. 011/1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescido o Inciso XI ao Artigo 25 da Lei Complementar n. 011/1999, nos seguintes termos:

XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em Lei.

Art. 2º Fica autorizada a consolidação da Lei Complementar n. 011/1999.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 05 de Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 50/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E RECONDICIONAMENTO DE PEÇAS PARA O BRITADOR MOTOR ESTACIONARIO CCM5030.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até às 14h do dia 21/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 14h do dia 21/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 06 de setembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto.

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP N° 49/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 49/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DAS BOCAS DE LOBO E TUBULAÇÕES DO MUNICÍPIO.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até às 8h30min do dia 21/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 8h30min do dia 21/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 05 de setembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 191/2017

DECRETO Nº 191, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2017, Lei Orçamentária Anual nº.686 de 05/12/2016 e Lei Municipal nº 00694/2017;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2017 do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 429.703,75 (Quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e três reais e setenta e cinco centavos), na seguinte programação:

02.01 – Gabinete do Prefeito				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0003	2.002	Manut. das Ativ. do Prefeito e Vice		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	1	20.000,00
Total				20.000,00

03.01 – Secretaria Munic. De Admin. Planej. e Finanças				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0004	2.003	Manut. das Atividades Administrativas		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	4	80.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	9	8.000,00
Total				88.000,00

04.01 – Secretaria Munic. De Educação				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.306.0010	2.022	Programa Suplementar de Alimentação Escolar		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	11	20.000,00
Total				20.000,00

04.01 – Secretaria Munic. De Educação				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.361.0031	2.061	Manut. Do Ensino Fundamental		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001 - 00	13	200.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001-00	17	20.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001-00	19	7.000,00
Total				227.000,00

04.01 – Secretaria Munic. De Educação				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.365.0033	2.062	Manut. Da Educação Infantil		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0018 - 00	26	53.703,75
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001- 00	29	1.000,00
Total				54.703,75

13.01 – Fundo Municipal de Assistência Social				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
08.243.0101	2.057	Manutenção do Conselho Tutelar		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	56	15.000,00

Total				15.000,00
05.01 – Secretaria Munic. De Transporte Obras e Serviços Públicos				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.0039	2.044	Manut. Das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	40	5.000,00
Total				5.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar citado no Art. 1º, será utilizada a anulação total ou parcial das seguintes programações de recurso.

03.01 – Secretaria Munic. De Admin. Planej. e Finanças				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0004	2.003	Manut. das Atividades Administrativas		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	7	86.000,00
Total				86.000,00

04.01 – Secretaria Munic. De Educação				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.361.0031	2.061	Manut. Do Ensino Fundamental		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0019 - 00	14	30.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0019 - 00	18	11.025,00
Total				41.025,00

04.01 – Secretaria Munic. De Educação				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.365.0033	2.062	Manut. Da Educação Infantil		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0019 - 00	28	12.678,75
Total				12.678,75

05.01 – Secretaria Munic. De Transporte Obras e Serviços Públicos				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.0039	2.044	Manut. Das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	38	30.000,00
Total				30.000,00

06.01 – Secretaria Munic. De Agricultura e Meio Ambiente				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.0037	2.038	Ativ. de Apoio A Agricultura e Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	41	50.000,00
Total				50.000,00

07.01 – Secretaria Munic. De Desenv. Econômico				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0021	2.056	Ativ. de Apoio A Agricultura e Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	45	70.000,00
Total				70.000,00

08.01 – Encargos Gerais do Município				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
28.846.0001	0.000	Amortização da Dívida Encargos Municipais		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.2.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	48	35.000,00
Total				35.000,00

13.01 – Fundo Municipal de Assistência Social				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
08.244.0008	2.008	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	58	15.000,00
Total				15.000,00

15.01 – Secretaria Cultura Esporte e Lazer				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
27.812.0102	2.058	Manutenção do Secretaria Cultura Esporte e Lazer		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	65	90.000,00
Total				90.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 24 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 192/2017

DECRETO Nº. 192 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 18, da Lei Complementar Municipal n. 039/2013 que estabelece sobre a progressão por tempo de serviço, concedida a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art.1º Fica concedida progressão por tempo de serviço as servidoras abaixo relacionadas, membros do Magistério Público Municipal, equivalente à conquista de uma referência nas Tabelas que compõem os anexos I e II, da Lei Complementar Municipal nº. 039, de 03 de dezembro de 2013.

Nome	Período de Admissão	Nível Anterior	Nível Atual
Marines Luzia Basso	01/08/1995	2.3 - A	2.3 – B
Maria Lucia M. Picetti	01/08/2003	2.2 - G	2.2 - H
Fatima Ap. Tomazeli Basso	01/08/2006	2.2 - D	2.2 - E
Marcos Antonio Marmentini	01/08/2006	1.2 - A	1.2 – B
Raquel Adriana Souza	01/08/2006	2.1 - I	2.1 – J
Rute de Jesus	21/08/2006	2.1 - H	2.1 - I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 01 de Setembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

GIUVANI SCHUSTER

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 193/2017

DECRETO Nº. 193 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço aos servidores públicos efetivos abaixo relacionados, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Adilson Santetti	01/08/2003	2%	3%
Marcio Pozzer	01/08/2003	2%	3%
Lodacir Spricigo	01/08/2003	2%	3%
Edilso Garbin	01/08/2003	2%	3%
Inês Madali Garbin	01/08/2003	2%	3%
Adelar Jose Pinheiro	01/08/2003	2%	3%
Pedro Sizisnande	01/08/2003	2%	3%
Lidia de Barba	01/08/2003	2%	3%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 01 de Setembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

GIUVANI SCHUSTER

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

LEI Nº 695/2017

LEI Nº 695, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de CORONEL MARTINS, para os exercícios de 2018/2021 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de CORONEL MARTINS para o 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - último nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º - Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos,

fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um) - Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único: As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 - Fica revogada as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 29 de agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

LEI Nº 696/2017

LEI Nº 696, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI NO CALENDARIO DO MUNICIPIO O SETEMBRO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica instituída a Campanha Setembro Verde, a ser realizada, anualmente, no mês de Setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população coronelmartinense em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Art. 2º - O Poder Público deve adotar medidas e disponibilizar recursos para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 29 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

Correia Pinto

PREFEITURA

DECRETO Nº 1205/2017

DECRETO Nº 1205/2017
DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2017, junto à Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto, composta pelos seguintes membros:

- I - Léia Vieira Gallas – Presidente
- II - Daiane Pereira Mesquita
- III - Mario Olivo
- IV - Dr. Alexandre Vieira Rodrigues
- V - Grasieli Aparecida dos Passos Peres.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito

Correia Pinto, em 05 de setembro de 2017.
OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1206/2017

DECRETO Nº 1206/2017
DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

"PRORROGA OS EFEITOS DA HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO REALIZADO NA FORMA DO EDITAL Nº 002/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica prorrogada por mais 01(um) ano, os efeitos da homologação e classificação dos inscritos no Processo Seletivo para a contratação temporária de agentes de serviços gerais "balseiros", realizado na forma do Edital nº 002/2016, da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, homologada em 09 de setembro de 2016, nos termos do Decreto nº 1078/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito
Correia Pinto, em 05 de setembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1352/17

DECRETO Nº 1352/17

NOMEIA MEMBROS PARA APRECIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE REPASSES FINANCEIROS NOS MOLDES DA LEI 13019/2014.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os servidores JOÃO PAULO IMBRIANI, · HELOISA CRISTINA VANIN VASQUES e DILVANE KUHL KLABUNDE como membros para compor a comissão que apreciará a prestação de contas de repasses financeiros nos moldes da lei 13019/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 176/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 176/2017

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PLACAS DE CONCRETO COM ÁREA DE 96M², NO RIO CORRENTES CADORITI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 22/09/2017, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 22/09/2017, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 05 de Setembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2017

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2017
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e Maria Elenita dos Santos, com o valor total de R\$ 3.220,00 (Três mil duzentos e vinte reais).

RESUMO: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO NA MODALIDADE DE MANICURE, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 10 HORAS SEMANAIS, PELO PERÍODO DE 05/09/2017 A 05/12/2017, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2/2017, ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 04 de setembro de 2017.

Diego Sebem Wordell

Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto

Secretario

Daniele Cristina Pozzo da Silva

Membro

Roberto Carlos da Silva

Membro

Paula Juliana L. Martins

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 04 de setembro de 2017.

Herlon Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de setembro de 2017

Marcio Damiani Poletto de Souza

Presidente do Fundo

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por REVOGAR na sua totalidade o Edital de Pregão Presencial nº 57/2017, conforme artigo 49 da Lei nº 8.666/93, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERSONALIZADO PARA USO NA CAMPANHA OUTUBRO ROSA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO. Fica considerado revogado o Pregão Presencial nº 57/2017 por interesse administrativo, tendo em vista que conforme parecer, o material encaminhado para aprovação não atende ao exigido em Edital, e não houve outros licitantes no referido processo.

Curitibanos, 05 de Setembro de 2017.

De acordo,

Altamir Carvalho Goetten

Presidente do Fundo

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017
REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017

O fundo de Cultura de Curitiba, através de sua autoridade competente entende por REVOGAR na sua totalidade o Edital de Pregão Presencial nº 8/2017, conforme artigo 49 da Lei nº 8.666/93, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO NO EVENTO DA SEMANA FARROUPILHA E EVENTO NATALINO REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE

CULTURA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Fica considerado revogado o Pregão Presencial nº 8/2017 por interesse administrativo, tendo em vista a data que será realizada a Semana Farroupilha, impossibilitando a realização de processo por falta de prazo. Curitiba, 05 de Setembro de 2017.

De acordo,

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

CÂMARA MUNICIPAL

**AUDIÊNCIA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO
DAS METAS FISCAIS REFERENTES AO SEGUNDO
QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara de Vereadores de Curitiba e a Prefeitura Municipal, em ação conjunta e em conformidade com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 9º, § 4º, e de acordo com a Lei Municipal nº 5.833, de 17 de outubro de 2016, convocam entidades do município e a população em geral para participarem da Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar as Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre do Exercício de 2017.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Curitiba.

Data: 28 de setembro de 2017.

Horário: 15h30min.

Ivan França Moreira
Presidente da Câmara

Descanso

PREFEITURA

LEI 1536 2017 DISPÕE SOBRE O PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PARA O QUADRIÊNIO 2018 A 2021

LEI Nº 1536/2017, de 04 de setembro de 2017.

DISPÕE SOBRE O PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC, PARA O QUADRIÊNIO 2018 A 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o PPA – PLANO PLURIANUAL do Município de Descanso – SC, para o quadriênio 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplando para o período, as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

Art. 2º As metas da administração municipal para o quadriênio 2018 a 2021, consolidadas por programas, estão expressas nas planilhas desta Lei.

Art. 3º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, são estruturadas em programa, objetivo, diretrizes, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Parágrafo único. Para fins desta Lei considera-se:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Objetivos: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Diretrizes: conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Ações: o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

V – Produto: os bens e/ou serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VI – Unidade de medida: indicativo da unidade de medida para quantificar a ação/meta;

VII – Metas: os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar (físicas e financeiras);

VIII – Recursos: código da fonte do recurso a ser utilizado, vinculado à respectiva receita.

Art. 4º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual.

§ 1º O disposto no caput, bem como a inclusão de novos programas, a exclusão ou alteração de programas definidos nesta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

§ 2º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária anual ou seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes, desde que devidamente autorizadas pelo Poder Legislativo.

Art. 5º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º As prioridades da administração municipal, extraídas desta Lei e suas alterações, serão, em cada exercício financeiro expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e incluídas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 7º Integram o Plano Plurianual, as seguintes planilhas, constantes do Anexo I:

1. Relação Detalhada Receitas Planejadas;
2. Relação Despesas Planejadas;
3. Programa de Governo;
4. Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recursos;
5. Resumo dos Programas Por Macro Objetivos;
6. Resumo dos Programas e Ações por Função e Sub Função.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso - SC, 04 de setembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

PPA - PROGRAMAS DE GOVERNO

Página: 1/31

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Programas de Governo
Seleção: Alteração em 01/06/2017 (O) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa
0001 - Processo Legislativo

Objetivos
Viabilizar o cumprimento das funções legislativas do Município, constitucionais e de controle externo, bem como, dotar a Câmara de Vereadores de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal.

Justificativas
O Legislativo Municipal possui estrutura física própria e é composto por nove vereadores e cinco servidores, tem autonomia financeira e contabilidade própria.

Diretrizes (Forma de implementação)
Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal e desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	5.617.000,00
Total:			5.617.000,00	

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 2/31

Programa

0003 - Descanso - Cidade Empreendedora

Objetivos

Promover a melhoria e ampliação de áreas industriais, visando a implantação de novas indústrias, apoiar o desenvolvimento do comércio local, através de suas entidades representativas, realização de feiras e/ou exposições e patrocinar a realização de cursos profissionalizantes para inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Justificativas

Pela necessidade de impulsionar o desenvolvimento e criação de novas indústrias, manutenção das atividades do departamento e incentivo ao desenvolvimento do comércio e a qualificação profissional, para incentivar a geração de empregos e renda a população.

Diretrizes (Forma de implementação)

Através da construção de novas áreas para indústrias para possibilitar oportunidade a novas empresas e possibilitando cursos profissionalizantes, feiras e exposições com projetos ligados diretamente ao campo de trabalho, visando o desenvolvimento do comércio local.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.010 - MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	413.000,00
2.011 - DESEV.CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	143.000,00
2.012 - INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	96.000,00
Total:			652.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 3/31

Programa

0004 - História e Sabor

Objetivos

Implantar e sinalizar a rota turística História e Sabor, embelezamento, paisagismo e revitalização do Morro do Cristo Redentor.

Justificativas

Descanso possui áreas de lazer de muita beleza, podendo ser exploradas economicamente para tornar o município um centro turístico.

Diretrizes (Forma de implementação)

Construindo locais de lazer, cultura, parques. Elaboração de placas, indicando os pontos turísticos. Iluminar, florir e limpar e manter políticas de combate ao vandalismo.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.014 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	47.000,00
2.015 - REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO CRISTO REDENTOR	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	190.000,00
Total:			237.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 4/31

Programa
0005 - Crescer Saudável

Objetivos

Proporcionar o fornecimento de alimentação de qualidade para todos os alunos do ensino básico municipal, visando a melhoria do aprendizado e o crescimento saudável do educando.

Justificativas

Atendimento da alimentação saudável (merenda escolar) em convênio com a União, para fornecimento de merenda a todos os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Diretrizes (Forma de implementação)

Participação do Poder Público no complemento da Merenda Escolar para alunos do Ensino Básico.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.016 - AQUISIÇÃO,MANUT.E DISTRIB.DA MERENDA ESCOLAR	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	799.000,00
		00.01.0507		365.886,74
		Total: 1.164.886,74		

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
00.01.0507 - Recursos FNDE - PNAE

Página: 5/31

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Programas de Governo
Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa

0011 - Vida Rural de Qualidade

Objetivos

Promover o desenvolvimento e o crescimento de uma agricultura forte e sustentável, proporcionando qualidade de vida, geração de trabalho e renda no meio rural, incentivando a produção orgânica e agroecológica.

Justificativas

Nosso município tem a base da economia voltada para a produção no meio rural, resultante do desenvolvimento agrícola e agropecuária. Estas atividades tem fundamental importância para o município como um todo, nos mais diversos aspectos. Assim, torna-se necessário valorizar esta área, que reflete em resultados positivos na arrecadação, geração de trabalho e renda, como consequência o crescimento do município.

Diretrizes (Forma de implementação)

Incentivar às atividades agrícolas, com sementes e mudas, máquinas agrícolas, extensão rural, capacitação, análise e planejamento das atividades, apoiando a produção até a comercialização dos produtos, com qualidade e transparência em todos os processos.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.034 - MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	1.315.000,00
2.035 - INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	3.627.000,00
2.036 - ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FEIRA LIVRE	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	195.000,00
Total:			5.137.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 6/31

Programa

0012 - Produção Animal de Qualidade com Sanidade

Objetivos

Desenvolver atividades agropecuárias de forma economicamente viável e ambientalmente corretas, incrementando a cadeia produtiva, o aumento da produtividade e promover a saúde animal de forma preventiva dos rebanhos do município.

Justificativas

Dentro do setor agrícola municipal, assume grande importância as atividades agropecuárias, estas, responsáveis pela geração de trabalho, renda, produção de alimentos e de matéria-prima. Para que a agropecuária possa crescer e desenvolver de forma correta, necessitamos investimentos que venham de encontro às necessidades locais e regionais possam incrementar a produção, refletindo positivamente na economia, inclusão de famílias rurais carentes.

Diretrizes (Forma de implementação)

Incentivando as atividades de bovinocultura leiteira/corte, piscicultura, avicultura, apicultura, ovinocultura e caprinocultura, com programas que venham contemplar as necessidades existentes e também apoiando a diversificação das atividades, estudando e avaliando a cadeia produtiva e o aumento da produtividade.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.037 - INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	731.000,00
2.038 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	514.000,00
Total:			1.245.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 7/31

Programa

0014 - Gestão Municipal da Assistência Social

Objetivos

Gerir os serviços, programas, projetos e benefícios da política municipal de assistência social.

Justificativas

Considerando a necessidade de atender as exigências de habilitação do nível de gestão básica, faz-se necessário gerir a política de assistência social.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolvimento de ações de assistência social.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.040 - MANUT.E FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	2.095.000,00
2.071 - GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS)	MES (MES)	00.01.0500	48,000	26.000,00
Total:			2.121.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 8/31

Programa

0015 - Qualidade de Vida na Terceira Idade

Objetivos

Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, assegurando um espaço de encontro, valorizando a convivência comunitária.

Justificativas

Considerando o elevado índice de idosos no Município, justifica-se tal programa a fim de desenvolver atividades de valorização e estímulo aos idosos através de atividades socioeducativas e encontros de confraternização, consequentemente melhorando a sua qualidade de vida.

Diretrizes (Forma de implementação)

Promover a manutenção de centro de idosos, encontros e atividades com a terceira idade, incluindo parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.045 - MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA,EVENTOS E ATIV.RECREAT.F/TERC.IDADE	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	340.000,00
2.046 - REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	Exercício (UN)	00.01.0500	48,000	335.000,00
Total:			675.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 9/31

Programa				
0016 - Proteção Social Básica				
Objetivos				
Desenvolver o trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social e fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e comunitários.				
Justificativas				
Considerando o que prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este programa visa prevenir situação de vulnerabilidade ou risco social, promovendo aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.				
Diretrizes (Forma de implementação)				
Execução de atividades de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, atividades relacionadas ao CRAS e gestão dos serviços socioassistenciais.				
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.072 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	MES (MES)	00.01.0500	48,000	1.973.000,00
		00.01.0681		665.774,98
Total:			2.638.774,98	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

00.01.0681 - Recursos FNAS BL PSB (PBF/PBV)

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 10/31

Programa

0017 - Proteção Social Especial de Média Complexidade

Objetivos

Apoiar, orientar e acompanhar as famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de seus direitos.

Justificativas

Considerando o que prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este programa justifica-se na medida em que presta serviços especializados para famílias e indivíduos que vivem situações de violação de direitos, com tudo, sem a ruptura dos vínculos familiares.

Diretrizes (Forma de implementação)

Execução de atividades de equipes de referência específica, relacionadas a proteção social especial de média complexidade

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.050 - MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	917.000,00
		00.01.0687		44.013,18
Total:			961.013,18	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

00.01.0687 - Recursos FNAS - BL PSEMIC

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa

0018 - Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade

Objetivos

Proporcionar e garantir acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados à famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos e fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

Justificativas

Existência da demanda no município de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiências e idosos em situação de risco pessoal e social, cujas as famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Diretrizes (Forma de implementação)

Conveniar, contratar serviços e/ou locar espaço físico adequado e devidamente equipado para acolhimento de crianças e/ou adolescentes e idosos.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.070 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MES (MES)	00.01.0500	48,000	1.463.000,00
Total:			1.463.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 12/31

Programa

0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais

Objetivos

Apoio à gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.

Justificativas

A gestão desses recursos é imprescindível uma vez que é cofinanciamento federal que visa complementar o aporte financeiro necessário ao incremento dos processos de gestão e oferta de serviços do SUAS e do Programa Bolsa Família.

Diretrizes (Forma de implementação)

Execução do Programa Bolsa Família e Gestão dos Serviços Socioassistenciais.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.054 - MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	23.500,00
		00.01.0548		99.937,17
2.055 - MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS-GESTÃO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	15.000,00
		00.01.0549		46.135,06
Total:			184.572,23	

Legenda:

- 00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
- 00.01.0548 - Outras Transferências de Recursos do FNAS - IGDBF
- 00.01.0549 - Outras Transferências de Recursos do FNAS - IGD - SUAS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 13/31

Programa

0020 - Infância e Adolescência

Objetivos

Desenvolver políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

Justificativas

Considerando que o público infanto-juvenil merece atenção prioritária e que esta é uma atribuição específica do Poder Público, justifica-se o presente programa, pois busca-se garantir os direitos deste público.

Diretrizes (Forma de implementação)

Manutenção das ações e atividades de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.056 - MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	4.850,00
2.069 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.	MES (MES)	00.01.0500	48,000	47.000,00
Total:			51.850,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 14/31

Programa					
0021 - Proteção da Criança e Adolescente					
Objetivos					
Garantir e assegurar os direitos da criança e do adolescente.					
Justificativas					
Necessidade de efetivar a proteção integral dos direitos da criança e adolescente.					
Diretrizes (Forma de implementação)					
Proporcionar condições físicas e de recursos humanos, para funcionamento do Conselho Tutelar.					
Ações		Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
				Física	Financeira
2.057 - MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS AO CONSELHO TUTELAR		Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	607.500,00
Total:				607.500,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 15/31

Programa
0022 - Direito à Habitação

Objetivos

Incrementar o Fundo Rotativo Habitacional, visando minimizar o déficit habitacional com a implantação e/ou ampliação de conjuntos habitacionais em áreas urbanas, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população.

Justificativas

Considerando o elevado déficit habitacional urbano do Município, justifica-se o presente programa, pois visa garantir um direito mínimo do cidadão.

Diretrizes (Forma de implementação)

Incremento e apoio ao Fundo Rotativo Habitacional.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.019 - CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	CASA (UN)	00.01.0500	20,000	190.000,00
Total:			190.000,00	

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 16/31

Programa

0024 - Controle e Equilíbrio Nutricional

Objetivos

Diagnosticar, prevenir e tratar distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição às pessoas portadoras dessas necessidades.

Justificativas

Necessidade de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento da criança, garantindo um futuro saudável à mesma.

Diretrizes (Forma de implementação)

Atividades educativas nas escolas e comunidade em geral, atendimento multi-profissional individualizado às pessoas portadoras das necessidades.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.064 - ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	242.000,00
Total:			242.000,00	

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa

0025 - Segurança Pública e Cidadania

Objetivos

Desenvolvimento de atividades de segurança através de ações conveniadas que garantam e preservem a ordem pública e a defesa da população.

Justificativas

Atendimento do Convênio mantido com o Estado e necessidade de ações de defesa civil.

Diretrizes (Forma de implementação)

Promover ações de segurança pública e de defesa civil.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.065 - MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E RADIOPATRULHA	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	244.000,00
		00.01.0634		44.482,66
		00.01.0635		39.595,97
		00.01.0636		39.595,97
		00.01.0688		70.000,00
2.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	244.000,00
2.074 - GESTÃO DO SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS	MES (MES)	00.01.0649	48,000	268.629,10
Total:			950.303,70	

- Legenda:**
- 00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
 - 00.01.0634 - Recursos Multas Prev.Leg. Trânsito - MUNICÍPIO
 - 00.01.0635 - Recursos Multas Prev.Leg. Trânsito - PM/SC
 - 00.01.0636 - Recursos Multas Prev.Leg. Trânsito - SSP/SC
 - 00.01.0649 - Convênio Corpo de Bombeiros
 - 00.01.0688 - Recursos ORDINÁRIOS - Prefeitura/Convênio Polícia Civil

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 18/31

Programa

0026 - Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos

Objetivos

Viabilizar a contribuição para a seguridade social e ao PASEP dos Servidores Públicos e Agentes Políticos Municipais.

Justificativas

Atendimento da parte patronal ao RGPS, obedecida a legislação pertinente e contribuição ao PASEP de acordo com as normas vigentes.

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.067 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	4.640.000,00
2.068 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	1.463.000,00
Total:			6.103.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 19/31

Programa
0027 - Encargos Especiais

Objetivos

Atendimento de despesas diversas ao encargo do Município, que não se enquadrem em órgãos específicos, bem como, indenizações e sentenças de ações judiciais em que o Município seja pólo passivo.

Justificativas

Atendimento de despesas diversas ao encargo do Município, que não se enquadrem em órgãos específicos, bem como, indenizações e sentenças de ações judiciais em que o Município seja pólo passivo.

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.002 - PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	4.681.000,00
Total:			4.681.000,00	

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa
0029 - Administração Participativa e Transparente

Objetivos
Promover ações integradas de planejamento e modernização dos serviços públicos, por meio da gestão administrativa focada na avaliação e controle de resultados, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento das demandas dos cidadãos, contemplando a transparência dos atos.

Justificativas
A administração desenvolverá todas as ações que envolvam a parte administrativa e possibilitam a perfeita execução do plano de governo, assim como a coordenação das ações das assessorias Jurídica, além das atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretarias de Administração e Fazenda.

Diretrizes (Forma de implementação)
Desenvolvimento de ações coerentes que atendam as necessidades da população com o envolvimento da comunidade descansense.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.002 - MANUT.ATIV.GABINETE PREFEITO,VICE.E ASSES JURÍDICA	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	2.487.000,00
2.003 - MANUT.REPAROS E READEQUAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	388.557,76
2.005 - MANUT.DPTO.ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	2.828.336,64
2.006 - MANUT.SERV.COMUNICAÇÃO E PUBLIC.INSTITUCIONAL E LEGAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	669.000,00
2.007 - MANUT.DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	829.000,00
2.008 - MANUT.E MODERNIZAÇÃO SERV.FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	2.230.000,00
2.009 - MANUT.E FUNC.DPTO.CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	1.316.000,00
Total:			10.747.894,40	

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Página: 21/31

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa

0030 - Educação e Cidadania

Objetivos

Garantir acesso ao ensino básico de qualidade, da Creche ao Ensino Médio, valorizar o educador e o educando, ampliar e instrumentalizar unidades educacionais públicas e privadas, bem como, incentivar e apoiar o ensino profissionalizante e universitário.

Justificativas

Garantir e melhorar o ensino básico de responsabilidade do município, bem como, incentivar o ensino profissionalizante e universitário.

Diretrizes (Forma de implementação)

Melhorar e aperfeiçoar as escolas, instrumentalizá-las dando melhores condições ao ensino aprendizagem, bem como, promover cursos profissionalizantes e apoiar o ensino universitário.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.023 - CONSTR.,AMPL.,E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	PRÉDIO (UN)	00.01.0501	12,000	974.000,00
1.024 - IMPL.,CONTR.,AMPL.,E REFORMAS DE CRECHES	PRÉDIO (UN)	00.01.0501	8,000	730.000,00
2.017 - MANUT.MODERNIZAÇÃO E FUNC.DPTO.EDUCAÇÃO	Exercício (UN)	00.01.0501	4,000	2.008.000,00
2.018 - MANUT.FUNC.DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	Exercício (UN)	00.01.0501	4,000	5.763.000,00
2.019 - MANUT.FUNC.E AMPL.SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR	Exercício (UN)	00.01.0504		6.341.254,40
		00.01.0501	4,000	7.751.000,00
		00.01.0506		1.468.209,17
		00.01.0508		443.933,74
		00.01.0520		1.029.782,16
2.020 - INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	148.000,00
2.021 - INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	148.000,00
2.022 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	Exercício (UN)	00.01.0501	4,000	2.148.000,00
		00.01.0504		4.585.214,55
		00.01.0505		1.968.201,44
2.023 - MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	Exercício (UN)	00.01.0501	4,000	1.219.000,00
		00.01.0504		153.620,31
Total:				36.879.215,77

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS
 00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO BÁSICA
 00.01.0504 - Recursos FUNDEB 60%

Página: 22/31

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Programas de Governo
Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Legenda:

00.01.0505 - Recursos FUNDEB 40%
00.01.0506 - Recursos FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO
00.01.0508 - Recursos FNDE - PNATE
00.01.0520 - Recursos CONVÊNIOS/ESTADO

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa

0031 - Resgatando Nossa Cultura

Objetivos

Promover ações e atividades que possam concretizar o resgate e o crescimento cultural, literário e artístico.

Justificativas

O progresso nas ações de cultura literária e artística são alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável e o incremento cultural.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolver ações que possam concretizar o crescimento cultural, resgate cultural, o que seria um diferencial regional. É obter um conhecimento através de pesquisas. O resultado pode ser antevisto: Progresso, geração de emprego e renda, melhor qualidade de vida.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.024 - MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	559.000,00
Total:			559.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 24/31

Programa
0032 - Esporte - Resgatando Cidadania

Objetivos
Incentivar e apoiar a prática e o desenvolvimento do esporte amador em nosso município, visando projetá-lo a nível regional e estadual.

Justificativas

Devido as deficiências que ainda encontramos sente-se a necessidade de ampliar, melhorar e construir nas comunidades e no complexo municipal, além de locais para suprir as necessidades e conseguir englobar e atrair o maior número de atletas, estudantes ou não, proporcionando a todos outras modalidades e melhorando as condições para a prática de esportes.

Diretrizes (Forma de implementação)

Com inclusão de mais pessoas (atletas) para a prática de esportes de forma gratuita e que proporcionem momentos de descontração e de lazer. Busca de recursos junto aos governos estadual, federal, através de projetos, além dos recursos próprios.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.009 - CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIVOS COMUNITÁRIOS	CENTRO ESPORTIVO (UN)	00.01.0500	4,000	730.000,00
2.025 - MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT.RECREAT.E LAZER	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	1.702.000,00
2.026 - MANUT.E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	977.000,00
Total:			3.409.000,00	

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 25/31

Programa
0033 - Resgatando - Estrada Modelo

Objetivos
Melhorar e ampliar o sistema viário visando proporcionar aos usuários das rodovias municipais condições seguras de trafegabilidade e garantir o escoamento da produção agropecuária.

Justificativas
Existe a necessidade de manter as estradas em condições de trafegabilidade e necessitam de manutenção permanente e ainda, construção de pontes, pontilhões e bueiros, bem como, abrigo de passageiros.

Diretrizes (Forma de implementação)
Renovação do parque de máquinas, manutenção de estradas incluindo pontes e pontilhões, bem como, viabilização de construção de bueiros e instalação de abrigos de passageiros.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.010 - RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	PAVILHÃO (M2.)	00.01.0500	600,000	730.000,00
1.011 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	PONTE (M2.)	00.01.0500	120,000	244.000,00
1.012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	ABRIGO (UN)	00.01.0500	8,000	96.000,00
2.027 - MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIP.E RODOV.MUNIC.	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	7.020.000,00
Total:			8.141.190,63	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

00.01.0511 - Recursos CIDE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 26/31

Programa

0034 - Você participa - Cidade Melhor

Objetivos

Melhorar e ampliar a infraestrutura, paisagismo e saneamento básico urbano, assegurando tráfego seguro de veículo e pedestres e mais tranquilidade aos cidadãos usuários dos serviços públicos.

Justificativas

O município possui necessidade de pavimentação nas ruas ainda não pavimentadas, além da construção de passeios, praças públicas, abertura de novas ruas, embelezamento urbano, conservação de praças, obras de saneamento básico e outras atividades.

Diretrizes (Forma de implementação)

Abertura de novas ruas, pavimentação nas vias urbanas, construção de passeio e embelezamento urbano e saneamento básico.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.014 - AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	PAVIMENTAÇÃO (M2.)	00.01.0500	19.000,000	486.000,00
2.029 - MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	1.312.000,00
2.030 - LIMPEZA,SINALIZ.E MELHORIAS DE VIAS, PRAÇAS E CEMITÉRIO PÚBL.	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	3.947.000,00
2.031 - MANUT.E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	588.000,00
		00.01.0512		1.692.618,00
2.032 - AMPL.,MANUT.E MELHORIAS NO ABASTEC.DE ÁGUA	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	837.000,00
2.033 - MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES T.V.	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	49.000,00
2.077 - MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	244.000,00
Total:				9.155.618,00

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

00.01.0512 - Recursos COSIP

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa				
0035 - Água Boa - Vida Saudável				
Objetivos				
Promover o uso racional e práticas conservacionistas dos recursos naturais, incentivar a recomposição e/ou respeito às áreas de preservação permanente.				
Justificativas				
Os recursos naturais hoje explorados estão a cada dia mais se degradando, resultado da ação do homem que sem pensar nas consequências muitas vezes torna escasso, fragiliza e polui recursos dos quais não sobrevive sem. A água, o solo e a diversidade da fauna e flora precisam ser preservados para que o ser humano não se torne um animal em extinção.				
Diretrizes (Forma de implementação)				
Incentivar aos agricultores para práticas conservacionistas, como proteção de fontes, recomposição da mata ciliar, respeito às áreas de preservação permanente, adequação dos bebedouros de animais, isolando-os do acesso direto; com programas de reflorestamento, de plantas de cobertura de solo, análise química e física do solo, coleta de lixo nas comunidades.				
Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.039 - PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	96.000,00
Total:			96.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa

0036 - Da Porteira para dentro

Objetivos

Promover ações para a melhoria interna nas estruturas produtivas das propriedades rurais do Município.

Justificativas

Melhorar a estrutura produtiva interna das áreas rurais do Município.

Diretrizes (Forma de implementação)

Viabilizar condições para fomento à estruturação interna das áreas rurais do Município, como: cascalhamento, adequações dos locais de manejo dos animais e demais serviços no que tange na qualidade da produtividade do agricultor.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.078 - FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL	Exercício (UN)	00.01.0500	4,000	730.000,00
Total:			730.000,00	

Legenda:

00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L 1536 17 de 04/09/2017

Programa

0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos

Objetivos

Implementar e garantir a melhoria de qualidade de atenção básica da população, fortalecer a inspeção e fiscalização sanitária, o controle e erradicação de doenças transmissíveis, incrementar e ou instituir programas de prevenção à saúde.

Justificativas

É competência do Município fortalecer a saúde da família e a rede básica de saúde mediante a efetivação de políticas de atenção básica resolutiva integral, humanizada e implementar as políticas públicas destinadas a melhoria de qualidade da atenção básica da população.

Diretrizes (Forma de implementação)

Garantir as ações e atividades em saúde, dispensação de medicamentos básicos, melhoria, ampliação e/ou construção de unidades básicas de saúde.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.058 - MANUT.E FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	12.919.000,00
2.059 - MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	1.952.000,00
		00.01.0535		296.495,67
		00.01.0539		197.557,32
2.060 - MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	9.658.429,44
		00.01.0531		1.250.669,41
		00.01.0532		1.313.517,70
		00.01.0533		420.669,07
		00.01.0534		1.476.634,28
		00.01.0542		730.071,45
		00.01.0546		1.116.060,79
		00.01.0553		25.177,81
		00.01.0554		1.231.826,47
		00.01.0682		1.073.135,38
2.061 - MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	3.862.000,00
2.062 - MANUT.ATIV.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOONOSES	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	366.000,00
		00.01.0536		34.805,79
2.063 - MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	Exercício (UN)	00.01.0529	4,000	270.500,00
		00.01.0537		461.546,48
2.073 - GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	MES (MES)	00.01.0529	48,000	14.300,00
Total:				38.670.397,06

Página: 30/31

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Legenda:

00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE
00.01.0531 - Recursos SUS - Piso de Atenção Básica(PAB)
00.01.0532 - Recursos SUS - Programa de Saúde da Família(PSF)
00.01.0533 - Recursos SUS - Saúde Bucal/Programa de Saúde da Família(PSF Odonto)
00.01.0534 - Recursos SUS - Agentes Comunitários de Saúde(PACS)
00.01.0535 - Recursos SUS - Farmácia Básica(FB)
00.01.0536 - Recursos SUS - Vigilância Sanitária
00.01.0537 - Recursos SUS - Epidemiologia e Controle de Doenças(ECD)
00.01.0539 - Recursos SUS/ESTADO - FARMÁCIA BÁSICA(FB)
00.01.0542 - Recursos SUS/ESTADO - COFINANCIAMENTO ESF
00.01.0546 - Transferências PAB-PMAQ
00.01.0553 - FNS - MAC - REDE CEGONHA RCEG
00.01.0554 - TRANSFERENCIA RECUR. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE SUS-MAC
00.01.0682 - Recursos SUS - NASF

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Página: 31/31

Programa
9999 - Reserva de Contingência

Objetivos
Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Justificativas

Diretrizes (Forma de implementação)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.004 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	MES (UN)	00.01.0500	48,000	390.000,00
Total:			390.000,00	

Legenda:
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

PPA - RELAÇÃO DETALHADA DAS RECEITAS PLANEJADAS

Página: 1/5

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 11536 17 de 04/09/2017

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
2	4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	00.01.0500	00.00.00	51,113		500.000,00	504.000,00	574.560,00	666.490,00	134.064.560,39
							275.000,00	252.000,00	287.280,00	333.245,00	2.245.050,00
							135.000,00	151.200,00	172.368,00	199.947,00	1.147.525,00
							90.000,00	100.800,00	114.912,00	133.298,00	658.515,00
3	4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	00.01.0529	02.01.00	19,555		11.000,00	12.320,00	14.045,00	16.292,00	439.010,00
							6.000,00	6.720,00	7.661,00	8.886,50	53.657,00
							3.000,00	3.360,00	3.830,40	4.443,30	29.267,50
							2.000,00	2.240,00	2.553,60	2.962,20	14.633,70
1	4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	00.01.0529	02.01.00	18,182		700.000,00	728.000,00	829.920,00	962.707,00	3.220.627,00
							375.000,00	364.000,00	414.960,00	481.353,50	1.635.313,50
							195.000,00	218.400,00	248.976,00	288.812,10	951.188,10
							130.000,00	145.600,00	165.984,00	192.541,40	634.125,40
35	4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	00.01.0529	02.01.00	19,690		5.000,00	5.600,00	6.384,00	7.405,00	24.389,00
							2.500,00	2.800,00	3.192,00	3.702,50	12.194,50
							1.500,00	1.680,00	1.915,20	2.221,50	7.316,70
							1.000,00	1.120,00	1.276,80	1.481,00	4.877,80
46	4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	00.01.0529	02.01.00	20,000		70.000,00	78.400,00	89.376,00	103.676,00	341.452,00
							35.000,00	39.200,00	44.688,00	51.838,00	170.726,00
							21.000,00	23.520,00	26.812,80	31.102,80	102.435,60
							14.000,00	15.680,00	17.875,20	20.735,20	68.290,40
38	4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Mult	00.01.0529	02.01.00	20,000		15.000,00	16.800,00	19.152,00	22.216,00	73.168,00
							7.500,00	8.400,00	9.576,00	11.108,00	36.584,00
							4.500,00	5.040,00	5.745,60	6.664,80	21.950,40
							3.000,00	3.360,00	3.830,40	4.443,20	14.633,60
4	4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reai	00.01.0529	02.01.00	20,000		499.000,00	558.880,00	637.123,00	739.063,00	2.434.066,00
							274.000,00	306.880,00	349.843,00	405.818,00	1.336.541,00
							135.000,00	151.200,00	172.368,00	199.947,00	658.515,00
							90.000,00	100.800,00	114.912,00	133.298,00	439.010,00
5	4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	00.01.0529	02.01.00	18,036		760.000,00	851.200,00	970.368,00	1.125.627,00	3.707.195,00
							460.000,00	515.200,00	587.328,00	681.300,50	2.243.828,50
							180.000,00	201.600,00	229.824,00	266.595,90	878.019,90
							120.000,00	134.400,00	153.216,00	177.730,60	585.346,60
36	4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	00.01.0500	00.00.00	50,000		30.000,00	33.600,00	38.304,00	44.433,00	146.337,00
							15.000,00	16.800,00	19.152,00	22.216,50	73.168,50
							9.000,00	10.080,00	11.491,20	13.329,90	43.901,10
							6.000,00	6.720,00	7.660,80	8.886,60	29.267,40
39	4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juro:	00.01.0529	02.01.00	20,000		200,00	224,00	255,00	296,00	975,00
							100,00	112,00	127,50	148,00	487,50
							60,00	67,20	76,50	88,80	292,50
							40,00	44,80	51,00	59,20	195,00
6	4.1.1.1.9.01.1.1.00.00.00	Outros Impostos - Principal	00.01.0529	02.01.00	20,000		50.000,00	56.000,00	63.840,00	74.054,00	243.894,00
							50.000,00	56.000,00	63.840,00	74.054,00	243.894,00

Página: 2/5

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
 Relação Detalhada das Receitas Planejadas
 Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.536 17 de 04/09/2017

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO										
42	4.1.1.1.9.01.1.2.00.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros				27.636.990,00	30.880.728,80	35.029.034,35	40.517.807,24	134.064.560,39
		00.01.0500	00.00.00	100,000		5.500,00	6.160,00	7.022,00	8.146,00	26.828,00
48	4.1.1.1.9.01.1.3.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa				11.000,00	12.320,00	14.045,00	16.292,00	53.657,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		11.000,00	12.320,00	14.045,00	16.292,00	53.657,00
41	4.1.1.1.9.01.1.4.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros				2.000,00	2.240,00	2.554,00	2.962,00	9.756,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		2.000,00	2.240,00	2.554,00	2.962,00	9.756,00
7	4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal				350.000,00	392.000,00	446.880,00	518.381,00	1.707.261,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		350.000,00	392.000,00	446.880,00	518.381,00	1.707.261,00
8	4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal				260.000,00	291.200,00	331.988,00	385.083,00	1.268.251,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		260.000,00	291.200,00	331.988,00	385.083,00	1.268.251,00
37	4.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros				2.000,00	2.240,00	2.554,00	2.962,00	9.756,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		2.000,00	2.240,00	2.554,00	2.962,00	9.756,00
47	4.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa				7.000,00	7.840,00	8.938,00	10.368,00	34.146,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		7.000,00	7.840,00	8.938,00	10.368,00	34.146,00
40	4.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros				7.000,00	7.840,00	8.938,00	10.368,00	34.146,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		7.000,00	7.840,00	8.938,00	10.368,00	34.146,00
9	4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Pri				430.000,00	481.600,00	549.024,00	636.868,00	2.097.492,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		430.000,00	481.600,00	549.024,00	636.868,00	2.097.492,00
10	4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal				345.000,00	386.400,00	440.496,00	510.975,00	1.682.871,00
		00.01.0512	00.00.00	100,000		345.000,00	386.400,00	440.496,00	510.975,00	1.682.871,00
11	4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal				206.000,00	230.720,00	263.021,00	305.104,00	1.004.845,00
		00.01.0500	00.00.00	48,540		99.992,40	111.991,49	127.670,39	148.097,48	487.751,76
		00.01.0501	01.01.00	26,020		53.601,20	60.033,34	68.438,06	79.388,07	261.460,67
		00.01.0504	01.02.01	9,220		18.993,20	21.272,38	24.250,54	28.130,59	92.646,71
		00.01.0505	01.02.03	2,910		5.994,60	6.713,95	7.653,91	8.878,53	29.240,99
		00.01.0506	01.03.50	3,880		7.992,80	8.951,94	10.205,21	11.838,04	38.987,99
		00.01.0507	01.03.50	0,490		1.009,40	1.130,53	1.288,80	1.495,01	4.923,74
		00.01.0508	01.03.50	0,490		1.009,40	1.130,53	1.288,80	1.495,01	4.923,74
		00.01.0511	00.00.00	0,240		494,40	553,73	631,25	732,25	2.411,63
		00.01.0512	00.00.00	0,970		1.998,20	2.237,98	2.551,30	2.959,52	9.747,00
		00.01.0520	00.00.00	0,540		1.112,40	1.245,88	1.420,33	1.647,55	5.426,16
		00.01.0548	00.00.00	0,730		1.503,80	1.684,26	1.920,05	2.227,26	7.335,37
		00.01.0549	00.00.00	0,220		453,20	507,58	578,65	671,23	2.210,66
		00.01.0634	00.00.00	0,320		659,20	738,30	841,67	976,33	3.215,50
		00.01.0635	00.00.00	0,290		597,40	669,09	762,76	884,80	2.914,05
		00.01.0636	00.00.00	0,290		597,40	669,09	762,76	884,80	2.914,05
		00.01.0649	00.00.00	2,180		4.490,80	5.029,70	5.733,86	6.651,26	21.905,62
		00.01.0681	00.00.00	2,180		4.490,80	5.029,70	5.733,86	6.651,26	21.905,62
		00.01.0687	00.00.00	0,490		1.009,40	1.130,53	1.288,80	1.495,01	4.923,74
12	4.1.4.0.0.00.1.1.00.00.00	Receita Agropecuária - Principal				9.918,39	11.449,90	12.235,31	13.919,76	47.523,36
		00.01.0500	00.00.00	100,000		9.918,39	11.449,90	12.235,31	13.919,76	47.523,36

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.536 17 de 04/09/2017

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO										
16	4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal				27.636.990,00	30.880.728,80	35.029.034,35	40.517.807,24	134.064.560,39
		00.01.0500	00.00.00	66,410		150.580,00	168.649,60	192.260,40	223.022,28	734.512,28
		00.01.0649	04.03.00	33,590		100.000,00	112.000,00	127.680,00	148.108,80	487.788,80
15	4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal				50.580,00	56.649,60	64.580,40	74.913,48	246.723,48
		00.01.0500	00.00.00	100,000		50.000,00	56.000,00	63.840,00	74.054,00	243.894,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		50.000,00	56.000,00	63.840,00	74.054,00	243.894,00
14	4.1.6.1.0.03.1.1.00.00.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal				8.000,00	8.960,00	10.214,00	11.849,00	39.023,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		8.000,00	8.960,00	10.214,00	11.849,00	39.023,00
13	4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal				50.000,00	56.000,00	63.840,00	74.054,00	243.894,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		50.000,00	56.000,00	63.840,00	74.054,00	243.894,00
17	4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal				180.000,00	201.600,00	229.824,00	266.596,00	878.020,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		180.000,00	201.600,00	229.824,00	266.596,00	878.020,00
18	4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Princip				10.900.654,51	12.218.531,42	13.885.157,50	16.076.798,85	53.081.142,28
		00.01.0500	00.00.00	52,169		5.675.852,11	6.393.812,73	7.246.000,06	8.376.398,79	27.692.063,69
		00.01.0501	01.01.00	9,549		1.059.338,80	1.159.419,46	1.319.878,24	1.529.698,83	5.068.335,33
		00.01.0529	02.01.00	38,282		4.165.463,60	4.665.299,23	5.319.279,20	6.170.701,23	20.320.743,26
19	4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no				300.000,00	336.000,00	383.040,00	444.326,00	1.463.366,00
		00.01.0500	00.00.00	70,000		210.000,00	235.200,00	268.128,00	311.028,20	1.024.356,20
		00.01.0501	01.01.00	30,000		90.000,00	100.800,00	114.912,00	133.297,80	439.009,80
20	4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no				300.000,00	336.000,00	383.040,00	444.326,00	1.463.366,00
		00.01.0500	00.00.00	70,000		210.000,00	235.200,00	268.128,00	311.028,20	1.024.356,20
		00.01.0501	01.01.00	30,000		90.000,00	100.800,00	114.912,00	133.297,80	439.009,80
21	4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal				10.000,00	11.200,00	12.768,00	14.811,00	48.779,00
		00.01.0500	00.00.00	50,000		5.000,00	5.600,00	6.384,00	7.405,50	24.389,50
		00.01.0501	01.01.00	30,000		3.000,00	3.360,00	3.830,40	4.443,30	14.633,70
		00.01.0529	02.01.00	20,000		2.000,00	2.240,00	2.553,60	2.962,20	9.755,80
22	4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal				70.000,00	78.400,00	89.376,00	103.676,00	341.452,00
		00.01.0500	00.00.00	100,000		70.000,00	78.400,00	89.376,00	103.676,00	341.452,00
23	4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA:				168.000,00	188.160,00	214.502,00	248.823,00	819.485,00
		00.01.0548	00.00.00	11,300		18.984,00	21.282,08	24.238,73	28.116,99	92.601,80
		00.01.0549	00.00.00	5,360		9.004,80	10.085,38	11.497,31	13.336,91	43.924,40
		00.01.0681	00.00.00	78,570		131.997,60	147.837,31	168.534,22	195.500,23	643.869,36
		00.01.0687	00.00.00	4,770		8.013,60	8.975,23	10.231,74	11.868,87	39.089,44
24	4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal				293.000,00	328.160,00	374.102,40	433.958,78	1.429.221,18
		00.01.0506	01.03.01	100,000		293.000,00	328.160,00	374.102,40	433.958,78	1.429.221,18
25	4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDSE referentes ao Programa Nacional de Alimer				74.000,00	82.880,00	94.483,00	109.600,00	360.963,00
		00.01.0507	01.03.00	100,000		74.000,00	82.880,00	94.483,00	109.600,00	360.963,00
26	4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDSE referentes ao Programa Nacional de Apoio				90.000,00	100.800,00	114.912,00	133.298,00	439.010,00
		00.01.0508	01.03.00	100,000		90.000,00	100.800,00	114.912,00	133.298,00	439.010,00
27	4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principa				30.000,00	33.600,00	38.304,00	44.433,00	146.337,00
		00.01.0500	00.00.00	50,000		15.000,00	16.800,00	19.152,00	22.216,50	73.168,50
		00.01.0501	01.01.00	30,000		9.000,00	10.080,00	11.491,20	13.329,90	43.901,10

Página: 4/5

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (Q) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO										
						27.636.990,00	30.880.728,80	35.029.034,35	40.517.807,24	134.064.560,39
28	4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00 Outras Transferências da União - Principal	00.01.0529	02.01.00	20,000		30.000,00	33.600,00	38.304,00	44.433,00	146.337,00
						6.000,00	6.720,00	7.660,80	8.886,60	29.267,40
						150.000,00	168.000,00	191.520,00	222.163,00	731.683,00
29	4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 Cota-Parte do ICMS - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		150.000,00	168.000,00	191.520,00	222.163,00	731.683,00
						10.865.000,00	12.207.700,20	13.743.021,55	15.827.394,18	52.643.115,93
						7.745.000,00	8.713.300,20	9.759.405,55	11.206.399,78	37.424.105,53
						1.950.000,00	2.184.000,00	2.489.760,00	2.888.121,50	9.511.881,50
						1.170.000,00	1.310.400,00	1.493.856,00	1.732.872,90	5.707.128,90
30	4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 Cota-Parte do IPVA - Principal	00.01.0529	02.01.00	10,841		1.197.210,00	1.340.875,00	1.528.598,00	1.773.173,00	5.839.856,00
						747.210,00	836.875,00	954.038,00	1.106.683,50	3.644.806,50
						270.000,00	302.400,00	344.736,00	399.893,70	1.317.029,70
						180.000,00	201.600,00	229.824,00	266.595,80	878.019,80
31	4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	00.01.0529	02.01.00	15,035		150.000,00	168.000,00	191.520,00	222.163,00	731.683,00
						95.000,00	106.400,00	121.296,00	140.703,00	463.399,00
						33.000,00	36.960,00	42.134,40	48.876,00	160.970,40
						22.000,00	24.640,00	28.089,60	32.584,00	107.313,60
32	4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Princípi	00.01.0511	00.00.00	100,000		10.000,00	11.200,00	12.768,00	14.811,00	48.779,00
						10.000,00	11.200,00	12.768,00	14.811,00	48.779,00
33	4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00 Outras Transferências dos Estados - Principal	00.01.0520	01.06.01	100,000		210.000,00	235.200,00	268.128,00	311.028,00	1.024.356,00
						210.000,00	235.200,00	268.128,00	311.028,00	1.024.356,00
34	4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00 FUNDEB - Principal	00.01.0504	01.02.00	85,000		2.650.000,00	2.968.000,00	3.383.520,00	3.924.883,00	12.926.403,00
						2.252.500,00	2.522.800,00	2.875.992,00	3.336.150,55	10.987.442,55
						397.500,00	445.200,00	507.528,00	588.732,45	1.938.960,45
43	4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	00.01.0634	00.00.00	36,000		23.500,00	26.320,00	30.005,00	34.806,00	114.631,00
						8.460,00	9.475,20	10.801,80	12.530,16	41.267,16
						7.520,00	8.422,40	9.601,60	11.137,92	36.681,92
						7.520,00	8.422,40	9.601,60	11.137,92	36.681,92
44	4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00 Outras Indenizações - Principal	00.01.0636	00.00.00	32,000		10.000,00	11.200,00	12.768,00	14.811,00	48.779,00
						10.000,00	11.200,00	12.768,00	14.811,00	48.779,00
45	4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00 Outras Restituições - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		10.000,00	11.200,00	12.768,00	14.811,00	48.779,00
						25.000,00	28.000,00	31.920,00	37.027,00	121.947,00
50	4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00 Outras Receitas - Primárias - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		21.000,00	23.520,00	26.813,00	31.103,00	102.436,00
						21.000,00	23.520,00	26.813,00	31.103,00	102.436,00
49	4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	00.01.0500	00.00.00	100,000		6.000,00	6.720,00	7.661,00	8.886,00	29.267,00
						6.000,00	6.720,00	7.661,00	8.886,00	29.267,00
54	9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Prir	00.01.0500	00.00.00	100,000		2.180.130,90	2.443.706,28	2.777.031,50	3.215.359,77	-10.616.228,45
						-2.180.130,90	-2.443.706,28	-2.777.031,50	-3.215.359,77	-10.616.228,45
55	9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		-2.000,00	-2.240,00	-2.553,60	-2.962,20	-9.755,80
						-2.000,00	-2.240,00	-2.553,60	-2.962,20	-9.755,80
56	9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 (R)Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		-6.000,00	-6.720,00	-7.660,80	-8.886,60	-29.267,40
						-6.000,00	-6.720,00	-7.660,80	-8.886,60	-29.267,40

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (O) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO										
57	9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do ICMS - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		27.636.990,00	30.880.728,80	35.029.034,35	40.517.807,24	134.064.560,39
						-2.173.000,00	-2.441.540,04	-2.748.604,31	-3.165.478,84	-10.528.623,19
58	9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPVA - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		-2.173.000,00	-2.441.540,04	-2.748.604,31	-3.165.478,84	-10.528.623,19
						-239.442,00	-268.175,00	-305.719,60	-354.634,60	-1.167.971,20
59	9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	00.01.0500	00.00.00	100,000		-239.442,00	-268.175,00	-305.719,60	-354.634,60	-1.167.971,20
						-30.000,00	-33.600,00	-38.304,00	-44.432,60	-146.336,60
						-30.000,00	-33.600,00	-38.304,00	-44.432,60	-146.336,60
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO										
60	4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	00.01.0529	02.01.00	4,600		1.985.400,00	2.223.648,00	2.534.959,00	2.891.649,30	9.635.656,30
		00.01.0531	02.04.00	29,950		43.400,00	48.608,00	55.413,00	15.376,30	162.797,30
		00.01.0535	02.04.00	2,300		1.996,40	2.235,97	2.549,00	707,31	7.488,68
		00.01.0536	02.04.00	3,450		12.998,30	14.558,10	16.596,19	4.605,20	48.757,79
		00.01.0537	02.04.00	23,000		998,20	1.117,98	1.274,50	353,66	3.744,34
		00.01.0539	02.04.00	1,380		1.497,30	1.676,98	1.911,75	530,48	5.616,51
		00.01.0542	02.04.00	23,100		9.982,00	11.179,84	12.744,99	3.536,55	37.443,38
		00.01.0553	02.04.00	0,700		598,92	670,79	764,70	212,19	2.246,60
		00.01.0554	02.04.00	11,520		10.025,40	11.228,44	12.800,40	3.551,93	37.606,17
		00.01.0554	02.04.00	11,520		303,80	340,26	387,89	107,63	1.139,58
		00.01.0554	02.04.00	11,520		4.999,68	5.599,64	6.383,58	1.771,35	18.754,25
61	4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses	00.01.0531	02.04.00	14,000		1.760.000,00	1.971.200,00	2.247.168,00	2.606.715,00	8.585.083,00
		00.01.0532	02.04.00	15,300		246.400,00	275.968,00	314.603,52	364.940,10	1.201.911,62
		00.01.0533	02.04.00	4,900		269.280,00	301.593,60	343.816,70	398.827,40	1.313.517,70
		00.01.0534	02.04.00	17,200		86.240,00	96.588,80	110.111,23	127.729,04	420.669,07
		00.01.0535	02.04.00	3,410		302.720,00	339.046,40	386.512,90	448.354,98	1.476.634,28
		00.01.0536	02.04.00	0,340		60.016,00	67.217,92	76.628,43	88.888,98	292.751,33
		00.01.0537	02.04.00	4,940		5.984,00	6.702,08	7.640,37	8.862,83	29.189,28
		00.01.0546	02.04.00	13,000		86.944,00	97.377,28	111.010,10	128.771,72	424.103,10
		00.01.0553	02.04.00	0,280		228.800,00	256.256,00	292.131,84	338.872,95	1.116.060,79
		00.01.0554	02.04.00	14,130		4.928,00	5.519,36	6.292,07	7.298,80	24.038,23
		00.01.0682	02.04.00	12,500		248.688,00	278.530,56	317.524,84	368.328,82	1.213.072,22
62	4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse	00.01.0539	02.04.00	22,000		220.000,00	246.400,00	280.896,00	325.839,38	1.073.135,38
		00.01.0542	02.04.00	78,000		182.000,00	203.840,00	232.378,00	269.558,00	887.776,00
						40.040,00	44.844,80	51.123,16	59.302,76	195.310,72
						141.960,00	158.995,20	181.254,84	210.255,24	692.465,28
Total geral:						29.622.390,00	33.104.376,80	37.563.993,35	43.409.456,54	143.700.216,69

SADI INACIO BONAMIGO
 Prefeito Municipal

PPA - RESUMO DA COMPATIBILIZAÇÃO DOS PROGRAMAS COM A FONTE DE RECURSO**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/3

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO			
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS	64.846.744,40	0003 - Descanso - Cidade Empreendedora	652.000,00
		0004 - História e Sabor	237.000,00
		0005 - Crescer Saudável	799.000,00
		0011 - Vida Rural de Qualidade	5.137.000,00
		0012 - Produção Animal de Qualidade com Sanidade	1.245.000,00
		0014 - Gestão Municipal da Assistência Social	2.121.000,00
		0015 - Qualidade de Vida na Terceira Idade	675.000,00
		0016 - Proteção Social Básica	1.973.000,00
		0017 - Proteção Social Especial de Média Complexid	917.000,00
		0018 - Serviço de Proteção Social de Alta Complexid	1.463.000,00
		0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	38.500,00
		0020 - Infância e Adolescência	51.850,00
		0021 - Proteção da Criança e Adolescente	607.500,00
		0022 - Direito à Habitação	190.000,00
		0025 - Segurança Pública e Cidadania	488.000,00
		0026 - Previdência Social aos Servidores Públicos e	6.103.000,00
		0027 - Encargos Especiais	4.681.000,00
		0029 - Administração Participativa e Transparente	10.747.894,40
		0030 - Educação e Cidadania	296.000,00
		0031 - Resgatando Nossa Cultura	559.000,00
		0032 - Esporte - Resgatando Cidadania	3.409.000,00
		0033 - Resgatando - Estrada Modelo	8.090.000,00
		0034 - Você participa - Cidade Melhora	7.463.000,00
		0035 - Água Boa - Vida Saudável	96.000,00
		0036 - Da Porteira para dentro	730.000,00
		9999 - Reserva de Contingência	390.000,00
Subtotal:	64.846.744,40	Subtotal:	59.159.744,40
00.01.0501 - Recursos ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO	20.593.000,00	0030 - Educação e Cidadania	20.593.000,00
Subtotal:	20.593.000,00	Subtotal:	20.593.000,00
00.01.0504 - Recursos FUNDEB 60%	11.080.089,26	0030 - Educação e Cidadania	11.080.089,26
Subtotal:	11.080.089,26	Subtotal:	11.080.089,26
00.01.0505 - Recursos FUNDEB 40%	1.968.201,44	0030 - Educação e Cidadania	1.968.201,44
Subtotal:	1.968.201,44	Subtotal:	1.968.201,44
00.01.0506 - Recursos FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.468.209,17	0030 - Educação e Cidadania	1.468.209,17
Subtotal:	1.468.209,17	Subtotal:	1.468.209,17
00.01.0507 - Recursos FNDE - PNAE	365.886,74	0005 - Crescer Saudável	365.886,74
Subtotal:	365.886,74	Subtotal:	365.886,74
00.01.0508 - Recursos FNDE - PNATE	443.933,74	0030 - Educação e Cidadania	443.933,74
Subtotal:	443.933,74	Subtotal:	443.933,74
00.01.0511 - Recursos CIDE	51.190,63	0033 - Resgatando - Estrada Modelo	51.190,63
Subtotal:	51.190,63	Subtotal:	51.190,63
00.01.0512 - Recursos COSIP	1.692.618,00	0034 - Você participa - Cidade Melhora	1.692.618,00
Subtotal:	1.692.618,00	Subtotal:	1.692.618,00
00.01.0520 - Recursos CONVÊNIOS/ESTADO	1.029.782,16	0030 - Educação e Cidadania	1.029.782,16
Subtotal:	1.029.782,16	Subtotal:	1.029.782,16
00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE	29.276.740,76	-----	0,00
Subtotal:	29.276.740,76	Subtotal:	0,00
00.01.0548 - Outras Transferências de Recursos do I	99.937,17	0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	99.937,17

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Página: 2/3

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO			
		0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	99.937,17
Subtotal:	99.937,17	Subtotal:	99.937,17
00.01.0549 - Outras Transferências de Recursos do I	46.135,06	0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	46.135,06
Subtotal:	46.135,06	Subtotal:	46.135,06
00.01.0634 - Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito - ML	44.482,66	0025 - Segurança Pública e Cidadania	44.482,66
Subtotal:	44.482,66	Subtotal:	44.482,66
00.01.0635 - Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito - PN	39.595,97	0025 - Segurança Pública e Cidadania	39.595,97
Subtotal:	39.595,97	Subtotal:	39.595,97
00.01.0636 - Recursos Multas Prev.Leg.Trânsito - SS	39.595,97	0025 - Segurança Pública e Cidadania	39.595,97
Subtotal:	39.595,97	Subtotal:	39.595,97
00.01.0649 - Convênio Corpo de Bombeiros	268.629,10	0025 - Segurança Pública e Cidadania	268.629,10
Subtotal:	268.629,10	Subtotal:	268.629,10
00.01.0681 - Recursos FNAS BL PSB (PBF/PBV)	665.774,98	0016 - Proteção Social Básica	665.774,98
Subtotal:	665.774,98	Subtotal:	665.774,98
00.01.0687 - Recursos FNAS - BL PSEMC	44.013,18	0017 - Proteção Social Especial de Média Complexid	44.013,18
Subtotal:	44.013,18	Subtotal:	44.013,18
00.01.0688 - Recursos ORDINÁRIOS - Prefeitura/Co	0,00	0025 - Segurança Pública e Cidadania	70.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	70.000,00
Total por entidade:	134.064.560,39	Total por entidade:	99.170.819,63
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO			
00.01.0529 - Recursos ORDINÁRIOS - SAÚDE	7.488,68	0024 - Controle e Equilíbrio Nutricional	242.000,00
		0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	29.042.229,44
Subtotal:	7.488,68	Subtotal:	29.284.229,44
00.01.0531 - Recursos SUS - Piso de Atenção Básica	1.250.669,41	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.250.669,41
Subtotal:	1.250.669,41	Subtotal:	1.250.669,41
00.01.0532 - Recursos SUS - Programa de Saúde da	1.313.517,70	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.313.517,70
Subtotal:	1.313.517,70	Subtotal:	1.313.517,70
00.01.0533 - Recursos SUS - Saúde Bucal/Programa	420.669,07	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	420.669,07
Subtotal:	420.669,07	Subtotal:	420.669,07
00.01.0534 - Recursos SUS - Agentes Comunitários	1.476.634,28	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.476.634,28
Subtotal:	1.476.634,28	Subtotal:	1.476.634,28
00.01.0535 - Recursos SUS - Farmácia Básica(FB)	296.495,67	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	296.495,67
Subtotal:	296.495,67	Subtotal:	296.495,67
00.01.0536 - Recursos SUS - Vigilância Sanitária	34.805,79	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	34.805,79
Subtotal:	34.805,79	Subtotal:	34.805,79
00.01.0537 - Recursos SUS - Epidemiologia e Contr	461.546,48	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	461.546,48
Subtotal:	461.546,48	Subtotal:	461.546,48
00.01.0539 - Recursos SUS/ESTADO - FARMÁCIA B	197.557,32	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	197.557,32
Subtotal:	197.557,32	Subtotal:	197.557,32
00.01.0542 - Recursos SUS/ESTADO - COFINANCIA	730.071,45	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	730.071,45
Subtotal:	730.071,45	Subtotal:	730.071,45
00.01.0546 - Transferências PAB-PMAQ	1.116.060,79	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.116.060,79

Estado de Santa Catarina

Página: 3/3

MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso

Seleção: Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO			
		0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.116.060,79
Subtotal:	1.116.060,79	Subtotal:	1.116.060,79
00.01.0553 - FNS - MAC - REDE CEGONHA RCEG	25.177,81	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	25.177,81
Subtotal:	25.177,81	Subtotal:	25.177,81
00.01.0554 - TRANSFERENCIA RECUR. MEDIA E A	1.231.826,47	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.231.826,47
Subtotal:	1.231.826,47	Subtotal:	1.231.826,47
00.01.0682 - Recursos SUS - NASF	1.073.135,38	0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	1.073.135,38
Subtotal:	1.073.135,38	Subtotal:	1.073.135,38
Total por entidade:	9.635.656,30	Total por entidade:	38.912.397,06
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO			
00.01.0500 - Recursos ORDINÁRIOS	0,00	0001 - Processo Legislativo	5.617.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	5.617.000,00
Total por entidade:	0,00	Total por entidade:	5.617.000,00
Total geral:	143.700.216,69	Total geral:	143.700.216,69

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

PPA - RESUMO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Página: 1/7

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
 Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 1 - Legislativa						5.617.000,00
Subfunção: 31 - Ação Legislativa						5.617.000,00
Programa: 0001 - Processo Legislativo						5.617.000,00
2.001 - MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS	1.210.000,00	1.331.000,00	1.465.000,00	1.611.000,00	0,00	5.617.000,00
Função: 4 - Administração						11.592.394,40
Subfunção: 122 - Administração Geral						6.532.894,40
Programa: 0029 - Administração Participativa e Transparente						6.532.894,40
2.002 - MANUT.ATIV.GABINETE PREFEITO,VICE E ASSES.JURÍDICA	510.000,00	571.000,00	651.000,00	755.000,00	0,00	2.487.000,00
2.003 - MANUT.REPAROS E READEQUAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL	80.000,00	89.400,00	101.536,00	117.621,76	0,00	388.557,76
2.005 - MANUT.DPTO.ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	580.000,00	649.600,00	740.304,00	858.432,64	0,00	2.828.336,64
2.007 - MANUT.DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	172.000,00	194.000,00	221.000,00	242.000,00	0,00	829.000,00
Subfunção: 123 - Administração Financeira						2.230.000,00
Programa: 0029 - Administração Participativa e Transparente						2.230.000,00
2.008 - MANUT.E MODERNIZAÇÃO SERV.FAZENDÁRIOS E PLANEJAMENTO	458.000,00	512.000,00	583.500,00	676.500,00	0,00	2.230.000,00
Subfunção: 124 - Controle Interno						1.316.000,00
Programa: 0029 - Administração Participativa e Transparente						1.316.000,00
2.009 - MANUT.E FUNC.DPTO.CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO	270.000,00	302.000,00	344.500,00	399.500,00	0,00	1.316.000,00
Subfunção: 131 - Comunicação Social						669.000,00
Programa: 0029 - Administração Participativa e Transparente						669.000,00
2.006 - MANUT.SERV.COMUNICAÇÃO E PUBLIC.INSTITUCIONAL E LEGAL	138.000,00	154.000,00	175.000,00	202.000,00	0,00	669.000,00
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						607.500,00
Programa: 0021 - Proteção da Criança e Adolescente						607.500,00
2.057 - MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS AO CONSELHO	125.000,00	139.500,00	159.000,00	184.000,00	0,00	607.500,00
Subfunção: 695 - Turismo						237.000,00
Programa: 0004 - História e Sabor						237.000,00
2.014 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL	10.000,00	11.000,00	12.000,00	14.000,00	0,00	47.000,00
2.015 - REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO CRISTO REDENTOR	40.000,00	44.000,00	49.000,00	57.000,00	0,00	190.000,00
Função: 6 - Segurança Pública						950.303,70
Subfunção: 181 - Policiamento						437.674,60
Programa: 0025 - Segurança Pública e Cidadania						437.674,60
2.065 - MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E RADIOPATRULHA	90.354,00	100.396,48	114.372,19	132.551,93	0,00	437.674,60

Página: 2/7

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.536-17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 6 - Segurança Pública						950.303,70
Subfunção: 182 - Defesa Civil						512.629,10
Programa: 0025 - Segurança Pública e Cidadania						512.629,10
2.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	0,00	244.000,00
2.074 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS	55.070,80	61.679,30	70.314,26	81.564,74	0,00	268.629,10
						7.420.210,39
Função: 8 - Assistência Social						961.013,18
Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência						961.013,18
Programa: 0017 - Proteção Social Especial de Média Complexidade						961.013,18
2.050 - MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	197.023,00	221.105,76	251.520,54	291.363,88	0,00	961.013,18
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						51.850,00
Programa: 0020 - Infância e Adolescência						51.850,00
2.056 - MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E	1.000,00	1.100,00	1.250,00	1.500,00	0,00	4.850,00
2.069 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.	10.000,00	11.000,00	12.000,00	14.000,00	0,00	47.000,00
						6.407.347,21
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						2.121.000,00
Programa: 0014 - Gestão Municipal da Assistência Social						2.121.000,00
2.040 - MANUT.E FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	430.000,00	481.000,00	548.500,00	635.500,00	0,00	2.095.000,00
2.071 - GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS)	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	0,00	26.000,00
Programa: 0016 - Proteção Social Básica						2.638.774,98
2.072 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	541.488,40	605.867,01	690.268,08	801.151,49	0,00	2.638.774,98
Programa: 0018 - Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade						1.463.000,00
2.070 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	300.000,00	336.000,00	383.000,00	444.000,00	0,00	1.463.000,00
Programa: 0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais						184.572,23
2.054 - MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	25.487,80	28.446,34	32.158,78	37.344,25	0,00	123.437,17
2.055 - MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS-GESTÃO	12.458,00	14.092,96	16.075,96	18.508,14	0,00	61.135,06
						6.103.000,00
Função: 9 - Previdência Social						6.103.000,00
Subfunção: 271 - Previdência Básica						6.103.000,00
Programa: 0026 - Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos						6.103.000,00
2.067 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS	950.000,00	1.065.000,00	1.215.000,00	1.410.000,00	0,00	4.640.000,00
2.068 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	300.000,00	336.000,00	383.000,00	444.000,00	0,00	1.463.000,00

Página: 3/7

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
 Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.536 de 17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 10 - Saúde						38.912.397,06
Subfunção: 122 - Administração Geral						12.933.300,00
Programa: 0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos						12.933.300,00
2.058 - MANUT.E FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS	2.648.000,00	2.966.000,00	3.382.000,00	3.923.000,00	0,00	12.919.000,00
2.073 - GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.000,00	3.300,00	3.700,00	4.300,00	0,00	14.300,00
Subfunção: 301 - Atenção Básica						20.742.244,79
Programa: 0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos						20.742.244,79
2.059 - MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	501.653,12	561.851,49	640.790,79	741.757,59	0,00	2.446.052,99
2.060 - MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	3.757.343,18	4.208.224,36	4.797.696,00	5.532.928,26	0,00	18.296.191,80
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial						3.862.000,00
Programa: 0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos						3.862.000,00
2.061 - MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	792.000,00	887.000,00	1.011.000,00	1.172.000,00	0,00	3.862.000,00
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária						400.805,79
Programa: 0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos						400.805,79
2.062 - MANUT.ATIV.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOONOSES	82.481,30	92.379,06	105.552,12	120.393,31	0,00	400.805,79
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica						732.046,48
Programa: 0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos						732.046,48
2.063 - MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	152.426,00	170.557,12	194.755,09	214.308,27	0,00	732.046,48
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição						242.000,00
Programa: 0024 - Controle e Equilíbrio Nutricional						242.000,00
2.064 - ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	50.000,00	56.000,00	63.000,00	73.000,00	0,00	242.000,00
Função: 12 - Educação						38.044.102,51
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição						1.164.886,74
Programa: 0005 - Crescer Saudável						1.164.886,74
2.016 - AQUISIÇÃO,MANUT.E DISTRIB.DA MERENDA ESCOLAR	240.009,40	268.010,53	304.771,80	352.095,01	0,00	1.164.886,74
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental						25.779.179,47
Programa: 0030 - Educação e Cidadania						25.779.179,47
1.023 - CONSTR.,AMPL.,E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	200.000,00	224.000,00	255.000,00	295.000,00	0,00	974.000,00
2.017 - MANUT.MODERNIZAÇÃO E FUNC.DPTO EDUCAÇÃO	412.000,00	461.000,00	525.500,00	609.500,00	0,00	2.008.000,00
2.018 - MANUT.FUNC.DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.480.000,00	2.780.000,00	3.168.840,00	3.675.414,40	0,00	12.104.254,40
2.019 - MANUT.FUNC.E AMPL.SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR	2.213.114,60	2.449.488,35	2.792.056,74	3.238.265,38	0,00	10.692.925,07

Página: 4/7

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 12 - Educação						38.044.102,51
Subfunção: 363 - Ensino Profissional						148.000,00
Programa: 0030 - Educação e Cidadania						148.000,00
2.020 - INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	30.000,00	34.000,00	39.000,00	45.000,00	0,00	148.000,00
Subfunção: 364 - Ensino Superior						148.000,00
Programa: 0030 - Educação e Cidadania						148.000,00
2.021 - INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO	30.000,00	34.000,00	39.000,00	45.000,00	0,00	148.000,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil						10.804.036,30
Programa: 0030 - Educação e Cidadania						10.804.036,30
1.024 - IMPL., CONTR., AMPL. E REFORMAS DE CRECHES	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	0,00	730.000,00
2.022 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	1.783.494,60	1.997.713,95	2.277.373,91	2.642.833,53	0,00	8.701.415,99
2.023 - MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	281.493,20	315.272,38	359.210,54	416.644,19	0,00	1.372.620,31
Função: 13 - Cultura						1.234.000,00
Subfunção: 392 - Difusão Cultural						1.234.000,00
Programa: 0015 - Qualidade de Vida na Terceira Idade						675.000,00
2.045 - MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA, EVENTOS E	70.000,00	78.000,00	89.000,00	103.000,00	0,00	340.000,00
2.046 - REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	70.000,00	77.000,00	87.000,00	101.000,00	0,00	335.000,00
Programa: 0031 - Resgatando Nossa Cultura						559.000,00
2.024 - MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS	115.000,00	129.000,00	146.000,00	169.000,00	0,00	559.000,00
Função: 15 - Urbanismo						8.862.618,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana						1.798.000,00
Programa: 0034 - Você participa - Cidade Melhora						1.798.000,00
1.014 - AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	100.000,00	112.000,00	127.000,00	147.000,00	0,00	486.000,00
2.029 - MANUT.E FUNC.DPTO. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	270.000,00	302.000,00	343.000,00	397.000,00	0,00	1.312.000,00
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos						6.227.618,00
Programa: 0034 - Você participa - Cidade Melhora						6.227.618,00
2.030 - LIMPEZA, SINALIZ. E MELHORIAS DE VIAS, PRAÇAS E CEMITÉRIO PÚBL.	810.000,00	907.000,00	1.033.000,00	1.197.000,00	0,00	3.947.000,00
2.031 - MANUT.E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	466.998,20	523.637,98	597.047,30	692.934,52	0,00	2.280.618,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano						837.000,00
Programa: 0034 - Você participa - Cidade Melhora						837.000,00
2.032 - AMPL., MANUT. E MELHORIAS NO ABASTEC.DE ÁGUA	172.000,00	192.000,00	219.000,00	254.000,00	0,00	837.000,00

Página: 5/7

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
 Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 16 - Habitação						190.000,00
Subfunção: 482 - Habitação Urbana						190.000,00
Programa: 0022 - Direito à Habitação						190.000,00
1.019 - CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
Função: 17 - Saneamento						244.000,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano						244.000,00
Programa: 0034 - Você participa - Cidade Melhora						244.000,00
2.077 - MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	0,00	244.000,00
Função: 18 - Gestão Ambiental						96.000,00
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental						96.000,00
Programa: 0035 - Água Boa - Vida Saudável						96.000,00
2.039 - PROTEÇÃO,PRESERV.E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	0,00	96.000,00
Função: 20 - Agricultura						7.112.000,00
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária						6.598.000,00
Programa: 0011 - Vida Rural de Qualidade						5.137.000,00
2.034 - MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	270.000,00	302.000,00	344.000,00	399.000,00	0,00	1.315.000,00
2.035 - INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	745.000,00	833.000,00	949.000,00	1.100.000,00	0,00	3.627.000,00
2.036 - ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FEIRA LIVRE	40.000,00	45.000,00	51.000,00	59.000,00	0,00	195.000,00
Programa: 0012 - Produção Animal de Qualidade com Sanidade						731.000,00
2.037 - INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL	150.000,00	168.000,00	191.000,00	222.000,00	0,00	731.000,00
Programa: 0036 - Da Porteira para dentro						730.000,00
2.078 - FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	0,00	730.000,00
Subfunção: 609 - Defesa Agropecuária						514.000,00
Programa: 0012 - Produção Animal de Qualidade com Sanidade						514.000,00
2.038 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	105.000,00	118.000,00	135.000,00	156.000,00	0,00	514.000,00
Função: 22 - Indústria						556.000,00
Subfunção: 661 - Promoção Industrial						556.000,00
Programa: 0003 - Descanso - Cidade Empreendedora						556.000,00
2.010 - MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA.COMÉRCIO E SERVIÇOS	85.000,00	95.000,00	108.000,00	125.000,00	0,00	413.000,00
2.011 - DESEV.CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	30.000,00	33.000,00	37.000,00	43.000,00	0,00	143.000,00

Página: 6/7

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021
Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 23 - Comércio e Serviços						96.000,00
Subfunção: 691 - Promoção Comercial						96.000,00
Programa: 0003 - Descanso - Cidade Empreendedora						96.000,00
2.012 - INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	0,00	96.000,00
Função: 24 - Comunicações						49.000,00
Subfunção: 722 - Telecomunicações						49.000,00
Programa: 0034 - Você participa - Cidade Melhora						49.000,00
2.033 - MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES T.V.	10.000,00	11.000,00	13.000,00	15.000,00	0,00	49.000,00
Função: 26 - Transporte						8.141.190,63
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário						8.141.190,63
Programa: 0033 - Resgatando - Estrada Modelo						8.141.190,63
1.010 - RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	0,00	730.000,00
1.011 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	0,00	244.000,00
1.012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	0,00	96.000,00
2.027 - MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIP.E RODOV.MUNIC.	1.450.494,40	1.623.753,73	1.850.399,25	2.146.543,25	0,00	7.071.190,63
Função: 27 - Desporto e Lazer						3.409.000,00
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário						3.409.000,00
Programa: 0032 - Esporte - Resgatando Cidadania						3.409.000,00
1.009 - CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIVOS COMUNITÁRIOS	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	0,00	730.000,00
2.025 - MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT.RECREAT.E LAZER	350.000,00	391.000,00	445.000,00	516.000,00	0,00	1.702.000,00
2.026 - MANUT.E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL	200.000,00	224.000,00	256.000,00	297.000,00	0,00	977.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais						4.681.000,00
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais						4.681.000,00
Programa: 0027 - Encargos Especiais						4.681.000,00
0.002 - PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO	960.000,00	1.075.000,00	1.225.000,00	1.421.000,00	0,00	4.681.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Ação	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 99 - Reserva de Contingência						390.000,00
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência						390.000,00
Programa: 9999 - Reserva de Contingência						390.000,00
0.004 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	90.000,00	102.000,00	118.000,00	0,00	390.000,00
Total Geral:	29.622.390,00	33.104.376,80	37.563.993,35	43.409.456,54	0,00	143.700.216,69

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

PPA - RESUMO DOS PROGRAMAS POR MACROOBJETIVOS

Página: 1/1

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
 PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Resumo dos Programas por Macroobjetivos

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº L1536 17 de 04/09/2017

Programa	2018	2019	2020	2021	Vlr. Não Detalhado	Total
Macroobjeto: Não informado						143.700.216,69
0001 - Processo Legislativo	1.210.000,00	1.331.000,00	1.465.000,00	1.611.000,00	----	5.617.000,00
0003 - Descanso - Cidade Empreendedora	135.000,00	150.000,00	170.000,00	197.000,00	----	652.000,00
0004 - História e Sabor	50.000,00	55.000,00	61.000,00	71.000,00	----	237.000,00
0005 - Crescer Saudável	240.009,40	268.010,53	304.771,80	352.095,01	----	1.164.886,74
0011 - Vida Rural de Qualidade	1.055.000,00	1.180.000,00	1.344.000,00	1.558.000,00	----	5.137.000,00
0012 - Produção Animal de Qualidade com Sanidade	255.000,00	286.000,00	326.000,00	378.000,00	----	1.245.000,00
0014 - Gestão Municipal da Assistência Social	435.000,00	487.000,00	555.500,00	643.500,00	----	2.121.000,00
0015 - Qualidade de Vida na Terceira Idade	140.000,00	155.000,00	176.000,00	204.000,00	----	675.000,00
0016 - Proteção Social Básica	541.488,40	605.867,01	690.288,08	801.151,49	----	2.638.774,98
0017 - Proteção Social Especial de Média Complexidade	197.023,00	221.105,76	251.520,54	291.363,88	----	961.013,18
0018 - Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade	300.000,00	336.000,00	383.000,00	444.000,00	----	1.463.000,00
0019 - Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	37.945,80	42.539,30	48.234,74	55.852,39	----	184.572,23
0020 - Infância e Adolescência	11.000,00	12.100,00	13.250,00	15.500,00	----	51.850,00
0021 - Proteção da Criança e Adolescente	125.000,00	139.500,00	159.000,00	184.000,00	----	607.500,00
0022 - Direito à Habitação	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	----	190.000,00
0024 - Controle e Equilíbrio Nutricional	50.000,00	56.000,00	63.000,00	73.000,00	----	242.000,00
0025 - Segurança Pública e Cidadania	195.424,80	218.075,78	248.686,45	288.116,67	----	950.303,70
0026 - Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos	1.250.000,00	1.401.000,00	1.598.000,00	1.854.000,00	----	6.103.000,00
0027 - Encargos Especiais	960.000,00	1.075.000,00	1.225.000,00	1.421.000,00	----	4.681.000,00
0029 - Administração Participativa e Transparente	2.208.000,00	2.472.000,00	2.816.840,00	3.251.054,40	----	10.747.894,40
0030 - Educação e Cidadania	7.580.102,40	8.463.474,68	9.646.981,19	11.188.657,50	----	36.879.215,77
0031 - Resgatando Nossa Cultura	115.000,00	129.000,00	146.000,00	169.000,00	----	559.000,00
0032 - Esporte - Resgatando Cidadania	700.000,00	783.000,00	892.000,00	1.034.000,00	----	3.409.000,00
0033 - Resgatando - Estrada Modelo	1.670.494,40	1.869.753,73	2.130.399,25	2.470.543,25	----	8.141.190,63
0034 - Você participa - Cidade Melhor	1.878.998,20	2.103.637,98	2.396.047,30	2.776.934,52	----	9.155.618,00
0035 - Água Boa - Vida Saudável	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	----	96.000,00
0036 - Da Porteira para dentro	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	----	730.000,00
0037 - Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	7.936.903,60	8.889.312,03	10.135.494,00	11.708.687,43	----	38.670.397,06
9999 - Reserva de Contingência	80.000,00	90.000,00	102.000,00	118.000,00	----	390.000,00
Total Geral:	29.622.390,00	33.104.376,80	37.563.993,35	43.409.456,54	----	143.700.216,69

SADI INACIO BONAMIGO
 Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.1536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO											
Unidade: 05.07 - DPTO.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS											
13	2.010 - MANUT.FUNC.DPTO.INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	A	20	22.661.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	80.000,00	89.000,00	101.000,00	117.000,00	387.000,00
Exercício(UN)											
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	26.000,00
14	2.011 - DESEV. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	A	20	22.661.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	30.000,00	33.000,00	37.000,00	43.000,00	143.000,00
Exercício(UN)											
15	2.012 - INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL	A	20	23.691.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	96.000,00
Exercício(UN)											
Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade: 06.09 - DPTO. DE EDUCAÇÃO											
22	2.016 - AQUISIÇÃO, MANUT. E DISTRIB. DA MERENDA ESCOLAR	A	16	12.306.0005	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	160.000,00	179.000,00	204.000,00	236.000,00	779.000,00
Exercício(UN)											
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0507	75.009,40	84.010,53	95.771,80	111.095,01	365.886,74
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
23	2.017 - MANUT. MODERNIZAÇÃO E FUNC. DPTO. EDUCAÇÃO	A	16	12.361.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	402.000,00	450.000,00	513.000,00	595.000,00	1.960.000,00
Exercício(UN)											
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	10.000,00	11.000,00	12.500,00	14.500,00	48.000,00
24	2.018 - MANUT. FUNC. DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	A	16	12.361.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0504	1.300.000,00	1.456.000,00	1.659.840,00	1.925.414,40	6.341.254,40
Exercício(UN)											
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	1.030.000,00	1.153.000,00	1.314.000,00	1.524.000,00	5.021.000,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	150.000,00	171.000,00	195.000,00	226.000,00	742.000,00
25	2.019 - MANUT. FUNC. E AMPL. SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR	A	16	12.361.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0506	300.992,80	337.111,94	384.307,61	445.796,82	1.468.209,17
Exercício(UN)											
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	1.460.000,00	1.606.000,00	1.830.000,00	2.122.000,00	7.018.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0508	91.009,40	101.930,53	116.200,80	134.793,01	443.933,74
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0520	211.112,40	236.445,88	269.548,33	312.675,55	1.029.782,16
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	150.000,00	168.000,00	192.000,00	223.000,00	733.000,00
26	2.020 - INCENTIVO PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	A	16	12.363.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	30.000,00	34.000,00	39.000,00	45.000,00	148.000,00
Exercício(UN)											
27	2.021 - INCENTIVO PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO	A	16	12.364.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	30.000,00	34.000,00	39.000,00	45.000,00	148.000,00
Exercício(UN)											

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 3/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.1536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade: 06.09 - DPTO.DE EDUCAÇÃO											
28	2.022 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	A	16	12.365.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0505	403.494,60	451.913,95	515.181,91	597.610,98	1.968.201,44
	Exercício(UN)										
29	2.023 - MANUT.FUND.REDE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	A	16	12.365.0030	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	200.000,00	224.000,00	255.000,00	296.000,00	975.000,00
	Exercício(UN)										
30	1.023 - CONSTR.AMPL.E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	P	16	12.361.0030	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	200.000,00	224.000,00	255.000,00	295.000,00	974.000,00
	PREDIO(UN)										
31	1.024 - IMPL.,CONTR.,AMPL.E REFORMAS DE CRECHES	P	16	12.365.0030	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0501	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	730.000,00
	PREDIO(UN)										
Unidade: 06.10 - DPTO.DE CULTURA											
33	2.024 - MANUT.DESENV.ATIV.CULTURAIS,LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS	A	16	13.392.0031	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	255.000,00	284.000,00	322.000,00	373.000,00	1.234.000,00
	Exercício(UN)										
62	2.045 - MANUT.CENTRO CONVIVÊNCIA,EVENTOS E ATIV.RECREAT.P/TERC.IDADE	A	16	13.392.0015	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	70.000,00	78.000,00	89.000,00	103.000,00	340.000,00
	Exercício(UN)										
63	2.046 - REFORMAS E/OU AMPL.DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	A	16	13.392.0015	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	40.000,00	44.000,00	50.000,00	58.000,00	192.000,00
	Exercício(UN)										
Unidade: 06.11 - DPTO.DE TURISMO											
20	2.014 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO LOCAL	A	29	04.695.0004	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	55.000,00	61.000,00	71.000,00	237.000,00
	Exercício(UN)										
21	2.015 - REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DO MORRO DO CRISTO REDENTOR	A	29	04.695.0004	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	30.000,00	33.000,00	37.000,00	43.000,00	143.000,00
	Exercício(UN)										
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	10.000,00	11.000,00	12.000,00	14.000,00	47.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 4/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.1536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES											
Unidade: 07.11 - DPTO.DE ESPORTES											
	34 2.025 - MANUT.DPTO.ESPORTES E ATIV.ESPORT. RECREAT E LAZER	A	24	27.812.0032	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	340.000,00	380.000,00	433.000,00	502.000,00	1.655.000,00
	Exercício(UN)						10.000,00	11.000,00	12.000,00	14.000,00	47.000,00
	35 2.026 - MANUT.E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL	A	24	27.812.0032	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	244.000,00
	Exercício(UN)						150.000,00	168.000,00	192.000,00	223.000,00	733.000,00
	36 1.009 - CONSTR.E/OU AMPL.DE CENTROS ESPORTIVOS COMUNITÁRIOS	P	24	27.812.0032	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	730.000,00
	CENTRO ESPORTIVO(UN)										
Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES											
Unidade: 08.12 - DPTO.DE TRANSPORTES											
	37 2.027 - MANUT.DPTO TRANSP.FROTAS DE EQUIP.E RODOV.MUNIC.	A	21	26.782.0033	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	1.670.494,40	1.869.753,73	2.130.399,25	2.470.543,25	8.141.190,63
	Exercício(UN)						1.670.494,40	1.869.753,73	2.130.399,25	2.470.543,25	8.141.190,63
							1.390.000,00	1.556.000,00	1.774.000,00	2.058.000,00	6.778.000,00
							10.494,40	11.753,73	13.399,25	15.543,25	51.190,63
							50.000,00	56.000,00	63.000,00	73.000,00	242.000,00
	39 1.010 - RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	P	21	26.782.0033	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	730.000,00
	PAVILHÃO(M2.)										
	40 1.011 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	P	21	26.782.0033	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	244.000,00
	PONTE(M2.)										
	41 1.012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	P	21	26.782.0033	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	96.000,00
	ABRIGO(UN)										
Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS											
Unidade: 09.13 - DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS											
	42 2.029 - MANUT.E FUNC.DPTO.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	A	25	15.451.0034	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	1.828.998,20	2.047.637,98	2.332.047,30	2.702.934,52	9.155.618,00
	Exercício(UN)						1.828.998,20	2.047.637,98	2.332.047,30	2.702.934,52	9.155.618,00
							260.000,00	291.000,00	331.000,00	383.000,00	1.265.000,00
							10.000,00	11.000,00	12.000,00	14.000,00	47.000,00
	43 2.030 - LIMPEZA,SINALIZ.E MELHORIAS DE VIAS,PRAÇAS E CEMITÉRIO PUBL.	A	25	15.452.0034	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	800.000,00	896.000,00	1.021.000,00	1.184.000,00	3.901.000,00
	Exercício(UN)						10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 5/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS											
Unidade: 09.13 - DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS											
44	2.031 - MANUT.E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	A	25	15.452.0034	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	120.000,00	135.000,00	154.000,00	179.000,00	588.000,00
	Exercício(UN)										
45	2.032 - AMPL.,MANUT.E MELHORIAS NO ABASTEC.DE ÁGUA	A	25	15.512.0034	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	152.000,00	170.000,00	194.000,00	225.000,00	741.000,00
	Exercício(UN)										
46	2.033 - MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE TORRES T.V.	A	25	24.722.0034	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	10.000,00	11.000,00	13.000,00	15.000,00	49.000,00
	Exercício(UN)										
48	1.014 - AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	P	25	15.451.0034	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	100.000,00	112.000,00	127.000,00	147.000,00	486.000,00
	PAVIMENTAÇÃO(M2.)										
Unidade: 09.14 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO											
50	2.077 - MANUT.REDE DE SANEAMENTO BÁSICO	A	25	17.512.0034	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	244.000,00
	Exercício(UN)										
Órgão: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 10.15 - DPTO.DE AGRICULTURA											
49	2.078 - FOMENTO À ESTRUTURA PRODUTIVA RURAL	A	19	20.608.0036	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	150.000,00	168.000,00	191.000,00	221.000,00	730.000,00
	Exercício(UN)										
51	2.034 - MANUT.DPTO.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	A	19	20.608.0011	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	260.000,00	291.000,00	332.000,00	385.000,00	1.268.000,00
	Exercício(UN)										
52	2.035 - INCENTIVO E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	A	19	20.608.0011	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	715.000,00	800.000,00	912.000,00	1.057.000,00	3.484.000,00
	Exercício(UN)										
53	2.036 - ESTRUTURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FEIRA LIVRE	A	19	20.608.0011	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	40.000,00	45.000,00	51.000,00	59.000,00	195.000,00
	Exercício(UN)										
54	2.037 - INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL	A	19	20.608.0012	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	130.000,00	146.000,00	166.000,00	193.000,00	635.000,00
	Exercício(UN)										
55	2.038 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	A	19	20.609.0012	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	100.000,00	112.000,00	128.000,00	148.000,00	488.000,00
	Exercício(UN)										
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	26.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 6/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.1536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 10.16 - DPTO DE MEIO AMBIENTE											
56	2.039 - PROTEÇÃO, PRESERV. E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	A	19	18.541.0035	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	20.000,00	22.000,00	25.000,00	29.000,00	96.000,00
Exercício(UN)											
Órgão: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL											
Unidade: 11.18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
57	2.040 - MANUT.E FUNC.DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	26	08.244.0014	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	420.000,00	470.000,00	536.000,00	621.000,00	2.047.000,00
Exercício(UN)											
67	2.050 - MANUT.ATIV.DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	A	26	08.242.0017	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0687	9.023,00	10.105,76	11.520,54	13.363,88	44.013,18
Exercício(UN)											
71	2.054 - MANUT.DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	A	26	08.244.0019	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	5.000,00	5.500,00	6.000,00	7.000,00	23.500,00
Exercício(UN)											
72	2.055 - MANUT.DA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS-GESTÃO	A	26	08.244.0019	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0549	9.458,00	10.592,96	12.075,96	14.008,14	46.135,06
Exercício(UN)											
94	2.070 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	A	26	08.244.0018	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	300.000,00	336.000,00	383.000,00	444.000,00	1.463.000,00
MES(MES)											
95	2.071 - GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL(CONSELHOS)	A	26	08.244.0014	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	26.000,00
MES(MES)											
96	2.072 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	A	26	08.244.0016	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	390.000,00	437.000,00	498.000,00	578.000,00	1.903.000,00
MES(MES)											
Unidade: 11.19 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA											
73	2.056 - MANUT.ATIV.CONSELHO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	A	26	08.243.0020	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	1.000,00	1.100,00	1.250,00	1.500,00	4.850,00
Exercício(UN)											

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 7/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.1536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL											
Unidade: 11.19 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA											
93	2.069 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.	A	26	08.243.0020	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	10.000,00	11.000,00	12.000,00	14.000,00	47.000,00
MES(MES)											
Unidade: 11.21 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL											
77	1.019 - CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	P	26	16.482.0022	4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	190.000,00
CASA(UN)											
Órgão: 13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
Unidade: 13.23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
74	2.057 - MANUT.INSTALAÇÕES E ATIV.RELACIONADAS AO CONSELHO TUTELAR	A	4	04.243.0021	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	120.000,00	134.000,00	153.000,00	177.000,00	584.000,00
Exercício(UN)											
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	5.000,00	5.500,00	6.000,00	7.000,00	23.500,00
86	2.065 - MANUT.CONVÊNIO SEGURANÇA PÚBLICA E RADIOPATRULHA	A	4	06.181.0025	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0634	9.119,20	10.213,50	11.643,47	13.506,49	44.482,66
Exercício(UN)											
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	244.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0636	4.617,40	5.491,49	6.364,36	7.222,72	23.695,97
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0635	4.617,40	5.491,49	6.364,36	7.222,72	23.695,97
					3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0688	15.000,00	16.000,00	18.000,00	21.000,00	70.000,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0636	3.500,00	3.600,00	4.000,00	4.800,00	15.900,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0635	3.500,00	3.600,00	4.000,00	4.800,00	15.900,00
87	2.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL	A	4	06.182.0025	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	56.000,00	64.000,00	74.000,00	244.000,00
Exercício(UN)											
88	2.067 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - RGPS/RPPS	A	4	09.271.0026	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	950.000,00	1.065.000,00	1.215.000,00	1.410.000,00	4.640.000,00
Exercício(UN)											
89	2.068 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	A	4	09.271.0026	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	300.000,00	336.000,00	383.000,00	444.000,00	1.463.000,00
Exercício(UN)											
90	0.002 - PAGTO DE DESPESAS DIVERSAS AO ENCARGO DO MUNICÍPIO	O	4	28.846.0027	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	960.000,00	1.075.000,00	1.225.000,00	1.421.000,00	4.681.000,00
Exercício(UN)											
98	2.074 - GESTÃO DO SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS	A	12	06.182.0025	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0649	25.000,00	28.000,00	32.000,00	37.000,00	122.000,00
MES(MES)											
					4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0649	30.070,80	33.679,30	38.314,26	44.564,74	146.629,10

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 8/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO											
Órgão: 13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
Unidade: 13.23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
100	0.004 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	O	4	99.999.9999	9.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	80.000,00	90.000,00	102.000,00	118.000,00	390.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO											
Órgão: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE											
Unidade: 12.22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS											
78	2.058 - MANUT.E FUNC.DAS ATIVIDADES DO FMS	A	27	10.122.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0529	2.618.000,00	2.932.000,00	3.343.000,00	3.878.000,00	12.771.000,00
	Exercício(UN)						30.000,00	34.000,00	39.000,00	45.000,00	148.000,00
79	2.059 - MANUT.ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	A	27	10.301.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0539	40.638,92	45.515,59	51.887,86	59.514,95	197.557,32
	Exercício(UN)						61.014,20	68.335,90	77.902,93	89.242,64	296.495,67
							400.000,00	448.000,00	511.000,00	593.000,00	1.952.000,00
80	2.060 - MANUT.DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	A	27	10.301.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0553	5.231,80	5.859,62	6.679,96	7.406,43	25.177,81
	Exercício(UN)						220.000,00	246.400,00	280.896,00	325.839,38	1.073.135,38
							1.880.000,00	2.105.600,00	2.400.384,00	2.784.445,44	9.170.429,44
							228.800,00	256.256,00	292.131,84	338.872,95	1.116.060,79
							302.720,00	339.046,40	386.512,90	448.354,98	1.476.634,28
							259.398,30	290.526,10	331.199,71	369.545,30	1.250.669,41
							151.985,40	170.223,64	194.055,24	213.807,17	730.071,45
							253.687,68	284.130,20	323.908,42	370.100,17	1.231.826,47
							269.280,00	301.593,60	343.816,70	398.827,40	1.313.517,70
							86.240,00	96.588,80	110.111,23	127.729,04	420.669,07
							100.000,00	112.000,00	128.000,00	148.000,00	488.000,00
81	2.061 - MANUT.ATIV.ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	A	27	10.302.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0529	792.000,00	887.000,00	1.011.000,00	1.172.000,00	3.862.000,00
	Exercício(UN)						70.000,00	78.000,00	89.000,00	103.000,00	340.000,00
82	2.062 - MANUT.VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOOSES	A	27	10.304.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0529	70.000,00	78.000,00	89.000,00	103.000,00	340.000,00
	Exercício(UN)						7.481,30	8.379,06	9.552,12	9.393,31	34.805,79
							5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	26.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 9/9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA 2018 - 2021

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/06/2017 (C) - Lei Autorizadora, nº 1.1536 17 de 04/09/2017

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO												
Órgão: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE												
Unidade: 12.22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS												
83	2.063 - MANUT.ATIV.DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS		A	27	10.305.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0537	7.986.903,60 7.986.903,60 7.986.903,60	8.945.312,03 8.945.312,03 8.945.312,03	10.198.494,00 10.198.494,00 10.198.494,00	11.781.687,43 11.781.687,43 11.781.687,43	38.912.397,06 38.912.397,06 38.912.397,06
Exercício(UN)												
84	2.064 - ATENDIMENTO E COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS		A	27	10.306.0024	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0529	50.500,00 5.000,00	56.000,00 6.000,00	64.000,00 7.000,00	74.000,00 8.000,00	244.500,00 26.000,00
Exercício(UN)												
97	2.073 - GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE MES(MES)		A	27	10.122.0037	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0529	3.000,00	3.300,00	3.700,00	4.300,00	14.300,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE DESCANSO												
Órgão: 01.00 - PODER LEGISLATIVO												
Unidade: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES												
1	2.001 - MANUT.DESENV.ATIV.ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS		A	2	01.031.0001	3.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	1.210.000,00 1.210.000,00 1.210.000,00	1.331.000,00 1.331.000,00 1.331.000,00	1.465.000,00 1.465.000,00 1.465.000,00	1.611.000,00 1.611.000,00 1.611.000,00	5.617.000,00 5.617.000,00 5.617.000,00
Exercício(UN)												
						4.0.00.00.00.00.00.00	00.01.0500	50.000,00	55.000,00	60.000,00	66.000,00	231.000,00
Total geral:								29.622.390,00	33.104.376,80	37.563.993,35	43.409.456,54	143.700.216,69

SADI INACIO BONAMIGO
 Prefeito Municipal

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5722/2017

DECRETO Nº 5.722/2017.

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município de Dionísio Cerqueira,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados o resultado da Prova de Títulos, das inscrições do Processo Seletivo Edital nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO							
Nº	Insc.	Candidato	Graduação	Pós-Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	299	Andreia Aparecida Agatti	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
2	636	Bárbara Frizon Zanini	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
3	294	Denize Cristina Dias	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
4	504	Edson Daniel Siqueira Da Veiga	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
5	361	Geni De Almeida Gaige	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
6	426	Marizane Cavalheiro Martins Avila	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
7	547	Rúbia Taisi Pinheiro	0,70	0,00	0,00	0,00	0,70
8	448	Tauana Benini Schwinn	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	509	Vilson Jose Prestes	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO							
Nº	Insc.	Candidato	Graduação	Pós-Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	494	Adriane Maria Fae	0,70	0,60	0,00	0,10	1,40
2	701	Adriel Bregalda	0,70	0,00	0,00	0,00	0,70
3	417	Alex Junior Machado	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
4	308	Álison Girardi	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
5	5	Debora Dos Santos	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
6	528	Deisy Tatiana Pacheco	0,70	0,60	0,30	0,10	1,70
7	429	Diânatan Sissgler	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	595	Eduardo Da Rosa Duarte	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
9	660	Franciele Matiolo	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
10	693	Marcio De Camargo	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
11	403	Marcos Eduardo Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	85	Monique Maria Tressoldi Nichtewitz	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
13	363	Nicholas Rossini Rohenkohl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	517	Odirlei Vivan	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
15	32	Osvaldo Odair Urban	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
16	194	Sidinéia Carvalho De Freitas Alberti	0,70	0,60	0,00	0,00	1,30
17	703	Tainá Olivia Rodrigues De Azevedo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	200	Volmar Vanini	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO							
Nº	Insc.	Candidato	Graduação	Pós-Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	189	Aline Beal	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10

2	142	Aline Bregalda This	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
3	227	Angela Vargas Priebe	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
4	9	Bruna Cecilia Pauli	0,70	0,00	0,00	0,30	1,00
5	38	Cleide Luzia Gabriel	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
6	102	Cleonara De Lima Vieira	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
7	1	Cristieli Karla Lauxen	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
8	253	Daiane Raquel Regner	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
9	454	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
10	263	Ediane Benedito	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
11	321	Édina Salla Fenali Dellani	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
12	670	Elenir Terezinha Witcel Dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	231	Eliane Gheno Haefliger	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
14	168	Eliane Kollenberg	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
15	270	Elisane Barbieri	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
16	240	Fabiele Aparecida Martinazzo	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
17	31	Fernanda Letícia Urban	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
18	33	Francielle Barbara Hubner Bortoli	0,70	0,00	0,30	0,00	1,00
19	427	Gabriela Seffrin	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
20	484	Gilvana Loff Cenci	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
21	393	Glaucia Ferreira Cabral Marcante	0,70	0,60	0,00	0,30	1,60
22	215	Idiane Perosso Schmiddel	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
23	549	Janete Juliana Melo Do Nascimento	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
24	162	Janete Terezinha Righi	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
25	481	Jaqueline Luzia Kureck Wust	0,70	0,00	0,00	0,20	0,90
26	230	Judite Muller	0,70	0,00	0,00	0,30	1,00
27	213	Juliane Perosso Kempka	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
28	535	Katia Aparecida De Almeida Flores	0,70	0,60	0,00	0,30	1,60
29	30	Marcieli Liliani Schmitt	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
30	452	Marcilene Elanise Roos Schenkel	0,70	0,00	0,00	0,00	0,70
31	223	Maria Roseli Israel Da Silva	0,70	0,00	0,30	0,40	1,40
32	333	Marialva Fortes	0,70	0,00	0,30	0,00	1,00
33	217	Maristela Aparecida Da Silva	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
34	324	Maristela Cristina Albuquerque Santana	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
35	646	Maristela Rodrigues De Azevedo	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
36	170	Marizete Ruviano	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
37	140	Marlei Loreni B. De Camargo	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
38	508	Nelsi De Fatima Benatti Bonifacio	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
39	602	Nilsa Marlei Schuler Schenkel	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
40	707	Patrícia De Marchi Mattos	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
41	686	Rita Andrea Dos Santos	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
42	138	Rosani Cleusa Baptistella	0,70	0,60	0,00	0,00	1,30
43	359	Roselei Lurdes Dos Santos Kieling	0,70	0,60	0,30	0,00	1,60
44	341	Salete De Fátima Gularte	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
45	300	Sandra Mara Da Rosa	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
46	296	Serli Villani Cordeiro	0,70	0,60	0,30	0,30	1,90
47	376	Soeli Maria Roesler	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
48	198	Solange Fernandes Da Silva	0,70	0,00	0,30	0,00	1,00
49	524	Suélen Fátima Gaidarji De Gironi	0,70	0,00	0,30	0,00	1,00

50	607	Tatiane Kleinibing Do Nascimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	749	Tayana Mayara Moreira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	521	Vera Terezinha Ruschel Barp	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70

PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Graduação	Pós-Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	22	Anderson Lenin Ongaro	0,70	0,60	0,30	0,20	1,80
2	428	Cristiane Bina Cardoso	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
3	413	Deise Cristiane Da Silva Da Fonseca	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
4	565	Enadete Aparecida De Carvalho	0,70	0,00	0,30	0,30	1,30
5	392	Graciela Neumann	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
6	226	Luciana Fátima Medeiros Guimarães	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
7	132	Maria Soledad Neis	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
8	478	Marli Alves Ferreira	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
9	115	Raquel Fatima Da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	767	Raquelly Taube	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	635	Tatiane Dos Santos De Miranda	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Graduação	Pós-Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	557	Aderlaine Mognon	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
2	322	Adriane Jaqueline Kroth Hermes	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
3	202	Bruna Dos Santos Tiburski	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
4	155	Caludete De Jesus Dombroski	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
5	220	Claudete Lucia Scalco Lanza	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
6	288	Daiana Karine Nicola	0,70	0,60	0,30	0,00	1,60
7	548	Dilaite Rosa Alves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	511	Edina Alves Da Rosa	0,70	0,00	0,30	0,40	1,40
9	292	Eunice De Camargo	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
10	265	Evani Goularte	0,70	0,60	0,00	0,00	1,30
11	156	Gisele Aparecida Da Veiga	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
12	434	Gislaine Fátima Dos Anjos Souza	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
13	27	Heriberto Francisco Xavier	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	320	Juliana De Avila Mees	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
15	444	Kelen Juliane Faquinello	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
16	72	Leci Roseclei Schrader	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
17	605	Loiva Santa Catarina Busch	0,70	0,00	0,30	0,30	1,30
18	24	Luciana Moreira Da Silva	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
19	8	Marcela Siqueira	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
20	505	Marcia Adriane De Bairro Da Veiga	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
21	443	Marilucia De Christo Barp	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
22	125	Marines Machado De Barros Weirich	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
23	771	Marivone Berwian	0,70	0,00	0,00	0,30	1,00
24	556	Marli Corti	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
25	290	Marluci Carneiro Camargo	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
26	632	Marzeli Da Silva	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
27	742	Nilcemar Fátima De Oliveira	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
28	282	Odete De Lara De Lima	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00

29	281	Ozirda De Lara	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
30	577	Patricia Cabral	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
31	695	Paula Juliana Aita De Sa	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
32	447	Rosane Dos Santos	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
33	492	Rosani Gisch Allebrandt	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
34	129	Roselei Grassi Bender	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
35	224	Sandra Teresinha Krewer Puttkamer	0,70	0,60	0,00	0,30	1,60
36	698	Silvana Aparecida Da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	66	Simoni Ester Schrader	0,70	0,60	0,00	0,40	1,70
38	779	Sueli Cristina Sabbi Severnini	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	574	Tânia Regina Bedin De Oliveira	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
40	151	Tatiane Deeter Do Nascimento	0,70	0,00	0,00	0,40	1,10
41	653	Tatiane Dos Santos Righi	0,70	0,00	0,30	0,40	1,40
42	541	Veronica Borges Da Silva	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00
43	298	Zanete Beal	0,70	0,60	0,30	0,40	2,00

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Período Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	62	Andreia Ribeiro Marconsoni	0,00	0,00	0,00	0,00
2	21	Gracieli Batistella Ribeiro	1,00	0,00	0,20	1,20
3	451	Julio Da Silva Camargo	0,00	0,00	0,00	0,00
4	540	Leidiane Pereira De Oliveira	1,00	0,00	0,20	1,20
5	529	Mirian Kelen Da Silva De Lima	1,00	0,60	0,40	2,00

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Período Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	310	Amanda Luiza Rauber Godinho	0,00	0,00	0,00	0,00
2	177	Andrieli Tainara Tomazi	1,00	0,00	0,00	1,00
3	75	Carlos Henrique Feil	0,00	0,00	0,00	0,00
4	450	Claudio Miros Da Silva Camargo	0,00	0,00	0,00	0,00
5	61	Denise Da Silva Santos Backes	0,00	0,00	0,00	0,00
6	725	Fabricio Carniel Cavalli	0,00	0,00	0,00	0,00
7	590	Gabriel Allan De Lima	1,00	0,00	0,00	1,00
8	589	Gilvanio De Almeida Vargas	1,00	0,00	0,40	1,40
9	656	Jean Carlos Busch	1,00	0,00	0,00	1,00
10	127	Juliana Lima Meotti	0,00	0,00	0,00	0,00
11	751	Maico Juliano Dickel	1,00	0,00	0,00	1,00
12	262	Marcelo Assunção De Camargo	1,00	0,00	0,40	1,40
13	381	Névio Paulo Moschen	0,00	0,00	0,00	0,00
14	373	Patricia De Campos	1,00	0,00	0,00	1,00
15	692	Sander Celio Santos Da Silva	1,00	0,00	0,40	1,40
16	148	Sandra Do Couto	0,00	0,00	0,00	0,00
17	347	Wilian Limana	1,00	0,00	0,40	1,40

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Período Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	475	Adenize Lucia Canzi	0,00	0,00	0,00	0,00
2	277	Alessandra Severia Do Nascimento	1,00	0,00	0,20	1,20
3	640	Ana Carolina Da Silva Siqueira	0,00	0,00	0,00	0,00
4	545	Ana Carolina Medina	1,00	0,00	0,40	1,40

5	554	Ana Paula De Andrade	0,00	0,00	0,00	0,00
6	735	Andrieli Da Silva Hauschildt	1,00	0,00	0,40	1,40
7	190	Claudineia Conforti	1,00	0,00	0,40	1,40
8	657	Cristiane Gomes Brizola	1,00	0,00	0,00	1,00
9	668	Cristina Aparecida Macedo	0,00	0,00	0,00	0,00
10	754	Daiane De Oliveira	0,00	0,00	0,00	0,00
11	586	Daniela Rodrigues Weiss Ramos	0,00	0,00	0,00	0,00
12	581	Débora Medeiros De Souza	1,00	0,00	0,20	1,20
13	424	Edina Da Silva Polese	0,00	0,00	0,00	0,00
14	585	Fabiane Cristina Marques Da Silva	1,00	0,60	0,40	2,00
15	743	Fernanda Aparecida Lovis	1,00	0,00	0,00	1,00
16	440	Gabrieli Vanessa Dickel	0,00	0,00	0,00	0,00
17	664	Geovani Maria Andrade Brum	1,00	0,60	0,00	1,60
18	315	Giseli Aparecida De Oliveira Colman	0,00	0,00	0,00	0,00
19	685	Ilda Teresinha Boscato	0,00	0,00	0,00	0,00
20	267	Ivete Maria Von Dentz	1,00	0,00	0,00	1,00
21	166	Jéssica Carolina Bublitz Do Carmo	0,00	0,00	0,00	0,00
22	519	Jéssica Daiane De Campos Stefan	1,00	0,00	0,00	1,00
23	195	Kettlyn Iamaia Silva	1,00	0,00	0,00	1,00
24	471	Lais Tatiane Pereira De Oliveira	1,00	0,00	0,00	1,00
25	271	Lidiane Fatima Jacomelli Zuffo	1,00	0,00	0,00	1,00
26	353	Luana Bohnenberger Dickel	1,00	0,00	0,00	1,00
27	245	Luana Deckmann	1,00	0,00	0,00	1,00
28	655	Lucinara Cristina Fornari	0,00	0,00	0,00	0,00
29	615	Magna Alecia Dorneles De Carvalho	1,00	0,00	0,40	1,40
30	45	Márcia Adriana Hoeflinger	1,00	0,00	0,40	1,40
31	302	Marciani Tomazoni Rodrigues	1,00	0,00	0,00	1,00
32	328	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	1,00	0,00	0,20	1,20
33	683	Marta Vaz	1,00	0,00	0,00	1,00
34	572	Patricia De Conto Da Silva	1,00	0,00	0,20	1,20
35	765	Rosilei Alves Siqueira	1,00	0,00	0,20	1,20
36	19	Simone Rodrigues De Quevedo	1,00	0,00	0,40	1,40
37	738	Sirlei Girardi	1,00	0,60	0,00	1,60
38	474	Tainara Borges Faquinello Bugança	1,00	0,60	0,40	2,00
39	112	Tais Alessandra Hagge	0,00	0,00	0,00	0,00
40	371	Tatiane Vargas	1,00	0,00	0,00	1,00
41	236	Tauana Cristina Da Silva De Moraes	1,00	0,00	0,40	1,40
42	222	Thaynnara Catarina Schenckel Bueno	1,00	0,00	0,00	1,00
43	717	Walishon Dos Santos Ramos	1,00	0,00	0,00	1,00

PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Período Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	272	Glaucia Andrade Strunkis	1,00	0,00	0,10	1,10

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Período Graduação	Magistério	Curso Aper.	Total
1	135	Cássia Erica De Freitas	0,00	0,00	0,00	0,00
2	273	Cleison Da Silva	1,00	0,00	0,00	1,00
3	776	Cleonice Teresinha Maroni	0,00	0,00	0,00	0,00
4	329	Cleureci Gonçalves Fortes Siqueira	1,00	0,00	0,20	1,20

5	44	Cristiani Da Costa Silva	1,00	0,00	0,00	1,00
6	775	Debora Cristina Kunh	1,00	0,00	0,30	1,30
7	354	Elisa Dalla Vecchia Urban	1,00	0,00	0,40	1,40
8	456	Fabiola Rakel Marinho	0,00	0,00	0,00	0,00
9	614	Ivarlei Borsato	1,00	0,00	0,40	1,40
10	497	Ivonete Do Carmo Rosa	1,00	0,00	0,00	1,00
11	512	Jéssica Thaís Da Silva	1,00	0,00	0,40	1,40
12	490	Joseane Batista	1,00	0,00	0,40	1,40
13	584	Larissa Godoy De Oliveira	0,00	0,00	0,00	0,00
14	241	Rosane Eckert Angeli	1,00	0,60	0,40	2,00
15	620	Rosane Rodrigues De Moraes Franck	0,00	0,00	0,00	0,00
16	37	Rosenilda Da Silva	1,00	0,00	0,40	1,40
17	587	Rute Borges Da Silva	1,00	0,00	0,40	1,40
18	101	Simone Assis Borba	1,00	0,00	0,40	1,40

Art. 2º - Os candidatos terão os dias 06 a 08.09.2017 para interpor recurso em face da pontuação da prova de títulos, pela internet no site: www.ameosc.org.br

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2017.
 THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
 Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 04/09/2017.

NORMÉLIO PÉRCIO
 Secretário Municipal

HOSPITAL - CONTRATOS - CRED. 23-2017 / DISP. 30-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
 HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 013-2017
 Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
 Contratada.: INSTITUTO SANTE
 Valor : 29.859.000,00 (vinte e nove milhões oitocentos e cinquenta e nove mil reais)
 Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 01/09/2022
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUE ATUE NA ÁREA DA SAÚDE PARA FAZER A GESTÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
 Dionísio Cerqueira, 5 de Setembro de 2017

Aditivo Nº : 1TA 09/2017 - Contrato Nº: 009-2017 HMDC
 Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
 Contratada.: CLINICA GONZALES ACOSTA LTDA.
 Valor : 23.000,00 (vinte e três mil reais)
 Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/08/2017
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 23/2017
 Recursos : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 782.628,03
 Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E SOBREAVISOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA SC.
 Dionísio Cerqueira, 5 de Setembro de 2017

Contrato Nº.: 011-2017 - A
 Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
 Contratada.: FALCADE CLINICA MEDICA LTDA - ME
 Valor : 266.800,00 (duzentos e sessenta e seis mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 07/09/2017
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 23/2017
 Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E SOBREAVISOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA SC.

Aditivo Nº : 1º 011-2017-A - Contrato Nº: 011-2017 - A

Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: FALCADE CLINICA MEDICA LTDA - ME

Valor : 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 07/09/2017

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 23/2017

Recursos : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 747.629,03

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE PLANTÕES MÉDICOS PRESENCIAIS E SOBREAVISOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA SC.

Dionísio Cerqueira, 5 de Setembro de 2017

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2017

Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.

Em complemento ao Parecer manifestado em 11/07/2017 e após apresentação da Mensagem Retificativa nº 01/2017, com adequação dos itens apontados como irregulares, bem como diante da juntada das informações de que trata o Ofício nº 264/2017 do Poder Executivo, vimos concluir a avaliação de competência desta Comissão Permanente.

Diante do reconhecimento da necessidade de apresentação do conjunto de atribuições do cargo em comissão que se pretende criar, a nova versão da proposição destina todo art. 2º para este desiderato.

Contudo, tendo abordado a nominata de todos os cargos em comissão do Poder Executivo, pela inclusão do art. 4º para atualização do Anexo VIII da LC nº 49, de 2006, a proposição, além de modificar a remuneração de agentes contemplados pela Lei nº 865, de 2016, também incide nos apontamentos relativos a necessidade de previsão legal para atribuição dos demais cargos em comissão.

Na informação posterior, o Poder Executivo reconhece esta irregularidade remanescente e se compromete a corrigir mediante submissão de proposição específica a esta Casa Legislativa.

Além disso, a Mensagem Retificativa traz em anexo a estima de impacto fiscal, traduzida na previsão de geração da despesa de pessoal em montantes de R\$ 16.820,46 para 2017, R\$ 42.483,91 para 2018 e R\$ 44.608,09 para 2019, que totaliza R\$ 103.912,45 no período, e dos quais não existe nenhuma dedução/compensação válida, pois a proposição aumenta o número de cargos em comissão, ou seja, não traz nenhuma extinção de outros cargos existentes.

Por outro lado, oportuno esclarecer que, embora se diga não concordar com algumas afirmações contidas no Parecer preliminar, toda argumentação contida na apresentação da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2017 vem confirmar aquilo que foi exposto, quer seja quanto a irregularidade de criação de cargo sem a descrição de atribuições compatíveis com sua natureza, ou quanto a limitação legal existente para que os parlamentares inovem na implementação de regras para cargos do Poder Executivo, e, ainda, quanto a progressista possibilidade do próprio Poder Executivo definir regras democráticas para escolha de candidatos a determinados cargos em comissão, privilegiando princípios específicos e valorizando profissionais de áreas estratégicas e prioritárias.

Desta forma, superadas as principais inconformidades formais, o presente Projeto de Lei Complementar merece parecer favorável quanto a constitucionalidade e juridicidade, com ressalvas quanto a conveniência, utilidade e oportunidade, devendo transitar pelas demais Comissões Permanentes, conforme determinado pela Presidência desta Casa Legislativa, para, ao final, ser submetido à

apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Doutor Pedrinho - SC, 05 de setembro de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho

Presidente

Américo Nones

Vice-Presidente

Joel Mazzi

Membro

PAUTA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC - 05 DE SETEMBRO DE 2017 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de Proposição;

III - Grande Expediente:

- Tema Livre;

IV - Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

V - Ordem do Dia:

- Projeto De Lei Complementar nº 02/2017 "Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo e dá outras providências";

- Apresentação de Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

VI - Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VII - Encerramento, com convocação da próxima Sessão.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 2017.

TONY TADEU NONES

Presidente da Câmara

GEICIMARI CORDEIRO

Assessoria Legislativa (FG)

RESOLUÇÃO Nº 08/2017

RESOLUÇÃO nº 08, de 01/09/2017

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho.

A MESA DIRETORA da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, nos termos do Inciso XXVII do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, art. 154, § 2º, do Regimento Interno da Câmara, faz saber que o Plenário desta Casa Legislativa aprovou e estes promulgam a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC é instituído na conformidade do texto anexo.

Parágrafo único - As normas estabelecidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar complementam o Regimento Interno e dele passam a fazer parte integrante.

Art. 2º - Fica revogado o artigo 86 do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, estabelecido pela Resolução nº 01/2016, de 30/12/2016.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de Setembro de 2017.

Tony Tadeu Nones

Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luiz Henrique Stollmeier

Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luizinho Pereira Da Silva

Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Jackson De Castilho

Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Código estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que sejam titulares ou que estejam no exercício de mandato de Vereador.

Parágrafo único - Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar.

Art. 2º - As imunidades, prerrogativas e franquias asseguradas pelas Constituições Federal e/ou Estadual, pela Lei Orgânica Municipal, pelas leis e pelo Regimento Interno da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC aos Vereadores são institutos destinados à garantia do exercício do mandato popular e à defesa do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES FUNDAMENTAIS, DOS ATOS INCOMPATÍVEIS E DOS ATOS ATENTATÓRIOS AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 3º - São deveres fundamentais do Vereador:

I - promover a defesa do interesse público e a prevalência dos objetivos e princípios do Município de Doutor Pedrinho/SC (Lei Orgânica, arts. 3º e 4º);

II - respeitar e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, as leis e as normas internas da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC;

III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;

V - apresentar-se à Câmara dos Vereadores durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, além das audiências públicas patrocinadas pela Câmara dos Vereadores;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.

Art. 4º - Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

I - abusar das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara dos Vereadores (Lei Orgânica, art. 29, § 1º);

II - perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas (Lei Orgânica, art. 29, § 1º);

III - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a à contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Vereadores;

IV - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;

V - omitir intencionalmente informação relevante ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações de que trata o art. 18;

VI - praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes, que afetem a dignidade da representação popular.

Art. 5º - Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

I - perturbar a ordem das sessões da Câmara dos Vereadores ou das reuniões de Comissão;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara dos Vereadores ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou os respectivos Presidentes;

IV - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;

V - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara dos Vereadores ou Comissão hajam resolvido que devam ficar secretos;

VI - revelar informações e documentos oficiais de caráter sigiloso, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

VII - usar verbas de gabinete ou qualquer outra inerente ao exercício do cargo em desacordo com os princípios fixados no caput do art. 37 da Constituição Federal;

VIII - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara dos Vereadores, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;

IX - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às sessões ou às reuniões de Comissão;

X - deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Vereador, previstos no art. 3º deste Código.

Parágrafo único - As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de apreciação mediante provas.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 6º - Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Vereadores:

I - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara dos Vereadores;

II - processar os acusados nos casos e termos previstos no art. 13;

III - instaurar o processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução, nos casos e termos do art. 14;

IV - responder às consultas formuladas pela Mesa, Comissões, Partidos Políticos ou Vereadores sobre matérias relacionadas ao processo políticodisciplinar.

Art. 7º - A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar compõe-se de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, que serão chamados para substituir pela ordem cronológica de colocação na lista de suplência, todos com mandato para cada ano da Legislatura, com exercício até a posse dos novos integrantes, salvo na última sessão legislativa da legislatura, cujo encerramento fará cessar os mandatos na Comissão.

§ 1º - Durante o exercício do mandato de membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, o Vereador não poderá ser afastado de sua vaga no colegiado, salvo por término do mandato, renúncia, falecimento ou perda de mandato no colegiado, não se aplicando aos membros do colegiado qualquer disposição relativa a perda do direito à vaga pela desvinculação do Vereador de sua bancada.

§ 2º - Não poderá ser membro da Comissão o Vereador:

I - submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;

II - que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais ou de suspensão do exercício do mandato, da qual se tenha o competente registro nos anais ou arquivos da Casa;

III - que esteja no exercício do mandato na condição de suplente convocado em substituição ao titular;

IV - condenado em processo criminal por decisão de órgão jurisdicional colegiado, ainda que a sentença condenatória não tenha transitado em julgado.

§ 3º - A representação numérica de cada partido e bloco parlamentar atenderá ao princípio da proporcionalidade partidária, assegurada a representação, sempre que possível, de todos os partidos políticos em funcionamento na Câmara dos Vereadores (Lei Orgânica, art. 23).

§ 4º - No início de cada sessão legislativa, observado o que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores e as vedações a que se refere o § 2º deste artigo, os líderes comunicarão ao Presidente da Câmara dos Vereadores os Vereadores que integrarão a Comissão representando cada partido ou bloco parlamentar.

§ 5º - A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar terá 1 (um) Presidente e 1 (um) VicePresidente, eleitos por seus pares dentre os membros titulares, vedada a reeleição para o mesmo cargo na eleição subsequente.

§ 6º - A vaga na Comissão verificar-se-á em virtude de término do mandato, renúncia, falecimento ou perda do mandato no colegiado, neste último caso quando o membro titular deixar de comparecer a 5 (cinco) reuniões consecutivas ou, intercaladamente, a 1/3 (um terço) das reuniões durante a sessão legislativa, salvo motivo de força maior justificado por escrito ao Presidente da Comissão, a quem caberá declarar a perda do mandato.

§ 7º - A instauração de processo disciplinar no âmbito da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar em face de um de seus membros, com prova inequívoca da acusação, constitui causa para o seu imediato afastamento da função, a ser aplicado de ofício pelo Presidente da Comissão, devendo perdurar até decisão final sobre o caso.

Art. 8º - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitirá parecer sobre a proposta de regulamento específico para disciplinar o funcionamento e a organização dos trabalhos da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, observado o disposto no Regimento Interno da Câmara dos Vereadores.

§ 1º - A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar poderá oferecer à apreciação da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores proposta de reformulação do regulamento mencionado no caput e de eventuais alterações posteriores que se fizerem necessárias ao exercício de sua competência, a qual será submetida ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

§ 2º - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar poderão deliberar no período de recesso parlamentar, desde que matéria de sua competência tenha sido incluída na pauta de convocação extraordinária da Câmara dos Vereadores, nos termos do § 8º do art. 19 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º - Os prazos da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar contar-se-ão em dias úteis, inclusive em se tratando de recurso ou pedido de vista, ficando suspensos no recesso, salvo na hipótese de inclusão de matéria de sua competência na pauta de convocação extraordinária, nos termos do § 2º.

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 9º - As representações relacionadas com o decoro parlamentar deverão ser feitas diretamente à Mesa da Câmara dos Vereadores.

§ 1º - Qualquer cidadão é parte legítima para requerer à Mesa da Câmara dos Vereadores representação em face de Vereador que tenha incorrido em conduta incompatível ou atentatória ao decoro parlamentar, especificando os fatos e as respectivas provas.

§ 2º - Recebido o requerimento de representação com fundamento no § 1º, a Mesa instaurará procedimento destinado a apreciá-lo, na forma e no prazo previstos em regulamento próprio, findo o qual, se concluir pela existência de indícios suficientes e pela inocorrência de inépcia:

I - encaminhará a representação à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no prazo de 3 (três) sessões ordinárias, quando se tratar de conduta punível com as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 10; ou

II - adotará o procedimento previsto no art. 11 ou 12, em se

tratando de conduta punível com a sanção prevista no inciso I do art. 10.

§ 3º - A representação subscrita por partido político representado na Câmara dos Vereadores, nos termos do § 7º do art. 29 da Lei Orgânica Municipal, será encaminhada diretamente pela Mesa da Câmara dos Vereadores à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no prazo a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo.

§ 4º - O Assessor Jurídico da Câmara dos Vereadores poderá participar de todas as fases do processo na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, inclusive das discussões, sem direito a voto.

§ 5º - O Vereador representado deverá ser intimado de todos os atos praticados pela Comissão e poderá manifestar-se em todas as fases do processo.

Art. 10 - São as seguintes as penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar:

I - censura, verbal ou escrita;

II - suspensão de prerrogativas regimentais por até 30 (trinta) dias;

III - suspensão do exercício do mandato por até 30 (trinta) dias;

IV - perda de mandato.

§ 1º - Na aplicação de qualquer sanção disciplinar prevista neste artigo serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara dos Vereadores, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

§ 2º - A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar decidirá ou se manifestará, conforme o caso, pela aplicação da penalidade requerida na representação tida como procedente e pela aplicação de cominação mais grave ou, ainda, de cominação menos grave, conforme os fatos efetivamente apurados no processo disciplinar.

§ 3º - Sem prejuízo da aplicação das penas descritas neste artigo, deverão ser integralmente ressarcidas ao erário as vantagens indevidas provenientes de recursos públicos utilizados em desconformidade com os preceitos deste Código, na forma de Ato da Mesa.

Art. 11 - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Câmara dos Vereadores, em sessão, ou de Comissão, durante suas reuniões, ao Vereador que inobservar os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores ou que incidir nas condutas descritas nos incisos I e II do art. 5º.

Parágrafo único - Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo, poderá o Vereador recorrer ao respectivo Plenário no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 12 - A censura escrita será aplicada pela Mesa, por provocação do ofendido, nos casos de incidência nas condutas previstas no inciso III do art. 5º ou, por solicitação do Presidente da Câmara dos Vereadores ou de Comissão, nos casos de reincidência nas condutas referidas no art. 11 ou quando o Vereador usar em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar.

§ 1º - Antes de deliberar sobre a aplicação da sanção a que se refere o caput a Mesa assegurará ao Vereador o exercício do direito de defesa pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º - Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo, poderá o Vereador recorrer ao Plenário da Câmara dos Vereadores no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 13 - O projeto de resolução oferecido pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar que proponha a suspensão de prerrogativas regimentais, aplicável ao Vereador que incidir nas condutas previstas nos incisos VI a VIII do art. 5º deste Código, será apreciado pelo Plenário da Câmara dos Vereadores, em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros, observado o seguinte:

I - instaurado o processo, o Presidente da Comissão designará relator, a ser escolhido dentre os seus membros, o qual:

- a) não poderá pertencer ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do Vereador representado;
- b) em caso de representação de iniciativa de Partido Político, não poderá pertencer à agremiação autora da representação;

II - a Comissão promoverá a apuração dos fatos, notificando o representado para que apresente sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis e providenciando as diligências que entender necessárias no prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis uma única vez, por igual período, por deliberação do Plenário da Comissão;

III - a Comissão aprovará, ao final da investigação, parecer que:

- a) determinará o arquivamento da representação, no caso de sua improcedência;
- b) determinará a aplicação das sanções previstas neste artigo, no caso de ser procedente a representação;
- c) proporá à Mesa que aplique sanção menos grave, conforme os fatos efetivamente apurados no processo; ou
- d) proporá à Mesa que represente em face do investigado pela aplicação de sanção mais grave, conforme os fatos efetivamente apurados no processo, hipótese na qual, aprovada a representação, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar reabrirá o prazo de defesa e procederá à instrução complementar que entender necessária, observados os prazos previstos no art. 14 deste Código, antes de deliberar;

IV - concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com efeito suspensivo, contra quaisquer atos da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou deste Código, hipótese na qual aquela Comissão se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados, observando, para tanto, prazo de 5 (cinco) dias úteis;

V - o parecer aprovado pela Comissão será encaminhado pelo Presidente à Mesa, para as providências referidas na parte final do inciso VIII do § 4º do art. 14, devidamente instruído com o projeto de resolução destinado à efetivação da penalidade;

VI - são passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:

- a) usar a palavra em sessão, no horário destinado ao Pequeno ou Grande Expediente;
- b) encaminhar discurso para publicação no Diário da Câmara dos Vereadores;
- c) candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa, da Ouvidoria Parlamentar, da Procuradoria Parlamentar, de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão, ou de membro de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- d) ser designado relator de proposição em Comissão ou no Plenário;

VII - a penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no inciso VI ou apenas sobre algumas, a juízo da Comissão, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida;

VIII - em qualquer caso, a suspensão não poderá estender-se por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 14 - A aplicação das penalidades de suspensão do exercício do mandato por no máximo 30 (trinta) dias e de perda do mandato é de competência do Plenário da Câmara dos Vereadores, que deliberará em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros, em virtude de provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara dos Vereadores, após a conclusão de processo disciplinar instaurado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo.

§ 1º - Será punido com a suspensão do exercício do mandato e de todas as suas prerrogativas regimentais o Vereador que incidir nas condutas previstas nos incisos IV, V, IX e X do art. 5º.

§ 2º - Na hipótese de suspensão do exercício do mandato superior a 10 (dez) dias, o suplente do parlamentar suspenso será convocado imediatamente após a publicação da resolução que decretar a sanção.

§ 3º - Será punido com a perda do mandato o Vereador que incidir nas condutas previstas no art. 4º deste Código ou naquelas dispostas no artigo 29 da Lei Orgânica Municipal.

§ 4º - Recebida representação nos termos deste artigo, a Comissão observará o seguinte procedimento:

I - o Presidente da Comissão designará o relator do processo, observadas as condições estabelecidas no inciso I do art. 13 deste Código;

II - se a representação não for considerada inepta ou carente de justa causa pelo Plenário da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, mediante provocação do relator designado, será remetida cópia de seu inteiro teor ao Vereador acusado, que terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua defesa escrita, indicar provas e arrolar testemunhas, em número máximo de 8 (oito);

III - o pronunciamento da Comissão pela inépcia ou falta de justa causa da representação, admitido apenas na hipótese de representação de autoria de Partido Político, nos termos do § 3º do art. 9º, será terminativo, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por 1/3 (um terço) de seus membros, observado, no que couber, o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores;

IV - apresentada a defesa, o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias no prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias úteis, no caso de perda de mandato, e 30 (trinta) dias úteis, no caso de suspensão temporária de mandato, findas as quais proferirá parecer no prazo de 10 (dez) dias úteis, concluindo pela procedência total ou parcial da representação ou pela sua improcedência, oferecendo, nas 2 (duas) primeiras hipóteses, projeto de resolução destinado à declaração da perda do mandato ou à cominação da suspensão do exercício do mandato ou, ainda, propondo a requalificação da conduta punível e da penalidade cabível, com o encaminhamento do processo à autoridade ou órgão competente, conforme os arts. 11 a 13 deste Código;

V - a rejeição do parecer originariamente apresentado obriga à designação de novo relator, preferencialmente entre aqueles que, durante a discussão da matéria, tenham se manifestado contrariamente à posição do primeiro;

VI - será aberta a discussão e nominal a votação do parecer do relator proferido nos termos deste artigo;

VII - concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com efeito suspensivo, contra quaisquer atos da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ou de seus membros

que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou deste Código, hipótese na qual esta Comissão se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados, observando, para tanto, prazo de 5 (cinco) dias úteis;

VIII - concluída a tramitação na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ou na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, na hipótese de interposição do recurso a que se refere o inciso VII, o processo será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no expediente, publicado e distribuído em avulsos para inclusão na Ordem do Dia.

§ 5º - A partir da instauração de processo ético-disciplinar, nas hipóteses de que tratam os arts. 13 e 14, não poderá ser retirada a representação oferecida pela parte legítima.

Art. 15 - É facultado ao Vereador, em qualquer caso, em todas as fases do processo de que tratam os arts. 13 e 14, inclusive no Plenário da Câmara dos Vereadores, constituir advogado para sua defesa ou fazê-la pessoalmente ou por intermédio do parlamentar que indicar, desde que não integrante da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Parágrafo único - Quando a representação ou requerimento de representação contra Vereador for considerado leviano ou ofensivo à sua imagem, bem como à imagem da Câmara dos Vereadores, os autos do processo respectivo serão encaminhados à Assessoria Jurídica da Casa para as providências reparadoras de sua alçada, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores.

Art. 16 - Os processos instaurados pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Vereadores não poderão exceder o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para deliberação pela Comissão ou pelo Plenário da Câmara dos Vereadores, conforme o caso, na hipótese das penalidades previstas nos incisos II e III do art. 10.

§ 1º - O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, conforme o inciso IV do art. 10, não poderá exceder 90 (noventa) dias úteis.

§ 2º - Recebido o processo nos termos do inciso V do art. 13 ou do inciso VIII do § 4º do art. 14, lido no expediente, publicado e distribuído em avulsos, a Mesa terá o prazo improrrogável de 2 (duas) sessões ordinárias para incluí-lo na pauta da Ordem do Dia.

§ 3º - Esgotados os prazos previstos no caput e no § 1º deste artigo:

I - se o processo se encontrar na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, concluída sua instrução, passará a sobrestar imediatamente a pauta da Comissão;

II - se o processo se encontrar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para fins de apreciação do recurso previsto no inciso IV do art. 13 e no inciso VII do § 4º do art. 14, passará a sobrestar imediatamente a pauta da Comissão;

III - uma vez cumprido o disposto no § 2º, a representação figurará com preferência sobre os demais itens da Ordem do Dia de todas as sessões deliberativas até que se ultime sua apreciação.

§ 4º - A inobservância pelo relator dos prazos previstos nos arts. 13 e 14 autoriza o Presidente a avocar a relatoria do processo ou a designar relator substituto, observadas as condições previstas nas alíneas a e b do inciso I do art. 13, sendo que:

I - se a instrução do processo estiver pendente, o novo relator deverá concluí-la em até 5 (cinco) dias úteis;

II - se a instrução houver sido concluída, o parecer deverá ser

apresentado à Comissão em até 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÕES DO MANDATO PARLAMENTAR

Art. 17 – À Comissão de Ética e Decoro Parlamentar é assegurada o pleno acesso, exclusivamente para fins de consulta, ao Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar disponibilizado pela Secretaria-Geral da Mesa e demais sistemas ou bancos de dados existentes ou que venham a ser criados na Câmara dos Vereadores, onde constem, dentre outros, os dados referentes:

I - ao desempenho das atividades parlamentares, e em especial sobre:

- a) cargos, funções ou missões que tenha exercido no Poder Executivo, na Mesa, em Comissões ou em nome da Casa durante o mandato;
- b) número de presenças às sessões ordinárias, com percentual sobre o total;
- c) número de pronunciamentos realizados nos diversos tipos de sessões da Câmara dos Vereadores;
- d) número de pareceres que tenha subscrito como relator;
- e) relação das Comissões e Subcomissões que tenha proposto ou das quais tenha participado;
- f) número de propostas de emendas à Lei Orgânica, projetos, emendas, indicações, requerimentos, recursos, pareceres e propostas de fiscalização e controle apresentado;
- g) número, destinação e objetivos de viagens oficiais realizadas com recursos do poder público;
- h) licenças solicitadas e respectiva motivação;
- i) votos dados nas proposições submetidas à apreciação, pelo sistema nominal, na legislatura;
- j) outras atividades pertinentes ao mandato, cuja inclusão tenha sido requerida pelo Vereador;

II - à existência de processos em curso ou ao recebimento de penalidades disciplinares, por infração aos preceitos deste Código.

Parágrafo único - Os dados de que trata este artigo serão armazenados por meio de sistema de processamento eletrônico e ficarão à disposição dos cidadãos por meio da internet ou de outras redes de comunicação similares, podendo, ainda, ser solicitados diretamente à Secretaria-Geral da Mesa.

CAPÍTULO VI

DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Art. 18 - O Vereador apresentará à Mesa ou, no caso do inciso II deste artigo, quando couber, à Comissão as seguintes declarações:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, bem como quando solicitado pelo órgão competente da Câmara dos Vereadores, declaração de bens com a indicação das fontes de renda e de cópia da declaração de rendimentos anual entregue à Receita Federal e/ou "Autorização de Acesso aos Dados das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física" e às respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para os fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nos artigos 1º, caput, e 7º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, nos artigos 115 e 116 da Lei Complementar Catarinense nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e da Instrução Normativa nº TC-01/2006 do TCE/SC;

II - durante o exercício do mandato, em Comissão ou em Plenário, ao iniciar-se a apreciação de matéria que envolva direta e especificamente seus interesses patrimoniais, declaração de impedimento para votar.

§ 1º - As declarações referidas nos incisos I e II deste artigo serão autuadas, fornecendo-se ao declarante comprovante da entrega, mediante recibo em segunda via ou cópia da mesma declaração, com indicação do local, data e hora da apresentação.

§ 2º - Uma cópia das declarações de que trata o § 1º será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para os fins previstos no art. 7º da Instrução Normativa nº TC-01/2006 do TCE/SC.

§ 3º - Os dados referidos nos §§ 1º e 2º terão, na forma da Constituição Federal (art. 5º, XII), o respectivo sigilo resguardado, podendo, no entanto, a responsabilidade por este ser transferida para a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, quando essa os solicitar, mediante aprovação de requerimento, em votação nominal.

§ 4º - Os servidores que, em razão de ofício, tiverem acesso às declarações referidas neste artigo, ficam obrigados a resguardar e preservar o sigilo das informações nelas contidas, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 19 - Os projetos de resolução destinados a alterar este Código obedecerão às normas de tramitação do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 01 de Setembro de 2017.

Tony Tadeu Nones

Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luiz Henrique Stollmeier

Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luizinho Pereira Da Silva

Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Jackson De Castilho

Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Amélio Alves Fernandes

Vereador

Américo Nones

Vereador

Joel Mazzi

Vereador

Merquides Martins

Vereador

Valmir Farias

Vereador

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 041, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 041, de 5 de setembro de 2017.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 08 de setembro (sexta-feira) em virtude do feriado de 07 de setembro (Independência do Brasil).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 5 de setembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2237/2017

DECRETO 2237, de 25 de agosto de 2017.

Nomeia Integrantes do CONCIDADE ERVAL VELHO – Conselho Municipal da Cidade e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 1442 de 26 de julho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Conforme estabelece o § 2º do artigo 2º da Lei 1442 de 26 de julho de 2017, em consonância com o artigo 5º da mesma Lei, ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o CONCIDADE ERVAL VELHO – Conselho Municipal da Cidade:

I – Poder Público

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Edgar Bruno de Sordi - Titular

Vilma Pires Fontana – Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Silvano Rodrigo Pratto - Titular

Adriana Galhotto dos Santos – Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Christian Andrei Conte - Titular

Eliane Piccoli Ferreira Lopes – Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Diretoria de Planejamento e Coordenação

Alessandra Tonial - Titular

Alduir Antônio Mocelin - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental

César Basílio Bulla - Titular

Gelson Camilo Dalmedico – Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Alcindo Telles - Titular

Ivo Alberti – Suplente

Representantes do Poder Legislativo

Eder Neres da Silva - Titular

Saulo Daniel Marin – Suplente

Representantes da CASAN

Walmor Andolfatto - Titular

Nelson Schmitt – Suplente

II – Sociedade Civil

Movimentos Sociais e Populares

1) Representantes das Associações de Moradores e Bairros

Maria Luiza Provensi Gemelli - Titular

Francisco Davoglio – Suplente

Adenir Batista de Souza - Titular

Romoaldo Batista Martinazzo - Suplente

2) Representantes das Associações de Agricultores e Produtores Rurais

Levi José Piovesan – Titular

João Pedro Brunetto – Suplente

Robson de Giacometti - Titular

Paulo Valdecir Ferrari - Suplente

III – Área Empresarial

Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Marcos Antônio Parmagnani - Titular

Wilmar Parissenti – Suplente

Ivandro Luiz Tapparo - Titular

Wilson Marcon - Suplente

IV – Área Trabalhadora

Representantes dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Vanessa Talita Parissenti - Titular

Elza Carabolante Brunetto – Suplente

Alceu Triques Primo - Titular

Cleonice Fattori - Suplente

V – Entidades Profissionais

Representantes do CREA e/ou CAU

Marisa Dejacometti Piccoli - Titular

Darci Severino Galio - Suplente

Rafael Antunes dos Santos - Titular

Marcos Roberto Carrafa - Suplente

Representantes da OAB

Leonardo Elias Bittencourt - Titular

Diana Peruzzolo dos Santos - Suplente

André Luiz Mocelin - Titular

Scheila Mara Corso Giordani - Suplente

Art. 2º. O mandato dos membros do CONCIDADE ERVAL VELHO – Conselho Municipal da Cidade, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 25 de agosto de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, 25 de agosto de 2017.

Neidy Dayana de Almeida Filippin da Silva

Gerente de Material, Patrimônio e Serviços Gerais

DECRETO 2241/2017

DECRETO 2241, de 28 de agosto de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 1.307,15 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 1.029 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FMS

3 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0088 – Aplicações Diretas R\$ 1.307,15

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0088 - Alienação de Bens destinados a Programa de Saúde, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 28 de agosto de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Neidy Dayana de Almeida Filippin da Silva
Gerente de Material, Patrimônio e Serviços Gerais

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 059/2017

Edital de Pregão nº 035/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informática para a Creche Municipal "Tia Mercedes", conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 20/09/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

PORTARIA 3374/2017

PORTARIA 3374, de 04 de setembro de 2017.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 à 30 de setembro de 2017 conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Adiles Terezinha Neris	Agente de Serviços Gerais II	01/07/2014	A	30/06/2015
Adriana Galhotto dos Santos	Enfermeiro	04/08/2016	A	03/08/2017
Dirceu Antonio Vettori	Operador de Máquinas	02/05/2016	A	01/05/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de setembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 0081/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0081/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Contratado: JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO
Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA COM
ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 84,60 M², LOCALIZA-
DO NO DISTRITO DE BARRA GRANDE, PARA ATENDER AOS ALU-
NOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR
I e PRÉ-ESCOLAR II
Valor mensal de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), totali-
zando para o período, o valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos
reais).
Prazo de vigência até 04/09/2018.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de Setembro de 2017.
CLEUSA BRUSAMARELLO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0011/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 11/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA
COM ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 84,60 M², LO-
CALIZADO NO DISTRITO DE BARRA GRANDE, PARA ATENDER AOS
ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO PRÉ-ES-
COLAR I e PRÉ-ESCOLAR II DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ
SEBASTIÃO CAVALHEIRO.

JUSTIFICATIVA.: Dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos
pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em atender aos
alunos da rede pública municipal que estão inseridos no Pré-Es-
colar I e II, nos períodos matutinos e vespertinos, totalizando o
atendimento vinte e oito crianças, esse espaço possui melhores
condições de acessibilidade e limpeza, para atender ambas Pré-es-
colas das crianças oriundas de diversas comunidades, tais como:
Barra Grande; Cerro Azul; Abrasa; Quebra-nó; Florestal; Sede Ilha;
Granja Paholski; Fazenda Marcon e Uvarana, contemplando todas
as famílias e oferecendo maior segurança em relação a outros es-
paços antes utilizados.

Em que pese, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, im-
por como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência,
transcreve-se:

"...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras,
serviços, compras e alienações serão contratados mediante pro-
cesso de licitação pública que assegure igualdade de condições a
todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações
de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos
termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualifica-
ção técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento

das obrigações..."

Trazendo os ensinamentos, do artigo 3º da Lei de Licitações, diz
que "...a Licitação é o procedimento administrativo que visa sele-
cionar a proposta mais vantajosa à Administração..." e, nos termos
do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como nos ensina JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, "...lici-
tação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque
impossível; é impossível porque não há como promover-se a com-
petição..."

Assim, com base no Inciso X, do art. 24, desse mesmo diploma:

"...para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento
das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de
instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o
preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação
prévia..."

Entretanto, demonstrando às características especiais e especifi-
cações ímpares, torna-se impossível a realização do procedimento
licitatório, pois no universo de competidores restringe-se apenas a
um único participante.

Considerando, ainda, a inviabilidade de competição, em razão das
características dos serviços, pela singularidade de fornecimento
devidamente comprovada através da exclusividade, declina-se en-
tão pela contratação direta.

Asseverasse, também, que diante da impossibilidade de competi-
ção, o Prejulgado n. 318 do Tribunal de Contas do Estado de Santa
Catarina, assim nos ensina:

Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa
jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na for-
ma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento
no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à
renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável
na locação de imóveis.

Também, imperiosa é, a observação da localização do imóvel, con-
comitantemente, imprescindível à demonstração da inexistência de
outro imóvel que atenda as necessidades da administração como é
o caso em tela, pois, não há outro imóvel com as mesmas dimen-
sões e características que possa ser utilizado para as instalações
destes pré-escolar, conforme configurado e demonstrado no pedi-
do expedido pela Senhora Cleusa Brusamarello, atual Secretária
Municipal de Educação e Cultura. Nesse particular, frisasse que
este imóvel está localizado no centro da Comunidade, facilitando
o acesso aos alunos que utilizam os serviços do transporte escolar
inseridos nesta unidade escolar.

Outro elemento para a formalização da presente dispensa nos ter-
mos do Inciso X, do artigo 24, deverá diligenciar com parcerias
particulares, a fim de constatar se os valores ora propostos es-
tão de acordo com os praticados no mercado local, o que se faz,
através de juntada de laudo técnico realizado pela Arquiteta da
Municipalidade.

Perfazendo então, uma média aritmética dos três valores, passa-se
a pagar o respectivo alugueres no valor de R\$ 850,00 (oitocentos

e cinquenta reais).

Faxinal dos Guedes/SC, em 04 de Setembro de 2017.
CLEUSA BRUSAMARELLO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 11/2017.

OBJETO:
ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA COM ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 84,60 M², LOCALIZADO NO DISTRITO DE BARRA GRANDE, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR I e PRÉ-ESCOLAR II DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93, onde consta:

"...Art. 24 ...

...
X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Setembro de 2017.
CLEUSA BRUSAMARELLO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 11/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA COM ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 84,60 M², LOCALIZADO NO DISTRITO DE BARRA GRANDE, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR I e PRÉ-ESCOLAR II DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO.

PROPRIETÁRIO:

ITEM 01: JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO
Endereço: Rua 1 de Maio – Quadra n. 04, s/n – Distrito da Barra Grande
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 150.267.951-53

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para locação da presente sala comercial, será repassado o importe mensal de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), correspondendo ao valor de doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorrer o período de locação. As demais despesas com a luz e a manutenção do espaço físico ficará sob responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, que os valores apresentados e que serão repassados, conforme demonstrado no parecer técnico de avaliação realizado pela arquiteta da municipalidade está condizente com os

praticados no mercado e na região circunvizinhas do Município de Faxinal dos Guedes/SC, devendo, contudo, observar, o artigo 62, § 3º da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes/SC, em 04 de Setembro de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 11/2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 11/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Setembro de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária de Municipal de Educação e Cultura

PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 11/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA COM ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 84,60 M², LOCALIZADO NO DISTRITO DE BARRA GRANDE, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR I e PRÉ-ESCOLAR II DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de adquirir os serviços objeto da presente dispensa, os quais são necessários e imprescindíveis para a Secretaria Municipal de Educação – Pré-escolas I e II, para atendimentos das crianças inseridas nas localidades Barra Grande; Cerro Azul; Abrasa; Quebra-nó; Florestal; Sede Ilha; Granja Paholski; Fazenda Marcon e Uvarana, contemplando todas as famílias e oferecendo maior segurança em relação a outros espaços antes utilizados, respeitados os princípios constantes em nossa Carta Magna e demais legislações que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Setembro de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA COM ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 84,60 M², LOCALIZADO NO DISTRITO DE BARRA GRANDE, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR I e PRÉ-ESCOLAR II DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADO:**ITEM 01: JOSÉ SEBASTIÃO CAVALHEIRO**

Endereço: Rua 1 de Maio – Quadra n. 04, s/n – Distrito da Barra Grande
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 150.267.951-53

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0011/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0073/2017.

VIGÊNCIA: doze meses, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Setembro de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREGÃO PRESENCIAL 0059/2017**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0059/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0059/2017 – Melhor Preço – Preço Global, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 20 de Setembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 05 de Setembro de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

ELISETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária Municipal de Saúde

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 84/2017

DECRETO Nº 084/2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto NOMEADOS os membros do Conselho Municipal do FUNDEB, que terá a seguinte composição:

I – Dois (2) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um (1) da Secretaria Municipal de Educação ou Órgão educacional equivalente:

Titular: Valmir de Jesus Pinto – CPF nº 028.620.949-78
Suplente: Moacir Schwertz – CPF nº 052.591.489-75

Titular: Luciane Hann – CPF nº 040.120.189-90
Suplente: Neodimar Bassani – CPF nº 034.510.099-94

II –Um (1) representante das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Rosinéia Wroenski Dall Agnol – CPF nº 048.971.049-20
Suplente: Rosani Terezinha Zamprogna Rizzi – CPF nº 942.247.309-87

III –Um (1) representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Geni Rissi Bortolini – CPF Nº 870.586.349-04
Suplente: Patrícia de Freitas Noronha – CPF nº 078.258.809-35

IV- Um (1) representante dos servidores técnicos administrativos:

Titular: Maria Lucia Freiburger – CPF nº 401.250.179-87
Suplente: Delisa Engel – CPF nº 637.241.899-15

V - Dois (2) Representantes dos Pais de alunos das escolas públicas municipais:

Titular: Genuir Balzan – CPF Nº 637.415.209-34
Suplente: Simone Seben Wagner – CPF nº 045.253.599-94

Titular: Antonio Martins da Silva – CPF nº 807.661.109-15
Suplente: Cleonir José Muller – CPF nº 044.735.279-21

VI – Dois (2) representantes dos Estudantes da Educação Básica:

Titular: Jucimara T. Ferrarri – CPF nº 947.461.259-53
Suplente: Rosani S. Wismann – CPF nº 044.557.279-57

Titular: Elemar Valandro – CPF nº 930.893.330-15
Suplente: Ineber Zonatto - CPF nº 770.634.069-49

VII – Um (1) representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Giane Rossato Marinho da Silva – CPF nº 021.885.769-18
Suplente: Eli Alves de Oliveria Wagner – CPF nº 042.992.769-06

VIII – Um (1) representante do Conselho Tutelar:

Titular: Marli Sirlei Stamm Noronha – CPF nº 022.275.729-90
Suplente: Clodimar José Borba – CPF nº 037.169.519-86

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 076/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 05 dias do mês de Setembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

DECRETO Nº 85/2017

DECRETO N.º 0085 /2017

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 663/2016.

DECRETA:

ART. 1º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Saúde, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0012 – Saúde Nota 1000	
10.301.0012.2.022 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 0138 – Transferências do SUS - União	
TOTAL FONTE	10.000,00

ART. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º, são provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0012 – Saúde Nota 1000	
10.301.0012.2.022 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 0138 – Transferências do SUS - União	
TOTAL FONTE	10.000,00

ART. 3º - Fica pelo presente Decreto, suplementado na Secretaria Municipal de Administração, a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
04.122 – Administração Geral	
04.122.0004 – Administração Geral e Planejamento	
04.122.0004.2.004 – Manutenção Atividades de Adm. Geral do Município.	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	20.000,00

ART. 4º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 3º, são provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
04.122 – Administração Geral	
04.122.0004 – Administração Geral e Planejamento	
04.122.0004.2.004 – Manutenção Atividades de Adm. Geral do Município.	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	20.000,00

ART. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos cinco dias do mês de setembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 225/2017

PORTARIA Nº 225/2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por grau de instrução a servidora municipal ALINE MARA ENGEL por ter concluído 2º e 3º Grau, na ordem de 3% e 12% respectivamente, calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 95.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Setembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 105/PMF/2017

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 105/PMF/2017

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 105/PMF/2017, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA GERAL (539,28 M²) E CONSTRUÇÃO DE SOLÁRIO (15,40 M²) DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA OCTÁVIA, LOCALIZADO NA AVENIDA 25 DE JULHO, CENTRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia cinco do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 105/PMF/2017. Abertos os trabalhos, o Presidente da Comissão Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. ME., PASSO'S CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA., CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME., CONSTRUTORA PAI E FILHOS LTDA. EPP, CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, CEARIBA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME., KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA. ME., ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÕES EIRELI. ME., BF CONSTRUÇÕES EIRELI. EPP, CONSTRUTORA NUNES LTDA., TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME., RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI. ME., NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME. e PROJETER ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA ME. Os preços globais apresentados foram: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. ME., R\$ 233.450,00 (duzentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta reais); PASSO'S CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, R\$ 234.516,56 (duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos); FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., R\$ 259.980,09 (duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e oitenta reais e nove centavos); RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA., R\$ 264.066,92 (duzentos e sessenta e quatro mil sessenta e seis reais e noventa e dois centavos); CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME., R\$ 261.500,00 (duzentos e sessenta e um mil e quinhentos reais); CONSTRUTORA PAI E FILHOS LTDA. EPP, R\$ 235.773,96 (duzentos e trinta e cinco mil setecentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos); CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, R\$ 248.333,74 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos); CEARIBA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME., R\$ 248.366,34 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos); KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA. ME., R\$ 249.915,00 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e quinze reais); ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., R\$ 269.821,34 (duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos); CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÕES EIRELI. ME., R\$ 269.342,95 (duzentos e sessenta e nove mil trezentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos); BF CONSTRUÇÕES EIRELI. EPP, R\$ 232.549,72 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos); CONSTRUTORA NUNES LTDA., R\$ 251.514,68

(duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e oito centavos); TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, R\$ 311.150,72 (trezentos e onze mil cento e cinquenta reais e setenta e dois centavos); JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME., R\$ 253.640,45 (duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos); RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI. ME., R\$ 239.425,74 (duzentos e trinta e nove mil quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos); NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME. R\$ 287.421,64 (duzentos e oitenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos); PROJETER ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA ME, R\$ 273.497,80 (duzentos e setenta e três mil quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). O menor preço global apresentado foi da empresa BF CONSTRUÇÕES EIRELI. EPP. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global e certificou-se de que a mesma está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa BF CONSTRUÇÕES EIRELI. EPP. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 05 de setembro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

RENATA PEREIRA FRITZEN

Membro da Comissão

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

EXTRATO DE CONTRATO FMS 51/2017

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 51/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BLUMÉDICA PROD. MED. E CIRÚRGICOS LTDA EPP

OBJETO – aquisição de material médico cirúrgico e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 111.142,95 (cento e onze mil cento e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (17); 1701.2052.3390 (35); 1701.2056.3390 (52); 1701.2058.3390 (59).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 13/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 23 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 53/2017

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 53/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – METROMED COM. DE MAT. MED. HOSP. LTDA

OBJETO – aquisição de material médico cirúrgico e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 21.336,92 (vinte e um mil trezentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (17); 1701.2052.3390 (35); 1701.2056.3390 (52); 1701.2058.3390 (59).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 13/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 23 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032_2017-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0032/2017 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e instalação de um equipamento combinado de vácuo e hidrojetamento para o caminhão Volkswagen Constellation 13.180 (placa MKM 6541) da SANEFRAI Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 19.09.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039.

Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de setembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0093_2017 - PMF - RP 0067-2017 - DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0093/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0067/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando Aquisição de gêneros alimentícios para os Centros de Educação Municipais, visando cumprir as diretrizes da Resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, assim como a Lei nº 11.947/2009 e Lei nº 12.982/2014 que trata do direito dos estudantes com diabetes, alergia alimentar, intolerância à lactose ou outra necessidade alimentar específica a cardápio especial de alimentação escolar, nesta cidade, para o período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 19.09.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de setembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

CT17FME03

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FME03

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER FME

Contratada.: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA

Valor : R\$1.134,00 (um mil cento e trinta e quatro reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : A CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS, COMPREENDENDO A ADESÃO, A INSTALAÇÃO DE MÓDULOS RASTREADORES EM COMODATO, A CONFIGURAÇÃO, A CAPACITAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS DO SISTEMA, O SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DE FROTA DA ENTIDADE PARTICIPANTE FME, CONFORME A NECESSIDADE DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES DA ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ARTIGO 57, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO POR MÊS, POR VEÍCULO - R\$
42942	1	1	Mês	Prestação de serviços de rastreamento e monitoramento mensal, via satélite, com disponibilização de software de gerenciamento com acesso via internet.	RST-Mini	31,50

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

CT17FMS18**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17FMS18

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA

Valor : R\$6.426,00 (seis mil quatrocentos e vinte e seis reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : A CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS, COMPREENDENDO A ADESÃO, A INSTALAÇÃO DE MÓDULOS RASTREADORES EM COMODATO, A CONFIGURAÇÃO, A CAPACITAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS DO SISTEMA, O SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DE FROTA DA ENTIDADE PARTICIPANTE FMS, CONFORME A NECESSIDADE DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES DA ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ARTIGO 57, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO POR MÊS, POR VEÍCULO - R\$
42942	1	1	Mês	Prestação de serviços de rastreamento e monitoramento mensal, via satélite, com disponibilização de software de gerenciamento com acesso via internet.	RST-Mini	31,50

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

CT17PMF116**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF116

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: J.O CAMARGO EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA LTDA - ME

Valor : R\$6.020,30 (seis mil e vinte reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 29/09/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv.Engharia Nº.: 41/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO ESCADA DE ACESSO SECUNDÁRIO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO SALETE, LOCALIZADA NA RUA 25 DE AGOSTO, QUE SERÁ UTILIZADA PARA FACILITAR A CIRCULAÇÃO ENTRE COLABORADORES E USUÁRIOS ENTRE UBS/UPA, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CT17PMF117**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF117

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA

Valor : R\$20.790,00 (vinte mil setecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS, COMPREENDENDO A ADESÃO, A INSTALAÇÃO, A CONFIGURAÇÃO, A CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS, O SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DE FROTA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO CONFORME ART. 57 INC. II DA LEI 8.666/93.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CT17PMF118**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF118

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: WIDE-TI DESENVOLVIMENTO DE SOLUCOES LTDA - ME

Valor : R\$692,28 (seiscentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 42/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE 03 LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE HOTSPOTS, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO INTERNET SEM FIO AO CIDADÃO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SENDO NA PRAÇA TANCREDO NEVES, PRAÇA GABRIEL EVRARD E UM VEÍCULO ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO DA EMPRESA SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, A QUAL QUE TEM A CONCESSÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DA CIDADE.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CT17PMF119**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF119

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: HBINFO PROVEDOR LTDA ME

Valor : R\$3.072,00 (três mil e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 43/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO AO CIDADÃO NA PRAÇA TANCREDO NEVES E NA PRAÇA GABRIEL EVRARD, INCLUINDO AS ATIVIDADES DE IMPLANTAÇÃO DOS PONTOS DE ACESSO, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NA FORMA COMODATO E SUPORTE OPERACIONAL AO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CT17PMF120**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF120

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor : R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2017

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM MÍDIA IMPRESSA, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E ABRANGÊNCIA ESTADUAL DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO DE 2017 A JULHO DE 2018.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CT17SF31**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17SF31

Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI

Contratada...: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA

Valor : R\$4.158,00 (quatro mil cento e cinquenta e oito reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/08/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : A CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS, COMPREENDENDO A ADESÃO, A INSTALAÇÃO DE MÓDULOS RASTREADORES EM COMODATO, A CONFIGURAÇÃO, A CAPACITAÇÃO DE TODOS OS USUÁRIOS DO SISTEMA, O SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DE FROTA DA ENTIDADE PARTICIPANTE SANEFRAI, CONFORME A NECESSIDADE DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES DA ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME ARTIGO 57, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO POR MÊS, POR VEÍCULO - R\$
42942	1	1	Mês	Prestação de serviços de rastreamento e monitoramento mensal, via satélite, com disponibilização de software de gerenciamento com acesso via internet.	RST-Mini	31,50

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

CTAT18523

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18523

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor : R\$5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2017

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL JUNTO AOS GRUPOS DE MÃES, DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18527

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18527

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA

Valor : R\$84,00 (oitenta e quatro reais)

Vigência : Início: 29/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18553

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18553

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CATARINENSE COMÉRCIO ALIMENTOS LTDA ME

Valor : R\$2.006,30 (dois mil e seis reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18554

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18554

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor : R\$11.055,56 (onze mil e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18555

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18555

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CATARINENSE COMÉRCIO ALIMENTOS LTDA ME

Valor : R\$288,44 (duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18559

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18559

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME

Valor : R\$980,84 (novecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18560

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18560

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME

Valor : R\$272,06 (duzentos e setenta e dois reais e seis centavos)

Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18561

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18561
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$4.845,52 (quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18562

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18562
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$267,00 (duzentos e sessenta e sete reais)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18563

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18563
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$219,08 (duzentos e dezenove reais e oito centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18564

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18564
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP
Valor : R\$5.552,90 (cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM

OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18565

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18565
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP
Valor : R\$781,64 (setecentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18570

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18570
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CLEI WILL COMERCIO DE CHAVES LTDA
Valor : R\$126,00 (cento e vinte e seis reais)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2017
Objeto : FORNECIMENTOS FUTUROS DE CARIMBOS, ALMOFADAS DE REPOSIÇÃO E REFIS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18584

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18584
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP
Valor : R\$6.796,17 (seis mil setecentos e noventa e seis reais e dezessete centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18585

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18585
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME
Valor : R\$1.450,70 (um mil quatrocentos e cinquenta reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18586
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18586
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME
Valor : R\$33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18588
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18588
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$217,63 (duzentos e dezessete reais e sessenta e três centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18589
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18589
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor....: R\$188,10 (cento e oitenta e oito reais e dez centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18590
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18590
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$199,30(cento e noventa e nove reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CTAT18591
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18591
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$233,88 (duzentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos)
Vigência : Início: 31/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017
Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

Decreto nº 211-2017
DECRETO Nº 211, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

RETIFICA DECRETO QUE NOMEOU MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO- FUNDEB.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 083/2007;

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado Decreto nº 167 de 03 de julho de 2017, que nomeou membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Fraiburgo- FUNDEB:

[...]

IV – Representantes de pais de alunos da educação básica pública:

Suplente: Mischeli Fagundes de Souza

V – Representantes dos estudantes da educação básica pública:

Suplente: Santin Correa da Silva

VI – Representantes dos estudantes da educação de jovens e

adultos:

Suplente: Maria Rosa Correa

IX – Representantes dos Servidores Técnico-administrativos:

Suplente: Marciana Terezinha de Oliveira Ozório Gemo
[...]

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 05 DE SETEMBRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**Decreto nº 212-2017**DECRETO Nº 212, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (63)	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 05 DE SETEMBRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**TA17PMF119**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF119 - Contrato Nº: CT17PMF75
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MAURO ANTONIO JORDÃO ME
Vigência : Início: 28/08/2017 Término: 29/09/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2017
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 29.09.2017.Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita**TA17PMF120**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF120 - Contrato Nº: CT17PMF76
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: RODRIGUES & DA SILVA LTDA EPP
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 29/09/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2017
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 29.09.2017.Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita**TA17PMF121**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF121 - Contrato Nº: CT17PMF101
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : R\$2.796,78 (dois mil setecentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/07/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2017
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE ACORDO, RESOLVE FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS BIBLIOTECA DE USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÕES ABAIXO:
· SECRETARIA DE EDUCAÇÃOPAS/ÔNIBUS/NÃO APLIC
– ANO/MODELO: 2017/2017
– PLACA: QIP – 8594
– CHASSI: 9BM384069HB063848
– RENAVAM: 11211124043 – COR AMARELA
– CAP: 56P / 185CV
_ Nº FROTA 303

VALOR TOTAL: R\$ 2.796,78 (DOIS MIL SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS). O VALOR TOTAL A SER PAGO DE PRÊMIO PELO ENDOSSO DOS VEÍCULOS REFERIDOS ACIMA SERÁ DE R\$2.796,78 (DOIS MIL SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS);

FICA ALTERADA O VALOR DO CONTRATO PASSANDO DE R\$ 26.370,00 (VINTE E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS), PARA R\$ 29.166,78 (VINTE E NOVE MIL CENTO E SESSENTA E SEIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS);

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF122 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF122 - Contrato Nº: CT17PMF102
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : R\$853,71 (oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos)
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 31/07/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2017
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO, RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TOYOTA COROLLA ALTISFLEX, DE USO DO GABINETE.
O VALOR TOTAL A SER PAGO DE PRÊMIO PELO ENDOSSO DOS VEÍCULOS REFERIDOS ACIMA SERÁ DE R\$ 853,71 (OITOCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS);

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF123 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF123 - Contrato Nº: CT17PMF05
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CIGA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL.MUNICIPAL
Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 5/2017
Objeto : A CONTRATADA passará a disponibilizar em relação ao 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)' unicamente o sistema de tecnologia da informação e comunicação denominado 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalteradas as funções básicas dos serviços já estabelecidos.
Parágrafo único. O sistema Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM consiste na prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem a troca de dados da REDESIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

DO VALOR DESTE ADITIVO

Cláusula Segunda. O valor mensal do sistema de tecnologia da informação e comunicação denominado "Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM" é de R\$ 287,50 (duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). O valor deste Termo Aditivo tem por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante da Resolução n.º 109, de 14 de outubro de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão

Pública Municipal.

Parágrafo único. O pagamento, pela CONTRATANTE, dos valores previstos neste Termo Aditivo não a eximem da obrigação de remunerar os serviços já disponibilizados e preditos no Contrato (e Aditivo, se houver) vigente.

DO VALOR CONTRATUAL REMANESCENTE

Cláusula Terceira. Diante das alterações descritas nas cláusulas anteriores, o valor contratual total dos serviços de tecnologia da informação e comunicação prestados pelo CIGA, para o período restante do exercício 2017, é R\$ 14.206,32 (quatorze mil, duzentos e seis reais e trinta e dois centavos), em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 3.551,58 (três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos), cada uma delas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC – R\$ 3.040,00
2. Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) – R\$ 1.150,00
3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional – R\$ 1.380,00
4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA – R\$ 5.776,32
5. Gestão de Obras – R\$ 2.860,00

Parágrafo único. Considerando a alteração do sistema atualmente disponibilizado, de REGIM para G-CIM, 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)', já se encontra deduzido, do valor contratual total acima mencionado, o montante antes previsto para o sistema REGIM, bem como os pagamentos já efetuados pela Contratante.

DA VIGÊNCIA DESTE ADITIVO

Cláusula Quarta. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 01 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, observando o limite legal remanescente, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como em conformidade com o respectivo Contrato (e Aditivo, se houver) firmado pelas partes.

Fraiburgo, 5 de setembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS Prefeita

TA17PMF124 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF124 - Contrato Nº: CT17PMF73
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: J.C.B MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI - EPP
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 11/09/2017
Licitação : Pregão presencial Nº.: 50/2017
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, QUE CONSTAM DA CLÁUSULA OITAVA (8.1) DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 11.09.2017, PARA EFETUAR A ENTREGA DO VEÍCULO. FICAM MANTIDAS TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS QUE NÃO COLIDIREM COM AS MODIFICADAS NO PRESENTE INSTRUMENTO.

Fraiburgo, 5 de setembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS Prefeita

TA17PMF125
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF125 - Contrato Nº: CT17PMF83
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DE MARCO LTDA
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 04/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2017
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PARA EFETUAR A ENTREGA DO VEÍCULO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA OITAVA (8.1) DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 04.09.2017.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF126
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17PMF126 - Contrato Nº: CT17PMF44
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: INCORPORADORA IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA
Vigência : Início: 30/08/2017 Término: 01/02/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2017
Objeto : AS PARTES, DE COMUM ACORDO, ALTERAM A LOCADORA DO PRESENTE CONTRATO EM VIRTUDE DA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DA LOCAÇÃO, CONFORME COMPROVAM AS ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA REGISTRADOS NO TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIOS DE PROTESTOS DA COMARCA DE LEBON REGIS, NO LIVRO 90, FOLHAS 04 A 14.
O NOVO PROPRIETÁRIO PASSA A SER SR. LAUVIR CENCI, BRASILEIRO, VIÚVO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.152.580, ÓRGÃO EMISSOR SSP-SC, PORTADOR DO CPF Nº 422.747539-20, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RODOVIA SC.355, KM 2545, BAIRRO PORTAL, NA CIDADE DE VIDEIRA-SC. DIANTE DA ALIENAÇÃO, FICA ALTERADO O ITEM 4.2 DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO:
§ 1º OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS ATRAVÉS DE DEPÓSITO BANCÁRIO NA CONTA CORRENTE, OPERAÇÃO 001, CONTA 217049-3, AGENCIA 0403-0 – BANCO DO BRASIL, EM NOME DO TITULAR LAUVIR CENCI, ATÉ O 10º (DÉCIMO) DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE AO VENCIDO.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17SF14
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17SF14 - Contrato Nº: CT12SF08
Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI
Contratada...: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA - EPP
Vigência : Início: 23/08/2017 Término: 27/02/2018
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2011
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, PRORROGAM O SEU PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ A DATA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018.
AS DESPESAS DECORRENTES DO PRESENTE TERMO CORRERÃO A CONTA DE DOTAÇÃO ESPECÍFICA DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017/2018.
FICAM MANTIDAS TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS QUE NÃO COLIDIREM COM AS CLÁUSULAS MODIFICADAS NESTE INSTRUMENTO.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

TERMO DE CONVOCAÇÃO FRANCINE FERNANDA GELINSKI 2017

TERMO DE CONVOCAÇÃO
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): FRANCINE FERNANDA GELINSKI
Endereço: Rua Demetrio Hauagge, 195
Centro – São João do Triunfo/PR - CEP: 84150-000
(42) 99931-6263 (42) 3447-1500

CARGO: ODONTÓLOGO - 20h
Classificação: 2º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde,

acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

FRANCINE FERNANDA GELINSKI

TERMO DE CONVOCAÇÃO JOÃO LEONCIO NUNES PEDREIRA 2017

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): JOÃO LEONCIO NUNES PEDREIRA

Endereço: Rua Nelson Catalan, 30 – apto. 02

EFAPI – Chapecó/SC - CEP: 89809-618

(48) 99826-3572

CARGO: AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);

n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e

Nutrição- Carteira de Saúde);
XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

JOÃO LEONCIO NUNES PEDREIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO LEANDRO GOMES DA SILVA 2017

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): LEANDRO GOMES DA SILVA

Endereço: Rua Pioneiro José Max, s/n

Vila Nova – Mafra/SC - CEP: 89300-000

(47) 98827-0104 (47) 3642-2255

CARGO: FISCAL DE OBRAS

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Carteira de Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
I – Hemograma Completo;
II – Glicemia;
III – Creatinina,
IV – Parcial de Urina;
V – TGO e TGP;
VI – Triglicerídio;
VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
VIII – TSH (acima de 45 anos);
IX – PSA (homens acima de 45 anos);
X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e

Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");
x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "v");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

LEANDRO GOMES DA SILVA

TERMO DE CONVOCAÇÃO MARCELO SELEME MATIAS 2017

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): MARCELO SELEME MATIAS

Endereço: Rua Santos Saraiva, 469 – apto. 405 A

Estreito – Florianópolis/SC - CEP: 88070-101

(48) 98831-6886 (48) 3364-6475

CARGO: ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina,
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicerídio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
 - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
 - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
 - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
 - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
 - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "v");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

MARCELO SELEME MATIAS

TERMO DE CONVOCAÇÃO MARIANA MILANI MELLO 2017

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): MARIANA MILANI MELLO

Endereço: Rua Luisa Raisel, s/n

Berger – Caçador/SC - CEP: 89500-000

(49) 99929-6490 (49) 3567-3485

CARGO: MONITOR SOCIAL

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação

(ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina,

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

MARIANA MILANI MELLO

TERMO DE CONVOCAÇÃO NICOLAU GORDEEFF 2017**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): NICOLAU GORDEEFF

Endereço: Rua Presidente Venceslau, 51

Condomínio Marambaia – Vinhedo/SP - CEP: 98640-000

(11) 98431-0446 (19) 3886-3353

CARGO: TESOUREIRO

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina;
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicerídio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
 - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
 - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
 - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
 - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
 - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

NICOLAU GORDEEFF

TERMO DE CONVOCAÇÃO TARCISO MELEZ MARTINS 2017**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): TARCISO MELEZ MARTINS

Endereço: Rua João Beux Sobrinho, 4

Centro – São Lourenço do Oeste/SC - CEP: 89990-000

(49) 98865-1248 (67) 3471-3465

CARGO: MÉDICO – SAÚDE DA FAMÍLIA

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei

Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina,
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicéridio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
 - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo;

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCACÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 05 de setembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

TARCISO MELEZ MARTINS

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 909/2017 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 08 DE SETEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 909/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 08 DE SETEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º- Em virtude do feriado de 07 de Setembro de 2017 (Dia da Independência do Brasil), fica estabelecido ponto facultativo nas repartições Públicas do município de Frei Rogério, no dia 08 de setembro de 2017 (sexta-feira).

Art. 2º - As repartições públicas municipais, cujos serviços são considerados essenciais e não podem por sua natureza serem interrompidos, como posto de saúde, funcionarão na forma de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 05 de setembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

LEIS 2017 - 881 A 881

LEI Nº 881/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judicosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Galvão-SC, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme segue:

Órgão/Unidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
01.031.0101	2.017	Manut. das Atividades Legislativas	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	20.000,00
Total R\$			20.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura deste Crédito, serão utilizados recursos das dotações orçamentárias conforme segue:

Órgão/Unidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
01.031.0101	1.001	Construção da Sede Legislativa	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	20.000,00
Total R\$			20.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Galvão-SC, 05 de Setembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA JARIS MUNICIPAL

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 2017

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezessete (2017), reuniram-se nas dependências da delegacia de polícia civil da comarca de Garopaba (CITRAN), na sala do trânsito, na Rua Rozalina Aguiar Lentz nº 500, bairro centro, das 09:00h às 11:00h, os membros da 1ª Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI Municipal de Garopaba, relacionados abaixo:

REPRESENTANTE DO ORGÃO QUE IMPÕS A PENALIDADE

PRESIDENTE: JOÃO CARLOS BATISTA
SUPLENTE: MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO

REPRESENTANTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRÂNSITO

TITULAR: ANDERSON FERNANDO VOSS
SUPLENTE: FERNANDO FLORES

ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA A ÁREA DE TRÂNSITO

TITULAR: HAROLDO ALVES DO NASCIMENTO
SUPLENTE: ADÍLIO JOSÉ DE ABREU

SECRETÁRIA JARI MUNICIPAL
MARIANA BURGOS LOBÃO BARROSO

Ao iniciar a reunião o presidente João Carlos Batista cumprimentou os membros presentes e em seguida distribuiu os recursos para os conselheiros; dando sequência assim aos trabalhos, na pauta recursos do município de Garopaba para apreciação. Com todos os membros presente: titulares e suplentes formou-se três duplas, de acordo com as suas representatividades, para julgamento dos recursos.

Foram apreciados, discutidos e julgados OS SEGUINTE RECURSOS QUE FORAM DEFERIDOS POR APRESENTAREM EMBASAMENTO LEGAL:

- PROCESSO 27/2014: Proprietário/ Condutor Sra. Eva Silvana Corrêa de Lima, base legal 181, XV, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ CG 150 Titan KS, 2008/2008 – placa IPK6758/RS;

- PROCESSO 38/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Eduardo Ceballos Tormo, base legal art. 181, XVIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo Fiat/ Palio Fire, 2002/2003 – placa AKP2470/PR;

- PROCESSO 9/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Ernanni Medeiros do Nascimento, base legal art. 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo Fiat/ Palio Fire Economy, 2009/2010 – placa IPT3693/RS;

- PROCESSO 75/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Elenir da Silva Marcelino, base legal 186, I, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HYUNDAI/ HB20X 1.6A STYLE, 2013/2014 – placa MLQ0231/SC;

- PROCESSO 47/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Nycholas Gonçalves do Nascimento, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo RENAULT/ Sandero EXPR 10, 2014/2015 – placa MLP8459/SC;

- PROCESSO 42/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Maria Aparecida Bernardo, base legal 169, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ CG 150 Titan KS, 2004/2005 – placa MDO9018/SC;

- PROCESSO 71/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Magali Araújo Jacomel, base legal 181, XV, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo RENAULT/ Sandero GTL 16HP, 2012/2013 – placa AYF1820/PR;

- PROCESSO 41/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Maria Aparecida Bernardo, base legal 195, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ CG 150 Titan KS, 2004/2005 – placa MDO9018/SC;

- PROCESSO 10/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Daiana Pacheco Bernardo, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ Fit LXL Flex, 2010/2010 – placa MHH7677/SC;

- PROCESSO 11/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Daiana Pacheco Bernardo, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ Fit LXL Flex, 2010/2010 – placa MHH7677/SC;

- PROCESSO 48/2015: Proprietário/ Condutor Srs. V Pereira ME, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo CHEVROLET/ S10 LT DD4A, 2014/2015 – placa MMM7552/SC;

- PROCESSO 52/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Rafael Tonvildes de Abreu, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo GM/ Corsa Hatch Maxx, 2011/2011 – placa MHZ8262/SC;

- PROCESSO 55/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Rogério da Silva Ramos, base legal 181, XVII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo I/ Kia Soul EX 1.6L, 2010/2010 – placa MHV6095/SC;

- PROCESSO 56/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Edilane Cardoso Bernardo, base legal 202, I, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ Biz 125 ES, 2013/2013 – placa MKR6072/SC;

- PROCESSO 61/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Daniel Barradas do Prado, base legal 181, XIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT/ Palio Weekend, 1998/1998 – placa HPA2783/SC;

- PROCESSO 77/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Ronald Vieira de Oliveira, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ Saveiro 1.6 Surf, 2009/2009 – placa EEI7637/SC;

- PROCESSO 78/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Ronald Vieira de Oliveira, base legal 195, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ Saveiro 1.6 Surf, 2009/2009 – placa EEI7637/SC;

- PROCESSO 58/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Luciana Barreto Fortuna, base legal 252, VI, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo MMC/ Pajero TR4, 2005/2005 – placa MHB3330/SC;

- PROCESSO 20/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Everton da Silva Berkenbrock, base legal 203, I, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo SUNDOWN/ STX 200, 2008/2008 – placa MFD6394/SC;

- PROCESSO 25/2015: Proprietário/ Condutor Srs. SBS Engenharia e Construções SA, base legal 181, VII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ 31.280 CRM 6X4, 2013/2014 – placa IUP0464/RS;

- PROCESSO 29/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Sandra Aparecida Amaral, base legal 181, I, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo RENAULT/ Sandero AUT1016V, 2008/2009 – placa ARA7508/SC;

- PROCESSO 01/2016: Proprietário/ Condutor Sra. Iraci Terezinha Garbin Sabadin, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ Gol 1.0, 2009/2010 – placa IQI3672/RS;

Foram apreciados, discutidos e julgados pelos relatores OS SEGUINTE RECURSOS, QUE FORAM INDEFERIDOS POR NÃO APRESENTAREM EMBASAMENTO LEGAL:

- PROCESSO 3/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Clóvis Ribeiro Machado Júnior, base legal 193, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ Gol Especial, 2003/2004 – placa MGT7660/SC;

- PROCESSO 2/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Eduardo Mylius Pimentel, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo Toyota/ Fielder, 2005/2006 – placa MHR9900/SC;

- PROCESSO 1/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Manoel de Souza Silveira, base legal 181, XVII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo Renault/ Duster 16 D 4X2, 2012/2013 – placa MJN1365/SC;

- PROCESSO 45/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Carlos Corrêa Meyer Pitta Pinheiro, base legal 181, XVII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo I/ Ford Ranger XLS 12A, 2007/2007 – placa INW6329/SC;

- PROCESSO 46/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Matheus Maggioni Buseti, base legal 181, XVII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo CHEVROLET/ Onix 1.4MT LTZ, 2013/2013 – placa IUS3472/RS;

- PROCESSO 49/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Juliana Nos Hansen, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT/ Uno Mille Fire, 2001/2002 – placa IKM4131/SC;

- PROCESSO 51/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Izabel Cristina Fernandes Regis, base legal 181, XV, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo AUDI/ A3 1.8, 2003/2004 – placa ITK0013/RS;

- PROCESSO 53/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Regis Rita da Silva, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FORD/ Ecosport FSL 1.6, 2013/2014 – placa IUI4267/RS;

- PROCESSO 64/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Eduardo Dubaj, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo I/ GM Captiva Sport AWD, 2008/2009 – placa JCM1970/RS;

- PROCESSO 65/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Theo Caldas Gomes, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ Up Take MA, 2014/2015 – placa MLS6939/SC;

- PROCESSO 68/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Sebastião Lopes Machado, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT/ Weekend Adventure – placa IVS7966/RS;

- PROCESSO 57/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Luciana Barreto Fortuna, base legal 171, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo MMC/ Pajero TR4, 2005/2005 – placa MHB3330/SC;

- PROCESSO 39/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Marcelo De Leo,

base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo I/ VW Spacefox, 2008/2008 – placa IOR1821/RS;

- PROCESSO 12/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Joceli Gonçalves de Jesus, base legal 181, XV, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HONDA/ Fit LX, 2006/2007 – placa JOG8258/SC;

- PROCESSO 17/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Silvia Tostes Mottin, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo I/ Hyundai Azera 3.3 V6, 2008/2009 – placa IPU5514/RS;

- PROCESSO 19/2015: Proprietário/ Condutor Sr. Carlos Alberto Ize Pereira, base legal 181, VIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ Nova Saveiro CE, 2013/2014 – placa MLN6653/SC;

- PROCESSO 21/2015: Proprietário/ Condutor Sra. Ivete dos Santos Borba, base legal 181, I, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo GM/ Prisma Joy, 2007/2008 – placa INX1401/RS;

- PROCESSO 32/2015: Proprietário/ Condutor Sr. José Carlos Christini, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo I/ Ford F250 4X4 CC Lariat, 2010/2011 – placa ISM5731/RS;

- PROCESSO 35/2015: Proprietário/ Condutor Srs. Transzape Transportes Rodoviários LTDA, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo SCANIA/ R124 GA 4X2 NZ 360, 2004/2005 – placa MDO7409/SC;

Foram apreciados 41 recursos, todos analisados e julgados com embasamento legal no Código de Trânsito Brasileiro.

Nada mais a relatar, nenhuma observação a infrações de trânsito, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião, da qual eu Mariana Burgos Lobão Barroso, lavrei o presente termo depois de lido, discutido e aprovado, que será por mim assinado e ao final assinado por todos os membros da 1ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).

Garopaba/ SC, 15 de agosto de 2017.

REPRESENTANTES DO ORGÃO QUE IMPÕS A PENALIDADE

JOÃO CARLOS BATISTA
PRESIDENTE

MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO
SUPLENTE

REPRESENTANTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRÂNSITO

ANDERSON FERNANDO VOSS
TITULAR

FERNANDO FLORES
SUPLENTE

ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA A ÁREA DE TRÂNSITO

HAROLDO ALVES DO NASCIMENTO
TITULAR

ADÍLIO JOSÉ DE ABREU
SUPLENTE

MARIANA BURGOS LOBÃO BARROSO
SECRETÁRIA DA JARI MUNICIPAL

Publicada a presente Ata no DOM/SC em 06/09/2017, de acordo

com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO PE051/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços para a aquisição parcelada de materiais para atendimento Pré-Hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba e materiais de enfermagem para uso nas unidades de saúde do município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 20/09/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 20/09/2017, no endereço eletrônico <http://bll-compras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba – SC, 05 de Setembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 098/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 098/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

RENATA GRACIANI

Candidato(a): 005407

Cargo: ENFERMEIRO - CAPS

Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 04 de setembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO - CAPS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 099/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 099/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MARIA LAIR DE MELO

Candidato(a): 005247

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 04 de setembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 100/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 100/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

ALESSANDRO PREDEBON FRANCO

Candidato(a): 005373

Cargo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 04 de setembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 101/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 101/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

ELIETE LUIZ

Candidato(a): 005109

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 04 de setembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 102/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 102/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

ROSANA REGINA BRITO DAS MERCES

Candidato(a): 005341

Cargo: ENFERMEIRO

Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 04 de setembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO para a qual

foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

**PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 078/2017 –
PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017

SONIA HILÁRIO
Candidato(a): 004917
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Classificação: 01º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo, é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 28/08/2017, às 16:14 horas sob o código de rastreio JR451675175BR;

CONSIDERANDO que em 30/08/2017 a correspondência foi devolvida por motivo de não existir o numero informado.

Fica o(a) Sr(a). SONIA HILÁRIO, Candidato sob o nº. 004917, em atenção ao item 15.8.1 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a qual tinha se classificado em 01º LUGAR.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

**PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 084/2017 –
PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017

MONICA FLORIANO CARDOSO LUIZ
Candidato(a): 005340
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 1º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.6 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo, o candidato deverá se dar num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida.

CONSIDERANDO que foi entregue a Convocação em mãos a candidata no Setor de Recursos Humanos no dia 28/08/2017;

CONSIDERANDO que em 28/08/2017 foi manifestado o interesse vaga;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 04/09/2017;

Fica o(a) Sr(a). MONICA FLORIANO CARDOSO LUIZ, Candidato sob o nº. 005340, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de ENFERMEIRO, para a qual tinha se classificado em 1º lugar.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1088/2017

PORTARIA N.º 1088, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 365/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria n.º 365/2017;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão da Sindicância Administrativa instituída pela Portaria n.º 365/2017, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso I, do art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, que archive-se a Sindicância Administrativa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DESPACHO FINAL DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA N.º 365/2017

CONSIDERANDO a Conclusão do Relatório da Comissão da Sindicância Administrativa, Portaria nº 365/2017.

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 083/2017 de 05 de setembro 2017.

JULGAMENTO:

I – DETERMINO que, a Comissão considera que em função das respostas obtidas através do ofício n.º 202/SMEC/2017 da Secretaria de Educação, concluiu que a empresa SIOME MARIA GEREMIAS SCHAEFER-ME realizou a troca dos kits escolares, sendo assim a Comissão requer o arquivamento da Sindicância Administrativa inciso I do Artigo.173.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1097/2017

PORTARIA N.º 1097, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL de 50% (cinquenta) por cento, concedida através da Portaria n.º 946/2017 ao servidor ANDRÉ SOUZA LOPES, matrícula n.º 6660, do Gabinete do Prefeito, a partir de 31/08/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 31/08/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1098/2017

PORTARIA N.º 1098, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDRÉ SOUZA LOPES, matrícula n.º 6660, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, com gratificação de 70% (setenta) por cento sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/09/2017.

§ 1º. Nos termos do § 1º art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão cumprir atribuições junto ao CREAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) onde necessitam de um advogado para melhor funcionamento.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 85% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/09/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1099/2017.

PORTARIA Nº. 1099, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUIDO PELA PORTARIA Nº. 361/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 361/2017.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Portaria nº. 361/2017, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 361/2017, que concluiu pela aplicação da penalidade de DEMISSÃO, nos termos do inciso III do artigo 154, a servidora VANESSA WIGGER CARDOSO, matrícula 6708, Merendeira, por ter infringido o artigo 27 c/c artigos 163, II, 164, todos da Lei Complementar nº. 1000/2005, por ter interrompido o exercício de suas atribuições pelo período superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos, sem proceder aviso à Administração Municipal, incompatibilizando-a ainda para o exercício de cargo ou emprego público pelo período de 3 (três anos) em atenção ao inciso II do art. 163 da Lei Complementar nº. 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de setembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.632, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.632, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E CRIA CRÉDITOS ESPECIAIS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.777, de 14 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda	
Unidade: 28 Superintendência de Agricultura e Aquicultura	
Função: 20 Agricultura	
Subfunção: 606 Extensão Rural	
Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	
Atividade: 2104 Manutenção das Atividades Agrícolas	
Dotação: 123 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 11.667,67
Dotação: 124 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.439,63
Dotação: 125 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes	R\$ 520,92
Dotação: 128 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$38.287,65

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 27 Defesa Civil	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 182 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$136.492,82
Dotação: 186 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$8.906,66

Órgão: 15 Secretaria Municipal da Fazenda	
Unidade: 15 Secretaria Municipal da Fazenda	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 123 Administração Financeira	
Programa: 0031 Gestão da Secretaria da Fazenda	
Atividade: 2208 Manutenção da Secretaria da Fazenda	
Dotação: 197 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$92.658,31
Dotação: 198 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$113.487,00
Dotação: 199 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$649.870,90
Dotação: 202 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$29.589,79
Função: 28 Encargos Especiais	

Subfunção: 843 Serviço da Dívida Interna	
Programa: 0031 Gestão da Secretaria da Fazenda	
Projeto: 1045 Encargos Especiais	
Dotação: 203 3.2.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.152.482,94

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo anterior ficam suplementados os seguintes saldos de dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 18 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$418.295,30
Dotação: 19 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.414.793,64
Dotação: 274 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$105.000,00
Dotação: 22 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 3º Ficam criados os créditos especiais abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundo das anulações do artigo 1º deste decreto:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 27 Defesa Civil	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 279 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$136.492,82
Dotação: 280 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$8.906,66

Órgão: 07 Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura	
Unidade: 12 Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura	
Função: 20 Agricultura	
Subfunção: 606 Extensão Rural	
Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Aquicultura	
Atividade: 2104 Manutenção das Atividades da Secretaria	
Dotação: 278 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$49.955,32
Dotação: 273 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$4.439,63
Dotação: 271 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicações Direta Decorrente de Operação entre órgãos, Fundos e Entidades Integrantes	R\$520,92

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.646, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.646, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ESTABELECE O NOVO ENDEREÇO E TELEFONE DA SEDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o novo endereço e telefone da sede do Fundo Municipal de Saúde de Gaspar, conforme abaixo especificado:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR

CNPJ nº 11.436.906/0001-70

Endereço: Avenida Olga Wehmuth, nº 151, bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC - CEP: 89.114-736

Telefone: (47) 3703-3700

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.660, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.660, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

NOTIFICAÇÃO Nº 291/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	NOTIFICAÇÃO Nº 291/2017 Data Exp.: 23/08/2017
LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	

Contribuinte: EVANILTON SILVA DE JESUS		
Endereço: Rod. Jorge Lacerda, 9765		
Bairro: Poço Grande	Município: Gaspar	UF: SC
Inscrição Municipal: 37630	CPF: 073.600.589-70	Atividade:

Descrição do Tributo

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

Histórico

Laçamento substitutivo (artigo 36, III, - CTM) do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do ano de 2013, sobre o imóvel com área 240,00m², testada de 12,00m. Área construída de 32,00m². Imóvel localizado na Rod. Jorge Lacerda, 9765.

Fundamentação Legal

INCIDÊNCIA: 171, 36 e 181 da Lei Municipal 1.330/91(CTM) e posteriores alterações.
BASE IMPONÍVEL: Artigo 176 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM) e posteriores alterações

Art. 1º Fica nomeado o membro abaixo indicado, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB:

ENTIDADE/SECRETARIA	CONSELHEIRO ATUAL	NOVA CONSELHEIRA
Representante do Conselho Tutelar	André Luís da Conceição CPF nº 052.657.609-03	Elaine Cristina da Silva Guimarães CPF nº 017.756.989-12

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto, nomeados através do Decreto nº 7.506, de 26 de maio de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº SAF-81/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº SAF-81/2016

Concorrência nº 103/2016. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR Contratada: PACOPEDRA PAV E COM DE PEDRAS LTDA. (79.485.892/0001-18). Objeto: rescisão amigável do contrato para qualificação e pavimentação da Rua Carlos Roberto Schramm e Loteamento Margem Esquerda, com fulcro nos artigos 79, II da Lei 8.666/93. Gaspar, 23/08/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL – Prefeito Municipal

Prazo para reclamação: 30 (trinta) dias a contar da notificação de lançamento. Pagamento parcelado: 5 parcelas Local para reclamação: Secretaria da Fazenda. Findo o prazo supra citado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial. .	Montante:	R\$
	IPTU Territorial	43,34
	IPTU Predial	6,25
	Valor testada	28,22
	Total	77,81

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO		AUTORIDADE FISCAL
Nome:		Gelásio Hames Fiscal de tributos Matricula 3918
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via da presente notificação nesta data.		
Data:	Assinatura:	

PORTARIA Nº 5.283, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.283, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR SUPOSTO FURTO DE PEÇAS DE MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o teor do Memorando nº 027/2017 da Superintendência de Trânsito, e do Boletim de Ocorrência nº 00035-2017-0004602,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar a responsabilidade por suposto furto de peças da motocicleta (Twister CBX 250, placa MCR 0934) de propriedade do Município de Gaspar, que de acordo com a Superintendência de Trânsito, estava na Secretaria de Obras aguardando a efetivação do procedimento de leilão.

Art. 2º A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, Dulcinéia Santos, e Maraisa Zimmermann, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.284, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.284, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À CLEIDE DE FATIMA DOMINGUES DE SOUZA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CLEIDE DE FATIMA DOMINGUES DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 18/08/2017 a 01/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de agosto de 2017.

Gaspar, 31 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.286, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017
PORTARIA Nº 5.286, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO DE AFASTAMENTO DO SERVIDOR A.M. DE C. F., EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de setembro de 2017, o prazo do afastamento cautelar do servidor A.M. de C. F., em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2017, sem prejuízo da remuneração, nos termos do artigo 177 da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade apurada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de setembro de 2017.

Gaspar, 04 de setembro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA RH 49/2017
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 49/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) CRISLEIDI CRISTINA ZUCHI MARCHESINI,

ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Territorial, referente ao período aquisitivo de 04/06/2011 a 11/07/2016, devendo gozar a partir de 28/08/2017 a 25/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 50/2017
MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 50/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) CLEIDE DE FATIMA DOMINGUES DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 12/02/2010 a 24/02/2015, devendo gozar a partir de 05/09/2017 a 03/12/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2017
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2017

Aprova as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício de 2015.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ele decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício de 2015, na forma do Parecer Prévio nº 0211/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo nº PCP-16/00373523, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 2125 da referida Corte de Contas, de 21 de fevereiro de 2017.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 6 de setembro de 2017.
Ciro André Quintino
Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

PROCEDIMENTO REVOGADO : CONSIDERANDO O CANCELAMENTO DA SESSÃO DE PREGÃO DO DIA 04/08/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Vistos, etc.

Considerando o cancelamento da sessão de pregão do dia 04/08/2017, determinada pelo pregoeiro desta Edilidade, bem como pela necessidade de adequar o edital e os equipamentos que serão adquiridos, determino seja este procedimento REVOGADO e consequentemente iniciado um novo, com as novas adequações e melhorias.

Câmara Municipal de Gaspar, em 15 de agosto 2017.
Ciro André Quintino
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 68/2017

RESOLUÇÃO Nº 68/2017.

DISPÕE SOBRE AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA DE TÍTULOS DE CIDADÃO EMÉRITO E CIDADÃO HONORÁRIO.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas nos artigos 39, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e 45, inciso IV, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Legislativo nº 01/2017 [publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 16 de agosto de 2017], que autoriza esta Câmara Municipal a conceder títulos de Cidadão Emérito e Cidadão Honorário;

CONSIDERANDO que o referido Decreto Legislativo determinou a realização de Sessão Solene para a entrega das honrarias, a qual será realizada no dia 28 de setembro de 2017, às 19h00min, no Plenário desta Edilidade;

CONSIDERANDO as providências necessárias para a adequada realização do evento, bem como as despesas decorrentes de sua promoção;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas destinadas à realização da Sessão Solene que ocorrerá no dia 28 de setembro do corrente ano, às 19h00min, no Plenário desta Edilidade, visando a entrega de títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Emérito.

Art. 2º As despesas dispostas no artigo anterior compreenderão:

I – àquelas decorrentes da decoração do Plenário;

II – àquelas decorrentes da confecção de quadros e/ou molduras para os títulos que serão entregues;

III – às decorrentes da contratação de coquetel que será servido aos presentes;

IV – àquelas decorrentes da expedição de convites e divulgação em jornal local.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 4 de setembro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino Presidente	Silvio Cleffi Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps 1º Secretário	Cícero Giovane Amaro 2º Secretário

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****DECRETO Nº 092/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.**

DECRETO Nº 92 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado em R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte 0.1.13.000000 Remuneração Profissionais do Magistério, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(58) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério	30.000,00
TOTAL:		30.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de Agosto de 2017.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 093/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.

DECRETO Nº 093 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 702.500,00 (Setecentos e Dois Mil e Quinhentos Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 0.1.03.000000 Receita de Ônus de Sucumbência, 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, 0.1.13.000000 Remuneração Profissionais do Magistério, 0.1.01.000000 Remuneração de Impostos p/ MDEB, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0202	Procuradoria Geral	
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	5.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	5.000,00
(237) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.03.000000	Receita de Ônus de Sucumbência	5.000,00
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	21.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	21.000,00
(6) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	21.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	21.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.1004	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	330.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	330.000,00
(256) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	330.000,00

0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério	330.000,00
12.361.0003.1004	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	261.500,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	261.500,00
(30) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	261.500,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	261.500,00
1101	Secretaria de Segurança Pública	
06.181.0008.2055	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança Pública	15.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	15.000,00
(81) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	70.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	70.000,00
(248) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério	70.000,00
TOTAL:		702.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 21 de Agosto de 2017.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 095/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.

DECRETO Nº 095 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado em R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte de recurso 0.2.28.000148 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
(34) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.2.28.000148	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	100.000,00
TOTAL:		100.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Setembro de 2017.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017 - O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO ACRESCENTAR PARÁGRAFO ÚNICO A CLAUSULA 4 º EM SEU ITEM 4.3, A CONTAR DA DATA DE 11/08/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PROCESSO Nº 13/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

OBJETO DO CONTRATO: O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar PARÁGRAFO ÚNICO A CLAUSULA 4 º EM SEU ITEM 4.3, a contar da data de 11/08/2017.

Governador Celso Ramos, 05 de setembro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057/2014 - O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE 07/07/2017 BEM COMO ADITAR(REAJUSTAR) EM 2,55% O VALOR DO CONTRATO, UTILIZANDO COMO BASE O ÍNDICE DE REAJUSTE D

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 057/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 015/2014.

Carta Convite nº 028/2014

Processo nº 023/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

CONTRATADO: MDA TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 07/07/2017 bem como aditar(reajustar) em 2,55% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC

EDITAL 04/2017

CONCURSO

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, torna pública a Homologação do Resultado final do CONCURSO PÚBLICO para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, destinado, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos efetivos junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC, objeto do Edital 04/2017 de 31 de Março de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Governador Celso Ramos – SC, 06 de Setembro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS – PNE

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO II

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 066150 TATIANA SOARES SILVEIRA

002 043977 MANOELLA CARDOSO LUDVIG

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 072197 LAUDENIRA DOS SANTOS DA CRUZ

ANEXO II

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 045631 PAULO REGIS MENDES
002 054249 DIOGO SOARES SA
003 070927 ANA AMELIA HENRIQUE
004 045275 JULIANA HOMEM
005 060721 EMILIO BARBOSA NEIS
006 066995 RICARDO DIAS DE AGUIAR
007 070665 TAMARA PEREIRA DE MORAIS
008 045180 JANEFFER ROLOFF KLUG
009 071432 ALCIMAR DOS SANTOS BALDANCA
010 065966 SHEILA AVILA FERREIRA DA CUNHA
011 051515 EDUARDO PEDRO DE AMORIM
012 067124 DANIELE BUFFON
013 071417 KLEBER KAIR
014 070365 ROSELI ALVES PORTELA
015 072746 PEDRO BAMBINETTI FONSECA
016 045270 JULIA WEBER
017 068218 VANESSA CAROLINE MAURO
018 071899 JANAINA ALVES TRINDADE SAMPAIO
019 071578 KARINA PIRES
020 057828 LUIZA BLEYER COELHO
021 045795 SILVANA DA COSTA
022 057157 CAMILA IZABEL PEREIRA
023 053759 CARMEM LUCIA FLORES ZANOTTA
024 070743 MELINE MARIA MARTINS
025 073688 YURI MORITOSHI ABE
026 044654 AMANDA GONCALVES CAMPOS
027 072610 CAIO JOSE DE SOUZA SILVA
028 073324 FABIANA KARINE DE JESUS
029 073211 VANESSA DE MELO PEREIRA BALDANCA
030 059813 TIAGO COLVERO TOFETI
031 067924 JERUZA FONSECA LUNARDELI
032 056195 SCHEILA MARIA DAL BOSCO
033 010161 BRUNO GARCIA DOS SANTOS
034 068135 ANA JORDELINA MARTINS DA ROSA
035 069778 JULIANE BORGES
036 063424 THAMIRES DA SILVA ANDERSON
037 072020 CLAUDIA OURIQUES DE BITTENCOURT
038 066072 ELIZANDRA CRISTINA OCKER
039 066007 GEORGE ANDRE VIEIRA
040 045109 GRASIELA DA CRUZ SOARES
041 045486 MARIA LAURA GOMEZ
042 073171 GLAUCIA BASTOS DO AMARAL
043 041794 LUIZA LINS SOUZA ROCHA
044 070471 GABRIEL DE OLIVEIRA
045 069644 JORGE NAVARRO HABERBECK NETO
046 058132 SIMONE DA SILVA DUARTE
047 071790 THAIS LANGHINRICHES GARCIA FERNANDES
048 052884 MANUELLA CAROLINA FERREIRA
049 072047 EDUARDO DOS PASSOS SOUZA
050 071034 VILMAR FLORES SIMAS
051 072969 GERSON LUIS LUCKTENBERG
052 032945 DRUCILA GRAMANI
053 071511 GUILHERME MONTANHA DE ARAGAO GONCALVES
054 072760 CINTHIA DE LUCCA FIGUEIRA
055 072481 THATIANA SANTIAGO DE MEDEIROS
056 071012 LEANDRO BEZERRA SILVA
057 065029 RITA DE CASSIA CUNHA
058 070532 GABRIELA SCHROETTER ALMANSA
059 066066 ARAO FERREIRA DA SILVA
060 045137 HELENA APARECIDA SANTIAGO CIELUSINSKY
061 045384 LUCAS DE OLIVEIRA
062 067975 VINICIUS BOSIGNARI
063 071092 DAVI ENRICO BITTENCOURT DA SILVA
064 004788 MAILA CRISTINA OTTANI
065 057644 FABIO CARNEIRO
066 066925 AMANDA OLIVEIRA MARTINS
067 044725 ANDRESSA DA LUZ PARANHOS

068 073237 IGOR RODRIGUES PRAZERES
069 073021 NICOLAU RIBEIRO TAVARES
070 071838 JOAO ADOLAR CORREIA LOPES
071 052522 CATIA ZANATTA
072 072404 SUZANA MIRANDA
073 062915 ROSINEIDE NEUCI MARTINS OCKER
074 038109 RODRIGO PAULO RAIMUNDO
075 072212 GERUSA ANDREIA SAGAS ALVES
076 067988 RAMON CIOTTA
077 070868 LAIZE VIEIRA MONTEIRO
078 070969 WILIAN RICARDO PICCIRILLI
079 068722 THAIS DA SILVA
080 071933 NAARA CECILIA CRUZ DOS ANJOS
081 067866 VITOR DOS SANTOS SIMAS
082 067142 WELLINGTON ANTONIO MEDEIROS
083 073266 MARIANA COSTA BARBOZA COUTINHO
084 066373 EVERTON MEIRINHO DE OLIVEIRA
085 045397 LUCAS WERLICH MALICHESKI
086 066255 LARISSA ZANONA DOS SANTOS
087 057823 NEI FERNANDO RAMIRES MARTINELLI
088 073785 SIMONE LEAL SOARES
089 073462 THALIS DARCY HALLBERG
090 073604 MAURO AUGUSTO SCHMITT
091 073524 NOECI DOS SANTOS
092 070010 MARCELO SEGALA
093 072409 MAURICIO JOSE STIES
094 071115 RICARDO JORGE FERREIRA
095 072391 TATIANE BACIN PINHEIRO
096 068924 JULIETE ELIETE DA COSTA
097 066263 CLAYTON DA SILVA
098 066009 GUILHERME ALVARES DA CUNHA
099 044823 CHRISTIAN DIAS AZAMBUJA
100 054769 GABRIEL DE OLIVEIRA SIMAO
101 063147 TAMIRES DA SILVA
102 065737 WILLAINA CAROLINE QUADRO

Cargo: AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 071894 GUILHERME BRZOSKOWSKI DOS SANTOS
002 044030 FREDERICO ALVES DAVILA
003 051346 GUILHERME LUIZ VENTURA
004 002953 SUSANA CLAUDETE COSTA
005 009404 MAURO JOSE GONTAN TIMM
006 073689 HELOIZA DOS SANTOS BALDANCA
007 004726 JOCIANE SALETE OSTROSKI
008 052219 KAROLINY ZIMMERMANN
009 066022 JOAO PEDRO COSTA SILVA
010 058245 IEDA MARQUES DE MENEZES DE MORAIS
011 071968 KELLEN CRISTINA SILVA
012 046119 HILTON LUIZ OURIQUES

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 045647 PIERRE PATRICK MEDEIROS
002 056705 MATEUS PAMPLONA
003 066998 BARBARA DIAS DE AGUIAR
004 010522 RUTILENE LIRA DE SOUZA
005 059985 CAROLINA ELISA PERES
006 070126 MURIEL SAGAS DOS REIS
007 064484 JANAINA DALLA VECCHIA
008 040596 AMANDA EMY GONCALVES
009 049849 LEONICE MATIAS DOS SANTOS
010 069121 MARCO ANTONIO FERREIRA DE SOUZA
011 071978 MAYARA DE OLIVEIRA
012 059070 FERNANDO CAETANO CHEROBIN
013 056769 FABIANA FONTOURA
014 072608 RAMON ROBERTO PIRES
015 069766 CAMILA FERREIRA DE MENESES
016 055557 ANA PAULA RODRIGUES GUADAGNIN

017 069468 ALLAN CENTENARO
018 065978 MATHEUS FIGUEIREDO IRION DA SILVA
019 052227 CLAUDIA REGINA GREGOL RUDNICK
020 071096 MARIO HENRIQUE POZZATTI PINHEIRO
021 063643 GUSTAVO ELPIDIO DOS SANTOS
022 057008 NUBIA CARLA DOMINGUES
023 064480 DANIELLE SANTOS DO NASCIMENTO
024 071375 MARINA MUJICA DE PAIVA
025 045788 SIBELE NILDA BERNARDO
026 054146 GUSTAVO RIBEIRO DRUMMOND
027 071521 LAIS REINA DALTOE
028 071219 JOICE SILVA DA COSTA
029 065800 ALEX SANDRO VALADARES PINTO
030 045219 JOAO DEVILART BRONDI DOS SANTOS
031 072647 CRISTIANO NASCIMENTO CARPES
032 059309 WALTER SOUZA ROSA JUNIOR
033 059300 CRISTIANO DA SILVA MONTEIRO
034 052830 TIAGO ADELSON DE SOUZA
035 073468 ARTHUR SCHLUPP DE LIMA
036 059558 JOICE APARECIDA THEODOROSKI
037 067417 HENRIQUE FERNANDES GUEDES
038 054909 INDAHIA JANAINA SCHROEDER
039 053836 PRISCILLA MARTINS ECHEVERRIA
040 065398 MARLISE LOPES GARCIA MIRANDA
041 073076 GUILHERME VALERIO PEREIRA
042 045351 LETICIA BENTO
043 073873 TABATA DA SILVA SOARES
044 069996 ANDRE FELIPE MACHOTA
045 054310 DANIELA PERES
046 043896 ROGERIA MOURA PAIM
047 055105 ALINE SOARES MELO
048 051345 MAHARA QUEIROZ DE JESUS
049 072377 RODRIGO MUHLHAUSEN
050 054480 ETORI VOLNEY FERNANDES
051 045435 MAICON KENJI NISHIDA
052 072244 GUSTAVO JOAO DOS SANTOS
053 072282 CLEA EULALIA FLORES
054 073695 MARCIA JUNKES
055 073671 JAILTON KUHNEN
056 045094 GILSLAINE GARCIA TEIXEIRA
057 067347 ADRIANA VIEIRA ROCHA SANTOS
058 066054 JUCENEY LUIZ BARBOSA DA SILVA
059 071788 NATALY PEREIRA DA SILVA MAIA
060 044181 LEANDRO COSTA TEODORO
061 072697 WESLEY ALTAIR FERNANDES
062 051492 FRANCINE FRAGOSO DE MIRANDA SILVA
063 070569 LISMARA SOARES SAGAS
064 072185 VINICIUS SOUZA KLEM
065 070368 LETICIA STIEHLER MACHADO
066 072607 ZELI BORGES DE ANDRADE
067 063302 SABRINA KUZAWA
068 071850 JULIANA CZORNABAY
069 063846 MARCELO MULLER DE SOUSA
070 066931 JOELLY SEIZ LONGEN
071 047113 LARISSA NUERNBERG MARZARI
072 045266 JULIA CAROLINA GROTTI
073 070018 WALTER BUENO RIBEIRO JUNIOR
074 070637 BRUNO KUBALL DEBIASI
075 065809 KAREN CRISTHINA DA SILVA
076 065861 FABIOLA INGRID DA SILVA MAILIOTE
077 065399 WILLIAM FRANCO NUNES
078 073015 ANDRESSA DOS SANTOS SEVERO
079 066187 FRANCIELE MAYARA ADRIANO
080 072280 NATALY PEIXOTO COSTA
081 066641 ODARA ALEXANDRA PADILHA
082 049873 ROSANGELA CUSTODIO DA LUZ DIAS
083 073342 MARIA ALZIRA ROHDE AMARILHO NACHTIGALL
084 053631 ALMERINDA OLIVEIRA DA SILVA
085 063106 VERA MARIA DOS SANTOS

086 065913 FERNANDA NUNES FAGUNDES
087 069633 CAROLINA MARIA VIEIRA
088 072729 FABIO MOTA FERREIRA
089 067323 JULY ALVES DE SOUZA GALVEIAS
090 066923 LUANA THIESEN CASAGRANDA
091 040499 EVERTON ANTONIO FELIPP
092 045417 LUIZ EDUARDO RECALCATTI
093 072707 GALYLEU MIRANDA
094 072065 RENATO MIRANDA SOARES
095 071251 JOICE APARECIDA AUGUSTO
096 072895 JAQUELINE SILVEIRA CARDOSO
097 073913 MARCIO ANTONIO DOS SANTOS
098 071704 HUGO SANT ANNA
099 073265 ALEXANDRA LEHMKUHL
100 073563 ANELIZE MENDES MACHADO
101 013592 ADRIANA SIQUEIRA LEAL
102 071466 LUIZ ROBERTO AVILA
103 072567 CLARIANA CERON DE OLIVEIRA
104 073633 KARLIANNE MACHADO FORVILE
105 065631 REGINALDO CONSTANTINO MACHADO
106 068284 FERNANDA FERREIRA MARTINS PORTO
107 065796 TAIANE DOS SANTOS
108 072495 ARIANE DE OLIVEIRA MATOS
109 073301 JONATHAN HENRIQUE JUNCKES
110 072455 HENRI DA SILVA
111 069540 LUIZ EDUARDO MAFRA MORAES
112 066165 ALAERTO CID FERNANDES JUNIOR
113 058828 KARINY JUNKES
114 068125 VANESSA RODRIGUES BENNETT GARCIA
115 070925 GABRIELA LUANA AMARAL
116 065660 MARIA EDUARDA OLIVEIRA
117 070729 JOILSON BATISTA SANTOS JUNIOR
118 073352 MARIA EDUARDA SCHMIDT ROCHA
119 059858 OSLI ROBERTO DA CUNHA JUNIOR

Cargo: ASSISTENTE BIBLIOTECÁRIO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 070145 LETICIA AZEVEDO DE MELO
002 054320 ANA JULIA PEREIRA LUTKE
003 022747 TAISE DA SILVA SANTOS
004 071584 CLAUDIO FRANCISCO DOS SANTOS
005 073802 LARISSA HILLESHEIM TEIXEIRA
006 073006 LUCAS KAMMER ORSI
007 050599 LUIZ DE SOUZA ROMERO SANSON
008 051418 GRASIELA TERESA DE FARIAS
009 073287 DAIANA SILVEIRA RUSSI FIRMINO
010 073457 JAVIER FEDERICO ARDILES

Cargo: ASSISTENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 002674 FILIPE BRANDALISE
002 071407 ALAN RIBEIRO RODRIGUES
003 072080 ANDRE GUILHERME DA SILVA
004 045269 JULIA PUSCHNICK GOMES
005 004889 DIOGENES RIGO SILVA
006 072142 PABLO NEIS
007 043152 FLAVIA STOPASSOLI VOLPATO
008 071351 MARIA BERENICE FLORES DE MENEZES
009 063612 NICOLLE DONEDA RUZZA
010 059395 EXUPERIO BRAMANTE TAVARES
011 068246 SUELEN ALVES DE OLIVEIRA SANTOS
012 045569 MONIKE DE JESUS DOS SANTOS
013 047778 CHRISTIAN MACHADO
014 072921 LUIZ FERNANDO MELLO CASTILLO
015 073908 ADRIANA DA COSTA PEDRO
016 072925 MARIANA DE SOUZA FERNANDES
017 046632 ANA PAULA SILVEIRA LEMES
018 059920 LARA BORGES MENDES
019 072877 FELIPE SPEZZATTO

020 045919 WILLIAN CARLOS MACHADO
021 071090 CASSIO MURILO CAETANO PEREIRA
022 045301 KARINA VALENZA
023 072803 DANIEL RODRIGUES DE SOUZA
024 072092 KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS
025 072727 WANDER VALMIR MARTINS
026 067788 FERNANDO MARQUES DA SILVA
027 068118 VANESSA RAICIK ZLUHAN
028 043244 NOEMIA DO AMARAL NEVES
029 044695 ANA PAULA PAZINI
030 069796 MAICON JEFERSON DA SILVA
031 067371 ADRIELI DA SILVA
032 073746 RODOLFO DE SOUZA MARTINS
033 057348 DANIELLY DE JESUS FALCAO CAVALCANTI LINS
034 071077 JEFERSON VENICIO DE MORAES
035 066496 ANDERSON RODRIGO DUARTE DIEHL
036 071889 MAYKE FRONZA
037 070849 ALEXANDRO PRATES CORREA SOARES
038 033782 FRANCIELE VELASCO
039 057460 KLEBER JUNKES RODRIGUES
040 066120 KATIA SIMMONE PINHEIRO SANTOS
041 072127 ANA PAULA DA SILVA CANTUDO
042 071477 DANIELLE SILVA CASTRO
043 045581 NAANDIA MORETTI ALVES
044 073013 ROSANA BERNARDES
045 073737 ANA CRISTINA DA CUNHA
046 071453 KAROLINA SILVA VIEIRA
047 073887 MARISA AVILA ALVARES
048 058469 LUCIANO ACOSTA LEITE
049 073299 EDILIN ALVES LOBO
050 070338 EZIO PATRICIO BORGES
051 059919 JESSICA TAINARA LOURENCO
052 069082 LEONARDO LUIZ DE BITENCOURT
053 072847 MATHEUS OURIQUES ALEXANDRE

Cargo: FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 044531 MICHELI Y CASTRO
002 053248 MARCEL CELSO MEIRA
003 060365 JEAN PIERRE JOSUE DOS SANTOS
004 066689 LUIZ FERNANDO BURGIM
005 071680 JEAN MARCELO AZEVEDO LONGARAY
006 073591 FLAVIA DO NASCIMENTO MADRUGA
007 026401 ALINE MENDES SCREMIN
008 059257 JESSICA CUNHA DO AMARAL GASPAR ZIEGLER
009 070587 DIEGO MIRANDA DE SOUZA
010 073036 NATHALIA RAFAELLA GRIEBLER GOMES CAPPELLETTI
011 054758 ROBERTO MAR CARMINATTI ALONSO
012 053065 BEATRIZ CAROLINE PAULI
013 071265 EDUARDO MENDES HEIDMANN
014 065795 SORAYA SHEYLHA LIMA DE SOUZA

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 042231 GUILHERME DAQUINO PINHO
002 046006 ROBERTO CARDOSO STRUVE
003 047972 DAIELE DE OLIVEIRA
004 043209 LUIZ CARLOS BARCELOS FILHO
005 047983 JOAO BEZERRA GOMES NETO
006 059472 BRUNA TERESINHA DE SOUZA
007 050863 THIAGO GRANETTO CATAFESTA
008 050931 GUSTAVO DIAS MACHADO
009 068590 SUELEN LUCIANA FRANCISCO
010 070736 JOAO VITOR PINHEIRO OCKER
011 045970 FERNANDO LUIS ZILLOTTO
012 072388 MICHELE JUNKES RODRIGUES
013 048633 ALINE DE OLIVEIRA BOUMAZA
014 032692 FABIO ARAUJO MARTINS
015 033019 JARDEL ANTONIO DA SILVA

016 055873 ARLINDO CORREA NETO

Cargo: FISCAL DO MEIO AMBIENTE

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 038324 BRUNA BICARATO

002 072948 MARIANA DE OLIVEIRA FRANCOZO

003 040413 MICHEL FELIPE SANTOS

004 039205 FELIPPE LUIZ DALPIAZ

005 051142 RICHARDSON GUENTHER SCHECHI

006 071987 MARCELA CLAUDIA PAGANO

007 071325 TAMER CANTELI CASTRO

008 072259 DANIELA PRA SILVA DE SOUSA

009 070486 MARINA SILVA DE OLIVEIRA

010 035567 TAYS DE AGUIAR BENTO

011 070787 JOSENILDO BARRETTO PAIM

012 071761 GILBERTO NAPOLEAO

013 044361 LIAMARA SILVA DOS SANTOS

014 073885 ELLEN CHRISTINA DUTRA DE ALMEIDA

015 072944 VINICIUS DIAS GOUVEIA

016 039516 LEANDRO FREITAS

017 058909 LEONARDO EDSON SOARES

018 072031 JOSELAINE DE MOURA BITENCOURT SIQUEIRA

019 071463 WAGNER ANTONIO IMIANOVSKY

020 024823 PAULO FERNANDO SIMAOZINHO

021 050935 THIAGO PANCHINIANK

022 072561 LAURA SCHEIDT FEIX

023 041832 FABIANA MARTINS

024 066537 GEAN FELIPE GONCALVES DE OLIVEIRA

025 072712 ISABELLE BERNDT LOPES

026 072894 FABIO GONCALO DA SILVA

027 043968 ISMAEL BARRETO MACHADO

028 040701 PATRICIA MICHELE DA LUZ

029 057094 GREYCE DANIEL SAGAS

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 059157 VANESSA NUNES SILVA

002 052435 VIVIAN PINHEIRO DOS SANTOS SA

003 070779 GLENDA LINAURA MARQUES

004 067769 BRUNA VENTURA MAIA

005 073530 CAROLINE DE SOUZA FERNANDES

Cargo: TÉCNICO EM AGRIMENSURA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 072945 GUSTAVO HENNEMANN SANTIN

002 054560 RUBENS EDUARDO UHLMANN FILHO

003 047179 FABIANO MARTINS SOUZA

004 070424 CAROLINA GESSER

005 068608 NAIM JOSE ZIEGLER

006 071127 REGIS RIGHI DA SILVA

007 047183 LEONARDO MANNES VIEIRA

008 071777 ANDRE FILIPE NAU

009 056874 MARCELO SILVA

010 012640 EDSON LUIZ LOPES

011 065826 LEONARDO ARLINDO COSTA

012 071503 GABRIEL SILVA MACHADO

013 067392 LUIZ MIGUEL VENANCIO

014 060481 LEANDRO MARTINS FAUSTINO

015 070792 LEONARDO ACACIO DOS SANTOS

016 048141 RICHARD VIEIRA CORDEIRO

017 047181 LEANDRO VILMAR SANTOS

Cargo: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 071760 LARISSA MARTINS LAMARQUE

002 073795 GIANE DA SILVA

003 070896 RICHARD DE OLIVEIRA ROSA

004 070543 AUGUSTO BALDANCA DOS SANTOS

005 066418 RAFAEL DE SIQUEIRA MAGALHAES

006 072434 FELIPE DA CUNHA VILCHES
007 065663 AFONSO ARLINDO COSTA
008 051389 VITOR QUINTINO OCKER
009 072767 SILVIA MARTINHA PEGORARO BRISOLARA
010 059921 VINICIUS GOMES SAGAS
011 072735 SERGIO LUIS KEIEL
012 072691 PABLO POITEVIN SALES
013 071872 ANA CAROLINA DUARTE
014 071255 MATHEUS BERTOTTI FLORIANI
015 070796 GABRYEL GOMERCINDO SOARES
016 073778 RICARDO NADIR DE MELO
017 068251 MAGNEI ADIR DA ROSA
018 068174 EDAIR JUVENAL DA SILVA
019 067149 AISLAN EVONESIO ESPINDOLA
020 071210 LUAN RICARDO BARBOSA SANTOS
021 065850 RAPHAEL DE PINHO
022 061411 JOAO MAYCON DA SILVA LIMA
023 070483 BRUNO DILMAR VOGES
024 068077 JULIA GABRIELA DA SILVA FERREIRA
025 066588 LAUDOVINO SOUZA GRANEMANN
026 066087 GABRIELLA LOPES OLIVAN
027 073148 LAYSE GOULART CORREA
028 072194 ANA MARIA DA SILVA CANTUDO
029 060773 PAULO DIAS
030 067411 UILSON CASTRO DE AZEVEDO JUNIOR
031 072029 MAICON FLORES
032 070652 CHIRLENE DOS SANTOS
033 063431 JHONATHAN LEMOS GOMES
034 047291 GABRIEL LUIZ ROSA
035 066844 MARCUS VINICIUS DA SILVA
036 063773 BEATRIZ FLORINDO
037 068108 HISLAINE PEREIRA
038 070454 ALEXSSANDRO QUINTINO ALVES
039 043331 ANDRE MACEDO CORREA
040 066342 YTHAUE SAMUEL RAMILO ROQUE
041 068853 FERNANDO DE JESUS CERQUEIRA
042 066092 CAROLINY BRUNA ROCHA
043 055075 ANTEA EMERIM KERN
044 065649 LUIZ FERNANDO OCKER DA SILVA

Cargo: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 065927 ANDRE LUIZ DOS SANTOS ARAUJO CASTILHO
002 063569 EDUARDO DE OLIVEIRA CUSTODIO
003 072857 RABINSON GRINGS
004 069404 ISMAEL FORTUNATO
005 072979 MATHEUS CAMILO TAVARES
006 067597 DANIEL VALDELEY MARQUES
007 069950 EDUARDO MANOEL DO NASCIMENTO
008 073479 EDUARDO HENNEMANN SANTIN
009 069303 RAFAEL GENTIL DE OLIVEIRA
010 056625 CHRISTIEN PORTIER
011 072755 JOSE ROGELIO GOMES JUNIOR
012 071088 EDER SANTOS PINHEIRO
013 044871 DANIELE MARIA PACHECO CAMPOS
014 045386 LUCAS GABRIEL DE PAULA
015 058803 JACKSON ALMEIDA VALLIER
016 071797 ANDERSON BARBOSA DOS SANTOS
017 046568 WALTENCIR JOSE DA SILVA
018 059587 ADRIANO PITTEL
019 066192 MIKAEL FERNANDES SOARES
020 071312 ALEXANDRE MILTON ALVES
021 066945 RAFAEL DA ROSA MENDES
022 061998 MATEUS FERNANDES PAULO
023 065636 THIAGO SAGAS FERNANDES

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 024/2017 - ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000024/17 de 5 de Setembro de 2017

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(076)4.4.90.00.00.00.00.2.034-0164 - Aplicacoes Diretas 24.000,00

Total Suplementação: 24.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(075)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0164 - Aplicacoes Diretas 24.000,00

Total Anulação: 24.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Setembro de 2017.

RICARDO SCHLICKMANN ASCARI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 5 de Setembro de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 98.17 AQUISIÇÃO PEÇAS E SERVIÇOS CONserto MOTOR CAMINHÃO OM352 .DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº98/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 123/17, Edital de Pregão Presencial Nº 98/17, Objeto: Aquisição de peças e serviços para conserto com troca de peças para conserto do motor do caminhão Mercedes-Benz OM 352 Placa MCO 2750; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 20/09/17; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 20/09/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 05 de setembro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DA LICITAÇÃO Nº 002/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público com sede e foro na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, na cidade de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.539.650/0001/37, neste ato por seu representante legal, Sr. OSNI BYLAARDT, brasileiro, casado, vereador, com endereço comercial junto a Câmara de Vereadores de Guaramirim/SC.

CONTRATADA: SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA SOCIESC, localizado na rua Albano Schmidt nº 333, Bairro Boa Vista, na cidade de Joinville-SC. inscrita no CNPJ sob nº 84.684.182/0001-57.

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa para os serviços de Organização, Elaboração e Execução de Concurso Público.

VALOR DO CONTRATO:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 24, inciso XIII da Lei de Licitações (Lei 8.666/93) "É dispensável a licitação: XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos."

JUSTIFICATIVA:

Diante das características do objeto a ser contratado, a realização de Concurso Público, justifica-se a exceção da dispensa de licitação em virtude do necessário rigor na escolha da instituição promotora para a segurança das informações do concurso e lisura que este tipo de serviço requer. Justifica, ainda a exceção diante da gravidade de eventual falha no procedimento, uma vez que envolve a expectativa de milhares de candidatos a servidores, além da qualidade do serviço público municipal.

Conforme Prejulgado 1950 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

"A contratação direta de instituição sem fins lucrativos, mediante dispensa de licitação sustentada no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, é viável, desde que o ato seja devidamente fundamentado e demonstrado o atendimento dos requisitos legais, e a correlação entre o dispositivo legal (inciso XIII do art. 24), a natureza da instituição e o objeto contratado, bem como a justificativa do preço (taxa de inscrição dos interessados no concurso público). "

Neste mesmo sentido versa a Súmula 287 do Tribunal de Contas da União:

"É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado. "

É de salientar, ainda, que a Administração Pública municipal não tem estrutura para fazer frente a demanda apresentada em razão

da complexidade do concurso proposto.

Registre-se que a situação amolda-se perfeitamente ao permissivo legal citado, uma vez que há relação entre os objetos a serem contratados, os objetivos da UNISOCIESC e os dispositivos legais, no que tange ao desenvolvimento institucional.

Os demais requisitos (inquestionável reputação ética-profissional e fins não lucrativos) igualmente são atendidos, tendo em vista a regularidade dos documentos (CNDs) das diversas fazendas das esferas Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS, etc., aliado aos diversos serviços prestados, no mesmo diapasão, para outros municípios e, ainda, trabalhos prestados para a própria Prefeitura Municipal de Guaramirim (04 Editais), Prefeitura Municipal de Joinville, Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Balneário Camboriú - COMPUR-BC, Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Companhia Águas de Joinville, dentre outros totalizando um total de mais de 90 Editais, sendo que todos estes certames foram homologados sem ressalvas ou restrições quanto à qualidade e/ou lisura dos serviços prestados pela instituição.

Quanto à finalidade não lucrativa, está abrangida no art. 1º do Estatuto da entidade, atendendo a parte final do dispositivo legal licitatório.

Para fins de contratação, além de toda a documentação disposta nos arts. 27 e 29 da Lei 8.666/93 há que se observar, no que couber, o disposto art. 26 do mesmo ordenamento.

O preço da contratação está perfeitamente compatível com o mercado em virtude da complexidade dos cargos postos em disputa, exigindo rigorosos critérios de seleção a fim de que seja preservada a eficiência administrativa desta casa.

Diante do exposto, é possível a contratação da UNISOCIESC com dispensa de licitação, justificando-se a exceção em virtude da complexidade do objeto contratado e da notória capacidade e reputação ético-profissional da Instituição contratada, com fulcro no art. 24 inciso XIII, da Lei 8.666/93.

Guaramirim, 30 de agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

OSNI BYLAARDT

Presidente

PORTARIA Nº 018/2017

PORTARIA Nº 018/2017

NOMEIA Comissão Organizadora de Concurso Público Nº 001/2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

Resolve:

Art. 1º - Nomear membros para Comissão Organizadora de Concurso Público Nº 001/2017 para contratação de emprego público:

- Carlos Ernesto Friedemann – Presidente
- Ilton Piram – Membro
- Lizeu Wisotscki – Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaramirim, SC 04 de Setembro de 2017
Osni Bylaardt
Presidente

TERMO ADITIVO 001-2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2015 ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2014-TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.359.650/0001-37, com sede administrativa na Rua 28 de Agosto, nº 2042, centro, Município de Guaramirim - SC, neste ato representada pelo seu presidente, Sr. Osni Bylaardt e CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Jaraguá do Sul/SC, estabelecida na Rua João Marcatto, 260, salas 402-403, Ed. Tower Center, CEP 89.251-600, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.563/0001-66, neste ato representada pelo senhor Elias Artur Raasch, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 949.229.939-91, ADITAM ESTE CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.1 O prazo de vigência de que trata a Cláusula Oitava, item 8.1 fica prorrogado pelo período de mais 12 (doze) meses a partir de 15 de Março de 2017 até 15 de Março de 2018, com base no artigo 57,II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE CONTRATUAL:

2.1 De acordo com a Cláusula Quinta (item 5.2) do presente contrato, aplica-se o percentual medido pelo índice do INPC (IBGE) sobre o valor contido na Cláusula Quinta, passando os mesmos a serem pagos a partir do mês de Abril de 2017, conforme veiculações.

O reajuste contratual será de 4,6 % (quatro vírgula seis por cento), conforme índice INPC/IBGE apurado no período de 12 (doze) meses contados da última prorrogação contratual em 14/03/2016, passando o valor total do contrato de 222.160,00 (duzentos vinte dois mil e cento e sessenta reais), para 232.462,60 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos),

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

Guaramirim (SC), 15 de Março de 2017.

Osni Bylaardt Elias Artur Raasch

Presidente Câmara ClicZoom Publicidade e Propaganda Ltda.

Contratante Contratada

Testemunhas: Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO ADITIVO 001-2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016 ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016-PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.359.650/0001-37, com sede administrativa na Rua 28 de Agosto, nº 2042, centro, Município de Guaramirim - SC, neste ato representada pelo seu presidente, Sr. Osni Bylaardt e IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Florianópolis/SC, estabelecida na Avenida Trompowsky,

nº 354, 7ª andar, Centro, CEP 88.015-300, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, neste ato representada pelo senhor Aldo Luiz Mess, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 292.867.519-15, ADITAM ESTE CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.1 O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quinta, item 5.3 fica prorrogado pelo período de mais 12 (doze) meses a partir de 08 de Setembro de 2017 até 08 de Setembro de 2018, com base no artigo 57,II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE CONTRATUAL:

2.1 De acordo com a Cláusula Terceira (item 3.5) do presente contrato, aplica-se o percentual medido pelo índice do INPC (IBGE) sobre o valor contido na Cláusula Terceira item 3.3 passando os mesmos a serem pagos a partir do mês de Outubro de 2017, conforme determinação.

O reajuste contratual será de 2,07 % (dois vírgula zero sete por cento), conforme índice INPC/IBGE apurado no período de 12 (doze) meses, passando o valor total do contrato de 23.352,00 (vinte e três mil trezentos e cinquenta e dois reais), para 23.835,39 (vinte e três mil oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

Guaramirim (SC), 15 de Agosto de 2017.

Osni Bylaardt Aldo Luiz Mess

Presidente da Câmara IPM SISTEMAS Ltda.

Contratante Contratada

Testemunhas: Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 17/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 17/2017 - Pregão Presencial Nº. 15/2017.

Objeto: Aquisição de Material Ambulatorial e Material Odontológico para serem utilizados nos atendimento aos pacientes da Unidade Básica de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 21/09/2017

(Documentos as 08:00 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 05 de setembro de 2017.

Volnei Luis Gossler

Secretário do FMS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMS CT 43/2014 E 44/2014 TA 03

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 43/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS EM GERAIS S.A.

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato, previsto na Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 10 de setembro de 2017 (Seguro para o veículo Classic LS GM MLP 9317).

VALOR: R\$ 2.400,00

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 05 de setembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,

Secretário Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 44/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato, previsto na Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 10 de setembro de 2017 (Seguro para o veículo Fiat Ducato Multi TA MLP 9447).

VALOR: R\$ 4.550,02

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 05 de setembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,

Secretário Municipal de Saúde.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1179/2017

PORTARIA Nº 1179/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 1098/2017, em que é contratada, em caráter Temporário, a Senhora TATIANA CRISTHIANE PEREIRA (Matr. 4669), para exercer a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição à servidora Leila Bottega de Col, a contar de 04 de setembro de 2017, limitado ao término do Processo Seletivo, de conformidade com que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Setembro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1180/2017

PORTARIA Nº 1180/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora TICIANA DE RESENDE (Matr. 4682), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, Disciplina de Língua Inglesa, turno matutino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 05 de setembro de 2017 até o término do ano letivo de 2017, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 028/2017/SMECE, de 28 de agosto de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Setembro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1181/2017

PORTARIA Nº 1181/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento em anexo, a Servidora LEANIR APARECIDA PEREIRA PALAVECHINI (Matr. 4642), a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3 - Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto ao CMEI Tânia Regina Piovesan Bortoluz, a contar de 04 de setembro de 2017, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Setembro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1182/2017

PORTARIA Nº 1182/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR NULO a Portaria de nº 1119/2017, de 10 de agosto de 2017, que nomeou a Senhorita MILENE KRANZ MOREIRA (Matr. 4676), para o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível - DAS-4 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Setembro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3052/2017

DECRETO Nº 3.052, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

"DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 268, de 04 de agosto de 2017;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Servente – Nível 1, em decorrência da aposentadoria por invalidez da servidora MARIA ALZERINDA DE SOUZA BATISTA, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Benefício nº 6194959600.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Servente a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3054/2017

DECRETO Nº 3054, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL- CONDEC

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Nº. 548, de 23 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC, composto pelos seguintes representantes;

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

- Célio Lucas Ramos (Titular)
- Juliana Lizot (Suplente)

II - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes:

- Sélio Cardoso Raizer (Titular)
- Ivair Ceron (Suplente)

III - Secretaria de Saúde:

- Maria Ivete Gomes de Oliveira (Titular)
- José Roberto Gonzatto (Suplente)

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Florisval Dal Cortivo (Titular)
- Claudinei Peretti (Suplente)

V - Secretaria Municipal de Educação:

- Elaine Mariza Piovesan Zanin Cordeiro (Titular)
- Rodrigo Felicetti Perosa (Suplente)

VI - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

- Alcindo Perosa (Titular)
- Ana Paula Ortigara (Suplente)

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Gisele Seffer Alves de Anhaia (Titular)
- Leila Aparecida Ramos Araldi (Suplente)

VIII - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes:

- José Luis Recalcatti (Titular)
- Rosely Ceron (Suplente)

IX - Representante da Epagri:

- João Luiz Ricciardi (Titular)

X - Representante da Cidasc:

- Edilse Vieira Branco (Titular)
- Karen Sandrin Rossi (Suplente)

XI - Representante do Corpo de Bombeiros:

- César Mariane Ceron (Titular)
- Edilson Cendron Wiese (Suplente)

XII - Representante da Polícia Militar:

- Marcio Thibes Scheleder (Titular)
- Claudemir Rocha (Suplente)

XIII - Representante da Polícia Civil:

- Carlos Aranha Sanches (Titular)

XIV - Representante do Poder Legislativo:

- Daniel Venicius Ramos (Titular)
- Elisa Gheno Trevisol (Suplente)

XV - Representante da Associação de Pequenas Empresas – AMPE:

- Jaime Gomes de Oliveira (Titular)
- Junior César Ramos de Oliveira (Suplente)

XVI - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiam:

- Romeo Pirolli (Titular)
- Moacir Titon (Suplente)

Art. 2º- Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de Ibiam, desenvolver as seguintes atividades:

I- Deliberar sobre a política municipal de defesa civil

II- Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e

suas instancias de deliberação.

III- Coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos a Defesa Civil;

IV- Atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

Art. 3º - Compete ainda ao CONDEC, além das competências previstas no Art 2º, supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUNDEC, como:

I – Fixar as diretrizes operacionais do FUNDEC;

II – Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis.

III – Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte.

IV – Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas.

V – Decidir sobre a aplicação dos recursos.

VI – Analisar e aprovar anualmente as contas do FUNDEC.

VII- Promover o desenvolvimento do FUNDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados.

VIII – Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades.

IX – Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de Ibiam.

Art. 5º- O mandato dos membros do Conselho de Defesa Civil será de 04 (quatro) anos.

Art. 6º- A participação no Conselho de Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

Parágrafo Único – Os integrantes do Conselho Municipal de Defesa Civil não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas cfe. Art. 5º Decreto nº2658/14.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 2759, de 06 de fevereiro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM/SC 28 DE AGOSTO DE 2017
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e registro:

Alcindo Perosa
Secretário de Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 3056/2017

DECRETO Nº 3.056, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.
HOMOLOGA 1ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 1ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório das servidoras Elizete Moraes dos Santos e Ilisangela Ziterell do Rosário da Silva, admitidas por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2016, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 161, de 31 de março de 2017, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal anotará na ficha funcional dos servidores a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 268/2017

PORTARIA Nº 268, DE 04 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, VACÂNCIA E EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARIA ALZERINDA DE SOUZA BATISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, para efeitos do disposto no artigo 40 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 97, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004 e,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, de Aposentadoria por Invalidez a servidora Maria Alzerinda de Souza Batista, conforme benefício nº 6194959600, com início de vigência a partir de 25.07.2017;

Considerando que de acordo com o disposto no inciso III, do artigo 29, da Lei Municipal nº 255/2004, a vacância do cargo decorre, dentre outras causas, da aposentadoria;

Considerando que conforme Certidão emitida pelo Departamento de Pessoal do Município a servidora teria férias integrais (de 21.03.2014 a 20.03.2015 e de 21.03.2015 a 20.03.2016) e férias proporcionais (21.03.2016 a 24.10.2016 em função da Licença para Tratamento de Saúde conforme Portaria nº 236/2014), as quais poderão ser convertidas em pecúnia quando da exoneração conforme previsto no parágrafo único, do artigo 78 da mesma Lei;

Considerando que conforme Certidão emitida pelo Departamento de Pessoal do Município a servidora teria direito a licença prêmio (22.08.2008 a 17.09.2013), a qual poderá ser convertida em pecúnia quando da aposentadoria conforme previsto no parágrafo único, do artigo 96-F da Lei Municipal nº 385/2008;

RESOLVE:

Art. 1o. Declarar vago o cargo de Servente, ocupado pela servidora MARIA ALZERINDA DE SOUZA BATISTA, matrícula nº 316, nomeada pela Portaria nº 082, de 21.03.2007, lotada na Secretaria Municipal da Saúde em virtude de ter sido Aposentada por Invalidez conforme benefício nº 6194959600, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, fica a servidora exonerada do serviço público, cujas verbas rescisórias relativas à conversão em pecúnia das férias e licença prêmio não gozadas serão processadas e pagas.

Art. 2o. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Portaria, serão usados recursos do orçamento municipal, no que couber.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 281/2017

PORTARIA Nº 281, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor WALDEMAR CORDEIRO – Motorista – Nível 2 – Referência A, para o mesmo cargo, Nível 2 – Referência B, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de julho de 2017 (data da última avaliação).

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 282/2017

PORTARIA Nº 282, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a JOSÉ

ROBERTO GONZATTO, servidor efetivo no cargo de Técnico em Vigilância Sanitária – Nível 8 – Referência E.

Art. 2º. O afastamento será de Conformidade com o Atestado Médico do Dr. Manuel Inácio Mansur Fortes – CRM-SC 8676, no período de 25 de agosto de 2017 a 08 de setembro de 2017.

Parágrafo único. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 25 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 283/2017

PORTARIA Nº 283, 25 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JANETE TERRES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência A, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Algemiro Ortencio Terres - pai, de conformidade com o atestado médico do Dr. Jacson Bernardy– CRM-SC 7968.

Art. 2º. O período de afastamento é de 30(trinta) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 21 de agosto de 2017 a 19 de setembro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de agosto de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 25 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.125, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO nº 4.125, de 01 de setembro de 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Por conta do Provável Excesso de Arrecadação do exercício de 2017 na fonte de recursos 01190000 – Recursos FUNDEB 40%, fica suplementado na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) o elemento de despesa a seguir especificada.

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0365.0050.2061 – Manutenção do FUNDEB 40% - Pré-Escolar

01190000 – Recursos FUNDEB 40%

3449000 – Aplicações Diretas
. R\$ 50.000,00

TOTAL
.... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de setembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017 - CONTRATANTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contrato nº: 14/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Ibirama.

Contratada: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CRISTINA EIRELI.

Valor estimado nos valores unitários conforme edital de Chamada Pública / Credenciamento nº 12/2017: R\$ 597.780,00 (quinhentos e noventa e sete mil setecentos e oitenta reais).

Vigência: Início 05/09/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Inexigibilidade / Credenciamento nº 17/2017

Recursos: Dotação: 09.001.2057.3339000000000000(225)
01020000 – Manutenção das Ações do Fundo de Saúde.

Objeto: Realização de exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada, obedecendo a critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibirama.

INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 17/2017

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 17/2017.

Objeto: Realização de exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada, obedecendo a critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibirama. Credenciada: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CRISTINA EIRELI, número inscrição CNPJ 79.858.189/0001-08, estimado nos valores unitários conforme edital de Chamada Pública / Credenciamento nº 12/2017 - Ibirama, 05 de setembro de 2017. Izabel Petersen – Secretaria Municipal de Saúde.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 050 - 2017 MUL - SRP - HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES

PROCESSO Nº. 396/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017 – PMI

REGISTRO DE PREÇO

Secretaria de Obras e Transporte

Secretaria de Agricultura

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA E CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA, conforme Anexo I do Edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 21/09/2017 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/09/2017 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 05 de Setembro de 2017.

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 064

DECRETO Nº. 064, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município de Imaruí, no dia 08 de setembro do corrente ano, em virtude as comemorações alusivas ao Dia da Independência do Brasil.

Parágrafo único - Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 31 de agosto de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2017 – PMI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2017 – PMI
Pregão Presencial PMI Nº 021/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 07.878.237/0001-19. Contratado: BIQ Benefícios LTDA. Objeto: Contratação de pessoas jurídica, especializada no ramo de administração, Gerenciamento e Fornecimento de vale alimentação (cartão eletrônico magnético, oriundos de tecnologia adequada), destinados a aproximadamente 550 (quinhentos e cinquenta) servidores desta Prefeitura. Fundamentação legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Taxa administrativa de 0,00%. (Dotações orçamentárias: PMI – Cod Red.: 021, 094, 067, 032, 054, 060, 074, 151, 005, 103 e 013 / FMS – Cod. Red.: 005 / FMAS – Cod Red.: 004). Data de assinatura: 15/08/2017. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pela contratada: Angela de Castro Freitas.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2017 – PMI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2017 – PMI
Convite PMI Nº 008/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 11.924.161/0001-98. Contratado: Livia Rodrigues Vicentin ME. Objeto: fornecimento de materiais e medicamentos veterinários para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Fundamentação legal: Lei 8.666/93. Vigência: terá duração até o adimplemento final das obrigações, observada a vigência do crédito orçamentário. Valor total: R\$ 18.181,25. (Proj./Ativ.: 2.050, Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000, Cód. Reduzido: 103). Data de assinatura: 25/08/2017. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pela contratada: Rosângela Rodrigues Vicentin.

LEI Nº. 1997

LEI Nº. 1.997, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.
AUTORIZA A PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL A PARTICULAR.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar permissão de uso à Associação de Desenvolvimento da Microbacia Rio Aratingaúba, inscrita no CNPJ nº 07.352.337/0001-07, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o imóvel com área de 300m² (trezentos metros quadrados) onde está instalado o sistema de tratamento de água das localidades de Forquilha do Aratingaúba e Aratingaúba.

Parágrafo único. O imóvel que trata o caput deste artigo está inserido em uma área de terra maior, registrada sob a matrícula nº 4.843, folha 1, no Cartório de Registro Civil, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Imaruí.

Art. 2º Findas as razões que justificam a presente permissão de uso o mesmo reverterá ao seu patrimônio.

Art. 3º Ocorrendo reversão antecipada ou ao término da permissão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam a integrar o patrimônio do Município, sem direito de indenização do permissionário, face à gratuidade da permissão.

Art. 4º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à consecução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da permissão de uso, serão de responsabilidade do permissionário.

Art. 5º O permissionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta permissionária de uso;

II - oferecer o terreno ou suas benfeitorias como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 6º Enquanto durar a permissão de uso, o permissionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo permissionário, sob pena de indenização dos danos.

Art. 7º O Município será representado no ato da permissão de uso pelo Prefeito Municipal ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imaruí, 30 de agosto de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 123, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 123, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

- I – desenvolver o planejamento operacional e a execução da política financeira, tributária e econômica do Município;
- II – assessorar as secretarias municipais em assuntos financeiros;
- III – desenvolver estudos e coordenar o planejamento e a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como orientar, coordenar, acompanhar e controlar a execução do orçamento de acordo com as disposições legais, respeitando os princípios e limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- IV – realizar o planejamento econômico e a proposta orçamentária;
- V – definir e executar as diretrizes das políticas orçamentárias, econômicas, tributárias e financeiras do município, atendendo a legislação em vigor e otimizando os recursos públicos;
- VI – acompanhar os sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e a dívida pública, proporcionando a contabilização e a liquidação da despesa pública;
- VII – realizar as prestações de contas do Município;
- VIII – elaborar demonstrativos e relatórios do comportamento das despesas orçamentárias;
- IX – programar o desembolso financeiro, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas;
- X – elaborar balancetes, demonstrativos e balanços, bem como, disponibilizar as informações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações vigentes;
- XI – supervisionar os investimentos públicos e controlar a capacidade de endividamento do Município;
- XII – inscrever e cadastrar os contribuintes, bem como prestar orientação aos mesmos;
- XIII – realizar o lançamento, a arrecadação e fiscalização dos tributos devidos ao Município;
- XIV – realizar a inserção e baixa em dívida ativa dos contribuintes;
- XV – implementar campanhas visando à arrecadação;
- XVI – executar o registro e controles contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- XVII – fiscalizar e autuar as infrações cometidas contra a legislação vigente relacionada à sua área de competência;
- XVIII – orientar as unidades administrativas sobre os possíveis remanejamentos e abertura de crédito adicional ao orçamento, bem como, sobre as necessidades de correção de eventuais desvios na execução do orçamento e nas diretrizes propostas;
- XIX – efetuar o remanejamento orçamentário e abertura de crédito adicional ao orçamento quando solicitado pelas unidades administrativas, de acordo com as disposições legais;
- XX – gerir e cumprir a legislação tributária e financeira do Município;
- XXI – manter, revisar e atualizar o cadastro econômico do Município;
- XXII – controlar e acompanhar a execução de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XXIII – manter, revisar e atualizar os valores da Planta de Valores Genéricos;
- XXIV – executar em conjunto com a SEDAP a emissão e o cadastro da nota do produtor rural;
- XXV – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XXVI – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXVII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXVIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;
- XXIX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXX – orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do orçamento municipal;
- XXXI – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
- XXXII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXXIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata a(o) Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Diretoria-Executiva Financeira

0.1. Departamento Administrativo-Financeiro

0.2. Departamento de Contabilidade Pública

1.3. Tesoureira-Geral

2. Departamento de Convênios

2.1. Gerência de Projetos e Capitação de Recursos

3. Unidade Gestora Organizacional Fazendária

3.1. Coordenadoria de Cadastro Imobiliário Fiscal

3.2. Coordenadoria de Econômico Fiscal

3.3. Coordenadoria de Lançamento

3.4. Coordenadoria de Arrecadação

3.5. Coordenadoria de Dívida Ativa

4. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal da Fazenda deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro	Diretoria	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro(a)	Gratificação	1.650,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)-Geral	1	Gratificação	1.200,00
Gerência	1	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	6	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI n.º106, de 04 de agosto de 2017, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação de 2017.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 124, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 124, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDURB e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
 - b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
 - c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
 - d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
 - e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
 - f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
 - g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
 - h) zelar pela aplicação do plano diretor do município e a obediência das normas complementares relativas ao urbanismo e posturas municipais;
 - i) elaborar projetos, compatibilizados, das ações em conjunto com as demais secretarias;
 - j) efetuar registros e informar sobre imóveis, cálculos para fins de contribuição de melhoria e dados dos cidadãos, subsidiando planos e projetos;
 - k) elaborar e atualizar a cartografia municipal;
 - l) aprovação, licenciamento e fiscalização de obras e urbanizações;
 - m) elaborar, desenvolver e acompanhar projetos, visando a busca de recursos junto a organismos federais, estaduais e internacionais;
 - n) elaborar termos de referência, projetos, programas, planos de trabalho e demais documentos necessários à viabilização de recursos para implantação de projetos edilícios e urbanísticos no Município;
 - o) atualizar a legislação municipal relacionada ao planejamento urbano, uso e ocupação do solo;
 - p) controlar os sistemas de numeração predial, identificação dos logradouros públicos, execução de projetos para geração e atualização de cadastros, bem como o levantamento e sistematização dos dados;
 - q) gerenciar o geoprocessamento;
 - r) fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas, Código de Obras e as normas urbanísticas;
 - s) realizar serviços de topografia para alinhamentos e nivelamentos, elaboração de projetos públicos e apoio à cartografia municipal;
 - t) planejar o sistema viário municipal em conjunto com órgão municipal responsável pela mobilidade urbana e trânsito;
 - u) realizar serviços de topografia para subsidiar a elaboração de projetos de obras públicas ou alinhamentos de muros, vias e edificações;
- II – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- III – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

- VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- IIX – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência de Desenvolvimento Urbanístico

1. Supervisão de Viabilidade Urbanística

b) Departamento de Monitoramento de Processos

c) Unidade Gestora Organizacional de Fiscalização

1. Departamento de Fiscalização de Obras, Posturas e Empreendimentos Urbanísticos

d) Gerência do Cadastro Técnico Multifinalitário

e) Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária

III – órgão colegiado:

a) Conselho da Cidade de Imbituba

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	3	Gratificação	800,00
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017

e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI Nº 088, de 31 de maio de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Assessor de Gabinete

DECRETO PMI Nº 125, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 125, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, parques, jardins e canteiros;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) controle, manutenção e recuperação da frota de veículos municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e de iluminação pública;
- e) gerir o consumo de energia elétrica nos prédios municipais e da iluminação pública das vias e logradouros públicos;
- f) planejar, operacionalizar e executar a política de obras públicas no Município;
- g) elaborar os orçamentos de obras públicas;
- h) executar e fiscalizar a execução de obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, abrangendo a manutenção e pavimentação de vias públicas, construção civil e obras de artes especiais;
- i) elaborar e gerenciar os cronogramas de projetos de obras públicas;
- j) buscar parcerias com o governo do Estado ou Federal, para execução, fiscalização e gerenciamento de obras de interesse municipal;
- k) promover constantemente a modernização técnica por meio de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;
- l) realizar serviços de topografia para a execução de obras públicas;
- m) desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de mobilidade urbana, especialmente:

- a) planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;
 - b) prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial;
 - c) capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana do Município;
 - d) planejar e coordenar os diferentes modos e serviços, observados os princípios e diretrizes da legislação vigente;
 - e) avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade;
 - f) implantar a política tarifária;
 - g) dispor sobre itinerários, frequências e padrão de qualidade dos serviços;
 - h) estimular a eficácia e a eficiência dos serviços de transporte público coletivo;
 - i) garantir os direitos e observar as responsabilidades dos usuários;
 - j) fiscalizar os serviços públicos relacionados à mobilidade urbana;
 - k) combater o transporte ilegal de passageiros;
 - l) editar os atos de outorga dos serviços autorizados ou permitidos, bem como conceder Licenças para Trafegar, na forma da legislação vigente;
 - m) desenvolver as atividades relacionadas ao trânsito, na forma da legislação vigente;
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água, drenagem e limpeza urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.
- e) coordenar e executar os serviços de limpeza pública, coleta e destinação de resíduos sólidos;
- f) requisitar aos órgãos competentes a fiscalização relativa à manutenção e limpeza de terrenos baldios ou ocupados;
- g) gerenciar a usina de triagem de resíduos sólidos;
- h) gerir os serviços de água e esgoto nos prédios municipais;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VII – zelar pelo patrimônio alocado na Secretaria, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- VIII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Infraestrutura e Serviços Públicos:

1. Diretoria de Serviços Públicos

1.1. Departamento de Serviços Públicos

1.1.1. Gerência de Execução de Obras Públicas

1.1.1.1. Coordenadoria de Execução de Vias

1.1.1.2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

1.1.1.3. Supervisão de Iluminação Pública

1.1.2. Gerência de Manutenção Viária

1.1.2.1. Coordenadoria de Operações Viárias

1.1.2.2. Coordenadoria de Transporte de Materiais

1.2. Departamento do Serviço Funerário Municipal

2. Diretoria de Controle da Frota

2.1. Gerência de Operações de Máquinas Pesadas

2.2. Gerência de Controle Operacional de Frota

2.3. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

2.3.1. Coordenadoria de Abastecimento da Frota

3. Diretoria de Transporte e Mobilidade Urbana

3.1. Coordenação de Transporte Público

3.1.1. Supervisão de Fiscalização do Transporte Público

3.2. Coordenação da Balsa do Sambaqui

4. Diretoria Municipal de Trânsito

4.1. Gerência de Análise de Trânsito

4.2. Coordenadoria de Fiscalização e Sinalização de Trânsito

4.2.1. Supervisão de Sinalização de Trânsito

a) Superintendência de Saneamento

1. Gerência Administrativa e Financeira

1.1. Coordenadoria Administrativa e Financeira

1.1.1. Supervisão Administrativa e Financeira

2. Gerência de Água, Esgoto e Drenagem Urbana

2.1. Coordenadoria de Água e Esgoto

2.1.1. Supervisão de Água

2.1.2. Supervisão de Esgoto

2.2. Coordenadoria de Drenagem Urbana

2.2.1. Supervisão de Campo

3. Gerência de Resíduos Sólidos, Limpeza Urbana e Fiscalização

3.1. Coordenadoria de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

3.1.1. Supervisão de Usinas de Triagem de Resíduos Sólidos

3.1.2. Supervisão de Vias, Praças, Parques, Jardins e Imóveis Públicos Municipais

b) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Norte
 1. Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Públicos - Regional Norte
 1.1. Supervisão Administrativa Regional Norte

d) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Sul
 1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional

e) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Oeste
 1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	5	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	5	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente	9	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	13	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	10	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI 090, de 01 de junho de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.
 Rosivaldo da Silva Júnior
 Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Assessor de Gabinete

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Audiência Pública

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - LOA

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 20, III, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

CONSIDERANDO o que determina o art. 15, VII c/c arts. 128 e 129, I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, II, da Lei nº 3.157, de 29 de agosto de 2007.

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 38 da Lei Complementar 4.800, de 28 de março de 2017;

TORNA PÚBLICO para conhecimento dos cidadãos, o presente Edital de Convocação para Audiência Pública, visando apresentar, debater, prestar esclarecimentos e recolher propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA do município de Imbituba/SC para o exercício de 2018, a serem realizadas nos locais, datas e horários a seguir informados:

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
I São Tomaz, Guaiúba, Roça Grande, Boa Vista e Itapirubá	19 de setembro	19 horas	ROÇA GRANDE
II Vila Nova, Vila Santo Antônio, Campo da Aviação, Porto da Vila, Sagrada Família	20 de setembro	19 horas	SAGRADA FAMÍLIA
III Paes Leme, Village, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada, Vila Esperança, Ribanceira, Centro	26 de setembro	19 horas	VILA NOVA ALVORADA
IV Mirim, Nova Brasília, Morro do Mirim, Campestre, Sambaqui	27 de setembro	19 horas	NOVA BRASÍLIA
V Barra da Ibiraguera, Arroio, Alto Arroio, Ibiraguera, Araçatuba, Campo D'una, Penha	28 de setembro	19 horas	ARAÇATUBA

Atendendo a solicitações da cidadania, a relação de projetos e atividades prioritárias constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias será publicada no site da Prefeitura e disponível na Secretaria da Fazenda - SEFAZ, com a finalidade de colocar à disposição de todos os cidadãos de Imbituba as informações que serão apresentadas e discutidas nessas Audiências Públicas.

Outrossim, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos cidadãos a convocação de reuniões a serem realizadas nos meses de outubro e novembro do corrente ano, (conforme calendário abaixo), para a escolha de dois representantes e dois suplentes de cada bairro, com a finalidade de formar a Comissão do Orçamento Participativo, que realizará a coelaboração, o acompanhamento e a fiscalização do PPA, da LDO e da LOA:

DATA	
Semana de 23 a 27 de outubro	Bairros da Região de Planejamento I: São Tomaz, Guaiúba, Roça Grande, Boa Vista, Itapirubá
Semana de 30 de outubro a 3 de novembro	Vila Nova, Vila Santo Antônio, Campo da Aviação, Porto da Vila, Sagrada Família
Semana de 6 a 10 de novembro	Paes Leme, Village, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada, Vila Esperança, Ribanceira, Centro
Semana de 13 a 17 de novembro	Mirim, Nova Brasília, Morro do Mirim, Campestre, Sambaqui
Semana de 20 a 24 de novembro	Barra da Ibiraguera, Arroio, Alto Arroio, Ibiraguera, Araçatuba, Campo D'Uma, Penha

O Comissão do OP fará reuniões mensais ou quando forem consideradas necessárias pela própria Comissão. Seus membros podem ter a nominada renovada de acordo com a manifestação das comunidades. A Comissão será instalada em novembro, após o término da escolha de seus membros. Outros pontos referentes ao seu funcionamento serão definidos pela própria Comissão, após sua instalação.

Imbituba/SC, 04 de Setembro de 2017.

Jari Luiz Dalbosco
Secretário da Fazenda

EDITAL SEAD Nº 084/2017

EDITAL SEAD Nº 084/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 06 de Setembro a 05 de Outubro de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 084/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Cuidador/Educador Residente
Sheron Lucia Nascente Bitencourt**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 74/2017
DISPENSA 15/2017 PMI/SEDUCE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI/ SEDUCE

PROCESSO Nº 74/2017

DISPENSA Nº 15/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ANÁLISE DE RENDIMENTO ESCOLAR E A IMPLANTAÇÃO COM CAPACITAÇÃO DE UM SISTEMA DE APOIO PEDAGÓGICO EM AMBIENTE ON-LINE PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO– Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE

Contratada: EDUCA GENESIS LTDA EPP

CNPJ: 09.637.610/0001-75

Valor Total: R\$ 6.320,00 (Seis mil trezentos e vinte reais).

Fundamentação Legal: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 06 de setembro de 2017.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

PORTARIA PMI/SEAD Nº 634/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 634, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira, em função gratificada de Gerente de Tecnologia da Informação, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 05 de setembro de 2017, o Sr. WAGNER LUIZ RAUSSENG OLEGÁRIO, brasileiro, Analista de Sistemas, inscrito no CPF sob o n.º 037.508.539-40, para exercer o cargo de Gerente de Tecnologia da Informação junto a Secretaria Municipal de Administração, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá gratificação, nos termos do Art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de setembro de 2017.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Administração

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 635/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 635, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira, em função gratificada de Coordenadora do Núcleo de Atenção Saúde da Família, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora do Núcleo de Atenção Saúde da Família, para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

COORDENADORA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora do Núcleo de Atenção Saúde da Família	SEMUSA	Marivone Mendonça Damázio	781.479.999-68	05/09/2017

Art. 2º A servidora de carreira, nomeada para a função gratificada de Coordenadora, perceberá gratificação correspondente, nos termos do art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de setembro de 2017.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 636/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 636, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira, em função gratificada de Coordenadora de Tratamento Fora Domicílio - TFD, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora de Tratamento Fora Domicílio - TFD, para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

COORDENADORA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Tratamento Fora Domicílio - TFD	SEMUSA	Inajara Ferreira de Almeida	031.761.159-38	05/09/2017

Art. 2º A servidora de carreira, nomeada para a função gratificada de Coordenadora, perceberá gratificação correspondente, nos termos do art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de setembro de 2017.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 637/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 637, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira, da função gratificada de Gerente da Estratégia de Saúde da Família, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 05 de setembro de 2017, a Sra. DENISE SILVA MAÍSTO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 335.157.190-91, do cargo de Gerente da Estratégia de Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 361, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de setembro de 2017.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior	Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 638/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 638, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira, em função gratificada de Gerente do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 05 de setembro de 2017, a Sra. DENISE SILVA MAÍSTO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 335.157.190-91, para exercer o cargo de Gerente do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Gerente, perceberá gratificação, nos termos do Art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de setembro de 2017.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior	Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 639/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 639, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde – Área 07, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Edinete Cardoso	Agente Comunitário de Saúde – Área 07	833.166.049-87	06/09/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 640/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 640, de 05 de setembro de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. EDENISI MARIA FRANCISCO, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 034.089.669-82, admitida em 03 de novembro de 2011, matrícula nº 5964, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2011 a 2016	02.01.2018 a 31.01.2018 01.10.2019 a 30.10.2019	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 641/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 641, de 05 de setembro de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ELIANE ONDINA DE SOUZA ROSA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 806.478.809-97, admitida em 18 de fevereiro de 2010, matrícula nº 5208, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2010 a 2015	01.08.2017 a 29.09.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 642/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 642, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a retificação da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 182/2017, referente a concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 12.022/2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a licença-prêmio, concedida ao servidor, Sr. JOSÉ FERNANDES, Fiscal de Obras e Posturas, inscrito no CPF sob o n.º 252.380.949-49, admitido em 01 de outubro de 1984, contrato nº 248, através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 182/2017, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2009 a 2014	01.09.2017 a 30.10.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 643/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 643, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. FÚLVIO WESTPHAL, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 138.555.810-53, admitido em 12 de fevereiro de 1973, contrato nº 168, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	01.09.2017 a 29.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 644/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 644, de 05 de setembro de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ELIZABETE OLIVEIRA DOS PASSOS VIEIRA, Professora, inscrita no CPF sob o nº 691.531.839-91, admitida em 16 de março de 1988, contrato nº 144, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	01.09.2017 a 29.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 645/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 645, de 05 de setembro de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. GIULIANO CÉSAR PANKA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o nº 724.922.529-49, admitido em 16 de julho de 2002, contrato nº 1703, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.09.2017 a 29.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 646/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 646, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. KÁTIA PACHECO FRANCISCO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 888.446.689-04, admitida em 06 de fevereiro de 2012, contrato nº 6026, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	11.09.2017 a 10.10.2017 01.08.2018 a 29.09.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 647/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 647, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. CLÁUDIA ROSANA DE OLIVEIRA DE SOUZA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 591.820.169-68, admitida em 16 de junho de 1986, contrato nº 94, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	11.09.2017 a 09.12.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 648/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 648, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ALANIR DE SOUZA CARDOSO DOS REIS, Professora, inscrita no CPF sob o nº 039.304.669-96, admitida em 18 de fevereiro de 2010, contrato nº 5221, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	15.09.2017 a 13.12.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 649/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 649, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. JERÚZIA PIRES, Professora, inscrita no CPF sob o nº 542.708.201-87, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 212, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	15.09.2017 a 13.12.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 650/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 650, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Enfermeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 07/2015, admitida em 11 de setembro de 2015 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 510/2015, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Shirley Maria Brandenburg	Enfermeira – 40h	308.333.450-87	06/09/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 05 de setembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 651/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 651, de 05 de setembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. WAGNER LUIZ RAUSSENG OLEGÁRIO, Analista de Sistemas, inscrito no CPF sob o n.º 037.508.539-40, admitido em 13 de janeiro de 2012, matrícula nº 6008, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2012 a 2017	01.03.2018 a 30.03.2018 01.03.2019 a 30.03.2019	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 049/2017

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 049, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 17531/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Dr. João Rinsa, Centro, Imbituba-SC, especificamente junto ao canteiro central de frente para a Emacobras, ao Sr. BASÍLIO HUMENHUK NETO, com inscrição no CPF sob o nº 501.419.969-00, residente na Rua Olavo Bilac, nº 132, Vila Nova, Imbituba-SC, para a realização do Evento "PIT STOP", que será realizado no dia 09/09/2017, das 9:00h as 16:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período definido no art. 1º, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 159/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 159/2017
CONTRATADA: SANTA CLARA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de veículos tipo SUV e sedan, 0km, conforme quantitativos e especificações.
VALOR: R\$ 92.000,00
PRAZO: 11 de agosto até 09 de novembro de 2017.
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017.

DECRETO Nº 734/17

. DECRETO Nº 734/17
. De 05 de setembro de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a área declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula nº 2787, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Sabrina Nicely Lopes, Eduardo José Lopes, José Franklin Lopes e Claudete dos Santos Lopes, com a seguinte descrição:

Inicia-se a descrição no ponto PP, localizado no vértice formado pela frente com o lado par da Rua Concórdia, segue em direção aos fundos, com comprimento de arco de 8,50 metros e raio de 6,00 metros até o ponto P1, deste ponto segue com linha reta de 6,05 m até o ponto P2, ambos confrontando com terras de JOSÉ FRANKLIN LOPES, CLAUDETE DOS SANTOS LOPES, SABRINA NICELY LOPES E EDUARDO JOSÉ LOPES (Matrícula nº 2789 - Livro 2 - Ofício de Indaial/SC) sendo este o lado DIREITO, deste ponto segue em direção ao lado esquerdo em linha reta de 12,15 metros e ângulo interno de 98°39'57" até o ponto P3, confrontando com a Rua Concórdia, sendo este os FUNDOS, deste ponto segue em direção à frente em linha reta de 7,79 m e ângulo interno de 81°56'10" até o ponto P4, deste ponto segue com comprimento de arco de 3,64 metros e raio de 18 metros até o ponto P5, ambos confrontando com terras de JOSÉ FRANKLIN LOPES, CLAUDETE DOS SANTOS LOPES, SABRINA NICELY LOPES E EDUARDO JOSÉ LOPES (Matrícula nº 2787 - Livro 2 - Ofício de Indaial/SC), sendo este o lado ESQUERDO, deste ponto segue em direção ao lado direito em linha reta de 17,08 metros até o ponto PP, confrontando com a Rua Concórdia, sendo esta a FRENTE.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto, sendo este de interesse público para a ligação de duas vias públicas.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2187/16.

Município de Indaial, em 05 de Setembro de 2017.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ISOLD THUROW MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Secretário de Planejamento e Habitação Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 735/17

. DECRETO Nº 735/17
. De 05 de setembro de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a área Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula nº 2789, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Sabrina Nicely Lopes, Eduardo José Lopes, José Franklin Lopes e Claudete dos Santos Lopes, com a seguinte descrição:

Inicia-se a descrição no ponto PP, localizado no vértice formado pela frente com o lado par da Rua Concórdia, deste ponto segue em direção aos fundos em linha reta de 13,89 metros e ângulo interno de 81°56'10" até o ponto P1, confrontando com terras de JOSÉ FRANKLIN LOPES, CLAUDETE DOS SANTOS LOPES, SABRINA NICELY LOPES E EDUARDO JOSÉ LOPES (Matrícula nº 2789 - Livro 2 Ofício de Indaial SC), sendo este o lado DIREITO, deste ponto segue em direção ao lado esquerdo em linha reta de 12,00 metros e ângulo interno de 98°3'58" até o ponto P2, confrontando com a Rua Concórdia, sendo este os FUNDOS, deste ponto segue em direção à frente em linha reta de 13,87 metros e ângulo interno de 81°56'2" até o ponto P3, confrontando com terras JOSÉ FRANKLIN LOPES, CLAUDETE DOS SANTOS LOPES, SABRINA NICELY LOPES E EDUARDO JOSÉ LOPES (Matrícula nº 2789 - Livro 2 Ofício de Indaial SC), sendo este o lado ESQUERDO, deste ponto segue em direção ao lado direito em linha reta de 12,15 metros e ângulo interno de 98°3'50" até o ponto PP, confrontando com a Rua Concórdia, sendo esta a FRENTE.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto, sendo este de interesse público para a ligação de duas vias públicas.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via

amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2188/2016.

Município de Indaial, em 05 de setembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ISOLD THUROW MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Secretário de Planejamento e Habitação Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 736/17

. DECRETO Nº 736/17

. De 05 de setembro de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a área Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a área originada da Matrícula nº 20179, de propriedade do Sr. Joaquim Rolando Moser, com a seguinte descrição:

Inicia-se a descrição no ponto PP, localizado no vértice formado pela frente com o lado direito, segue em direção ao lado esquerdo em 12,10 m e ângulo interno de 82º29'39" até o ponto P1, confrontando com RUA CONCÓRDIA, sendo esta a FRENTE; deste ponto segue em direção aos fundos com 72,57 m e ângulo interno de 97º30'21" até o ponto P2, confrontando com terras de JOAQUIM ROLANDO MOSER (Matrícula nº 20.179 - Livro 2 - Ofício de Indaial/SC) sendo este o lado ESQUERDO; deste ponto segue em direção ao lado direito com comprimento de arco de 22,16 metros e raio de 18,00 m até o ponto P3, confrontando com terras de JOAQUIM ROLANDO MOSER (Matrícula nº 20.179 - Livro 2 - Ofício de Indaial/SC), sendo este os FUNDOS; deste ponto segue em direção a frente com 91,12 m até o ponto PP, confrontando em 17,06 m com RUA CONCÓRDIA e em 74,06 m com JOSÉ FRANKLIN LOPES, CLAUDETE DOS SANTOS LOPES, SABRINA NICELY LOPES e EDUARDO JOSÉ LOPES (Matrícula nº 2.789 - Livro 2 - Ofício de Indaial/SC), sendo este o lado DIREITO.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1976/2016..

Município de Indaial, em 05 de setembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ISOLD THUROW MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Secretário de Planejamento e Habitação Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 738/17

. DECRETO Nº 738/17

. De 05 de setembro de 2017

.
REVOGA DECRETO Nº698/2017 CARGA HORÁRIA / GLEISY EINHARDT VERGARA DE CARVALHO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor,
DECRETA,

Art.. 1º - Fica cancelado o Decreto nº 698 de 2017 que alterava carga horária da servidora Gleisy Einhardt Vergara de Carvalho, ocupante do cargo de Médica Psiquiatra Infantil do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, permanecendo a carga horária de 10 h/s, por solicitação da servidora.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de setembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

LEI Nº 5454/2017

. LEI Nº 5454

. de 30 de agosto de 2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO – ASSOCIAÇÃO CAVALGADA ENTRE AMIGOS DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Permissão de Uso, sem ônus para o Município, com a Associação Cavalgada Entre Amigos de Indaial, inscrita no CNPJ sob o nº 24.438.822/0001-78.

§1º O Termo de Permissão de Uso a que se refere o artigo 1º, compreende a área localizada no Parque Público Municipal Ribeirão das Pedras "Jorge Hardt", abrangendo a área de 14.015,68 m², conforme constante no Anexo I e II desta Lei.

Art. 2º – A autorização prevista no caput deste artigo será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, a critério da Administração.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de agosto de 2017

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

ANEXO I

ANEXO II

Memorial Descritivo

Inicia-se esta descrição localizado no vértice formado pela frente esquerdo do imóvel, seguindo em direção aos fundos com 71,74 m e ângulo interno de $63^{\circ}35'46''$, sendo este o lado ESQUERDO, deste ponto segue pelos fundos em três linhas, a primeira com 36,73 m e ângulo interno $120^{\circ}02'35''$, a segunda com 68,99 m e ângulo interno $174^{\circ}53'23''$ e a terceira com 61,92 m e ângulo interno $172^{\circ}45'43''$, sendo este os FUNDOS, deste ponto segue em 78,50 m e ângulo interno $134^{\circ}25'39''$, sendo este o lado DIREITO, deste ponto segue em duas linhas, sendo a primeira com 90,49 m e ângulo interno $53^{\circ}04'46''$ e a segunda com 171,36 e ângulo interno $166^{\circ}43'34''$, sendo está a FRENTE.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO ACT17/31

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT17/31

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal em LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, SILVANA DALLA COSTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 982.371.101-10 e RG 4.624.886, residente a Rua Emilio Crestani nº 232 – Iomerê, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Merendeira, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE. Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, para substituir a servidora Odete Perosa, que encontra-se em Férias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 43/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a R\$1.607,12.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de setembro de 2017 e tendo seu término previsto no retorno da Servidora Odete Perosa, que encontra em gozo de férias.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 01 de setembro de 2017

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

SILVANA DALLA COSTA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO LDO 2018

EDITAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação da Audiência Pública correspondente a Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018

A Prefeitura Municipal de Iomerê, através da Secretaria de Administração e Finanças, tem a honra de convidar a população em geral, as sociedades de bairros, demais organizações não governamentais, entidades religiosas e quaisquer segmentos representativos da população, para participarem da Audiência Pública.

Data: 14/09/2017

Local: Auditório da Prefeitura de Iomerê

Horário: 09:00h

Luciano Paganini	Douglas Francisco Zardo
Prefeito Municipal	Sec. Administração e Finanças

LEI 858/2017

LEI Nº 858 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de IOMERÊ, para os exercícios de 2018/2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de IOMERÊ para o 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando

expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º - Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um) - Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou

excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único: As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 01 de setembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

LEI 859/2017

LEI N. 859, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IOMERÊ A RECEBER IMÓVEL EM DOAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber em doação, de Jaime Buffon e Leonice Kasiser Buffon, uma área de terras correspondente a 25,00m2(vinte e cinco metros quadrados), dentro da área maior de 143.800,00m2(cento e quarenta e três mil e oitocentos metros quadrados), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, sob a Matrícula n. 19.699, conforme matrícula atualizada constante no Anexo I.

Parágrafo Primeiro: O imóvel a que se refere o caput encontra-se localizado em área rural, conforme matrícula e croqui de localização em anexo que fazem parte integrante da presente Lei.

Art. 2. O imóvel, objeto da presente Lei, é recebido pelo Município mediante doação, sem encargos, com destinação principal para a perfuração de poço artesiano que atenderá aos interesses de grupo de moradores da comunidade de Linha Caravaggio e Linha Santo Izidoro.

Parágrafo Primeiro. O imóvel será doado ao Município de Iomerê, sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

Art. 3. O Município obriga-se a:

I – não dar destinação diversa ao referido imóvel, senão a contida no artigo segundo desta Lei;

II – Responder, após formalização da presente doação, perante os Poderes Públicos por todos os tributos incidentes sobre o imóvel e por qualquer outra obrigação que possa ou venha sobre ele incidir;

III – Satisfazer todas as despesas decorrentes da presente doação, inclusive as de registro da competente escritura pública de doação.

Art. 4. O descumprimento dos preceitos contidos nos artigos 2º e 3º desta Lei ocasionará a rescisão da presente doação, retornando o imóvel ao Patrimônio do doador com todas as benfeitorias nele construídas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização de qualquer título.

Art. 5. As partes deverão formalizar escritura pública de doação com as condições descritas na presente lei.

Art. 6. As partes desde já manifestam ciência que, em razão do imóvel situar-se em área rural, e da metragem objeto da doação, a mesma é possível, porém não o desmembramento, implicando na permanência da propriedade em comum com o doador, na mesma matrícula imobiliária, não importando no entanto, prejuízos quanto à propriedade adquirida em razão da doação.

Art. 7. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 01 de setembro de 2017.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE COMPROMISSO TC17/02

TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

TC17/02

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, nº 500, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado por seu Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI doravante denominado simplesmente CONCEDENTE; e, de outro lado a estagiária GUSTAVO SOLDI PAGANINI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 087.069.129-58 e RG 5.585.473, residente a Rua Governador Jorge Lacerda - Iomere, SC doravante denominado simplesmente ESTUDANTE, ajustam o presente TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Cláusula Primeira - O CONCEDENTE aceita o ESTUDANTE como estagiário, concedendo-lhe a remuneração, a título de bolsa auxílio escolar, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente, e mais 50% (setenta e cinco por cento) do valor da mensalidade de graduação, conforme previsão da Lei Municipal nº 0223/03 de 28 de maio de 2003.

Cláusula Segunda - O ESTUDANTE prestará o estágio no Gabinete do Prefeito, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em horários a serem determinados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, desde que compatível com o horário escolar do Estudante, durante o ano letivo de 2017.

Cláusula Terceira - O estágio terá início dia 01 de Setembro de 2017, com término previsto para o dia 15 de dezembro de 2018.

Cláusula Quarta - O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem do Estudante.

Cláusula Quinta - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Cláusula Sexta - A admissão do ESTUDANTE pela CONCEDENTE como estagiário, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que o Concedente contratara seguro de acidentes pessoais em favor da estagiária, conforme previsto na Lei de Estágios.

Cláusula Sétima. O recebimento dos valores previstos na cláusula, segunda fica condicionado à apresentação dos comprovantes de matrícula em instituição de ensino superior, bem como atestado de frequência escolar, além do boleto de pagamento da mensalidade do mês correspondente, e será pago diretamente à Estudante, mediante assinatura de recibo.

Cláusula Oitava - A rescisão do presente compromisso dar-se-á ao término de vigência da cláusula terceira, ou, qualquer tempo, por comum acordo entre as partes.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Iomerê, 31 de agosto de 2017.

Concedente Estudante

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual

OAB/SC 16164

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Lei 1787/2017

LEI Nº 1.787 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por ato próprio no orçamento-programa do Município, para o exercício de 2017, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais) para suplementação dos seguintes programas:

Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP., CULTURA E TURISMO
Unidade:	05.01	Departamento de Educação
Proj./Ativ.	12.361.0010.2028	Manutenção das Ações do Transporte Escolar
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		37.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		20.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0011.1007	Melhoria e Reforma e/ou Ampliação Estrutura Física da Rede de Ensino
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		250.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0012.1018	Melhoria, Reforma e/ou Ampliação da Estrutura Física
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		47.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade:	06.001	Departamento de Transportes e Obras
Proj./Ativ.	26.782.0018.2043	Manutenção Ações Dpto de Transportes e Obras
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.00.00.00		Recursos Ordinários
		50.000,00
TOTAL		404.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP., CULTURA E TURISMO
Unidade:	05.01	Departamento de Educação
Proj./Ativ.	12.361.0011.2029	Manutenção Ações do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		14.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0011.2030	Manutenção Ações do FUNDEB – Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		70.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0012.2035	Manutenção das Ações do FUNDEB Educação Infantil – Pré - Escola
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		190.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.01.00.00		Rec. De impostos e de transf. de imp-educ
		10.000,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR

Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manutenção Ações Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL			404.000,00

Art. 3º. Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1.608/2013, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1.753/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1.756/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 05 de setembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1788/2017

LEI Nº 1.788 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, ESTABELECE SORTEIOS E PREMIAÇÃO, POR MEIO DA CAMPANHA NOTA PREMIADA, ALTERA O PLANO PLURIANUAL, E A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais denominado “NOTA PREMIADA”, de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; ISS – Imposto Sobre Serviços, Nota Fiscal de Produtor Rural e de Consumidores no âmbito do Município de Iporã do Oeste – SC.

Art. 2º. O Programa “NOTA PREMIADA” consistirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme calendário a ser estabelecido na regulamentação da presente Lei, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Concorrerão aos Prêmios do Programa “NOTA PREMIADA”:

I – os consumidores (pessoas físicas e/ou pessoa jurídicas) que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de mercadorias e de prestação de serviços, de comércio estabelecido no território do Município de Iporã do Oeste – SC, devidamente inscritos no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal.

Art. 4º. Para concorrer aos sorteios do Programa “NOTA PREMIADA”, os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão municipal competente os cupons numerados que serão fornecidos na quantidade de:

I – 01(uma) unidade a cada nota apresentada, independente do valor.

II – 02 (duas) unidades a cada Nota de Prestação de Serviços.

§ 1º. Serão consideradas para troca por cupons numerados a primeira via de Nota Fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que contenham número do CNPJ do vendedor.

§ 2º. Serão considerados para troca somente as Notas Fiscais e Cupons Fiscais emitidos a partir de 01 de janeiro de 2017 para o primeiro sorteio.

Art. 5º. Para a troca por cupons, os documentos fiscais serão entregues e carimbados pelo órgão promotor do programa e devolvidos ao contribuinte.

Art. 6º. Serão premiados os cupons em sorteio manual por cupom preenchido.

Art. 7º. As datas de realização dos sorteios deverão ser marcadas com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, contados da publicação do aviso no site do Município e demais meios de comunicação local.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por doação, a título de premiação em favor dos sorteados, valores constantes do artigo 10 desta Lei, objetivando assim o desenvolvimento do Programa “NOTA PREMIADA”.

Art. 9º. Os prêmios a serem conferidos aos cupons sorteados, após a conferência da validade e montante de documentos fiscais, são os seguintes:

I – 1º (primeiro) prêmio: R\$ 200,00 (duzentos reais).

II – 2º (segundo) prêmio: R\$ 200,00 (duzentos reais).

III – 3º (terceiro) prêmio: R\$ 200,00 (duzentos reais).

IV – 4º (quarto) prêmio: R\$ 200,00 (duzentos reais).

V – 5º (quinto) prêmio: R\$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo Único. Poderá através de Decreto o Poder Executivo alterar os valores dos prêmios em dinheiro.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, através de Decreto, cuja expedição fica desde já autorizada, a qual também definirá as datas dos sorteios e a alteração do valor dos prêmios do artigo 10.

Art. 11. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento do exercício de 2017:

ÓRGÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano

UNIDADE: Departamento de Indústria e Comércio

AÇÃO: 2042

FUNCIONAL: 0023.0691.0017 - Manutenção Ações Dpto da Indústria e Comércio

Art. 12. Fica incluído no anexo da Lei nº. 1.608 de 30 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para os exercícios de 2014 a 2017 o seguinte objetivo:

PROGRAMA: 0017 – Desenvolvimento Econômico

DIRETRIZ: Incentivo a arrecadação

OBJETIVO: instituir/apoiar/participar de programas de incentivo à arrecadação, através da campanha NOTA PREMIADA;

Art. 13. Fica incluído no anexo da Lei nº. nº 1.753 de 27 de outubro de 2016, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, o seguinte:

PROGRAMA: 0017 – Desenvolvimento Econômico

DIRETRIZ: Incentivo a arrecadação

OBJETIVO: instituir/apoiar/participar de programas de incentivo à arrecadação, através da campanha NOTA PREMIADA;

Art. 14. Fica revogada a Lei nº 1.056 de 13 de dezembro de 2005 e suas alterações.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 05 de setembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 111/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 57 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 170 da Lei Complementar nº. 57 de 28 de setembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 170. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local:

.....

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

.....

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

.....

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. ”

Art. 2º Ficam incluídos os §§ 3º e 4º ao art. 172 da Lei Complementar nº. 57 de 28 de setembro de 2005, passando a constar com a seguinte redação:

“Art. 172

.....

§3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. ”

Art. 3º A Secção XII da Lei Complementar nº. 57 de 28 de setembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO XII
ALÍQUOTAS, ISENÇÕES E IMUNIDADES

Art. 219. As alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza são aquelas previstas na Lista de Serviços prevista na Tabela XII, em anexo.

Art. 220. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. ”

Art. 4º A Lista de Serviços da Tabela XII, anexa à Lei Complementar nº. 57 de 28 de setembro de 2005 passa a vigorar com as alterações do Anexo desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Iporã do Oeste - SC, 05 de setembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 118/2017

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017

Pregão Presencial Nº 056/2017

Sistema de Registro de Preços

DA LICITAÇÃO

O Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal sr. Lucio Mallmann, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente e em especial a Lei 8.666/93 e suas alterações e atendendo ao dispositivo a Lei 10.520/02, considerando os princípios constitucionais da publicidade dos atos administrativos e o da ampla defesa, sobre tudo o interesse publico,

RESOLVE

Retificar o conteúdo do presente Edital do Processo Administrativo nº118/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 056/2017, exclusivamente a integra do Anexo II – Termo de Referência, o qual passará avigorar com a seguinte descrição:

ANEXO II

TERMO DE REFERENCIA

Item	Código	Produto – Descrição	Unidade	Quant. Estimada	Cotação Máxima Unit.
1	25286	LUVAS: Cano longo com cinco dedos, próprias para inseminação artificial	Unidade	30.000	0,2500
2	25285	BAINHAS: Tipo francesa para uso em inseminação artificial.	Unidade	30.000	0,2500
3	55036	SEMEN DA RAÇA JERSEY – TENDO COMO PROVA OFICIAL PELO DAYRY BULLS, COM DATA NÃO INFERIOR A AGOSTO DE 2017, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: JPI IGUAL OU MAIOR QUE 60, POSITIVO PARA VOLUME DE LEITE IGUAL OU MAIOR QUE ZERO, COMPOSTO DE UBERE IGUAL OU MAIOR QUE ZERO.	DOSE	8.000	16,6700
4	55037	SEMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS	DOSE	4.000	14,0000
5	55038	SEMEN DA RAÇA NELORE	DOSE	2.000	12,0000

Item	Código	Produto – Descrição	Unidade	Quant. Estimada	Cotação Máxima Unit.
6	55035	SEMEN DA RAÇA HOLANDESA PRETO E BRANCO – TENDO COMO PROVA OFICIAL PELO DAIRY BULLS, COM DATA NÃO INFERIOR A AGOSTO DE 2017, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: TPI IGUAL OU MAIOR QUE 2100, POSITIVO PARA VOLUME DE LEITE IGUAL OU MAIOR QUE ZERO, COMPOSTO DE UBERE MAIOR OU IGUAL A ZERO,	DOSE	8.000	17,1700
7	25284	NITROGENIO LIQUIDO: Para abastecimento dos botijões de inseminação	Litro	15.000	3,5000

Justificativa de uso

Utilização de modalidade de registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de sêmen bovino e material de inseminação artificial para manutenção do programa de incentivo ao melhoramento genético do rebanho bovino do Município de Iporã do Oeste/SC.

Todos os esclarecimentos necessários relativos ao objeto licitado, a descrição e outros que porventura sejam necessários e ou valores, poderão ser obtidos com a Administração Municipal na Secretaria Municipal de Agricultura, ou também pelo telefone (49) 3634.1210.

O valor máximo proposto foi fundamentado através de pesquisa de preço com empresas da região e do mesmo ramo de atividade e registro de outros processos licitatórios de Municípios vizinhos, realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, conforme anexos.

Secretaria Municipal de Agricultura
Diretor Henrique Kickow

As demais cláusulas e anexos do presente Edital, permanecem inalterados e ratificados.

Registre-se e Publique-se na forma da Lei

Iporã do Oeste – SC, 04 de setembro de 2017.
Lucio Mallmann
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 026/2017

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 026/2017, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, ESTABELECE SORTEIOS E PREMIAÇÃO, POR MEIO DA CAMPANHA NOTA PREMIADA, ALTERA O PLANO PLURIANUAL, E A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Iporã do Oeste SC, 05 de setembro de 2017.

Lairton Hahn
Presidente

EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PLC 008/2017

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2017 que ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 57 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 05 de setembro de 2017.

Lairton Hahn
Presidente

EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 028/2017

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 028/2017, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Iporã do Oeste SC, 05 de setembro de 2017.

Lairton Hahn
Presidente

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 229 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO.

DECRETO Nº 229

DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constante no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de teste seletivo 001/2017;

Considerando 8º chamada pública para escolha de aulas da rede municipal de ensino;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, através de edital de teste seletivo 001/2017, a servidora abaixo relacionada, iniciando em 05/09/2017 e estendendo-se até a posse de servidores para os mesmos cargos nomeados por concurso público, podendo ocorrer rescisão antecipada a critério da Administração, por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

NOME	CARGO	C/H	ÍNICIO
JULIANE APARECIDA MENDES	Professor II	20h	05/09/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú- SC, em 05 de setembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 230/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 230/2017

DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 5, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.031 – Manutenção da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1.1138 – Transferência do Sistema Único de Saúde (SUS) - União

Despesa: 126 – R\$ 150.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da fonte de recursos 1.1138 – Transferência do Sistema Único de Saúde (SUS) – União.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 05 de setembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 231/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 231/2017

DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 5, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

05.00 – Secretaria da Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1.1166 – Transferências Legais e Constit. Do Estado para o Desenv. Educ.

Despesa: 34 – R\$ 140.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) da fonte de recursos 1.1166 – Transferências Legais e Constit. Do Estado para o Desenv. Educ.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 05 de setembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 232/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 232/2017

DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 5, III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

05.00 – Secretaria da Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1.119 – Transferências do Fundeb 40%

Despesa: 135 – R\$ 150.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da fonte de recursos 1.119 – Transferências do Fundeb

40%.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 05 de setembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 233 /2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 233 /2017

DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 5 da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Despesa: 07 – R\$ 50.000,00

Para Programação de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Despesa: 09 – R\$ 50.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 05 de setembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**Ponto facultativo dia 08/09/2017 no Poder Legislativo de Ipuau - SC****PONTO FACULTATIVO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga e publica o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Fica estabelecido que nos dias 07 e 08 de setembro de 2017, não haverá expediente no Poder Legislativo, devido o feriado do dia 07 de setembro de 2017 (Independência do Brasil), devendo retornar as atividades normais na Câmara Municipal de Vereadores no dia 11 de setembro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal Vereadores de Ipuau – SC, em 05 de setembro de 2017.

Ladair Colpo
Presidente

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Wanderlei Ramilo
1º Secretário

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 20/09/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 20/09/2017. Objeto da licitação: registro de preços, com entrega parcelada de material de limpeza, destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 05/09/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

Iraceminha

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL 1349/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1349/2017 DE 23 DE JUNHO DE 2017.		
	AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ESTUDANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA E REGULARMENTE MATRICULADOS EM COLÉGIOS AGRÍCOLAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Fica autorizada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes devidamente matriculados em colégios agrícolas e residentes no Município de Iraceminha – SC.

Art. 2º. O auxílio a que se refere o artigo terá finalidade de custear 50% do valor mensal das matrículas dos munícipes que estudam em Colégios Agrícolas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. Para fazer jus ao auxílio de que trata esta lei, o estudante deverá apresentar, junto à Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, os seguintes documentos:

- Requerimento para concessão devidamente preenchido;
- Comprovação de residência no município de no mínimo um ano;
- Atestado de Matrícula e Frequência atualizado assinada por representante legal da Instituição a que estiver vinculado,
- Cópia dos documentos pessoais, Carteira de Identidade e CPF.
- Declaração do titular do auxílio financeiro, indicando conta bancária com número, banco, agência, titular e CPF que deve ser depositado o recurso.
- Comprovação do pagamento das despesas de matrícula e mensalidades dos primeiros seis meses do ano.

Art. 4º. O Auxílio será automaticamente cancelado nos seguintes casos:

- quando o beneficiário desistir, cancelar ou trancar a matrícula do curso;
- ficar comprovada a falsidade de documentos apresentados ou a inexistência de informações prestadas para obtenção do benefício;
- mudança de residência para outro Município;
- deixar de cumprir quaisquer dos requisitos dispostos nesta Lei.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal e demais penalidades cabíveis, os beneficiários que gozarem ilicitamente do auxílio, serão obrigados a efetuar o ressarcimento integral das importâncias recebidas indevidamente, corrigidas na forma disposta na legislação vigente.

§ 2º O Município poderá suspender a qualquer tempo a concessão do Auxílio que trata esta Lei, em caso de relevante interesse público.

Art. 5º. Não farão jus ao Auxílio:

- os estudantes já graduados em qualquer curso superior;
- os estudantes de pós-graduação, lato sensu ou strictu sensu;
- os estudantes que não preencherem os requisitos impostos por esta lei;
- estudantes beneficiados com o outra modalidade de auxílio neste município.

Art. 6º. O auxílio será pago em cota única durante o segundo semestre de cada ano referente a 50% do valor das 12 mensalidades do ano.

Art. 7º. O pagamento do auxílio financeiro previsto nesta Lei, será efetuado diretamente ao estudante, através de depósito em conta bancária informada.

Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão cobertas com recursos orçamentários do exercício vigente.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar ato complementar (resoluções) necessário para a fiel aplicação desta Lei.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei 1297/2015.

Iraceminha- SC, 23 de Junho de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 13502017

LEI MUNICIPAL Nº1350/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI COMO AGOSTO LARANJA, O MÊS DE AGOSTO E O INSERE NO CALENDÁRIO MUNICIPAL OFICIAL DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído no Município de Iraceminha o mês "Agosto Laranja", dedicado à realização de ações de "Conscientização e Prevenção às Deficiências".

Art. 2º O Poder executivo, através das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento e Obras, em conjunto com a APAE e as entidades afins, poderá realizar campanhas de conscientização, prevenção e mobilidade das pessoas com deficiências.

Art. 3º Durante todo o mês de Agosto poderão ser executadas palestras, ornamentações em espaços públicos, feita a divulgação nos meios de comunicação, distribuição de panfletos e promovida uma caminhada de conscientização, mês este de orientação às Deficiências, preferencialmente serão abordados todos os tipos de deficiência, sejam físicas, intelectuais, auditivas, visuais ou múltiplas, de caráter transitório ou permanente, bem como suas causas, considerando os indivíduos nos diferentes ciclos da vida, de forma a garantir, inclusive, a abordagem de especificidades.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do Orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Iraceminha – SC, 15 de Agosto de 2017.

Registrado e publicado na data supra.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1351/2017

Lei Municipal N.º 1351/2017, de 29 de Agosto de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um Crédito Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, envia a esta Câmara o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois aprovado.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar no valor de R\$ 694.908,34 (Seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e oito reais e trinta e quatro centavos), conforme discriminado a seguir:

Entidade: 1 -	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.01	CHEFIA DE GABINETE	
2.002	Manutenção das Atividades da Administração Superior	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (001)	R\$ 20.000,00
03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
2.007	Manutenção das Atividades da Administração Geral	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (016)	R\$ 50.000,00
2.015	Manutenção das Atividades de Segurança Pública	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (030)	R\$ 10.000,00
03.06	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
2.012	Manutenção do Departamento de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (044)	R\$ 120.000,00
05.00	SECRETARIA MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
05.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.018	Manutenção do CRAS	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (053)	R\$ 26.000,00

2.026	Manutenção e coordenação do órgão gestor de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0	Aplicações Diretas (071)	R\$ 29.606,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
1.009	Aquisição de Parques Infantis para as Unidades Escolares de Nosso Município	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (121)	R\$ 3.000,00
2.033	Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (122)	R\$ 110.000,00
2.034	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (104)	R\$ 100.000,00
2.039	Apoio ao Estudante Universitário	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (117)	R\$ 20.000,00
2.040	Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (110)	R\$ 35.000,00
06.03	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
2.044	Manutenção do Departamento de Esportes	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (143)	R\$ 10.000,00
08.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
08.01	DPTO DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES	
2.051	Manutenção do Parque de Máquinas e Rodovias Municipais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (175)	R\$ 100.000,00
09.00	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENV.ECONÔMICO	
09.01	DPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENV.ECONÔMICO	
1.033	Organização e Realização de Festas, Feiras e Exposições	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (186)	R\$ 4.000,00
10.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
0.004	Pagamento de Precatórios	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (195)	R\$ 30.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E URBANISMO	
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO	
2.053	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (198)	R\$ 20.000,00
11.03	SERVIÇO DE APOIO E MANUTENÇÃO	
2.054	Manutenção da Coleta de Lixo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (205)	R\$ 7.302,34

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação da seguinte dotação:

Entidade: 1 -	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
02.02	ASSESSORIA JURIDICA GERAL DO MUNICÍPIO	
2.057	Manutenção da Assessoria Jurídica	

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (004)	R\$	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (006)	R\$	6.000,00
02.04	ASSESSORIA DE IMPRENSA		
2.005	Manutenção da Assessoria de Imprensa		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (010)	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (011)	R\$	2.939,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (012)	R\$	1.000,00
03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.009	Manutenção do Departamento de Compras, Licitações e Contratos		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (027)	R\$	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (029)	R\$	4.165,00
2.010	Manutenção do Departamento de Identificação		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (020)	R\$	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (021)	R\$	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (022)	R\$	3.993,00
2.016	Manutenção da Casa da Cidadania		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (024)	R\$	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (026)	R\$	6.655,00
03.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO		
2.008	Manutenção do Departamento de Patrimonio		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (038)	R\$	275,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (039)	R\$	6.655,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (040)	R\$	3.993,00
03.08	DEPARTAMENTO DE PESSOAL		
2.017	Manutenção do Departamento de Pessoal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (050)	R\$	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (051)	R\$	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (052)	R\$	6.655,00
05.00	SECRETARIA MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
05.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.019	Serviço de Proteção e atendimento integral à família (PAIF)		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (056)	R\$	40.000,00
2.022	Qualificação Profissional e Inclusão Produtiva		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (065)	R\$	13.310,00
2.026	Manutenção e coordenação do órgão gestor de Assistência Social		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (069)	R\$	30.000,00
2.028	Manutenção dos Benefícios eventuais		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0	Aplicações Diretas (080)	R\$	15.000,00
2.031	Manutenção do Programa de Atendimento a Pessoa Idosa		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0	Aplicações Diretas (082)	R\$	14.606,00
2.024	Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (085)	R\$	13.310,00
05.03	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		
1.004	Apoio a Construção de Habitações		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (091)	R\$	1.331,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (092)	R\$	6.655,00
1.005	Aquisição de Área para Instalação e Conjuntos Habitacionais		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (093)	R\$	5.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		

1.006	Aquisição de Veículos para o transporte escolar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (100) R\$	6.000,00
1.007	Ampliação e melhoria das escolas de Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (118) R\$	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (119) R\$	6.000,00
1.008	Ampliação e melhoria das escolas de Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (101) R\$	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (102) R\$	6.000,00
1.009	Aquisição de Parques Infantis para as Unidades Escolares de Nosso Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0	Aplicações Diretas (120) R\$	13.310,00
2.035	Apoio a Educação de Jovens e Adultos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (131) R\$	6.655,00
06.02	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
1.012	Implantação do Plano Municipal da Cultura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (132) R\$	3.993,00
1.013	Apoio a Criação de Grupos Culturais	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Transferência a Entidades Sem Fins Lucrativos (133) R\$	1.331,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (134) R\$	1.331,00
06.03	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
1.016	Apoio a entidades esportivas e recreativas	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Transferência a Entidades Sem Fins Lucrativos (139) R\$	2.662,00
1.018	Implantação de Espaço Físico Para Prática Esportiva	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (141) R\$	1.331,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (142) R\$	2.662,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MIO AMBIENTE	
07.01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
2.045	Manutenção da Secretaria da Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (151) R\$	80.000,00
2.048	Manutenção do Programa de Sementes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (161) R\$	8.400,00
08.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
08.01	DPTO DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES	
1.029	Aquisição de Máquinas e Veículos para a Secretaria dos Transportes	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (170) R\$	100.000,00
10.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (190) R\$	6.655,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (191) R\$	15.705,84
0.003	Amortização e Encargos de Débitos Consolidados – INSS	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (188) R\$	6.655,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (189) R\$	50.300,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E URBANISMO	
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO	
2.053	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (197) R\$	40.000,00
11.03	SERVIÇO DE APOIO E MANUTENÇÃO	
1.042	Pavimentação e Urbanização de Vias	

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (200)	R\$	4.620,00
1.046	Revitalização de Praças Municipais		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (203)	R\$	12.100,00
1.051	Construção de Pontes e revitalização de rios no perímetro urbano		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas (204)	R\$	6.655,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 29 de Agosto de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1352/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1352/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE IRACEMINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a celebrar termo de cessão de uso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE - BEIJA FLOR de Iraceminha – SC, localizada na Rua Ricardo Vivian, s/nº, CNPJ 02.987.749.0001-08 neste Município.

Parágrafo único. O objeto de cessão de uso é um veículo Adaptado, marca/modelo Fiat Ducato, Ano/mod 2016/2017, chassi, 93W245H3RH2160482 e placas QIK 8346.

Art. 2º O presente termo de cessão de uso, tem como objetivo auxiliar na manutenção das atividades desenvolvidas pela Escola Especial, com a finalidade de atender à demanda da entidade referente ao transporte de alunos para atendimentos, visitas e outras atividades desenvolvidas pela escola especial.

Art. 3º A APAE de Iraceminha ficará responsável pela guarda, bem como despesas documentais, de manutenção e conservação do veículo a partir da assinatura do termo de sessão de uso.

Art. 4º Fica a beneficiária proibida de repassar o objeto recebido para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A validade do presente termo de cessão de uso será de 20 anos, resguardado ao município o direito de requerer o objeto em caso de uso indevido do mesmo, através de procedimento administrativo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Iraceminha, 29 de Agosto de 2017.
JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1353/2017

Lei Municipal nº 1353/2017, de 05 de Setembro de 2017

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1.º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1328/2017.

Art. 2.º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf).

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 05 de Setembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1354/2017

Lei Municipal nº 1354/2017, de 05 de Setembro de 2017.

Dispõe sobre a instituição da Ouvidoria Geral do Município e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituída a Ouvidoria Geral do Município de Iraceminha,

órgão auxiliar, independente, permanente e com autonomia administrativa e funcional que tem por finalidade promover o exercício da cidadania, recebendo, encaminhando e acompanhando sugestões, apurando as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta, bem como das entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população, conforme o inciso I do § 3o do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - A Ouvidoria Geral do Município de Iraceminha tem as seguintes atribuições:

I - Viabilizar a aproximação do cidadão com o Poder Executivo Municipal, atuando na prevenção e mediação das questões que lhe forem apresentadas

II - Facilitar o acesso do cidadão ao Sistema Municipal de Ouvidoria, estimulando a sua participação no tocante à prestação dos serviços públicos da competência do Poder Executivo Municipal;

III - Garantir resposta ao cidadão, no menor prazo possível, com clareza e objetividade;

IV - Receber e apurar denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do município de Iraceminha ou agentes públicos;

V - Promover as ações necessárias a apuração da procedência das denúncias, reclamações e queixas recebidas, encaminhando-as aos órgãos competentes, garantido sempre resposta ao interessado;

VI - Manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte;

VII - Informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

VIII - Recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

IX - Coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de

encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;

X - Comunicar ao órgão da administração direta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

Art. 3º - A Ouvidoria Geral do Município será dirigida pelo Controle Interno da Prefeitura.

Parágrafo Único: O Ouvidor Geral somente poderá ser destituído por Iniciativa do Prefeito, desde que tal ato seja fundamentado, em decorrência de conduta considerada incompatível com o exercício das funções do cargo, devidamente comprovada em procedimento próprio.

Art. 4º - Compete ao Ouvidor Geral do Município:

I - Propor aos órgãos da Administração, resguardadas as respectivas competências, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração das responsabilidades administrativas, civis e criminais;

II - Requisitar, diretamente e sem qualquer ônus, de qualquer órgão municipal, informações, certidões ou cópias de documentos relacionados com as reclamações ou denúncias recebidas, na forma da lei;

III - Recomendar a adoção de providências que entender pertinentes, necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população pela Administração do Município de Iraceminha;

IV - Recomendar aos órgãos da Administração Direta a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

V - Determinar o arquivamento das denúncias, quando se revelarem, desde logo ou após regular investigação, inconsistentes ou

VI - Encaminhar ao Setor Jurídico deste município, a documentação untada de denúncia, quando esta se demonstrar complexa ou quando disserem respeito às atribuições daquele setor;

Art. 5º - Para a consecução dos seus objetivos, a Ouvidoria Geral do Município poderá:

a) Dirigir-se diretamente ao Secretário ou dirigente máximo dos referidos Órgãos e Entidades, para tratar de assuntos que estejam sendo analisados no âmbito da Ouvidoria.

b) Os dirigentes da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal devem prestar à Ouvidoria Geral do Município de Iraceminha, em regime de prioridade e urgência, inteiro apoio, colaboração e informação.

c) As informações e os documentos solicitados deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis.

d) É defeso às autoridades do Poder Executivo Municipal recusar a entrega de documentos ou informações à Ouvidoria Geral do Município de Iraceminha, inclusive por meio eletrônico, salvo motivo justificado, apreciado pelo Ouvidor Geral.

e) A recusa injustificável ou o retardamento indevido do cumprimento das requisições implicarão, a critério do Ouvidor Geral, a responsabilização de quem lhe der causa.

Art. 6º - Aplica-se subsidiariamente a esta Lei a Lei Complementar Municipal nº 042/2009, de 14 de Julho de 2009.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iraceminha, 05 de Setembro de 2017.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços profissionais de Brigadista Particular para acompanhamento dos eventos XXVII FIMUSI, Mateada e Show em homenagem ao dia do Município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: Treina – Cursos e treinamentos LTDA – ME

VALOR: R\$ 2.530,00 (Dois mil quinhentos e trinta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 60 dias.

Irani, SC, 05 de setembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 307/2017

PORTARIA N.º 307/2017.

“DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n.º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar n.º 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

Art 1st - Considerar designado desde a data de 08/08/2017 o servidor SANDRO BORGES, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Motorista de Caminhão, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar n.º 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/08/2017.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 146/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Agosto de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 308/2017

PORTARIA Nº 308/2017.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea “a” da Lei Complementar n.º 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, CAROLINE FERNANDA DE LIMA ARBIGAUS, nascida em 29/09/1995, portadora do CPF nº 094.712.579-56, RG nº 5.996.485 SESP/SC, para no período de 01/09/2017 a 22/12/2017 exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 03/2016/SME,

homologado em 02/01/2017 e Contrato de Trabalho Temporário nº 06/2017/SME, vinculada a Secretaria de Educação visando o atendimento temporário e excepcional na área de Educação Infantil, em virtude de insuficiência de aprovados em Concurso Público Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 309/2017

PORTARIA N.º 309/2017.

REMANEJA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR o servidor CLICÉRIO JOSÉ NIEJELSKI, servidor efetivo no cargo de Motorista junto a Secretaria Municipal da Saúde, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 312/2017

PORTARIA Nº 312/2017.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR a GRAZIELA FERGER MELLO, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, portador da CNH Registro nº 03972245813, Categoria “B”, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Municipalidade – Secretaria Municipal da Educação, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 314/2017

PORTARIA Nº 314/2017.

CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "b" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR DANIEL PREISLER, nascido em 17/07/1990, portador do CPF nº 062.138.859-94, RG nº 5.241.256-3 SESP/SC, para no período de 04/09/2017 a 03/12/2017 exercer as atividades de Motorista (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 01/2016/SMS, homologado em 31/05/2016 e Contrato de Trabalho Temporário nº 025/2017, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde, atuando em substituição ao servidor efetivo Clécio José Niejelski, remanejado para a Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 22/2017

Portaria Nº 22/2017

"PORTARIA DE PONTO FACULTATIVO DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017.

SERGIO ROBERTO BINDER, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 13, inciso III item a) do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 1º - Considerando Feriado Nacional de 07 de setembro, estabelece Ponto Facultativo no dia 08 de setembro de 2017 (sexta-feira), no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 05 de Setembro de 2017.

SERGIO ROBERTO BINDER

Presidente da Câmara

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 062/2017

DECRETO Nº 062/2017

DETERMINA ANULAÇÃO PARCIAL DE ATOS PRATICADOS NO PAD 01/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislação de regência, e,

Considerando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, através da Portaria n. 545/2017, em desfavor da servidora Rosângela Pelizza, visando apurar supostas faltas disciplinares consistentes em inassiduidade e impontualidade;

Considerando que o PAD teve sua fase instrutória encerrada, com o indiciamento da servidora por infrações disciplinares capituladas no art. 91, incisos III e X, da Lei Complementar n. 035/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos), quais sejam, inassiduidade e impontualidade, tendo havido, inclusive, a apresentação de defesa;

Considerando que a servidora impetrou Mandado de Segurança – autos n. 0300429-71.2017.8.24.0124 – argumentando, em síntese, que o PAD seria nulo por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, na medida em que na peça de indiciamento não haveria descrição pormenorizada das datas em que teriam sido cometidas as infrações;

Considerando que houve o deferimento de medida liminar no sentido de suspender o trâmite do PAD até decisão final do mandado de segurança ao argumento de que a peça de indiciamento não teria feito a descrição das datas das infrações, fato que dificultaria o contraditório e a ampla defesa;

Considerando que a Administração Pública, nos termos das Súmulas 346 e 473 do STF, pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, em face do princípio da autotutela dos atos administrativos;

Considerando que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado, de modo que compete ao Administrador praticar todos os atos necessários para cumprir esse mister;

Considerando que os atos administrativos devem primar pelos princípios constitucionais previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, sobretudo os da legalidade e eficiência;

Considerando que os fatos que motivaram a instauração do PAD são relevantes e implicam na prestação de serviços na área da saúde, exigindo uma resposta imediata e eficaz do Poder Público, situação incompatível com as delongas decorrentes da tramitação do Mandado de Segurança;

Considerando que a decisão liminar que suspendeu o PAD preceitua que a falha ou equívoco do ato administrativo consiste na ausência de menção na peça de indiciamento acerca das datas em que teriam sido praticadas as infrações disciplinares, ressaltando que essa descrição minuciosa é necessária apenas no indiciamento, que ocorre após a fase instrutória, e não na Portaria ou na Citação Inicial do Processo Administrativo, citando, nesse sentido, jurisprudência do STJ no MS 17.227/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves,

julgado em 27.04.2016;

Considerando que, muito embora as faltas respectivo número e datas sejam objeto de prova documental decorrentes do controle de ponto, que ocorre pelo sistema biométrico, e estejam devidamente encartados no PAD através dos Espelhos Mensais de Ponto Eletrônico de fls.47 a 59 e Resumo Geral de fl. 60, , situação que afastaria a alegação de ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa, revela-se conveniente e oportuno que a peça de indiciamento seja refeita, fazendo constar de forma pormenorizada todas as faltas, justificadas e injustificadas, bem como as respectivas datas, justamente para afastar eventual alegação de cerceamento de defesa;

Considerando, por fim, que o anseio fundamental da Administração Pública é zelar pela legalidade, moralidade e eficiência dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão, sobretudo na área da saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o PAD n. 01/2017, instaurado pela Portaria n. 545/2017, a partir do ato de indiciamento de fls. 154/160 e, sobrevivendo a extinção do Mandado de Segurança nº 0300429-71.2017.8.24.0124, por perda do objeto ou denegação da ordem, a Comissão Especial deverá emitir nova peça de indiciamento, com todos os detalhes e pormenores necessários para a exata descrição das supostas faltas disciplinares cometidas pela servidora ROSÂNGELA PELIZZA, especialmente acerca das datas em que teriam ocorrido atrasos no horário de chegada, bem como as faltas ao trabalho, com a especificação dos motivos, oportunizando a apresentação de nova defesa, nos termos do art. 135 da Lei Complementar n. 035/2006.

Art. 2º Cumprida a etapa prevista no artigo anterior, sejam praticados todos os atos necessários à conclusão dos trabalhos de competência da Comissão Especial, com posterior remessa do PAD ao Chefe do Poder Executivo para decisão final.

Art. 3º Determino ao Departamento Jurídico que preste informações ao Poder Judiciário, com expressa comunicação dessa decisão, solicitando a extinção do mandado de segurança por perda do objeto, com vistas a que o PAD possa ser concluído com a urgência que o caso requer, sem olvidar os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá/SC, 04 de setembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO 106.2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 05.013.2017 - CONTRATO - LOCAÇÃO RUA 700 - VÁRZEA - APIT

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO
041/2017

PROCESSO: 106/2017

OBJETO: Locação do imóvel localizado à Rua 700 , s/n, Bairro Várzea, com área de 710,95m² e uma edificação com área de 310,59m², inscrição imobiliária nº. 01.03.341.0258.001.001 cadastro imobiliário nº. 27677.

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PRAZO: 05 (cinco) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: APIT - ASSOCIA. DOS APOSENTADOS DA TERC. IDADE DE ITAPEMA

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017

Itapema, 04 de setembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 106.2017- LOCAÇÃO R. 700 - VÁRZEA(HOMOLOGAÇÃO)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 106/2017, dispensa de licitação 05.013.2017.

DO OBJETO: Locação do imóvel localizado à Rua 700 , s/n, Bairro Várzea, com área de 710,95m² e uma edificação com área de 310,59m², inscrição imobiliária nº. 01.03.341.0258.001.001 cadastro imobiliário nº. 27677.

DO VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: APIT - ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA TERCEIRA IDADE DE ITAPEMA

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2017

Itapema, 04 de setembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 164/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PINTURA DE SINALIZAÇÃO ASFALTICAS EM RUAS E RODOVIAS DO MUNICÍPIO. Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08h15 do dia 19/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 05 de Setembro de 2017.

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 165/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AEREAS, PARA USO DO PREFEITO, VICE PREFEITO, SECRETARIOS, SERVIDORES MUNICIPAIS QUE SE DESLOCAM PARA CURSOS E TREINAMENTO E PARA PACIENTES QUE REALIZAM TRATAMENTOS DE SAÚDE.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Maior percentual de desconto

Recebimento das Propostas: até as 10h00 do dia 19/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 05 de Setembro de 2017.

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 166/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA A 39ª OKTOBERFEST.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 13h15 do dia 19/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 05 de Setembro de 2017.

Nelson Klein
Secretário de Educação, Cultura e Desporto

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2017/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e GESSICA RENATA SCHUSTER KLEIN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 01/09/2017 a 14/12/2017

Itapiranga – SC, 01 de setembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2017/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TATIANE MULLER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 01/09/2017 a 14/12/2017

Itapiranga – SC, 01 de setembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO DISTRATO Nº 180/2017/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 180/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JAQUELINE MARIA SOHN ZULIAN.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 93/2017/RH, como Professor de Língua Estrangeira - Inglês 20 horas semanais.

Itapiranga – SC. 04 de setembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Lei 3.092

LEI 3.092 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Revoga Lei Municipal nº 2.959, de 23 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a autorização, filiação e contribuição da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga com a UVESC - União dos Vereadores de Santa Catarina.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal nos artigos 41, §1º e 42 §6º, e artigo 30, inciso IX e artigo 147 §5º do Regimento Interno, promulga...

FAÇO saber a todos os habitantes do Município de Itapiranga, que o Plenário desta Casa aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 2.959, de 23 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a filiação e contribuição à UVESC - União dos Vereadores de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2017.

Itapiranga - SC, 05 de setembro de 2017.

Afonso Utzig

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 69/2017 - DESERTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPES DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.

Data	05/09/2017	Horário: 16h:00min
Licitação /Modalidade	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 49/2017 Nº 35/2017 Nº 69/2017

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DOS APARELHOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, e Membros da equipe de apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº 33070/2017 do dia: 24/08/2017, para os procedimentos inerentes a sessão do Pregão em epígrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 23/08/2017, site municipal no dia 22/08/2017, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 16h:15min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

JOESEL BILAU
MEMBRO

SUZANA BESEN MARTINS
MEMBRO

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 72/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao quinto dia do mês de setembro de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, MARIZA APARECIDA FILLA e DAIANE BATISTA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 72/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E CONVENIADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da

ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
ASSOCIAÇÃO VILAS BÔAS	Não credenciada

Analizados os documentos foi constatado que a Empresa ASSOCIAÇÃO VILAS BÔAS NÃO ATENDE A CLAUSULA 4º DO EDITAL - 4.2.4 E PREÂMBULO – LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESA ENQUADRADAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº123/06, SENDO AS DECLARAÇÕES DA CLAUSULA 5.1.2 E 5.1.3 ASSINADAS POR PESSOA DESCONHECIDA NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 05 de setembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
MARIZA APARECIDA FILLA Membro	DAIANE BATISTA Membro

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI-ME, com sede à Rua Hilário Zen, nº64, Bairro: Guarani, Brusque/SC, CEP: 88.350-657, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.342.698/0001-99, representada neste ato por seu Administrador o Sr. LEONILDO VARGAS, portador do CNPJ/MF nº 803.655.909-91 e do CI.RG nº 14/R-2.468.547 SSI-SC.

Licitação: Contratação Direta

Objeto: Prestação de serviços para elaboração de projeto básico para captação de recurso do PMAT (Programa De Modernização da Administração Tributária).

VALOR R\$: Valor total de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 23 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 032/2017 VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 032/2017
VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Comissão de Processo de Transferência, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá/SC.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 13 e 14 de setembro de 2017, no horário das 13:00 às 19:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de Habilitação na área, se possuir; (Curso Técnico em Enfermagem, Graduação, Pós Graduação, Mestrado, Doutorado)
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras, se possuir.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da saúde, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

- I – maior habilitação na área de atuação;
- II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;
- III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br, no dia 19 de setembro de 2017.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 20 de setembro de 2017 das 13:00 às 19:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, o profissional da saúde requerente será lotado (a) no local requerido, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.3.1 A lotação e a atuação dos profissionais selecionados para a Unidade Básica de Saúde Paese, ficará condicionada a abertura da referida Unidade.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de setembro de 2017.

Maria Necy dos Santos Silva
Agente Administrativo II

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais

Marciane Rech
Enfermeira III SMS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

CARGO	VAGAS	C.H.	LOCAL
Médico ESF	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Auxiliar de Enfermagem	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Técnico de Enfermagem	2	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Recepcionista	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Auxiliar de Enfermagem	1	40 horas	Pronto Atendimento 24horas (segunda-feira a sexta-feira 8h/dia)

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ / SC
EDITAL 032/2017

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de: _____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 032/2017 de 05 de setembro de 2017.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2017.

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 032/2017 VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo de transferência – Edital nº 032/2017
Vagas excedentes Secretaria Municipal de Saúde

A Comissão de Processo de Transferência, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá/SC.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 13 e 14 de setembro de 2017, no horário das 13:00 às 19:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de Habilitação na área, se possuir; (Curso Técnico em Enfermagem, Graduação, Pós Graduação, Mestrado, Doutorado)
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras, se possuir.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da saúde, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

I – maior habilitação na área de atuação;

II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;

III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br, no dia 19 de setembro de 2017.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 20 de setembro de 2017 das 13:00 às 19:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, o profissional da saúde requerente será lotado (a) no local requerido, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.3.1 A lotação e a atuação dos profissionais selecionados para a Unidade Básica de Saúde Paese, ficará condicionada a abertura da referida Unidade.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de setembro de 2017.

Maria Nocy dos Santos Silva
Agente Administrativo II

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais

Marciane Rech
Enfermeira III SMS

ANEXO I**QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO**

CARGO	VAGAS	C.H.	LOCAL
Médico ESF	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Auxiliar de Enfermagem	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Técnico de Enfermagem	2	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Recepcionista	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Paese
Auxiliar de Enfermagem	1	40 horas	Pronto Atendimento 24horas (segunda-feira a sexta-feira 8h/dia)

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ / SC
EDITAL 032/2017

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de:
_____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 032/2017 de 05 de setembro de 2017.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2017.

TERMO ADITIVO N.º28/2017 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 42/2017. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO N.º28/2017 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 42/2017. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPF/MF 794.072.939-04, e do CI.RG nº 5.227.976-3, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, nesta cidade e, por outro lado ERALDO JOSE GILIOLI, residente e domiciliado à Estrada Geral Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CNPF sob o nº 633.061.909-34, CI.RG sob o nº 2.165.467 SESP/SC e DAP sob o nº SDW0633061909342606170646, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso de Software de Gestão da Assistência Social, implantação, capacitação dos servidores/usuários, hospedagem em servidor virtual "datacenter" e suporte técnico, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e em conformidade com o processo de licitação tipo DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº09/2017- CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017- PROCESSO Nº78/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo visa retificar itens da planilha do Contrato Administrativo n.º 42/2017, alterando a redação do objeto e valores, por tratar-se de erro de digitação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
8	Pão massinha (hot dog)	UNI. 50G	15.500	R\$ 0,61	R\$ 9.455,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 45/2017, e seus aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento Contrato Administrativo n.º 45/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de setembro de 2017.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MARLON ROBERTO NEUBER PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADO(A) ERALDO JOSE GILIOLI
LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº27-17- CONTRATO Nº45-17 - PREGÃO Nº 53-17 - SOFTWARE DE GESTÃO

TERMO ADITIVO N.º27/2017 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 45/2017. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Bem Estar Social, Sra. ELISIANE DE SOUZA MARTINS, portadora 036.030.539-31, e do CI.RG nº 4.250.288, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e, de outro lado a Empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME, com sede à Rua Vitória, nº 538, Bairro: Centro, na cidade de Içara/SC, CEP: 88.820-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.258.607/0001-92 e Inscrição Estadual nº 255.969.473, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso de Software de Gestão da Assistência Social, implantação, capacitação dos servidores/usuários, hospedagem em servidor virtual "datacenter" e suporte técnico, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e em conformidade com o processo de licitação tipo PREGÃO Nº 53/2017 – PROCESSO Nº 73/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo visa retificar o item da Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 45/2017, alterando a redação do objeto e valores, por tratar-se de erro de digitação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

5.2.1.Serviços iniciais no valor de R\$ 13.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 45/2017, e seus aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento Contrato Administrativo n.º 45/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de setembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA EPP TIAGO DE FAVERI GIUSTI
ELISIANE DE SOUZA MARTINS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	OSWALDO RICCI DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
TESTEMUNHAS: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2017/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 08/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADAS: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02 R\$ 79.403,38 (setenta e nove mil quatrocentos e três reais e trinta e oito centavos). METROMED - COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR, CNPJ 83.157.032/0001-22 R\$ 176.311,90 (cento e setenta e seis mil trezentos e onze reais e noventa centavos). TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA, CNPJ 06.555.143/0001-46 R\$ 127.625,50 (cento e vinte e sete mil seiscientos e vinte e cinco reais e cinqüenta centavos). SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME CNPJ 09.196.745/0001-42 R\$ 5.764,00 (cinco mil setecentos e sessenta e quatro reais). OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 03.033.589/0001-12 R\$ 14.959,00 (catorze mil novecentos e cinqüenta e nove reais). COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI-ME CNPJ 11.768.299/0001-45 R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR PARA SUPRIR NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE E SAMU DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA -SC. Data da assinatura: 08 de agosto de 2017 – José Carlos de Farias – Secretário da Saúde

oito centavos). NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, 03.612.312/0004-97 R\$ 30.410,00 (trinta mil quatrocentos e dez reais). ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02 R\$ 32.334,75 (trinta e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos). EXTRA DISTRIBUIDORA MED. E PROD. HOSP. EIRELI EPP, CNPJ 06.035.038/0001-86 R\$ 2.408,50 (dois mil quatrocentos e oito reais e cinqüenta centavos). PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 04.355.394/0001-51 R\$ 19.190,00 (dezenove mil cento e noventa reais). CIRURGICA JAW COM DE MATRL MED HOSP LTDA, CNPJ 79.250.676/0001-93 R\$ 12.878,00 (doze mil oitocentos e setenta e oito reais). ELFA MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 09.053.134/0002-26 R\$ 110.615,00 (cento e dez mil seiscientos e quinze reais). ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CNPJ 20.590.555/0001-48 R\$ 210,00 (duzentos e dez reais). ILG COMERCIAL LTDA – ME, CNPJ 20.657.155/0001-02 R\$ 17.278,90 (dezessete mil duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos). INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP, CNPJ 23.240.000/0001-64 R\$ 3.024,60 (três mil e vinte e quatro reais e sessenta centavos). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A PROCESSOS JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA – SC. Data da assinatura: 18 de agosto de 2017 – José Carlos de Farias – Secretário da Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CELIA REGINA W. SANI-ME CNPJ 04.195.853/0001-87 R\$ 17.083,40 (dezessete mil e oitenta e três reais e quarenta centavos). JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA – ME CNPJ 13.965.228/0001-68 R\$ 18.903,00 (dezoito mil novecentos e três reais). ADL COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ 15.267.298/0001-78 R\$ 4.244,15 (quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos). IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME, CNPJ 20.081.724/0001-14 R\$ 29.859,36 (vinte e nove mil oitocentos e cinqüenta e nove reais e trinta e seis centavos). RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ 21.304.312/0001-69 R\$ 18.331,55 (dezoito mil trezentos e trinta e um reais e cinqüenta centavos). PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ 26.682.219/0001-01 R\$ 97.932,93 (noventa e sete mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos).OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SAMU, FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Data da assinatura: 15 de agosto de 2017 – José Carlos de Farias – Secretário da Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 11/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA , CNPJ 94.894.169/0001-86 R\$ 21.187,90 (vinte e um mil cento e oitenta e sete reais e noventa centavos). FARMACIA SALTO GRANDE LTDA – ME, CNPJ 16.966.629/0001-20 R\$ 170.877,98 (cento e setenta mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa e

Jaborá

PREFEITURA

LEI 1.594/2017

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$ 225.600,00(Duzentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:	
07.00 –	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.01 –	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
12.361.0004.2.01	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (101) – Aplicações Diretas (R\$)	106.000,00
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0058.000000 (105) – Aplicações Diretas (R\$)	59.600,00
12.361.0004.2.01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00 - 0.1.0018.000000 (96) – Aplicações Diretas (R\$)	25.000,00
08.00 –	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.01 –	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.243.0009.2.02	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
3.3.50.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (120) – Transf. A Instituições privadas s/Fins Lucrativos (R\$)	35.000,00
0.1.0000.000000	R\$ 141.000,00
0.1.0018.000000	R\$ 25.000,00
0.1.0058.000000	R\$ 59.600,00
TOTAL SUPLEMENTADO	R\$ 225.600,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária.	
04.00 –	SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04.01 –	SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
28.843.0000.0.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA
46.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (30) Aplicações Diretas(R\$)	70.000,00
32.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (29) Aplicações Diretas (R\$)	6.000,00
07.00 –	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.01 –	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
12.361.0004.1.01	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALAS DE AULA
4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0019.000000 (82) Aplicações Diretas (R\$)	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0058.000000 (83) Aplicações Diretas (R\$)	34.700,00
12.361.0004.1.01	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - EDUCAÇÃO
4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0058.000000 (83) Aplicações Diretas (R\$)	24.900,00
07.04–	COORDENADORIA DE CULTURA

13.392.0011.202	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA						
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (118) – Aplicações Diretas							15.000,00
08.00 –	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
08.01 –	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
16.482.0009.1.02	CONSTRUÇÃO DE CASA POPULARES						
3.3.50.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (120) – Aplicações Diretas							50.000,00
0.1.0000.000000							R\$ 141.000,00
0.1.0019.000000							R\$ 25.000,00
0.1.0058.000000							R\$ 59.600,00
TOTAL ANULADO							R\$ 225.600,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,

em 05/setembro/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/09/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 08-2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Agosto
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	79.707,29
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	79.707,29
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.129,49
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.577,80
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	180.272,10	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	196.176,89
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.514,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.075,43
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	79.707,29	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	96.050,73
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	96.050,73	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	96.050,73
SALDOS ANTERIORES	131.628,19	SALDOS ATUAIS	111.016,11
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	101.190,24	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	90.628,89
BANCO C/ MOVIMENTO	30.437,95	BANCO C/ MOVIMENTO	20.387,22
TOTAL	386.900,29	TOTAL	386.900,29

JABORA, 05/09/2017

ITAMAR TOIGO
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO
Contador CRC SC-030442/O-0

Jacinto Machado

PREFEITURA

PORTARIA 564

PORTARIA Nº. 564 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Admite em Caráter temporário a Médica da Saúde da Família e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando o atendimento exclusivo das necessidades estabelecidas para a execução da Estratégia com as "Equipes de Saúde da Família - ESF", objetivando ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação da saúde;

Considerando a necessidade de contratação de profissionais Médicos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para o atendimento da população;

Considerando que não houve quórum mínimo de inscritos no Processo Seletivo nº 002/2017, de 02 de junho de 2017 para o

preenchimento das vagas disponíveis para profissionais Médicos da Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CAROLINI NATAL CORAL, CPF nº. 089.299.099-65, no cargo de Médica da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 07/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Médica da Saúde da Família acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 07 de agosto de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIAS Nº. 384 A 563 E 565 A 579

PORTARIA Nº. 384 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora DAIANI GOMES MOTTA do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4293, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 385 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora BARBARA GOMES BORGES CARARO do cargo em (ACT) de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 4198, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 386 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ANDRÉIA SCHAUKOSKI BORGES DE OLIVEIRA do cargo em (ACT) de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 4193, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 387 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora LETIANE GOULART CRESTANI do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4201, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 388 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MARISA NART do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4200, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 389 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora PATRICIA NAZARIO do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4204, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 390 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ELETICIA DE NONI VEFAGO MONTOVANI do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4219, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 391 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JOSIANI POSSAMAI DELA do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4211, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 392 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ADRIANA SEMPREBOM DOS SANTOS do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4203, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 393 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora SARA BRISTOTTI DE SOUZA, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4222, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 394 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CAROLINA DOS SANTOS TALAÚ, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4208, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 395 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora EGRAZIELE DA SILVA DAMIANI, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4194, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 396 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora NATALIA CAMPOS DA ROLT, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4195, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 397 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ZULMIRA FERREIRA RONZANI, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4240, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 398 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CARMEN LUCIA MANJOURANI PEREIRA, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4239, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 399 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora VANICE DA ROCHA DA COSTA, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4304, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 400 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JADNA MONTAVANI CARDOSO, do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 4307, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 401 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CAROLINI MARTINS SCHEFER, do cargo em (ACT) de Servente, matrícula nº 4205, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 402 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora EDILEIA VELHO PIVA, do cargo em (ACT) de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 4192, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 403 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MARILE SIMONI DAROS, do cargo em (ACT) de Servente, matrícula nº 4196, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 404 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CLAUDIA MONTEIRO VELHO PIVA, do cargo em (ACT) de Servente, matrícula nº 4223, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 405 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora KATIA GOMES DE SOUZA, do cargo em (ACT) de Servente, matrícula nº 4267, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 406 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, NATHANA DA SILVA RAMOS, portadora do CPF nº. 080.427.759-11, no cargo de Chefe de Divisão de Compras e Suprimentos, nível DAS-1, junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 407 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, TATIANA WATERKEMPER CANTELI, portadora do CPF nº. 050.736.199-78, no cargo de Diretor de Contabilidade, nível DAS-4, junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 408 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JULIANE FURLANETTO TROMBIM, CPF nº. 054.065.649-60, no cargo de Enfermeira da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 409 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 166 de 01 de março de 2017, o período de contratação da servidora FERNANDA SERAFIM SILVESTRE, matrícula nº 4241, até 01/08/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 410 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora FERNANDA SERAFIM SILVESTRE do cargo em (ACT) de Monitora para atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, matrícula nº 4241, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 411 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora LAURA KOCHHANN TRIKEIS, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº. 3896, junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 412 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração da servidora LAURA KOCHHANN TRIKEIS, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº. 3896, conforme Portaria nº. 411 de 01 de agosto de 2017.

PORTARIA Nº. 413 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ELIZANI LENTZ DE CARVALHO HOMEM, matrícula nº. 1241, ocupante do cargo de Servente, a ser gozada no período de 01/08/2017 à 30/08/2017, período aquisitivo 05/07/2012 à 04/07/2017.

PORTARIA Nº. 414 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias a servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
TERESINHA DE OLIVEIRA MONTEIRO	3830	10/02/15 à 09/02/16	01/08/17 à 30/08/17

PORTARIA Nº. 415 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ALINE GOMES DA ROSA do cargo em (ACT) de Técnica de Enfermagem, matrícula nº 4281, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 416 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ALINE PEREIRA CHECHETTO do cargo em (ACT) de Técnica de Enfermagem, matrícula nº 4312, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 417 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora EMILIA FERRO STECANELLA do cargo em (ACT) de Farmacêutica, matrícula nº 4314, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 418 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora DHIÉSSICA DOS SANTOS BOZELLO do cargo em (ACT) de Enfermeira da Saúde da Família, matrícula nº 4291, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 419 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora EDNEIA GUETENER HIPOLITO, matrícula nº. 1270, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 01/08/2017 à 30/08/2017, período aquisitivo 07/10/2007 à 06/10/2012.

PORTARIA Nº. 420 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ROSIMERI FERREIRA, matrícula nº. 183, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a ser gozada no período de 01/08/2017 à 30/08/2017, período aquisitivo 30/05/2005 à 29/05/2010.

PORTARIA Nº. 421 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - DETERMINAR QUE INSTAURE-SE Sindicância, para, na forma da legislação vigente, apurar a materialidade e autoria do ocorrido.

PORTARIA Nº. 422 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora SIMONE SANTANA NOLLA do cargo em (ACT) de Assistente Social, matrícula nº 4308, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 423 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARIA DE FATIMA FRAGA BORGES, CPF nº. 449.742.309-30, no cargo de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 424 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora LEANDRA LAURINDO RECCO, matrícula nº. 2512, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 15/05/2017 a 11/09/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 425 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CARLA DE ARAUJO KERN do cargo em (ACT) de Médica da Saúde da Família, matrícula nº 4319, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 426 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, LENIO PEDRO DOS SANTOS, portador do CPF nº. 503.499.539-53, no cargo de Diretor de Diretor Geral de Máquinas e Implementos Agrícolas, nível DAS-3, junto a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 427 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JAQUELINE SANTOS CAMPOS, CPF nº. 069.265.329-58, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 10, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 428 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CIONEI DOS SANTOS MAIA, CPF nº. 032.927.079-60, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 429 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EDERVANEIA FERNANDES GUETENER TONETTO, CPF nº. 033.299.369-83, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 430 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LUCIANA BOZELLO BETELI, CPF nº. 070.638.889-51, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 04, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 431 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JOSILENE DE CASTILHOS CARDOSO, CPF nº. 055.264.199-59, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 432 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FRANCIELI PASCHOALI CASCEMICHOLSI PERUCHI, CPF nº. 081.131.099-00, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 06, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 433 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SILVANA EUZÉBIO PASCHOALI DOS SANTOS, CPF nº. 059.722.079-40, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 07, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 434 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARCIA VIEIRA GONÇALVES, CPF nº. 031.082.309-99, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 08, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 435 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JESIANE PIVA BEZ BIROLO, CPF nº. 025.856.709-02, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 09, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 436 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FATIMA CANDIOTTO BENEDET, CPF nº. 780.173.609-59, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 10, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 437 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JULIANA BUZELLO BROGNOLI, CPF nº. 087.052.809-23, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 438 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FRANCIÉLE OLIVEIRA DE OLIVEIRA, CPF nº. 066.938.469-04, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 439 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JOSIANI SEMLER MEZZARI VIDAL, CPF nº. 070.314.259-30, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 440 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ADRIANA DE BRITTOS EDUARDO EUZEBIO, CPF nº. 021.296.449-61, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 04, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 441 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MILEIDE DA SILVA GOMES, CPF nº. 047.729.009-42, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 06, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 442 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Redistribuir o Servidor MAGNO OLIVEIRA HOMEM, matrícula nº. 3883, CPF nº. 091.217.349-17, cargo de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº. 443 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SIRLEI LENTZ ROCHA BENEDET, CPF nº. 102.556.459-61, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 444 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EDINA REGINA SILVEIRA DE OLIVEIRA, CPF nº. 101.583.519-83, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 445 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARIA EDUARDA DE BORBA TRAMONTIN, CPF nº. 112.421.149-71, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 446 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JURACI DA APARECIDA ABREU CARDOSO, CPF nº. 681.111.939-04, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 04, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 447 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, RISELI MONTOVANI RONZANI DE BORBA, CPF nº. 057.950.749-18, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 06, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 448 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DEIZE SARTOR PAULINO POSSAMAI, CPF nº. 040.835.619-71, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 07, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 449 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, BRUNA RONCONI DA ROLT, CPF nº. 085.568.159-44, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 08, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 450 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, IVONETI DE BORBA DA SILVA, CPF nº. 035.091.889-93, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 09, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 451 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SUSANA SCAINI FERREIRA MONTOVANI, CPF nº. 026.091.649-80, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 452 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DANIELLE JUST GOULART, CPF nº. 052.865.299-09, no cargo de Enfermeira da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 453 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MELLANI DUMKE, CPF nº. 088.025.339-89, no cargo de Enfermeira da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 454 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALINE GOMES DA ROSA, CPF nº. 104.107.019-55, no cargo de Técnica em Enfermagem da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 455 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, REMILDA ROCHA FAGUNDES, CPF nº. 056.850.779-71, no cargo de Técnica em Enfermagem da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 456 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALINE PEREIRA CHECHETTO, CPF nº. 045.105.909-38, no cargo de Técnica em Enfermagem da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 457 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, GLADS LUCKUMANN PORTO, CPF nº. 006.802.529-75, no cargo de Educador Físico, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 458 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EMILIA FERRO STECANELLA, CPF nº. 087.950.929-51, no cargo de Farmacêutica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de

junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 459 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DIEGO TIMBONI, CPF nº. 057.907.969-40, no cargo de Odontólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 460 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SILVANA TROMBIM CHECHETTO, CPF nº. 066.283.789-42, no cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 461 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALEX FONTANA BURIN, CPF nº. 082.945.069-66, no cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 462 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANDRINE ROQUE BITENCOURT do cargo em (ACT) de Nutricionista, matrícula nº 4279, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 463 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Redistribuir o Servidor ALAN DE NONI DOS SANTOS, matrícula nº. 3964, CPF nº. 062.829.649-54, cargo de Fiscal De Desenvolvimento Municipal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº. 464 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MIGUEL ANGELO SCHIMENDES TISCOSKI, CPF nº. 038.737.419-11, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 465 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SERGIO BOTEON, CPF nº. 534.643.119-53, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 466 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, RUDIMAR CANTO BORGES, CPF nº. 007.803.299-70, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 467 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JEAN GLEBER GREGORINI, CPF nº. 906.775.289-49, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 468 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CRISTIANO DOS SANTOS RONSSANI, CPF nº. 061.605.159-00, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 469 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EDSON CANDIDO DE BORBA, CPF nº. 058.025.889-00, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atender as linhas de ônibus escolares, em substituição ao Motorista Flavio Mateus da Silva, no período de 01/08/17 até o término da Licença Saúde do titular, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 470 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DIRCEU CANDIDO DE BORBA, CPF nº. 843.592.859-49, no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atender as linhas de ônibus escolares, em substituição ao Motorista Francisco Molgato, no período de 01/08/17 até o término da Licença Saúde do titular, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 471 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALESSANDRO CONSONI PADILHA, CPF nº. 116.887.719-99, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 472 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EDSON GABRIEL, CPF nº. 919.234.849-15, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 473 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LEANDRO DE BORBA BORGES, CPF nº. 092.319.849-00, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 474 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JISLAINE DOS SANTOS INACIO, CPF nº. 104.030.649-70, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 475 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FRANK NEVES MOTTA, CPF nº. 081.070.649-09, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 476 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LENOIR FAGUNDES COSTA, CPF nº. 048.698.219-07, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 477 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, VALDECIR LAURINDO BORGES, CPF nº. 030.748.939-66, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 478 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DULCE GOMES FAGUNDES, CPF nº. 092.441.489-86, no cargo de Monitora (da Assistência Social), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 479 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARLI DA SILVA NAZÁRIO, CPF nº. 072.302.769-26, no cargo de Monitora (da Assistência Social), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 480 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FERNANDA SERAFIM SILVESTRE, CPF nº. 080.425.019-78, no cargo de Monitora (da Assistência Social), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 481 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, ao Servidor Público Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
225	FLAVIO MATEUS DA SILVA	Motorista

PORTARIA Nº. 482 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, ao Servidor Público Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
3957	ADRIANO BEREZNICKI	Motorista

PORTARIA Nº. 483 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JANDRINE ROQUE BITENCOURT, CPF nº. 080.955.919-63, no cargo de Nutricionista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 484 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ROSILEIA FERREIRA, matrícula nº. 2335, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 02/08/2017 à 31/08/2017, período aquisitivo 08/03/2012 à 07/03/2017.

PORTARIA Nº. 485 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Educação Física JUSSARA DE OLIVEIRA DA ROLT, portadora do CPF nº. 061.758.269-65, nível MAG LP 1A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017 para atuar no Projeto "Formando Cidadãos através do Esporte", junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 486 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Programada, CRISLEI FEIJO, portador do CPF nº. 434.411.579-15, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar no Centro Cultural Ângelo Savi Mondo, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 487 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, NABOR PIAZZOLI, portador do CPF nº. 070.394.929-20, no cargo em comissão de Chefe de Divisão Médico-Odontológica, nível DAS-1, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 488 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Educação Infantil THAÍSE PEREIRA BORGES MOLGARO, portadora do CPF nº. 053.651.339-27, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino

Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 489 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Educação Infantil BÁRBARA GOMES BORGES CARARO, portadora do CPF nº. 070.878.259-09, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 490 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Matemática CATHERINE LETÍCIA SARTOR DA ROLT, portadora do CPF nº. 054.261.569-05, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 491 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Matemática CRISTINA DA SILVA MARTINS PARAOL, portadora do CPF nº. 059.290.689-25, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 492 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Ensino Fundamental FLAVIA JUST PAULINO, portadora do CPF nº. 032.024.249-80, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, na Sala de Atendimento Educacional Especializado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 493 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Artes GABRIELA RECCO BETERLI, portadora do CPF nº. 106.232.509-50, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 494 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino ELETICIA DE NONI VEFAGO MONTOVANI, portadora do CPF nº. 077.811.939-46, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 495 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino GESSICA CARDOSO, portadora do CPF nº. 074.305.199-89, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 496 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino JHULIA ROSSO VARELA, portadora do CPF nº. 101.692.949-86, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 497 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino CARMEN LUCIA MANJOURANI PEREIRA, portadora do CPF nº. 567.738.110-15, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 498 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de

Educação Física CINTIA ALBINO DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 057.505.949-47, nível MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Albino Zanatta, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 499 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Língua Portuguesa ALINI DOS SANTOS ANTONELI, portadora do CPF nº. 072.754.119-62, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 500 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Língua Portuguesa MARKSA BETERLI DA SILVA MOLGARO, portadora do CPF nº. 047.976.869-28, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 501 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais ELAINE MARIA SEMPREGON GIUSTI GHIZZO, portadora do CPF nº. 053.208.119-69, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 502 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada o Professor de História KRISTYAN PESCADOR RECCO, portador do CPF nº. 047.669.849-94, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 503 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada, CLAUDIA MONTEIRO VELHO PIVA, portadora do CPF nº. 022.374.719-08, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Albino Zanatta, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 504 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais DANIELA CARARO CARDOSO CASAGRANDE, portadora do CPF nº. 053.090.379-26, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 505 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais MARCIA SIMONE CARDOSO CLAUDINO MATEUS, portadora do CPF nº. 837.484.239-34, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 506 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de História BRUNA TRAMONTIM DA ROLT, portadora do CPF nº. 008.760.889-81, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 507 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Língua Portuguesa MORGANA PATRÍCIO PIETSCH, portadora do CPF nº. 048.159.099-46, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 508 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de

Língua Portuguesa JANE MARIA MARQUES, portadora do CPF nº. 584.154.409-87, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 509 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Ensino Fundamental JANDIRA MONTOVANI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 460.448.099-00, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, na Sala de Atendimento Educacional Especializado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 510 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino VANICE DA ROCHA DA COSTA, portadora do CPF nº. 054.063.799-84, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 511 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino TALITA DE AGUIAR PAULINO RECCO, portadora do CPF nº. 054.883.929-80, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 512 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino FABIANA MANENTI TOMMASI, portadora do CPF nº. 906.771.379-15, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 513 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino MARIA DE FATIMA FERNANDES, portadora do CPF nº. 693.909.919-00, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 514 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino ALINE FELIX, portadora do CPF nº. 093.499.049-26, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 515 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino LUCIANA INACIO GOMES DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 048.004.379-54, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 516 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente, RAQUEL EMIDIO FAGUNDES, portadora do CPF nº. 071.190.679-31, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Arizona, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 517 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Língua Portuguesa ELIANA OLIVEIRA MATOS, portadora do CPF nº. 066.619.709-10, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 518 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Matemática KATELYN LUZIA DOS SANTOS DABOIT, portadora do CPF nº. 093.384.799-86, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 519 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente o Professor de Geografia GABRIEL TISCOSKI RAMOS, portador do CPF nº. 088.044.989-60, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovado no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 520 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Educação Física ANDIARA DOS SANTOS BARBON, portadora do CPF nº. 021.114.710-97, nível MAG LP 1A, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Figueira, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 521 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Inglês CINTIA REGINA GABRIEL, portadora do CPF nº. 045.547.349-86, nível MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Figueira, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 522 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais FERNANDA DE SOUZA POSSAMAI DELLA, portadora do CPF nº. 045.436.639-69, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 523 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais LUCIANI DE SOUZA POSSAMAI DELA OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 023.729.659-48, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 524 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais EDIVANIA SIMÃO SILVEIRA, portadora do CPF nº. 894.602.519-00, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 525 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais ELIANE EMERIM PEREIRA BOTEON, portadora do CPF nº. 691.317.599-04, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 526 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Ensino Fundamental DELI DE NONI FERREIRA, portadora do CPF nº. 946.586.509-59, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, na Sala de Atendimento Educacional Especializado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 527 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Ensino Fundamental ARCANGELA CIQUINEL LAZZARIN PAGANINI, portadora do CPF nº. 031.564.739-60, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, na Sala de Atendimento Educacional Especializado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 528 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino TALITA RONÇANI RODRIGUES, portadora do CPF nº. 093.343.709-98, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 529 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino THAIS FLORIANO DE SOUZA, portadora do CPF nº. 080.896.359-70, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 530 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente, CAROLINI MARTINS SCHEFER, portadora do CPF nº. 031.931.170-80, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Figueira, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 531 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Inglês JAQUELINE DA ROCHA DAMINELLI, portadora do CPF nº. 065.370.369-41, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 532 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino DAIANE DE MATTOS FERREIRA, portadora do CPF nº. 008.711.890-46, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 533 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino JOSIANI POSSAMAI DELA, portadora do CPF nº. 023.262.699-50, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 534 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino DIANA VITORINO, portadora do CPF nº. 048.130.839-35, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 535 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino CAROLINA DOS SANTOS TALAUI, portadora do CPF nº. 100.036.849-11, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 536 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino MARIA CONCEIÇÃO MATIAS BADA, portadora do CPF nº. 713.302.919-72, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 537 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino LORIZETE ANTONIO, portadora do CPF nº. 039.407.429-70, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 538 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente, DAIANE CARDOSO DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 058.321.509-29, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Santo Simão, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 539 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada, MARILÊ SIMONI DAROS, portadora do CPF nº. 316.637.882-00, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar na EMEB Santo Simão, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 540 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino PATRICIA NAZARIO, portadora do CPF nº. 028.839.069-55, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 541 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino JADINA PIVA DA SILVA NICOLETTI, portadora do CPF nº. 061.459.429-40, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 542 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino ADRIANA SEMPREG DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 037.375.919-38, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Dois Irmãos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 543 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente, LUCIR DE ALBUQUERQUE, portadora do CPF nº. 981.929.309-04, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar no CEI Dois Irmãos, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 544 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Educação Infantil ANDREIA SCHAUKOSKI BORGES DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 057.440.009-50, nível MAG LP 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 545 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino DERVANE RODRIGUES DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 039.912.269-95, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 546 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino LETIANE GOULART CRESTANI, portadora do CPF nº. 080.201.009-11, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 547 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino GESSICA EUFRASIO POSSAMAI DELLA, portadora do CPF nº. 076.606.169-86, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 548 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino IRACY CAMBRUZZI, portadora do CPF nº. 691.008.889-15, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 549 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino JANETE TOMMASI DE MELO, portadora do CPF nº. 906.767.349-87, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 550 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino ROSA CAMBRUZZI DE BORBA SOUZA, portadora do CPF nº. 048.154.799-17, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 551 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino DENISE FRANCISCO DA SILVA, portadora do CPF nº. 833.560.459-20, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 552 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada, ZELI TEREZINHA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 887.436.409-15, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 553 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada, GERUSA FAGUNDES MONTEIRO, portadora do CPF nº. 092.893.029-76, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 554 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Educação Infantil ELIANE SARTOR DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 018.422.129-31, nível MAG LP 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 555 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente, EDILÉIA VELHO PIVA, portadora do CPF nº. 093.644.739-73, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar no CEI Viver e Crescer, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 556 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino MARISA NART, portadora do CPF nº. 001.092.809-03, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Branca de Neve, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 557 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Educação Infantil CLARICE MARIA SALA, portadora do CPF nº. 741.938.809-15, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEF Prefeito Mario Gomes Colares, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no.

003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 558 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino VALDINEIA DE BRITTOS BETELI, portadora do CPF nº. 100.679.689-45, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEF Prefeito Mario Gomes Colares, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 559 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, KATIA GOMES DE SOUZA, portadora do CPF nº. 034.763.999-23, no cargo de Servente, nível SGM, 3I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/08/2017 até 15/12/2017, para atuar Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 560 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Redistribuir a Servidora TERESINHA DE OLIVEIRA MONTEIRO matrícula nº. 3830, CPF nº. 864.527.629-15, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº. 561 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, ao Servidor Público Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
4159	CLAUDETE MAZZUCCO FIGUEREDO	Diretor do Departamento de Fisioterapia e Serviços Especializados

PORTARIA Nº. 562 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, DHIÉSSICA DOS SANTOS BOZELLO, portadora do CPF nº. 083.218.639-22, no cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fisioterapia e Serviços Especializados, nível DAS-2, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, em substituição temporária da Servidora Claudete Mazzucco Figueredo, até o término da licença saúde da titular, no período de 02/08/17 à 05/11/17.

PORTARIA Nº. 563 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor ANTONIO BURIN, matrícula nº. 200, ocupante do cargo de Motorista, a ser gozada no período de 07/08/2017 à 05/09/2017, período aquisitivo 04/02/1997 à 03/02/2002.

PORTARIA Nº. 565 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria por invalidez de LUCIR DE FATIMA PATEL GREGORINI, matrícula nº. 1037 do cargo de Servente, conforme Benefício no. 176.519.574-5, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 566 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Redistribuir a Servidora SALETE LUCIANO matrícula nº. 1449, CPF nº. 034.936.589-07, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA Nº. 567 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, ao Servidor Público Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
4097	ADRIANA DE SOUZA DA ROSA	Servente

PORTARIA Nº. 568 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, ao Servidor Público Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
------	------	-------

987	NAIR BADA TUON	Auxiliar de Ensino
-----	----------------	--------------------

PORTARIA Nº. 569 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - NOMEAR, DANIELA GOMES PADILHA, portadora do CPF nº. 081.039.399-94, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Licitações, nível DAS-1, junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 570 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JULIANA GONÇALVES CARARO FAVARO, CPF nº. 040.196.439-62, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 01 – Micro Área 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 571 DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SUELEN LUCIANO ELIAS, CPF nº. 069.231.589-66, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 17/08/2017 até 31/12/2017, para atuar na ESF 02 – Micro Área 10 (Bairro Centro), junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 572 DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FABIANA MONTEIRO PINTO, CPF nº. 066.990.649-24, no cargo de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 02 – Micro Área 11, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 17/08/2017 até 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 573 DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Fica ampliada temporariamente, a jornada de trabalho da Professora de Artes FABRICIA GIASSI FURLANETTO, matrícula nº. 4169, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Figueira, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 574 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora JUCIMARA CARDOSO VOTRI BELLETTINI, matrícula nº. 3820, ocupante do cargo de Servente, a ser gozada no período de 21/08/2017 a 18/12/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 575 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MARIA EDUARDA DE BORBA TRAMONTIN do cargo em (ACT) de Agente Comunitário de Saúde da Família – ESF 03 – Micro Área 03, matrícula nº 4343, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 576 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CAROLINI NATAL CORAL do cargo em (ACT) de Médica da Saúde da Família, matrícula nº 4371, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 577 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor NARVARINO MANOEL ONORI, matrícula nº. 1231, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a ser gozada no período de 28/08/2017 à 26/09/2017, período aquisitivo 05/07/2007 à 04/07/2012.

PORTARIA Nº. 578 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ROSIMERI FERREIRA	183	30/05/14 à 29/05/15	01/09/17 à 30/09/17
RENATO BELLETTINI BRISTOT	3867	20/02/16 à 19/02/17	01/09/17 à 30/09/17
TIAGO MATIAS VITALI	3904	02/03/16 à 01/03/17	01/09/17 à 30/09/17

PORTARIA Nº. 579 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino ZIRLEI BORGES CARDOSO, portadora do CPF nº. 675.134.849-53, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Dois Irmãos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 08/08/2017 até 15/12/2017, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: menor preço Global

OBJETO: O presente edital consiste na contratação de pessoa jurídica para fornecimento de refeições (café, almoço, lanche e janta), a serem servidas, diariamente, para os atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, durante competições municipais, regionais e estaduais, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência e demais anexos do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 21 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 13:45 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 101.562,66 (cento e um mil quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 09 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.516/2017

D E C R E T O Nº 11.516/2017

Regulamenta os Procedimentos para o Recenseamento Previdenciário, nos Termos da Lei Federal Nº 10.887, de 18/06/2004.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a necessidade de uniformização dos procedimentos envolvendo o Recenseamento Previdenciário previsto na Lei Federal Nº 10.887, de 18/06/2004,

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1361/2017/Issem, de 23/08/2017, do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais;

DECRETA :

Art.1º O Recenseamento Previdenciário, instituído pelo inciso II, do artigo 9º, da Lei Federal Nº 10.887/2004, deverá ser realizado, no âmbito do regime próprio de previdência social do Município de Jaraguá do Sul (SC), pelo Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), observadas as normas estabelecidas neste Decreto.

Art.2º Os aposentados e os pensionistas vinculados ao Issem deverão comparecer, pessoalmente, no mês do seu respectivo aniversário, ao Setor de Recursos Humanos do Instituto para realizar seu Recenseamento Previdenciário.

§1º Os aposentados e os pensionistas que se encontrarem em outro Estado da Federação poderão, às suas expensas, encaminhar ao Issem a documentação exigida, sendo obrigatório o Formulário do Recenseamento Previdenciário estar devidamente preenchido e com a assinatura reconhecida em cartório, na modalidade presencial.

§2º Os aposentados e os pensionistas que se encontrarem no exterior poderão, às suas expensas, encaminhar ao Issem, além da documentação exigida, declaração de vida emitida por Consulado ou Embaixada Brasileira do país em que se encontrarem.

Art.3º Os documentos necessários para a realização do Recenseamento Previdenciário serão disponibilizados no endereço eletrônico do Issem (www.issem.com.br) e junto ao próprio Instituto.

Art.4º Ficam revogados os Decretos Municipais Nº 7.902/2011, de 23/05/2011 e Nº 9.703/2013, de 02/12/2013.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de setembro de 2017.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Diretor-Presidente do Issem

DECRETO Nº 11.517/2017

D E C R E T O Nº 11.517/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.050.000,00 (Um milhão e cinquenta mil reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.02 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA

25.02.17.512.14004.407 - Manutenção Patrimonial - Divisão Água

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.02.52 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

25.03 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO

25.03.17.512.14004.412 - Manutenção Patrimonial - Div. Esgoto

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.03.55 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL R\$ 1.050.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superávit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do

exercício de 2016, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), proveniente dos recursos vinculados arrecadados pelo Samae, no valor de R\$ 1.050.000,00 (Um milhão e cinquenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.518/2017

D E C R E T O Nº 11.518/2017

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 121/2016, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e monitoramento estatístico, através de equipamentos e sistemas eletrônicos no Município de Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO ELIAS DA SILVEIRA, matrícula 10852, Engenheiro Eletricista, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 121/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, em substituição a Leonardo Felipe Wehmuth, mantendo a servidora pública Ana Maria Badura, matrícula 10486, Engenheira, nas obrigações constantes do Artigo 1º do Decreto Nº 11.511/2016.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas

as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2017, revogando parcialmente o Decreto Municipal Nº 11.511/2016, de 08/12/2016.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 126/2017/COGEM

PORTARIANº 126/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 209/2017/3ªCPAD, de 30/08/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 15/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 021/2016, instaurado pela Portaria nº 894/2016, de 27/10/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 127/2017/COGEM

PORTARIANº 127/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 210/2017/3ªCPAD, de 30/08/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2016, instaurado pela Portaria nº 851/2016, de 13/10/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 128/2017/COGEM

PORTARIANº 128/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 212/2017/3ªCPAD, de 30/08/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2016, instaurado pela Portaria Nº 799/2016, de 16/09/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 129/2017/COGEM

PORTARIANº 129/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 211/2017/3ªCPAD, de 30/08/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 25/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 025/2016, instaurado pela Portaria Nº 1187/2016, de 19/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 130/2017/COGEM

PORTARIANº 130/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 010/2017/CEPAD, de 31/08/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/09/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2017, instaurado pela Portaria Nº 558/2017, de 30/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017-FMDCA E 111/2017-FMDI

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017-FMDCA E 111/2017-FMDI

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo . 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

OBJETO: Contratação de Instituição de Ensino para prestação de serviços técnicos especializados visando capacitar as entidades sobre Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC – Lei Federal 13.019/2014, conforme Resolução 032/2017-CMDCA e 26/2017/CMDI

Item	Qtd	Un	Produto	Valor Un	Valor Total
1	35	SV	Serviços especializado de treinamento (22812)	R\$263,20	9.212,00
2	15	SV	Serviços especializado de treinamento (22812)	R\$263,20	3.948,00
Valor Total				R\$ 13.160,00	

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

CONTRATADA: Oficina Municipal - Rua Padre Garcia Velho, nº 73,Cj 61/64 Bairro Pinheiros - CEP 55421-030 - Cidade: São Paulo/SP CNPJ: 05.159.170/0001-37

VALOR TOTAL: R\$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais);

PRAZO DE EXECUÇÃO: 11 e 12 de setembro de 2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 DIAS

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, acompanhada do relatório do fiscal desta contratação, juntamente com a apresentação de relatório de atividades certificados pelo(a) Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, acompanhado da respectiva Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro - Barra do Rio Molha, CEP 89259-700. Deverão ser emitidas duas notas fiscais, sendo uma no valor de R\$ 9.212,00 (nove mil, duzentos e doze reais) no nome do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE, CNPJ: 19.017.911/0001-50, E OUTRA NO VALOR DE R\$ 3.948,00 (Três mil, novecentos e quarenta e oito reais) em nome do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, CNPJ 22.276.882/0001-55;

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado: $I = (TX) I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.243.0900.2.900	Manutenção das ações deliberadas pelo CMDCA, previstas na legislação federal, estadual e local	3.3.90 – Aplicações Diretas	07	Próprio – Doação
08.122.0851.2.803	Manutenção das ações previstas na Lei que instituiu o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDIJS	3.3.90 – Aplicações Diretas	329	Próprio – Doação

Data: 04/09/2017

Foro: Comarca de Jaraguá do Sul

ANGELA RISSO

Presidente da Comissão

Permanente de Licitações do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DOUGLAS ANTÔNIO CONCEIÇÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Jaraguá do Sul

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 126/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 126/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAINÉIS DE COMANDO PARA ACIONAMENTO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA DE 200CV

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 06/09/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 26/09/2017 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 131/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO POR REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO Nº: 131/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E SEGURANÇA.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 06/09/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 25/09/2017 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 133/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 133/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE QUEIMADOR DE BIOGÁS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 06/09/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 21/09/2017 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 69/2017

PORTARIA Nº 69/2017

Exonera Assessor Parlamentar.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. WILSON PINTER. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 22/2017, de 23 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 05 de setembro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

259/2015 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 259/2015/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e AGRICULTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VILSON SARTORI, e a empresa OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.484/0001-66, estabelecida na RUA FELIPE SCHMIDT, 2070 – SL 01, no Município de OURO/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. ROSANA MARIA GALIO POGGERE, portadora da Carteira de Identidade nº 2.636.288-0 e inscrita no CPF sob o nº 018.631.599-67, residente e domiciliada na RUA OSVALDO CRUZ, 380, na cidade de OURO/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 259/2015/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2015/PMJ – Edital TP nº 13/2015/PMJ, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 15 de setembro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Os valores contratados ficam reajustados em 2,5565%, correspondentes a variação do INPC/IBGE no período de julho de 2016 a junho de 2017, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1.200	un	Lâmpada Vapor Sódio 70 W	EMPALUX	14,21	17.052,00
2	350	un	Lâmpada Vapor Sódio 150 W	EMPALUX	18,62	6.517,00
3	520	un	Lâmpada Vapor Sódio 250 W	EMPALUX	23,09	12.006,80
4	230	un	Lâmpada Vapor Sódio 400 W	EMPALUX	28,27	6.502,10
5	30	un	Lâmpada Vapor Metálico 150 W	EMPALUX	25,41	762,30
6	30	un	Lâmpada Vapor Metálico 150 W / 220 V – cor 830 UV filter – base g12 – modelo Powerball HCI-T	EMPALUX	42,15	1.264,50
7	45	un	Lâmpada Vapor Metálico 400 W	EMPALUX	29,91	1.345,95
8	25	un	Luminária Fechada Integrada LS7 - 70 W	POLLUX	175,17	4.379,25
9	10	un	Luminária Fechada Integrada LS15 - 150 W	POLLUX	179,66	1.796,60
10	10	un	Luminária Fechada Integrada LS25 - 250 W	POLLUX	291,96	2.919,60
11	10	un	Luminária Fechada Integrada LS40 - 400 W	POLLUX	291,96	2.919,60
12	593	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 70 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	48,38	28.689,34
13	231	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 150 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	72,27	16.694,37
14	256	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 250 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	86,97	22.264,32
15	170	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 400 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	131,10	22.287,00
16	1.200	un	Relé Fotoelétrica NF 5 A	TAKGTN	16,18	19.416,00
17	40	un	Luminária IP Fechada com policarbonato – com bocal E - 27	ALMIRANTE	74,65	2.986,00
18	60	un	Chave IP 1x50 NA 198/242 V relé	EXATRON	151,43	9.085,80
19	30	un	Chave IP 2F 2x30 A relé	EXATRON	178,15	5.344,50
20	22	un	Braço comum IP 25x1000 mm	ROMAGNOLLE	29,17	641,74
21	15	un	Braço especial IP 49x3000 mm	TOMAGNOLLE	94,02	1.410,30
22	70	m	Fio Caloria 1,5 mm²	CORFIO	0,60	42,00
23	180	rl	Fita isolante adesiva 9 mm x 20 metros	SOPRANO	3,59	646,20
24	80	un	Parafuso cabeça quadrada 16x250mm	ROMAGNOLLE	6,40	512,00
25	250	un	Conector Cunha Ampactin tipo III	INTELLI	2,47	617,50

26	110	un	Bocal de Porcelana E-27	DECORLUX	4,99	548,90
27	90	un	Bocal de Porcelana E-40	DECORLUX	8,73	785,70
28	1.200	mt	Cabo Flexível 2,5 mm²	CORFIO	0,99	1.188,00
29	10	un	Conector Paralelo Tipo Cunha 2/2	INTELLI	3,67	36,70
30	95	un	Parafuso cabeça quadrada 16x150 mm	ROMAGNOLLE	4,76	452,20
31	55	un	Parafuso cabeça quadrada 16x200 mm	ROMAGNOLLE	5,46	300,30
32	35	un	Parafuso cabeça quadrada 16x300 mm	ROMAGNOLLE	7,64	267,40
33	310	un	Base para Rele Fotoelétrico	TAKGTN	8,04	2.492,40
34	500	un	Conector Ampactinho Tipo II	INTELLI	3,73	1.865,00
35	40	un	Conector Ampactinho Tipo B	INTELLI	4,45	178,00
36	115	un	Conector tipo Piercing	INTELLI	4,24	487,60
37	03	un	Poste Dt 10/300	ARTELAGE	789,40	2.368,20
38	03	un	Poste Dt 10/150	ARTELAGE	555,84	1.667,52
39	03	un	Cinta para poste circular nº 190	ROMAGNOLLE	17,12	51,36
40	03	un	Cinta para poste circular nº 220	ROMAGNOLLE	22,70	68,10
41	135	sv	Serviços de manutenção da Chave Magnética (instalar, retirar ou substituir)		31,44	4.244,40
42	751	sv	Serviços e consertos em conexões (limpeza, reaperto ou substituição)		13,47	10.115,97
43	350	sv	Serviços para conserto e inspeção de circuito para localizar falha por ponto de iluminação publica (desmontar e consertar luminárias, refletores, conjunto de pétalas, conjunto de globos, etc.		20,21	7.073,50
44	1.000	sv	Serviços de manutenção de lâmpada em Luminária Aberta (instalar, retirar ou substituir)		15,72	15.720,00
45	962	sv	Serviços de manutenção de lâmpada em Luminária Fechada (instalar, retirar ou substituir)		21,33	20.519,46
46	80	sv	Serviços de manutenção de lâmpada em Luminária de poste acima de 11 metros com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)		28,06	2.244,80
47	1.171	sv	Serviços de manutenção de Reator para Lâmpada Comum ou Especial (instalar, retirar ou substituir)		23,57	27.600,47
48	50	sv	Serviços de manutenção de Reator em poste acima de 11 metros com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)		28,06	1.403,00
49	760	sv	Serviços de manutenção de Relê Fotoelétrico Individual (instalar, retirar ou substituir)		12,91	9.811,60
50	05	sv	Serviços de manutenção de Relê Fotoelétrico em poste acima de 11 metros com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)		20,21	101,05
51	88	sv	Serviços de instalação ou troca de luminária completa (padrão)		24,70	2.173,60
52	05	sv	Serviços de instalação ou troca de Luminária Completa (ornamental)		56,14	280,70
53	06	sv	Serviços de instalação de poste com guindauto		223,46	1.340,76

Diante da prorrogação e do reajuste agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 303.489,46 (trezentos e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 05 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e AGRICULTURA
Vilson Sartori - Secretário

ROSANA MARIA GALIO POGGERE
OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA-EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

57/2014/ FMS TA 06

CONTRATO Nº 57/2014/FMS – TA 06

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.271.309/0001-89, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 15, centro, no Município de Herval d'Oeste – SC, CEP 89.610-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. João Alcides Marqueze, portador da Carteira de Identidade nº 2.405.772 e inscrito no CPF sob o nº 725.308.719-49, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 57/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 29/2014/FMS – Inexigibilidade nº 2/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR**

Diante do aceite do credenciamento para a prestação, pela CREDENCIADA, de mais um serviço previsto no Edital, o subitem 1.2 do contrato passa a ter a seguinte redação:

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR POR PROCEDIMENTO R\$
CONSULTAS ESPECIALIZADAS - EM CARÁTER DE URGÊNCIA		
1	ORTOPEDIA	150,00
2	CARDIOLOGIA + ELETRO	330,00
3	GASTROENTEROLOGISTA	200,00
4	OTORRINOLARINGOLOGISTA	150,00
5	OFTALMOLOGIA	150,00
6	GINECOLOGIA	150,00
7	CIRURGIÃO VASCULAR	150,00
8	CIRURGIÃO VASCULAR + PRÉ AVALIAÇÃO CIRURGICA	200,00
10	PEDIATRIA	135,00
13	PSIQUIATRIA	160,00
PROCEDIMENTOS DE ULTRASSONOGRAFIA		
18	ABDOMEM TOTAL	119,00
PROCEDIMENTOS DE ECODOPPLER		
57	ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	238,00
58	ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL	238,00
64	VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAIS (CARÓTIDAS E VERTEBRAIS)	238,00
69	VENOSO DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	238,00
70	VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	238,00
PROCEDIMENTOS - OUTROS		
82	ECOCARDIOGRAMA	225,00

89	LIGADURA ELÁSTICA	238,00
92	ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES OU INFERIORES	387,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 30 de agosto de 2017.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA
CREDENCIADA
João Alcides Marqueze

Testemunhas:

1 _____

2 _____

AVISO DE ABERTURA DO CREDENCIAMENTO 01/2017/FMAS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Nº 01/2017/FMAS

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SC), representada neste ato por seu Secretário, Sr. JUCELINO JORGE FERRAZ, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, torna público que se encontra aberto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência para pessoa idosa. Os interessados deverão solicitar seu credenciamento na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 13 às 17 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e o preço que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no edital. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no site do Município, www.joacaba.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Administração e Gestão Financeira, no endereço e telefone já mencionados.

Joaçaba (SC), 28 de agosto de 2017.

JUCELINO JORGE FERRAZ
Secretaria Municipal de Assistência Social

AVISO DE ALTERAÇÃO PL 71/2017/PMJ - PP 47/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 2

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017/PMJ

O município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 43/2017/PMJ, tendo por objeto "Aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2017, destinado à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Joaçaba" para o transporte de seus usuários e familiares para acesso às atividades da Rede de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

1) Ficam alteradas as especificações do item 01 do Anexo I do Edital e da cláusula quarta da minuta do contrato (anexo IV do edital).
2) Em vista das alterações, a data do credenciamento, abertura e julgamento das propostas, fica alterada para o dia 22/09/2017 as 14 horas na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado.

Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 05 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

CONVOCAÇÃO

Convocamos a senhora Dirlei Maria Trindade dos Santos a apresentar-se a Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento deste, para assumir vaga do Processo Seletivo referente ao edital n.º14/2016 no qual foi classificado para a vaga de Auxiliar de Serviços Internos.

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em processo seletivo, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba.

Sem mais.

Secretaria Municipal de Educação
Joaçaba/SC**EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2017/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2017/PMJ

PROVENIENTE DO PL 76/2017/PMJ – TP 10/2017/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: N.Z. SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços de sonorização e iluminação com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, destinados à estruturação de eventos municipais.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 48.975,00 (Quarenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2017

DOTAÇÃO:

2.023 – MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

32 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

FISCAL: GUSTAVO DEON

DATA DE ASSINATURA: 05/09/2017.

Joaçaba – SC, 05 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

DIOCLÉSIO RAGNINI

HOMOLOG PL 52/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017/PMJ

O Secretário de Infraestrutura e Agricultura, Sr. Vilson Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 52/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 35/2017.

Objeto: a aquisição, de forma parcelada, de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas, na forma de REGISTRO DE PREÇO, conforme especificado no Anexo I, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

-Empresa Vencedora:

FELIPE FACIN

TOTAL R\$ 22.177,50

RENATO DALMOLIN DAL BOSCO-ME

TOTAL R\$ 9.630,00

FISCAIS: MARCOS AURELIO DALLAPRIA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VILSON SARTORI

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

HOMOLOG PL 72/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017/PMJ

O Secretário de Infraestrutura e Agricultura, Sr. Vilson Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 72/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 48/2017.

Objeto: a aquisição de implemento agrícola (grade aradora) para atender a demanda da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura do Município de Joaçaba, SC.

-Empresa Vencedora:

FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA

TOTAL R\$ 14.700,00

FISCAIS: VILSON SARTORI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 05 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VILSON SARTORI

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

ATA 26/2017 PMJ

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017 Data do Registro: 01/09/2017 Válido até: 01/09/2018
 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, conforme especificado no Anexo I, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mudas de flores de época - com 15 unidades (01-01-17239)	CX	Felipe Facin (7866)		0	8,5000	1
2	MUDAS DE KAUZUCA (JUNIPERUS CHINENSIS TOLUOSA) - 1,5 metros (01-01-10785)	UN	RENATO DALMOLIN DAL BOSCO - ME (7867)		0	9,6000	2
3	MUDA DE FÊNIX - TRONCO COM 1,0 METRO (01-01-14180)	UN	Felipe Facin (7866)		0	70,0000	1
4	Muda de Buxo grande (Buxus Sempervirens) - 0,40 m (01-01-15068)	UN	RENATO DALMOLIN DAL BOSCO - ME (7867)		0	72,0000	2
5	Muda de Cica Revoluta - tronco com 0,50 m (01-01-15069)	UN	Felipe Facin (7866)		0	117,0000	1
6	Muda de Liriodendron - tronco com 0,50 m (01-01-15070)	UN	Felipe Facin (7866)		0	117,5000	2
7	Gramma Preta - leiva (01-01-15071)	CX	RENATO DALMOLIN DAL BOSCO - ME (7867)		0	24,0000	1
					0	25,5000	2
					0	158,0000	1
					0	159,5000	2
					0	7,0000	1
					0	7,9000	2
					0	10,4000	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 01/09/2017		Válido até: 01/09/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, conforme especificado no Anexo I, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Felipe Facin (7886)		0	10.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2017

Número do Registro de Preços: 26/2017		Data do Registro: 01/09/2017		Válido até: 01/09/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, conforme especificado no Anexo I, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017
PROCESSO Nº 52/2017
(7866) - Felipe Facin
(7867) - RENATO DALMOLIN DAL BOSCO - ME

Joaçaba, 1 de Setembro de 2017.

HOMOLOGAÇÃO TP 10/2017/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2017 - TP
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 76/2017 Processo de Licitação: 76/2017 Data do Processo: 11/08/2017

Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2017
- b) Licitação Nr.: 10/2017-TP
- c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 05/09/2017
- e) Data da Adjudicação: 05/09/2017 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de sonorização e iluminação com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como para a locação, montagem e desmontagem de tendas, palco, cadeiras, gerador e materiais para forração e fechamento, destinados à estruturação de eventos municipais.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
(em Reais R\$)					

Joaçaba, 5 de Setembro de 2017.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2017 - TP Processo Administrativo: 76/2017 Processo de Licitação: 76/2017 Data do Processo: 11/08/2017
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

N.Z. SERVICOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA. ME (5378)

- | | | | | | |
|---|------|------|--------|-----------|-----------|
| 1 Serviços de sonorização, iluminação, incluindo a locação, montagem e desmontagem de tendas, palco, cadeiras, gerador e materiais para forração e fechamento para o Festival de Dança (ensaios e apresentações), no período de 08 a 11 de novembro de 2017, no Centro de Eventos da UNOESC, com a disponibilização dos seguintes equipamentos mínimos: | SERV | 1,00 | 0,0000 | 40.150,00 | 40.150,00 |
|---|------|------|--------|-----------|-----------|

Equipamentos mínimos de sonorização:

08 caixas de sub grave 1.600W
 16 caixas acústicas fly modelo Line Array 2x10" e drive titânio 3" 1.200W
 Amplificação completa para o sistema
 01 console digital (mesa de som) de 32 canais / 16 auxiliares
 01 gerenciador de sistema digital para delay
 02 Sistemas de caixas de som para delay com 4 caixas 800 Watts cada
 01 main power trifásico com tomadas e conexões - suporte de entrada 125 ampéres
 02 Notebook para trilhas musicais
 02 fones de ouvido
 04 caixas para monitoração de palco 400W
 Amplificador para monitoração de palco (02 canais)
 02 caixas de monitoração para backstage (amplificadas ou com amplificação convencional)
 02 caixas de monitoração para camarins (amplificadas ou com amplificação convencional)
 02 microfones sem fio
 02 microfones com fio
 04 Direct Box ativos
 02 pedestais para microfone

Equipamentos mínimos de iluminação:

72 refletores PAR 64 foco 05 - 1.000W cada.
 60 refletores de led RGBWA 54 x 3W
 06 refletores elipsoidal para focos.
 04 mini brut 2.600W
 01 mesa de iluminação digital (2.048 canais DMX).
 48 canais de rack de iluminação digital (DMX) 4.000W por canal.
 01 Main Power AC 175 amperes com cabos de AC 4 x 50mm2 - 40 metros.
 Cabeamento necessário para o sistema de iluminação.
 Filtros de cor, séries, paralelos, chicotes da AC.
 01 canhão seguidor 1.200W.
 02 máquinas de fumaça com dissipadores
 04 strobos 3.000W.

Estrutura para Iluminação e cenário:

Estrutura completa para montagem da iluminação sobre o palco com 12x12x6 (L x P x A) de P30 em alumínio sendo:
 14 peças de 4 metros
 16 peças de 3 metros
 08 peças de 2 metros
 04 peças de 1 metro
 06 bases 75x75cm
 04 pau de carga

Joaçaba, 5 de Setembro de 2017.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2017 - TP
	Processo Administrativo: 76/2017 Processo de Licitação: 76/2017 Data do Processo: 11/08/2017

Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Utí sleeves

Cintas para elevação de carga e talhas de 10 metros/ 1 tonelada.

01 ciclorama em tecido preto de 12x6 metros para fundo do palco

08 tecidos pretos de 6x2,8 metros sustentados em tubos metálicos de 2" para fixação das coxias laterais

Estrutura para fechamento das laterais palco (arquibancadas):

08 peças P30 alumínio de 4 metros

04 talhas de para elevação de 12 metros / 01 tonelada

Cintas de carga para fixação das talhas capacidade de 02 toneladas

Locação e montagem de 02 (duas) tendas tipo pirâmide de 10x10x3 metros com tablado em chapas de compensado e forração grafite, fechamentos laterais em lona branca para proteção (vento e chuva) para montagem dos camarins de apoio externos.

Locação e montagem de 500 (quinhentas) cadeiras plásticas (PVC) para acomodação do público em geral na quadra do Centro de Eventos da UNOESC

Locação e instalação de 01 (um) gerador de energia elétrica 290 KVA para alimentação sistema de sonorização e iluminação em caso de necessidade (modo stand-by)

Instalação e locação de 152m2 (cento e cinquenta e dois) metros quadrados de linóleo preto fosco para dança 1,4 mm para forração do palco do Centro de Eventos da UNOESC

Instalação e locação de linóleo preto com espessura de 1,2 mm (aproximadamente 1.000 m2) para proteção da quadra do Centro de Eventos da UNOESC

Joaçaba, 5 de Setembro de 2017.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2017 - TP
	Processo Administrativo: 76/2017 Processo de Licitação: 76/2017 Data do Processo: 11/08/2017

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**N.Z. SERVICOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA. ME (5378)**

2 Serviços de sonorização para a OLIEJHO CULTURAL, a realizar-se no Teatro Alfredo Sigwal, nos dias 18, 19, 20 e 21 de setembro, a partir das 8 horas, com a disponibilização dos seguintes equipamentos mínimos:

"02 amplificadores para guitarra + 02 microfones shure SM 57 para amplificadores de guitarra
"01 amplificador para baixo (ligado em linha)
"01 bateria completa + 01 retorno para bateria + 01 jogo completo de microfones para bateria
"01 retorno para teclado (ligado em linha)
"06 microfones para vocal shure SM 58
"03 retornos para backing vocals
"07 cabos P10 já instalados para conexão de violões
"01 cabo P10 já instalado para conexão de teclado
"03 microfones apropriados para captação de instrumentos de sopro + 02 microfones para captação de violinos
"02 microfones apropriados para captação de acordeom
"02 microfones para captação de percussão

Total do Fornecedor: 48.975,00

Total Geral: 48.975,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (63)

Joaçaba, 5 de Setembro de 2017.

Assinatura do Responsável

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA CONTRATO JHL 0079/2017 - SIMAE**

ERRATA:

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA
Na publicação do SIMAE, de 05 de setembro de 2017, DOM/SC, Edição nº 2334, pág. 478
Resumo Contrato JHL 0078/2017

Onde lê-se:

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0078/2017.

Leia-se:

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0079/2017.

RESUMO CONTRATO JHL 0078/2017 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0078/2017
SEXTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0064/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2013
PROTOCOLO Nº 1451/2013

Data assinatura: 30/08/2017

Objeto: Reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP.

Valor Contratado: R\$ 4.681,30 (quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta centavos) mensais.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.58.00.

Prazo de vigência: 30/08/2017 a 31/12/2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 11/2017 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 11/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2017

DATA DE EMISSÃO: 05/09/2017

OBJETO: Registro de preços para a contratação de pessoa(s) jurídica(s) interessada(s) na prestação de serviços na área de saúde, visando à coleta de material e realização de exames de laboratório, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no ANEXO I do Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 20/09/2017, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 05 de setembro de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 11/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2017

DATA DE EMISSÃO: 05/09/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Edgar Brandini, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme ANEXO I deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 20 de setembro de 2017.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços para a contratação de pessoa(s) jurídica(s) interessada(s) na prestação de serviços na área de saúde, visando à coleta de material e realização de exames de laboratório, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no ANEXO I do Edital.

2.2 – Os laudos dos exames laboratoriais deverão ser disponibilizados on line, sendo que o prazo entre a coleta do material e o resultado conclusivo deverá ser o mínimo necessário para a realização da análise, de acordo com critérios técnicos.

2.3 - LOCAL DE COLETA: O horário para coleta do material junto ao Posto de Saúde do Município (Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000) será determinado pelo Secretário Municipal de Saúde, todavia, o fornecedor deverá disponibilizar ainda, pessoal habilitado para coleta de material das pessoas encaminhadas pelo Município à sua sede a qualquer hora, no horário comercial

2.4 - O prazo entre a coleta do material e a entrega do laudo conclusivo deverá ser o mínimo necessário para realização da análise, de acordo com critérios técnicos, devendo o laudo ser entregue no Posto de Saúde do Município.

2.5- VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

2.6 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (CNPJ 11.417.744/0001-22).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (CNPJ 11.417.744/0001-22) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no ANEXO I deste Edital.

05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 - Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO II como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 20/09/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.09/2017
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2017
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- k) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), conforme ANEXO IV.
- l) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- m) Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>;
- n) Comprovação dos dispor de profissional responsável devidamente inscrito nos Conselho Regional de Farmácia, Biomedicina ou órgão competente.

8.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO) deste Edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e

decrecentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Saúde.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superior à média dos preços conforme valores constantes no ANEXO I deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento

do registro.

14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no ANEXO I e tópico 02 (OBJETO) deste edital.

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

15.3 - O proponente vencedor deverá prestar os serviços de coleta por pessoal habilitado do quadro de funcionários, comprovação essa que será feita por meio de declaração assinada pelo representante legal do fornecedor com identificação do funcionário disponibilizado.

15.4 - São de responsabilidade da licitante vencedora a coleta, o transporte e o armazenamento dos exames laboratoriais.

16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Descrição dos itens, quantidades e valores máximos;
- b) ANEXO II - Procuração;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- e) ANEXO V – Minuta da ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 05 de setembro de 2017.

EDGAR BRANDINI
Secretário de Saúde
Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	UN	10,00	5,53	55,30
2	ALFA FETO PROTEINA	UN	10,00	21,10	211,00
3	ANTICOAGULANTE LUPICO	UN	15,00	29,02	435,30

4	ANTIESTREPTOLISINA "O"	UN	20,00	4,43	88,60
5	ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO	UN	30,00	18,93	567,90
6	ANTIGENO HLAB 27	UN	5,00	54,59	272,95
7	ANTITROMBINA III	UN	5,00	24,58	122,90
8	CA 15/3	UN	20,00	26,63	532,60
9	CA 27/29	UN	3,00	301,14	903,42
10	CALCIO SERICO	UN	100,00	2,66	266,00
11	CALPROTECTINA	UN	3,00	145,26	435,78
12	CAPACIDADE TOTAL DE LIGAÇÃO DO FERRO	UN	15,00	7,42	111,30
13	CARDIOLIPINA IGA, AUTO ANTICORPOS	UN	5,00	17,16	85,80
14	CARDIOLIPINA IgG, AUTO ANTICORPOS	UN	5,00	17,16	85,80
15	CARDIOLIPINA IgM, AUTO ANTICORPOS	UN	5,00	17,16	85,80
16	CATECOLAMINAS URINARIAS LIVRES	UN	5,00	59,42	297,10
17	CITOMEGALOVIRUS IGG	UN	15,00	16,89	253,35
18	CITOMEGALOVIRUS IGM	UN	15,00	16,89	253,35
19	CORTISOL	UN	20,00	11,80	236,00
20	CREATINOFOSFOQUINASE	UN	30,00	118,46	3553,80
21	DESIDROGENASE	UN	40,00	4,73	189,20
22	ESTRIOL LIVRE SERICO	UN	5,00	11,81	59,05
23	ESTRONA	UN	10,00	11,81	118,10
24	FATOR ANTI-NUCLEAR (HEP-2)	UN	20,00	20,06	401,20
25	FATOR DE VON WILLEBRAND	UN	3,00	301,61	904,83
26	FATOR V LEIDEN	UN	8,00	106,44	851,52
27	FERRO.	UN	80,00	5,33	426,40
28	FOSFATASE ALCALINA TOTAL	UN	80,00	2,90	232,00
29	GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE	UN	80,00	4,45	356,00
30	GLOBULINA LIGADORA DE HORMONIO SEXUAIS - SHBG	UN	10,00	25,13	251,30
31	GRAM- BACTERIOSCOPIA	UN	10,00	4,20	42,00
32	HBSAG	UN	30,00	22,13	663,90
33	HEMOGLOBINA GLICADA	UN	80,00	11,15	892,00
34	HEMOGLOBINA GLICADA (A1C)	UN	80,00	11,15	892,00
35	HIV (HIV-1/HIV 2) , ANTICORPOS ANTI	UN	30,00	12,28	368,40
36	HORM. FOLICULO ESTIMULANTE- FSH APOS ESTIMULO	UN	5,00	10,20	51,00
37	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE- FSH	UN	70,00	10,20	714,00
38	HORMONIO LUTEINIZANTE- LH	UN	70,00	10,72	750,40
39	HTLV I e II	UN	5,00	32,46	162,30
40	IGE ESPECIFICO PARA CLARA DE OVO (F1)	UN	5,00	19,48	97,40
41	IGE ESPECIFICO PARA GRAO DE SOJA (f14)	UN	10,00	18,10	181,00
42	IGE ESPECIFICO PARA LEITE (F2)	UN	20,00	18,10	362,00
43	IGE ESPECIFICO PARA OVO (F245)	UN	10,00	22,24	222,40
44	IGE ESPECIFICO PARA PROTEINAS DO LEITE (C312)	UN	10,00	58,46	584,60
45	IGE ESPECIFICO PARA TRIGO	UN	10,00	18,10	181,00
46	IGE MÚLTIPLO - (EX1)	UN	5,00	22,44	112,20
47	IGE MÚLTIPLO - (FX1)	UN	5,00	22,44	112,20
48	IGE MÚLTIPLO - (FX2)	UN	5,00	22,44	112,20
49	IGE MÚLTIPLO - (FX3)	UN	5,00	22,44	112,20
50	IGE MÚLTIPLO - (FX5)	UN	5,00	22,40	112,00
51	IGE MULTIPLA - (GX2)	UN	5,00	22,44	112,20
52	IGE MULTIPLA - (HX2)	UN	5,00	22,44	112,20
53	IGE MULTIPLA PARA FUNGOS -(MX1)	UN	5,00	22,44	112,20
54	IGF-1- SOMATOMEDINA C	UN	20,00	23,16	463,20
55	IMUNOGLOBULINA IGA	UN	20,00	18,80	376,00
56	IMUNOGLOBULINA IGG	UN	20,00	21,10	422,00
57	IMUNOGLOBULINA IgM	UN	10,00	21,10	211,00
58	IND SAT TRANSFERRINA	UN	30,00	8,91	267,30
59	INIBINA A	UN	8,00	342,16	2737,28
60	INIBINA B	UN	8,00	420,14	3361,12
61	INSULINA APOS-PRANDIAL	UN	5,00	21,12	105,60
62	LACTOSE, TESTE DE TOLERANCIA	UN	25,00	31,14	778,50
63	LEUCÓCITOS FECAIS, PESQUISA DE	UN	5,00	2,22	11,10
64	LKM- 1, ANTI	UN	3,00	20,66	61,98
65	METANEFRIAS URINARIAS- FRACOES	UN	3,00	55,42	166,26
66	MICOPLASMA	UN	5,00	23,36	116,80
67	MICROALBUMINURIA	UN	30,00	20,32	609,60

68	MULLERIANO, HORMONIO ANTI	UN	5,00	364,12	1820,60
69	MUTACAO A1298C DO GENE MTHFR, ESTUDO	UN	5,00	248,88	1244,40
70	MUTACAO C677T DO GENE MTHFR, ESTUDO	UN	5,00	248,88	1244,40
71	MUTACAO NO GENE DA MCAD	UN	2,00	267,46	534,92
72	MUTACAO NO GENE DA PROTOMBINA (G20210A)	UN	2,00	116,42	232,84
73	NUCLEOSSOMO, ANTICORPOS ANTI	UN	3,00	32,16	96,48
74	PARATORMONIO - PTH (RIE)	UN	20,00	48,25	965,00
75	PH	UN	10,00	3,23	32,30
76	POLIMORFISMO DO PAI- 1	UN	5,00	182,16	910,80
77	PROTEINA C FUNCIONAL	UN	10,00	48,88	488,80
78	PSA ULTRA SENSIVEL	UN	40,00	18,37	734,80
79	RETICULOCITOS	UN	20,00	3,05	61,00
80	RUBEOLA - ANTICORPOS IGM, EIE PARA	UN	10,00	21,19	211,90
81	SEDIMENTO CORADO	UN	30,00	4,39	131,70
82	SELÊNIO	UN	20,00	27,43	548,60
83	SEROTONINA TOTAL	UN	20,00	22,02	440,40
84	SULFATO DE DEHIDROEPIANDROSTERONA	UN	40,00	16,74	669,60
85	TESTE DE SENSIBILIDADE A ANTIBIOTICOS	UN	80,00	14,91	1192,80
86	TESTE GENETICO DE INTOLERANCIA A LACTOSE	UN	20,00	174,26	3485,20
87	TIREOGLOBULINA, ANTICORPOS ANTI	UN	30,00	21,21	636,30
88	TOXOPLASMOSE- TESTE DE AVIDEZ IgG	UN	10,00	29,94	299,40
89	TRANSAMINASES TGO	UN	150,00	3,27	490,50
90	TRANSMINASE TGP	UN	150,00	3,27	490,50
91	TREPONEMA IgG	UN	5,00	17,16	85,80
92	TREPONEMA IgM	UN	5,00	17,26	86,30
93	TREPONEMA PALLIDUM	UN	5,00	18,10	90,50
94	TTG, ANTIC. ANTI TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL- IGA	UN	20,00	41,16	823,20
95	TTG, ANTIC. ANTI TRANSGLUTAMINASE TECIDUDUAL- IGG	UN	20,00	41,16	823,20
			Total		48.265,43

ANEXO II

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> _____,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa
ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 11/2017
PREGÃO PRESENCIAL n. 09/2017

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Edgar Brandini, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Registro de preços para a contratação de pessoa(s) jurídica(s) interessada(s) na prestação de serviços na área de saúde, visando à coleta de material e realização de exames de laboratório, cuja descrição, quantidades e valores máximos são os seguintes:

1.2 - Os laudos dos exames laboratoriais deverão ser disponibilizados on line, sendo que o prazo entre a coleta do material e o resultado conclusivo deverá ser o mínimo necessário para a realização da análise, de acordo com critérios técnicos.

1.3 - LOCAL DE COLETA: O horário para coleta do material junto ao Posto de Saúde do Município (Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000) será determinado pelo Secretário Municipal de Saúde, todavia, o fornecedor deverá disponibilizar ainda, pessoal habilitado para coleta de material das pessoas encaminhadas pelo Município à sua sede a qualquer hora, no horário comercial

1.4 - O prazo entre a coleta do material e a entrega do laudo conclusivo deverá ser o mínimo necessário para realização da análise, de acordo com critérios técnicos, devendo o laudo ser entregue no Posto de Saúde do Município.

1.5 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

1.6 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.7 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 09/2017, Processo Licitatório n. 11/2017 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "7.5" do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.417.744/0001-22).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão

devolvidas, isentando o Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.417.744/0001-22) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - Esta ata terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Fundo Municipal de Saúde, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução desta ata será administrada e gerenciada pelo Secretário Municipal de Saúde.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 01 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada

- a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.
- f) deverá prestar os serviços de coleta por pessoal habilitado, comprovadamente do quadro de funcionários, comprovação essa que será feita por meio de declaração assinada pelo representante legal do fornecedor com identificação do funcionário disponibilizado.
- g) São de responsabilidade da licitante vencedora a coleta, o transporte e o armazenamento dos exames laboratoriais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem

danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2017.

Edgar Brandini
Secretário de Saúde
Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

CONTRATADA

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 194/2017 - ASSOCIAÇÃO LEOAS DA SERRA - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 194/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO LEOAS DA SERRA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 22.059.965/0001-78, sediada na Rua Gustavo Lebon Régis, nº 201, bairro Copacabana, na cidade de Lages/SC

Da Patrocinada

Cláusula Primeira. Associação Leoas da Serra, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, já qualificada no preâmbulo deste instrumento, entidade atuante na modalidade de FUTSAL FEMININO, a qual participará da final da Copa do Brasil categoria adulta, com “partidas de ida e volta”, as quais se realizarão nas datas de 01/09/2017 (Manaus-AM) e 09/09/2017 (Lages-SC).

Do objeto do contrato

Cláusula Segunda. Este contrato tem como objeto o patrocínio prestado pelo contratante a contratada para a participação na final da Copa do Brasil de Futsal Feminino, conforme aludido na cláusula anterior, para pagamento das despesas com transporte, alimentação e hospedagem da delegação (20 pessoas), de acordo com as condições adiante estipuladas e, principalmente, conforme Lei Municipal n.º 4213/2017.

Do prazo

Cláusula Décima Oitava. O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Do patrocínio

Cláusula Décima Quinta. O contratante destinará o valor constante no art. 1º da Lei n.º 4213/2017 à contratada, para o fim de patrocinar a participação no evento desportivo descrito na cláusula primeira deste instrumento, além da participação no Jogos Abertos de Santa Catarina, conforme dispõe a Cláusula Sexta.

Parágrafo único: o contratante poderá adiantar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no ato da assinatura do contrato, valor que será utilizado para pagamento das despesas de alimentação da delegação, conforme autorização legislativa contida no §2º do art. 1º da Lei Municipal n.º 4213/2017.

Lages, 30 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 199/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 199/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ANTONIO SAULO MORAES BRANCO inscrito no CPF sob n.º 867.284.909-49, estabelecido na Localidade de Santa Terezinha do Salto – Salto Caveiras – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a

Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 200/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 200/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BELMIRA ANTUNES DA CRUZ inscrito no CPF sob n.º 944.840.159-00, estabelecido na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão – 1km do Trevo do Salto Caveiras – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.934,75 (sete mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 201/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 201/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BRUNO RAPHAEL ALVES GRACIOLI inscrito no CPF sob n.º 058.464.159.11, estabelecido na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão – CX 02 – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação

nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.028,56 (sete mil e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 202/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 202/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CARINA CARRARO inscrito(a) no CPF sob n.º 086.359.179-52, estabelecido na Localidade de Macacos – BR 282 Km 200 – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 1.947,40 (hum mil novecentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 203/207 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 203/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ELI APARECIDA DOS SANTOS DAMIANI inscrito(a) no CPF sob n.º 896.550.529-15, estabelecido na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.333,34 (sete mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 204/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 204/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: FRANCISCO FERNANDO ANTUNES FURTADO inscrito(a) no CPF sob n.º 710.913.439-34, estabelecido na Localidade de Pedras Brancas – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 3.685,00 (três mil seiscentos e oitenta e cinco reais).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 205/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 205/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: GILSON MARCIO ZANCHETTA SILVA inscrito(a) no CPF sob n.º 096.600.729-88, estabelecido na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 10.579,50 (dez quinhentos setenta e nove reais e cinquenta centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 206/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 206/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSE ALTAIR DE LIMA inscrito(a) no CPF sob n.º 101.828.579-21, estabelecido na Localidade Mirante – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 10.481,77 (dez mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 207/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 207/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSE AMADEU inscrito(a) no CPF sob n.º 386.707.809-25, estabelecido na Localidade Lambedor – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 3.211,80 (três mil duzentos e onze reais e oitenta centavos),.

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 208/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 208/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LAERCE SOUZA DA SILVA inscrito(a) no CPF sob n.º 295.779.859-04, estabelecido na Localidade Macacos – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.157,77 (sete mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 209/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 209/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LILIANE CONRADO PARRA ALVES inscrito(a) no CPF sob n.º 024.510.529-88, estabelecido na Localidade Santa Teresinha do Boqueirão – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 6.729,06 (seis mil setecentos e vinte e nove reais e seis centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 210/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 210/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LOURENÇO CARRARO inscrito(a) no CPF sob n.º 375.286.530-04, estabelecido na Localidade Macacos – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 1.257,40 (hum mil duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 211/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 211/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NERI DE OLIVEIRA ROSA inscrito(a) no CPF sob n.º 443.259.599-04, estabelecido na Localidade Salto Caveiras – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.893,82 (sete mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e dois centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 212/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 212/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: OSNI VONBOEMMEL inscrito(a) no CPF sob n.º 310.245.219-15, estabelecido na Localidade Salto Caveiras – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 213/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 213/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RAFAEL PEGORARO inscrito(a) no CPF sob n.º 080.809.609-50, estabelecido na Localidade Santa Terezinha do Boqueirão – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 19.820,000 (dezenove mil e oitocentos e vinte reais).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 214/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 214/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SAULO STEFFEN LEHMKUHL inscrito(a) no CPF sob n.º 495.494.569-00, estabelecido na Localidade Mirante – Lages/ SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 215/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 215/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: VOLNI DE MORAES inscrito(a) no CPF sob n.º 622.605.379-87, estabelecido na Localidade de Santa Terezinha do Salto – Lages/SC CEP 88.5000-00.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2017 e Parecer Jurídico nº 958/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 212/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 60/2017, homologada em 04/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2017;

2.4 Da Entrega, Semanalmente durante o segundo semestre de 2017, conforme cronograma.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 3.099,50 (três mil e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Lages, 04 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 216/2017 - VIVIANE MOSÉ - 12º CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 216/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

CONTRATADA: USINA DE PENSAMENTO PRODUÇÃO DIFUSÃO DE CONTEÚDO CULTURAL E CIENTÍFICO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.117.535/0001-63, com sede à Av Rio Branco, nº 257, salas 1306 e 1307, bairro Centro, CEP 20040-009, Rio de Janeiro/RJ.

Resolvem celebrar este Contrato de Inexigibilidade de Licitação. Em conformidade com parecer jurídico n.º 974/2017, Processo Administrativo nº 201/2017, correlato à Inexigibilidade 13/2017 homologada em 05/09/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Palestra proferida por Viviane de Souza Mosé, no 12º Congresso Municipal de Educação de Lages, a ser realizado no dia 28 de setembro de 2017, iniciando-se às 19h00 e terminando às 22h00.

Local: CENTROSERRA CONVENTION CENTER, localizado à Rua Luiz Gonzaga Proença, nº 445, bairro Universitário, CEP 88.511-120, Lages/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: dia 28 de setembro de 2017;

2.2 Da Execução: o prazo de prestação do serviço é de 01 (um) dia, 28 de setembro de 2017;

2.3 Do Contrato: dia 28 de setembro de 2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Lages, 05 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 857/2017

PORTARIA RH Nº 857/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, MARIA DE FÁTIMA NUNES DOS SANTOS para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir de 30/08/2017, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 858/2017

PORTARIA RH Nº 858/2017

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, HAMILTON RODRIGUES Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 24.08.2017 a 22.09.2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Agosto de 2017.

JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 859/2017

PORTARIA RH Nº 859/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Médico, Nível ANSS 1, admitidos em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

- Anita Nogarete Cattaneo;
- Maisa Gabriela Fracarolli Mazzin;
- Zeno alano Vieira.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 860/2017

PORTARIA RH Nº 860/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ALESSANDRA MENDES JUSTINO do Cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Nível ANTS, admitido em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861/2017

PORTARIA RH Nº 861/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ANA PAULA ROECKER do Cargo de Odontólogo, Nível ANSS 2, admitido em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 864/2017

PORTARIA RH Nº 864/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, EDUARDO NACIF CARNEIRO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Setembro de 2017 a 29 de Novembro de 2017, ao Servidor JOSÉ WANDERLEI MARTINS AMADOR, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Setembro de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 865/2017

PORTARIA RH Nº 865/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CAROLINA RODRIGUES VILLA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 866/2017

PORTARIA RH Nº 866/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CAROLINE DA SILVA FLORENTINO, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Consultas e Exames de Alto Custo, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 868/2017

PORTARIA RH Nº 868/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003642/2017;

RESOLVE:

Lauro Muller

PREFEITURA

2ª ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

2ª ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/PMLM/2017

A presente licitação tinha por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de concreto usinado, bombeado com e sem bomba para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas no Termo de referências.

Todavia, nenhuma empresa compareceu no dia e hora marcada. Tornando-a deserta. Determina-se lançamento de novo certame.

Lauro Muller, 05 de setembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

3ª REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

3ª REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 20/09/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de concreto usinado, bombeado com e sem bomba para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 05 de setembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO AGOSTO 2017

EXTRATO DE CONTRATO AGOSTO 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

CONTRATO Nº. 189/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de material de construção para reforma de telhados conforme necessidade da Secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC

CONTRATADO: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 099.PMLM.2017.

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 02.08.2017.

Valor: R\$ 9.498,00 (nove mil quatrocentos e noventa e oito reais).

CONTRATO Nº. 190/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de material de construção para reforma de telhados

conforme necessidade da Secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC

CONTRATADO: MCM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 099.PMLM.2017.

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 02.08.2017.

Valor: R\$ 8.478,00 (oito mil quatrocentos e setenta e oito reais)

CONTRATO Nº. 191/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição equipamentos e suprimentos de informática (impressoras e tonners) para atendimento das demandas do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital.

CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 0102.PMLM.2017.

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 04.08.2017.

Valor: R\$ 1.299,00 (mil duzentos e noventa e nove reais).

CONTRATO Nº. 192/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição equipamentos e suprimentos de informática (impressoras e tonners) para atendimento das demandas do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital.

CONTRATADO: ANGELO DEMO ME

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 0102.PMLM.2017.

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 04.08.2017.

Valor: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

CONTRATO Nº. 154/PMLM/2017.

OBJETO: a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços arquitetônicos necessários às demandas da municipalidade durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: DANIEL MAZON

Modalidade: CARTA CONVITE Nº. 074.PMLM.2017.

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 03.07.2017.

Valor: R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº. 193/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de tubos e chapas em aço galvanizado para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital

CONTRATADO: RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERAMENTAS EIRELLI ME

Modalidade: Pregão Presencial 104/pmlm/2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 08.08.2017.

Valor: R\$ 36.932,35 (trinta e seis mil novecentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos).

CONTRATO Nº. 194/PMLM/2017.

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FRANARIN & CIA LTDA VISLUMBRANDO A AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E UPGRADE DO SISTEMA PLEO VERSÃO 4.0 PARA USO NO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DA MUNICIPALIDADE.

CONTRATADO: FRANARIM & CIA LTDA
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO 114/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 09.08.2017.
Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

CONTRATO Nº. 195/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para serviços topográficos para atendimento das demandas da municipalidade
CONTRATADO: MARCELO SALVADOR
Modalidade: Pregão Presencial 106/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 10.08.2017.
Valor: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº. 196/PMLM/2017.
OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para serviços parcelados de horas máquinas, incluindo operador, para atendimento das demandas ao município de Lauro Muller.
CONTRATADO: PAVSOLO CONSTUTORA E MINERADORA LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 107/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 11.08.2017.
Valor: R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).

CONTRATO Nº. 197/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de cinco automóveis, sendo dois veículos de passeio e três pick up´s para atendimento das demandas das secretarias Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo referencia em anexo..
CONTRATADO: KOLINA PREMIER VEICULOS LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 110/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 17.08.2017.
Valor: R\$ 90.900,00 (noventa mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº. 198/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de cinco automóveis, sendo dois veículos de passeio e três pick up´s para atendimento das demandas das secretarias Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo referencia em anexo..
CONTRATADO: SUL PECAS VEICULOS LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 110/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 17.08.2017.
Valor: R\$ 139.350,00 (cento e trinta e nove mil trezentos e cinquenta reais).

CONTRATO Nº. 199/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha, para atendimento das demandas da Secretaria de Educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.
CONTRATADO: APP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 109/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 14.434,50 (quatorze mil quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

CONTRATO Nº. 200/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha, para atendimento das demandas da Secretaria de Educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.
CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADE LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 109/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 4.050,55 (quatro mil cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)

CONTRATO Nº. 201/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha, para atendimento das demandas da Secretaria de Educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.
CONTRATADO: MS COMERCIO DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 109/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 1.611,00 (mil seiscentos e onze reais).

CONTRATO Nº. 202/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha, para atendimento das demandas da Secretaria de Educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.
CONTRATADO: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 109/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 3.330,00 (três mil trezentos e trinta reais)

CONTRATO Nº. 203/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para serviços borracharia para atendimento das demandas da municipalidade, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos.
CONTRATADO: BAESSO COMERCIO DE PNEUS LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 108/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 23.350,00 (vinte e três mil trezentos e cinquenta reais).

CONTRATO Nº. 204/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias
CONTRATADO: COSTA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA
Modalidade: TOMDADA DE PREÇO 63/PMLM /2017
Vigência:31.12.2020
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

CONTRATO Nº. 205/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para implantação, licenciamento e suporte de software de controle de consumo de combustível, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.
CONTRATADO: VERITY INFORMATICA LTDA
Modalidade: Pregão Presencial 103/PMLM /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21.08.2017.
Valor: R\$ 17.255,00 (dezessete mil duzentos e cinquenta e cinco reais).

CONTRATO Nº. 206/PMLM/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de disponibilização de internet nos próprios da

Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos.

CONTRATADO: CNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA

Modalidade: Pregão Presencial 113/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 21.08.2017.

Valor: R\$ 31.111,20 (trinta e um mil centos e onze reais e vinte centavos)

CONTRATO Nº. 207/PMLM/2017.

OBJETO: O presente contrato é oriundo de estudo social prévio realizado pela assistente social para acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, forme proposta de serviço em anexo.

CONTRATADO: NUCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDA

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 24.08.2017.

Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº. 208/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de montagem e desmontagens de sistema de sonorização para as secretarias do Município de Lauro Muller/SC., durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: ITA PRODUÇÃO MUSICAL

Modalidade: Pregão Presencial 105/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 23.08.2017.

Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais).

CONTRATO Nº. 209/PMLM/2017.

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, PARA IMPLANTAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DE MUNICÍPIO DE LAURO MULLER/SC.

CONTRATADO: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Modalidade: Pregão Presencial 125/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 23.08.2017.

Valor: R\$ 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais).

CONTRATO Nº. 210/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para serviços de manutenção, conservação e limpeza dos cemitérios municipais de Lauro Muller

CONTRATADO: RUBERVAL RUFINO RABELO

Modalidade: Pregão Presencial 111/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017.

Valor: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

CONTRATO Nº. 211/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de pintura para manutenção para atendimento das demandas da Secretaria de Educação de Lauro Muller/SC/ rede municipal de ensino, conforme condições fixadas em Termo de de referência e demais condições constantes neste edital.

CONTRATADO: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Modalidade: Pregão Presencial 116/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 4.885,70 (quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).

CONTRATO Nº. 212/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de pintura para manutenção para atendimento das demandas da Secretaria de Educação de Lauro Muller/SC/ rede municipal de ensino, conforme condições fixadas em Termo de de referência e demais condições constantes neste edital.

CONTRATADO: TINTA COR LOJAO DAS TINTAS LTDA

Modalidade: Pregão Presencial 116/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 2.386,30 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e tinta centavos).

CONTRATO Nº. 213/PMLM/2017.

OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Hospital Municipal e Fundo Municipal Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: BORGUETTI INFORMATICA LTDA

Modalidade: Pregão Presencial 119/PMLM /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 15.210,00 (quinze mil duzentos e dez reais).

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

CONTRATO Nº. 67/FMS/2017.

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS LABORATORIAIS CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 040/FMS/2017.

CONTRATADO: EDGAR RUDI DA SILVA MATTOS & CIA LTDA

Modalidade: INEXIGIBILIDADE 44/FMS /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 01/08/2017

Valor: R\$ 68.397,66 (sessenta e oito mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos) a ser dividido entre todos os credenciados

CONTRATO Nº. 68/FMS/2017.

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS LABORATORIAIS CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 040/FMS/2017.

CONTRATADO: JS LABORATORIO DE ANALISE CLINICA LTDA

Modalidade: INEXIGIBILIDADE 44/FMS /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 01/08/2017

Valor: R\$ 68.397,66 (sessenta e oito mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos) a ser dividido entre todos os credenciados

CONTRATO Nº. 69/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para serviços borracharia para atendimento das demandas da municipalidade, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos.

CONTRATADO: BAESSO COMERCIO DE PNEUS LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 45/FMS /2017

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 21/08/2017

Valor: R\$ 8.125,00 (oito mil cento e vinte e cinco reais).

CONTRATO Nº. 70/FMS/2017.

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna,

à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos da CONTRATADO: COSTA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA
Modalidade: TOMADA DE PREÇO 49/FMS /2017
Vigência:31.12.2020
Assinatura: 21/08/2017
Valor: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

CONTRATO Nº. 71/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de disponibilização de internet nos próprios da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: CNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 46/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 21/08/2017
Valor: R\$ 10.888,92 (dez mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos).

CONTRATO Nº. 72/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Hospital Municipal e Fundo Municipal Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.
CONTRATADO: BORGUETTI INFORMATICA LTDA ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 47/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 31/08/2017
Valor: R\$ 13.676,95 (treze mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

CONTRATO Nº. 73/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 453,61 (quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos).

CONTRATO Nº. 74/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: W&Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 17.010,00 (dezessete mil e dez reais).

CONTRATO Nº. 75/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: METALURGICA HOSPITALAR INDUSTRIA DE COMERCIO DE AP ELETROMEDICOS
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais).

CONTRATO Nº. 76/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS DE ESCITORIO LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 13.416,00 (treze mil quatrocentos e dezesseis reais).

CONTRATO Nº. 77/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LETRONICOS LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 2.641,00 (dois mil seiscentos e quarenta e um reais).

CONTRATO Nº. 78/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELLI
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 6.590,00 (seis mil quinhentos e noventa reais).

CONTRATO Nº. 79/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 27.606,00 (vinte e sete mil seiscentos e seis reais).

CONTRATO Nº. 80/FMS/2017.
OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.
CONTRATADO: MF ALMEIDA & CIA LTDA EPP
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017
Vigência:31.12.2017
Assinatura: 25/08/2017
Valor: R\$ 895,00 (oitocentos e noventa e cinco mil reais).

CONTRATO Nº. 81/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.

CONTRATADO: MARCELA RICKEN DE MATTIA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 25/08/2017

Valor: R\$ 3.636,00 (três mil seiscentos e trinta e seis reais).

CONTRATO Nº. 82/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.

CONTRATADO: RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 25/08/2017

Valor: R\$ 9.426,00 (nove mil quatrocentos e vinte e seis reais).

CONTRATO Nº. 83/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.

CONTRATADO: HAYA INFORMATICA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 25/08/2017

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

CONTRATO Nº. 84/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.

CONTRATADO: AGUAMED COM DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICO LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 25/08/2017

Valor: R\$ 19.192,00 (dezenove mil cento e noventa e dois reais)

CONTRATO Nº. 85/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.

CONTRATADO: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI ME

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 25/08/2017

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

CONTRATO Nº. 86/FMS/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente (eletrodomésticos, móveis e equipamentos) conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual em anexo, bem como emenda parlamentar de número 11292.440000/1160-02.

CONTRATADO: METROMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 43/FMS /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 25/08/2017

Valor: R\$ 10.091,78 (dez mil noventa e um reais e setenta e oito centavos).

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

CONTRATO Nº. 37/HMHL/2017.

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS PARA CONSULTORIA AO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/HMHL /2017

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 21/08/2017

Valor: R\$ 117.312,00 (cento e dezessete mil trezentos e doze reais).

CONTRATO Nº. 38/HMHL/2017.

OBJETO: contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceitualização, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitário.

CONTRATADO: COSTA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA

Modalidade: TOMADA DE PREÇO 18/2017 HMHL

Vigência: 31.12.2020

Assinatura: 21/08/2017

Valor: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

CONTRATO Nº. 39/HMHL/2017.

OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de laudos radiológicos para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2017 (Anexo I - Termo de Referência do edital).

CONTRATADO: CLINICA DE IMAGENS E DIAGNOSTICO DO VALE LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 24/2017 HMHL

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 22/08/2017

Valor: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais).

CONTRATO Nº. 40/HMHL/2017.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas secretarias de Lauro Muller, durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: APP PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 HMHL

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 28/08/2017

Valor: R\$ 13.655,30 (treze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos).

CONTRATO Nº. 41/HMHL/2017.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas secretarias de Lauro Muller, durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: ANTONIO VOLPATO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 HMHL

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 28/08/2017

Valor: R\$ 7.563,80 (sete mil quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).

CONTRATO Nº. 42/HMHL/2017.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas secretarias de Lauro Muller, durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: BEBIDAS PORTAL LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08/2017

Valor: R\$ 1.782,50 (mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

CONTRATO Nº. 43/HMHL/2017.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas secretarias de Lauro Muller, durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08/2017

Valor: R\$ 11.364,85 (onze mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

CONTRATO Nº. 44/HMHL/2017.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas secretarias de Lauro Muller, durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: DIFafa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08/2017

Valor: R\$ 3.849,60 (três mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

CONTRATO Nº. 45/HMHL/2017.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas secretarias de Lauro Muller, durante o exercício de 2017.

CONTRATADO: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08/2017

Valor: R\$ 3.849,60 (três mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

CONTRATO Nº. 46/HMHL/2017.

OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Hospital Municipal e Fundo Municipal Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: BORGUETTI INFORMATICA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 27/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 9.794,00 (nove mil setecentos e noventa e quatro reais).

CONTRATO Nº. 47/HMHL/2017.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços para acompanhamento e auxílio na esfera contábil de todo processo de transição de autarquia do Hospital Municipal para Fundação Hospitalar Henrique Lage, a ser executada de acordo com as necessidades do Hospital Municipal, conforme abaixo especificados:

CONTRATADO: EDNA DA SILVA CONTABILIDADE

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

CONTRATO Nº. 48/HMHL/2017.

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES (ANESTESISTA) MÉDICAS CONFORME CREDENCIAMENTO Nº028/HMHL/2017 PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO HOSPITAL HENRIQUE LAGE. A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS

CONTRATADO: SAMDESC SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA E MANEJO DA DOR...

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 28/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais). A ser dividido entre todos os credenciados)

CONTRATO Nº. 49/HMHL/2017.

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS (CIRURGIA) CONFORME CREDENCIAMENTO Nº028/HMHL/2017 PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO HOSPITAL HENRIQUE LAGE. A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS

CONTRATADO: CLINICOM CLINICA MEDICA EIRELLI LTDA

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 28/2017 HMHL

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 31/08/2017

Valor: R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

ADITIVOS

CONTRATO Nº. ADITIVO de 25% 94/PMLM/2017

OBJETO: objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DO FORNECIMENTO de peças para maquinários da frota municipal, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável.

CONTRATADO: HIDRAMIX COM. RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08.2017.

CONTRATO Nº. ADITIVO de 25% 122/PMLM/2017

OBJETO: objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DO FORNECIMENTO de peças para maquinários da frota municipal, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável.

CONTRATADO: HIDRAMIX COM. RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08.2017.

CONTRATO Nº. ADITIVO de 25% 052/FMS/2017

OBJETO: objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DO FORNECIMENTO de peças para maquinários da frota municipal, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável.

CONTRATADO: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Vigência:31.12.2017

Assinatura: 28/08.2017.

CONTRATO Nº. ADITIVO de 25% 21/FMS/2017.

OBJETO: objeto do presente Termo Aditivo O ACRÉSCIMO DO FORNECIMENTO de peças para maquinários da frota municipal, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, do mesmo

Diploma Legal, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável.

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Vigência: 31.12.2017

Assinatura: 01/08.2017.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 128/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 128/PMLM/2017

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, caput, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – pão integral fatiado até 31/12/2017.

CONTRATADA: ROSEMERE ARTISMO DE ANDRADE

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 04/09/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 04/09/2017, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 04 de Setembro de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Lebon Regis

PREFEITURA

ATA COMPLEMENTAR DO PREGÃO - PR27/2017

ATA COMPLEMENTAR DO PREGÃO

OBJETO RESUMIDO: A presente licitação visa a implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para contratação futura e de forma parcelada de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de máquinas para corte, carregamento, espalhamento e compactação de terras, conforme descritivo e quantidades estimadas no ANEXO I (Termo de Referência).

Aos 04/09/2017, na cidade de Lebon Régis-SC, na sala de reuniões do Paço Municipal, sito na Rua Artur Barth, 300, Centro, reuniram-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto n.º 027/2017, com a finalidade de REAVALIAR a decisão tomada no procedimento licitatório administrativo nº 55/2017- Pregão Presencial Nº PR27/2017_RP21, que declarou vencedora e habilitada a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA.

A empresa LZK CONSTRUTORA LTDA apresentou a Proposta comprovando a posse da máquina referida no Item 04 através de contrato de locação, com prazo de vigência igual ou superior ao da execução contratual, bem como comprovante de propriedade da máquina através da nota fiscal de fls. 72. Após finalizada a sessão, revisando os documentos foi constatado que o comprovante de propriedade não está em conformidade com o item 7.1 "b" do Edital, pois a empresa deveria ter apresentado a nota fiscal da máquina prevista no item 04 em nome da locadora, o que não ocorreu, tendo em vista que a nota está em nome da Locatária, e se refere a outro equipamento que não atende as exigências Edital.

Diante destes fatos, este Pregoeiro de ofício decide rever a decisão proferida no ato do dia 28/08/2017 para declarar DESCLASSIFICADA a Proposta da empresa LZK CONSTRUTORA LTDA em razão da desconformidade com o Edital.

Tendo em vista que todos os Atos gerados após a fase de Propostas são insusceptíveis de aproveitamento, encaminhando à Autoridade Competente, recomendando que, com base no Artigo 49 da Lei 8.666/93, este Processo Licitatório seja Anulado de ofício, por ilegalidade.

Assinaturas

PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO	
Equipe de Apoio VANIA REGINA MARAFFON	Pregoeiro JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS

licitação infrutífera para a contratação dos serviços de máquinas pesadas.

Publique-se.

Lebon Régis, 05 de setembro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2017 PREGÃO PRESENCIAL PR 27/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2017

PREGÃO PRESENCIAL PR 27/2017.

OBJETO: Serviços de máquinas para corte, carregamento, espalhamento e compactação de terras.

DECISÃO

1 - Acolho a recomendação do Sr. Pregoeiro e anulo o procedimento licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a única empresa participante e vencedora de fato apresentou a proposta em desacordo com o previsto no Edital.

2 – Determino a revisão do edital e do termo de referência para realização de novo certame, tendo em vista que se trata da segunda

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO Nº 086/2017

DECRETO N.º 086, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o Biênio 2017-2019”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para o Biênio 2017-2019, de acordo com a indicação das entidades, conforme Lei Municipal nº 1.308 de 06 de junho de 2017, da forma que segue:

I. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: SAMUEL JOSÉ DE ABREU

Suplente: BRUNA PRIM

II. Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: RÚBIA KREUSCH

Suplente: MARISETE DE SOUZA MARIAN

III. Representantes da Diretoria de Assistência Social

Titular: ANA PAULA EGER

Suplente: GIAN CARLOS KNAUL

IV. Representantes da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Bertino Silva

Titular: NEIDE MARIA SPERBER

Suplente: LUCIANE FRANZEN

V. Representantes da Associação dos Grupos de Mulheres “União da Boa Amizade”

Titular: VALDENÉZIA SOARES BAUER

Suplente: ALBERTINA MARIA COELHO

VI. Representantes da Associação de Idosos “Grupo Nova Esperança”

Titular: MARIA ALBERTINA HOFFMANN

Suplente: NOELY JASPER KREUSCH

Art. 2º O prazo de vigência deste Conselho será de 2 (dois) anos, com possibilidade de 01 (uma) recondução, de acordo com a Lei Municipal nº 1.308 de 06 de junho de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se. Leoberto Leal, 04 de setembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 087/2017

DECRETO N.º 087, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Incisos I e II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente no valor de R\$ 70.316,00 (setenta mil trezentos e dezesseis reais) conforme especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.316,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	70.316,00
Função	10	Saúde	70.316,00
Sub-função	301	Atenção Básica	70.316,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	70.316,00
Projeto/Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado	70.316,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	70.316,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	70.316,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	70.316,00
Fonte de Recurso	0.1.0064	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	70.316,00
Detalhamento	72	Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado (Investimento)	70.316,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			70.316,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta das seguintes fontes:

I – Anulação da dotação conforme especificações abaixo.

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.616,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.616,00
Função	10	Saúde	25.616,00
Sub-função	301	Atenção Básica	25.616,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	25.616,00
Projeto/Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado	25.616,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.616,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.616,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.616,00
Fonte de Recurso	0.1.0064	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	25.616,00
Detalhamento	72	Cofinanciamento da Atenção Básica –PAB Estado (Investimento)	25.616,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			25.616,00
.....			
.....			

II – Excesso de arrecadação.

Descrição da Fonte de Recursos/Detalhamento	Cód. da Fonte	Valor
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado (Investimento)	0.1.0064.72	44.700,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		44.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de setembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 146/2017

DECRETO Nº146/2017

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Registro de Preço nº 105/2017 em 01 de setembro de 2017, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 105/2017, na modalidade Pregão Registro de Preço para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 05 de Setembro de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO

Luis Alves

PREFEITURA

DECRETO 81/2017

DECRETO N.º 81/2017

Declara a utilidade pública para fins de desapropriação amigável a área de terra que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o interesse público para fins de parcelamento do solo, com fulcro no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei n.º 3.365/41; CONSIDERANDO, a utilização pela coletividade da área descrita, como área de uso comum do povo; e

CONSIDERANDO, as disposições da Lei Municipal n.º 895/98;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação a ÁREA "2" com 3.644,92 m², ocupada há mais de 20 anos pela Rua Prefeito Willybaldo Van Den Bylaardt, no Bairro Serafim, neste Município de Luiz Alves/SC, de posse e propriedade de Nair Roders Goedert, que faz parte de um terreno maior, registrado sob a matrícula n.º 13.989 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC:

Parágrafo único. A área de terra declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, prevista no caput deste Decreto possui as seguintes medidas e confrontações:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P18, de coordenadas 48°57'19.121" W e 26°44'11.055" S; deste segue confrontando com a Rua Prefeito Willybaldo Van Den Bylaardt, com azimuth de 160°10'35" por uma distância de 16,42m até o vértice P19, de coordenadas 48°57'18.911" W e 26°44'11.554" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 237°13'52" por uma distância de 19,33m até o vértice P32, de coordenadas 48°57'19.493" W e 26°44'11.902" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 242°43'20" por uma distância de 11,48m até o vértice P33, de coordenadas 48°57'19.858" W e 26°44'12.078" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 250°33'51" por uma distância de 27,29m até o vértice P34, de coordenadas 48°57'20.784" W e 26°44'12.386" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 256°08'29" por uma distância de 47,24m até o vértice P35, de coordenadas 48°57'22.437" W e 26°44'12.778" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 249°22'40" por uma distância de 23,92m até o vértice P36, de coordenadas 48°57'23.242" W e 26°44'13.063" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 238°52'04" por uma distância de 20,88m até o vértice P37, de coordenadas 48°57'23.882" W e 26°44'13.423" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 229°30'14" por uma distância de 18,74m até o vértice P38, de coordenadas 48°57'24.391" W e 26°44'13.826" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 223°20'35" por uma distância de 48,18m até o vértice P39, de coordenadas 48°57'25.567" W e 26°44'14.982" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "2" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 226°36'41" por uma distância de 4,58m até o vértice P05, de coordenadas 48°57'25.685" W e 26°44'15.086" S; deste segue confrontando com a Rua Prefeito Willybaldo Van Den Bylaardt, com azimuth de

297°05'53" por uma distância de 16,97m até o vértice P06, de coordenadas 48°57'26.237" W e 26°44'14.842" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 46°36'41" por uma distância de 9,80m até o vértice P31, de coordenadas 48°57'25.983" W e 26°44'14.620" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 43°20'35" por uma distância de 48,58m até o vértice P30, de coordenadas 48°57'24.797" W e 26°44'13.455" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 49°30'14" por uma distância de 20,92m até o vértice P29, de coordenadas 48°57'24.230" W e 26°44'13.005" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 58°52'04" por uma distância de 23,66m até o vértice P28, de coordenadas 48°57'23.504" W e 26°44'12.598" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 69°22'40" por uma distância de 26,34m até o vértice 027, de coordenadas 48°57'22.618" W e 26°44'12.283" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 76°08'29" por uma distância de 47,40m até o vértice P26, de coordenadas 48°57'20.959" W e 26°44'11.891" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 70°33'51" por uma distância de 25,42m até o vértice P25, de coordenadas 48°57'20.097" W e 26°44'11.603" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 62°43'20" por uma distância de 9,61m até o vértice P24, de coordenadas 48°57'19.791" W e 26°44'11.456" S; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA "1" da MATRICULA 13.989 - ORI DE GASPAR, com azimuth de 57°13'52" por uma distância de 22,25m até o vértice P18, ponto inicial da descrição deste perímetro. Distante 1040,00 m da esquina da Rua Prefeito Willybaldo Van Den Bylaardt com a Estrada Geral Ribeirão do Bugre. Sem edificação, área esta que faz parte de um terreno maior, registrado sob a matrícula n.º 13.989 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar/SC.

Art. 2º A área objeto deste Decreto destina-se a regularização da via pública, denominada Rua Prefeito Willybaldo Van Den Bylaardt pela Lei n.º 895/98.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de setembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

DECRETO 82/2017

DECRETO N.º 82/2017

Declara a utilidade pública para fins de desapropriação amigável a área de terra que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o interesse público para fins de parcelamento do solo, com fulcro no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº. 3.365/41;

CONSIDERANDO, a utilização pela coletividade da área descrita, como área de uso comum do povo; e

CONSIDERANDO, existência da via pública, sem denominação oficial, conhecida por Estrada Geral Paula Ramos;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação a ÁREA "2" com 6.144,49 m², ocupada há mais de 20 anos pela Estrada Geral Paula Ramos, neste Município de Luiz Alves/SC, de posse e propriedade de Adir Lenoir, Adilson Lenoir e Odete Marisa Bompani Lenoir, que faz parte de um terreno maior, registrado sob matrícula n.º 3.947 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC:

Parágrafo único. A área de terra declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, prevista do caput deste artigo, possui as seguintes medidas e confrontações:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P2, de coordenadas N 7.037.903,03m e E 699.653,78m; deste segue confrontando com a propriedade de Estrada Geral Paula Ramos, com azimute de 160°34'32" por uma distância de 7,43m, até o ponto P3, de coordenadas N 7.037.896,02m e E 699.656,25m; deste segue confrontando com a propriedade de Estrada Geral Paula Ramos, com azimute de 90°12'49" por uma distância de 23,84m, até o ponto P4, de coordenadas N 7.037.895,93m e E 699.680,09m; deste segue confrontando com a propriedade de Estrada Geral Paula Ramos, com azimute de 66°42'26" por uma distância de 41,60m, até o ponto P5, de coordenadas N 7.037.912,38m e E 699.718,30m; deste segue confrontando com a propriedade de Estrada Geral Paula Ramos, com azimute de 116°41'45" por uma distância de 9,14m, até o ponto P6, de coordenadas N 7.037.908,27m e E 699.726,47m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 246°42'26" por uma distância de 48,93m, até o ponto P13, de coordenadas N 7.037.888,93m e E 699.681,52m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 270°12'49" por uma distância de 34,21m, até o ponto P14, de coordenadas N 7.037.889,05m e E 699.647,31m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 282°58'44" por uma distância de 43,60m, até o ponto P15, de coordenadas N 7.037.898,85m e E 699.604,82m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 289°45'11" por uma distância de 35,58m, até o ponto P16, de coordenadas N 7.037.910,87m e E 699.571,34m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 261°38'27" por uma distância de 25,91m, até o ponto P17, de coordenadas N 7.037.907,11m e E 699.545,70m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 236°08'00" por uma distância de 44,21m, até o ponto P18, de coordenadas N 7.037.882,47m e E 699.508,99m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 255°57'20" por uma distância de 35,29m, até o ponto P19, de coordenadas N 7.037.873,90m e E 699.474,76m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 277°58'14" por uma distância de 51,43m, até o ponto P20, de coordenadas N 7.037.881,04m e E 699.423,82m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 295°24'54" por uma distância de 60,28m, até o ponto P21, de coordenadas N 7.037.906,91m e E 699.369,38m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 321°09'08" por uma distância de 45,43m, até o ponto P22, de coordenadas N 7.037.942,29m e E 699.340,88m; deste segue confrontando com a Área "3", com azimute de 347°47'42" por uma distância de 25,51m, até o ponto P23, de coordenadas N 7.037.967,22m e E 699.335,49m; deste segue confrontando

com a Área "3", com azimute de 337°39'27" por uma distância de 39,55m, até o ponto P11, de coordenadas N 7.038.003,80m e E 699.320,46m; deste segue confrontando com a propriedade de Estrada Geral Paula Ramos em terras de Arno Luiz Altenburg & Irene Altenburg - Posseiro: José Adão Hermes - Matrícula 1.207 - ORI de Gaspar/SC, com azimute de 89°24'27" por uma distância de 15,07m, até o ponto P12, de coordenadas N 7.038.003,96m e E 699.335,52m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 157°39'04" por uma distância de 35,21m, até o ponto P24, de coordenadas N 7.037.971,39m e E 699.348,91m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 167°47'42" por uma distância de 23,44m, até o ponto P25, de coordenadas N 7.037.948,49m e E 699.353,87m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 141°09'08" por uma distância de 38,92m, até o ponto P26, de coordenadas N 7.037.918,18m e E 699.378,28m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 115°24'54" por uma distância de 54,93m, até o ponto P27, de coordenadas N 7.037.894,60m e E 699.427,89m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 97°58'14" por uma distância de 46,56m, até o ponto P28, de coordenadas N 7.037.888,15m e E 699.474,00m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 75°57'20" por uma distância de 30,12m, até o ponto P29, de coordenadas N 7.037.895,46m e E 699.503,22m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 56°08'00" por uma distância de 44,94m, até o ponto P30, de coordenadas N 7.037.920,50m e E 699.540,53m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 81°38'27" por uma distância de 32,58m, até o ponto P31, de coordenadas N 7.037.925,23m e E 699.572,77m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 109°45'11" por uma distância de 38,26m, até o ponto P32, de coordenadas N 7.037.912,30m e E 699.608,78m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 102°58'44" por uma distância de 41,21m, até o ponto P33, de coordenadas N 7.037.903,05m e E 699.648,93m; deste segue confrontando com a Área "1", com azimute de 90°12'47" por uma distância de 4,85m, até o ponto P2, onde teve início essa descrição. Distante aproximadamente 580,00m da Rua Prof. Willybaldo Van Den Bylaardt até o alinhamento leste do imóvel objeto. Sem benfeitorias, área esta que faz parte de um terreno maior, registrado sob a matrícula n.º 3.947 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes/SC.

Art. 2º A área objeto deste Decreto destina-se a regularização da via pública, sem denominação oficial, conhecida por Estrada Geral Paula Ramos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de setembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO Nº 45/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE

PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET, TRANSPORTE DE DADOS DIGITALIZADOS ENTRE PONTOS (ENDEREÇOS), E SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO (IP), FORMA PÓS-PAGA, EM FORMA DE PACOTE DE DADOS, MODALIDADE TELEFONIA FIXA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES E SUAS SECRETARIAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Conforme determinado pela Secretaria de Administração, inclui-se no Edital – Item 07 (Habilitação), subitem 7.4.6 – Autorização expedida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), em nome da proponente, para exploração de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado), ou ainda, apresentar extratos de termos de autorização publicados no Diário Oficial da União. Neste sentido, altera-se a abertura dos envelopes para o dia 21 de setembro de 2017, às 10h: 00min.

Luiz Alves, 05 de setembro de 2017.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO Nº 46/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DO MENOR PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA REPOSIÇÃO NAS IMPRESSORAS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER DA PREFEITURA DE LUIZ ALVES.

Por equívoco na publicação anterior, em relação à contagem do prazo, altera-se a abertura dos envelopes para o dia 22 de setembro de 2017, às 10h: 00min.

Luiz Alves, 05 de setembro de 2017.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 49/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS MUNICIPAIS: DE FUTEBOL SUÍÇO (VETERANO 40 E ADULTO FEMININO), FUTSAL (ADULTO MASCULINO 1ª E 2ª DIVISÃO E FEMININO ADULTO) PARA O ANO DE 2017.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 14h45min horas do dia 22/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 15h00min horas do dia 22/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 05 de setembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

LOA 2018

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves vem através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência será realizada no dia 14 de Setembro de 2017, quinta-feira, às 14:30 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves.

Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Vanderlei Rossi
Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 074/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 042/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 074/2017

Aos 28 (vinte e oito) dia do mês de agosto do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa PEDREIRA JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa, 600, na cidade de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/0001-47, neste ato representada por seu sócio-administrador SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 1.122.749 e inscrito no CPF/MF sob o nº 139.433.329-34, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 813, Bairro Frei Bruno, em Joaçaba(SC), doravante denominado FORNECEDOR 2, ajustam entre si o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO VALOR

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, aditivar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do item 3 (pedra de mão) da Ata PML nº 095/2016/PML, sem alteração de valor unitário, nos termos da Cláusula Segunda da presente Ata.

Item	Unid.	Descrição	Quant.	Quant. Total (25%)
3	M3	PEDRA DE MÃO	37,50	187,50

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER

PEDREIRA JOAÇABA LTDA

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

Ass.

Nome:

CPF:

2. _____

Ass.

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 114.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 114/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017 - PML

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 - LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doze de Maio, 152, sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89.609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 064/2017, Pregão Presencial nº 043/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	40,00	UN	Luminária Integrada para Iluminação Pública 70W à 150W	180,60	7.224,00
2	40,00	UN	Braço 1,50m para luminária integrada até 150W	47,94	1.917,60
5	4,00	UN	Terminal TCM 16mm	5,24	20,96
8	40,00	UN	Conector PF 50mm	6,20	248,00
19	15,00	UN	Carrinho de mão metálico reforçado - cap. 65L	158,40	2.376,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 11.786,56 (onze mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.2.2.2. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.3. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.2.4. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais nos locais indicados por servidor do Município de Luzerna/SC.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá entregar os itens 29 a 39, constantes do Anexo I, com instalação, nos locais indicados pela municipalidade, e prever o fornecimento de todo os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços.

1.2.6.1. As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.8. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.2.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.9.1. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.12. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.13. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.13.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Cabe ao Município:
 - 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
 - 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
 - 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
 - 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
 - 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
 - 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
 - 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:
 - 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
 - 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos

serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já

levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

08.001.12.361.0031.1032 – Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares

13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:

3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas

4.4.90 Investimentos – Aplicações diretas

Fontes:

1.08 e 3.08 Detalhamento: 008 – Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública – COSIP

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Educação

1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 - PMAQ CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Diesel e Juliana Corbani nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME FORNECEDOR 1	
---	--

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 115.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 115/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017 - PML

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

02 – MAQTRON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Caetano Natal Branco, nº 3.800, Bloco B, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-5300.805.297/0001-62, neste ato representado por superintendente, Sr. JOÃO MARCOS TIETI GIMENES, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 18.014.531-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o 057.431.468-70, doravante denominado FORNECEDOR 02;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 064/2017, Pregão Presencial nº 043/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
12	1,00	UN	Betoneira monofásica 400 litros	1.970,00	1.970,00
22	15,00	UN	Trena 5,00 metros	9,90	148,50

0.2. O FORNECEDOR 02, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.118,50 (dois mil cento e dezoito mil reais e cinquenta centavos);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.2.2.2. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.3. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.2.4. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais nos locais indicados por servidor do Município de Luzerna/SC.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá entregar os itens 29 a 39, constantes do Anexo I, com instalação, nos locais indicados pela municipalidade, e prever o fornecimento de todo os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços.

1.2.6.1. As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.8. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.2.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.9.1. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.12. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.13. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.13.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Cabe ao Município:
 - 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
 - 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
 - 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
 - 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;
 - 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
 - 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
 - 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe ao FORNECEDOR:
 - 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
 - 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir

as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

08.001.12.361.0031.1032 – Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares

13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:

3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas

4.4.90 Investimentos – Aplicações diretas

Fontes:

1.08 e 3.08 Detalhamento: 008 – Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública – COSIP

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Educação

1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 - PMAQ CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Diesel e Juliana Corbani nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

JOÃO MARCOS TIETI GIMENES

MAQTRON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

FORNECEDOR 02

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 116.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 116/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017 - PML

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

03 – SARA COMERCIO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Santos Dumont, nº 15, Bairro São José, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.230.554/0001-79, neste ato representada por MARIZA APARECIDA GUEDES, brasileira, maior e capaz, empresaria, portador da cédula de identidade RG nº 4696471 e inscrito no CPF sob o nº 055.021.469-01, doravante denominado,

doravante denominado FORNECEDOR 03;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 064/2017, Pregão Presencial nº 043/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
3	360,00	M	Cabo flexível 16mm ² 1kv - Cores diversas	5,00	1.800,00
4	85,00	M	Eletroduto corrugado 2' com guia	2,30	195,50
6	4,00	UN	Caixa de inspeção PVC - 30x30cm	9,30	37,20
7	20,00	M	Cabo cobre nú 50mm	9,90	198,00
10	200,00	UN	Tábua pinheiro 3ª para caixaria 2,50x25x420 cm	28,00	5.600,00
13	3,00	UN	Disco serra circular dentado	23,00	69,00
18	10,00	UN	Porta interna laminada para pintura, para uso interno, nas dimensões de 0,80x2,10m completa com marcos, batentes e vistas, dobradiças e fechadura com chave, inclusive instalação.	438,00	4.380,00
20	15,00	UN	Pá metálica com cabo de madeira	24,90	373,50
21	15,00	UN	Picareta alvião c/ ponta e pá larga	49,90	748,50
23	15,00	UN	Colher de pedreiro 8" c/ cabo de madeira	7,75	116,25
24	15,00	UN	Prumo de centro 700g	11,70	175,50
25	15,00	UN	Linha de pedreiro	7,60	114,00
26	30,00	UN	Lápis de carpinteiro	1,65	49,50
27	10,00	UN	Régua de alumínio bitubular com acabamento nas ponteiros - comprimento 2,00m	36,90	369,00
29	25,00	M2	Fornecimento e instalação de Piso Paviflex, peças 30x30cm, mantendo padrão de cor já existente, incluindo materiais pertinentes a instalação.	95,50	2.387,50
30	25,00	M	Fornecimento e instalação de Rodapé Paviflex de 5cm, mantendo padrão de cor já existente, incluindo materiais pertinentes a instalação.	22,00	550,00
32	1,00	UN	Porta interna laminada para pintura, para uso interno, nas dimensões de 0,80x2,10m completa com marcos de 0,23m, vistas 6cm; dobradiças e fechadura com chave, inclusive instalação.	439,00	439,00
38	5,00	UN	Tinta Epóxi Premium a base de água - acetinada ou semi-brilho na cor branca - galão de 3,60 litros.	139,00	695,00
39	2,00	UN	Rolo de veludo 23cm para aplicação de tinta epóxi	19,90	39,80

0.2. O FORNECEDOR 03, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 18.337,25 (dezoito mil trezentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.2.2.2. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.3. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.2.4. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais nos locais indicados por servidor do Município de Luzerna/SC.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá entregar os itens 29 a 39, constantes do Anexo I, com instalação, nos locais indicados pela municipalidade, e prever o fornecimento de todo os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços.

1.2.6.1. As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do

fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.8. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.2.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.9.1. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.12. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.13. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.13.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao

de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
 - b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

- 11.001.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
- 11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
- 08.001.12.361.0031.1032 – Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares
- 13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:

- 3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas
- 4.4.90 Investimentos – Aplicações diretas

Fontes:

- 1.08 e 3.08 Detalhamento: 008 – Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública – COSIP
- 1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários
- 1.01 Detalhamento: 001 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Educação
- 1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 - PMAQ CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.
- 9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Diesel e Juliana Corbani nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO de Luzerna
CONTRATANTE

MARIZA APARECIDA GUEDES
SARA COMERCIO EIRELI - ME
FORNECEDOR 03

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

CONTRATO PML Nº 117.17

CONTRATO PML Nº117/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 3.427.769, de ora em diante denominado CONTRATANTE e NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Timbó, nº 301, apto 601, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.398.197/0001-24, representada por GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN, brasileira, casada, bancária, portador da cédula de identidade nº 79934897-0 e inscrito no CPF/MF sob nº 639.640.203-59, denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 062/2017/PML, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 042/2017/PML, homologado em 29 de agosto de 2017, o qual é parte integrante do presente instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

0.1. O presente Contrato tem por objeto a realização, pela CONTRATADA, de concurso público e teste seletivo, destinados à Prefeitura Municipal e aos Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes do Anexo I que integra este Edital, para atuarem junto ao Município de Luzerna/SC.

0.2. A Contratação abrangerá todos os procedimentos referentes ao processo de realização do concurso público e teste seletivo, compreendendo:

0.2.1. Todas as etapas dos serviços, objeto do presente Edital, deverão ser totalmente executadas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

0.2.2. Elaboração do edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do concurso público e teste seletivo, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo a prévia aprovação do CONTRATANTE.

0.2.3. Todos os atos inerentes ao concurso público e teste seletivo deverão ser informatizados, desde as inscrições até o seu resultado final, sendo:

a) Divulgados na home page da CONTRATADA, sendo sua responsabilidade elaborar banco de dados dos candidatos, contendo no mínimo: nome do candidato e respectivo CPF, endereço, telefone fixo e celular, e-mail e nº de inscrição e fornecer para a Prefeitura de Luzerna quando da divulgação do Resultado Final.

b) A CONTRATADA deverá disponibilizar a estrutura necessária

para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário, direcionando o valor diretamente para a conta fornecida pelo Município.

c) Todo o concurso público e teste seletivo deverá ser divulgado na home page da Prefeitura de Luzerna.

0.2.4. Os valores a serem pagos pelos candidatos, para o teste seletivo e concurso público, a título de inscrição, constituir-se-ão em receita ao erário municipal, sendo:

a) Valor de R\$ 30,00 (trinta reais), para os cargos de Nível Fundamental;

b) Valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para os cargos de Nível Médio;

c) Valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), para os cargos de Nível Superior.

0.2.5. As provas objetivas para o concurso público deverão conter:

a) Para os cargos de Nível Fundamental: 20 (vinte) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

b) Para os cargos de Nível Médio: 30 (trinta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

c) Para o cargo de Nível Superior: 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

0.2.6. As provas objetivas para o teste seletivo deverão conter:

a) Para os cargos de Nível Fundamental: 20 (vinte) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

b) Para os cargos de Nível Médio: 30 (trinta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

c) Para o cargo de Nível Superior: 30 (trinta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

0.2.7. Quanto às provas de títulos, quando necessário:

0.0.8.1. Os títulos deverão ser entregues em data e local estabelecido nos editais do concurso público e teste seletivo.

0.2.8. Apreciar todas as inscrições e homologação das mesmas.

0.2.9. Mapear, preparar, inspecionar e organizar os locais de provas.

0.2.10. Treinar a equipe de coordenação e fiscalização.

0.2.11. Elaborar, reproduzir, aplicar e corrigir as provas objetivas (escrita, prática, de títulos, quando necessário).

0.2.12. As provas deverão ser impressas em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;

0.2.13. As provas deverão ser acondicionadas em envelope lacrado e indevassável e serem entregues no dia e horário estipulado para a realização do Concurso, nas salas determinadas para tal. Os envelopes deverão ser abertos na presença dos fiscais e dos candidatos. Ao término da aplicação das provas, as mesmas deverão ser lacradas novamente, na presença dos fiscais e dos 03 (três) candidatos remanescentes na sala, os quais deverão rubricar o lacre.

0.2.14. O Município disponibilizará para a realização da prova, o Centro de Eventos São João Batista, sito à Rua Frei João, 601, Luzerna (SC) com 10 (dez) salas, se necessário outros locais para acomodar todos os candidatos ficará a cargo da CONTRATADA.

0.2.15. As salas destinadas à realização das provas deverão conter o número máximo de 30 (trinta) candidatos cada uma, onde deverão permanecer, no mínimo, 02 (dois) fiscais.

0.2.16. Fornecer o gabarito oficial no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas após o término de aplicação das provas objetivas.

0.2.17. Corrigir as provas por leitura óptica.

0.2.18. Emitir, em sistema informatizado de Relatórios Parciais em todas as fases do certame.

0.2.19. Analisar os Recursos das Inscrições, das Provas e do Resultado Final, com emissão de parecer individualizado.

0.2.20. Aplicar a Prova de Títulos, com a consequente avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos.

0.2.21. Emitir a relação de classificados.

0.2.22. Apreçar os recursos administrativos dos candidatos sobre todas as fases e sobre o resultado, com emissão de parecer individualizado.

0.2.23. Montar do relatório (parciais e finais) com todos os atos decorrentes da realização do concurso público e teste seletivo.

0.2.24. Disponibilizar apoio técnico-jurídico em todas as etapas do concurso público e teste seletivo.

0.2.25. A CONTRATADA deverá executar seus trabalhos sobre a orientação da Comissão de Acompanhamento do concurso público e teste seletivo, composta por 3 (três) servidores efetivos do Município.

0.2.26. Os critérios de desempate deverão contar com recurso avançado de modo a não permitir empates técnicos entre candidatos.

0.2.27. O objeto da presente licitação não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, para terceiros.

0.2.28. A CONTRATADA deverá estabelecer contato com o Município imediatamente após a homologação deste Processo de Licitação para iniciar a elaboração dos editais e adotar todas as medidas cabíveis para que as ações aconteçam dentro dos prazos previstos.

0.2.29. A CONTRATADA deverá entregar em tempo hábil os arquivos eletrônicos necessários para o cumprimento de obrigações acessórias referente ao E-Sfinge do Tribunal de Contas, nos moldes e formatos do layout da Betha Sistema.

0.2.30. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VIGÊNCIA

1.1. O prazo para a execução de todas as etapas dos serviços, objeto do presente Contrato, deverão ser totalmente executadas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

1.2. O prazo de validade do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR

2.1. O valor total dos serviços ora contratado correspondem ao valor de R\$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais).

2.2. O valor pela prestação de serviços já inclui:

2.2.1. Todas as despesas com locomoção, alimentação, estadas, encargos e obrigações tributárias, sociais trabalhistas e previdenciárias, incidentes, impostos e taxas, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais, após a abertura dos envelopes.

2.2.2. Quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA

DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da execução total do objeto, com a homologação final do resultado.

3.1.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95 e após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

3.1.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, Nº da conta) deverão ser informados pela proponente na proposta de preços.

3.1.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.1.4. O CONTRATADO deverá enviar por e-mail o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Coordenadoria de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.1.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

3.1.6. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o Contrato.

3.1.7. Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta.

3.1.8. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o INPC, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas.

3.1.9. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do Contrato.

3.1.10. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do

presente Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

06.001.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.0 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEXTA

DAS RESPONSABILIDADES

5.1. Responsabilidades do CONTRATANTE:

5.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo.

5.1.2. Efetuar todas as publicações legais relativas ao concurso público e teste seletivo.

5.1.3. Ceder os locais indicados para a realização das provas objetivas.

5.1.4. Receber os eventuais recursos administrativos e encaminhá-los a CONTRATADA para julgamento.

5.1.5. Designar a Comissão Coordenadora.

5.1.6. Fiscalizar a execução do Contrato.

5.1.7. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial, visando à fiscalização da execução do Contrato.

5.1.8. Providenciar a publicação resumida do presente Contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

5.1.9. Subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do Contrato.

5.1.10. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços.

5.1.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a cláusula quarta do presente Contrato.

5.2. Responsabilidades da CONTRATADA:

5.2.1. Elaborar o edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do concurso público e teste seletivo, conteúdo programático e bibliografia, prova prática, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo a prévia aprovação do CONTRATANTE.

5.2.2. Elaborar o modelo de todos os demais editais necessários, tais como: recursos, homologação das inscrições, divulgação de resultado das provas, julgamento de recursos, convocação para provas, homologação do resultado final e classificação dos candidatos e outros que se fizerem necessários.

5.2.3. Divulgar o concurso público e teste seletivo em home page própria, incluindo a publicação de todos os editais na íntegra, para os candidatos interessados terem acesso.

5.2.4. Disponibilizar link para acesso pela home page do Município de Luzerna.

5.2.5. Prestar informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e por telefone, em todas as fases do concurso público e teste seletivo.

5.2.6. Fornecer o modelo de ficha de inscrição.

5.2.7. Disponibilizar a estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário, direcionando o valor diretamente para a conta fornecida pelo Município.

5.2.8. Apreciar todas as inscrições e elaborar o edital de homologação das mesmas.

5.2.9. Montar o banco de dados dos candidatos, contendo, no mínimo: nome do candidato, nº de inscrição, CPF, endereço e telefone e fornecer a Prefeitura de Luzerna quando da divulgação do Resultado Final.

5.2.10. Elaborar, digitar, proceder à revisão técnica e reproduzir as provas objetivas, que serão de responsabilidade dos profissionais técnicos, que deverão compor banca da CONTRATADA,

devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, de acordo com o número de inscritos.

5.2.11. Imprimir as provas em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas.

5.2.12. Acondicionar as provas em envelopes lacrados e indevasíveis, os quais serão entregues nos dias e horários estipulados para a realização do concurso público e teste seletivo, nas salas determinadas para tal. Os envelopes serão abertos na presença dos fiscais e dos candidatos. Ao término da aplicação das provas, as mesmas deverão ser lacradas novamente, na presença dos fiscais e dos 03 (três) candidatos remanescentes na sala, os quais deverão rubricar o lacre.

5.2.13. Elaborar o layout e imprimir os cartões-resposta, para correção por sistema de leitura óptica.

5.2.14. Transportar e entregar as provas nos respectivos locais de aplicação sem ônus para a CONTRATANTE.

5.2.15. Elaborar atas e listas de presença em todas as fases do certame.

5.2.16. Sinalizar o espaço físico destinado à realização das provas.

5.2.17. Aplicar as provas.

5.2.18. Responsabilizar-se pela contratação e pelo pagamento dos fiscais, em número suficiente para o pleno atendimento do objeto.

5.2.19. Proceder ao devido treinamento dos fiscais designados.

5.2.20. Fornecer atendimento especializado aos portadores de deficiência de acordo com as especificidades dos casos apresentados (motora, auditiva, visual).

5.2.21. Fornecer o gabarito oficial, no primeiro dia útil após a data da aplicação das provas, disponibilizando o gabarito e o caderno de provas no site do Município e da empresa.

5.2.22. Proceder à correção das provas por sistema de leitura óptica.

5.2.23. Proceder à análise dos títulos, atribuindo à pontuação correspondente.

5.2.24. Examinar e julgar eventuais recursos relativos às provas, com emissão de parecer individualizado.

5.2.25. Recorrer às provas e fornecer novos relatórios e ordem classificatória, por força de recursos interpostos, se for o caso.

5.2.26. Emitir relatórios em sistema informatizado, em todas as fases do certame.

5.2.27. Fornecer o banco de dados dos candidatos e dos relatórios de todas as fases do teste, em meio magnético.

5.2.28. Montar dossiê e entregá-lo ao CONTRATANTE, contemplando todos os atos decorrentes da realização do concurso público e teste seletivo.

5.2.29. Fornecer apoio técnico-jurídico em todas as etapas do concurso público e teste seletivo.

5.2.30. Cumprir o disposto no presente Contrato, obedecendo ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

5.2.31. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

5.2.32. Refazer, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços impugnados pelo mesmo.

5.2.33. Manter sigilo absoluto do conteúdo e do gabarito das provas.

5.2.34. Utilizar somente mão de obra especializada, na execução dos serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

5.2.35. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

5.2.36. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato.

5.2.37. A empresa vencedora deverá entregar em tempo hábil os arquivos eletrônicos necessários para o cumprimento de obrigações acessórias referente ao E-Sfinge do Tribunal de Contas, nos moldes e formatos do layout da Beta Sistema.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

6.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso.

6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

6.4.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.4.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.5. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93.

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público.

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente Contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

8.1. O objeto do presente Contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das

faltas ou defeitos observados.

9.2. A Comissão de Concurso, composta por servidores designados pelo Prefeito Municipal, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do presente Contrato.

9.3. A CONTRATADA aceitará integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

9.4. A existência e atuação da fiscalização pela CONTRATANTE, em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste Contrato.

9.5. A fiscalização poderá avaliar a atuação de qualquer empregado da CONTRATADA e exigir a sua dispensa se verificar que sua conduta é prejudicial ao bom andamento dos serviços, objeto deste termo, devendo ser providenciada a sua substituição no prazo de vinte e quatro (24) horas, a contar da data da notificação expedida pelo CONTRATANTE, o qual ficará isento de responsabilidade se dela originar-se qualquer tipo de ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Na execução deste Contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

9.2. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN
NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

DECRETO 2431

DECRETO Nº 2431 de 05 de setembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º, da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 35.000,00

Ação: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.088,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 35.000,00

Ação: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.088,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1536

LEI Nº 1536 de 05 de setembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º- Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município para o período de 2018 a 2021 - PPA 2018-2021, em cumprimento ao disposto no §1 do art. 165 da Constituição.

Parágrafo Único - O PPA 2018-2021 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Art. 2º- São partes integrantes dessa Lei:

I. PPA_01 - Identificação de Programa;

II. PPA_02 - Identificação da Ação;

III. PPA_03 - Programas e Ações;

IV. PPA_04 - Fontes de Recurso da Receita;

V. PPA_05 - Fontes de Recurso da Despesa;

VI. PPA_06 - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso;

VII. PPA_07 - Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso;

VIII. PPA_08 - Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção;

IX. PPA_09 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

X. PPA_10 - Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso;

XI. PPA_11 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recursos;

XII. PPA_12 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas.

Art.3º- Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo VI (PPA_06 - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso) desta Lei.

Art. 4º- Os Demonstrativos que compõem o PLANO PLURIANUAL, representados no Anexo III (PPA_03 - Programas e Ações) desta Lei, serão estruturadas em programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, produtos, unidades de medida, metas e valores globais para os quatro exercícios.

Art. 5º- Os valores constantes dos Anexos e Demonstrativos, partes integrantes desta Lei, estão orçados a preços correntes.

Parágrafo Único - As Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentárias Anuais dos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 atualizaram os valores dos anexos dessa Lei.

Art. 6º- A exclusão ou alteração dos Programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos Programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de Projeto de Lei.

Art. 7º- O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º- Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º- As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos e Demonstrativos, daquela Lei.

Art. 10- Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por ato próprio, alterações no PPA 2018-2021 para:

I. Compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, podendo, para tanto:

a) adequar as vinculações entre ações orçamentárias e objetivos; e

b) revisar ou atualizar metas físicas.

II. alterar Metas qualitativas; e

III. incluir, excluir ou alterar os seguintes atributos:

- a) Indicador;
- b) Órgão Responsável por Objetivo e Meta;

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1537

LEI Nº 1537 de 05 de setembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O Orçamento do Município de Luzerna, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. As metas fiscais;
- II. As prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do plano plurianual 2018/2021;
- III. A estrutura e organização dos orçamentos;
- IV. As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- V. As disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI. As disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII. Do sistema de Custos; e
- IX. As disposições gerais.

Art. 2º- São partes integrantes dessa Lei:

- I. LDO_01 - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso
- II. LDO_02 - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320-64);
- III. LDO_03 - Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320-64);
- IV. LDO_04 - Programa de Trabalho de Governo por função (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320-64);
- V. LDO_05 - Programa de Trabalho de Governo por órgão (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320-64);
- VI. LDO_06 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320-64);
- VII. LDO_07 - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320-64);
- VIII. LDO_08 - demonstrativo de riscos fiscais e providências;
- IX. LDO_09 - metas anuais;
- X. LDO_10 - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- XI. LDO_11 - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- XII. LDO_12 - Evolução do patrimônio líquido;
- XIII. LDO_13 - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- XIV. LDO_14 - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- XV. LDO_15 - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

I - DAS METAS FISCAIS

Art.3º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018 e outras disposições de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos e nos Demonstrativos que integram a presente Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art.4º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos anexos e demonstrativos que fazem parte desta Lei.

Art.5º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com estrutura administrativa do Município.

§1º- Caberá ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, estabelecer a codificação dos órgãos e unidades Município em Instrução Normativa.

§2º- Em caso de alteração na estrutura administrativa durante o exercício de 2018 o orçamento deverá manter a estrutura inicialmente aprovada, salvo disposição expressa em contrário que indicará pormenorizada a forma como se dará o remanejamento de dotações orçamentárias.

Art.7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I. Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a conscientização dos objetivos pretendidos;
- II. Ação - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III. Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV. Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V. Operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI. Unidade Orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII. Recurso Ordinária - aquele previsto para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII. Recurso Vinculado - aquela que por força de legislação, normativa, convênio ou similares, devam ser aplicadas em despesas específicas, ou ainda devem ter controle específico;
- IX. Execução Física - a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- X. Execução Orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- XI. Execução Financeira - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações

especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento.

§2º- A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art.8º - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código de destinação de recursos e a Despesa de cada Unidade Gestora, desdobradas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, com a identificação do código de destinação de recursos, em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Conjunta STN/SOF nº 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes:

§1º- Demonstrativos baseados na Lei 4.320/64:

I. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III. Natureza da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

V. Programa de Trabalho de Governo;

VI. Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

VIII. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

IX. Demonstrativo da Evolução da Receita, e

X. Demonstrativo da Evolução da Despesa;

§2º- Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000:

I. Demonstrativo I - Metas Anuais;

II. Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III. Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV. Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V. Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI. AMF - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

VII. Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;

VIII. Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

§3º- Anexos:

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado);

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas (Consolidado);

Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e,

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§4º- O Poder Executivo poderá acrescentar outros anexos que julgar pertinente.

Art.9º - Acompanhará ainda, o Projeto de Lei Orçamentária:

I. Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2015 e 2016 e previsão para 2018, 2019 e 2020;

Art.10- O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e os recursos.

§1º- Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I. Pessoal e encargos sociais (GND 1);

II. Juros e encargos da dívida (GND 2);

III. Outras despesas correntes (GND 3);

IV. Investimentos (GND 4);

V. Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI. Amortização da dívida (GND 6).

§2º- A Reserva de Contingência, prevista no art. 13, será classificada no GND 9.

§3º- A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos orçamentos;

II. Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas; ou

III. Indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§4º- A especificação da modalidade de que trata o § 3º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. Transferências à União (MA 20);

II. Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

III. Transferências a Municípios (MA 40);

IV. Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

V. Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);

VI. Aplicações Diretas (MA 90);

VII. Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (93); e

VIII. A definir (MA 99);

§5º- O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação "a definir" (MA 99).

§6º- As demais MA seguirão o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

§7º- O Identificador de Uso (IU) seguirá a codificação do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§8º- Até três dias após o encaminhamento à sanção executivo do autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária de 2018, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e as informações relativos às emendas, indicando, de acordo com os detalhamentos estabelecidos neste artigo.

§9º- Caberá ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, estabelecer a codificação dos recursos do Município em Instrução Normativa.

§10 - Poderá o orçamento de 2018 conter dotações no valor de R\$ 1,00 (um real) objetivando a abertura do crédito, que deverá ser suplementado nos casos de necessidade de utilização.

Art.11 - A Reserva de Contingência do Município será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários de no mínimo 0,10% (um décimo por cento) da Receita Corrente Líquida prevista do orçamento consolidado.

§1º- Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme o Anexo VIII, desta Lei.

§2º- Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art.12 - Os orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art.13 - Os Orçamentos dos Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque suas Receitas as quais são vinculadas às despesas relacionadas aos seus objetivos, obedecendo às especificações definidas no art. 10º desta Lei.

§1º- Para o exercício de 2018 serão segregados em Unidades Gestoras:

I. Câmara de Luzerna;

II. Fundo Municipal de Saúde;

III. Prefeitura Municipal de Luzerna.

§2º- As unidades gestoras Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Infância e Adolescência existentes em 2017 deverão ser consolidadas na unidade gestora Prefeitura;

§3º- Os demais fundos municipais deverão ser consolidadas na Unidade Gestora Prefeitura;

§4º- O orçamento da autarquia intermunicipal SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, não fará parte do orçamento do Município de Luzerna, em conformidade com o art. 11 da Lei 250 de 27 de novembro de 2000.

§5º- Para atendimento do § 2º o Poder Executivo deverá promover a consolidação dos balanços unidades gestoras Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Infância e Adolescência ainda em 2017;

Art.14 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo final para o encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art.15 - Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.16 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas despesas fixadas.

Art.17 - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art.18 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VIII,

desta Lei.

§1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, e, também, se houver, do excesso de arrecadação do exercício de 2018 e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§2º- Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo remanejamento de dotações.

Art.19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art.20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art.21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo Único - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art.43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei 4.320/64, se ocorrer, será apurado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, por atos do poder executivo.

Art.22- A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art.23 - A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas sem fins lucrativos obedecerá ao regramento das Leis Federais 13.019/14 e 4.320/64, ou autorizadas em lei específica.

Art.24 - A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas com fins lucrativos obedecerá ao regramento das Leis Federais 13.019/14 e 4.320/64, ou autorizadas em lei específica.

Art.25 - Para efeito do disposto no art.16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art.24 da Lei 8.666/93.

Art.26 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art.27 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art.28 - A transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa ou modalidade de aplicação para outro, dentro de cada ação, poderá ser feita por decretos do Poder Executivo e do Poder Legislativo até o limite total de despesas fixadas individualmente para cada ação.

Parágrafo Único - Os valores transferidos por leis específicas

aprovadas no decorrer do exercício, poderão ser novamente transferidos por decretos do Poder Executivo dentro de cada ação.

Art.29 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018, a valores correntes.

Art.30 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art.31 - No decorrer da execução orçamentária de 2018, o Poder Executivo Municipal poderá abrir por decretos, créditos adicionais suplementares nos termos do art. 89, § 2º, da Lei Orgânica do Município, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da despesa orçamentária fixada, e criar novas classificações de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e respectivos valores, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

I. Do excesso ou o provável excesso de arrecadação de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício; e

II. Do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos.

§1º- Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§2º- O ato que suplementar as dotações orçamentárias em decorrência do inciso I deste artigo, deverá atualizar a estimativa de receita em igual valor da suplementação.

Art.32 - Os recursos oriundos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por atos do Poder Executivo.

Art.33 - Os programas priorizados por esta lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art.34 - O Poder Executivo deverá estabelecer em um modelo dados orçamentários para os projetos de leis de alteração de orçamento, a ser entregue no projeto de lei do orçamento de 2018.

Parágrafo Único - Os decretos de alteração orçamentária no exercício de 2018 deverá seguir os padrões mínimos deste modelo.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.35 - A Lei Orçamentária para 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito durante o exercício, observado a Lei Complementar nº 101/2000 e em conformidade com o que dispõe o Senado Federal, através de Resolução.

Art.36 - Ocorrendo liberação de recursos no exercício de 2018, previstos nas Leis nº 1322/2014 de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e nº 1533/2017 de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) o Poder Executivo enviará projeto de lei autorizando a anulação de dotação orçamentária nas secretarias beneficiadas pela operação de crédito e suplementando a ação "Juros, encargos e amortização de dívidas".

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.37 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura

de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento.

Art.38- Nos casos de necessidade temporária, devidamente justificada pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art.20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.39 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I. Eliminação das despesas com horas extras;
- II. Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- III. Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV. Eliminação de Vantagens concedidas aos servidores.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art.41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VIII - DO SISTEMA DE CUSTOS

Art.43 - A Lei Orçamentária Anual será executada de forma que permita o controle dos dispêndios financeiros, classificando as despesas por função, sub função, programa, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento, detalhamento de elemento e fonte de recursos.

Art.44 - O setor de Contabilidade do Município, dentro do possível e condições estruturais e de recursos humanos tomará medidas que permitam a criação de normas a fim de estabelecer os custos dos serviços públicos para:

- I - Mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;
- II - Mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;
- III - Identificar o custo por atividade governamental e órgãos; e
- IV - A tomada de decisões gerenciais.

Parágrafo Único - A estrutura a ser criada deverá obedecer todas as Normas de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público produzidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Federal de Contabilidade.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.45 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até 30 de outubro de 2017, conforme estabelecido no art.º 91, inciso III, da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2017.

§1º- A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§2º- Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art.46 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.47- Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por decretos do Chefe do Poder Executivo.

Art.48- O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art.49 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1538

LEI Nº 1538 de 05 de setembro de 2017.

"DENOMINA VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - No LOTEAMENTO RESIDENCIAL FLORATA, aprovado através do Decreto Municipal nº 2.127/2015, ficam denominadas as seguintes RUAS:

I. Rua OTÍLIA ETGES, aquela denominada RUA "B", que tem início na intersecção com a Rua BENO DRESCH e término na intersecção com a Rua CECÍLIA ROWEDDER;

II. Rua CECÍLIA ROWEDDER, aquela denominada RUA "C", que tem início na intersecção das Ruas JOÃO DALLA LANA e 03 DE MAIO e término na esquina formada com a Rua ARNO JOSÉ ETGES (lote "12" da quadra "C");

III. Rua ARNO JOSÉ ETGES, aquela denominada RUA "D", que tem início na intersecção com a Rua CECÍLIA ROWEDDER (lote "23" quadra "C") e término na esquina formada com a Rua CECÍLIA ROWEDDER (lote "12" da quadra "C");

IV. Rua JACOB ETGES SOBRINHO, aquela denominada RUA "E", que tem início na intersecção das Ruas 03 DE MAIO e 17 DE NOVEMBRO e término ao seu final (lote "17" da quadra "A");

V. Rua AMÁLIA ROWEDDER, aquela denominada RUA "F", que tem início na intersecção com a Rua BENO DRESCH (lote "01" da quadra "F") e término na intersecção com a Rua MARIA ALICE ETGES (lote 17, quadra "F");

VI. Rua MARIA ALICE ETGES, aquela denominada RUA "G", que tem início na intersecção com a Rua AMÁLIA ROWEDDER e terminos aos seus finais (lado esquerdo lote "06", quadra "H" e lado direito lote "01", quadra "H").

Art.2º - O Poder Executivo Municipal dará conhecimento da presente Lei aos órgãos municipais, estaduais e federais que possuem cadastros de logradouros públicos, para inclusão da mesma em seus bancos de dados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 011/2017 - PP 007/2017 - CAMISETAS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 011/2017 - FMS

Pregão Presencial nº 007/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas, para o projeto "Maratona de Promoção de Saúde de Luzerna" desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com o objetivo de promover a Campanha de Prevenção do Câncer de Mama (Outubro Rosa), Câncer de Próstata (Novembro Azul) e Prevenção à Aids (Dezembro Vermelho), conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos. REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 19 de setembro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 19 de setembro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

ANEXO - LEI 1537**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

Página: 1 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018
1.1.1.3.03.1.1.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal		300.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	180.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	75.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	45.000,00
Total Receita:		300.000,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal		15.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	9.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	3.750,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	2.250,00
Total Receita:		15.000,00
1.1.1.8.01.1.1.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal		440.000,00
Dedução: Dedução Cota Unica IPTU		-20.240,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	-12.144,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	-5.060,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	-3.036,00
Dedução: Dedução de Imóveis Imunes		-77.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	-46.200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	-19.250,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	-11.550,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	264.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	110.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	66.000,00
Total Receita:		342.760,00
1.1.1.8.01.1.2.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros		1.200,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	720,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	300,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	180,00
Total Receita:		1.200,00
1.1.1.8.01.1.3.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa		39.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	23.400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	9.750,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	5.850,00
Total Receita:		39.000,00
1.1.1.8.01.1.4.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros		11.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	6.600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	2.750,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	1.650,00
Total Receita:		11.000,00
1.1.1.8.01.4.1.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis -		184.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	110.400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	46.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	27.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 2 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
Total Receita:		184.000,00
1.1.1.8.01.4.2.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis -		250,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	150,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	62,50
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	37,50
Total Receita:		250,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		940.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	564.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	235.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	141.000,00
Total Receita:		940.000,00
1.1.1.8.02.3.2.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		6.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	3.600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.500,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	900,00
Total Receita:		6.000,00
1.1.1.8.02.3.3.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa		2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	1.200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	500,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	300,00
Total Receita:		2.000,00
1.1.1.8.02.3.4.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros		1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	250,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	150,00
Total Receita:		1.000,00
1.1.2.1.01.1.1.01.00 - Taxa de Alvará - Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal		15.800,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	15.800,00
Total Receita:		15.800,00
1.1.2.1.01.1.1.02.00 - Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal		1.500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.500,00
Total Receita:		1.500,00
1.1.2.1.01.1.1.03.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Principal		130.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	130.000,00
Total Receita:		130.000,00
1.1.2.1.01.1.1.04.00 - Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - Principal		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.1.2.1.01.1.1.10.00 - Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros - Principal		12.600,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	12.600,00
Total Receita:		12.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 3 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018
1.1.2.1.01.1.1.11.00 - Taxa de segurança contra sinistros - Principal		30.000,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	9.000,00
100102 - Corpo de Bombeiros	70.0%	21.000,00
Total Receita:		30.000,00
1.1.2.1.01.1.2.03.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Multas e Juros		3.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	3.000,00
Total Receita:		3.000,00
1.1.2.1.01.1.2.10.00 - Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Multas e Juros		25,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	25,00
Total Receita:		25,00
1.1.2.1.01.1.2.11.00 - Taxa de segurança contra sinistros - Multas e Juros		100,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	30.0%	30,00
100102 - Corpo de Bombeiros	70.0%	70,00
Total Receita:		100,00
1.1.2.1.01.1.2.99.00 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros		1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.1.2.1.01.1.3.05.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Dívida Ativa		5.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.1.2.1.01.1.3.99.00 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa		250,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00
Total Receita:		250,00
1.1.2.1.01.1.4.05.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros		250,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00
Total Receita:		250,00
1.1.2.1.01.1.4.99.00 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.1.2.1.04.1.1.00.00 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal		1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	300,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	70.0%	700,00
Total Receita:		1.000,00
1.1.2.2.01.1.1.01.00 - Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal		7.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	7.000,00
Total Receita:		7.000,00
1.1.2.2.01.1.1.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal		290.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	290.000,00
Total Receita:		290.000,00
1.1.2.2.01.1.1.03.00 - Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Principal		17.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 4 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	17.000,00
Total Receita:		17.000,00
1.1.2.2.01.1.1.04.00 - Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal		50,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	50,00
Total Receita:		50,00
1.1.2.2.01.1.1.05.00 - Taxas de Expediente - Principal		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.1.2.2.01.1.2.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juros		2.500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.500,00
Total Receita:		2.500,00
1.1.2.2.01.1.2.99.00 - Outras taxas de prestação de serviços - Multas e Juros		2.500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.500,00
Total Receita:		2.500,00
1.1.2.2.01.1.3.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa		15.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	15.000,00
Total Receita:		15.000,00
1.1.2.2.01.1.3.99.00 - Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa		2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.1.2.2.01.1.4.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e Juros		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.1.2.2.01.1.4.99.00 - Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.1.3.8.04.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.1.3.8.04.1.2.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.1.3.8.04.1.3.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa		400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	400,00
Total Receita:		400,00
1.1.3.8.04.1.4.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa - Multas		900,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	900,00
Total Receita:		900,00
1.2.4.0.00.1.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		500.000,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	150.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 5 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	70.0%	350.000,00
Total Receita:		500.000,00
1.3.1.0.01.1.1.01.01 - Aluguel da Casa / Capela Mortuária		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.1.0.01.1.1.01.02 - Aluguel da Capela		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.1.0.01.1.1.01.03 - Aluguel Auditório		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.1.0.01.1.1.01.04 - Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos		2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.3.1.0.01.1.1.02.01 - Aluguel do Ginásio		18.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	18.000,00
Total Receita:		18.000,00
1.3.1.0.01.1.2.01.00 - Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Multas e Juros		250,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00
Total Receita:		250,00
1.3.1.0.01.1.3.01.00 - Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa		600,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	600,00
Total Receita:		600,00
1.3.1.0.01.1.4.01.00 - Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa - Multas e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.1.0.02.1.1.01.00 - Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual de Passageiros)		1.400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.400,00
Total Receita:		1.400,00
1.3.1.0.02.1.1.02.01 - Quiosque do Centro de Eventos São João Batista		700,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	700,00
Total Receita:		700,00
1.3.1.0.02.1.1.02.02 - Quiosque da Praça Imaculada Conceição		700,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	700,00
Total Receita:		700,00
1.3.1.0.02.1.1.03.01 - Concessão de Administração do Terminal Rodoviário		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.1.0.02.1.1.03.02 - Concessão de espaço para serviços de Saúde		24.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	24.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 6 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
Total Receita:		24.000,00
1.3.1.0.02.1.2.01.00 - Permissões e Concessões - Multas e Juros		250,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00
Total Receita:		250,00
1.3.1.0.02.1.3.01.00 - Permissões e Concessões - Dívida Ativa		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.1.0.02.1.4.01.00 - Permissões e Concessões - Dívida Ativa - Multas e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.2.1.00.1.1.01.01 - Remuneração - Recursos Ordinários		59.604,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	59.604,00
Total Receita:		59.604,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - Salário Educação		5.000,00
100036 - Salário Educação	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - PNAE		1.000,00
100111 - PNAE	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - PNATE		600,00
100112 - PNATE	100.0%	600,00
Total Receita:		600,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - Brasil Carinhoso - Creches		100,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - Brasil Carinhoso - Pré-Escola		50,00
100115 - Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil	100.0%	50,00
Total Receita:		50,00
1.3.2.1.00.1.1.02.02 - Remuneração - Transporte Escolar Estado		500,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.02.03 - Remuneração - FUNDEB		21.000,00
100018 - FUNDEB 60%	60.0%	12.600,00
100019 - FUNDEB 40%	40.0%	8.400,00
Total Receita:		21.000,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - Acessuas		10,00
100302 - Acessuas	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BL GBF		600,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	100.0%	600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 7 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
Total Receita:		600,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BPC na Escola		10,00
100305 - BPC na Escola	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BL GSUAS		200,00
100311 - BL GSUAS	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BL PSB		3.400,00
100312 - BL PSB	100.0%	3.400,00
Total Receita:		3.400,00
1.3.2.1.00.1.1.04.02 - Remuneração - Benefícios Eventuais		10,00
100307 - Benefícios eventuais	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.2.1.00.1.1.04.02 - Remuneração - PSB Estado Custeio		700,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	100.0%	700,00
Total Receita:		700,00
1.3.2.1.00.1.1.04.02 - Remuneração - PSB Estado Investimento		700,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	100.0%	700,00
Total Receita:		700,00
1.3.2.1.00.1.1.04.03 - Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso		10,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.2.1.00.1.1.04.03 - Remuneração - Doações ao FIA		150,00
100009 - FIA Imposto de Renda	100.0%	150,00
Total Receita:		150,00
1.3.2.1.00.1.1.06.01 - Remuneração - Fundo Especial do Petróleo		670,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	100.0%	670,00
Total Receita:		670,00
1.3.2.1.00.1.1.06.01 - Remuneração - CIDE		600,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	100.0%	600,00
Total Receita:		600,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - COSIP		24.000,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	7.200,00
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	70.0%	16.800,00
Total Receita:		24.000,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta arrecadora		5.000,00
100010 - Convênio de Trânsito – Militar	32.5%	1.625,00
100011 - Convênio de Trânsito – Civil	32.5%	1.625,00
100012 - Convênio de Trânsito – Prefeitura	35%	1.750,00
Total Receita:		5.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 8 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta Polícia Militar		500,00
100010 - Convênio de Transito – Militar	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta Polícia Civil		500,00
100011 - Convênio de Transito – Civil	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta Município		500,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	150,00
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	70.0%	350,00
Total Receita:		500,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Alienações		1.200,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	1.200,00
Total Receita:		1.200,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Fundo do Meio Ambiente		400,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	120,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	70.0%	280,00
Total Receita:		400,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Rádio Patrulha		1.900,00
100103 - Rádio Patrulha	100.0%	1.900,00
Total Receita:		1.900,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Corpo de Bombeiros		4.000,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	4.000,00
Total Receita:		4.000,00
1.3.2.2.00.1.1.01.00 - Remuneração sobre Ações da OI		30,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	30,00
Total Receita:		30,00
1.3.6.0.01.1.1.01.00 - Operacionalização do Vale Alimentação		26.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	26.000,00
Total Receita:		26.000,00
1.6.1.0.01.1.1.01.01 - Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.6.1.0.02.1.1.00.00 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal		5.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	5.000,00
Total Receita:		5.000,00
1.6.9.0.99.1.1.01.01 - Serviço de Cadastro ITL - Principal		500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00
Total Receita:		500,00
1.6.9.0.99.1.1.01.02 - Incubação de empresas - Principal		1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 9 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
Total Receita:		1.000,00
1.6.9.0.99.1.1.02.01 - Serviço de preparação de terra - Principal		1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.6.9.0.99.1.2.01.00 - Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Multas e Juros		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.6.9.0.99.1.2.02.00 - Serviço de preparação de terra - Multas e Juros		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.6.9.0.99.1.3.01.00 - Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.6.9.0.99.1.3.02.00 - Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.6.9.0.99.1.4.01.00 - Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa - Multas e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.6.9.0.99.1.4.02.00 - Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Multas e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.7.1.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		7.000.000,00
Dedução: Dedução do FPM para formação do FUNDEB		-1.400.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-1.400.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	4.200.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.750.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	1.050.000,00
Total Receita:		5.600.000,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro		305.000,00
100000 - Recursos Ordinários	75%	228.750,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	76.250,00
Total Receita:		305.000,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho -		305.000,00
100000 - Recursos Ordinários	75%	228.750,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	76.250,00
Total Receita:		305.000,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural		6.500,00
Dedução: Dedução do ITR para formação do FUNDEB		-1.300,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-1.300,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	3.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 10 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.625,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	975,00
Total Receita:		5.200,00
1.7.1.8.01.7.1.00.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal		22.000,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	100.0%	22.000,00
Total Receita:		22.000,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal		70.000,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	100.0%	70.000,00
Total Receita:		70.000,00
1.7.1.8.04.1.1.01.00 - BL ACESSUAS TRABALHO		200,00
100302 - Acessuas	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.7.1.8.04.1.1.02.00 - BL BPC ESCOLA		50,00
100305 - BPC na Escola	100.0%	50,00
Total Receita:		50,00
1.7.1.8.04.1.1.03.00 - BL GBF		100,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.7.1.8.04.1.1.04.00 - BL GSUAS		2.000,00
100311 - BL GSUAS	100.0%	2.000,00
Total Receita:		2.000,00
1.7.1.8.04.1.1.05.00 - BL PSB		100.000,00
100312 - BL PSB	100.0%	100.000,00
Total Receita:		100.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00 - Transferências do Salário-Educação - Principal		340.000,00
100036 - Salário Educação	100.0%	340.000,00
Total Receita:		340.000,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar		75.000,00
100111 - PNAE	100.0%	75.000,00
Total Receita:		75.000,00
1.7.1.8.05.4.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do		35.000,00
100112 - PNATE	100.0%	35.000,00
Total Receita:		35.000,00
1.7.1.8.05.9.1.01.00 - Programa Brasil Carinhoso - apoio as creches		1.500,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches	100.0%	1.500,00
Total Receita:		1.500,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		25.000,00
Dedução: Dedução do ICMS-Desoneração para formação do FUNDEB		-5.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-5.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	15.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 11 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	6.250,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	3.750,00
Total Receita:		20.000,00
1.7.1.8.99.1.1.01.00 - FEX-Auxilio Financeiro para Fomentos e Exportações		40.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	40.000,00
Total Receita:		40.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal		6.300.000,00
Dedução: Dedução do ICMS para formação do FUNDEB		-1.260.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-1.260.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	3.780.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.575.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	945.000,00
Total Receita:		5.040.000,00
1.7.2.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal		731.000,00
Dedução: Dedução do IPVA para formação do FUNDEB		-146.200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-146.200,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	438.600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	182.750,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	109.650,00
Total Receita:		584.800,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		92.000,00
Dedução: Dedução do IPI-Exportação para formação do FUNDEB		-18.400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-18.400,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	55.200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	23.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	13.800,00
Total Receita:		73.600,00
1.7.2.8.99.1.1.01.01 - Transporte Escolar Estadual		57.000,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	100.0%	57.000,00
Total Receita:		57.000,00
1.7.2.8.99.1.1.02.01 - Proteção Social Básica - Custeio		11.000,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	100.0%	11.000,00
Total Receita:		11.000,00
1.7.2.8.99.1.1.02.02 - Proteção Social Básica - Investimento		11.000,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	100.0%	11.000,00
Total Receita:		11.000,00
1.7.2.8.99.1.1.02.03 - Benefícios Eventuais		1.700,00
100307 - Benefícios eventuais	100.0%	1.700,00
Total Receita:		1.700,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica		3.000.000,00
100018 - FUNDEB 60%	60.0%	1.800.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 12 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018
100019 - FUNDEB 40%	40.0%	1.200.000,00
	Total Receita:	3.000.000,00
1.7.7.0.00.1.1.01.01 - Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente		10.000,00
100009 - FIA Imposto de Renda	100.0%	10.000,00
	Total Receita:	10.000,00
1.7.7.0.00.1.1.01.02 - Doações ao FUNREBOM		30.000,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	30.000,00
	Total Receita:	30.000,00
1.7.7.0.00.1.1.01.03 - Doações ao Fundo do Idoso		500,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	100.0%	500,00
	Total Receita:	500,00
1.9.1.0.01.1.1.01.00 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito		130.000,00
Dedução: Dedução para formação do FUNSET		-6.500,00
100010 - Convênio de Transito – Militar	32.5%	-2.112,50
100011 - Convênio de Transito – Civil	32.5%	-2.112,50
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	35%	-2.275,00
100010 - Convênio de Transito – Militar	32.5%	42.250,00
100011 - Convênio de Transito – Civil	32.5%	42.250,00
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	35%	45.500,00
	Total Receita:	123.500,00
1.9.2.2.01.1.1.00.00 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal		1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00
	Total Receita:	1.000,00
1.9.9.0.99.1.1.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Principal		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.9.9.0.99.1.2.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Multas e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
	Total Receita:	10,00
1.9.9.0.99.1.3.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa		100,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00
	Total Receita:	100,00
1.9.9.0.99.1.4.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa - Multas e Juros		10,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00
	Total Receita:	10,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		30.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	30.000,00
	Total Receita:	30.000,00
2.2.2.0.00.1.1.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Principal		4.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	4.000,00
	Total Receita:	4.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 13 / 16
 Data: 22/08/2017

		%	2018
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio			
2.2.2.0.00.1.2.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Multas e Juros			100,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	100,00
Total Receita:			100,00
2.2.2.0.00.1.3.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa			100,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	100,00
Total Receita:			100,00
2.2.2.0.00.1.4.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros			10,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	10,00
Total Receita:			10,00
2.3.0.0.06.1.1.00.00 - Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - principal			4.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	4.000,00
Total Receita:			4.000,00
2.3.0.0.06.2.1.00.00 - Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Multas e Juros			10,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	10,00
Total Receita:			10,00
2.3.0.0.06.3.0.00.00 - Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa			100,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	100,00
Total Receita:			100,00
2.3.0.0.06.4.1.00.00 - Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida Ativa - Multas e Juros			10,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação		100.0%	10,00
Total Receita:			10,00
Total Órgão:			19.001.909,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 14 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Piso Atenção Básica		5.200,00
100206 - Piso da Atenção Básica	100.0%	5.200,00
Total Receita:		5.200,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Estratégia Saúde da Família		450,00
100205 - ESF – Estratégia Saúde da Família	100.0%	450,00
Total Receita:		450,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Farmácia União		520,00
100214 - Farmácia Básica União	100.0%	520,00
Total Receita:		520,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Gestão do SUS		10,00
100219 - Gestão do SUS	100.0%	10,00
Total Receita:		10,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Plantas Medicinais Custeio		3.500,00
100217 - Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	100.0%	3.500,00
Total Receita:		3.500,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Plantas Medicinais Investimento		10.000,00
100218 - Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	100.0%	10.000,00
Total Receita:		10.000,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Agentes Comunitários de Saúde		600,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	100.0%	600,00
Total Receita:		600,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Saúde Bucal		200,00
100203 - Saúde Bucal	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Saúde na Escola		50,00
100210 - Saúde na Escola	100.0%	50,00
Total Receita:		50,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - NASF União		900,00
100209 - NASF Federal	100.0%	900,00
Total Receita:		900,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - PMAQ		5.200,00
100208 - PMAQ	100.0%	5.200,00
Total Receita:		5.200,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Vigilância em Saúde		1.900,00
100212 - Vigilância em Saúde	100.0%	1.900,00
Total Receita:		1.900,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Vigilância Epidemiológica		450,00
100213 - Vigilância Epidemiológica	100.0%	450,00
Total Receita:		450,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - MAC União		1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 15 / 16

Data: 22/08/2017

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018
100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade	100.0%	1.000,00
Total Receita:		1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - MAC Estadual (R\$ 0,30)		110,00
100211 - MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	100.0%	110,00
Total Receita:		110,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - Participa SUS		1,00
100201 - Participa SUS	100.0%	1,00
Total Receita:		1,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - Farmacia Estadual		450,00
100215 - Farmácia Básica Estado	100.0%	450,00
Total Receita:		450,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - Co Financiamento		450,00
100202 - Cofinanciamento	100.0%	450,00
Total Receita:		450,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - MAC Estadual(demais)		100,00
100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	100.0%	100,00
Total Receita:		100,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - NASF Estadual(demais)		200,00
100221 - NASF Estadual	100.0%	200,00
Total Receita:		200,00
1.7.1.8.03.1.1.01.01 - Piso de Atenção Básica Fixo		140.000,00
100206 - Piso da Atenção Básica	100.0%	140.000,00
Total Receita:		140.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.02 - Estratégia Saúde da Família		188.000,00
100205 - ESF – Estratégia Saúde da Família	100.0%	188.000,00
Total Receita:		188.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.03 - Agentes Comunitários de Saúde		168.000,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	100.0%	168.000,00
Total Receita:		168.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.04 - Saúde Bucal		62.000,00
100203 - Saúde Bucal	100.0%	62.000,00
Total Receita:		62.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.05 - Núcleo de Apoio da Saúde da Família - NASF União		104.000,00
100209 - NASF Federal	100.0%	104.000,00
Total Receita:		104.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.06 - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ		238.000,00
100208 - PMAQ	100.0%	238.000,00
Total Receita:		238.000,00
1.7.1.8.03.1.1.02.01 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde		1.000,00
100213 - Vigilância Epidemiológica	100.0%	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LDO - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 16 / 16

Data: 22/08/2017

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018
	Total Receita:	1.000,00
1.7.1.8.03.1.1.02.02 - Vigilância Sanitária		33.000,00
100212 - Vigilância em Saúde	100.0%	33.000,00
	Total Receita:	33.000,00
1.7.1.8.03.1.1.03.01 - MAC Ambulatorial e Hospitalar		90.000,00
100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade	100.0%	90.000,00
	Total Receita:	90.000,00
1.7.1.8.03.1.1.04.01 - Programa Farmácia Básica União		30.000,00
100214 - Farmácia Básica União	100.0%	30.000,00
	Total Receita:	30.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.01 - Cofinanciamento da atenção básica estadual		40.000,00
100202 - Cofinanciamento	100.0%	40.000,00
	Total Receita:	40.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.02 - NASF Estadual		28.000,00
100221 - NASF Estadual	100.0%	28.000,00
	Total Receita:	28.000,00
1.7.2.8.03.1.1.03.01 - MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30 por habitante		1.800,00
100211 - MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	100.0%	1.800,00
	Total Receita:	1.800,00
1.7.2.8.03.1.1.03.02 - MAC Estadual - Ressarcimento do SIA/SUS		1.000,00
100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	100.0%	1.000,00
	Total Receita:	1.000,00
1.7.2.8.03.1.1.03.03 - MAC Estadual - Cirurgias Eletivas		26.000,00
100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	100.0%	26.000,00
	Total Receita:	26.000,00
1.7.2.8.03.1.1.04.01 - Programa Farmácia Básica Estadual		26.000,00
100215 - Farmácia Básica Estado	100.0%	26.000,00
	Total Receita:	26.000,00
	Total Órgão:	1.208.091,00
	Total :	20.210.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1 / 2

MUNICIPIO DE LUZERNA

Data: 22/08/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Especificação		Grupo de Despesa	Categoria Econômica
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA			4.279.192,00
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		4.257.189,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.308.900,00	
3.1.90.00.00	Aplicacoes Diretas	2.308.900,00	
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.948.289,00	
3.3.40.00.00	Transferencias a Municipios	120.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicacoes Diretas	1.826.289,00	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	2.000,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		22.003,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	22.003,00	
4.4.90.00.00	Aplicacoes Diretas	22.003,00	
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA			630.000,00
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		620.000,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	505.000,00	
3.1.90.00.00	Aplicacoes Diretas	505.000,00	
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicacoes Diretas	110.000,00	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	5.000,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		10.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00	
4.4.90.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA			15.300.808,00
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		15.093.451,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.443.706,00	
3.1.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	30.000,00	
3.1.90.00.00	Aplicacoes Diretas	8.413.706,00	
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1,00	
3.2.90.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.649.744,00	
3.3.20.00.00	Transferencias a Uniao	1,00	
3.3.30.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	6.002,00	
3.3.40.00.00	Transferencias a Municipios	11.001,00	
3.3.50.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	315.005,00	
3.3.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicacoes Diretas	6.269.235,00	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	8.500,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		187.357,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	187.356,00	
4.4.50.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	2,00	
4.4.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	7.000,00	
4.4.90.00.00	Aplicacoes Diretas	180.354,00	
4.6.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1,00	
4.6.90.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	

Página: 2 / 2
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

	Especificação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	
9.9.90.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	
Total Geral:			20.210.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Página: 1 / 1
 Data: 22/08/2017

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções		SubFunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa	
4 Administração	122 Administração Geral	
6 Segurança Pública	181 Policiamento	
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso	
10 Saúde	122 Administração Geral	
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição	
13 Cultura	392 Difusão Cultural	
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana	
16 Habitação	122 Administração Geral	
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental	
20 Agricultura	606 Extensão Rural	
22 Indústria	661 Promoção Industrial	
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial	
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário	
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna	
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência	

Página: 1 / 6
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
1 Legislativa		630.000,00		630.000,00
1.1 Ação Legislativa		630.000,00		630.000,00
1.1.100 Processo Legislativo		630.000,00		630.000,00
1.1.100.2101 Manutenção da Câmara de Vereadores		630.000,00		630.000,00
4 Administração		3.539.035,00		3.539.035,00
4.4 Administração Geral		3.322.034,00		3.322.034,00
4.4.200 Administração e Coordenação (gabinete)		967.004,00		967.004,00
4.4.200.2201 Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito		60.000,00		60.000,00
4.4.200.2202 Manutenção do Gabinete do Prefeito		398.002,00		398.002,00
4.4.200.2210 Manutenção da assessoria jurídica		295.001,00		295.001,00
4.4.200.2240 Manutenção da Diretoria de Planejamento		214.001,00		214.001,00
4.4.300 Administração e Coordenação (Secretaria)		2.355.030,00		2.355.030,00
4.4.300.2302 Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		2.069.530,00		2.069.530,00
4.4.300.2304 Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.		285.500,00		285.500,00
4.4 Controle Interno		62.000,00		62.000,00
4.4.200 Administração e Coordenação (gabinete)		62.000,00		62.000,00
4.4.200.2230 Manutenção da Controladoria		62.000,00		62.000,00
4.4 Comunicação Social		50.001,00		50.001,00
4.4.200 Administração e Coordenação (gabinete)		50.001,00		50.001,00
4.4.200.2305 Publicidade Institucional e de Marketing		50.001,00		50.001,00
4.4 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		105.000,00		105.000,00
4.4.300 Administração e Coordenação (Secretaria)		105.000,00		105.000,00
4.4.300.2301 Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão		105.000,00		105.000,00
6 Segurança Pública		184.123,00		184.123,00
6.6 Policiamento		174.120,00		174.120,00
6.6.10 Serviços de Segurança Pública		174.120,00		174.120,00
6.6.10.2450 Manutenção do convênio rádio-patrolha		21.900,00		21.900,00
6.6.10.2451 Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros		67.695,00		67.695,00
6.6.10.2452 Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito		84.525,00		84.525,00
6.6 Defesa Civil		10.003,00		10.003,00

Página: 2 / 6
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Projeto	Atividades	Operações Especiais	Total
6.6.202	Defesa Civil	10.003,00	10.003,00
6.6.202.2260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	10.003,00	10.003,00
8	Assistência Social	714.438,00	714.438,00
8.8	Assistência ao Idoso	40.513,00	40.513,00
8.8.601	Assistência Social	40.513,00	40.513,00
8.8.601.2610	Administração e execução do Fundo do Idoso	40.513,00	40.513,00
8.8	Assistência à Criança e ao Adolescente	218.152,00	218.152,00
8.8.601	Assistência Social	5.001,00	5.001,00
8.8.601.2605	Contribuição ao abrigo Frei Bruno	5.001,00	5.001,00
8.8.603	Assistência a criança e ao adolescente	213.151,00	213.151,00
8.8.603.2620	Manutenção do Conselho Tutelar	193.000,00	193.000,00
8.8.603.2630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	20.151,00	20.151,00
8.8	Assistência Comunitária	455.773,00	455.773,00
8.8.601	Assistência Social	455.773,00	455.773,00
8.8.601.2074	Manutenção da Assistência Social	42.001,00	42.001,00
8.8.601.2601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	50.000,00	50.000,00
8.8.601.2602	Manutenção do Centro de Múltiplo Uso	3.302,00	3.302,00
8.8.601.2603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	344.470,00	344.470,00
8.8.601.2604	Concessão de benefícios eventuais	16.000,00	16.000,00
10	Saúde	4.279.192,00	4.279.192,00
10.10	Administração Geral	273.001,00	273.001,00
10.10.500	Saúde	273.001,00	273.001,00
10.10.500.2504	Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)	273.001,00	273.001,00
10.10	Atenção Básica	3.561.731,00	3.561.731,00
10.10.500	Saúde	3.561.731,00	3.561.731,00
10.10.500.2501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	150.000,00	150.000,00
10.10.500.2502	Manutenção do bloco da Atenção Básica	2.921.261,00	2.921.261,00
10.10.500.2506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	490.470,00	490.470,00
10.10	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	394.010,00	394.010,00
10.10.500	Saúde	394.010,00	394.010,00

Página: 3 / 6
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Projeto	Atividades	Operações Especiais	Total
10.10.500.2503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	334.010,00	334.010,00
10.10.500.2507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	30.000,00	30.000,00
10.10.500.2509	Tratamento fora de domicílio - TFD	30.000,00	30.000,00
10.10	Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	10.000,00
10.10.500	Saúde	10.000,00	10.000,00
10.10.500.2510	Exames complementares	10.000,00	10.000,00
10.10	Vigilância Sanitária	38.450,00	38.450,00
10.10.500	Saúde	38.450,00	38.450,00
10.10.500.2505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	38.450,00	38.450,00
10.10	Alimentação e Nutrição	2.000,00	2.000,00
10.10.500	Saúde	2.000,00	2.000,00
10.10.500.2508	Alimentação e nutrição	2.000,00	2.000,00
12	Educação	6.081.757,00	6.081.757,00
12.12	Alimentação e Nutrição	137.502,00	137.502,00
12.12.701	Educação básica	137.502,00	137.502,00
12.12.701.2704	Manutenção da merenda escolar - Creche	94.501,00	94.501,00
12.12.701.2705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	43.001,00	43.001,00
12.12	Ensino Fundamental	3.513.100,00	3.513.100,00
12.12.701	Educação básica	3.513.100,00	3.513.100,00
12.12.701.2703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	240.000,00	240.000,00
12.12.701.2706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	118.000,00	118.000,00
12.12.701.2711	Manutenção da Educação - Fundamental	2.586.000,00	2.586.000,00
12.12.701.2712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	569.100,00	569.100,00
12.12	Ensino Profissional	20.001,00	20.001,00
12.12.702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	20.001,00	20.001,00
12.12.702.2721	Manutenção do ensino profissionalizante	20.001,00	20.001,00
12.12	Ensino Superior	97.000,00	97.000,00
12.12.702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	97.000,00	97.000,00
12.12.702.2720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	97.000,00	97.000,00
12.12	Educação Infantil	2.269.153,00	2.269.153,00

Página: 4 / 6
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12.12.701 Educação básica		2.269.153,00		2.269.153,00
12.12.701.2701 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche		150.000,00		150.000,00
12.12.701.2702 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar		155.000,00		155.000,00
12.12.701.2705 Manutenção da merenda escolar - Pré escola		24.500,00		24.500,00
12.12.701.2708 Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)		206.001,00		206.001,00
12.12.701.2709 Manutenção da Educação - Creche		1.171.601,00		1.171.601,00
12.12.701.2710 Manutenção da Educação - Pré escola		562.051,00		562.051,00
12.12 Educação Especial		45.001,00		45.001,00
12.12.703 Atendimento aos deficientes físicos e mentais		45.001,00		45.001,00
12.12.703.2722 Atendimento aos deficientes físicos e mentais		45.001,00		45.001,00
13 Cultura		225.005,00		225.005,00
13.13 Difusão Cultural		192.005,00		192.005,00
13.13.706 Cultura		192.005,00		192.005,00
13.13.706.2740 Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória		112.001,00		112.001,00
13.13.706.2750 Administração e execução do Fundo da Cultura		80.004,00		80.004,00
13.13 Lazer		33.000,00		33.000,00
13.13.201 Indústria e Comercio		33.000,00		33.000,00
13.13.201.2251 Programação de Natal		33.000,00		33.000,00
15 Urbanismo		33.000,00		33.000,00
15.15 Infra-Estrutura Urbana		2.589.852,00	1,00	2.589.853,00
15.15.400 Serviços Integrados		2.223.052,00	1,00	2.223.053,00
15.15.400.1401 Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste		2.223.052,00	1,00	2.223.053,00
15.15.400.2401 Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados		100.000,00		100.000,00
15.15.400.2402 Serviços Integrados de Infraestrutura		2.123.050,00		2.123.050,00
15.15.400.2404 Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos		2,00		2,00
15.15 Serviços Urbanos		366.800,00		366.800,00
15.15.400 Serviços Integrados		366.800,00		366.800,00
15.15.400.2403 Manutenção da iluminação pública		366.800,00		366.800,00
16 Habitação		66.003,00		66.003,00
16.16 Administração Geral	2,00	66.001,00		66.001,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5 / 6
Data: 22/08/2017

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
16.16.605 Habitação		66.001,00		66.001,00
16.16.605.2640 Administração e execução do Fundo de Habitação		66.001,00		66.001,00
16.16 Habitação Rural	2,00			2,00
16.16.605 Habitação				2,00
16.16.605.1641 Produção de unidades habitacionais	2,00			2,00
16.16 Habitação Urbana		2,00		2,00
16.16.605 Habitação				2,00
16.16.605.2641 Programa Construir		2,00		2,00
18 Gestão Ambiental		1.483,00		1.483,00
18.18 Preservação e Conservação Ambiental		1.483,00		1.483,00
18.18.401 Agricultura e Meio Ambiente		1.483,00		1.483,00
18.18.401.2430 Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente		1.483,00		1.483,00
20 Agricultura		803.001,00		803.001,00
20.20 Extensão Rural		803.000,00		803.000,00
20.20.401 Agricultura e Meio Ambiente		803.000,00		803.000,00
20.20.401.2420 Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura		18.000,00		18.000,00
20.20.401.2421 Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente		624.000,00		624.000,00
20.20.401.2422 Programa Melhora Melhor da Propriedade Rural e Programa Plante Mais		161.000,00		161.000,00
20.20 Promoção da Produção Agropecuária		1,00		1,00
20.20.401 Agricultura e Meio Ambiente		1,00		1,00
20.20.401.2440 Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro		1,00		1,00
22 Indústria		95.002,00		95.002,00
22.22 Promoção Industrial		95.002,00		95.002,00
22.22.201 Indústria e Comercio		95.002,00		95.002,00
22.22.201.2252 Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna		95.002,00		95.002,00
23 Comércio e Serviços		120.001,00		120.001,00
23.23 Promoção Comercial		120.001,00		120.001,00
23.23.201 Indústria e Comercio		120.001,00		120.001,00
23.23.201.2250 Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		120.001,00		120.001,00
27 Desporto e Lazer		309.000,00		309.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6 / 6
Data: 22/08/2017

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27.27	Desporto Comunitário		309.000,00		309.000,00
27.27.704	Esporte		309.000,00		309.000,00
27.27.704.2730	Manutenção da Diretoria de Esportes		309.000,00		309.000,00
28	Encargos Especiais		3,00	552.102,00	552.105,00
28.28	Serviço da Dívida Interna			2,00	2,00
28.28.0	Encargos Especiais			2,00	2,00
28.28.0.0302	Juros, encargos e amortização de dívidas			2,00	2,00
28.28	Outras Transferências		3,00	552.100,00	552.103,00
28.28.0	Encargos Especiais			552.100,00	552.100,00
28.28.0.0301	Contribuição ao PASEP.			202.100,00	202.100,00
28.28.0.0303	Sentenças Judiciais			350.000,00	350.000,00
28.28.300	Administração e Coordenação (Secretaria)		3,00		3,00
28.28.300.2302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		3,00		3,00
99	Reserva de Contingência				
99.99	Reserva de Contingência				
99.99.9999	Reserva de Contingência				
99.99.9999.9999	Reserva de Contingência				
Total Geral:					20.210.000,00

Página: 1 / 8
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA		4.279.192,00		4.279.192,00
05001 Fundo Municipal de Saúde		4.279.192,00		4.279.192,00
10 Saúde		4.279.192,00		4.279.192,00
10.10 Administração Geral		273.001,00		273.001,00
10.10.500 Saúde		273.001,00		273.001,00
10.10.500.2504 Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)		273.001,00		273.001,00
10.10 Atenção Básica		3.561.731,00		3.561.731,00
10.10.500 Saúde		3.561.731,00		3.561.731,00
10.10.500.2501 Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde		150.000,00		150.000,00
10.10.500.2502 Manutenção do bloco da Atenção Básica		2.921.261,00		2.921.261,00
10.10.500.2506 Assistência Farmacêutica de Atenção Básica		490.470,00		490.470,00
10.10 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		394.010,00		394.010,00
10.10.500 Saúde		394.010,00		394.010,00
10.10.500.2503 Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade		334.010,00		334.010,00
10.10.500.2507 Assistência Farmacêutica de Média Complexidade		30.000,00		30.000,00
10.10.500.2509 Tratamento fora de domicílio - TFD		30.000,00		30.000,00
10.10 Suporte Profilático e Terapêutico		10.000,00		10.000,00
10.10.500 Saúde		10.000,00		10.000,00
10.10.500.2510 Exames complementares		10.000,00		10.000,00
10.10 Vigilância Sanitária		10.000,00		10.000,00
10.10.500 Saúde		38.450,00		38.450,00
10.10.500.2505 Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica		38.450,00		38.450,00
10.10 Alimentação e Nutrição		38.450,00		38.450,00
10.10.500 Saúde		2.000,00		2.000,00
10.10.500.2508 Alimentação e nutrição		2.000,00		2.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA		2.000,00		2.000,00
01001 Câmara Municipal de Vereadores		630.000,00		630.000,00
1 Legislativa		630.000,00		630.000,00
1.1 Ação Legislativa		630.000,00		630.000,00

Página: 2 / 8
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
1.1.100	Processo Legislativo		630.000,00		630.000,00
1.1.100.2101	Manutenção da Câmara de Vereadores		630.000,00		630.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA					
02001	Gabinete do Prefeito	3,00	14.728.703,00	552.102,00	15.300.808,00
4	Administração		458.002,00		458.002,00
4.4	Administração Geral		458.002,00		458.002,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)		458.002,00		458.002,00
4.4.200.2201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito		60.000,00		60.000,00
4.4.200.2202	Manutenção do Gabinete do Prefeito		398.002,00		398.002,00
02002	Assessoria Jurídica		295.001,00		295.001,00
4	Administração		295.001,00		295.001,00
4.4	Administração Geral		295.001,00		295.001,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)		295.001,00		295.001,00
4.4.200.2210	Manutenção da assessoria jurídica		295.001,00		295.001,00
02003	Controladoria do Município		62.000,00		62.000,00
4	Administração		62.000,00		62.000,00
4.4	Controle Interno		62.000,00		62.000,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)		62.000,00		62.000,00
4.4.200.2230	Manutenção da Controladoria		62.000,00		62.000,00
02004	Diretoria de Planejamento		214.001,00		214.001,00
4	Administração		214.001,00		214.001,00
4.4	Administração Geral		214.001,00		214.001,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)		214.001,00		214.001,00
4.4.200.2240	Manutenção da Diretoria de Planejamento		214.001,00		214.001,00
02005	Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		248.003,00		248.003,00
13	Cultura		33.000,00		33.000,00
13.13	Lazer		33.000,00		33.000,00
13.13.201	Indústria e Comercio		33.000,00		33.000,00

Página: 3 / 8
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13.13.201.2251	Programação de Natal		33.000,00		33.000,00
22	Indústria		95.002,00		95.002,00
22.22	Promoção Industrial		95.002,00		95.002,00
22.22.201	Indústria e Comercio		95.002,00		95.002,00
22.22.201.2252	Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna		95.002,00		95.002,00
23	Comércio e Serviços		120.001,00		120.001,00
23.23	Promoção Comercial		120.001,00		120.001,00
23.23.201	Indústria e Comercio		120.001,00		120.001,00
23.23.201.2250	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		120.001,00		120.001,00
02006	Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		10.003,00		10.003,00
6	Segurança Pública		10.003,00		10.003,00
6.6	Defesa Civil		10.003,00		10.003,00
6.6.202	Defesa Civil		10.003,00		10.003,00
6.6.202.2260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil		10.003,00		10.003,00
03001	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		1.055.031,00	350.000,00	1.405.031,00
4	Administração		1.055.031,00		1.055.031,00
4.4	Administração Geral		1.005.030,00		1.005.030,00
4.4.300	Administração e Coordenação (Secretaria)		1.005.030,00		1.005.030,00
4.4.300.2302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		719.530,00		719.530,00
4.4.300.2304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.		285.500,00		285.500,00
4.4	Comunicação Social		50.001,00		50.001,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)		50.001,00		50.001,00
4.4.200.2305	Publicidade Institucional e de Marketing		50.001,00		50.001,00
28	Encargos Especiais			350.000,00	350.000,00
28.28	Outras Transferências			350.000,00	350.000,00
28.28.0	Encargos Especiais			350.000,00	350.000,00
28.28.0.0303	Sentenças judiciais			350.000,00	350.000,00
03002	Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		1.455.003,00	202.102,00	1.657.105,00
4	Administração		1.455.000,00		1.455.000,00

Página: 4 / 8
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
4.4 Administração Geral		1.350.000,00		1.350.000,00
4.4.300 Administração e Coordenação (Secretaria)		1.350.000,00		1.350.000,00
4.4.300.2302 Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		1.350.000,00		1.350.000,00
4.4 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		105.000,00		105.000,00
4.4.300 Administração e Coordenação (Secretaria)		105.000,00		105.000,00
4.4.300.2301 Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão		105.000,00		105.000,00
28 Encargos Especiais		3,00	202.102,00	202.105,00
28.28 Serviço da Dívida Interna			2,00	2,00
28.28.0 Encargos Especiais			2,00	2,00
28.28.0.0302 Juros, encargos e amortização de dívidas			2,00	2,00
28.28 Outras Transferências				
28.28.0 Encargos Especiais		3,00	202.100,00	202.103,00
28.28.0.0301 Contribuição ao PASEP.			202.100,00	202.100,00
28.28.300 Administração e Coordenação (Secretaria)			202.100,00	202.100,00
28.28.300.2302 Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão			202.100,00	202.100,00
04001 Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenç	1,00	2.589.851,00		2.589.852,00
15 Urbanismo				
15.15 Infra-Estrutura Urbana	1,00	2.589.851,00		2.589.852,00
15.15.400 Serviços Integrados	1,00	2.223.051,00		2.223.052,00
15.15.400.1401 Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	1,00	2.223.051,00		2.223.052,00
15.15.400.2401 Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados		100.000,00		100.000,00
15.15.400.2402 Serviços Integrados de Infraestrutura		2.123.050,00		2.123.050,00
15.15.400.2404 Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos		1,00		1,00
15.15 Serviços Urbanos		366.800,00		366.800,00
15.15.400 Serviços Integrados		366.800,00		366.800,00
15.15.400.2403 Manutenção da iluminação pública		366.800,00		366.800,00
04002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		803.000,00		803.000,00
20 Agricultura		803.000,00		803.000,00
20.20 Extensão Rural		803.000,00		803.000,00

Página: 5 / 8
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Projeto	Atividades	Operações Especiais	Total
Especificação			
20.20.401	Agricultura e Meio Ambiente	803.000,00	803.000,00
20.20.401.2420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	18.000,00	18.000,00
20.20.401.2421	Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	624.000,00	624.000,00
20.20.401.2422	Programa Melhora Melhor da Propriedade Rural e Programa Plante Mais	161.000,00	161.000,00
04003	Fundo Municipal do Meio Ambiente	1.483,00	1.483,00
18	Gestão Ambiental	1.483,00	1.483,00
18.18	Preservação e Conservação Ambiental	1.483,00	1.483,00
18.18.401	Agricultura e Meio Ambiente	1.483,00	1.483,00
18.18.401.2430	Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	1.483,00	1.483,00
04004	Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro	2,00	2,00
15	Urbanismo	1,00	1,00
15.15	Infra-Estrutura Urbana	1,00	1,00
15.15.400	Serviços Integrados	1,00	1,00
15.15.400.2404	Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	1,00	1,00
20	Agricultura	1,00	1,00
20.20	Promoção da Produção Agropecuária	1,00	1,00
20.20.401	Agricultura e Meio Ambiente	1,00	1,00
20.20.401.2440	Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro	1,00	1,00
04005	Convênios com Policiais e Bombeiros	174.120,00	174.120,00
6	Segurança Pública	174.120,00	174.120,00
6.6	Policimento	174.120,00	174.120,00
6.6.10	Serviços de Segurança Pública	174.120,00	174.120,00
6.6.10.2450	Manutenção do convênio rádio-patrolha	21.900,00	21.900,00
6.6.10.2451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	67.695,00	67.695,00
6.6.10.2452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito	84.525,00	84.525,00
06001	Fundo Municipal de Assistência Social	460.774,00	460.774,00
8	Assistência Social	460.774,00	460.774,00
8.8	Assistência à Criança e ao Adolescente	5.001,00	5.001,00
8.8.601	Assistência Social	5.001,00	5.001,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6 / 8
Data: 22/08/2017

Especificação		Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
8.8.601.2605	Contribuição ao abrigo Frei Bruno		5.001,00		5.001,00
8.8	Assistência Comunitária		455.773,00		455.773,00
8.8.601	Assistência Social		455.773,00		455.773,00
8.8.601.2074	Manutenção da Assistência Social		42.001,00		42.001,00
8.8.601.2601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social		50.000,00		50.000,00
8.8.601.2602	Manutenção do Centro de Múltiplo Uso		3.302,00		3.302,00
8.8.601.2603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social		344.470,00		344.470,00
8.8.601.2604	Concessão de benefícios eventuais		16.000,00		16.000,00
06002	Fundo Municipal do Idoso		40.513,00		40.513,00
8	Assistência Social		40.513,00		40.513,00
8.8	Assistência ao Idoso		40.513,00		40.513,00
8.8.601	Assistência Social		40.513,00		40.513,00
8.8.601.2610	Administração e execução do Fundo do Idoso		40.513,00		40.513,00
06003	Conselho Tutelar		193.000,00		193.000,00
8	Assistência Social		193.000,00		193.000,00
8.8	Assistência à Criança e ao Adolescente		193.000,00		193.000,00
8.8.603	Assistência a criança e ao adolescente		193.000,00		193.000,00
8.8.603.2620	Manutenção do Conselho Tutelar		193.000,00		193.000,00
06004	Fundo da Infância e Adolescente - FIA		20.151,00		20.151,00
8	Assistência Social		20.151,00		20.151,00
8.8	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.151,00		20.151,00
8.8.603	Assistência a criança e ao adolescente		20.151,00		20.151,00
8.8.603.2630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência		20.151,00		20.151,00
06005	Fundo Municipal de Habitação	2,00	66.003,00		66.003,00
16	Habitação	2,00	66.003,00		66.003,00
16.16	Administração Geral		66.001,00		66.001,00
16.16.605	Habitação		66.001,00		66.001,00
16.16.605.2640	Administração e execução do Fundo de Habitação		66.001,00		66.001,00
16.16	Habitação Rural	2,00			2,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7 / 8
Data: 22/08/2017

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
16.16.605 Habitação	2,00			2,00
16.16.605.1641 Produção de unidades habitacionais	2,00			2,00
16.16 Habitação Urbana		2,00		2,00
16.16.605 Habitação		2,00		2,00
16.16.605.2641 Programa Construir		2,00		2,00
07001 Educação		6.081.757,00		6.081.757,00
12 Educação		6.081.757,00		6.081.757,00
12.12 Alimentação e Nutrição		137.502,00		137.502,00
12.12.701 Educação básica		137.502,00		137.502,00
12.12.701.2704 Manutenção da merenda escolar - Creche		94.501,00		94.501,00
12.12.701.2705 Manutenção da merenda escolar - Pré escola		43.001,00		43.001,00
12.12 Ensino Fundamental		3.513.100,00		3.513.100,00
12.12.701 Educação básica		3.513.100,00		3.513.100,00
12.12.701.2703 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental		240.000,00		240.000,00
12.12.701.2706 Manutenção da merenda escolar - Fundamental		118.000,00		118.000,00
12.12.701.2711 Manutenção da Educação - Fundamental		2.586.000,00		2.586.000,00
12.12.701.2712 Manutenção do Transporte Escolar - educação básica		569.100,00		569.100,00
12.12 Ensino Profissional		20.001,00		20.001,00
12.12.702 Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico		20.001,00		20.001,00
12.12.702.2721 Manutenção do ensino profissionalizante		20.001,00		20.001,00
12.12 Ensino Superior		97.000,00		97.000,00
12.12.702 Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico		97.000,00		97.000,00
12.12.702.2720 Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior		97.000,00		97.000,00
12.12 Educação Infantil		2.269.153,00		2.269.153,00
12.12.701 Educação básica		2.269.153,00		2.269.153,00
12.12.701.2701 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche		150.000,00		150.000,00
12.12.701.2702 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar		155.000,00		155.000,00
12.12.701.2705 Manutenção da merenda escolar - Pré escola		24.500,00		24.500,00
12.12.701.2708 Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)		206.001,00		206.001,00
12.12.701.2709 Manutenção da Educação - Creche		1.171.601,00		1.171.601,00

Página: 8 / 8
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12.12.701.2710 Manutenção da Educação - Pré escola		562.051,00		562.051,00
12.12 Educação Especial		45.001,00		45.001,00
12.12.703 Atendimento aos deficientes físicos e mentais		45.001,00		45.001,00
12.12.703.2722 Atendimento aos deficientes físicos e mentais		45.001,00		45.001,00
07002 Esportes		309.000,00		309.000,00
27 Desporto e Lazer		309.000,00		309.000,00
27.27 Desporto Comunitário		309.000,00		309.000,00
27.27.704 Esporte		309.000,00		309.000,00
27.27.704.2730 Manutenção da Diretoria de Esportes		309.000,00		309.000,00
07003 Cultura		112.001,00		112.001,00
13 Cultura		112.001,00		112.001,00
13.13 Difusão Cultural		112.001,00		112.001,00
13.13.706 Cultura		112.001,00		112.001,00
13.13.706.2740 Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória		112.001,00		112.001,00
07004 Fundo Municipal da Cultura		80.004,00		80.004,00
13 Cultura		80.004,00		80.004,00
13.13 Difusão Cultural		80.004,00		80.004,00
13.13.706 Cultura		80.004,00		80.004,00
13.13.706.2750 Administração e execução do Fundo da Cultura		80.004,00		80.004,00
99999 Reserva de Contingência				20.000,00
99 Reserva de Contingência				20.000,00
99.99 Reserva de Contingência				20.000,00
99.99.9999 Reserva de Contingência				20.000,00
99.99.9999.9999 Reserva de Contingência				20.000,00
Total Geral:				20.210.000,00

Página: 1 / 4
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Especificação		Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	630.000,00		630.000,00
1.1	Ação Legislativa	630.000,00		630.000,00
1.1.100	Processo Legislativo	630.000,00		630.000,00
4	Administração			
4.4	Administração Geral	3.499.505,00	39.530,00	3.539.035,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)	3.282.504,00	39.530,00	3.322.034,00
4.4.300	Administração e Coordenação (Secretaria)	967.004,00		967.004,00
4.4	Controle Interno	2.315.500,00	39.530,00	2.355.030,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)	62.000,00		62.000,00
4.4	Comunicação Social	62.000,00		62.000,00
4.4.200	Administração e Coordenação (gabinete)	50.001,00		50.001,00
4.4	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	50.001,00		50.001,00
4.4.300	Administração e Coordenação (Secretaria)	105.000,00		105.000,00
6	Segurança Pública	105.000,00		105.000,00
6.6	Policimento	10.003,00	174.120,00	184.123,00
6.6.10	Serviços de Segurança Pública		174.120,00	174.120,00
6.6	Defesa Civil		174.120,00	174.120,00
6.6.202	Defesa Civil	10.003,00		10.003,00
8	Assistência Social	10.003,00		10.003,00
8.8	Assistência ao Idoso	572.098,00	142.340,00	714.438,00
8.8.601	Assistência Social	40.003,00	510,00	40.513,00
8.8	Assistência à Criança e ao Adolescente	40.003,00	510,00	40.513,00
8.8.601	Assistência Social	208.002,00	10.150,00	218.152,00
8.8.603	Assistência a criança e ao adolescente	5.001,00		5.001,00
8.8	Assistência Comunitária	203.001,00	10.150,00	213.151,00
8.8.601	Assistência Social	324.093,00	131.680,00	455.773,00
10	Saúde	324.093,00	131.680,00	455.773,00
10.10	Administração Geral	3.071.101,00	1.208.091,00	4.279.192,00
		273.001,00		273.001,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2 / 4
Data: 22/08/2017

Especificação		Ordinário	Vinculado	Total
10.10.500	Saúde	273.001,00		273.001,00
10.10	Atenção Básica	2.510.000,00	1.051.731,00	3.561.731,00
10.10.500	Saúde	2.510.000,00	1.051.731,00	3.561.731,00
10.10	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	274.000,00	120.010,00	394.010,00
10.10.500	Saúde	274.000,00	120.010,00	394.010,00
10.10	Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00		10.000,00
10.10.500	Saúde	10.000,00		10.000,00
10.10	Vigilância Sanitária	2.100,00	36.350,00	38.450,00
10.10.500	Saúde	2.100,00	36.350,00	38.450,00
10.10	Alimentação e Nutrição	2.000,00		2.000,00
10.10.500	Saúde	2.000,00		2.000,00
12	Educação	2.545.007,00	3.536.750,00	6.081.757,00
12.12	Alimentação e Nutrição	104.502,00	33.000,00	137.502,00
12.12.701	Educação básica	104.502,00	33.000,00	137.502,00
12.12	Ensino Fundamental	1.246.000,00	2.267.100,00	3.513.100,00
12.12.701	Educação básica	1.246.000,00	2.267.100,00	3.513.100,00
12.12	Ensino Profissional	20.001,00		20.001,00
12.12.702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	20.001,00		20.001,00
12.12	Ensino Superior	97.000,00		97.000,00
12.12.702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	97.000,00		97.000,00
12.12	Educação Infantil	1.032.503,00	1.236.650,00	2.269.153,00
12.12.701	Educação básica	1.032.503,00	1.236.650,00	2.269.153,00
12.12	Educação Especial	45.001,00		45.001,00
12.12.703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	45.001,00		45.001,00
13	Cultura	225.005,00		225.005,00
13.13	Difusão Cultural	192.005,00		192.005,00
13.13.706	Cultura	192.005,00		192.005,00
13.13	Lazer	33.000,00		33.000,00
13.13.201	Indústria e Comércio	33.000,00		33.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3 / 4
Data: 22/08/2017

Especificação		Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	2.085.318,00	504.535,00	2.589.853,00
15.15	Infra-Estrutura Urbana	2.085.318,00	137.735,00	2.223.053,00
15.15.400	Serviços Integrados	2.085.318,00	137.735,00	2.223.053,00
15.15	Serviços Urbanos		366.800,00	366.800,00
15.15.400	Serviços Integrados		366.800,00	366.800,00
16	Habitação	66.005,00		66.005,00
16.16	Administração Geral	66.001,00		66.001,00
16.16.605	Habitação	66.001,00		66.001,00
16.16	Habitação Rural	2,00		2,00
16.16.605	Habitação	2,00		2,00
16.16	Habitação Urbana	2,00		2,00
16.16.605	Habitação	2,00		2,00
18	Gestão Ambiental	503,00	980,00	1.483,00
18.18	Preservação e Conservação Ambiental	503,00	980,00	1.483,00
18.18.401	Agricultura e Meio Ambiente	503,00	980,00	1.483,00
20	Agricultura	803.001,00		803.001,00
20.20	Extensão Rural	803.000,00		803.000,00
20.20.401	Agricultura e Meio Ambiente	803.000,00		803.000,00
20.20	Promoção da Produção Agropecuária	1,00		1,00
20.20.401	Agricultura e Meio Ambiente	1,00		1,00
22	Indústria	95.002,00		95.002,00
22.22	Promoção Industrial	95.002,00		95.002,00
22.22.201	Indústria e Comércio	95.002,00		95.002,00
23	Comércio e Serviços	120.001,00		120.001,00
23.23	Promoção Comercial	120.001,00		120.001,00
23.23.201	Indústria e Comércio	120.001,00		120.001,00
27	Desporto e Lazer	309.000,00		309.000,00
27.27	Desporto Comunitário	309.000,00		309.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4 / 4
Data: 22/08/2017

Especificação		Ordinário	Vinculado	Total
27.27.704	Esporte	309.000,00		309.000,00
28	Encargos Especiais	551.245,00	860,00	552.105,00
28.28	Serviço da Dívida Interna	2,00		2,00
28.28.0	Encargos Especiais	2,00		2,00
28.28	Outras Transferências	551.243,00	860,00	552.103,00
28.28.0	Encargos Especiais	551.240,00	860,00	552.100,00
28.28.300	Administração e Coordenação (Secretaria)	3,00		3,00
99	Reserva de Contingência	20.000,00		20.000,00
99.99	Reserva de Contingência	20.000,00		20.000,00
99.99.9999	Reserva de Contingência	20.000,00		20.000,00
Total Geral:		14.602.794,00	5.607.206,00	20.210.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1 / 5
Data: 22/08/2017

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública	Total
01.001 Câmara Municipal de Vereadores		630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00
02.001 Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	458.002,00	0,00	0,00	458.002,00
02.002 Assessoria Jurídica		0,00	0,00	0,00	295.001,00	0,00	0,00	295.001,00
02.003 Controladoria do Município		0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	62.000,00
02.004 Diretoria de Planejamento		0,00	0,00	0,00	214.001,00	0,00	0,00	214.001,00
02.005 Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.006 Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.003,00	10.003,00
03.001 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	1.055.031,00	0,00	0,00	1.055.031,00
03.002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		0,00	0,00	0,00	1.455.000,00	0,00	0,00	1.455.000,00
04.001 Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.003 Fundo Municipal do Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.004 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.005 Convênios com Policiais e Bombeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.120,00	174.120,00
05.001 Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.001 Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.002 Fundo Municipal do Idoso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.003 Conselho Tutelar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.004 Fundo da Infância e Adolescente - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.005 Fundo Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.001 Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.002 Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.003 Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.004 Fundo Municipal da Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.999 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		630.000,00	0,00	0,00	3.539.035,00	0,00	184.123,00	4.353.158,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2 / 5
Data: 22/08/2017

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação	Total
01.001 Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.001 Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.002 Assessoria Jurídica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.003 Controladoria do Município		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.004 Diretoria de Planejamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.005 Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.006 Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.001 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.001 Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.003 Fundo Municipal do Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.004 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.005 Convênios com Policiais e Bombeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.001 Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	4.279.192,00	0,00	0,00	4.279.192,00
06.001 Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	460.774,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.774,00
06.002 Fundo Municipal do Idoso		0,00	40.513,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.513,00
06.003 Conselho Tutelar		0,00	193.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.000,00
06.004 Fundo da Infância e Adolescente - FIA		0,00	20.151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.151,00
06.005 Fundo Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.001 Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.081.757,00	6.081.757,00
07.002 Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.003 Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.004 Fundo Municipal da Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.999 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	714.438,00	0,00	4.279.192,00	0,00	6.081.757,00	11.075.387,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3 / 5
Data: 22/08/2017

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental	Total
01.001 Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.001 Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.002 Assessoria Jurídica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.003 Controladoria do Município		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.004 Diretoria de Planejamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.005 Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
02.006 Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.001 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.001 Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenção		0,00	0,00	2.589.852,00	0,00	0,00	0,00	2.589.852,00
04.002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.003 Fundo Municipal do Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.483,00	1.483,00
04.004 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
04.005 Convênios com Policiais e Bombeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.001 Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.001 Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.002 Fundo Municipal do Idoso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.003 Conselho Tutelar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.004 Fundo da Infância e Adolescente - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.005 Fundo Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	66.005,00	0,00	0,00	66.005,00
07.001 Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.002 Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.003 Cultura		112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00
07.004 Fundo Municipal da Cultura		80.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.004,00
99.999 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		225.005,00	0,00	2.589.853,00	66.005,00	0,00	1.483,00	2.882.346,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4 / 5
Data: 22/08/2017

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações	Total
01.001 Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.001 Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.002 Assessoria Jurídica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.003 Controladoria do Município		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.004 Diretoria de Planejamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.005 Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		0,00	0,00	0,00	95.002,00	120.001,00	0,00	215.003,00
02.006 Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.001 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.001 Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		0,00	803.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	803.000,00
04.003 Fundo Municipal do Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.004 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
04.005 Convênios com Policiais e Bombeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.001 Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.001 Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.002 Fundo Municipal do Idoso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.003 Conselho Tutelar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.004 Fundo da Infância e Adolescente - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.005 Fundo Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.001 Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.002 Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.003 Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.004 Fundo Municipal da Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.999 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	803.001,00	0,00	95.002,00	120.001,00	0,00	1.018.004,00

Página: 5 / 5
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
01.001 Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.001 Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.002 Assessoria Jurídica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.003 Controladoria do Município		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.004 Diretoria de Planejamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.005 Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.006 Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.001 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
03.002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		0,00	0,00	0,00	202.105,00	0,00	202.105,00
04.001 Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.003 Fundo Municipal do Meio Ambiente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.004 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.005 Convênios com Policiais e Bombeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.001 Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.001 Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.002 Fundo Municipal do Idoso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.003 Conselho Tutelar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.004 Fundo da Infância e Adolescente - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.005 Fundo Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.001 Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.002 Esportes		0,00	0,00	309.000,00	0,00	0,00	309.000,00
07.003 Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.004 Fundo Municipal da Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.999 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:		0,00	0,00	309.000,00	552.105,00	20.000,00	881.105,00
Total Geral:							20.210.000,00

ARF - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	anulação e suplementação de dotações	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	10.000,00	Utilização da Reserva de Contingência	10.000,00
SUBTOTAL	110.000,00	SUBTOTAL	110.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	100.000,00	anulação e suplementação de dotações	100.000,00
Outros Riscos Fiscais	10.000,00	Utilização da Reserva de Contingência	10.000,00
SUBTOTAL	110.000,00	SUBTOTAL	110.000,00
TOTAL	220.000,00	TOTAL	220.000,00

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2018

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020			R\$ 1,00
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100	
Receita Total	20.210.000,00	20.210.000,00	0,00068%	21.275.000,00	20.358.851,67	0,00067%	22.325.000,00	21.363.636,36	0,00066%	10018,94%
Receitas Primárias (I)	20.050.468,00	20.050.468,00	0,00068%	21.107.061,19	20.198.144,68	0,00067%	22.157.594,51	21.203.439,72	0,00065%	9939,86%
Despesa Total	20.210.000,00	20.210.000,00	0,00068%	21.275.000,00	20.358.851,67	0,00067%	22.325.000,00	21.363.636,36	0,00066%	10018,94%
Despesas Primárias (II)	20.170.468,00	20.170.468,00	0,00068%	21.235.368,00	20.320.926,32	0,00067%	22.285.268,00	21.325.615,31	0,00066%	10001,11%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-120.000,00	-120.000,00	0,00000%	-128.306,81	-122.781,63	0,00000%	-127.673,49	-122.175,59	0,00000%	-57,30%
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00000%	0,00	0,00	0,00000%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%
Dívida Pública Consolidada	600.000,00	600.000,00	0,00002%	570.000,00	545.454,55	0,00002%	541.500,00	518.181,82	0,00002%	243,01%
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00000%	0,00	0,00	0,00000%	0,00	0,00	0,00000%	0,00%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário econômico

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
Inflação média anual	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento das receitas	6,65%	5,27%	4,94%
PIB de Santa Catarina	296.587.322.000.000,00	317.349.348.000.000,00	339.368.988.000.000,00
Receita Corrente Líquida	20.171.790,00	21.234.776,46	22.282.791,28
Taxa de amortização da dívida consolidada	5,00%	5,00%	5,00%

Notas explicativas:

Estão previstos a liberação de duas operações de crédito no valor total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Para o ano de 2018, o Ente irá iniciar uma nova série constante

O PIB de Santa Catarina foi obtido na LDO do Estado (http://www.ale-sc.gov.br/portal_alese/sites/default/files/arquivos_orcamento/PL_0103.7_2017_Texto_e_Anexos.pdf)

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	R\$ 1,00		
							Valor (c) = (b-a)	Varição (c/a) x 100	
Receita Total	18.950.000,00			18.907.059,05			-42.940,95	-22,66%	
Receitas Primárias (I)	18.576.833,72			20.147.920,73			1.571.087,01	845,72%	
Despesa Total	18.950.000,00			19.063.413,97			113.413,97	59,85%	
Despesas Primárias (II)	18.817.160,00			19.022.967,24			205.807,24	109,37%	
Resultado Primário (III) = (I-II)	-240.326,28			1.124.953,49			1.365.279,77	-56809,42%	
Resultado Nominal	0,00			0,00			0,00		
Dívida Pública Consolidada	158.451,31			0,00			-158.451,31	-10000,00%	
Dívida Consolidada Líquida	0,00			0,00			0,00		

Notas explicativas:

Para a Dívida Consolidada Líquida, é adotado o novo entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, que não permite valores negativos, tendo sido recalculado os valores anteriores

AME/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LUZERNAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	17.630.000,00	18.907.059,05		18.250.000,00		20.210.000,00		21.275.000,00		22.325.000,00		
Receitas Primárias (I)	17.331.920,92	20.147.920,73		17.932.353,52		20.050.468,00		21.107.061,19		22.157.594,51		
Despesa Total	17.630.000,00	19.063.413,97		18.250.000,00		20.210.000,00		21.275.000,00		22.325.000,00		
Despesas Primárias (II)	17.507.000,00	19.022.967,24		18.249.998,00		20.170.468,00		21.235.368,00		22.285.268,00		
Resultado Primário (III) = (I - II)	-175.079,08	1.124.953,49		-317.644,48		-120.000,00		-128.306,81		-127.673,49		
Resultado Nominal	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Dívida Pública Consolidada	534.738,69	0,00		0,00		600.000,00		570.000,00		541.500,00		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	18.775.950,00	18.907.059,05		18.250.000,00		20.210.000,00		20.358.851,67		21.363.636,36		
Receitas Primárias (I)	18.458.495,78	20.147.920,73		17.932.353,52		20.050.468,00		20.198.144,68		21.203.439,72		
Despesa Total	18.775.950,00	19.063.413,97		18.250.000,00		20.210.000,00		20.358.851,67		21.363.636,36		
Despesas Primárias (II)	18.644.955,00	19.022.967,24		18.249.998,00		20.170.468,00		20.320.926,32		21.325.615,31		
Resultado Primário (III) = (I - II)	-186.459,22	1.124.953,49		-317.644,48		-120.000,00		-122.781,63		-122.175,59		
Resultado Nominal	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Dívida Pública Consolidada	569.496,70	0,00		0,00		600.000,00		545.454,55		518.181,82		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		

Índice de Inflação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INPC	11,27%	6,58%	3,00%	4,50%	4,50%	4,50%

Notas explicativas:

Para a Dívida Consolidada Líquida, é adotado o novo entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, que não permite valores negativos, tendo sido recalculado os valores anteriores. Os dados dos anos anteriores são os constantes na LDO para o ano de 2017.

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	33.569.477,63		33.557.477,63		35.026.839,00	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	33.569.477,63	0,00%	33.557.477,63	0,00%	35.026.839,00	0,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Notas explicativas:
 O Município não possui RPPS

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LUZERNA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2021	
TOTAL						-

Notas explicativas:

No momento da elaboração da LDO, não há previsão de novas renúncias de receitas.

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LUZERNA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2018	
Aumento Permanente da Receita	980.000,00	
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	980.000,00	
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III) = (I+II)	980.000,00	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00	
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	980.000,00	

ANEXO LEI 1536 - PPA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 1 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 0 - Encargos Especiais

Macroobjetivo

Objetivo

Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor Público.
Reduzir ou liquidar a dívida do Passivo Permanente da Prefeitura Municipal.

Público alvo

Encargos Especiais

Justificativa

Encargos Especiais

Diretrizes (Forma de Implementação)

Encargos Especiais

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

03.001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

Gerente do programa

Angelo Brandalise Jr.

Subsecretário de Administração, Finanças e Patrimônio

Valor do programa

No PPA: 1.672.608,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 2 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 10 - Serviços de Segurança Pública

Macroobjetivo

Objetivo

Desenvolver atividades de segurança através de ações que garantam a ordem e a segurança pública.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Desenvolver atividades de segurança através de ações que garantam a ordem e a segurança pública.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Desenvolver atividades de segurança através de ações que garantam a ordem e a segurança pública.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

04.007 - Convênios com Policiais e Bombeiros

Gerente do programa

Alcir João Denardi

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e

Valor do programa

No PPA: 743.740,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 3 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 100 - Processo Legislativo

Macroobjetivo

Objetivo

Responsável por fazer as leis municipais, o Poder Legislativo age também na fiscalização do Poder Executivo, acompanhando as tomadas de decisões referentes ao governo e a administração atual.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Responsável por fazer as leis municipais, o Poder Legislativo age também na fiscalização do Poder Executivo, acompanhando as tomadas de decisões referentes ao governo e a administração atual.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Responsável por fazer as leis municipais, o Poder Legislativo age também na fiscalização do Poder Executivo, acompanhando as tomadas de decisões referentes ao governo e a administração atual.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

01.001 - Camara Municipal de Vereadores

Gerente do programa

Mauri Jose Schlindwein

Presidente da Câmara

Valor do programa

No PPA: 2.660.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 4 / 18
Data:18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 200 - Administração e Coordenação (gabinete)

Macroobjetivo

Objetivo

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e técnicos institucionais com a finalidade de executar o Programa de Governo a bem da população.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e técnicos institucionais com a finalidade de executar o Programa de Governo a bem da população.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e técnicos institucionais com a finalidade de executar o Programa de Governo a bem da população.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

- 02.001 - Gabinete do Prefeito
 - 02.002 - Assessoria Jurídica
 - 02.003 - Controladoria do Município
 - 02.004 - Diretoria de Planejamento
 - 03.001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
-

Gerente do programa

Moisés Diersmann

Prefeito

Valor do programa

No PPA: 4.587.723,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 5 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 201 - Industria e Comercio

Macroobjetivo

Objetivo

Serão desenvolvidas ações para planejar, incentivar e promover a expansão industrial, comercial, de bens e serviços, visando o aumento do valor adicionado do ICMS, arrecadação de ISS e a oferta de emprego.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Serão desenvolvidas ações para planejar, incentivar e promover a expansão industrial, comercial, de bens e serviços, visando o aumento do valor adicionado do ICMS, arrecadação de ISS e a oferta de emprego.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Serão desenvolvidas ações para planejar, incentivar e promover a expansão industrial, comercial, de bens e serviços, visando o aumento do valor adicionado do ICMS, arrecadação de ISS e a oferta de emprego.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

02.005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Gerente do programa

Moisés Diersmann

Prefeito

Valor do programa

No PPA: 1.046.012,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 6 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 202 - Defesa Civil

Macroobjetivo

Objetivo

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres naturais.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres naturais.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres naturais.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

02.006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil

Gerente do programa

Moisés Diersmann

Prefeito

Valor do programa

No PPA: 40.012,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 7 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)

Macroobjetivo

Objetivo

Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão a fim de proporcionar ao Executivo os meios para que essa Secretaria desenvolva suas atividades.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão a fim de proporcionar ao Executivo os meios para que essa Secretaria desenvolva suas atividades.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão a fim de proporcionar ao Executivo os meios para que essa Secretaria desenvolva suas atividades.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

03.001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

Gerente do programa

Juliano Schneider

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

Valor do programa

No PPA: 10.181.732,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 8 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 400 - Serviços Integrados

Macroobjetivo

Objetivo

Melhorar o visual da cidade, oferecer boas condições de tráfego urbano, tanto de veículos como de pedestres. Manter, melhorar e ampliar os serviços e equipamentos públicos postos a disposição da coletividade. Serão desenvolvidas ações relativas a implantação e conservação das estradas vicinais e equipamentos, destinadas ao escoamento da Produção Agropecuária, ligações entre Municípios,

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Melhorar o visual da cidade, oferecer boas condições de tráfego urbano, tanto de veículos como de pedestres. Manter, melhorar e ampliar os serviços e equipamentos públicos postos a disposição da coletividade. Serão desenvolvidas ações relativas a implantação e conservação das estradas vicinais e equipamentos, destinadas ao escoamento da Produção Agropecuária, ligações entre Municípios,

Diretrizes (Forma de Implementação)

Melhorar o visual da cidade, oferecer boas condições de tráfego urbano, tanto de veículos como de pedestres. Manter, melhorar e ampliar os serviços e equipamentos públicos postos a disposição da coletividade. Serão desenvolvidas ações relativas a implantação e conservação das estradas vicinais e equipamentos, destinadas ao escoamento da Produção Agropecuária, ligações entre Municípios,

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

04.001 - Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenç

Gerente do programa

Alcir João Denardi

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e

Valor do programa

No PPA: 14.523.875,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 9 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 401 - Agricultura e Meio Ambiente

Macroobjetivo

Objetivo

Estes projetos visam a execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e o aumento da produtividade. Desenvolvimento de ações visando um preciso e perfeito relacionamento entre o homem e a natureza.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Estes projetos visam a execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e o aumento da produtividade. Desenvolvimento de ações visando um preciso e perfeito relacionamento entre o homem e a natureza.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Estes projetos visam a execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e o aumento da produtividade. Desenvolvimento de ações visando um preciso e perfeito relacionamento entre o homem e a natureza.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

- 04.004 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 - 04.005 - Fundo Municipal do Meio Ambiente
 - 04.006 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro
-

Gerente do programa

Marcelo Costa Beber

Subsecretário de Agropecuária e Meio Ambiente

Valor do programa

No PPA: 3.447.076,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 10 / 18

Data:18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 500 - Saúde

Macroobjetivo

Objetivo

Manutenção das ações voltadas para o primeiro eixo de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo atenção médica e complementar a todos os municípios Luzernenses, seguindo sempre os preceitos da universalidade, integralidade, equidade e controle social, levando sempre em conta a regionalização e a hierarquização dos serviços. Investimentos na ampliação de serviços

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Manutenção das ações voltadas para o primeiro eixo de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo atenção médica e complementar a todos os municípios Luzernenses, seguindo sempre os preceitos da universalidade, integralidade, equidade e controle social, levando sempre em conta a regionalização e a hierarquização dos serviços. Investimentos na ampliação de serviços

Diretrizes (Forma de Implementação)

Manutenção das ações voltadas para o primeiro eixo de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo atenção médica e complementar a todos os municípios Luzernenses, seguindo sempre os preceitos da universalidade, integralidade, equidade e controle social, levando sempre em conta a regionalização e a hierarquização dos serviços. Investimentos na ampliação de serviços

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade OUTRA ENTIDADE

Órgão executores

05.001 - Fundo Municipal de Saúde

Gerente do programa

Luis Fernando Dahmer Peruchini

Secretário de Saúde e Assistência Social

Valor do programa

No PPA: 18.314.258,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 11 / 18

Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 601 - Assistência Social

Macroobjetivo

Objetivo

Proporcionar à comunidade uma estrutura de Assistência Social que vise atender às necessidades sociais básicas, casos de violação de direitos e prover controle social, por meio de recursos materiais e humanos; integrar as atividades de assistência social e da rede de garantia de direitos do município; manutenção das atividades dos programas de transferência de renda do governo federal e estadual;

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Proporcionar à comunidade uma estrutura de Assistência Social que vise atender às necessidades sociais básicas, casos de violação de direitos e prover controle social, por meio de recursos materiais e humanos; integrar as atividades de assistência social e da rede de garantia de direitos do município; manutenção das atividades dos programas de transferência de renda do governo federal e estadual;

Diretrizes (Forma de Implementação)

Proporcionar à comunidade uma estrutura de Assistência Social que vise atender às necessidades sociais básicas, casos de violação de direitos e prover controle social, por meio de recursos materiais e humanos; integrar as atividades de assistência social e da rede de garantia de direitos do município; manutenção das atividades dos programas de transferência de renda do governo federal e estadual;

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

06.001 - Fundo Municipal de Assistência Social

06.002 - Fundo Municipal do Idoso

Gerente do programa

Luis Fernando Dahmer Peruchini

Secretário de Saúde e Assistência Social

Valor do programa

No PPA: 2.145.403,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 12 / 18

Data:18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 603 - Assistência a criança e ao adolescente

Macroobjetivo

Objetivo

Amparar e proteger a criança e o adolescente no sentido de evitar as drogas, a exploração infantil de forma geral e os desequilíbrios sociais

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Amparar e proteger a criança e o adolescente no sentido de evitar as drogas, a exploração infantil de forma geral e os desequilíbrios sociais

Diretrizes (Forma de Implementação)

Amparar e proteger a criança e o adolescente no sentido de evitar as drogas, a exploração infantil de forma geral e os desequilíbrios sociais

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

06.003 - Conselho Tutelar

06.004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA

Gerente do programa

Luis Fernando Dahmer Peruchini

Secretário de Saúde e Assistência Social

Valor do programa

No PPA: 908.694,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 13 / 18
Data:18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 605 - Habitação

Macroobjetivo

Objetivo

Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar políticas habitacionais para atender as famílias necessitadas, com o objetivo de melhor moradia.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar políticas habitacionais para atender as famílias necessitadas, com o objetivo de melhor moradia.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar políticas habitacionais para atender as famílias necessitadas, com o objetivo de melhor moradia.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

06.005 - Fundo Municipal de Habitação

Gerente do programa

Luis Fernando Dahmer Peruchini

Secretário de Saúde e Assistência Social

Valor do programa

No PPA: 282.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 14 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 701 - Educação básica

Macroobjetivo

Objetivo

Oferecer todas as condições para o bom desenvolvimento da educação básica, propiciando condições para o atendimento dos estudantes em horários letivos.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Oferecer todas as condições para o bom desenvolvimento da educação básica, propiciando condições para o atendimento dos estudantes em horários letivos.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Oferecer todas as condições para o bom desenvolvimento da educação básica, propiciando condições para o atendimento dos estudantes em horários letivos.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

07.001 - Educação

Gerente do programa

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Valor do programa

No PPA: 25.235.120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 15 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico

Macroobjetivo

Objetivo

Dar condições para aos alunos para que possam frequentar cursos de nível técnico ou superior, elevando sua capacitação profissional.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Dar condições para aos alunos para que possam frequentar cursos de nível técnico ou superior, elevando sua capacitação profissional.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Dar condições para aos alunos para que possam frequentar cursos de nível técnico ou superior, elevando sua capacitação profissional.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

07.001 - Educação

Gerente do programa

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Valor do programa

No PPA: 498.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 16 / 18
Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais

Macroobjetivo

Objetivo

Desenvolver ações para ministrar educação aos alunos mentalmente deficientes, fisicamente prejudicados ou emocionalmente desajustados.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Desenvolver ações para ministrar educação aos alunos mentalmente deficientes, fisicamente prejudicados ou emocionalmente desajustados.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Desenvolver ações para ministrar educação aos alunos mentalmente deficientes, fisicamente prejudicados ou emocionalmente desajustados.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

07.001 - Educação

Gerente do programa

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Valor do programa

No PPA: 180.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 17 / 18

Data:18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 704 - Esporte

Macroobjetivo

Objetivo

Integrar os atletas na participação em atividades que promovam o lazer e o bem estar, mantendo em condições e criando espaços físicos, fornecimento de materiais esportivos necessários, acompanhar e auxiliar as associações ou equipes que representem o Município.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Integrar os atletas na participação em atividades que promovam o lazer e o bem estar, mantendo em condições e criando espaços físicos, fornecimento de materiais esportivos necessários, acompanhar e auxiliar as associações ou equipes que representem o Município.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Integrar os atletas na participação em atividades que promovam o lazer e o bem estar, mantendo em condições e criando espaços físicos, fornecimento de materiais esportivos necessários, acompanhar e auxiliar as associações ou equipes que representem o Município.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

07.002 - Esportes

Gerente do programa

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Valor do programa

No PPA: 1.282.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
PPA - Identificação de Programa

Página: 18 / 18

Data: 18/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Programa: 706 - Cultura

Macroobjetivo

Objetivo

Guardar e difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, fortalecendo os grupos culturais, visando maior fortalecimento da cultura do Município, Conceder incentivos financeiros para a realização de projetos culturais e de resgate à memória.

Público alvo

Municípios de Luzerna

Justificativa

Guardar e difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, fortalecendo os grupos culturais, visando maior fortalecimento da cultura do Município, Conceder incentivos financeiros para a realização de projetos culturais e de resgate à memória.

Diretrizes (Forma de Implementação)

Guardar e difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, fortalecendo os grupos culturais, visando maior fortalecimento da cultura do Município, Conceder incentivos financeiros para a realização de projetos culturais e de resgate à memória.

Horizonte Temporal

CONTINUO

Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão executores

07.003 - Cultura

07.004 - Fundo Municipal da Cultura

Gerente do programa

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Valor do programa

No PPA: 804.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 1 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 0301

Tipo: Operação Especial

Descrição: Contribuição ao PASEP.

Finalidade

Promover o pagamento do PASEP conforme determina a Lei nº 9715 de 25/11/1998.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE

100039 - Fundo Especial do Petróleo

Produto: Pagamento do PASEP

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 2 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 0302 Tipo: Operação Especial

Descrição: Juros, encargos e amortização de dívidas

Finalidade

Abertura de ação para pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas que venham a ser contratadas na vigência do PPA.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Dívida Pública	Unidade de medida: UNI - Unidade			
	2018	2019	2020	2021 Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00 4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 3 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 0303 Tipo: Operação Especial

Descrição: Sentenças judiciais

Finalidade
Disponibilizar recursos para pagamentos decorrentes de processos judiciais.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Cumprimento de Sentença Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 4 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 1401 Tipo: Projeto

Descrição: Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste

Finalidade

Abertura de ação para construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste, com recursos de convênios.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Ponte	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	0,125	0,125	0,125	0,125
					Total
					0,50

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 5 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 1641 Tipo: Projeto

Descrição: Produção de unidades habitacionais

Finalidade

Construção de unidades habitacionais nas zonas rural e urbana, com parcerias dos governos estadual e federal.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 6 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2074

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Assistência Social

Finalidade

Proporcionar à comunidade uma estrutura de Assistência Social que vise atender às necessidades sociais básicas, casos de violação de direitos e prover controle social, por meio de recursos materiais e humanos; integrar as atividades de assistência social e da rede de garantia de direitos do município; manutenção das atividades dos programas de transferência de renda do governo federal e estadual; realizar a vigilância socioassistencial e a gestão do território. Proporcionar alternativas para a área de trabalho no município.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 7 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2101

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Câmara de Vereadores

Finalidade

Dotar a Câmara Municipal a fim de assegurar o funcionamento do Poder Legislativo em consonância com os preceitos constitucionais e disposições expressas na Lei Orgânica Municipal, oferendo plenas condições aos vereadores no exercício de suas atribuições, em especial, de legislar e fiscalizar.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
	2018	2019	2020	2021
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
				Total
				4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 8 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2201

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 9 / 69
 Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2202

Descrição: Manutenção do Gabinete do Prefeito

Finalidade

Desenvolver ações de representação institucional, legal e política do Governo Municipal, junto a entidades de âmbito municipal, estadual, federal e internacional. Desenvolver ações de coordenação e centralização do governo e ações de proposição legislativa. Desenvolver ações de divulgação institucional das ações. Dotar o Prefeito de recursos financeiros para o pagamento de despesas de pessoal, manutenção e de investimentos do seu Gabinete ou ainda de ações de todo o Município, mas de discricionariedade do Prefeito.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
	2018	2019	2020	2021
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
				Total
				4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 10 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2210

Descrição: Manutenção da assessoria jurídica

Finalidade

Assegurar recursos financeiros para que a assessoria jurídica efetue suas atividades, destacadamente:
Promover a defesa do Município e acompanhar os processos judiciais, atribuição essencial a Justiça;
Assegurar o cumprimento normativo e legal dos processos no âmbito da Administração Pública Municipal, atendendo as demandas administrativas com eficiência e segurança jurídica;
Analisar os processos licitatórios, convênios e contratos com legalidade e moralidade;
Elaborar e analisar Leis, Decretos, Portarias e outras legislações de interesse municipal no intuito de garantir a integridade e o cumprimento da legislação municipal, sempre mantendo atualizado o acervo das leis municipais; e
Garantir o desenvolvimento dos trabalhos na Assessoria Jurídica, sempre aperfeiçoando o sistema jurídico municipal.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 11 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2230

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Controladoria

Finalidade

Manutenção e melhorias das atividades administrativas da Controladoria do Município, provendo recursos financeiros para despesas de pessoal, de manutenção e de investimentos, assegurando a execução dos trabalhos da Controladoria.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 12 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2240

Descrição: Manutenção da Diretoria de Planejamento

Finalidade

Assegurar recursos financeiros para a manutenção e investimentos da Diretoria de Planejamento, inclusive para cobrir despesas de com projetos e co-relatos de investimentos do Município.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 13 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2250

Descrição: Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Finalidade

Apoio a feiras, exposições e ações diversas que fomenta o comércio, indústria e empresas de tecnologia do município. Propiciar condições para a profissionalização da gestão empresarial com cursos e treinamentos para os empresários, MEI e ME. Oferecer condições para a atração e implantação de empresas. Dar visibilidade às atividades realizadas pela prefeitura no âmbito comercial, industrial e tecnológico, através de propagandas, e marketing em diversos meios.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 14 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2251

Tipo: Atividade

Descrição: Programação de Natal

Finalidade

Apoio à programação natalina no município, a título de incentivo ao setor de comércio do Município.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 15 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2252
Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna

Finalidade

Manutenção, adequação, do espaço físico destinado a empresas startup's de base tecnológica do município. Treinamentos e cursos para os empresários. Bem como dotar de recursos financeiros para gestão e funcionamento da incubadora.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 16 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2260
Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil

Finalidade

Capta, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 17 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2301

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 18 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2302

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

Finalidade

Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, englobando as despesas inerentes ao gabinete do Secretário e as despesas comuns ao Município como um todo em que não é possível segregar as despesa entre as diversas secretárias ou ainda a relação custo VS benefício dessa segregação não é viável.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 19 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2304

Descrição: Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros para entidades a qual o Município seja associado e/ou consorciado.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 20 / 69
 Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2305 Tipo: Atividade

Descrição: Publicidade Institucional e de Marketing

Finalidade

Realizar ações voltadas à comunicação social, divulgação oficial, publicidades da instituição e de utilidade pública.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 21 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2401

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 22 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2402

Tipo: Atividade

Descrição: Serviços Integrados de Infraestrutura

Finalidade

Melhorar o visual da cidade, oferecer boas condições de tráfego urbano, tanto de veículos como de pedestres. Manter, melhorar e ampliar os serviços e equipamentos públicos postos a disposição da coletividade. Serão desenvolvidas ações relativas a implantação e conservação das estradas vicinais e equipamentos, destinadas ao escoamento da Produção Agropecuária, ligações entre Municípios, oferecendo boas condições de tráfego a qualquer tempo nas estradas vicinais. Serão desenvolvidas ações que visam a melhoria e ampliação do sistema de esgoto, para proporcionar melhores condições sanitárias à população.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE

100012 - Convênio de Transito – Prefeitura

100039 - Fundo Especial do Petróleo

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 23 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2403

Descrição: Manutenção da iluminação pública

Finalidade

Manutenção, reposição de materiais danificados e instalação e ampliações de novos pontos de iluminação pública no município de Luzerna, com a finalidade de prover a iluminação das vias públicas, garantindo assim a segurança dos transeuntes.

Recursos

100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 24 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2404

Tipo: Atividade

Descrição: Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos

Finalidade

Resguardar e controlar recursos financeiros para adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos, especialmente para o cumprimento da Lei Federal 10.098/2000, objeto do TAC - Termo de Ajuste de Conduta da acessibilidade do alvará de licença e funcionamento.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 25 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2420

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 26 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2421

Descrição: Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Finalidade

Manutenção da estrutura da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente para desenvolver ações visando participação, coordenação de recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, assegurando a eficiência e controle da gestão pública, capacitação e qualificação dos servidores, conservação, manutenção e aquisição de máquinas e equipamentos, veículos, serviços, materiais e outras despesas inerentes e disponibilizar recursos financeiros para apoiar a bacia leiteira e melhorar a qualidade genética do gado bovino de corte e de leite.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
	2018	2019	2020	2021
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
				Total
				4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 27 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2422 Tipo: Atividade

Descrição: Programa Melhora Melhoria da Propriedade Rural e Programa Plante Mais

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros para o Programa Melhora Melhoria da Propriedade Rural, criado pela Lei 989/2011 que "CRIA O PROGRAMA MELHORIA DA PROPRIEDADE AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA REALIZAÇÃO DE MELHORIAS, BENFEITORIAS E AMPLIAÇÃO DE LAVOURAS EM PROPRIEDADES RURAIS, CELEBRA TERMO DE CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" e para o Programa Plante Mais, oficializado pela Lei 1525/2015 que "OFICIALIZA E REGULAMENTA O PROGRAMA PLANTE MAIS, PARA O INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) ATRAVÉS DO SUBSÍDIO DE HORA-MÁQUINA NAS PROPRIEDADES RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	Total
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 28 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2430

Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente

Finalidade

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações do Fundo.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100117 - Fundo do Meio Ambiente

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 29 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2440 Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro

Finalidade

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações do Fundo.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 30 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2450
Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do convênio rádio-patrolha

Finalidade
Ação destinada a execução do convênio rádio-patrolha com a Polícia Militar.

Recursos

100103 - Rádio Patrolha

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 31 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2451
Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros

Finalidade
Ação destinada a execução do convênio com o Corpo de Bombeiros

Recursos
100102 - Corpo de Bombeiros

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 32 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2452 Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do convênio com as Policias Civil e Militar - multas de trânsito

Finalidade

Ação destinada a execução do convênio com as Policias Civil e Militar dos recursos oriundo das multas de trânsito.

Recursos

100010 - Convênio de Transito – Militar

100011 - Convênio de Transito – Civil

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 33 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2501

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 34 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2502

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do bloco da Atenção Básica

Finalidade

Manutenção das ações voltadas para o primeiro eixo de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo atenção médica e complementar a todos os munícipes Luzernenses, seguindo sempre os preceitos da universalidade, integralidade, equidade e controle social, levando sempre em conta a regionalização e a hierarquização dos serviços. Investimentos na ampliação de serviços complementares da atenção básica a saúde. Fomento a ações de prevenção de doenças e promoção de saúde individual e em grupos.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

100201 - Participa SUS

100202 - Cofinanciamento

100203 - Saúde Bucal

100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde

100205 - ESF – Estratégia Saúde da Família

100206 - Piso da Atenção Básica

100208 - PMAQ

100209 - NASF Federal

100210 - Saúde na Escola

100219 - Gestão do SUS

100221 - NASF Estadual

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 35 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2503

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade

Finalidade

Garantir a execução de procedimentos cirúrgicos em âmbito hospitalar, permitindo assim uma atenção integral a saúde, dentro das especialidades médicas onde o procedimento cirúrgico é tido como eletivo.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

100211 - MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante

100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade

100222 - MAC Estadual – Demais Repasses

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 36 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2504

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)

Finalidade

Organizar o eixo da gestão por meio de recursos humanos adequados e sua capacitação para a execução das ações gestoras em saúde. Prover os recursos necessários para o deslocamento e alimentação dos agentes políticos lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no desempenho de função em prol da saúde do município.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 37 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2505

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Finalidade

Garantir a manutenção da vigilância epidemiológica e sanitária no território municipal, viabilizando a prevenção a agravos por meio da fiscalização e do acesso a informação. Trabalhar a capacitação dos atores envolvidos com a saúde no município.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

100212 - Vigilância em Saúde

100213 - Vigilância Epidemiológica

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 38 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2506

Tipo: Atividade

Descrição: Assistência Farmacêutica de Atenção Básica

Finalidade

Garantir a distribuição de medicamentos relacionados na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos), por meio da compra e dispensação nas unidades farmacêuticas presentes dentro das Estratégias de Saúde da Família.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

100214 - Farmácia Básica União

100215 - Farmácia Básica Estado

100217 - Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico

100218 - Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 39 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2507 Tipo: Atividade

Descrição: Assistência Farmacêutica de Média Complexidade

Finalidade

Garantir o acesso a medicamentos prescritos pelos médicos da atenção básica municipal que não fazem parte da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos). Disponibilizar medicamentos exigidos do município por via judicial.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	Total
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 40 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2508

Tipo: Atividade

Descrição: Alimentação e nutrição

Finalidade

Prover insumos para a manutenção de ações na atenção à saúde alimentar por meio de convênios.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Produto: Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
	2018	2019	2020	2021
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
				Total
				4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 41 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2509

Tipo: Atividade

Descrição: Tratamento fora de domicílio - TFD

Finalidade

Disponibilizar a população transporte adequado, confortável e eficaz para os tratamentos a serem realizados fora do município. Manter a frota de veículos em bom estado de conservação. Renovação da frota quando necessário. Viabilizar profissionais capacitados e treinados para realizar as viagens, bem como garantir sua alimentação e estadia quando necessário.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 42 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2510

Descrição: Exames complementares

Finalidade

Viabilizar a população a integralidade no diagnóstico, garantindo o acesso a exames complementares por imagem através de convênios com consórcios intermunicipais de saúde e hospitais.

Recursos

100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 43 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2601
Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 44 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2602
Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do Centro de Múltiplo Uso

Finalidade

Garantir à população a estrutura multiuso para fins de reuniões, encontros, lazer, etc; Proporcionar manutenção à estrutura do Centro Multiuso, por meio de recursos materiais e humanos; adquirir equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 45 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2603

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do CRAS - Centro de Referencia de Assistência Social

Finalidade

Proporcionar à comunidade espaço de referência para atenção integral à família em situação de vulnerabilidade social, um espaço de convivência e fortalecimento de vínculos, por meio de recursos materiais e humanos; propiciar atividades afim de estimular potencialidades e diminuir as vulnerabilidades sociais do município; oportunizar o crescimento da cidade com a manutenção de um bom nível de proteção social básica; favorecer o convívio social e atender aos casos de vulnerabilidade social de pessoas com deficiência e idosos em situação de isolamento por meio do atendimento à domicílio.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100302 - Acessuas

100305 - BPC na Escola

100308 - Proteção Social Básica - Custeio

100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família

100310 - Proteção Social Básica - Investimento

100311 - BL GSUAS

100312 - BL PSB

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 46 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2604

Tipo: Atividade

Descrição: Concessão de benefícios eventuais

Finalidade

Prestar assistência à famílias em situação de vulnerabilidade social; prover os mínimos sociais por meio da compra de cestas básicas, pagamento de auxílios funerais e auxílios natalidade, quando na identificação da necessidade; compra de passagens intermunicipais e interestaduais para pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou situação de trânsito; pagamento de aluguel social em situações de calamidade pública, emergência ou casos fortuitos.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100307 - Benefícios eventuais

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 47 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2605

Descrição: Contribuição ao abrigo Frei Bruno

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros para honrar o convênio com o Município de Joaçaba, oficializado pela Lei 1012/2015 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL FREI BRUNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 48 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2610

Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo do Idoso

Finalidade

Garantir estrutura material e de alimentação para os grupos convencionais de idosos do município; oferecer alternativas de esporte e lazer para os idosos do município; proporcionar alternativas de moradia e convivência para os idosos que não possuem amparo familiar e estão em situação de vulnerabilidade.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100350 - Doações ao Fundo do Idoso

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 49 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2620
Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do Conselho Tutelar

Finalidade

O Conselho Tutelar é órgão não-jurisdicional, autônomo e permanente. Tem como principal objetivo zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Para desempenhar suas funções, ele deve fazer uso das estruturas determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sempre tendo em vista que se trata de um serviço público relevante para a sociedade, dessa forma esta ação visa assegurar recursos financeiros para o custeio das atividades, bem como o pagamento dos conselheiros.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 50 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2630

Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência

Finalidade

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações do Fundo.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100009 - FIA Imposto de Renda

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 51 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2640
Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo de Habitação

Finalidade
Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades do Setor de Habitação.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade				
		2018	2019	2020	2021	Total
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 52 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2641
Tipo: Atividade

Descrição: Programa Construir

Finalidade
Compra de materiais de construção para reforma de residências no perímetro urbano e rural, conforme a lei municipal 1310/2014.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 53 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2701 Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 54 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2702

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 55 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2703

Tipo: Atividade

Descrição: Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental

Finalidade

Disponibilizar recursos financeiros de despesas de despesas com pessoal que não se enquadrem no Grupo de Natureza de Despesa 1 - Despesa de pessoal, como o vale alimentação, vale transporte, entre outros. E também possibilitar a contratação de estágio de acordo com as necessidades.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 56 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2704

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da merenda escolar - Creche

Finalidade

A alimentação escolar é um direito do estudante, garantido pela Constituição Federal e sua finalidade é suprir as necessidades nutricionais no período em que a criança fica na escola e promover a educação nutricional das crianças de zero a três anos.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

100111 - PNAE

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 57 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2705

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da merenda escolar - Pré escola

Finalidade

A alimentação escolar é um direito do estudante, garantido pela Constituição Federal e sua finalidade é suprir as necessidades nutricionais no período em que a criança fica na escola e promover a educação nutricional das crianças de quatro e cinco anos.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

100111 - PNAE

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 58 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2706

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Finalidade

A alimentação escolar é um direito do estudante, garantido pela Constituição Federal e sua finalidade é suprir as necessidades nutricionais no período em que a criança fica na escola e promover a educação nutricional das crianças a partir de seis anos.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100111 - PNAE

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 59 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2708 Tipo: Atividade
Descrição: Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)

Finalidade

Ações que visam coordenar as políticas de gestão, planejar, formular e normatizar as políticas integradas da educação, cultura e esporte.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 60 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2709

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Educação - Creche

Finalidade

Ações realizadas para garantir os objetivos básicos das instituições educacionais, que atendem crianças de zero a três anos, pois segundo a LDB : "A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Recursos

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

100018 - FUNDEB 60%

100019 - FUNDEB 40%

100113 - Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 61 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2710

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Educação - Pré escola

Finalidade

Ações realizadas para garantir os objetivos básicos das instituições educacionais, que atendem crianças de quatro e cinco anos, pois segundo a LDB: "A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade

Recursos

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

100018 - FUNDEB 60%

100019 - FUNDEB 40%

100115 - Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 62 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2711

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção da Educação - Fundamental

Finalidade

Ações realizadas para garantir os objetivos básicos das instituições educacionais, que atendem crianças a partir de seis anos, pois segundo a LDB: "O ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Recursos

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

100018 - FUNDEB 60%

100019 - FUNDEB 40%

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 63 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2712

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - educação básica

Finalidade

O transporte escolar é um direito do estudante, garantido pela Constituição Federal, e sua finalidade é possibilitar o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar.

Recursos

100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

100036 - Salário Educação

100101 - Transporte Escolar do Estado

100112 - PNATE

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 64 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2720
Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior

Finalidade

A finalidade do transporte para o ensino superior é possibilitar o acesso e a permanência dos alunos contribuindo com o desenvolvimento intelectual do cidadão luzernense.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção
Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 65 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2721

Tipo: Atividade

Descrição: Manutenção do ensino profissionalizante

Finalidade

A finalidade é possibilitar o acesso e a permanência dos alunos ao ensino profissionalizante, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, científico e tecnológico, considerando um componente importante na construção da cidadania e acesso ao mundo do trabalho.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 66 / 69
Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2722 Tipo: Atividade

Descrição: Atendimento aos deficientes físicos e mentais

Finalidade

Reservar recursos financeiros para atendimento aos deficientes físicos e mentais, face as suas necessidades diferenciadas, permitindo assim a sua inclusão na sociedade.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 67 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Tipo: Atividade

Ação: 2730

Descrição: Manutenção da Diretoria de Esportes

Finalidade

Prover com materiais, recursos, equipamentos e despesas de pessoal a Diretoria de Esportes para a promoção das atividades esportivas. Custear gastos com a manutenção de materiais existentes. Promover eventos esportivos. Custear a participação do Município em eventos esportivos.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Identificação da Ação Luzerna

Página: 68 / 69

Data: 22/08/2017

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2740

Tipo: Atividade

Descrição: Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória

Finalidade

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto: Manutenção

Unidade de medida: UNI - Unidade

	2018	2019	2020	2021	Total
Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Localizador: Município de Luzerna

Página: 69 / 69
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Identificação da Ação Luzerna

INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO

Ação: 2750
Tipo: Atividade

Descrição: Administração e execução do Fundo da Cultura

Finalidade

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades do Fundo, estimular e apoiar os grupos culturais na captação de recursos através de editais, fomentar a difusão cultural e de artistas municipais.

Recursos

100000 - Recursos Ordinários

Produto:	Manutenção	Unidade de medida: UNI - Unidade			
		2018	2019	2020	2021
	Metas Físicas	1,00	1,00	1,00	1,00
					Total
					4,00

Localizador: Município de Luzerna

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Programas e Ações

Página: 1 / 4

Data: 22/08/2017

	Total
Função 1 - Legislativa	2.660.000,00
SubFunção 31 - Ação Legislativa	2.660.000,00
Programa 100 - Manutenção da Câmara de Vereadores	2.660.000,00
2.101 - Manutenção da Câmara de Vereadores	2.660.000,00
Função 4 - Administração	14.769.443,00
SubFunção 122 - Administração Geral	13.874.436,00
Programa 200 - Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	4.142.716,00
2.201 - Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	258.000,00
2.202 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.713.708,00
2.210 - Manutenção da assessoria jurídica	1.264.004,00
2.240 - Manutenção da Diretoria de Planejamento	907.004,00
Programa 300 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	9.731.720,00
2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	8.589.720,00
2.304 - Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.	1.142.000,00
SubFunção 124 - Controle Interno	245.003,00
Programa 200 - Manutenção da Controladoria	245.003,00
2.230 - Manutenção da Controladoria	245.003,00
SubFunção 131 - Comunicação Social	200.004,00
Programa 200 - Publicidade Institucional e de Marketing	200.004,00
2.305 - Publicidade Institucional e de Marketing	200.004,00
SubFunção 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	450.000,00
Programa 300 - Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	450.000,00
2.301 - Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	450.000,00
Função 6 - Segurança Pública	783.752,00
SubFunção 181 - Policiamento	743.740,00
Programa 10 - Manutenção do convênio rádio-patrolha	743.740,00
2.450 - Manutenção do convênio rádio-patrolha	93.900,00
2.451 - Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	288.130,00
2.452 - Manutenção do convênio com as Policias Civil e Militar - multas de trânsito	361.710,00
SubFunção 182 - Defesa Civil	40.012,00
Programa 202 - Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	40.012,00
2.260 - Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	40.012,00
Função 8 - Assistência Social	3.054.097,00
SubFunção 241 - Assistência ao Idoso	162.052,00
Programa 601 - Administração e execução do Fundo do Idoso	162.052,00
2.610 - Administração e execução do Fundo do Idoso	162.052,00
SubFunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	931.698,00
Programa 601 - Contribuição ao abrigo Frei Bruno	23.004,00
2.605 - Contribuição ao abrigo Frei Bruno	23.004,00
Programa 603 - Manutenção do Conselho Tutelar	908.694,00
2.620 - Manutenção do Conselho Tutelar	828.000,00
2.630 - Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	80.694,00
SubFunção 244 - Assistência Comunitária	1.960.347,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Programas e Ações

Página: 2 / 4

Data: 22/08/2017

	Total
Programa 601 - Manutenção da Assistência Social	1.960.347,00
2.074 - Manutenção da Assistência Social	189.004,00
2.601 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	213.000,00
2.602 - Manutenção do Centro de Múltiplo Uso	15.008,00
2.603 - Manutenção do CRAS - Centro de Referencia de Assistência Social	1.479.335,00
2.604 - Concessão de benefícios eventuais	64.000,00
Função 10 - Saúde	18.314.258,00
SubFunção 122 - Administração Geral	1.177.004,00
Programa 500 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)	1.177.004,00
2.504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)	1.177.004,00
SubFunção 301 - Atenção Básica	15.283.844,00
Programa 500 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	15.283.844,00
2.501 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	646.000,00
2.502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica	12.534.804,00
2.506 - Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	2.103.040,00
SubFunção 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.638.110,00
Programa 500 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	1.638.110,00
2.503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	1.398.110,00
2.507 - Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	120.000,00
2.509 - Tratamento fora de domicílio - TFD	120.000,00
SubFunção 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	40.000,00
Programa 500 - Exames complementares	40.000,00
2.510 - Exames complementares	40.000,00
SubFunção 304 - Vigilância Sanitária	167.300,00
Programa 500 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	167.300,00
2.505 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	167.300,00
SubFunção 306 - Alimentação e Nutrição	8.000,00
Programa 500 - Alimentação e nutrição	8.000,00
2.508 - Alimentação e nutrição	8.000,00
Função 12 - Educação	26.057.128,00
SubFunção 306 - Alimentação e Nutrição	589.008,00
Programa 701 - Manutenção da merenda escolar - Creche	589.008,00
2.704 - Manutenção da merenda escolar - Creche	405.004,00
2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola	184.004,00
SubFunção 361 - Ensino Fundamental	15.061.500,00
Programa 701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	15.061.500,00
2.703 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	1.028.000,00
2.706 - Manutenção da merenda escolar - Fundamental	504.900,00
2.711 - Manutenção da Educação - Fundamental	11.096.000,00
2.712 - Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	2.432.600,00
SubFunção 363 - Ensino Profissional	86.004,00
Programa 702 - Manutenção do ensino profissionalizante	86.004,00
2.721 - Manutenção do ensino profissionalizante	86.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

PPA - Programas e Ações

Página: 3 / 4

Data: 22/08/2017

	Total
SubFunção 364 - Ensino Superior	412.000,00
Programa 702 - Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	412.000,00
2.720 - Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	412.000,00
SubFunção 365 - Educação Infantil	9.728.612,00
Programa 701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	9.728.612,00
2.701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	660.000,00
2.702 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar	665.000,00
2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola	106.000,00
2.708 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)	889.004,00
2.709 - Manutenção da Educação - Creche	5.017.404,00
2.710 - Manutenção da Educação - Pré escola	2.391.204,00
SubFunção 367 - Educação Especial	180.004,00
Programa 703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	180.004,00
2.722 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	180.004,00
Função 13 - Cultura	936.020,00
SubFunção 392 - Difusão Cultural	804.020,00
Programa 706 - Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	804.020,00
2.740 - Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	457.004,00
2.750 - Administração e execução do Fundo da Cultura	347.016,00
SubFunção 813 - Lazer	132.000,00
Programa 201 - Programação de Natal	132.000,00
2.251 - Programação de Natal	132.000,00
Função 15 - Urbanismo	13.087.574,00
SubFunção 451 - Infra-Estrutura Urbana	11.508.374,00
Programa 400 - Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	11.508.374,00
1.401 - Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	4,00
2.401 - Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	430.000,00
2.402 - Serviços Integrados de Infraestrutura	11.078.362,00
2.404 - Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	8,00
SubFunção 452 - Serviços Urbanos	1.579.200,00
Programa 400 - Manutenção da iluminação pública	1.579.200,00
2.403 - Manutenção da iluminação pública	1.579.200,00
Função 16 - Habitação	282.020,00
SubFunção 122 - Administração Geral	282.004,00
Programa 605 - Administração e execução do Fundo de Habitação	282.004,00
2.640 - Administração e execução do Fundo de Habitação	282.004,00
SubFunção 481 - Habitação Rural	8,00
Programa 605 - Produção de unidades habitacionais	8,00
1.641 - Produção de unidades habitacionais	8,00
SubFunção 482 - Habitação Urbana	8,00
Programa 605 - Programa Construir	8,00
2.641 - Programa Construir	8,00
Função 18 - Gestão Ambiental	6.072,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
 PPA - Programas e Ações

Página: 4 / 4
 Data: 22/08/2017

	Total
SubFunção 541 - Preservação e Conservação Ambiental	6.072,00
Programa 401 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	6.072,00
2.430 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	6.072,00
Função 20 - Agricultura	3.441.004,00
SubFunção 606 - Extensão Rural	3.441.000,00
Programa 401 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	3.441.000,00
2.420 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	78.000,00
2.421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	2.659.000,00
2.422 - Programa Melhora Melhoria da Propriedade Rural e Programa Plante Mais	704.000,00
SubFunção 608 - Promoção da Produção Agropecuária	4,00
Programa 401 - Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro	4,00
2.440 - Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro	4,00
Função 22 - Indústria	401.008,00
SubFunção 661 - Promoção Industrial	401.008,00
Programa 201 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna	401.008,00
2.252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna	401.008,00
Função 23 - Comércio e Serviços	513.004,00
SubFunção 691 - Promoção Comercial	513.004,00
Programa 201 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	513.004,00
2.250 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	513.004,00
Função 27 - Desporto e Lazer	1.282.000,00
SubFunção 812 - Desporto Comunitário	1.282.000,00
Programa 704 - Manutenção da Diretoria de Esportes	1.282.000,00
2.730 - Manutenção da Diretoria de Esportes	1.282.000,00
Função 28 - Encargos Especiais	1.672.620,00
SubFunção 843 - Serviço da Dívida Interna	8,00
Programa 0 - Juros, encargos e amortização de dívidas	8,00
0.302 - Juros, encargos e amortização de dívidas	8,00
SubFunção 845 - Outras Transferências	1.672.612,00
Programa 0 - Contribuição ao PASEP.	1.672.600,00
0.301 - Contribuição ao PASEP.	872.600,00
0.303 - Sentenças judiciais	800.000,00
Programa 300 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	12,00
2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	12,00
Total	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Fontes de Recurso da Receita

Página: 1 / 2
Data: 22/08/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100000Recursos Ordinários	10.902.480,00	11.520.118,00	12.118.501,00	12.778.069,00	47.319.168,00
100001Rec. de Imp. e Transf. de Impostos -	1.320.807,50	1.389.161,25	1.456.330,00	1.530.872,50	5.697.171,25
100002Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.399.506,50	2.537.049,75	2.668.008,00	2.815.357,50	10.419.921,75
100007Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	22.600,00	24.630,00	26.660,00	27.690,00	101.580,00
100008Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública -	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
100009FIA Imposto de Renda	10.150,00	10.160,00	10.180,00	10.200,00	40.690,00
100010Convênio de Transito – Militar	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
100011Convênio de Transito – Civil	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
100012Convênio de Transito – Prefeitura	45.325,00	47.092,50	49.525,00	51.957,50	193.900,00
100018FUNDEB 60%	1.812.600,00	1.894.200,00	1.978.800,00	2.054.400,00	7.740.000,00
100019FUNDEB 40%	1.208.400,00	1.262.800,00	1.319.200,00	1.369.600,00	5.160.000,00
100036Salário Educação	345.000,00	360.100,00	375.200,00	391.400,00	1.471.700,00
100039Fundo Especial do Petróleo	70.670,00	73.700,00	76.740,00	80.270,00	301.380,00
100089Alienções não vinculadas a Saúde e	39.530,00	39.630,00	39.730,00	39.830,00	158.720,00
100101Transporte Escolar do Estado	57.500,00	60.150,00	62.600,00	65.650,00	245.900,00
100102Corpo de Bombeiros	67.695,00	70.695,00	73.645,00	76.095,00	288.130,00
100103Rádio Patrulha	1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
100111PNAE	76.000,00	79.200,00	83.300,00	87.400,00	325.900,00
100112PNATE	35.600,00	36.700,00	38.800,00	40.900,00	152.000,00
100113Programa Brasil Carinhoso – Apoio as	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
100115Programa Brasil Carinhoso – Educação	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100117Fundo do Meio Ambiente	980,00	1.015,00	1.015,00	1.050,00	4.060,00
100201Participa SUS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100202Cofinanciamento	40.450,00	42.500,00	44.550,00	46.600,00	174.100,00
100203Saúde Bucal	62.200,00	65.210,00	68.220,00	71.230,00	266.860,00
100204PACS Agentes Comunitários de Saúde	168.600,00	175.650,00	182.700,00	190.750,00	717.700,00
100205ESF – Estratégia Saúde da Família	188.450,00	196.500,00	205.550,00	215.600,00	806.100,00
100206Piso da Atenção Básica	145.200,00	151.400,00	158.700,00	166.000,00	621.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Fontes de Recurso da Receita

Página: 2 / 2
Data: 22/08/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100208PMAQ	243.200,00	253.500,00	264.800,00	276.000,00	1.037.500,00
100209NASF Federal	104.900,00	109.950,00	115.000,00	121.050,00	450.900,00
100210Saúde na Escola	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100211MAC Estadual – Repasse de R\$	1.910,00	2.030,00	2.150,00	2.260,00	8.350,00
100212Vigilância em Saúde	34.900,00	37.000,00	39.100,00	41.200,00	152.200,00
100213Vigilância Epidemiológica	1.450,00	1.500,00	1.550,00	1.600,00	6.100,00
100214Farmácia Básica União	30.520,00	31.550,00	32.570,00	33.600,00	128.240,00
100215Farmácia Básica Estado	26.450,00	26.500,00	26.550,00	26.600,00	106.100,00
100217Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
100218Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
100219Gestão do SUS	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100220MAC União – Média e Alta Complexidade	91.000,00	91.200,00	91.400,00	91.700,00	365.300,00
100221NASF Estadual	28.200,00	29.250,00	30.300,00	32.350,00	120.100,00
100222MAC Estadual – Demais Repasses	27.100,00	27.110,00	27.120,00	27.130,00	108.460,00
100302Acessuas	210,00	210,00	210,00	210,00	840,00
100305BPC na Escola	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
100307Benefícios eventuais	1.710,00	1.810,00	1.910,00	2.010,00	7.440,00
100308Proteção Social Básica - Custeio	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
100309GBF - Índice Gestão Bolsa Família	700,00	730,00	760,00	790,00	2.980,00
100310Proteção Social Básica - Investimento	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
100311BL GSUAS	2.200,00	2.315,00	2.430,00	2.550,00	9.495,00
100312BL PSB	103.400,00	108.600,00	113.800,00	119.000,00	444.800,00
100350Doações ao Fundo do Idoso	510,00	510,00	510,00	510,00	2.040,00
Total:	20.210.000,00	21.275.000,00	22.325.000,00	23.450.000,00	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Fontes de Recurso da Despesa

Página: 1 / 2
Data: 22/08/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100000 - Recursos Ordinários	9.690.689,00	10.274.224,00	10.827.734,00	11.405.894,00	42.198.541,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1.843.004,00	1.936.004,00	2.030.004,00	2.153.004,00	7.962.016,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	3.069.101,00	3.215.201,00	3.363.301,00	3.542.401,00	13.190.004,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE	22.600,00	24.630,00	26.660,00	27.690,00	101.580,00
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
100009 - FIA Imposto de Renda	10.150,00	10.160,00	10.180,00	10.200,00	40.690,00
100010 - Convênio de Transito - Militar	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
100011 - Convênio de Transito - Civil	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
100012 - Convênio de Transito - Prefeitura	45.325,00	47.092,50	49.525,00	51.957,50	193.900,00
100018 - FUNDEB 60%	2.113.000,00	2.209.000,00	2.307.000,00	2.397.000,00	9.026.000,00
100019 - FUNDEB 40%	908.000,00	948.000,00	991.000,00	1.027.000,00	3.874.000,00
100036 - Salário Educação	345.000,00	360.100,00	375.200,00	391.400,00	1.471.700,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	70.670,00	73.700,00	76.740,00	80.270,00	301.380,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	39.530,00	39.630,00	39.730,00	39.830,00	158.720,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	57.500,00	60.150,00	62.600,00	65.650,00	245.900,00
100102 - Corpo de Bombeiros	67.695,00	70.695,00	73.645,00	76.095,00	288.130,00
100103 - Rádio Patrulha	21.900,00	22.900,00	23.900,00	25.200,00	93.900,00
100111 - PNAE	76.000,00	79.200,00	83.300,00	87.400,00	325.900,00
100112 - PNATE	35.600,00	36.700,00	38.800,00	40.900,00	152.000,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso - Apoio as creches	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
100115 - Programa Brasil Carinhoso - Educação Infantil	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	980,00	1.015,00	1.015,00	1.050,00	4.060,00
100201 - Participa SUS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100202 - Cofinanciamento	40.450,00	42.500,00	44.550,00	46.600,00	174.100,00
100203 - Saúde Bucal	62.200,00	65.210,00	68.220,00	71.230,00	266.860,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	168.600,00	175.650,00	182.700,00	190.750,00	717.700,00
100205 - ESF - Estratégia Saúde da Família	188.450,00	196.500,00	205.550,00	215.600,00	806.100,00
100206 - Piso da Atenção Básica	145.200,00	151.400,00	158.700,00	166.000,00	621.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
PPA - Fontes de Recurso da Despesa

Página: 2 / 2
Data: 22/08/2017

Recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100208 - PMAQ	243.200,00	253.500,00	264.800,00	276.000,00	1.037.500,00
100209 - NASF Federal	104.900,00	109.950,00	115.000,00	121.050,00	450.900,00
100210 - Saúde na Escola	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100211 - MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	1.910,00	2.030,00	2.150,00	2.260,00	8.350,00
100212 - Vigilância em Saúde	34.900,00	37.000,00	39.100,00	41.200,00	152.200,00
100213 - Vigilância Epidemiológica	1.450,00	1.500,00	1.550,00	1.600,00	6.100,00
100214 - Farmácia Básica União	30.520,00	31.550,00	32.570,00	33.600,00	128.240,00
100215 - Farmácia Básica Estado	26.450,00	26.500,00	26.550,00	26.600,00	106.100,00
100217 - Plantas Medicinalis – Custeio Fitoterápico	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
100218 - Plantas Medicinalis – Investimento Fitoterápico	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
100219 - Gestão do SUS	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade	91.000,00	91.200,00	91.400,00	91.700,00	365.300,00
100221 - NASF Estadual	28.200,00	29.250,00	30.300,00	32.350,00	120.100,00
100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	27.100,00	27.110,00	27.120,00	27.130,00	108.460,00
100302 - Acessuas	210,00	210,00	210,00	210,00	840,00
100305 - BPC na Escola	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
100307 - Benefícios eventuais	1.710,00	1.810,00	1.910,00	2.010,00	7.440,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	700,00	730,00	760,00	790,00	2.980,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
100311 - BL GSUAS	2.200,00	2.315,00	2.430,00	2.550,00	9.495,00
100312 - BL PSB	103.400,00	108.600,00	113.800,00	119.000,00	444.800,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	510,00	510,00	510,00	510,00	2.040,00
Total:	20.210.000,00	21.275.000,00	22.325.000,00	23.450.000,00	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 1 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.1.3.03.1.1.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -		300.000,00	315.000,00	330.000,00	345.000,00	1.290.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	180.000,00	189.000,00	198.000,00	207.000,00	774.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	75.000,00	78.750,00	82.500,00	86.250,00	322.500,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	45.000,00	47.250,00	49.500,00	51.750,00	193.500,00
Total Receita:		300.000,00	315.000,00	330.000,00	345.000,00	1.290.000,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros		15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	9.000,00	9.600,00	10.200,00	10.800,00	39.600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	3.750,00	4.000,00	4.250,00	4.500,00	16.500,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	2.250,00	2.400,00	2.550,00	2.700,00	9.900,00
Total Receita:		15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00
1.1.1.8.01.1.1.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		440.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	1.880.000,00
Dedução: Dedução Cota Unica IPTU		-20.240,00	-21.160,00	-22.080,00	-23.000,00	-86.480,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	-12.144,00	-12.696,00	-13.248,00	-13.800,00	-51.888,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	-5.060,00	-5.290,00	-5.520,00	-5.750,00	-21.620,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	-3.036,00	-3.174,00	-3.312,00	-3.450,00	-12.972,00
Dedução: Dedução de Imoveis Imunes		-77.000,00	-80.500,00	-84.000,00	-87.500,00	-329.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	-46.200,00	-48.300,00	-50.400,00	-52.500,00	-197.400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	-19.250,00	-20.125,00	-21.000,00	-21.875,00	-82.250,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	-11.550,00	-12.075,00	-12.600,00	-13.125,00	-49.350,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	264.000,00	276.000,00	288.000,00	300.000,00	1.128.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	110.000,00	115.000,00	120.000,00	125.000,00	470.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	66.000,00	69.000,00	72.000,00	75.000,00	282.000,00
Total Receita:		342.760,00	358.340,00	373.920,00	389.500,00	1.464.520,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 2 / 28
 Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
1.1.1.8.01.1.2.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		1.200,00	1.300,00	1.350,00	1.400,00	5.250,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	720,00	780,00	810,00	840,00	3.150,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	300,00	325,00	337,50	350,00	1.312,50
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	180,00	195,00	202,50	210,00	787,50
Total Receita:		1.200,00	1.300,00	1.350,00	1.400,00	5.250,00
1.1.1.8.01.1.3.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		39.000,00	41.000,00	43.000,00	45.000,00	168.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	23.400,00	24.600,00	25.800,00	27.000,00	100.800,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	9.750,00	10.250,00	10.750,00	11.250,00	42.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	5.850,00	6.150,00	6.450,00	6.750,00	25.200,00
Total Receita:		39.000,00	41.000,00	43.000,00	45.000,00	168.000,00
1.1.1.8.01.1.4.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -		11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	6.600,00	6.900,00	7.200,00	7.500,00	28.200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	2.750,00	2.875,00	3.000,00	3.125,00	11.750,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	1.650,00	1.725,00	1.800,00	1.875,00	7.050,00
Total Receita:		11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
1.1.1.8.01.4.1.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis		184.000,00	187.000,00	190.000,00	200.000,00	761.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	110.400,00	112.200,00	114.000,00	120.000,00	456.600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	46.000,00	46.750,00	47.500,00	50.000,00	190.250,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	27.600,00	28.050,00	28.500,00	30.000,00	114.150,00
Total Receita:		184.000,00	187.000,00	190.000,00	200.000,00	761.000,00
1.1.1.8.01.4.2.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	150,00	150,00	150,00	150,00	600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	62,50	62,50	62,50	62,50	250,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 3 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio			2018	2019	2020	2021	Total
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde		15%	37,50	37,50	37,50	37,50	150,00
Total Receita:			250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			940.000,00	980.000,00	1.025.000,00	1.070.000,00	4.015.000,00
100000 - Recursos Ordinários		60.0%	564.000,00	588.000,00	615.000,00	642.000,00	2.409.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação		25%	235.000,00	245.000,00	256.250,00	267.500,00	1.003.750,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde		15%	141.000,00	147.000,00	153.750,00	160.500,00	602.250,00
Total Receita:			940.000,00	980.000,00	1.025.000,00	1.070.000,00	4.015.000,00
1.1.1.8.02.3.2.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e			6.000,00	6.200,00	6.500,00	6.800,00	25.500,00
100000 - Recursos Ordinários		60.0%	3.600,00	3.720,00	3.900,00	4.080,00	15.300,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação		25%	1.500,00	1.550,00	1.625,00	1.700,00	6.375,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde		15%	900,00	930,00	975,00	1.020,00	3.825,00
Total Receita:			6.000,00	6.200,00	6.500,00	6.800,00	25.500,00
1.1.1.8.02.3.3.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida			2.000,00	2.100,00	2.200,00	2.300,00	8.600,00
100000 - Recursos Ordinários		60.0%	1.200,00	1.260,00	1.320,00	1.380,00	5.160,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação		25%	500,00	525,00	550,00	575,00	2.150,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde		15%	300,00	315,00	330,00	345,00	1.290,00
Total Receita:			2.000,00	2.100,00	2.200,00	2.300,00	8.600,00
1.1.1.8.02.3.4.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida			1.000,00	1.050,00	1.100,00	1.200,00	4.350,00
100000 - Recursos Ordinários		60.0%	600,00	630,00	660,00	720,00	2.610,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação		25%	250,00	262,50	275,00	300,00	1.087,50
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde		15%	150,00	157,50	165,00	180,00	652,50
Total Receita:			1.000,00	1.050,00	1.100,00	1.200,00	4.350,00
1.1.2.1.01.1.1.01.00 - Taxa de Alvará - Fiscalização de Vigilância Sanitária -			15.800,00	16.500,00	17.200,00	18.000,00	67.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 4 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018	2019	2020	2021	Total
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	15.800,00	16.500,00	17.200,00	18.000,00	67.500,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.1.02.00 - Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal		15.800,00	16.500,00	17.200,00	18.000,00	67.500,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.500,00	1.550,00	1.600,00	1.650,00	6.300,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.1.03.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços -		1.500,00	1.550,00	1.600,00	1.650,00	6.300,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	130.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	580.000,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.1.04.00 - Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis -		130.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	580.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.1.10.00 - Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros -		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	12.600,00	13.200,00	13.800,00	14.500,00	54.100,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.1.11.00 - Taxa de segurança contra sinistros - Principal		12.600,00	13.200,00	13.800,00	14.500,00	54.100,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100102 - Corpo de Bombeiros	70.0%	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	36.000,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.2.03.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços -		21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	84.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.2.10.00 - Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros -		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Total Receita:						
1.1.2.1.01.1.2.10.00 - Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros -		25,00	25,00	25,00	25,00	100,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	25,00	25,00	25,00	25,00	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 5 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		25,00	25,00	25,00	25,00	100,00
1.1.2.1.01.1.2.11.00 - Taxa de segurança contra sinistros - Multas e Juros		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	30.0%	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
100102 - Corpo de Bombeiros	70.0%	70,00	70,00	70,00	70,00	280,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.1.2.1.01.1.2.99.00 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização -		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Total Receita:		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
1.1.2.1.01.1.3.05.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços -		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Total Receita:		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
1.1.2.1.01.1.3.99.00 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
Total Receita:		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
1.1.2.1.01.1.4.05.00 - Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços -		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
Total Receita:		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
1.1.2.1.01.1.4.99.00 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.1.2.1.04.1.1.00.00 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	70.0%	700,00	700,00	700,00	700,00	2.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 6 / 28
 Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
1.1.2.2.01.1.1.01.00 - Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal		7.000,00	7.300,00	7.600,00	8.000,00	29.900,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	7.000,00	7.300,00	7.600,00	8.000,00	29.900,00
Total Receita:		7.000,00	7.300,00	7.600,00	8.000,00	29.900,00
1.1.2.2.01.1.1.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal		290.000,00	305.000,00	320.000,00	335.000,00	1.250.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	290.000,00	305.000,00	320.000,00	335.000,00	1.250.000,00
Total Receita:		290.000,00	305.000,00	320.000,00	335.000,00	1.250.000,00
1.1.2.2.01.1.1.03.00 - Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Principal		17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
Total Receita:		17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
1.1.2.2.01.1.1.04.00 - Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
Total Receita:		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
1.1.2.2.01.1.1.05.00 - Taxas de Expediente - Principal		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Total Receita:		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.2.2.01.1.2.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juros		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
Total Receita:		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
1.1.2.2.01.1.2.99.00 - Outras taxas de prestação de serviços - Multas e Juros		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
Total Receita:		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
1.1.2.2.01.1.3.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 7 / 28
 Data: 22/08/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
Total Receita:		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
1.1.2.2.01.1.3.99.00 - Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Total Receita:		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
1.1.2.2.01.1.4.02.00 - Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Total Receita:		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.2.2.01.1.4.99.00 - Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa -		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Total Receita:		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.3.8.04.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.1.3.8.04.1.2.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.1.3.8.04.1.3.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras		400,00	430,00	460,00	480,00	1.770,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	400,00	430,00	460,00	480,00	1.770,00
Total Receita:		400,00	430,00	460,00	480,00	1.770,00
1.1.3.8.04.1.4.00.00 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras		900,00	920,00	940,00	980,00	3.740,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	900,00	920,00	940,00	980,00	3.740,00
Total Receita:		900,00	920,00	940,00	980,00	3.740,00

Página: 8 / 28
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

		2018	2019	2020	2021	Total
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						
1.2.4.0.00.1.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação		500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	150.000,00	157.500,00	165.300,00	173.400,00	646.200,00
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	70.0%	350.000,00	367.500,00	385.700,00	404.600,00	1.507.800,00
	Total Receita:	500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00
1.3.1.0.01.1.1.01.01 - Aluguel da Casa / Capela Mortuária		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.3.1.0.01.1.1.01.02 - Aluguel da Capela		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
	Total Receita:	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.3.1.0.01.1.1.01.03 - Aluguel Auditório		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.3.1.0.01.1.1.01.04 - Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
	Total Receita:	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.3.1.0.01.1.1.01.04 - Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
	Total Receita:	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
1.3.1.0.01.1.1.02.01 - Aluguel do Ginásio		18.000,00	18.800,00	19.600,00	20.500,00	76.900,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	18.000,00	18.800,00	19.600,00	20.500,00	76.900,00
	Total Receita:	18.000,00	18.800,00	19.600,00	20.500,00	76.900,00
1.3.1.0.01.1.2.01.00 - Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio -		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
	Total Receita:	250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
1.3.1.0.01.1.3.01.00 - Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio -		600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 9 / 28
 Data: 22/08/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
100000 - Recursos Ordinários		600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
	Total Receita:	600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
1.3.1.0.01.1.4.01.00 - Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio -		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
	Total Receita:	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.1.0.02.1.1.01.00 - Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual de		1.400,00	1.500,00	1.600,00	1.700,00	6.200,00
100000 - Recursos Ordinários		1.400,00	1.500,00	1.600,00	1.700,00	6.200,00
	Total Receita:	1.400,00	1.500,00	1.600,00	1.700,00	6.200,00
1.3.1.0.02.1.1.02.01 - Quiosque do Centro de Eventos São João Batista		700,00	750,00	800,00	850,00	3.100,00
100000 - Recursos Ordinários		700,00	750,00	800,00	850,00	3.100,00
	Total Receita:	700,00	750,00	800,00	850,00	3.100,00
1.3.1.0.02.1.1.02.02 - Quiosque da Praça Imaculada Conceição		700,00	750,00	800,00	850,00	3.100,00
100000 - Recursos Ordinários		700,00	750,00	800,00	850,00	3.100,00
	Total Receita:	700,00	750,00	800,00	850,00	3.100,00
1.3.1.0.02.1.1.03.01 - Concessão de Administração do Terminal Rodoviário		100,00	150,00	200,00	250,00	700,00
100000 - Recursos Ordinários		100,00	150,00	200,00	250,00	700,00
	Total Receita:	100,00	150,00	200,00	250,00	700,00
1.3.1.0.02.1.1.03.02 - Concessão de espaço para serviços de Saúde		24.000,00	25.200,00	26.500,00	28.000,00	103.700,00
100000 - Recursos Ordinários		24.000,00	25.200,00	26.500,00	28.000,00	103.700,00
	Total Receita:	24.000,00	25.200,00	26.500,00	28.000,00	103.700,00
1.3.1.0.02.1.2.01.00 - Permissões e Concessões - Multas e Juros		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
100000 - Recursos Ordinários		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
	Total Receita:	250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 10 / 28
 Data: 22/08/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
1.3.1.0.02.1.3.01.00 - Permissões e Concessões - Dívida Ativa		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.3.1.0.02.1.4.01.00 - Permissões e Concessões - Dívida Ativa - Multas e Juros		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.2.1.00.1.1.01.01 - Remuneração - Recursos Ordinários		59.604,00	64.559,00	72.114,00	72.714,00	268.991,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	59.604,00	64.559,00	72.114,00	72.714,00	268.991,00
Total Receita:		59.604,00	64.559,00	72.114,00	72.714,00	268.991,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - Salário Educação		5.000,00	5.100,00	5.200,00	5.400,00	20.700,00
100036 - Salário Educação	100.0%	5.000,00	5.100,00	5.200,00	5.400,00	20.700,00
Total Receita:		5.000,00	5.100,00	5.200,00	5.400,00	20.700,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - PNAE		1.000,00	1.200,00	1.300,00	1.400,00	4.900,00
100111 - PNAE	100.0%	1.000,00	1.200,00	1.300,00	1.400,00	4.900,00
Total Receita:		1.000,00	1.200,00	1.300,00	1.400,00	4.900,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - PNATE		600,00	700,00	800,00	900,00	3.000,00
100112 - PNATE	100.0%	600,00	700,00	800,00	900,00	3.000,00
Total Receita:		600,00	700,00	800,00	900,00	3.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - Brasil Carinhoso - Creches		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso - Apoio as creches	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01 - Remuneração - Brasil Carinhoso - Pré-Escola		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100115 - Programa Brasil Carinhoso - Educação Infantil	100.0%	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
Total Receita:		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 11 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
1.3.2.1.00.1.1.02.02 - Remuneração - Transporte Escolar Estado		500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	100.0%	500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
Total Receita:		500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
1.3.2.1.00.1.1.02.03 - Remuneração - FUNDEB		21.000,00	22.000,00	23.000,00	24.000,00	90.000,00
100018 - FUNDEB 60%	60.0%	12.600,00	13.200,00	13.800,00	14.400,00	54.000,00
100019 - FUNDEB 40%	40.0%	8.400,00	8.800,00	9.200,00	9.600,00	36.000,00
Total Receita:		21.000,00	22.000,00	23.000,00	24.000,00	90.000,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - Acessuas		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100302 - Acessuas	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BL GBF		600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	100.0%	600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
Total Receita:		600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BPC na Escola		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100305 - BPC na Escola	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BL GSUAS		200,00	215,00	230,00	250,00	895,00
100311 - BL GSUAS	100.0%	200,00	215,00	230,00	250,00	895,00
Total Receita:		200,00	215,00	230,00	250,00	895,00
1.3.2.1.00.1.1.04.01 - Remuneração - BL PSB		3.400,00	3.600,00	3.800,00	4.000,00	14.800,00
100312 - BL PSB	100.0%	3.400,00	3.600,00	3.800,00	4.000,00	14.800,00
Total Receita:		3.400,00	3.600,00	3.800,00	4.000,00	14.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 12 / 28
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio					
1.3.2.1.00.1.1.04.02 - Remuneração - Benefícios Eventuais	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100307 - Benefícios eventuais	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.2.1.00.1.1.04.02 - Remuneração - PSB Estado Custeio	700,00	730,00	760,00	800,00	2.990,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	700,00	730,00	760,00	800,00	2.990,00
Total Receita:	700,00	730,00	760,00	800,00	2.990,00
1.3.2.1.00.1.1.04.02 - Remuneração - PSB Estado Investimento	700,00	730,00	760,00	800,00	2.990,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	700,00	730,00	760,00	800,00	2.990,00
Total Receita:	700,00	730,00	760,00	800,00	2.990,00
1.3.2.1.00.1.1.04.03 - Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.2.1.00.1.1.04.03 - Remuneração - Doações ao FIA	150,00	160,00	180,00	200,00	690,00
100009 - FIA Imposto de Renda	150,00	160,00	180,00	200,00	690,00
Total Receita:	150,00	160,00	180,00	200,00	690,00
1.3.2.1.00.1.1.06.01 - Remuneração - Fundo Especial do Petróleo	670,00	700,00	740,00	770,00	2.880,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	670,00	700,00	740,00	770,00	2.880,00
Total Receita:	670,00	700,00	740,00	770,00	2.880,00
1.3.2.1.00.1.1.06.01 - Remuneração - CIDE	600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE	600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
Total Receita:	600,00	630,00	660,00	690,00	2.580,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - COSIP	24.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	102.000,00
100000 - Recursos Ordinários	24.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	102.000,00
Total Receita:	7.200,00	7.500,00	7.800,00	8.100,00	30.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 13 / 28
 Data: 22/08/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP		16.800,00	17.500,00	18.200,00	18.900,00	71.400,00
	Total Receita:	24.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	102.000,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta arrecadora		5.000,00	5.200,00	5.400,00	5.600,00	21.200,00
100010 - Convênio de Transito - Militar	32.5%	1.625,00	1.690,00	1.755,00	1.820,00	6.890,00
100011 - Convênio de Transito - Civil	32.5%	1.625,00	1.690,00	1.755,00	1.820,00	6.890,00
100012 - Convênio de Transito - Prefeitura	35%	1.750,00	1.820,00	1.890,00	1.960,00	7.420,00
	Total Receita:	5.000,00	5.200,00	5.400,00	5.600,00	21.200,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta Polícia Militar		500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
100010 - Convênio de Transito - Militar	100.0%	500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
	Total Receita:	500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta Polícia Civil		500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
100011 - Convênio de Transito - Civil	100.0%	500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
	Total Receita:	500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Multas de Trânsito conta Município		500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	150,00	165,00	180,00	195,00	690,00
100012 - Convênio de Transito - Prefeitura	70.0%	350,00	385,00	420,00	455,00	1.610,00
	Total Receita:	500,00	550,00	600,00	650,00	2.300,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Alienações		1.200,00	1.300,00	1.400,00	1.500,00	5.400,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	1.200,00	1.300,00	1.400,00	1.500,00	5.400,00
	Total Receita:	1.200,00	1.300,00	1.400,00	1.500,00	5.400,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Fundo do Meio Ambiente		400,00	450,00	450,00	500,00	1.800,00
100000 - Recursos Ordinários	30.0%	120,00	135,00	135,00	150,00	540,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	70.0%	280,00	315,00	315,00	350,00	1.260,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 14 / 28
 Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		400,00	450,00	450,00	500,00	1.800,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Rádio Patrulha		1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
100103 - Rádio Patrulha	100.0%	1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
Total Receita:		1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03 - Remuneração - Corpo de Bombeiros		4.000,00	4.150,00	4.250,00	4.500,00	16.900,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	4.000,00	4.150,00	4.250,00	4.500,00	16.900,00
Total Receita:		4.000,00	4.150,00	4.250,00	4.500,00	16.900,00
1.3.2.2.00.1.1.01.00 - Remuneração sobre Ações da OI		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
Total Receita:		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
1.3.6.0.01.1.1.01.00 - Operacionalização do Vale Alimentação		26.000,00	27.200,00	28.500,00	30.000,00	111.700,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	26.000,00	27.200,00	28.500,00	30.000,00	111.700,00
Total Receita:		26.000,00	27.200,00	28.500,00	30.000,00	111.700,00
1.6.1.0.01.1.1.01.01 - Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.6.1.0.02.1.1.00.00 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal		5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.000,00
Total Receita:		5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.000,00
1.6.9.0.99.1.1.01.01 - Serviço de Cadastro ITL - Principal		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Total Receita:		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.6.9.0.99.1.1.01.02 - Incubação de empresas - Principal		1.000,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	16.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 15 / 28
 Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1,000,00	3,000,00	5,000,00	7,000,00	16,000,00
Total Receita:		1,000,00	3,000,00	5,000,00	7,000,00	16,000,00
1.6.9.0.99.1.1.02.01 - Serviço de preparação de terra - Principal		1,000,00	1,100,00	1,200,00	1,350,00	4,650,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1,000,00	1,100,00	1,200,00	1,350,00	4,650,00
Total Receita:		1,000,00	1,100,00	1,200,00	1,350,00	4,650,00
1.6.9.0.99.1.2.01.00 - Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL -		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.6.9.0.99.1.2.02.00 - Serviço de preparação de terra - Multas e Juros		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.6.9.0.99.1.3.01.00 - Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL -		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.6.9.0.99.1.3.02.00 - Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.6.9.0.99.1.4.01.00 - Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL -		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.6.9.0.99.1.4.02.00 - Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Multas e		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 16 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -		7.000.000,00	7.400.000,00	7.750.000,00	8.100.000,00	30.250.000,00
Dedução: Dedução do FPM para formação do FUNDEB		-1.400.000,00	-1.480.000,00	-1.550.000,00	-1.620.000,00	-6.050.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100,0%	-1.400.000,00	-1.480.000,00	-1.550.000,00	-1.620.000,00	-6.050.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	4.200.000,00	4.440.000,00	4.650.000,00	4.860.000,00	18.150.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.750.000,00	1.850.000,00	1.937.500,00	2.025.000,00	7.562.500,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	1.050.000,00	1.110.000,00	1.162.500,00	1.215.000,00	4.537.500,00
Total Receita:		5.600.000,00	5.920.000,00	6.200.000,00	6.480.000,00	24.200.000,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%		305.000,00	319.000,00	333.000,00	348.000,00	1.305.000,00
100000 - Recursos Ordinários	75%	228.750,00	239.250,00	249.750,00	261.000,00	978.750,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	76.250,00	79.750,00	83.250,00	87.000,00	326.250,00
Total Receita:		305.000,00	319.000,00	333.000,00	348.000,00	1.305.000,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1%		305.000,00	319.000,00	333.000,00	348.000,00	1.305.000,00
100000 - Recursos Ordinários	75%	228.750,00	239.250,00	249.750,00	261.000,00	978.750,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	76.250,00	79.750,00	83.250,00	87.000,00	326.250,00
Total Receita:		305.000,00	319.000,00	333.000,00	348.000,00	1.305.000,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial		6.500,00	6.800,00	7.100,00	7.500,00	27.900,00
Dedução: Dedução do ITR para formação do FUNDEB		-1.300,00	-1.360,00	-1.420,00	-1.500,00	-5.580,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100,0%	-1.300,00	-1.360,00	-1.420,00	-1.500,00	-5.580,00
100000 - Recursos Ordinários	60,0%	3.900,00	4.080,00	4.260,00	4.500,00	16.740,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.625,00	1.700,00	1.775,00	1.875,00	6.975,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	975,00	1.020,00	1.065,00	1.125,00	4.185,00
Total Receita:		5.200,00	5.440,00	5.680,00	6.000,00	22.320,00
1.7.1.8.01.7.1.00.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio		22.000,00	24.000,00	26.000,00	27.000,00	99.000,00

Página: 17 / 28
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE		22.000,00	24.000,00	26.000,00	27.000,00	99.000,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	Total Receita:	22.000,00	24.000,00	26.000,00	27.000,00	99.000,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	100.0%	70.000,00	73.000,00	76.000,00	79.500,00	298.500,00
1.7.1.8.04.1.1.01.00 - BL ACESSUAS TRABALHO	Total Receita:	70.000,00	73.000,00	76.000,00	79.500,00	298.500,00
100302 - Acessuas	100.0%	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
1.7.1.8.04.1.1.02.00 - BL BPC ESCOLA	Total Receita:	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
100305 - BPC na Escola	100.0%	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
1.7.1.8.04.1.1.03.00 - BL GBF	Total Receita:	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.7.1.8.04.1.1.04.00 - BL GSUAS	Total Receita:	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100311 - BL GSUAS	100.0%	2.000,00	2.100,00	2.200,00	2.300,00	8.600,00
1.7.1.8.04.1.1.05.00 - BL PSB	Total Receita:	2.000,00	2.100,00	2.200,00	2.300,00	8.600,00
100312 - BL PSB	100.0%	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00 - Transferências do Salário-Educação - Principal	Total Receita:	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
100036 - Salário Educação	100.0%	340.000,00	355.000,00	370.000,00	386.000,00	1.451.000,00
	Total Receita:	340.000,00	355.000,00	370.000,00	386.000,00	1.451.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 18 / 28
 Data: 22/08/2017

		2018	2019	2020	2021	Total
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						
1.7.1.8.05.3.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa		75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
100111 - PNAE	100.0%	75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
	Total Receita:	75.000,00	78.000,00	82.000,00	86.000,00	321.000,00
1.7.1.8.05.4.1.00.00 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa		35.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00	149.000,00
100112 - PNATE	100.0%	35.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00	149.000,00
	Total Receita:	35.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00	149.000,00
1.7.1.8.05.9.1.01.00 - Programa Brasil Carinhoso - apoio as creches		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso - Apoio as creches	100.0%	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
	Total Receita:	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº		25.000,00	26.125,00	27.300,00	28.600,00	107.025,00
Dedução: Dedução do ICMS-Desoneração para formação do FUNDEB		-5.000,00	-5.225,00	-5.460,00	-5.720,00	-21.405,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-5.000,00	-5.225,00	-5.460,00	-5.720,00	-21.405,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	15.000,00	15.675,00	16.380,00	17.160,00	64.215,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	6.250,00	6.531,25	6.825,00	7.150,00	26.756,25
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	3.750,00	3.918,75	4.095,00	4.290,00	16.053,75
	Total Receita:	20.000,00	20.900,00	21.840,00	22.880,00	85.620,00
1.7.1.8.99.1.1.01.00 - FEX-Auxílio Financeiro para Fomentos e Exportações		40.000,00	45.000,00	50.000,00	55.000,00	190.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	40.000,00	45.000,00	50.000,00	55.000,00	190.000,00
	Total Receita:	40.000,00	45.000,00	50.000,00	55.000,00	190.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal		6.300.000,00	6.700.000,00	7.100.000,00	7.600.000,00	27.700.000,00
Dedução: Dedução do ICMS para formação do FUNDEB		-1.260.000,00	-1.340.000,00	-1.420.000,00	-1.520.000,00	-5.540.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-1.260.000,00	-1.340.000,00	-1.420.000,00	-1.520.000,00	-5.540.000,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	3.780.000,00	4.020.000,00	4.260.000,00	4.560.000,00	16.620.000,00

Página: 19 / 28
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	1.575.000,00	1.675.000,00	1.775.000,00	1.900.000,00	6.925.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	945.000,00	1.005.000,00	1.065.000,00	1.140.000,00	4.155.000,00
Total Receita:		5.040.000,00	5.360.000,00	5.680.000,00	6.080.000,00	22.160.000,00
1.7.2.8.01.2.1.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal		731.000,00	765.000,00	800.000,00	836.000,00	3.132.000,00
Dedução: Dedução do IPVA para formação do FUNDEB		-146.200,00	-153.000,00	-160.000,00	-167.200,00	-626.400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-146.200,00	-153.000,00	-160.000,00	-167.200,00	-626.400,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	438.600,00	459.000,00	480.000,00	501.600,00	1.879.200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	182.750,00	191.250,00	200.000,00	209.000,00	783.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	109.650,00	114.750,00	120.000,00	125.400,00	469.800,00
Total Receita:		584.800,00	612.000,00	640.000,00	668.800,00	2.505.600,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		92.000,00	96.000,00	100.000,00	105.000,00	393.000,00
Dedução: Dedução do IPI-Exportação para formação do FUNDEB		-18.400,00	-19.200,00	-20.000,00	-21.000,00	-78.600,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	100.0%	-18.400,00	-19.200,00	-20.000,00	-21.000,00	-78.600,00
100000 - Recursos Ordinários	60.0%	55.200,00	57.600,00	60.000,00	63.000,00	235.800,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	25%	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.250,00	98.250,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	15%	13.800,00	14.400,00	15.000,00	15.750,00	58.950,00
Total Receita:		73.600,00	76.800,00	80.000,00	84.000,00	314.400,00
1.7.2.8.99.1.1.01.01 - Transporte Escolar Estadual		57.000,00	59.600,00	62.000,00	65.000,00	243.600,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	100.0%	57.000,00	59.600,00	62.000,00	65.000,00	243.600,00
Total Receita:		57.000,00	59.600,00	62.000,00	65.000,00	243.600,00
1.7.2.8.99.1.1.02.01 - Proteção Social Básica - Custeio		11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	100.0%	11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
Total Receita:		11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 20 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.2.8.99.1.1.02.02 - Proteção Social Básica - Investimento		11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	100.0%	11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
Total Receita:		11.000,00	11.500,00	12.000,00	12.500,00	47.000,00
1.7.2.8.99.1.1.02.03 - Benefícios Eventuais		1.700,00	1.800,00	1.900,00	2.000,00	7.400,00
100307 - Benefícios eventuais	100.0%	1.700,00	1.800,00	1.900,00	2.000,00	7.400,00
Total Receita:		1.700,00	1.800,00	1.900,00	2.000,00	7.400,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e		3.000.000,00	3.135.000,00	3.275.000,00	3.400.000,00	12.810.000,00
100018 - FUNDEB 60%	60.0%	1.800.000,00	1.881.000,00	1.965.000,00	2.040.000,00	7.686.000,00
100019 - FUNDEB 40%	40.0%	1.200.000,00	1.254.000,00	1.310.000,00	1.360.000,00	5.124.000,00
Total Receita:		3.000.000,00	3.135.000,00	3.275.000,00	3.400.000,00	12.810.000,00
1.7.7.0.00.1.1.01.01 - Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100009 - FIA Imposto de Renda	100.0%	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Total Receita:		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
1.7.7.0.00.1.1.01.02 - Doações ao FUNREBOM		30.000,00	32.250,00	34.500,00	36.000,00	132.750,00
100102 - Corpo de Bombeiros	100.0%	30.000,00	32.250,00	34.500,00	36.000,00	132.750,00
Total Receita:		30.000,00	32.250,00	34.500,00	36.000,00	132.750,00
1.7.7.0.00.1.1.01.03 - Doações ao Fundo do Idoso		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	100.0%	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Total Receita:		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.9.1.0.01.1.1.01.00 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito		130.000,00	135.000,00	142.000,00	149.000,00	556.000,00
Dedução: Dedução para formação do FUNSET		-6.500,00	-6.750,00	-7.100,00	-7.450,00	-27.800,00
100010 - Convênio de Transito – Militar	32.5%	-2.112,50	-2.193,75	-2.307,50	-2.421,25	-9.035,00
100011 - Convênio de Transito – Civil	32.5%	-2.112,50	-2.193,75	-2.307,50	-2.421,25	-9.035,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 21 / 28
 Data: 22/08/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	35%	-2.275,00	-2.362,50	-2.485,00	-2.607,50	-9.730,00
100010 - Convênio de Transito – Militar	32.5%	42.250,00	43.875,00	46.150,00	48.425,00	180.700,00
100011 - Convênio de Transito – Civil	32.5%	42.250,00	43.875,00	46.150,00	48.425,00	180.700,00
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	35%	45.500,00	47.250,00	49.700,00	52.150,00	194.600,00
Total Receita:		123.500,00	128.250,00	134.900,00	141.550,00	528.200,00
1.9.2.01.1.1.00.00 - Restituição de Convênios - Primárias - Principal		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Total Receita:		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
1.9.9.0.99.1.1.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde -		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.9.9.0.99.1.2.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde -		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.9.9.0.99.1.3.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde -		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Total Receita:		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
1.9.9.0.99.1.4.01.00 - Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde -		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100000 - Recursos Ordinários	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Total Receita:		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 22 / 28
 Data: 22/08/2017

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		2018	2019	2020	2021	Total
2.2.2.0.00.1.1.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Principal		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
2.2.2.0.00.1.2.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Multas e Juros		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
2.2.2.0.00.1.3.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
2.2.2.0.00.1.4.01.00 - Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa - Multas e		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
2.3.0.0.06.1.1.00.00 - Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - principal		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
2.3.0.0.06.2.1.00.00 - Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Multas e		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
2.3.0.0.06.3.0.00.00 - Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
2.3.0.0.06.4.1.00.00 - Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 23 / 28
Data: 22/08/2017

03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Órgão:	19.001.909,00	20.021.589,00	21.023.479,00	22.096.769,00	82.143.746,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 24 / 28
 Data: 22/08/2017

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Piso Atenção Básica		5.200,00	5.400,00	5.700,00	6.000,00	22.300,00
100206 - Piso da Atenção Básica	100.0%	5.200,00	5.400,00	5.700,00	6.000,00	22.300,00
Total Receita:		5.200,00	5.400,00	5.700,00	6.000,00	22.300,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Estratégia Saúde da Família		450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
100205 - ESF - Estratégia Saúde da Família	100.0%	450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
Total Receita:		450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Farmácia União		520,00	550,00	570,00	600,00	2.240,00
100214 - Farmácia Básica União	100.0%	520,00	550,00	570,00	600,00	2.240,00
Total Receita:		520,00	550,00	570,00	600,00	2.240,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Gestão do SUS		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100219 - Gestão do SUS	100.0%	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
Total Receita:		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Plantas Medicinais Custeio		3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
100217 - Plantas Medicinais - Custeio Fitoterápico	100.0%	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
Total Receita:		3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Plantas Medicinais Investimento		10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
100218 - Plantas Medicinais - Investimento Fitoterápico	100.0%	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
Total Receita:		10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Agentes Comunitários de Saúde		600,00	650,00	700,00	750,00	2.700,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	100.0%	600,00	650,00	700,00	750,00	2.700,00
Total Receita:		600,00	650,00	700,00	750,00	2.700,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Saúde Bucal		200,00	210,00	220,00	230,00	860,00
100203 - Saúde Bucal	100.0%	200,00	210,00	220,00	230,00	860,00

Página: 25 / 28
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		200,00	210,00	220,00	230,00	860,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Saúde na Escola		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100210 - Saúde na Escola	100.0%	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
Total Receita:		50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - NASF União		900,00	950,00	1.000,00	1.050,00	3.900,00
100209 - NASF Federal	100.0%	900,00	950,00	1.000,00	1.050,00	3.900,00
Total Receita:		900,00	950,00	1.000,00	1.050,00	3.900,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - PMAQ		5.200,00	5.500,00	5.800,00	6.000,00	22.500,00
100208 - PMAQ	100.0%	5.200,00	5.500,00	5.800,00	6.000,00	22.500,00
Total Receita:		5.200,00	5.500,00	5.800,00	6.000,00	22.500,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Vigilância em Saúde		1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
100212 - Vigilância em Saúde	100.0%	1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
Total Receita:		1.900,00	2.000,00	2.100,00	2.200,00	8.200,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - Vigilância Epidemiológica		450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
100213 - Vigilância Epidemiológica	100.0%	450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
Total Receita:		450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01 - Remuneração - MAC União		1.000,00	1.200,00	1.400,00	1.700,00	5.300,00
100220 - MAC União - Média e Alta Complexidade	100.0%	1.000,00	1.200,00	1.400,00	1.700,00	5.300,00
Total Receita:		1.000,00	1.200,00	1.400,00	1.700,00	5.300,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - MAC Estadual (R\$ 0,30)		110,00	130,00	150,00	160,00	550,00
100211 - MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30/habitante	100.0%	110,00	130,00	150,00	160,00	550,00
Total Receita:		110,00	130,00	150,00	160,00	550,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - Participa SUS		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Página: 26 / 28
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018	2019	2020	2021	Total
100201 - Participa SUS	100.0%	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - Farmácia Estadual	Total Receita:	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100215 - Farmácia Básica Estado	100.0%	450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
		450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - Co Financiamento	Total Receita:	450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
100202 - Cofinanciamento	100.0%	450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
		450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - MAC Estadual(demais)	Total Receita:	450,00	500,00	550,00	600,00	2.100,00
100222 - MAC Estadual - Demais Repasses	100.0%	100,00	110,00	120,00	130,00	460,00
		100,00	110,00	120,00	130,00	460,00
1.3.2.1.00.1.1.03.02 - Remuneração - NASF Estadual(demais)	Total Receita:	100,00	110,00	120,00	130,00	460,00
100221 - NASF Estadual	100.0%	200,00	250,00	300,00	350,00	1.100,00
		200,00	250,00	300,00	350,00	1.100,00
1.7.1.8.03.1.1.01.01 - Piso de Atenção Básica Fixo	Total Receita:	200,00	250,00	300,00	350,00	1.100,00
100206 - Piso da Atenção Básica	100.0%	140.000,00	146.000,00	153.000,00	160.000,00	599.000,00
		140.000,00	146.000,00	153.000,00	160.000,00	599.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.02 - Estratégia Saúde da Família	Total Receita:	140.000,00	146.000,00	153.000,00	160.000,00	599.000,00
100205 - ESF - Estratégia Saúde da Família	100.0%	188.000,00	196.000,00	205.000,00	215.000,00	804.000,00
		188.000,00	196.000,00	205.000,00	215.000,00	804.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.03 - Agentes Comunitários de Saúde	Total Receita:	188.000,00	196.000,00	205.000,00	215.000,00	804.000,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	100.0%	168.000,00	175.000,00	182.000,00	190.000,00	715.000,00
		168.000,00	175.000,00	182.000,00	190.000,00	715.000,00
	Total Receita:	168.000,00	175.000,00	182.000,00	190.000,00	715.000,00

Página: 27 / 28
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.03.1.1.01.04 - Saúde Bucal		62.000,00	65.000,00	68.000,00	71.000,00	266.000,00
100203 - Saúde Bucal	100.0%	62.000,00	65.000,00	68.000,00	71.000,00	266.000,00
Total Receita:		62.000,00	65.000,00	68.000,00	71.000,00	266.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.05 - Núcleo de Apoio da Saúde da Família - NASF União		104.000,00	109.000,00	114.000,00	120.000,00	447.000,00
100209 - NASF Federal	100.0%	104.000,00	109.000,00	114.000,00	120.000,00	447.000,00
Total Receita:		104.000,00	109.000,00	114.000,00	120.000,00	447.000,00
1.7.1.8.03.1.1.01.06 - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ		238.000,00	248.000,00	259.000,00	270.000,00	1.015.000,00
100208 - PMAQ	100.0%	238.000,00	248.000,00	259.000,00	270.000,00	1.015.000,00
Total Receita:		238.000,00	248.000,00	259.000,00	270.000,00	1.015.000,00
1.7.1.8.03.1.1.02.01 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100213 - Vigilância Epidemiológica	100.0%	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Total Receita:		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
1.7.1.8.03.1.1.02.02 - Vigilância Sanitária		33.000,00	35.000,00	37.000,00	39.000,00	144.000,00
100212 - Vigilância em Saúde	100.0%	33.000,00	35.000,00	37.000,00	39.000,00	144.000,00
Total Receita:		33.000,00	35.000,00	37.000,00	39.000,00	144.000,00
1.7.1.8.03.1.1.03.01 - MAC Ambulatorial e Hospitalar		90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
100220 - MAC União - Média e Alta Complexidade	100.0%	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
Total Receita:		90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
1.7.1.8.03.1.1.04.01 - Programa Farmácia Básica União		30.000,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	126.000,00
100214 - Farmácia Básica União	100.0%	30.000,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	126.000,00
Total Receita:		30.000,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	126.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.01 - Cofinanciamento da atenção básica estadual		40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
100202 - Cofinanciamento	100.0%	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

PPA - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

Página: 28 / 28
Data: 22/08/2017

05.001 - Fundo Municipal de Saúde	%	2018	2019	2020	2021	Total
Total Receita:		40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.02 - NASF Estadual		28.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	119.000,00
100221 - NASF Estadual	100.0%	28.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	119.000,00
Total Receita:		28.000,00	29.000,00	30.000,00	32.000,00	119.000,00
1.7.2.8.03.1.1.03.01 - MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30 por habitante		1.800,00	1.900,00	2.000,00	2.100,00	7.800,00
100211 - MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30/habitante	100.0%	1.800,00	1.900,00	2.000,00	2.100,00	7.800,00
Total Receita:		1.800,00	1.900,00	2.000,00	2.100,00	7.800,00
1.7.2.8.03.1.1.03.02 - MAC Estadual - Ressarcimento do SIA/SUS		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100222 - MAC Estadual - Demais Repasses	100.0%	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Total Receita:		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
1.7.2.8.03.1.1.03.03 - MAC Estadual - Cirurgias Eletivas		26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	104.000,00
100222 - MAC Estadual - Demais Repasses	100.0%	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	104.000,00
Total Receita:		26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	104.000,00
1.7.2.8.03.1.1.04.01 - Programa Farmácia Básica Estadual		26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	104.000,00
100215 - Farmácia Básica Estado	100.0%	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	104.000,00
Total Receita:		26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	104.000,00
Total Órgão:		1.208.091,00	1.253.411,00	1.301.521,00	1.353.231,00	5.116.254,00
Total :		20.210.000,00	21.275.000,00	22.325.000,00	23.450.000,00	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 1 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
05.001 - Fundo Municipal de Saúde	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
Programa 500 - Saúde	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
Ação: 2.501 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	150.000,00	158.000,00	165.000,00	173.000,00	646.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	150.000,00	158.000,00	165.000,00	173.000,00	646.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	150.000,00	158.000,00	165.000,00	173.000,00	646.000,00
Ação: 2.502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica	2.921.261,00	3.055.021,00	3.194.881,00	3.363.641,00	12.534.804,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.813.001,00	1.895.561,00	1.981.121,00	2.089.581,00	7.779.264,00
57.84% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1.050.000,00	1.100.000,00	1.150.000,00	1.220.000,00	4.520.000,00
0% 100201 - Participa SUS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
2.1% 100202 - Cofinanciamento	40.450,00	42.500,00	44.550,00	46.600,00	174.100,00
3.45% 100203 - Saúde Bucal	62.200,00	65.210,00	68.220,00	71.230,00	266.860,00
9.27% 100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	168.600,00	175.650,00	182.700,00	190.750,00	717.700,00
10.46% 100205 - ESF - Estratégia Saúde da Família	188.450,00	196.500,00	205.550,00	215.600,00	806.100,00
9.45% 100208 - PMAQ	170.200,00	176.500,00	184.800,00	192.000,00	723.500,00
5.97% 100209 - NASF Federal	104.900,00	109.950,00	115.000,00	121.050,00	450.900,00
1.46% 100221 - NASF Estadual	28.200,00	29.250,00	30.300,00	32.350,00	120.100,00
3.3.40 - Transferencias a Municípios	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	978.260,00	1.023.460,00	1.071.760,00	1.125.060,00	4.198.540,00
77.54% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	760.000,00	795.000,00	833.000,00	875.000,00	3.263.000,00
14.99% 100206 - Piso da Atenção Básica	145.200,00	151.400,00	158.700,00	166.000,00	621.300,00
7.46% 100208 - PMAQ	73.000,00	77.000,00	80.000,00	84.000,00	314.000,00
0% 100210 - Saúde na Escola	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
0% 100219 - Gestão do SUS	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	334.010,00	344.340,00	354.670,00	365.090,00	1.398.110,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 2 / 20
Data: 22/08/2017

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	330.010,00	340.340,00	350.670,00	361.090,00	1.382.110,00
90.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00	900.000,00
0.88% 100211 - MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	1.910,00	2.030,00	2.150,00	2.260,00	8.350,00
35.93% 100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade	91.000,00	91.200,00	91.400,00	91.700,00	365.300,00
0.05% 100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	27.100,00	27.110,00	27.120,00	27.130,00	108.460,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Ação: 2.504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)	273.001,00	287.001,00	301.001,00	316.001,00	1.177.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	251.000,00	264.000,00	277.000,00	291.000,00	1.083.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	251.000,00	264.000,00	277.000,00	291.000,00	1.083.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00
0.4% 100000 - Recursos Ordinários	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4.02% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.505 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	38.450,00	40.700,00	42.950,00	45.200,00	167.300,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	34.899,00	36.999,00	39.099,00	41.199,00	152.196,00
100.0% 100212 - Vigilância em Saúde	34.899,00	36.999,00	39.099,00	41.199,00	152.196,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.549,00	3.699,00	3.849,00	3.999,00	15.096,00
59.21% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.100,00	2.200,00	2.300,00	2.400,00	9.000,00
40.79% 100213 - Vigilância Epidemiológica	1.449,00	1.499,00	1.549,00	1.599,00	6.096,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
50.0% 100212 - Vigilância em Saúde	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
50.0% 100213 - Vigilância Epidemiológica	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.506 - Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	490.470,00	513.550,00	536.320,00	562.700,00	2.103.040,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	210.000,00	220.000,00	231.000,00	243.000,00	904.000,00

Página: 3 / 20
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00	220.000,00	231.000,00	243.000,00	904.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	270.470,00	284.050,00	296.820,00	312.700,00	1.164.040,00
91.8% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00	223.000,00	235.000,00	250.000,00	918.000,00
13.2% 100214 - Farmácia Básica União	30.520,00	31.550,00	32.570,00	33.600,00	128.240,00
11.6% 100215 - Farmácia Básica Estado	26.450,00	26.500,00	26.550,00	26.600,00	106.100,00
2.1% 100217 - Plantas Medicinalis – Custeio Fitoterápico	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
100.0% 100218 - Plantas Medicinalis – Investimento Fitoterápico	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
Ação: 2.507 - Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Ação: 2.508 - Alimentação e nutrição	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Ação: 2.509 - Tratamento fora de domicílio - TFD	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Ação: 2.510 - Exames complementares	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Página: 4 / 20
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
01.001 - Camara Municipal de Vereadores	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
Programa 100 - Processo Legislativo	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
Ação: 2.101 - Manutenção da Câmara de Vereadores	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	505.000,00	515.000,00	530.000,00	535.000,00	2.085.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	505.000,00	515.000,00	530.000,00	535.000,00	2.085.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	110.000,00	120.000,00	130.000,00	144.000,00	504.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	110.000,00	120.000,00	130.000,00	144.000,00	504.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	14.000,00	15.000,00	49.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	14.000,00	15.000,00	49.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 5 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA	15.300.808,00	16.154.388,00	16.978.178,00	17.852.368,00	66.285.742,00
02.001 - Gabinete do Prefeito	458.002,00	480.502,00	504.202,00	529.002,00	1.971.708,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	458.002,00	480.502,00	504.202,00	529.002,00	1.971.708,00
Ação: 2.201 - Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
Ação: 2.202 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	398.002,00	417.502,00	438.202,00	460.002,00	1.713.708,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	327.000,00	343.000,00	360.000,00	378.000,00	1.408.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	327.000,00	343.000,00	360.000,00	378.000,00	1.408.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	70.000,00	73.500,00	77.200,00	81.000,00	301.700,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	70.000,00	73.500,00	77.200,00	81.000,00	301.700,00
4.4.50 - Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
02.002 - Assessoria Jurídica	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
Ação: 2.210 - Manutenção da assessoria jurídica	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	280.000,00	293.000,00	307.000,00	324.000,00	1.204.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	280.000,00	293.000,00	307.000,00	324.000,00	1.204.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
02.003 - Controladoria do Município	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00

Página: 6 / 20
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.230 - Manutenção da Controladoria	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	42.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	180.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	42.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	180.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	5.000,00	1,00	1,00	1,00	5.003,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	1,00	1,00	1,00	5.003,00
02.006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
Programa 202 - Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
Ação: 2.260 - Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
02.004 - Diretoria de Planejamento	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
Ação: 2.240 - Manutenção da Diretoria de Planejamento	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	164.000,00	172.000,00	181.000,00	190.000,00	707.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	164.000,00	172.000,00	181.000,00	190.000,00	707.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
02.005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	248.003,00	256.503,00	266.003,00	275.503,00	1.046.012,00

Página: 7 / 20
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 201 - Indústria e Comércio	248.003,00	256.503,00	266.003,00	275.503,00	1.046.012,00
Ação: 2.250 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	120.001,00	125.001,00	131.001,00	137.001,00	513.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.251 - Programação de Natal	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	132.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Ação: 2.252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna	95.002,00	98.502,00	102.002,00	105.502,00	401.008,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	52.500,00	55.000,00	57.500,00	215.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	52.500,00	55.000,00	57.500,00	215.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	45.000,00	46.000,00	47.000,00	48.000,00	186.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	45.000,00	46.000,00	47.000,00	48.000,00	186.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimó	1.657.105,00	1.719.755,00	1.785.255,00	1.853.505,00	7.015.620,00
Programa 0 - Encargos Especiais	202.102,00	212.752,00	223.252,00	234.502,00	872.608,00
Ação: 0.301 - Contribuição ao PASEP.	202.100,00	212.750,00	223.250,00	234.500,00	872.600,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	202.100,00	212.750,00	223.250,00	234.500,00	872.600,00
99.58% 100000 - Recursos Ordinários	201.240,00	211.890,00	222.390,00	233.640,00	869.160,00
0.1% 100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 8 / 20
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
0.33% 100039 - Fundo Especial do Petróleo	660,00	660,00	660,00	660,00	2.640,00
Ação: 0.302 - Juros, encargos e amortização de dívidas	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.2.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.6.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Programa 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	1.455.003,00	1.507.003,00	1.562.003,00	1.619.003,00	6.143.012,00
Ação: 2.301 - Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
Ação: 2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	1.350.003,00	1.397.003,00	1.447.003,00	1.499.003,00	5.693.012,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	950.000,00	997.000,00	1.047.000,00	1.099.000,00	4.093.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	950.000,00	997.000,00	1.047.000,00	1.099.000,00	4.093.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
3.3.20 - Transferencias a Uniao	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.40 - Transferencias a Municipios	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.001 - Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenç	2.609.853,00	3.174.564,50	3.481.577,00	3.821.579,50	13.087.574,00
Programa 400 - Serviços Integrados	2.609.853,00	3.174.564,50	3.481.577,00	3.821.579,50	13.087.574,00
Ação: 1.401 - Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.401 - Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Página: 9 / 20
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
Ação: 2.402 - Serviços Integrados de Infraestrutura	2.143.050,00	2.684.561,50	2.967.674,00	3.283.076,50	11.078.362,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.190.000,00	1.250.000,00	1.310.000,00	1.380.000,00	5.130.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.190.000,00	1.250.000,00	1.310.000,00	1.380.000,00	5.130.000,00
3.3.40 - Transferencias a Municípios	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	937.050,00	1.418.561,50	1.641.674,00	1.887.076,50	5.884.362,00
98.55% 100000 - Recursos Ordinários	799.315,00	1.273.999,00	1.489.609,00	1.728.019,00	5.290.942,00
100.0% 100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE	22.400,00	24.430,00	26.460,00	27.490,00	100.780,00
100.0% 100012 - Convênio de Transito - Prefeitura	45.325,00	47.092,50	49.525,00	51.957,50	193.900,00
1.45% 100039 - Fundo Especial do Petróleo	70.010,00	73.040,00	76.080,00	79.610,00	298.740,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.403 - Manutenção da iluminação pública	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	316.800,00	335.000,00	353.900,00	373.500,00	1.379.200,00
100.0% 100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	316.800,00	335.000,00	353.900,00	373.500,00	1.379.200,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Ação: 2.404 - Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	803.000,00	840.000,00	879.000,00	919.000,00	3.441.000,00
Programa 401 - Agricultura e Meio Ambiente	803.000,00	840.000,00	879.000,00	919.000,00	3.441.000,00
Ação: 2.420 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 10 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	624.000,00	650.000,00	678.000,00	707.000,00	2.659.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	453.000,00	475.000,00	499.000,00	524.000,00	1.951.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	453.000,00	475.000,00	499.000,00	524.000,00	1.951.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	170.000,00	174.000,00	178.000,00	182.000,00	704.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	170.000,00	174.000,00	178.000,00	182.000,00	704.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Ação: 2.422 - Programa Melhora Melhoria da Propriedade Rural e Programa Plante	161.000,00	171.000,00	181.000,00	191.000,00	704.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	700.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	700.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
04.003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
Programa 401 - Agricultura e Meio Ambiente	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
Ação: 2.430 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.480,00	1.515,00	1.515,00	1.550,00	6.060,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
12.3% 100117 - Fundo do Meio Ambiente	980,00	1.015,00	1.015,00	1.050,00	4.060,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.005 - Convênios com Policiais e Bombeiros	174.120,00	181.437,50	189.940,00	198.242,50	743.740,00
Programa 10 - Serviços de Segurança Pública	174.120,00	181.437,50	189.940,00	198.242,50	743.740,00
Ação: 2.450 - Manutenção do convênio rádio-patrolha	21.900,00	22.900,00	23.900,00	25.200,00	93.900,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 11 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100103 - Rádio Patrulha	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	11.400,00	12.000,00	12.500,00	13.200,00	49.100,00
100.0% 100103 - Rádio Patrulha	11.400,00	12.000,00	12.500,00	13.200,00	49.100,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	4.500,00	4.900,00	5.400,00	6.000,00	20.800,00
100.0% 100103 - Rádio Patrulha	4.500,00	4.900,00	5.400,00	6.000,00	20.800,00
Ação: 2.451 - Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	67.695,00	70.695,00	73.645,00	76.095,00	288.130,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	47.695,00	50.695,00	53.645,00	56.095,00	208.130,00
100.0% 100102 - Corpo de Bombeiros	47.695,00	50.695,00	53.645,00	56.095,00	208.130,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
100.0% 100102 - Corpo de Bombeiros	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Ação: 2.452 - Manutenção do convênio com as Policias Civil e Militar - multas de	84.525,00	87.842,50	92.395,00	96.947,50	361.710,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100010 - Convênio de Transito – Militar	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	76.924,00	79.841,50	83.994,00	87.946,50	328.706,00
100.0% 100010 - Convênio de Transito – Militar	38.461,50	39.920,25	41.996,50	43.972,75	164.351,00
291.7% 100011 - Convênio de Transito – Civil	38.462,50	39.921,25	41.997,50	43.973,75	164.355,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	7.600,00	8.000,00	8.400,00	9.000,00	33.000,00
50.0% 100010 - Convênio de Transito – Militar	3.800,00	4.000,00	4.200,00	4.500,00	16.500,00
50.0% 100011 - Convênio de Transito – Civil	3.800,00	4.000,00	4.200,00	4.500,00	16.500,00
06.001 - Fundo Municipal de Assistência Social	460.774,00	483.479,00	507.184,00	531.914,00	1.983.351,00
Programa 601 - Assistência Social	460.774,00	483.479,00	507.184,00	531.914,00	1.983.351,00
Ação: 2.074 - Manutenção da Assistência Social	42.001,00	45.001,00	49.001,00	53.001,00	189.004,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	42.000,00	45.000,00	49.000,00	53.000,00	189.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	42.000,00	45.000,00	49.000,00	53.000,00	189.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.601 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 12 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
Ação: 2.602 - Manutenção do Centro de Múltiplo Uso	3.302,00	3.602,00	3.902,00	4.202,00	15.008,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.300,00	3.600,00	3.900,00	4.200,00	15.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	3.300,00	3.600,00	3.900,00	4.200,00	15.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.603 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	344.470,00	361.375,00	378.280,00	395.210,00	1.479.335,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	259.200,00	272.315,00	285.430,00	300.550,00	1.117.495,00
18.65% 100000 - Recursos Ordinários	173.000,00	182.000,00	191.000,00	200.000,00	746.000,00
0.25% 100311 - BL GSUAS	2.200,00	2.315,00	2.430,00	2.550,00	9.495,00
9.05% 100312 - BL PSB	84.000,00	88.000,00	92.000,00	98.000,00	362.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	63.570,00	66.830,00	70.090,00	71.360,00	271.850,00
12.08% 100000 - Recursos Ordinários	31.500,00	33.000,00	34.500,00	36.000,00	135.000,00
0.08% 100302 - Acessuas	210,00	210,00	210,00	210,00	840,00
0.02% 100305 - BPC na Escola	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
4.83% 100308 - Proteção Social Básica - Custeio	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
0.59% 100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	700,00	730,00	760,00	790,00	2.980,00
9.66% 100312 - BL PSB	19.400,00	20.600,00	21.800,00	21.000,00	82.800,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	21.700,00	22.230,00	22.760,00	23.300,00	89.990,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
44.44% 100000 - Recursos Ordinários	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
55.56% 100310 - Proteção Social Básica - Investimento	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
Ação: 2.604 - Concessão de benefícios eventuais	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	14.290,00	14.190,00	14.090,00	13.990,00	56.560,00
97.33% 100000 - Recursos Ordinários	1.710,00	1.810,00	1.910,00	2.010,00	7.440,00
2.67% 100307 - Benefícios eventuais	5.001,00	5.501,00	6.001,00	6.501,00	23.004,00
Ação: 2.605 - Contribuição ao abrigo Frei Bruno					

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 13 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.40 - Transferências a Municípios					
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.500,00	6.000,00	6.500,00	23.000,00
06.002 - Fundo Municipal do Idoso					
Programa 601 - Assistência Social					
Ação: 2.610 - Administração e execução do Fundo do Idoso					
3.1.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu					
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicações Diretas					
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	40.510,00	40.510,00	40.510,00	40.510,00	162.040,00
1.27% 100350 - Doações ao Fundo do Idoso					
4.4.90 - Aplicações Diretas	510,00	510,00	510,00	510,00	2.040,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
06.003 - Conselho Tutelar					
Programa 603 - Assistência a criança e ao adolescente					
Ação: 2.620 - Manutenção do Conselho Tutelar					
3.1.90 - Aplicações Diretas	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	177.000,00	186.000,00	196.000,00	205.000,00	764.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	177.000,00	186.000,00	196.000,00	205.000,00	764.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
06.004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA					
Programa 603 - Assistência a criança e ao adolescente					
Ação: 2.630 - Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência					
	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00
	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 14 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicações Diretas	20.150,00	20.160,00	20.180,00	20.200,00	80.690,00
45.98% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
54.02% 100009 - FIA Imposto de Renda	10.150,00	10.160,00	10.180,00	10.200,00	40.690,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
06.005 - Fundo Municipal de Habitação	66.005,00	69.005,00	72.005,00	75.005,00	282.020,00
Programa 605 - Habitação	66.005,00	69.005,00	72.005,00	75.005,00	282.020,00
Ação: 1.641 - Produção de unidades habitacionais	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.640 - Administração e execução do Fundo de Habitação	66.001,00	69.001,00	72.001,00	75.001,00	282.004,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	56.000,00	59.000,00	62.000,00	65.000,00	242.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	56.000,00	59.000,00	62.000,00	65.000,00	242.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.641 - Programa Construir	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
07.001 - Educação	6.081.757,00	6.362.807,00	6.654.557,00	6.958.007,00	26.057.128,00
Programa 701 - Educação básica	5.919.755,00	6.196.805,00	6.482.555,00	6.780.005,00	25.379.120,00
Ação: 2.701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	150.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	660.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	150.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	660.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 15 / 20
 Data: 22/08/2017

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	150.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	660.000,00
Ação: 2.702 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar	155.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	665.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	155.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	665.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	155.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	665.000,00
Ação: 2.703 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	240.000,00	252.000,00	264.000,00	272.000,00	1.028.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	240.000,00	252.000,00	264.000,00	272.000,00	1.028.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	240.000,00	252.000,00	264.000,00	272.000,00	1.028.000,00
Ação: 2.704 - Manutenção da merenda escolar - Creche	94.501,00	99.001,00	103.001,00	108.501,00	405.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	70.000,00	73.000,00	76.000,00	80.000,00	299.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
40.38% 100111 - PNAE	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola	67.501,00	71.001,00	74.001,00	77.501,00	290.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	33.000,00	35.000,00	37.000,00	39.000,00	144.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
40.38% 100111 - PNAE	13.000,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00	58.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
Ação: 2.706 - Manutenção da merenda escolar - Fundamental	118.000,00	123.200,00	129.300,00	134.400,00	504.900,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	118.000,00	123.200,00	129.300,00	134.400,00	504.900,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	75.000,00	79.000,00	83.000,00	86.000,00	323.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 16 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100111 - PNAE	43.000,00	44.200,00	46.300,00	48.400,00	181.900,00
Ação: 2.708 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão /	206.001,00	217.001,00	227.001,00	239.001,00	889.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	206.000,00	217.000,00	227.000,00	239.000,00	889.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	206.000,00	217.000,00	227.000,00	239.000,00	889.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.709 - Manutenção da Educação - Creche	1.171.601,00	1.224.601,00	1.280.601,00	1.340.601,00	5.017.404,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.007.000,00	1.057.000,00	1.110.000,00	1.166.000,00	4.340.000,00
34.72% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	134.000,00	144.000,00	155.000,00	175.000,00	608.000,00
47.28% 100018 - FUNDEB 60%	618.000,00	646.000,00	675.000,00	701.000,00	2.640.000,00
17.99% 100019 - FUNDEB 40%	255.000,00	267.000,00	280.000,00	290.000,00	1.092.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	164.600,00	167.600,00	170.600,00	174.600,00	677.400,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	153.000,00	156.000,00	159.000,00	163.000,00	631.000,00
6.34% 100019 - FUNDEB 40%	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
0.95% 100113 - Programa Brasil Carinhoso - Apoio as creches	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.710 - Manutenção da Educação - Pré escola	562.051,00	585.051,00	609.051,00	635.051,00	2.391.204,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	399.000,00	419.000,00	440.000,00	462.000,00	1.720.000,00
34.72% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	57.000,00	62.000,00	67.000,00	74.000,00	260.000,00
47.28% 100018 - FUNDEB 60%	245.000,00	256.000,00	267.000,00	278.000,00	1.046.000,00
17.99% 100019 - FUNDEB 40%	97.000,00	101.000,00	106.000,00	110.000,00	414.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	163.050,00	166.050,00	169.050,00	173.050,00	671.200,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	153.000,00	156.000,00	159.000,00	163.000,00	631.000,00
6.34% 100019 - FUNDEB 40%	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
0.03% 100115 - Programa Brasil Carinhoso - Educação Infantil	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 17 / 20
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.711 - Manutenção da Educação - Fundamental	2.586.000,00	2.707.000,00	2.835.000,00	2.968.000,00	11.096.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.036.000,00	2.137.000,00	2.245.000,00	2.358.000,00	8.776.000,00
34.98% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	270.000,00	290.000,00	315.000,00	353.000,00	1.228.000,00
47.27% 100018 - FUNDEB 60%	1.250.000,00	1.307.000,00	1.365.000,00	1.418.000,00	5.340.000,00
17.75% 100019 - FUNDEB 40%	516.000,00	540.000,00	565.000,00	587.000,00	2.208.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	540.000,00	560.000,00	580.000,00	600.000,00	2.280.000,00
34.98% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
17.75% 100019 - FUNDEB 40%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.712 - Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	569.100,00	593.950,00	620.600,00	648.950,00	2.432.600,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	130.000,00	136.000,00	143.000,00	150.000,00	559.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	130.000,00	136.000,00	143.000,00	150.000,00	559.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	438.100,00	456.950,00	476.600,00	497.950,00	1.869.600,00
100.0% 100036 - Salário Educação	345.000,00	360.100,00	375.200,00	391.400,00	1.471.700,00
16.71% 100101 - Transporte Escolar do Estado	57.500,00	60.150,00	62.600,00	65.650,00	245.900,00
8.85% 100112 - PNATE	35.600,00	36.700,00	38.800,00	40.900,00	152.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Programa 702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	117.001,00	121.001,00	127.001,00	133.001,00	498.004,00
Ação: 2.720 - Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
Ação: 2.721 - Manutenção do ensino profissionalizante	20.001,00	21.001,00	22.001,00	23.001,00	86.004,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 18 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	45.001,00	45.001,00	45.001,00	45.001,00	180.004,00
Ação: 2.722 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	45.001,00	45.001,00	45.001,00	45.001,00	180.004,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
07.003 - Cultura	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
Programa 706 - Cultura	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
Ação: 2.740 - Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	22.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	97.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	22.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	97.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
07.002 - Esportes	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
Programa 704 - Esporte	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
Ação: 2.730 - Manutenção da Diretoria de Esportes	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	146.000,00	154.000,00	161.000,00	169.000,00	630.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	146.000,00	154.000,00	161.000,00	169.000,00	630.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
07.004 - Fundo Municipal da Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
Programa 706 - Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
Ação: 2.750 - Administração e execução do Fundo da Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

Página: 19 / 20
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	80.000,00	84.000,00	89.000,00	94.000,00	347.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	80.000,00	84.000,00	89.000,00	94.000,00	347.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.50 - Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Programa 401 - Agricultura e Meio Ambiente	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.440 - Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
03.001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	1.405.031,00	1.208.131,00	1.212.231,00	1.213.331,00	5.038.724,00
Programa 0 - Encargos Especiais	350.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	800.000,00
Ação: 0.303 - Sentenças Judiciais	350.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	800.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	300.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	300.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	200.004,00
Ação: 2.305 - Publicidade Institucional e de Marketing	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	200.004,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Programa 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	1.005.030,00	1.008.130,00	1.012.230,00	1.013.330,00	4.038.720,00

Página: 20 / 20
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Fontes de Recurso

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	719.530,00	722.630,00	726.730,00	727.830,00	2.896.720,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	75.000,00	78.000,00	82.000,00	83.000,00	318.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	75.000,00	78.000,00	82.000,00	83.000,00	318.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.400.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.400.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	44.530,00	44.630,00	44.730,00	44.830,00	178.720,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
793.6% 100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	39.530,00	39.630,00	39.730,00	39.830,00	158.720,00
Ação: 2.304 - Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou	285.500,00	285.500,00	285.500,00	285.500,00	1.142.000,00
3.1.71 - Transf. a Consórcios Públicos	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	34.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	34.000,00
4.4.71 - Transferências a Consórcios Públicos	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	28.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	28.000,00
Total	20.210.000,00	21.275.000,00	22.325.000,00	23.450.000,00	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 1 / 24
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
05.001 - Fundo Municipal de Saúde	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
Função 10 - Saúde	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
SubFunção 122 - Administração Geral	273.001,00	287.001,00	301.001,00	316.001,00	1.177.004,00
Programa 500 - Saúde	273.001,00	287.001,00	301.001,00	316.001,00	1.177.004,00
Ação: 2.504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)	273.001,00	287.001,00	301.001,00	316.001,00	1.177.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	251.000,00	264.000,00	277.000,00	291.000,00	1.083.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	251.000,00	264.000,00	277.000,00	291.000,00	1.083.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00
0.4% 100000 - Recursos Ordinários	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4.02% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 301 - Atenção Básica	3.561.731,00	3.726.571,00	3.896.201,00	4.099.341,00	15.283.844,00
Programa 500 - Saúde	3.561.731,00	3.726.571,00	3.896.201,00	4.099.341,00	15.283.844,00
Ação: 2.501 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	150.000,00	158.000,00	165.000,00	173.000,00	646.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	150.000,00	158.000,00	165.000,00	173.000,00	646.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	150.000,00	158.000,00	165.000,00	173.000,00	646.000,00
Ação: 2.502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica	2.921.261,00	3.055.021,00	3.194.881,00	3.363.641,00	12.534.804,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.813.001,00	1.895.561,00	1.981.121,00	2.089.581,00	7.779.264,00
57.84% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1.050.000,00	1.100.000,00	1.150.000,00	1.220.000,00	4.520.000,00
0% 100201 - Participa SUS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
2.1% 100202 - Cofinanciamento	40.450,00	42.500,00	44.550,00	46.600,00	174.100,00
3.45% 100203 - Saúde Bucal	62.200,00	65.210,00	68.220,00	71.230,00	266.860,00
9.27% 100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	168.600,00	175.650,00	182.700,00	190.750,00	717.700,00
10.46% 100205 - ESF - Estratégia Saúde da Família	188.450,00	196.500,00	205.550,00	215.600,00	806.100,00
9.45% 100208 - PMAQ	170.200,00	176.500,00	184.800,00	192.000,00	723.500,00
5.97% 100209 - NASF Federal	104.900,00	109.950,00	115.000,00	121.050,00	450.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 2 / 24
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
1.46% 100221 - NASF Estadual	28.200,00	29.250,00	30.300,00	32.350,00	120.100,00
3.3.40 - Transferências a Municípios	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	120.000,00	126.000,00	132.000,00	139.000,00	517.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	978.260,00	1.023.460,00	1.071.760,00	1.125.060,00	4.198.540,00
77.54% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	760.000,00	795.000,00	833.000,00	875.000,00	3.263.000,00
14.99% 100206 - Piso da Atenção Básica	145.200,00	151.400,00	158.700,00	166.000,00	621.300,00
7.46% 100208 - PMAQ	73.000,00	77.000,00	80.000,00	84.000,00	314.000,00
0% 100210 - Saúde na Escola	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
0% 100219 - Gestão do SUS	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.506 - Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	490.470,00	513.550,00	536.320,00	562.700,00	2.103.040,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	210.000,00	220.000,00	231.000,00	243.000,00	904.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00	220.000,00	231.000,00	243.000,00	904.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	270.470,00	284.050,00	296.820,00	312.700,00	1.164.040,00
91.8% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00	223.000,00	235.000,00	250.000,00	918.000,00
13.2% 100214 - Farmácia Básica União	30.520,00	31.550,00	32.570,00	33.600,00	128.240,00
11.6% 100215 - Farmácia Básica Estado	26.450,00	26.500,00	26.550,00	26.600,00	106.100,00
2.1% 100217 - Plantas Medicinais - Custeio Fitoterápico	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
100.0% 100218 - Plantas Medicinais - Investimento Fitoterápico	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
Subfunção 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	394.010,00	404.340,00	414.670,00	425.090,00	1.638.110,00
Programa 500 - Saúde	394.010,00	404.340,00	414.670,00	425.090,00	1.638.110,00
Ação: 2.503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	334.010,00	344.340,00	354.670,00	365.090,00	1.398.110,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	330.010,00	340.340,00	350.670,00	361.090,00	1.382.110,00
90.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	210.000,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00	900.000,00
0.88% 100211 - MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30/habitante	1.910,00	2.030,00	2.150,00	2.260,00	8.350,00
35.93% 100220 - MAC União - Média e Alta Complexidade	91.000,00	91.200,00	91.400,00	91.700,00	365.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 3 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
0.05% 100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	27.100,00	27.110,00	27.120,00	27.130,00	108.480,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Ação: 2.507 - Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Ação: 2.509 - Tratamento fora de domicílio - TFD	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
SubFunção 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Programa 500 - Saúde	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.510 - Exames complementares	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
SubFunção 304 - Vigilância Sanitária	38.450,00	40.700,00	42.950,00	45.200,00	167.300,00
Programa 500 - Saúde	38.450,00	40.700,00	42.950,00	45.200,00	167.300,00
Ação: 2.505 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	38.450,00	40.700,00	42.950,00	45.200,00	167.300,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	34.899,00	36.999,00	39.099,00	41.199,00	152.196,00
100.0% 100212 - Vigilância em Saúde	34.899,00	36.999,00	39.099,00	41.199,00	152.196,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.549,00	3.699,00	3.849,00	3.999,00	15.096,00
59.21% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.100,00	2.200,00	2.300,00	2.400,00	9.000,00
40.79% 100213 - Vigilância Epidemiológica	1.449,00	1.499,00	1.549,00	1.599,00	6.096,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
50.0% 100212 - Vigilância em Saúde	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
50.0% 100213 - Vigilância Epidemiológica	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 306 - Alimentação e Nutrição	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

Página: 4 / 24
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 500 - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Ação: 2.508 - Alimentação e nutrição	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100.0% 100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 5 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
01.001 - Camara Municipal de Vereadores	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
Função 1 - Legislativa	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
SubFunção 31 - Ação Legislativa	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
Programa 100 - Processo Legislativo	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
Ação: 2.101 - Manutenção da Câmara de Vereadores	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	505.000,00	515.000,00	530.000,00	535.000,00	2.085.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	505.000,00	515.000,00	530.000,00	535.000,00	2.085.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	110.000,00	120.000,00	130.000,00	144.000,00	504.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	110.000,00	120.000,00	130.000,00	144.000,00	504.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	6.000,00	6.000,00	22.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	14.000,00	15.000,00	49.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	14.000,00	15.000,00	49.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 6 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA	15.300.808,00	16.154.388,00	16.978.178,00	17.852.368,00	66.285.742,00
02.001 - Gabinete do Prefeito	458.002,00	480.502,00	504.202,00	529.002,00	1.971.708,00
Função 4 - Administração	458.002,00	480.502,00	504.202,00	529.002,00	1.971.708,00
SubFunção 122 - Administração Geral	458.002,00	480.502,00	504.202,00	529.002,00	1.971.708,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	458.002,00	480.502,00	504.202,00	529.002,00	1.971.708,00
Ação: 2.201 - Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00
Ação: 2.202 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	398.002,00	417.502,00	438.202,00	460.002,00	1.713.708,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	327.000,00	343.000,00	360.000,00	378.000,00	1.408.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	327.000,00	343.000,00	360.000,00	378.000,00	1.408.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	70.000,00	73.500,00	77.200,00	81.000,00	301.700,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	70.000,00	73.500,00	77.200,00	81.000,00	301.700,00
4.4.50 - Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
02.002 - Assessoria Jurídica	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
Função 4 - Administração	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
SubFunção 122 - Administração Geral	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
Ação: 2.210 - Manutenção da assessoria jurídica	295.001,00	308.001,00	322.001,00	339.001,00	1.264.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	280.000,00	293.000,00	307.000,00	324.000,00	1.204.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	280.000,00	293.000,00	307.000,00	324.000,00	1.204.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Página: 7 / 24
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
02.003 - Controladoria do Município	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
Função 4 - Administração	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
Subfunção 124 - Controle Interno	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
Ação: 2.230 - Manutenção da Controladoria	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	62.000,00	59.001,00	61.001,00	63.001,00	245.003,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	42.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	180.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	42.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00	180.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	5.000,00	1,00	1,00	1,00	5.003,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	1,00	1,00	1,00	5.003,00
02.006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
Função 6 - Segurança Pública	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
Subfunção 182 - Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
Programa 202 - Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
Ação: 2.260 - Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
02.004 - Diretoria de Planejamento	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
Função 4 - Administração	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 8 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
SubFunção 122 - Administração Geral	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
Ação: 2.240 - Manutenção da Diretoria de Planejamento	214.001,00	222.001,00	231.001,00	240.001,00	907.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	164.000,00	172.000,00	181.000,00	190.000,00	707.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	164.000,00	172.000,00	181.000,00	190.000,00	707.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
02.005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	248.003,00	256.503,00	266.003,00	275.503,00	1.046.012,00
Função 13 - Cultura	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	132.000,00
SubFunção 813 - Lazer	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	132.000,00
Programa 201 - Industria e Comercio	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	132.000,00
Ação: 2.251 - Programação de Natal	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	132.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	132.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Função 22 - Indústria	95.002,00	98.502,00	102.002,00	105.502,00	401.008,00
SubFunção 661 - Promoção Industrial	95.002,00	98.502,00	102.002,00	105.502,00	401.008,00
Programa 201 - Industria e Comercio	95.002,00	98.502,00	102.002,00	105.502,00	401.008,00
Ação: 2.252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna	95.002,00	98.502,00	102.002,00	105.502,00	401.008,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	52.500,00	55.000,00	57.500,00	215.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	52.500,00	55.000,00	57.500,00	215.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	45.000,00	46.000,00	47.000,00	48.000,00	186.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	45.000,00	46.000,00	47.000,00	48.000,00	186.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 9 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Função 23 - Comércio e Serviços	120.001,00	125.001,00	131.001,00	137.001,00	513.004,00
SubFunção 691 - Promoção Comercial	120.001,00	125.001,00	131.001,00	137.001,00	513.004,00
Programa 201 - Indústria e Comércio	120.001,00	125.001,00	131.001,00	137.001,00	513.004,00
Ação: 2.250 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	120.001,00	125.001,00	131.001,00	137.001,00	513.004,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	1.657.105,00	1.719.755,00	1.785.255,00	1.853.505,00	7.015.620,00
Função 4 - Administração	1.455.000,00	1.507.000,00	1.562.000,00	1.619.000,00	6.143.000,00
SubFunção 122 - Administração Geral	1.350.000,00	1.397.000,00	1.447.000,00	1.499.000,00	5.693.000,00
Programa 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	1.350.000,00	1.397.000,00	1.447.000,00	1.499.000,00	5.693.000,00
Ação: 2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	1.350.000,00	1.397.000,00	1.447.000,00	1.499.000,00	5.693.000,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	950.000,00	997.000,00	1.047.000,00	1.099.000,00	4.093.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	950.000,00	997.000,00	1.047.000,00	1.099.000,00	4.093.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
SubFunção 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
Programa 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
Ação: 2.301 - Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	105.000,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	450.000,00
Função 28 - Encargos Especiais	202.105,00	212.755,00	223.255,00	234.505,00	872.620,00
SubFunção 843 - Serviço da Dívida Interna	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 10 / 24
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 0 - Encargos Especiais	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Ação: 0.302 - Juros, encargos e amortização de dívidas	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.2.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.6.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 845 - Outras Transferências	202.103,00	212.753,00	223.253,00	234.503,00	872.612,00
Programa 0 - Encargos Especiais	202.100,00	212.750,00	223.250,00	234.500,00	872.600,00
Ação: 0.301 - Contribuição ao PASEP.	202.100,00	212.750,00	223.250,00	234.500,00	872.600,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	202.100,00	212.750,00	223.250,00	234.500,00	872.600,00
99.58% 100000 - Recursos Ordinários	201.240,00	211.890,00	222.390,00	233.640,00	869.160,00
0.1% 100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
0.33% 100039 - Fundo Especial do Petróleo	660,00	660,00	660,00	660,00	2.640,00
Programa 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
Ação: 2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
3.3.20 - Transferencias a Uniao	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.40 - Transferencias a Municipios	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.001 - Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenç	2.609.853,00	3.174.564,50	3.481.577,00	3.821.579,50	13.087.574,00
Função 15 - Urbanismo	2.609.853,00	3.174.564,50	3.481.577,00	3.821.579,50	13.087.574,00
SubFunção 451 - Infra-Estrutura Urbana	2.243.053,00	2.789.564,50	3.077.677,00	3.398.079,50	11.508.374,00
Programa 400 - Serviços Integrados	2.243.053,00	2.789.564,50	3.077.677,00	3.398.079,50	11.508.374,00
Ação: 1.401 - Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 11 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.401 - Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
Ação: 2.402 - Serviços Integrados de Infraestrutura	2.143.050,00	2.684.561,50	2.967.674,00	3.283.076,50	11.078.362,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.190.000,00	1.250.000,00	1.310.000,00	1.380.000,00	5.130.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.190.000,00	1.250.000,00	1.310.000,00	1.380.000,00	5.130.000,00
3.3.40 - Transferencias a Municipios	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	937.050,00	1.418.561,50	1.641.674,00	1.887.076,50	5.884.362,00
98.55% 100000 - Recursos Ordinários	799.315,00	1.273.999,00	1.489.609,00	1.728.019,00	5.290.942,00
100.0% 100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE	22.400,00	24.430,00	26.460,00	27.490,00	100.780,00
100.0% 100012 - Convênio de Transito - Prefeitura	45.325,00	47.092,50	49.525,00	51.957,50	193.900,00
1.45% 100039 - Fundo Especial do Petróleo	70.010,00	73.040,00	76.080,00	79.610,00	298.740,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.404 - Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 452 - Serviços Urbanos	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
Programa 400 - Serviços Integrados	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
Ação: 2.403 - Manutenção da iluminação pública	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	316.800,00	335.000,00	353.900,00	373.500,00	1.379.200,00
100.0% 100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	316.800,00	335.000,00	353.900,00	373.500,00	1.379.200,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
04.002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	803.000,00	840.000,00	879.000,00	919.000,00	3.441.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 12 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Função 20 - Agricultura	803.000,00	840.000,00	879.000,00	919.000,00	3.441.000,00
SubFunção 606 - Extensão Rural	803.000,00	840.000,00	879.000,00	919.000,00	3.441.000,00
Programa 401 - Agricultura e Meio Ambiente	803.000,00	840.000,00	879.000,00	919.000,00	3.441.000,00
Ação: 2.420 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	78.000,00
Ação: 2.421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	624.000,00	650.000,00	678.000,00	707.000,00	2.659.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	453.000,00	475.000,00	499.000,00	524.000,00	1.951.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	453.000,00	475.000,00	499.000,00	524.000,00	1.951.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	170.000,00	174.000,00	178.000,00	182.000,00	704.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	170.000,00	174.000,00	178.000,00	182.000,00	704.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Ação: 2.422 - Programa Melhorar da Propriedade Rural e Programa Plante	161.000,00	171.000,00	181.000,00	191.000,00	704.000,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	700.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	700.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
04.003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
Função 18 - Gestão Ambiental	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
SubFunção 541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
Programa 401 - Agricultura e Meio Ambiente	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
Ação: 2.430 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	1.483,00	1.518,00	1.518,00	1.553,00	6.072,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1.480,00	1.515,00	1.515,00	1.550,00	6.060,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 13 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
12.3% 100117 - Fundo do Meio Ambiente	980,00	1.015,00	1.015,00	1.050,00	4.060,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.005 - Convênios com Policiais e Bombeiros	174.120,00	181.437,50	189.940,00	198.242,50	743.740,00
Função 6 - Segurança Pública	174.120,00	181.437,50	189.940,00	198.242,50	743.740,00
Subfunção 181 - Policiamento	174.120,00	181.437,50	189.940,00	198.242,50	743.740,00
Programa 10 - Serviços de Segurança Pública	174.120,00	181.437,50	189.940,00	198.242,50	743.740,00
Ação: 2.450 - Manutenção do convênio rádio-patrolha	21.900,00	22.900,00	23.900,00	25.200,00	93.900,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
100.0% 100103 - Rádio Patrulha	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	11.400,00	12.000,00	12.500,00	13.200,00	49.100,00
100.0% 100103 - Rádio Patrulha	11.400,00	12.000,00	12.500,00	13.200,00	49.100,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	4.500,00	4.900,00	5.400,00	6.000,00	20.800,00
100.0% 100103 - Rádio Patrulha	4.500,00	4.900,00	5.400,00	6.000,00	20.800,00
Ação: 2.451 - Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	67.695,00	70.695,00	73.645,00	76.095,00	288.130,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	47.695,00	50.695,00	53.645,00	56.095,00	208.130,00
100.0% 100102 - Corpo de Bombeiros	47.695,00	50.695,00	53.645,00	56.095,00	208.130,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
100.0% 100102 - Corpo de Bombeiros	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Ação: 2.452 - Manutenção do convênio com as Policias Civil e Militar - multas de	84.525,00	87.842,50	92.395,00	96.947,50	361.710,00
3.3.30 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100010 - Convênio de Transito - Militar	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	76.924,00	79.841,50	83.994,00	87.946,50	328.706,00
100.0% 100010 - Convênio de Transito - Militar	38.461,50	39.920,25	41.996,50	43.972,75	164.351,00
291.7% 100011 - Convênio de Transito - Civil	38.462,50	39.921,25	41.997,50	43.973,75	164.355,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	7.600,00	8.000,00	8.400,00	9.000,00	33.000,00
50.0% 100010 - Convênio de Transito - Militar	3.800,00	4.000,00	4.200,00	4.500,00	16.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 14 / 24
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
50.0% 100011 - Convênio de Transito – Civil	3.800,00	4.000,00	4.200,00	4.500,00	16.500,00
06.001 - Fundo Municipal de Assistência Social	460.774,00	483.479,00	507.184,00	531.914,00	1.983.351,00
Função 8 - Assistência Social	460.774,00	483.479,00	507.184,00	531.914,00	1.983.351,00
SubFunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	5.001,00	5.501,00	6.001,00	6.501,00	23.004,00
Programa 601 - Assistência Social	5.001,00	5.501,00	6.001,00	6.501,00	23.004,00
Ação: 2.605 - Contribuição ao abrigo Frei Bruno	5.001,00	5.501,00	6.001,00	6.501,00	23.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.40 - Transferencias a Municípios	5.000,00	5.500,00	6.000,00	6.500,00	23.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.500,00	6.000,00	6.500,00	23.000,00
SubFunção 244 - Assistência Comunitária	455.773,00	477.978,00	501.183,00	525.413,00	1.960.347,00
Programa 601 - Assistência Social	455.773,00	477.978,00	501.183,00	525.413,00	1.960.347,00
Ação: 2.074 - Manutenção da Assistência Social	42.001,00	45.001,00	49.001,00	53.001,00	189.004,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	42.000,00	45.000,00	49.000,00	53.000,00	189.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	42.000,00	45.000,00	49.000,00	53.000,00	189.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.601 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
Ação: 2.602 - Manutenção do Centro de Múltiplo Uso	3.302,00	3.602,00	3.902,00	4.202,00	15.008,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	3.300,00	3.600,00	3.900,00	4.200,00	15.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	3.300,00	3.600,00	3.900,00	4.200,00	15.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.603 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	344.470,00	361.375,00	378.280,00	395.210,00	1.479.335,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 15 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90 - Aplicações Diretas	259.200,00	272.315,00	285.430,00	300.550,00	1.117.495,00
18.65% 100000 - Recursos Ordinários	173.000,00	182.000,00	191.000,00	200.000,00	746.000,00
0.25% 100311 - BL GSUAS	2.200,00	2.315,00	2.430,00	2.550,00	9.495,00
9.05% 100312 - BL PSB	84.000,00	88.000,00	92.000,00	98.000,00	362.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	63.570,00	66.830,00	70.090,00	71.360,00	271.850,00
12.08% 100000 - Recursos Ordinários	31.500,00	33.000,00	34.500,00	36.000,00	135.000,00
0.08% 100302 - Acessuas	210,00	210,00	210,00	210,00	840,00
0.02% 100305 - BPC na Escola	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
4.83% 100308 - Proteção Social Básica - Custeio	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
0.59% 100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	700,00	730,00	760,00	790,00	2.980,00
9.66% 100312 - BL PSB	19.400,00	20.600,00	21.800,00	21.000,00	82.800,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	21.700,00	22.230,00	22.760,00	23.300,00	89.990,00
44.44% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
55.56% 100310 - Proteção Social Básica - Investimento	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
Ação: 2.604 - Concessão de benefícios eventuais	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	64.000,00
97.33% 100000 - Recursos Ordinários	14.290,00	14.190,00	14.090,00	13.990,00	56.560,00
2.67% 100307 - Benefícios eventuais	1.710,00	1.810,00	1.910,00	2.010,00	7.440,00
06.002 - Fundo Municipal do Idoso	40.513,00	40.513,00	40.513,00	40.513,00	162.052,00
Função 8 - Assistência Social	40.513,00	40.513,00	40.513,00	40.513,00	162.052,00
Subfunção 241 - Assistência ao Idoso	40.513,00	40.513,00	40.513,00	40.513,00	162.052,00
Programa 601 - Assistência Social	40.513,00	40.513,00	40.513,00	40.513,00	162.052,00
Ação: 2.610 - Administração e execução do Fundo do Idoso	40.513,00	40.513,00	40.513,00	40.513,00	162.052,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	40.510,00	40.510,00	40.510,00	40.510,00	162.040,00

Página: 16 / 24
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
1.27% 100350 - Doações ao Fundo do Idoso	510,00	510,00	510,00	510,00	2.040,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
06.003 - Conselho Tutelar	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
Função 8 - Assistência Social	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
SubFunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
Programa 603 - Assistência a criança e ao adolescente	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
Ação: 2.620 - Manutenção do Conselho Tutelar	193.000,00	202.000,00	212.000,00	221.000,00	828.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	177.000,00	186.000,00	196.000,00	205.000,00	764.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	177.000,00	186.000,00	196.000,00	205.000,00	764.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
06.004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00
Função 8 - Assistência Social	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00
SubFunção 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00
Programa 603 - Assistência a criança e ao adolescente	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00
Ação: 2.630 - Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	20.151,00	20.161,00	20.181,00	20.201,00	80.694,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	20.150,00	20.160,00	20.180,00	20.200,00	80.690,00
45.98% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
54.02% 100009 - FIA Imposto de Renda	10.150,00	10.160,00	10.180,00	10.200,00	40.690,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
06.005 - Fundo Municipal de Habitação	66.005,00	69.005,00	72.005,00	75.005,00	282.020,00
Função 16 - Habitação	66.005,00	69.005,00	72.005,00	75.005,00	282.020,00
SubFunção 122 - Administração Geral	66.001,00	69.001,00	72.001,00	75.001,00	282.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 17 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Programa 605 - Habitação	66.001,00	69.001,00	72.001,00	75.001,00	282.004,00
Ação: 2.640 - Administração e execução do Fundo de Habitação	66.001,00	69.001,00	72.001,00	75.001,00	282.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	56.000,00	59.000,00	62.000,00	65.000,00	242.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	56.000,00	59.000,00	62.000,00	65.000,00	242.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 481 - Habitação Rural	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Programa 605 - Habitação	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Ação: 1.641 - Produção de unidades habitacionais	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 482 - Habitação Urbana	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Programa 605 - Habitação	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Ação: 2.641 - Programa Construir	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
07.001 - Educação	6.081.757,00	6.362.807,00	6.654.557,00	6.958.007,00	26.057.128,00
Função 12 - Educação	6.081.757,00	6.362.807,00	6.654.557,00	6.958.007,00	26.057.128,00
SubFunção 306 - Alimentação e Nutrição	137.502,00	144.002,00	150.002,00	157.502,00	589.008,00
Programa 701 - Educação básica	137.502,00	144.002,00	150.002,00	157.502,00	589.008,00
Ação: 2.704 - Manutenção da merenda escolar - Creche	94.501,00	99.001,00	103.001,00	108.501,00	405.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 18 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	70.000,00	73.000,00	76.000,00	80.000,00	299.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	52.000,00	54.000,00	57.000,00	213.000,00
40.38% 100111 - PNAE	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola	43.001,00	45.001,00	47.001,00	49.001,00	184.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	33.000,00	35.000,00	37.000,00	39.000,00	144.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
40.38% 100111 - PNAE	13.000,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00	58.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subfunção 361 - Ensino Fundamental	3.513.100,00	3.676.150,00	3.848.900,00	4.023.350,00	15.061.500,00
Programa 701 - Educação básica	3.513.100,00	3.676.150,00	3.848.900,00	4.023.350,00	15.061.500,00
Ação: 2.703 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	240.000,00	252.000,00	264.000,00	272.000,00	1.028.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	240.000,00	252.000,00	264.000,00	272.000,00	1.028.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	240.000,00	252.000,00	264.000,00	272.000,00	1.028.000,00
Ação: 2.706 - Manutenção da merenda escolar - Fundamental	118.000,00	123.200,00	129.300,00	134.400,00	504.900,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	118.000,00	123.200,00	129.300,00	134.400,00	504.900,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	75.000,00	79.000,00	83.000,00	86.000,00	323.000,00
100.0% 100111 - PNAE	43.000,00	44.200,00	46.300,00	48.400,00	181.900,00
Ação: 2.711 - Manutenção da Educação - Fundamental	2.586.000,00	2.707.000,00	2.835.000,00	2.968.000,00	11.096.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	2.036.000,00	2.137.000,00	2.245.000,00	2.358.000,00	8.776.000,00
34.98% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	270.000,00	290.000,00	315.000,00	353.000,00	1.228.000,00
47.27% 100018 - FUNDEB 60%	1.250.000,00	1.307.000,00	1.365.000,00	1.418.000,00	5.340.000,00
17.75% 100019 - FUNDEB 40%	516.000,00	540.000,00	565.000,00	587.000,00	2.208.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 19 / 24
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90 - Aplicações Diretas	540.000,00	560.000,00	580.000,00	600.000,00	2.280.000,00
34.98% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	520.000,00	540.000,00	560.000,00	580.000,00	2.200.000,00
17.75% 100019 - FUNDEB 40%	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Ação: 2.712 - Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	569.100,00	593.950,00	620.600,00	648.950,00	2.432.600,00
3.1.90 - Aplicações Diretas	130.000,00	136.000,00	143.000,00	150.000,00	559.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	130.000,00	136.000,00	143.000,00	150.000,00	559.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	438.100,00	456.950,00	476.600,00	497.950,00	1.869.600,00
100.0% 100036 - Salário Educação	345.000,00	360.100,00	375.200,00	391.400,00	1.471.700,00
16.71% 100101 - Transporte Escolar do Estado	57.500,00	60.150,00	62.600,00	65.650,00	245.900,00
8.85% 100112 - PNATE	35.600,00	36.700,00	38.800,00	40.900,00	152.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Subfunção 363 - Ensino Profissional	20.001,00	21.001,00	22.001,00	23.001,00	86.004,00
Programa 702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	20.001,00	21.001,00	22.001,00	23.001,00	86.004,00
Ação: 2.721 - Manutenção do ensino profissionalizante	20.001,00	21.001,00	22.001,00	23.001,00	86.004,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.4.90 - Aplicações Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subfunção 364 - Ensino Superior	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
Programa 702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
Ação: 2.720 - Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
3.3.90 - Aplicações Diretas	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	97.000,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	412.000,00
Subfunção 365 - Educação Infantil	2.269.153,00	2.376.653,00	2.483.653,00	2.599.153,00	9.728.612,00
Programa 701 - Educação básica	2.269.153,00	2.376.653,00	2.483.653,00	2.599.153,00	9.728.612,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 20 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	150.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	660.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	150.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	660.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	150.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	660.000,00
Ação: 2.702 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar	155.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	665.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	155.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	665.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	155.000,00	162.000,00	170.000,00	178.000,00	665.000,00
Ação: 2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	24.500,00	26.000,00	27.000,00	28.500,00	106.000,00
Ação: 2.708 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão /	206.001,00	217.001,00	227.001,00	239.001,00	889.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	206.000,00	217.000,00	227.000,00	239.000,00	889.000,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	206.000,00	217.000,00	227.000,00	239.000,00	889.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.709 - Manutenção da Educação - Creche	1.171.601,00	1.224.601,00	1.280.601,00	1.340.601,00	5.017.404,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1.007.000,00	1.057.000,00	1.110.000,00	1.166.000,00	4.340.000,00
34.72% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	134.000,00	144.000,00	155.000,00	175.000,00	608.000,00
47.28% 100018 - FUNDEB 60%	618.000,00	646.000,00	675.000,00	701.000,00	2.640.000,00
17.99% 100019 - FUNDEB 40%	255.000,00	267.000,00	280.000,00	290.000,00	1.092.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	164.600,00	167.600,00	170.600,00	174.600,00	677.400,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	153.000,00	156.000,00	159.000,00	163.000,00	631.000,00
6.34% 100019 - FUNDEB 40%	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
0.95% 100113 - Programa Brasil Carinhoso - Apoio as creches	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Ação: 2.710 - Manutenção da Educação - Pré escola	562.051,00	585.051,00	609.051,00	635.051,00	2.391.204,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	399.000,00	419.000,00	440.000,00	462.000,00	1.720.000,00
34.72% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	57.000,00	62.000,00	67.000,00	74.000,00	260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 21 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
47.28% 100018 - FUNDEB 60%	245.000,00	256.000,00	267.000,00	278.000,00	1.046.000,00
17.99% 100019 - FUNDEB 40%	97.000,00	101.000,00	106.000,00	110.000,00	414.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	163.050,00	166.050,00	169.050,00	173.050,00	671.200,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	153.000,00	156.000,00	159.000,00	163.000,00	631.000,00
6.34% 100019 - FUNDEB 40%	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
0.03% 100115 - Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 367 - Educação Especial	45.001,00	45.001,00	45.001,00	45.001,00	180.004,00
Programa 703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	45.001,00	45.001,00	45.001,00	45.001,00	180.004,00
Ação: 2.722 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	45.001,00	45.001,00	45.001,00	45.001,00	180.004,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
07.003 - Cultura	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
Função 13 - Cultura	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
SubFunção 392 - Difusão Cultural	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
Programa 706 - Cultura	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
Ação: 2.740 - Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	112.001,00	114.001,00	115.001,00	116.001,00	457.004,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	22.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	97.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	22.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	97.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	360.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
07.002 - Esportes	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
Função 27 - Desporto e Lazer	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 22 / 24
Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
SubFunção 812 - Desporto Comunitário	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
Programa 704 - Esporte	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
Ação: 2.730 - Manutenção da Diretoria de Esportes	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	146.000,00	154.000,00	161.000,00	169.000,00	630.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	146.000,00	154.000,00	161.000,00	169.000,00	630.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	640.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
07.004 - Fundo Municipal da Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
Função 13 - Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
SubFunção 392 - Difusão Cultural	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
Programa 706 - Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
Ação: 2.750 - Administração e execução do Fundo da Cultura	80.004,00	84.004,00	89.004,00	94.004,00	347.016,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.50 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	80.000,00	84.000,00	89.000,00	94.000,00	347.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	80.000,00	84.000,00	89.000,00	94.000,00	347.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.50 - Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04.004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Função 20 - Agricultura	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
SubFunção 608 - Promoção da Produção Agropecuária	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Programa 401 - Agricultura e Meio Ambiente	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 23 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.440 - Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
03.001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	1.405.031,00	1.208.131,00	1.212.231,00	1.213.331,00	5.038.724,00
Função 4 - Administração	1.055.031,00	1.058.131,00	1.062.231,00	1.063.331,00	4.238.724,00
SubFunção 122 - Administração Geral	1.005.030,00	1.008.130,00	1.012.230,00	1.013.330,00	4.038.720,00
Programa 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	1.005.030,00	1.008.130,00	1.012.230,00	1.013.330,00	4.038.720,00
Ação: 2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	719.530,00	722.630,00	726.730,00	727.830,00	2.896.720,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	75.000,00	78.000,00	82.000,00	83.000,00	318.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	75.000,00	78.000,00	82.000,00	83.000,00	318.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.400.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.400.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	44.530,00	44.630,00	44.730,00	44.830,00	178.720,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
793.6% 100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	39.530,00	39.630,00	39.730,00	39.830,00	158.720,00
Ação: 2.304 - Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou	285.500,00	285.500,00	285.500,00	285.500,00	1.142.000,00
3.1.71 - Transf. a Consórcios Públicos	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
3.3.93 - Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	34.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	34.000,00
4.4.71 - Transferências a Consórcios Públicos	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	28.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	28.000,00
SubFunção 131 - Comunicação Social	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	200.004,00
Programa 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	200.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção

Página: 24 / 24
 Data: 22/08/2017

	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 2.305 - Publicidade Institucional e de Marketing	50.001,00	50.001,00	50.001,00	50.001,00	200.004,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
4.4.90 - Aplicacoes Diretas	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Função 28 - Encargos Especiais	350.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	800.000,00
SubFunção 845 - Outras Transferências	350.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	800.000,00
Programa 0 - Encargos Especiais	350.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	800.000,00
Ação: 0.303 - Sentenças judiciais	350.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	800.000,00
3.1.90 - Aplicacoes Diretas	300.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	300.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
3.3.90 - Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
100.0% 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Total	20.210.000,00	21.275.000,00	22.325.000,00	23.450.000,00	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 1 / 13
 Data: 22/08/2017

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA									
05.001	Fundo Municipal de Saúde		18.314.258,00	0,00	0,00	18.314.258,00	0,00	0,00	18.314.258,00
0500- Saúde									
2501 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		646.000,00	0,00	0,00	646.000,00	0,00	0,00	646.000,00
2502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		12.534.804,00	0,00	0,00	12.534.804,00	0,00	0,00	12.534.804,00
2503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.398.110,00	0,00	0,00	1.398.110,00	0,00	0,00	1.398.110,00
2504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão /		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.177.004,00	0,00	0,00	1.177.004,00	0,00	0,00	1.177.004,00
2505 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		167.300,00	0,00	0,00	167.300,00	0,00	0,00	167.300,00
2506 - Assistência Farmacêutica de Atenção Básica		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.103.040,00	0,00	0,00	2.103.040,00	0,00	0,00	2.103.040,00
2507 - Assistência Farmacêutica de Média Complexidade		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00

Página: 2 / 13
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2508 - Alimentação e nutrição		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
2509 - Tratamento fora de domicílio - TFD		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
2510 - Exames complementares		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 3 / 13
Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA									
01.001	- Camara Municipal de Vereadores		2.660.000,00	0,00	0,00	2.660.000,00	0,00	0,00	2.660.000,00
0100	- Processo Legislativo		2.660.000,00	0,00	0,00	2.660.000,00	0,00	0,00	2.660.000,00
2101 - Manutenção da Câmara de Vereadores		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.660.000,00	0,00	0,00	2.660.000,00	0,00	0,00	2.660.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 4 / 13
 Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA									
02.001	Gabinete do Prefeito		66.285.742,00	0,00	0,00	66.285.742,00	0,00	0,00	66.285.742,00
0200	Administração e Coordenação (gabinete)		1.971.708,00	0,00	0,00	1.971.708,00	0,00	0,00	1.971.708,00
2201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		258.000,00	0,00	0,00	258.000,00	0,00	0,00	258.000,00
2202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.713.708,00	0,00	0,00	1.713.708,00	0,00	0,00	1.713.708,00
02.002	Assessoria Jurídica		1.264.004,00	0,00	0,00	1.264.004,00	0,00	0,00	1.264.004,00
0200	Administração e Coordenação (gabinete)								
2210	Manutenção da assessoria Jurídica	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.264.004,00	0,00	0,00	1.264.004,00	0,00	0,00	1.264.004,00
02.003	Controladoria do Município		245.003,00	0,00	0,00	245.003,00	0,00	0,00	245.003,00
0200	Administração e Coordenação (gabinete)								
2230	Manutenção da Controladoria	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		245.003,00	0,00	0,00	245.003,00	0,00	0,00	245.003,00
02.006	Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		40.012,00	0,00	0,00	40.012,00	0,00	0,00	40.012,00
0202	Defesa Civil								

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 5 / 13
 Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
	2260 - Administração e execução do Fundo de Emergência da	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		40.012,00	0,00	0,00	40.012,00	0,00	0,00	40.012,00
02.004 - Diretoria de Planejamento			907.004,00	0,00	0,00	907.004,00	0,00	0,00	907.004,00
0200 - Administração e Coordenação (gabinete)	2240 - Manutenção da Diretoria de Planejamento	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		907.004,00	0,00	0,00	907.004,00	0,00	0,00	907.004,00
02.005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação			1.046.012,00	0,00	0,00	1.046.012,00	0,00	0,00	1.046.012,00
0201 - Indústria e Comercio	2250 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		513.004,00	0,00	0,00	513.004,00	0,00	0,00	513.004,00
2251 - Programação de Natal	Meta Física	Manutenção (UNI)							
	Meta Financeira		132.000,00	0,00	0,00	132.000,00	0,00	0,00	132.000,00
2252 - Manutenção da ITL - Incubadora Tecnológica de Luzerna	Meta Física	Manutenção (UNI)							
	Meta Financeira		401.008,00	0,00	0,00	401.008,00	0,00	0,00	401.008,00
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô			7.015.620,00	0,00	0,00	7.015.620,00	0,00	0,00	7.015.620,00
0000 - Encargos Especiais									

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 6 / 13
 Data: 22/08/2017

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
Pagamento do PASEP (UNI)									
0301	Contribuição ao PASEP.								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		872.600,00	0,00	0,00	872.600,00	0,00	0,00	872.600,00
0302	Juros, encargos e amortização de dívidas								
	Meta Física	Divida Pública (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	8,00
0300	Administração e Coordenação (Secretaria)								
2301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação								
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
2302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e								
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		5.693.012,00	0,00	0,00	5.693.012,00	0,00	0,00	5.693.012,00
04.001	Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenç								
			13.087.574,00	0,00	0,00	13.087.574,00	0,00	0,00	13.087.574,00
0400	Serviços Integrados								
1401	Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste								
	Meta Física	Ponte (UNI)	0,50	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00	0,50
	Meta Financeira		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
2401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços								
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		430.000,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00	0,00	430.000,00
2402	Serviços Integrados de Infraestrutura								
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.078.362,00	0,00	0,00	11.078.362,00	0,00	0,00	11.078.362,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 7 / 13
Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2403 - Manutenção da iluminação pública									
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.579.200,00	0,00	0,00	1.579.200,00	0,00	0,00	1.579.200,00
2404 - Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos									
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	8,00
04.002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente									
			3.441.000,00	0,00	0,00	3.441.000,00	0,00	0,00	3.441.000,00
0401 - Agricultura e Meio Ambiente									
2420 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura									
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		78.000,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00
2421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio									
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.659.000,00	0,00	0,00	2.659.000,00	0,00	0,00	2.659.000,00
2422 - Programa Melhora Melhoria da Propriedade Rural e									
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		704.000,00	0,00	0,00	704.000,00	0,00	0,00	704.000,00
04.003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente									
			6.072,00	0,00	0,00	6.072,00	0,00	0,00	6.072,00
0401 - Agricultura e Meio Ambiente									
2430 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente									
	Meta Física	Manutenção (UNI)	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		6.072,00	0,00	0,00	6.072,00	0,00	0,00	6.072,00
04.005 - Convênios com Policiais e Bombeiros									
			743.740,00	0,00	0,00	743.740,00	0,00	0,00	743.740,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 8 / 13
 Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
0010- Serviços de Segurança Pública									
2450 - Manutenção do convênio rádio-patrolha		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		93.900,00	0,00	0,00	93.900,00	0,00	0,00	93.900,00
2451 - Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		288.130,00	0,00	0,00	288.130,00	0,00	0,00	288.130,00
2452 - Manutenção do convênio com as Policias Civil e Militar -		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		361.710,00	0,00	0,00	361.710,00	0,00	0,00	361.710,00
06.001 - Fundo Municipal de Assistência Social			1.983.351,00	0,00	0,00	1.983.351,00	0,00	0,00	1.983.351,00
0601- Assistência Social									
2074 - Manutenção da Assistência Social		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		189.004,00	0,00	0,00	189.004,00	0,00	0,00	189.004,00
2601 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		213.000,00	0,00	0,00	213.000,00	0,00	0,00	213.000,00
2602 - Manutenção do Centro de Múltiplo Uso		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		15.008,00	0,00	0,00	15.008,00	0,00	0,00	15.008,00
2603 - Manutenção do CRAS - Centro de Referencia de		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.479.335,00	0,00	0,00	1.479.335,00	0,00	0,00	1.479.335,00

Página: 9 / 13
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
2604 -	Concessão de benefícios eventuais	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		64.000,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	64.000,00
2605 -	Contribuição ao abrigo Frei Bruno	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		23.004,00	0,00	0,00	23.004,00	0,00	0,00	23.004,00
06.002 -	Fundo Municipal do Idoso		162.052,00	0,00	0,00	162.052,00	0,00	0,00	162.052,00
0601 -	Assistência Social								
2610 -	Administração e execução do Fundo do Idoso	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		162.052,00	0,00	0,00	162.052,00	0,00	0,00	162.052,00
06.003 -	Conselho Tutelar		828.000,00	0,00	0,00	828.000,00	0,00	0,00	828.000,00
0603 -	Assistência a criança e ao adolescente								
2620 -	Manutenção do Conselho Tutelar	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		828.000,00	0,00	0,00	828.000,00	0,00	0,00	828.000,00
06.004 -	Fundo da Infância e Adolescente - FIA		80.694,00	0,00	0,00	80.694,00	0,00	0,00	80.694,00
0603 -	Assistência a criança e ao adolescente								
2630 -	Administração e execução do Fundo da Infância e	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		80.694,00	0,00	0,00	80.694,00	0,00	0,00	80.694,00
06.005 -	Fundo Municipal de Habitação		282.020,00	0,00	0,00	282.020,00	0,00	0,00	282.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 10 / 13
 Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
0605 - Habitação									
1641 - Produção de unidades habitacionais		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	8,00
2640 - Administração e execução do Fundo de Habitação		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		282.004,00	0,00	0,00	282.004,00	0,00	0,00	282.004,00
2641 - Programa Construir		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		8,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	8,00
07.001 - Educação			26.057.128,00	0,00	0,00	26.057.128,00	0,00	0,00	26.057.128,00
0701 - Educação básica									
2701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		660.000,00	0,00	0,00	660.000,00	0,00	0,00	660.000,00
2702 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		665.000,00	0,00	0,00	665.000,00	0,00	0,00	665.000,00
2703 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação -		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.028.000,00	0,00	0,00	1.028.000,00	0,00	0,00	1.028.000,00
2704 - Manutenção da merenda escolar - Creche		Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		405.004,00	0,00	0,00	405.004,00	0,00	0,00	405.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
 Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Página: 11 / 13
 Data: 22/08/2017

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias			Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento					
2705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		290.004,00	0,00	0,00	290.004,00	290.004,00	0,00	0,00	290.004,00
2706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		504.900,00	0,00	0,00	504.900,00	504.900,00	0,00	0,00	504.900,00
2708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		889.004,00	0,00	0,00	889.004,00	889.004,00	0,00	0,00	889.004,00
2709	Manutenção da Educação - Creche	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		5.017.404,00	0,00	0,00	5.017.404,00	5.017.404,00	0,00	0,00	5.017.404,00
2710	Manutenção da Educação - Pré escola	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.391.204,00	0,00	0,00	2.391.204,00	2.391.204,00	0,00	0,00	2.391.204,00
2711	Manutenção da Educação - Fundamental	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		11.096.000,00	0,00	0,00	11.096.000,00	11.096.000,00	0,00	0,00	11.096.000,00
2712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.432.600,00	0,00	0,00	2.432.600,00	2.432.600,00	0,00	0,00	2.432.600,00
0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico									
2720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	Manutenção (UNI)								
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		412.000,00	0,00	0,00	412.000,00	412.000,00	0,00	0,00	412.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 12 / 13
 Data: 22/08/2017

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias			Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento					
2721 - Manutenção do ensino profissionalizante										
Manutenção (UN)										
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		86.004,00	0,00	0,00		86.004,00	0,00	0,00	86.004,00
0703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais										
Manutenção (UN)										
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		180.004,00	0,00	0,00		180.004,00	0,00	0,00	180.004,00
07.003 - Cultura										
			457.004,00	0,00	0,00		457.004,00	0,00	0,00	457.004,00
0706 - Cultura										
Manutenção (UN)										
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		457.004,00	0,00	0,00		457.004,00	0,00	0,00	457.004,00
07.002 - Esportes										
			1.282.000,00	0,00	0,00		1.282.000,00	0,00	0,00	1.282.000,00
0704 - Esporte										
Manutenção (UN)										
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.282.000,00	0,00	0,00		1.282.000,00	0,00	0,00	1.282.000,00
07.004 - Fundo Municipal da Cultura										
			347.016,00	0,00	0,00		347.016,00	0,00	0,00	347.016,00
0706 - Cultura										
Manutenção (UN)										
	Meta Física		4,00	0,00	0,00		4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		347.016,00	0,00	0,00		347.016,00	0,00	0,00	347.016,00

Página: 13 / 13
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 4 - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Código	Programa Ação	Produto (UN)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado 2018-2021	Orçamento				
04.004	Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
0401	Agricultura e Meio Ambiente								
2440	Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
03.001	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		5.038.724,00	0,00	0,00	5.038.724,00	0,00	0,00	5.038.724,00
0000	Encargos Especiais								
0303	Sentenças judiciais	Cumprimento de Sentença (
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
0200	Administração e Coordenação (gabinete)								
2305	Publicidade Institucional e de Marketing	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	0,00	0,00	200.004,00
0300	Administração e Coordenação (Secretaria)								
2302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		2.896.720,00	0,00	0,00	2.896.720,00	0,00	0,00	2.896.720,00
2304	Manutenção de entidades em que o Município seja	Manutenção (UNI)							
	Meta Física		4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
	Meta Financeira		1.142.000,00	0,00	0,00	1.142.000,00	0,00	0,00	1.142.000,00
Total Geral:			87.260.000,00	0,00	0,00	87.260.000,00	0,00	0,00	87.260.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 1 / 5
 Data: 22/08/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA	18.314.258,00
500 - Saúde	18.314.258,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	8.986.000,00
100201 - Participa SUS	4,00
100202 - Cofinanciamento	174.100,00
100203 - Saúde Bucal	266.860,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	717.700,00
100205 - ESF – Estratégia Saúde da Família	806.100,00
100206 - Piso da Atenção Básica	621.300,00
100208 - PMAQ	1.037.500,00
100209 - NASF Federal	450.900,00
100210 - Saúde na Escola	200,00
100219 - Gestão do SUS	40,00
100221 - NASF Estadual	120.100,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	916.000,00
100211 - MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	8.350,00
100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade	365.300,00
100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	108.460,00
100000 - Recursos Ordinários	8.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1.178.004,00
100212 - Vigilância em Saúde	152.200,00
100213 - Vigilância Epidemiológica	6.100,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1.822.000,00
100214 - Farmácia Básica União	128.240,00
100215 - Farmácia Básica Estado	106.100,00
100217 - Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	11.700,00
100218 - Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	35.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	288.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 2 / 5
Data: 22/08/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA	2.660.000,00
100 - Processo Legislativo	2.660.000,00
100000 - Recursos Ordinários	2.660.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 3 / 5
 Data: 22/08/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA	66.265.746,00
0 - Encargos Especiais	1.672.608,00
100000 - Recursos Ordinários	869.160,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	800,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	2.640,00
100000 - Recursos Ordinários	800.008,00
10 - Serviços de Segurança Pública	743.740,00
100103 - Rádio Patrulha	93.900,00
100102 - Corpo de Bombeiros	288.130,00
100010 - Convênio de Transito – Militar	180.855,00
100011 - Convênio de Transito – Civil	180.855,00
200 - Administração e Coordenação (gabinete)	4.587.723,00
100000 - Recursos Ordinários	4.587.723,00
201 - Industria e Comercio	1.046.012,00
100000 - Recursos Ordinários	1.046.012,00
202 - Defesa Civil	40.012,00
100000 - Recursos Ordinários	40.012,00
300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	10.161.736,00
100000 - Recursos Ordinários	8.861.016,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	158.720,00
100000 - Recursos Ordinários	1.142.000,00
400 - Serviços Integrados	13.087.574,00
100000 - Recursos Ordinários	10.914.946,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE	100.780,00
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	193.900,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	298.740,00
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	1.579.200,00
100000 - Recursos Ordinários	8,00
401 - Agricultura e Meio Ambiente	3.447.076,00
100000 - Recursos Ordinários	3.443.012,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	4.060,00
100000 - Recursos Ordinários	4,00
601 - Assistência Social	2.145.403,00
100000 - Recursos Ordinários	1.338.012,00
100302 - Acessuas	840,00
100305 - BPC na Escola	240,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	49.990,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	2.980,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	49.990,00
100311 - BL GSUAS	9.495,00
100312 - BL PSB	444.800,00
100000 - Recursos Ordinários	56.560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA

Página: 4 / 5

Data: 22/08/2017

Anexo 3 -Resumo dos Programas detalhado por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor
100307 - Benefícios eventuais	7.440,00
100000 - Recursos Ordinários	183.016,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	2.040,00
603 - Assistência a criança e ao adolescente	908.694,00
100000 - Recursos Ordinários	868.004,00
100009 - FIA Imposto de Renda	40.690,00
605 - Habitação	282.020,00
100000 - Recursos Ordinários	282.020,00
701 - Educação básica	25.379.120,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	660.000,00
100000 - Recursos Ordinários	1.906.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	106.004,00
100111 - PNAE	86.000,00
100000 - Recursos Ordinários	86.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	146.004,00
100111 - PNAE	58.000,00
100000 - Recursos Ordinários	323.000,00
100111 - PNAE	181.900,00
100000 - Recursos Ordinários	4,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	2.128.004,00
100018 - FUNDEB 60%	2.640.000,00
100019 - FUNDEB 40%	1.132.000,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches	6.400,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	891.004,00
100018 - FUNDEB 60%	1.046.000,00
100019 - FUNDEB 40%	454.000,00
100115 - Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil	200,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	3.468.000,00
100018 - FUNDEB 60%	5.340.000,00
100019 - FUNDEB 40%	2.288.000,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	563.000,00
100036 - Salário Educação	1.471.700,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	245.900,00
100112 - PNATE	152.000,00
702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	498.004,00
100000 - Recursos Ordinários	498.004,00
703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	180.004,00
100000 - Recursos Ordinários	180.004,00
704 - Esporte	1.282.000,00
100000 - Recursos Ordinários	1.282.000,00
706 - Cultura	804.020,00
100000 - Recursos Ordinários	804.020,00

Total: 87.240.004,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 1 / 6
Data: 22/08/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA	4.279.192,00	4.470.612,00	4.666.822,00	4.897.632,00	18.314.258,00
100000 - Recursos Ordinários	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
500 - Saúde	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
100002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	3.069.101,00	3.215.201,00	3.363.301,00	3.542.401,00	13.190.004,00
500 - Saúde	3.069.101,00	3.215.201,00	3.363.301,00	3.542.401,00	13.190.004,00
100201 - Participa SUS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
500 - Saúde	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
100202 - Cofinanciamento	40.450,00	42.500,00	44.550,00	46.600,00	174.100,00
500 - Saúde	40.450,00	42.500,00	44.550,00	46.600,00	174.100,00
100203 - Saúde Bucal	62.200,00	65.210,00	68.220,00	71.230,00	266.860,00
500 - Saúde	62.200,00	65.210,00	68.220,00	71.230,00	266.860,00
100204 - PACS Agentes Comunitários de Saúde	168.600,00	175.650,00	182.700,00	190.750,00	717.700,00
500 - Saúde	168.600,00	175.650,00	182.700,00	190.750,00	717.700,00
100205 - ESF - Estratégia Saúde da Família	188.450,00	196.500,00	205.550,00	215.600,00	806.100,00
500 - Saúde	188.450,00	196.500,00	205.550,00	215.600,00	806.100,00
100206 - Piso da Atenção Básica	145.200,00	151.400,00	158.700,00	166.000,00	621.300,00
500 - Saúde	145.200,00	151.400,00	158.700,00	166.000,00	621.300,00
100208 - PMAQ	243.200,00	253.500,00	264.800,00	276.000,00	1.037.500,00
500 - Saúde	243.200,00	253.500,00	264.800,00	276.000,00	1.037.500,00
100209 - NASF Federal	104.900,00	109.950,00	115.000,00	121.050,00	450.900,00
500 - Saúde	104.900,00	109.950,00	115.000,00	121.050,00	450.900,00
100210 - Saúde na Escola	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
500 - Saúde	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100211 - MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30/habitante	1.910,00	2.030,00	2.150,00	2.260,00	8.350,00
500 - Saúde	1.910,00	2.030,00	2.150,00	2.260,00	8.350,00
100212 - Vigilância em Saúde	34.900,00	37.000,00	39.100,00	41.200,00	152.200,00
500 - Saúde	34.900,00	37.000,00	39.100,00	41.200,00	152.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 2 / 6
 Data: 22/08/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
100213 - Vigilância Epidemiológica	1.450,00	1.500,00	1.550,00	1.600,00	6.100,00
500 - Saúde	1.450,00	1.500,00	1.550,00	1.600,00	6.100,00
100214 - Farmácia Básica União	30.520,00	31.550,00	32.570,00	33.600,00	128.240,00
500 - Saúde	30.520,00	31.550,00	32.570,00	33.600,00	128.240,00
100215 - Farmácia Básica Estado	26.450,00	26.500,00	26.550,00	26.600,00	106.100,00
500 - Saúde	26.450,00	26.500,00	26.550,00	26.600,00	106.100,00
100217 - Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
500 - Saúde	3.500,00	3.000,00	2.700,00	2.500,00	11.700,00
100218 - Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
500 - Saúde	10.000,00	9.500,00	8.500,00	7.000,00	35.000,00
100219 - Gestão do SUS	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
500 - Saúde	10,00	10,00	10,00	10,00	40,00
100220 - MAC União – Média e Alta Complexidade	91.000,00	91.200,00	91.400,00	91.700,00	365.300,00
500 - Saúde	91.000,00	91.200,00	91.400,00	91.700,00	365.300,00
100221 - NASF Estadual	28.200,00	29.250,00	30.300,00	32.350,00	120.100,00
500 - Saúde	28.200,00	29.250,00	30.300,00	32.350,00	120.100,00
100222 - MAC Estadual – Demais Repasses	27.100,00	27.110,00	27.120,00	27.130,00	108.460,00
500 - Saúde	27.100,00	27.110,00	27.120,00	27.130,00	108.460,00

Página: 3 / 6
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA					
100000 - Recursos Ordinários	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00
100 - Processo Legislativo	630.000,00	650.000,00	680.000,00	700.000,00	2.660.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 4 / 6
Data: 22/08/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA	13.750.808,00	14.557.388,00	15.331.178,00	16.153.368,00	59.792.742,00
100000 - Recursos Ordinários	7.508.689,00	8.025.224,00	8.498.734,00	9.004.894,00	33.037.541,00
0 - Encargos Especiais	551.242,00	361.892,00	372.392,00	383.842,00	1.669.168,00
200 - Administração e Coordenação (gabinete)	1.079.005,00	1.119.506,00	1.168.206,00	1.221.006,00	4.587.723,00
201 - Indústria e Comércio	248.003,00	256.503,00	266.003,00	275.503,00	1.046.012,00
202 - Defesa Civil	10.003,00	10.003,00	10.003,00	10.003,00	40.012,00
300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	870.503,00	878.503,00	887.503,00	893.503,00	3.530.012,00
400 - Serviços Integrados	2.105.318,00	2.645.002,00	2.925.612,00	3.239.022,00	10.914.954,00
401 - Agricultura e Meio Ambiente	803.504,00	840.504,00	879.504,00	919.504,00	3.443.016,00
601 - Assistência Social	369.097,00	385.297,00	402.497,00	420.697,00	1.577.588,00
603 - Assistência a criança e ao adolescente	203.001,00	212.001,00	222.001,00	231.001,00	868.004,00
605 - Habitação	66.005,00	69.005,00	72.005,00	75.005,00	282.020,00
701 - Educação básica	540.001,00	566.001,00	593.001,00	616.001,00	2.315.004,00
702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	117.001,00	121.001,00	127.001,00	133.001,00	498.004,00
703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	45.001,00	45.001,00	45.001,00	45.001,00	180.004,00
704 - Esporte	309.000,00	317.000,00	324.000,00	332.000,00	1.282.000,00
706 - Cultura	192.005,00	198.005,00	204.005,00	210.005,00	804.020,00
100001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1.843.004,00	1.936.004,00	2.030.004,00	2.153.004,00	7.962.016,00
701 - Educação básica	1.843.004,00	1.936.004,00	2.030.004,00	2.153.004,00	7.962.016,00
100007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE	22.600,00	24.630,00	26.660,00	27.690,00	101.580,00
0 - Encargos Especiais	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
400 - Serviços Integrados	22.400,00	24.430,00	26.460,00	27.490,00	100.780,00
100008 - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
400 - Serviços Integrados	366.800,00	385.000,00	403.900,00	423.500,00	1.579.200,00
100009 - FIA Imposto de Renda	10.150,00	10.160,00	10.180,00	10.200,00	40.690,00
603 - Assistência a criança e ao adolescente	10.150,00	10.160,00	10.180,00	10.200,00	40.690,00
100010 - Convênio de Transito - Militar	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Página: 5 / 6
Data: 22/08/2017

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
10 - Serviços de Segurança Pública	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
100011 - Convênio de Transito – Civil	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
10 - Serviços de Segurança Pública	42.262,50	43.921,25	46.197,50	48.473,75	180.855,00
100012 - Convênio de Transito – Prefeitura	45.325,00	47.092,50	49.525,00	51.957,50	193.900,00
400 - Serviços Integrados	45.325,00	47.092,50	49.525,00	51.957,50	193.900,00
100018 - FUNDEB 60%	2.113.000,00	2.209.000,00	2.307.000,00	2.397.000,00	9.026.000,00
701 - Educação básica	2.113.000,00	2.209.000,00	2.307.000,00	2.397.000,00	9.026.000,00
100019 - FUNDEB 40%	908.000,00	948.000,00	991.000,00	1.027.000,00	3.874.000,00
701 - Educação básica	908.000,00	948.000,00	991.000,00	1.027.000,00	3.874.000,00
100036 - Salário Educação	345.000,00	360.100,00	375.200,00	391.400,00	1.471.700,00
701 - Educação básica	345.000,00	360.100,00	375.200,00	391.400,00	1.471.700,00
100039 - Fundo Especial do Petróleo	70.670,00	73.700,00	76.740,00	80.270,00	301.380,00
0 - Encargos Especiais	660,00	660,00	660,00	660,00	2.640,00
400 - Serviços Integrados	70.010,00	73.040,00	76.080,00	79.610,00	298.740,00
100089 - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	39.530,00	39.630,00	39.730,00	39.830,00	158.720,00
300 - Administração e Coordenação (Secretaria)	39.530,00	39.630,00	39.730,00	39.830,00	158.720,00
100101 - Transporte Escolar do Estado	57.500,00	60.150,00	62.600,00	65.650,00	245.900,00
701 - Educação básica	57.500,00	60.150,00	62.600,00	65.650,00	245.900,00
100102 - Corpo de Bombeiros	67.695,00	70.695,00	73.645,00	76.095,00	288.130,00
10 - Serviços de Segurança Pública	67.695,00	70.695,00	73.645,00	76.095,00	288.130,00
100103 - Rádio Patrulha	21.900,00	22.900,00	23.900,00	25.200,00	93.900,00
10 - Serviços de Segurança Pública	21.900,00	22.900,00	23.900,00	25.200,00	93.900,00
100111 - PNAE	76.000,00	79.200,00	83.300,00	87.400,00	325.900,00
701 - Educação básica	76.000,00	79.200,00	83.300,00	87.400,00	325.900,00
100112 - PNATE	35.600,00	36.700,00	38.800,00	40.900,00	152.000,00
701 - Educação básica	35.600,00	36.700,00	38.800,00	40.900,00	152.000,00
100113 - Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Página: 6 / 6
Data: 22/08/2017

Anexo 3 - Compatibilização dos programas com a Fonte de Recurso

Fonte de Recurso Programas	2018	2019	2020	2021	Total
701 - Educação básica	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
100115 - Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
701 - Educação básica	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00
100117 - Fundo do Meio Ambiente	980,00	1.015,00	1.015,00	1.050,00	4.060,00
401 - Agricultura e Meio Ambiente	980,00	1.015,00	1.015,00	1.050,00	4.060,00
100302 - Acessuas	210,00	210,00	210,00	210,00	840,00
601 - Assistência Social	210,00	210,00	210,00	210,00	840,00
100305 - BPC na Escola	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
601 - Assistência Social	60,00	60,00	60,00	60,00	240,00
100307 - Benefícios eventuais	1.710,00	1.810,00	1.910,00	2.010,00	7.440,00
601 - Assistência Social	1.710,00	1.810,00	1.910,00	2.010,00	7.440,00
100308 - Proteção Social Básica - Custeio	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
601 - Assistência Social	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
100309 - GBF - Índice Gestão Bolsa Família	700,00	730,00	760,00	790,00	2.980,00
601 - Assistência Social	700,00	730,00	760,00	790,00	2.980,00
100310 - Proteção Social Básica - Investimento	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
601 - Assistência Social	11.700,00	12.230,00	12.760,00	13.300,00	49.990,00
100311 - BL GSUAS	2.200,00	2.315,00	2.430,00	2.550,00	9.495,00
601 - Assistência Social	2.200,00	2.315,00	2.430,00	2.550,00	9.495,00
100312 - BL PSB	103.400,00	108.600,00	113.800,00	119.000,00	444.800,00
601 - Assistência Social	103.400,00	108.600,00	113.800,00	119.000,00	444.800,00
100350 - Doações ao Fundo do Idoso	510,00	510,00	510,00	510,00	2.040,00
601 - Assistência Social	510,00	510,00	510,00	510,00	2.040,00
Total:	18.660.000,00	19.678.000,00	20.678.000,00	21.751.000,00	80.767.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Anexo 3 -Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Página: 1 / 5

Data:22/08/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA	18.314.258,00
05.001 - Fundo Municipal de Saúde	18.314.258,00
Programa: 500 - Saúde	18.314.258,00
Objetivo: Manutenção das ações voltadas para o primeiro eixo de atenção à saúde no âmbito	
Público alvo: Municípios de Luzerna	
CÂMARA MUNICIPAL DE LUZERNA	2.660.000,00
01.001 - Camara Municipal de Vereadores	2.660.000,00
Programa: 100 - Processo Legislativo	2.660.000,00
Objetivo: Responsável por fazer as leis municipais, o Poder Legislativo age também na	
Público alvo: Municípios de Luzerna	
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA	66.179.742,00
02.001 - Gabinete do Prefeito	1.971.708,00
Programa: 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	1.971.708,00
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos	
Público alvo: Municípios de Luzerna	
02.002 - Assessoria Jurídica	1.264.004,00
Programa: 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	1.264.004,00
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos	
Público alvo: Municípios de Luzerna	
02.003 - Controladoria do Município	245.003,00
Programa: 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	245.003,00
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos	
Público alvo: Municípios de Luzerna	
02.004 - Diretoria de Planejamento	907.004,00
Programa: 200 - Administração e Coordenação (gabinete)	907.004,00
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos	
Público alvo: Municípios de Luzerna	
02.005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	1.046.012,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**Página: 2 / 5
Data:22/08/2017**Anexo 3 -Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas**

Programa:	201 - Industria e Comercio	1.046.012,00
Objetivo:	Serão desenvolvidas ações para planejar, incentivar e promover a expansão	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
02.006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil		40.012,00
Programa:	202 - Defesa Civil	40.012,00
Objetivo:	Captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
03.001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		5.038.724,00
Programa:	0 - Encargos Especiais	800.000,00
Objetivo:	Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor Público.	
Público alvo:	Encargos Especiais	
Programa: 200 - Administração e Coordenação (gabinete)		200.004,00
Objetivo:	Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
Programa: 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)		4.038.720,00
Objetivo:	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão a fim de	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
03.002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimô		7.015.620,00
Programa:	0 - Encargos Especiais	872.608,00
Objetivo:	Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor Público.	
Público alvo:	Encargos Especiais	
Programa: 300 - Administração e Coordenação (Secretaria)		6.143.012,00
Objetivo:	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão a fim de	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
04.001 - Diretoria de Infraestrutura, Paisagismo e Manutenç		13.087.574,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

Página: 3 / 5

Data:22/08/2017

Anexo 3 -Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Programa:	400 - Serviços Integrados	13.087.574,00
Objetivo:	Melhorar o visual da cidade, oferecer boas condições de tráfego urbano, tanto de	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
04.002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		3.441.000,00
Programa:	401 - Agricultura e Meio Ambiente	3.441.000,00
Objetivo:	Estes projetos visam a execução de ações com o objetivo de proporcionar o	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
04.003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente		6.072,00
Programa:	401 - Agricultura e Meio Ambiente	6.072,00
Objetivo:	Estes projetos visam a execução de ações com o objetivo de proporcionar o	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
04.004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro		4,00
Programa:	401 - Agricultura e Meio Ambiente	4,00
Objetivo:	Estes projetos visam a execução de ações com o objetivo de proporcionar o	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
04.005 - Convênios com Policiais e Bombeiros		743.740,00
Programa:	10 - Serviços de Segurança Pública	743.740,00
Objetivo:	Desenvolver atividades de segurança através de ações que garantam a ordem e a	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
06.001 - Fundo Municipal de Assistência Social		1.983.351,00
Programa:	601 - Assistência Social	1.983.351,00
Objetivo:	Proporcionar à comunidade uma estrutura de Assistência Social que vise atender às	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
06.002 - Fundo Municipal do Idoso		162.052,00
Programa:	601 - Assistência Social	162.052,00
Objetivo:	Proporcionar à comunidade uma estrutura de Assistência Social que vise atender às	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
06.003 - Conselho Tutelar		828.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA**

Anexo 3 -Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Página: 4 / 5

Data:22/08/2017

Programa:	603 - Assistência a criança e ao adolescente	828.000,00
Objetivo:	Amparar e proteger a criança e o adolescente no sentido de evitar as drogas, a	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
06.004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA		80.694,00
Programa:	603 - Assistência a criança e ao adolescente	80.694,00
Objetivo:	Amparar e proteger a criança e o adolescente no sentido de evitar as drogas, a	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
06.005 - Fundo Municipal de Habitação		282.020,00
Programa:	605 - Habitação	282.020,00
Objetivo:	Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar políticas	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
07.001 - Educação		25.951.128,00
Programa:	701 - Educação básica	25.273.120,00
Objetivo:	Oferecer todas as condições para o bom desenvolvimento da educação básica,	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
Programa:	702 - Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	498.004,00
Objetivo:	Dar condições para aos alunos para que possam frequentar cursos de nível técnico	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
Programa:	703 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	180.004,00
Objetivo:	Desenvolver ações para ministrar educação aos alunos mentalmente deficientes,	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
07.002 - Esportes		1.282.000,00
Programa:	704 - Esporte	1.282.000,00
Objetivo:	Integrar os atletas na participação em atividades que promovam o lazer e o bem	
Público alvo:	Municípios de Luzerna	
07.003 - Cultura		457.004,00

Página: 5 / 5
Data: 22/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Anexo 3 - Demonstrativo da Consolidação da Despesa por Programas

Programa:	706 - Cultura	457.004,00
-----------	---------------	------------

Objetivo:	Guardar e difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, fortalecendo
-----------	---

Público alvo:	Municípios de Luzerna
---------------	-----------------------

07.004 - Fundo Municipal da Cultura	347.016,00
-------------------------------------	------------

Programa:	706 - Cultura	347.016,00
-----------	---------------	------------

Objetivo:	Guardar e difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, fortalecendo
-----------	---

Público alvo:	Municípios de Luzerna
---------------	-----------------------

Total:	87.154.000,00
--------	---------------

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0030/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0038/2017

Pregão Presencial n° 0021/2017

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, a serem entregues instalados no prédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Augusto Royer, n° 133, Centro, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Contrato Administrativo n° 0030/2017

Contratada: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

Valor global: De R\$ 11.550,00 (onze mil quinhentos e cinquenta reais).

Vigência do Contrato: 12 (doze) meses.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e instalação e emissão de Nota Fiscal.

Prazo de entrega: Em até 30 (trinta) dias após a emissão de Autorização de fornecimento.

Fiscal do Contrato: Nilo Camuzzato, conforme Portaria n° 3713/2017.

Macieira, 05 de agosto de 2017.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

PREGOEIRA

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4053

DECRETO Nº. 4.053
DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

RESTRINGE O TRÁFEGO DE VEÍCULOS PESADOS, COMO CAMINHÕES E MÁQUINAS DE QUALQUER ESPÉCIE, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MAFRA NAS DATAS QUE DEFINE;

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os arts. 68, inciso XVII e XXIII, 93 inciso I, letras "m" e "o" da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que no dia 08 de setembro de 2017 o Município de Mafra completa 100 anos de emancipação política;

CONSIDERANDO que nos dias 07, 8, 9 e 10 de setembro de 2017 o Município estará realizando as festividades alusivas ao Centenário de Mafra;

CONSIDERANDO que nestes dias ocorrerão várias festas em locais públicos com deslocamento de grande número de pessoas;

CONSIDERANDO que é dever do Estado a segurança das pessoas em situações de grandes aglomerações;

CONSIDERANDO que veículos de grande porte trazem transtornos em momentos como este das festividades do Centenário, onde algumas vias centrais estarão fechadas para circulação;

CONSIDERANDO que nos dias 7 e 8 de setembro será feriado no Município, razão pela qual a necessidade de entregas de mercadorias será reduzida, senão existente;

DECRETA

Art. 1º. Fica proibido o uso de veículos pesados na região urbana do Município de Mafra nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro de 2017.

§1º - São considerados veículos pesados todos os caminhões, exceto aqueles classificados como Veículo Urbano de Carga (VUC), máquinas utilizadas para obras e na atividade agrícola, tratores em geral e demais veículos que sirvam para transporte de cargas.

§2º - A área que deve sofrer restrições está referida no anexo único, e será objeto de fiscalização com a ajuda e apoio da Polícia Militar de Mafra, permitindo-se exceções autorizadas pelo Departamento de Trânsito do Município.

Art. 2º. Não se aplica a restrição prevista neste Decreto aos veículos utilizados para serviços de transporte coletivo regular, transporte de carga e descarga de bens e valores bancários, coleta de lixo e outros serviços emergenciais de saúde, manutenção de emergência em residências e vias públicas, em rede elétrica, telefônica, pluvial, sanitária e abastecimento de água e serviços de guincho.

Art. 3º. A restrição passa a valer a partir das 06h da manhã do dia 06 de setembro, estendendo-se até as 06h da manhã do dia 11 de setembro.

Art. 4º. Oficie-se com cópia deste Decreto à Polícia Rodoviária Federal e à Guarnição Especial da Polícia Militar em Mafra.

Art. 5º. Publique-se no Diário Oficial do Município e em jornal de circulação local, com urgência.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor às 06h do dia 06 de setembro de 2017, vigendo até as 06h da manhã do dia 11 de setembro de 2017.

Mafra, 04 de setembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

* Acesso ao Mapa da Área de Restrição, consultar junto ao Site da Prefeitura Municipal de Mafra (<http://www.mafra.sc.gov.br/>)

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 047/2016

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 047/2016

Contrato nº: 047/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrata: SOLANA SARTORI

CPF: 024.170.099-00

Modalidade Processo Licitatório n.º 304/2016. Dispensa Por Justificativa n.º 019/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 28 de agosto de 2017.

Prazo: com vigência até 31/12/2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2017

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: STRACK MOTOS LTDA.

CNPJ Nº: 21.812.194/0002-80

Valor Registrado: R\$ 50.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais). Objeto: aquisição de motocicleta para agentes de Endemias da Secretaria de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 400/2017, Pregão Presencial - RP nº 099/2017.

Data de Assinatura: 04 de setembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 04 de setembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017, de 5 de setembro de 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Mafra autorizada a abrir crédito suplementar no orçamento público municipal de 2017, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), destinados a suprir a seguinte dotação orçamentária:

01 - Legislativo Municipal

01.001 - Câmara Municipal

001.031.1001.2001 - Manutenção das Atividades do Legislativo

3.3.91.00.00-Aplicação Direta Decorrentes de Operações entre Órgãos-R\$ 33.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - Legislativo Municipal

01.001 - Câmara Municipal

001.031.1001.2001 - Manutenção das Atividades do Legislativo

4.4.90.00.00 - Despesa de Capital - R\$ 33.000,00

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Major Vieira

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 46/2017

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 046/2017 - SRP

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CARTOGRAFIA, GEORREFERENCIAMENTO DE TODA A BASE CARTOGRÁFICA CADASTRAL, REVISÃO DOS IMÓVEIS EXISTENTE E IDENTIFICAÇÃO DOS NÃO CADASTRADOS, INCLUINDO AQUISIÇÃO DE IMAGENS EM ALTA RESOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA| Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 20/09/2017 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site www.majorvieira.sc.gov.br/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Marcus Vinicius Brasil Severgnini – Pregoeiro, Major Vieira/SC 28/08/2017.

Maracajá

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO Nº 005/FMS/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/FMS/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Contratada: DROGARIA PREÇO POPULAR LTDA - ME

Objeto: Acréscimo de valor, conforme artigo 65, inciso I, letra b da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Assinatura: 16/08/2017.

Signatário: Pelo Município de Maracajá: Arlindo Rocha – Pela Empresa: Alex Sandro da Rosa.

1º TA AO CONTRATO Nº 048/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Contratada: KAMILLA CONSTRUÇOES LTDA - ME

Objeto: Supressão de serviços, conforme artigo 65, inciso I, letra b da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 9.520,14 (nove mil, quinhentos e vinte reais e quatorze centavos)

Assinatura: 02/08/2017.

Signatário: Pelo Município de Maracajá: Arlindo Rocha – Pela Empresa: Camila Costa Hermani.

2º TA AO CONTRATO Nº 048/2017

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Contratada: KAMILLA CONSTRUÇOES LTDA - ME

Objeto: Acréscimo de valor, conforme artigo 65, inciso I, letra b da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 14.543,89 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos)

Assinatura: 16/08/2017.

Signatário: Pelo Município de Maracajá: Arlindo Rocha – Pela Empresa: Camila Costa Hermani

2º TA AO CONTRATO Nº 28/FMS/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/FMS/2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 28/2015, celebrado entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a empresa BRANET GESTÃO DE LOGISTICA EM SAÚDE LTDA –ME.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.425.206/0001-17, com sede na Rua João Carradore, 450, no centro do município de Maracajá/SC, neste ato representado pelo Gestor, Sr. Diogo Copetti Silveira, portador da Cédula de Identidade nº 4.296.567, expedida pelo SSP de S.C, e inscrito no CPF sob o nº 009.385.109-08, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BRANET GESTÃO DE LOGISTICA EM SAÚDE LTDA – ME, com sede na Rua Simeão Esmeraldino de Menezes, inscrita no CNPJ sob nº 02.630.826/0001-60, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. VOLNEI DANDOLINI, portador do CPF nº 501851289-04, designada CONTRATADA, vencedora do Processo de Licitação nº 11/2015 – Pregão Presencial, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 28/2015, firmado em 28/07/2016, destinado ao fornecimento de solução de tecnologia da informação para gestão de saúde pública, compreendendo licenças de uso de software temporárias e não exclusivas, prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do software, migração de dados oriundos de software legado, treinamento, suporte técnico especializado, manutenção corretiva e evolutiva do software Gestão de Saúde Pública, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 28/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente termo aditivo terá efeitos retroativo em 28/07/2017 e se estenderá até 28/07/2018.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

01 – Fundo Municipal de Saúde

2.035 Manutenção e Assistência Médica e Odontológica

3.3.90.00.00.00.00.00. 0103 (18)

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS EM ANEXO

Constitui documento em anexo a este a Justificativa do Diretor do Departamento de Saúde e Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do

Município, em suas íntegras, dele fazendo parte independente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusula e condições do contrato original de prestação de serviços, não alteradas pelo presente instrumento.

Maracajá, 16 de agosto de 2017.

TESTEMUNHAS:

Nome: Marluci Freitas Bitencourt	Nome: Luciane RonchiValnier
CPF: 009.788.959-83	CPF: 784.975.909-530

3º TA AO CONTRATO Nº 070/2013

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2013

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 70/2013, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa GELSON LUIZ DEMARCH – ME. O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARLINDO ROCHA, denominado CONTRATANTE, e a empresa GELSON LUIZ DEMARCH ME, estabelecida na Rua Santo Antonio, 1358, no centro do Município de Sombrio-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.123.714/0001-26, representada neste ato por seu Titular, Sr. GELSON LUIZ DEMARCH, portador do CPF nº 559.312.609-78, designada CONTRATADA, já qualificados no contrato original, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 70/2013, firmado em 05/12/2013, que tem como objeto a outorga em regime de concessão da execução do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos cujos condutores cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no pátio localizado na Rodovia Tinho Réus, 1310, no Bairro Operária, município de Araranguá/SC, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – Do Reajuste

Fica concedido a partir de 1º de julho de 2017, o reajuste do valor contratual no percentual de 2,9983%, obtido pela variação do IPCA acumulado no período de 12 meses conforme Cláusula Sétima do Contrato, passando os valores dos serviços conforme segue:

- Pela remoção (guincho) dos veículos leves corresponderá ao valor de R\$ 111,19 (cento e onze reais e dezenove centavos).
- Pela remoção (guincho) dos veículos pesados corresponderá ao valor de R\$ 178,09 (cento e setenta e oito reais e nove centavos).
- Pela estada (diária) dos veículos leves corresponderá ao valor de R\$ 9,89 (nove reais e oitenta e nove centavos).
- Pela estada (diária) dos veículos pesados corresponderá ao valor de R\$ 18,53 (dezoito reais e cinquenta e três centavos).

Cláusula Quarta – Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original de prestação de serviços, não alteradas pelo presente instrumento.

Maracajá, 1º de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA	GELSON LUIZ DEMARC
Prefeito Municipal	Representante Legal
Contratante	Contratado

Testemunhas:

Marluci Freitas Bitencourt	Luciane Ronchi Valnier
CPF: 009.788.959-83	CPF: 784.975.909-53

DECRETO 69/2017

DECRETO Nº 69 DE 04 DE JULHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 109.600,00 (cento e nove mil e seiscentos reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
-------	----	--

UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	
VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)		

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.047	Manutenção do Conselho Tutelar
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	23	
VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção da Educação Infantil
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	67	
VALOR: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil, seiscentos reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	45	
VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	02	Depto. de Esportes
PROJETO/ATIVIDADE	2.023	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	86	
VALOR: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)		

TOTAL	R\$ 110.600,00
-------------	----------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 19.600,00 (cento e setenta e seis mil e quinhentos reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	14	
VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)		

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.047	Manutenção do Conselho Tutelar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	24	
VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção da Educação Infantil
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicação Diretas - Oper.Intra-Orçam.
CÓDIGO REDUZIDO	70	
VALOR: R\$ 23.600,00 (vinte e três mil, seiscentos reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção da Educação Infantil
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Sem Fins
CÓDIGO REDUZIDO	71	
VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
-------	----	--

UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicação Diretas - Oper.Intra-Orçam.
CÓDIGO REDUZIDO	48	
VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.3.50.00	Aplicação Diretas - Oper.Intra-Orçam.
CÓDIGO REDUZIDO	49	
VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	51	
VALOR: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.023	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	85	
VALOR: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)		

TOTAL	R\$ 110.600,00
-------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Julho de 2017.

Arlindo Rocha Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 04 de Julho de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DECRETO 81/2017

DECRETO Nº 81 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

CONCEDE INCENTIVOS FISCAIS A EMPRESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o art. 73, da Lei Orgânica do Município, o disposto na Lei nº 327 de 03 de Novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos incentivos a empresa MOACIR JOÃO CARDOSO ME, CNPJ nº 15.662.936/0001-55, na forma determinada pelo inciso III, do artigo 2º da Lei Municipal nº 327 de 03 de novembro de 1993, conforme aprovado pelo Conselho Municipal de Indústria e Comércio em 01/09/2017.

Art. 2º O incentivo de que trata o art. 1º deste Decreto é o seguinte: 400 T (quatrocentas toneladas) de aterro e um dia equivalente a 4 (quatro) horas de serviço de retro escavadeira, conforme parecer favorável, emitido pelo Conselho Municipal de Indústria e Comércio (cópia da ata anexo).

Art. 3º Todos os documentos necessários para a concessão do incentivo foram devidamente apresentados, sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Setembro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 04 de Setembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

DECRETO 82/2017

DECRETO N° 82 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

CONCEDE INCENTIVOS FISCAIS A EMPRESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o art. 73, da Lei Orgânica do Município, o disposto na Lei n° 327 de 03 de Novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos incentivos a empresa WALTRICK QUÍMICA SUL LTDA EPP, CNPJ n° 02.732.930/0001-65, na forma determinada pelo inciso III, do artigo 2º da Lei Municipal n° 327 de 03 de novembro de 1993, conforme aprovado pelo Conselho Municipal de Indústria e Comércio em 01/09/2017.

Art. 2º O incentivo de que trata o art. 1º deste Decreto é o seguinte: 9 (nove) horas de serviço de retro escavadeira e 30 (trinta) viagens de caminhão tipo caçamba para transporte de material pedroso, conforme parecer favorável, emitido pelo Conselho Municipal de Indústria e Comércio (cópia da ata anexo).

Art. 3º Todos os documentos necessários para a concessão do incentivo foram devidamente apresentados, sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Setembro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 04 de Setembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 03 - PREGÃO 026/2017

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 01/06/2017 Válido até: 01/06/2018

Objeto da Compra: Registro de preços de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E LEITES para aquisições futuras no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), do município de Maracajá/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	Cesta básica composta de : 5 kg de arroz parbolizado tipo I 3 kg de açúcar refinado 1 pct de biscoito doce 400gramas 1 pct de biscoito salgado 400 gramas 1 pct de café em pó 500 gramas 1 kg de farinha de mandioca 1 kg de farinha de trigo 1 kg de feijão preto tipo I 4 pct de macarrão tipo espaguete 500 gramas 1 und de óleo de soja 900 ml 1 dúzia de ovos 1 kg de sal refinado 2 latas de sardinha 125 gramas	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (110652)		71,0000	1
2	LEITE INTEGRAL - Embalagem contendo 1 litro, recipiente tipo tetra pack, impermeável a germes e ao ar, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade de no mínimo 120 dias	LT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (110652)	piracanjuba	2,8900	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 01/06/2017 Válido até: 01/06/2018

Objeto da Compra: Registro de preços de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E LEITES para aquisições futuras no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), do município de Maracajá/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
3	LEITE SEM LACTOSE - Embalagem contendo 1 litro, recipiente tipo tetra pack, impermeável a germes e ao ar, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade de no mínimo 120 dias.	LT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (110652)	piracanjuba	3,6900	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 01/06/2017	Válido até: 01/06/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E LEITES para aquisições futuras no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), do município de Maracajá/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017
PROCESSO Nº 26/2017
(110652) - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Maracajá, 1 de Junho de 2017.

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04 - PREGÃO 007/FMS/2017

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 18/05/2017 Válido até: 18/05/2018 Objeto da Compra: Registro de preços de Órteses e Próteses, para aquisições futuras, no atendimento a pessoas carentes do Fundo Municipal de Saude de Maracajá/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	CADEIRA DE RODAS.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	PROLIFE	350,5155	1
2	CADEIRA DE BANHO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Baxmann	398,2100	2
3	Cadeira de Rodas com elevação para os pés	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Baxmann	192,3400	1
4	BENGALA 4 PONTAS COM REGULAGEM, SUPORTA 90KG	PAR	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	PROLIFE	494,0000	1
5	TIPOIA TRIANGULA	PAR	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	BAXMANN	714,7767	2
6	COLCHÃO ANTI ESCARA	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Mercur	68,7285	1
8	CAMA HOSPITALAR FAWLER.	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	Ortocenter	99,9000	2
				Taylor	42,1000	1
				ZEDAMED	72,5700	1
				OLIMEDIC	75,6014	2
					1.319,5878	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 18/05/2017		Válido até: 18/05/2018	
Objeto da Compra: Registro de preços de Órteses e Próteses, para aquisições futuras, no atendimento a pessoas carentes do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

9	OXIMETRO DE PULSO	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Olimedic/Oli 11	1.904,0000 2
10	ASPIRADOR DE LIQUIDOS E SECREÇÕES	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Sti/Om403	168.0000 1
11	ANDADOR FIXO/ARTICULADO EM ALUMINIO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	SOLDAGAS	206.1856 2
12	COLAR CERVICAL	UN	METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Medicate/MD11	390.0200 1
13	COMADRE TIPO PÁ 40X28 CM	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	AG	96.2199 1
14	PAPAGAIO EM AÇO	UN	ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. (7108)	RESGATE SP	15,2047 1
				Ortocenter	69,9000 2
				FAMI/LUMINO	120,8780 1
				Famita	141,9800 2
				FAMI/LUMINO	74,5461 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 18/05/2017	Válido até: 18/05/2018
Objeto da Compra: Registro de preços de Órteses e Próteses, para aquisições futuras, no atendimento a pessoas carentes do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA (8865)	Famita	76,8000	2
--	--------	---------	---

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 18/05/2017	Válido até: 18/05/2018
Objeto da Compra: Registro de preços de Órteses e Próteses, para aquisições futuras, no atendimento a pessoas carentes do Fundo Municipal de Saude de Maracajá/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017
PROCESSO Nº 7/2017
(7108) - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.
(8865) - METROMED COM. DE MATERIAL M. HOSP. LTDA

Maracajá, 18 de Maio de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04 - PREGÃO 027/20147**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:****Número do Registro de Preços: 4/2017****Data do Registro: 07/06/2017****Válido até: 07/06/2018****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	LAMINA - REFERENCIA 5J6970	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tbm	428,3700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	340,1200	2
2	SILENCIOSO - REFERENCIA 2Y3141	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	89,6600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	66,0600	2
3	ACUMULADOR PÓ - REFERENCIA 1M7250	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	21,9200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BLUMAQ	16,6600	2
4	ABRACADEIRA PRESSÃO - REFERENCIA 7S8301	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	54,7900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	128,4000	2
5	HELICE RADIADOR - REFERENCIA 7S05422	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	icorrea	247,0600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	200,3600	2
6	LONA FREIO - REFERENCIA 4D3273	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	biza	197,2500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COBREQ	154,8700	2
7	MALA SAPATA FREIO - REFERENCIA 4B8312	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	intertec	8,9700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	8,0400	2
8	TAMBOR FREIO - REFERENCIA 1G2300	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	biza	986,2400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	711,6200	2
9	CORRENTE TANDEM - REFERENCIA 5T0735	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forttractor	966,3200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TC	1.793,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 2/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
10	EIXO - REFERENCIA 5T8143	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	1.743,3600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	1.458,5200	2
11	ENGRENAGEM TANDEM - REFERENCIA 2G6336	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	biza	986,2400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.387,9500	2
12	SUPORTE UNHA - REFERENCIA 9F5124	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	119,5400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FUTURA	145,0700	2
13	UNHA - REFERENCIA 2D5572	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	27,8900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FUTURA	37,4500	2
14	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	64,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	50,4100	2
15	FILTRO LUB - REFERENCIA J908615	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	37,8900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	35,7400	2
16	FILTRO SEP - REFERENCIA J903640	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	19,5300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	19,7500	2
17	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 75262694	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	39,5300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	44,2000	2
18	FILTRO AR EXTERNO - REFERENCIA 222421 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	38,3600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	44,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 3/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
19	FILTRO AR INTERNO - REFERENCIA 222422 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	24,6600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	26,3300	2
20	FILTRO HIDRAULICO - REFERENCIA N9025	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	128,5300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	147,6500	2
21	FILTRO TRANSM - REFERENCIA 254686A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	162,5000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	165,5100	2
22	BOMBA AGUA - REFERENCIA L802358	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	KOBLA	126,7100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	indisa	148,5900	2
23	BOMBA HIDRAULICA - REFERENCIA 257953 A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	1.174,0300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	1.213,1300	2
24	CABO ACELERADOR - REFERENCIA 121335A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	CURTI	91,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	cabovel	93,1000	2
25	CILINDRO MESTRE - REFERENCIA 182445A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	204,5800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	genau	188,0800	2
26	COROA - REFERENCIA 175976A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	333,6100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	crak	362,0600	2
27	COROA E PINHÃO - REFERENCIA 175956A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.208,9000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	crak	1.222,5400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 4/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017

Data do Registro: 07/06/2017

Válido até: 07/06/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
28	CORREIRA - REFERENCIA J925953	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	44,8700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	godyer	53,6000	2
29	COXIM - REFERENCIA D52276	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	INARBO	10,9600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	8,4600	2
30	CRUZETA - REFERENCIA CZ210	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	STHAL	36,8600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sthal	35,7400	2
31	DISCO FREIO - REFERENCIA 237021A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	116,7200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	75,2300	2
32	DISCO TRANSM - REFERENCIA 181158A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	30,9200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	31,9700	2
33	EIXO - REFERENCIA 175986A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	201,0900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	211,5900	2
34	EIXO BRANCO - REFERENCIA D145767	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	327,8000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	347,9500	2
35	EMBOLO FREIO - REFERENCIA 190502A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	195,2800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	202,1900	2
36	ENGRENAGEM - REFERENCIA 295580A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	274,3300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	258,6100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 5/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
37	ENGRENAGEM - REFERENCIA 175979A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMCE	136,0000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	117,5500	2
38	LAMINA FIXA - REFERENCIA 132988A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	904,6900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	799,3500	2
39	LAMINA 10F - REFERENCIA 112946A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	502,1600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	554,8400	2
40	PLACA - REFERENCIA 237023A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	165,0600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	167,3900	2
41	PLACA - REFERENCIA 237022A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	126,7400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	136,3600	2
42	PLACA FLEXIVEL - REFERENCIA J922595	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	1.079,0500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	1.025,0500	2
43	PLACA TRANSM - REFERENCIA 181159A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	23,9100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	25,3900	2
44	SILENCIOSO - REFERENCIA 2Y3141	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	192,1000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	214,4100	2
45	ABRACADEIRA SILENCIOSO - REFERENCIA 401541A1	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	11,9600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	9,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 6/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017

Data do Registro: 07/06/2017

Válido até: 07/06/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
46	TUBO ESCAPE - REFERENCIA L129963	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	45,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	53,6000	2
47	MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	59,7800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	61,1300	2
48	FILTRO AR - REFERENCIA 2277448	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	MANN	133,6100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	146,4800	2
49	FILTRO AR - REFERENCIA 2277449	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	MANN	90,7400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	89,7800	2
50	FILTRO LUBRIFICANTE - REFERENCIA 7W2326	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	47,8600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	45,3600	2
51	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 1561200	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	85,7500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	73,9900	2
52	FILTRO TRANSMISSAO - REFERENCIA 1194740	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	46,8600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	54,8100	2
53	CORREIRA VENTILADOR - REFERENCIA 1303216	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	57,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	goodyer	64,2600	2
54	HELICE - REFERENCIA 1423391	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	729,8700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	icorrea	439,4300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 7/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
55	BOMBA AGUA - REFERENCIA 2258016	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	INDISA	1.116,7400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	indisa	878,8600	2
56	BOMBA HIDRAULICA - REFERENCIA 2477867	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	5.586,6900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	5.367,6900	2
57	PINO BOMBA FICÇÃO - REFERENCIA 1987838	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	243,2900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	216,4100	2
58	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - REFERENCIA 1987823	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	138,6000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	koio	138,9200	2
59	RETENTOR RODA TRASEIRA - REFERENCIA 1987825	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	68,8000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	wilerson	64,2600	2
60	ROLAMENTO RODA TRASEIRA - REFERENCIA 2074263	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	NIS	132,6100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	koio	127,5800	2
61	BARRA DIREÇÃO - REFERENCIA 2074272	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	DRIVE	533,4400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	delarosa	406,3600	2
62	CILINDRO GIRO - REFERENCIA 2781971	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	2.000,1600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	cilindrosul	1.842,7800	2
63	PLACA TORQUE - REFERENCIA 1117906	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	188,4500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ebr	203,1800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 8/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
64	UNHA CONCHA TRASEIRA - REFERENCIA 2085235	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	FUTURA	36,8900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	26,4600	2
65	VIDRO DIANT. LD - REFERENCIA 2059606	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	257,2500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	altm	288,2300	2
66	VIDRO DIANT. LE - REFERENCIA 2059605	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	257,2500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	altm	288,2300	2
67	PARABRISA SUPERIOR - REFERENCIA 2059607	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	1.245,3600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	altm	1.389,1700	2
68	SILENCIOSO - REFERENCIA 2355364	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	BRASCOM	338,0100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	silentec	344,9300	2
69	TAMPA TANQUE DIESEL - REFERENCIA 1428828	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	174,4900	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	203,1800	2
70	REPARO BASCULAMENTO - REFERENCIA 2063553	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	60,8200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	70,8800	2
71	REPARO BASCULAMENTO TRASEIRO - REFERENCIA 2107086	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	57,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	66,1500	2
72	REPARO LANCA - REFERENCIA 2107074	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	122,6400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	118,1300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 9/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
73	REPARO PROFUNDIDADE - REFERENCIA 2107098	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	57,8300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	66,1500	2
74	REPARO ESTABILIZADOR - REFERENCIA 2332623	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	68,8000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	apc	70,8800	2
75	ENGRENAGEM RODA DIANTEIRA - REFERENCIA 2105934	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	136,6000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	130,4100	2
76	KIT ENGRENAGENS DIFERENCIAL - REFERENCIA 2168700	KIT	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	2.132,7700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	2.126,2900	2
77	COROA E PINHAO DIANTEIRA - REFERENCIA 2164466	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	4.242,6200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	crak	4.866,8300	2
78	DISCO LISO TRANSMISSÃO - REFERENCIA 224772	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	35,9000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassint	23,6300	2
79	DISCO SINTERIZADO TRANSMISSAO - REFERENCIA 215178	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	63,8100	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassint	40,6400	2
80	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,8500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	61,4300	2
81	EIXO - REFERENCIA 112077	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	432,2100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	593,3100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 10/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
82	PONTA EIXO - REFERENCIA 112078	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	1.282,3700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.287,1700	2
83	SEMI EIXO - REFERENCIA 120171	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	1.377,3600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.617,6800	2
84	ENGRENAGEM PLANETARIA - REFERENCIA 109088	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	71,2400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	90,5900	2
85	CRUZETA - REFERENCIA 944866	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sthal	93,0900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	STHAL	97,5600	2
86	HELICE - REFERENCIA 900509	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	icorrea	213,7300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	WIND	214,0300	2
87	TAMPA - REFERENCIA 214922	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	360,9600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TECPARTS	344,4400	2
88	BOMBA HID - REFERENCIA 569354	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	940,4000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	907,8900	2
89	CILINDRO RODA TRAS. - REFERENCIA 107014	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	genau	113,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	96,5600	2
90	CILINDRO RODA DIANT. - REFERENCIA 112072	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	genau	113,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	104,5300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 11/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
91	BOMBA TORQUE - REFERENCIA 450230A	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	465,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	441,0000	2
92	BOMBA DIREÇÃO - REFERENCIA 3302619	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	raybel	465,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	HYBEL	441,0000	2
93	EIXO SUPERIOR DIANTEIRO - REFERENCIA 1530602	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	427,4600	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	560,4600	2
94	BUCHA ACOMPLAMENTO - REFERENCIA 564129	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	33,2500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	50,7700	2
95	BUCHA BASE TALA DIANTEIRA - REFERENCIA 585007	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	36,8300	2
96	BUCHA BASE TALA INFERIOR - REFERENCIA 538585	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	31,8600	2
97	PINO H CAÇAMBA - REFERENCIA 590061	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	55,0900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	64,7100	2
98	EIXO INFERIOR - REFERENCIA 571022	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	522,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	628,1600	2
99	PINO TRAVA CAÇAMBA - REFERENCIA 536100	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	42,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	61,7200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 12/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
100	BUCHA TRAVA CAÇAMBA - REFERENCIA 3300403	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	56,9900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	73,6700	2
101	BUCHA TALA ARTICULAÇÃO - REFERENCIA 542631	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	40,8200	2
102	BUCHA DESLOCADOR - REFERENCIA 587908	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	23,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	26,8800	2
103	PINO TALA ARTICULAÇÃO - REFERENCIA 587901	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	26,6000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	33,8500	2
104	PINO BASE TALA INFERIOR - REFERENCIA 514921	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	forty	28,5000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GRF	41,8100	2
105	RADIADOR AGUA - REFERENCIA 3300151	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	zago	4.607,0200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	VISCONDE	4.337,3600	2
106	MANGUEIRA AR - REFERENCIA 3300024	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sermang	47,5000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	47,7800	2
107	MANGUEIRA AGUA SUPERIOR - REFERENCIA 3300023	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	sermang	36,1000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	JAMAICA	32,8500	2
108	FLANGE TRANSMISSÃO - REFERENCIA 214940	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	pavoni	99,7400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	102,5400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 13/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
109	FLANGE TORQUE - REFERENCIA 214985	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	pavoni	123,4900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	114,4800	2
110	RETENTOR CARDAN - REFERENCIA 206864	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	wilerson	19,0000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	APC	26,8800	2
111	DISCO LISO TRANSMISSÃO - REFERENCIA 224772	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassinter	22,8000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	UNITEC	28,8700	2
112	DISCO SINTERIZADO TRANSMISSAO - REFERENCIA 215178	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	brassinter	40,8500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	UNITEC	53,7600	2
113	MÃO DE OBRA	HR	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	61,7400	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,7700	2
114	PARABRISA SUPERIOR - REFERENCIA K1033880	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	AMGLASS	763,4700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	alatina	680,4500	2
115	ANELAR - REFERENCIA 10400019	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	2.149,6800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	2.081,3800	2
116	PINHAO - REFERENCIA 40400064	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	422,1500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	412,2700	2
117	ENGRENAGEM PINHAO - REFERENCIA 40400066	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	222,5500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	216,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 14/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017

Data do Registro: 07/06/2017

Válido até: 07/06/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
118	ENGRENAGEM PLANETARIA - REFERENCIA 40400065	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	188,6200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	188,1200	2
119	EIXO - REFERENCIA 12300095	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	212,5700	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	210,5400	2
120	ENGRENAGEM PLANETARIA - REFERENCIA 40400063	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	330,3400	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	itr	340,2300	2
121	FILTRO AR INTERNO - REFERENCIA 47400039	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	73,8500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	71,2500	2
122	FILTRO AR EXTERNO - REFERENCIA 47400040	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	137,7200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	118,4800	2
123	FILTRO DIESEL - REFERENCIA 47400055	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	122,7500	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	116,0800	2
124	FILTRO LUBRIFICANTE - REFERENCIA 24749016A	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	121,7600	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	teofil	110,4700	2
125	RODA MOTRIZ - REFERENCIA K1018303	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	505,9800	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	516,3400	2
126	ROLETE SUPERIOR - REFERENCIA K1011870A	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	886,2200	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	880,5800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 15/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
127	ROLETE INFERIOR - REFERENCIA K1011871A	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	SERODIA	631,7300	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	632,4200	2
128	SAPATA 600MM - REFERENCIA K1018242	PC	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	ITM	298,4000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	minusa	274,5800	2
129	MÃO DE OBRA	HR	IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,9000	1
			PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	72,0500	2
130	CORREIRA - REFERENCIA 4898546	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	goodyer	72,5900	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	GATES	83,1400	2
131	ENGRENAGEM BROZE - REFERENCIA 75258894	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeça	1.614,1000	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	1.721,1200	2
132	FILTRO - REFERENCIA 84348882	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	55,5100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	59,3800	2
133	FILTRO - REFERENCIA 84347979	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	149,4500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	158,3500	2
134	FILTRO - REFERENCIA 84286397	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	55,5100	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	60,3700	2
135	FILTRO - REFERENCIA 84286399	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	106,7500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	115,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 16/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017

Data do Registro: 07/06/2017

Válido até: 07/06/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
136	FILTRO - REFERENCIA 84228488	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	64,0500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	74,2300	2
137	FILTRO - REFERENCIA 84412164	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	tecfil	64,0500	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	TURBO	71,2600	2
138	LAMINA CURVA - REFERENCIA 71104133	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	452,6300	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	520,5900	2
139	PAR LAMINA - REFERENCIA 70617127	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	3,4200	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	4,9500	2
140	PINHAO GIRA CIRCULO - REFERENCIA 73125501	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	patropeças	461,1700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	COTEK	527,5200	2
141	UNHA - REFERENCIA 70062160	PC	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	ecoplan	24,7700	1
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	METISA	32,6600	2
142	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (7030)	especializada	59,7800	1

Página: 17/18

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 07/06/2017 Válido até: 07/06/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			IMACRI IDROMAQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP (6354)	IMACRI	49,4900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 07/06/2017	Válido até: 07/06/2018
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017
PROCESSO Nº 27/2017

(6354) - IMACRI IDROMÁQUINAS CRICIUMA LTDA - EPP
(7030) - PERKSON PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Maracajá, 7 de Junho de 2017.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 559/2017

DECRETO N. 559, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMAR MALDANER, Prefeita de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do Art. 77, VI, da Lei Orgânica do Município de Maravilha,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para constituir a Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo, para apuração de irregularidades e atraso na entrega de produtos, conforme Autorização de Fornecimento n. 5.453/2017; 5.917/2017 e Processos Licitatórios n. 084/2016 e 059/2017.

CATIA AGOSTINI

ELTON SCHMIDT

CRISTIANE MARIA CHITOLINA TREMEA

Art. 2º - Compete a Comissão Municipal de Acompanhamento Instrução de Processo Administrativo:

I – Instrução do processo, juntando aos Autos, diligências, pareceres técnicos, notificações, realizar oitiva de testemunhas, enfim, todos os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

II – Encaminhar os Autos do Processo Administrativo após o contraditório e ampla defesa e parecer jurídico, para decisão final.

Art.3º - Fica designado a Senhora CATIA AGOSTINI, como Presidente da Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir desta data, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Maravilha - SC, em 04 de setembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha

CLEITON BORGARO

Sec. De Planejamento, Administração e Fazenda

Decreto nº 560/2017

DECRETO Nº 560, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 174/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

O atestado médico da servidora Rosilei Vasiack,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 14 de julho a 30 de setembro de 2017, da servidora IRMA ALBA LEMES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 568.103.859-91, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de julho de 2017.

Maravilha – SC, 5 de setembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 561/2017**DECRETO Nº 561, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017**

Altera dispositivo do Decreto nº 453/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 7º do Decreto nº 453, de 29 de junho de 2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica caucionado conforme Termo de Compromisso e Caução, nos termos da Lei Municipal nº 1.344, de 22 de novembro de 1988, os lotes urbanos de nºs abaixo especificados, todos do Loteamento **“JARDIM MIRANTE”**, em garantia da execução das obras de infraestrutura, firmado em 1º de fevereiro de 2017, e Cronograma Físico Financeiro apresentado.

<u>Nº DO LOTE</u>	<u>Nº DA QUADRA</u>	<u>ÁREA DO LOTE</u>	<u>VALOR DO LOTE</u>
1	1	524,21 m²	R\$ 83.873,60
3	1	456,00 m²	R\$ 72.960,00
5	1	456,00 m²	R\$ 72.960,00
7	1	456,00 m²	R\$ 72.960,00
9	1	456,00 m²	R\$ 72.960,00
11	1	456,00 m²	R\$ 72.960,00
13	1	416,00 m²	R\$ 66.650,00
14	1	360,00 m²	R\$ 57.600,00
2	2	375,00 m²	R\$ 60.000,00
4	2	375,00 m²	R\$ 60.000,00
6	2	483,60 m²	R\$ 77.360,00
7	2	364,00 m²	R\$ 58.240,00
8	2	416,00 m²	R\$ 66.560,00
10	2	360,00 m²	R\$ 57.600,00
12	2	360,00 m²	R\$ 57.600,00
14	2	422,70 m²	R\$ 67.632,00
16	2	360,00 m²	R\$ 57.600,00
18	2	360,00 m²	R\$ 57.600,00

20	2	360,00 m²	R\$ 57.600,00
22	2	360,00 m²	R\$ 57.600,00
1	3	357,71 m²	R\$ 57.233,60
2	3	362,50 m²	R\$ 58.000,00
4	3	362,50 m²	R\$ 58.000,00
6	3	441,70 m²	R\$ 70.672,00
8	3	414,96 m²	R\$ 66.393,60
10	3	367,37 m²	R\$ 58.779,20
12	3	367,37 m²	R\$ 58.779,20
14	3	360,47 m²	R\$ 57.675,20
1	5	360,00 m²	R\$ 57.600,00
3	5	364,00 m²	R\$ 58.240,00
5	5	456,00 m²	R\$ 72.960,00
7	5	416,00 m²	R\$ 66.560,00
8	5	360,00 m²	R\$ 57.600,00
1	6	501,80 m²	R\$ 80.288,00
2	6	480,00 m²	R\$ 76.800,00
4	6	421,38 m²	R\$ 67.420,80
6	6	400,82 m²	R\$ 64.131,20
8	6	416,00 m²	R\$ 66.560,00
10	6	480,00 m²	R\$ 76.800,00
1	8	348,53 m²	R\$ 55.764,80
3	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
4	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
5	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
7	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
8	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
13	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
19	8	325,00 m²	R\$ 52.000,00
20	8	348,79 m²	R\$ 55.806,40
5	9	440,00 m²	R\$ 70.400,00
6	9	380,00 m²	R\$ 60.800,00
7	9	375,32 m²	R\$ 64.179,72

10	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
11	9	351,00 m²	R\$ 56.160,00
12	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
13	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
14	9	351,00 m²	R\$ 56.160,00
15	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
17	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
19	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
20	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
21	9	325,00 m²	R\$ 52.000,00
22	9	348,27 m²	R\$ 55.723,20
1	11	356,31 m²	R\$ 57.009,60
3	11	364,00 m²	R\$ 58.240,00
1	12	337,75 m²	R\$ 54.040,00
2	12	393,41 m²	R\$ 62.945,60
3	12	336,00 m²	R\$ 53.760,00
5	12	336,00 m²	R\$ 53.760,00
7	12	336,00 m²	R\$ 53.760,00
9	12	336,00 m²	R\$ 53.760,00
11	12	392,00 m²	R\$ 62.720,00
1	13	392,00 m²	R\$ 62.720,00
3	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
5	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
7	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
9	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
11	13	392,00 m²	R\$ 62.720,00
13	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
15	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
17	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
19	13	336,00 m²	R\$ 53.760,00
1	14	392,00 m²	R\$ 62.720,00
3	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
5	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00

7	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
9	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
11	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
13	14	420,00 m²	R\$ 67.200,00
15	14	420,00 m²	R\$ 67.200,00
17	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
19	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
21	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
23	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
25	14	364,00 m²	R\$ 58.240,00
2	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
4	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
6	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
8	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
10	16	392,00 m²	R\$ 62.720,00
12	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
14	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
16	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
18	16	336,00 m²	R\$ 53.760,00
20	16	392,00 m²	R\$ 62.720,00
1	17	392,00 m²	R\$ 62.720,00
3	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
5	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
7	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
9	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
11	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
13	17	420,00 m²	R\$ 67.200,00
15	17	420,00 m²	R\$ 67.200,00
17	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
19	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
21	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
23	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00
25	17	364,00 m²	R\$ 58.240,00

2	19	310,86 m ²	R\$ 49.737,60
4	19	320,04 m ²	R\$ 51.206,40
6	19	329,22 m ²	R\$ 52.675,20
8	19	338,40 m ²	R\$ 54.144,00
10	19	405,93 m ²	R\$ 64.948,80
2	20	394,16 m ²	R\$ 63.065,60
4	20	404,95 m ²	R\$ 64.792,00
6	20	415,68 m ²	R\$ 66.508,80
8	20	426,46 m ²	R\$ 68.233,60
10	20	437,25 m ²	R\$ 69.960,00
12	20	447,98 m ²	R\$ 71.676,80
2	21	400,00 m ²	R\$ 64.000,00
<u>TOTAL DE LOTES</u>		<u>ÁREA TOTAL</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
129		48.191,40 m ²	R\$ 7.714.826,52

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de setembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 4.023/2017

LEI Nº 4.023, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRET. DO PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
03.02 – Diretoria Geral da Administração

04 – Administração
04.122 – Administração Geral
04.122.0005 – Fortalecimento do Municipalismo
04.122.0005.2.009 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.50.00 – Tansf. a Instit. Privadas s/fins lucrativos R\$: 115.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
06.01 – Departamento de Urbanismo
15 - Urbanismo
15.452 – Serviços Urbanos
15.452.0011 – Serviços Urbanos
15.452.0011.1.106 – CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO
08.01 – Departamento Da Indústria e Comércio
22 – Industrial
22.661 – Promoção Industrial
22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio
22.661.0015.1.054 – INCENTIVOS A INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 165.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de setembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 4.024/2017

LEI Nº 4.024, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Público Municipal a receber por doação bem móvel, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber, por doação, os seguintes bens móveis de propriedade de Guilherme André Pacheco Zattar:

- I- 8 violões, marca Memphis;
- II- 8 flautas, marca Stagg.

Art. 2º Para fins de incorporação ao Patrimônio do Município, o valor total atribuído aos bens é de R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais).

Art. 3º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de setembro de 2017.
ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 4.025/2017

LEI Nº 4.025, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Público Municipal a receber por doação bem móvel, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber, por doação, os seguintes bens móveis de propriedade de Leo Clube Maravilha:

I- 5 estantes de ferro com prateleiras.

Art. 2º Para fins de incorporação ao Patrimônio do Município, o valor total atribuído aos bens é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Art. 3º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de setembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 135/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 135/2017 Dispensa de Licitação n. 004/2017

Contratada: Dental Oeste Ltda. Valor global: R\$14.618,00. A Senhora Prefeita do Município de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa de licitação para a aquisição de um Autoclave para o Centro de Especialidades Odontológicas - CEO. Município de Maravilha - SC, 05 de setembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita do Município de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 136/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 136/2017 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 045/2017

Chamada Pública n. 001/2017

Contrato Administrativo n. 117/2017

Contratadas: Protegy Sala de Vacinas e Fonoaudiologia Ltda epp.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço de sessões de fonoterapia domiciliar método bobath, para atendimento da demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 05 de setembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 002 /2017 - B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 002 /2017 - B

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTECIA SOCIAL

CONTRATADO: JP EQUIPAMENTO LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 –

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa JP EQUIPAMENTO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 13.772.057/0001-50, com sede na rua Do Bosque nº 191, Sala 02, Bairro Jardim, Cunha Porã – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na clausula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
5	Tela de projeção 100" com tripé tltr180, Tecido: Vinil convencional 1.0; Fixação: Independente, sustentação por tripé; Enrolamento: Automático por mola, com botão esticador do tecido (tensor interno); Perfil: Sextavado de alumínio com acabamento em pintura epóxi preta; Altura total aprox. 2,20m, Dimensão da área de projeção , Máximo (AxL): 1,95 x 1,80 m; Mínimo (AxL): 1,20 x 1,80 m.	1	580,00	580,00

TOTAL DO FRONECEDOR: 580,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;
- Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº 28/2017.

d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

JP EQUIPAMENTO LTDA - ME

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 002/2017 - C

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 002/2017 - C

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 –

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA -, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.974.330/0001-90, com sede na AV. Luiz Lunardi nº 1191, Centro, Xaxim – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL UNIT.	VAL TOTAL.
4	PROJETOR COM RESOLUÇÃO 1024 X 768 / mínimo 2.700 LUMENS Marca: EPSON	1	2.270,00	2.270,00
8	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS " Pasta suspensa tamanho ofício 133x47x57 APOFO4SL; " Porta-etiqueta e puxadores estampados nas gavetas; " Fechadura cilíndrica tipo vale com travamento simultâneo das gavetas, sistema de deslizamento das gavetas em patins de nylon; " Com chave para trancamento de todas as gavetas; " Confeccionado em chapa nº 24; " Acabamento a base de fosfato de zinco e pintura eletrostática a pó com camada de 30 a 40 microns com secagem em estufa a 240°C; " Capacidade de no mínimo 40 pastas por gaveta ou 25 kg; " Entregar montado. - Marca: CELI	2	510,00	1.020,00

TOTAL DO FORNECEDOR: 3.290,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- b) Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- c) É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- d) O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- a) Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- b) No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- c) O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- d) Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- g)Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- h)Cumprir com o cronograma do solicitante;
- i)Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.
- b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº28/2017.
- d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

OFFICERTEC EQUIPAMENTOS

DE INFORMATICA LTDA - ME

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001 /2017 - B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001 /2017 - B

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: JP EQUIPAMENTO LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 –

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal

Ramos 357, Centro, Marema – SC com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa JP EQUIPAMENTO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 13.772.057/0001-50, com sede na rua Do Bosque nº 191, Sala 02, Bairro Jardim, Cunha Porã – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
5	Tela de projeção 100" com tripé tlt180, Tecido: Vinil convencional 1.0; Fixação: Independente, sustentação por tripé; Enrolamento: Automático por mola, com botão esticador do tecido (tensor interno); Perfil: Sextavado de alumínio com acabamento em pintura epóxi preta; Altura total aprox. 2,20m, Dimensão da área de projeção , Máximo (AxL): 1,95 x 1,80 m; Mínimo (AxL): 1,20 x 1,80 m.	1	580,00	580,00

TOTAL DO FRONECEDOR: 580,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;
- Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.
- O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº28/2017.
- Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella
Prefeito

Órgão Gerenciador _____
Detentor da Ata
JP EQUIPAMENTO LTDA - ME

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2017 - C

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2017 - C
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 –

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA -, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.974.330/0001-90, com sede na AV. Luiz Lunardi nº 1191, Centro, Xaxim – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na clausula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL UNIT.	VAL TOTAL.
4	PROJETOR COM RESOLUÇÃO 1024 X 768 / mínimo 2.700 LUMENS Marca: EPSON	1	2.270,00	2.270,00
11	Microcomputador para Estação de Trabalho, novo completo com mouse, teclado, gabinete, monitor lcd 19,5 do mesmo fabricante. - Marca: DELL	2	3.285,00	6.570,00

TOTAL DO FORNECEDOR: 8.840,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- b) Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- c) É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- d) O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- a) Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- b) No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- c) O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- d) Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- g) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- h) Cumprir com o cronograma do solicitante;
- i) Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº28/2017.

d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

OFFICERTEC EQUIPAMENTOS

DE INFORMATICA LTDA - ME

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005 /2017 - A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005 /2017 - A

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA

CONTRATADO: EDER MARTINS DA SILVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa EDER MARTINS DA SILVA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.570.204/0001-19, com sede na rua Voluntários da Pátria nº 421, centro, Marema – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na clausula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo,

teclado mouse e demais assessorios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VAL UNIT.	VAL TOTAL.
10	Ar Condicionado Split, Quente e Frio, inverter 12.000 BTUS, 220 V, Cor Branco, Quente/Frio, Ciclo Reverso, Controle de temperatura 18°C a 32°C, 3 velocidades, Com Controle remoto, Filtro Antibactérias, Com Timer, Controle de ventilação, Função Oscilar, Função turbo, Função Sono Bom, Aviso para limpar filtro, Proteção anticorrosivo, Compressor Rotativo, Vazão de ar 460 m³/h, Gás refrigerante R22a, Classificação Energética A, Voltagem 220V, Consumo 17,2 kWh/mês. Produto deve ser entregue instalado sem custo adicional. - Marca: SAMSUNG	2	1.850,00	3.700,00
12	Geladeira / Refrigerador mínimo 239 litros Cor: Branco, Portas: 01 Capacidade mínima (L)239, Prateleiras removíveis, Capacidade mínima Freezer (L)20, Tipo de Degelo Manual, Capacidade mínima Geladeira (L)219, Selo Procel (Eficiência Energética): A, Recipiente para guardar gelo, Porta ovos, Controle de temperatura, Painel de Controle Interno. Garantia mínima 12 meses. 220 volts - Marca: CONSUL	1	1.090,00	1.090,00
TOTAL DO FORNECEDOR				4.790,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com até 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;
- Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.
- O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº28/2017.
- Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

EDER MARTINS DA SILVA

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017 - B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017 - B

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA

CONTRATADO: OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 –

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA -, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.974.330/0001-90, com sede na AV. Luiz Lunardi nº 1191, Centro, Xaxim – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na clausula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL UNIT.	VAL TOTAL.
11	Microcomputador para Estação de Trabalho, novo completo com mouse, teclado, gabinete, monitor lcd 19,5 do mesmo fabricante. - Marca: DELL	3	3.285,00	9.855,00

TOTAL DO FORNECEDOR: 9.855,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;
- Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a

utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº 28/2017.

d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

OFFICERTEC EQUIPAMENTOS

DE INFORMATICA LTDA - ME

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017 - A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017 - A

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017.

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 43/2017, Pregão Presencial nº 31/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o Município de Marema - SC, com sede Administrativa na rua Vidal Ramos n. 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado BERBAL TERRAPLANAGENS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.422.923/0001-69, localizada na Rua Amazonas, 201, Apto 801, Coronel Freitas – SC, doravante denominada como DETENTOR DA ATA, resolvem, registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata:

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventual e futura Contratação de serviços de trator de pneu equipado com plantadeira e serviços de trator de esteira.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
2	Serviço de hora máquina de trator de esteira, com lamina regulável de ação hidráulica com angulação a direita e a esquerda, transmissão automática, potencia mínima de 118 hp, com peso mínimo de 14,000kg, ano de fabricação igual ou superior a 2014, com escarificador traseiro, com operador de horímetro para controle das horas trabalhada	300 HRS	214,00	64.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$				
64.200,00				

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com até 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado; Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções; É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

A proponente vencedora obriga-se a prestar os serviços de pequenos reparos, objetos do presente edital, de boa qualidade, sendo que os serviços prestados fora dos padrões técnicos, éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela prefeitura, deverão ser executados novamente;

Executar as atividades em conformidade com a orientação técnica;

Permitir contratante a fiscalização dos serviços, bem como conferir o horímetro das máquinas;

Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura ou Secretaria Municipal de Agricultura;

e)Atender aos pedidos de serviços feitos pela Administração Municipal disponibilizando as máquinas em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de serviço ou solicitação;

f)Manter conforme orientação da licitante, os controles dos serviços prestados;

g)Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;

h)Cumprir com o cronograma do solicitante;

i)Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6 - CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº 31/2017.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 31/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017 - B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017 - B

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017.

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 43/2017, Pregão Presencial nº 31/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o Município de Marema - SC, com sede Administrativa na rua Vidal Ramos n. 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado CRUZEIRO TERRAPLANAGEM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.608.383/0001-64, localizada na Rua Dom Pedro II, 3155, Bairro Cruzeiro, São Lourenço do Oeste – SC, doravante denominada como DETENTOR DA ATA, resolvem, registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata:

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventual e futura Contratação de serviços de trator de pneu equipado com plantadeira e serviços de trator de esteira.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
1	Serviços de horas máquina agrícola para plantio de milho. Com trator agrícola com capacidade mínima de 100 cv. Com operador de horímetro para controle das horas trabalhada. Plantadeira com peso mínimo 2.800 kg de peso do Chassis. Mínimo 5 (cinco), linhas e capacidade mínima de adubo 700kg e quantidade mínima de 30kg de semente por linha. Com disco de corte mínimo de 17 polegadas e disco duplo defasado ou desencontrado no adubo e na semente, com roda compactadora ou regulagem, limitador de profundidade. Pneus articulados, sistema de rosca sem fim no adubo	250 HRS	130,00	32.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$				32.500,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com até 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado; Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções; É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

A proponente vencedora obriga-se a prestar os serviços de pequenos reparos, objetos do presente edital, de boa qualidade, sendo que os serviços prestados fora dos padrões técnicos, éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela prefeitura, deverão ser executados novamente;

Executar as atividades em conformidade com a orientação técnica;

Permitir contratante a fiscalização dos serviços, bem como conferir o horímetro das máquinas;

Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura ou Secretaria Municipal de Agricultura;

e)Atender aos pedidos de serviços feitos pela Administração Municipal disponibilizando as máquinas em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de serviço ou solicitação;

f)Manter conforme orientação da licitante, os controles dos serviços prestados;

g)Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;

h)Cumprir com o cronograma do solicitante;

i)Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber:

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6 - CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº 31/2017.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 31/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 /2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 /2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA-SC.

CONTRATADA: SILVIO PERUZZO - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

Aos 31 dias do mês de JULHO do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 38/2017, Pregão Presencial nº 29/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa SILVIO PERUZZO - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 27.038.663/0001-51, com sede na rua Voluntários da Pátria S/N, centro, Marema – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais contratações de serviços de solda com materiais inclusos para execução do serviços para uso pela as Secretarias do poder executivo Municipal, junto ao Município de Marema-SC

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VAL UNIT.	VAL TOTAL.
01	Serviço de Soldagem com inclusão de materiais por hora	250 Hrs	98,60	24.650,00
02	Serviço de Soldagem com inclusão de materiais por hora	410 Hrs	98,60	40.426,00
TOTAL DO FORNECEDOR				65.076,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- A proponente vencedora obriga-se a prestar os serviços de pequenos reparos, objetos do presente edital, de boa qualidade, sendo que os serviços prestados fora dos padrões técnicos, éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela prefeitura, deverão ser executados novamente;
- Executar as atividades em conformidade com a orientação técnica;
- Permitir contratante a fiscalização dos serviços, bem como conferir o horímetro das máquinas;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- Atender aos pedidos de serviços feitos pela Administração Municipal disponibilizando as máquinas em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de serviço ou solicitação;

- f) Manter conforme orientação da licitante, os controles dos serviços prestados;
g) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
h) Cumprir com o cronograma do solicitante;
i) Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº29 /2017.

d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº29/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

SILVIO PERUZZO - ME

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07 /2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07 /2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017.

Aos 18 dias do mês de agosto do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 41/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o Município de Marema - SC, com sede Administrativa na rua Vidal Ramos n. 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ARBITROS – ARA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.995.199/0001-01, localizada na Rua Minas Gerais, 731, letra E, bairro Presidente Medici, Chapeco – SC neste ato representado por seu presidente Sr. SÓSTENES WENCESLAU DOS SANTOS, doravante denominada como DETENTOR DA ATA, resolvem, registrar os preços unitários dos itens na clausula primeira desta ata:

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de Preço para possível contratação de serviços de Arbitragem, utilizando-nos diversos campeonatos e torneios organizados pela Secretaria de Esporte durante o ano de 2017/2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
1	Categoria Futsal - Serviço Especializado em Arbitragem de Futebol de Salão com 02 (dois) Árbitros e 01 (um) Mesário, sendo que os mesmos deverão ter Curso da Federação Catarinense de Futebol de Salão atualizado. Dois tempos de 20 min.	60 Jogos	140,00	8.400,00

2	Categoria Suíço - Serviço Especializado em Arbitragem de Futebol Suíço com 02 (dois) Árbitros e 01 (um) Mesário, sendo que os mesmos deverão ter Curso da Federação Catarinense de Futebol de Suíço atualizado. Dois tempo de 25 min.	42 Jogos	160,00	6.720,00
3	Categoria Campo - Serviço Especializado em Arbitragem de Futebol de Campo com 03 (Três) Árbitros e 01 (um) Mesário, sendo que os mesmos deverão ter Curso da Federação Catarinense de Futebol de Campo atualizado. Dois tempo de 45min	36 Jogos	270,00	9.720,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$				
24.840,00				

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- A proponente vencedora obriga-se a prestar os serviços na data da emissão da ordem de serviço, fornecida pelo ORGÃO GERENCIADOR,
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários;
- Permitir contratante a fiscalização dos serviços;
- Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais encargos e cominações legais, bem como apresentar as guias de pagamento de INSS e FGTS dos funcionários utilizado na execução da obra, para liberação final do pagamento, responsabilizando-se pelo recolhimento de todos os tributos
- Custear as despesas com transporte, estadias e alimentação do pessoal empregado;
- Responsabilizar-se civilmente por si, empregados, auxiliares e preposto, por danos causados às instalações, bens ou a terceiros.
- Manter conforme orientação da licitante, os controles dos serviços prestados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.
- O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº41/2017.
- Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 412017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella
Prefeito
Órgão Gerenciador

Detentor da Ata

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/FMAS Nº 002 /2017 - A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/FMAS Nº 002 /2017 - A

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: EDER MARTINS DA SILVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa EDER MARTINS DA SILVA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.570.204/0001-19, com sede na rua Voluntários da Pátria nº 421, centro, Marema – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
1	Geladeira / Refrigerador mínimo 422 litros Cor: Branco, Portas: 02 Portas, Capacidade mínima: 422 Litros, Capacidade do Refrigerador mínima 302 Litros, Capacidade do Freezer mínima 120 Litros, Frost Free, Painel Eletrônico, Gavetas, Prateleiras, Selo Procel (Eficiência Energética): A, Consumo de Energia: 56 kWh/mês Garantia mínima: 12 meses. 220 volts - Marca: CONSUL	1	2.035,00	2.035,00
2	Forno Elétrico Gourmet Grill Forno autolimpante com pés antiderrapantes, vidro duplo, com termostato automático de 50°C a no mínimo 320°C e timer de até 120 minutos com aviso sonoro, Luz piloto, Luz interna, Aquecimento inferior, Aquecimento superior, Bandeja esmaltada para resíduos, Controle independente das resistências superior (dourador) e inferior, Isolamento térmico total em fibra cerâmica; Porta com abertura lateral. 220 volts - Marca: FISCHER	1	410,00	410,00
3	Sovadeira elétrica 220 volts Cilindros cromados e pintura epóxi ocasionando maior vida útil do produto; base em aço carbono para preparo de pão, pastel, folhados, tortei, entre outros. Bivolt, consumo aproximado de energia 110 Volts: 0,76 kWh; 220 Volts: 0,38 kWh, peso aproximado 13 kg, cortador de talharim, abertura lateral Garantia: mínima 06 meses - Marca: STANG	1	450,00	450,00
6	MICROONDAS " Com capacidade mínima de 30 litros; " Inox " Função gratinar " Com classificação A de economia; " Selo de garantia do INMETRO; " Material interno: Metal; " Material externo: Metal e Inox; " Contendo prato giratório, trava de segurança, painel digital; " 12 meses de garantia; " Entregar montado; - Marca: LG	1	505,00	505,00
9	RADIO CD/DVD " Cor: cinza; " Rádio portátil com reprodução de arquivos MP3 e WMA; " Reproduz: CD,C-D-R e CD-RW, display LCD; " Rádio AM/FM com sintonia entrada para USB que permita escutar músicas do Pen Drive no formato MP3 ou WMA; " USB: 1.0 e 2.0; " Funções: Repeat - repete uma ou todas músicas do disco; " Program - permite programar séries de músicas a serem ouvidas; " Random - reproduz aleatoriamente as faixas musicais do disco; " Garantia de 12 meses; " Entregar montado; - Marca: PHILCO	2	150,00	300,00

TOTAL DO FORNECEDOR: 3.700,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com ate 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- a) Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- b) No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- c) O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- d) Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- g) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- h) Cumprir com o cronograma do solicitante;
- i) Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

- b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

- c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº28/2017.

- d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

- e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

EDER MARTINS DA SILVA

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/FMAS Nº 002/2017 - D

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/FMAS Nº 002/2017 - D

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTECIA SOCIAL

CONTRATADO: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 –

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP -, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 27.821.705/0001-26, com sede na AV. Leitão da Silva nº 765, Sala 302 Edifício Verona Center, Bairro Gurigica, Vitória – ES denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na clausula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados. TOTAL DO FORNECEDOR; 700,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VAL UNIT	VAL TOTAL
7	MAQUINA DE COSTURA " Costura reta, zig zag e casear; " No mínimo de 37 pontos de costura; " Braço livre de alumínio ; " Caseador automático de 1 passo; " Enfiador de linha na agulha; " Cortador de linha; " Modelo BM 3700; " Contendo: 1 Máquina de costura, 1 controlador de velocidade, 1 manual de instruções, 1 certificado de garantia, acessórios, calçadores diversos, embalagem de agulhas, bobinas, abridor de casas e prendedor de retrós, cabo elétrico e chave de fenda; " Garantia de 12 meses; " Entregar montado; - Marca: SINGER	1,00	700,00	700,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com até 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;
- Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.
- O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº Nº28/2017.
- Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

TOPCLIMA SISTEMAS DE

REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/FMS Nº 001 /2017 - A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/FMS Nº 001 /2017 - A

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADO: EDER MARTINS DA SILVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36 /2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2017, autorizado pelo Processo nº 36/2017, Pregão Presencial nº 28/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 02/2017 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA a saber, o Município de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vidal Ramos 357, Centro, Marema – SC, com CNPJ nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 773.907.339-34, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa EDER MARTINS DA SILVA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.570.204/0001-19, com sede na rua Voluntários da Pátria nº 421, centro, Marema – SC denominado de Detentor da Ata, resolvem, Registrar os preços unitários dos itens na cláusula primeira desta ata.

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO ÍTEM, QUANTIDADE ESTIMADA E PREÇO UNITÁRIO.

Registro de preços para eventuais aquisições de estações de trabalho (microcomputador) com sistema operacional, monitor de vídeo, teclado mouse e demais acessórios e aquisição de material permanente para uso na prefeitura, Secretarias e Departamentos vinculados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VAL UNIT.	VAL TOTAL.
10	Ar Condicionado Split, Quente e Frio, inverter 12.000 BTUS, 220 V, Cor Branco, Quente/Frio, Ciclo Reverso, Controle de temperatura 18°C a 32°C, 3 velocidades, Com Controle remoto, Filtro Antibactérias, Com Timer, Controle de ventilação, Função Oscilar, Função turbo, Função Sono Bom, Aviso para limpar filtro, Proteção anticorrosivo, Compressor Rotativo, Vazão de ar 460 m³/h, Gás refrigerante R22a, Classificação Energética A, Voltagem 220V, Consumo 17,2 kWh/mês. Produto deve ser entregue instalado sem custo adicional. - Marca: SAMSUNG	1	1.850,00	1.850,00

TOTAL DO FORNECEDOR: 1.850,00

2 – CLAUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

3 – CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade ou com até 30 dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.
- O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- Entregar os ITENS de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no bem em relação à proposta comercial da CONTRATADA ou em relação às condições expressas no Edital que a este dá causa, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades constantes no item 14 do Edital.
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- Prestar os serviços somente com posse da ordem de serviços emitida pela Prefeitura Municipal, Secretarias ou departamentos vinculados;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;
- Cumprir com o cronograma do solicitante;
- Translado até o local da prestação de serviço por conta do contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fica dispensada de informação orçamentária nas licitações de Registro de Preços conforme decreto 7.892/2013 em seu art. 7º, a saber: § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do

parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

b) O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

c) O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº 28/2017.

d) Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 28/2017 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

e) As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim - SC, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Adilson Barella, Prefeito Municipal, representando a detentora e testemunhas.

Adilson Barella

Prefeito

Órgão Gerenciador _____

Detentor da Ata

EDER MARTINS DA SILVA

Testemunhas: _____

Assessoria Jurídica

Visto em ____/____/____

CONTRATO N. 095/2017

MINUTA

Contrato n. 095/2017

Contratante: O Município de Marema

Contratado: COMEL COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição De Peças E Materiais E Serviço De Mão De Obra Para Manutenção Corretiva Da Plantadeira Kuhn Pg700 Plus.

Vinculação: Processo Licitatório nº. 028/2017, Dispensa de Licitação nº. 005/2017

Valor total: R\$ 5.057,00 (reais)

Prazo: 31/12/2017

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 10 de agosto de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº: 096/2017

MINUTA

Contrato nº: 096/2017

Contratante: Município de Marema

Contratada: A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO & SERVIÇOS LTDA - ME

Finalidade: Avaliação Administrativa para disponibilização de dados estatísticos.

VINCULAÇÃO: Processo Licitatorio nº 046/2017, Dispensa de Licitação nº 06/2017

Valor Total: R\$ 7.500,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 31 de agosto de 2017

ADILSON BARELLA

Contratante /Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 097/2017

MINUTA

Contrato nº: 097/2017

Contratante: Município de Marema

Contratada: EPBAZI LTDA ME

Finalidade: Consultoria e apoio administrativo no setor de Recursos Humanos

VINCULAÇÃO: Processo Licitatorio nº 047/2017, Dispensa de Licitação nº 07/2017

Valor Total: R\$ 7.600,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 31 de agosto de 2017

ADILSON BARELLA

Contratante /Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 019-2017

MINUTA

Contrato nº: 019-2017 de 21 de agosto de 2017.

Contratante: Município de Marema – SC.

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: ROSINA COBOS LIBARDONI – CPF 028.361.799-37

Objeto: Locação de Imóvel – Situação de Vulnerável

Valor total: R\$ 500,00 (reais)

Prazo: 21 de outubro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 21 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

DISTRATO CONTRATO Nº: 004/2017

MINUTA

DISTRATO

Contrato nº: 004/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: JACIR CERATTO

Objeto: Locação de imóvel

Marema, 31 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE MAREMA

CNPJ nº 78.509.072/0001-56

DISTRATANTE

I TERMO ADITIVO CONTRATO N. 012-2017

MINUTA

I – TERMO ADITIVO

Contrato: n. 012/2017

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: PEARSON EDUCATION DO BRASIL

CNPJ/MF n. 01.404.158/0001-90

Vinculação: Licitação na Mod. de Pregão Presencial n. 0005/2017

Objeto: Aquisição de Material Impresso

Termo Aditivo: Alteração das quantidades licitadas.

Valor Total do aditivo: R\$ 4.060,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 21 de agosto de 2014.

CONTRATANTE

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

I TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 023/2017

MINUTA

Contrato nº: 023/2017

I TERMO ADITIVO – Alteração das QUANTIDADES EM 25%

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Thais Elisa Lunardi Eireli - ME

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial Ginecológico, para atendimento clínico a população do Município de Marema.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 008/2017 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2017.

Valor total: Passando de R\$ 4.500,00 (reais) mensais para R\$ 5.625,00 (reais) mensais.

Foro: Comarca de Xaxim

Marema/ SC, 28 de agosto de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

LEI Nº 1126/2017

LEI Nº 1126/2017

De 22/08/2017

"INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE DESTINO ADEQUADO A ANIMAIS MORTOS DO MEIO RURAL, MEDIANTE CONCESSÃO DE INCENTIVOS NO MUNICÍPIO DE MAREMA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

1º Art. 1º Esta Lei estabelece normas referente à política de incentivo e estímulo ao destino adequado de carcaças animais, visando a promoção Sanitária e Ambiental da produção agropecuária.

Art. 2º As ações instituídas por esta Lei terão como princípio o fortalecimento das atividades agropecuárias mediante a priorização das ações que propiciem o desenvolvimento integrado da atividade agropecuária, observando a sustentabilidade sanitária e ambiental.

Art. 3º. Toda atividade agrícola e pecuária, bem como sua expansão qualitativa e quantitativa, observará a legislação federal, Estadual e Municipal, principalmente quanto às normas ambientais e sanitárias.

Art. 4º. A presente Lei sustentar-se-á nos conceitos de:

I – atividade agropecuária;

II – agricultor ou agropecuarista;

III- sustentabilidade ambiental e sanitária;

IV – carcaças de animais mortos.

Parágrafo único - Considerar-se-á como:

I – Atividade agropecuária: o conjunto de atividades voltadas à produção de vegetal e animal que gere renda para a propriedade rural;

II – Agricultor ou agropecuarista: toda pessoa, que de forma direta ou indireta, tenha atividades ligadas à agropecuária, e que dela dependa no todo ou em parte, seu sustento;

III- Sustentabilidade ambiental e sanitária: atitudes e estratégias ecologicamente corretas, minimizando a degradação do meio ambiente, que promovam a saúde preventiva, sendo viáveis no âmbito do desenvolvimento econômico;

IV – Carcaças de animais mortos: cadáveres, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais sem vida, submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

Art. 5º. As ações serão efetuadas pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, de forma coordenada e mediante a implantação de programas com incentivos, ajuda e participação, nos programas, projetos e ações que dispõe a presente Lei e outros que sejam voltados ao interesse deste setor.

Art. 6. O Programa de destino adequado de carcaças será realizado mediante:

I – Orientação técnica aos proprietários rurais para adoção de práticas preventivas de modo a reduzir a quantidade de óbitos animais;

II - Controle e monitoramento da proliferação de vetores, como insetos, roedores, abutres e outros, incluindo o fornecimento de todos os instrumentos para o controle, com subsídio parcial ou total quando se tratar da garantia da saúde pública;

III – Fomento ao destino adequado das carcaças dos animais mortos na sede da propriedade mediante a adoção de sistemas, tecnologias e manejo adequado que originem produto final orgânico cuja característica não contamine a água, o solo, as plantas e as pessoas;

IV – Remoção das carcaças de animais mortos da sede da propriedade quando esta se apontar como solução técnica adequada, incluindo o fornecimento de todos os instrumentos para a remoção, com subsídio parcial ou total dos custos;

V – Desenvolver outras atividades necessárias para a promoção da sustentabilidade ambiental e sanitária da atividade agropecuária.

Parágrafo único. O Município poderá firmar convênios ou parcerias com outros órgãos, entidades e empresas, com a finalidade de viabilizar os programas de destino adequado de animais mortos do meio rural.

Art. 7º. As despesas para execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrario

Gabinete do Prefeito, em 22 de agosto de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

LEI Nº 1127/2017

LEI Nº 1127/2017

DE 29/08/2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PEDRAS PARA MUROS DE ARRIMO PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Nos termos desta Lei e com o objetivo de fomentar a produção agropecuária, fica o Município autorizado a efetuar transporte de pedras para muros de arrimo, a serem transportadas até o máximo de 30 Km de distância da sede do Município de Marema/SC, até a propriedade rural do agricultor, neste Município.

Parágrafo único. O transporte será efetuado com os caminhões da Prefeitura Municipal de Marema/SC.

Art. 2º. Caberá ao Departamento de Infraestrutura o cadastramento dos produtores e o controle da distribuição das Pedras para muros de arrimo.

Art. 3º. O pagamento da taxa correspondente ao transporte será efetuado no ato da solicitação desses serviços, mediante guia própria de recolhimento.

§ 1º. O munícipe, ao solicitar a retirada das pedras para muro de arrimo deverá recolher previamente através de DAM a taxa referente ao serviço.

§ 2º A da tarifa pelo transporte será do valor de R\$ 100,00 (cem reais) por carga do produto, quando a distância do transporte for de até 20 Km.

§ 3º. A tarifa pelo transporte será do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por carga do produto, quando a distância do transporte for superior a 20 Km.

§ 4º. A distância será aferida da sede do município até o local da retirada do produto, independente do local de entrega no município.

Art. 4º. Terão direito a esses serviços, os agricultores que possuam notas de produtor rural, que estejam devidamente cadastrados no Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal de Marema/SC e que não estejam em dívida com o Município.

Parágrafo único. O benefício será estendido aos munícipes que justificarem a necessidade, mesmo não sendo agricultor ou pecuarista.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 29 de agosto de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

LEI Nº 1128/2017

LEI Nº 1128/2017

De 29/08/2017

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO MATRÍCULA Nº 27.192, DO MUNICÍPIO DE MAREMA/ SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do Lote urbano com matrícula no Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Xaxim/SC sob nº 27.192, de Propriedade do Sr. Miguel Rampazzo, CPF nº 195.646.519-72, RG nº 16/R 444.609 SSP/SC, localizado no perímetro urbano do município de Marema/SC, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta Lei, ficando assim constituído.

MEMORIAL DESCRITIVO

Refere-se o presente memorial descritivo o DESMEMBRAMENTO do lote 06-A e 07-A da quadra 23, com área de 1.437,50m², conforme Mat. 27.192, registrado no CRI da comarca de Xaxim e localizado no perímetro urbano de Marema, que após o desmembramento, formarão dois lotes assim descritos, lote 06-A com área de 1.006,25m² e lote 07-A com área de 431,25m².

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

Lote Urbano 06-A da quadra 23, localizado no lado par Rua Orestes e Alfredo Mayer, distante pelo lado direito 15,00m da esquina com a Rua Giacomo Duz, com a com área superficial de 1.006,25m².

Noroeste: com o lote 5B de Odinei Mirandoli (mat. 16.158) em 20,00m e com parte do lote 04 de Igomar Donzelli (mat. 8.246) em 8,75m.

Sudeste: com o lote 07-A em 28,75m.

Nordeste: com a Rua Orestes e Alfredo Mayer em 35,00m.

Sudoeste: com parte do lote 5A de Leonice Rebelato Cortellini (mat. 7.915) em 35,00m.

Lote Urbano 07-A da quadra 23, localizado no lado par Rua Orestes e Alfredo Mayer, esquina com o lado ímpar da Rua Giacomo Duz, com a com área superficial de 431,25m².

Noroeste: com o 06-A em 28,75m.

Sudeste: com a Rua Giacomo Duz em 28,75m.

Nordeste: com a Rua Orestes e Alfredo Mayer em 15,00m.

Sudoeste: com parte do lote 5A de Leonice Rebelato Cortellini (mat. 7.915) em 15,00m.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei Memorial descritivo, planta e ART do profissional técnico responsável.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario

Gabinete do Prefeito, em 29 de agosto de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

LEI Nº 1129/2017

LEI Nº 1129/2017

De 29/08/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADILSON BARELLA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos Municípios do Estado de Santa Catarina que declararem Situação de Emergência - SE ou Estado Calamidade Pública - ECP.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de vias limítrofes, estendendo-se também a setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do Município cedente.

Art. 2º O controle de máquinas, equipamentos e pessoal cedido, serão de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do Município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os Municípios atingidos, correrão por conta do Município cedente através de dotações próprias do orçamento vigente em cada exercício.

Art. 4º O Executivo Municipal expedirá Decreto especificando as máquinas, os equipamentos e pessoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de agosto de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Chanquerli Fernando Cherobim

Diretor de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 04.2017 (FASS) CAMISETAS PARA PROJETO DO CRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

VALIDADE: DE 05/09/2017 A 05/09/2018

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA DIVULGAÇÃO DE PROJETOS, GRUPOS, ATIVIDADES E SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
LACHRI LASER LTDA - EPP, neste ato representado por CLEDER CONZATTI	09.590.363/0001-07

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA DIVULGAÇÃO DE PROJETOS, GRUPOS, ATIVIDADES E SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

Fornecedor: 121851 - LACHRI LASER LTDA - EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	CAMISETA MEIA MALHA 100% ALGODÃO, COR BRANCA, DECOTE V. ESTAMPA FRONTAL COLORIDA 20 CM DE LARGURA E ALTURA PROPORCIONAL, ESTAMPA DO BRASÃO DE MASSARANDUBA NA MANGA DIREITA E ESTAMPA DO LOGO SMAS NA MANGA ESQUERDA. TAMANHOS VARIADOS, ESTAMPA COM SISTEMA DE SILK (QUADROS).	UNID	TKL	200	R\$ 28,90	R\$ 5.780,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.780,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 5.780,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 5.780,00 (CINCO MIL E SETECENTOS E OITENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Helga Guesser, número 650, bairro Guarani-Mirim, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, em no máximo 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas no edital.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 08 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

6.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Entregar o objeto deste processo licitatório no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Helga Guesser, número 650, bairro Guarani-Mirim, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, em no máximo 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes na ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na mesma será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da

intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. DJONATHAN CISZ, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	05	de	Setembro	de	2017
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					

CONTRATANTE

LACHRI LASER LTDA - EPP

CLEDER CONZATTI

CONTRATADA

ERRATA - LIC PMM 126.2017 PP 92.2017 - AQUISIÇÃO DE PNEUS - ALTERAÇÃO DE DATA
ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017

No Anexo II do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017,

ONDE SE LÊ		LEIA-SE	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
7	PNEU 225/75 R15 RADIAL, PARA UTILITÁRIO S10, CONSTRUÇÃO RADIAL, REFORÇADO, IC 110/108, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	7	PNEU 225/75 R15 RADIAL, PARA UTILITÁRIO S10, CONSTRUÇÃO RADIAL, REFORÇADO, APARTIR IC 105/108, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.
16	PNEU BORRACHUDO 1400 X 24, 24 LONAS, G-2 USO SEVERO NORMAL, NOVO, SEM CÂMARA, ESTRUTURA RADIAL, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 28 MM, DISTÂNCIA ENTRE GOMO MÍNIMA 38 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. QUE SIRVA NAS MOTOVELADORES NEW HOLLAND 140G E CARTEPILLAR 120K.	16	PNEU BORRACHUDO 1400 X 24, 24 LONAS, L3 OU E3 USO SEVERO NORMAL, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 25 MM, QUE SIRVA NAS MOTOVELADORES NEW HOLLAND 140G E CARTEPILLAR 120K.
30	PNEU 19.5 X 24, BORRACHUDO 16 LONAS, PARA RETRO ESCAVADEIRA R4, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 40 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR UM ANO DE FABRICAÇÃO.	30	PNEU 19.5 X L24, BORRACHUDO 12 LONAS, PARA RETRO ESCAVADEIRA R4, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 27 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR UM ANO DE FABRICAÇÃO.
34	PNEU 17.5/25 BORRACHUDO 12 LONAS, PARA RETRO ESCAVADEIRA JCB, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 37 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR UM ANO DE FABRICAÇÃO.	34	PNEU 17.5/25 L3 BORRACHUDO 16 LONAS, PARA RETRO ESCAVADEIRA JCB, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 27 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR UM ANO DE FABRICAÇÃO.
36	CÂMARA DE AR R-16 BICO LONGO DE FERRO PARA PNEU D-40	36	CÂMARA DE AR R-16 BICO LONGO DE FERRO PARA PNEU D-40, CERTIFICADO INMETRO
37	CÂMARA DE AR R-16 BICO CURTO DE BORRACHA PARA D-40	37	CÂMARA DE AR R-16 BICO CURTO DE BORRACHA PARA D-40, CERTIFICADO INMETRO

DAS PÁGINAS 23 À 25

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	12 DE SETEMBRO DE 2017
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	22 DE SETEMBRO DE 2017
-------------------	------------------------

LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

Massaranduba (SC), 05 de setembro de 2017.

CIRIO MARTINI
PREGOEIRO

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 126/2017 - PMM – PREGÃO PRESENCIAL N.º 92/2017.

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Processo Licitatório n.º 126/2017 - PMM – Pregão Presencial n.º 92/2017.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital, interposto por MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 94.510.628/0001-26, com sede na Rua Mal Humberto de Alencar Castelo Branco, n.º 56, na cidade de Bento Gonçalves/RS, referente ao Processo Licitatório supra citado, cujo objeto é o Registro de Preços para Aquisição de Pneus, Câmaras de ar e protetores para veículos leves e pesados da Frota Veicular do Município de Massaranduba/SC.

DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 05.09.2017 e considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 12.09.2017, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:

Em linhas gerais, o Impugnante questiona as exigências referente aos itens 07, 16, 30 e 34 do edital, os quais assim dispõe:

7	PNEU 225/75 R15 RADIAL, PARA UTILITÁRIO S10, CONSTRUÇÃO RADIAL, REFORÇADO, IC 110/108, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.
16	PNEU BORRACHUDO 1400 X 24, 24 LONAS, G-2 USO SEVERO NORMAL, NOVO, SEM CÂMARA, ESTRUTURA RADIAL, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 28 MM, DISTÂNCIA ENTRE GOMO MÍNIMA 38 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. QUE SIRVA NAS MOTOVE- LADORES NEW HOLLAND 140G E CARTEPILLAR 120K.
30	PNEU 19.5 X 24, BORRACHUDO 16 LONAS, PARA RETRO ESCAVADEIRA R4, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 40 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR UM ANO DE FABRICAÇÃO.
34	PNEU 17.5/25 BORRACHUDO 12 LONAS, PARA RETRO ESCAVADEIRA JCB, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 37 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR UM ANO DE FABRICAÇÃO.

A impugnação apresentada diz respeito às seguintes situações:

- Item 07 – O índice de carga e velocidade solicitados restringem o número de licitantes.
- Item 16 – A profundidade de sulco restringe o número de licitantes.
- Item 30 – A profundidade de sulco e a lonagem solicitadas direcionam para apenas uma marca de pneus.
- Item 34 – A profundidade de sulco solicitada direciona para apenas uma marca de pneus.
- As Câmaras de Ar e Protetores não possuem certificação do Inmetro.

Pede, por fim, a reconsideração para que sejam retificadas tais situações, que, se mantidas, poderão macular o certame.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a licitação pública, obedecendo a Lei 8666/93, deve se preocupar em selecionar a proposta efetivamente mais vantajosa ao Poder Público.

E, ainda, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da legalidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no edital, necessários ao atendimento do interesse público. Os pontos questionados foram analisado cuidadosamente sob a ótica da impugnação apresentada e, de fato, as letras “a” a “d” possuem fundamentação.

De fato, entramos em contato com as empresas que nos passaram os orçamentos, as quais confirmaram as situações trazidas.

Apenas não será excluída a exigência de certificação de Inmetro para Câmaras de Ar e Protetores, pois segundo informações que nos foram repassadas, tais exigências são procedentes nos casos solicitados no instrumento convocatório.

Dessa forma, entendemos pela procedência em parte da presente impugnação, de modo a ser necessária a alteração do texto a fim de garantir lisura, legalidade, maior competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DA DECISÃO

Diante do exposto, entendemos pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da presente impugnação, de forma a retificar as exigências dos itens "a" a "d" trazidas nesta impugnação.

Consequentemente, seja publicada nova data para abertura do certame, em razão da alteração significativa das propostas, de acordo com a Lei 10.520/2002.

Dê ciência à Impugnante.

Massaranduba (SC), 05 de setembro de 2017.

Cirio Martini
Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO 15.2017 PP 11.2017 - SOFTWARE (SISTEMA OPERACIONAL)

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ON LINE (WEB), PROVIMENTO DE DATA-CENTER, COM MANUTENÇÃO DE CÓPIA DO BANCO DE DADOS EM AMBIENTE DE INFORMÁTICA DO CONTRATANTE, POR MEIO DE REDUNDÂNCIA OU DOWNLOAD, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 20/09/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 20/09/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 28 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 52.2017 PP 40.2017 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA O HOSPITAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 20/09/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 20/09/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO LIC. 12.2017 (FASS) - CARRO DE SOM (DESERTO)

TERMO DE ANULAÇÃO

Despacho de anulação de licitação nº. 12/2017, processo administrativo nº. 08/2017 na modalidade de Pregão

Finalidade:

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

A comissão de licitações no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Considerando:

NÃO HOUVE PARTICIPANTES PARA ESTE PREGÃO.

Resolve:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.

Massaranduba, 4 de setembro de 2017

TERMO DE ANULAÇÃO LIC. 13.2017 (FASS) - SERVIÇO GRÁFICO (DESERTO)

TERMO DE ANULAÇÃO

Despacho de anulação de licitação nº. 13/2017, processo administrativo nº. 09/2017 na modalidade de Pregão

Finalidade:

Publicidade e Propaganda / Material Gráfico

A comissão de licitações no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Considerando:

NÃO HOUVE PARTICIPANTES PARA ESTE PREGÃO.

Resolve:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.

Massaranduba, 5 de Setembro de 2017

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE AGOSTO/2017

Pág 1 / 2

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Agosto / 2017



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		0,00	0,00
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.360.000,00	1.950.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.360.000,00	1.950.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		208.217,10	250.455,58
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		51.211,41	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		157.005,69	250.455,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.568.217,10	2.200.455,58

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.052.199,78	1.384.887,38
Ordinária		1.052.199,78	1.384.887,38
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	565.112,62
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	565.112,62
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		142.067,76	250.455,58
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		142.067,76	250.455,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		373.949,56	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-003-CXMFH-242322817 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

05/09/2017 14:53



CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Agosto / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		373.949,56	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.568.217,10	2.200.455,58

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 05/09/2017, Hora emissão 14:53:47

Notas:

VANDERLEI SASSE
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF: 848.301.909-49

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM
CPF: 382.262.199-49

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador
CPF: 683.469.309-25
CRC: 026042/O-2/SC

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-003-CXMFH-24232817 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

05/09/2017 14:53

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 185-2017 ARBITRAGEM

Decreto nº 185/2017 de 05/09/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1296/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do processo Licitatório nº 1296/2017, Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 052/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, EXECUTADO NOS CAMPEONATOS E TORNEIOS MUNICIPAIS URBANOS E RURAIS, COMPREENDENDO FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUIÇO, FUTEBOL DE SALÃO E VOLEIBOL, ATUANDO JUNTAMENTE COM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES, adjudicado a favor das seguintes empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
BENI SAMARONE DE LIMA 87058510920	12.370,00
NEUZA INES BACK	23.450,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 05 de setembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

PORTARIA Nº 0126/2017 - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 0126/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE COMPENSAÇÃO DE HORAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições do § 3º do art. 57 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, a compensação do saldo remanescente de horas de trabalho realizado extraordinariamente em meses anteriores (janeiro a junho de 2017), conforme planilhas e relatórios ponto, sob forma de licença sem prejuízo de sua remuneração:

Servidor	Períodos de compensação	Total de dias úteis
Gelson Simão	08/09/2017 a 21/09/2017 10/10/2017 a 13/10/2017	10 03
		Total: 13 dias
Gilson Hister	25/08/2017 31/08/2017 a 06/09/2017 02/10/2017 a 09/10/2017	01 05 06
		Total: 12 dias
Mauricio Henrique Rauber	25/08/2017 a 31/08/2017 11/09/2017 a 24/09/2017 13/10/2017 a 23/10/2017	05 10 07
		Total: 22 dias

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER ERNO MICHIELIN
PREFEITO MUNICIPAL Diretor Municipal de Saúde

Cientes e de acordo:

supra: Registrada e publicada na data

Francieli Pavalicini

Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0128/2017

PORTARIA Nº 0128/2017 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores, Considerando em especial o art. 101 da Lei 1.513/2002, em função do cronograma de atividades, em benefício do serviço público municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Gelson Simão	01.07.2016 a 30.06.2017	20.12.2017 a 08.01.2017 (20 dias) + 10 dias AP
Gilson Hister	03.07.2016 a 02.07.2017	20.12.2017 a 08.01.2017 (20 dias) + 10 dias AP
Maria Elaine Kroth	15.10.2015 a 14.10.2016	04.09.2017 a 23.09.2017 (20 dias)
Mauricio Henrique Rauber	01.07.2016 a 30.06.2017	08.01.2018 a 27.01.2018 (20 dias) + 10 dias AP

*Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), ao 01 de setembro
de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5023/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.023, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Altera nomes da Equipe Técnica de Desenvolvimento, Execução e Atualização da Política Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas na Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO a necessidade de nomear os membros para compor a Equipe Técnica de Desenvolvimento, Execução e Atualização da Lei Municipal nº. 3.481, de 26 de março de 2012, que instituiu a Política Municipal de Saneamento Básico,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Equipe Técnica de Desenvolvimento, Execução e Atualização da Lei Municipal nº. 3.481, de 26 de março de 2012, que instituiu a Política Municipal de Saneamento Básico, composta pelos seguintes Servidores Públicos Municipais:

- a) ADRIEL DIOGO LUNKES, Agente Fiscal;
- b) MARCOS VINICIUS REDEL, Contador;
- c) RENAN ROGER ROWER, Agente de Combate a Edemias;
- d) JEAN FRANTHIESCO SCHEIB, Diretor;
- e) PAULO ROGÉRIO DE ANHAIA, Engenheiro Agrônomo;
- f) MARCOS FELIPE DA SILVA, Secretário de Planejamento e Gestão.
- g) EVANDRO CARLOS BACK, Fiscal de Vigilância Sanitária

Art. 2º Os trabalhos da Equipe Técnica serão relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração aos seus membros.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 4.933 de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 30 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT Prefeito Municipal	ELISEU BOHN Secretário Municipal de Administração e Fazenda
-------------------------------------	--

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2017 FMS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2017 (FMS).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ/SC

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS NAVITAN LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 41.297,64 (quarenta e um mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos); FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO EQUILÍBRIO VITAL LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 30.106,36 (trinta mil cento e seis reais e trinta e seis centavos); COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS BIANCA EIRELI – VALOR REGISTRADO R\$ 31.080,80 (trinta e um mil, oitenta reais e oitenta centavos) e FARMÁCIA BACK E DALPIAZ LTDA – ME – VALOR REGISTRADO R\$ 35.594,88 (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos).

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos controlados e de uso contínuo destinados para manutenção de Atividades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí pelo período de seis meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 016/2017. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de Fevereiro de 2018. Mondaí – SC, 01 de Setembro de 2017. VALDIR RUBERT- Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2017 - PMM

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

Publicação do Resumo do Contrato

Contrato: 080/2017 de 24 de Agosto de 2017

Origem: Processo Licitatório nº 092/2017. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 017/2017. Objeto: Aquisição de peças Conjunto de Embreagem (Disco de embreagem, platô de embreagem e rolamento de embreagem) e contratação de mão obra especializada para consertar o sistema de embreagem do ônibus Volkswagen 15.190, ano e modelo 2012/201, placas MMK 3111, utilizado no transporte de alunos no interior do Município. Fornecedor: Disegna & Disegna Ltda - ME – CNPJ sob nº. 11.675.161/0001-00. Valor: R\$ 3.955,00 (três mil novecentos e cinquenta e cinco reais). Vigência: até 31/12/2017. Mondaí/SC, 24/08/2017. Valdir Rubert. Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA MESA DIRETORA 1/2017**
=====

ATO DA MESA DIRETORA Nº 1, DE 2017.

	Constitui Comissão Legislativa Temporária para a elaboração de pareceres ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal 1/2017 e ao Projeto de Resolução 1/2017.
--	---

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, atendendo ao disposto no art. 133 do Regimento Interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º. Criar Comissão Legislativa Temporária para a apreciação e para a elaboração dos respectivos pareceres ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal 1/2017, que altera a Lei Orgânica do Município de Mondaí, e ao Projeto de Resolução 1/2017, que altera o Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º A comissão será composta pelos vereadores Elizandro Mainardi, Roberto Bernardy e Selani Inês Dorigon Bruch.

§ 2º A comissão escolherá, dentre seus membros, o presidente, o relator e o secretário.

§ 3º A comissão se dissolverá após apresentar o parecer final à matéria para o qual foi constituída.

Art. 2º. Os prazos para o recebimento de emendas e para a elaboração dos pareceres serão aqueles definidos no Regimento Interno da Câmara.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2017.

Marisa J. G. Flach,

Presidente da Câmara de Vereadores de Mondaí.

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 106/2017/PM

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de um AUTOMÓVEL.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 06/setembro/2017 até às 10:00 horas do dia 19/setembro/2017
ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIS-PUTA DE PREÇOS: as 10:30 horas do dia 19/setembro/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 05 de setembro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Educação: Professor de Educação Física (20h e 40h); Professor de Filosofia (20h e 40h); Professor de Inglês (20h e 40h); Professor de Língua Portuguesa (20h e 40h); Professor de Ciências (20h e 40h); Professor de Geografia (20h e 40h); Professor de História (20h e 40h); Professor de Artes (20h e 40h); Professor de Matemática (20h e 40h). Cargos ligados às demais Secretarias ou Departamentos: Assistente Social; Enfermeiro; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Clínico Geral; Auxiliar de Odontologia; Recepcionista; Técnico em enfermagem; Auxiliar de Serviços Gerais; Psicólogo; Instrutor de Artes Marciais; Instrutor de Música. Cargos Públicos ligados à Estratégia de Saúde da Família: Agente Comunitário de Saúde - ACS: ESF 1: São Carlos - Microárea: 01 (área urbana); ESF 2: Santo Antônio - Microárea: 02 (área urbana); ESF 2: Santo Antônio - Microárea: 02 (área rural); ESF 3: Central - Microárea: 03 (área urbana); ESF 3: Central - Microárea: 03 (Vila Imasa); ESF 4: São José - Microárea: 04 (área urbana). Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 12 de setembro a 26 de outubro de 2017 exclusivamente via internet, através do site eletrônico www.nbsprovas.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 19 de novembro de 2017. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Imbuia (SC), no site www.montecarlo.sc.gov.br, bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Monte Carlo (SC), 06 de setembro de 2017. Sra. SÔNIA SALETE VEDOVATTO. Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 529/2017/FS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 529/2017/FS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 517/2017/FS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando contratações de pessoa jurídica para fornecimento de AUTOMÓVEL.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia

06/setembro/2017 até às 08:20 horas do dia 19/setembro/2017

ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIS-PUTA DE PREÇOS: as 08:30 horas do dia 19/setembro/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 05 de setembro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO SELETIVO 2017

O Município de MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 01/2017, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário, em conformidade com Art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Federal n.º 11.350/2006, Lei Complementar Municipal n.º 01/1993 e demais Legislações relacionadas, todas compreendendo suas alterações posteriores e conforme os termos deste Edital. Dos Cargos: Cargos ligados à Secretaria Municipal de

Monte Castelo

PREFEITURA

ATA PREGAO 041/2017 RECEBIMENTO DE RECURSO

Ata de recebimento de impugnação do

Pregão Presencial nº 041/17

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Monte Castelo, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 055/17, de 17 de Janeiro de 2.017, sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Andreza da Silveira (Pregoeira Substituto), Wilson Alves Ribeiro, Viviane de Fátima Ferreira do Livramento e Lourdes Maris Duarte, para a sessão pública de recebimento de IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA relativa à licitação sistema PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I, e demais anexos.

Com abertura dos trabalhos e recebimento das propostas e documentação até às 14:00 horas do dia 06 de Setembro de 2017, no protocolo geral ou na Divisão de Compras da Secretaria Municipal de Administração, a ser processada e julgada conforme especificações constante deste Edital e de acordo com as disposições das Leis Federais n.º 8.666/93, n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 8.078/90 atualizadas, dos Decretos Municipais n.º 1.210/2009, n.º 1.331/2011 e n.º 1.769/2015 e da Portaria Municipal n.º 055/2017 e demais normas complementares em vigor.

O Presidente fez a leitura da Impugnação Administrativa apresentada pelo Conselho Regional de Administração de Santa Catarina – CRA-SC, o qual abriu diligência à Consultoria Jurídica desta Municipalidade para emissão de Parecer, o resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Monte Castelo, para a devida publicidade, e, ainda no site do Município, e, através do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Em tempo o presidente Comunica que após o recebimento do Parecer, será publicada uma nova data para abertura do certame.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Monte Castelo, 04 de Setembro de 2017.

Josimar Caldeira PRESIDENTE	Andreza da Silveira EQUIPE DE APOIO	Wilson Alves Ribeiro EQUIPE DE APOIO
Viviane de Fátima Ferreira do Livramento EQUIPE DE APOIO	Lourdes Maris Duarte EQUIPE DE APOIO	

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 19º

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ZELADOR DE ESCOLA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
10º	GRAZIELA OLIVEIRA
11º	VANESSA LUCIANO DOS PASSOS

Morro da Fumaça, de 06 de Setembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 091/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 091/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIA-
MENTOS, conforme anexo I. Data: 19/09/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20
de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2017 - PMMG

DECRETO Nº 106/2017

DESIGNA FUNCIONÁRIO PÚBLICO CAPACITADO PARA ATUAR COMO PREGOEIRO

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, em especial a Lei Federal no 10.520 de 17 de julho 2002,

Considerando o gozo de férias, do período de 11/09/2017 à 30/09/2017, do Sr. Eric Junior Frezza, Pregoeiro designado pelo Decreto nº 12/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Sra. Elaine Marchesini Zuchinali, matrícula nº 1053, para atuar como Pregoeira na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e Autarquias do Município de Morro Grande, pelo período de férias citado acima.

Art. 3º A designada não será remunerada pelos serviços prestados no exercício de suas funções.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 05 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 130/2017 PMN

ATA CONCORRÊNCIA Nº 130/2017 PMN - HABILITAÇÃO ABERTO O CERTAME NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09:00, COM A PRESENÇA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS: DIAGRAMA CONSTRUÇÕES, MAV DOS PRAZERES E CIA, CONSTRUTORA TATSCH, DI FATTO IND. E COMERCIO, CONCRETIL CONSTRUÇÕES, FORMATTO ENGENHARIA (PRESENTES), ÊXITO CONSTRUÇÕES, RINOVI CONSTRUTORA, AL CERTA CONSTRUTORA, RENASCENCE, LC EMPREITEIRA E EDP CONSTRUTORA (AUSENTES). APÓS AS CONSIDERAÇÕES INICIAIS, A COMISSÃO PROCEDEU A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO. SÃO CONSIDERADAS ME: FORMATTO, RINOVI, LC, EDP, ÊXITO, RENASCENCE, DI FATTO, AL CERTA, MAV PRAZERES E DIAGRAMA. A EMPRESA TATSCH NÃO APRESENTOU A DECLARAÇÃO ME/EPP. EM RAZÃO DO TEMPO, A SESSÃO FOI SUSPensa PARA RETORNO ÀS 13:30.

APÓS O RETORNO, FORAM FEITAS AS CONSIDERAÇÕES: AS EMPRESAS DI FATTO E TATSCH APRESENTARAM CAPITAL SOCIAL INFERIOR AO SOLICITADO NO EDITAL (10% DO VALOR DA LICITAÇÃO). A EMPRESA TATSCH NÃO APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DE BALANÇO, ÍNDICES DO BALANÇO E DECLARAÇÕES (NOME, FUNÇÃO, 05 ANOS, ME/EPP). A EMPRESA L.C NÃO APRESENTOU AS DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO (ANEXO I), DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º (ANEXO II) E DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO III). A EMPRESA EDP APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA SONA CONSTRUTORA (CUJO SÓCIO É O MESMO). O OUTRO ATESTADO APRESENTADO PELA EDP CONSTA COMO PARCIAL (ATIVIDADE EM ANDAMENTO). A EMPRESA EDP APRESENTOU CND MUNICIPAL VENCIDA.

DESTA FORMA, CONSIDERAM-SE INABILITADAS: EDP, TATSCH, DI FATTO E LC. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO. ABRE-SE PRAZO PARA RECURSOS. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 59/2017 FMS

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 59/2017 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando aquisição de 01 (um) equipamento (cadeira para procedimentos clínicos) devidamente instalada para realização de pequenas cirurgias dermatológicas, para atender as necessidades do Centro de Especialidades - CES, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 21/09/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 21/09/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. DONIZETE JOSÉ DA SILVA – Prefeito em exercício

PORTARIA 2508/2017 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE

PORTARIA N º 2508 DE 18 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n º 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor APOLO MARQUES DE AMORIM, matrícula 6307702, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4671, para o desempenho das suas atividades laborais.
II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2509/2017 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE

PORTARIA N º 2509 DE 18 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n º 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor JEFFERSON GABRIEL ANDRÉ, matrícula 6307003, por utilizar a motocicleta placa MJJ 5081, para o desempenho das suas atividades laborais.
II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2510/2017 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE

PORTARIA N º 2510 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n º 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor SERGIO NEI DA CRUZ JUNIOR, matrícula 388601, por utilizar a motocicleta placa MJJ 8119, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2511/2017 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE

PORTARIA N º 2511 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n º 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor JESSÉ DA SILVA TEIXEIRA, matrícula 63369601, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4901, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2548/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2548 DE 26 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de

DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA, DESC1 a senhora VANESSA RAMOS MACHADO, com a data de 23/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2595/2017 NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

PORTARIA N º 2595 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 o Sr. ANDERSON VIANA ZAGUINI, para exercer o cargo efetivo de AUDITOR FISCAL, 40 horas semanais, a partir de 29/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE AGOSTO DE 2017.

.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2596/2017 NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

PORTARIA N º 2596 DE 31 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a Sra. CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo efetivo de PEDAGOGA SCA, 40 horas semanais, a partir de 28/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE AGOSTO DE 2017.

.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2604/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2604 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III o senhor ELIEZER PEDROZO, com a data de 01/09/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2635/2017 DESIGNA OUVIDOR SETORIAL

PORTARIA N º 2635 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA AS ATRIBUIÇÕES DE OUVIDOR SETORIAL CONFORME ESPECIFICA E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA 2567 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por este ato a servidora Caroline Figueiredo de Lima Couto como ouvidora setorial da Secretaria de Planejamento Urbano, a qual exercerá suas funções de forma articulada com a Ouvidoria Geral do Município, e sob orientação desta, com as seguintes atribuições:

- I - Monitorar o cumprimento de prazos estabelecidos previamente;
- II - Resguardar o sigilo das informações pessoais;
- III - Resguardar a identidade do solicitante quando se fizer necessário;
- IV - Redigir com clareza as respostas;
- V - Agir com presteza e imparcialidade;
- VI - Elaborar mensalmente e enviar para a Ouvidoria Geral do Município, relatórios sobre as atividades realizadas e demandas recebidas por cada órgão setorial

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando na íntegra a Portaria nº 2567 de 29 de agosto de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2017.

KARLILE CUGNIER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2636/2017 DESIGNA CONTROLADOR SETORIAL

PORTARIA N º 2636 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA AS ATRIBUIÇÕES DE CONTROLADOR SETORIAL CONFORME ESPECIFICA E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA 2583 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por este ato o servidor Emanuelle Deggan como controladora setorial da Secretaria de Obras, o qual exercerá suas funções sob a orientação da Controladoria Geral do Município e nos termos do artigo 8º da Lei 1417/2001, possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Exercer o controle, através dos diversos níveis de chefia dos diversos sistemas administrativos, objetivando o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica dos órgãos de cada sistema;

II - Exercer o controle sobre a observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares afetas a cada sistema administrativo;

III - Exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao município, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV - Avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o município seja parte;

V - Manter registro periódico de informações acerca da execução dos controles setoriais, em sistema informatizado, arquivos digitais ou em meio físico, conforme orientações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, sendo responsável pela veracidade das informações prestadas;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando na íntegra a Portaria nº 2583 de 29/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2017.

KARLILE CUGNIER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2644/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2644 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE GESTÃO PESSOAL a senhora CAROLINE FERNANDES FREITAS, com a data de 01/09/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2645/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2645 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I a senhora KAREN RAEDER GALM, com a data de 31/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2646/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2646 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de COORDENADOR EXECUTIVO a senhora KAREN RAEDER GALM, com a data de 01/09/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2661/2017 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 2661 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos de sindicância instaurado pela Portaria n º 2406 de 7 de agosto de 2017 para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte da servidora W.J.S..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE SETEMBRO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2662/2017 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA N º 2662 DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos de sindicância instaurado pela Portaria n º 2407 de 7 de agosto de 2017 para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte da servidora E.C.R..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE SETEMBRO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 07-2017 - PONTO FACULTATIVO**

DECRETO LEGISLATIVO N. 007/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC., Samuel Viane Paganelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno.

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado ponto facultativo no dia 08 de setembro de 2017, sexta-feira, aos servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

Art. 2º – A partir de 11 de setembro de 2017, segunda-feira, o horário de expediente será normal para todos os funcionários.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 04 de setembro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 25-2017 - EXONERA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 025/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Samuel Viane Paganelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1º - Fica exonerado o Senhor ELIEZER PEDROZO inscrito no CPF nº 009.278.319-88, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de agosto de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 26-2017 - NOMEIA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 026/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Samuel Viane Paganelli no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1º - Fica nomeado o Senhor, FLÁVIO ROBERTO DE SOUZA inscrito no CPF nº 898.704.179-49, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de setembro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

RESOLUÇÃO Nº 010-2017 - DISPÕE SOBRE USO DE VEÍCULO OFICIAL

RESOLUÇÃO Nº 010/2017

DISPÕE SOBRE O USO DO VEÍCULO DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das suas atribuições institucionais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º O veículo da Câmara de Vereadores de Navegantes destina-se exclusivamente para o transporte de pessoal a serviço ou materiais pertinentes às atividades da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - pessoal a serviço: os vereadores e os servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes, quando no cumprimento de suas atribuições;

II - materiais: os documentos e outros materiais que estejam em consonância com as atividades da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 2º A condução do Veículo da Câmara é atribuição do vereador ou servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou comissionado, devidamente habilitado, que poderá conduzir o veículo, sempre mediante prévia autorização do Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes.

§ 1º O requerimento para utilização do veículo deverá ser protocolada na Diretoria Administrativa da Câmara de Vereadores de Navegantes, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da efetiva utilização, informando as datas e horários de saída e retorno, o roteiro de viagem e a finalidade, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 3º Para utilização do veículo com convidados, faz-se obrigatório constar na requisição a relação com o nome destes, acompanhada de fotocópia do documento de identidade ou documento com foto, para identificação.

Art. 4º Será anotada diariamente a utilização do veículo no relatório de Controle de Tráfego da Câmara, Anexo II desta Resolução, caso o veículo não tenha sido utilizado, o relatório será preenchido com a expressão "não utilizado nesta data".

Art. 5º Para o eficiente funcionamento das atividades vinculadas ao transporte com o Veículo Oficial da Câmara, é vedado:

I - buscar ou levar para casa vereador e servidor, exceto quando o deslocamento for para fora do Município de Navegantes ou estiver no itinerário;

II - utilizar o veículo vereador licenciado do cargo;

III - desviar rotas sem autorização;

IV - deixar lixo no interior do veículo;

Art. 6º Terá direito ao uso do Veículo da Câmara aquele que agendar primeiro o uso, quando coincidir mais de um pedido.

Art. 7º Será permitido um agendamento por vez para cada vereador, sendo permitido novo agendamento depois da efetiva utilização do Veículo, respeitando-se o uso racional e proporcional do veículo entre os parlamentares.

Art. 8º O cancelamento de agendamento deverá ser feito por escrito, protocolado na Diretoria Administrativa e entregue ao responsável pelo agendamento.

Art. 9º Antes de sair com o Veículo Oficial, é responsabilidade do condutor verificar:

I - os níveis de óleo, combustível e de temperatura do veículo;

II - se os pneus do veículo estão em bom estado, cheios e calibrados;

III - se não há danos aparentes na lataria do veículo, como:

- a) arranhões;
- b) amassados;
- c) peças danificadas; e
- d) bancos danificados.

Art. 10 Ao devolver o veículo, é dever do condutor:

I - entregar a chave do veículo para o responsável pelo agendamento; e

II - relatar os motivos no caso de sinistro, através de memorando interno, à Presidência da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 11 É vedado o uso do Veículo Oficial da Câmara para:

I - desviar do roteiro solicitado e autorizado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes;

II - transportar convidados, com exceção dos agentes políticos e servidores públicos municipais, estaduais, federais e os previamente identificados no Anexo I;

III - transportar ou distribuir material estranho às atividades da Câmara de Vereadores de Navegantes; e

IV - dar carona.

Parágrafo único. Consideram-se convidados, para os efeitos desta Resolução, as pessoas que não pertencem ao quadro de vereadores e servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 12 A utilização do veículo da Câmara de Vereadores de Navegantes em desacordo com as normas aqui estabelecidas acarretará ao descumpridor as responsabilidades administrativas, civis e criminais pelo ato praticado ou consequências advindas, apuradas em processo administrativo.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 04 de setembro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI
Presidente

MURILO CORDEIRO
Vice-presidente

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
1º Secretário

PAULO RODRIGO MELZI
2º Secretário

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 010/2017 REQUISIÇÃO DE USO DO VEÍCULO DA CÂMARA

Requisição nº ____/____ Navegantes/SC, ____ de ____ de ____.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA: Defiro [] Indefero []

Navegantes, ____/____/____ Assinatura:

De: _____(nome).

Para: Presidente da Câmara de Vereadores, Conforme determina a Resolução nº 010/2017 através desta requisição, solicito a Vossa Excelência a autorização para o uso do Veículo da Câmara nas datas e horários conforme abaixo:

DATA DE SAÍDA: ____/____/____ HORÁRIO DE SAÍDA: ____/____/____

DATA DE CHEGADA: ____/____/____ HORÁRIO DE CHEGADA: ____/____/____

DESTINO: _____

OBJETIVO/FINALIDADE: _____

ACOMPANHANTE/CONVIDADOS: SIM [] NÃO []

NOME DOS ACOMPANHANTES/CONVIDADOS:

1. _____ 2. _____

3. _____ 4. _____

5. _____ 6. _____

Desde já, declaro que estou ciente das minhas responsabilidades administrativas, cíveis e criminais relacionadas ao uso do veículo, principalmente no que referem-se a multas de trânsito.

Sem mais, estendo cordiais saudações, ao passo em que aguardo despacho desta Presidência.

Atenciosamente,

(nome/assinatura do requisitante) (nome/assinatura do responsável pelo agendamento).

RESOLUÇÃO Nº 011-2017 - DESIGNA MEMBROS DE COMISSÃO ESPECIAL

RESOLUÇÃO Nº011/2017

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO NA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais, cria e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam designados como membros da Comissão Especial de Acompanhamento na elaboração e atualização do Regimento Interno da Câmara de Vereadores e Lei Orgânica Municipal:

Murilo Cordeiro Presidente

Paulo Rodrigo Melzi Relator

Alício Jacob Ricobom FilhoMembro

Jefferson Machado Macarini Membro

Cirino Adolfo Cabral Neto Membro

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 04 de setembro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI
Presidente

MURILO CORDEIRO
Vice-presidente

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
1º Secretário

PAULO RODRIGO MELZI
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 012-2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

RESOLUÇÃO Nº 012/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Os vereadores ou os servidores da Câmara de vereadores que se deslocarem eventualmente do município, para exercer atribuições inerentes ao cargo e a função estando no interesse da Câmara de Vereadores e do Município, farão jus à diária para cobertura de despesas de alimentação, estadia e locomoção urbana.

Parágrafo único: As despesas com aquisição de passagens, taxas de embarque, seguros e similares não compõem as diárias e serão adquiridas pela Tesouraria da Câmara.

Art. 2º Não haverá distinção de valores de diárias entre Vereadores e Presidente da Câmara Municipal, unificando o 1º e o 2º grupo do anexo único desta resolução.

Art. 3º Os valores das diárias corresponderão ao número de unidades fixadas no Anexo Único desta Resolução, para cada grupo de cargo, emprego e função. Parágrafo Único – O valor da diária terá como base de cálculo a Unidade Fiscal do Município(UFM), multiplicada pelo número de unidade fixada para cada grupo.

Art. 4º A Autorização para deslocamento e a concessão de diárias serão deferidas pela comissão de Deslocamento e Concessão de Diárias, após a formalização de requerimento com o devido protocolo da recepção e assinatura do funcionário responsável pela recepção, devendo constar no requerimento a identificação do vereador e ou funcionário, o destino e a justificativa do deslocamento.

§ 1º Os requerimentos de Deslocamento e Concessão de Diárias, para serem apreciados pela Comissão, devem ser protocolados com no mínimo de 24 horas de antecedência.

§ 2º A Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias serão constituídas por dois membros, um efetivo e um comissionado, os quais deverão analisar os requerimentos, deferindo-os ou indeferindo-os, sendo os membros nomeados por portaria pelo presidente.

Art. 5º As diárias poderão ser pagas antes do início da viagem, de uma vez só, exceto nas situações emergenciais e prorrogações, a critério da Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias.

Art. 6º O vereador que estiver ausente representando o Poder Legislativo Municipal em missão oficial de interesse do município terá sua ausência em Sessão Ordinária justificada, independente do número de sessões, percebendo o subsídio da mesma.

Art. 7º A concessão de diária será condicionada a programação mensal e a existência de dotação orçamentária financeira disponível.

§ 1º Ficam limitadas como programação mensal o pagamento de no máximo 02 (duas) diárias por mês para cada vereador ou servidor.

§ 2º Em casos de extrema necessidade e de relevante interesse da Câmara de Vereadores, o Presidente autorizará diárias suplementares.

§ 3º Fica limitada ainda, a participação de cada vereador ou

servidor de no máximo 01 (um) curso de treinamento ou capacitação por semestre.

Art. 8º A diária é devida a cada período de 24(vinte e quatro) horas de afastamento, tornando-se, como termo inicial e final para contagem dos dias, a hora da partida e a de chegada ao município, respectivamente.

Art. 9º A diária não é devida quando o deslocamento do Vereador ou do Servidor durar menos de 06 (seis) horas.

Art. 10 Quando o deslocamento tiver início a partir de sexta feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, será expressamente justificado e, dependerá de autorização da Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias.

Art. 11 Nos caso emergenciais, as diárias poderão ser pagas no decorrer do afastamento do Vereador ou Servidor, mediante a justificativa devidamente fundamentada para a Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias.

Art. 12 O beneficiário da diária deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, do seu retorno, prestar contas e apresentar relatório sucinto, por escrito, a Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias, anexando documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem.

§ 1º Em relação à prestação de contas, o beneficiário deverá apresentar a comprovação, por intermédio de, ao menos, um documento fiscal por dia.

§ 2º O descumprimento no disposto no Caput deste artigo sujeitará o Vereador ou servidor ao desconto integral e imediato em folha dos valores de diária recebidos sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 13 Serão restituídas em 03(Três) dias, contados da data do retorno, as diárias recebidas em excesso.

Parágrafo único - Quando, por qualquer motivo, não ocorrer o afastamento, o beneficiário restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido no Caput deste artigo, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 15 É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra atribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 16 Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução 005/2016.

Câmara Municipal de Navegantes, 04 de setembro de 2017.

SAMUEL VIANEY PAGANELLI
Presidente

MURILO CORDEIRO
Vice-presidente

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
1º Secretário

PAULO RODRIGO MELZI
2º Secretário

ANEXO ÚNICO

GUPOS BASE DE CÁLCULO (UFM) NO ESTADO.

Sem pernoite Com pernoite

1º GRUPO: Presidente da Câmara de Vereadores----- 1,5(UFM)
3,5 (UFM)

2º GRUPO: Vereadores----- 1,5(UFM)
3,5 (UFM)

3º GRUPO: Servidores----- 1,0(UFM)
3,0(UFM)

**GUPOS BASE DE CÁLCULO (UFM) FORA DO ESTADO NO TERRITÓ-
RIO NACIONAL.**

Sem pernoite Com pernoite

1º GRUPO: Presidente da Câmara de Vereadores----- 3,5(UFM)

6,0(UFM)

2º GRUPO: Vereadores----- 3,5(UFM)

6,0(UFM)

3º GRUPO: Servidores----- 3,0(UFM)

5,0(UFM)

**GUPOS BASE DE CÁLCULO (UFM) FORA DO TERRITÓRIO NACIO-
NAL.**

1º GRUPO: Presidente da Câmara de Vereadores----- 8,0(UFM)

2º GRUPO: Vereadores----- 8,0(UFM)

3º GRUPO: Servidores----- 7,0(UFM)

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS 90/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 90/2017
Edital: Pregão Nº.: 29/2017
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Solicitação de contratação de empresas para fornecimento de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes, conforme controle na Unidade de Saúde Municipal.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de setembro de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de setembro de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 05 de setembro de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

Nova Trento

PREFEITURA

COMUNICADO

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, comunica a quem interessar possa que fica cancelada a publicação do Decreto nº 250, de 31 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM-SC, no dia 01 de setembro de 2017, Edição nº 2332, página 504.

Nova Trento, em 05 de setembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 195/2017

Decreto nº 195, de 12 de julho de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401 - Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	43.975,10
0401.1.004	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00 .2.06.000000	Aplicações Diretas	43.975,10
	SUPLEMENTAÇÃO	43.975,10
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	
3.3.90.00.00.00.00.00 .3.06.000000	Aplicações Diretas	43.975,10

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 196/2017

Decreto nº 196, de 12 de julho de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0301 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	29.900,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	29.900,00
	SUPLEMENTAÇÃO	29.900,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	29.900,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 197/2017

DECRETO Nº 197, de 12 de julho de 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária dentro do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017,

Considerando, a necessidade de recursos das fontes 0.1.02.000000 – Aplicações Diretas para a ação de governo nº 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos da ação nº 2.022 – Ações de Saúde da Família, 2.023 – Ações com Agentes Comunitários de Saúde e 2.025 – Núcleo de Apoio à Saúde da família – NASF/SC;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro do próprio Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para este Fundo; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO:	265.000,00
1001.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.0 1.02.000000	Aplicação Direta	265.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	265.000,00
1001.2.022	Ações de Saúde da Família - PSF	180.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0 1.02.000000	Aplicação Direta	150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.0 1.02.000000	Aplicação Direta	30.000,00
1001.2.023	Ações com Agentes Comunitários de Saúde	37.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0 1.02.000000	Aplicação Direta	37.000,00
1001.2.025	Núcleo de Apoio à Saúde da Família–NASF/SC.	48.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0 1.02.000000	Aplicação Direta	48.000,00

Decreto nº 197/2017

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 12 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 198/2017

DECRETO Nº 198, de 12 de julho de 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017,

Considerando, a necessidade de recursos da fonte 0.1.01.000000 – Aplicações Diretas para as ações de governo nº 2.011 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental e 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos das ações nº 2.011 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental e 2.014 – Manutenção do Transporte Escolar;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401. Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO:	397.700,00
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola	
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	185.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.13.000000	Aplicação Direta	150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicações Diretas-Oper.Intra Orç.	60.000,00
0701. Secretaria M. de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento		
0701.2.050	Manutenção do STOSU	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicação Direta	2.700,00
0401. Secretaria Municipal da Educação		
	SUPLEMENTAÇÃO	397.700,00
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	190.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.13.000000	Aplicação Direta	70.000,00
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	205.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicação Direta	118.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.13.000000	Aplicação Direta-Oper. Intra Orç.	63.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicações Diretas-Oper.Intra Orç.	7.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0 1.01.000000	Aplicações Diretas-Oper.Intra Orç.	17.000,00
0701. Secretaria M. de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento		
0701.2.050	Manutenção do STOSU	2.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicação Direta	2.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 12 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Martino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 199/2017

Decreto nº 199, de 12 de julho de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	1.311,00
1001.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	1.311,00
	SUPLEMENTAÇÃO	1.311,00
1001.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	1.311,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 200/2017

Decreto nº 200, de 12 de julho de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0301 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	799,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3.3.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	799,00
	SUPLEMENTAÇÃO	799,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
4.4.90.00.00.00.00.00 .1.00.000000	Aplicações Diretas	799,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 201/2017

Decreto nº 202, de 21 de julho de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar, por Conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 10.935,96 (dez mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624 /2016):

12 – IPREVENT

01 - IPREVENT

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201.2.003	Administração do IPREVENT	
	SUPLEMENTAÇÃO	10.935,96
3.3.90.00.00.00.00.00 2.35.000000	Aplicações Diretas	10.935,96

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 203/2017

Decreto nº 203, de 21 de julho de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	14.245,00
1001.2.021	Ações de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	14.245,00
	SUPLEMENTAÇÃO	14.245,00
1001.2.021	Ações de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000142	Aplicações Diretas	14.245,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 204/2017

Decreto nº 204, de 25 de julho de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, por Conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais), por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na Fonte "385", Superávit Alienação de Ativos – Detalhamento 116 – MDEB Despesas de Capital, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0401 – Secretaria Municipal de Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401.1.003	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	43.300,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
4.4.90.00.00.00.00.00 3.85.000116	Aplicações Diretas	43.300,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 206/2017

Decreto nº 206, de 25 de julho de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	6.000,00
1001.2.026	Ações de Atenção Básica -PMAQ	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000144	Aplicações Diretas	6.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	6.000,00
1001.2.026	Ações de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000144	Aplicações Diretas	6.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 210/2017

Decreto nº 210, de 26 de julho de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 – Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "29" – Transferências de recursos do SUS/Estado – Detalhamento: 159 -ASPS – Ações de Média e Alta Complexidade, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

1001 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	300.000,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.29.000159	Aplicações Diretas	300.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 214/2017

Decreto nº 214, de 04 de agosto de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017, e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na Fonte de Recursos Próprios "00", a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0801 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801.2.043	Funcionamento e Manutenção do FIA	43.500,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.3.50.00.00.00.00.00 1.00.000000	Transf. a Instituições privadas sem Fins Lucrativos	8.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00 1.00.000000	Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 221/2017

Decreto nº 221, de 14 de agosto de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

1001 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	7.400,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	7.400,00
	SUPLEMENTAÇÃO	7.400,00
1001.2.027	Manutenção do Hospital	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.02.000000	Aplicações Diretas	7.400,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 222/2017

Decreto nº 222, de 14 de agosto de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017, e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623 /2016 – Lei de

Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na Fonte de Recursos Próprios "35", Despesas Administrativas, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

12 – IPREVENT

01 – IPREVENT

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201.2.003	Administração do IPREVENT	60.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 2.35.000000	Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Port. nº 364/2016

DECRETO Nº 223/2017

DECRETO Nº 240, de 25 de agosto de 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017,

Considerando, a necessidade de recursos das fontes 0.1.01.000000, 0.1.13.000000 – Aplicações Diretas para as ações de governo nº 2.011– Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental, 2.014 – Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar, 2016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos das ações nº 2.011 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental; 2.014 – Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar, 2016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401. Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO:	181.692,86
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	136.031,49
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.000000	Aplicação Direta	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	40.218,89
4.4.90.00.00.00.00.00.01.01.000000	Aplicação Direta	14.420,60
4.4.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	1.392,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	210,60
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	210,60
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	1.459,77
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	1.459,77
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola	44.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	40.000,00
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	181.692,86
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	136.031,49
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.000000	Aplicação Direta	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	40.218,89
4.4.90.00.00.00.00.00.01.01.000000	Aplicação Direta	14.420,60
4.4.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	1.392,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	210,60
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	210,60
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	1.459,77
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	1.459,77
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola	44.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.13.000000	Aplicação Direta	40.000,00

Decreto nº 223/2017

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 14 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 234/2017

Decreto nº 234, de 08 de agosto de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0701 - Secretaria Municipal de Obra, Serviços Urbanos e Planejamento:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	1.998,00
0701.2.052	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
3.3.90.00.00.00.00.00.1.16.000102	Aplicações Diretas	1.998,00
	SUPLEMENTAÇÃO	1.998,00
0701.2.052	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
4.4.90.00.00.00.00.00.1.16.000102	Aplicações Diretas	1.998,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 239/2017

Decreto nº 239, de 25 de agosto de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 138.897,35 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e sete mil, e trinta e cinco centavos), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na Fonte

"00", Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016):

0701 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	138.897,35
0701.1.018	Pavimentação de ruas	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.70.000044	Aplicações Diretas	138.897,35

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 240/2017

DECRETO Nº 240, de 25 de agosto de 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017,

Considerando, a necessidade de recursos das fontes 0.1.01.000000, 0.1.13.000000 – Aplicações Diretas para as ações de governo nº 2.011– Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental, 2.014 – Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar, 2016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos das ações nº 2.011 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental; 2.014 – Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar, 2016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0401. Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO:	181.692,86
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	136.031,49

3.3.90.00.00.00.00.00 1.01.000000	Aplicação Direta	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	40.218,89
4.4.90.00.00.00.00.00 1.01.000000	Aplicação Direta	14.420,60
4.4.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	1.392,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	201,60
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	201,60
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	1.459,77
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	1.459,77
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola	44.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	40.000,00
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	181.692,86
0401.2.011	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	136.031,49
3.3.90.00.00.00.00.00 1.01.000000	Aplicação Direta	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	40.218,89
4.4.90.00.00.00.00.00 1.01.000000	Aplicação Direta	14.420,60
4.4.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	1.392,00
0401.2.014	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	210,60
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	210,60
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	1.459,77
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	1.459,77
0401.2.058	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola	44.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 1.13.000000	Aplicação Direta	40.000,00

Decreto nº 240/2017

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 25 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no

Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 247/2017

Decreto nº 247, de 31 de agosto de 2017

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária na Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 2.624/2016:

0301 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	10.609,48
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicações Diretas	10.609,48
	SUPLEMENTAÇÃO	10.609,48
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3.3.91.00.00.00.00.00.1.00.000000	Aplicação Direta Decorrente de IOpr. Entre órgãos	10.609,48

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, de conformidade com a legislação em vigor.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 248/2017

Decreto nº 248, de 31 de agosto de 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.623/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias; DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 276.505,71 (duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e setenta e um centavos), por conta do provável excesso de arrecadação apurado até a presente data, na fonte "71" Recursos de Convênio do Estado – Detalhamento: Pavimentação da Rua Clemente Demonti, no valor de R\$ 10.756,71, fonte "70" Recursos de Convênios da União

– Detalhamento: Aquisição de Veículo para Transporte Escolar, no valor de R\$ 168.000,00, fonte "00" Recursos Próprios – Detalhamento 0000, no valor de R\$ 90.000,00 e fonte "01" Recursos de Impostos p/ MDEB – Mínimo 25% - Detalhamento:0000, no valor de R\$ 7.749,00, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2017, (Lei Municipal nº 2.624/2016): 0401 – Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	276.505,71
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração Escolar	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	Aplicações Diretas	50.000,00
0401.1.003	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	168.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.70.000041	Aplicações Diretas	168.000,00
0401.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Creche	7.749,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000	Aplicações Diretas	7.749,00
0601.2.047	Manutenção da Secretaria da Agricultura	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000	Aplicações Diretas	40.000,00
1901.0.005	Encargos Gerais do Município	10.756,71
3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.71.000173	Aplicações Diretas	10.756,71

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 252/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 252/2017

NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para o cargo abaixo indicado, o aprovado no Concurso Público nº 003/2015:

NOME	CARGO	C.H.É
Éder Marquato	Motorista III	40h

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 01 de setembro de 2017
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 257/2017

Decreto nº 257 de 05 de setembro de 2017
Dispõe sobre a anulação do Decreto nº 250, de 31 de agosto de 2017, que convoca candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2015 e dá outras providências.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando, que a Convocação da candidata Gisselle da Silva Ricci, no cargo de Atendente de Creche, aprovada no Concurso Público do qual trata o Edital nº 002/2015, foi realizada de forma equivocada, pois a mesma já foi convocada;

Considerando que a próxima convocação é a 46ª candidata classificada, no Concurso Público – Edital nº 002/2015, como pode ser comprovado no Decreto de Homologação da classificação dos candidatos;

DECRETA:

Art. 1º – Fica anulado o Decreto nº 250 de 31 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, do dia 01 de setembro de 2017, Edição nº 2332, página 504, que convoca a candidata Gisselle da Silva Ricci, no cargo de Atendente de Creche, aprovada e classificada na 4ª posição do Concurso Público nº 002/2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de setembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 483/2017 "C"

PORTARIA Nº 483/2017 "C"

Prorroga Licença Gestante

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o art. 94 e ss, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal) e amparado pelo Decreto nº 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 084 "D", que CONCEDEU Licença Gestante à Servidora Pública Municipal MONICA AMORIM, matrícula nº 6974, no Cargo de Provimento Efetivo de PSICÓLOGA, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 12 de junho de

2017 a 23 de junho de 2017, conforme Resultado Pericial datado de 19 de junho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de junho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 543/2017

PORTARIA Nº 543/2017

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, e de acordo com o que determina o Capítulo III, da Lei Municipal Nº 638/2015 de 23/06/2015,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 003/2017, de 05/06/2017, e convocada pelo Decreto nº 178/2017, MARIA LÍDIA DE ARAÚJO CARDOSO, matrícula Nº 7567 para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 21 de julho de 2017 até a realização de novo Processo Seletivo, não podendo ultrapassar a 60 (sessenta) dias, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 240/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MARIA LIDIA DE ARAÚJO CARDOSO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Marechal Deodoro, nº 113, Bairro Centro, Município de Tijucas,

portadora do CPF nº 638.077.772-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas plantão semanais atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 21 de julho de 2017 até a realização de novo Processo Seletivo, não podendo ultrapassar a 60 (sessenta) dias, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com

as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira Maria
Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Lidia de Araújo Cardoso
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 568/2017

PORTARIA Nº 568/2017

Licença Gestante

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 94 e ss, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 429/2017, que CONCEDEU Licença Gestante à Servidora Pública Municipal FERNANDA DE SOUZA NEVES, matrícula nº 7513, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudiólogo(a), com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 13 de setembro de 2017 a 11 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 19/05/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 570/2017

PORTARIA Nº 570/2017

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal CHRISTIANI TALITA MARCHI VIEIRA DORNELLES, matrícula nº 6555, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de agosto de 2017 até 24 de agosto de 2017, conforme resultado pericial datado de 23 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 576/2017 "C"
PORTARIA Nº 576/2017 "C"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal DEJANILA CIPRIANI MOTTA, matrícula nº 223, concursada no cargo de Agente de saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar de 24 de agosto de 2017 a 02 de outubro de 2017, conforme resultado pericial datado de 24/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de agosto de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 596/2017
PORTARIA Nº 596/2017

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e Decreto nº 095 de 18/04/2017

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 002/2017, de 01/08/2017, convocado conforme Decreto nº 227/2017, MAICO MATOS MENEGOLA, matrícula nº 7581, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, com 30 (trinta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 253/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor MAICO MATOS MENEGOLA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Nº 2.607, nº 324, Bairro Meia Praia, Município de Itapema/SC, portador do CPF nº 697.904.340-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Clínico Geral, com 30 (trinta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 6.950,16 (seis mil, novecentos e cinquenta reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei

Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Maico Matos Menegola
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 597/2017

PORTARIA Nº 597/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de

acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2017, de 11/08/2017, convocada conforme Decreto nº 235/2017 de 22/08/2017, ROSALI MARIA MAZZOLA MAURICI, matrícula nº 7582, para exercer o cargo de Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização, Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 254/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ROSALI MARIA MAZZOLA MAURICI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Maria Cipriani, nº 147, Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 716.268.409-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização, Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Rosali Maria Mazzola Maurici
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 598/2017

PORTARIA Nº 598/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado

na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2017, de 11/08/2017, convocada conforme Decreto nº 235/2017 de 22/08/2017, LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, matrícula nº 7583, para exercer o cargo de Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização, Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO N º 255/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.671.469-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização, Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Lucia Marlene Muraro Wisintainer
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 599/2017

PORTARIA Nº 599/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2017, de 11/08/2017, convocada conforme Decreto nº 235/2017 de 22/08/2017, JUCIANE SILVANO ZANDONAI, matrícula nº 7584, para exercer o cargo de Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização, Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 256/2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora JUCIANE SILVANO ZANDONAI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz Zandonai, nº 160, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 740.303.109-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização, Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Juciane Silvano Zandonai
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 600/2017

PORTARIA N° 600/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, SUSANA VARGAS GERBER VOLTOLINI, matrícula nº 7585, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 10 (dez) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de desdobramento de turma, vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 257/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-00, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUSANA VARGAS GERBER VOLTOLINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Lucas Cipriani, nº 56, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 025.201.119-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 10 (dez) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 747,11 (setecentos e quarenta e sete reais e onze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017(término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02(duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Susana Vargas Gerber Voltolini
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 601/2017

PORTARIA N° 601/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Carater Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, LARISSA BATTISTI, matrícula nº 7586, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Educação Infantil – Creche – Professor Itinerante), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), por motivo de desdobramento de turma, vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 258/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LARISSA BATTISTI brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Giacomo Poli, nº 14, Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 028.723.389-85, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche – Professor Itinerante), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 747,11 (setecentos e quarenta e sete reais e onze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Secretário M. de Educação	Larissa Battisti Contratada
---	--------------------------------

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 602/2017

PORTARIA Nº 602/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, TAISE PEREIRA LUCIANER, matrícula nº 7587, para exercer o cargo de Professor, Nível III, Referência "A", com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), vaga vinculada, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme Portaria Nº 567/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 259/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora TAISE PEREIRA LUCIANER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rod. SC 411, Bairro Rio do Braço, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 083.816.579-62, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor, Nível III, Referência "A", com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

- IV – pela resilição unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Taise Pereira Lucianer
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 603/2017

PORTARIA Nº 603/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, JULIANA ZICATTI DE SANTANA MARCOLLA, matrícula nº 7588, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 05 (cinco) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola – Contação de História), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de desdobramento de turma, vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 260/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA ZICATTI DE SANTANA MARCOLLA brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Claraíba, s/nº, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 043.831.589-86, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 05 (cinco) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola – Contação de História), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 373,55 (trezentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 01 (uma) hora diária, totalizando 05 (cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Secretário M. de Educação	Juliana Zicatti de Santana Marcolla Contratada
---	---

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 604/2017

PORTARIA Nº 604/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, JULIANA DE SOUZA HOFF, matrícula nº 7589, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escola), na Escola de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de desdobramento de turma, vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 261/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA DE SOUZA HOFF, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ivo Schmitt, s/nº, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 043.217.469-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escola), na Escola de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Juliana de Souza Hoff
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 605/2017

PORTARIA Nº 605/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ROSEMARI TAVARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 7590, para exercer o cargo de Professor, Ensino Fundamental – Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, vaga vinculada, em substituição a titular Christiani Talita Marchi Vieira Dornelles, afastada conforme Portaria Nº 582/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 262/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ROSEMARI TAVARES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco J.L.Oliveira, nº 129, Bairro Krequer, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 009.695.700-07, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor, Ensino Fundamental – Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (hum mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Rosemari Tavares de Oliveira
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 611/2017

PORTARIA Nº 611/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado no decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, LAISE CONSTANTE, matrícula nº 7596, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 268/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LAISE CONSTANTE brasileira, amasiada, residente e domiciliada na Rua Araci Griga, nº 186, Bairro Jardim São Paulo, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 065.567.149-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.988,44 (dois mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma

data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Laise Constante
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 612/2017 "A"

PORTARIA N° 612/2017 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal VICTOR ALISSON GOMES, matrícula nº 7275, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, a partir de 01 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 613/2017

PORTARIA N° 613/2017

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 252/2017, de 01 de setembro de 2017 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 09 de Abril 2015, ÉDER MARQUATO, matrícula nº 7598, no Cargo de Provimento Efetivo de Motorista III, com 40 (quarenta horas) semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura. e EMPOSSAR em 06 de setembro de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 06 de setembro de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 613/2017 (RETIFICAR)

PORTARIA Nº 613/2017

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 252/2017, de 01 de setembro de 2017 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 09 de Abril 2015, ÉDER MARQUATO, matrícula nº 7598, no Cargo de Provimento Efetivo de Motorista III, com 40 (quarenta horas) semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 04 de setembro de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 04 de setembro de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de setembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2017**TERMO DE RETIFICAÇÃO**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 087/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2017

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de Alimento Nutricional complementar infantil, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios de digestão e absorção de nutrientes, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

O Pregoeiro da Prefeitura de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, informa que foi procedida a RETIFICAÇÃO da ESPECIFICAÇÃO dos itens 01 e 02 do Edital supra referido, conforme segue: Onde se lê: Item 01 - Fórmula infantil de partida em pó, recomendado para lactantes de 0 a 6 meses, contendo prebióticos 0,8g/100ml (10% FOS e 90% GOS), LcPUFAs - ácidos graxos de cadeia longa - ácidos araquidônico (ARA) e docosahexaenoico (DHA) e nucleotídeos. Relação caseína: soro do leite 40: 60 e exclusivo mix de 98% de gorduras de origem vegetal. Lata de 400 gramas.

Leia-se: Item 01 - Fórmula infantil de partida em pó, recomendado para lactantes de 0 a 6 meses, contendo prebióticos de 0,4 a 0,8g/100ml (10% FOS e 90% GOS), LcPUFAs - ácidos graxos de cadeia longa - ácidos araquidônico (ARA) e docosahexaenoico (DHA) e nucleotídeos. Relação caseína: soro do leite 30:70 ou 40: 60 e mínimo de 96% de gorduras de origem vegetal. Lata de no mínimo 400 gramas.

Onde se lê: Item 02 - Fórmula infantil de partida em pó, recomendado para lactantes de 6 a 12 meses, contendo prebióticos 0,8g/100ml (10% FOS e 90% GOS), LcPUFAs - ácidos graxos de cadeia longa - ácidos araquidônico (ARA) e docosahexaenoico (DHA) e nucleotídeos. Relação caseína: soro do leite 40: 60 e exclusivo

mix de 98% de gorduras de origem vegetal. Lata de 400 gramas. Leia-se: Item 02. Fórmula infantil de partida em pó, recomendado para lactantes de 6 a 12 meses, contendo prebióticos de 0,4 a 0,8g/100ml (10% FOS e 90% GOS), LcPUFAs - ácidos graxos de cadeia longa - ácidos araquidônico (ARA) e docosahexaenoico (DHA) e nucleotídeos. Relação caseína: soro do leite 30:70 ou 50: 50. Fonte de gordura de no mínimo 97% de origem vegetal. Latas à partir de 400 gramas.

O item 03 permanece da forma que está.

Considerando que a presente retificação não restringe a participação de nenhuma empresa, é apenas para ampliação da concorrência, permanece a mesma data para processamento do Pregão, ou seja, dia 12/09/2017 até as 14:00 horas para entrega dos envelopes e credenciamento; Abertura de Propostas e fase de lances, dia 12/09/2017 as 14:30 horas.

Nova Trento, 04 de setembro de 2017.

Aprigio José Botameli
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO RESULTADO JULGAMENTO HABILITAÇÃO PL Nº 043/2017

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA READEQUAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, PAVER E DRENAGEM PLUVIAL DE PARTE DA RUA EULIVIO PASTRE, SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 404,50 M2, em regime de execução indireta de empreitada por preço Global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma global, descritos nos Anexos III - VII, parte integrante deste edital. Que no dia de sua realização 31/08/2017 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas: ANDERSON SAVI MONDO DOS SANTOS ME, CONSTUTORA VILLANI LTDA EPP e NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI ME. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que a empresa ANDERSON SAVI MONDO DOS SANTOS ME, não cumpriu com os requisitos da fase de Habilitação e portanto foi INABILITADA, as empresas CONSTUTORA VILLANI LTDA EPP e NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI ME, foram HABILITADAS para próxima fase, ou seja abertura dos envelopes. Como não houve representante da empresa ANDERSON SAVI MONDO DOS SANTOS ME, e o mesmo foi INABILITADO, abre-se prazo para interposição de recurso por parte da empresa, encerrando o prazo no dia 11/09/2017 no horário de expediente, conforme a Lei 8.666/93 Art.109, I, "a" parágrafo 6º . Decorrido o tempo hábil para interposição de recurso, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento daqueles interpostos, será marcada nova data para julgamento das propostas.

Novo Horizonte (SC), em 31 de Agosto de 2017.
Comissão Permanente de Licitação

RREO 4BIM.2QUAD.E RGF 2QUAD.NOVO HORIZONTE

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Quadrimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)			
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	5,00	0,00	5,00			
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00			
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II) Despesas de Capital Investimentos	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (IIf + IIg)			SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIf)	
Valor(III)	0,00				0,00	
FONTE:						

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	5,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Despesas de Capital	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Investimentos	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
Valor(III)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23		
Dívida Ativa dos Impostos	6.655,00	6.655,00	1.573,64	23,65		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.896.059,00	12.896.059,00	7.413.330,33	57,49		
Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92		
Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	908,71	11,38		
Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74		
Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11		
Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.274.063,00	13.274.063,00	7.702.382,72	58,03		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Quadrimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Quadrimestre	% (f/e)*100	Até o Quadrimestre	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.655.891,71	3.048.143,86	2.067.790,43	67,84	1.643.813,80	53,93
Pessoal e Encargos Sociais	1.298.390,50	1.365.269,22	814.581,34	59,66	812.914,62	59,54
Outras Despesas Correntes	1.357.501,21	1.682.874,64	1.253.209,09	74,47	830.899,18	49,37
DESPESAS DE CAPITAL	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02
Investimentos	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	(f/e)*100	Até o Quadrimestre	(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02
Investimentos	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.828.924,71	3.121.176,86	2.074.310,43	66,46	1.645.285,80	52,71
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	(h/v)*100	Até o Quadrimestre	(i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	571.002,00	812.831,76	437.564,46	21,09	400.965,75	24,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	528.409,00	719.757,85	394.012,31	18,99	358.961,90	21,82
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	42.593,00	93.073,91	43.552,15	2,10	42.003,85	2,55
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	571.002,00	812.831,76	437.564,46	21,09	400.965,75	24,37
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.257.922,71	2.308.345,10	1.636.745,97	78,91	1.244.320,05	75,63
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						88.962,64

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Quadrimestre (l)	% (Total l)*100	
					Até Quadrimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.828.924,71	3.121.176,86	2.074.310,43	100,00	1.645.285,80
TOTAL	2.828.924,71	3.121.176,86	2.074.310,43	100,00	1.645.285,80

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALRICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23
Dívida Ativa dos Impostos	6.655,00	6.655,00	1.573,64	23,65
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.896.059,00	12.896.059,00	7.413.330,33	57,49
Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92
Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	906,71	11,38
Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74
Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11
Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.274.063,00	13.274.063,00	7.702.382,72	58,03

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.655.891,71	3.048.143,86	2.067.790,43	67,84	1.643.813,80	53,93
Pessoal e Encargos Sociais	1.298.390,50	1.365.269,22	814.581,34	59,66	812.914,62	59,54
Outras Despesas Correntes	1.357.501,21	1.682.874,64	1.253.209,09	74,47	830.899,18	49,37
DESPESAS DE CAPITAL	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02
Investimentos	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02
Investimentos	173.033,00	73.033,00	6.520,00	8,93	1.472,00	2,02
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.828.924,71	3.121.176,86	2.074.310,43	66,46	1.645.285,80	52,71
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	571.002,00	812.831,76	437.564,46	21,09	400.965,75	24,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	528.409,00	719.757,85	394.012,31	18,99	358.961,90	21,82
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	42.593,00	93.073,91	43.552,15	2,10	42.003,85	2,55
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	571.002,00	812.831,76	437.564,46	21,09	400.965,75	24,37
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.257.922,71	2.308.345,10	1.636.745,97	78,91	1.244.320,05	75,63
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,16
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						88.962,64

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (m/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.828.924,71	3.121.176,86	2.074.310,43	100,00	1.645.285,80 100,00
TOTAL	2.828.924,71	3.121.176,86	2.074.310,43	100,00	1.645.285,80 100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALRICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

<div>VANDERLEI SANAGIOTTO</div> <div>PREFEITO MUNICIPAL</div>	<div>RICHARDSON BATISTI</div> <div>SECRETARIO SAF</div>	<div>JUAREZ ZILLI</div> <div>CONTROLADOR INTERNO</div>
<div>VALDEMAR P. GOBI</div> <div>TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0</div>		

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Quadrimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.866.904,20		
Previsão Atualizada		14.866.904,20		
Receitas Realizadas		10.622.024,70		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.888.473,60		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.866.904,20		
Créditos Adicionais		2.080.540,39		
Dotação Atualizada		16.947.444,59		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
Despesas pagas		9.049.408,65		
Superavit Orçamentário		1.459.868,48		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Quadrimestre		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Quadrimestre		
Receita Corrente Líquida		13.400.640,90		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Quadrimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.046.122,34		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		248.714,04		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.797.408,30		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.362.631,80	216.777,84	15,91
Resultado Primário		748.013,00	16.980,40	2,27
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Quadrimestre	Pagamento até o Quadrimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
EXECUTIVO	357.303,75	229.540,02	127.763,73	0,00
LEGISLATIVO	1.595,00	0,00	1.595,00	0,00
TOTAL:	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.323.659,11	25%	29,06
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		539.087,21	60%	74,32
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		623.168,34	579.343,66	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.244.320,05	15,00	16,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.866.904,20		
Previsão Atualizada		14.866.904,20		
Receitas Realizadas		10.622.024,70		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.888.473,60		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.866.904,20		
Créditos Adicionais		2.080.540,39		
Dotação Atualizada		16.947.444,59		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
Despesas pagas		9.049.408,65		
Superavit Orçamentário		1.459.868,48		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.400.640,90		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.046.122,34		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		248.714,04		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.797.408,30		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.362.631,80	216.777,84	15,91
Resultado Primário		748.013,00	16.980,40	2,27
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
EXECUTIVO	357.303,75	229.540,02	127.763,73	0,00
LEGISLATIVO	1.595,00	0,00	1.595,00	0,00
TOTAL:	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.323.659,11	25%	29,06
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		539.087,21	60%	74,32
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		623.168,34	579.343,66	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.244.320,05	15,00	16,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.866.904,20		
Previsão Atualizada		14.866.904,20		
Receitas Realizadas		10.622.024,70		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.888.473,60		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.866.904,20		
Créditos Adicionais		2.080.540,39		
Dotação Atualizada		16.947.444,59		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
Despesas pagas		9.049.408,65		
Superavit Orçamentário		1.459.868,48		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.400.640,90		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.046.122,34		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		248.714,04		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.797.408,30		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.362.631,80	216.777,84	15,91
Resultado Primário		748.013,00	16.980,40	2,27
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
EXECUTIVO	357.303,75	229.540,02	127.763,73	0,00
LEGISLATIVO	1.595,00	0,00	1.595,00	0,00
TOTAL:	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.323.659,11	25%	29,06
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		539.087,21	60%	74,32
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		623.168,34	579.343,66	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.244.320,05	15,00	16,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		14.866.904,20	
Previsão Atualizada		14.866.904,20	
Receitas Realizadas		10.622.024,70	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.888.473,60	
DESPESAS			
Dotação Inicial		14.866.904,20	
Créditos Adicionais		2.080.540,39	
Dotação Atualizada		16.947.444,59	
Despesas Empenhadas		10.454.384,79	
Despesas Liquidadas		9.162.156,22	
Despesas pagas		9.049.408,65	
Superavit Orçamentário		1.459.868,48	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.454.384,79	
Despesas Liquidadas		9.162.156,22	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		13.400.640,90	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		2.046.122,34	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		248.714,04	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.797.408,30	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		1.362.631,80	216.777,84
Resultado Primário		748.013,00	16.980,40
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	358.898,75	229.540,02	129.358,73
EXECUTIVO	357.303,75	229.540,02	127.763,73
LEGISLATIVO	1.595,00	0,00	1.595,00
TOTAL:	358.898,75	229.540,02	129.358,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.323.659,11	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		539.087,21	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00
Despesa de Capital Líquida		623.168,34	579.343,66

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.244.320,05	15,00	16,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.866.904,20		
Previsão Atualizada		14.866.904,20		
Receitas Realizadas		10.622.024,70		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.888.473,60		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.866.904,20		
Créditos Adicionais		2.080.540,39		
Dotação Atualizada		16.947.444,59		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
Despesas pagas		9.049.408,65		
Superavit Orçamentário		1.459.868,48		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.454.384,79		
Despesas Liquidadas		9.162.156,22		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.400.640,90		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.046.122,34		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		248.714,04		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.797.408,30		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	1.362.631,80	216.777,84	15,91	
Resultado Primário	748.013,00	16.980,40	2,27	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
EXECUTIVO	357.303,75	229.540,02	127.763,73	0,00
LEGISLATIVO	1.595,00	0,00	1.595,00	0,00
TOTAL:	358.898,75	229.540,02	129.358,73	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.323.659,11	25%	29,06	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	539.087,21	60%	74,32	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito	0,00	2,00		
Despesa de Capital Líquida	623.168,34	579.343,66		

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.244.320,05	15,00	16,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.955,09
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.930,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	168.329,09	39,77	321.925,03	76,06	101.332,97
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	155.867,51	41,97	287.478,75	77,41	83.870,25
TAXAS	51.909,00	51.909,00	12.461,58	24,01	34.446,28	66,36	17.462,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	108.593,14	29,78	212.700,46	58,32	151.993,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	97.267,14	28,77	189.998,36	56,20	148.075,64
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	11.326,00	42,55	22.702,10	85,28	3.917,90
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	785.887,01	95,85	1.678.877,97	204,77	-858.979,97
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.993,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	785.887,01	96,32	1.678.877,97	205,77	-862.972,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	83.224,73	59,55	132.723,61	94,97	7.031,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	4.214.857,74	33,37	7.980.599,92	63,19	4.648.197,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	4.142.221,08	32,80	7.875.455,26	62,36	4.753.339,94
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	72.636,66	3.631,833,00	105.144,66	5.257,233,00	-105.142,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	12.579,03	28,21	40.929,70	91,79	3.662,30
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	5.260,71	65,87	11.018,10	137,97	-3.032,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	1.178,05	88,51	4.626,33	347,58	-3.295,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	6.140,27	19,22	25.132,40	78,68	6.811,60
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59	3.178,13
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Superávit Financeiro	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	4.006.890,42	9.575.862,85	4.472.044,74	4.496.988,48	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	1.905.538,73	3.766.599,03	2.280.376,19	1.937.197,33	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	8.837,84	19.212,05	10.682,95	8.837,84	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	2.092.513,85	5.790.051,77	2.180.985,60	2.550.953,31	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	254.853,66	628.216,34	574.295,66	477.531,42	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	146.464,74	411.438,50	497.883,50	369.142,50	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	108.388,92	216.777,84	76.412,16	108.388,92	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.622.024,70	—	5.101.524,69	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Quadrimestre	% (b/a)	Até o Quadrimestre	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	14.427.674,20	14.427.674,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.955,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.427.649,20	14.427.649,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.930,09
IMPOSTOS	423.258,00	423.258,00	168.329,09	39,77	321.925,03	76,06	101.332,97
TAXAS	371.349,00	371.349,00	155.867,51	41,97	287.478,75	77,41	83.870,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	51.909,00	51.909,00	12.461,58	24,01	34.446,28	66,36	17.462,72
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	364.694,00	364.694,00	108.593,14	29,78	212.700,46	58,32	151.993,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	338.074,00	338.074,00	97.267,14	28,77	189.998,36	56,20	148.075,64
RECEITA PATRIMONIAL	26.620,00	26.620,00	11.326,00	42,55	22.702,10	85,28	3.917,90
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	819.898,00	819.898,00	785.887,01	95,85	1.678.877,97	204,77	-858.979,97
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.993,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	815.905,00	815.905,00	785.887,01	96,32	1.678.877,97	205,77	-862.972,97
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	83.224,73	59,55	132.723,61	94,97	7.031,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	4.214.857,74	33,37	7.980.599,92	63,19	4.648.197,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	4.142.221,08	32,80	7.875.455,26	62,36	4.753.339,94
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	72.636,66	3.631,833,00	105.144,66	5.257,233,00	-105.142,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	12.579,03	28,21	40.929,70	91,79	3.662,30
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	5.260,71	65,87	11.018,10	137,97	-3.032,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	1.178,05	88,51	4.626,33	347,58	-3.295,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	6.140,27	19,22	25.132,40	78,68	6.811,60
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59	3.178,13
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Superávit Financeiro	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	4.006.890,42	9.575.862,85	4.472.044,74	4.496.988,48	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	1.905.538,73	3.766.599,03	2.280.376,19	1.937.197,33	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	8.837,84	19.212,05	10.682,95	8.837,84	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	2.092.513,85	5.790.051,77	2.180.985,60	2.550.953,31	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	254.853,66	628.216,34	574.295,66	477.531,42	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	146.464,74	411.438,50	497.883,50	369.142,50	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	108.388,92	216.777,84	76.412,16	108.388,92	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.622.024,70	—	5.101.524,69	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41

Continúa 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30
NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.955,09
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.930,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	168.329,09	39,77	321.925,03	76,06	101.332,97
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	155.867,51	41,97	287.478,75	77,41	83.870,25
TAXAS	51.909,00	51.909,00	12.461,58	24,01	34.446,28	66,36	17.462,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	108.593,14	29,78	212.700,46	58,32	151.993,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	97.267,14	28,77	189.998,36	56,20	148.075,64
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	11.326,00	42,55	22.702,10	85,28	3.917,90
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	785.887,01	95,85	1.678.877,97	204,77	-858.979,97
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.993,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	785.887,01	96,32	1.678.877,97	205,77	-862.972,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	83.224,73	59,55	132.723,61	94,97	7.031,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	4.214.857,74	33,37	7.980.599,92	63,19	4.648.197,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	4.142.221,08	32,80	7.875.455,26	62,36	4.753.339,94
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	72.636,66	3.631,833,00	105.144,66	5.257,233,00	-105.142,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	12.579,03	28,21	40.929,70	91,79	3.662,30
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	5.260,71	65,87	11.018,10	137,97	-3.032,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	1.178,05	88,51	4.626,33	347,58	-3.295,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	6.140,27	19,22	25.132,40	78,68	6.811,60
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59	3.178,13
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Superávit Financeiro	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	4.006.890,42	9.575.862,85	4.472.044,74	4.496.988,48	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	1.905.538,73	3.766.599,03	2.280.376,19	1.937.197,33	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	8.837,84	19.212,05	10.682,95	8.837,84	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	2.092.513,85	5.790.051,77	2.180.985,60	2.550.953,31	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	254.853,66	628.216,34	574.295,66	477.531,42	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	146.464,74	411.438,50	497.883,50	369.142,50	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	108.388,92	216.777,84	76.412,16	108.388,92	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.622.024,70	—	5.101.524,69	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Quadrimestre	% (b/a)	Até o Quadrimestre	% (c/a)	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41

Continúa 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.955,09
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	5.374.988,74	37,25	10.371.719,11	71,89	4.055.930,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	168.329,09	39,77	321.925,03	76,06	101.332,97
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	155.867,51	41,97	287.478,75	77,41	83.870,25
TAXAS	51.909,00	51.909,00	12.461,58	24,01	34.446,28	66,36	17.462,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	108.593,14	29,78	212.700,46	58,32	151.993,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	97.267,14	28,77	189.998,36	56,20	148.075,64
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	11.326,00	42,55	22.702,10	85,28	3.917,90
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	785.887,01	95,85	1.678.877,97	204,77	-858.979,97
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.993,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	785.887,01	96,32	1.678.877,97	205,77	-862.972,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	1.400,00	26,30	3.760,42	70,63	1.563,58
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	118,00	8,87	202,00	15,18	1.129,00
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	83.224,73	59,55	132.723,61	94,97	7.031,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	4.214.857,74	33,37	7.980.599,92	63,19	4.648.197,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	4.142.221,08	32,80	7.875.455,26	62,36	4.753.339,94
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	72.636,66	3.631,833,00	105.144,66	5.257,233,00	-105.142,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	12.579,03	28,21	40.929,70	91,79	3.662,30
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	5.260,71	65,87	11.018,10	137,97	-3.032,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	1.178,05	88,51	4.626,33	347,58	-3.295,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	6.140,27	19,22	25.132,40	78,68	6.811,60
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59	3.178,13
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	5.501.993,52	37,01	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Superávit Financeiro	-	1.888.473,60	-	-	1.888.473,60	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	4.006.890,42	9.575.862,85	4.472.044,74	4.496.988,48	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	1.905.538,73	3.766.599,03	2.280.376,19	1.937.197,33	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	8.837,84	19.212,05	10.682,95	8.837,84	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	2.092.513,85	5.790.051,77	2.180.985,60	2.550.953,31	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	254.853,66	628.216,34	574.295,66	477.531,42	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	146.464,74	411.438,50	497.883,50	369.142,50	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	108.388,92	216.777,84	76.412,16	108.388,92	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	6.256.219,40	4.974.519,90	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.493.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.622.024,70	—	5.101.524,69	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Quadrimestre	% (b/a)	Até o Quadrimestre	% (c/a)	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	127.004,78	28,92	250.305,59	56,99	188.924,41

Continúa 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Relatório resumido da execução orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Agosto 2017/Quadrimestre Maio - Agosto

Continuação 4/4

Despesas (intra-orçamentárias)	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas até o Quadrimestre (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	71,89
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	71,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	92.889,51	21,95	321.925,03	76,06
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	87.711,05	23,62	287.478,75	77,41
TAXAS	51.909,00	51.909,00	5.178,46	9,98	34.446,28	66,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	53.574,95	14,69	212.700,46	58,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	47.840,29	14,15	189.998,36	56,20
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	5.734,66	21,54	22.702,10	85,28
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	731.939,95	89,27	1.678.877,97	204,77
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	731.939,95	89,71	1.678.877,97	205,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	70,63
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	70,63
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	15,18
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	15,18
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	48.329,18	34,58	132.723,61	94,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	2.310.880,27	18,30	7.980.599,92	63,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	2.286.668,05	18,11	7.875.455,26	62,36
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	24.212,22	1.210,611,00	105.144,66	5.257,233,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	8.260,80	18,53	40.929,70	91,79
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	4.031,86	50,49	11.018,10	137,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	140,00	10,52	4.626,33	347,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	4.088,94	12,80	25.132,40	78,68
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						25,00
						2,00
						2,00
						5,00
						4,00
						1,00
						18,00
						18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Superávit Financeiro	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	1.686.221,43	9.575.862,85	4.472.044,74	1.947.309,67	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	954.990,09	3.766.599,03	2.280.376,19	970.789,39	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	4.257,11	19.212,05	10.682,95	4.257,11	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	727.004,23	5.790.051,77	2.180.985,60	972.263,17	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	131.071,60	628.216,34	574.295,66	190.202,25	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	76.877,14	411.438,50	497.883,50	136.007,79	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	54.194,46	216.777,84	76.412,16	54.194,46	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)		(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	167.639,91	—	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.622.024,70	—	2.200.333,38	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
					No Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(a - c)
					(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Recetas (Intra-Orçamentárias)			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	71,89
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	71,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	92.889,51	21,95	321.925,03	76,06
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	87.711,05	23,62	287.478,75	77,41
TAXAS	51.909,00	51.909,00	5.178,46	9,98	34.446,28	66,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	53.574,95	14,69	212.700,46	58,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	47.840,29	14,15	189.998,36	56,20
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	5.734,66	21,54	22.702,10	85,28
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	731.939,95	89,27	1.678.877,97	204,77
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	731.939,95	89,71	1.678.877,97	205,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	70,63
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	70,63
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	15,18
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	15,18
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	48.329,18	34,58	132.723,61	94,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	2.310.880,27	18,30	7.980.599,92	63,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	2.286.668,05	18,11	7.875.455,26	62,36
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	24.212,22	1.210,611,00	105.144,66	5.257,233,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	8.260,80	18,53	40.929,70	91,79
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	4.031,86	50,49	11.018,10	137,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	140,00	10,52	4.626,33	347,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	4.088,94	12,80	25.132,40	78,68
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						25,00
						2,00
						2,00
						5,00
						4,00
						1,00
						18,00
						18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Superávit Financeiro	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	1.686.221,43	9.575.862,85	4.472.044,74	1.947.309,67	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	954.990,09	3.766.599,03	2.280.376,19	970.789,39	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	4.257,11	19.212,05	10.682,95	4.257,11	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	727.004,23	5.790.051,77	2.180.985,60	972.263,17	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	131.071,60	628.216,34	574.295,66	190.202,25	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	76.877,14	411.438,50	497.883,50	136.007,79	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	54.194,46	216.777,84	76.412,16	54.194,46	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.622.024,70	—	2.200.333,38	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
Recetas (Intra-Orçamentárias)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO			
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	(a - c)		
RECETAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41		
RECETA DE CONTRIBUIÇÕES	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41		
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41		

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	71,89
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	71,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	92.889,51	21,95	321.925,03	76,06
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	87.711,05	23,62	287.478,75	77,41
TAXAS	51.909,00	51.909,00	5.178,46	9,98	34.446,28	66,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	53.574,95	14,69	212.700,46	58,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	47.840,29	14,15	189.998,36	56,20
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	5.734,66	21,54	22.702,10	85,28
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	731.939,95	89,27	1.678.877,97	204,77
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	731.939,95	89,71	1.678.877,97	205,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	70,63
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	70,63
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	15,18
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	15,18
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	48.329,18	34,58	132.723,61	94,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	2.310.880,27	18,30	7.980.599,92	63,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	2.286.668,05	18,11	7.875.455,26	62,36
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	24.212,22	1.210,611,00	105.144,66	5.257,233,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	8.260,80	18,53	40.929,70	91,79
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	4.031,86	50,49	11.018,10	137,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	140,00	10,52	4.626,33	347,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	4.088,94	12,80	25.132,40	78,68
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	4,59
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						25,00
						2,00
						2,00
						5,00
						4,00
						1,00
						18,00
						18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Superávit Financeiro	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	1.686.221,43	9.575.862,85	4.472.044,74	1.947.309,67	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	954.990,09	3.766.599,03	2.280.376,19	970.789,39	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	4.257,11	19.212,05	10.682,95	4.257,11	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	727.004,23	5.790.051,77	2.180.985,60	972.263,17	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	131.071,60	628.216,34	574.295,66	190.202,25	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	76.877,14	411.438,50	497.883,50	136.007,79	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	54.194,46	216.777,84	76.412,16	54.194,46	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.622.024,70	—	2.200.333,38	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
					No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	(a - c)
			(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.427.674,20	14.427.674,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	4.055.955,09
RECEITAS CORRENTES	14.427.649,20	14.427.649,20	3.246.296,66	22,50	10.371.719,11	4.055.930,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	423.258,00	423.258,00	92.889,51	21,95	321.925,03	101.332,97
IMPOSTOS	371.349,00	371.349,00	87.711,05	23,62	287.478,75	83.870,25
TAXAS	51.909,00	51.909,00	5.178,46	9,98	34.446,28	17.462,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	364.694,00	364.694,00	53.574,95	14,69	212.700,46	151.993,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	338.074,00	338.074,00	47.840,29	14,15	189.998,36	148.075,64
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	26.620,00	26.620,00	5.734,66	21,54	22.702,10	3.917,90
RECEITA PATRIMONIAL	819.898,00	819.898,00	731.939,95	89,27	1.678.877,97	-858.979,97
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.993,00	3.993,00	0,00	0,00	0,00	3.993,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	815.905,00	815.905,00	731.939,95	89,71	1.678.877,97	-862.972,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	1.563,58
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	5.324,00	5.324,00	380,00	7,14	3.760,42	1.563,58
RECEITA INDUSTRIAL	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	1.129,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.331,00	1.331,00	42,00	3,16	202,00	1.129,00
RECEITA DE SERVIÇOS	139.755,00	139.755,00	48.329,18	34,58	132.723,61	7.031,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.628.797,20	12.628.797,20	2.310.880,27	18,30	7.980.599,92	4.648.197,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.628.795,20	12.628.795,20	2.286.668,05	18,11	7.875.455,26	4.753.339,94
TRANSF. DE CONV.	2,00	2,00	24.212,22	1.210,611,00	105.144,66	-105.142,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.592,00	44.592,00	8.260,80	18,53	40.929,70	3.662,30
MULTAS E JUROS DE MORA	7.986,00	7.986,00	4.031,86	50,49	11.018,10	-3.032,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331,00	1.331,00	140,00	10,52	4.626,33	-3.295,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	31.944,00	31.944,00	4.088,94	12,80	25.132,40	6.811,60
RECEITAS DIVERSAS	3.331,00	3.331,00	0,00	0,00	152,87	3.178,13
RECEITAS DE CAPITAL	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	4,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	18,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	18,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.866.904,20	14.866.904,20	3.309.118,12	22,26	10.622.024,70	71,45	4.244.879,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Superávit Financeiro	—	1.888.473,60	—	—	1.888.473,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
DESPESAS CORRENTES	12.066.452,20	14.047.907,59	1.686.221,43	9.575.862,85	4.472.044,74	1.947.309,67	8.288.682,28	5.759.225,31	8.178.261,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.030.096,50	6.046.975,22	954.990,09	3.766.599,03	2.280.376,19	970.789,39	3.731.190,35	2.315.784,87	3.731.190,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.895,00	29.895,00	4.257,11	19.212,05	10.682,95	4.257,11	19.212,05	10.682,95	19.212,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.976.460,70	7.971.037,37	727.004,23	5.790.051,77	2.180.985,60	972.263,17	4.538.279,88	3.432.757,49	4.427.859,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.103.427,00	1.202.512,00	131.071,60	628.216,34	574.295,66	190.202,25	623.168,34	579.343,66	620.841,14
INVESTIMENTOS	850.537,00	909.322,00	76.877,14	411.438,50	497.883,50	136.007,79	406.390,50	502.931,50	404.063,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.890,00	293.190,00	54.194,46	216.777,84	76.412,16	54.194,46	216.777,84	76.412,16	216.777,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	7.548.447,97	8.799.103,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.209.879,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00	0,00	1.209.879,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37	9.049.408,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	167.639,91	—	—	1.459.868,48	—	1.572.616,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.622.024,70	—	2.200.333,38	10.622.024,70	—	10.622.024,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
					No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	(a - c)
			(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			439.230,00	439.230,00	62.821,46	14,30	250.305,59	56,99	188.924,41

Continúa 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40	250.305,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.797.408,30

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)		
			No Quadrimestre	% (b/Total b)		No Quadrimestre	% (d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	14.379.758,20	16.480.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	97,61	6.256,219,40	8.911.850,62	97,27	7.548.447,97	
	Legislativa	728.057,00	728.057,00	282.006,12	480.929,26	4,60	247.127,74	441.682,06	4,82	286.374,94
Ação Legislativa	728.057,00	728.057,00	282.006,12	480.929,26	4,60	247.127,74	441.682,06	4,82	286.374,94	
Administração	2.009.810,00	2.984.810,00	1.057.396,85	2.296.055,14	21,96	688.754,86	2.084.701,40	22,75	900.108,60	
Administração Geral	2.009.810,00	2.984.810,00	1.057.396,85	2.296.055,14	21,96	688.754,86	2.084.701,40	22,75	900.108,60	
Defesa Nacional	1.331,00	1.331,00	0,00	408,76	0,00	922,24	408,76	0,00	922,24	
Defesa Civil	1.331,00	1.331,00	0,00	408,76	0,00	922,24	408,76	0,00	922,24	
Segurança Pública	15.972,00	52.766,79	8.484,16	18.793,15	0,18	33.973,64	18.793,15	0,21	33.973,64	
Policimento	13.310,00	44.104,79	6.840,66	13.640,65	0,13	30.464,14	13.640,65	0,15	30.464,14	
Defesa Civil	2.662,00	8.662,00	1.643,50	5.152,50	0,05	3.509,50	5.152,50	0,06	3.509,50	
Assistência Social	452.540,00	622.533,36	136.491,68	334.179,30	3,20	288.354,06	271.113,09	2,96	351.420,27	
Assistência à Criança e ao Adolescente	26.620,00	57.522,87	25.352,00	28.641,20	0,27	28.881,67	11.720,40	0,14	44.706,07	
Assistência Comunitária	425.920,00	565.010,49	111.139,68	305.538,10	2,92	259.472,39	130.929,69	2,82	306.714,20	
Previdência Social	1.575.904,00	1.575.904,00	128.957,38	250.934,59	2,40	1.324.969,41	130.327,63	2,71	1.327.189,96	
Previdência do Regime Estatutário	1.575.904,00	1.575.904,00	128.957,38	250.934,59	2,40	1.324.969,41	130.327,63	2,71	1.327.189,96	
Saúde	2.888.819,71	3.198.506,27	916.585,66	2.169.843,02	20,76	1.028.663,25	907.970,21	18,37	1.515.129,42	
Atenção Básica	2.722.444,71	3.014.696,86	850.213,05	2.008.199,18	19,21	1.006.497,68	839.994,99	17,24	1.435.522,31	
Alimentação e Nutrição	166.375,00	183.809,41	66.372,61	161.643,84	1,55	22.165,57	67.975,22	1,14	79.607,11	
Educação	2.998.747,00	3.280.792,73	900.568,09	1.871.066,01	17,90	1.409.726,72	970.797,93	19,41	1.502.057,73	
Ensino Fundamental	2.418.430,00	2.615.702,41	781.763,84	1.647.530,12	15,76	968.172,29	848.155,09	16,97	1.060.503,30	
Ensino Médio	246.236,00	316.009,32	47.839,88	94.696,91	0,91	221.312,41	47.839,88	1,03	221.312,41	
Ensino Superior	86.515,00	86.515,00	0,00	0,00	0,00	86.515,00	0,00	0,00	86.515,00	
Educação Infantil	159.720,00	174.720,00	54.308,18	101.085,22	0,97	73.634,78	58.146,77	1,10	73.634,78	
Educação Especial	87.846,00	87.846,00	16.656,19	27.753,76	0,27	60.092,24	16.656,19	0,30	60.092,24	
Cultura	134.435,00	134.435,00	21.414,70	39.608,65	0,38	94.826,35	7.514,70	0,27	110.121,35	
Diffusão Cultural	134.435,00	134.435,00	21.414,70	39.608,65	0,38	94.826,35	7.514,70	0,27	110.121,35	
Urbanismo	186.345,00	418.134,00	56.881,37	312.980,95	2,99	105.153,05	271.015,00	3,28	117.695,18	
Infra-Estrutura Urbana	53.242,00	263.242,00	6.544,30	233.220,06	2,23	30.021,94	233.220,06	2,55	30.021,94	
Serviços Urbanos	133.103,00	154.892,00	50.337,07	79.760,89	0,76	75.131,11	37.794,94	0,73	87.673,24	
Habituação	54.573,00	55.390,00	0,00	0,00	0,00	55.390,00	0,00	0,00	55.390,00	
Habituação Rural	54.573,00	55.390,00	0,00	0,00	0,00	55.390,00	0,00	0,00	55.390,00	
Agricultura	1.739.623,00	1.739.623,00	374.922,88	1.166.066,03	11,15	573.556,97	481.000,44	11,29	705.497,26	
Recursos Hídricos	22.627,00	22.627,00	0,00	0,00	0,00	22.627,00	0,00	0,00	22.627,00	
Extensão Rural	1.591.881,00	1.591.881,00	338.172,88	1.108.444,03	10,60	483.436,97	976.503,74	10,66	615.377,26	
Promoção da Produção Agropecuária	95.832,00	95.832,00	36.750,00	57.622,00	0,55	38.210,97	57.622,00	0,63	38.210,00	
Telecomunicações	22.627,00	22.627,00	0,00	0,00	0,00	22.627,00	0,00	0,00	22.627,00	
										Continua 1/3

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	14.379.758,20	16.480.298,59	4.261.744,08	10.204.079,19	97,61	4.974.519,90	8.911.850,62	97,27
Energia Elétrica	1.739.623,00	1.739.623,00	374.922,88	1.166.063,03	11,15	481.000,44	1.034.125,74	11,29
Indústria	6.656,00	6.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	19.966,00	19.966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	13.966,00	19.966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.336.714,49	1.406.128,44	296.473,45	1.090.904,62	10,43	483.547,64	870.999,53	9,51
Desporto e Lazer	1.336.714,49	1.406.128,44	296.473,45	1.090.904,62	10,43	483.547,64	870.999,53	9,51
Desporto Comunitário	230.266,00	235.266,00	81.561,74	172.309,71	1,65	90.585,56	154.448,53	1,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.266,00	235.266,00	81.561,74	172.309,71	1,65	90.585,56	154.448,53	1,69
	6.655,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	2,39	127.004,79	250.305,60	2,73
Ação Legislativa	10.648,00	10.648,00	2.761,42	5.345,09	0,05	2.761,42	5.345,09	0,06
Administração	10.648,00	10.648,00	2.761,42	5.345,09	0,05	2.761,42	5.345,09	0,06
Assistência Social	73.205,00	73.205,00	14.723,05	29.842,71	0,29	14.723,05	29.842,71	0,33
Assistência Comunitária	73.205,00	73.205,00	14.723,05	29.842,71	0,29	14.723,05	29.842,71	0,33
Saúde	11.979,00	11.979,00	5.988,68	11.228,49	0,11	5.988,68	11.228,49	0,12
Atenção Básica	11.979,00	11.979,00	5.988,68	11.228,49	0,11	5.988,68	11.228,49	0,12
Educação	106.480,00	106.480,00	33.707,96	66.111,25	0,63	33.707,96	66.111,25	0,72
Educação Infantil	106.480,00	106.480,00	33.707,96	66.111,25	0,63	33.707,96	66.111,25	0,72
Ensino Fundamental	155.727,00	155.727,00	38.142,35	77.752,77	0,74	39.142,35	77.752,77	0,85
Agricultura	146.410,00	146.410,00	36.740,03	73.102,77	0,70	36.740,03	73.102,77	0,80
Extensão Rural	9.317,00	9.317,00	2.402,32	4.650,00	0,04	2.402,32	4.650,00	0,05
Transporte	73.205,00	73.205,00	20.358,07	39.689,15	0,38	20.358,07	39.689,15	0,43
Transporte Rodoviário	73.205,00	73.205,00	20.358,07	39.689,15	0,38	20.358,07	39.689,15	0,43
	46.585,00	46.585,00	7.920,90	15.686,10	0,15	7.920,90	15.686,10	0,17
	46.585,00	46.585,00	7.920,90	15.686,10	0,15	7.920,90	15.686,10	0,17

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	487.146,00	487.146,00	127.004,79	250.305,60	236.840,40	127.004,79	250.305,60	2,73
Desporto e Lazer	9.317,00	9.317,00	2.402,36	4.666,96	4.666,96	2.402,36	4.666,96	0,05
Desporto Comunitário	9.317,00	9.317,00	2.402,36	4.666,96	4.666,96	2.402,36	4.666,96	0,05
TOTAL (III) = (I + II)	14.866.904,20	16.947.444,59	4.388.748,87	10.454.384,79	6.483.059,80	5.101.524,69	9.162.156,22	100,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
									% (b/Total b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	14.379.758,20	16.460.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	97,61	6.256,219,40	8.911.850,62	97,27	
	728.057,00	728.057,00	129.941,94	480.929,26	4,60	247.127,74	441.682,06	4,82	
	Ação Legislativa	728.057,00	728.057,00	129.941,94	480.929,26	4,60	247.127,74	441.682,06	4,82
	Administração	2.009.810,00	2.984.810,00	297.013,05	2.296.055,14	21,96	688.754,86	364.704,16	22,75
	Administração Geral	2.009.810,00	2.984.810,00	297.013,05	2.296.055,14	21,96	688.754,86	364.704,16	22,75
	Defesa Nacional	1.331,00	1.331,00	0,00	408,76	0,00	922,24	408,76	0,00
	Defesa Civil	1.331,00	1.331,00	0,00	408,76	0,00	922,24	408,76	0,00
	Segurança Pública	15.972,00	52.766,79	6.342,30	18.793,15	0,18	33.973,64	18.793,15	0,21
	Policimento	13.310,00	44.104,79	4.698,80	13.640,65	0,13	30.464,14	13.640,65	0,15
	Defesa Civil	2.662,00	8.662,00	1.643,50	5.152,50	0,05	3.509,50	5.152,50	0,06
	Assistência Social	452.540,00	622.533,36	57.204,66	334.179,30	3,20	288.354,06	271.113,09	2,96
	Assistência à Criança e ao Adolescente	26.620,00	57.522,87	42,00	28.641,20	0,27	28.881,67	12.816,80	0,14
	Assistência Comunitária	425.920,00	565.010,49	57.162,66	305.538,10	2,92	259.472,39	258.296,29	2,82
	Previdência Social	1.575.904,00	1.575.904,00	68.816,32	250.934,59	2,40	1.324.969,41	248.714,04	2,71
	Previdência do Regime Estatutário	1.575.904,00	1.575.904,00	68.816,32	250.934,59	2,40	1.324.969,41	248.714,04	2,71
	Saúde	2.888.819,71	3.198.506,27	424.721,29	2.169.843,02	20,76	1.028.663,25	419.744,06	16,83
	Atenção Básica	2.722.444,71	3.014.696,86	358.348,68	2.008.199,18	19,21	1.006.497,68	1.579.174,55	17,24
	Alimentação e Nutrição	166.375,00	183.809,41	66.372,61	161.643,84	1,55	22.165,57	28.983,14	1,14
	Educação	2.998.747,00	3.280.792,73	438.798,29	1.871.066,01	17,90	1.409.726,72	454.898,79	19,41
	Ensino Fundamental	2.418.430,00	2.615.702,41	380.754,99	1.647.530,12	15,76	968.172,29	396.855,49	16,97
	Ensino Médio	246.236,00	316.009,32	23.818,32	94.696,91	0,91	221.312,41	23.818,32	1,03
	Ensino Superior	86.515,00	86.515,00	0,00	0,00	0,00	86.515,00	0,00	0,00
	Educação Infantil	159.720,00	174.720,00	27.284,90	101.085,22	0,97	73.634,78	27.284,90	1,10
	Educação Especial	87.846,00	87.846,00	6.940,08	27.753,76	0,27	60.092,24	6.940,08	0,30
	Cultura	134.435,00	134.435,00	167,90	39.608,65	0,38	94.826,35	5.727,90	0,27
	Diffusão Cultural	134.435,00	134.435,00	167,90	39.608,65	0,38	94.826,35	5.727,90	0,27
Urbanismo	186.345,00	418.134,00	23.489,00	312.980,96	2,99	105.153,05	27.425,52	3,28	
Infra-Estrutura Urbana	53.242,00	263.242,00	-1.531,30	233.220,06	2,23	30.021,94	233.220,06	2,55	
Serviços Urbanos	133.103,00	154.892,00	25.020,30	79.760,89	0,76	75.131,11	67.218,76	0,73	
Habituação	54.573,00	55.390,00	0,00	0,00	0,00	55.390,00	0,00	0,00	
Habituação Rural	54.573,00	55.390,00	0,00	0,00	0,00	55.390,00	0,00	0,00	
Agricultura	1.739.623,00	1.739.623,00	204.692,08	1.186.066,03	11,15	573.556,97	1.034.125,74	11,29	
Recursos Hídricos	22.627,00	22.627,00	0,00	0,00	0,00	22.627,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	1.591.881,00	1.591.881,00	168.362,08	1.108.444,03	10,60	483.436,97	976.503,74	10,66	
Promoção da Produção Agropecuária	95.832,00	95.832,00	36.330,00	57.622,00	0,55	38.210,00	57.622,00	0,63	
Telecomunicações	22.627,00	22.627,00	0,00	0,00	0,00	22.627,00	0,00	0,00	

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.379.758,20	16.480.298,59	1.817.293,03	10.204.079,19	97,61	6.256.219,40	2.137.511,92	8.911.850,62	97,27	7.548.447,97
Agricultura	1.739.623,00	1.739.623,00	204.692,08	1.166.069,03	11,15	573.556,97	254.210,36	1.034.125,74	11,29	705.497,26
Energia Elétrica	6.656,00	6.656,00	0,00	0,00	0,00	6.656,00	0,00	0,00	0,00	6.656,00
Indústria	19.966,00	19.966,00	0,00	0,00	0,00	19.966,00	0,00	0,00	0,00	19.966,00
Promoção Industrial	19.966,00	19.966,00	0,00	0,00	0,00	19.966,00	0,00	0,00	0,00	19.966,00
Transporte	1.336.714,49	1.406.128,44	127.637,08	1.090.904,62	10,43	315.223,82	240.027,82	870.999,53	9,51	535.128,91
Transporte Rodoviário	1.336.714,49	1.406.128,44	127.637,08	1.090.904,62	10,43	315.223,82	240.027,82	870.999,53	9,51	535.128,91
Desporto e Lazer	230.266,00	235.266,00	38.469,12	172.309,71	1,65	62.956,29	36.381,86	154.448,53	1,69	80.817,47
Desporto Comunitário	230.266,00	235.266,00	38.469,12	172.309,71	1,65	62.956,29	36.381,86	154.448,53	1,69	80.817,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.655,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	6.655,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	2,39	236.840,40	62.821,46	250.305,60	2,73	236.840,40
Legislativa	10.648,00	10.648,00	1.380,71	5.345,09	0,05	5.302,91	1.380,71	5.345,09	0,06	5.302,91
Ação Legislativa	10.648,00	10.648,00	1.380,71	5.345,09	0,05	5.302,91	1.380,71	5.345,09	0,06	5.302,91
Administração	73.205,00	73.205,00	7.365,24	29.842,71	0,29	43.362,29	7.365,24	29.842,71	0,33	43.362,29
Administração Geral	73.205,00	73.205,00	7.365,24	29.842,71	0,29	43.362,29	7.365,24	29.842,71	0,33	43.362,29
Assistência Social	11.979,00	11.979,00	3.078,94	11.228,49	0,11	750,51	3.078,94	11.228,49	0,12	750,51
Assistência Comunitária	11.979,00	11.979,00	3.078,94	11.228,49	0,11	750,51	3.078,94	11.228,49	0,12	750,51
Saúde	106.480,00	106.480,00	16.718,62	66.111,25	0,63	40.368,75	16.718,62	66.111,25	0,72	40.368,75
Atenção Básica	106.480,00	106.480,00	16.718,62	66.111,25	0,63	40.368,75	16.718,62	66.111,25	0,72	40.368,75
Educação	155.727,00	155.727,00	18.988,90	77.752,77	0,74	77.974,23	18.988,90	77.752,77	0,85	77.974,23
Educação Fundamental	146.410,00	146.410,00	17.787,74	73.102,77	0,70	73.307,23	17.787,74	73.102,77	0,80	73.307,23
Educação Infantil	9.317,00	9.317,00	1.201,16	4.650,00	0,04	4.667,00	1.201,16	4.650,00	0,05	4.667,00
Agricultura	73.205,00	73.205,00	10.048,61	39.689,15	0,38	33.515,85	10.048,61	39.689,15	0,43	33.515,85
Extensão Rural	73.205,00	73.205,00	10.048,61	39.689,15	0,38	33.515,85	10.048,61	39.689,15	0,43	33.515,85
Transporte	46.585,00	46.585,00	4.039,26	15.686,10	0,15	30.898,90	4.039,26	15.686,10	0,17	30.898,90
Transporte Rodoviário	46.585,00	46.585,00	4.039,26	15.686,10	0,15	30.898,90	4.039,26	15.686,10	0,17	30.898,90

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	487.146,00	487.146,00	62.821,46	250.305,60	236.840,40	62.821,46	250.305,60	236.840,40
Desporto e Lazer	9.317,00	9.317,00	1.201,18	4.666,96	4.666,96	1.201,18	4.666,96	4.666,96
Desporto Comunitário	9.317,00	9.317,00	1.201,18	4.666,96	4.666,96	1.201,18	4.666,96	4.666,96
TOTAL (III) = (I + II)	14.866.904,20	16.947.444,59	1.880.114,49	10.454.384,79	6.493.059,80	2.200.333,38	9.162.156,22	7.785.288,37

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALRICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRO/SC 17691-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PRÉVISO ATUALIZADO 2017
	Sem/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agos/2017	TOTAL (U.L. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.164.795,57	1.175.759,69	1.205.116,05	2.384.970,78	1.429.634,06	1.752.084,21	1.296.047,36	1.276.680,31	1.282.460,80	1.249.450,87	1.888.307,23	1.687.718,71	18.085.025,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	314.365,51	22.815,26	27.203,04	44.389,02	22.646,05	26.379,13	51.468,13	53.059,63	36.341,27	39.096,31	52.954,52	39.534,59	447.778,88
IPI/LUL	1.212,42	1.707,33	713,67	1.303,91	0,00	0,00	0,00	28.085,73	7.375,22	2.915,17	4.103,67	819,40	48.233,52
IRPJ/F	13.124,64	13.478,52	15.423,18	28.484,02	15.602,88	15.946,91	17.046,52	16.655,60	19.371,55	19.405,96	19.389,59	19.289,59	213.230,00
I.S.S.	2.756,46	2.050,85	2.685,07	1.953,67	3.916,12	1.270,59	5.627,17	3.823,51	4.412,16	4.858,86	12.612,62	5.383,81	51.361,09
I.T.E.U.	3.183,20	1.572,73	6.011,00	8.040,00	2.780,00	5.837,81	14.773,30	440,00	0,00	9.816,54	18.083,33	10.054,10	78.342,01
Outras Receitas Tributárias	11.179,79	3.965,85	2.370,12	4.620,22	348,96	3.520,82	14.020,14	4.094,79	5.182,34	2.100,78	800,37	4.378,09	96.612,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.145,97	24.947,85	25.315,29	50.307,95	25.999,25	26.841,79	25.633,51	25.632,77	26.376,29	28.641,90	26.982,42	26.612,53	338.417,52
RECEITA PATRIMONIAL	170.137,95	75.718,59	17.070,54	255.296,37	243.243,97	400.590,39	197.382,56	517.740,04	12.564,80	41.382,26	489.651,62	242.288,33	2.197.101,42
RECEITA AGROPECUÁRIA	334,93	904,93	404,93	854,93	94,93	494,93	394,93	1.375,63	430,00	590,00	300,00	80,00	6.280,14
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	285,00
RECEITA DE SERVIÇOS	24.751,47	26.647,92	19.122,10	39.053,24	12.952,97	2.777,14	1.905,46	31.683,31	20.836,44	14.069,11	28.385,03	19.894,15	242.293,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	910.457,13	1.023.226,03	1.413.766,79	1.986.224,88	1.116.257,89	1.269.821,43	1.016.559,69	1.100.803,74	1.163.660,39	1.122.536,67	1.285.296,91	1.365.312,64	14.798.971,19
Cota-Parte do FPM	378.821,49	459.849,52	838.988,98	1.311.543,46	557.723,59	714.986,63	447.892,93	538.743,28	612.245,57	584.316,40	728.619,34	494.289,46	7.649.110,65
Cota-Parte do ICMS	332.373,65	343.821,03	332.796,46	366.270,67	362.062,55	339.902,17	355.453,86	369.687,29	338.415,31	355.190,36	355.190,36	362.531,61	4.235.152,06
Cota-Parte do IPVA	14.686,03	16.379,16	9.991,52	4.287,09	10.287,49	17.915,61	19.161,70	17.659,92	14.093,76	19.184,69	17.479,88	19.008,93	180.947,78
Cota-Parte do ITR	3.705,55	3.519,51	571,21	0,00	64,86	0,00	0,00	69,38	79,25	184,88	197,11	313,23	8.704,98
Outras Transferências Correntes	88.644,34	95.152,23	125.234,94	187.330,37	69.767,53	122.174,46	95.572,90	74.055,46	102.970,24	84.808,98	88.518,93	391.869,81	1.528.140,19
Transferências de LC 61/1969	4.639,51	4.933,71	5.124,77	5.462,27	4.857,38	5.341,15	4.197,21	5.088,15	4.755,34	4.761,18	5.371,07	5.028,07	59.517,81
Transferências de LC 87/1966	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	15.605,96
Transferências do FUNDEB	86.277,94	98.304,25	99.792,29	112.044,40	92.201,93	88.186,85	90.882,53	93.012,40	89.796,36	93.519,36	87.617,66	90.140,77	1.121.790,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.510,61	1.478,09	2.180,36	6.813,29	6.405,00	5.159,40	4.681,08	12.105,19	2.230,61	2.087,62	4.755,73	3.525,07	53.912,05
DEDUÇÕES (II)	330.399,08	250.555,37	284.770,48	590.179,62	444.323,98	628.085,06	375.063,49	253.241,28	221.468,66	250.110,99	670.105,93	435.060,80	4.884.384,74
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	737,85	737,85	0,00	2.213,55	737,85	786,39	786,39	0,00	0,00	0,00	2.359,17	786,39	9.831,83
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	21.605,33	21.703,00	22.907,43	45.169,02	22.436,90	23.277,30	22.446,30	22.350,09	23.502,45	23.595,23	23.278,21	22.589,30	327.426,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	147.103,80	165.863,72	297.754,10	278.333,10	191.259,51	215.889,43	165.820,65	186.745,98	194.176,15	180.041,44	163.075,95	176.654,23	2.486.041,80
Rec. de Reten. Depósitos de Poupança do RPPS	160.946,10	62.160,80	4.103,95	234.463,95	229.889,72	388.131,94	188.030,15	44.235,21	3.780,06	35.145,15	482.957,28	235.630,86	798.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	834.396,49	925.204,32	1.240.345,57	1.824.792,16	985.310,08	1.123.999,15	922.983,87	1.023.439,03	1.060.992,14	999.339,88	1.218.200,30	1.252.657,91	13.200.640,90

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VALDEMAR P. GOBI	JUAREZ ZILLI
TÉC. CONTÁBIL CROSC 17691-0	CONTROADOR INTERNO

RICHARDSON BATISTI	JUAREZ ZILLI
SECRETARIO SAF	CONTROADOR INTERNO

VANDERLEI SANAGOTTO	JUAREZ ZILLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTROADOR INTERNO

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Sem/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agô/2017	TOTAL (Últ. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.164.795,57	1.175.759,69	1.505.116,05	2.384.970,78	1.429.634,06	1.752.084,21	1.298.047,36	1.276.580,31	1.262.460,90	1.249.450,87	1.888.307,23	1.697.718,71	18.085.025,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	314.935,51	22.815,28	27.203,04	44.399,02	22.848,05	26.379,13	51.469,13	53.095,63	36.341,27	39.086,53	52.994,52	39.934,99	447.776,88
IPTU	1.212,42	1.707,33	17.367	1.300,91	0,00	0,00	0,00	28.085,73	7.315,22	2.915,17	4.103,67	819,40	48.233,52
IRPJ	13.124,64	13.478,52	15.423,18	28.494,02	15.602,98	15.949,91	17.046,52	16.655,60	19.371,55	19.406,96	19.394,53	19.299,59	213.230,00
I.S.S.	2.756,46	2.060,85	2.685,07	1.953,87	3.916,12	1.270,59	5.627,17	3.823,51	4.412,16	4.859,86	12.612,62	5.383,81	51.361,09
I.T.B.I.	3.163,20	1.572,73	6.011,00	8.040,00	2.780,00	5.637,81	14.773,30	440,00	0,00	9.816,54	16.053,33	10.054,10	76.342,01
Outras Receitas Tributárias	11.179,79	3.995,85	2.370,12	4.620,22	348,95	3.520,82	14.020,14	4.094,79	5.182,34	2.100,78	800,37	4.378,09	56.612,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.145,97	24.947,85	25.315,29	50.307,85	25.969,25	28.841,79	25.633,51	25.632,77	26.376,29	28.641,90	26.962,42	25.612,53	338.417,52
RECEITA PATRIMONIAL	170.137,95	75.718,59	17.070,54	255.236,37	243.243,97	400.590,39	197.392,56	51.774,04	12.564,80	41.392,26	489.651,62	242.288,33	2.197.101,42
RECEITA AGROPECUÁRIA	334,93	904,93	404,93	854,93	94,93	484,93	394,93	1.375,63	430,00	590,00	300,00	80,00	6.280,14
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	289,00
RECEITA DE SERVIÇOS	24.751,47	26.647,92	19.122,10	39.053,34	12.952,97	2.777,14	1.905,46	31.863,31	20.635,44	14.059,11	28.385,03	19.994,15	242.298,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	910.457,13	1.023.226,03	1.413.768,79	1.986.224,88	1.116.267,89	1.299.821,43	1.016.559,69	1.100.808,74	1.163.690,39	1.123.536,67	1.286.296,91	1.365.312,64	14.798.971,19
Cota-Parte do FPM	379.821,49	459.849,62	838.988,98	1.311.543,46	557.723,59	714.986,63	447.589,93	539.743,28	612.245,57	564.316,40	728.619,34	494.289,46	7.699.110,65
Cota-Parte do ICMS	332.373,85	343.821,03	332.799,46	366.270,67	382.062,55	399.902,17	366.459,86	399.697,59	339.415,31	355.439,62	355.190,36	362.531,81	4.235.152,06
Cota-Parte do IPVA	14.698,03	16.379,16	9.991,52	4.297,09	10.287,49	17.915,61	19.161,70	17.699,92	14.093,76	19.184,69	17.479,88	19.898,93	180.947,78
Cota-Parte do ITR	3.705,55	3.519,51	571,21	0,00	64,85	0,00	0,00	69,38	79,25	184,88	197,11	313,23	8.704,98
Outras Transferências Correntes	89.644,34	95.152,23	125.234,94	187.330,37	69.767,53	122.174,46	96.572,90	74.055,46	102.970,24	84.808,98	88.518,93	391.999,81	1.538.140,19
Transferências de LC 61/1989	4.639,51	4.933,71	5.124,77	5.492,27	4.857,38	5.341,15	4.197,21	5.088,15	4.755,34	4.781,18	5.371,07	5.026,07	59.517,81
Transferências de LC 87/1996	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	1.302,56	15.600,96
Transferências do FUNDEB	86.277,94	98.304,25	99.792,29	112.044,40	92.201,93	88.198,85	90.882,53	93.012,40	89.798,35	93.519,36	87.617,65	90.140,77	1.121.790,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.510,61	1.478,09	2.180,36	6.813,29	6.406,00	5.158,40	4.691,08	12.105,19	2.230,61	2.087,62	4.735,73	3.525,07	44.592,00
DEDUÇÕES (II)	330.399,08	290.555,37	294.770,48	590.178,62	444.323,98	628.085,06	375.083,49	253.241,28	221.468,66	250.110,99	670.106,93	436.060,80	4.684.384,74
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	737,85	737,85	0,00	2.213,55	737,85	786,39	786,39	0,00	0,00	2.359,17	786,39	786,39	9.931,83
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	21.605,33	21.703,00	22.907,43	45.168,02	22.496,90	23.277,30	22.446,30	22.290,09	23.502,45	23.665,23	23.278,21	22.996,30	327.426,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	147.105,80	165.953,72	237.754,10	275.333,10	191.259,51	215.898,43	165.820,65	185.745,98	194.178,15	189.041,44	163.075,05	176.654,23	2.311.812,16
Rec. de Rerun. Depósitos de Poupança do RPPS	160.948,10	62.160,80	4.109,95	294.463,95	229.898,72	388.131,94	186.030,15	44.235,21	3.789,05	35.145,15	482.987,28	235.630,88	798.630,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	834.396,49	925.204,32	1.240.345,57	1.824.792,16	985.310,08	1.123.999,15	922.963,87	1.023.339,03	1.040.992,14	999.339,88	1.218.200,30	1.261.657,91	13.400.640,90

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

VALDEMAR P. GOBI
TEC.CONTABIL.C/OSC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre/2017	Até o Quadrimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	1.575.904,00	1.575.904,00	2.046.122,34	2.416.220,79
Recarga de Contribuições dos Segurados				
Civil	327.426,00	327.426,00	183.755,78	174.390,87
Ativo	327.426,00	327.426,00	183.755,78	174.390,87
Inativo	326.095,00	326.095,00	183.755,78	174.390,87
Pensionista	1.331,00	1.331,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais				
Civil	439.230,00	439.230,00	250.305,59	238.011,84
Ativo	439.230,00	439.230,00	250.305,59	238.011,84
Inativo	439.230,00	439.230,00	250.305,59	238.011,84
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	798.600,00	798.600,00	1.605.818,39	1.995.819,16
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	10.648,00	10.648,00	6.242,58	7.998,92
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	10.648,00	10.648,00	6.242,58	7.998,92
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.575.904,00	1.575.904,00	2.046.122,34	2.416.220,79

Continua 1/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6.6 E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o 3º Trimestre/2017	Até o 3º Trimestre/2016	Até o 3º Trimestre/2017	Até o 3º Trimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	39.334,70	0,00	37.539,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	39.334,70	0,00	37.539,30
PREVIDÊNCIA (V)	372.680,00	372.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	250.934,59	160.530,67	248.714,04	160.530,67
Aposentadorias	0,00	0,00	213.004,98	160.530,67	213.004,98	160.530,67
Pensões	0,00	0,00	128.006,21	103.484,96	128.006,21	103.484,96
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	21.537,36	19.535,68	21.537,36	19.535,68
Benefícios - Militar	0,00	0,00	63.461,41	37.510,03	63.461,41	37.510,03
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	372.680,00	372.680,00	37.929,61	0,00	35.709,06	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	372.680,00	372.680,00	37.929,61	0,00	35.709,06	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	372.680,00	372.680,00	250.934,59	199.855,37	248.714,04	198.069,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.203.224,00	1.203.224,00	1.795.187,75	2.216.355,42	1.797.408,30	2.218.150,82
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						1.203.224,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
Caixa e equivalentes de caixa						
Investimentos e Aplicações						
Outros Bens e Direitos						

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

FONTE:
NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	RICHARDSON BATISTI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TEC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0
--	--------------------------------------	-------------------------------------	---

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	1.575.904,00	1.575.904,00	2.046.122,34	2.416.220,79
Recarga de Contribuições dos Segurados	327.426,00	327.426,00	183.755,78	174.390,87
Civil	327.426,00	327.426,00	183.755,78	174.390,87
Ativo	326.095,00	326.095,00	183.755,78	174.390,87
Inativo	1.331,00	1.331,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	439.230,00	439.230,00	250.305,59	238.011,84
Civil	439.230,00	439.230,00	250.305,59	238.011,84
Ativo	439.230,00	439.230,00	250.305,59	238.011,84
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	798.600,00	798.600,00	1.605.818,39	1.995.819,16
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	798.600,00	798.600,00	1.605.818,39	1.995.819,16
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	10.648,00	10.648,00	6.242,58	7.998,92
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	10.648,00	10.648,00	6.242,58	7.998,92
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.575.904,00	1.575.904,00	2.046.122,34	2.416.220,79

Continua 1/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	39.334,70	0,00	37.539,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	39.334,70	0,00	37.539,30
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	372.680,00	372.680,00	250.934,59	160.530,67	248.714,04	160.530,67
Aposentadorias	0,00	0,00	213.004,98	160.530,67	213.004,98	160.530,67
Pensões	0,00	0,00	128.006,21	103.484,96	128.006,21	103.484,96
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	21.537,36	19.535,68	21.537,36	19.535,68
Benefícios - Militar	0,00	0,00	63.461,41	37.510,03	63.461,41	37.510,03
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	372.680,00	372.680,00	37.929,61	0,00	35.709,06	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	372.680,00	372.680,00	250.934,59	199.865,37	248.714,04	198.069,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.203.224,00	1.203.224,00	1.795.187,75	2.216.355,42	1.797.408,30	2.218.150,82
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						1.203.224,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			2017	2016		
Caixa e equivalentes de caixa			16.181.318,38		13.813.096,04	
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FONTE:
NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	RICHARDSON BATISTI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TEC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0
--	--------------------------------------	-------------------------------------	---

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Abr 2017 (B)	Em 31 Ago 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	486.749,82	875.998,15	269.971,98
DEDUÇÕES (II)	2.105.666,03	2.091.211,03	1.641.988,87
Disponibilidade de Caixa	2.105.666,03	2.091.211,03	1.641.988,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.105.666,03	2.269.622,87	1.754.736,44
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	178.411,84	112.747,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	486.749,82	378.360,90	269.971,98
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-486.749,82	-378.360,90	-269.971,98

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Quadrimestre (VIc - VIb)	Jan a Ago 2017 (VIc - VIa)
VALOR	108.388,92	216.777,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.362.631,80

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Jun 2017 (B)	Em 31 Ago 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	486.749,82	324.166,44	269.971,98
DEDUÇÕES (II)	2.105.666,03	1.292.225,57	1.641.988,87
Disponibilidade de Caixa	2.105.666,03	1.292.225,57	1.641.988,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.105.666,03	1.410.069,03	1.754.736,44
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	117.843,46	112.747,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	486.749,82	324.166,44	269.971,98
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-486.749,82	-324.166,44	-269.971,98

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Ago 2017 (VIc - VIa)
VALOR	54.194,46	216.777,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.362.631,80

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2017	Até o Quadrimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.050.974,20	8.943.146,73	7.946.204,79
Receita Tributária	423.258,00	321.925,03	287.374,94
I.P.T.U.	29.282,00	43.299,19	41.267,93
I.S.S.	33.275,00	41.904,84	26.366,40
I.T.B.I.	133.100,00	59.555,08	71.893,13
I.R.R.F.	175.692,00	142.719,64	106.963,93
Outras Receitas Tributárias	51.909,00	34.446,28	40.883,55
Receita de Contribuição	803.924,00	463.006,05	441.967,83
Receitas Previdenciárias	777.304,00	440.303,95	420.401,63
Outras Contribuições	26.620,00	22.702,10	21.566,20
Receita Patrimonial Líquida	3.993,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.898,00	1.678.877,97	2.103.039,80
(-) Aplicações Financeiras	815.905,00	1.678.877,97	2.103.039,80
Transferências Correntes	12.628.797,20	7.980.599,92	7.003.115,63
F.P.M.	6.655.000,00	3.786.482,79	3.422.786,98
I.P.V.A	175.692,00	108.474,14	104.126,04
I.C.M.S.	3.500.530,00	2.287.911,37	2.020.335,46
Convênios	2,00	105.144,66	88.850,72
Outras Transferências Correntes	2.297.573,20	1.692.586,96	1.367.016,43
Demais Receitas Correntes	191.002,00	177.615,73	213.746,39
Dívida Ativa	31.944,00	25.132,40	24.288,48
Diversas Receitas Correntes	159.058,00	152.483,33	189.457,91
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00	0,00	132.600,00
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	0,00	132.600,00
Convênios	18,00	0,00	132.600,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	0,00	132.600,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.050.992,20	8.943.146,73	8.078.804,79

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2017	Até o Quadrimestre/ 2016	Até o Quadrimestre/ 2017	Até o Quadrimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.535.053,59	9.826.168,45	8.183.209,38	8.538.987,88	6.981.102,22
Pessoal e Encargos Sociais	6.534.121,22	4.016.904,63	3.522.953,55	3.981.495,95	3.485.673,59
Juros e Encargos da Dívida (IX)	29.895,00	19.212,05	26.978,15	19.212,05	26.978,15
Outras Despesas Correntes	7.971.037,37	5.790.051,77	4.633.277,68	4.538.279,88	3.468.450,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.505.158,59	9.806.956,40	8.156.231,23	8.519.775,83	6.954.124,07
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.202.512,00	628.216,34	521.046,58	623.168,34	500.523,72
Investimentos	909.322,00	411.438,50	304.268,74	406.390,50	283.745,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	293.190,00	216.777,84	216.777,84	216.777,84	216.777,84
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	909.322,00	411.438,50	304.268,74	406.390,50	283.745,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.209.879,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.624.359,59	10.218.394,90	8.460.499,97	8.926.166,33	7.237.869,95

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.573.367,39	-1.275.248,17	-381.695,18	16.980,40	840.934,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Superávit Financeiro	-	1.888.473,60	-	1.888.473,60	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	1.888.473,60	-	1.888.473,60	0,00
	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					748.013,00

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO	RICHARDSON BATISTI	JUAREZ ZILLI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.050.974,20	8.943.146,73	7.946.204,79
Receita Tributária	423.258,00	321.925,03	287.374,94
I.P.T.U.	29.282,00	43.299,19	41.267,93
I.S.S.	33.275,00	41.904,84	26.366,40
I.T.B.I.	133.100,00	59.555,08	71.893,13
I.R.R.F.	175.692,00	142.719,64	106.963,93
Outras Receitas Tributárias	51.909,00	34.446,28	40.883,55
Receita de Contribuição	803.924,00	463.006,05	441.967,83
Receitas Previdenciárias	777.304,00	440.303,95	420.401,63
Outras Contribuições	26.620,00	22.702,10	21.566,20
Receita Patrimonial Líquida	3.993,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.898,00	1.678.877,97	2.103.039,80
(-) Aplicações Financeiras	815.905,00	1.678.877,97	2.103.039,80
Transferências Correntes	12.628.797,20	7.980.599,92	7.003.115,63
F.P.M.	6.655.000,00	3.786.482,79	3.422.786,98
I.P.V.A	175.692,00	108.474,14	104.126,04
I.C.M.S.	3.500.530,00	2.287.911,37	2.020.335,46
Convênios	2,00	105.144,66	88.850,72
Outras Transferências Correntes	2.297.573,20	1.692.586,96	1.367.016,43
Demais Receitas Correntes	191.002,00	177.615,73	213.746,39
Dívida Ativa	31.944,00	25.132,40	24.288,48
Diversas Receitas Correntes	159.058,00	152.483,33	189.457,91
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00	0,00	132.600,00
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	0,00	132.600,00
Convênios	18,00	0,00	132.600,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	0,00	132.600,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.050.992,20	8.943.146,73	8.078.804,79

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.535.053,59	9.826.168,45	8.183.209,38	8.538.987,88	6.981.102,22
Pessoal e Encargos Sociais	6.534.121,22	4.016.904,63	3.522.953,55	3.981.495,95	3.485.673,59
Juros e Encargos da Dívida (IX)	29.895,00	19.212,05	26.978,15	19.212,05	26.978,15
Outras Despesas Correntes	7.971.037,37	5.790.051,77	4.633.277,68	4.538.279,88	3.468.450,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.505.158,59	9.806.956,40	8.156.231,23	8.519.775,83	6.954.124,07
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.202.512,00	628.216,34	521.046,58	623.168,34	500.523,72
Investimentos	909.322,00	411.438,50	304.268,74	406.390,50	283.745,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	293.190,00	216.777,84	216.777,84	216.777,84	216.777,84
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	909.322,00	411.438,50	304.268,74	406.390,50	283.745,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.209.879,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.624.359,59	10.218.394,90	8.460.499,97	8.926.166,33	7.237.869,95

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.573.367,39	-1.275.248,17	-381.695,18	16.980,40	840.934,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.888.473,60	-	1.888.473,60	0,00
Superávit Financeiro	-	1.888.473,60	-	1.888.473,60	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	748.013,00

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

RP NÃO PROCESSADOS

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	231.135,02	123.358,73	123.358,73	229.540,02	-	-
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	229.540,02	127.763,73	127.763,73	229.540,02	0,00	0,00
SECRET. DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E MEIO AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	0,00	127.763,73	127.763,73	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO												
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,00	1.595,00	1.595,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	1.595,00	1.595,00	1.595,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	231.135,02	123.358,73	123.358,73	229.540,02	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALRICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRO/SC-17891-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

RP NÃO PROCESSADOS

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA												
SECRET. AGRICULT. TRANSF. OBRAS E M. AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	229.540,02	127.763,73	127.763,73	229.540,02	0,00	0,00
SECRET. DE AGRICULT. TRANSF. OBRAS E MEIO AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	0,00	127.763,73	127.763,73	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO												
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,00	1.595,00	1.595,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	1.595,00	1.595,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.763,73	231.135,02	129.358,73	129.358,73	229.540,02	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALRICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRO/SC-17891-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.606,00	34.606,00	44.872,83	129,67
1.1.1- IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	5.324,00	1.573,64	29,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.1- ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34.606,00	34.606,00	41.904,84	121,09
1.3.1- ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.331,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.896.059,00	12.896.059,00	7.706.114,19	59,76
2.1- Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.659.907,20	56,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20
2.5- Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	908,71	11,38
2.6- Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.274.063,00	13.274.063,00	7.995.166,58	60,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	259.545,00	259.545,00	126.070,24	48,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	126.445,00	126.445,00	80.840,98	63,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.275,00	33.275,00	14.533,20	43,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	99.825,00	99.825,00	30.696,06	30,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	42.594,00	42.594,00	23.740,63	55,74
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	302.141,00	302.141,00	254.955,53	84,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.486.041,80	2.486.041,80	1.482.664,44	59,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.597.200,00	1.597.200,00	873.424,41	54,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	825.220,00	825.220,00	571.976,90	69,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.791,60	4.791,60	2.084,08	43,49
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.310,00	13.310,00	7.879,51	59,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.597,20	1.597,20	181,70	11,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	43.923,00	43.923,00	27.117,84	61,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.314.761,80	-1.314.761,80	-757.292,58	57,60

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
14- OUTRAS DESPESAS	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						688.527,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						74,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						5,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.039,61
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						16.039,61
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	169.037,00	184.037,00	105.735,22	57,45	105.735,22	57,45
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.338.567,00	2.458.567,00	1.552.962,32	63,17	1.460.631,31	59,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.164.625,00	1.284.625,00	864.434,79	67,29	772.103,78	60,10
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.507.604,00	2.642.604,00	1.658.697,54	62,77	1.566.366,53	59,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-757.292,58
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-757.292,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.323.659,11
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,06
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	126.445,00	130.676,85	85.072,83	65,10	85.072,83	65,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	133.104,00	278.352,29	161.911,84	58,17	137.911,84	49,55
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	259.549,00	409.029,14	246.984,67	60,38	222.984,67	54,52
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.767.153,00	3.051.633,14	1.905.682,21	62,45	1.789.351,20	58,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.039,61	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	728.417,86	80.840,98
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE	688.667,76	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	688.667,76	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O QUADRIMESTRE	55.789,71	80.840,98
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	55.789,71	80.840,98

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.606,00	34.606,00	44.872,83	129,67
1.1.1- IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	5.324,00	1.573,64	29,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.1- ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34.606,00	34.606,00	41.904,84	121,09
1.3.1- ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.331,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.896.059,00	12.896.059,00	7.706.114,19	59,76
2.1- Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.659.907,20	56,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20
2.5- Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	908,71	11,38
2.6- Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.274.063,00	13.274.063,00	7.995.166,58	60,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	259.545,00	259.545,00	126.070,24	48,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	126.445,00	126.445,00	80.840,98	63,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.275,00	33.275,00	14.533,20	43,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	99.825,00	99.825,00	30.696,06	30,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	42.594,00	42.594,00	23.740,63	55,74
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	302.141,00	302.141,00	254.955,53	84,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.486.041,80	2.486.041,80	1.482.664,44	59,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.597.200,00	1.597.200,00	873.424,41	54,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	825.220,00	825.220,00	571.976,90	69,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.791,60	4.791,60	2.084,08	43,49
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.310,00	13.310,00	7.879,51	59,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.597,20	1.597,20	181,70	11,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	43.923,00	43.923,00	27.117,84	61,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.314.761,80	-1.314.761,80	-757.292,58	57,60

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
14- OUTRAS DESPESAS	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						688.527,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						74,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						5,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.039,61
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						16.039,61
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	169.037,00	184.037,00	105.735,22	57,45	105.735,22	57,45
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.338.567,00	2.458.567,00	1.552.962,32	63,17	1.460.631,31	59,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.164.625,00	1.284.625,00	864.434,79	67,29	772.103,78	60,10
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.507.604,00	2.642.604,00	1.658.697,54	62,77	1.566.366,53	59,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-757.292,58
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-757.292,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.323.659,11
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,06
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	126.445,00	130.676,85	85.072,83	65,10	85.072,83	65,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	133.104,00	278.352,29	161.911,84	58,17	137.911,84	49,55
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	259.549,00	409.029,14	246.984,67	60,38	222.984,67	54,52
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.767.153,00	3.051.633,14	1.905.682,21	62,45	1.789.351,20	58,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.039,61	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	728.417,86	80.840,98
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE	688.667,76	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	688.667,76	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O QUADRIMESTRE	55.789,71	80.840,98
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	55.789,71	80.840,98

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.606,00	34.606,00	44.872,83	129,67
1.1.1- IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	5.324,00	1.573,64	29,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.1- ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34.606,00	34.606,00	41.904,84	121,09
1.3.1- ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.331,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.896.059,00	12.896.059,00	7.706.114,19	59,76
2.1- Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.659.907,20	56,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20
2.5- Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	908,71	11,38
2.6- Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.274.063,00	13.274.063,00	7.995.166,58	60,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	259.545,00	259.545,00	126.070,24	48,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	126.445,00	126.445,00	80.840,98	63,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.275,00	33.275,00	14.533,20	43,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	99.825,00	99.825,00	30.696,06	30,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	42.594,00	42.594,00	23.740,63	55,74
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	302.141,00	302.141,00	254.955,53	84,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.486.041,80	2.486.041,80	1.482.664,44	59,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.597.200,00	1.597.200,00	873.424,41	54,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	825.220,00	825.220,00	571.976,90	69,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.791,60	4.791,60	2.084,08	43,49
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.310,00	13.310,00	7.879,51	59,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.597,20	1.597,20	181,70	11,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	43.923,00	43.923,00	27.117,84	61,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.314.761,80	-1.314.761,80	-757.292,58	57,60

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
14- OUTRAS DESPESAS	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						688.527,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						74,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						5,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.039,61
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						16.039,61
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	169.037,00	184.037,00	105.735,22	57,45	105.735,22	57,45
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.338.567,00	2.458.567,00	1.552.962,32	63,17	1.460.631,31	59,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.164.625,00	1.284.625,00	864.434,79	67,29	772.103,78	60,10
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.507.604,00	2.642.604,00	1.658.697,54	62,77	1.566.366,53	59,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-757.292,58
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-757.292,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.323.659,11
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,06
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	126.445,00	130.676,85	85.072,83	65,10	85.072,83	65,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	133.104,00	278.352,29	161.911,84	58,17	137.911,84	49,55
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	259.549,00	409.029,14	246.984,67	60,38	222.984,67	54,52
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.767.153,00	3.051.633,14	1.905.682,21	62,45	1.789.351,20	58,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.039,61	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	728.417,86	80.840,98
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE	688.667,76	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	688.667,76	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O QUADRIMESTRE	55.789,71	80.840,98
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	55.789,71	80.840,98

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.606,00	34.606,00	44.872,83	129,67
1.1.1- IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	5.324,00	1.573,64	29,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.1- ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34.606,00	34.606,00	41.904,84	121,09
1.3.1- ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.331,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.896.059,00	12.896.059,00	7.706.114,19	59,76
2.1- Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.659.907,20	56,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20
2.5- Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	908,71	11,38
2.6- Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.274.063,00	13.274.063,00	7.995.166,58	60,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	259.545,00	259.545,00	126.070,24	48,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	126.445,00	126.445,00	80.840,98	63,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.275,00	33.275,00	14.533,20	43,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	99.825,00	99.825,00	30.696,06	30,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	42.594,00	42.594,00	23.740,63	55,74
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	302.141,00	302.141,00	254.955,53	84,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.486.041,80	2.486.041,80	1.482.664,44	59,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.597.200,00	1.597.200,00	873.424,41	54,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	825.220,00	825.220,00	571.976,90	69,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.791,60	4.791,60	2.084,08	43,49
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.310,00	13.310,00	7.879,51	59,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.597,20	1.597,20	181,70	11,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	43.923,00	43.923,00	27.117,84	61,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.314.761,80	-1.314.761,80	-757.292,58	57,60
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
14- OUTRAS DESPESAS	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						688.527,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						74,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						5,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.039,61
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						16.039,61
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	169.037,00	184.037,00	105.735,22	57,45	105.735,22	57,45
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.338.567,00	2.458.567,00	1.552.962,32	63,17	1.460.631,31	59,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.164.625,00	1.284.625,00	864.434,79	67,29	772.103,78	60,10
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.507.604,00	2.642.604,00	1.658.697,54	62,77	1.566.366,53	59,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-757.292,58
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-757.292,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.323.659,11
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,06
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	126.445,00	130.676,85	85.072,83	65,10	85.072,83	65,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	133.104,00	278.352,29	161.911,84	58,17	137.911,84	49,55
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	259.549,00	409.029,14	246.984,67	60,38	222.984,67	54,52
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.767.153,00	3.051.633,14	1.905.682,21	62,45	1.789.351,20	58,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.039,61	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	728.417,86	80.840,98
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE	688.667,76	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	688.667,76	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O QUADRIMESTRE	55.789,71	80.840,98
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	55.789,71	80.840,98

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	378.004,00	378.004,00	289.052,39	76,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.606,00	34.606,00	44.872,83	129,67
1.1.1- IPTU	29.282,00	29.282,00	43.299,19	147,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	5.324,00	1.573,64	29,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.1- ITBI	133.100,00	133.100,00	59.555,08	44,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34.606,00	34.606,00	41.904,84	121,09
1.3.1- ISS	33.275,00	33.275,00	41.904,84	125,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.331,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.692,00	175.692,00	142.719,64	81,23
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.896.059,00	12.896.059,00	7.706.114,19	59,76
2.1- Cota-Parte FPM	8.252.200,00	8.252.200,00	4.659.907,20	56,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.252.200,00	8.252.200,00	4.367.123,34	52,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.325.750,00	4.325.750,00	2.859.888,27	66,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.958,00	23.958,00	10.420,48	43,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.550,00	66.550,00	39.397,55	59,20
2.5- Cota-Parte ITR	7.986,00	7.986,00	908,71	11,38
2.6- Cota-Parte IPVA	219.615,00	219.615,00	135.591,98	61,74
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.274.063,00	13.274.063,00	7.995.166,58	60,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	259.545,00	259.545,00	126.070,24	48,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	126.445,00	126.445,00	80.840,98	63,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.275,00	33.275,00	14.533,20	43,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	99.825,00	99.825,00	30.696,06	30,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	105.144,66	5.257.233,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	42.594,00	42.594,00	23.740,63	55,74
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	302.141,00	302.141,00	254.955,53	84,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.486.041,80	2.486.041,80	1.482.664,44	59,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.597.200,00	1.597.200,00	873.424,41	54,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	825.220,00	825.220,00	571.976,90	69,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.791,60	4.791,60	2.084,08	43,49
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.310,00	13.310,00	7.879,51	59,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.597,20	1.597,20	181,70	11,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	43.923,00	43.923,00	27.117,84	61,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.171.280,00	1.171.280,00	725.371,86	61,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.314.761,80	-1.314.761,80	-757.292,58	57,60

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	937.024,00	937.024,00	539.087,21	57,53	539.087,21	57,53
14- OUTRAS DESPESAS	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	236.918,00	236.918,00	149.440,32	63,08	149.440,32	63,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						688.527,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						74,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						5,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.039,61
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						16.039,61
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	169.037,00	184.037,00	105.735,22	57,45	105.735,22	57,45
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.338.567,00	2.458.567,00	1.552.962,32	63,17	1.460.631,31	59,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.173.942,00	1.173.942,00	688.527,53	58,65	688.527,53	58,65
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.164.625,00	1.284.625,00	864.434,79	67,29	772.103,78	60,10
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.507.604,00	2.642.604,00	1.658.697,54	62,77	1.566.366,53	59,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-757.292,58
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-757.292,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.323.659,11
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,06
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	126.445,00	130.676,85	85.072,83	65,10	85.072,83	65,10
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	133.104,00	278.352,29	161.911,84	58,17	137.911,84	49,55
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	259.549,00	409.029,14	246.984,67	60,38	222.984,67	54,52
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.767.153,00	3.051.633,14	1.905.682,21	62,45	1.789.351,20	58,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.039,61	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	728.417,86	80.840,98
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	688.667,76	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	688.667,76	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	55.789,71	80.840,98
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	55.789,71	80.840,98

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	0,00			2,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.512,00	628.216,34	623.168,34	0,00	574.295,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.202.512,00	628.216,34	623.168,34	0,00	574.295,66
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.202.510,00	-628.216,34	-	-	-574.293,66

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	0,00			2,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.512,00	628.216,34	623.168,34	0,00	574.295,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.202.512,00	628.216,34	623.168,34	0,00	574.295,66
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.202.510,00	-628.216,34	-	-	-574.293,66

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

RREO 4BIM.2QUAD.E RGF 2QUAD.NOVO HORIZONTE

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.885.324,54	0,00
Pessoal Ativo	5.500.714,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	340.583,82	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	44.025,80	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	294.904,21	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	79.713,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	215.190,33	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.590.420,33	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.400.640,90	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.590.420,33	41,72
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.236.346,09	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.874.528,79	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.512.711,48	48,60

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	486.749,82	875.998,15	269.971,98	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	497.637,25	0,00	0,00
Outras Dívidas	486.749,82	378.360,90	269.971,98	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.105.666,03	2.091.211,03	1.641.988,87	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.105.666,03	2.091.211,03	1.641.988,87	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.105.666,03	2.269.622,87	1.754.736,44	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	178.411,84	112.747,57	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.457.762,34	12.767.050,14	13.400.640,90	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,91%	6,86%	2,01%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	14.949.314,81	15.320.460,17	16.080.769,08	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	13.454.383,33	13.788.414,15	14.472.692,17	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	11.596.445,22	14.383.910,08	14.383.910,08	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,57	1.437,29	3.221,96	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	358.898,75	2.005.004,39	1.292.228,57	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.457.762,34	12.767.050,14	13.400.640,90	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.740.707,71	2.808.751,03	2.948.141,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.466.636,94	2.527.875,93	2.653.326,90	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.400.640,90	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.144.102,54	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.929.692,29	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	938.044,86	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Anteriores		Do Exercício		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	(b)	(c)	(d)						
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		665.137,45	0,00	15.806,42	0,00	0,00	0,00	0,00	649.331,03	96.562,67	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%		55.789,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.789,71	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação		14.229,28	0,00	14.229,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde		429.009,65	0,00	315,54	0,00	0,00	0,00	0,00	428.694,11	8.291,11	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos		166.108,81	0,00	1.261,60	0,00	0,00	0,00	0,00	164.847,21	88.271,56	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		17.270.917,37	0,00	96.941,15	0,00	3.221,96	0,00	0,00	17.170.754,26	1.195.665,90	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação		12.091,12	0,00	41.351,57	0,00	0,00	0,00	0,00	(29.260,45)	92.331,01	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos		24.193,42	0,00	24.193,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários		17.234.632,83	0,00	31.396,16	0,00	3.221,96	0,00	0,00	17.200.014,71	1.103.334,89	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		17.936.054,82	0,00	112.747,57	0,00	3.221,96	0,00	0,00	17.820.085,29	1.292.228,57	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	RICHARDSON BATISTI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
--	--------------------------------------	-------------------------------------

VALEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL. CRO/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	13.400.640,90	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.590.420,33	41,72
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.236.346,09	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.874.528,78	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.080.769,08	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.948.141,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.144.102,54	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	938.044,86	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.252.981,37	17.771.420,48

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 01/09/2017

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Orleans

PREFEITURA

4.142 CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE SINDICANCIA

DECRETO N.º 4.142 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 131 da Lei Complementar n.º 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos municipais,

DECRETA:

Art.1.º Fica constituída e nomeada Comissão Permanente para Instalação de Sindicância Administrativa Disciplinar, no âmbito do Município de Orleans, conforme disposto a seguir:

- Presidente: Janes Aparecida de Lorenzi de Oliveira – Matrícula n. 2435
- Membro: Cinthia Soares Lotin Librelato – Matrícula n. 4581
- Membro: Valdair Dela Giustina Bagio – Matrícula 5703.

Art.2.º A Comissão ora designada terá como atribuições apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, de acordo com o estabelecido no Estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art.3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto n. 4.135 de 15 de agosto de 2017.

Orleans/SC 21 de agosto de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.146

DECRETO N. 4.146 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais com base no Artigo 68, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 45, Inciso IV da Lei 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e

CONSIDERANDO a necessidade de limpeza, conserto e manutenção

dos equipamentos e máquinas;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do horário de expediente em decorrência da chegada do verão, altas temperaturas e fortes chuvas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reequilíbrio das despesas de custeio sem comprometer a efetividade, eficiência e eficácia da prestação de serviços públicos.

DECRETA:

Art.1º O horário de funcionamento das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Agricultura a partir do dia 04 de setembro de 2017, até 15 de fevereiro de 2018, será das 7h às 13h, (com 15min de intervalo para café) aos servidores que atuam nos trabalhos de manutenção de estradas, rodovias municipais, limpeza urbana e programa porteira adentro, permanecendo a jornada das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, aos demais servidores que atuam na parte administrativa.

§ 1º Fica proibido o início das atividades anterior ou posterior a estes horários, sem autorização expressa dos secretários municipais.

§ 2º Fora do horário previsto, ninguém poderá ingressar na sede da Secretaria de Infraestrutura, salvo servidores constantes na autorização expressa do secretário, a ser deixada na guarita.

Art. 2º A Administração Municipal reserva-se o direito de convocar ou designar servidores para trabalhos extraordinários, ou contínuos, assim definidos pela mesma, notificando-os com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, respeitando a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC 01 de setembro de 2017, 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

CONTRATO Nº 95/2017 PREFEITURA

Contrato Nº.: 95/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor : 590.273,78 (quinhentos e noventa mil duzentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos)

Vigência : Início: 05/09/2017 Término: 05/12/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2017

Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (103) Saldo: 16.143,99

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE UM TRECHO DA RUA PEDRO FRANCISCO CARDOSO, SITO BAIRRO CORRIDAS E EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE UM TRECHO DAS RUAS VEREADOR ROMUALDO SANDRINI, RUA PADRE PAULO BRATTI E RUA LUIZ PIZZOLATTI SOBRINHO, SITO BAIRRO SANTISTA CONFORME PROJETOS E ANEXOS."

Orleans, 5 de Setembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2017

Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (23) Saldo: 68.367,32

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO X DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 1 de Setembro de 2017

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE

PROCESSO Nº 112/2017 CONTRATO Nº 94/2017 PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 112/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 25/2017

Contrato Nº.: 94/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: JOAO SALVADOR (SANTISTA)

Valor : 11.900,00 (onze mil novecentos reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2017

Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (95) Saldo: 599.351,59

Objeto : LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA RETIRADA/RE-CUPERAÇÃO DE SAIBRO NA COMUNIDADE DE SANTA CLARA.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO X DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 1 de Setembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 113/2017 PREFEITURA

PROCESSO Nº 113/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMARCAÇÃO DAS VAGAS DE ESTACIONAMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL DOS PERÍMETROS URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS DE ACORDO COM OS MANUAIS BRASILEIRO DO CONTRAN DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 20/09/2017 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 20/09/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 05 de Setembro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 63/2017 CONTRATO Nº 37/2017 FMS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 63/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 15/2017

Contrato Nº.: 37/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: RODRIGO PREVIDI CROZETTA

Valor : 3.748,00 (três mil setecentos e quarenta e oito reais)

Vigência : Início: 01/09/2017 Término: 31/12/2017

Ouro

PREFEITURA

2017TC73/75

Processo Licitatório n. 0051/2017

Pregão Presencial n. 0031/2017

CONTRATO N. 073/2017

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ZORTEATUR TRANSPORTES LTDA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Vigência: De 03/08/2017 até 31/12/2017.

Data de assinatura: 03/08/2017.

Processo Licitatório n. 0055/2017,

Pregão Presencial n. 0035/2017

CONTRATO N. 075/2017

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Aquisição de uma Motoniveladora

Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.

Data de assinatura: 21/08/2017.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2980

DECRETO N.º 2980/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0300, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o item II do Art. 7º a Lei Municipal nº. 976/2016.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir credito Suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) apurado pelo Superávit do Exercício Anterior, para a seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	2601	Estradas Vicinais	
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário	
Fonte	0300	Recursos Ordinários - Superávit	

Art. 2º - Os Créditos abertos por este Decreto ocorreram por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 23 de Agosto de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2982

DECRETO N.º 2982/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0300, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o item II do Art. 7º a Lei Municipal nº. 976/2016.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir credito Suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) apurado pelo Superávit do Exercício Anterior, para a seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	2601	Estradas Vicinais	
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário	
Fonte	0300	Recursos Ordinários - Superávit	

Art. 2º - Os Créditos abertos por este Decreto ocorreram por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 23 de Agosto de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2983

DECRETO N.º 2983/2017

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 8 de setembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogado as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 01 de setembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2984

DECRETO N.º 2984/2017

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 023/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição o servidor público municipal Sr. GILMAR DOS SANTOS LARA, ocupante do cargo Efetivo de Motorista.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 01 de setembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2985

DECRETO N.º 2985/2017

"NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 023/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. EDIVANI SANTIN MASSONI, para exercer o Cargo de provimento efetivo de Monitora de Programas Sociais, 40:00 hs. Semanais,

enquadrada no anexo I, da Lei Complementar 023/2005, nível 71.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 05 de setembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

PORTARIA Nº084

PORTARIA N.º 084/2017

"DISPÕE SOBRE MAJORAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 11 da lei complementar 020/2005 e edital 001/2007:

RESOLVE:

1 – Majorar carga horária em 20:00 horas Semanais, a servidora pública municipal Sra. Ana Paula Remor Basotti, classificada no Edital 001/2007, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

2 – Em virtude de majoração da carga horária, a servidora receberá a remuneração referente a professor II – 20:00 horas semanais, nível 511 – Letra A.

3 – A verba da majoração de carga horária, constará no demonstrativo individual de pagamento do servidor, e não produzirá efeitos para a carreira do servidor.

4 – De acordo com o Edital 001/2017 do processo de Seleção terá a vigência da Majoração de 01 de agosto de 2017 até o final do ano Letivo, 31 de dezembro de 2017.

5 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de agosto de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº085

PORTARIA N.º 085/2017

"DISPÕE SOBRE MAJORAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 11 da lei complementar 020/2005 e edital 001/2007:

RESOLVE:

1 – Majorar carga horária em 20:00 horas Semanais, a servidora pública municipal Sra. Patricia Regina Guedes Giotto, classificada no Edital 001/2007, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

2 – Em virtude de majoração da carga horária, a servidora receberá a remuneração referente a professor II – 20:00 horas semanais, nível 511 – Letra A.

3 – A verba da majoração de carga horária, constará no demonstrativo individual de pagamento do servidor, e não produzirá efeitos para a carreira do servidor.

4 – De acordo com o Edital 001/2017 do processo de Seleção terá a vigência da Majoração de 01 de agosto de 2017 até o final do ano Letivo, 31 de dezembro de 2017.

5 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº086

PORTARIA N.º 086/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, a servidora pública Municipal Sra. Luciane Aparecida Ferreira, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor de Programas Sociais, correspondente aos períodos aquisitivos de 01 de março de 2012 à 28 de fevereiro de 2017, que será gozada no período de 01 de agosto de 2017 à 30 de setembro de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº087

PORTARIA N.º 087/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe

são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, ao servidor público Municipal Sr. Valduir de Melo, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, correspondente aos períodos aquisitivos de 10 de janeiro de 2012 à 03 de julho de 2012 e de 02 de outubro de 2012 a 06 de abril de 2017, que será gozada no período de 01 de agosto de 2017 à 30 de setembro de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº088

PORTARIA N.º 088/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROQUE ANCELMO KOSINSKI, Lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 02/03/2016 a 01/03/2017, que serão gozadas no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, retornado aos seus trabalhos no dia 31/08/2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº089

PORTARIA N.º 089/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, a servidora pública Municipal Sra. Verginia Lara Bonadiman, ocupante dos Cargos Efetivos de Professor II 20:00 hs. Semanais e Professor II 20:00 hs. Semanais, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 a 21 de novembro de 2016, que serão gozadas no período de 01 de agosto de 2017 à 30 de setembro de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº090

PORTARIA N.º 090/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, ao servidor público Municipal Sr. Ismael Oliveira da Luz, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 a 21 de novembro de 2016, que será gozada no período de 01 de agosto de 2017 à 30 de setembro de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº091

PORTARIA N.º 091/2017

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Maternidade a servidora pública Municipal Sra. Cleusa Mendes, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 180 dias, a contar a partir de 08 de agosto de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº092

PORTARIA N.º 092/2017

“DESIGNA SERVIDOR REPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

1 – Designar o Servidor Público Municipal Sr. LUCAS ANTONIO ALVES PAZ MORO, ocupante do Cargo em Comissão de Dirigente de Saúde, para responder pelo Departamento de Compras do Município de Ouro Verde – SC.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 21 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº093

PORTARIA N.º 093/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, ao servidor público Municipal Sr. Neri Juvenal Tedesco, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 a 21 de novembro de 2016, que será gozada no período de 01 de setembro de 2017 à 31 de outubro de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de agosto de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº094

PORTARIA N.º 094/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.
RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, a servidora pública Municipal Sra. Marizete Terezinha de Almeida Balena, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 a 21 de novembro de 2016, que será gozada no período de 01 de setembro de 2017 à 31 de outubro de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de agosto de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº095

PORTARIA N.º 095/2017

“DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

1 – Designar o Servidor Público Municipal Sr. MARCOS ANTONIO MACARI, ocupante do Cargo efetivo de Motorista, para responder como Dirigente de Atividades Operacionais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de setembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Paial

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

BAIXA NORMA PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE PAIAL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO DE PAIAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. NEVIO ANTONIO MORTARI, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais n. 40 de 11 de dezembro de 2014; nº 46 de 24 de Abril de 2017 e nº 21 de 20 de maio de 2010, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado a compor cadastro de reserva para contratação por tempo determinado, para substituir servidores efetivos, a seguir relacionados, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais n. 40 de 11 de dezembro de 2014; nº 46 de 24 de Abril de 2017 e nº 21 de 20 de maio de 2010 e demais legislação vigente.

1.2. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paial – SC e nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.4. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.5. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Nível	Referência	Vencimento Inicial	Habilitação
Enfermeiro	01	40h	195 a 199 (Lei Com. 21/2010)	A a F	R\$ 4.450,16	Portador de Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior específico na área com registro no respectivo órgão de classe.
Psicólogo	01	20h	225 a 229 (Lei Com. 46/2017)	A a F	R\$ 2.225,08	Portador de Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior específico na área com registro no respectivo órgão de classe.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 06/09/2017 às 23h59min do dia 14/10/2017.

2.2. O pagamento do boleto bancário referente à taxa de inscrição poderá ser efetuado até às 23h59min do dia 15/10/2017.

2.3. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
R\$ 100,00	Nível Superior

3. DAS PROVAS

3.1.. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 01/10/2017, em local a ser informado após a homologação final das inscrições nos endereços eletrônicos: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a

permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame da Prefeitura de Paial – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 14h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

Paial/SC, 05 de setembro de 2017.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

BAIXA NORMA PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE PAIAL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO DE PAIAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. NEVIO ANTONIO MORTARI, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais n. 40 de 11 de dezembro de 2014; nº 46 de 24 de Abril de 2017 e nº 21 de 20 de maio de 2010, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado a compor cadastro de reserva para contratação por tempo determinado, para substituir servidores efetivos, a seguir relacionados, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Disposições iniciais:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais n. 40 de 11 de dezembro de 2014; nº 46 de 24 de Abril de 2017 e nº 21 de 20 de maio de 2010 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Paial - SC, e executado pela empresa RL&Z Confiança Assessoria e Soluções em Concursos LTDA - ME, com sede na Rua Gentil Crestani, Bairro Azaleia, nº 132, sala 02, Palma Sola - SC, endereço eletrônico: www.rlzconsultoria.com.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paial – SC e nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato, conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1. A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.paial.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente PROCESSO SELETIVO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Nível	Referência	Vencimento Inicial	Habilitação
-------	-------	-----------------------	-------	------------	--------------------	-------------

Enfermeiro	01	40h	195 a 199 (Lei Com. 21/2010)	A a F	R\$ 4.450,16	Portador de Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior específico na área com registro no respectivo órgão de classe.
Psicólogo	01	20h	225 a 229 (Lei Com. 46/2017)	A a F	R\$ 2.225,08	Portador de Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior específico na área com registro no respectivo órgão de classe.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 06/09/2017 às 23h59min do dia 14/09/2017.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.rlzconsultoria.com.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: www.rlzconsultoria.com.br e clicar no link Concursos;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 15/09/2017.
- pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.rlzconsultoria.com.br

2.1.1.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2. DAS INSCRIÇÕES PRESENCIAIS - ON LINE:

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on line, sendo que para tanto deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Paial – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial - on line será entregue ao candidato o Comprovante de sua Inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 15/09/2017.

2.1.2.4. Munido do boleto bancário, o candidato deverá efetuar o seu pagamento preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.2.5. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.rlzconsultoria.com.br

2.1.2.6. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.7. Só serão efetivadas as inscrições presenciais - on line dos candidatos que se dirigirem a Prefeitura Municipal de Paial – SC, sito a Rua Goiás, nº 400, nesta cidade de Paial – SC, durante o período das inscrições, no horário de expediente, até o último dia de inscrição.

2.2. O Município de Paial – SC e a empresa RL&Z Confiança Assessoria e Soluções em Concursos LTDA – ME, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.5. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paial – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.6. O candidato poderá inscrever-se para apenas um (01) cargo que trata o edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.7. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
-----------	--------------

R\$ 100,00	Nível Superior
------------	----------------

2.8. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.11. Os candidatos que solicitarem condições especiais para realização das provas serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se a Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.13. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE:

2.13.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997 (Doador de Sangue), poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.13.2. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta a doação.

2.13.3. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para Doadores de Sangue (modelo anexo IV) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento da Prefeitura Municipal de Paial/SC, sendo que a entrega deverá ocorrer nos dias 06/09/2017 a 11/09/2017, período este designado para as inscrições, junto a Prefeitura Municipal de Paial, sito na Rua Goiás, nº 400, centro de Paial – SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que deverá ter doado sangue pelo menos 03 (três) vezes, nos 12 (doze) meses anteriores à sua inscrição;

c) No caso o item 2.13.2, o documento específico que comprove que o candidato integra a Associação de Doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

2.13.4. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal (SEDEX), com cópia autenticada em cartório a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Paial, sito a Rua Goiás, nº 400, Centro, Paial/SC, devendo estar entregues no endereço citado até o dia 12/09/2017.

2.13.5. A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Paial - SC e nos sites www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br no dia 13/09/2017, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.13.6. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 15/10/2017 às 23h59min, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.rlzconsultoria.com.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, na Lei Nº. 7.853/89 no Decreto Nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Processo Seletivo.

3.2. O candidato com deficiência, amparado pela legislação vigente e sob sua inteira responsabilidade, concorre em igualdade de condições com todos os candidatos, resguardadas as ressalvas legais vigentes e, ainda, o percentual aqui estabelecido.

3.2.1. O candidato com deficiência será inicialmente classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o cargo que concorre. Caso não esteja situado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando as vagas reservadas a pessoa com deficiência no cargo que concorre, caso existam.

3.3. Somente será considerada pessoa com deficiência aquele que se enquadre nas categorias constantes do art. 4º, do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2005.

3.4. A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para a função, de acordo com o expresso nos subitens.

3.5. A pessoa com deficiência somente poderá disputar cargos e funções cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência.

3.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.7. A pessoa com deficiência não está isenta do recolhimento da taxa de inscrição.

3.8. Não haverá prova em braile; o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.

3.9. O candidato com deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste Capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

3.10. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser pessoa com deficiência.

3.11. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá encaminhar à Prefeitura de Paial, sito a Rua Goiás, nº400, centro de Paial/SC, aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo em horário de expediente, juntamente com os documentos originais para conferência (ficarão retidos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional

designada pelo Município de Paial – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.12. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Prefeitura de Paial, sito a Rua Goiás, nº 400, CEP 89765-000, centro de Paial – SC, aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, por meio de cópia autenticada em cartório. Neste caso, os documentos devem estar na Prefeitura de Paial até o último dia de inscrição.

3.13. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.14. A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.15. O candidato que, no dia da prova, necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paial – SC, e nos endereços eletrônicos www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independentemente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 01/10/2017, em local a ser informado após a homologação final das inscrições nos endereços eletrônicos: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame da Prefeitura de Paial – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 14h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão -resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA: – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais, para os cargos de Enfermeiro e Psicólogo, conforme tabela abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	10	0,65	6,50	6,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimento Gerais	05	0,35	1,75	
TOTAL	20	-	10,00	-

5.2.1. Para os cargos acima descritos, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 6,00 (seis) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme tabela acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da

data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.3. No Cartão Resposta do candidato constarão as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada. O candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá preencher no Cartão Resposta o tipo de prova correspondente ao caderno de provas que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta:

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O Cartão Resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva depois de transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões resposta suas assinaturas.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar na ata da sala eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões resposta com questões deixadas em branco, cartões resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados na correção dos cartões, conforme data e horário descritos no cronograma (anexo I).

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

5.3.20. O Município de Paial e a empresa RL&Z Confiança Assessoria e Soluções em Concursos LTDA - ME, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente;
- d) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Paial e a empresa RL&Z Confiança Assessoria e Soluções em Concursos LTDA - ME não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) fumar;
- c) comunicação entre os candidatos;
- d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre

outros.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando o Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA CORREÇÃO DOS CARTÕES RESPOSTA

6.1. A correção dos Cartões Resposta será realizada através do processo de leitura digital, a ser realizada na Sede da empresa RL&Z Confiança Assessoria e Soluções em Concursos LTDA - ME, às 17h15min do dia 11/10/2017, bem como a identificação dos candidatos.

6.2. As notas apresentadas na correção dos cartões serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital.

6.4. A correção será integralmente filmada, e será disponibilizada ao município de Paial/SC.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- b) possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- d) possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) o candidato de maior idade;
- f) sorteio.

8. DOS GABARITOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da Prova Objetiva e no Gabarito Preliminar divulgado: (No período de 03 e 04/10/2017 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar).
- c) da correção dos Cartões Resposta. (No período de 12 a 15/10/2017- Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da Correção dos Cartões Resposta).

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital Anexo I.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS deverão ser interpostos VIA ONLINE – pelo sistema.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.rlzconsultoria.com.br e clicar no link Concursos.
- b) Acessar a “Área do Candidato”.
- c) Clicar em “Recursos”.
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado.
- f) NÃO serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja 03 e 04/10/2017

9.4.1.1. Os recursos/requerimentos interpostos fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação dar-se-á, por meio de contrato com prazo determinado, segundo interesse, necessidade e conveniência da Administração Municipal.

10.2. A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e a contratação dar-se-á sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

10.3. Para ser contratado por prazo determinado para o cargo, o candidato deverá atender às seguintes exigências:

- a) ter sido classificado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- b) ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;
- c) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- f) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da admissão;
- g) não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão, transitado em julgado, em qualquer esfera governamental;
- h) não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10, do art. 37, da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- i) não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- j) comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação e outros), exigidos para o exercício do cargo na data da posse;
- k) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por meio dos exames médicos;
- l) apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão;
- m) certidão de antecedentes criminais, estadual e federal, emitida pelo Juiz da Comarca e pela Justiça Federal com circunscrição onde reside o candidato;
- n) comprovar a habilitação mínima exigida para o cargo;
- o) outros documentos necessários exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal.

10.4. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido no Estatuto do Servidor, bem como quaisquer dos requisitos de que trata o presente Edital e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na exclusão do candidato do Processo Seletivo.

10.4.1. A inexistência das informações ou irregularidades nos documentos, ainda que se verifique posteriormente à contratação, ocasionará a exoneração do candidato.

10.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Paial – SC.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações referentes o Processo Seletivo serão nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

11.2. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa RL&Z Confiança Assessoria e Soluções em Concursos LTDA – ME e pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo do Município de Paial – SC.

11.3. O Prefeito do Município de Paial – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Itá – SC.

11.5. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento de Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V – Requerimento de Portadores de Deficiência;

ANEXO VI – Decreto da Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo do Município de Paial;

13.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paial/SC, 05 de setembro de 2017.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital.	05/09/2017	Nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br

Prazo para impugnação do Edital	06 a 11/09/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Paial - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura.
Período de Inscrições.	06/09/2017 a 14/09/2017	Pela internet, no site: www.rlzconsultoria.com.br
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Deficiência.	06/09/2017 a 14/09/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de Paial, sito à Rua Goiás, nº 400, centro de Paial/SC, aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Seletivo do Município de Paial em horário de expediente da Prefeitura.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requerem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue).	06/09/2017 a 11/09/2017	Pela internet, no site: www.rlzconsultoria.com.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue).	13/09/2017	Pela internet nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br A partir das 17h30min.
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue).	14/09/2017 e 15/09/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site: www.rlzconsultoria.com.br
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	15/09/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site: www.rlzconsultoria.com.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	20/09/2017	Pela internet, nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br A partir das 17h30min.
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas - para candidatos portadores de necessidades especiais e de livre concorrência.	21 e 22/09/2017	Pela internet, no site: www.rlzconsultoria.com.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e publicação da Homologação das inscrições	25/09/2017	Pela internet, no site: www.rlzconsultoria.com.br A partir das 17h30min.
Publicação do Ensalamento	27/09/2017	Pela internet nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br A partir das 17h30min.
Prova Objetiva	01/10/2017	O local de aplicação da Prova Objetiva será informado após a homologação final das inscrições e divulgado nos endereços www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva.	02/10/2017	A partir das 17h30min nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br
Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.	03 e 04/10/2017	Pela internet no site: www.rlzconsultoria.com.br
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.	10/10/2017	A partir das 17h30min nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br
Divulgação do Gabarito Final após análise dos recursos interpostos contra as questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.	10/10/2017	www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br
Correção dos Cartões Resposta e identificação dos candidatos por cargo.	11/10/2017	Às 17h15min, na sede da empresa executora do certame.
Publicação da Classificação após Parecer dos Recursos e Correção dos Cartões Resposta.	11/10/2017	A partir das 17h30min nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br
Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Resposta.	12 a 15/10/2017	Pela internet no site: www.rlzconsultoria.com.br
Parecer dos recursos interpostos contra em face da correção dos Cartões Resposta.	16/11/2017	A partir das 17h30min nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br
Resultado Final	16/11/2017	O Resultado Final por cargo será publicado nos sites: www.rlzconsultoria.com.br e www.paial.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paial – SC. A partir das 17h30min.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**ENFERMEIRO:**

Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção em controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio: técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho de parto e nascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puérpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.

PSICÓLOGO:

Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo o teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

ANEXO III**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****ENFERMEIRO:**

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição.

- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição.
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.
- Prestar assessoria quando solicitado.
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição.
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde.
- Participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade.
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos.
- Elaborar informes técnicos para divulgação.
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.

(QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO GRUPO "B" – SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS – STP, Lei Complementar n. 21/2010)

PSICÓLOGO:

- Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, utilizando-se para isto dos recursos técnicos e metodológicos apropriados;
- Prestar atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades médicas;
- Participar de equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, com o objetivo de integrar as ações desenvolvidas;
- Planejar, orientar, coordenar, supervisionar e, avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;
- Executar atendimento psicossocial, através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;
- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação a saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e, emitindo pareceres dentro de sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e, pareceres que lhe forem pertinentes;
- Participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Zelar pela sua segurança e, de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Desempenhar outras atividades afins;

(QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO GRUPO "B" – SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS – STP, Lei Complementar n. 21/2010)

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997 (Doador de Sangue)

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
3. _____

ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ expedido pelo _____ e CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, Estado _____, CEP nº _____, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 001/2017, do Poder Executivo Municipal de Paial, inscrição sob nº _____, para o cargo de _____, requeiro a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de deficiência física: _____ CID nº _____

Nome do Médico _____

2 – () Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ / Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____

2.3. () Leitura de Prova

2.4. () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

2.5 () Outra Necessidade Especificar: _____

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)ANEXO VI

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

DECRETO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO

Decreto nº 59/17 de 04 de setembro de 2017

NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nevio Antonio Mortari, prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no exercício a competência exclusiva que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do Art. 69, VII da Lei Orgânica do Município;

Considerando: a realização do processo seletivo para a contratação por tempo determinado de pessoal para substituir servidores efetivos do Município de Paial/SC;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Nomeados os Seguintes membros para compor a Comissão de Acompanhamento relativo aos procedimentos do Processo Seletivo nº02/2017.

Atr. 2º - A Comissão ficou assim constituída:

Presidente: Renan Vizzoto

Secretário: Amauri Auzilheiro

Demais Membros: Juliana Scartezini

Art. 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 04 de setembro de 2017.

Nevio Antonio Mortari

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Paial, 04 de setembro de 2017

Volnei Diogo de Pelegrin

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3435/2017.

PORTARIA Nº. 3435/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA BARBARA SILVEIRA MENDONÇA SANTOS DIAS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Administração Mercadológica I e II/Estágio I e II em Marketing, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3419/2017.

PORTARIA Nº. 3419/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALESSANDRA MACHADO SOTERO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3429/2017.

PORTARIA Nº. 3429/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MICHELI DE SOUZA, matrícula nº. 401597-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 31/07/2017 à 31/08/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3451/2017.

PORTARIA Nº. 3451/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JEISA ANA DA SILVA, matrícula nº. 801162-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 07/03/2005 a 07/03/2010, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 14/08/2017 à 14/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3458/2017.

PORTARIA Nº. 3458/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
260090-3	Luiza Bento da Silva Bertolino	60%	80%

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.243, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 2.243, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Regulamenta o funcionamento do programa "Nota Fiscal Palhocense", criado pela Lei Complementar n. 192, de 10 de abril de 2015, que alterou a Lei Complementar 110, de 31 de agosto de 2011, e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Nos termos da Lei Complementar n. 110, de 31 de agosto de 2011, alterada pela Lei Complementar n. 192, de 10 de abril de 2015, ficam obrigadas à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e todas as pessoas físicas ou jurídicas elencadas no Decreto n. 1.313 de 19 de Setembro de 2011, que desenvolvam atividade econômica no Município de Palhoça.

Parágrafo Único. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços, instrumentalizando o recolhimento dos tributos aplicáveis à espécie.

Art. 2º A quota parte livre do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN recolhido por ocasião da emissão da Nota Fiscal de

Serviços Eletrônica – NFS-e, referente à prestação de qualquer dos serviços elencados no Decreto n. 1.313 de 19 de Setembro de 2011, passa a gerar créditos tributários que poderão ser utilizados pelos tomadores dos respectivos serviços, nos percentuais estabelecidos no art. 1ºA, § 1º, da Lei Complementar 110, de 31 de agosto de 2011.

Parágrafo Único. Para os fins a que dispõe o caput deste artigo, considera-se quota parte livre do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a fração do imposto não destinada previamente a repasses constitucionais ou a outros repasses previstos na Lei Orçamentária Anual ou na legislação municipal.

Art. 3º Para fazer jus à obtenção de créditos por ocasião da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e o tomador deverá solicitar ao prestador do serviço que seu Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ conste na Nota Fiscal, para fins de registro dos créditos.

Art. 4º Os créditos obtidos pelo tomador de serviços poderão ser utilizados para as finalidades previstas no art. 1ºB, da Lei Complementar 110, de 31 de agosto de 2011, devendo o tomador fazer a opção no sistema do Portal de Serviços Online do Município de Palhoça, por meio de adesão às opções disponíveis.

§ 1º Independentemente da opção feita pelo tomador de serviços, 60% (sessenta por cento) do total dos créditos somados no exercício financeiro serão convertidos compulsoriamente para o Fundo Municipal de Inovação, como autoriza o disposto no art. 1º B, III, da Lei Complementar 110, de 31 de agosto de 2011.

§ 2º O tomador de serviços que somar créditos deverá fazer a opção pela sua utilização no sistema do Portal de Serviços Online do Município de Palhoça até o dia 31 de outubro seguinte à obtenção dos créditos.

§ 3º Na hipótese de o tomador de serviços permanecer inerte em indicar a destinação, deixando transcorrer o prazo do parágrafo anterior, o crédito permanecerá depositado até o final do respectivo exercício financeiro em que foi arrecadado, e será automaticamente convertido para o Fundo Municipal de Inovação no primeiro dia do exercício subsequente.

§ 4º Para fins de abatimento no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU serão considerados os créditos somados até o dia 31 de outubro do respectivo ano, que poderão ser convertidos no exercício financeiro subsequente, respeitados os limites legais, sendo que os créditos acumulados após esta data serão considerados para o exercício financeiro posterior.

§ 5º Na hipótese de utilização dos créditos para abatimento no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, a conversão dos créditos deverá ser aplicada antes de qualquer outro tipo de desconto sobre o imposto.

§ 6º Além das opções previstas expressamente na Lei Complementar 110, de 31 de agosto de 2011, o tomador de serviços poderá, a partir do exercício financeiro de 2019, fazer a opção pela restituição equitativa de até 40% (quarenta por cento) dos créditos somados em moeda corrente nacional, que serão creditados em conta corrente/poupança de sua titularidade, por meio do sistema do Portal de Serviços Online do Município de Palhoça.

§ 7º O prazo de que dispõe o parágrafo anterior poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 8º Optando o tomador de serviços detentor de créditos pela restituição equitativa em moeda corrente nacional, a quantia, antes de ser creditada em sua conta corrente/poupança por meio do sistema do Portal de Serviços Online do Município de Palhoça, deverá ser atualizada monetariamente, anualmente, pelo índice oficial (INPC), desde a data da homologação do crédito.

§ 9º Somente poderá ser feita a opção pela restituição dos créditos em moeda se estes somarem o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), sendo que eventuais taxas ou tarifas de transferência bancária, de qualquer natureza, serão descontadas do valor a ser restituído.

§ 10º A restituição de créditos aos tomadores de serviços será realizada sempre nos meses de abril e setembro, a partir do exercício financeiro de 2019 conforme previsto no § 6º.

§ 11º Na hipótese de os créditos a serem restituídos somarem valor igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a restituição ficará condicionada à aprovação do Conselho Municipal Contribuinte.

§ 12º Os créditos não poderão ser restituídos ou compensados se o tomador de serviços estiver inadimplente em relação a obrigações pecuniárias, de natureza tributária ou não tributária, perante o Município de Palhoça.

§ 13º Poderá o tomador de serviços detentor de créditos alterar o tipo de adesão no sistema do Portal de Serviços Online do Município de Palhoça a qualquer momento, não afetando, no entanto, aqueles já adquiridos.

§ 14º Os créditos a que se refere este Decreto somente serão gerados e considerados para os fins dispostos na Lei Complementar n. 110, de 31 de agosto de 2011, alterada pela Lei Complementar n. 192, de 10 de abril de 2015, mediante efetivo pagamento do imposto devido pelo prestador do serviço.

§ 15º Os serviços de natureza não econômica ou os serviços prestados por contribuintes imunes e isentos de recolhimento tributário não geram créditos ao tomador.

§ 16º O crédito aplicado no Fundo Municipal de Inovação não poderá ser resgatado pelo tomador do serviço, em nenhuma hipótese.

§ 17º Tendo em vista a data do presente Decreto e a previsão orçamentária do município, os créditos somente passarão a ser aportados no Fundo Municipal de Inovação a partir do mês de janeiro de 2018.

Art. 5º Nos termos do art. 1º C, da Lei Complementar n. 110, de 31 de agosto de 2011, os créditos do Fundo Municipal de Inovação de Palhoça serão depositados em conta corrente/poupança de titularidade da Prefeitura Municipal de Palhoça e seu saldo será mensalmente distribuído entre o Fundo Municipal de Aval, o Fundo de Municipal Equalização de Taxa de Juros e o Fundo Municipal de Subvenção, na seguinte forma e proporção:

I – 60% (sessenta por cento) do saldo será destinado ao Fundo Municipal de Aval, e será utilizado exclusivamente para garantir financiamentos de projetos de pesquisa, desenvolvimento, investimento e inovação, desenvolvidos por empresas com sede no município de Palhoça, a serem tomados junto à instituições financeiras oficiais, bancos e agências de fomento.

II - 30% (trinta por cento) do saldo será destinado ao Fundo de Municipal de Equalização de Taxa de Juros, e será utilizado exclusivamente para equalizar juros de empréstimos tomados por empresas com sede no município de Palhoça, perante instituições financeiras oficiais, banco ou agência de fomento oficial, ou OSCIP's de micro-crédito devidamente certificada pelo Ministério da Justiça.

III - 10% (dez por cento) do saldo será destinado ao Fundo Municipal de Subvenção, e será utilizado exclusivamente para aplicar recursos, reembolsáveis ou não reembolsáveis, diretamente em projetos e/ou empresas inovadoras com sede no município, para compartilhamento dos custos e riscos inerentes às atividades de inovação.

§ 1º Os recursos do Fundo Municipal de Aval serão depositados em conta corrente vinculada à concessão de garantia de financiamentos de projetos de pesquisa, desenvolvimento, investimento e inovação, desenvolvidos por empresas com sede no município de Palhoça, a serem tomados junto a instituições financeiras oficiais, bancos e agências de fomento, não podendo ser utilizados para finalidade diversa, e serão administrados e somente poderão ser movimentados por banco ou agência de fomento oficial.

§ 2º Os recursos do Fundo Municipal de Equalização de Juros serão depositados em conta corrente vinculada a equalização de juros de empréstimos tomados perante instituições financeiras oficiais, por empresas com sede no município de Palhoça, e serão administrados e somente poderão ser movimentados por banco ou agência de fomento oficial, ou por OSCIP's de micro-crédito devidamente certificada pelo Ministério da Justiça.

§ 3º Os recursos do Fundo Municipal de Investimento e Subvenção serão depositados em conta corrente vinculada a aplicações, reembolsáveis ou não reembolsáveis, diretamente em empresas e/ou projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento, com sede no município de Palhoça, para compartilhamento dos custos e riscos inerentes às atividades de inovação, e serão administrados e somente poderão ser movimentados por instituição da sociedade civil sem fins lucrativos do município, com atuação específica na área de desenvolvimento e inovação.

§ 4º Os créditos do Fundo Municipal de Inovação de Palhoça poderão, se as circunstâncias do caso justificarem, ser distribuídos em percentual diverso daquele previsto nos incisos do caput deste artigo, entre o Fundo Municipal de Aval, o Fundo de Municipal Equalização de Taxa de Juros e o Fundo Municipal de Subvenção, devendo a autorização emanar de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Para que a empresa interessada possa pleitear os incentivos dos Fundo Municipal de Aval, Fundo de Municipal Equalização de Taxa de Juros e Fundo Municipal de Subvenção, deverá desenvolver atividade inovadora, assim compreendida como aquela necessária para o desenvolvimento e implementação de produtos e processos novos ou aperfeiçoados, desenvolvida tanto dentro como fora da empresa e internalizada por meio da aquisição de um serviço.

§ 1º Além de desenvolver atividade inovadora, os investimentos pleiteados deverão necessariamente estar associados ao seu projeto de inovação e a empresa deverá atender a pelo menos um dos seguintes requisitos:

I – Ter recebido pelo menos um dos seguintes apoios de governo, seja na esfera Municipal, Estadual ou Federal:

a) Incentivos fiscais à Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica obtidos, conforme previsto no Capítulo III da Lei Federal n. 11.196/2005, nos últimos 05 (cinco) anos, ou subvenção econômica à Pesquisa e Desenvolvimento nos últimos 10 (dez) anos.

b) Financiamento a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica em parceria com universidades ou institutos de pesquisa nos últimos 05 (cinco) anos.

c) Financiamento a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica sem parceria com universidades ou institutos de pesquisa nos últimos 05 (cinco) anos, ou bolsas RHAE/CNPq para pesquisadores em empresas nos últimos 05 (cinco) anos.

d) Aporte de recursos de capital de risco nos últimos 05 (cinco) anos para empresas inovadoras apoiadas por fundos de venture capital que tenham participação re recursos públicos.

II – Possuir histórico na área de Propriedade Intelectual (Propriedade Industrial e Direito Autoral), comprovando:

a) Possuir registro de patente no INPI nos últimos 05 (cinco) anos.

b) Ter depositado pedido de patente no INPI no mesmo ano do protocolo da proposta de financiamento ou nos dois anos anteriores, desde que o pedido de patente esteja válido até o momento do protocolo da proposta no Agente Financeiro.

c) Em caso de Software, possuir registro de Direito Autoral nos últimos 05 (cinco) anos,

III – Estar instalada em Incubadora de Base Tecnológica ou Parques Tecnológicos do Município de Palhoça.

§ 2º O simples enquadramento nos critérios estabelecidos no parágrafo anterior não confere às empresas e/ou projetos o direito de gozar do Fundo Municipal de Aval, do Fundo de Municipal Equalização de Taxa de Juros, ou do Fundo Municipal de Subvenção, ficando a concessão dos benefícios sujeita à disponibilidade financeira dos fundos e à dotação orçamentária do município.

§ 3º O instrumento jurídico que será formalizado entre a Prefeitura Municipal de Palhoça e as entidades que ficarão responsáveis pela administração dos recursos dos Fundo Municipal de Aval, Fundo de Municipal Equalização de Taxa de Juros e Fundo Municipal de Subvenção poderá estabelecer novos critérios para concessão dos benefícios, além daqueles estabelecidos neste artigo.

§ 4º O procedimento a ser adotado pelas empresas interessadas em receber incentivos oriundos do Fundo Municipal de Aval, do Fundo de Municipal Equalização de Taxa de Juros e do Fundo Municipal de Subvenção será definido no instrumento jurídico que será formalizado entre a Prefeitura Municipal de Palhoça e as entidades que ficarão responsáveis pela administração dos recursos dos fundos.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições demais em contrário.

Palhoça, 31 de agosto de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 3400/2017

PORTARIA Nº. 3400/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ALTINO JOSE MARTINS FILHO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Estágio Interdisciplinar Educação Infantil/Pesquisa e Prática em Educação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3401/2017.

PORTARIA Nº. 3401/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIA ADRIANA GERALDI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Pós Educação Infantil/Pós Psicopedagogia/Metodologia Ensino da Matemática, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3402/2017.

PORTARIA Nº. 3402/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR RENE AHLFELDT, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Marketing aplicada ao Turismo/Pesquisa Mercadológica/Negociação, Mediação e Arbitragem/Orientação TCC/Empreendedorismo em Eventos, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3403/2017.

PORTARIA Nº. 3403/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR VINICIUS PIERRI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Gestão de Alimentos e Bebidas/Gestão Financeira e Controle de Custos/Função de Administração/Curso de Formação de Aquaviários, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3404/2017.

PORTARIA Nº. 3404/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ODIMAR LORENSET, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Estágio Interdisciplinar I – Educação Infantil/Práticas Pedagógicas em Didáticas/Didática I/Orientação de TCC/Orientação de TCC (Pós Graduação)/Educação Infantil (Pós Graduação) com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3405/2017.

PORTARIA Nº. 3405/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA COSTA MULLER, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Organização da Educação Básica/Políticas Públicas/Estágio, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3406/2017.

PORTARIA Nº. 3406/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LUANI DE LIZ SOUZA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/semanais, Disciplina Planejamento Educacional/Estágio Anos Iniciais/Pós de Psicopedagogia, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3407/2017.

PORTARIA Nº. 3407/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIA ZANON BENETTI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Ritmo e Consciência Corporal/Dança de Salão/Corpo e Movimento, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3408/2017.

PORTARIA Nº. 3408/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JOÃO RAPHAEL COUTINHO BERTONCELLI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Libras (Pedagogia/Administração/Turismo), com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3409/2017.

PORTARIA Nº. 3409/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JEAN GILBERTO RIBEIRO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/semanais, Disciplina Legislação Aplicada ao Turismo/Direito Tributário/Direito Empresarial, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3410/2017.

PORTARIA Nº. 3410/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SILVANIA CLEIDE DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3411/2017

PORTARIA Nº. 3411/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SUSANE CLEIDE DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3412/2017.

PORTARIA Nº. 3412/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANE SCHREIBER, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3413/2017.

PORTARIA Nº. 3413/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SHIRLEY MAGALHÃES NOVAES, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2016.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3414/2017.

PORTARIA Nº. 3414/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TATIANE CRISTINA FREITAS, titular do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3415/2017

PORTARIA Nº. 3415/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUANA MACHADO FERREIRA, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3416/2017.

PORTARIA Nº. 3416/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Adriano Rauber	1239138441

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3417/2017.

PORTARIA Nº. 3417/2017.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAULO RICARDO CORREA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 208/2015 e Processo Seletivo Edital nº. 002/SAMAE/2016, para ocupar o cargo de Calceteiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/07/2017 a 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3418/2017.

PORTARIA Nº. 3418/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CARLA CRISTINA DOS SANTOS, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3420/2017

PORTARIA Nº. 3420/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TELIS DOS SANTOS CUSTODIO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3421/2017.

PORTARIA Nº. 3421/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA MARIA LEONEL, matrícula nº. 401315-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/07/2011 a 04/07/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/09/2017 à 10/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3422/2017.

PORTARIA Nº. 3422/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DANIELA DA SILVA, matrícula nº. 401186-4, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/03/2011 a 02/03/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3423/2017.

PORTARIA Nº. 3423/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDUARDO JOÃO DA SILVA, matrícula nº. 401561-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/08/2017 à 02/09/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3424/2017.

PORTARIA Nº. 3424/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA REGINA SANTOS FERREIRA, matrícula nº. 400292-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/08/2017 à 15/09/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3425/2017.

PORTARIA Nº. 3425/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABRICIA MARIA GOMES CARDOSO, matrícula nº. 401046-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/10/2010 a 04/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3426/2017.

PORTARIA Nº. 3426/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JARDEL CHRISTIAN KISLER ESMERIS, matrícula nº. 401604-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3427/2017.

PORTARIA Nº. 3427/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO BATISTA DA SILVA, matrícula nº. 800869-3, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3428/2017.

PORTARIA Nº. 3428/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA LUCIA AMARANTE PEREIRA DE RAMIREZ, matrícula nº. 400337-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/03/1997 a 17/03/2002, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2017 à 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3430/2017.

PORTARIA Nº. 3430/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR FERNANDO CLEMENTE CUNHA BASTOS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Ferramenta de Gestão/Estratégia Empresarial/Administração de Cargos e Salários-Pós/Gestão Pública-Pós, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3431/2017

PORTARIA Nº. 3431/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR DULCELI BROERING DA SILVA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Intérprete de Libras, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3432/2017.

PORTARIA Nº. 3432/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CLODOMIR CORADINI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Gerenciamento de Projetos/Logística/Administração de Processos Produtivos, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3433/2017.

PORTARIA Nº. 3433/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CIBELLI DE MEDEIROS PICKLER, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Administração de Processos Produtivos/Administração de Materiais e Logística/Elaboração de Gestão e Projetos/ Estágio I – Produção e Logística/Gestão de Pessoas II/ Orientação de TCC, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3434/2017.

PORTARIA Nº. 3434/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAMIR ELAINE LIBERATO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Projeto de Extensão Brinquedoteca, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3436/2017

PORTARIA Nº. 3436/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVES, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Brinquedoteca, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3437/2017.

PORTARIA Nº. 3437/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELY MONTEIRO CRUZ, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2017, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/08/2017 a 10/08/2018.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3438/2017.

PORTARIA Nº. 3438/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PRISCILA ELLEN FONTANA DA COSTA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEAP da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/08/2017 a 14/08/2018.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3439/2017.

PORTARIA Nº. 3439/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AARON SCHEIDMANDEL MULLER, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Frei Damião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/08/2017 a 14/08/2018.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3440/2017

PORTARIA Nº. 3440/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALEXANDRE ESPINDOLA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de Vigia, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/08/2017 a 08/08/2018.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3441/2017

PORTARIA Nº. 3441/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIS FELIPE RAMOS BERBEL ANGULSKI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017, para ocupar o cargo de Médico Pediatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/08/2017 a 08/08/2018.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3442/2017

PORTARIA Nº. 3442/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR KATIA DE LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3443/2017.

PORTARIA Nº. 3443/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCOS AURELIO DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), e de 20% (vinte por cento), de hora atividade Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3444/2017.

PORTARIA Nº. 3444/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Nome	Pelo período de
Tamiris Aladia da Silva	07/03/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3445/2017.

PORTARIA Nº. 3445/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARTA INES DINIZ, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/08/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3446/2017.

PORTARIA Nº. 3446/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VAL-DIRENE APARECIDA MEURER, matrícula nº. 800237-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 24/07/2017, de acordo com às folhas 51.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3447/2017.

PORTARIA Nº. 3447/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO do RAFAEL PIRES MARCIANO, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente do CREAS, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3448/2017.

PORTARIA Nº. 3448/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO a JOSIANE CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral de proteção Social Básica, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3449/2017.

PORTARIA Nº. 3449/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL – para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Funcionário	De	Para	A contar de
128728-13	Ana Paula de Sousa	DOC 2 A	DOC 2 B	18/02/17
801846-4	Andrea Dos Santos Silveira Coelho	DOC 3 B	DOC 3 C	05/05/17
129798-1	Arlene Aurea de Quadros Piccolli	DOC 3 F	DOC 3 G	15/04/17
801782-2	Cibele Ramos da Silva	DOC 3 B	DOC 3 C	01/03/17
801641-1	Cristiane de Oliveira	PED 3 B	PED 3 C	30/09/16
801860-6	Edineia Ivone da Silva	DOC 3 B	DOC 3 C	01/03/17
126865-2	Eunice Alaide Sotero Gaspar	DOC 3 F	DOC 3 G	23/05/17
128750-1	Gilson Fortunato	PED 3 B	PED 3 C	02/12/16

801792-10	Ivone Pereira Alves Juttel	DOC 3 B	DOC 3 C	19/02/17
801865-13	Karina Campos	DOC 3 B	DOC 3 C	01/03/17
801864-7	Lorena Carla Pereira Pelegrini	DOC 3 B	DOC 3 C	01/03/17
801855-5	Maria Aparecida da Silva I	DOC 3 B	DOC 3 C	01/03/17
801790-16	Maristela Cardoso Gregorio	DOC 3 B	DOC 3 C	03/03/17
800297-2	Marlene Cabral Inacio	DOC 3 I	DOC 3 J	12/11/16
801809-6	Michelle de Souza kirchner Steffens	DOC 3 B	DOC 3 C	21/02/17
128458-9	Regiane Cristina da Silva dos Santos	DOC 3 B	DOC 3 C	20/10/16
801873-3	Roseli Francisca da Silva	DOC 3 B	DOC 3 C	09/04/17
801728-1	Roseli Hilda de Souza Dimon	PED 3 B	PED 3 C	19/02/17
801781-3	Rozangila Aparecida Pereira Martins	DOC 3 B	DOC 3 C	01/03/17
124129-1	Simone Julia Garcia da Silva	DOC 3 F	DOC 3 G	14/12/16
121857-1	Susi Nilza Goulart	DOC 3 H	DOC 3 I	12/12/16
801777-4	Thais Diniz da Silva	DOC 3 B	DOC 3 C	18/03/17
121572-1	Vanilda da Silva Mato	DOC 3 F	DOC 3 G	17/10/16

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3450/2017.

PORTARIA Nº. 3450/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA PAULA COELHO MARTINS, matrícula nº. 802035-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 14/09/2001 a 14/09/2006, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/08/2017 à 14/11/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3452/2017.

PORTARIA Nº. 3452/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA FERREIRA DE ARAUJO, matrícula nº. 801661-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, a contar de 11/09/2017 à 11/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3453/2017.

PORTARIA Nº. 3453/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALEXANDRA BIANCA DE SOUZA, matrícula nº. 801091-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 03/06/2009 a 03/06/2014, por 01 (um) mês, a contar de 14/08/2017 à 14/09/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3454/2017.

PORTARIA Nº. 3454/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAERTE NOEMIA DOS SANTOS, matrícula nº. 800183-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 22/02/2004 a 22/02/2009, por 02 (dois) meses, a contar de 15/08/2017 à 15/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3455/2017

PORTARIA Nº. 3455/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
300178-1	Maísa Cristina Pierri	R\$ 400,00	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3456/2017.

PORTARIA Nº. 3456/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
801486-3	Andreia Lourdes Macario	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3457/2017.

PORTARIA Nº. 3457/2017.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor GUSTAVO DIAS MACHADO, Matrícula nº. 3760892-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Procuradoria Geral do Município do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3459/2017

PORTARIA Nº. 3459/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Denise de Souza	20	40	09/08/2017 a 14/12/2017
Denise Demarco Couto	20	40	10/08/2017 a 10/09/2017

Mariane Andrea Voges

40

20

10/08/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3460/2017.

PORTARIA Nº. 3460/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1346 de 14 de março de 2016, que Concedeu Agregação para Conclusão de Cursos Regulares a servidora DENISE AYRES D´AVILA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente Curso que devesse ser conforme abaixo, e não como consta na referida portaria.

Matricula	Nome	Curso	Percentual
100743-1	Denise Ayres D´Avila	Pós Graduação	15%

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3461/2017.

PORTARIA Nº. 3461/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOELMA TEIXEIRA DE FREITAS, matrícula nº. 400935-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/07/2017 à 19/08/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3462/2017.

PORTARIA Nº. 3462/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA DE FATIMA FARIAS, Matricula nº. 300125-2, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Secretaria da Fazenda, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura

de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3463/2017.

PORTARIA Nº. 3463/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Antonia da Silva	Enfermeiro	15	09/08/17	I – F 41-2, II – F 06-4, III – K 52-9
Adriana Antonia da Silva	Enfermeiro	05	31/07/17	I – F 41-2, II – F 06-4, III – K 52-9
Adriana das Graças A. da S. Almeida	Professor	180	03/08/17	I –
Alexandre Lisboa da Silva	Professor	30	01/08/17	I – M 23, II – S 83
Aline Gomes	ASG	15	01/08/17	I – K 35
Aline Raquel Silva Nunes	ASO	07	08/08/17	I – S 93
Aline Soares Suarez	Enfermeiro	120	27/07/17	I – Z 96-7
Altenise Agostinho de Souza	Técnico em Enfermagem	05	31/07/17	I – N 30
Ana Claudia Gomes Gonçalves	Professor	90	02/08/17	I – C 34
Ana Paula Coelho Martins	Professor	15	26/07/17	I – F 41-2
Andrea Pauletti Prezotto	ASO	31	26/07/17	I – M 50
Angela Maria Hamann	ASO	60	14/07/17	I – M 77
Angélica Socas Doin Vieira	Médica Veterinária	60	01/08/17	I – S 83-2, II – S 83-3
Antonio Carlos Avila	Médico	15	02/08/17	I – N 40
Arlete da Silva	ASG	90	08/08/17	I – M 75-1
Cátia Regina Soares da Rosa	Professor	15	27/07/17	I – F 32
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	05	01/08/17	I – M 25-5
Cleideliz Comin	Pedagogo	07	08/08/17	I – F 43-2
Cleusa de Oliveira	Professor	45	01/08/17	I – M 22-8
Cristiane Azevedo Jordão	Enfermeiro	30	24/07/17	I – F 41
Cristiane Peixer Melo Scheidt	Professor	14	31/07/17	I – C 20
Cristina Lobato Fortunato	Professor	30	10/08/17	I – C 41, II – Z 76
Daiane Comelli	Enfermeiro	30	02/08/17	I – S 93-5, II – S 92-2
Daniela de Jesus	Professor	15	31/07/17	I – M 65
Dayane Dias	ASO	08	02/08/17	I – M 73
Edineia Florinda Pedro Batista	ACS	14	03/08/17	I – R 10
Elaine Cristina Henrique	ASO	07	01/08/17	I – T 93-0
Elaine Cristina Henrique	ASG	09	08/08/17	I – T 93
Eliane dos Santos	ASG	15	31/07/17	I – S 93-4, II –
Eliane dos Santos	ASG	60	07/08/17	I – M 13-1, II – S 93-4
Eliane Mara Dransfeld	Psicólogo	13	02/08/17	I – Z 76-3
Eliane Terezinha Garcia Correa	Técnico em Enfermagem	15	27/07/17	I – M 65-8
Elizangela França dos Anjos	Merendeira	07	03/08/17	I – H 81-9
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	13	26/07/17	I – M 54
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	14	07/08/17	I – M 51, II – M 54
Fernando Rodrigues	Enfermeiro	90	03/08/17	I – F 42
Franciele de Almeida Garcia Matos	ASO	05	01/08/17	I – H 10

Gracielle Francine D. Piccoli	Monitor	30	01/08/17	I – F 43
Inez Terezinha Guarnieri	Monitor	10	28/07/17	I – Z 76-3
Iraci da Luz Fernandes	Merendeira	40	26/07/17	I – M 23
Irene Michaels Kovalenko	Orientador Educacional	40	24/07/17	I – M 68-8, II – G 56-0, III – S 93-4
Isabela Lavinya Pedro	ACD	05	24/07/17	I – N 23
Isadora dos Santos Sousa	Professor	05	31/07/17	I – B 01-9
Janaina D. Ricardo Rogério	Professor	32	07/08/17	I – S 09-9, II – R 51, III – F 32
Janaina D. Ricardo Rogério	Professor	06	31/07/17	I – S 09-9, II – R 51, III – F 32
Janderson Jaime Venturi	Assistente Administrativo	05	25/07/17	I – S 93-4
Jane L. Aparecida dos Santos	ASG	10	25/07/17	I – M 54
Jane Maria de Souza Santos	ACS	30	31/07/17	I – M 72, II – M 75-5, III – M 79-6
Jessica Carla de Souza	ACS	15	04/08/17	I – Z 76-3
Josiane Aparecida da Rosa	Professor	15	07/08/17	I – H 18-6
Josiane Gonçalves de Souza	ACS	14	31/07/17	I – Z 76-3
Josiane Gonçalves de Souza	ACS	45	03/08/17	I – Z 76-3
Josiane Terezinha Pereira	ASG	180	08/08/17	I –
Jucelandia de Souza	ASO	36	31/07/17	I – T 81-3
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	32	02/08/17	I – G 56-0
Jucelia Concilia da Silva	Professor	120	28/07/17	I – M 54-4, II – M 51, III – M 54-1
Jucilene Edite Tomaz	ASG	09	04/08/17	I – J 18
Juscelino Gonçalves Dias	Assessor	15	05/08/17	I – S 22
Juscileia dos Santos Schiessl	Enfermeiro	30	08/08/17	I – Z 73-0
Karibyan Augusto de Souza	Engenheiro Ambiental	12	03/08/17	I – S 63-4
Karoline Franzoni Bousfield Werner	Técnico em Enfermagem	120	01/08/17	I – F 33-3, II – F 60-3
Karoline Wessler Borba	ACD	03	24/07/17	I – H 60, II – M 54
Karoline Wessler Borba	ACD	02	03/07/17	I – H 60, II – M 54
Kedma Verônica F. de Jesus	ACS	03	31/07/17	I – N 30, II – J 03, III – M 71
Kedma Verônica F. de Jesus	ACS	02	03/08/17	I – N 30, II – J 03, III – M 71
Kedma Verônica F. de Jesus	ACS	02	11/07/17	I – N 30, II – J 03, III – M 71
Letícia Maria da Cunha Fraga	Professor	180	01/08/17	I –
Luana Krieger	ASO	15	04/08/17	I – K 80-2
Luceli Aparecida Pereira Kuhn	Professor	90	07/08/17	I – Z 76-3
Lucélia Ap. Postai Barcelos	ASO	15	31/07/17	I – M 79-6, II – M 25-5, III – M 79-7
Lucélia Ap. Postai Barcelos	ASO	02	28/07/17	I – M 79-6, II – M 25-5, III – M 79-7
Luciana Ballmann Lisboa	Orientador Educacional	60	01/08/17	I – F 33-2, II – F 41-2
Luciane Márcia da Silveira	Professor	15	04/08/17	I – Z 76-3
Luciane Teresinha Sens	Enfermeiro	45	28/07/17	I – F41-2
Luciano Eli	Motorista	02	31/07/17	I – Z 01-9, II – K 52-9
Maraisa Melo Farias	Técnico em Enfermagem	05	31/07/17	I – Z 98
Maria Joselia Hostmann Felisbino	Professor	90	06/08/17	I – S 83-7
Maria Solange Coelho	ASG	05	01/08/17	I –
Mariana Silva de Abreu	Merendeira	10	28/07/17	I – O 21-9
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	60	31/07/17	I – F 32
Maura Helena de Melo	Professor	30	31/07/17	I – F 20
Michelle Seidler de Melo	ASO	09	30/07/17	I –
Miriam Machado da Silva Deucher	ACS	04	07/08/17	I – R 52, II – Z 76-5
Mirian da Silva	ASG	15	08/08/17	I – Z 76-3
Mirian Meurer de Oliveira	Professor	20	08/08/17	I – M 65-7, II – M 65-8
Neiva de Faria Vieira da Silva	Monitor	03	26/07/17	I – M 25, II – Z 000
Nilceia Aparecida Vingla	Merendeira	04	31/07/17	I – M 65
Nilceia Aparecida Vingla	Merendeira	31	08/08/17	I – m 75
Norma Regina Becker	Professor	30	26/07/17	I – F 43
Patrícia Gerci dos Santos Pinheiro	ACS	20	24/07/17	I – M 79-6
Priscila Maria Mendonça Gonzaga	ACS	10	25/07/17	I – I 87
Rafael de Mello Arrussul	Professor	07	7/08/17	I – S 60-7

Raquel Eliana da Silva Favero	ACS	90	03/08/17	I – E 66-8, II – Z 54-0, III – R 59-9
Regiane Cristiane da S. dos Santos	Professor	05	07/08/17	I –
Rejane da Silva Romão	Professor	71	02/08/17	I – M 23
Renata Marcoantonio Scaim	Professor	30	09/08/17	I – O 36-5, II – O 24-4
Rene Alberto Pacifico	Agente de Transito	16	24/07/17	I – M 75-1, II – M 54
Rene Alberto Pacifico	Agente de Transito	25	08/08/17	I – M 75
Ricardo Luiz Wagner	Agente de Transito	05	24/07/17	I – F 43
Ricardo Luiz Wagner	Agente de Transito	10	09/08/17	I – F 32
Rosa Maria de Souza Pereira	ASG	31	26/07/17	I – M 65
Rosane Martins	ACS	02	25/07/17	I – M 75
Rosane Martins	ACS	07	31/07/17	I – M 75
Rosangela Maria dos Santos	ACS	30	09/08/17	I – S 93-4
Rosangela Marta Gonçalves	ASO	15	28/07/17	I – F 33-1
Roseli Hilda de Souza Dimon	ATP	15	01/08/17	I – K 40, II – H 64, III – Z 54
Roselia Aparecida de Q. Souza	Professor	30	04/08/17	I – I 83-9
Rosemeri Soares Ribeiro	Professor	02	08/08/17	I – N 85
Rosemeri Soares Ribeiro	Professor	02	03/08/17	I – N 85
Rosiani Krautz	Psicólogo	03	30/07/17	I – R 05
Rosileia Margarida da Silva	Técnico em Enfermagem	05	01/08/17	I – S 93
Rute Eliane da Silva	ACS	15	03/08/17	I – Z 76-3
Sabrina Maria Duarte	Monitor	30	24/07/17	I – Z 54-0
Sabrina Terezinha Jose	ACS	10	01/08/17	I – F 32
Sandra Lucio Silveira de Souza	Professor	14	08/08/17	I – S 83
Schirley Ap. de Souza Truppel	Técnico em Enfermagem	11	31/07/17	I – F 32
Schirley Suzan Raulino	ASO	05	07/08/17	I – M 25-5
Silvia Azir Florêncio da Silva	Enfermeiro	07	26/07/17	I – M 54-5
Simone Rodrigues Vieira	ACS	02	19/07/17	I – K 80
Simone Rodrigues Vieira	ACS	30	25/07/17	I – K 80
Sueli Schutz Machado	Assistente de Educacional	45	10/08/17	I – M 75
Suzana Duk Rosar	Professor	07	03/08/17	I – B 26-9
Suzane Nienkoetter	Psicólogo	04	08/08/17	I – O 20-0
Tatiana Claudia Campos	ACS	07	09/08/17	I – Z 35-8
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	05	31/07/17	I – H 66, II – Z 76
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	05	07/08/17	I – H 66, II – Z 76
Taysi Vieira de Souza	Professor	05	07/08/17	I – M 25-5
Thayomara de Souza	Enfermeiro	05	26/07/17	I – Z 35-9
Valdirene da Silva	ACS	30	01/08/17	I – F 32
Vanessa de Souza Nunes	Fonoaudióloga	05	07/08/17	I – Z 13-9, II – Z 01-4
Verginia Bombazar	ASG	90	26/07/17	I – F 25
Vivian da Cas Engelke	Medico	20	27/07/17	I – Z 76-3
Willy Branga	Motorista	04	24/07/17	I – M 54, II – Z 01-9
Willy Branga	Motorista	03	31/07/17	I – M 54, II – Z 01-9

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3464/2017.
PORTARIA Nº. 3464/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:



Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora TATIANE GRUN LEMOS, matrícula nº. 211091-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10/08/2017, de acordo com às folhas 13.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3465/2017

PORTARIA Nº. 3465/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora JANI MARIS JUNCKS HOFFMANN, matrícula nº. 801017-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 07/08/2017, de acordo com às folhas 22.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3466/2017.

PORTARIA Nº. 3466/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA CARMOLINA DOS SANTOS SILVA, matrícula nº. 800839-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03/08/2017, de acordo com às folhas 20.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3467/2017

PORTARIA Nº. 3467/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI SUELI MARTINS, matrícula nº. 120889-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/10/2011 a 25/10/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 21/08/2017 à 21/09/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3468/2017.

PORTARIA Nº. 3468/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
800263-3	Adriana Eni Moreira	Assistente Administrativo	1-17-1-F - ANM	1-17-2-F - ANM	21/02/2017
400868-5	Alzira Espindola da Silva	ACD	1-140-2A-B ESF-ACD	1-140-3A-B ESF-ACD	10/05/2017
401675-1	Bianca Freitas Pereira Correa	ACS	1-143-1-B ACS	1-143-2-B ACS	31/08/2016
401121-2	Deise de Oliveira	Técnico em Enfermagem	1-138-2-B - ANMS	1-138-3-B - ANMS	04/05/2017
401617-1	Denise Gonçalves Pinheiro	Assistente Administrativo	1-17-2-B - ANM	1-17-3-B - ANM	11/05/2017
400856-1	Denise Heinzen	Enfermeiro	1-136-1A-B ESF-E	1-136-2A-B ESF-E	13/03/2017
300212-2	Edelane Heidemann	Assistente Administrativo	1-17-3-E - ANM	1-17-4-E - ANM	05/04/2017
501071-1	Eduardo Freitas Machado	Auditor Fiscal de Obras	1-171-2-B ANS-AFOP	1-171-3-B ANS-AFOP	22/02/2017
400030-1	Eronete Gilda Gomes Oliveira	Assistente Administrativo	1-17-3-G - ANM	1-17-4-G - ANM	08/06/2017
100397-1	Iara Regina Macedo	Psicólogo	1-118-2B-B ANS	1-118-2C-B ANS	07/03/2017
401083-2	Isaura Maria da Silva	ACS	1-143-1-B ACS	1-143-2-B ACS	09/03/2017
401176-1	Isis Marques de Sousa	Enfermeiro	1-136-2A-B ESF-E	1-136-3A-B ESF-E	08/05/2017
300498-6	Jane das Dores da Silva	Assistente Administrativo	1-17-2-B - ANM	1-17-3-B - ANM	14/06/2017
128514-2	Joyce Rejane de Souza	Assistente Administrativo	1-17-3-E - ANM	1-17-4-E - ANM	27/04/2017
400936-1	Maria Aparecida Lucio Martins	ACS	1-143-1-B ACS	1-143-2-B ACS	05/06/2017
300054-1	Maria T. Broering Fernandes	Assistente Administrativo	1-17-3-G - ANM	1-17-4-G - ANM	30/05/2017
400828-2	Mauricio Camara de Magalhaes	Medico	1-137-2A-B ESF-M	1-137-3A-B ESF-M	12/04/2017
300428-1	Renata Morfim da Silva	Assistente Administrativo	1-17-2-B - ANM	1-17-3-B - ANM	09/06/2017
401408-5	Roberta Tomi Soares Shirasaki	Médico	1-137-2A-B ESF-M	1-137-3A-B ESF-M	06/06/2017
500030-1	Ronaldoo Zacchi Junior	Auditor Fiscal de Tributos	1-170-3-E ANS-AFTM	1-170-4-E ANS-AFTM	07/06/2017
120889-1	Roseli Sueli Martins	Auditor Fiscal de Tributos	1-170-3-F ANS-AFTM	1-170-4-F ANS-AFTM	23/05/2017
401242-2	Rosilaine da Rosa Hugen	Assistente Administrativo	1-17-2-B - ANM	1-17-3-B - ANM	11/04/2017
200025-1	Shirley Regina de Farias	Assistente Administrativo	1-17-3-H- ANM	1-17-4-H - ANM	14/06/2017

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3469/2017.

PORTARIA Nº. 3469/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SILVANA GUIMARÃES MARTINS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3470/2017.

PORTARIA Nº. 3470/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para RODRIGO ESPINDOLA BENTO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3471/2017.

PORTARIA Nº. 3471/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSINEIA BENEDET GOMES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3472/2017.

PORTARIA Nº. 3472/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MIRELY SCHMITZ, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3473/2017.

PORTARIA Nº. 3473/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GISELE DE OLIVEIRA, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3474/2017

PORTARIA Nº. 3474/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CARLA CRISTINA DE SOUZA LIMA, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3475/2017.

PORTARIA Nº. 3475/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANGELITA DALILA DA ROSA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3476/2017.

PORTARIA Nº. 3476/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DOUGLAS HENRIQUE RODRIGUES DE PAIVA, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Radiologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2017 a 01/08/2018.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3477/2017

PORTARIA Nº. 3477/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402106-1	Alexandre Ise Firmino da Silva	Pós Graduação	15%	24/05/2017
401570-1	Amantiono Rodrigues Raulino	Graduada	30%	08/02/2017
3761159-1	Claudia Marques Andrade	Graduação	30%	17/02/2017
800550-1	Claudia Zeni Teixeira	Pós Graduação	15%	29/05/2017
300414-1	Elisangela Galliani	Graduação	30%	16/02/2017
700167-1	Ielba Cristina Porto Silveira	Pós Graduada	15%	08/02/2017
500525-1	Isonar Augusta Correa	Graduada	30%	20/02/2017
3761014-1	Julie Toniolo Coutinho	Graduação	30%	09/02/2017
401852-2	Kelly Ferreira Marcelino	Graduada	30%	27/01/2017
401962-1	Liliani Rode Schulter	Graduada	30%	08/02/2017
3761281-2	Lucas Schweitzer	Mestrado	20%	24/05/2017

400313-1	Luciana Odete Honorato da Silveira	Graduação	30%	20/04/2017
3761318-1	Maraysa Goulart Melo	Graduado	30%	10/04/2017
3761027-1	Maria Tais de Melo	Doutorado	25%	16/01/2017
400903-1	Rodrigo Chaves	Graduação	30%	15/03/2017

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3478/2017.

PORTARIA Nº. 3478/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora SUELI DA SILVA matrícula nº. 800483-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 11/08/2017, de acordo com às folhas 17.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3479/2017

PORTARIA Nº. 3479/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LUCIA MAURA DA SILVA matrícula nº. 801434-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 03/08/2017, de acordo com às folhas 23.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3480/2017.

PORTARIA Nº. 3480/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA KLOPPPEL, matrícula nº. 800747-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2012 a 29/07/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de agosto de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 095/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº095/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 095/2017, no dia 20 de setembro de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 095/2017 tem como objeto a aquisição de câmeras de porte pessoal para os Agentes de Trânsito utilizarem em suas abordagens, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 05 de setembro de 2017. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

PREGÃO PRESENCIAL 096/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 21 de setembro de 2017, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Coturnos tático para Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, através de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 06 de setembro de 2017. PREGOEIRA.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 083/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de ferramentas para uso diário nos serviços executados pela Secretaria de Serviços Públicos de Palhoça – SESP, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 10 e 11, totalizando R\$3.035,00 (três

mil e trinta e cinco reais);

VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 07, 09, 12 e 13, totalizando R\$6.545,00 (seis mil e quinhentos e quarenta e cinco reais);

PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 03, 04, 05, 06, 08, 14, 15, 16, 17 e 18, totalizando R\$26.989,00 (vinte e seis mil e novecentos e oitenta e nove reais).

Palhoça, 05 de setembro de 2017.

RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTA TP 067/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº067/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na contratação de empresa especializada em mão de obra e fornecimento de materiais para reforma e melhorias da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e elevatórias de esgoto (EEs) do Centro Empresarial e Industrial Palhoça (CEIP) no município de Palhoça/SC.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ROTARIA DO BRASIL LTDA venceu o certame com valor de R\$172.027,65 (cento e setenta e dois mil e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Palhoça, 05 de setembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 069/2017

Decreto n. 069 de 05 de Setembro de 2017.

Autoriza Desmembramento de Lote Urbano e dá Outras Providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Inciso IX, do Art. 10, da Lei Orgânica e também no que dispõe a Lei Municipal n. 1505/2006, de 18 de Abril de 2006,

Decreta,

Art.1º. Fica autorizado o desmembramento do lote urbano número 11, da quadra 106, do Loteamento Industrial, no perímetro urbano da cidade de Palma Sola, com área de 1.511,33 (mil quinhentos e onze metros quadrados e trinta e três décimos quadrados), conforme matrícula no Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC., sob n. 13.261, de propriedade de Gelson Antonio Pedroso da Silva e Patrik Junior Quadros, CPF n.646.256.809-72 e 067.682.879-58 respectivamente, como segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: Lote Urbano nº 11 da quadra nº 106

LOCALIZAÇÃO: Rua número 01 do Loteamento Industrial, na cidade de Palma Sola, SC.

PROPRIETÁRIO: Gelson Antonio Pedroso da Silva, CPF nº 035.116.669-61 e Patrik Junior Quadros, CPF Nº 067.682.879-58. ÁREA = 1.511,33 m2.

CONSTRUÇÕES: Nada consta

MATRÍCULA Nº 13.261 do livro 2. Fls. 01 vs do CRI de Dionísio Cerqueira, SC.

DESCRIÇÃO ATUAL

1) Lote Urbano nº 11 da Quadra 106 do Loteamento Industrial da Cidade de Palma Sola-SC, com área de 1511,33m²(mil quinhentos e onze metros quadrados e trinta e três décimos quadrados), sem benfeitorias. Estando o referido lote localizado no Lado Esquerdo (Impar) distante 76,00m da esquina mais próxima entre a Rua Ângelo Capelari e a Rua Francisco Zanotto.

LESTE – Na distância de 27,60m, confrontando com o Lote nº 10 da mesma quadra, de propriedade de João Pedroso da Silva, matrícula nº 13.260;

OESTE - Na distância de 39,24m confrontando com o Lote nº 12 da mesma quadra, de propriedade de Isauri Alves de Souza, matrícula nº 13.262;

SUL – Na distância de 46,50m confrontando com a Rua Ângelo Capelari antiga Rua nº 1;

NORTE – Anteriormente Lote Rural nº 173. J, atualmente na distância de 9,86m, confrontando com o Lote nº 15 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Edinilson Bedin Zanella, matrícula nº 16.320, na distância de 12,00m, confrontando com o Lote nº 16 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.321, na distância de 12,00m, confrontando com o Lote nº 17 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.322, na distância de 12,00m, confrontando com o Lote nº 18 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.323 e na distância de 2,64m, confrontando com o Lote nº 19 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Pedson Moisés Zanatta, matrícula nº 16.324;

DESCRIÇÃO DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO

2) Parte do Lote Urbano nº 11 da Quadra 106 do Loteamento Industrial da Cidade de Palma Sola-SC, que ora em diante passa a denominar-se Lote Urbano nº 11-A da Quadra 106 do Loteamento Industrial, da Cidade de Palma Sola-SC, com área de 400,67m²(-quatrocentos metros quadrados e sessenta e sete décimos quadrados), sem benfeitorias. Estando o referido lote localizado no Lado Esquerdo (Impar) distante 108,83m da esquina mais próxima entre a Rua Ângelo Capelari e a Rua Francisco Zanotto.

LESTE – Na distância de 27,60m, confrontando com o Lote nº 10 da mesma quadra, de propriedade de João Pedroso da Silva, matrícula nº 13.260;

OESTE - Na distância de 31,02m confrontando com o Lote nº 11-B da mesma quadra;

SUL – Na distância de 13,67m confrontando com a Rua Ângelo Capelari antiga Rua nº 1;

NORTE – Anteriormente Lote Rural nº 173. J, atualmente na distância de 9,86m, confrontando com o Lote nº 15 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Edinilson Bedin Zanella, matrícula nº 16.320 e na distância de 4,37m, confrontando com o Lote nº 16 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.321;

3) Parte do Lote Urbano nº 11 da Quadra 106 do Loteamento Industrial da Cidade de Palma Sola-SC, que ora em diante passa a denominar-se Lote Urbano nº 11-B da Quadra 106 do Loteamento Industrial, da Cidade de Palma Sola-SC, com área de 515,65m²(-quinhentos e quinze metros quadrados e sessenta e cinco décimos quadrados), sem benfeitorias. Estando o referido lote localizado no Lado Esquerdo (Impar) distante 93,19m da esquina mais próxima entre a Rua Angelo Capelari e a Rua Francisco Zanotto.

LESTE – Na distância de 31,02m, confrontando com o Lote nº 11-A da mesma quadra;

OESTE - Na distância de 34,92m confrontando com o Lote nº 11-C da mesma quadra;

SUL – Na distância de 15,64m confrontando com a Rua Angelo Capelari antiga Rua nº 1;

NORTE – Anteriormente Lote Rural nº 173. J, atualmente na distância de 7,63m, confrontando com o Lote nº 16 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.321 e na distância de 8,66m, confrontando com o Lote nº 17 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.322;

4) Parte do Lote Urbano nº 11 da Quadra 106 do Loteamento Industrial da Cidade de Palma Sola-SC, que ora em diante passa a denominar-se Lote Urbano nº 11-C da Quadra 106 do Loteamento Industrial, da Cidade de Palma Sola-SC, com área de 595,01m²(-quinhentos e noventa e cinco metros quadrados e um décimo quadrado), sem benfeitorias. Estando o referido lote localizado no Lado Esquerdo (Impar) distante 76,00m da esquina mais próxima entre a Rua Angelo Capelari e a Rua Francisco Zanotto.

LESTE – Na distância de 34,92m, confrontando com o Lote nº 11-B da mesma quadra;

OESTE - Na distância de 39,24m confrontando com o Lote nº 12 da mesma quadra, de propriedade de Isauri Alves de Souza, matrícula nº 13.262;

SUL – Na distância de 17,19m confrontando com a Rua Angelo Capelari antiga Rua nº 1;

NORTE – Anteriormente Lote Rural nº 173. J, atualmente na

distância de 3,34m, confrontando com o Lote nº 17 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.322, na distância de 12,00m, confrontando com o Lote nº 18 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.323 e na distância de 2,64m, confrontando com o Lote nº 19 do Loteamento Zanotto, de propriedade de Pedson Moisés Zanatta, matrícula nº 16.324;

Art. 2º As despesas de escrituras, registros e demais atos afins e atinentes às transferências dos imóveis correrão por conta de seus respectivos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 05 de Setembro de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DO QUINTO ADITIVO 038/206

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Tomada de Preço 055/2016

Contratada : DERPA USINA DE ASFALTO LTDA -EPP

RETIFICAÇÃO:

Objeto: O presente instrumento tem como objeto corrigir o numero do Contrato.

Onde se lê :quinto aditivo do contrato nº 038/2017.

Leia-se: quinto aditivo do contrato nº 038/2016.

Papanduva/SC, 05 de Setembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 020/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Portaria Nº 005/2017 de 12 de abril de 2017

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 13 DE ABRIL DE 2017”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo no dia 13 de abril de 2017 no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Câmara Municipal de Papanduva em, 12 de abril de 2017.

ALTAMIR GLONEK

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JAMES MICHEL CERNAIAK

1º Secretário

TAFAREL SCHONS

2º Secretário

Paraíso

PREFEITURA

1937/2017

DECRETO Nº 1937/2017

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440 de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 43.840,00 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO
 04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 04.03.06.181.1030.2.025 – Manut.dos Serv.de Seg.Pública
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0260 – Aplicações Diretas(165)
 R\$ 17.500,00

07.00 – SECR.MUN.DO DESEN.SOCIAL, DA FAM. E ASS. DA JUVENTUDE
 07.04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.04.08.244.1080.2.108 – IGD – BOLSA FAMÍLIA
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0257 – Aplicações Diretas(94)
 R\$ 820,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0257 – Aplicações Diretas(168)
 R\$ 20.398,00
 2.113 – ÍNDECE DA GESTÃO DESENTRALIZADA MUNICIPAL-IGD-M
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0256 – Aplicações Diretas(169)
 R\$ 4.548,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0256 – Aplicações Diretas(170)
 R\$ 574,00
 Total das Adições
 R\$ 43.840,00 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 43.840,00 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1440 de 17 de novembro de 2016 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO
 04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 04.03.06.181.1030.2.025 – Manut.dos Serv.de Seg.Pública
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0260 – Aplicações Diretas(149)
 R\$ 17.500,00

07.00 – SECR.MUN.DO DESEN.SOCIAL, DA FAM. E ASS. DA JUVENTUDE
 07.04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.04.08.244.1080.2.108 – IGD – BOLSA FAMÍLIA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0257 – Aplicações Diretas(93)
 R\$ 820,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0257 – Aplicações Diretas(154)
 R\$ 20.398,00
 2.113 – ÍNDECE DA GESTÃO DESENTRALIZADA MUNICIPAL-IGD-M

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0257
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0256 – Aplicações Diretas(155)
 R\$ 4.548,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0256 – Aplicações Diretas(100)
 R\$ 574,00
 Total das Subtrações
 R\$ 43.840,00 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 05 de setembro de 2017.
 Valdecir Antonio Casagrande
 Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra
 Paraíso, 05 de setembro de 2017.
 Servidor Responsável

1938/2017

DECRETO Nº 1938/2017.

"FIXA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE/2017 E AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI, do art. 64 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data de 28 de Setembro do corrente exercício financeiro, na Câmara de Vereadores de Paraíso, localizado na Rua Alcides Zanin, nº 603, Centro, Paraíso, Estado de Santa Catarina, com início às 14:00 horas, para realização da Audiência Pública, referida no artigo 9º, parágrafo 4º. da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal, mais especificamente em relação ao 2º. Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2017 e Audiência Pública para elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 05 de Setembro de 2017.
 Valdecir Antonio Casagrande
 Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso (SC), 05 de Setembro de 2017.

Servidor Responsável

1939/2017

DECRETO Nº1939/2017.

“FIXA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RELATÓRIOS DE RECEITAS E DESPESAS E DE SERVIÇOS PRESTADOS REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE/2017 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI, do art. 64 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data de 28 de Setembro do corrente exercício financeiro, na Câmara de Vereadores de Paraíso, localizado na Rua Alcides Zanin, nº 603, Centro, Paraíso, Estado de Santa Catarina, com início às 14:30 horas, para realização da Audiência Pública, referida no artigo 9º, parágrafo 4º. da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal, mais especificamente em relação ao 2º. Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 05 de Setembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso (SC), 05 de Setembro de 2017.

Servidor Responsável

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 253, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 253, de 05 de setembro de 2017.

“DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento da servidora Karina Perin Giombeli em virtude de sua gestação, conforme disposto na Portaria nº 143, de 02 de maio de 2017;

Considerando a exoneração do servidor Italo Matheus Alves, conforme disposto na portaria nº 192, de 28 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor OSVALDIR ALVES para responder pelas atividades da Junta de Serviço Militar Municipal, a partir do dia 05 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 144, de 02 de maio de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 247, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 247, de 1º de setembro de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor Habilitado em virtude da licença maternidade da servidora Luciana Aparecida Ribeiro Luz, concedida pela Portaria nº 244, de 31 de agosto de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243,

de 13 de outubro de 1998;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora ANGELA VANY APARECIDA DA LUZ para ocupar o cargo de Professor Habilitado, jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para exercer as atividades de seu cargo junto à CEI Branca de Neve, no período de 1º de setembro de 2017 a 31 de outubro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 248, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 248, de 1º de setembro de 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Edimar Solanho – CRM SC 7647 RQE 3844 – no dia 10/08/2017, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 15 (quinze) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI, matrícula nº 10.565, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professor com Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esporte pelo período de 10/08/2017 a 24/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/08/2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 249, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 249, de 1º de setembro de 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o benefício nº 6197383253 concedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – no dia 31/08/2017, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais até o dia 10 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI, matrícula nº 10.565, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professor com Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esporte pelo período de 01/09/2017 a 10/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 250, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 250, de 04 de setembro de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor em virtude da licença para tratamento de saúde da servidora Mara Regina Batista da Silva Coppini, concedida pela Portaria nº 244, de 1º de setembro de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a

contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação; Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora ELIANI CANONICA SALVADEGO para ocupar o cargo de Professor sem Habilitação, jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para exercer as atividades de seu cargo junto à CEI Branca de Neve, no período de 1º de setembro de 2017 a 10 de outubro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 251, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 251, de 05 de setembro de 2017.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

Considerando a solicitação do servidor, protocolada em 04 de setembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora EMILI PAGGI, matrícula n. 10379, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, grupo ocupacional Técnico, símbolo TC-6, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 06/07/2016 a 05/07/2017, para serem convertidas na competência de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 252, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 252, de 05 de setembro de 2017.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal JULIANA RIBEIRO, ocupante do Cargo Temporário de Instrutor de Informática, Grupo Ocupacional Técnico, Símbolo TC-20, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 05 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de setembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****400/2017**

PORTARIA Nº 400/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 61,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA, a partir de 31/08/2017, a servidora Maria das Graças de Souza Kuerten, matrícula nº 145, ocupante do Cargo de Auxiliar Contábil Financeiro II, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 01 de setembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

DECISÃO - RECURSO ADMINISTRATIVO TP Nº 04/2017**JULGAMENTO RECURSO ADMINISTRATIVO**

TERMO	DECISÓRIO
FEITO	RECURSO ADMINISTRATIVO
REFERÊNCIA	TOMADA DE PREÇO Nº 04/2017
RAZÕES	INABILITAÇÃO
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para ampliação da ponte localizada na Rua Inácio Dutra, no Bairro Santa Rita, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais anexos do edital
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	51/2017
RECORRENTE	P.G CONSTRUTORA LTDA
RECORRIDO	COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Vistos etc.

1- DA TEMPESTIVIDADE

A empresa recorrente interpôs o recurso no dia 23/08/2017, dentro, portanto, do prazo de 05 (cinco) dias úteis preconizado no item 11 do Edital e no art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93. Não houve protocolo de contrarrazões.

2. LEGITIMIDADE

Recurso administrativo foi interposto através de seu representante

legal, conforme faz prova contrato social apresentado pela licitante nos autos do processo licitatório nº 51/2017.

3- DAS ALEGAÇÕES DO RECORRENTE

Insurge a recorrente contra a decisão da Comissão de licitação que inabilitou a empresa no processo licitatório em epígrafe, que assim segue:

A empresa P. G CONTRUTORA LTDA - EPP, por sua vez, anexou atestado de capacidade técnica e certidão de acervo técnico de obras de escoramento e contenção de restauração e conservação de casas de portão de ferro e casas de brasão, objeto não similar àquele licitado, qual seja, ampliação da ponte. Não obstante, consta-se certidão de acervo técnico referente a construção de ponte ou viaduto. Contudo, não há no processo atestado de capacidade técnica correspondente ao acervo anexado.

Nesse contexto, alega a recorrente que a Administração não pode exigir comprovação de experiência anterior na execução de objeto exatamente idêntico àquele licitado.

Informa ainda, que o atestado de capacidade apresentado possui a qualificação técnica superior aquela necessária para execução dos serviços.

Por fim, descreve que a Comissão poderia realizar diligências quanto o Acervo Técnico 854/91- CRE/PR que apresenta execução de serviços de pontes e viadutos.

4- DA ANÁLISE DO RECURSO

Sem preliminares a examinar, avanço para análise de mérito da questão.

O Edital em seu item 6.4.3, especificamente sobre Condições de habilitação para participação na Licitação, em consonância com a Legislação, assim dispõe abaixo, in verbis

6.1 – São necessários para habilitação:
(...)

6.4.3 – Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico, que comprove ter a licitante e seu responsável técnico executado obra de complexidade semelhante ou superior a do objeto desta contratação

Nesse sentido também dispõe a Lei de Licitações:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente

reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;" Do texto acima, extrai-se que o edital e até mesmo a decisão da Comissão, em consonância com que dispõe a Lei não solicitaram como requisito de habilitação a comprovação de experiência idêntica ao objeto. Contrariamente, ao que cita a recorrente, verifica-se que existe previsão expressa, no sentido da aceitação de obra de complexidade semelhante ou superior àquele licitado

Ressalta-se que o objeto da Tomada de Preços nº 04/2017, trata-se de ampliação de ponte, que por si, exige na execução alguns requisitos que são específicos. Não há, qualquer limitação que possa ser considerada restritiva a competição no certame. No entanto, por envolver o objeto citado, a licitante deveria ao menos ter demonstrado atuação de serviços com natureza similar.

Neste contexto, insta salientar que a empresa recorrente juntou aos autos atestado de capacidade técnica referente à escoramento e contenção de restauração e conservação de casas de portão de ferro e casas de brasão que apresentam requisitos para a execução diferentes, daqueles necessários à ampliação de ponte.

Em consulta ao órgão técnico do Município sobre o atestado apresentado têm -se que:

Quanto à qualificação técnica, foram observados os seguintes itens: i. Foi apresentado um atestado de capacidade técnica em nome da empresa P.G. Construtora LTDA e do seu responsável técnico Sr. Pedro Luciano de Souza Guetter dentro da área de competência Edificações - Construção Civil / Edificações Públicas de qualquer área;

(...)

Neste sentido, considera-se que o documento mencionado no item "i" não atende aos critérios de obra com complexidade semelhante ou superior ao objeto licitado, pois, trata-se de atividades dentro da área de competência "Edificações - Construção Civil".

Ainda, observando o documento apresentado constata-se as seguintes pendências:

- Não foi apresentado o quantitativo de materiais, somente a informação 245m³. Sendo assim, não é possível concluir qual a complexidade da obra acervada;
- Não foi apresentada a descrição dos serviços abrangidos pela respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;

Extrai-se, portanto, que o atestado de capacidade técnica oferecido pela recorrente não comprova complexidade semelhante ou superior a do objeto licitado.

No que concerne a possibilidade de Comissão de licitação realizar diligências quanto o Acervo Técnico 854/91 - CRE/PR, salienta-se que existe previsão expressa, não só no edital em análise, bem como na própria Lei Federal nº 8.666/93 acerca da obrigatoriedade da apresentação conjunta do atestado de capacidade técnica e seu respectivo acervo, conforme segue:

6.1 – São necessários para habilitação:

(...)

6.4.3 – Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico, que comprove ter a licitante e seu responsável técnico executado obra de complexidade semelhante ou superior a do objeto desta contratação

Vislumbra-se, assim que o Edital é explícito quanto a necessidade de apresentação de dois requisitos, qual seja: atestado de capacidade técnica e do acervo correspondente.

No entanto, verifica-se, nos autos clara inobservância da licitante

quanto a este item, visto que apresentou tão somente acervo técnico com trabalhos em construção de pontes ou viadutos, deixando de apresentar o atestado correspondente.

Neste sentido, não é demais lembrar que a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.

Sobre este ponto, cabe transcrever a lição do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES acerca do Edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)" ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p. 268). "

Nesse sentido também é a jurisprudência dos tribunais superiores:

"5. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório." (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, STJ, DOU 15/12/2009)"

Percebe-se, que por se tratar da lei interna da licitação, o edital vincula tanto os licitantes como a Administração. Portanto, em que pese poder fazer diligências, não compete a Administração incluir posteriormente documentos exigidos como requisitos habilitatórios (como é o caso da apresentação do atestado de capacidade técnica).

Cumprido destacar o parecer técnico sobre a questão:

ii. Foi apresentado um documento referente ao acervo técnico nº 854/91 - ART/DR em nome do Engº Civil Pedro Luciano de Souza Guetter vinculado à empresa P.G. Construtora LTDA com trabalhos de natureza da Construção Civil / Construção de Pontes ou Viadutos.

(...)

Por sua vez, a documentação citada no item "ii" encontra-se incompleta, conforme os termos da seção 6.4.3 do edital do processo licitatório nº 51/2017, Tomada de Preços nº 04/2017. Não foi apresentado o atestado de capacidade técnica emitido pelo contratante do profissional e empresa, não foi apresentada a Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA da área de jurisdição.

Ainda, observando o documento apresentado constata-se as seguintes pendências:

- Não consta no documento nenhuma assinatura do emissor bem como certificado de autenticidade ou sinalização de conferência com o original.

Extrai-se, portanto, que além da ausência do atestado técnico correspondente, o acervo inserido isoladamente no envelope de habilitação não apresenta assinatura do emissor bem como certificado de autenticidade ou sinalização de conferência com o original, tornando deste modo documento de cunho duvidoso. Sobre o tema, escabele o edital:

6.5.1 – Os documentos referidos nos artigos anteriores poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, cuja autenticação poderá ser feita por Cartório competente, ou publicação em órgão oficial da imprensa, ou pela própria Comissão de Licitações, com exceção dos documentos retirados por meio eletrônico, que serão validados mediante a verificação online pela

Comissão de Licitações, quando da abertura dos invólucros;

Assim, sendo ônus dos licitantes diligenciarem para providenciar e apresentar tempestivamente os documentos habilitatórios de acordo com os termos do edital, a Comissão estaria atuando em descompasso com o instrumento convocatório, caso procedesse à habilitação do recorrente.

Habilitar o recorrente com as pendências apresentadas significaria a não observância do Edital, e, conseqüentemente, ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e ao da isonomia, assim como arbitrariedade em relação aos possíveis interessados em participar do processo licitatório e que eventualmente não o fizeram por não conseguir atender tempestivamente aos requisitos aqui questionado.

Uma vez publicado o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitantes – devem-lhe fiel execução. O instrumento convocatório é a garantia dos licitantes de que a atuação administrativa será isenta, previsível, moral e eficazmente controlada. Oposições quanto às exigências estabelecidas no edital devem ser apresentada no momento oportuno, sob pena de se entender que as mesmas estão compatíveis com o objeto licitado e os licitantes a elas aderiram, o que não ocorreu na presente tomada de preços

Desta forma, em obediência ao princípio da vinculação ao edital da licitação, bem como do tratamento isonômico dos licitantes, não se admite que por qualquer ato editado pela Administração, durante a fluência do certame, que esta deixe de exigir o que foi inicialmente imposto ou passe a decretar ordens contrárias às previamente conhecidas dos licitantes.

5. DECISÃO FINAL

Pelo exposto, em respeito ao instrumento convocatório e em estrita observância aos demais princípios da Licitação, CONHEÇO do recurso apresentado pela empresa P.G CONSTRUTORA LTDA tendo em vista a sua tempestividade, para no MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO pelo fatos e fundamentos expostas

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA AOS INTERESSADOS E DIVULGUE-SE POR MEIO ELETRÔNICO.

Paulo Lopes 05 de setembro de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017-PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE TUBOS DE CONCRETO PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA - EPP., estabelecida à Rodovia Antônio Heill, nº. 10900 - km 11, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.738.016/0001-35, telefone nº (047) 3346-5005, endereço eletrônico: artefatos@raimondi.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Vendelino Raimondi, CPF sob o nº. 294.494.139-91, sócio gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 041/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tubos, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 556/2017, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
3	TUBO	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA 2 – 1,50 x 1,00 CM.	UN	500	R\$ 489,00	R\$ 244.500,00
TOTAL						R\$ 244.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do(s) produto(s) até o local indicado na Autorização de Fornecimento, após o pedido, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração, de 3 (três) produtos escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas,

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIAS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 28 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA - EPP.

VENDELINO RAIMONDI

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2017 - PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE TUBOS DE CONCRETO, CALHAS, GRELHA E MEIO FIO, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa J.A. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME., estabelecida à Rua Francisco Schmitz, nº. 544, na cidade de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.110.127/0001-63, telefone nº (047) 3377-1260, endereço eletrônico: j.a_art@hotmail.com, representada, neste ato pelo Sr. Alcídio Eugênio Müller, CPF sob o nº. 532.272.639-04, sócio administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 041/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tubos, calhas, grelha e meio fio de concreto, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 556/2017, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	TUBO	TUBO DE CONCRETO PS 2 - 30CM.	UN	1.000	R\$ 18,90	R\$ 18.900,00
2	TUBO	TUBO DE CONCRETO PS 2 - 20CM.	UN	1.000	R\$ 14,90	R\$ 14.900,00
4	CALHA	CALHA DE CONCRETO 20 X 1,00	UN	500	R\$ 11,90	R\$ 5.950,00
5	CALHA	CALHA DE CONCRETO 30 X 1,00	UN	500	R\$ 14,80	R\$ 7.400,00
6	CALHA	CALHA DE CONCRETO 40 X 1,00	UN	500	R\$ 20,10	R\$ 10.050,00
7	MEIO FIO	MEIO FIO 65 X 30 X 12	UN	4.000	R\$ 13,90	R\$ 55.600,00
8	GRELHA	GRELHA DE CONCRETO 75 X 45 X 10	UN	500	R\$ 52,00	R\$ 26.000,00
TOTAL						R\$ 138.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do(s) produto(s) até o local indicado na Autorização de Fornecimento, após o pedido, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração, de 3 (três) produtos escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente

Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo

no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 28 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

J.A. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME. ALCÍDIO EUGÊNIO MÜLLER

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

Nome Completo:

CPF nº.:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 47/2017 - PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de limpeza e higiene e materiais de copa e cozinha para atender necessidades das Secretarias, Procuradoria Geral, Fundação e Fundos Municipais, Polícia Civil e Polícia Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Data de Entrega dos Envelopes: 22/09/2017 as 9 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.

Abertura do Processo: 22/09/2017 às 9 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 05 de setembro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017-FMS

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto a aquisição de dois veículos novos, 0km, para uso do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e Central de Esterilização das Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitações nº 395 e 396/2017, anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Data de Entrega dos Envelopes: 21/09/2017 as 14 horas
Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.
Abertura do Processo: 21/09/2017 às 14 horas
Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 05 de setembro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura contratação de serviços de borracharia para manutenção dos veículos pertencentes à frota da Secretaria de Serviços Urbanos e Secretaria de Educação e Cultura do Município de Penha, conforme solicitações nº 861 e 866/2017, anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Data de Entrega dos Envelopes: 21/09/2017 as 9 horas
Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.
Abertura do Processo: 21/09/2017 às 9 horas
Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 05 de setembro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2017 – PMP

Município de Penha

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 039/2017 – PMP.

Partes: Município de Penha e Posto de Gasolina São Miguel Ltda.

1 – OBJETO DO APOSTILAMENTO

Termo de apostilamento de reequilíbrio econômico financeiro do valor do combustível gasolina comum, de R\$ 2,949 para R\$ 3,239, conforme requerimento nº 00370002524/2017 e aprovação pelo parecer jurídico nº 284/2017/PGM.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Concede-se o reequilíbrio financeiro devido ao aumento do preço de mercado para os seguintes itens:

Item	Descrição	Uni	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
2	Gasolina Comum - Secretaria de Saúde	LT	2,949	3,239
3	Gasolina Comum - Secretaria de Assistência Social - Abrigo	LT	2,949	3,239
4	Gasolina Comum - Secretaria de Assistência Social	LT	2,949	3,239
5	Gasolina Comum - Secretaria de Assistência Social - Consel	LT	2,949	3,239
7	Gasolina Comum - Secretaria de Educação	LT	2,949	3,239
8	Gasolina Comum - Gabinete do Prefeito	LT	2,949	3,239
9	Gasolina Comum - Pesca e Agricultura	LT	2,949	3,239
10	Gasolina Comum - Planejamento	LT	2,949	3,239
11	Gasolina Comum - Procuradoria	LT	2,949	3,239
12	Gasolina Comum - Serviços Urbanos	LT	2,949	3,239
18	Gasolina Comum - CRAS	LT	2,949	3,239
19	Gasolina Comum - CREAS	LT	2,949	3,239

Penha SC, 05 de setembro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 322/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 322/2017

Termo de Contrato AQUISIÇÃO DE PEÇAS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, autorizado através do Processo nº 259/2017, Dispensa de Licitação nº 169/2017.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

CNPJ n.º 92.678.093/0001-26

Endereço: Rua Senhor do Bom Fim, nº 177, Bairro Sarandi

PORTO ALEGRE – RS – CEP: 91140-380

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de peças para o conserto da maquina " Rolo Hamm 3411" .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA pagará o valor de R\$ 3.160,95 (Três mil cento e sessenta reais, e noventa e cinco centavos) , referente ao serviço prestado especificado na cláusula primeira.

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	CARTUCHO FILTRANTE	1	R\$ 996,76	R\$ 996,76
2	KIT DE VEDAÇÃO	1	R\$ 214,41	R\$ 214,41
3	CARTUCHO FILTRANTE	1	R\$ 779,31	R\$ 779,31
4	ANEL O'RING	1	R\$ 34,26	R\$ 34,26
5	ANEL DE APOIO	1	R\$ 368,60	R\$ 368,60
6	BOMBA DE ENGRENAGEM	1	R\$ 767,61	R\$ 767,61
Total Geral				R\$ 3.160,95

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento até o 5º (quinto) dia útil subsequente à entrega do documento fiscal, comprovada a prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, diretamente na conta da CONTRATADA..

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 151

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o contrato vigorará da sua assinatura até a data de finalização dos serviços, o que deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;



4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com este instrumento;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.3 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e demais normas e princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

7.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.3 A rescisão do contrato poderá ser:

7.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

7.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

7.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITVA – PENALIDADES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes

sanções:

8.1.1 Advertência;

8.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

8.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

8.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

8.2 As sanções previstas nos itens 8.1.3 e 8.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

8.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes em relação às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 04 de setembro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO

CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

TERMO ADITIVO 049/2017

TERMO ADITIVO 049/2017

CONTRATO ADITADO N.º 058/2017

Termo aditivo ao Contrato de "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÃO DE OBRA MECÂNICA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA, autorizado através do Processo n. 040/2017, Licitação n. 018/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ-MF n.º. 07.434.575/0001-61
Endereço: Rodovia SC 303 –KM 03
Representada por: RAFAEL BOHNENBERGER

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Prestação de serviços de mão de obra mecânica em veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/ unit
28	65	Horas	MÃO DE OBRA MECÂNICA	54,89

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 058/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função:20 - Agricultura
Subfunção:606 - Extensão Rural
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

3.3 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

O aditivo está sendo realizado sob regime de urgência.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS LTDA - EPP

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

TERMO ADITIVO 050/2017

TERMO ADITIVO 050/2017

CONTRATO ADITADO N.º 100/2017

Termo aditivo ao Contrato de "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/ PNAE" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, autorizado através do Processo n.º 018/17, Licitação n. 005/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ-MF n.º 07.930.192/0001-84
Endereço: RUA XV DE NOVENBRO, 357 – SALA 02
Representada por: NEIDE ARALDI

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para

o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o 1º semestre de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS ALIMENTARES	QTDE	UND	Marca	Valor Unit	Valor total
Açúcar refinado especial	No mínimo 99% de sacarose e máximo de 0,3% de umidade. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	70	Kg	ALTO ALEGRE	R\$ 3,80	R\$ 266,00
Amido de milho	Composição nutricional (média) por 20g de produto: 69 Kcal e 17g de carboidratos. Embalagens de 500g até 1 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	3	Kg	APTI	R\$ 5,85	R\$ 17,55
Arroz parabolizado	Longo e fino, tipo 1. Embalagens de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	40	Kg	D ´ AVO	R\$ 3,50	R\$ 140,00
Feijão preto	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	14	Kg	VO TITA	R\$ 8,00	R\$ 112,00
Feijão carioca	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	2	Kg	VO TITA	R\$ 8,50	R\$ 17,00

Feijão vermelho	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	3	Kg	MAE VEIA	R\$ 9,50	R\$ 28,50
Lentilha	Embalagem contendo 500 g do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1,5	Kg	CAROL	R\$ 14,00	R\$ 21,00
Creme de leite do tipo UHT	Embalagens (caixinha) de até 395g.	1	Kg	TIROL	R\$ 14,00	R\$ 14,00
Leite condensado	Embalagens (caixinha) de até 395mg.	2	Kg	TIROL	R\$ 14,00	R\$ 28,00
Extrato de tomate	Embalagens de 300g a 1Kg (lata ou embalagem tetra park). Ingredientes apresentados: tomate, açúcar e sal. Composição nutricional média por 100g de produto: 70Kcal, 3g de fibras e no máximo 440mg de sódio. Isento de gordura trans. Deve apresentar um bom rendimento.	8	Kg	ELEFANTE	R\$ 11,80	R\$ 94,40
Doce de leite em pasta	Embalagens de 1 Kg com no máximo 5g de gorduras saturadas por 100g de produto. Isenção de gordura trans. Apresentar selo de Registro no Ministério da Agricultura e Selo SIF.	3	Kg	OLIVEIRA	R\$ 13,00	R\$ 39,00
Margarina vegetal com sal	Embalagens de até 1 kg, hermeticamente fechadas, resfriado até 16º C. Deve constar na embalagem: data de fabricação: máximo 30 dias e registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Percentual de gordura saturada menor que 70%. Livre de gordura trans.	6	Kg	CLAYBOM	R\$ 9,40	R\$ 56,40
Óleo de Soja	Embalagens em latas de 900ml.	9	Und	COAMO	R\$ 5,20	R\$ 46,80
Cereal do tipo granola	Embalagens de 250g até 1Kg. Isento de gordura trans. Composição média por porção de 40g: até 20mg de sódio e no mínimo 2g de fibras.	2	Kg	VITAO	R\$ 20,50	R\$ 41,00
Bebida Láctea fermentada (diversos sabores)	Embalagens de 1 litro. Composição nutricional (média) por porção (30g): 130 Kcal, 3,4g gorduras totais e no máximo 1g de gordura trans. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	91	Lts	TIROL	R\$ 4,90	R\$ 445,90

Iogurte sem lactose (diversos sabores)	Garrafinhas de 170 ml sabores diversos.	8	Lts	TIROL	R\$ 14,80	R\$ 118,40
Leite integral UTH Longa Vida	Embalagens de 1 litro, com uma média de 3% de gordura.	280	Lts	TIROL	R\$ 4,30	R\$ 1.204,00
Leite sem lactose	Caixas de 1 litro. Produto sem lactose, mas não a base de soja.	22	Lts	TIROL	R\$ 5,60	R\$ 123,20
Carne bovina – coxão mole – bife de 1ª. - fresca	Cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	13	Kg	SALTO VELOSO	R\$ 27,90	R\$ 362,70
Carne bovina – acém	Cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	28	Kg	SALTO VELOSO	R\$ 18,90	R\$ 529,20
Carne bovina – músculo - fresca	Cor vermelho-cereja brilhante, macio e odor agradável. Embalado em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	4	Kg	SALTO VELOSO	R\$ 17,40	R\$ 69,60
Carne bovina moída de 1ª - fresca	Cor vermelho-cereja brilhante, macio e odor agradável. Embalado em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	41	Kg	SALTO VELOSO	R\$ 22,95	R\$ 940,95
Carne do tipo linguicinha	Embalagens de polietileno de 1 Kg. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	4	Kg	FRIMESA	R\$ 14,40	R\$ 57,60
Carne suína do tipo costelinha suína – fresca	Embalagens de polietileno de 1 Kg. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	6	Kg	SALTO VELOSO	R\$ 13,40	R\$ 80,40
Carne bovina – costela	Cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	7	Kg	SALTO VELOSO	R\$ 18,90	R\$ 132,30
Coxa e sobrecoxa de frango picado	Congeladas, embalagens de até 1 Kg (plásticas). Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	48	Kg	AGROVENETO	R\$ 7,80	R\$ 374,40

Drumete de frango	Congeladas, embalagens de até 1kg (plásticas). Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	36	Kg	SADIA	R\$ 13,40	R\$ 482,40
Peito de frango sem osso tipo sassami	Produto congelado, acondicionado em embalagens de 1 kg. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	22	Kg	AGROVENETO	R\$ 13,95	R\$ 306,90
Carne lombo fatiado	Carne de lombo fatiada, preparada do lombo suíno. Elaborado com matérias primas selecionadas. Embalagens de polietileno de 1 Kg. Deve constar: data de fabricação/validade e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionada em adequada temperatura.	6	Kg	FRIGUZZI	R\$ 20,80	R\$ 124,80
Carne suína moída	Carne suína tipo iscas, preparadas de cortes suínos. Elaborado com matérias primas selecionadas. Embalagens de polietileno de 1 Kg. Deve constar: data de fabricação/validade e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionada em adequada temperatura.	5	Kg	FRIGUZZI	R\$ 17,90	R\$ 89,50
Salsicha do tipo hot dog	Temperatura de conservação -12º. C. Embalagens de 5 kg, apresentando selo do SIF e no máximo 700mg de Sódio e 9g de gorduras totais por porção (50g = 1 unidade de salsicha).	23	Kg	PERDIGAO	R\$ 9,45	R\$ 217,35
Queijo fatiado	Embalagens individuais de até 500g. Fatiado: fatias finas (média de 15g) e inteiras. Não apresentar "restos" e em pedaços das peças inteiras.	1	Kg	WAGNER	R\$ 33,90	R\$ 33,90
Presunto fatiado	Embalagens individuais de até 500g. Fatiado: fatias finas (média de 15g) e inteiras. Não apresentar "restos" e em pedaços das peças inteiras.	1	Kg	JCW	R\$ 33,90	R\$ 33,90
Laranja doce Valência	Casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	42	Kg	IN NATURA	R\$ 5,65	R\$ 273,30
Mamão formosa	Casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira. Não apresentar machucados, batidas e fungos. Tamanho médio.	84	Kg	IN NATURA	R\$ 6,75	R\$ 567,00
Ovos frescos	Embalagens de bandejas com no máximo 30 unidades.	11	Dz	CORRENT	R\$ 5,25	R\$ 57,75
VALOR TOTAL:						R\$ 7.511,10

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 100/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
 Função:10 - Saúde
 Subfunção:301 - Atenção Básica
 Programa:10 - Alimentação Escolar
 Ação:2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 Despesa 202 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas



Fonte de recurso: 337 - Outras Transferências FNDE

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:10 - Alimentação Escolar

Ação:2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Despesa 109 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 137 - Outras Transferências FNDE

3.3 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 05 de setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA N. 379/2017

PORTARIA Nº379/2017
EXONERA SERVIDORA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

MILLA CRISTIE BEVILAQUA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, nesta Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.656.178 e CPF sob o nº 112.051.279-41, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE matrícula 3458. Considerando Conforme LC 065/2015 Art.39 inciso VII, e através do resultado do Processo Administrativo em face da contratação de Agentes Comunitárias de Saúde, sem qualquer direito a receber conforme parecer jurídico de 04 de agosto de 2017, sendo declarada a vacância do referido cargo. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 04 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 04 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 388/2017

PORTARIA Nº388/2017

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E SIMILARES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2017, através do Decreto nº 807/2017, de 11 de julho de 2017.

CONTRATA

ADELIR HUBNER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Serraria, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº2.420.306 e CPF sob o nº 715.618.209-97, para exercer em caráter temporário o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E SIMILARES, constante no Anexo I, Grupo C, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 30-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 17 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 17 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 389/2017

PORTARIA Nº Nº389/2.017, de 18 de agosto de 2017

Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do artigo 10 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

A GRACIELI BALDASSO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, nesta Cidade e Município de Piratuba -SC, portadora da carteira de identidade nº4.005.451 e CPF sob o nº 055.161.219-30, funcionária efetiva no exercício do cargo de Farmacêutico-20 horas, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, para exercer concomitantemente com as funções de seu cargo a função de Responsável pelo Programa de Tabagismo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 18 de agosto de 2017

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 18 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 390/2017

PORTARIA Nº390/2017

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E SIMILARES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2017, através do Decreto nº 807/2017, de 11 de julho de 2017.

CONTRATA

ELISEU FORMEHL, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Linha Lageado Mariano, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4.879.127 e CPF sob o nº 054.771.419-05, para exercer em caráter temporário o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E SIMILARES, constante no Anexo I, Grupo C, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 30-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 21 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 21 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 391/2017

PORTARIA Nº391/2017

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

CONTRATA

MARGARETE BRANDÃO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua São João, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº7.314.698 e CPF sob o nº088.429.599-01, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 21 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 21 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 392/2017

PORTARIA Nº392/2017

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que

dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal, e considerando também conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, através do ofício nº306/2017.

CONTRATA

FATIMA MACHADO RAIZER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha dos Pintos, Município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº3.847.151 e CPF sob o nº 025.608.399-11, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS -20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Liamara Andrea Blauth (matrícula 2217), afastado por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de agosto de 2017, até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 22 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 22 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 393/2017

PORTARIA Nº393/2017

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal, e considerando também conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, através do ofício nº307/2017.

CONTRATA

VIVIANE KATIA CÂNDIDO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Leopoldo Ko Freitag, cidade e município de Piratuba -SC, portadora da carteira de identidade nº2.140.416 e CPF sob o nº 833.782.439-53, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Liamara Andrea Blauth (matrícula 3409), afastado por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de agosto de 2017, até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 22 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93
Em 22 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 394/2017

PORTARIA Nº394/2017

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR ADMITIDO PELA PORTARIA Nº280/2017 E ALTERA PORTARIA Nº361/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017, e considerando também conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, através do ofício nº283/2017.

PRORROGA

VINÍCIUS CHAPPUIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, s/n, cidade e município de Marcelino Ramos-RS, portador da carteira de identidade nº2092420104 e CPF sob o nº 037.513.570.76, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais na Escola Básica Municipal Marechal Câmara, em substituição a titular Anna Paula Masson, afastada por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 04 de setembro de 2017, ou até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 23 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 23 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 395/2017

PORTARIA Nº395/2017

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017 e considerando conforme justificativa da

Secretaria Municipal de Educação e Esportes através do ofício nº310/2017, de 23 de agosto de 2017.

CONTRATA

VINÍCIUS CHAPPUIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, s/n, cidade e município de Marcelino Ramos-RS, portador da carteira de identidade nº2092420104 e CPF sob o nº 037.513.570.76, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp e Escola Básica Municipal Marechal Câmara, em substituição a titular Anna Paula Masson, afastada por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 04 de setembro de 2017, ou até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 23 de agosto de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 23 de agosto de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDPP046_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 046/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÕES DE POÇOS.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 19 de Setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 19 de Setembro de 2017
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 05 de Setembro de 2017.
JUARES BET
Prefeito

EDTP045_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 45/2017
Edital: TOMADA DE PREÇO Nº 45/2017
Tipo: Menor Preço/Global
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES TIPO BASALTO, EM PARTE DA AVENIDA SANTA CATARINA COM TOTAL DE 2.413,00 M² E EM PARTE DA RUA DO COMERCIO COM TOTAL DE 587,00 M², DE ACORDO COM OS PROJETOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Setembro de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 04 de Setembro de 2017.
JUARES BET
Prefeito

PORTARIA 182/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0182/2017

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal, MARCIA GUIMARAES DE QUADROS BET, Auxiliar Administrativo, lotada (s) na Secretaria Municipal de Educação e Culturas de 26/08/2017 a 23/11/2017, conforme atestado médico apresentado.

Paragrafo Único. De conformidade a partir do dia 10/09/2017 a servidora ficara em beneficio do INSS até a alta concedida pelo médico perito.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 05 de Setembro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 183/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0183/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 61 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ora interrompidas ao (as) Servidora (es) Público (a) Municipal da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no período de 11/09/2017 a 20/09/2017, conforme relação:

- Graciela Passari Cassol, Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 28/11/2015 a 27/11/2016;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 05 de Setembro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 091 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 091 / 2017

Processo Administrativo n.º 062 / 2017.
Pregão Presencial n.º 034 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ASFALTO RÁPIDO LTDA - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE REPARADOR DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$17.000,00 (dezessete mil reais) – Item 01.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.
GLADYS DINAH SIEVERT
Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 092 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 092 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.
Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$39.279,50 (trinta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) – Itens 01, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 41, 42, 43, 55, 56 e 74.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.
GLADYS DINAH SIEVERT
Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 093 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 093 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.
Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais) – Itens 05, 34, 35 e 50.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.
GLADYS DINAH SIEVERT
Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 094 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 094 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.
Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: HONORATO TADEU LAGO DA SILVA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$36.856,00 (trinta e seis mil e oitocentos e cinquenta e seis reais) – Itens 47, 49, 59, 75, 77, 79, 80, 84, 85 e 89.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.
GLADYS DINAH SIEVERT
Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 095 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 095 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.
Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: FACCINA DALTORA □ EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$70.858,20 (setenta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos) – Itens 02, 03, 04, 06, 07, 13, 16, 22, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 81, 82, 87, 88 e 90.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 096 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 096 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.

Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: FOOT. COMERCIAL LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$26.200,00 (vinte e seis mil e duzentos reais) – Itens 23, 28, 29, 30, 31, 63 e 65.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 097 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 097 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.

Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: RP COMERCIAL LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$6.343,00 (seis mil e trezentos e quarenta e três reais) – Itens 08, 09, 10, 11, 12, 24, 25, 26, 33 e 58.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 098 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 098 / 2017

Processo Administrativo n.º 061 / 2017.

Pregão Presencial n.º 033 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: SUPRIVALE COMERCIAL LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$47.440,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta reais) – Itens 66, 78, 83 e 86.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 20/08/2018.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal de Pomerode em Exercício

PORTARIA 22.587

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 22.587

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 22.493 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

A Prefeita Municipal de Pomerode, em exercício, GLADYS DINAH SIEVERT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 22.493, de 01 de agosto de 2017, referente ao pedido de EXONERAÇÃO, da servidora Marisa Calissi, ocupante de função gratificada de Coordenadora de Saúde Bucal, lotada junto à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 21 de agosto de 2017.

Gladys Dinah Sievert

Prefeita Municipal em Exercício

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO REGISTRO CADASTRAL 01/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES N º 01/2017

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte/SC, convoca todos os interessados em participarem de Licitações ou Contratações promovidas por este órgão, à promoverem o registro cadastral, conforme determina a Lei Federal 8.666/93 em seus arts. 34, 35, 36 e 37.

Objeto: O presente edital destina-se a receber as inscrições de fornecedores no registro cadastral do Município de Ponte Alta do Norte para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou contratação.

O Cadastramento será realizado de segunda a sexta-feira das 07:30 às 13:00h.

Informações pelo Telefone: (49) 32541171

Ponte Alta do Norte, 05 de Setembro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO COMISSÃO 812/2017

DECRETO Nº 812/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO AVALIATIVA DE AMOSTRAS DE PRODUTOS/EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de aquisição de produtos e equipamentos destinados à manutenção das Secretarias Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Avaliativa de amostra de produtos a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social que será composta pelos seguintes membros:

- LAÍSA DE LOURDES MENDES
- SONIA COLETTI SPRANDEL
- ANDRÉIA CORDEIRO

Art. 2º A Comissão acima nominada compete avaliar previamente os produtos/equipamentos, emitindo parecer de aprovação ou recusa, deliberando inclusive acerca de eventuais controvérsias, bem como:

- a) definir critérios técnicos de avaliação da qualidade do material a ser testado;
- b) avaliar tecnicamente os produtos para realização de procedimentos, normatizando os produtos a serem utilizados bem como o seu parecer técnico;
- c) elaborar instrumento para Parecer Técnico a ser repassado após análise do artigo às demais instâncias, como por exemplo, ao setor de compras que venha aprovar ou reprovado determinado produto;
- d) receber e conferir os produtos licitados.

Parágrafo Único: A avaliação prévia será pautada em critérios qualitativos e quantitativos não podendo especificar marcas.

Art. 4º - As decisões serão proferidas com a presença de no mínimo três membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO Nº 100/2017 PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

CONTRATO Nº 100/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LINDOMAR J. DALMOLIN & CIA LTDA - ME

CNPJ: 03.075.521/0001-04

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS, COM ACESSIBILIDADE, EM RUAS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. Valor: R\$ 51.500,00 (Cinquenta e Um Mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 22 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 101/2017 MÃO DE OBRA DE PINTURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

CONTRATO Nº 101/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NEIVO LAZARETTI BOCH ME

CNPJ: 05.309.014/001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PINTURA (MÃO DE OBRA) PARA MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I. Valor: R\$ 69.890,00 (Sessenta e Nove Mil Oitocentos e Noventa). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 28 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 102/2017 INSTRUTOR DE CORAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

CONTRATO Nº 102/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: FABIO JEAN D'AVILA DOS SANTOS ME
91505364949

CNPJ: 20.673.015-0001/28

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PELO PERÍODO DE 5 (CINCO) MESES NAS ÁREAS DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTE SERRADA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Valor: R\$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito) mensais, por um período de 04 (quatro) meses, totalizando a importância de R\$ 3.992,00 (Três Mil Novecentos e Noventa e Dois Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 25 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 107/2017 GASTROL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017
CONTRATO Nº 107/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: GASTROL-GAS COM.TRANSF. ROSSI LTDA
CNPJ: 78.842.085/0001-42
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 05 (CINCO) MESES, PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÁS DE COZINHA P13, GÁS INDUSTRIAL P45 E AGUA MINERAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTITATIVOS INFORMADOS NOP ANEXO I. Valor: R\$ 21.178,00 (Vinte e Um Mil Cento e Setenta e Oito Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 29 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 108/2017 DISK GAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017
CONTRATO Nº 108/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: DISK GÁS CASA LTDA
CNPJ: 05.853.688/001-76
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 05 (CINCO) MESES, PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÁS DE COZINHA P13, GÁS INDUSTRIAL P45 E AGUA MINERAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTITATIVOS INFORMADOS NOP ANEXO I. Valor: R\$ 15.522,93 (Quinze Mil Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Noventa e Três Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 29 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2017 PLANO PLURIANUAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017
CONTRATO Nº 109/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: IRACI DE ANDRADE ME
CNPJ: 11.758.765/0001-01
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PLURIANUAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC. Valor: R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 02 de Agosto de 2017 até 02 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 29/2017 - FMS CERTA SISTEMAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017
CONTRATO Nº 29/2017-FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA
CNPJ: 02.792.912/0001-79
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DA SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO II. Valor: R\$ R\$ 2.900,00(Dois Mil e Novecentos Reais) mensais, pelo período de 04 meses totalizando R\$11.600,00 (Onze Mil e Seiscentos Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 24 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº30/2017 - FMS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017
CONTRATO Nº 30/2017-FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: HIPERMED COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS EIRELI - ME
CNPJ: 21.886.352/0001-66
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO CENTRO E DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC. Valor: R\$ 7.437,20 (Sete Mil Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Vinte Centavos) VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 23 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº31/2017 - FMS EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017
CONTRATO Nº 31/2017-FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: HIPERMED COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS EIRELI - ME
CNPJ: 21.886.352/0001-66
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC. Valor: R\$ 3.613,40 (Três Mil Seiscentos e Treze Reais e Quarenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 23 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 05 de Setembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

LEI 2.314

LEI Nº 2.314/2017 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Altera a redação do artigo 1º, inciso, II, da Lei nº2.307, de 19 de julho de 2017 e dá outras providências."

ALCEU ALBERTO WRUBEL- Prefeito do Município de PONTE SERRADA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso I da Lei nº2.307 de 19 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado promover a desafetação parcial dos Lotes nº 05 e 06 do Loteamento identificado como Distrito Industrial, na cidade de Ponte Serrada – SC, registrado sob a matrícula nº 5.755, de propriedade do Município de Ponte Serrada, para abertura de Rua, com as seguintes definições.

I - ...

II - Lote nº 06 (A) – Área total: 936,00 m² - (DESMEMBRADO PARA INSTITUIÇÃO DA RUA).

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada (SC),
em 05 de Setembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

MENSAGEM PROJETO DE LEI Nº017/2017.

Ilmo Senhor
GILSON DAMACENO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PONTE SERRADA – SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei n.17/2017, nos seguintes termos:

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o incluso projeto de lei que altera a redação do artigo 1º, inciso, II, da Lei nº2.307, de 19 de julho de 2017 e dá outras providências."

O presente Projeto de Lei houve visa corrigir equívoco quanto a metragem constante do inciso II, do art.1º, da Lei nº2.307, haja vista que onde constou 312,00m² deveria ser 936,00 m².

Quanto ao pedido de urgência, justifica-se pela necessidade imediata de regularização das áreas descritas na Lei nº2.307, cujo objetivo é a construção de moradias para as famílias atingidas pelas catástrofes naturais ocorridas em nosso município, com consequências que perduram até hoje.

Assim, pela exposição dos motivos estampados acima, encaminhamos este Projeto de Lei para apreciação e aprovação por esta casa, renovando os protestos de grande estima e consideração.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

LEI 2.315

LEI Nº 2.315/2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR CESSÃO DE BENS PÚBLICOS EM COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO RIO DO MATO, CONFORME ESPECÍFICA.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na da Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Pela presente lei, o Município fica autorizado a realizar a cessão de bens públicos municipais em comodato com a Associação de Agricultores de Rio do Mato, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.233.995/0001-07, com endereço na Linha Rio do Mato, interior de Ponte Serrada/SC, de acordo com as cláusulas do contrato de comodato a ser firmado com o Município.

Art. 2º Os bens cedidos em comodato para a Associação de Agricultores de Rio do Mato são os descritos abaixo:

I - 01 (um) TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND – MODELO TT4030, COR AZUL, SÉRIE Nº TS7CR400239, IDENTIFICAÇÃO Pat/SAR Nº 18597;

II – 01 (um) COLHEDORA DE FORRAGEM COM4 ROLOS ALIMENTADORES MARCA NOGUEIRA, MODELO NEW PECUS SH, SÉRIE Nº BCBGO24953, IDENTIFICAÇÃO Pat/FDR Nº 1586;

III – 01 (um) DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO MARCA IPACOL 6000L, SÉRIE Nº IP710151120, IDENTIFICAÇÃO Pat/FDR Nº 1428;

Art. 3º Os bens cedidos em comodato têm o fim específico de atender aos agricultores associados à respectiva associação.

Art. 4º A Associação de que trata a presente Lei, segundo Contrato de Comodato a ser lavrado pelo Executivo, ficará responsável pela manutenção, conservação e guarda do bem, devendo devolvê-lo ao Município, no vencimento do contrato, em perfeitas condições de uso e funcionamento, sob pena de indenização pelo valor estipulado.

Art. 5º O prazo de cessão em comodato será de 05 (cinco) anos, contados da publicação do contrato na imprensa oficial do Município, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, enquanto perdurar o interesse público na cessão dos bens, ou a Associação continuar em atividade.

Art. 6º Será de responsabilidade total da Associação à operação do equipamento, respondendo esta pelos prejuízos eventualmente causados a outrem ou mesmo em acidentes que possam ocorrer na utilização deste.

Art. 7º O Poder Executivo poderá baixar medidas reguladoras para a execução da presente Lei.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Setembro de 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

MENSAGEM - PROJETO DE LEI Nº 018/2017.

Exmo. Senhor
Gilson Damaceno

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PONTE SERRADA – SC.

ASSUNTO: Projeto de Lei n. 018/2017.

Senhores Vereadores,

Cumpre-me encaminhar a Vossas Excelências, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, MENSAGEM referente ao Projeto de Lei n. 018/2017, nos seguintes termos:

O presente Projeto de Lei tem como finalidade a cessão de bens públicos - TRATOR AGRÍCOLA, COLHEDORA DE FORRAGEM e DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO, por comodato, a Associação de Agricultores de Rio do Mato, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.233.995/0001-07, com endereço na Linha Rio do Mato, interior de Ponte Serrada/SC, para a realização de suas atividades e no auxílio aos agricultores associados.

A necessidade de aprovação do presente Projeto de Lei, se faz necessário devido a grande demanda de serviços a serem realizados pela Associação beneficiária aos seus associados, considerando que o incremento que estes equipamentos proporcionaram a atividade agropecuária dos associados, visando aumentar a sua produtividade e consequentemente o retorno econômico a toda a sociedade ponteserradense.

Sendo o que se apresenta, solicitamos que o Projeto de Lei nº 018/2017, seja apreciado e votado por esta Casa Legislativa.

Ponte Serrada, 16 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 232/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA**

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

LEI COMPLEMENTAR Nº 232/2017.**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma dos arts. 40, § 1º, II, “c”, 41, parágrafo único, IX e 61, VII, da Lei Orgânica do Município;

FAZ saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS**

Art. 1º. O Governo do Município de Ponte Serrada tem como objetivos o desenvolvimento integrado, ordenado e, ambientalmente sustentado, bem como, o aprimoramento e modernização dos serviços públicos prestados mediante o planejamento e a transparência de suas atividades, ações administrativas e de seus atos de gestão.

§ 1º. A elaboração e execução do planejamento das atividades e ações governamentais obedecerão ao estrito cumprimento às disposições legais pertinentes e guardará, sempre que possível harmonia e consonância com os planos e programas da União, do Estado e de seus respectivos órgãos.

§ 2º. A transparência das atividades, das ações administrativas e dos atos de gestão, obedecerá, entre outras, as disposições do art. 48, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 e ao princípio da publicidade, nos termos do *caput* do art. 71 da Lei Orgânica do Município.

§ 3º. A Administração Municipal obedecerá, em todas as suas ações e atos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 4º. O servidor público será profissionalizado e valorizado, por meio de amplo programa de capacitação, que o habilite para desenvolver várias atividades inerentes às funções do cargo e o qualifique para o atendimento ao cidadão, tornando-o capaz de encontrar novas soluções e de modernizar o fluxo de decisões, bem como de congregar seu grupo de trabalho na busca destes objetivos.

§ 5º. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar, para atingir as metas estabelecidas na legislação relativa ao planejamento orçamentário.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Art. 2º. O Governo Municipal promoverá a integração das comunidades e das entidades representativas da sociedade na vida político-administrativa do Município, através de órgãos coletivos de assessoramento e deliberação, constituídos por servidores públicos municipais, representantes de entidades classistas, clubes de serviço, associações comunitárias e de outras formas de associativismo social, econômico, cultural ou esportivo e de munícipes com destacada atuação na coletividade, ou com conhecimentos específicos de problemas locais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será atingido, também, com a observância e aplicação das disposições previstas nos arts. 9º, § 4º e art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. O Município recorrerá, sempre que conveniente e oportuno à execução indireta de obras e serviços, obedecidos os ditames da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, ou de outra legislação que as suceder, de forma a propiciar agilidade no atendimento aos interesses públicos e aos munícipes, evitando encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de pessoal.

Art. 4º. Os serviços públicos de competência municipal, conforme definido na Lei Orgânica do Município poderão ser prestados e executados sob a forma de concessão ou permissão, obedecidas às disposições da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou de outra legislação que a suceder.

Art. 5º. Todas as atividades, ações e serviços, o planejamento municipal e sua execução, a execução orçamentária, o controle orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional da Administração Municipal estão sujeitos ao sistema de controle interno, que atuará na forma estabelecida em legislação específica, observadas as disposições previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município e em outra legislação aplicável.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Capítulo I Dos Órgãos Governamentais

Art. 6º. A Administração pública municipal compreende:

I – a administração direta, constituída pelos serviços integrantes da estrutura administrativa do Município;

II – a administração indireta compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria já criadas ou que venham a ser criadas por lei específica;

Capítulo II Do Funcionamento



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Art. 7º. O funcionamento dos órgãos do Poder Executivo, cumprindo o que determina a Lei Orgânica, obedecerá ao disposto nesta Lei e na legislação aplicável sobre planejamento, coordenação, descentralização, execução, delegação de competência e controle.

Seção I Do Planejamento

Art. 8º. As ações governamentais estimularão a participação popular e obedecerão a um planejamento que vise à promoção do desenvolvimento socioeconômico do Município e compreenderá a elaboração e adequação dos seguintes instrumentos básicos:

I – Plano Plurianual – PPA;

II – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

III – Lei Orçamentária Anual – LOA;

Parágrafo único – a ação governamental de planejamento, atendidas as peculiaridades locais, guardará consonância com os planos, programas e projetos do Estado e da União.

Seção II Da Coordenação

Art. 9º. As atividades da administração municipal, especialmente a execução de planos e programas de governo, serão de permanente coordenação.

Art. 10. A coordenação será exigida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e, se necessário, a instituição e funcionamento de comissões.

Seção III Da Execução

Art. 11. Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e as normas regulamentares, observados os critérios de racionalização, qualidade e produtividade.

Parágrafo único – os servidores de execução são obrigados a respeitar, na solução de todo e qualquer caso, os princípios, critérios, normas e programas estabelecidos pelos órgãos de direção a quem estiverem subordinados, vinculados ou supervisionados.

Seção IV Do Controle

Art. 12. O controle das atividades da administração municipal deve ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

I – o controle, pela chefia competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

II – o controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens do Município pelos órgãos de administração financeira, patrimonial e de controle interno.

Art. 13. As tarefas de controle, com o objetivo de melhorar a qualidade e a produtividade serão racionalizadas mediante simplificação de processos e supressões de meios que se evidenciarem puramente formais ou cujo custo seja, evidentemente, superior ao risco.

Parágrafo único – a racionalização prevista neste artigo será objeto de normas e critérios a serem estabelecidos através de ato do Poder Executivo, especialmente através de seu Sistema de Controle Interno.

TÍTULO III DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Capítulo I Da Administração Direta e Indireta

Art. 14. O Município de Ponte Serrada passa a ter a seguinte organização geral:

I – órgãos de direção, chefia e assessoramento; e

II – órgãos de apoio específico.

Art. 15. Integram a estrutura administrativa do Município:

I – Órgãos de direção, chefia e assessoramento:

- a) Gabinete do Prefeito; e
- b) Gabinete do Vice-Prefeito.
- c) Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;
- d) Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- e) Secretaria Municipal da Assistência Social;
- f) Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;
- g) Secretaria Municipal da Saúde;
- h) Secretaria Municipal de Transportes e Obras;
- i) Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; e
- j) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

II – Órgãos de apoio específico:

- a) Junta de Serviço Militar;
- b) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC;
- c) Conselhos Municipais legalmente instituídos; e
- d) Comissões Especiais.

Art. 16. Os fundos municipais serão subordinados aos respectivos órgãos da administração direta ou indireta conforme disposto em suas leis de criação.

Capítulo II Das Competências e Atribuições



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Art. 17. O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município tem suas atribuições e competências definidas na Lei Orgânica do Município, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Constituição Federal.

Seção I Do Gabinete do Prefeito

Art. 18. Ao Gabinete do Prefeito compete a execução das atribuições e competências inerentes ao respectivo cargo, conforme disposições da Lei Orgânica do Município e contará com a seguinte estrutura:

- I – Consultoria Jurídica;
- II – Controladoria Geral do Município;
- III – Assessoria de Gabinete;
- IV – Setor de Gabinete;

§ 1º. Compete à Consultoria Jurídica assessorar juridicamente o Prefeito e os titulares dos cargos de chefia, direção, assessoramento nos atos administrativos, exarar pareceres jurídicos em atos administrativos e na elaboração do processo legislativo de competência do Poder Executivo; pronunciar-se sobre a aplicação e aplicabilidade da legislação municipal e da legislação geral de observância obrigatória da Administração Municipal; zelar pela constitucionalidade da legislação, legalidade e legitimidade dos atos de competência do Poder Executivo; promover a representação e defesa jurídica do Município perante o Poder Judiciário; exercer outras atribuições inerentes à especialidade jurídica.

§ 2º. Compete à Controladoria Geral do Município a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional, patrimonial e legal da Administração Pública Municipal e demais atividades correlatas da pasta;

§ 3º. Compete à Assessoria de Gabinete prestar assessoria político-administrativa ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quanto ao planejamento e execução dos programas e projetos municipais; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação vigente, especialmente no que se refere às atribuições dos chefes do Executivo Municipal previstas na Lei Orgânica do Município; Aconselhar o Prefeito e o Vice em temas políticos e administrativos; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar ao Gabinete nas demais atividades correlatas da área.

§ 4º. Compete ao Setor de Gabinete coordenar a comunicação oficial; marcar, recepcionar e coordenar as audiências do Prefeito Municipal com os munícipes, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e cívicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial do Município; promover, organizar as reuniões com o colegiado da administração; coordenar todas as ações de representação oficial do Município e demais atividades correlatas da pasta;

Seção II Do Gabinete do Vice-Prefeito



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Art. 19. Ao Gabinete do Vice-Prefeito compete a execução das atribuições e competências inerentes ao respectivo cargo, especialmente para o suporte da representatividade da autoridade em suas funções institucionais, tendo em sua estrutura:

I – Setor de Gabinete.

Parágrafo Único - Compete ao Setor de Gabinete coordenar a comunicação oficial; marcar, recepcionar e coordenar as audiências do Vice-Prefeito Municipal com os munícipes, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e cívicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial do Município; promover, organizar as reuniões com o colegiado da administração e coordenar todas as ações de representação oficial do Município.

Seção III Das Secretarias Municipais

Subseção I Da Estruturação e Competências

Art. 20. As Secretarias Municipais contarão com assessorias especiais e gestores de áreas específicas e serão organizadas em 3 (três) níveis decisórios, a saber:

I – Secretarial/Primeiro Escalão – sob a titularidade dos Secretários Municipais;

II – Departamental/Segundo Escalão – sob a titularidade dos Diretores de Departamento; e

III – Setorial/Terceiro Escalão – sob a titularidade dos Chefes de Setor e de Gabinete;

§ 1º. Os Assessores desempenharão funções especiais subordinadas diretamente ao Secretário da pasta que estiver vinculado.

§ 2º. A Direção das Escolas de Ensino Fundamental ou de Ensino Fundamental e Médio será exercida por Diretores de Escola nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º. A Direção dos Centros Educacionais Infantis (CEI) será exercida por Diretores de CEI nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º. As Secretarias Municipais, inclusive o Gabinete do Prefeito Municipal poderão contar, cada uma, em sua estrutura com até 02 (dois) assessores 40h/semanal ou 02 (dois) assessores 20h/semanal, 05 (cinco) diretores de departamentos e 03 (três) chefes de setores, observando o número máximo de vagas para todo o Executivo Municipal disposto no ANEXO I desta Lei Complementar.

§ 5º. As vagas totais, os seus respectivos níveis e padrões de vencimentos, bem como as atribuições de cada cargo seguirão ao disposto nos ANEXO I e ANEXO II desta Lei Complementar.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Fazenda: departamento responsável pela direção, coordenação da operacionalização e aplicação da legislação financeira, contábil e tributária



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

da Administração Municipal, bem como pela direção dos seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Tesouraria: setor responsável pelas atividades de tesouraria, de pagadoria e de controle financeira da Administração Municipal, e demais atividades correlatas da pasta;
- b) Setor de Tributação: setor responsável pelos serviços relativos à aplicação e fiscalização das normas tributárias, pelo controle dos cadastros imobiliários e de contribuintes, controle do lançamento e da cobrança tributária, controle das receitas tributárias e da dívida ativa, e demais atividades correlatas da pasta; e
- c) Setor de Contabilidade: setor responsável pelos serviços contábeis e de gestão fiscal, financeira e orçamentária da Administração Municipal e demais atividades correlatas da pasta.

II – Departamento de Administração: departamento responsável pela direção e coordenação da operacionalização municipal da gestão de recursos humanos, gestão patrimonial, gestão de bens materiais e serviços, publicações institucionais e oficiais e pelo controle legal dos atos administrativos e de administração, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Imprensa: setor responsável pelas publicações institucionais e oficiais da Administração Municipal, pela divulgação de assuntos de interesse da administração pública, pela cobertura jornalística de atividades e atos do executivo municipal e demais atividades correlatas da pasta;
- b) Setor de Recursos Humanos: setor responsável pelos serviços e atividades pertinentes aos recursos humanos da Administração, compreendendo, cadastros, emissão e controle de atos administrativos relativos ao RH, controle da vida funcional dos servidores, inclusive de férias e licenças; controle de avaliações e de concessão de progressões e adicionais; elaboração e emissão da folha de pagamento e de outros atos concernentes;
- c) Setor de Patrimônio: setor responsável pelo controle e armazenamento dos bens patrimoniais da Administração Municipal, bem como pelo armazenamento, controle e conservação documental dos bens móveis e imóveis pertencentes ao município e demais atividades correlatas da pasta;
- d) Setor Jurídico: setor responsável pelas questões diretamente relacionadas ao direito administrativo e nas intervenções exigidas pela legislação específica, especialmente nos processos administrativos relacionados a compras, licitações, contratações, permissões, concessões, cessões; nos processos administrativos relativos aos recursos humanos; e em outros processos administrativos que requeiram a intervenção de profissional do Direito; e
- e) Setor de Licitações e Compras: setor responsável pelas aquisições de bens e contratações de serviços da Administração Municipal e demais atividades correlatas da pasta.

III – Departamento de Planejamento: departamento responsável pela elaboração, execução e acompanhamento do planejamento municipal, incumbido de captar recursos e projetos nas demais esferas administrativas e executar a política de planejamento urbano, bem como pela direção dos seguintes setores e suas respectivas atividades:



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

- a) Setor de Convênios: setor responsável pela supervisão e gestão de convênios, contratos de repasse e financiamentos e pelo gerenciamento e elaboração de projetos federais e estaduais e demais atividades correlatas da pasta; e
- b) Setor de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo: setor responsável pela execução da política do planejamento urbano, pela implantação e fiscalização das normas técnicas de direito urbanístico, execução e fiscalização de projetos de obras novas, de restauração, manutenção e recuperação de prédios públicos e bens de uso comum, inclusive de logradouros públicos, e pela realização das demais atividades correlatas da área.

IV – Assessoria em Administração e Fazenda: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Administração e Fazenda compete administrar e executar a política de pessoal e recursos humanos, promovendo treinamentos e cursos de capacitação e qualificação; organizar e controlar a administração patrimonial e de materiais; elaborar o processo legislativo de competência do Poder Executivo, inclusive promovendo a sua publicação; gerenciar o sistema de compras, licitações e contratações, na forma da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, mantendo atualizado o cadastro de fornecedores municipais; executar a política de pessoal, a obediência e a aplicação das disposições insculpidas na Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e gerenciar a implantação e operacionalização dos planos de carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal; superintender e coordenar a operacionalização e a aplicação da legislação financeira, contábil e tributária; coordenar a efetivação dos atos de gestão administrativa e financeira; manter, permanentemente, atualizado o cadastro do patrimônio público municipal; superintender a publicação de atos administrativos e de gestão administrativa; planejar e promover a política de promoção industrial, comercial e de serviços e de fomento ao turismo, inclusive de turismo rural; e a promoção de programas de renda e emprego; coordenar e supervisionar as atribuições e competências das unidades administrativas a ela vinculadas.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Coordenação Pedagógica: departamento responsável pela direção e coordenação das atividades pedagógicas na Educação Municipal, desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental e de todos os anos do ensino médio.

II – Departamento de Educação: departamento responsável pela direção e coordenação das atividades de planejamento, execução, acompanhamento e controle inerentes à Educação Municipal, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Administração: setor responsável pelo planejamento e execução das atividades técnico-administrativas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como realizar as demais atividades correlatas da área.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

III – Departamento de Cultura, Esporte e Lazer: departamento responsável pela direção e coordenação das atividades municipais de cultura, esporte e lazer, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Cultura: setor responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das atividades de cultura no município, além de realizar as demais atividades correlatas da área; e
- b) Setor de Esporte e Lazer: setor responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das atividades esportivas e de lazer no município, além de realizar as demais atividades correlatas da área.

IV – Direção de Escolas Municipais: responsável pela administração de Escola Municipal e seus recursos humanos, materiais e financeiros em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. A direção de Escolas Municipais será realizada por ocupante do cargo de Diretor de Escola, cujas atribuições e remuneração estão descritos nos ANEXOS I e II desta lei;

V – Direção de Centros Educacionais Infantis: responsável pela administração de Centro de Educação Infantil (CEI) e seus recursos humanos, materiais e financeiros em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. A direção de CEI será realizada por ocupante do cargo de Diretor de Centro de Educação Infantil, cujas atribuições e remuneração estão descritos nos ANEXOS I e II desta lei;

VI - Assessoria em Educação, Cultura, Esporte e Lazer: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, compete entre outras, o planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionadas à educação, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental; cumprir as disposições da legislação pertinente, especialmente do art. 205 e seguintes da Constituição Federal, da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Lei Federal nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e da Lei Federal nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estatui o Plano Nacional de Educação; promoverá a instituição do sistema municipal de ensino e do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal, responsabilizando-se por sua execução e fiscalização; manter programas permanentes de profissionalização, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério municipal; coordenar a atuação dos conselhos municipais ligados à educação, à cultura e ao esporte; coordenar a formulação do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, bem como prover sua implantação e execução; atuar em consonância com o sistema estadual de ensino; fomentar projetos de desenvolvimento do esporte amador, do lazer e da integração comunitária; promover ações de fomento à preservação e valorização da cultura local; desenvolver programas e ações permanentes de forma a debelar o absenteísmo educacional, do conhecimento, da formação e da cultura; coordenar e promover ações de exploração viável e sustentável das potencialidades turísticas, bem como sua integração às ações culturais, especialmente através de eventos



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

de abrangência regional e estadual, sempre com o objetivo da promoção do Município e de suas potencialidades gerais.

Art. 23. A Secretaria Municipal de Assistência Social será constituída pelos seguintes órgãos:

I - Departamento de Assistência Social: departamento responsável pela direção e coordenação do planejamento e execução dos planos, programas, ações e serviços de assistência social, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor Administrativo: setor responsável pelo planejamento, organização e execução das atividades técnico-administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social; e,
- b) Setor de Proteção à Mulher, Criança e Idoso: setor responsável pela proteção aos direitos da mulher, da criança e do idoso, para que através de programas, ações e atividades possam fornecer condições necessárias para que os mesmos possam ter uma vida digna e com o cumprimento de todos seus direitos concedidos pela legislação vigente.

II - Departamento de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos I (SCFV I): departamento responsável pela direção e coordenação de um serviço da proteção social básica, o SCFV, pela promoção de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas com o objetivo de fortalecer as relações familiares e comunitárias, valorizando o sentido de vida coletiva.

III - Departamento de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos II (SCFV II): departamento responsável pela direção e coordenação de um serviço da proteção social básica, o SCFV, pela promoção de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas com o objetivo de fortalecer as relações familiares e comunitárias, valorizando o sentido de vida coletiva.

IV - Departamento de Abrigo de Crianças e Adolescentes: departamento responsável pela administração e desenvolvimento das atividades sociais do abrigo, principalmente pela proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de fornecer as condições necessárias para que as mesmas possam ter uma vida digna e desenvolver suas potencialidades.

V - Departamento de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS): departamento responsável pela direção e coordenação das atividades e ações especializadas às pessoas em situação de risco, por desenvolver atividades de acolhimento de vítimas de violência, acompanhamento e ações para redução das situações de riscos, seu agravamento ou recorrência, além de promover ações para fortalecer o respeito e o cumprimento dos direitos humanos e sociais, entre outras atividades correlatas da área.

VI – Departamento de Referência em Assistência Social (CRAS): departamento responsável pela administração de unidade que busca prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais no município através do desenvolvimento e monitoramento das famílias com atividades que promovam o fortalecimento dos vínculos sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania.

VII – Assessoria em Assistência Social: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Assistência Social.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Assistência Social, compete a execução das políticas sociais, especialmente daquelas voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente e às entidades civis com fins sociais, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social; atuar de forma integrada com os demais órgãos de governo para atingir as metas de executar as prioridades da assistência social de forma universalizada; estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas à educação e à assistência social; responsabilizar-se pela gestão do Fundo Municipal de Assistência Social; acompanhar as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar; coordenar a execução de todos os programas sociais do Governo Federal e Estadual implantados no Município; promover a assistência comunitária com o envolvimento de jovens, clubes de mães, associações comunitárias e outros entes da sociedade; promover censos destinados a identificar as demandas para a melhoria e para a construção de unidades habitacionais; disseminar os programas habitacionais do Governo da União e do Estado, ou de organizações da sociedade civil; interagir com os demais organismos municipais no sentido de debelar problemas de saneamento, através da edificação de dependências sanitárias junto às moradias de famílias economicamente mais desprovidas; integrar suas ações, sempre que possível, com as ações desenvolvidas nas demais áreas da administração municipal, e analisar, conceder e fiscalizar os benefícios eventuais de acordo com a legislação vigente.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente: departamento responsável pela política de desenvolvimento das atividades agropecuárias e ambiental do Município de Ponte Serrada, com foco principal no desenvolvimento rural sustentável, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Agricultura: setor responsável por fomentar o desenvolvimento sustentável da agricultura, especialmente a agricultura familiar, buscando melhor qualidade de vida aos agricultores e seus familiares, promover projetos, ações e programas com os demais entes governamentais e instituições públicas e privadas para proporcionar melhores condições de desenvolvimento da atividade no município, além de realizar as demais atividades correlatas da área;
- b) Setor de Pecuária: setor responsável por fomentar o desenvolvimento sustentável da pecuária e melhor qualidade de vida aos pecuaristas e seus familiares, promover projetos, ações e programas com os demais entes governamentais e instituições públicas e privadas para proporcionar melhores condições de desenvolvimento da atividade no município, além de realizar as demais atividades correlatas da área; e
- c) Setor de Meio Ambiente: setor responsável pela preservação e recuperação do meio ambiente; planejar, programar, coordenar e executar programas e projetos com atribuições voltadas à defesa e preservação ambiental, integrada com os demais setores da administração pública municipal e principalmente com a sociedade, além de realizar as demais atividades correlatas da área.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

II – Assessoria em Agricultura e Meio Ambiente: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente compete à titularidade na execução da política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do Município, especialmente no que tange as diretrizes estabelecidas pelo respectivo conselho municipal, o qual atuará sob sua coordenação; fomentar o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, buscando melhor qualidade de vida dos agricultores e seus familiares; executar obras e serviços de infraestrutura agrícola; promover serviços e ações de extensão rural, de assistência técnica especializada e de promoção do associativismo rural; desenvolver atividades, ações, projetos e programas em parcerias com organismos estaduais e federais oficiais ou privados e, juntamente com cooperativas agrícolas e empresas de fomento a produção agropecuária através da integração; promover e executar a política de educação ambiental; promover e executar cursos, seminários, palestras de capacitação e de profissionalização dos agricultores, especialmente voltados para a prática da administração da propriedade rural e à agregação de atividades econômicas alternativas junto às propriedades rurais, especialmente a produção de produtos agroecológicos; atuar em conjunto com os demais órgãos do Governo Municipal, com destaque na execução das políticas educacionais, de saúde e de assistência social; erradicar a insuficiência estrutural de saneamento junto às propriedades rurais e promover ações e atividades voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente; promover ações para agregação de valores à produção agro ecológica local, além de outras ações que objetivem a melhoria das condições econômicas das pessoas que vivem no meio rural.

Art. 25. A Secretaria Municipal de Saúde será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Administração: departamento responsável pela direção e coordenação de todas as atividades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, bem como por dirigir os seguintes setores e suas atividades:

- a) Setor Administrativo: setor responsável pela gerência dos recursos humanos, patrimoniais, materiais e demais atividades técnico-administrativas da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Setor Financeiro: setor responsável pela gestão financeira da Secretaria Municipal de Saúde; e
- c) Setor de Tratamento Fora do Domicílio: setor responsável pelas atividades necessárias para encaminhar pacientes para tratamento fora do município, como agendamento de consultas e exames, monitoramento e distribuição de cotas de consultas e exames, acompanhamento de pactuações ambulatoriais e internações hospitalares, e demais atividades correlatas da área.

II – Departamento de Atenção Básica: departamento responsável pela direção e coordenação dos trabalhos de saúde básica no município, bem como por dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Unidade Básica de Saúde (UBS) I: UBS localizada no Bairro Centro, setor responsável por ações e atividades básicas de saúde, como, por exemplo, vacinação, tratamento odontológico, medicação, coleta de exames,



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

consultas médicas, curativos, ações de prevenções, entre outras atividades correlatas da área;

- b) Setor de Unidade Básica de Saúde (UBS) II: UBS localizada no Bairro Vila Pouso dos Tropeiros (CTG)), setor responsável por ações e atividades básicas de saúde, como, por exemplo, vacinação, tratamento odontológico, medicação, coleta de exames, consultas médicas, curativos, ações de prevenções, entre outras atividades correlatas da área;
- c) Setor de Unidade Básica de Saúde (UBS) III: UBS localizada no Bairro Cohab, setor responsável por ações e atividades básicas de saúde, como, por exemplo, vacinação, tratamento odontológico, medicação, coleta de exames, consultas médicas, curativos, ações de prevenções, entre outras atividades correlatas da área; e
- d) Setor de Unidade Básica de Saúde (UBS) IV: UBS localizada no Bairro Bela Vista, setor responsável por ações e atividades básicas de saúde, como, por exemplo, vacinação, tratamento odontológico, medicação, coleta de exames, consultas médicas, curativos, ações de prevenções, entre outras atividades correlatas da área.

III – Departamento de Vigilância em Saúde: departamento responsável pela direção e coordenação das atividades de vigilância em saúde no Município, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Vigilância Epidemiológica: setor responsável pelo planejamento, execução e contínuo acompanhamento de ações e programas de prevenção e controle de doenças surtos e agravos inusitados, e demais atividades correlatas da área; e
- b) Setor de Vigilância Sanitária: setor responsável pela fiscalização e inspeção da produção e consumo de bens e serviços, conforme legislação vigente; receber e averiguar denúncias referentes a questões de ordem sanitária; conceder, expedir e cancelar o Alvará Sanitário para estabelecimentos instalados no município; interditar, apreender e inutilizar produtos e ou estabelecimentos, alimentos e medicamentos inadequados de acordo com a legislação e normas de vigilância sanitária vigentes, desenvolver as demais atividades correlatas da área.

IV – Assessoria em Saúde: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Saúde, compete, entre outras, as atribuições de execução da política, programa, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária; gerenciar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde; coordenar e executar as metas e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saúde; definir diretrizes e cumprir metas, executando prioridades; elaborar e apresentar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar a política de vigilância sanitária e epidemiológica; promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública; supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde; gerenciar os programas de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de saúde da mulher, de aleitamento materno, de alimentação e nutrição, de prevenção, controle e assistência aos portadores de doenças



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

sexualmente transmissíveis e da AIDS, além de outros; representar o Município em conselhos e consórcios intermunicipais, regionais e microrregionais de saúde; manter quadro de pessoal com formação profissional; responsabilizar-se pela gestão do Fundo Municipal de Saúde; acompanhar e executar as normas reguladoras emanadas pelas autoridades de saúde do Governo Federal e Estadual; atuar de forma integrada com os demais órgãos da Administração Municipal, para a eficácia de implementação e execução de planos, ações e projetos de saúde e de saneamento básico urbano ou rural.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Transportes e Obras será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Transportes: departamento responsável pela manutenção e conservação das vias e logradouros do município, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Vias e Logradouros Urbanos: setor responsável pela manutenção e conservação das vias e logradouros urbanos, além de demais atividades correlatas da área; e
- b) Setor de Vias e Estradas Rurais: setor responsável pela manutenção e conservação das vias e estradas rurais, além de demais atividades correlatas da área.

II – Departamento de Obras, Serviços e Manutenção de Máquinas e Equipamentos: departamento responsável pela coordenação da execução de obras e serviços públicos de infraestrutura, incumbido da manutenção e conservação de máquinas e equipamentos públicos, principalmente os veículos, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Obras e Serviços: setor responsável pela execução de obras e serviços públicos de infraestrutura no município; e
- b) Setor de Manutenção de Máquinas e Equipamentos: setor responsável pela manutenção e conservação de máquinas e equipamentos públicos, especialmente dos veículos que compõem a frota do executivo municipal.

III – Assessoria em Transportes e Obras: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Transporte e Obras, compete o planejamento e a execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rodoviária, compreendendo as vias e logradouros públicos urbanos, as rodovias municipais, os serviços e programas voltados ao atendimento às propriedades rurais e urbanas, o saneamento básico; o acompanhamento e fiscalização da execução de obras; a superintendência da manutenção e utilização da frota de veículos e máquinas, atuando de forma integrada com os demais órgãos do Governo Municipal, especialmente com as Secretarias Municipais de Agricultura e do Meio Ambiente e a coordenação e fiscalização das atribuições das unidades a ele subordinadas.

Art. 27. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Manutenção e Conservação dos Logradouros Urbanos, Ajardinamento e Manutenção de Bens Públicos: departamento responsável pelo



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

planejamento, organização, coordenação e execução dos serviços de limpeza, manutenção e conservação urbana, além de dirigir os seguintes setores e suas respectivas atividades:

- a) Setor de Limpeza de Logradouros Urbanos: setor responsável pela limpeza das ruas e vias de circulação urbana e demais atividades correlatas da área;
- b) Setor de Ajardinamento de Praças, Parques e Jardins: setor responsável pela limpeza, manutenção e conservação das praças, parques, jardins e canteiros do município e demais atividades correlatas da área; e
- c) Setor de Manutenção e Conservação de Bens Públicos: setor responsável pela vigilância, manutenção e conservação de bens públicos e demais atividades correlatas da área.

II – Assessoria em Serviços Urbanos: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Parágrafo único. À Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, compete o planejamento e administração dos serviços voltados à manutenção e conservação dos logradouros urbanos, ajardinamento de praças, parques e jardins; a organização, coordenação e administração da coleta de lixo e a promoção de campanhas educativas tendentes a envolver a sociedade em programas voltas à limpeza pública; a manutenção dos cemitérios municipais; a sinalização de trânsito e o desenvolvimento de atividades e ações de saneamento básico.

Art. 28. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Departamento de Desenvolvimento Econômico: departamento responsável pela formulação, planejamento e execução da política de desenvolvimento econômico municipal, pelo fomento econômico e cooperação institucional; e

II – Departamento de Turismo: departamento responsável pela formulação, planejamento e execução da política de turismo municipal e pela realização de eventos do município.

III – Assessoria em Desenvolvimento Econômico e Turismo: responsável pela prestação de assessoria político-administrativa à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Parágrafo único - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, compete formular, planejar e implementar a política de fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos setores primário, secundário e terciário do município; Estimular a atração, criação, preservação e ampliação de empresas e polos econômicos; Aprimorar e ampliar as relações da Municipalidade com empresários e entidades públicas e privadas, em nível local, nacional e internacional; Apoiar a comunidade empresarial por meio de planos, programas, projetos, informações, pesquisas e estudos; Estimular o desenvolvimento econômico rural, em especial por meio do fomento à produção agropecuária, incentivos à agroindústria; Constituir convênios de cooperação com instituições e entidades nacionais e internacionais nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, gestão empresarial; Interagir com os demais órgãos da administração municipal, direta e indireta, com o objetivo de implementar programas, projetos e atividades sob a forma de organização matricial; Coordenar as atividades relacionadas com a identificação e captação de recursos para Projetos no âmbito do Município; Promover a



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

execução de projetos de cooperação; Divulgar o Município de Ponte Serrada com vistas à atração de investimentos; Organizar e promover seminários e missões comerciais; Divulgar as potencialidades turísticas de Ponte Serrada, em cooperação com organismos do governo e não governamentais; Promover o intercâmbio com entidades ligadas ao setor e ampliar os fluxos e a permanência dos visitantes na cidade; Apoiar a realização de feiras, exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos municipais, nacionais e internacionais, além disso, estimular a formação e o aperfeiçoamento de profissionais da área.

Art. 29. Fica criado o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo, com o número de vagas e vencimentos, constantes do ANEXO I, desta Lei Complementar.

§ 1º. Os cargos de provimento em comissão ora criados serão exercidos por brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício de seus direitos políticos.

§ 2º. O servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal que exercer cargo de provimento em comissão, poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo ou daqueles do cargo empossado.

§ 3º. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituídos nesta Lei, no que couber, ficam sujeitos às normas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e terão carga horária de dedicação integral ou semi-integral, de acordo com a efetiva necessidade da administração pública.

Subseção II

Das Atribuições e Competência dos Ocupantes de Cargos Comissionados

Art. 30. Os ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituídos nesta lei deverão cumprir às atribuições especificadas na Tabela de Descrição das Atividades dos Cargos Comissionados constante no ANEXO II, desta Lei Complementar.

Subseção III

Da Delegação de Competências e Atribuições

Art. 31. A delegação de competência ou de atribuições será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões.

Art. 32. É facultado ao Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais delegar competências ou atribuições a órgãos dirigentes ou servidores subordinados, para a prática de atos administrativos específicos.

Parágrafo único – o ato de delegação indicará a autoridade delegante, a autoridade delegada e o objeto da delegação.

Capítulo III

Dos Órgãos de Apoio Específico



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Art. 33. Os órgãos de apoio específico terão sua estrutura fixada na Lei da respectiva instituição, exceto quanto a Junta do Serviço Militar, que será presidida pelo Prefeito Municipal e suas atribuições exercidas por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal.

Parágrafo único - São órgãos de apoio específico:

- I – a Junta de Serviço Militar;
- II – a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC;
- III – os Conselhos Municipais legalmente instituídos; e
- IV – as Comissões Especiais.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 34. Os serviços públicos municipais funcionarão sem prejuízo de continuidade durante a implantação sistemática das normas estabelecidas nesta Lei, mantida, se necessário, a organização anterior até a efetiva concretização da nova estrutura.

Art. 35. Ficam recepcionadas a Lei Complementar nº. 40, de 09 de dezembro de 2003, que instituiu o Sistema de Controle Interno, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo art. 25, da Lei Complementar nº 067/2006, de 24 de abril de 2006, e a Lei Complementar nº 223/2016 que criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 36. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios, acordos, contratos ou outros termos de ajuste, onerosos ou não, com a União, os Estados, ou Municípios e entidades da Administração Direta e Indireta e ainda, com instituições particulares para execução de programas e ações governamentais, sempre obedecendo à legislação vigente, especialmente aos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 37. Mediante exposição fundamentada nos termos da Legislação Federal, Estadual e Municipal aplicável, os servidores públicos municipais, poderão ser cedidos por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal a outras entidades, quer da administração direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, ficando-lhes assegurado, ao retornarem ao exercício de seus cargos, os direitos para todos os efeitos, como se municipal fosse, o tempo de serviço prestado a essas entidades.

Parágrafo único - será admissível a cessão de servidores quando atendidas às seguintes condições:

- a) demonstração do caráter excepcional da cessão;
- b) demonstração do relevante interesse público na cessão do servidor efetivo;
- c) desoneração do Município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, que devem ser suportados pelo órgão ou entidade cessionária, salvo se atendido ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município;
- e



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

d) a cessão será exclusivamente de servidores efetivos, vedada à cessão de servidores contratados em caráter temporário, de qualquer natureza, e de ocupantes de cargo em comissão.

Art. 38. O Chefe do Poder Executivo Municipal é autorizado a aplicar no mercado aberto os recursos financeiros, sejam próprios ou vinculados.

Parágrafo único – a operação deverá ser efetuada de acordo com as normas de direito financeiro e não interferir na execução orçamentária e no cumprimento da execução financeira.

Art. 39. A contabilidade dos fundos especiais criados por leis específicas, poderá ser centralizada junto ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, podendo o profissional responsável pela contabilização dos atos da prefeitura realizar também os das unidades descentralizadas, desde que, delegado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 40. Ao Chefe do Poder Executivo Municipal é facultado através de Decreto:

I – deslocar a sede do Governo Municipal, temporariamente, para localidades municipais, com o objetivo de realizar atividades do Poder Executivo Municipal;

II - criar, construir, reformar, manter, deslocar e extinguir escolas municipais de qualquer grau, mediante parecer prévio do Conselho Municipal de Educação;

III - instituir formas ou modalidades de competições desportivas, culturais e outras, quer inframunicipais ou intermunicipais, bem como custeá-las e premiá-las através de recurso previstos no orçamento municipal;

IV - conceder a título de Função Gratificada (FG), percentual de até 100% (cem por cento), sobre o vencimento básico do servidor que desempenhar funções além das exigidas para o cargo, o qual não integrará a base de cálculo para fins de percepção de vantagens ou adicionais que o servidor tiver direito, exceto para cálculo do décimo terceiro e férias, limitado ao número máximo de 5 (cinco), em cada Secretaria Municipal, exceto para a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde que poderão ter o número ampliado para 15 (quinze) funções gratificadas;

V – dividir, sempre que necessário, as Secretarias Municipais em Departamentos e estes em Setores, bem assim, alterar e/ou dar novas denominações, visando melhor adequação, organização e agilidade dos serviços e programa;

VI – constituir e formar comissões e grupos de trabalho no interesse da administração municipal;

VII – regulamentar a forma de teletrabalho dos servidores no âmbito do Poder Executivo para os cargos de provimento em comissão cabíveis de serem exercidos nesta modalidade, nos termos do art. 75-A, e seguintes da Lei Federal nº 13.467/2017.

Art. 41. Os órgãos que compõem a estrutura municipal terão as seguintes siglas:

I – Gabinete do Prefeito – GP;

II – Gabinete do Vice-Prefeito - GVP;

III – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SAF;

IV – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Lazer – SME;

V – Secretaria Municipal da Assistência Social – SAS;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

- VI - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - SAMA;
- VII - Secretaria Municipal da Saúde - SMS;
- VIII - Secretaria Municipal de Transportes e Obras - STO;
- IX - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SSU;
- X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SDT.

Art. 42. O Prefeito Municipal regulamentará, no que couber e conforme a necessidade, por Decreto, a presente Lei Complementar.

Art. 43. Ficam revogadas as disposições contrárias, em especial os arts. 7º, 8º, 9º e 10, da Lei Complementar nº. 40, de 09 de dezembro de 2003, as Leis Complementares nº. 32, de 23 de junho de 2003, nº 067/2006, de 24 de abril de 2006 e nº 079/2007, de 07 de novembro de 2007, nº 106/2010, de 14 de dezembro de 2010, nº 134/2013 de 24 de janeiro de 2013, nº 155/2014 de 08 de abril de 2014, nº 157/2014 de 20 de maio de 2014 e as demais disposições em contrário.

Art. 44. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

ANEXO I – QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
 Com níveis, vencimentos e vagas.

CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)	VAGAS
Secretário Municipal - 40 horas semanal	CC-1	*	8
Consultor Jurídico - 40 horas semanal	CC-2	5.901,56	1
Consultor Jurídico - 20 horas semanal	CC-2	2.950,78	2
Diretor de Escola - 40 horas semanal	CC-3	Para escolas que atendam mais de 151 alunos matriculados.	4
		3.500,00	
		Para escolas que atendam de 76 a 150 alunos matriculados.	
		3.345,67	
		3.193,60	
Diretor de Centro de Educação Infantil (CEI) - 40 horas semanal	CC-4	3.193,60	7
Assessor - 40 horas semanal	CC-5	3.041,52	9
Assessor - 20 horas semanal	CC-5	1.520,76	8
Diretor de Departamento - 40 horas semanal	CC-6	2.139,31	15
Chefe de Setor e de Gabinete - 40 horas semanal	CC-7	1.475,38	15

* Os Secretários Municipais serão remunerados nos termos estabelecidos no §4º do Artigo 39 da Constituição Federal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

ANEXO II – TABELA DE DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO	LOTAÇÃO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Secretário Municipal	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	<p>Ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, compete o planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionadas à educação, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental; cumprir as disposições da legislação pertinente, especialmente do art. 205 e seguintes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da legislação que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estatui o Plano Nacional de Educação; promoverá a instituição do sistema municipal de ensino e do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal, responsabilizando-se por sua execução e fiscalização; manter programas permanentes de profissionalização, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério municipal; coordenar a atuação dos conselhos municipais ligados à educação, à cultura e ao esporte; coordenar a formulação do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, bem como prover sua implantação e execução; atuar em consonância com o sistema estadual de ensino; fomentar projetos de desenvolvimento do esporte amador, do lazer e da integração comunitária; planejar, programar, organizar, amparar, incentivar as práticas esportivas, esporte educacional, de recreação e de lazer do município, inclusive para as pessoas portadoras de deficiência e para a 3ª idade; promover ações de fomento à preservação e valorização da cultura local; desenvolver programas e ações permanentes de forma a debelar o absenteísmo educacional, do conhecimento, da formação e da cultura; coordenar e promover ações de exploração viável e sustentável das potencialidades turísticas, bem como sua integração às ações culturais, especialmente através de eventos de abrangência regional e estadual, sempre com o objetivo de promoção do Município e de suas potencialidades gerais; Zelar pelas estruturas físicas das instituições de ensino e equipamentos destinados ao esporte, cultura e lazer; buscar recursos através de parcerias, programas e projetos voltados para a Educação, Esporte, Cultura e Lazer; investir com responsabilidade e compromisso os recursos municipais destinados a educação. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.</p>
	Secretaria de Saúde	<p>Ao Secretário Municipal de Saúde, compete às atribuições de execução da política, programa, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária; cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial às disposições constitucionais; gerenciar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde; definir diretrizes e cumprir metas, executando prioridades; elaborar e apresentar programas de</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

	Secretaria de Saúde (Continuação)	<p>saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política de vigilância sanitária e epidemiológica; promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública; supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde; gerenciar os programas de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de saúde da mulher, de aleitamento materno, de alimentação e nutrição, de prevenção, controle e assistência aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS; além de outros; representar o Município em conselhos e consórcios intermunicipais, regionais e microrregionais de saúde; manter quadro de pessoal com formação profissional, permanentemente qualificado para o atendimento das demandas de saúde; responsabilizar-se pela gestão do Fundo Municipal de Saúde; acompanhar e executar as normas reguladoras emanadas pelas autoridades de saúde do Governo Federal e Estadual; atuar com perfeita integração com os demais órgãos da estrutura orgânica da Administração Municipal, para a eficácia de implementação e execução de planos, ações e projetos de saúde e de saneamento básico urbano ou rural. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.</p>
Secretário Municipal	Secretaria de Assistência Social	<p>Ao Secretário Municipal de Assistência Social compete entre outras as atribuições de execução das políticas sociais, especialmente daquelas voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social e outra legislação constitucional ou infraconstitucional; gerenciar a atuação dos conselhos municipais cujas atividades estejam voltadas à área social; atuar de forma integrada com os demais órgãos de governo, para atingir as metas e executar as prioridades da assistência social, de forma universalizada a toda a população; estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas à educação e à assistência social; responsabilizar-se pela gestão do Fundo Municipal de Assistência Social; acompanhar as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar dos mesmos direitos e de outros conselhos ligados às respectivas atribuições; coordenar e participar da execução de todos os programas sociais do Governo Federal e Estadual implantados no Município; promover a assistência comunitária, com o envolvimento de jovens, associações comunitárias e outros entes da sociedade cujo fim seja o desenvolvimento de ações sociais e comunitárias; planejar e executar a política habitacional, para atender as demandas na área urbana e rural, atuar juntamente com a Secretaria de Administração e Fazenda na elaboração de projetos para a captação de recursos financeiros para serem investidos, direta ou indiretamente em programas habitacionais; promover censos destinados a identificar as demandas para a melhoria e para a construção de unidades habitacionais;</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Secretário Municipal	Secretaria de Assistência Social (continuação)	disseminar os programas habitacionais do Governo da União e do Estado, ou de organizações da sociedade civil; interagir com os demais organismos municipais no sentido de debelar problemas de saneamento, através da edificação de dependências sanitárias junto às moradias de famílias economicamente mais desprovidas; executar outras atribuições destinadas às melhorias das condições habitacionais da população urbana e rural; integrar suas ações, sempre que possível, com as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.
	Secretaria de Serviços Urbanos	Ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos compete o planejamento e administração dos serviços voltados à manutenção e conservação dos logradouros urbanos, ajardinamento de praças, parques e jardins; a organização, coordenação e administração da coleta de lixo e a promoção de campanhas educativas tendentes a envolver a sociedade em programas voltados à limpeza pública; à manutenção dos cemitérios municipais; a sinalização de trânsito e o desenvolvimento de atividades e ações de saneamento básico; vigilância do patrimônio público. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e demais atividades inerentes à pasta.
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Ao Secretário Municipal de Agricultura compete à titularidade na execução da política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do Município; Fomentar o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, buscando melhor qualidade de vida dos agricultores e seus familiares; Executar obras e serviços de infraestrutura agrícola; Promover serviços e ações de extensão rural, de assistência técnica especializada e de promoção do associativismo rural; Desenvolver atividades, ações, projetos e programas em parcerias com organismos estaduais e federais oficiais ou privados e, juntamente com cooperativas agrícolas e empresas de fomento a produção agropecuária através da integração; Promover e executar a política de educação ambiental; Promover e executar cursos, seminários, palestras de capacitação e de profissionalização dos agricultores, especialmente voltados para a prática da administração da propriedade rural e à agregação de atividades econômicas alternativas junto às propriedades rurais, especialmente a produção de produtos agroecológicos; Atuar em conjunto com os demais órgãos do Governo Municipal, com destaque na execução das políticas educacionais, de saúde e de assistência social; Erradicar a insuficiência estrutural de saneamento junto às propriedades rurais e promover ações e atividades voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.
	Secretaria de Transportes e Obras	Ao Secretário Municipal de Transportes e Obras compete entre outras as atribuições de planejar e gerenciar a execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rodoviária, compreendendo as vias e logradouros



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Secretário Municipal	Secretaria de Transportes e Obras (continuação)	públicos urbanos, praças e parques, cemitérios municipais, as rodovias municipais, os serviços constantes de programas voltados ao atendimento às propriedades rurais e urbanas, o saneamento básico, tanto urbano quanto rural; acompanhar e fiscalizar a execução de obras rodoviárias e de outras obras públicas; superintender a manutenção e a utilização da frota de máquinas e veículos do Governo Municipal; além de outras competências e atribuições inerentes à infraestrutura rodoviária existente e aquela decorrente de sua expansão; atuar de forma integrada com os demais órgãos do Governo Municipal, especialmente com as Secretarias Municipais de Agricultura e de Serviços Urbanos; Coordenar e fiscalizar a execução de obras públicas. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.
	Secretaria de Administração e Fazenda	Ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda compete administrar e executar a política de pessoal e recursos humanos, promovendo treinamentos e cursos de capacitação e qualificação; organizar e controlar a administração patrimonial e de materiais; elaborar o processo legislativo de competência do Poder Executivo, inclusive promovendo a sua publicação; gerenciar o sistema de compras, licitações e contratações, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, mantendo atualizado o cadastro de fornecedores municipais; executar a política de pessoal, a obediência e a aplicação das disposições insculpidas na Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e gerenciar a implantação e operacionalização dos planos de carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal; superintender e coordenar a operacionalização e a aplicação da legislação financeira, contábil e tributária; coordenar a efetivação dos atos de gestão administrativa e financeira; manter, permanentemente, atualizado o cadastro do patrimônio público municipal; superintender a publicação de atos administrativos e de gestão administrativa; Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo compete formular, planejar e implementar a política de fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos setores primário, secundário e terciário do município; Estimular a atração, criação, preservação e ampliação de empresas e polos econômicos; Aprimorar e ampliar as relações da Municipalidade com empresários e entidades públicas e privadas, em nível local, nacional e internacional; Apoiar a comunidade empresarial por meio de planos, programas, projetos, informações, pesquisas e estudos; Estimular o desenvolvimento econômico rural, em especial por meio do fomento à produção agropecuária, incentivos à agroindústria; Constituir convênios de cooperação com instituições e entidades nacionais e internacionais nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, gestão empresarial; Interagir com os demais órgãos da administração municipal, direta e indireta, com o objetivo



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Secretário Municipal	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (continuação)	de implementar programas, projetos e atividades sob a forma de organização matricial; Coordenar as atividades relacionadas com a identificação e captação de recursos para Projetos no âmbito do Município; Promover a execução de projetos de cooperação; Divulgar o Município de Ponte Serrada com vistas à atração de investimentos; Organizar e promover seminários e missões comerciais; Divulgar as potencialidades turísticas de Ponte Serrada, em cooperação com organismos do governo e não governamentais; Promover o intercâmbio com entidades ligadas ao setor e ampliar os fluxos e a permanência dos visitantes na cidade; Apoiar a realização de feiras, exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos municipais, nacionais e internacionais e estimular a formação e o aperfeiçoamento de profissionais da área. Além de gerenciar e supervisionar a equipe e as demais atividades inerentes à pasta.
Consultor Jurídico (20 ou 40 horas semanal)	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	Compete ao Consultor Jurídico assessorar juridicamente o Prefeito, Vice-Prefeito e os titulares dos cargos de chefia, direção e assessoramento nos atos administrativos, exarar pareceres jurídicos em atos administrativos e na elaboração do processo legislativo de competência do Poder Executivo; pronunciar-se sobre a aplicação e aplicabilidade da legislação municipal e da legislação geral de observância obrigatória da Administração Municipal; zelar pela constitucionalidade da legislação, legalidade e legitimidade dos atos de competência do Poder Executivo; promover a representação e defesa jurídica do Município perante o Poder Judiciário; exercer outras atribuições inerentes à especialidade jurídica.
Diretor de Escola	Escolas Municipais de Ensino Fundamental ou de Ensino Fundamental e Médio de Ponte Serrada	Compete ao Diretor de Escola administrar a unidade educacional e seus recursos humanos, materiais e financeiros em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; Coordenar e supervisionar os trabalhos administrativos; Gerenciar a necessidade de materiais e equipamentos da Escola; Zelar pelo patrimônio da Escola; Estabelecer o regulamento da Escola; Gerir e fiscalizar sua equipe de trabalho, escala e atividades dos professores e demais profissionais; Planejar o calendário escolar juntamente com a Secretaria Municipal de Educação; Zelar pelo cumprimento da função social da escola e pela permanência de todos os alunos na Unidade Educativa; Promover a participação das Associações de Pais e Mestres, Associações de Bairro, Conselhos Escolares e demais organizações da sociedade civil no cotidiano da Escola; Zelar pelo cumprimento da legislação em vigor; Solucionar problemas administrativos e pedagógicos de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Educação; Propor e discutir alternativas objetivando a redução dos índices de evasão e repetência; e realizar outras atividades correlatas com a função.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Assessor (20 ou 40 horas semanal)	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer relacionados à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer; Orientar para a garantia e cumprimento da legislação vigente nas áreas da educação, do esporte, da cultura e do lazer; Elaborar projetos que visem o desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Saúde	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados à saúde; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Assistência Social	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados à Assistência Social; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Serviços Urbanos	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados aos Serviços Urbanos; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Agricultura quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados à Agricultura; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Assessor (20 ou 40 horas semanal)	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (cont.)	serviços à população; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Transportes e Obras	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Transportes e Obras quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados ao Transporte e Obras; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Administração e Fazenda	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados à Administração e Fazenda; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Coordenar a organização de atos e eventos oficiais; Manter relacionamento com os entes da imprensa; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Secretário Municipal e demais servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo quanto ao planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionados ao Desenvolvimento Econômico e Turismo; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação pertinente; Recomendar planos, metas e ações com o objetivo de fortalecer os processos internos da Secretaria e melhorar a prestação de serviços à população; Participar na elaboração de políticas de desenvolvimento de atividades econômicas voltadas à geração de emprego e renda; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar a Secretaria nas demais atividades correlatas da pasta.
	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	Compete ao Assessor prestar assessoria político-administrativa ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quanto ao planejamento e execução dos programas e projetos municipais; Orientar e zelar pelo cumprimento da legislação vigente, especialmente no que se refere às atribuições dos chefes do Executivo Municipal previstas na Lei Orgânica do Município; Aconselhar o Prefeito e o Vice em temas políticos e administrativos; Auxiliar na promoção da transparência no município; Elaborar pareceres; Assessorar ao Gabinete nas demais atividades correlatas da área.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Diretor de Centro de Educação Infantil (CEI)	Centros de Educação Infantil do Município de Ponte Serrada	Compete ao Diretor de Centro de Educação Infantil (CEI) administrar a unidade educacional e seus recursos humanos, materiais e financeiros em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; Coordenar e supervisionar os trabalhos administrativos; Gerenciar a necessidade de materiais e equipamentos do CEI; Zelar pelo patrimônio do CEI; Estabelecer o regulamento do CEI; Gerir e fiscalizar sua equipe de trabalho, escala e atividades dos professores e demais profissionais; Planejar o calendário escolar juntamente com a Secretaria Municipal de Educação; Zelar pelo cumprimento da função social do CEI e pela permanência de todos os alunos na Unidade Educativa; Promover a participação das Associações de Pais e Mestres, Associações de Bairro, Conselhos Escolares e demais organizações da sociedade civil no cotidiano do CEI; Zelar pelo cumprimento da legislação em vigor; Solucionar problemas administrativos e pedagógicos de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Educação; e realizar outras atividades correlatas com a função.
	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.
Diretor de Departamento	Secretaria de Saúde	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Saúde, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.
	Secretaria de Assistência Social	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Diretor de Departamento	Secretaria de Assistência Social (continuação)	pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função, sendo que será requisito essencial possuir ensino superior completo para investidura em cargo de direção no CRAS, CREAS ou Abrigo.
	Secretaria de Serviços Urbanos	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Agricultura, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.
	Secretaria de Transportes e Obras	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Diretor de Departamento	Secretaria de Administração e Fazenda	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Compete ao Diretor de Departamento dirigir, coordenar e monitorar a execução das atividades correlatas dos departamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, podendo acumular a direção de até três departamentos simultaneamente, especialmente quanto aos programas, projetos e atividades realizados na pasta; Promover juntamente com o Secretário Municipal as diretrizes governamentais nos departamentos e buscar a resolução de eventuais conflitos internos e externos; Promover a transparência nos departamentos e setores da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Dirigir a organização dos serviços; Instruir os servidores dos departamentos; Representar o Secretário Municipal quando designado; e realizar outras atividades correlatas com a função.
Chefe de Setor e de Gabinete	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os municípios, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Secretaria de Saúde	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Saúde em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os municípios,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Chefe de Setor e de Gabinete	Secretaria de Saúde (continuação)	autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Secretaria de Assistência Social	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Assistência Social em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os munícipes, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Secretaria de Serviços Urbanos	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Serviços Urbanos em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os munícipes, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os munícipes, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
 Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Chefe de Setor e de Gabinete	Secretaria de Transportes e Obras	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Transportes e Obras em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os municípios, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Secretaria de Administração e Fazenda	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Administração e Fazenda em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os municípios, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor da Secretaria, podendo acumular até três setores simultaneamente, assistir diretamente o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração dos setores da Secretaria; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar e coordenar as audiências do Secretário Municipal com os municípios, autoridades e visitantes; agendar e programar atividades e programas oficiais e civicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial da Secretaria; Elaborar e redigir documentos; Ser designado como responsável por espaços públicos, bens móveis e imóveis, sempre que necessário; Chefiar os servidores e atividades dos setores, bem como realizar demais atribuições inerentes à pasta e ao cargo.
	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito	Compete ao Chefe de Setor e Gabinete realizar a função de chefe de setor de Gabinete, assistir diretamente o Prefeito e o Vice-Prefeito do Município em assuntos político-administrativos e de coordenação e supervisão da administração municipal; bem como de coordenar a comunicação oficial; marcar, recepcionar e coordenar as audiências do Prefeito e do Vice-Prefeito com os municípios, autoridades e visitantes; agendar e programar



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Chefe de Setor e de Gabinete	Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito (continuação)	atividades e programas oficiais e cívicos; manter, expedir, arquivar e guardar a correspondência oficial do Município; promover, organizar as reuniões com o colegiado da administração e coordenar todas as ações de representação oficial do Município.
-------------------------------------	---	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

MENSAGEM - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2017.

Exmo. Senhor,

Gilson Damaceno

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA – SC.

Senhores Vereadores,

Cumpre-me encaminhar a Vossas Excelências, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, MENSAGEM referente ao Projeto de Lei Complementar n. 006/2017, que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa do governo municipal e dá outras providências.

Além de atender ao Item nº 11 das Disposições Gerais do **Termo de Ajustamento de Condutas - TAC** (IC – Inquérito Civil n. 06.2016.00007126-9) firmado pelo Município de Ponte Serrada com o Ministério Público de Santa Catarina – Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Serrada em **16/12/2016**, este Projeto de Lei Complementar tem como objetivo reorganizar a estrutura administrativa do governo municipal para formar uma sustentação organizacional que possa dar melhores condições para prestação de serviço público aos cidadãos pontesserradenses.

Ressalta-se que o texto do presente Projeto de Lei foi alvo de reuniões junto à Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Serrada para análise quanto a sua adequação ao previsto no referido TAC.

A reforma proposta além de especificar as atribuições de cada um dos cargos de provimento em comissão, também reduzirá o quantitativo de vagas dessa natureza previstas na Lei Complementar nº 106/2010 e alterações, conforme demonstram as três seguintes tabelas:

TABELA DE CUSTOS CONFORME A LEI VIGENTE (LC N. 106/2010) E ALTERAÇÕES			
CARGO (A)	VENCIMENTO (B)	VAGAS (C)	CUSTO DO CARGO* (BXC)
Secretário Municipal	R\$ 5.787,89	8	R\$ 46.303,12
Consultor Jurídico	R\$ 5.901,56	1	R\$ 5.901,56
Assessor	R\$ 3.041,52	16	R\$ 48.664,32
Diretor	R\$ 2.139,31	35	R\$ 74.875,85
Chefe de Setor e Gabinete	R\$ 1.475,38	40	R\$ 59.015,20
Assistente	R\$ 1.003,26	16	R\$ 16.052,16
CUSTO TOTAL DOS CARGOS COMPLETAMENTE PREENCHIDOS (LC 107/2010)			R\$ 250.812,21
TOTAL DE VAGAS EXISTENTES PELA LEI COMPLEMENTAR N. 107/2010			116

* Custo do vencimento, sem considerar eventuais benefícios como vale alimentação, por exemplo.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

TABELA DE CUSTOS CONFORME O PROJETO DE LEI PROPOSTO				
CARGO (A)	VENCIMENTO (B)	VAGAS (C)	CUSTO DO CARGO* (BXC)	
Secretário Municipal	R\$ 5.787,89	8	R\$	46.303,12
Consultor Jurídico - 40 horas semanal	R\$ 5.901,56	1	R\$	5.901,56
Consultor Jurídico - 20 horas semanal	R\$ 2.950,78	2	R\$	5.901,56
Diretor de Escola**	R\$ 3.500,00	4	R\$	14.000,00
Diretor de CEI	R\$ 3.193,60	7	R\$	22.355,20
Assessor - 40 horas semanal	R\$ 3.041,52	9	R\$	27.373,68
Assessor - 20 horas semanal	R\$ 1.520,76	8	R\$	12.166,08
Diretor de Departamento	R\$ 2.139,31	15	R\$	32.089,65
Chefe de Setor e Gabinete	R\$ 1.475,38	15	R\$	22.130,70
CUSTO TOTAL DOS CARGOS COMPLETAMENTE PREENCHIDOS DO PROJETO DE LEI PROPOSTO			R\$	188.221,55
TOTAL DE VAGAS DO PROJETO DE LEI PROPOSTO				69

* Custo do vencimento, sem considerar eventuais benefícios como vale alimentação, por exemplo.

** Cargo de Diretor de Escola projetado, por prudência, com o vencimento máximo do cargo.

CARGOS CRIADOS	Nº DE VAGAS CRIADAS	CARGOS REDUZIDOS	Nº DE VAGAS REDUZIDAS
Diretor de Escola	4	Assessor - 40 horas semanais	7
Assessor - 20 horas semanal	8	Diretor de Departamento	20
Diretor de CEI	7	Chefe de Setor e Gabinete	25
Consultor Jurídico - 20 horas semanal	2	Assistente	16
TOTAL	21	TOTAL	68

Ressalta-se que o presente Projeto de Lei extinguirá o total de 68 vagas de cargos em provimento em comissão.

Ainda, acompanham o presente documento cópia do supracitado TAC – disponível para acesso público no site do município em notícia datada de 19/12/2016 – bem como do Termo de Reunião realizada com o Promotor, Dr. Djônata Winter, no dia 07/08/2017.

Sendo o que se apresenta, solicitamos que o Projeto de Lei Complementar 006/2017, seja, em **REGIME DE URGÊNCIA**, apreciado e votado por esta Casa Legislativa.

Ponte Serrada, 11 de Agosto de 2017.

Atenciosamente,

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.313

LEI Nº 2.313/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER POR DOAÇÃO UMA ÁREA DE TERRAS, CONFORME ESPECIFICA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL- Prefeito do Município de PONTE SERRADA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo municipal autorizado, nos termos desta Lei, a receber por doação uma área de terras com 1.960,20 m² (um mil novecentos e sessenta virgula vinte metros quadrados), referente imóvel que está sendo loteado, denominado Loteamento Jardim, com uma área total de 35.883,20 m² (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e três virgula vinte metros quadrados) matrícula nº 8.619 e 8.620 do Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada.

Art. 2º - As despesas cartoriais, de notas e registros e demais decorrentes da doação, serão de exclusiva responsabilidade do Município doatário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada (SC),
em 05 de Setembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 008/2017 - FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 008/2017 - FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em locação de banheiros container para a 4ª Festival do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 20/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 20/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 06 de Setembro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 009/2017 - FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 009/2017 - FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização e iluminação para o 4ª Festival do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 21/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 21/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 06 de Setembro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PRG 036/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 036/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de materiais de sinalização para atender as necessidades do departamento de trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 22/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 22/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 06 de Setembro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PRG 041/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 041/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa para Fornecimento e instalação de ACADEMIAS DE GINÁSTICA AO AR LIVRE para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 15:30 horas do dia 22/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:00 horas do dia 22/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 06 de Setembro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1652, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 1652, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso II, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Funcional Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.045 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais):

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Funcional Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.045 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de setembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 083/2017 DE 28/08/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina 47 3545-8700

DECRETO Nº 083/2017 de 28/08/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional:10.301.0025.2.036 – Manutenção de Transferências do SUS – Atenção Básica

(12) 3.1.90.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00TOTAL
..... R\$ 300.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2017 DE 28/08/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 084/2017 de 28/08/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16. DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 15 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

Unidade: 01 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

Funcional: 06.182.0031.2.040 Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

(156) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Órgão: 20 FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Funcional: 04.182.0104.2.052 Manutenção do Fundo de Defesa Civil

(192) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 32.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS

Funcional: 04.123.0009.2.004 Manutenção da Secretaria de Finanças

(17) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00TOTAL
..... R\$ 300.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 085/2017 DE 29/08/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 085/2017 de 29/08/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 - Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(95) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social
(137) 3.3.50.00.00.00.00.00.0130 – Transf. a Instituições privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 310.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 086/2017 DE 29/08/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina 47 3545-8700

DECRETO Nº 086/2017 de 29/08/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.0025.2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
(7) 3.3.90.00.00.00.00.00.0101. – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

TOTAL
..... R\$ 300.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 087/2017 DE 04/09/2017. DECLARA PONTO FACULTATIVO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 087/2017 de 04/09/2017.

Declara Ponto Facultativo âmbito do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º — Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais de Pouso Redondo, no seguinte dia:

- Dia 08 de setembro (sexta-feira) - Ponto Facultativo Municipal;

Art. 2º — O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho caso haja necessidade o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º - Serviços considerados essenciais de urgência e emergência permanecem com horário normal de trabalho, conforme praticado anteriormente.

Parágrafo Único – Sendo ponto facultativo os servidores poderão ser convocados a qualquer momento em caso de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de setembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.673/2017 DE 04/09/2017 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR CESSÃO DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.673/2017 de 04/09/2017

Dispõe sobre autorização para firmar cessão de uso e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Executivo autorizado a firmar Cessão Uso com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pouso da Caixa, São Bernardo e Barra do Aterrado, CNPJ: 02.685.748/0001-09, nos termos do Anexo I, que integra a presente Lei, para que o mesmo utilize, a partir desta data até 31 de dezembro de 2020, um imóvel rural, contendo uma área total de 2.500 m² (dois mil e quinhentos

metros quadrados), situado na localidade de Pouso da Caixa, Pouso Redondo, Santa Catarina.

Parágrafo único — A presente Cessão de Uso poderá ser revogado a qualquer momento, por necessidade da Administração.

Art. 2º — A área de terras que trata o artigo 1º desta lei faz parte de um todo pertencente a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central sob matrícula R-1- 11.718, edificado com uma escola isolada de alvenaria, contendo uma área total de 132,00 m² (cento e trinta e dois metros quadrados).

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de setembro de 2017.

OSCAR GUTZ Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO (ANEXO I)

Termo de Cessão de Uso que Celebram o MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DRE POUSO DA CAIXA, SÃO BERNARDO, E BARRA DO ATERADO

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Antonio Carlos Thiesen, Pouso Redondo, Santa Catarina, portador do CNPJ 83.102.681/0001-26, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. OSCAR GUTZ, brasileiro, residente e domiciliado no centro de Pouso Redondo, Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado o ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DRE POUSO DA CAIXA, SÃO BERNARDO, E BARRA DO ATERADO sociedade civil com sede na localidade de Pouso da Caixa, Pouso Redondo, Santa Catarina, portador do CNPJ 02.685.748/0001-09, representado por seu Presidente, Sr. JOSE SAVIO MARIOTTO, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 463.795.259-04, RG N.º 1.424.144, residente e domiciliado na localidade de Pouso da Caixa, Pouso Redondo, Santa Catarina, doravante denominado CESSIONÁRIO, celebram o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições a seguir discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DOS OBJETIVOS — O presente termo de cessão de uso, que tem por objetivo a promoção e incentivo de atividades culturais, profissionalizantes, desportivas, de lazer e outras, que incrementem o desenvolvimento e integração, a nível comunitário, no município de Pouso Redondo.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO — Incumbe ao Município:

I — Ceder à Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pouso da Caixa, São Bernardo e Barra do Aterado, na forma de Cessão de Uso, a título gratuito, um imóvel rural, contendo uma área total de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), situado na localidade de Pouso da Caixa, Pouso Redondo, Santa Catarina, confrontando ao Norte, em 50,00 metros lineares com terras de Ana Semenkoski; ao Sul, em igual metragem com terras de Sergilio Dionísio da Silva; ao Leste medindo em sua extensão 50,00 metros lineares, com terras pertencentes à Mitra Diocesana de Joinville, e a Oeste, também em 50,00 metros, com terras de Adolfo Agustini. Devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central sob matrícula R-1- 11.718, edificado com uma escola isolada de alvenaria, contendo uma área total de 132,00 m² (cento e trinta e dois metros quadrados).

II — Exercer a devida fiscalização, visando apurar a correta utilização do imóvel cedido ao CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

— Incumbe ao CESSIONÁRIO:

I — Promover e custear as melhorias necessárias no imóvel e edificações, recebidos em Cessão;

II — Manter o imóvel e edificações, recebidos em Cessão, em perfeitas condições, para assim o restituir, completamente desocupado, quando findo ou rescindido o presente Termo de Cessão;

III — Promover, diretamente, os pagamentos das despesas normais do imóvel recebido em Cessão, tais como água, luz, telefone, condomínio, etc.;

IV — Custear integralmente as atividades que venham a ser desenvolvidas, dando integral cumprimento aos objetivos da presente Cessão, nos termos da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUARTA – DAS BENFEITORIAS

Eventuais melhorias arcadas pelo cessionário não lhe darão direito a retenção ou indenização correspondente na vigência do contrato ou após seu término, oportunidade em que passaram a integrar de forma definitiva o patrimônio público.

CLÁUSULA QUINTA — DO FORO — As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda da presente Cessão, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA — DA RESCISÃO — O presente termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante solicitação de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA — Ficará ainda automaticamente rescindido no caso de inadimplemento das condições estabelecidas na Cláusula Terceira, arcando o inadimplente em perdas e danos, além das demais cominações aplicáveis, independentemente de Notificação ou Interpelação Judicial.

CLÁUSULA OITAVA — O presente Convênio terá prazo determinado de duração, com início de vigência na data consignada no presente instrumento e término em 31 de dezembro do ano 2020.

E por estarem as partes de acordo com os termos e condições de presente instrumento, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Pouso Redondo, 04 de setembro de 2017.

OSCAR GUTZ JOSÉ SAVIO MARIOTTO P
Prefeito Municipal Cessionário

TESTEMUNHAS

Nome	Nome
CPF	CPF

Praia Grande

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO Nº.: 05/2017 EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 005/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.181.755/0001-28, com endereço à Rua Vereador Matias Ricardo Paz, nº 420, Jardim Maristela, na cidade de Criciúma/SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o período de 10/09/2017 à 10/08/2018, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil - OSC no valor de R\$ 33.732,00 conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA, desenvolve há mais de 328 anos, atividades voltadas ao acolhimento de pessoas com problemas de alcoolismo e dependência química, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

Praia Grande, 05 de setembro de 2017.

Henrique Matos Maciel

Prefeito Municipal

ÀS 19:00 H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.
PRAIA GRANDE-SC, 05 DE SETEMBRO DE 2017.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2017 - PMPG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 77/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2017 REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, INCLUINDO O SERVIÇO DE TROCA E/OU SUBSTITUIÇÃO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA COMPLETA DOS PNEUS DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS DO DIA 22/09/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:15 HORAS DO DIA 22/09/2017.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 13:00H ÀS 19:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2017 - RP - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS DO DIA 27/09/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 14:15 HORAS DO DIA 27/09/2017.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 13:00

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 06/2017 PARA O TERMO DE COLABORAÇÃO MUNICÍPIO DE PRES. NEREU E CLUBE DE MÃES LAR DA MENINA DE RIO DO SUL.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA n.º06/2017

O Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, n.º 50, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor ISAMAR DE MELO, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO para realização de Termo de Colaboração entre o município e o Clube de Mães Lar da Menina de Rio do Sul nos termos do inciso VI do artigo 30 da lei 13.019/2014, com assinatura prevista para o dia 11/09/2017, obedecendo o prazo de 05 (cinco dias) para impugnação da Dispensa. A retirada das justificativas e plano de trabalho poderá ser no site www.presidentenereu.sc.gov.br, link licitações. Maiores Informações: de segunda a sexta-feira das 08:00 hs às 11:30 hs e das 13:30 hs às 17:00 horas com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, pelo fone/fax (47) 3362-1108.

Presidente Nereu, 05 de setembro de 2017.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2017

Processo Administrativo 06/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com Clube de Mães – Lar da Menina, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.463/0001-06, com sede na rua João Ledra, 2027 - Taboão, cidade de Rio do Sul-SC, Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, declarada de Utilidade Pública Estadual, fundada em 29 de novembro de 1954, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com Clube de Mães – Lar da Menina de Rio do Sul-SC.

PLANO DE TRABALHO E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1. DADOS CADASTRAIS DA PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente Clube de Mães Lar da Menina - de Rio do Sul			CNPJ 85.787.463/0001-06	
Endereço João Ledra, 2027 - Taboão				
Cidade Rio do Sul	U.F. SC	C.E.P. 89.160-000	DDD/Telefone (47) 3525-0459	E.A. Isenta
Nome do Responsável Adilson Antunes				
C.I./Órgão Expedidor 6005979 SSP-SC	CPF 145.554.178-87		Cargo Presidente	
Endereço Rua Jacó Finardi, 1180 – Canta Galo				
Cidade Rio do Sul	U.F. SC	CEP 89.160-000	DDD/Telefone	

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional do Clube de Mães – Lar da Menina, com a finalidade de promover atendimentos de acolhimento familiar de acordo com a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para execução do projeto de atendimento à crianças de 0 (zero) a 18 ambos os sexos, que por algum motivo foram afastado do convívio familiar por determinação judicial.

O presente termo de colaboração tem por objetivo o custeio financeiro proveniente de acolhimento de criança e adolescente.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2 - São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de Acolhimento Familiar, de acordo com o previsto no art. 92 da lei do ECA:

"As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo e equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

§ 1º O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

§ 2º Os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária, no máximo a cada 6 (seis) meses, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins da reavaliação prevista no § 1º do art. 19 desta Lei.

§ 3º Os entes federados, por intermédio dos Poderes Executivo e Judiciário, promoverão conjuntamente a permanente qualificação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente em programas de acolhimento institucional e destinados à colocação familiar de crianças e adolescentes, incluindo membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

§ 4º Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, se necessário com o auxílio do Conselho Tutelar e dos órgãos de assistência social, estimularão o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes, em cumprimento ao disposto nos incisos I e VIII do caput deste artigo.

§ 5º As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades desta Lei.

§ 6º O descumprimento das disposições desta Lei pelo dirigente de entidade que desenvolva programas de acolhimento familiar ou institucional é causa de sua destituição, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, civil e criminal." Baseado nas seguintes legislações:

Estatuto Clube das Mães - Lar da Menina;

Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Lei 12.010/09;

Lei 8.242/91 - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;

Resolução CNAS nº 130 de 15 de julho de 2005 - Norma Operacional Básica - NOB/SUAS;

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

PIA - Plano Individual de Atendimento;

Lei Federal nº. 13.019/14;

Decreto Federal nº. 8.726/2016;

e Decreto Municipal nº. ?/2017.

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a efetivação da Política de Assistência Social,

2.2 - Realizar serviços de atendimento conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;

2.3 - Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº. 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS;

2.4 - Encaminhar à rede regular municipal os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;

2.5 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.6 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.7 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressaltada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.8 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.9 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.10 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Presidente Nereu - SC, anualmente, até o dia 31 de dezembro de cada ano, em relação aos recursos recebidos e aplicados no ano imediatamente anterior;

2.11 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.12 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, mensalmente, no valor equivalente a R\$2.000,00 (dois mil reais), não havendo crianças alojadas.

3.1.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, mensalmente, no valor equivalente a R\$3.000,00 (três mil reais), quando houver crianças alojadas.

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das

exigências contidas no presente Termo, tais como:

- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
- b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
- c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
- d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.7- Para fins de interpretação do item 3.6 entende-se por:

- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
- b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
- c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

Justificativa:

O Clube de Mães - Lar da Menina de Rio do Sul atende nossas necessidades e deveres enquanto município de Pequeno Porte I (Atenção Básica) no que tange a contratar serviços de Alta Complexidade, nesse caso Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Não há como um município como o nosso de 2.304 habitantes custear um serviço dessa proporção. Assim, os municípios pequenos têm como opção se consorciar a municípios de Grande Porte como é o caso Rio do Sul.

Ainda de extrema relevância, Rio do Sul é a sede do Fórum da nossa Comarca judicial.

Sabe-se que o objetivo geral é de oferecer às crianças e adolescentes casa, abrigo, afeto e os cuidados necessários ao desenvolvimento humano, proporcionando formação e condição que lhes assegure, seja durante sua convivência na Instituição ou após seu desligamento definitivo, uma vida normal como a de qualquer jovem de sua idade, uma formação integral que lhes dê condições e meios de assumirem, com responsabilidade, a sua própria vida.

Atualmente a Instituição trabalha de acordo com a Lei 8.069/90, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que extingue o orfanato transformando-o em abrigo misto, no qual a criança e adolescente permanece por período "provisório", até o momento de avaliação de seu processo no Poder Judiciário, encaminhando-o a sua família biológica ou a um lar substituto. Em média o atendimento mensal é de 20 crianças e adolescentes. O trabalho realizado é de manter as condições dignas de sobrevivência, recebendo refeições diárias, auxílio nas tarefas escolares, atendimento técnico de Assistente Social, de Psicólogo, Nutricionista e Pedagoga da Instituição.

Isto Exposto, ante ao apresentado entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, Sr. Isamar de Melo e Secretária municipal de Assistência Social Idemara Ventura Voltolini, recomendando a parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do termo de Colaboração.

Presidente Nereu, 30 de agosto de 2017.

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Rosilene M. de Souza Brand Marcos Aurélio Junior Pinto

Carine M. Dela Beneta

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, com suas alterações.

Trata de Parceria com o Clube de Mães - Lar da Menina de Rio do Sul, que poderá atender o Município, atuando há mais de 50 (cinquenta) anos.

Por tratar de ato administrativo, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. É preciso lembrar que o chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos o chamamento pode ser dispensando, apresentando um rol taxativo no artigo 30, entre estas a do inciso VI, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

...

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Importante consignar que a Constituição Federal inseriu o direito à educação e à saúde no rol dos direitos fundamentais. Estabelece a Lei Maior a responsabilidade do Estado na implementação das referidas políticas (artigos 200 e 196 da CF, respectivamente).

Nesse sentido, reconhecendo a competência municipal bem como a insuficiência do ente público, destaca-se os pareceres técnicos em anexo demonstrando que o município não tem condições de atender diretamente o público mencionado, justificando a necessidade da contratação de organização especializada.

A instituição informou a total impossibilidade continuidade do atendimento, caso não fosse formalizada parceria com a mesma, em decorrência dos altos custos e das dificuldades financeiras enfrentadas pela associação.

Nesse sentido e considerando que o Clube de Mães - Lar da Menina, entidade previamente credenciada, já realizava os serviços de educação e assistência social, analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com esta instituição por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Importante enfatizar a necessidade que, nos termos do artigo 32, § 1º da Lei 13.019/2014, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, o extrato da justificativa da dispensa, deverá ser publicado no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Admite-se a impugnação à justificativa, desde que apresentada antes da celebração da parceria, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável.

Nos termos expostos, a contratação ora dispensada se faz necessário para levar a efeito a parceria com o Clube de Mães - Lar da Menina de Rio do Sul. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil, por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento.

Isto Exposto, ante ao apresentado entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, pelo o dou como aprovada, recomendando a parceria por meio de termo de Colaboração.

Presidente Nereu, 31 de agosto de 2017.

Assessoria Jurídica
MARIMAR ANTONIO CUCCHI
AOB/SC 13.237
AUTORIZAÇÃO

Eu Isamar de Melo prefeito municipal no uso das atribuições, autorizo a parceria com o Clube de Mães - Lar da Menina de Rio do Sul e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Presidente Nereu, 31 de agosto de 2017.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 222, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº. 222, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(39) 3.3.90.00.0.3.0002.0000-	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0002.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	50.000,00
TOTAL GERAL			R\$	50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 05 de setembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 223 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº. 223 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016 e Lei 876, de 17 e maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

UNIDADE: 02.01 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.066 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(194) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(195) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.933,10
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	10.933,10

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 – Manutenção da Assistência Social

MODALIDADE:	(189) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
-------------	--------------------------------	--------------------	-----	----------

FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio		
TOTAL	R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Educação Básica

MODALIDADE:	(196) 3.3.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		5.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0047.2.047 Programa de Melhoramento Genético

MODALIDADE:	(197) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	33.066,90
FONTE DE RECURSO: 03.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		33.065,90
TOTAL GERAL		R\$		55.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RINCESA - SC, 05 de setembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis
 Prefeito Municipal

EXTRATO DE PREGÃO 32.2017 - AUTOMÓVEL CRAS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
 Processo Licitatório 55/2017-PM
 Pregão Presencial 32/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "Aquisição de AUTOMÓVEL NOVO (0 KM), para uso exclusivo do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 19 de setembro de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 05 de setembro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PONTUAÇÃO PROVA DE TÍTULOS, PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2017

RELAÇÃO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

A comissão municipal de auxílio à administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos realizados no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, torna público o AFERIMENTO da pontuação da prova de títulos dos candidatos, pela comprovação de requisitos do referido Edital, conforme abaixo:

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Karine Maria Kuhn	1,75
Evelyn Gnoatto Machado	1,00
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Fátima Priska Eberhardt	0,16
Jaqueline Adriani Dumke	0,21
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO	

CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Cristiane Knob	1,45
Cristiane Maria Bolgenhagen	0,00
Jéssica Júlia Meazza	0,04
PROFESSOR ENSINO INFANTIL - NÃO HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Cristiane Knob	1,45
Jéssica Júlia Meazza	0,04
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Graciele Neumann	1,25
Marciele Dreyer	1,25
Taisa Graciela Sprandel	2,00
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Marinês Philipsen	2,00
Rúbia Taisi Pinheiro	1,25
Silvana Ester Delevatti	2,00
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Paloma Schuerz	2,00
Giovani Macedo	2,00
Ana Paula Bogorni	2,00
Gustavo Andrioli	1,25
Ana Paula Gonçalves	1,25
Jossiel Becker	2,00
Leandro Schein	2,00
Karen Zanetti Bizotto	1,25
Caroline Markus	1,25
Sirlei Rubin	1,25
Elizandra Fontana	0,00
SEGUNDO PROFESSOR - HABILITADO	
CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Leandra Valéria Schultz	2,00
Vera Lúcia Schmitz	2,00
Juliana Both	1,25
Ângela Cristina Both	2,00
Franciele Da Rosa	2,00
Beatriz Martini	2,00
Ana Maria Casagrande Conferri	2,00
Rosamar Mazzoneto	2,00
Camila Regina Kummer Brum	2,00
Patrícia Noll	2,00

Sabrina Banhara	2,00
Elisiane Alves	2,00
Elisandra Dos Reis	2,00
Dionara Decarli	1,25
Sandra Luiza Back	2,00
Juliana Seibel Freddi	2,00
Catiane Regina Lavall	1,25
Deisi Michele Tiecher	1,25
Neiva Maria Becker Bossa	1,25
Jovana Neinas	2,00
Keli Cristina Muller	2,00
Eduarda Noro	2,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO

CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Marta Elena Bernardy Apio	1,25
Géssica Fernandes	1,25
Silene Águeda Etges	1,25
Yeligel Laris Delevatti	1,25
Adenice Maria Winter Noll	2,00
Leandra Valéria Schultz	2,00
Janete Bernardy	2,00
Franciele Da Rosa	2,00
Rosamar Mazzonetto	2,00
Ana Maria Casagrande Conferri	2,00
Vera Lúcia Schmitz	2,00
Sabrina Banhara	2,00
Elisandra Dos Reis	2,00
Daiani Foretti	1,25
Deisi Cristina Da Silva Rockenbach	2,00
Dionara Decarli	1,25
Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	2,00
Ivanete Da Silva	2,00
Aline Cristina Dittrich	2,00
Simone Lauermann	1,25
Daiane Pavin	2,00
Kátia Sirlene Kuhn Dallo	1,25
Juliana Seibel Freddi	2,00
Aline Andréia Spironello	1,25
Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	2,00
Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	2,00
Deisi Michele Tiecher	1,25
Luciane Zanini	2,00
Claudiane Pauli	2,00
Jovana Neinas	2,00
Eduarda Noro	2,00

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

CANDIDATO	PONTUAÇÃO TÍTULOS
Marta Elena Bernardy Apio	1,25
Irene Regina Parmegiani	1,25
Patrícia Bernardi	1,25
Géssica Fernandes	1,25
Ivanete Zimmer	2,00
Tatiane Daniela Sprandel Caramori	2,00
Silene Águeda Etges	1,25
Juliane Kafer	1,25
Karline Elizabete Back	1,25
Janete Bernardy	2,00
Beatriz Martini	2,00
Judite Muller	1,25
Mara De Ré	1,25
Maristela Garlet Muller	2,00
Ângela Cristina Both	2,00
Juliana Both	1,25
Sandra Luiza Back	2,00
Camila Regina Kummer Brum	2,00
Patrícia Noll	2,00
Daiani Foretti	1,25
Deisi Cristina Da Silva Rockenbach	2,00
Elisiane Alves	2,00
Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	2,00
Ivanete Da Silva	2,00
Aline Cristina Dittrich	2,00
Simone Lauermann	1,25
Daiane Pavin	2,00
Kátia Sirlene Kuhn Dallo	1,25
Edinara Aparecida Spézia	2,00
Sueli Conceição Da Silva	1,25
Catiane Regina Lavall	1,25
Aline Andréia Spironello	1,25
Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	2,00
Cleide Luzia Gabriel	2,00
Neiva Maria Becker Bossa	1,25
Claudiane Pauli	2,00
Keli Cristina Muller	2,00
Evandra Barichello	2,00

Os candidatos terão os dias 06 a 08.09.2017 para interpor recurso em face da pontuação da prova de títulos, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Princesa/SC, 05 de Setembro de 2017.

Simone Maria Ludwig Pinheiro
Presidente

Wilderson Rezende de Oliveira
Membro

Margarete Rovedder
Membro

Jane B. Machado
Membro

Neila Hammes
Membro

PORTARIA Nº 187 DE 05.09.2017

Portaria nº 187/2017.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e em cumprimento aos artigos 212, 213, 214, 215 da Lei nº 109, de 28 de Dezembro de 2004.

CONSIDERANDO, a previsão do art. 212 do Estatuto dos Profissionais em educação do Magistério que determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa;

CONSIDERANDO, que é o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, dentre eles, o seu Presidente;

CONSIDERANDO, que a informação trazida pela Secretária de Educação e Cultura sobre a servidora efetiva C.S. de que em: "Várias situações constrangedoras vêm ocorrendo nesses meses, que eu e a diretora estamos observando e conversas particulares são feitas a cada trimestre. Observa-se variação de comportamento por parte da monitora. Também observou-se que a mesma não participa em equipe, não sugere nada para melhorar e faz perguntas sem foco, ou seja, a monitora só sabe trabalhar com rotina fixa, não sendo flexível e questiona quando a rotina é mudada, pois essa causa insegurança. Temos uma preocupação muito grande com a visão que os pais e a comunidade de modo geral têm a respeito da nossa instituição de ensino. Passamos por várias situações que as pessoas nos questionaram, das atitudes da funcionária e a respeito dos pais. Inclusive tivemos uma família que tirou o filho da creche, por ter acontecido segundo relato da mãe para a direção que a criança teria falado que a prof. "Mila fez papa na bunda"! Essa situação foi confirmada com o relato da tia de que seu filho também repete a situação do primo. Vários pais também relatam fatos de que as crianças choram para vir na escola".

CONSIDERANDO, que é de responsabilidade do servidor ocupante do cargo de Monitor de Creche apoiar o educador nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular e responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída da creche, zelando pela sua segurança e bem-estar dentre outras responsabilidades.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Elisângela G. Graf, Diretora de Escola, Roseli F. Scholl, Professora e Nádia Sevald, Professora, do quadro de pessoal estável do Município de Princesa, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos relatados, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando ônus nenhum a administração pública.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 5 DE SETEMBRO DE 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Rio das Antas

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 013/2017

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 013/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2017

A Câmara de Vereadores de Rio das Antas, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Rio das Antas. Empresa Fornecedora: Mercado Andreia Barcaro LMTD ME. Objeto: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (COPA E COZINHA) Valor da compra: R\$ 376,91. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93. Rio das Antas, 26 de Abril de 2017. VALMIR INÁCIO RIGO, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 014/2017

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 014/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

A Câmara de Vereadores de Rio das Antas, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Rio das Antas. Empresa Fornecedora: Mercado Andreia Barcaro LMTD ME. Objeto: jarra elétrica, garrafas térmicas, copos e colheres. Valor da compra: R\$ 263,75. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93. Rio das Antas, 25 de Abril de 2017. VALMIR INÁCIO RIGO, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 015/2017

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 015/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017

A Câmara de Vereadores de Rio das Antas, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Rio das Antas. Empresa Fornecedora: Visual Comunicações, Objeto: placa de acrílico para identificação da Câmara Municipal, Valor da compra: R\$ 897,00. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93. Rio das Antas, 30 de Junho de 2017. VALMIR INÁCIO RIGO, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6484, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 6484, de 05 de setembro de 2017.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 076/2017, de 04.09.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação nº 076/2017.
	Parágrafo único – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS PARA REABILITAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO E VIAS PÚBLICAS E DESOBSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL, DEVIDO A ENCHENTE DE JUNHO/2017. DEFESA CIVIL.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de setembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI 5852

LEI Nº 5.852, de 01 de setembro de 2017.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Ficam suplementadas até o limite de R\$ R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	260.000,00
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	1.090.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01010000	Recursos Educação	R\$	520.000,00
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	130.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 2º Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$

2.000.000,00 (dois milhões), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMB.		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.000.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de setembro 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 86/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS Extrato do Edital de Concorrência Nº 86/2017 Tipo do Julgamento: Menor Preço Tipo de Comparação: Preço Global		
<p>O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Concorrência, com a finalidade de selecionar proposta objetivando CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ÁREA DE 890,73m² - PROGRAMA PROINFANCIA – PROJETO CONVENCIONAL 2 - FNDE, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 09/10/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 09/10/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.</p> <p>Rio dos Cedros, 05 de setembro de 2017.</p>		
ROSELI SAMAGAIA Secretária de Educação		

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.895/2017

DECRETO Nº 3.895/2017

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei: DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado pelo presente Decreto o DESMEMBRAMENTO dos Lotes Urbanos nº (79 e 80) com áreas de (1.000,00m²) cada um, situados na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, e localizados no lado ímpar da Rua Dom Pedro I, esquina formada pela Rua La Salle, objeto da Matrícula 6.131, com área total de "Dois Mil Metros Quadrados" (2.000,00m²) de propriedade de VITORINO CASSOL.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL DESMEMBRADO

Lote "A" P/ Lote Urbano nº (79), situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, e localizado no lado ímpar da Rua Dom Pedro I, distando 30,00 metros esquina formada pela Rua La Salle, com área de "Oitocentos Metros Quadrados" (800,00m²), objeto da Matrícula 6.131, sem edificações; Confrontando:

Ao NOROESTE com o Lote Urbano nº (74), na extensão de 40,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.069;

Ao SUDESTE: com os Lotes "B e D", Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (79), na extensão de 40,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Ao NORDESTE: com a Rua Dom Pedro I, na extensão de 20,00 metros;

Ao SUDOESTE: com o P/ Lote Urbano nº (78), na extensão de 20,00 metros, de Anilda Edigard Dross, Mat.: 716;

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL DESMEMBRADO

Lote "B" P/ Lotes Urbanos nº (79 e 80), (125,00m² e 250,00m²), situados na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, e localizados no lado ímpar da Rua Dom Pedro I, distando 15,00 metros esquina formada pela Rua La Salle, com área de "Trezentos e Setenta e Cinco Metros Quadrados" (375,00m²), objeto da Matrícula 6.131, sem edificações; Confrontando:

Ao NOROESTE com o Lote "B", Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (79), na extensão de 25,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Ao SUDESTE: com o Lote "C", Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (80), na extensão de 25,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Ao NORDESTE: com a Rua Dom Pedro I, na extensão de 15,00 metros;

Ao SUDOESTE: com o Lote "D", Partes restantes dos mesmos Lotes Urbanos nº (79 e 80), na extensão de 15,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL DESMEMBRADO

Lote "C" P/ Lote Urbano nº (80), situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, e localizado no lado ímpar da Rua Dom Pedro I, esquina formada pela Rua La Salle, com área de "Trezentos e Setenta e Cinco Metros Quadrados" (375,00m²), objeto da Matrícula 6.131, sem edificações; Confrontando:

Ao NOROESTE com o Lote "D", Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (80), na extensão de 25,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Ao SUDESTE: com a Rua La Salle, na extensão de 25,00 metros;

Ao NORDESTE: com a Rua Dom Pedro I, na extensão de 15,00 metros;

Ao SUDOESTE: com o Lote "B", Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (80), na extensão de 15,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Lote "D" P/ Lotes Urbanos nº (79 e 80), (75,00m² e 375,00m²), situados na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, e localizados no lado ímpar da Rua La Salle, distando 25,00 metros esquina formada pela Rua Dom Pedro I, com área de "Quatrocentos e Cinquenta Metros Quadrados" (450,00m²), objeto da Matrícula 6.131, sem edificações; Confrontando:

Ao NOROESTE com o Lote "A", Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (79), na extensão de 15,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Ao SUDESTE: com a Rua La Salle, na extensão de 15,00 metros;

Ao NORDESTE: com os Lotes "B e C", Partes restantes dos mesmos Lotes Urbanos nº (79 e 80), na extensão de 30,00 metros, de Vitorino Cassol, Mat.: nº 6.131;

Ao SUDOESTE: com o P/ Lote Urbano nº (78), na extensão de 30,00 metros, de Anilda Edigard Dross, Mat.: 716;

Art. 2º - Esse desmembramento é de responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Samuel Ailton Ristow, CREA/SC 107.026-1, Conforme ART Nº. 6086224-0.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 04 de setembro de 2017.
VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 8558/2017

PORTARIA N 8558/2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder LICENÇA PREMIO à Servidora Pública Municipal, CLEUNICE WEBLER HENSEL, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, pelo período de 03(três) meses, a contar de 04 de setembro de 2017 à 02 de dezembro de 2017, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de setembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8559/2017

PORTARIA N 8559/2017

CONTRATA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Contratar a Servidora Pública Municipal MARCIANE PECH PESSETTO, para exercer as funções de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, MAGISTERIO, 20 HORAS SEMANAIS, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 002/2017, percebendo o vencimento de R\$ 1.149,40 (hum mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos), com vigência a partir de 05 de setembro de 2017 até 02 de dezembro de 2017.

A referida contratação é em substituição a Professora de Educação Infantil CLEUNICE WEBLER HENSEL que se encontra em Licença Premio.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de setembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL Nº 014/2017- PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

Extrato do Edital nº 014/2017- Processo Seletivo nº 004/2017

O Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo nº 004/2017 para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Salto Veloso, com inscrições abertas no período de 06/09/2017 a 06/10/2017 e provas previstas para o dia 14/10/2017, para o cargo de Fisioterapeuta nível Superior e Auxiliar de Limpeza nível Fundamental. Maiores informações constam no inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no mural oficial e site www.saltoveloso.sc.gov.br.

Salto Veloso, 06 de setembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1602, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

LEI Nº 1.602, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E/OU TEMPORÁRIOS, NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, autorizado a arcar com o custeio dos benefícios eventuais e/ou temporários.

Art. 2º. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo artigo 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 3º. Os benefícios eventuais e/ou temporários constituem uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter complementar e temporário, que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, fundamentados nos princípios de cidadania e dignidade da pessoa humana.

§ 1º. O benefício eventual e/ou temporário deve integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas.

§ 2º. O Estado e o município devem garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º. É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º. Terão prioridade na concessão dos Benefícios Eventuais a gestante, a nutriz, a criança, o idoso, a pessoa com deficiência e as famílias; que são residentes em Salto Veloso.

§ 5º. Os benefícios eventuais e/ou temporários não estão restritos a prestações únicas no caso de nascimento e morte, perdas e danos, devem incluir provisões preventivas em casos de calamidades e de outros agravos, e caracterizados como: distributivos, gratuitos

e não sujeitos a condicionalidades ou contrapartidas; desfocalizados da indigência, da idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos e deficiências; desburocratizados; interpretados como direitos e com garantia de divulgação ampla e periódica sobre as condições e a oportunidade para acessá-los e usufruí-los; desvinculados de testes, de meios ou comprovações rigorosas, complexas e constrangedoras.

Art. 4º. Os benefícios eventuais e/ou temporários destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza à manutenção do indivíduo, à função protetiva da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 5º. Os benefícios eventuais e/ou temporários são destinados a todos que deles necessitarem com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES GERAIS PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E/OU TEMPORÁRIOS

Art. 6º. Os benefícios eventuais são ofertados em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e em virtude de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 7º. Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistente social que compõe a equipe de referência que atua no serviço de proteção social básica, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;

II – Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 8º. A inclusão ou alteração dos critérios para acesso aos benefícios eventuais e/ou temporários deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

CAPÍTULO III

DO BENEFÍCIO TEMPORÁRIO EM RAZÃO DO NASCIMENTO

Art. 9º. O benefício eventual em razão de nascimento, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da Assistência Social, a ser ofertado em pecúnia, para atender necessidades advindas do nascimento de membro da família.

§ 1º. O benefício pode ser solicitado a qualquer momento desde que comprovada a gestação em até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 2º. O benefício eventual em razão de natalidade deve ser pago em até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 3º. A morte da criança após o parto não inabilita a família a receber o benefício eventual em razão de natalidade.

Art. 10. O benefício eventual em razão de natalidade atenderá preferencialmente aos seguintes aspectos:

I – necessidades do nascituro ou recém-nascido;

II – apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e

III – apoio à família no caso de morte da mãe.

Art. 11. São documentos essenciais para concessão do benefício por razão de natalidade:

- I – se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar documentos que comprovem a gestação;
- II – se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;
- III – comprovante de residência da gestante pelo período mínimo de 1 (um) ano no município;
- IV – comprovante de rendimentos e gastos da família;
- V – carteira de identidade e CPF do beneficiado;

Art. 12. O valor conferido ao auxílio natalidade será de um salário mínimo vigente na data do requerimento do benefício.

Art. 13. É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no artigo 18, inciso I, alínea g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

CAPÍTULO IV DO BENEFÍCIO EVENTUAL POR MORTE

Art. 14. O benefício eventual concedido em virtude de morte constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia, destinados a reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 15. O benefício eventual concedido em virtude de morte atenderá:

- I – o custeio das necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;
- II – despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- III – transporte funerário.

§ 1º. São documentos necessários para requerer o benefício eventual concedido em virtude de morte:

- I - declaração e/ou certidão de óbito;
- II - comprovante de residência no nome do falecido ou de quem ele comprovadamente residia (familiar, cuidador, instituição de longa permanência para idosos, etc), desde que o comprovante de residência seja do próprio município;
- III - documentos pessoais do falecido e do requerente.

§ 2º. O benefício eventual concedido em virtude de morte será concedido no valor de ½ (meio) salário mínimo vigente na data do óbito.

§ 3º. O benefício eventual concedido em virtude de morte pressupõe a ausência de recursos financeiros para pagamento das despesas inerentes ao funeral, devendo ser solicitado em até 30 (trinta) dias da data do óbito.

§ 4º. O requerimento do auxílio funeral pode ser encaminhado por qualquer membro da família a ser beneficiada.

CAPÍTULO V DO BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO-VIAGEM

Art. 16. O benefício eventual em forma de auxílio-viagem, constitui-se em uma prestação eventual, não contribuição da assistência social, em passagem, de forma a garantir ao cidadão viagem a outros municípios e/ou estados.

Art. 17. O benefício auxílio-viagem obrigatoriamente deverá observar as seguintes condições:

- I – motivo de doença, falecimento de parentes, consanguíneo ou afim, que residam em outras cidades e/ou estados;
- II – necessidade de acompanhar crianças, idosos e pessoas com deficiência física ou mental;
- III – necessidade de acompanhar a pessoa em caso de doença;
- IV – necessidade de tratamento de saúde fora do município de Salto Veloso;
- V – indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social

e que necessitem retornar à sua cidade de origem.

Art. 18. O benefício auxílio-viagem em hipótese alguma incluirá despesas com alimentação decorrentes da viagem.

CAPÍTULO VI DO BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 19. O benefício eventual e/ou temporário, na forma de auxílio alimentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em alimentos, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos com qualidade e quantidade de forma a garantir uma alimentação saudável com segurança às famílias beneficiárias.

Art. 20. O alcance do benefício de auxílio alimentação é destinado à famílias beneficiárias e terá preferencialmente os seguintes critérios:

- I – insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável com qualidade e quantidade;
- II – desemprego, morte /ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;
- III – nos casos de emergência e calamidade pública.

Art. 21. O benefício de auxílio alimentação em hipótese alguma será repassado ao beneficiário em forma de pecúnia (dinheiro em espécie).

CAPÍTULO VII DO BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO REFORMA

Art. 22. O benefício eventual e/ou temporário, na forma de auxílio reforma, constitui-se uma ação da assistência social, na concessão de auxílio financeiro para reformas da moradia das famílias de baixa renda que não dispõem de instalações e condições adequadas de habitação em suas moradias.

Art. 23. O valor do auxílio reforma será de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), incluídos neste cálculo o custo físico de material, mão de obra e ou mão de obra e material.

Parágrafo Único. O valor disposto no caput deste artigo será reajustado anualmente no mês de Janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Art. 24. A liberação dos recursos será efetuada diretamente da tesouraria do município para o prestador de serviço ou fornecedor de materiais utilizados na reforma.

Art. 25. O auxílio reforma obrigatoriamente será concedido mediante abertura de processo administrativo simplificado com cadastramento, requerimento, documentos pessoais, comprovantes de renda, titularidade do imóvel, orçamento da reforma, estudo sócio econômico e parecer social.

Art. 26. O cadastramento e requerimento das famílias serão realizados pela proteção básica do município, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 27. Somente serão beneficiadas com auxílio reforma, as famílias que residirem no município por um período mínimo de 2 (dois) anos e que possuem casa própria com renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos ou ½ (meio) salário mínimo per capita.

CAPÍTULO VIII DO BENEFÍCIO EM CASO DE RISCOS, PERDAS E DANOS

Art. 28. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material; e
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único: Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, sendo sua concessão regulamentada por decreto específico.

CAPÍTULO IX

DOS BENEFÍCIOS EM CASO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 29. Para o atendimento em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública, o benefício eventual e/ou temporário deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do art. 22 da Lei 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 2011.

§ 1º. A situação de emergência é caracterizada por alteração intensa e grave das condições em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo, parcialmente sua capacidade de resposta.

§ 2º. O estado de calamidade pública é caracterizado pela alteração intensa e grave das condições do município, decretada pelo Chefe do Poder Executivo em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

§ 3º. Tais situações podem ser advindas de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

§ 4º. A concessão de itens de ajuda humanitária da Defesa Civil depende do reconhecimento do poder público, via decreto municipal, o que não ocorre com os benefícios eventuais e temporários, que podem ser concedidos mediante necessidade da população e regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§ 5º. A gestão municipal deverá observar para não haver sobreposição de itens de ajuda humanitária e benefícios eventuais e/ou temporários, mediante trabalho integrado da Política de Defesa Civil e Assistência Social.

Art. 30. Nas situações de calamidade pública os benefícios serão concedidos mediante a constatação de que a pessoa foi afetada pela situação anormal na forma prevista no artigo 30.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os benefícios eventuais e/ou temporários serão encaminhados pelos serviços da rede socioassistencial pública e concedidos por servidor autorizado, conforme previsão no artigo 7º desta lei, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária, obedecendo aos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 32. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais e/ou temporários

da assistência social.

Art. 33. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transporte de doentes, leite ou dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 34. A família ou pessoa beneficiada com os benefícios eventuais e/ou temporários deverá ser encaminhada para cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO.

Parágrafo único: A inclusão da família ou pessoa beneficiada no CADÚNICO não deverá constituir critério para acesso aos benefícios.

Art. 35. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social no município:

I - coordenar e avaliar a prestação dos benefícios eventuais e/ou temporários, bem como o seu financiamento;

II - elaborar as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais e/ou temporários;

III - manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, registro do CADÚNICO, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

IV - promover ações permanentes de ampla divulgação dos benefícios eventuais e/ou temporários e seus critérios de concessão;

V - prever dotação orçamentária anual para concessão dos benefícios elencados nesta Lei;

Art. 36. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Estado e ao município, informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, as Leis Municipais nº. 1.211/2006, 1.308/2009, 1.310/2009, 1.385/2010 e 1.417/2011.

Salto Veloso/SC, 05 de setembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO N° 72/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 72/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2017

REGISTRO DE PREÇO N° 08/2017

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 72/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 59/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição de peças originais novas de primeira qualidade e mão de obra especializada, destinadas para reposição e reparos em veículos de diversas secretarias do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 20 de setembro de 2017. Abertura das propostas as 08h45min do dia 20 de setembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 05 de setembro de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE ATA DE PARECERES DIVERSOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2017 – ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ATA DE PARECERES DIVERSOS

Edital nº 073/2017 – Pregão Presencial

Análise de Impugnação

Às quatorze horas do dia quatro de Setembro de dois mil e dezessete, após análise do parecer jurídico quanto ao pedido de Impugnação do Edital nº 073/2017- Pregão Presencial, que tem objeto a contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporário de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta, a Pregoeira e os membros da equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, designados pelo decreto Nº 003/2017 de 09 de Janeiro de 2017, reuniu-se com o objetivo de analisar os termos do Pedido de Impugnação apresentado pela empresa Betha Sistemas LTDA e análise do parecer jurídico desta Prefeitura. Manifestando-se nos seguintes termos:

1. O pedido apresentado pela empresa Betha Sistemas LTDA, requer a revisão do edital para que haja congruência técnica a fim de evitar favorecimento de determinadas empresas que não disponham de soluções completamente padronizadas.

2. DA DECISÃO: Certifica-se que a recorrente protocolou seu pedido de impugnação ao edital no prazo concedido, todavia, em que pese os argumentos lançados, a Pregoeira e os membros da equipe de apoio acolhem parcialmente as considerações da impugnante. Com relação ao questionamento sobre o direcionamento do certame, não se vislumbra qualquer indício de direcionamento, até porque, nesta fase não há nenhuma empresa habilitada. Quanto à outra alegação, se entende relevante de que os requisitos tecnológicos deveriam ser aplicados a todos os sistemas, e que se tais exigências fossem acrescentadas ou suprimidas, não trariam qualquer prejuízo formal, em conformidade com parecer jurídico desta municipalidade. A Pregoeira e os membros decidem pela retificação do edital, com a efetiva e substancial correção do texto editalício.

3. O Edital retificado será publicado no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira determinou o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelo Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio.

Santa Rosa do Sul, 04 de Setembro de 2017.

Luana de Souza Pereira

Pregoeira

Fábio de Souza Machado

Membro Equipe de Apoio

Célia Caetana Paulo de Borba Roxo

Membro Equipe de Apoio

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 211/2017

DECRETO Nº. 211/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado do cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: RODRIGO ALEXANDRO PEROSSO

CARGO: DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NÍVEL: CC-02

CODIGO: 1027

LOTAÇÃO: Departamento de Gestão e Desenvolvimento Econômico

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 05 de Setembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO PREÇOS Nº. 50/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 74/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 20 de setembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a Locação de impressoras e copiadoras com necessidade aproximada de 04 máquinas para instalação em diversos setores, com garantia permanente sem custo de manutenção de peças e suprimentos, troca de máquina em casa de avaria, conexão USB, equipamento multifuncional digital laser, monocromática, com funções de copiadora, impressora e scanner acompanhada de estabilizador de voltagem. O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezinha-progresso.sc.gov.br ou também pelo e-mail: compras@staterezinha-progresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 06 de setembro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2017

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Processo n. 65/2017

Tomada de Preço 05/2017

AIRTON KERBES - ME (Cursiva Assessoria e Consultoria), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº. 20.612.829/0001-52, sediada na Rua Anir Zauza, nº. 136, centro de Nova Itaberaba/SC, representada por seu administrador, Sr. AIRTON KERBES, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 733.719.550-87, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2856211, residente na Rua Carlos Dalchiavon, nº. 09, centro de Nova Itaberaba/SC, com fulcro no item 7.1.1 do Edital da licitação e artigo 109, da Lei 8.666/93, vem, tempestiva e respeitosamente, à preclara presença de Vossa Excelência, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra ato da Comissão de Licitações do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC que, indevidamente, decidiu por sua inabilitação no processo licitatório em epígrafe, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

I – DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A recorrente, empresa atuante no ramo de organização de concursos públicos e processos seletivos, participa de diversas licitações, sempre primando pelo respeito às regras e princípios do direito administrativo, notadamente, os previstos no artigo 37, da Constituição Federal, e à legislação atinente à matéria.

Nesta condição, no dia 24 de agosto do presente ano, a recorrente participou do Processo Licitatório nº. 65/2017, Tomada de Preços para Compras e Serviços nº. 05/2017, realizada pelo município de Santa Terezinha do Progresso/SC, objetivando a contratação de serviços especializados para realização de Concurso Público, conforme se verifica no item 2 do instrumento convocatório.

Destarte, devidamente cadastrada e cumprindo com todos os requisitos de habilitação, a ora recorrente compareceu à sessão pública obedecendo aos prazos e horários estipulados e credenciando seu representante/procurador.

Além da recorrente, requereram habilitação para a licitação as seguintes empresas: Alternative Concursos Eireli ME, Scheila Aparecida Weiss ME e EPL Empresa Paranaense de Licitações Ltda EPP, sendo que esta última não se fez representar na sessão, tendo apenas enviado os envelopes por correio.

Na sessão, a comissão de licitações procedeu a abertura dos envelopes de habilitação das licitantes, sendo os documentos neles constantes devidamente examinados e rubricados pelos membros da comissão e pelos representantes das empresas presentes à sessão. Após, a sessão acabou suspensa pelo pregoeiro.

Na sequência, a comissão de licitações, novamente reuniu-se para reexame da documentação, ocasião em que decidiu pela habilitação apenas da empresa Scheila Aparecida Weiss ME, inabilitando

as demais interessadas, conforme Ata de Recebimento e Abertura de documentação nº. 3/2017 (Sequência: 3) - documento em anexo -, a qual se transcreve abaixo:

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete, às 11 horas, reuniram-se os membros da comissão permanente de licitações do Município de Santa Terezinha do Progresso, a fim de realizar reexame da documentação de habilitação apresentada no Processo Licitatório nº.65/2017, Tomada de Preços nº. 05/2017. Após reanálise verificou que a empresa ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME apresentou documentação em desconformidade com o exigido nas alíneas "d" e "e", do item 5,4, do edital, sendo considerada inabilitada A licitante AIRTON KERBES ME, não apresentou a Prova de Regularidade relativa ao FGTS, exigida no item 5.3, alínea "e" do edital, sendo considerada inabilitada. A Licitante EPL – EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES LTDA, não apresentou Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pelo município, conforme exigido no item 5.3, alínea "g" do edital. A licitante EPL – EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES LTDA, não se fez representar, apenas enviou envelope, sendo que o envelope da documentação encontrava-se aberto, contendo uma solicitação na parte externa, para inclusão do CRC do Município, estando em desacordo com o item 5.1 do edital, sendo a licitante EPL – EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES LTDA considerada inabilitada pelos motivos expostos. A Licitante SCHEILA APARECIDA WEISS ME, foi considerada habilitada. Após intimadas as licitantes, será concedido prazo recursal de cinco dias úteis, conforme artigo 109, inciso I, da Lei nº.8.666/93. Nada mais havendo se constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pela comissão.

Segundo consta na citada ata, em relação especificamente a ora recorrente, esta foi inabilitada ao argumento de que, supostamente, não teria apresentado a prova de regularidade relativa ao FGTS, exigida no item 5.3, alínea "e", do edital.

Ora, desde logo é necessário apontar a evidente irregularidade dos atos praticados pela administração municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, ante a nulidade de diversas cláusulas do edital, bem como de sua inapropriada interpretação, de forma a restringir a competitividade e, por consequência, violar princípios aplicáveis à matéria, em especial, o do melhor interesse público.

Quer dizer, conforme demonstrar-se-á na sequência do presente petição, a inabilitação da ora recorrente não se justifica. A uma porque a empresa apresentou toda a documentação necessária a sua habilitação, inclusive o comprovante de regularidade relativo ao FGTS, atendendo a todas as exigências editalícias, tanto é que todos os presentes à sessão do dia 24/08/2017, inclusive membros da comissão de licitações, realizaram a conferência dos documentos, não sendo verificada qualquer irregularidade na documentação da recorrente.

Ou seja, todos os presentes à sessão – representantes das empresas e membros da comissão de licitações – fizeram minuciosa análise a documentação de habilitação apresentada pela recorrente e não houve qualquer menção a falta de comprovação de regularidade relativa ao FGTS. Assim, é forçoso que se reconheça que o documento foi devidamente apresentado no momento oportuno.

A duas porque, mesmo que tal documento não tivesse sido apresentado na sessão pública, o que não se admite, mas argumenta apenas por amor ao debate, deve ser habilitada a recorrente, eis que o documento relativo a regularidade com o FGTS já havia sido apresentado anteriormente, no momento do cadastramento, sendo dispensada, portanto, sua reapresentação, desde que válido o CRC.

É dizer, a melhor interpretação da legislação vigente sobre a matéria, impõe o reconhecimento de que a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) dispensa a nova exibição de

documento que já foi entregue no momento do cadastro, desde que estejam dentro do prazo de validade.

Portanto, é o caso de ser habilitada a recorrente, com o prosseguimento do certame em seus ulteriores termos, procedendo-se à abertura dos envelopes de propostas, até a final adjudicação do objeto e homologação do procedimento.

II – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

a) Da irregularidade na inabilitação da empresa Airton Kerbes –ME:

Pois bem, como dito, o município de Santa Terezinha do Progresso/SC deflagrou licitação na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de empresa para realização de concurso público. Destarte, recebidos os envelopes de habilitação e proposta, a comissão de licitação decidiu por habilitar apenas a empresa Scheila Aparecida Weiss ME, de modo que restaram inabilitadas todas as demais proponentes, inclusive a ora recorrente.

Com efeito, a inabilitação da recorrente mostra-se inadequada, sendo ato de extremo formalismo por parte da municipalidade, porquanto a empresa apresentou o devido certificado de registro cadastral, o que supre a suposta ausência de certidão de regularidade relativa ao FGTS (item 5.3, "e", do edital).

No ponto, desde logo, mostra-se importante lembrar o que preceitua o artigo 22, parágrafo 2º, da Lei 8.666 de 1993, segundo o qual, in verbis:

Art. 22. São modalidades de licitação:

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Da simples leitura do dispositivo legal acima, é possível concluir que, como se sabe, nesta modalidade de licitação, em regra, participam interessados devidamente cadastrados ou outros que atenderem as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

Decorre da lei, ainda, a imposição de que a empresa interessada, ao fazer o registro cadastral, deve atender a todas as exigências previstas no art. 27 da Lei nº. 8.666/93, que são os requisitos para habilitação em qualquer modalidade de licitação, conforme se extrai do artigo 35 do mesmo diploma legal.

Art. 35. Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do art. 27 desta Lei.

Dentre tais documentos, está a prova de regularidade do FGTS. Veja-se:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (...)

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Mais do que isso, considerando que a tomada de preço é modalidade de licitação que se dá entre interessados devidamente cadastrados, ou que atenderam todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (Lei 8.666/93, art. 22, §2º), bem como que para o

cadastro os interessados devem comprovar o atendimento a todas as exigências constantes nos artigos 27 e seguintes da mesma lei, não há dúvidas de que a apresentação do CRC válido substitui, para efeito de habilitação, os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei 8.666/93.

É o que dispõe o § 2º, do artigo 32 da Lei 8.666/93:

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Sendo assim, não restam dúvidas de que a apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido substitui o documento referido no item 5.3, alínea "e", do Edital, motivo pelo qual a inabilitação da ora recorrente representa violação às regras aplicáveis ao certame, aos direitos da proponente e ao melhor interesse público, o que, como dito anteriormente, não se pode admitir que aconteça.

No caso, é de se reconhecer que, tratando-se de tomada de preços, não é exigível a nova apresentação do documento que levou à errônea inabilitação da ora recorrente, eis que esta apresentou o Certificado de Registro Cadastral.

A atitude da administração pública, ao exigir da recorrente a apresentação de documento que já foi anteriormente exigido para a obtenção do Certificado de Registro Cadastral, reveste-se de formalismo excessivo, não havendo razão para sua exclusão do certame, devendo ser corrigido o equívoco ora apontado.

De todo o exposto, é necessário que se reconheça que a Administração exigirá do licitante cadastrado apenas os documentos de habilitação que não constem do respectivo Certificado de Registro Cadastral (CRC).

Para evitar tautologia, basta que se diga que a melhor interpretação da legislação vigente, em especial das disposições constantes no art. 32, §§2º e 3º, da Lei de Licitações, leva à inarredável conclusão de que o CRC substitui os documentos já apresentados no momento em que a licitante solicita sua inscrição.

Sendo assim, não se nega que a inscrição no CRC não possui o condão de substituir toda a documentação de forma automática. Porém, tal documento substitui sim os documentos já apresentados pelo interessado para comprovar sua regularidade por ocasião da inscrição. No caso, o comprovante de regularidade relativo ao FGTS já foi devidamente apresentado pelo recorrente à administração.

Ora, tal entendimento encontra-se sedimentado pelo próprio Tribunal de Contas da União, conforme se verifica na obra Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU, da qual se colhe o seguinte ensinamento:

Apresentação de certificado de registro cadastral em substituição a determinados documentos é faculdade que a Lei de Licitações confere ao licitante. Deve ter ampla divulgação e estar permanentemente aberto aos interessados o registro cadastral. A unidade responsável pelo cadastro está obrigada a proceder a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados. O chamamento deve ser feito anualmente na imprensa oficial e em jornal diário, no mínimo. Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização, o interessado deve fornecer os elementos necessários à satisfação das exigências de habilitação previstas na Lei nº 8.666/1993. Será fornecido certificado aos inscritos, renovável sempre que atualizarem o registro. Certificado

de registro cadastral pode substituir os documentos de habilitação quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado (Grifei).

Nesse sentido, colhe-se a lição do exímio professor Marçal Justen Filho:

A conjugação das disposições dos §§ 2º e 3º do art. 32 conduz à conclusão de que o Certificado de Registro Cadastral pode substituir todos os documentos de habilitação, mas apenas na medida em que as informações disponíveis abrangem a área de qualificação pertinente ao objeto licitado. Isso significa que, de modo genérico, a grande utilidade dos Cadastros reside na documentação dos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal. Já a qualificação econômico-financeira e técnica poderá ser parcialmente satisfeita por meio das informações contidas no Cadastro, mas sempre haverá a potencialidade da exigência de outros documentos, pertinentes ao objeto concretamente licitado. Portanto, a inscrição cadastral não substitui, de modo automático, toda a documentação exigida nos arts. 28 a 31. A eficácia do Certificado de Registro Cadastral é determinada pelos estritos limites que o particular comprovou por ocasião da inscrição. Normalmente, o particular apresenta documentos relacionados a habilitação jurídica e regularidade fiscal. Eventualmente, comprova qualificação econômico-financeira. A qualificação técnica apenas é investigada em termos mais restritos e de pouca extensão. Dito de outro modo, o Certificado de Registro Cadastral pode substituir apenas os documentos já apresentados por ocasião do cadastramento. Ressalte-se que, em termos estritos, não há dispensa de comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação. Apenas se faculta que a comprovação faça-se em momento anterior e, eventualmente, em face de outros órgãos administrativos. Portanto, não se faz muito sentido uma pergunta que é usualmente realizada. Costuma-se indagar quais os documentos que o CRC "substitui". A pergunta pressupõe uma avaliação incompleta da questão. O CRC, rigorosamente, não substitui documento algum. A obtenção do CRC demanda a apresentação de determinados documentos. Apresentados uma vez à Administração e obtido o CRC, torna-se dispensável renovar a apresentação. Logo, a resposta para a pergunta seria: o CRC dispensa a apresentação de todos os documentos que já foram apresentados. Em suma, o CRC não produz vantagem para o licitante – a não ser aquela de dispensar a necessidade de renovar a apresentação de documentos que já tinham sido apresentados em ocasião anterior. (Grifei).

O CRC, então, dispensa a documentação que já foi entregue no momento do cadastro e desde que dentro do prazo de validade. Com efeito, a documentação exigida pela administração licitante para o deferimento do CRC é dispensada de ser incluída no envelope de habilitação, desde que esteja válido na data de abertura das propostas e tenha sido emitido pelo órgão licitador em questão. Daí a irregularidade do procedimento ora adotado pela administração, no caso em tela.

Por fim, é importante dizer que, embora não exista no edital nenhuma menção aos documentos dispensáveis de apresentação em decorrência do registro cadastral, tal defeito no instrumento convocatório não deve prejudicar a licitante. Quer dizer, a imperfeição técnica existente no edital não pode trazer prejuízo aos licitantes que apresentaram todos os documentos de habilitação exigidos no edital.

O que não se pode admitir é que o município licitante deixe de aceitar o Certificado de Registro Cadastral por ele emitido em substituição aos documentos já apresentados para sua obtenção, embora válido e atendidos os requisitos legais.

Até mesmo porque a recorrente não pode deixar de questionar a forma como foi conduzido o procedimento até o momento, eis que

a sua documentação de habilitação foi detidamente analisada por todos os presentes à sessão pública realizada no dia 24 de agosto de 2017, onde foram os documentos conferidos e rubricados, sem que qualquer irregularidade fosse apontada pelos representantes das licitantes ou pelos membros da comissão de licitações. Ora, é, no mínimo, estranho que os documentos tenham sido conferidos por diversas pessoas e, posteriormente, após a suspensão da sessão, tenha desaparecido uma certidão.

Tal situação, caso seja mantida a inadequada inabilitação da proponente, deverá ser melhor elucidada através dos procedimentos cabíveis para tanto.

Dito de outro modo, reitera que o Certificado de Registro Cadastral substitui os documentos já apresentados por ocasião do cadastramento!

Deste modo, é o caso de ser deferida a habilitação da recorrente para que seja aberta e julgada sua proposta e, caso tenha ofertado o menor preço em atendimento ao edital, seja, ao final, declarada vencedora, com a adjudicação do objeto em seu favor e a homologação do certame, o que, desde já, se requer.

b) Do acerto na inabilitação das demais licitantes:

Oportunamente, desde logo, faz-se necessário dizer que, no entendimento da ora recorrente, a decisão de inabilitar as empresas EPL e Alternative foi acertada e encontra-se em sintonia com o que prevê o edital e a legislação.

Em relação a primeira, basta dizer que esta sequer apresentou o necessário CRC com os documentos de habilitação, solicitando que fosse juntado pela administração, o que, data vênia, não se pode admitir, eis que o edital exige expressamente que o certificado seja colocado no envelope de habilitação a ser entregue lacrado antes do início da sessão, o que incumbe apenas à proponente.

Como se não bastasse, é acertada a decisão de inabilitar a citada empresa também pelo fato de ter apresentado/encaminhado o envelope de documentação aberto, fato que, por si só, impede sua aceitação pela administração pública.

No tocante a segunda, é evidente que deixou de cumprir com a exigência do item 5.4, alíneas "d" e "e", do edital, ao não apresentar a necessária certidão, substituindo-a por espelho de consulta feita pela internet, o que também não pode ser aceito. No ponto, lembra-se que tal documento não foi apresentado para obtenção do CRC, devendo ser mantida a inabilitação também para tal empresa.

Enfim, no ponto, a ora recorrente apenas registra que concorda com a inabilitação das empresas EPL e Alternative, requerendo a manutenção da decisão que as inabilitou. A situação, em caso de apresentação de recurso por qualquer das citadas empresas, será pormenorizadamente analisado em sede de contrarrazões, nos termos do que preceitua o art. 109, § 3º, da Lei 8.666/93.

III – DA CONCLUSÃO E DOS REQUERIMENTOS

Logo, tendo a proponente apresentado toda a documentação exigida no momento em que obteve seu cadastramento, estava ela dispensada de apresentá-la novamente no envelope de habilitação, razão pela qual deve a comissão de licitações habilitar a ora recorrente, eis que os fatos que justificaram sua inabilitação, conforme demonstrado acima, não se sustentam, ferindo de morte a legislação pátria e indo de encontro ao melhor interesse público, eis que restringem a competição e são claramente equivocados e desproporcionais.

Diante do exposto, conclui-se que a inabilitação da recorrente é

descabida, violando os princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, devendo ser revista tal decisão, para que prossiga o certame em seus ulteriores termos.

Assim, considerando a situação aqui demonstrada, requer:

a) O recebimento do presente recurso administrativo e, após os trâmites legais, seu integral provimento, a fim de que seja reconsiderada a decisão ora combatida e, por consequência, seja declarada habilitada a recorrente, prosseguindo-se o certame em seus ulteriores termos, até a contratação da empresa que melhor atenda ao interesse público e à legislação vigente;

b) Não sendo revista a decisão de inabilitação, que seja o presente recurso encaminhado, devidamente informado, à autoridade superior, para que, após análise das razões expostas, seja devidamente habilitada a empresa recorrente, prosseguindo-se para a abertura de sua proposta de preço e, ao final, caso apresente a oferta que melhor atende ao interesse público, que seja declarada vencedora do certame, por ser a medida da mais lúdima e esperada justiça;

c) Ainda, pugna pela manutenção da decisão no tocante a inabilitação das empresas EPL – EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES LTDA e ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME, eis que não cumpriram com o edital.

d) Oportunamente, caso o município de Santa Terezinha do Progresso/SC considere necessário, que diligencie no sentido de complementar a instrução do processo, sanando eventuais dúvidas em respeito à competitividade;

e) Não sendo este o entendimento do município, o que não espera que aconteça, mas admite apenas por gosto à lide, pugna pelo encaminhamento dos autos à Promotoria de Justiça da Comarca para análise e deliberação, bem como, pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que pede e espera deferimento.

Nova Itaberaba/SC, 01 de setembro de 2017.

AIRTON KERBES

Santiago do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N. 869/2017 – DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 86.120,00 (Oitenta e seis mil cento e vinte reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Câmara Município de Vereadores
Órgão: 01.00 – Câmara Municipal de Vereadores
Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores
Função: 01 – Legislativo
Subfunção: 031 – Ação Legislativo
Programa: 001 – Processo Legislativo
Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (3) R\$ 55.000,00
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (5) R\$ 31.120,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 86.120,00 (Oitenta e seis mil cento e vinte reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento
Programa: 002 – Gestão Administrativa Superior
Ação: 1.003 – Aquisição de Veículos
Projeto: 1.003 – Aquisição de Veículos
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (189) R\$ 5.100,00

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 004 – Administração Geral
Ação: 2.007 – Capacitação de Servidores
Atividade: 2.007 – Capacitação de Servidores
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (27) R\$ 4.500,00

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 011 – Esporte É Saúde
Ação: 2.026 – Manutenção Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
Atividade: 2.026 – Manutenção Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (77) R\$ 3.000,00

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 016 – Proteção Social Básica
Ação:1.018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para o CRAS
Projeto: 1.018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para o CRAS
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (83) R\$ 5.000,00
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 015 – Gestão da Política de Assistência Social
Ação: 2.070 – Manutenção Prédio e Instalações do Centro Integrado de Saúde e Lazer
Atividade: 2.070 – Manutenção Prédio e Instalações do Centro Integrado de Saúde e Lazer
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (101) R\$ 3.000,00
Unidade Orçamentária: 05.03 – Fundo Municipal de Infância e Adolescência
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 018 – Atendimento às Crianças e Adolescentes
Ação:2.043 –Manutenção das Atividades do FIA
Atividade: 2.043 –Manutenção das Atividades do FIA
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (104) R\$ 8.000,00
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (105) R\$ 1.000,00
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social
Função: 16 – Habitação
Subfunção: 482 – Habitação Urbana
Programa: 019 – Habitações Urbanas
Ação: 1.022 – Aquisição de Imóveis
Projeto: 1.022 – Aquisição de Imóveis
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (107) R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Função: 17 – Saneamento
Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 021– Santiago Viver Melhor
Ação: 1.024 – Construção, Obra Destino e Tratamento do Esgoto
Projeto: 1.024 – Construção, Obra Destino e Tratamento do Esgoto
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (110) R\$ 1.000,00
Ação: 1.025 – Construção e Ampliação de Rede Águas Pluviais
Projeto: 1.025 – Construção e Ampliação de Rede Águas Pluviais
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas

(111) R\$ 12.000,00
 Função: 15 – Urbanismo
 Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana
 Programa: 021– Santiago Viver Melhor
 Ação: 1.027 – Construção e Ampliação Rede de Energia Elétrica
 Projeto: 1.027 – Construção e Ampliação Rede de Energia Elétrica
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas
 (113) R\$ 2.000,00
 Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas
 Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas
 (114) R\$ 25.000,00
 Ação: 1.029 – Pavimentação de Passeios Público
 Projeto: 1.029 – Pavimentação de Passeios Público
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas
 (116) R\$ 10.000,00
 Ação: 1.030 – Ponte Lajeado Barra Grande/Rua Jacob Corso
 Projeto: 1.030 – Ponte Lajeado Barra Grande/Rua Jacob Corso
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas
 (118) R\$ 1.000,00
 Ação: 1.032 – Construção Portais da Cidade
 Projeto: 1.032 – Construção Portais da Cidade
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas
 (119) R\$ 520,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
 em 05 de setembro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
 Prefeito Municipal.
 Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
 Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL N. 870/2017 – DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 86.120,00 (Oitenta e seis mil cento e vinte reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Câmara Município de Vereadores
 Órgão: 01.00 – Câmara Municipal de Vereadores
 Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores
 Função: 01 – Legislativo
 Subfunção: 031 – Ação Legislativo
 Programa: 001 – Processo Legislativo
 Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
 Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
 Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (3) R\$ 55.000,00
 Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (5) R\$ 31.120,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 86.120,00 (Oitenta e seis mil cento e vinte reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito
 Função: 04 – Administração
 Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento
 Programa: 002 – Gestão Administrativa Superior
 Ação: 1.003 – Aquisição de Veículos
 Projeto: 1.003 – Aquisição de Veículos
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (189) R\$ 5.100,00

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Função: 04 – Administração
 Subfunção: 122 – Administração Geral
 Programa: 004 – Administração Geral
 Ação: 2.007 – Capacitação de Servidores
 Atividade: 2.007 – Capacitação de Servidores
 Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (27) R\$ 4.500,00

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes
 Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
 Função: 27 – Desporto e Lazer
 Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
 Programa: 011 – Esporte É Saúde
 Ação: 2.026 – Manutenção Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
 Atividade: 2.026 – Manutenção Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
 Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (77) R\$ 3.000,00

Órgão: 05.00 – Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 Programa: 016 – Proteção Social Básica
 Ação: 1.018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para o CRAS
 Projeto: 1.018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para o CRAS
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (83) R\$ 5.000,00
 Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
 Programa: 015 – Gestão da Política de Assistência Social
 Ação: 2.070 – Manutenção Prédio e Instalações do Centro Integrado de Saúde e Lazer
 Atividade: 2.070 – Manutenção Prédio e Instalações do Centro Integrado de Saúde e Lazer
 Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (101) R\$ 3.000,00
 Unidade Orçamentária: 05.03 – Fundo Municipal de Infância e Adolescência
 Função: 08 – Assistência Social
 Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 Programa: 018 – Atendimento às Crianças e Adolescentes
 Ação: 2.043 – Manutenção das Atividades do FIA
 Atividade: 2.043 – Manutenção das Atividades do FIA
 Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (104) R\$ 8.000,00

Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (105) R\$ 1.000,00
 Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social
 Função: 16 – Habitação
 Subfunção: 482 – Habitação Urbana
 Programa: 019 – Habitações Urbanas
 Ação: 1.022 – Aquisição de Imóveis
 Projeto: 1.022 – Aquisição de Imóveis
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (107) R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 Função: 17 – Saneamento
 Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano
 Programa: 021– Santiago Viver Melhor
 Ação: 1.024 – Construção, Obra Destino e Tratamento do Esgoto
 Projeto: 1.024 – Construção, Obra Destino e Tratamento do Esgoto
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (110) R\$ 1.000,00
 Ação: 1.025 – Construção e Ampliação de Rede Águas Pluviais
 Projeto: 1.025 – Construção e Ampliação de Rede Águas Pluviais
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (111) R\$ 12.000,00
 Função: 15 – Urbanismo
 Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana
 Programa: 021– Santiago Viver Melhor
 Ação: 1.027 – Construção e Ampliação Rede de Energia Elétrica
 Projeto: 1.027 – Construção e Ampliação Rede de Energia Elétrica
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (113) R\$ 2.000,00
 Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas
 Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (114) R\$ 25.000,00
 Ação: 1.029 – Pavimentação de Passeios Público
 Projeto: 1.029 – Pavimentação de Passeios Público
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (116) R\$ 10.000,00
 Ação: 1.030 – Ponte Lajeado Barra Grande/Rua Jacob Corso
 Projeto: 1.030 – Ponte Lajeado Barra Grande/Rua Jacob Corso
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (118) R\$ 1.000,00
 Ação: 1.032 – Construção Portais da Cidade
 Projeto: 1.032 – Construção Portais da Cidade
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (119) R\$ 520,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
 em 05 de setembro de 2017.
 JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI
 Prefeito Municipal.
 Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
 Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL N. 871/2017 – DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 13.880,00 (Treze mil oitocentos e oitenta reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Câmara Município de Vereadores
 Órgão: 01.00 – Câmara Municipal de Vereadores
 Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores
 Função: 01 – Legislativo
 Subfunção: 031 – Ação Legislativo
 Programa: 001 – Processo Legislativo
 Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
 Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
 Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (5) R\$ 13.880,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 13.880,00 (Treze mil oitocentos e oitenta reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Vereadores
 Órgão: 01.00 – Câmara Municipal de Vereadores
 Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores
 Função: 01 – Legislativo
 Subfunção: 031 – Ação Legislativo
 Programa: 001 – Processo Legislativo
 Ação: 1.001 – Aquisição de Imóvel e Reforma p/Sede Própria da Câmara
 Projeto: 1.001 – Aquisição de Imóvel e Reforma p/Sede Própria da Câmara
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (1) R\$ 10.000,00
 Ação: 1.002 – Aquisição de Móveis e Equipamentos
 Projeto: 1.002 – Aquisição de Móveis e Equipamentos
 Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (2) R\$ 3.000,00
 Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
 Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
 Natureza da Despesa:3.3.50.00-D.R.0.1.00- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (4) R\$ 880,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
 em 05 de setembro de 2017.
 JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI
 Prefeito Municipal.
 Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
 Assessor Jurídico

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 - FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº 0406 de 10 de julho de 2017, que receberá até as 08h30min horas do dia 25/09/2017 em sua sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA O LABORATÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. PARA O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 30 de agosto de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde- Autoridade Competente

EDEMILSON B. DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 - FMS

MENOR PREÇO GLOBAL

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº 0406 de 10 de julho de 2017, que receberá até às 13h30min horas do dia 20/09/2017 em sua sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO: DUAS MAQUINAS MULTIFUNCIONAIS (CÓPIA, IMPRESSÃO, SCANNER, FAX, PLACA DE REDE) COM DEMANDA APROXIMADA DE 15.000 PÁGINAS POR MÊS. COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (TONNER, PAPEL A4) E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSÁRIA EM CASO DE DESGASTE OU QUEBRA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde - Autoridade Competente

EDEMILSON B. DE ASSIS

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar a Central de Medicamentos do Fundo Municipal de Saúde de acordo com a Dispensa de Licitação nº 41/2017 de 30 de junho de 2017.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Uma sala comercial térrea com dois banheiros, contendo a área de 110 m2, situada no Edifício Leo Frantz, na Rua Henrique Schwartz, nº 61, Centro, em São Bento do Sul, conforme matrícula nº 16.178, livro nº 2 do Cartório do Registro de Imóveis de São Bento do Sul – SC.

DO VALOR: R\$ 17.747,58 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar de 01.07.2017.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2017.

ASS: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde do Município.

ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA, como Locadora.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte), para os Municípios de Corupá, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Massaranduba, Blumenau, Gaspar, Ilhota, Itajaí, Itapema, Tijucas e Tijuquina, auxílio de passagens para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Assistência Social, pelo período de fevereiro de 2017 a dezembro de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 27/2017 de 31 de janeiro de 2017.

DO VALOR: R\$ 1.281,49 – valor total.

DA VIGÊNCIA: fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

São Bento do Sul, 03 de fevereiro de 2017.

ASS: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de 17.000 (dezessete mil) passes (vale transporte), para os funcionários do Fundo Municipal de Saúde, pelo período de agosto a 17 de outubro de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 52/2017 de 14 de agosto de 2017.

DO VALOR: R\$ 68.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: agosto de 2017 até 17 de outubro de 2017.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde do Município.

NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. MARIA IVANIR CISLINSKY.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar o Berçário Municipal Magia do Bebê, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 162/2017 de 14 de agosto de 2017.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Um terreno urbano, situado na Zona Comercial 2 (ZC-2), de formato regular, plano, cercado, com frente de 16,50m para Rua Jorge Zipperer e lateral direita de 27,50 m para Rua Álvaro Guerreiro Krüger, contendo área total de 446,50 m², edificado com uma casa residencial em alvenaria, em bom estado de conservação, com área total de 144,07 m². Registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 03.858, no livro nº 2.

DO VALOR: R\$ 14.500,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses a contar de agosto de 2017.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2017.

ASS: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

MARIA IVANIR CISLINSKY, como Locadora.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 019/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 019/2017

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos para Fornecimento de Fotocópias de nº 041/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA – ME, em 24 de junho de 2015, conforme Edital de Convite nº 51/2015.

Considerando o objeto de Contrato de nº 041/2015, que consiste na locação de equipamento - 02 (duas) máquinas multifuncionais (cópia, impressão, scanner, fax, placa de rede), com demanda mensal de 15.000 páginas, com fornecimento de materiais de consumo (tonner, papel A4) e assistência técnica necessária, no caso de desgaste ou quebra;

Considerando o término de Contrato no dia 30 de junho de 2017 e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 01 de julho de 2017 e com término em 30 de setembro de 2017.

Permanece o valor mensal dos serviços em R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais) mensais, totalizando em R\$ 2.610,00 (dois mil seiscentos e dez reais) para o período prorrogado, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 086/2015 de 22 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 033/2016 de 29 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 068/2016 de 24 de novembro de 2016 e Termo Aditivo nº 006/2017 de 02 de fevereiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde do Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 031/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 031/2017

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A, em 08 de julho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 043/2015 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação dos veículos em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando o vencimento do referido Contrato na data de 31 de julho de 2017 e conforme Cláusula Terceira – Da Vigência, o mesmo pode ser prorrogado a critério do Contratante;

Tendo em vista a necessidade de se manter os serviços de seguros da frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bento do Sul faz-se necessário a prorrogação de acordo com o Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de agosto de 2017 e com término em 31 de julho de 2018.

O valor total da Renovação é de R\$ 10.762,86 (dez mil setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para o período prorrogado, onde será efetuado o pagamento em 01 (uma) + 02 (duas) parcelas.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de julho de 2015, Termo Aditivo nº 051/2015 de 28 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 054/2015 de 31 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 043/2016 de 25 de julho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de julho de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde do Município.

GENTE SEGURADORA S.A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 084/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 084/2017

DA ESPÉCIE: Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 155/2006, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006.

Majorar o valor mensal de R\$ 874,39 (oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos) conforme consta na Cláusula Quarta – Parágrafo Primeiro do Contrato nº 155/2006 para R\$ 903,84 (novecentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais, de conformidade com o índice IGPM, acumulado até 04/2017 conforme cálculo anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 3,3678%, referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 22,55 m², situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006.

O presente Aditivo terá seus efeitos a partir de 01 de maio de 2017 à 30 de abril de 2018.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006 e com término em 30 de abril de 2021, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 04 de maio de 2017.

Ass: MAGNO BOLLMANN, como Prefeito Municipal.

MARCIO DREVECK, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, como Permissionária.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 142/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 142/2017

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 147/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 18 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 35/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 147/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações para execução de pavimentação asfáltica da Rua Cedro, localizada no bairro 25 de Julho conforme memorial descritivo, projeto e Convênio nº 8091272014 Caixa Econômica Federal;

Considerando que a execução da obra está finalizada e o órgão financiador Caixa Econômica Federal exigiu a apresentação dos ensaios tecnológicos do pavimento executado para ser dada como concluída, sendo que os mesmos foram solicitados para a Contratada, mas ainda não foram entregues pela mesma.

Considerando o vencimento do prazo de vigência do contrato no dia 31 de julho de 2017 e conforme solicitação protocolada pela Contratada na data 28 de julho de 2017, em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita a prorrogação do prazo da vigência do contrato, visto que a execução dos ensaios pedidos pelo órgão financiador ainda está sendo realizada, a mesma pede 30 dias para conclusão e entrega dos mesmos.

Diante do exposto, se faz necessário prorrogar o referido contrato, com base no Art. 57, Parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 01 de agosto de 2017 e com término em 31 de agosto de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 288/2015 de 15 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 005/2016 de 20 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 088/2016 de 27 de abril de 2016, Termo Aditivo nº 157/2016 de 26 de julho de 2016, Termo Aditivo nº 223/2016 de 27 de setembro de 2016, Termo Aditivo nº 280/2016, Termo Aditivo nº 043/2017 de 23 de fevereiro de 2017, Termo Aditivo nº 092/2017 de 16 de maio de 2017 e Termo Aditivo nº 120/2017 de 23 de junho de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 148/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 148/2017

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos com Prestação de Serviços para Fornecimento de Materiais de nº 282/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 09 de setembro de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 243/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 282/2014, que consiste na contratação de empresa prestadora de serviços de locação de equipamentos, fornecimento de reproduções (cópias), impressões, digitalização de documentos e envio de fax para o Conselho Tutelar, Sala dos Conselhos/Recepção, Famílias de Apoio, CREAS, CRAS Centenário, CRAS Serra Alta, CRAS Cruzeiro, Administração do SEMAS, PRONATEC e Bolsa Família, conforme anexo 1, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição e conforme o Pregão nº 243/2014 de

05 de agosto de 2014;

Considerando o término de Contrato no dia 08 de agosto de 2017 e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 09 de agosto de 2017 e com término em 08 de janeiro de 2018.

Permanece o valor do Contrato para o período prorrogado em R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 09 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 030/2015 de 29 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 042/2015 de 02 de fevereiro de 2015, Termo Aditivo nº 201/2015 de 08 de julho de 2015, Termo Aditivo nº 321/2015 de 02 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 092/2016 de 02 de maio de 2016, Termo Aditivo nº 231/2016 de 03 de outubro de 2016 e Termo Aditivo nº 045/2017 de 23 de fevereiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2017.

Ass: MARCO AURELIO VILICZINSKI, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 151/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 151/2017

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 118/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, em 14 de abril de 2014, conforme Pregão Presencial nº 68/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 118/2014, que consiste na contratação de leiloeiro público oficial do Estado de Santa Catarina com vistas a realização, mediante Contrato específico, de leilão público de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul – SC;

Considerando o término do referido Contrato no dia 31 de agosto de 2017 e que o mesmo, conforme Cláusula Sexta – Da Vigência, pode ser prorrogado a critério do Contratante e devido à necessidade de realização de novos leilões de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57 inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 08 (oito) meses, a contar de 01 de setembro de 2017 e com término em 30 de abril de 2018.

Mantém-se a Cláusula Sétima – Do Pagamento, onde consta:

“O Município não terá nenhuma despesa com pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos pelos arrematantes através da comissão de 5 % (cinco por cento), sobre o valor de cada bem arrematado.

Parágrafo Único: o valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.”

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 365/2014 de 15 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 234/2015 de 26 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 083/2016 de 20 de abril de 2016 e Termo Aditivo nº 299/2016 de 21 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2017.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

ULISSES DONIZETE RAMOS, como Contratado.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº292/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº. 292/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe c/onfere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/09/2017 a 31/01/2018 concedido a servidora ENI DA CONCEIÇÃO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 005/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/09/2017.

São Bento do Sul, 31/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº293/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 293/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/08/2017 a 05/09/2017, a servidora LENI RODRIGUES SKONIECZNY ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 14/07/2017 a 28/07/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/08/2017.

São Bento do Sul, 31/08/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº294/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 294/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe c/onfere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/08/2017 a 30/09/2017 concedido a servidora

SILVANA APARECIDA NOGUEIRA BECKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 257/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/08/2017.

São Bento do Sul, 31/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº295/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 295/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/08/2017 a 13/08/2017, a servidora LAIDE MENDES OLIVEIRA PSCHIEDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 07/07/2017 a 21/07/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/08/2017.

São Bento do Sul, 31/08/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº296/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 296/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/08/2017 a 01/09/2017, a servidora JOICE RUDNICK LINZMEYER ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 31/07/2017 a 04/08/2017 e 07/08/2017 a 11/08/2017 e 25/08/2017 a 29/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/08/2017.

São Bento do Sul, 31/08/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº297/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 297/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/08/2017 a 01/09/2017, a servidora GABRIELA DE FATIMA KURLAPSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 08/08/2017 e 10/08/2017 a 23/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/08/2017.

São Bento do Sul, 01/09/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº298/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 298/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/07/2017 a 14/11/2017 concedido a servidora CELESTINO LUDWINSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 189/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/07/2017.

São Bento do Sul, 01/09/2017.
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº299/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 299/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

pelo período de 18/08/2017 e 23/08/2017 a 13/09/2017 concedido a servidora VANESSA BONETT DE ANDRADE ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 240/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/08/2017.

São Bento do Sul, 01/09/2017.
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº300/2017

PORTARIA IPRESBS Nº 300/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/09/2017 a 19/10/2017, a servidora MARISETE GOTTEN ALVES DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 07/08/2017 e 19/08/2017 a 01/09/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/09/2017.

São Bento do Sul, 01/09/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº301/2017

PORTARIA IPRESBS Nº. 301/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/08/2017 a 28/08/2017 concedido a servidora PATRICIA DE SOUZA DUTRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 249/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/08/2017.

São Bento do Sul, 01/09/2017.
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS
RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

NO PROCESSO ACIMA REFERENCIADO, HOVE ALTERAÇÃO
QUANTO A DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do IPRESBS, torna público para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 13 de setembro de 2017

LEIA-SE:

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do IPRESBS, torna público para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 21 de setembro de 2017

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI.

SÃO BENTO DO SUL, 05 DE SETEMBRO DE 2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente do IPRESBS

São Bonifácio

PREFEITURA

DECISÃO PREGOEIRO EDITAL N° 42/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2017

DECISÃO PREGOEIRO

Impugnação ao Edital da Licitação nº 42/2017
Pregão Presencial nº 23/2017.

Trata-se de impugnações apresentadas primeiramente pelo Conselho Regional de Administração- CRA, ao edital de licitação n.º 42/2017, o qual tem como objetivo a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Cargos, Carreiras, e salários da Administração Pública Municipal e elaboração do Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal, na qual postula a retificação do edital para que conste a exigência da participação de profissional da área de administração na elaboração do referido plano, uma vez que tais atribuições estariam vinculadas a profissão de administrador.

A segunda impugnação apresentada pela empresa DIGITAL TECNOLOGIA, que exgia a retificação dos itens 3.1 e 9.4.4, alínea "b", uma vez que estaria restringindo a participação de terceiras empresas no certame.

O parecer da assessoria jurídica foi no sentido de acolher os termos das impugnações para primeiro incluir a exigência da participação de profissional da área de administração na elaboração dos serviços licitados, e segundo, alterar os itens 3.1 e 9.4.4. alínea "b", para que outras empresas de assessoria que possuam advogados e administradores como seus colaboradores possam participar na presente licitação. Assim, acompanho os termos do parecer da assessoria jurídica, para acolher os termos das impugnações apresentadas, SUSPENDER o pregão designado para o dia 06/setembro/2017, até que seja procedida a retificação do edital, com a inclusão das necessárias alterações. Após a retificação do edital, será o mesmo republicado com a designação de nova data para a abertura do certame licitatório. Publique-se.

São Bonifácio, 04 de setembro de 2017.

Valter Scharf Filho
Pregoeiro

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 029-2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 29/2017 FMS

Processo Adm. nº 29/2017 - ADM
Pregão Presencial nº 29/2017
Tipo : Menor Preço Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA CONFEÇÃO E MOLDAGEM DE PRÓTESES TOTAIS (PT), PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS (PPR) PARA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:00 horas – dia 19 de Setembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:20 horas - dia 19 de Setembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 05 de Setembro de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL 02-2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL

Cont. Adm. Nº	02/2017 - FMS
---------------	---------------

Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
---------------	--

Contratada.:	AVER CLÍNICA MÉDICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA
--------------	--

Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO DE 2017. (MÉDICO PSIQUIATRA E MÉDICO DERMATOLOGISTA)
----------------	--

Rescisão :	Pelo presente instrumento, fica RESCINDIDO por acordo entre as partes o Contrato nº 002/2017 - FMS a partir da presente data, com fulcro no artigo 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
------------------	--

SÃO CARLOS/SC, 29 DE AGOSTO DE 2017

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 080/2017 - ADM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 80/2017 - PR

Processo Administrativo: 80/2017
Processo de Licitação: 80/2017
Data do Processo: 23/08/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E GÁS DE COZINHA PAR MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2017

Motivo: LICITAÇÃO DESERTA.

São Carlos, 4 de Setembro de 2017

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 018-2017 - EXPEDIENTE INTERNO**

PORTARIA Nº 018/2017

De 05 de Setembro de 2017

“ESTABELECE EXPEDIENTE INTERNO NA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. Fica estabelecido EXPEDIENTE INTERNO, sem atendimento ao público, na Câmara de Vereadores de São Carlos, no dia 08 de Setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores, em 05 de Setembro de 2017.

JOSÉ NOIMAR MAI

Presidente

Registre-se,

Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

TERMO ADITIVO PREFE N. 018 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO 2017

TERMO ADITIVO: PREFE N. 018 DE 14/08/2017 - 5º Termo Aditivo ao Contrato PREFE N. 037 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/08/2017

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 035/2015 – Tomada de Preços PREFE N. 004/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADO: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ sob n. 04.406.660/0001-28,

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/11/2017

TERMO ADITIVO PREFE N. 021 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2017

TERMO ADITIVO: PREFE N. 021 DE 29/08/2017 - 6º Termo Aditivo ao Contrato PREFE N. 043 DE 25 DE MAIO DE 2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/08/2017

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 051/2015 – Tomada De Preços PREFE N. 005/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: RUDIMAR BORCIONI OAB/SC 15.4110

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA

CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/12/2017

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/FMAS/2017

ATA de Registro de Preços nº 010/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 015/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

No dia 05 de setembro de 2017, o Fundo Municipal de Assistência Social, com sede à Rua Tibúrcio Taurino Bozzano, 210, Jardim São Paulo, São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/09/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HORTA E JARDINAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. A licitante registrada para os materiais cotados é:

AGROPECUÁRIA MARQUES E COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS, ELETRICOS E FERRAGENS LTDA ME

CNPJ nº 06.338.869/0001-27

Itens: 01 ao 25

Valor total homologado ao licitante: R\$ 5.031,40 (cinco mil trinta e um reais e quarenta centavos).

Este instrumento não obriga o Fundo Municipal de Assistência Social a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em até 05 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 05 de setembro de 2017 – Jânifer Otto - Secretária Municipal.

DECRETO 3189/2017

DECRETO 3189/2017

Define os cargos responsáveis pelos serviços relacionados com a Administração Financeira.

O Prefeito do Município de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IXI, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º Ficam responsáveis pela realização dos recursos relacionados com a Administração financeira, pagamentos e recebimentos, movimentação bancária, custódia de valores e demais atividades relacionadas com a tesouraria oficial, os servidores ocupantes dos cargos de Secretário de Finanças, Secretário de Administração e a Diretora de Departamento de Finanças.

Parágrafo único. A movimentação das contas bancárias do Município de São João Batista, Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista, Hospital Municipal Monsenhor José Locks, Serviço de Infraestrutura Saneamento Abastecimento de Água do Município de São João Batista - SISAM e Fundação Batistense de Esporte FUBE serão efetuadas pelos responsáveis referidos no caput, além do Chefe do Poder Executivo, quando necessário, em cujos cheques deverão constar

obrigatoriamente, as assinaturas de dois destes responsáveis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 01 de setembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL 501/2017

DECRETO FUNCIONAL 501/2017

Designar atribuições

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica designado LUIZ HENRIQUE LAURITZEN, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Finanças, CRC/SC nº 029557/O-6, a responder interinamente pela contabilidade do SISAM, a contar de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Funcional nº 400/2017.

São João Batista, 1º de setembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 042/FMS/2017 - TOMADA DE PREÇOS 003.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 042/FMS/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, Centro, São João Batista (SC), de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Ademir José Rover, Secretário da Saúde, torna público que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS nº 003/FMS/2017 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO COLÔNIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 26/09/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 26/09/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo telefone: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através dos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 05 de setembro de 2017. Ademir José Rover - Secretário de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/PMSJB/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/PMSJB/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO Nº 133/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/
PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial 097/PMSJB/2017, para CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 21/09/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 21/09/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 08h00minh às 11h30min e das 13h30min as 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 05 de setembro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Santa Lucia Produtos para Saúde Eireli- ME

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

OBJETO: "Aquisição de cadeiras de rodas para utilização pelos pacientes do fundo municipal de Saúde de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 5.205,00

PRAZO: 06.09.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 05 de Setembro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Pró Cirúrgica Chapecó

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

OBJETO: "Aquisição de cadeiras de rodas para utilização pelos pacientes do fundo municipal de Saúde de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 4.900,00

PRAZO: 06.09.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 05 de Setembro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecnol. Impressão LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 18/2017

OBJETO: "Aquisição de cadeiras de rodas para utilização pelos pacientes do fundo municipal de Saúde de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 2.530,50

PRAZO: 06.09.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 05 de Setembro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2017

REGISTRO DE PREÇOS 34/2017

Objeto: Registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura(s) e eventual(is) prestação de serviços continuados de manutenção em veículos automotores (caminhões), por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares na frota municipal, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), do edital de Pregão Presencial nº 34/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI – ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 151.570,00

Processo Licitatório nº. 34/2017 – Pregão Presencial nº 34/2017.

São João do Sul, 12 de Julho de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 017_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2017

REGISTRO DE PREÇOS 35/2017

Objeto: Registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de construção em geral (cimento, tijolo, areia, cano de pvc, ferro, prego, cal, tubo de concreto, etc), para manutenção, reformas, reparos, conserto de bens públicos de diversos setores da municipalidade, bem como para melhorias habitacionais de pessoas em risco de vulnerabilidade social, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 35/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SP MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 224.841,70

Processo Licitatório nº. 35/2017 – Pregão Presencial nº 35/2017.

São João do Sul, 13 de Julho de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 018_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2017

REGISTRO DE PREÇOS 38/2017

Objeto: Registro de preços p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento(s) de materiais de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública municipal de São João do Sul/SC, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 38/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ARALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS EIRELI - EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 177.723,40

Processo Licitatório nº. 38/2017 – Pregão Presencial nº 38/2017.

São João do Sul, 25 de Agosto de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO 012_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017

OBJETO: contratação de jornal de circulação local e regional de serviços divulgação, informação e veiculação de campanhas na área de saúde pública municipal de interesse do município Fundo Municipal de Saúde /SC, através de periódico semanal.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MAQUIU AGUIAR CARDOSO

VIGÊNCIA: 30/05/2017 até 31/08/2017

VALOR: R\$ 7.984,00 (sete mil novecentos e oitenta e quatro reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 009/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.90.00.00.00.0085 (19).

São João do Sul, 30 de maio de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 013_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada na locação de relógio ponto biométrico, para controle de ponto dos servidos da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Sul/SC, incluindo software do MTE e manutenção do sistema.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PONTO SYSTEM COMERCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA

VIGÊNCIA: 02/06/2017 até 31/12/2017

VALOR: R\$ 5.152,00 (cinco mil cento e cinquenta e dois reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 010/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.90.39.12.00.00.0085 (19).

São João do Sul, 02 de junho de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 014_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA E DIESEL S10 PARA OS VEÍCULOS DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, através de empresa do ramo pertinente, obedecendo integralmente às especificações e determinações

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 12/07/2017 à 31/12/2017.

VALOR: R\$ 55.855,50 (cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais com cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº014/2016 da Prefeitura Municipal de São João do Sul de 06/12/2016.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

0701 - 2.024 - 3.3.90.30.01.00.00.0085 (19) - R\$ 55.675,00

0701 - 2.026 - 3.3.90.30.01.00.00.0045 (29) - R\$ 180,50

São João do Sul, 12 de julho de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 015_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2017

OBJETO: aquisição de veículo tipo minivan ano/modelo 2017 com sete lugares, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: KOLINA ARARANGUAENSE LTDA

VIGÊNCIA: 12/07/2017 à 31/12/2017.

VALOR: R\$ 73.990,00 (setenta e três mil novecentos e noventa reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 11/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 11/2017, de acordo com a Lei 8.666/93 suas

alterações e Lei nº 10.520.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
07.01 – 1.028 – 4.4.90.00.00.00 (3)
São João do Sul, 12 de julho de 2017.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 016_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017

OBJETO: aquisição de um veículo automotor novo zero km, tipo ambulância remoção básica, cor branca, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VIP CAR VEICULOS LTDA

VIGÊNCIA: 11/08/2017 à 31/12/2017.

VALOR: R\$ 159.900,00 (cento e cinquenta e nove mil novecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 12/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 12/2017, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações e Lei nº 10.520.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 – 1.028 – 4.4.90.00.00.00 (40) – R\$ 149.983,95 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos);

07.01 – 1.028 – 4.4.90.00.00.00 (3) – R\$ 9.916,05 (nove mil novecentos e dezesseis reais e cinco centavos).

São João do Sul, 11 de agosto de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 017_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017

OBJETO: Aquisição de medicamentos em geral para distribuição gratuita, injetáveis para uso nas unidades de saúde e medicações controladas para o programa de saúde mental para atendimento das demandas em saúde pública do município de São João do Sul, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amesc.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC

VIGÊNCIA: 15/08/2017 até 31/12/2017

VALOR: R\$ 119.949,56 (cento e dezenove mil novecentos e quarenta e nove reais com cinquenta e seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 014/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.90.00.00.00.0085 (19).

São João do Sul, 15 de agosto de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 018_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2017

OBJETO: Prestação de serviços divulgação, informação e veiculação de campanhas na área de saúde pública municipal do fundo municipal de saúde na mídia impressa, sendo que, as informações terão caráter educativo, informativo e deverão estar em sintonia com as questões estratégicas e administrativas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: REDE NORTESUL DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME

VIGÊNCIA: 18/08/2017 até 31/12/2017

VALOR: R\$ 5.962,50 (cinco mil novecentos e sessenta e dois reais com cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 13/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.90.39.88.00.0085 (19)

São João do Sul, 18 de agosto de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 019_2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços para locação de software de gestão de saúde, com acesso simultâneo de usuários integrados e em ambiente windows e linux, incluindo manutenção legal e corretiva, conversão, customização, implantação, treinamento, suporte técnico, a fim de atender as necessidades da Farmácia do Fundo Municipal de Saúde do Município de São João do Sul

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: BRANET GESTÃO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA – ME

VIGÊNCIA: 18/08/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 15/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.90.39.08.00.00.0085 (19) – R\$ 2.500,00;

07.01 - 2.024 - 3.3.90.39.11.00.00.0085 (19) – R\$ 2.250,00.

São João do Sul, 18 de agosto de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 046_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2017

OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática para o Centro de Referência de Assistência Social - Cras e setor de atendimento do Bolsa Família da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: WEA INFORMATICA LTDA – ME

VIGÊNCIA: 05/07/2017 a 31/08/2017

VALOR: R\$ 9.880,00 (nove mil oitocentos e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 33/2017 na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

08.01 – 2.013 – 4.4.90.52.35.00 (84) – R\$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais); e

08.01 – 2.013 – 4.4.90.52.35.00 (160) – R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais).

São João do Sul/SC, 05 de julho de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

CONTRATO 047_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2017

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e instalação de vidro temperado com estrutura de alumínio para refeitório da Escola Quintiliano João Pacheco e cobertura de vidro temperado para a entrada da Escola Quintiliano João Pacheco.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MANOEL ALVES PEREIRA78937930900

VIGÊNCIA: 17/07/2017 a 30/09/2017

VALOR: R\$ 35.675,00 (trinta e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 36/2017 na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.026 – 3.3.90.29.16.00 (36)

São João do Sul/SC, 17 de julho de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

CONTRATO 048_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquinas (retro escavadeira) para assistência ao produtor rural do município de São João do Sul.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER

VIGÊNCIA: 21/07/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 37/2017 na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

10.01 – 2.046 – 3.3.90.39.99.00 (137)
São João do Sul/SC, 21 de julho de 2017.
Moacir Francisco Teixeira
Prefeitura Municipal

CONTRATO 049_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2017

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços com arbitragem para o campeonato municipal de futebol amador edição de 2017, incluindo delegado e apoio técnico.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA

VIGÊNCIA: 11/08/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 25.776,00 (vinte e cinco mil setecentos e setenta e seis reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 39/2017 na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

06.01 – 2.041 – 3.3.90.39.99.00 (174)

São João do Sul/SC, 11 de Agosto de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

CONTRATO 050_2017

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2017

OBJETO: contratação de jornal de circulação local e regional para divulgar matérias institucionais de interesse do município de São João do Sul/SC, através de periódico semanal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MAQUIU AGUIAR CARDOSO

VIGÊNCIA: 18/08/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 40/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.031 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (40) – R\$ 3.200,00;

08.01 – 2.015 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (88) – R\$ 6.400,00;

10.01 – 2.046 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (137) – R\$ 4.800,00;

03.01 – 2.004 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (161) – R\$ 4.800,00;

04.01 – 2.005 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (172) – R\$ 6.400,00; e

06.01 – 2.041 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (174) – R\$ 2.400,00.

São João do Sul/SC, 18 de agosto de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 312/2017

DECRET O Nº 312/2017

"QUE EXONERA CARGO COMISSONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: - ANA CLAUDIA RIBEIRO, ocupante Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Particular – CC-2, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 043/2017, de 02/02/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Setembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 313/2017

DECRET O Nº 313/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(73)4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-3071 Transferências de Convênios da União/Outros 22.425,98

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 22.425,98

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos – Transferências de Convênios da União/Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Setembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 314/2017

DECRET O Nº 314/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ 31/12, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(74)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-1013 Transferências de Convênios da União/Outros 421.617,08

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 421.617,08

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 através do Contrato de Repasse firmado entre o Ministério das Cidades e este Município, de número 1018128-71/2014, na fonte de Recursos – Transferências de Convênios da União/Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Setembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 315/2017

DECRET O Nº 315/2017

"QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO A TRANSPORTAR MUDANÇA DE PESSOA CARENTE"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o caminhão Volkswagen 8120, placas MCN 3732, número de frota 65, a transportar a mudança do senhor João Carlos Marcelino Vieira, do município de São Joaquim até o município de Lages, no dia 05 de setembro de 2017, com previsão de saída, às 10:00 horas, totalizando 170 km, conforme artigo 2º, da Lei Municipal nº. 2.486/2002.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Setembro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

ERRATA TP 03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2332 Página 609 do dia 01/09/2017
Tomada de Preços 03/2017

Processo n.º 69/2017 – Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação do Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella conforme contrato de repasse nº1030682-78/2016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Joaquim e o Ministério do Turismo/ Caixa Econômica Federal, toda a execução deverá ser de acordo com o projeto de engenharia, memoriais descritivos e planilhas em anexo ao processo

No item 2.2 do edital e Cláusula décima da Minuta Contratual

No edital onde se lê: lote2 R\$1.127,84 (Hum mil, cento e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Leia-se: lote2 R\$112.78 (Cento e doze reais e setenta e oito centavos)

Diretoria de Compras

PE 49/2017 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 68/2017

Pregão Eletrônico 49/2017

OBJETO: Aquisição de máquinas e implementos agrícolas conforme convênios celebrados entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA e a Prefeitura Municipal de São Joaquim, em conformidade com contratos de Repasse pela Caixa Econômica Federal nº 833024/2016, nº 840804/2016, nº 835357/2016 e nº833030/2016

Tipo: Menor Preço Global por lote

Abertura: 21/09/2017 às 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 566.330,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - www.bll.org.br link BLL Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 05 de setembro de 2017

Departamento de Compras

.

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2017 – PR 055/2017 – Processo 281/2017 – Proc. Adm. 4181/2017 – Fornecedor: GLOBOSUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC, NAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS. Valor da ATA: R\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 09 de agosto de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2017 – PR 055/2017 – Processo 281/2017 – Proc. Adm. 4181/2017 – Fornecedor: LAZERTUR TURISMO E LOCAÇÕES LTDA. - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC, NAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS. Valor da ATA: R\$ 42.499,70 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 09 de agosto de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2017 – PR 055/2017 – Processo 281/2017 – Proc. Adm. 4181/2017 – Fornecedor: CANTUR TURISMO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC, NAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS. Valor da ATA: R\$ 116.625,50 (cento e dezesseis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 09 de agosto de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2017 – PR 053/2017 – Processo 279/2017 – Proc. Adm. 4180/2017 – Fornecedor: RACINE COMERCIAL LTDA. – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, ESTRUTURAS DE PALCO, TENDAS E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO, DESTINADOS A EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17 de agosto de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2017 – PR 053/2017 – Processo 279/2017 – Proc. Adm. 4180/2017 – Fornecedor: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, ESTRUTURAS DE PALCO, TENDAS E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO, DESTINADOS A EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 99.499,92 (noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17 de agosto de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2017 – PR 053/2017 – Processo 279/2017 – Proc. Adm. 4180/2017 – Fornecedor: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA. – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, ESTRUTURAS DE PALCO, TENDAS E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO, DESTINADOS A EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 109.390,00 (cento e nove mil, trezentos e noventa reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17 de agosto de 2017.

ATO DE JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO

ATO DE JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO

O Município de São José, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Av. Acioni Souza Filho, 403 (Beira Mar de São José), centro, São José/SC, para fins do art. 5º da Lei 8.987/95, temos que:

Com o aumento da frota de veículos de São José estimado em 8.000 veículos/ano, conforme Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira, elaborado pela empresa Via 11 e Laboratório da Mobilidade Urbana - UFSC, e considerando ainda a posição geográfica do município, localizado no centro da Grande Florianópolis, sendo passagem para Palhoça, Biguaçu, Florianópolis, dentre outros municípios, tornou-se urgente o disciplinamento dos estacionamentos em via pública, bem como os recuos usados para esta finalidade, a fim de democratizarmos os espaços públicos e proporcionarmos melhor mobilidade e acessibilidade no município de São José.

Nos bairros mais populosos, com maior concentração comercial e de serviços, existe uma verdadeira disputa por espaço na via para estacionamento, o que levou muitos comerciantes e fazerem uso particular dos recuos com guias rebaixadas, bem como daqueles que sequer comportam um veículo, fazendo com que o pedestre tenha que caminhar na via, causando insegurança àqueles deficientes visuais, mães com carrinho de bebê, etc. É comum encontrarmos cones, cancelas e placas instaladas pelos comerciantes, informando que a vaga é para uso de cliente.

Estes fatos exigem que o Poder Público adote providências urgentes para solucionar os problemas relacionados a grande demanda por estacionamento, priorizando os pedestres e oferecendo mais conforto e segurança aos comerciantes que necessitam de vagas para seus clientes e para as operações de carga e descarga.

O estacionamento rotativo controlado, em vias e logradouros públicos, é um poderoso instrumento de gestão de trânsito, enquanto ordenador desses espaços. Esta é a melhor opção de que dispõe as cidades que desejam minimizar o problema de carência de vagas em áreas comerciais e de serviços.

Diante disso, o Município de São José lançará processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública para Concessão por 10 anos, em conformidade com o Art. 175 da Constituição Federal, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões), Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) e Lei nº 4.934/2009 (Lei Municipal que Institui o sistema de Estacionamento Rotativo Controlado nas Vias e Logradouros Públicos e dá Outras Providências).

São José, 05 de setembro de 2017

Adeliana Dal Pont

Prefeita Municipal

CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA EDITAL Nº 003/2017

CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

EDITAL Nº 003/2017

Abre inscrições e fixa as normas do CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA de docentes, apoio pedagógico e especialistas em assuntos educacionais, do quadro de pessoal do magistério do município de São José - SC.

A Secretária Municipal de Educação torna público a abertura do concurso de relocação e/ou alteração da carga horária de Docente, Apoio Pedagógico e Especialista em Assuntos Educacionais, do Quadro de Pessoal do Magistério do Município de São José, que será regido pelo disposto na Lei Municipal nº 2.761 de 25 de abril de 1995, Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e suas alterações posteriores e pelas normas do presente edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA será executado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, localizada no Campus Universitário, Reitor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Trindade, Florianópolis - SC. Endereço eletrônico: <http://relocacaosj.fepese.org.br/> e endereço de e-mail educasj@fepese.org.br.

1.2. RELOTAÇÃO é o deslocamento do membro efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério do local em que se encontra lotado para outra unidade educacional.

1.3. ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA é o aumento ou redução da jornada de trabalho de membro efetivo do Quadro Pessoal do Magistério.

1.4. O membro efetivo do Magistério, interessado na relocação e/ou alteração de carga horária deverá, nos prazos e condições deste edital, encaminhar Requerimento de Inscrição, nos termos do item 2 do presente edital, pedindo a relocação e/ou alteração da carga horária, entregar a documentação exigida e comparecer à escolha de vagas.

1.5. A quantidade das vagas por disciplina e ou área de atuação disponíveis para o concurso de relocação e/ou alteração da carga horária estão publicadas e constam no Anexo I do presente edital.

1.6. Havendo mais de um interessado na relocação e/ou alteração de carga horária em uma mesma unidade educacional, serão empregados para fins de classificação, os seguintes critérios, de acordo com o Artigo 38 da Lei Municipal nº 4.422/2006:

1. Maior tempo de serviço no Magistério Municipal de São José;
2. Maior grau de habilitação profissional;
3. Maior número de horas de aperfeiçoamento;
4. Maior índice de assiduidade em serviço no magistério municipal de São José;

5. Maior idade.

1.7. Para participar do concurso, o candidato deverá:

1. Preencher Requerimento de Inscrição, informando seus dados pessoais, tempo de serviço e habilitação profissional.

2. Encaminhar à FEPESE (Posto de atendimento), conforme o item 3.1 deste edital, a documentação comprobatória das informações que prestou no Requerimento de Inscrição.

3. Caso classificado, comparecer ao ato público de escolha de vagas.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do servidor importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das normas estabelecidas por este edital.

2.2 A participação no concurso se inicia pela inscrição que somente poderá ser feita pela Internet, no período de 25 de setembro de 2017 a 11 de outubro de 2017.

1.3 Poderão se inscrever no presente concurso de relocação e/ou alteração da carga horária unicamente os membros efetivos e estáveis do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal de São José, que durante o ano letivo de 2017 estiveram no pleno exercício das suas funções, na área de atuação e habilitação ou, à disposição na estrutura da Secretaria de Educação do Município de São José, na função de diretor, diretor adjunto, coordenador de EJA, coordenador pedagógico ou secretário de unidade de ensino.

2.4 É vedada a inscrição ao profissional do magistério que:

a. Esteja em estágio probatório;

b. Esteja em gozo de licença sem remuneração;

c. Esteve ou esteja em licença para tratamento de saúde por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;

d. Esteja à disposição de outros órgãos não pertencentes à estrutura da Secretaria de Educação de São José/SC, exceto os que cumprem mandato classista;

e. Esteve ou esteja readaptado por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;

f. Esteja cumprindo sentença judicial privativa da liberdade;

g. Tenha sofrido pena disciplinar no período de 01 de agosto de 2015 a 31 de julho de 2017 ou estiver respondendo processo administrativo disciplinar;

h. Esteja em processo de aposentadoria.

2.5 Para se inscrever no presente concurso o candidato deverá:

a. Acessar o site do concurso público na Internet <http://relocacao.sj.fepese.org.br/>;

b. Preencher on line, com atenção, o Requerimento de Inscrição, informando todos os dados necessários à sua classificação, relendo e conferindo com atenção conferir as informações prestadas que não poderão ser alteradas;

c. Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição que deverá ficar em seu poder;

d. Apresentar os documentos comprobatórios de acordo com o item 3 deste Edital.

2.6 Os professores de Educação Especial poderão se inscrever para relocação e/ou alteração de carga horária na disciplina de Anos Iniciais.

2.7 Os professores, auxiliares de sala e auxiliares de ensino, estáveis, com lotação na Educação Infantil poderão se inscrever para relocação e/ou alteração de carga horária para 40 (quarenta) horas semanais.

3. DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

3.1 As informações prestadas no Requerimento de Inscrição deverão ser comprovadas mediante documentos que devem ser entregues à FEPESE, na forma abaixo, nas datas, horários e local indicado.

POSTO DE ATENDIMENTO: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Centro de Referência

Rua: José Gonzaga Regina de Lima, nº 143.

CEP: 88.102-250 – Kobrasol – São José – SC

Horário de atendimento: dias úteis: no período de 25 de setembro a 11 de outubro de 2017, das 8h às 17h.

3.2 Os documentos comprobatórios deverão ser organizados na seguinte ordem:

a. Cópia do Requerimento de Inscrição;

b. Declaração de tempo de serviço com o índice de assiduidade emitida pela Secretaria de Educação do Município de São José relativa ao período de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2017;

c. Comprovação do grau de habilitação profissional:

I. Fotocópia da habilitação (diploma de curso de Magistério ou Licenciatura);

II. Fotocópia do certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, conforme previsto no quadro de pontuação e classificação, item 4, subitem 4;

d. Fotocópia dos diplomas e/ou certificados de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, exclusivamente na área/disciplina para a qual foi nomeado(a), ou área da Educação, realizados pela Secretaria Municipal de Educação de São José, no período de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2017, no número máximo previsto no quadro de pontuação e classificação, item 4, subitem

e. Fotocópia do documento de identificação e do CPF (caso não esteja informado no documento de identidade).

3.2.1 Os certificados e diplomas de cursos pós-graduação deverão atender estritamente às seguintes disposições:

- a. Devem ser regularmente emitidos por Instituições de Educação Superior, autorizadas e/ou reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC ou pelos Conselhos Estaduais de Educação.
- b. Devem corresponder à disciplina/área de atuação para a qual o servidor foi nomeado ou à área de Educação.
- c. Os títulos de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e ou doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
- d. Os documentos redigidos em língua estrangeira devem estar acompanhados de tradução oficial.

3.3 Não serão pontuados:

a. As certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e da exigida no presente edital, salvo certidão emitida pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação atestando ter o candidato concluído todas as etapas do curso de pós-graduação, defendido e ter sido aprovada sem ressalvas a monografia ou dissertação, ou tese e lhe ter sido concedido o devido grau, desde que o curso tenha sido concluído após o dia 31 de dezembro de 2016.

b. Os títulos obtidos em cursos que não sejam relacionados à disciplina para a qual o candidato foi nomeado ou à área de Educação.

3.4 Os documentos comprobatórios, organizados de acordo com o item 3.2 deverão ser encadernados ou grampeados ou acondicionados em uma pasta com grampos, devendo a cópia do Requerimento de Inscrição ser colada na capa da pasta ou ser a primeira folha encadernada ou grampeada, de forma que possa o requerente ser facilmente identificado.

3.5 As folhas encadernadas ou grampeadas devem ser numeradas e rubricadas pelo candidato.

3.6 A documentação, organizada na forma determinada, deve ser entregue pessoalmente pelo requerente ou seu procurador devidamente constituído, do dia 25 de setembro de 2017 a 11 de outubro de 2017, no local e horário de acordo com o item 3 deste edital.

3.7 No ato da entrega da documentação, será fornecido ao candidato, comprovante dos documentos apresentados.

3.8 Não serão aceitos documentos entregues em local e ou horário não determinado no presente edital.

3.9 A não comprovação, nos termos do edital, dos requisitos para a inscrição e/ou de qualquer dos dados constantes no Requerimento de Inscrição, apurada a qualquer tempo, implicará na desclassificação do candidato e na invalidação de todos os atos anteriormente publicados relacionados à classificação do (a) requerente.

3.10 O candidato é totalmente responsável pelas declarações que prestar no ato da inscrição.

3.11 A homologação das inscrições será publicada no sítio do concurso: <http://relotacaosj.fepese.org.br/>, na data de 20 de outubro de 2017, cabendo recurso de acordo com o item 6.

4. DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

	ITEM AVALIADO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Tempo de serviço no Magistério Municipal	Pontuação por ano de serviço limitado a 25 anos.	1	25
2	Habilitação profissional	Ensino Médio	5	25
		Licenciatura curta	10	
		Licenciatura plena	25	
3	Cursos de aperfeiçoamento e capacitação realizados pela Secretaria Municipal de Educação	Somatório da carga horária inferior a 20 horas.	0	20
		Somatório da carga horária de 20 horas.	2	
		Somatório da carga horária de 21 a 40 horas.	4	
		Somatório da carga horária de 41 a 80 horas.	8	
		Somatório da carga horária até 81 a 120 horas.	10	
		Somatório da carga horária igual ou superior a 121 horas.	20	
4	Curso de Pós-Graduação	Pós-Graduação em nível de Especialização	2	10
		Pós-Graduação em nível de Mestrado	5	
		Pós-Graduação em nível de Doutorado	10	
5	Índice de Assiduidade	Nenhuma falta sem justificativa	20	20
		Número de faltas sem justificativa = 1	15	
		Número de faltas sem justificativa = 2	10	
		Número de faltas sem justificativa = 3	5	
		Número de faltas sem justificativa superior a 3	0	
		PONTUAÇÃO MÁXIMA		100

4.1. A pontuação máxima a ser atribuída aos certificados de cursos de aperfeiçoamento e capacitação é de 20 pontos. Os certificados e ou

diplomas excedentes à referida pontuação não serão computados.

4.2 Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato apresente mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

4.3 Os candidatos inscritos serão pontuados, com base nas informações prestadas no Requerimento de Inscrição que deverão ser posteriormente comprovadas. Os documentos entregues não poderão ser alterados ou complementados e as informações constantes do requerimento não poderão ser retificadas.

4.4 A verificação das informações prestadas pelos candidatos caberá à FEPESE, no ato da entrega dos documentos, mediante comprovação com os documentos originais.

4.5 Os candidatos inscritos que não prestarem as informações solicitadas no Requerimento de Inscrição não serão pontuados.

4.6 Os candidatos inscritos que não comprovarem as informações do Requerimento de Inscrição não serão pontuados.

4.7 Apurada a pontuação, os candidatos inscritos serão classificados por cargo/disciplina.

4.8 A lista de classificação preliminar dos candidatos será publicada no sítio do concurso na data de 27 de outubro de 2017, cabendo recurso da classificação obtida, de acordo com o item 6 deste edital.

4.9 A lista de classificação final dos candidatos será publicada em 31 de outubro de 2017.

5. DA ESCOLHA DE VAGAS

5.1 O cronograma de escolha de vagas será divulgado no sítio do concurso <http://relotacaoj.fepese.org.br/>, no dia 31 de outubro de 2017.

5.2 Para participar da escolha de vagas o candidato deverá:

- comparecer na data, local e horário determinados, de acordo com o cronograma, portando documento de identificação;
- assinar declaração de que não tem outro vínculo empregatício impeditivo de cumprir a ampliação da jornada de trabalho;
- apresentar à comissão organizadora do concurso, declaração de outro vínculo empregatício, se houver, constando a carga horária semanal, incluindo o período de hora-atividade e o horário de trabalho, para a ampliação da jornada de trabalho.

5.2.1 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

5.2.2 São considerados documentos de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

5.3 A escolha de vagas será feita em, no máximo, 4 (quatro) chamadas públicas consecutivas.

5.4 No caso de não comparecimento ou chegada tardia, o candidato será reclassificado para o último lugar de classificação do seu cargo/disciplina.

5.5 A primeira chamada será feita na ordem de classificação dos candidatos inscritos por cargo/disciplina. Só poderão participar da segunda chamada os candidatos que participaram da primeira chamada.

5.6 A segunda chamada será feita na ordem de classificação dos candidatos participantes da primeira chamada para as vagas remanescentes da primeira chamada.

5.7 Haverá uma terceira chamada para os candidatos participantes da segunda chamada, na qual os interessados ainda poderão optar por uma vaga entre as abertas durante a escolha feita pelos candidatos na segunda chamada, sendo que a opção feita na terceira chamada será a definitiva.

5.8 Havendo vagas remanescentes de terceira chamada, iniciar-se-á a chamada dos demais candidatos classificados, a partir do último candidato chamado.

6. DOS RECURSOS

6.1 Caberão recursos da homologação das inscrições, da contagem dos pontos e classificação dos candidatos, e do resultado final do concurso.

6.2 Os recursos deverão ser interpostos unicamente pela Internet, on line, no sítio do concurso: <http://relotacaoj.fepese.org.br/>, até as 18 horas do dia seguinte à publicação dos atos contra os quais deseja o candidato recorrer.

6.3 As respostas e decisões havidas do exame dos recursos serão publicadas no sítio do concurso na Internet. Para ter a elas acesso, o recorrente deve informar nome, número de inscrição e CPF.

6.4 As decisões da Comissão Organizadora do recurso do candidato são irrecorríveis na esfera administrativa.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os efeitos legais do concurso de relocação e/ou alteração da carga horária terão vigência a partir do primeiro dia das atividades do ano letivo de 2018.

7.2 A FEPESE e a Prefeitura Municipal de São José não se responsabilizam por inscrições não processadas por eventual interrupção, falhas de transmissão e ou recepção de dados.

7.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

7.4 O servidor que escolher se relotar ou alterar a carga horária nos estabelecimentos de ensino em tempo integral, cumprirá a jornada de trabalho e atribuições determinadas pelo decreto regulamentador da Escola Integral.

7.5 O candidato que tiver sido relotado e ou alterada a sua carga horária por força do presente concurso, permanecerá o período mínimo de 1 (um) ano letivo no cargo e na função, no novo local de lotação, exceto quando eleito ou designado à função de diretor ou diretor adjunto, coordenador pedagógico ou coordenador de EJA (Educação de Jovens e Adultos), secretário (a), ou quando convidado a ocupar função junto à estrutura da Secretaria Municipal de Educação.

7.6 O descumprimento do prazo determinado implicará no cancelamento da relocação e/ou aumento da carga horária havida.

7.7 Com base na Lei Municipal nº 5.464/2014, a partir do presente edital, o membro do magistério ocupante de cargo de auxiliar de sala, auxiliar de ensino e professor com lotação na Educação Infantil, que alterar a carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, em definitivo, através de concurso de relocação e/ou alteração de carga horária, não poderá solicitar redução ou cancelamento da alteração de jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

7.8 Não será autorizada a concessão de licença prêmio e ou licença sem vencimentos durante o ano letivo de 2018, para o candidato que alterou sua lotação e/ou aumentou a carga horária em função do presente concurso.

7.9 A inexistência das declarações prestadas ou a constatação de qualquer irregularidade, ainda que verificadas posteriormente, implicarão na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos praticados, sem prejuízo das sanções legais.

7.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso e homologados pela Secretária de Educação do Município de São José.

7.11 Ficam delegadas à FEPESE competências para:

- a) Receber as inscrições;
- b) Proceder a classificação dos candidatos de acordo com as informações prestadas no Requerimento de Inscrição;
- c) Receber, julgar e responder aos recursos interpostos pelos candidatos;
- d) Publicar a classificação e o resultado final do concurso;
- e) Prestar informações aos candidatos.

São José, 25 de agosto de 2017.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

ANEXO I CONCURSO DE RELOCAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA EDITAL Nº 003/2017

CARGO	Área de Ensino/Disciplina	Nº Vagas	Nº de Aulas / Horas
-------	---------------------------	----------	---------------------

PROFESSOR	Anos Iniciais	10	20/40 horas
	Educação Infantil	113	40 horas
	Educação Física - Ens. Fundamental	03	21 aulas
	Educação Física - Educação Infantil	02	21 aulas
	Português	08	20 aulas
	Matemática	02	20 aulas
	Ciências	02	21 aulas
	História	02	20 aulas
	Geografia	01	20 aulas
	Artes	04	20 aulas
	Inglês	03	20 aulas
	Informática	03	20 aulas
	Filosofia	03	20 aulas
	Artes Aplicadas	03	20 horas
	Bordado à mão	01	20 horas
AUXILIAR DE SALA	Bordado à máquina	02	20 horas
	Corte e Costura	03	20 horas
	Corte e Costura Lingerie	03	20 horas
	Corte e Cabelo	02	20 horas
	Patchwork	01	20 horas
	Pintura em Madeira	02	20 horas
	Pintura em Tecido	03	20 horas
	Tricô e Crochê	02	20 horas
	Educação Infantil	92	40 horas
	Educação Infantil	25	40 horas
	Ensino Fundamental	08	20 horas
	Ensino Fundamental	01	20 horas
	Ensino Fundamental	05	20 horas
	Ensino Fundamental	03	20 horas
	Ensino Fundamental	03	20 horas

São José (SC), 25 de agosto de 2017.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

DECRETO Nº 8630/2017

DECRETO Nº 8630/2017

REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DOS MEMBROS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO REFERENTE À HORA-ATIVIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o artigo 13, V, da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que dispõe: "Os docentes incumbir-se-ão de ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional";

CONSIDERANDO o artigo 67, V, da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que preceitua: "Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho";

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.738/2008, artigo 2º, § 4º que dispõe: "Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para desempenho das atividades de interação com os educandos";

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.182/2012, no artigo 2º, parágrafo único, que dispõe sobre a implantação do período de 1/3 da jornada total de trabalho dos servidores do magistério destinado à hora-atividade e implementação de 100% do período de hora-atividade a partir do início do ano letivo de 2014;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.464/2014 que alterou o anexo XXII da Lei nº 4.422/2006;

DECRETA:

Art. 1º -Este Decreto destina-se a normatização do período de hora-atividade a partir do ano letivo de 2018, equivalente a 1/3 (um terço) da jornada de trabalho total do servidor membro do magistério municipal.

Parágrafo Único - Compõe-se da jornada de trabalho do membro do magistério público municipal em efetivo exercício do cargo:

I - horas ou horas-aula em exercício de regência de classe ou de função;

II - período de hora-atividade.

Art. 2º - A hora-atividade é o período de tempo destinado às ações de estudo, planejamento, acompanhamento, avaliação de prática pedagógica e aperfeiçoamento profissional, incluindo:

I - elaboração de planejamento, projetos e avaliações, preenchimento de registros, correção de atividades e tarefas escolares, confecção de material didático-pedagógico, estabelecimento de estratégias para alunos com menor rendimento escolar e ampliação do repertório cultural;

II- participação em eventos, estudos, debates e avaliações;

III- participação em conselhos de classe, trabalhos coletivos da equipe escolar e reuniões administrativas e pedagógicas com a comunidade escolar;

IV - aprofundamento da formação docente e participação em cursos de formação continuada organizados pela Secretaria Municipal de Educação;

V - atendimento aos pais e/ou responsáveis pelo aluno.

Art. 3º - O tempo destinado a hora-atividade, equivalente a 1/3 (um terço) da jornada de trabalho, deve respeitar o limite de 50% (cinquenta por cento) para atividades coletivas, e 50% (cinquenta por cento) para as atividades individuais.

§ 1º - As atividades coletivas deverão ser cumpridas no próprio local de trabalho ou espaços definidos pela direção da unidade de ensino ou pela Secretaria Municipal de Educação. As atividades individuais serão realizadas em locais a critério do próprio servidor, respeitando as orientações da Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e o calendário da unidade de ensino.

Parágrafo Único – Caberá à Direção escolar e/ou equipe pedagógica da unidade de ensino gerenciar o exercício da hora-atividade individual e coletiva, organizando, orientando e validando o preenchimento e o arquivamento de documentos na unidade (anexo 1). Será de responsabilidade da Direção escolar, encaminhar junto ao relatório de ponto mensal, o formulário de cumprimento das horas-atividade individual e coletiva dos servidores (anexo 2).

Art. 4º - O atendimento aos educandos durante a hora-atividade do professor e do auxiliar de sala da Educação Infantil, que não optarem pela alteração da jornada de trabalho, garantida pela Lei Municipal nº 5352 de 21 de novembro de 2013, será realizado pelo auxiliar de ensino conforme item 2 do Anexo XXII da lei 4.422/2006, alterado pela Lei 5.464/2014.

Art. 5º -O atendimento aos educandos, durante a hora-atividade do professor regente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, será realizado pelos professores das seguintes disciplinas: Arte, Educação Física, Língua Estrangeira/Inglês e Práticas de Leitura e Escrita, de acordo com o Parecer Nº 078/2014, do Conselho Municipal de Educação de São José.

Parágrafo Único - Na falta do professor de Arte, Educação Física, Língua Estrangeira/Inglês e Prática de Leitura e Escrita dos Anos Iniciais, o auxiliar de ensino deverá assumir o atendimento aos educandos.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Educação e a direção da unidade de ensino deverão organizar o quadro de horário das aulas, de forma que os membros do magistério estejam disponíveis para realizar a formação continuada, referente à hora-atividade coletiva, de caráter obrigatório.

§ 1º - Para os professores, auxiliares de sala e auxiliares de ensino da Educação Infantil, a formação continuada deverá ser organizada em 4 (quatro) pólos (1, 2,3 e 4), correspondendo as quatro semanas do mês.

I - Os 4 (quatro) pólos da formação continuada na Casa do Educador serão subdivididos em 5 (cinco) núcleos (A B,C,D e E) correspondendo aos dias da semana, nos períodos matutino e vespertino;

II - A organização da formação continuada (pólos e núcleos) na Casa do Educador e dos grupos de estudos nas Unidades de Educação Infantil poderão ter seus dias alterados de acordo com a necessidade, sendo estes gerenciados pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º - Para os professores dos anos iniciais de 1º ano do Ensino Fundamental, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na primeira segunda-feira de cada mês.

§3º - Para os professores dos anos iniciais de 2º ano do Ensino Fundamental, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na primeira terça-feira de cada mês.

§ 4º - Para os professores dos anos iniciais de 3º ano do Ensino Fundamental, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na primeira quarta-feira de cada mês.

§ 5º - Para os professores dos anos iniciais de 4º ano do Ensino Fundamental, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na primeira quinta-feira de cada mês.

§6º - Para os professores dos anos iniciais de 5º ano do Ensino Fundamental, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na segunda segunda-feira de cada mês.

§ 7º- Para os professores de Arte, Educação Física e Língua Estrangeira que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada nos mesmos dias das disciplinas correspondentes dos anos finais do Ensino Fundamental.

§ 8 º - Para os professores de Prática de Leitura e Escrita, à hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na quarta sexta-feira de cada mês.

§ 9º -O quadro de horário para o cumprimento da hora-atividade coletiva e participação na formação continuada dos professores das disciplinas específicas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, deverá ser organizado, respeitando a seguinte ordem:

I - segunda-feira - Língua Portuguesa;

II - terça-feira - Matemática e Ciências (Química, Física e Biologia);

III – quarta-feira – História, Geografia, Filosofia, Ensino Religioso, Sociologia e Noções de Direito;

IV – sexta-feira – Arte, Educação Física, Informática, Língua Estrangeira e Projetos Educacionais;

§ 10 -A hora-atividade coletiva de formação continuada de caráter obrigatório dos professores das disciplinas específicas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ocorrerá,prioritariamente, na terceira semana de cada mês, respeitados os dias da semana, conforme parágrafo anterior.

§ 11 -Para os professores da Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio, a hora-atividade coletiva de formação continuada deverá ser cumprida exclusivamente às sextas-feiras.

§ 12 - Os auxiliares de ensino serão inseridos nos encontros de formação dos professores dos Anos Iniciais ou Finais, conforme o segmento em que atuam, atendendo a organização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 13 – Para os especialistas em Assuntos Educacionais – orientadores e supervisores – à hora-atividade de formação continuada deverá ser organizada, prioritariamente, na sexta-feira, entretanto as demais horas-atividade devem ser cumpridas em dias alternados da semana.

Art. 7º - Na impossibilidade de cumprimento da hora-atividade coletiva de formação continuada, a Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, junto à direção da unidade de ensino, deverão reorganizar um novo quadro de horário.

Art. 8º - Não terá direito a hora-atividade o servidor que não estiver em efetivo exercício no cargo.

§1º - O membro do magistério que não esteja em efetivo exercício no cargo deverá cumprir sua jornada de trabalho de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, exercendo as funções para o qual foi designado, no seu local de trabalho.

§ 2º - O Professor dos Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos que não esteja no efetivo exercício de docência, ou seja, que não esteja em regência de classe (professor designado para outra função) deverá cumprir a carga horária (número de aulas) correspondente a sua jornada de trabalho, exercendo as funções para o qual foi designado, no seu local de trabalho.

§3º - O membro do magistério em assessoramento no órgão central da Secretaria Municipal de Educação deverá cumprir a carga horária correspondente a sua jornada de trabalho, exercendo as funções para o qual foi designado, no seu local de trabalho.

Art. 9º - A hora-atividade será parte da carga horária da jornada de trabalho atribuída ao membro do magistério no efetivo exercício de regência de classe ou cargo, e quando o resultado do cálculo do 1/3 (um terço) for número fracionado, inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) diminui-se para o número inteiro imediatamente inferior e, igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco) eleva-se para o número inteiro imediatamente superior.

Art. 10 - O período de hora-atividade do professor em regência de classe, que cumpre a jornada de trabalho em duas ou mais unidades de ensino, será distribuído proporcionalmente em cada unidade.

Parágrafo Único - A direção da unidade de ensino informará a disponibilidade de horário de atendimento do professor aos Pais e/ou responsáveis e divulgará para a comunidade escolar em locais de fácil visibilidade.

Art. 11 - O não cumprimento da hora-atividade coletiva prevista neste Decreto resultará no registro de falta injustificada.

Art. 12 - A equipe pedagógica estará à disposição dos professores, auxiliares de sala e auxiliares de ensino que estejam em sua hora-atividade, dando subsídios para o planejamento e auxiliando-os quando necessário, preservada a sua hora-atividade individual e coletiva.

Art. 13 - Para o cumprimento da matriz curricular de disciplinas específicas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, quando o número de aulas a serem ministradas exceder a 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho, esta alteração será paga como aula excedente.

Parágrafo Único - As aulas excedentes serão oferecidas prioritariamente, aos professores efetivos até atingirem o total de sua carga horária. Caso o professor não tenha interesse, será reduzida a jornada até o término do ano letivo.

Art. 14 - É de responsabilidade do diretor de cada unidade de ensino assegurar o cumprimento da hora-atividade individual e coletiva.

§ 1º - Não será permitida qualquer forma de organização ou acordo que leve ao descumprimento deste Decreto.

§ 2º - Caso haja descumprimento deste Decreto, as partes envolvidas serão devidamente responsabilizadas.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e sua Diretoria de Ensino.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor a partir do início do ano letivo de 2018, revogando-se as demais disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 3.546, de 16 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de setembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA HANG
Secretária de Educação

(ANEXO 1)
DOCUMENTO DE REGISTRO DA HORA ATIVIDADE
INDIVIDUAL () COLETIVA ()

NOME: _____
TURMA: _____
DATA: _____ HORA: _____
LOCAL: _____

JUSTIFICATIVA: _____

PLANEJAMENTO DA AÇÃO : _____

ASSINATURA

RETORNO (parecer especialistas/direção): _____

DECRETO Nº 8633/2017

DECRETO Nº 8634/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19 da Lei Complementar nº 014/2004,

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de São José/SC, sendo composta pelos seguintes membros:

I – Rodrigo de Andrade – Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos, representante do Chefe do Executivo.

II – Rodrigo João Machado – Procurador-Geral, representante da Procuradoria Geral do Município;

III – Milton Bley Júnior – Secretário de Infraestrutura, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

IV – Osmar Vieira Filho – Arquiteto e Urbanista da Secretaria Executiva de Urbanismo e Serviços Públicos, representante da Secretaria Executiva de Urbanismo e Serviços Públicos;

V – Fernanda Vieira Diniz Farias – Superintendente da FMDAS, representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

VI – Telson Ronei dos Nascimento - Diretor de Defesa Civil e Áreas Verdes, representante da Defesa Civil.

Art. 2º A presidência da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de São José/SC será exercida pelo membro do inciso I do art. 1º deste Decreto.

Art. 3º A Comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

Art. 4º São atribuições da Comissão:

§ 1º Quando o Município não for o Requerente da Regularização Fundiária Urbana:

I – Processar administrativamente o requerimento;

II – Classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;

III – Processar, analisar e aprovar o projeto de regularização fundiária;

IV – Sanear o procedimento administrativo;

V – Elaborar a Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

Art. 5º A Comissão de Regularização Fundiária Urbana ficará instalada na Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, utilizando sua infraestrutura e corpo técnico sempre que necessário.

Art. 6º A Comissão de Regularização Fundiária Urbana publicará portaria com o fluxograma das fases dos procedimentos administrativos e a relação da documentação necessária para a efetivação da regularização.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de setembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA Nº 026/2017

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC DO TELEDIAGNÓSTICO EM DERMATOLOGIA PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E REGULAÇÃO DOS PACIENTES QUE ESTÃO OU SERÃO INSERIDOS NA FILA DE REGULAÇÃO ATRAVÉS DO SISREG (SISTEMA DE REGULAÇÃO).

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, VI, Considerando o art. 196 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o art. 197 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder

Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle;
Considerando Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as ações de saúde destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social e para tanto estabeleceu descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, o qual em última análise legitima este ente Federativo a estabelecer fluxo administrativo para realização dos serviços de saúde;

Considerando Deliberação 366/CIB/13 aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite em sua 179ª reunião ordinária do dia 22 de agosto de 2013 que dispõe a utilização do telediagnóstico em dermatologia para classificação de risco

Considerando que a teledermatoscopia, permite a visualização das lesões de pele por especialista em Dermatologia de forma assíncrona e prévia ao atendimento especializado, fortalecendo o processo de classificação de risco aos atendimentos solicitados na Central de Regulação de São José.

Considerando a necessidade de gerenciamento da fila de espera em Dermatologia, pela Central de Regulação de São José, sendo o telediagnóstico em Dermatologia uma das ferramentas disponíveis para auxiliar o processo regulatório.

Considerando que a ação de avaliar as lesões de pele por meio da teledermatoscopia, tem por objetivo classificar o risco das doenças da pele e identificar os pacientes na fila de espera com maior gravidade de lesão, por solicitação médica, e, portanto, não infringe na Resolução 1974/2011 do Conselho Federal de Medicina que veta ao médico, consultar, diagnosticar ou prescrever por qualquer meio de comunicação de massa ou a distância e está de acordo com a Resolução 1643/2002 do Conselho Federal de Medicina.

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado a utilização compulsória, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José, do Telediagnóstico em Dermatologia para classificação de risco e regulação dos pacientes que serão inseridos na fila de Regulação através do Sistema de Regulação – SISREG, para consulta em dermatologia em geral;

Parágrafo único. Os pacientes que já estão inseridos no Sistema de Regulação – SISREG, para consulta em dermatologia em geral poderão também utilizar o Telediagnóstico em Dermatologia conforme encaminhamento dado pela Central de Regulação de São José

Art. 2º O processo regulatório da dermatologia via telemedicina no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José obedecerá ao estabelecido na Deliberação 366/CIB/13 e seus anexos, aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite em sua 179ª reunião ordinária do dia 22 de agosto de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

São José (SC), 31 de agosto de 2017.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1273 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 1273 de 28 de agosto de 2017

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, conforme estabelece legislação vigente, e:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Art. 4º, da Lei nº 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo Administrativo nº 8103/2017, relativo a ato disciplinar da servidora K.A.A.L., matrícula nº 428146-2, e, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II – DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patrícia Ana Marques e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 28 de agosto de 2017.

Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1274 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 1274 de 28 de agosto de 2017

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, conforme estabelece legislação vigente, e:

- A necessidade de análise de processo administrativo;

- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Art. 4º, da Lei nº 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo Administrativo nº 8102/2017, relativo a ato disciplinar da servidora B.K., matrícula nº 427706-6, e, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II – DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patrícia Ana Marques e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 28 de agosto de 2017.

Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1302 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1302 de 05 de setembro de 2017

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR EFETIVO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, conforme estabelece legislação vigente, e:

Considerando a necessidade de apurar fatos ocorridos na Unidade de Ensino C.E.M.C.M, no que diz respeito a servidora não cumprir com suas funções pedagógicas quanto à prática de supervisão escolar;

Considerando o disposto na Lei Ordinária nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações públicas federais, por analogia, em destaque o Artigo 116 – São deveres do servidor, entre outros: I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; III – observar as normas legais e regulamentares; IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa; e o Artigo 117 – Ao servidor é proibido, dentre outros XV – proceder de forma desidiosa;

Considerando o disposto na Lei Ordinária nº 2248, de 20 de março de 1991, em que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de São José em destaque o Artigo 146, o qual elenca os deveres do servidor, dentre outros: VI – observância das normas legais e regulamentares; VII – observância às normas superiores, salvo quando manifestamente ilegais; VII – representar a autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo; XI – manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão;

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo Administrativo nº 7861/2017, relativo a ato disciplinar da servidora L.T.C.S., e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II – DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Márcia Figueiredo Rizzaro, Vera Lúcia Sabino e Eleana Costa para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 05 de setembro de 2017.

Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2017 – NOVA ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2017 – NOVA ABERTURA – Processo nº 369/2017 – Proc. Adm. 5419/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO E SEGURO RCF (RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA), PARA A FROTA DE VIATURAS OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até dia 22 de setembro de 2017, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 22 de setembro de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2017 - Processo nº 288/2017 – Proc. Adm. 4372/2017. Fornecedores: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP; HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI – EPP e DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 21.244,90 – vinte e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 008/2017 – Processo nº 086/2017 – Proc. Adm. 1132/2017. Fornecedores: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIP. LTDA ME; SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e JARDIM COSMÉTICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE MATERIAIS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 1.121.481,80 – um milhão, cento e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 – Proc. Adm. 068/2017 - A Câmara Municipal de São José, por intermédio da sua Diretora de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que, no Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital publicado dia 05/09/2017 no site da Câmara, conforme Aviso de Abertura de Licitação publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 05/09/17,

ONDE SE LÊ: “CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES” LEIA-SE: “CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES”;

ONDE SE LÊ: “CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE” LEIA-SE: “CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE”;

ONDE SE LÊ: “CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES” LEIA-SE: “CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES”;

ONDE SE LÊ: “CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE RECISÃO”, LEIA-SE: “CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS HIPÓTESES DE RECISÃO”;

ONDE SE LÊ: “CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA” LEIA-SE: “CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA”;

ONDE SE LÊ: “CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA” LEIA-SE: “CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA”.

Gisele Hendges / Diretora de Administração.

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**DECRETO 8580/2017**

DECRETO Nº 8580/2017

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o despacho exarado no processo TCE/SC @APE 15/00409119.

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 3979/2015, que concedeu aposentadoria a RENATA DE ALMEIDA MACIEL, matrícula 744, quanto ao cargo:

ONDE SE LÊ: "ocupante do cargo de Agente Comunitário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ..."

LEIA-SE: "ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ...".

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.108/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº108/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº108/2017, Edital de Pregão Nº108/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE ELÍPTICO NOVO EM AÇO CARBONO PARA INSTALAÇÃO EM CAMINHÃO MARCA FORD DO DMER e AQUISIÇÃO DE UM COMPUTADOR NOVO PARA USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO INTERIOR.. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 20/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.25/2017

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2017

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 25/2017, Edital de Pregão Nº 25/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, bem como, CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FAZER OS CONSERTOS NECESSÁRIOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA UNIDADES DE SAÚDE E CENTRO DE APOIO - CEMAS. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 21/09/2017. Abertura dos envelopes na mesma hora, dia e local, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

PORTARIA Nº 509/2017

PORTARIA Nº 509/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Inciso II, do Artigo 4º, da Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipal Anderson Luis Muller, matrícula 3374, e Fabio Fernando Kraemer, matrícula 1908, ocupantes do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Adicional de Insalubridade em Grau Médio que fica estabelecido em valor correspondente a 1,74 (um vírgula setenta e quatro) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no

trabalho do Serviço Social da Indústria – SESI, devido à exposição aos níveis de ruído acima do limite de tolerância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 01 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 510/2017

PORTARIA Nº 510/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Sandra Zanotelli Martinelli, para o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto a Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, no período de 01 de a 12 de setembro de 2017, em substituição à monitora titular da vaga, Marisa Danieli Lolato, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 01 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 5111/2017

PORTARIA Nº 511/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Eliane Aparecida Almeida Cintra, para o cargo de Professor Habilitado, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na área I de Educação Infantil e na área II de Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao Grupo Escolar Tancredo de Almeida Neves e Escola Municipal de 1º Grau Santo Isidoro, no período de 01 de setembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, ocupando vaga excedente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 01 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 512/2017

PORTARIA Nº 512/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Ivanete da Silva, para o cargo de Professor Habilitado, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II de Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao CEBEM São Cristóvão, no período de 04 a 18 de setembro de 2017, em substituição à professora titular da vaga, Julita Lúcia Kieling Camini, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 513/2017

PORTARIA Nº 513/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Gabriela Postai, para o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto a Creche Municipal Nossa Senhora Aparecida, neste Município, no período de 04 de setembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, ocupando vaga excedente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 514/2017

PORTARIA Nº 514/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Veronice Fanton Pereira, para o cargo de Professor não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na área I de Educação Infantil e na área II de Ensino

Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao Jardim Lageado Grande e CEBEM São Cristóvão, no período de 04 de setembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, ocupando vaga excedente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 04 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 515/2017

PORTARIA Nº 515/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Tatiane Debona, para o cargo de Professor não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao Grupo Escolar Tancredo de Almeida Neves, neste Município, no período de 05 de setembro de 2017 a 10 de outubro de 2017, em substituição a professora Cleusa de Fátima Telles Fantinelli, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 05 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 516/2017

PORTARIA Nº 516/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Daiani Foretti, para o cargo de Professor Habilitado, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao CEBEM São Cristóvão, neste Município, no período de 05 de setembro de 2017 a 10 de outubro de 2017, em substituição a professora Cleusa de Fátima Telles Fantinelli, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 05 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 517/2017

PORTARIA Nº 517/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a partir de 04 de setembro de 2017, a Portaria nº 407/2017, de 14 de julho de 2017, que admitiu em caráter temporário Eliane da Silva Sertório, para o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I de Educação Infantil, passando a ter exercício excepcionalmente junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, até 20 de dezembro de 2017, ocupando vaga excedente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 05 de setembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

RGF BIMESTRAL ANEXO 5

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Do Exercício	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (excesso destinados à Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	128.999,49	0,00	7.875,00	0,00	0,00	0,00	121.124,49	24.441,10	0,00
Recursos Ordinários	128.999,49	0,00	7.875,00	0,00	0,00	0,00	121.124,49	24.441,10	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	128.999,49	0,00	7.875,00	0,00	0,00	0,00	121.124,49	24.441,10	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Alcídio Wartha Presidente da Câmara de Vereadores	Aline Inês Elges Contadora CRC-SC 036.404/O-7
--	--

RGF MENSAL ANEXO 1

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	679.094,38	0,00
Pessoal Ativo	679.094,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	679.094,38	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.604.867,49	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	679.094,38	1,71
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.376.292,05	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.257.477,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.138.662,84	5,40

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcídio Wartha
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

RGF QUADRIMESTRAL ANEXO 1

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	679.094,38	0,00
Pessoal Ativo	679.094,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	679.094,38	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.604.867,49	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	679.094,38	1,71
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.376.292,05	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.257.477,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.138.662,84	5,40

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcídio Wartha
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

RREO ANEXO 1

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	515.687,17	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro	—	—	—	—	—	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	—	—	—	—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e+h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	437.210,75	507.812,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	944.897,92	944.897,92	132.847,87	539.108,27	405.789,65	145.616,99	514.667,17	430.230,75	506.792,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	729.950,00	729.950,00	120.222,32	440.301,73	289.648,27	120.222,32	440.301,73	289.648,27	440.301,73
DESPESAS DE CAPITAL	214.947,92	214.947,92	12.625,55	98.806,54	116.141,38	25.394,67	74.365,44	140.582,48	66.490,44
	8.000,00	8.000,00	0,00	1.020,00	6.980,00	0,00	1.020,00	6.980,00	1.020,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	437.210,75	507.812,17
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	0,00	1.020,00	6.980,00	0,00	1.020,00	6.980,00	1.020,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	437.210,75	507.812,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	437.210,75	507.812,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	—	145.616,99	515.687,17	—	507.812,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcídio Wartha
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

RREO ANEXO 14

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			515.687,17	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			952.897,92	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			952.897,92	
Despesas Empenhadas			540.128,27	
Despesas Liquidadas			515.687,17	
Despesas pagas			507.812,17	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			540.128,27	
Despesas Liquidadas			515.687,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-515.687,17	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.020,00	6.980,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcídio Wartha

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

RREO ANEXO 2

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SA (e) :
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	100,00
Legislativa	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	100,00
Ação Legislativa	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	952.897,92	952.897,92	132.847,87	540.128,27	412.769,65	145.616,99	515.687,17	100,00

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcádio Wartha
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

LDO

= (a-d)

437.210,75

437.210,75

437.210,75437.210,75

RREO ANEXO 5

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Jun 2017 (B)	Em 31 Ago 2017 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	111.760,49	121.124,49
Disponibilidade de Caixa	0,00	111.698,35	121.124,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	111.698,35	128.999,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	0,00	7.875,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	62,14	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Ago 2017 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcídio Wartha
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

RREO ANEXO 6

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	944.897,92	539.108,27	482.171,45	514.667,17	468.896,31
Pessoal e Encargos Sociais	729.950,00	440.301,73	415.244,93	440.301,73	415.244,93
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	214.947,92	98.806,54	66.926,52	74.365,44	53.651,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	944.897,92	539.108,27	482.171,45	514.667,17	468.896,31
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.000,00	1.020,00	7.850,00	1.020,00	7.850,00
Investimentos	8.000,00	1.020,00	7.850,00	1.020,00	7.850,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.000,00	1.020,00	7.850,00	1.020,00	7.850,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	952.897,92	540.128,27	490.021,45	515.687,17	476.746,31
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-952.897,92	-540.128,27	-490.021,45	-515.687,17	-476.746,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

São José do Cedro, 05/09/2017

Cláudio Arcídio Wartha
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

RREO ANEXO 7

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 05/09/2017

Claudio Arcadio Marinho Presidente da Câmara de Vereadores	Alina Inês Etges Contadora CRC-SC 036.400/0-7
---	--

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.723, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.723, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Permite o uso gratuito do auditório do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de permitir o uso do Auditório do Centro Administrativo Municipal pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE do Estado de Santa Catarina com a finalidade de realização de treinamento ao pessoal censitário contratado para trabalhar no Censo Agropecuário de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso gratuito do Auditório do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro de São Lourenço do Oeste/SC, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0026-06, com a finalidade de realização de treinamento ao pessoal censitário contratado pelo IBGE para trabalhar no Censo Agropecuário de 2017.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de setembro de 2017.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001, DE 21 DE JULHO DE 2017.

EXTRATO DO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001, DE 21 DE JULHO DE 2017.

Origem: Lei Municipal nº 2.328, de 13 de junho de 2017, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Concessionário: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL DE SANTA CATARINA, CNPJ nº 03.774.688/0001-55.

Objeto: Compartilhamento do imóvel, cujo uso foi concedido ao SENAI/SC, pela Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti, pertencente ao Concedente (Município de São Lourenço do Oeste), para o atendimento à 8 (oito) turmas por período (matutino e vespertino), contendo em média 25 (vinte e cinco) alunos por turma, do 1º ao 5º ano das séries iniciais da rede municipal de ensino.

Data da assinatura: 1º/08/2017.

Vigência: A vigência inicia-se na data de assinatura, com efeitos desde 31 de julho de 2017, perdurando enquanto exista necessidade de compartilhamento da estrutura física do imóvel pela EBM Santa Maria Goretti, ficando limitada à vigência do Termo de

Concessão de Uso originário, ou seja, até 21 de julho de 2022.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Concedente, Glauco José Côrte (Presidente do Conselho Regional) e Jefferson de Oliveira Gomes (Diretor Regional) - pelo Concessionário.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 019/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 016/2017,

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Almedi Comércio de Aparelhos Médicos e Odontológicos Ltda. ME, CNPJ nº 09.576.320/0001-69.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 3.890,42 (três mil, oitocentos e noventa reais e quarenta e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - (06/2017) 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica Manutenção da Saúde Pública; e D - (10/2017) 13.01.10.301.4506.2.047.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica.

Data de Assinatura: 25/08/2017.

Vigência: de 25/08/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Eleandra Regina de Almeida - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017 - ICSL.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS PARA O 4º ACAMPAMENTO FARROUPILHA, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 19 E 22 DE SETEMBRO DE 2017, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Pagamento: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, no primeiro dia útil subsequente ao da prestação de serviços, mediante a

apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - 002/2017 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 28/08/2017.

Vigência: de 28/08/2017 a 30/09/2017

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 127/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 077/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 062/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Perazoli e Verona Ltda., CNPJ nº 27.082.333/0001-63.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 e 2 do Contrato nº 127/2017, de 03/07/2017, (originário do Processo Licitatório nº 077/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 062/2017, AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC PARA O ANO LETIVO DE 2017), em 08 (oito) e 11 (onze) unidades, respectivamente, a fim de atender os alunos que foram matriculados após o início do ano letivo de 2017, nas escolas da rede pública municipal de ensino.

Valor Aditado: R\$ 1.167,12 (um mil, cento e sessenta e sete reais e doze centavos) para o item 1; e o valor de R\$ 1.769,77 (um mil, setecentos e sessenta e nove reais setenta e sete centavos) para o item 2; totalizando o valor aditivado de R\$ 2.936,89 (dois mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos), para os dois itens.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente neste exercício de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 046/2017 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; e D - 069/2017 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 28/08/2017.

Vigência: de 28/08/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauro Perazoli - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 151/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 112/2017, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 009/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Edileusa M. Belo Flor ME, CNPJ nº 08.030.885/001-83.

Objeto: Aditar a quantidade do item 3 do Contrato nº 151/2017, de 28/07/2017, (originário do Processo Licitatório nº 112/2017, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 009/2017,

cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, BEM COMO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE CERCAS E GRADES NOS LOCAIS QUE ABRIGARÃO AS NOVAS SALAS DE AULA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI), em 19 m² (dezenove metros quadrados), a fim de instalar grades no entorno do local que abrigará o parque infantil da EBM Santa Maria Goretti, no prédio público cedido ao SENAI.

Valor Aditado: R\$ 793,75 (setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente neste exercício de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 069/2017 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 28/08/2017.

Vigência: de 28/08/2017 a 29/08/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edileusa Marques Belo Flor - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Palmasnet Paris Ltda. ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: Retificar o item I.2 da Cláusula Primeira, do Contrato nº 086/2017, de 24/04/2017 (Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2017, de 1º/02/2017, originário do Processo Licitatório nº 002/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE SUPORTE A REDE DE FIBRA ÓPTICA DA PREFEITURA, LINKS, EQUIPAMENTOS, TORRES, ANENAS E MANTER E ESTENDER O PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO OESTE E NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DA CIDADE), tendo em vista o equívoco técnico na redação do novo valor mensal do contrato.

Data de Assinatura: 28/08/2017.

Vigência: de 28/08/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2017, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2017, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Editora Uma Luz no Fim do Túnel Ltda. ME CNPJ nº 04.357.719/0001-35.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE JORNAIS EDUCATIVOS E CADERNOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 2.712,00 (dois mil, setecentos e doze reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as

especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 046/2017 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 1º/09/2017.

Vigência: de 1º/09/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marilene Sponchiado Skiba - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 109/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 085/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA. - EPP, CNPJ nº 13.745.092/0001-80.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA CORTADORA DE PISO E ASFALTO, MARTELETE ROMPEDOR E DISCOS DIAMANTADOS PARA USO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 10.310,00 (dez mil e trezentos e dez reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; b) D - 097/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura - Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura; e c) D - 086/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 05/09/2017.

Vigência: de 05/09/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler (Prefeito Municipal em Exercício) - pela Contratante e Douglas Luiz Castanheira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 149/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 111/2017, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 008/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Mitra Diocesana de Chapecó, CNPJ nº 83.314.930/0034-05.

Objeto: Alterar o preâmbulo do Contrato nº 149/2017, de 27/07/2017, (originário do Processo Licitatório nº 111/2017, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 008/2017,

cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL COM ÁREA DE 160M², LOCALIZADO NA RUA DUQUE DE CAXIAS ESQUINA COM A RUA CORONEL BERTASO, ANEXO AO CENTRO COMUNITÁRIO, CENTRO, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA SER UTILIZADO COMO SALAS DE AULA PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI), tendo em vista a alteração do Procurador da Locadora de Egidio balbinot para Valdir dos Reis Fontana, conforme a procuração anexa ao termo aditivo.

Data de Assinatura: 05/09/2017.

Vigência: de 05/09/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler (Prefeito Municipal em Exercício) - pela Contratante e Valdir dos Reis Fontana - pela Contratada.

PORTARIA Nº 974, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 974, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública Municipal DANIELLA FRANÇOZI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS matrícula nº 1256/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 31 de agosto a 11 de setembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de agosto de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de setembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 975, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 975, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 109 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e o Decreto nº 4.167, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora municipal ELENIR ALTENHOFEN, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 1395/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01 à 30 de setembro de 2017, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de setembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 976, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 976, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a partir de 04 de setembro de 2017 a Portaria nº 897 de 28 de julho de 2017, que alterou a carga horária da servidora pública municipal HALANNA GALIAZZI MIGLIORINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, matrícula 3022/01, que concede licença sem remuneração para tratamento de assuntos particulares.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de setembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 977, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 977, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir, a partir de 1º de setembro de 2017, o Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal CAMILA LORENZET, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3000/26, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda e quarta-feira das 07h00min às 13h00min e terça, quinta e sexta - feira das 13h00min às 19h00min.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de setembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 978, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 978, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 04 de setembro de 2017, a Senhora PÂMELA WAGNER KUHN, ocupante do cargo de Professor Habilitado – ACT na Área de Educação Infantil, matrícula nº 3468/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em decorrência do retorno a função da professora efetiva HALANNA GALIAZZI MIGLIORINI.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de setembro de 2017.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 979, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 979, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal CAMILA VIERO, ocupante do cargo de PROFESSORA HABILITADA - ACT, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3176/04, no período de 1º de setembro a 29 de dezembro de 2017, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de setembro de 2017.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 980, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 980, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 1º a 30 de 2017, a Senhora DULCINEIA PERBONI CUNICO, no cargo de Professor Habilitada 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM SANTA MARIA GORETTI em substituição a professora titular ELENIR ALTENHOFEN, que encontra-se em Licença para tratamento em licença da pessoa da família.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de setembro de 2017.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 981, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 981, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 21, da Lei Complementar nº 090 de 26 de dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar temporariamente, no período de 04 de setembro a 14 de dezembro de 2017, a carga horária da servidora pública ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO, ocupante do cargo de Professor Habilitado- ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 1680/20, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, para atuar na EBM Santa Catarina, na vaga da professora Camila Viero que se encontra em licença maternidade.

Parágrafo único. O período de alteração previsto no caput é o prazo máximo de duração, podendo o Município, a bem do interesse público, revogá-la a qualquer tempo.

Art. 2º A remuneração da carga horária alterada corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional de carga horária prevista no art. 23 da referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de setembro de 2017.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 982, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 982, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública Municipal LOIVA BERNARDETE MAEHLER BARBOSA, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL matrícula nº 440/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 04 a 17 de setembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de setembro de 2017.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 983, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 983, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 05 a 15 de setembro 2017, a Senhora PAMELA WAGNER KUHN, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da EDUCAÇÃO INFANTIL, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM SANTA MARIA GORETTI em substituição a professora titular LOIVA BERNARDETE MAEHLER BARBOSA que se encontra em licença o para Tratamento de saúde.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art. 2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de agosto de 2017.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal em exercício Daniel

Rodrigo Hippler, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 13.019/2014, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Seleção do Chamamento Público 001/2017, resolve:

01 – HOMOLOGAR:

Lote 01: Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque, CNPJ nº 03.151.088/0001-30;

Lote 02: Associação de Agricultores de São Roque, Planalto e Santana da Bela Vista, CNPJ nº 04.997.606/0001-02;

Lote 03: Associação de Máquinas das Comunidades de São João, São Caetano, Santa Clara, parte de Taquari e parte de São Miguel, CNPJ nº 14.749.056/0001-58;

Lote 04: Associação de Máquinas do Setor 2 de Presidente Juscelino, CNPJ nº 11.382.344/0001-29;

02 – Autorizar a confecção dos Acordos de Cooperação.

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de setembro de 2017.

Daniel Rodrigo Hippler

Prefeito Municipal em exercício

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA 14/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2017 - FMS.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso "II" e "IV" da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, relativo à aquisição do medicamento Versa 40mg/0,4ml, para paciente com trombofilia, com um custo total de R\$ 5.572,00 da empresa, Comercio de Medicamentos Brair Ltda. São Miguel da Boa Vista (SC), 05 de Setembro de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE– Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO 10/2017 - FMS

CONTRATO AMINISTRATIVO N. 02 /2017 DE 16/01/ 2017.

10 – FMS PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO N. 02/2017 DE 16 DE janeiro DE 2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua São Luiz n. 210, centro, cidade de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 80.912.124/0001-82, neste ato representado por seu Prefeito Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, residente e domiciliado na, Linha Anta Gorda, nº S/N, neste Município de São Miguel da Boa Vista - SC, portador do CPF n. 938.411.089-20 , RG n. 3.299.783, doravante denominado CONSORCIADO.

CONTRATADO: O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede administrativa na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 949.929.169-53, RG nº 1.878.282, residente e domiciliado na Av. do Comércio, 1169, centro, CEP: 89.890-000, município de Cunha Porã/SC doravante denominado CONSÓRCIO.

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO os fins estabelecidos no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público, Contrato de Programa e Contrato de Rateio n. 02/2017 FMS, que a teor do que foi anunciado e proposto em Assembleia Geral do CIS/AMERIOS, que levaram a fundação do Consórcio Público, visando elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento para os municípios consorciados.

CONSIDERANDO os fundamentos legais estabelecidos no art. 241 da Constituição Federal, arts. 6º e 8º da Lei Federal n. 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Federal 6.017/2007, art. 41, III e IV, da lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), Lei Federal n. 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal n. 8.142/90 (Participação da comunidade na gestão do SUS), subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, no Protocolo de Intenções, que ratificado pela Lei deste Município sob n. 981/2015, gerou o Contrato de Consórcio Público, conforme estabelecido no Contrato de Programa sob n. 04/2016, bem como o teor das cláusulas do Contrato Administrativo de Rateio n. 02/2017 FMS.

CONSIDERANDO fato novo imprevisível que resultou na obtenção de mais recursos para ampliar o programa de saúde pública do município, que visa proporcionar melhor qualidade de vida a população, principalmente a mais carente, fato que requer igualmente a alteração contratual, ampliando formalmente o valor inicialmente pactuados por esse ser insuficiente.

CONSIDERANDO, enfim, as razões supracitadas, faz-se necessária a correção da redação da CLÁUSULA QUARTA e consequentemente a CLÁUSULA QUINTA do Contrato de Rateio que epígrafe foi celebrado entre as partes, relativamente "Do rateio" e "Da Rubrica Orçamentária", a qual rege-se-á então, pelos seguintes termos e valores expressos neste 1º Termo Aditivo, a saber:

DO OBJETO

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Quarta (Do rateio) e a Cláusula quinta (Da Rubrica Orçamentária) do contrato originalmente celebrado, que disciplina sobre o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

DO VALOR

Clausula Segunda – A Contratante acrescentará no repasse original o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), para ser utilizado na prestação dos serviços objeto pactuado.

DA RUBRICA ORÇAMENTARIA

Cláusula Terceira – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1026/2016, na seguinte rubrica orçamentária:

3.3.90.00.00 –Manutenção das atividades da Saúde Publica - R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

DAS CONDIÇÕES GERAIS



Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo inicialmente pactuados e não alcançadas por este Termo Aditivo. E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, que segue para deliberação em Assembleia Geral.

Município de São Miguel da Boa Vista (SC) aos 23 de Agosto de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito de Cunha Porã
Presidente do CONSÓRCIO CIS/AMERIOS

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito de São Miguel da Boa Vista
Município CONSORCIADO

ARLINDO LUIZ KOLLET GILBERTO JOSÉ MIORANDO
OAB/SC N. 35378 OAB/SC N. 24943
ASSESOR JURIDICO ASSESOR JURIDICO

Testemunhas:

VIVIANI WOLFF BOHRZ CLOVES ANTONIO RAFF
CPF: 067.907.749-98 CPF: 423.468.439-20

Ratificado pela Assembleia Geral do CIS/AMERIOS em, 25 de agosto de 2017 – Ata n. ____/2017.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS TÉCNICOS, DE ACORDO COM O ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
VALOR: Aditado R\$ 11.100,00
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO
São Miguel do Oeste, SC., 23 de agosto de 2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 87/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 87/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 12/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM FRENTE AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS JARDIM PEPERI, PROGRESSO E SÃO GOTARDO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO
CONTRATADO: ALBERTO AFONSO GUOLLO EIRELI - ME
VIGENCIA: Prorrogado até 06/09/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: ALBERTO AFONSO GUOLLO EIRELI - ME
São Miguel do Oeste, SC., 18 de agosto de 2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 94/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 94/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RODOVIAS E RUAS MUNICIPAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
CONTRATADO: AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - EPP
VIGENCIA: PRORROGADO ATÉ 05/01/2018.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: FABRICIO BORGES PAIVA
São Miguel do Oeste, SC., 05 de setembro de 2017

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DO CASEP, CONFORME CONVÊNIO Nº 01/2016, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO
CONTRATADA: ALEX CONSTRUTORA LTDA
VALOR: Suprimido R\$ 2.202,20, Aditado R\$ 5.173,30
ASSINA pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI ASSINA
pela CONTRATADA: RENATO ROQUE GUSI
São Miguel do Oeste, SC, 30 de agosto de 2017.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE RECONSTITUIÇÃO DA GALERIA DE CANALIZAÇÃO DO LAGEADO GUAMERIM, TRECHO LOCALIZADO NA RUA LA SALLE, CENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.
CONTRATADO: RS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
VALOR: Suprimido R\$ 6.818,12, aditado R\$ 6.806,17
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: ROSANGELA ALVES DA SILVA SALINI
São Miguel do Oeste, SC., 31 de agosto de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2/2017/1 - SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2017/1
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2017/1 - PR 10/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 19/2017 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO - TFD DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
Fornecedores:
REUNIDAS TURISMO S/A, em virtude da excessiva oneração da contratada, conforme comprovado documentalmente, fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro referente aos itinerários solicitados no percentual de 7,23%
01/09/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50/2017 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2017 - PR 125/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 180/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES (PNAE/PNAC) DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O PERÍODO DE 04 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

EDASA ATACADO LTDA - EPP, vencedora dos itens 21, 22, 23, 36, 44 no valor de R\$ 53.122,20 (cinquenta e três mil e cento e vinte e dois reais e vinte centavos).

AÇOUGUE E MERCADO KLEIN LTDA - ME, vencedora dos itens 29, 61, 62 no valor de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

ELIRIA MARIA KORB CAVALLI – ME, vencedora dos itens 11, 12, 40, 56, 58, 59, 63, 64 no valor de R\$ 44.065,30 (quarenta e quatro mil e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

HSW COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, vencedora dos itens 4, 6, 45 no valor de R\$ 51.615,00 (cinquenta e um mil e seiscentos e quinze reais).

A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI - ME, vencedora dos itens 2, 3, 7, 8, 10, 14, 17, 18, 20, 25, 26, 33, 38, 39, 48, 51, 57 no valor de R\$ 133.067,50 (cento e trinta e três mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

SCS COMERCIO LTDA – EPP, vencedora dos itens 5, 13, 15, 27, 34, 35, 37, 50, 52, 53 no valor de R\$ 38.378,30 (trinta e oito mil e trezentos e setenta e oito reais e trinta centavos).

ROMALDO PEDRO MALDANER – ME, vencedora dos itens 19, 28, 32, 46, 47, 49, 54 no valor de R\$ 78.218,60 (setenta e oito mil e duzentos e dezoito reais e sessenta centavos).

ODAIR EDSON DA SILVA PICININI – ME, vencedora dos itens 1, 24, 31, 41, 42, 43, 55, 60 no valor de R\$ 65.398,30 (sessenta e cinco mil e trezentos e noventa e oito reais e trinta centavos).

GILNEI PAGLIARI – ME, vencedora dos itens 9, 16, 30 no valor de R\$ 137.524,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos e vinte e quatro reais).

Total da Licitação: R\$ 626.589,20 (seiscentos e vinte e seis mil e quinhentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

ASSINATURA: 04/09/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 51/2017 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017 - PR 126/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 181/2017 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE HORAS MÁQUINA MOTONIVELADORA DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA - EPP, vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 108.450,00 (cento e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Total da Licitação: R\$ 108.450,00 (cento e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais).

ASSINATURA: 05/09/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

PROCESSO Nº 10/2017 - AGRICOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item. OBJETO: Aquisição de semente, insumos e materiais destinados para o viveiro municipal para produção de mudas, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 20 de setembro de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

RENATO ROMANCINI

Gestor do Fundo

PROCESSO Nº 15/2017 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Diretor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material esportivo destinados para atender o Programa Atleta na Escola e para competições realizadas pela Fundação Municipal de Desporto do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 19 de setembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de

Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

JULIANO MAURICIO SIEBEL

Diretor da Fundação

PROCESSO Nº 195/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de bocas de lobo destinados para as ruas do perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 19 de setembro de 2017.

Abertura: 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em Exercício.

PROCESSO Nº 196/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a execução de pavimentação com pedras irregulares da continuação da Rua Olívio Caponi, Bairro Salete do Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Convênio nº 2017TR0399, Processo nº SDR01 00000623/2017 (AR0 1522171), de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de setembro de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações

poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua

Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em Exercício.

PROCESSO Nº 42/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais com serviços de mão de obra destinados para adaptação de veículo Ducato Fiat para acessibilidade de cadeirante, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de setembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO 12//2017 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 12/2017

Objeto: Realização de parceria visando a implementação de atividades voltadas ao “Natal Regional de Amor e Paz 2017”, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado pela Comissão de Avaliação e Julgamento de Propostas e Planos de Trabalho (Portaria nº 0126/2017).

CONTRATADO: UNIÃO MIGUELOESTINA DE ARTESÃOS E ARTISTAS PLÁSTICOS – UMIPLART

VALOR: R\$ 60.000,00

VIGÊNCIA: 28/02/2018

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: CLEUSA ANA FONTANA PUHLE

São Miguel do Oeste/SC, 5 de setembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO N. 15/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARME, VIGILÂNCIA E LOCAÇÃO DE MATERIAIS, DESTINADOS PARA O PRÉDIO DA NOVA SEDE DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O PERÍODO DE ATÉ 04 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Entrega dos envelopes: Até as 09h00min horas do dia 20 de setembro de 2017.

Abertura: as 09h20min horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO EDITAL 16/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Registro de Preço, Tipo menor preço unitário por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E SEUS ACESSÓRIOS, PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min horas do dia 20 de setembro de 2017.

Abertura: às 14h20min horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO EDITAL N. 17/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Registro de Preço, Tipo Menor Preço unitário por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO, DE CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, QUENTE/FRIO, PAREDE/TETO/PISO, PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I.

Entrega dos envelopes: Até as 09h00min horas do dia 21 de setembro de 2017.

Abertura: as 09h20min horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Câmara, sito à Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de setembro de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº86/2017

, ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº86/2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1.117/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 20.477,00 (Vinte mil quatrocentos e setenta e sete reais) por conta do Superávit Financeiro – recursos ordinário na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0005.2.025 – Funcionamento e Manutenção
do Esporte Amador R\$ 20.477,00
3.3.50.00.00.000.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.477,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 05 de setembro de 2017.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Odair Luiz Laurentino. Filho de Paulino Manoel Laurentino e Maria das Neves Coelho Laurentino. Vereador eleito no pleito de 02 de outubro de 2016 que assumiu em substituição do Vereador titular, o Senhor Wilmar Prim, tendo em vista o pedido de afastamento para ocupar Cargo de Secretário no Poder Executivo Municipal. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Francisleine Kuhn Pavanati, Primeira Secretária da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 04 de setembro de 2017.
Amarildo Nazareno Staheliun Francisleine Kuhn Pavanati
Presidente da Câmara Primeira Secretária

Odair Luiz Laurentino
Empossado

TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Marceli Janete da Veiga dos Passos. Filha de Tércio da Veiga e Jacinta Maria da Veiga. Vereadora eleita no pleito de 02 de outubro de 2016 que assumiu em substituição do Vereador titular, o Senhor Marcos Rodrigo Reitz, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereadora nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Francisleine Kuhn Pavanati, Primeira Secretária da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 04 de setembro de 2017.
Amarildo Nazareno Stahelin Francisleine Kuhn Pavanati
Presidente da Câmara Primeira Secretária

Marceli Janete da Veiga dos Passos
Empossada

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2017 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2017 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 183/2017-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de marquise e brise metálico na nova sede do PROCON, na cidade de Schroeder, com área da marquise de 52,13 m², área do brise 56,25 m² e perímetro do brise 62,50 m, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório..

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de setembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 28 de setembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 06 de setembro de 2017.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.226/2017, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 4.226/2017, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2017 – SECEL/PMS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 001/2017 - SECEL/PMS, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 2332, de 01 de setembro de 2017, p. 642 e seguintes.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, contado a partir da data de publicação da homologação, conforme disposto no Item 16.5 do Edital n.º 001/2017 – Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 01 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.227/2017, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº 4.227/2017, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR (A) B – ANOS INICIAIS E FINAIS COM FLUÊNCIA NA LÍNGUA ESTRANGEIRA – ALEMÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por meio de ofício nº 117/2017 - SECEL, datado de 16 de Agosto de 2017, para a contratação de 01 (um) profissional Professor (a) B para auxiliar nas turmas de Anos Iniciais e Finais

com fluência na Língua Estrangeira Alemã;

Considerando que a vaga é em caráter de substituição da servidora, Sra. Fernanda Karina Pellim que encerrou o contrato em 14 de agosto de 2017;

Considerando que no Processo Seletivo nº 001/2017 – SECEL/PMS foi disponibilizada vaga, porém não classificados;

Considerando que a lista do último concurso já foi exaurida;

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Considerando que os profissionais da Educação do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos alunos conforme Lei Federal 9394/96 e art. 6º da Constituição Federal de 1988;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Educação como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Professor (a) B – Anos Iniciais e Finais, com fluência na Língua Estrangeira – Alemã, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo prazo máximo de 100 (cem) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.228/2017 DE 1 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 4.228/2017 de 1 de setembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10,00 (dez reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS

3.3.90.30.00.00.00.00 - 0228 - Material de Consumo R\$ 10,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 01 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.229/2017 DE 1 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 4.229/2017 de 1 de setembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.351,05 (um mil trezentos e cinquenta e um reais e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0154 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.351,05

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 0154 - Material de Consumo R\$ 1.351,05

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 01 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.196/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.196/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora, Sra. Denise Erig Rocha de Souza em 01 de agosto de 2017;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Tatiana Regina de Sant'anna dos Santos, para exercer o cargo de Farmacêutica, percebendo o nível salarial nº 50 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.197/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.197/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão do servidor, Sr. Lorêncio Gilmar Urnau em 19 de julho de 2017;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Victor Hugo Graffunder de Oliveira, para exercer o cargo de Técnico em Química, percebendo o nível salarial nº 45 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK	VALVENIR DOGE
Prefeito Municipal	Diretor de Saneamento

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.198/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.198/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 4.227/2017, de 1º de setembro de 2017, que autoriza a contratação emergencial de Professor (a) B - Anos Iniciais e Finais com fluência na Língua Alemã para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Cármen Márcia Geisler Vasel para exercer o cargo de Professora B – Anos Iniciais e Finais com fluência na Língua Alemã, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.199/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº. 7.199/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Elenir Beatriz Vasel Motta, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.200/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº. 7.200/2017, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do servidor Sr. Edelman Kempka Santiago, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.201/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.201/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora, Sra. Flávia Roberta de Souza em 25 de agosto de 2017;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Elenir Beatriz Vassel Motta, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem, percebendo o nível salarial nº 30 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.202/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.202/2017, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017
AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA Nº 004/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 30 (trinta) dias, contados a partir de 6 de setembro de 2017, em decorrência da complexidade dos autos, para o prazo para encerramento da Sindicância nº 004/2017, de acordo com o Ofício nº 011/2017-PS 004/2017, de 5 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 5 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.203/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.203/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. FABIOLA OLIVEIRA DOS SANTOS, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.204/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.204/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. CLAUDETE DUARTE, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 04 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA DO PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2017-FMS - SEQUENCIA 01**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 30/2017 - PR**

Processo Administrativo: 48/2017
Processo de Licitação: 08/08/2017
Data do Processo:

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de veículos zero quilometro para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 53/2017 (Sequência: 1)

Ao(s) 5 de Setembro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7120/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 48/2017, Licitação nº 30/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, E.J.C. VEICULOS LTDA e LIBERTE VEICULOS LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, E.J.C. VEICULOS LTDA, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa LIBERTE VEICULOS LTDA apresentou certidão simplificada emitida pela Junta Comercial com data de 26/07/2017, data superior ao exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", sendo assim o representante da empresa LIBERTE VEICULOS LTDA não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, E.J.C. VEICULOS LTDA e LIBERTE VEICULOS LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Os envelopes de habilitação das empresas E.J.C. VEICULOS LTDA e LIBERTE VEICULOS LTDA, serão devolvidos aos representantes presentes. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos representantes presentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 30/2017 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 48/2017
 Data do Processo: 08/08/2017

Folha: 2/2

Participante: 13019 - UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Veículo zero quilômetro, tipo automotor, ano/modelo 2017/2018, modelo Sedan com 05 lugares, na cor branca, para-choques da mesma cor do veículo, 04 (quatro) portas, com freios ABS EBD, AIRBAG frontais, rodas de ferro ou Liga Leve no tamanho mínimo 14 polegadas, tapetes, bancos dianteiros reclináveis com apoio de cabeça, bancos revestidos em couro sintético, cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos, cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos, indicador do nível do combustível, temperatura do veículo, com distância entre eixo de no mínimo 2.510 mm, volume do porta malas de no mínimo 500 litros, tanque de combustível a partir de 48 litros, de motorização a partir 1.4, com no mínimo 85 cv de potência, no mínimo 8 válvulas, motor 4 tempos, de no mínimo 4 cilindros em linha, refrigeração por circuito de água sob pressão, flex (álcool e gasolina), ar-condicionado, vidros e travas com acionamento elétrico nas 04 (quatro) portas, direção assistida (hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica) com desembaçador traseiro, protetor de cârter, antena interna ou externa para captação de sinais AM-FM, rádio CD/MP3 AM/FM com entrada USB e preparação para som devidamente instalados, documentação e emplacamento incluso.	UN	2,00	GM PRISMA 1.4 lt	0,0000	53.000,00	106.000,00

Total do Participante —————→ 106.000,00

Total Geral —————→ 106.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 5 de Setembro de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza - - Pregoeiro(a)
 Ana Paula Kreis - - Equipe de Apoio
 Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
 Eloir José Wendt - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Andrei Felipe do Prado - - Representante
 Thiago de Oliveria Outeiro Osório - - Representante
 Wilson Deoracki - - Representante

ATA DA CONCORRÊNCIA 03_2017-PMS SEQUENCIA 02**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**CONCORRÊNCIA
Nr.: 3/2017 - CC**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 145/2017
Data do Processo: 21/07/2017

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2017 - Comemoração Política Administrativa do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 147/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Setembro de 2017, às 13:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7185/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 145/2017, Licitação nº 3/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se conforme determinado anteriormente em ata, para continuação do certame na abertura das propostas comerciais. Os representantes das empresas LEANDRO EICHINGER 04157741951, LANCHONETE PETERS LTDA. - ME e ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922 não estão presentes na sessão. Foram abertos os envelopes de propostas comerciais das empresas LEANDRO EICHINGER 04157741951 e ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922. Constatando vencedora a empresa LEANDRO EICHINGER 04157741951, para o item 02, no valor de R\$ 1.655,00, e a empresa ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922, para o item 04, no valor de R\$ 1.550,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata às empresas participantes.

Participante: 13680 - LEANDRO EICHINGER 04157741951

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ITEM 2 - BOX 13 (EXTERNO) - CHURROS : BOX 13 Externo (área de 2,5x4 = 10m²) - Comercialização de Churros sabores doce de leite, chocolate entre outras variedades. Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações"	UN	1,00		0,0000	1.655,00	1.655,00

Total do Participante ———> 1.655,00

Participante: 13681 - ANDERSON RODRIGUES DA SILVA 05279793922

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	ITEM 4 - BOX 18 (EXTERNO) - RECREAÇÃO INFANTIL - BRINQUEDOS INFLÁVEIS, PULA-PULA, PISCINA DE BOLINHAS, ENTRE OUTROS: BOX 18 Externo (área de 20x10 = 200m²) - Recreação Infantil - Brinquedos Infláveis, Pula-Pula, Piscina de Bolinhas, entre Outros. Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações"	UN	1,00		0,0000	1.550,00	1.550,00

Total do Participante ———> 1.550,00

Total Geral ———> 3.205,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**CONCORRÊNCIA
Nr.: 3/2017 - CC**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 145/2017
Data do Processo: 21/07/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 5 de Setembro de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza

Valderi Rocha de Camargo

Eloir José Wendt

José Antônio Lourenço

Natália Kersten Brumuller

Diego Guilherme Lasta

- - Presidente da Comissão de Licitação

- - Membro

- - Membro

- - Membro

- - Secretária

- - Membro Suplente

ATA DA TOMADA DE PREÇOS 08 2017 PMS SEQUENCIA 3

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2017 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 132/2017 Data do Processo: 13/07/2017
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 148/2017 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação da Escola Municipal Professor Santos Tomaselli no Município de Schroeder/SC compreendendo uma área a construir de 470,87m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico do recurso impetrado pela empresa OMVS CONTRUTORA LTDA-ME. Foi recebido parecer do recurso impetrado referente às documentações de habilitação, bem como Parecer da Procuradoria nº 076/2017-PROJUR. Parecer da Procuradoria nº 076/2017-PROJUR traz que em sua conclusão o "NÃO CONHECIMENTO do RECURSO apresentado pela empresa OMVS CONTRUTORA LTDA-ME, devendo ser mantido o regular andamento do processo licitatório". De acordo com o Parecer da Procuradoria nº 076 /2017-PROJUR a comissão mantém sua decisão conforme ata 130, sequência 01, de 18 de agosto de 2017. Fica marcado para dia 06 de setembro de 2017, às 13h30min, a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, as empresas CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, SL CONSTRUTORA LTDA - EPP, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, COLINAZ ENGENHARIA EIRELI - ME, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP, ADRIANA L. K. WILPERT - ME. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e Parecer da Procuradoria nº 066/2017-PROJUR às empresas participantes.

Schroeder, 5 de Setembro de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Natália Kersten Brumuller	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro Suplente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017-FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 05/09/2017		Válido até: 05/09/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de veículos zero quilometro para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Veículo zero quilômetro, tipo automotor, ano/modelo 2017/2018, modelo Sedan com 05 lugares, na cor branca, para-choques da mesma cor do veículo, 04 (quatro) portas, com freios ABS EBD, AIRBAG frontais, rodas de ferro ou Liga Leve no tamanho mínimo 14 polegadas, tapetes, bancos dianteiros reclináveis com apoio de cabeça, bancos revestidos em couro sintético, cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos, cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos, indicador do nível do combustível, temperatura do veículo, com distância entre eixo de no mínimo 2.510 mm, volume do porta malas de no mínimo 500 litros, tanque de combustível a partir de 48 litros, de motorização a partir 1.4, com no mínimo 85 cv de potência, no mínimo 8 válvulas, motor 4 tempos, de no mínimo 4 cilindros em linha, refrigeração por circuito de água sob pressão, flex (álcool e gasolina), ar-condicionado, vidros e travas com acionamento elétrico nas 04 (quatro) portas, direção assistida (hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica) com desembacador trazeiro, protetor de cárter, antena interna ou externa para captação de sinais AM-FM, rádio CD/MP3 AM/FM com entrada USB e preparação para som devidamente instalados, documentação e emplacamento incluso.	UN	UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA (13019)	GM PRISMA 1	0	53.000,0000	1
			E.J.C. VEICULOS LTDA (13494)	FIAT	0	53.100,0000	2

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 05/09/2017		Válido até: 05/09/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de veículos zero quilometro para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - termo de Referência.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIBERTE VEICULOS LTDA (10629)	LOGAN AVANT	0	58.900.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 05/09/2017		Válido até: 05/09/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de veículos zero quilometro para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

PROCESSO Nº 48/2017

- (10629) - LIBERTE VEICULOS LTDA
- (13019) - UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
- (13494) - E.J.C. VEICULOS LTDA

Schroeder, 5 de Setembro de 2017.

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2017 ANEXO I DECRETO 39/2009

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009, que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA, pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que o Município de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período/Data da Liberação dos Recursos: 01 até 31 de agosto de 2017

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO
	TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	432.883,37
Programa	• Atenção Básica - PAB Fixo	34.010,00
Programa	• SUS - Estado	
Programa	• Saúde da Família - PSF	
Programa	• Saúde da Família - NASF	20.000,00
Programa	• Agentes Comunitários de Saúde - PACs	33.462,00
Programa	• Epidemiologia e Controle de Doenças	
Programa	• Farmácia Básica - União	7.576,48
Programa	• Farmácia Básica - Estado	6.685,13
Programa	• Saúde Bucal	11.150,00
Programa	• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. E Hosp	137.955,97
Programa	• Incentivo Hospitalar – SUS Estado	
Programa	• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ	45.900,00
Programa	• PMAQ – Atenção Básica	
Programa	• SAMU – União	21.919,00
Programa	• Média e Alta Complexidade - Mamografia	
Programa	• Piso Fixo – Promoção Saúde PFVPS	2.520,34
Programa	Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente	
Programa	• MAC - AMB Hospitalar - FAEC	6.480,00
Programa	• SUS - Estado Co - Financiamento	
Programa	• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)	7.500,00
Programa	• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)	
Programa	• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas	
Programa	• Transferencia SUS Estado – Prog. Nac. Imunização	
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	247,18
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária – Parte FNS	752,82
Programa	• Transferencia SUS Estado – Incentivo Hospitalar	
Programa	• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento	17.025,00
Programa	• Atenção Básica – Saúde da Família	30.260,00
Programa	• CAPS – Centro de Atenção psicossocial	28.423,98
Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistência Financeira Complementar ACE - 95%	9.633,00
Programa	• Forta. Das Políticas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	709,80
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude	
Programa	Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)	10.672,67
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	

Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	1.430,00
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBF	
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	
Programa	• FEAS - Invetimentos	
Programa	• FEAS - Custeio	
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	1.430,00
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	
Programa	• FMAS ACESSUAS	
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	114.937,87
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	17.289,20
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	7.210,55
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	48.017,52
Programa	• Alimentação Escolar Creche	
Programa	• Alimentação Escolar EJA	
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	42.420,60
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	-
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	Estruturação Rede Serv.Atenção Basica de Saúde	
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industrial (TR) 770	
Convenio	ADR/Seara-Convenio (TR)001733	
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		549.251,24

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC, em 05 de Setembro de 2017

Edemilson Canale Prefeito Municipal

Dirlei Giombelli Wildner Consultora de Controle Interno

Registra-se e Publica-se,
Em 05 de Setembro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017**

Processo Licitatório nº 12/2017 - Edital de Pregão Presencial nº 1/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Seara Comunica aos interessados, que realizará Pregão Presencial, tipo Menor Preço, de acordo com a Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006 e estará recebendo até às 09 horas do dia 20 de setembro de 2017, "o credenciamento e envelopes da proposta e dos documentos" referente à seleção de propostas para o fornecimento de um veículo novo, tipo Sedan, bi combustível, capacidade mínima de 5(cinco) lugares, na cor Branca, 4(quatro) portas laterais, ano/modelo 2018. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida na Secretaria Administrativa da Câmara ou pelo site www.camaraseara.sc.gov.br, no link editais, e informações pelo telefone (49) 3452-2255, de segunda a sexta-feira das 8h às 11h30 e das 13h30 às 18h.

Seara, 6 de setembro de 2017.

GILBERTO GONÇALVES

Presidente da Câmara Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 024 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024 DE 06/09/2017

No dia 06 de setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa GLOBAL INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ 16.929.628/0001-06, com sede na Av. Tancredo Neves, 296, centro, Santa Terezinha do Progresso – SC, representada neste ato pelo Sr. Márcio Luiz Eleodoro, portador do CPF nº. 016.976.359-54, RG nº 3.101.988, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa GLOBAL INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 16.929.628/0001-06, aqui representada por seu representante legal, Sr. Márcio Luiz Eleodoro, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos.

1.2 Os dados são conforme descrições constantes no Anexo “D” do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas e em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA / UND.	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	150 CAIXAS	PAPEL OFÍCIO A4 210X297MM 75G M² (CAIXA COM 5000 FOLHAS) MARCA: GLOBOTEC NEW PAPER	R\$ 141,00	R\$ 21.150,00
28	2.320 UND	CARTOLINAS BRANCAS DIMENSÕES 50 X 66 GRAMATURA 150G – MARCA: SANTA MARIA	R\$ 0,27	R\$ 626,40
		(Vinte e um mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).	TOTAL REGISTRADO	R\$ 21.776,40

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 O fornecimento dos itens relacionados no ANEXO "D" do edital em epígrafe deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

5.3 A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017 e 2018, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, conforme informado na Autorização de Fornecimento e Empenho:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá à CONTRATANTE:

9.1.1- Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

9.1.2 - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 033/2017, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para a aquisição dos itens;

9.1.4- Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.1.5- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;

9.1.6- Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;

9.1.7- Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

9.2.1- Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto;

9.2.2- Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;

9.2.3- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.2.4- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.2.5- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.2.6- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens;

9.2.7- Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE;

9.2.8- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou

de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.

9.2.9 - Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao item entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 06 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

GLOBAL INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
MÁRCIO LUIZ ELEODORO
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	REGINA CELINA V. LINDEMANN
CPF: 029.867.439-43	CPF: 790.103.939-68
Sec. de Administração	Sec. de Educação

ATA Nº 025 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025 DE 06/09/2017

No dia 06 de Setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa EM INFORMÁTICA LTDA EPP, com endereço na Av. Brasília, nº2910, centro de Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ 00.710.029/0001-67, representada neste ato pelo Sr. Elton Niederle, portador do CPF nº. 789.335.019-91 e RG 2.549.553, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa EM INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 00.710.029/0001-67, aqui representada por seu representante legal, Sr. Elton Niederle, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos.

1.2 Os dados são conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas e em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA / UND.	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	350 UND.	BLOCOS ADESIVOS PARA RECADOS. TAMANHO 38MMX50MM. COM 100 FOLHAS. COMPOSIÇÃO: PAPEL E ADESIVO ACRÍLICO. NAS CORES VARIADAS. MARCA: 3M	R\$ 2,85	R\$ 997,50
08	340 UND	PAPEL A3 197MMX420MM. 140G/M². BRANCO. BLOCOS COM 20 FOLHAS. MARCA: CREDEART.	R\$ 4,10	R\$ 1.394,00
13	210 UND	APAGADOR DE QUADRO BRANCO, ERGONÔMICO, COM ESPAÇO PARA GUARDAR DOIS MARCADORES. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, POLÍMEROS, FELTROS E ADESIVOS. MARCA: STALO.	R\$ 4,00	R\$ 840,00
20	360 UND	RÉGUAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES 30 CM, MARCA: WALEU.	R\$ 0,37	R\$ 133,20
22	800 CAIXAS	LÁPIS DE COR CAIXA GRANDE COM 12 CORES, formato sextavado, cores vibrantes com cobertura antibreaksysteme que reforça o núcleo da mina aumentando a resistência a quebra. com a seguinte composição: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira plantada, procedência nacional e selo do INMETRO. MARCA: STAEDTLER.	R\$ 7,80	R\$ 6.240,00
36	380 CAIXAS	CLIPS MÉDIO Nº 10/0, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 100GR. MARCA: BACCHI.	R\$ 3,38	R\$ 1.284,40
38	30 UND	RÉGUA DE MADEIRA MDF 100 CM COM PEGADOR. MARCA: SOUZA.	R\$ 6,65	R\$ 199,50
49	950 UND	PASTA PLÁSTICA 5CM, COM ELÁSTICO TRANSPARENTE, 100% PLÁSTICA (PP), DIMENSÕES DO PRODUTO ACABADO 245 LARGURA X 335 ALTURA X 50 DORSO MM. MARCA: PLASCONY.	R\$ 2,40	R\$ 2.280,00
56	2.000 UND	PLACA E.V.A. ESPECIAL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES. MARCA: DUBFLEX.	R\$ 1,14	R\$ 2.280,00
62	8.500 UND	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO - COR BRANCA, MEDIDAS 237X125X344MM. MARCA: CENA.	R\$ 1,68	R\$ 14.280,00
76	170 UND	CADERNO GRANDE ESPIRAL COM CAPA DURA COM 96 FOLHAS. MARCA: PANAMERICANA.	R\$ 3,59	R\$ 610,30
85	300 KG	COLA ADESIVO À BASE DE PVA COM ALTO REFORÇO DE COLAGEM E FÁCIL APLICAÇÃO. EMBALAGEM DE 1KG. POLIACETATO DE VINILO (PVA) EM DIMENSÃO AQUOSA. MARCA: CASCOREZ	R\$ 17,00	R\$ 5.100,00
102	520 UND	FITA DUREX ADESIVA COR TRANSPARENTE, COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIPOPILENO BI ORIENTADO E ADESIVO, ACRÍLICO A BASE DE ÁGUA: DIMENSÕES: 1,2CM X 50M. MARCA: 3M	R\$ 1,50	R\$ 780,00
116	290 CAIXAS	PAPEL CARTÃO, VERGÊ TAMANHO 48/66, ESPESURA 0,25MM, CORES DIVERSAS, PACOTES COM 50 FOLHAS. PAPEL ESPECIAL IDEAL PARA CONVITES, CARTÕES, CURRÍCULOS, CERTIFICADOS, APRESENTAÇÕES E MUITO MAIS. MARCA: OFFPAPER.	R\$ 8,80	R\$ 2.552,00
128	105 UND	RÉGUAS EM AÇO DE 30 CM. MARCA: WALEU.	R\$ 3,99	R\$ 418,95
143	50 UND	LIVRO DE ATA 50 FOLHAS COM NUMERAÇÃO. MARCA: SÃO DOMINGOS.	R\$ 5,80	R\$ 290,00
144	60 UND	MOLHA DEDO 12GRS. MARCA: WALEU.	R\$ 1,35	R\$ 81,00
149	1.550 UND	CADERNO PEQUENO, ESPIRAL 96 FOLHAS, COM CAPA DURA FORMATO 140MM X 202MM. MARCA: PANAMERICANA.	R\$ 2,70	R\$ 4.185,00
154	400 PACOTE	ARGILA, VIRGEM PARA DECORAÇÃO DE ARRANJOS DE ARTESANATO. COM 10 PACOTES DE 1KG. MARCA: COLORGIL.	R\$ 13,90	R\$ 5.560,00
		(Quarenta e nove mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos).	TOTAL REGISTRADO	R\$ 49.505,85

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 O fornecimento dos itens relacionados no ANEXO “D” do edital em epígrafe deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

5.3 A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017 e 2018, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, conforme indicação na Autorização de Fornecimento e Empenho:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá à CONTRATANTE:

9.1.1- Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

9.1.2 - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 033/2017, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para a aquisição dos itens;

9.1.4- Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.1.5- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;

9.1.6- Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;

9.1.7- Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

9.2.1- Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto;

9.2.2- Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;

9.2.3- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.2.4- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.2.5- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.2.6- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens;

9.2.7- Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE;

9.2.8- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.

9.2.9 - Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao item entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 06 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EM INFORMÁTICA LTDA EPP
ELTON NIEDERLE
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN
CPF: 790.103.939-68
Sec. de Educação

ATA Nº 026 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026 DE 06/09/2017

No dia 06 de Setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas

legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP com sede na(o) Rua 1º de Maio, nº 645, Bairro Padre Antônio, centro do Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 04.303.600/0001-80, neste ato representada por seu representante legal Senhor André Luiz Lansing Schnorrenberger, portador do CPF nº 029.962.159-66 e RG 4.315.737 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.303.600/0001-80, aqui representada por seu representante legal, Sr. André Luiz Lansing Schnorrenberger, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos.

1.2 Os dados são conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas e em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA / UND.	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	20 UND.	PERFURADOR MANUAL PARA PAPEL - 2 FUROS EM ESTRUTURA METÁLICA, CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 40 FOLHAS, DEPÓSITO DE COLETA, DIÂMETRO DO FURO: 6MM. MARCA: JOCAR.	R\$ 29,00	R\$ 580,00
04	350 UND	BLOCOS ADESIVOS PARA RECADOS. TAMANHO 76MMX76MM. COM 100 FOLHAS. COMPOSIÇÃO: PAPEL E ADESIVO ACRÍLICO. NAS CORES VARIADAS. MARCA: JOCAR.	R\$ 1,80	R\$ 630,00
05	350 UND	BLOCOS ADESIVOS PARA RECADOS. TAMANHO 76MMX102MM. COM 100 FOLHAS. COMPOSIÇÃO: PAPEL E ADESIVO ACRÍLICO. NAS CORES VARIADAS. MARCA: JOCAR.	R\$ 3,00	R\$ 1.050,00
10	150 UND	BAMBOLÊS (INTEIRO, MANGA PRETA) MARCA: CEMAR.	R\$ 5,70	R\$ 855,00
11	150 UND	BAMBOLÊS PLÁSTICO COLORIDO, DIÂMETRO 63CM.. MARCA: CEMAR.	R\$ 1,85	R\$ 277,50
21	76 CAIXAS	LÁPIS PRETO DE ESCRIVER Nº 2, sextavado, máxima resistência e maciez, fácil de apagar, produzido com madeira 100% reflorestada, escrita firme e com certificação ESC. Caixa com 144 unidades. MARCA: FABER CASTEL.	R\$ 71,00	R\$ 5.396,00
23	160 CAIXAS	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAMENTE; MODELO DESCARTÁVEL; PONTA LIGA DE LATÃO; COM ESFERA EM TUNGSTÊNIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MÍNIMO DE 1400 METROS; NA COR PRETA; COM TAMPAS REMOVÍVEL ANTIAFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTÉM AS CARACTERÍSTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO. MARCA: COMPACTOR.	R\$ 18,00	R\$ 2.880,00

24	200 CAIXAS	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAMENTE; MODELO DESCARTÁVEL; PONTA LIGA DE LATÃO; COM ESFERA EM TUNGSTÊNIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MÍNIMO DE 1400 METROS; NA COR AZUL; COM TAMPA PROTETORA REMOVÍVEL ANTIAFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTÉM AS CARACTERÍSTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO. MARCA: COMPACTOR.	R\$ 18,00	R\$ 3.600,00
25	120 CAIXAS	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAMENTE; MODELO DESCARTÁVEL; PONTA LIGA DE LATÃO; COM ESFERA EM TUNGSTÊNIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MÍNIMO DE 1400 METROS; NA COR VERMELHA; COM TAMPA PROTETORA REMOVÍVEL ANTIAFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTÉM AS CARACTERÍSTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO. MARCA: COMPACTOR	R\$ 18,00	R\$ 2.160,00
29	1.500 UND	CARTOLINAS CORES DIVERSAS: AZUL, VERDE, ROSA E AMARELO DIMENSÕES 50 X 66CM, GRAMATURA 150G. MARCA: SÃO MIGUEL.	R\$ 0,33	R\$ 495,00
32	90 KG	BASTÃO DE COLA QUENTE (SILICONE) FINA, EM RESINA DE E.V.A E RESINA TAQUIFICANTE,PACOTE DE 1KG, 11,2MM/30CM. MARCA: RENDICOLLA.	R\$ 17,50	R\$ 1.575,00
33	1.800 UND	PAPEL DUPLA FACE NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 48X66CM, GRAMATURA 180G. NAS SEGUINTE CORES: VERMELHO,VERDE,AZUL,PRETO,ROSA,AMARELO,ROXO, PRATA, LARANJA. MARCA: RST.	R\$ 0,48	R\$ 864,00
35	2.000 PACOTES	PALITOS DE PICOLÉ COM 100 UNIDADES O PACOTE, COLORIDOS E NÃO COLORIDOS. MARCA: THEOTO	R\$ 3,25	R\$ 6.500,00
40	150 CAIXAS	COLA GLITER CAIXA COM 06 POTES PLÁSTICOS 23G CADA NÃO TOXICA, SOLÚVEL EM AGUA, COMPOSIÇÃO RESINA DE P.V.A., GLITER E CONSERVANTE. DIVERSAS CORES. MARCA: PIRATININGA.	R\$ 5,10	R\$ 765,00
42	200 UND	CDS VIRGEM. MARCA: PRINT PLUS.	R\$ 0,62	R\$ 124,00
43	550 UND	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO REDONDO, TIPO DESCARTÁVEL, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, VÁRIAS CORES: AZUL, VERMELHO, PRETO E VERDE, MARCA: JOCAR.	R\$ 0,99	R\$ 544,50
46	200 PACOTE	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO: 75mm Pacote com 25 unidades. MARCA: PLACTERM.	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
50	2.000 UND	PLACA E.V.A ARTÍSTICO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3. NAS DIMENSÕES: 600 X 400 X 2MM. VÁRIAS CORES. MARCA: EVAMAX.	R\$ 0,95	R\$ 1.900,00
51	1.300 UND	PAPEL DUPLEX, DIVERSAS CORES DIMENSÕES 66 X 48CM. MARCA: RST.	R\$ 0,60	R\$ 780,00

53	400 UND	TINTA SPRAY, USO INTERNO E EXTERNO, SECA- GEM RÁPIDA EM RESINA ACRÍLICA, CONTEÚDO 400ML/250G, RESINA HIDROCARBÔNICA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, DISPERSANTE, PIGMENTO ORGÂNICO E INORGÂNICO, ACETONA, XILOL, GÁS BUTANO E PROPANO. CORES DOS FRASCOS: DOURADO, PRATA, ROSA, VERDE, AZUL, VERMELHO, LARAN- JA, LILÁS, PRETO, BRANCO, AMARELO. MARCA: CHEMICOLOR	R\$ 10,50	R\$ 4.200,00
57	1.500 UND	PLACA E.V.A POÁ, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MO- DELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APRO- VADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES. MARCA: EVAMAX.	R\$ 3,10	R\$ 4.650,00
60	250 TUBO	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: RESINA VINILICA, TENSOATIVOS, PLASTIFICANTES E CONSERVANTES. COR BRANCA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, CONTENDO 1000GR. MARCA: HENKEL.	R\$ 17,85	R\$ 4.462,50
66	1.800 UND.	PAPEL CREPOM NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2M X 0,48CM, 19GR CORES DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. MARCA: RST.	R\$ 0,50	R\$ 900,00
73	330 PACOTE	BALÃO (BEXIGA) DE LÁTEX INFLÁVEL Nº 8 LISO IMPERIAL COM FORMATO ARREDONDADO 20CM, CORES VIBRANTES, BRILHOS INTENSO, NÃO SOLTA TINTA, PACOTE COM 50 UNIDADES, PRODUTO BIO- DEGRADÁVEL COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. MARCA: HAPPY DAY.	R\$ 5,90	R\$ 1.947,00
75	200 PACOTE	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO: 25mm Pacote com 100 unidades. MARCA: PLACTERM.	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
78	150 CAIXA	CANETAS ESFEROGRÁFICAS EM GEL. ESCRITA MACIA, TINTA A BASE DE ÁGUA, ESFERA DE CARBO- NETO E CROMO, CORPO TRANSLÚCIDO, PONTA MÉ- DIA E CORPO REDONDO. ESTOJO COMM 12 CORES.	R\$ 29,00	R\$ 4.350,00
79	300 UND	CARTOLINA LAMINADA 50GR, 48X60CM. NAS CO- RES: PRATA, VERMELHA, AZUL, AMARELO, VERDE, ROSA E LARANJA. MARCA: RST.	R\$ 0,58	R\$ 174,00
80	150 CAIXA	COLA RELEVO GLITER COM BICO APLICADOR. EM- BALAGEM CAIXA COM 6 FRASCOS DE 23GR CADA. NAS CORES VARIADAS. MARCA: ACRILEX.	R\$ 11,20	R\$ 1.680,00
86	200 CAIXA	COLA BRANCA ESCOLAR, LAVÁVEL E ATÓXICA EM- BALAGEM 1KG. MARCA: PIRATININGA.	R\$ 4,80	R\$ 960,00
87	200 UND	COLA ESCOLAR GEL. EMBALAGEM COM 40GR. MARCA: FRAMA.	R\$ 0,89	R\$ 178,00
91	2.100 UND.	PLACAS E.V.A LISO NAS CORES VARIADAS ATÓXI- CO, LAVÁVEL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVI- DO PARA USO ESCOLAR, LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA, E FORMAMIDA. APROVADA CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2MM VÁRIAS CORES. MARCA: EVAMAX.	R\$ 0,98	R\$ 2.058,00
110	1.400 CAIXA	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 C/1000 UND POR CAIXA. MARCA: JOCAR.	R\$ 2,15	R\$ 3.010,00
112	750 CAIXA	GRAMPOS TRILHO METALIZADO DE ALTA QUALI- DADE COM 80MM PARA AS PASTAS, CAIXA COM 50 UNIDADES. MARCA: JOCAR.	R\$ 5,50	R\$ 4.125,00
118	200 ROLO	PAPEL CONTACT PERSONALIZADO COM 10M ROLO. MARCA: VMP.	R\$ 39,50	R\$ 7.900,00
119	200 ROLO	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE COM 45CM E ROLO 25M. MARCA: IMPRI.	R\$ 31,50	R\$ 6.300,00
123	30 ROLO	PAPEL KRAFT (PARDO) MARRON IMPERMEÁVEL 80 GRS 120CM 25KG. MARCA: IRATI.	R\$ 140,00	R\$ 4.200,00
126	300 UND	PLACAS DE ISOPOR DE 30MM. MARCA: PLACTERM.	R\$ 2,78	R\$ 834,00

129	150 ROLO	ROLO DE TNT, ESTAMPADO GRAMATURA 45GR. 1,40M DE ALTURA X 50 M DE COMPRIMENTO, PESO APROXIMADO DE 5,6KG, CORES DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS. MARCA: CGS.	R\$ 119,00	R\$ 17.850,00
130	250 ROLO	ROLO DE TNT, GRAMATURA 45GR, 1,40M DE ALTURA X 50M DE COMP., PESO APROXIMADO DE 5,6KG. CORES DIVERSAS MARCA: SUL BRASIL.	R\$ 44,30	R\$ 11.075,00
132	630 UND	TESOURA ESCOLAR 13 CM, SUPER CORTE, EMBALADA EM GLISTER INDIVIDUAL SEM PONTA, LAMINA EM AÇO INOX, MAIS RESISTENTE, PONTA REDONDA, CABO EM POLIPROPILENO. MARCA: LEO E LEO.	R\$ 1,15	R\$ 724,50
137	1.100 CAIXA	TINTA GUACHE DE TODAS AS CORES POTE DE 250 GR, NÃO TOXICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI. COMPOSIÇÃO: RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGAS E CONSERVANTES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. MARCA: PIRATININGA.	R\$ 2,00	R\$ 2.200,00
140	300 UND	TINTA SPRAY NAS CORES: PRETO, VERDE, PRATA, DOURADA, AMARELO, VERMELHO, BRANCA. MARCA: CHEMICOLOR.	R\$ 10,50	R\$ 3.150,00
145	20 CAIXA	PRENDEDOR DE PAPEL PRETO 41MM CX COM 12. MARCA: GOLLER.	R\$ 13,50	R\$ 270,00
146	50 UND	PEN DRIVE 32GB. MARCA: SANDISK.	R\$ 39,50	R\$ 1.975,00
148	70 UND	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP PHOTOSMART 60 (COLORIDO) NOVO. MARCA: HP.	R\$ 95,00	R\$ 6.650,00
157	100 CAIXA	CLIPS Nº 1 COM 100GR. MARCA: RAFA.	R\$ 1,22	R\$ 122,00
158	05 CAIXA	FITA CORRETIVA BRANCA SECAGEM RÁPIDA, CAIXA COM 12 UNIDADES (CORRETIVO FITA). MARCA: JOCAR.	R\$ 32,53	R\$ 162,65
159	05 CAIXA	FITA CORRETIVA BRANCA SECAGEM RÁPIDA, CAIXA COM 12 UNIDADES (CORRETIVO FITA). MARCA: JOCAR.	R\$ 32,53	R\$ 162,65
		(Cento e trinta e dois mil, quarenta e seis reais e trinta centavos).	TOTAL REGISTRADO	R\$ 132.046,30

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(o) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 O fornecimento dos itens relacionados no ANEXO "D" do edital em epígrafe deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

5.3 A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017 e 2018, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, conforme indicação na Autorização de Fornecimento e Empenho:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

a) por decurso de prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá à CONTRATANTE:

9.1.1- Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

9.1.2 - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 033/2017, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para a aquisição dos itens;

9.1.4- Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.1.5- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;

9.1.6- Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;

9.1.7- Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

9.2.1- Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto;

9.2.2- Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;

9.2.3- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.2.4- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.2.5- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.2.6- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens;

9.2.7- Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE;

9.2.8- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.

9.2.9 - Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao item entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 06 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP
ANDRÉ LUIZ LANSING SCHNORRENBARGER
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN
CPF: 790.103.939-68
Sec. de Educação

ATA Nº 027 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027 DE 06/09/2017

No dia 06 de Setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa CASA MARAVILHA COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA ME com sede na(o) Avenida Sul Brasil, nº 30, Bairro Centro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 00.540.068/0001-63, neste ato representada por sua representante legal Senhora Jucilei Fátima Motecelin Zanella, portadora do CPF nº 867.509.259-87 e RG 38.305.073-X SSP/SP, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa CASA MARAVILHA COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 00.540.068/0001-63,, aqui representada por sua representante legal, Sra. Jucilei Fátima Motecelin Zanella, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos.

1.2 Os dados são conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas e em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA / UND.	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	600 UND.	CADERNO DE CALIGRAFIA 1/4 BROCHURA, 40 FOLHAS, FORMATO 202mm x 140mm. MARCA: CREDEAL.	R\$ 0,50	R\$ 300,00
39	300 UND	PAPEL DE SEDA SORTIDOS. MARCA: V.M.P.	R\$ 0,14	R\$ 42,00

64	620 UND	PINCÊIS DE QUADRO BRANCO, PONTA EM ACRÍLICO, FORMATO QUE GIRA, TIPO DESCARTÁVEL, PONTA DE 4,0MM, TINTA ESPECIAL, VÁRIAS CORES. MARCA: MARIPEL.	R\$ 2,50	R\$ 1.550,00
70	32 ROLO	BARBANTE DE ALGODÃO CRU, ROLO COM 410M. MARCA: EUROMA.	R\$ 9,75	R\$ 312,00
115	300 UND	PAPEL CAMURÇA FORMATO MÍNIMO 40/60 CORES DIVERSAS. MARCA: V.M.P.	R\$ 0,45	R\$ 135,00
121	200 UND	PAPEL ESPELHO ENCERADO, (DOBRADURA) DIVERSAS CORES. MARCA: V.M.P.	R\$ 0,30	R\$ 60,00
142	10 UND	LIVRO PONTO 160 FOLHAS	R\$ 10,80	R\$ 108,00
		(Dois mil, quinhentos e sete reais).	TOTAL REGISTRADO	R\$ 2.507,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 O fornecimento dos itens relacionados no ANEXO “D” do edital em epígrafe deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

5.3 A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017 e 2018, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, conforme indicação na Autorização de Fornecimento e Empenho:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá à CONTRATANTE:

9.1.1- Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

9.1.2 - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 033/2017, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para a aquisição dos itens;

9.1.4- Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.1.5- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;

9.1.6- Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;

9.1.7- Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

9.2.1- Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto;

9.2.2- Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;

9.2.3- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.2.4- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.2.5- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.2.6- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens;

9.2.7- Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE;

9.2.8- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.

9.2.9- Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao item entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 06 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CASA MARAVILHA COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA ME
JUCILEI FÁTIMA MOTECELIN ZANELLA
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN
CPF: 790.103.939-68
Sec. de Educação

ATA Nº 028 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028 DE 06/09/2017

No dia 06 de Setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME com sede na(o) Rua Guaranis, nº 327, Bairro Esplanada, Município de Chapecó/SC, CEP: 89812-440, inscrita no CGC/MF sob o nº 14.797.430/0001-90, neste ato representada por sua representante legal Senhora Leani Willms, portadora do CPF nº 817.741.419-49 e RG 12R/ 2.542.360, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.797.430/0001-90, aqui representada por sua representante legal, Sra. Leani Willms, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos.

1.2 Os dados são conforme descrições constantes no Anexo “D” do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas e em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA / UND.	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	210 CAIXAS	PERCEVEJOS LATONADOS, CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA: BRW.	R\$ 1,45	R\$ 304,50
14	110 UND	APAGADOR DE QUADRO BRANCO MAGNÉTICO SPIRAL. MARCA: RADEX.	R\$ 4,30	R\$ 473,00
15	500 PACOTES	ALGODÃO EM FLOCOS, BOLAS DE ALGODÃO COTTON LINE, EMBALAGEM DE 50G. MARCA: APOLO.	R\$ 3,10	R\$ 1.550,00
16	120 CAIXAS	ALFINETE NIQUELADOS CX C/50 UNIDADES, COMPOSIÇÃO: POLIESTIRENO CABEÇA COM 6MM. TAMANHO 18MM, CORES VARIADAS. MATERIAL DE 1ª QUALIDADE. MARCA: BRW.	R\$ 2,20	R\$ 264,00
26	710 UND	APONTADOR MÉDIO DE LÁPIS COM DEPÓSITO, LÂMINA DE AÇO TEMPERADO. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. MARCA: LEONORA.	R\$ 0,76	R\$ 539,60
27	900 TUBO	COLA ESCOLAR TUBO GRANDE 110GR, LAVÁVEL E ATÓXICA. MARCA: PIRATININGA.	R\$ 1,25	R\$ 1.125,00
30	100 UND	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE, suporte dobrável, bico emborrachado, utiliza refil grosso. Especificações técnicas: bivolt (110V/220V), 40W, cabo e plug segundo as normas do INMETRO, secagem em 60 segundos. Refil com 30 cm de comp. garantia de 3 meses. MARCA: MAKE.	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
31	200 KG	BASTÃO DE COLA QUENTE (SILICONE) FINA, EM RESINA DE E.V.A E RESINA TAQUIFICANTE, PACOTE DE 1KG, 11,2MM/30CM. MARCA: JL.	R\$ 18,90	R\$ 3.780,00

34	600 PACOTE	PALITOS DE CHURRASCO PARA ESPETO COM 100 UND. DE 25CM. MARCA: GABOARDI.	R\$ 2,90	R\$ 1.740,00
37	300 CAIXA	CLIPS GRANDE Nº 08/0, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 25 UND. MARCA: NEW.	R\$ 1,08	R\$ 324,00
41	180 ROLO	FITA DUREX COLORIDA 12MM X 10M NAS CORES: VERDE, AZUL, AMARELO, VERMELHO, PRETO, ROSA, BRANCA. MARCA: BRW.	R\$ 0,49	R\$ 88,20
48	180 CAIXA	CLIPS PEQUENO Nº 1, PRODUZIDO DE ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. MARCA: NEW.	R\$ 1,12	R\$ 201,60
52	370 PACOTE	PINCEL ARTÍSTICO Nº 04, Nº 06, Nº 08, Nº 10, Nº 12 E Nº 20 PARA PINTURA, PACOTES COM 12 UNIDADES CADA. MARCA: LEONORA.	R\$ 19,40	R\$ 7.178,00
58	1.300 UND	PLACA E.V.A QUADRICULADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES. MARCA: KREATEVA.	R\$ 3,75	R\$ 4.875,00
59	1.300 UND	PLACA E.V.A ATOALHADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES. MARCA: MILLY.	R\$ 2,25	R\$ 2.925,00
61	150 UND.	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: POLIACETADO DE VINILA PVA EM DISPERSÃO ACUOSA. COR BRANCA 1000GR. EXTRA FORTE. MARCA: APLICOLA.	R\$ 15,50	R\$ 2.325,00
65	250 UND.	DVD VIRGEM AGRAVÁVEL COM CAPA ACRÍLICA 16X, 4,7GB E 120 MINUTOS. MARCA: ELGIN.	R\$ 2,18	R\$ 545,00
67	650 UND.	RÉGUAS DE ACRÍLICO 30CM COLORIDAS. MARCA: WALEU.	R\$ 0,49	R\$ 318,50
69	4.100 UND.	APLIQUES EM E.V.A DIVERSOS TIPOS: COM ANIMAIS, CORAÇÃO, DECORAÇÃO, COM GLITER ESTRELA 3,5CM, COM GLITER FLORES 12CM, COM GLITER PERSONAGENS. SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES. MARCA: EVEARTE.	R\$ 3,50	R\$ 14.350,00
72	330 PACOTES	BALÃO (BEXIGA) DE LÁTEX INFLÁVEL Nº 9 LISO CINTILANTE DE VÁRIAS CORES COM FORMATO ARREDONDADO 20CM, CORES VIBRANTES, BRILHOS INTENSO, NÃO SOLTA TINTA, PACOTE COM 50 UNIDADES, PRODUTO BIODEGRADÁVEL COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. MARCA: JOY.	R\$ 9,10	R\$ 3.003,00
77	350 CAIXA	CANETA HIDROCOR PONTA GROSSA COM VÁRIAS CORES, PONTA MACIA E DURÁVEL. MATERIAL LAVÁVEL E ATÓXICO. ESTOJO COM 12 UND. MARCA: BRW.	R\$ 6,90	R\$ 2.415,00
83	130 CAIXA	COLA BRILHANTE COM BICO APLICADOR. EMBALAGEM CAIXA COM 6 FRASCOS DE 23GR CADA. NAS CORES DIVERSAS. MARCA: ACRILEX.	R\$ 4,50	R\$ 585,00
84	1.000 UND	COLA BASTÃO ATÓXICA LAVÁVEL POLIVINILPIRROLIDONA (PVP). A BASE DE ÁGUA COM GLICERINA, RÁPIDA LIMPA E ECONÔMICA, ATÓXICA 21GR. MARCA: LEONORA.	R\$ 1,35	R\$ 1.350,00
88	100 UND	COLA PARA ISOPOR / EVA. COMPOSIÇÃO: SOLUÇÃO DE ACETATO DE POLIVINILA (PVA) EM ÁLCOOL ETÍLICO, COM CERTIFICADO DO INMETRO. TUBO COM 90GR. MARCA: KOALA.	R\$ 2,50	R\$ 250,00

93	1.500 UND	PLACAS E.V.A. COM GLITER, ESPUMA VINILICAS ACETINADA, ATÓXICO, LAVÁVEL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, , MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR, LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA, E FORMAMIDA. APROVADA CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2MM VÁRIAS CORES. MARCA: DUBLFEX.	R\$ 3,45	R\$ 5.175,00
94	1.100 UND	PLACAS E.V.A. XADREZ, ESPUMA VINILICAS ACETINADA, ATÓXICO, LAVÁVEL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, , MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR, LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA, E FORMAMIDA. APROVADA CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2MM VÁRIAS CORES. MARCA: KREATEVA.	R\$ 4,45	R\$ 4.895,00
95	200 UND	ELÁSTICO DE BORRACHA, TAMANHO 70MM DE BORRACHA NATURAL, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 110 UNID. CORES VARIADAS (EX. BORRACHINHA PARA DINHEIRO). MARCA: REDBOR.	R\$ 2,20	R\$ 440,00
97	50 UND	GRAMPEADOR GRANDE METAL, PROFISSIONAL, 28CM PARA 100 FOLHAS DE 75 GR; UTILIZA GRAMPOS 24/8 PARA 20- 50 FOLHAS. 24/10 P/40-70 FOLHAS 23/8 P/ 50-FOLHAS 23/10 P/ 40-70 FOLHAS, 23/13P/ 70-100 FOLHAS E 9/14/ 80-110 FOLHAS. MARCA: JL.	R\$ 35,90	R\$ 1.795,00
99	100 UND	PORTA LÁPIS/CLIPS POLIESTIRENO FUMÊ. MARCA: WALEU.	R\$ 5,90	R\$ 590,00
100	200 UND	EXTRATOR DE GRAMPO PIRANHA PRETO 508B. MARCA: KIT.	R\$ 2,40	R\$ 480,00
101	200 M	FELTRO NAS CORES: BRANCO, MARRON, AMARELO, VERDE, PRETO E LARANJADO. MARCA: CAT.	R\$ 9,30	R\$ 1.860,00
104	150 PACOTE	FITA METALIZADA DE 5MMX7MM. MARCA: LANTECOR.	R\$ 7,50	R\$ 1.125,00
105	150 PACOTE	FITA PRATEADA 5MMX7MM. MARCA: LANTECOR.	R\$ 7,50	R\$ 1.125,00
107	400 UND.	FOLHA DE PAPEL PARANÁ, MEDIDAS 80X100 MTS, GRAMATURA 80, PRODUTO INDUSTRIALIZADO A PARTIR DE MADEIRA DE PINUS E ÁGUA EM PROCESSOS AUTOMATIZADOS EM SUA FORMA NATURAL, OU SEJA, SEM ALTERAÇÕES EM SEU ACABAMENTO. MARCA: UNIÃO.	R\$ 3,90	R\$ 1.560,00
108	350 CAIXA	GIZ DE CERA CURTO COM 12 CORES VARIADAS, E ANATÔMICOS, NÃO TÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, FABRICADO COM CERAS DE ALTA QUALIDADE E PIGMENTOS, PROPORCIONANDO TRAÇO E COBERTURA DE GRANDES ÁREAS SEM ESFORÇO, COM ESPECIFICAÇÃO DO INMETRO. PESO NO MÍNIMO 112G E 11CM DE ALTURA. MARCA: KOALA.	R\$ 1,80	R\$ 630,00
109	30 UND	GRAMPEADOR MÉDIO EM METAL, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO, PINTURA EPÓXI (LIQUIDA) APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, DIMENSÕES: 10,5X5,2X3,2CM. BASE DE FECHAMENTO DE GRAMPO EM DUAS POSIÇÕES (GRAMPO FECHADO E GRAMPO ABERTO), EM AÇO, COM ACABAMENTO NIQUELADO, ESTOJO DE ALOJAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE AÇO, MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA. CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS. MARCA: CLASSE.	R\$ 11,00	R\$ 330,00
111	700 CAIXA	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 23/8 C/ COM 5.000 UNID. MARCA: BRW.	R\$ 11,50	R\$ 8.050,00
117	300 PACOTE	PAPEL CELOFANE 80/80 CM CORES VARIADAS. PCT COM 10 UNID. MARCA: GALA.	R\$ 6,20	R\$ 1.860,00

122	30 ROLO	PAPEL KRAFT (PARDO) BRANCO 80GRS 120CM 25KG. MARCA: SJ.	R\$ 230,00	R\$ 6.900,00
124	320 UND	PINCEL PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL COM REFIL E PONTAS SUBSTITUÍVEIS. MARCA: JOCAR.	R\$ 5,50	R\$ 1.760,00
131	250 PACOTE	SACOS PLÁSTICOS OFICIO POLIPROPILENO PACOTES COM 10 UNID. MARCA: ACP.	R\$ 1,15	R\$ 287,50
133	100 UND	TESOURA GRANDE, 21CM, EXTRA CORTE, LAMINA DE AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, EMBALADA EM GLISTER INDIVIDUAL. MARCA: BRW.	R\$ 3,75	R\$ 375,00
135	100 CAIXA	TINTA FACIAL SEM GLITER - PETROLATUM, MAGNESIUM, SILICATE, ZINCATE, ZINC OXIDE, CERA ALBA, METHYLPARABEN, PARFUM, D-LIMINENE, KIT COM 10 FRASCOS DE 4GR. CADA. CORES VIBRANTES PARA SEREM UTILIZADAS EM FESTAS TEMÁTICAS, FANTASIAS, DESFILES E EVENTOS EM GERAL. MARCA: ROSTINHO FELIZ.	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
136	700 CAIXA	TINTA GUACHE 15 ML C/12 CORES NÃO TOXICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI. COMPOSIÇÃO: RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGAS E CONSERVANTES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. MARCA: KOALA.	R\$ 2,20	R\$ 1.540,00
147	70 UND	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP PHOTOSMART 60 (PRETO) NOVO. MARCA: MASTER.	R\$ 46,50	R\$ 3.255,00
150	250 CAIXA	MARCA TEXTO DIVERSAS CORES, PONTA CHANFRADA PARA TRAÇO FINO E GROSSO. EM RESINA TERMOPLÁSTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA A BASE DE CORANTES E SOLVENTES. CAIXA COM 12 UNID. MARCA: MASTER.	R\$ 10,90	R\$ 2.725,00
151	300 UND	PILHA ALCALINA AA C/4 2378. MARCA: ALFACEL	R\$ 3,90	R\$ 1.170,00
152	400 PACOTE	PILHA ALCALINA AAA COM 4 UND. MARCA: ALFACEL.	R\$ 3,90	R\$ 1.560,00
156	330 CAIXA	CANETA HIDROGRÁFICA LONGA, 12 CORES BRILHANTES, TAMPA ANTE ASFIXIANTE, NÃO TÓXICO, SUPER. LAVÁVEL. COMPOSIÇÃO: POLIÉSTER. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CAIXA COM 12 UNIDADES. MARCA: LEONORA.	R\$ 2,90	R\$ 957,00
		(Cento e três mil, seiscentos e trinta e três reais e noventa centavos)	TOTAL REGISTRADO	R\$ 103.633,90

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 O fornecimento dos itens relacionados no ANEXO "D" do edital em epígrafe deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

5.3 A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017 e 2018, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, conforme indicação na Autorização de Fornecimento e Empenho:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá à CONTRATANTE:

9.1.1- Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

9.1.2 - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 033/2017, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para a aquisição dos itens;

9.1.4- Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.1.5- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;

9.1.6- Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;

9.1.7- Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

9.2.1- Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto;

9.2.2- Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;

9.2.3- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.2.4- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.2.5- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.2.6- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens;

9.2.7- Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE;

9.2.8- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.

9.2.9 - Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao item entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 06 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME
LEANI WILLMS
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN
CPF: 790.103.939-68
Sec. de Educação

ATA Nº 029 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029 DE 06/09/2017

No dia 06 de Setembro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME com sede na(o) Rua Rui Barbosa, nº 208, centro, Município de Cunha Porã/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 13.772.057/0001-50, neste ato representada por seu representante legal Senhor Jackson Neimar Pedrassani, portador do CPF nº 041.562.419-39 e RG 4.016.444, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 13.772.057/0001-50, aqui representada por seu representante legal, Sr. Jackson Neimar Pedrassani, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos.

1.2 Os dados são conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas e em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA / UND.	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	----------------------------	---------------------	----------------	-------------

03	120 CAIXAS	BORRACHA ESCOLAR LÁTEX, TRADICIONAL, MACIA SUPER, CONFORTÁVEL, ATÓXICA E LIVRE DE FLALATO. CAIXA COM 40 UNIDADES. MARCA: RED BOR.	R\$ 5,80	R\$ 696,00
12	50 UND	PRANCHETA EM EUCATEX TAMANHO OFÍCIO. MARCA: SOUZA.	R\$ 2,45	R\$ 122,50
17	2.050 UND	CADERNOS BROCHURA DE 48 FOLHAS, FORMATO 140 MMX 202MM COM FOLHAS NÃO RECICLÁVEL. MARCA: CREDEAL.	R\$ 0,70	R\$ 1.435,00
18	600 UND	CADERNO DE DESENHO GRANDE 48 FOLHAS, ESPIRAL GRANDE, COM CAPA E CONTRA CAPA EM PAPEL DUPLEX 225G/M, FORMATO 275mm X 200mm.. MARCA: CREDEAL.	R\$ 2,05	R\$ 1.230,00
44	200 PACOTES	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO: 35mm Pacote com 100 unidades. MARCA: STYROCORTE.	R\$ 13,30	R\$ 2.660,00
45	200 PACOTES	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO: 50mm Pacote com 25 unidades. MARCA: STYROCORTE.	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
47	700 UND	FITA CREPE LARGA, adesiva de papel crepado Kraft, que lhe dá características impermeabilizantes. Metragem 38 x 50 metros. Composição: papel crepado saturado, base de borracha e resinas. Cor: Marron. MARCA: ADELBRÁS.	R\$ 6,25	R\$ 4.375,00
54	200 UND.	COLA ALTO RELEVO METALICA 3D, 35ML. NÃO TÓXICA, RESINA ACRÍLICA, ÁGUA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MICA TRATADA PARA METALICA. MARCA: ACRILEX.	R\$ 2,63	R\$ 526,00
55	360 ROLO	FITA BRANCA COM COLA ADESIVA LARGURA 24MM X 50M. MARCA: ADELBRAS.	R\$ 2,85	R\$ 1.026,00
63	19 CAIXA	PASTA SUSPensa PLASTIFICADA PARA ARQUIVO MORTO CX COM 100 UNIDADES. MARCA: TIMPEL.	R\$ 147,00	R\$ 2.793,00
71	300 PACOTE	BALÃO (BEXIGA) DE LÁTEX INFLÁVEL Nº 8 COLORIDO COM FORMATO ARREDONDADO 20CM, CORES VIBRANTES, BRILHOS INTENSO, NÃO SOLTA TINTA, PACOTE COM 50 UNIDADES, PRODUTO BIODEGRADÁVEL COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. MARCA: SÃO ROQUE.	R\$ 6,50	R\$ 1.950,00
74	330 PACOTE	BALÃO (BEXIGA) DE LÁTEX INFLÁVEL Nº 9 DE POÁ DE VÁRIAS CORES COM FORMATO ARREDONDADO 23CM, CORES VIBRANTES, BRILHOS INTENSO, NÃO SOLTA TINTA, PACOTE COM 50 UNIDADES, PRODUTO BIODEGRADÁVEL COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. MARCA: SÃO ROQUE.	R\$ 11,98	R\$ 3.953,40
81	150 CAIXA	COLA ALTO RELEVO JELLY COM BICO APLICADOR. EMBALAGEM CAIXA COM 6 FRASCOS DE 23GR CADA. NAS CORES VARIADAS. MARCA: ACRILEX.	R\$ 9,50	R\$ 1.425,00
82	150 CAIXA	COLA RELEVO METALLIC COM BICO APLICADOR. EMBALAGEM CAIXA COM 6 FRASCOS DE 23GR CADA. NAS CORES DIVERSAS. MARCA: ACRILEX.	R\$ 9,00	R\$ 1.350,00
89	260 UND	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, PARA CORREÇÃO DE QUALQUER TIPO DE ESCRITA, FRASCOS COM 18ML. MARCA: FRAMA.	R\$ 0,90	R\$ 234,00
92	1500 UND.	PLACAS E.V.A, BORDADO/LANTIJOLA ATÓXICO, LAVÁVEL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, , MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR, LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA, E FORMAMIDA. APROVADA CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2MM VÁRIAS CORES. MARCA: MAKE.	R\$ 8,10	R\$ 12.150,00
96	50 UND.	GLITER DE PVC, NAS CORES VARIADAS. EMBALAGENS DE 3G. MARCA: HONEY.	R\$ 0,65	R\$ 32,50

98	230 UND.	PLACAS DE ISOPOR 20MM. MARCA: PLACTERM.	R\$ 4,00	R\$ 920,00
103	200 UND.	FITA CREPADA ARAMADA DE 27MM. MARCA: CROMUS.	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00
106	40 ROLO	FITILHOS PARA EMBALAGENS DIMENSÕES 5MMX 50M. COMPOSIÇÃO 100%POLIOLEFINAS, CORES VARIADAS. MARCA: EM FESTA.	R\$ 1,50	R\$ 60,00
113	1.000 CAIXA	MASSA DE MODELAR CONTENDO 12 UNIDADES, PESO MÍNIMO 180GR. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: á base de amido, água, aditivos e pigmentos. Não tóxica, super macia, com aroma de tuti-frutti e cores vivas brilhantes, aditivos e pigmentos, selo do INMETRO impresso na embalagem. MARCA: ACRILEX.	R\$ 2,20	R\$ 2.200,00
114	400 UND.	MASSA DE MODELAR POTES COM 500GRS COMPOSIÇÃO MÍNIMA: À BASE DE AMIDO, ÁGUA, ADITIVOS E PIGMENTOS NÃO TÓXICA, SUPER MACIA, COM AROMA DE TUTI-FRUTTI E CORES VIVAS BRILHANTES, ADITIVOS E PIGMENTOS, CERAS E CARGA, NÃO TÓXICA E NÃO MANCHA AS MÃOS, NÃO ENDURECE, PODE SER REAPROVEITADA, SELO DO INMETRO NA EMBALAGEM. MARCA: ACRILEX.	R\$ 6,55	R\$ 2.620,00
120	107 ROLO	PAPEL DE PRESENTE EM ROLO 60CM DE 4KG, DIVERSAS ESTAMPAS. MARCA: VMP.	R\$ 31,50	R\$ 3.370,50
125	80 UND	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE, Pistolas cola quente grande, dobrável, bico emborrachado, utiliza REFIL FINO . Especificações técnicas: bivolt (110v/200v), 40w, cabo e plug segundo normas do INMETRO, secagem em 60 segundo. Refil com 30cm de cop. Garantia de 3 meses. MARCA: CIS FINA.	R\$ 11,70	R\$ 936,00
127	800 UND	REABASTECEDOR PARA PINCEL PARA QUADRO BRANCO WBMA-VBM-M. PONTA WEBTIP-VBM-M. PONTA PARA REPOSIÇÃO. MARCA: PILOT.	R\$ 1,90	R\$ 1.520,00
134	150 CAIXA	TINTA CONFETTI, COM APLICADOR EMBALAGEM DE 15 ML CADA . CORES DIVERSAS. CX COM 6 UNID. MARCA: ACRILEX.	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
138	60 UND	TINTA PARA CARIMBO, 42ML CORES PRETO E AZUL. MARCA: CARBRINK	R\$ 2,50	R\$ 150,00
139	300 UND	TINTA PARA TECIDO 250ML VÁRIAS CORES. MARCA: ACRILEX.	R\$ 8,48	R\$ 2.544,00
141	500 UND	VERNIZ PARA ARTESANATO A BASE DE ÁGUA 100ML. MARCA: ACRILEX.	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00
153	100 PACOTE	PILHA ALCALINA AA PEQUENA SEM ADIÇÃO, ANTI VAZAMENTO, COM 4 UND. MARCA: ELGIM.	R\$ 5,70	R\$ 570,00
155	100 PACOTE	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO: 200MM PACOTE COM 3 UND. MARCA; STYROCORTE.	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
		(Sessenta e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa centavos)	TOTAL REGISTRADO	R\$ 63.748,90

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 O fornecimento dos itens relacionados no ANEXO "D" do edital em epígrafe deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação, nos locais previamente indicados, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

5.3 A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017 e 2018, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, conforme indicação na Autorização de Fornecimento e Empenho:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá à CONTRATANTE:

9.1.1- Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

9.1.2 - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 033/2017, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para a aquisição dos itens;

9.1.4- Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.1.5- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;

9.1.6- Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;

9.1.7- Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

9.2.1- Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto;

9.2.2- Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;

9.2.3- Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.2.4- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.2.5- Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.2.6- Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens;

9.2.7- Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE;

9.2.8- Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.

9.2.9 - Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao item entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 06 de setembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

JP EQUIPAMENTOS LTDA ME
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI CPF: 029.867.439-43 Sec. de Administração	REGINA CELINA V. LINDEMANN CPF: 790.103.939-68 Sec. de Educação
---	---

ERRATA EXTRATO CONTRATUAL Nº 056/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 028/2017	
ERRATA AO EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	056/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratada Objeto	<p>DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA ME</p> <p>O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), regime de execução por preço unitário, para a EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CASA DE QUÍMICA COM ÁREA DE 45,04M², EM ANEXO A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS nº 028/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.</p>
Valor	Pela execução da obra prevista na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 66.337,59 (Sessenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 46.436,30 (Quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta centavos) o valor total correspondente aos materiais e R\$ 19.901,29 (Dezenove mil, novecentos e um reais e vinte e nove centavos) o valor total correspondente à mão-de-obra empregados na execução da obra.
Vigência.... Dotação	<p>04/09/2017 á 31/01/2018.</p> <p>Orçamento vigente:</p> <p>08.02 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS</p> <p>08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</p> <p>2.121- Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água</p> <p>Despesa 81 e 129: 44.90.00 DR 0001/ DR 0054</p>
SERRA ALTA/SC, 04 de setembro de 2017.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2017 - PR
	Processo Administrativo: 33/2017 Processo de Licitação: 33/2017 Data do Processo: 14/08/2017

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 33/2017
b) Licitação Nr.: 33/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/09/2017
e) Data da Adjudicação: 06/09/2017 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCOLARES E OUTROS, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas por todas as Secretarias e Fundo de Saúde do município de Serra Alta. É visto que torna-se imprescindível a referida aquisição, visando manter, o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas em todos os departamentos.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 005147 - CASA MARAVILHA COM. DE UTILIDADES LTDA ME	7	0,0000	2.507,00
- 000895 - EM INFORMÁTICA LTDA	19	0,0000	49.505,85
- 006567 - GLOBAL INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	2	0,0000	21.776,40
- 005646 - JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	31	0,0000	63.748,90
- 005612 - PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	49	0,0000	103.633,90
- 003182 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	48	0,0000	132.046,30
	156		373.218,35

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 6 de Setembro de 2017.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

03/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PEÇAS PARA VEÍCULOS PESADOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMS Nº 03/2017

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 82.929.407/0001-62, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA Prefeito Municipal, e as empresas: MECÂNICA SANGALETTI LTDA ME, CNPJ/MF n.º 07.160.911/0001-25 estabelecida na Rua Aládio Venturini, Centro, Siderópolis/SC; MERCECRIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP, CNPJ nº 80.473.721/0001-58, estabelecida na Rua Vidal Ramos, 60, Bairro Pio Corrêa, Criciúma/SC, doravante denominadas, DETENTORAS DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 18/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o fornecimento parcelado de peças e acessórios para veículos pesados pertencentes à frota oficial do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados constam no anexo desta ata.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos de forma parcelada, conforme solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, e deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA CONTRATADA, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

5. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

6- Na entrega os produtos serão rigorosamente conferidos pela equipe técnica da Secretaria do Sistema de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana, de acordo com os termos do Termo de referência, que faz parte integrante deste instrumento.

7. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital, seus anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

b) a empresa fornecedora contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº o Edital de Pregão Presencial nº 18/2017, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 498/2015, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Criciúma/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 04 (QUATRO) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Siderópolis - SC, 05 de setembro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA PREFEITO MUNICIPAL ÓRGÃO GERENCIADOR	LUCIO SANGALETTI MECANICA SANGALETTI LTDA ME DETENTOR
	RICARDO CARGNIN PAVEI MERCECRIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP DETENTOR

ANEXO I – DOS PREÇOS REGISTRADOS

71/2017 PMS AVISO EDITAL DE CREDENCIAMENTO FEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 71/2017

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2017

1. Objeto: Credenciamento para permissão de uso a título precário à agricultores familiares individuais, em cooperativas ou em associações de agricultores familiares ou grupos informais de agricultores familiares, interessados em ocupar os espaços destinados à comercialização de produtos nas feiras municipais da agricultura familiar, no Município de Siderópolis, de acordo com a Lei Municipal nº 2233/2017.

2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 2233/2017.

3. Forma de Julgamento: Sorteio

4. Período do credenciamento: 06/09/2017 às 08h00min até o dia 22/09/2017 às 17h00min.

5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos ao credenciamento, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.

7. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 05 de setembro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

CONT 45/2017

CONTRATO N.º 45/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: R. DA SILVA SCHEFFER EPP

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa ou profissional para prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência técnica Governamental em gestão pública nas atividades de planejamento, execução e controle financeiro, orçamentário e administrativo da prefeitura municipal e seus fundos, durante o exercício de 2017.

Do Valor: R\$ 55.620,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e vinte reais).

DA VIGÊNCIA: 01/04/2017 a 31/12/2017.

Data da assinatura: 28/03/2017.

nos seus termos originais.

Sombrio-SC, 05 de setembro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO TP 19-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para executar o complemento de obra da construção de uma unidade de básica de saúde PADRÃO IV, conforme localização, projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e área a ser construída, tudo isso constantes dos anexos ao edital. A empresa KAMILA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME, pleiteando a impugnação do edital em epígrafe sob a alegação de que o texto editalício é contrário as normas gerais de licitação, cerceando a participação da ora impugnante. Com base no parecer jurídico exarado pela assessoria jurídica, decido pela completa improcedência, mantendo o edital nos seus termos originais.

Sombrio-SC, 05 de setembro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO TP 21-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para executar o complemento de obra da construção de uma unidade de básica de saúde PADRÃO III, conforme localização, projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e área a ser construída, tudo isso constantes dos anexos ao edital. A empresa KAMILA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME, pleiteando a impugnação do edital em epígrafe sob a alegação de que o texto editalício é contrário as normas gerais de licitação, cerceando a participação da ora impugnante. Com base no parecer jurídico exarado pela assessoria jurídica, decido pela completa improcedência, mantendo o edital nos seus termos originais.

Sombrio-SC, 05 de setembro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO 35-2017_COMBUSTÍVEIS LICITAÇÃO DESERTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Sr. Prefeito Municipal na forma da legislação vigente informa que decorrido duas publicações do processo em epígrafe, o qual tem como objeto: registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum filtrada, óleo diesel, óleo diesel s10 e agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio-arla), para os veículos, máquinas e equipamentos do município de Sombrio, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

Não acudiram interessados no objeto do presente certame, sendo a mesma declarada deserta.

Sombrio/SC, 04 de setembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO TP 20-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2017

A Presidente do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para executar o complemento de obra da construção de uma unidade de básica de saúde PADRÃO I, conforme localização, projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e área a ser construída, tudo isso constantes dos anexos ao edital. A empresa KAMILA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME, pleiteando a impugnação do edital em epígrafe sob a alegação de que o texto editalício é contrário as normas gerais de licitação, cerceando a participação da ora impugnante. Com base no parecer jurídico exarado pela assessoria jurídica, decido pela completa improcedência, mantendo o edital

Tangará

PREFEITURA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO PR Nº 065

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO
PR Nº 065/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO PR Nº 065/2017

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório PR 065/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURO PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, restando vencedores as empresas conforme cada item: ITEM 01: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais). ITEM 02: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 03: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.030,00 (um mil e quinta reais). ITEM 04: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 05: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 900,00 (novecentos reais). ITEM 06: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 799,00 (setecentos e noventa e nove reais). ITEM 07: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.870,00 (um mil oitocentos e setenta reais). ITEM 08: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 09: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.060,00 (um mil e sessenta reais). ITEM 10: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 11: : MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais). ITEM 12: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 13: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais). ITEM 14: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 799,00 (setecentos e noventa e nove reais). ITEM 15: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais). ITEM 16: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 17: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 3.000,00 (três mil reais). ITEM 18: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 19: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais). ITEM 20: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). ITEM 21: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais). ITEM 22: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 799,00 (setecentos e noventa e nove reais). ITEM 23: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais). ITEM 24: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais). ITEM 25: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais). ITEM 26: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais). ITEM 27: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais). ITEM 28: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 29: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais). ITEM 30: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais). ITEM 31: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais). ITEM 32: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais). ITEM 33: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 298,00 (duzentos e noventa e oito reais). ITEM 34: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove

reais). ITEM 35: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais). ITEM 36: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 300,00 (trezentos reais). ITEM 37: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais). ITEM 38: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais). ITEM 39: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 300,00 (trezentos reais). ITEM 40: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 300,00 (trezentos reais). ITEM 41: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 300,00 (trezentos reais). ITEM 42: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 302,00 (trezentos e dois reais). ITEM 43: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 302,00 (trezentos e dois reais). ITEM 44: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 700,00 (setecentos reais). ITEM 45: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais). ITEM 46: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais). ITEM 47: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). ITEM 48: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 49: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 50: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 51: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 52: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 53: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). ITEM 54: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A: R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais). ITEM 55: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 2.235,00 (dois mil duzentos e trinta e cinco reais). ITEM 56: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 987,00 (novecentos e oitenta e sete reais). ITEM 57: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais). ITEM 58: GENTE SEGURADORA S/A: R\$ 987,00 (novecentos e oitenta e sete reais). Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso, o processo será encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para homologação, após assinatura dos contratos e contratação do serviço licitado. Tangará, 06 de Setembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 093-2017

DECRETO Nº 093/2017, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.
AUTORIZA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais DECRETA:

Art. 1.º Fica autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 142.000,00 (Cento e quarenta e dois mil reais), destinados suplementar dotação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 2 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – CHEFIA DE GABINETE

Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (04) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 28.128.1019.0.003 – Contribuição para o PASEP

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (21) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (11) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.306.1005.2.039 – Alimentação Escolar Fundamental

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (28) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.306.1005.2.143 – Alimentação Escolar Infantil Creche

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (30) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.306.1005.2.144 – Alimentação Escolar Infantil Pré Escola

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (32) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.040 – Transporte Escolar Fundamental

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (37) R\$ 17.000,00

Fonte de Recurso: 0022 – Recursos Transporte Escolar Estado

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (54) R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 0018 – Recursos Fundeb

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (42) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos impostos 25% educação

TOTAL R\$ 142.000,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 142.000,00 (Cento e quarenta e dois mil reais) previstos no artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados o provável excesso de arrecadação na fonte 01.000 - recursos ordinários livres no valor de R\$ 60.000,00, provável excesso na fonte 01.022 - recursos do Transporte escolar Estado no valor de R\$ 17.000,00, provável excesso na fonte 01.018 - transferência do FUNDEB no valor de R\$ 50.000,00 e provável excesso na fonte 01.001 Recursos de impostos 25% para Educação no Valor de R\$ 15.000,00

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,

ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE SETEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 092/17

DECRETO Nº. 092/17, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 24.722.1017.1.175 – Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais – PP-CED – no Município de Tigrinhos

Modalidade: 4.4.90.0024 – Aplicações Diretas (151) R\$ 1.900,00

Fonte de Recurso: 0024 – Transferências de Convênios - Outros

TOTAL R\$ 1.900,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizadas as receitas provenientes do excesso de arrecadação na fonte 24 relativo aos rendimentos bancários do exercício destinados a ampliação de meta no projeto inicial de internet rural - Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais – PP - CRD, celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria De Agricultura.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 05 de setembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 043-2017

EXTRATO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 043/2017
Dispensa de Licitação nº. 008/2017

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento de interessados, que foi realizada Contratação por Dispensa de Licitação de Pessoa Jurídica para Serviço de Animação Musical para Baile de Aniversário do Município de Tigrinhos a realizar-se no dia 29/09/2017 no centro Esportivo Municipal, com a Empresa S.D.SO-NORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI ME – CNPJ: 19.994.677/0001-10, no valor de R\$ 7.000,00, com fundamento no artigo 24, II, da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 06 de Setembro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 054/17

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 054/17, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2014 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei Complementar.

Art. 1º Os itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pela tabela VII lista de serviços ISSQN da Lei Complementar nº 32/2014, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de

corpos cadavéricos.

Art. 2º A Lista de Serviços instituída pela tabela VII da Lei Complementar nº 32/2014, fica acrescida dos itens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05 e passam ter as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

ALIQUOTA – 5%

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

ALIQUOTA – 5%

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

ALIQUOTA – 5%

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

ALIQUOTA – 5%

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

ALIQUOTA – 5%

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

ALIQUOTA – 5%

Art. 3º Fica acrescido ao artigo 167 da Lei Complementar nº 32/2014, os incisos XXI, XXII e XXIII, com a seguinte redação:

Art.167. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando do imposto será devido no local:

[...]

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

[...]

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII- do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 05 de setembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 887/17

LEI MUNICIPAL Nº. 887/17, DE 05 SETEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.

165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2018 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram à Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- IX - Anexo I a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XI - Anexo II. a Metodologias Memória de Calculo das Principais Despesas;
- XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XVII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- XVIII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XIX- Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e
- XX - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo,

durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por

indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e,

XIII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e,
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - mediante transferência financeira;
 - a) outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou,
 - b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;
- II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;
- III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e,
- V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei. Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:
 - I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
 - X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;
 - XI - Planilha de Identificação dos Projetos. Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica. Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
 - XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
 - XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;
 - XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
 - XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
 - XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
 - XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I- exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e
- II- justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES****Seção I****Das Diretrizes Gerais**

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11º Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12º A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II**Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas**

Art. 13º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III**Do Incentivo à Participação Popular**

Art. 14º O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2018, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento;

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
II - o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15º Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV**Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho**

Art. 16º Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o

Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V**Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público**

Art. 17º Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos Especiais, se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e,
IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI**Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes**

Art. 18º Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII**Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas**

Art. 19º É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar seu Estatuto Social, sua regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, além de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2018 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas

na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII**Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado**

Art. 20º A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art., 62 da Lei Complementar de nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21º O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e,

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22º A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constantes no Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões, previsto no artigo 2º desta Lei.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23º O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente a unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento de despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25º O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26º A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27º No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29º Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30º A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31º A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e,

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do

Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder

Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000. Parágrafo único. Caso a Lei Orçamentária Anual for promulgada e sancionada antes do dia 15 de dezembro de 2017, fica automaticamente prorrogado o prazo a que se refere o caput para o dia 30 de janeiro de 2018, a fim de possibilitar a inclusão dos saldos patrimoniais apurados no balanço geral do exercício financeiro de 2017.

Art. 34º A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Tigrinhos/SC, 05 de setembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 888/17

LEI MUNICIPAL Nº. 888/17, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 24.722.1017.1.175 – Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais – PP-CED – no Município de Tigrinhos

Modalidade: 4.4.90.0024 – Aplicações Diretas (151) R\$ 1.900,00

Fonte de Recurso: 0024 – Transferências de Convênios - Outros

TOTAL R\$ 1.900,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizadas as receitas provenientes do excesso de arrecadação na fonte 24 relativo aos rendimentos bancários do exercício destinados a ampliação de meta no projeto inicial de internet rural - Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais – PP - CRD, celebrado com o Estado de

Santa Catarina, através da Secretaria De Agricultura.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 05 de setembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA 177/2017

PORTARIA Nº. 177/2017. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. IEDA MARIA BADIN BOURSCHIEDT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos – LC 051/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para a Servidora Pública Municipal Sra. IEDA MARIA BADIN BOURSCHIEDT, Efetiva, Professor IV Geografia, com matrícula nº. 303/03, referente ao período aquisitivo vencido em Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 05 de Setembro de 2017 à 04 de Outubro de 2017, sendo convertida em abono pecuniário o percentual de 50% (30 dias) nos termos do Art. 101 e §2º, da Lei Municipal Complementar nº 051/2017 plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 101 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 2º É vedado o acúmulo de licença-prêmio, podendo a mesma ser convertida em abono pecuniário até o percentual de 50% (cinquenta por cento), desde que o servidor apresente requerimento e seja deferido pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de setembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda.

PORTARIA 178/2017

PORTARIA Nº. 178/2017. NOMEIA SERVIDORA PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. SILVANA SCHLICK KOBBS, brasileira, portadora do CPF nº. 066.191.069-51, para exercer o cargo de AGENTE DE SAÚDE - PSF, com 40 (quarenta) horas semanais, a contar a partir de 05 de Setembro de 2017, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Justifica-se a nomeação em razão do afastamento excepcional da Servidora Municipal Sra. MARISA KNAK CORREA, do cargo de Agente de Saúde - PSF, cadastrada sob matrícula nº. 262/04, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que esta afastada por motivo de tratamento de Saúde, conforme Portaria Nº. 174/2017, pelo período de 60 (sessenta) dias, sendo absolutamente necessária a substituição para dar continuidade aos trabalhos realizados na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de setembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 179/2017

PORTARIA Nº. 179/2017.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor R\$ 1.500,00 cada, totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 10 a 14 de Setembro de 2017, COM OBJETIVO DE VIABILIZAR A LIBERAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO DE ESTADO, DEPUTADOS E DEMAIS REPARTIÇÕES, PARA O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE SETEMBRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de setembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 154/PMT/2017

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 154/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/PMT/2017 – DISPENSA Nº 029/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: BOM-VACUO EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO, SANEAMENTO LTDA ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO PARA A DRENAGEM DA AVENIDA HERCÍLIO LUZ, EM TIJUCAS, COM METRAGEM DE 200M, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 7.250,00 (SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) TIJUCAS/SC, 31 DE AGOSTO DE 2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/FMAS/2017
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 015/FMAS/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/FMAS/2017

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 015/FMAS/2017

Objeto: Aquisição de carimbos e cartões de visita para a Secretaria de Ação Social, CRAS, CREAS e Cadastro Único, do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 20 de setembro de 2017, as 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 098/PMT/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 098/PMT/2017

Objeto: Aquisição de pneus para a frota do Corpo de Bombeiros Militar de Tijucas, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/ SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 20 de setembro de 2017, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/PMT/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO 030/PMT/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 133/PMT/2017

Dispensa de Licitação nº 030/PMT/17

Objeto: Contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada para disposição final dos resíduos provenientes da construção civil (construção/demolição/reforma) e serviços urbanos (poda/varrição/limpeza de terrenos baldios e galerias), da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: ODILON LUIZ TUMELERO - ME.

Valor: R\$. 7.872,00 (sete mil, oitocentos e setenta e dois reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 267/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 4/2017 - MODALIDADE CONVITE 2/2017

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 4/2017 – MODALIDADE: CONVITE Nº 2/22017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

O SAMAE DE TIMBÉ DO SUL-SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Diretor Amarildo Scursel Alexandre encontra-se aberta o convite 2/2017 tipo de licitação "MENOR PREÇO" Forma de Julgamento: MENOR PREÇO DO ITEM, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS ESPECÍFICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017: HIPOCLORITO DE SÓDIO a 12%; ÁCIDO FLUOSSILICICO a 20%- PAGAMENTO, DE FORMA PARCELADA. CONFORME A SOLICITAÇÃO.

A integra deste edital e demais informações necessárias estarão à disposição no Setor de Compras do SAMAE, a Rua Carlos Savi, 365, Centro – Timbé do Sul-SC. Maiores informações pelo telefone (48)3536-1172 no horário das 8:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

O credenciamento e recebimento dos envelopes será até as 14:00 horas do dia 15 de setembro de 2017 no endereço acima mencionado e serão abertas as 14:00 horas do dia 15 de setembro de 2017.

Timbé do Sul (SC), 06 de setembro de 2017.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 50 2017 PMT - CÓPIAS E IMPRESSÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de solução continuada de impressão, cópia e digitalização corporativa, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos novos, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e consumíveis necessários (exceto papel), assim como serviços de gestão, controle e operacionalização da solução conforme especificações e condições constantes do presente edital e seus anexos em atendimento às necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 20 de setembro de 2017. ABERTURA: dia 20 de setembro de 2017 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 05 de setembro de 2017
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

DECISÃO RECURSOS ADMINISTRATIVOS - PREGÃO PRESENCIAL N.º 08 2017 FMS DECISÃO

Edital de Pregão Presencial 08/2017.

I. Dos Fatos:

1. Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito sob CNPJ n.º 11.422.955/0001-53, representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, lançou o Edital de Pregão Presencial nº 08/2017 FMS, tendo como objeto a "Aquisição de Equipamentos (Tablets e Capas, Roteador) Destinados à Informatização das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde".

2. Em 08/08/2017, na Sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação do referido edital.

3. Naquela sessão as empresas INFOPLAN LTDA ME, MARCELO WEINRICH EPP, ADL COMERCIAL EIRELI EPP, NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME, C.E.K INFORMATICA EIRELI ME, NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA, COMP1 INFORMATICA LTDA, COMPTON COMERCIAL LTDA ME restaram desclassificadas por não atenderem as especificações do item 2 do edital quanto ao tamanho da tela, sendo declarada vencedora daquele item a empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

4. Ato contínuo, as empresas NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA, INFOPLAN LTDA ME e C.E.K INFORMATICA EIRELI ME apresentaram razões recursais.

5. No que se refere ao recurso apresentado por NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA, são os fundamentos e requerimentos: a. Ser indevida sua desclassificação por tamanho de tela tendo em vista que ofertou o item 02 com tamanho de tela de 7 polegadas

e resolução 1024x600, apresentando cálculo de proporção a justificar a oferta do produto em desacordo com a resolução solicitada no edital; b. Há inconformidades com o equipamento ofertado pela licitante vencedora, sendo que o equipamento LG MODELO V400 não encontra-se certificado pela ANATEL; e c. Que há grande diferença de preços entre o vencedor e o proposto pela licitante, que segundo alega supre as indicações do edital no cálculo de proporção, atingindo 76% de aumento entre a proposta vencedora e a por si perpetrada.

6. Já ao que se refere aos argumentos trazidos por INFOPLAN LTDA ME e C.E.K INFORMATICA EIRELI ME, são os fundamentos: a) Que o equipamento cotado por si é superior ao licitado, no que tange sua resolução, apresentando todas as demais características do objeto licitado, não podendo-se ensejar sua desclassificação; e b) Que a proposta por si apresentada é mais vantajosa.

7. Pela Comissão Permanente de Licitação foram recebidos os referidos recursos, e tendo em vista a manutenção da decisão, foram os autos submetidos a esta Secretaria para análise e julgamento em última instância administrativa, conforme dispõe o item 13.9 do Edital supra referido e art. 109 da Lei 8.666/93.

II. Do Mérito:

a) Das razões recursais interpostas por NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA:

8. A Recorrente, em primeiro plano, alega ser indevida sua desclassificação em relação ao item 02 do Edital, já que o produto ofertado supostamente atenderia as especificações no que se refere ao tamanho da tela e aspecto ratio.

9. Justifica que ofertou o item 02 com tamanho de tela de 7 polegadas e resolução 1024x600, apresentando cálculo de proporção a elucidar que a resolução ofertada adimple, em pé de igualdade, com as especificações da exigida no edital, qual seja, 1024X768.

10. Contudo, sem razão. Vejamos.

11. O edital Pregão Presencial nº 08/2017 FMS, tem por objeto a aquisição de Equipamentos (Tablets e Capas, Roteador) destinados à informatização das atividades dos agentes comunitários de saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I.

12. Em conformidade com o desenvolvedor do Software utilizado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, para viabilizar a informatização das atividades dos agentes comunitários de saúde as especificações técnicas exigidas são:

TABLET 7 POLEGADAS; SISTEMA OPERACIONAL ANDROID VERSÃO 4.4 OU SUPERIOR, COM FUTURAS ATUALIZAÇÕES, TELA COM TAMANHO DE 7 POLEGADAS, TELA TOUCH SCREEN CAPACITIVA, TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE HD 1024X768, TELA COM PINCH ZOOM, TELA COM CARACTERÍSTICA IPS, POSSUIR GPS, CONEXÃO MÍNIMA 3G, CONEXÃO WI-FI 802.11 B/G/N/AC, PROCESSADOR QUAD CORE 1.3 GHZ, MEMÓRIA INTERNA DE NO MÍNIMO 8GB, MEMÓRIA RAM DE 1GB OU SUPERIOR, CONECTOR TIPO MICRO USB, CAPACIDADE DE RECEBER CARTÃO MICRO SD ATÉ 128GB, POSSUIR BATERIA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3600 MAH, DEVERÁ ACOMPANHAR COM O TABLET 7" OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: CARREGADOR DE PAREDE; KIT DE MANUAIS; CABO

PARA SINCRONISMO USB; GARANTIA: NO MÍNIMO 12 MESES.

13. Ao tecer esclarecimentos sobre a resolução e “aspecto ratio” mínimos exigidos, a empresa desenvolvedora do Software utilizado pela Secretária de Saúde e Assistência Social aclarou que a proporção exigida (1024X768 4:3), é a apropriada ao aplicativo utilizado.

14. Apenas a proporção exigida (1024X768 4:3) é capaz de manter a respectiva impressão de conteúdo, bem como torna o aplicativo ergonômico para o usuário. Além do mais é a proporção exigida (1024X768 4:3) que restou previamente homologado para o layout do software em testes internos e com os demais clientes utilizados deste módulo.

15. Desta forma, com intuito de evitar cortes e distorções no conteúdo exibido diante do aplicativo e software previamente adquiridos pela Secretária de Saúde e Assistência Social, a proporção mínima (1024X768 4:3) é imperativa para a aquisição do produto.

16. Diante dos referidos esclarecimentos, não havendo qualquer desconformidade nesse tópico, merece indeferimento a irresignação da Recorrente nesse ponto, mantendo sua desclassificação.

17. Ademais, é inoportuna neste momento qualquer oposição as especificações trazidas no anexo I do Edital, vez que o momento de impugnação se esgotou, consoante item 4 e 4.1 do instrumento convocatório que previa: Até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

18. Qualquer definição divergente, da ora consignada, fere em totalidade o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e letra da lei no que se refere ao art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”.

19. O edital é lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pela Administração. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

20. Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

21. De fato depois de publicado o Edital, a Administração não pode promover-lhe alterações até findo o certame, proibindo-se a existência de cláusulas ad hoc, salvo se inverso exigir o interesse público, manifestamente comprovado.

22. Referidos princípios tratam-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

23. Em segundo plano, impugna a Recorrente as condições técnicas do aparelho ofertado pela empresa vencedora.

24. Esclarece que o equipamento LG MODELO V400 (ofertado pela licitante vencedora) não possui Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações expedido pela ANATEL.

25. Com razão no ponto. Vejamos.

26. Prevê o 1º da lei nº 9.472/1997, Lei Geral de Telecomunicações, que compete à União, por intermédio do órgão regulador (ANATEL) e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração dos serviços de

telecomunicações.

27. A previsão supra exarada inclui, entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

28. Também o artigo 19, inciso VIII da mesma disposição legal preconiza que compete à ANATEL adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras.

29. Desnecessário dizer que a atuação se dará com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente, administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas.

30. Neste sentido e direção, oportuno os ensinamentos de Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, sobre a competência da Agência:

(...) a ANATEL tem competência para administrar o espectro radioelétrico e os recursos de órbita, além de outros recursos escassos empregados na indústria de telecomunicações, tais como os recursos de numeração, cabendo-lhe disciplinar o emprego desses meios com vistas à sua otimização em benefício dos usuários. (In Direito das Telecomunicações: A Regulação para a Competição. Belo Horizonte: Editora Forum, 2005, p. 172.)

31. Desta forma, a ANATEL deve velar pelo uso eficiente e adequado dos equipamentos de telecomunicação, exatamente como o item 02 do presente edital: TABLET.

32. Repassados os esclarecimentos sobre e legítima competência da ANATEL, é oportuno anotar a lembrança feita por Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, no sentido de que “os equipamentos emissores de radiofrequência só podem ser utilizados com certificação expedida ou aceita pela agência”.

33. Isto porque o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242/2000, tem por objetivo promover ferramentas para a Agência atestar a segurança na utilização de determinado produto, emissor de radiofrequência, a fim de que não sejam produzidas interferências prejudiciais, já tratadas anteriormente.

34. Desta forma, no que se refere ao item 02, inobstante ausência de consignação expressa no Edital por equipamento com certificação exarada pela ANATEL, por óbvio que ela é intrínseca a lei, sendo portanto, imperativa as considerações da Resolução Anatel nº 242/2000.

35. Acerca da necessidade de Certificação e Homologação do objeto ora perseguido, veja-se que os artigos 3º, inciso XX, 4º e 20, parágrafo único, da Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000, da ANATEL, que versa sobre o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, preveem:

Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento aplicam-se as seguintes definições:

(...) XX - Produtos para Telecomunicação da Categoria III: quaisquer produtos ou equipamentos não enquadrados nas definições das Categorias I e II, cuja regulamentação seja necessária: a) à garantia da interoperabilidade das redes de suporte aos serviços de telecomunicações; b) à confiabilidade das redes de suporte aos serviços de telecomunicações; ou c) à garantia da compatibilidade eletromagnética e da segurança elétrica.

Art. 4º São passíveis de certificação e de homologação, para efeito

do que prevê este Regulamento, todos os Produtos de Telecomunicação classificáveis nas Categorias I, II e III.

Parágrafo único. A Anatel poderá emitir atos que relacionem produtos de telecomunicação das Categorias I, II e III que serão objeto de regulamentação.

Art. 20. O procedimento de avaliação da conformidade de um dado produto em relação aos regulamentos editados pela Anatel ou às normas por ela adotadas, constitui etapa inicial do processo e visa obter a homologação do produto.

Parágrafo único. A emissão do documento de homologação é pré-requisito obrigatório para fins de comercialização e utilização, no País, dos produtos classificáveis nas Categorias I, II e III, descritas neste Regulamento.

36. Considerando o arrazoado, e com base no que dispõe os artigos 20 da resolução 242/2000 e art. 3º inciso XVIII do mesmo dispositivo legal, c/c art. 19 inciso XIII da lei federal 9472/97, entende-se que a certificação é pré requisito ESSENCIAL PREVISTO EM LEI para comercialização de tablets.

37. Portanto, não resta alternativa que não seja a desclassificação da licitante vencedora vez que oferta o equipamento LG MODELO V400, com certificado suspenso, conforme página 000410 dos autos do processo licitatório.

38. Inclusive, não pode-se deixar de considerar que a própria ANATEL pune concorrentes que comercializam produtos classificáveis nas Categorias I, II e III do referido regulamento, sem a devida homologação conforme depreende-se dos seguintes acórdãos:

RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÃO NÃO HOMOLOGADO PELA ANATEL. PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. A Recorrente alegou que o erro de tipo presente na conduta da empresa exclui o dolo. Apelou ao Princípio da Insignificância afirmando que os aparelhos apreendidos foram lacrados pelos fiscais da Agência, não ocorrendo a sua comercialização. Afirmou, também, que a multa imposta foi excessiva, prejudicando o funcionamento da empresa e colocando em risco a atividade negocial. Alegou, ainda, que desconhecia a necessidade de homologação dos aparelhos. O Relator contrapôs os argumentos da Requerente, comentou que a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro prevê como princípio que ninguém pode se evadir de cumprir a lei com a alegação de não a conhecer. Quanto às afirmações de ausência de proporcionalidade da multa aplicada, o Relator afirmou que todos os parâmetros e critérios previstos na Lei Geral de Telecomunicações – LGT e no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas foram devidamente observados e ponderados e que, no âmbito geral, a atividade sancionatória da Agência objetiva punir o infrator e prevenir novos descumprimentos regulamentares, cumprindo uma função pedagógica. Segundo o Relator, a Recorrente não apresentou provas capazes de afastar as constatações dos fiscais. A proposta do Relator foi pela manutenção da sanção, a qual foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Diretor. ACÓRDÃO Nº 55/2015 - (Processo nº. 53520.003862/2009. Relator Rodrigo Zerbone.RCD nº 769, item 3.2, realizada em 12 de fevereiro de 2015).

39. Desta forma, em atenção competência exclusiva para legislar acerca da matéria pertencente a ANATEL, e consequente atenção à Resolução nº 242/2000, resta desclassificada da empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME tendo em vista que o equipamento LG MODELO V400 não encontra-se certificado pela ANATEL, consoante suspensão trazida aos autos pela empresa ora Recorrente.

b) Das razões recursais de INFOPLAN LTDA ME e C.E.K INFORMATICA EIRELI ME:

40. As Recorrentes INFOPLAN LTDA ME e C.E.K INFORMATICA EIRELI ME alegam ser indevida suas desclassificações por supostamente não atender o requerido do tamanho de tela para o item 02.

41. Esclarecem, em suas razões recursais que ofertaram o item 02 em qualidade superior ao objeto apostado no anexo I do edital, e com melhor oferta econômica.

42. Vale destacar que a Recorrente INFOPLAN LTDA ME ofertou tablete de 8 polegadas, já C.E.K INFORMATICA EIRELI ME ofertou o mesmo item com tamanho de 10 polegadas.

43. Todavia, sem razão.

44. Conforme dito alhures, em conformidade com o desenvolvedor do Software utilizado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, para viabilizar a informatização das atividades dos agentes comunitários de saúde as especificações técnicas exigidas são: TABLET 7 POLEGADAS; TELA COM TAMANHO DE 7 POLEGADAS, TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE HD 1024X768!

45. A descrição acima é o objeto do presente edital, não cabendo monografia sobre a matéria, vez que o instrumento convocatório prevê expressamente as condições do item a ser adquirido.

46. Até porque, as condições de peso e tamanho influenciam diretamente no trabalho dos agentes comunitários de saúde que precisam carregar o equipamento quando de suas atividades.

47. Ademais, conforme amplamente destacado em tópico acima, ao tecer esclarecimentos sobre a resolução e "aspecto ratio" mínimos exigidos, a empresa desenvolvedora do Software utilizado pela Secretária de Saúde e Assistência Social aclarou que a proporção exigida (1024X768 4:3), é a apropriada ao aplicativo utilizado. Veja-se que apenas a proporção exigida (1024X768 4:3) é capaz de manter a respectiva impressão de conteúdo, bem como torna o aplicativo ergonômico para o usuário. Com intuito de evitar cortes e distorções no conteúdo exibido diante do aplicativo e software previamente adquiridos pela Secretária de Saúde e Assistência Social, a proporção mínima (1024X768 4:3) é imperativa para a aquisição do produto.

48. Inobstante o referido, é inconveniente qualquer oposição as especificações trazidas no anexo I do Edital neste momento, vez que o momento de impugnação se esgotou, consoante item 4 e 4.1 do instrumento convocatório que previa: Até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

49. Assim sendo, consoante todo o arrazoado, a resolução, aspecto ratio e polegadas informadas no instrumento convocatório devem ser respeitados, e não havendo qualquer desconformidade nesse tópico, merece indeferimento a irresignação das Recorrentes, mantendo suas desclassificações.

c) Da desclassificação dos objetos ofertados que não reúnam Certificação e Homologação:

50. Conforme acima detalhado, os artigos 3º, inciso XX, 4º e 20, parágrafo único, da Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000, da ANATEL, que versa sobre o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, preveem a Certificação e Homologação para produtos dito tablets.

51. Diante desta premissa, em atenção à Resolução nº 242/2000 entende-se pela desclassificação também da empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP, ora segunda colocada, vez que oferece

o modelo LG MODELO V400, que não encontra-se certificado pela ANATEL.

III. Da Conclusão:

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decido:

- a) Pelo INDEFERIMENTO PARCIAL do Recurso apresentado por NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA para manter sua desclassificação e desclassificar a empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- b) Pelo INDEFERIMENTO dos recursos apresentados por INFOPLAN LTDA ME e C.E.K INFORMATICA EIRELI ME; e
- c) Pela desclassificação de ofício da empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP por ofertar o modelo LG MODELO V400, que não encontra-se certificado pela ANATEL.

Timbó, 04 de setembro de 2017.

Deise Adriana Nicholletti Mendes
Secretária de Saúde e Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 005/2017

Página 1/28

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 005/2017**

A **Fazenda Municipal de Timbó**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os arts. 114 ao 119, e art. 128, todos da Lei Complementar nº 142, de 21/12/98 – Código Tributário Municipal, **NOTIFICA** os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, da inscrição em dívida ativa de créditos tributários e não tributários, referente aos exercícios fiscais de 2010 a 2016.

Os créditos inscritos em dívida ativa estão acrescidos: **a)** Atualização monetária prevista nos arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003; **b)** Juros previstos no art. 73 da LC nº142/98; **c)** Multa prevista no art. 193 da LC nº142/98.

Os créditos inscritos em dívida ativa oriundos do Simples Nacional sujeitam-se-a à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda conforme art. 21 da Lei Complementar nº123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Desta forma, cientificamos o(s) contribuinte(s) quanto aos débitos inscritos em dívida ativa e quanto ao **prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital**, para: Pagamento integral da dívida, ou para pedido de parcelamento de débitos, e/ou para apresentação de Defesa ou Recurso, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, neste Município.

Esgotado o prazo mencionado, a repartição competente providenciará a deflagração do processo judicial, para cobrança judicial, conforme art. 128 da LC nº142/98.

Notificação: 3124/2017 DE 26/07/2017
Contribuinte: ANTONIO ROSA DA SILVA
CPF: 592.410.120-72

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4659/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	160,03	10,07	3,40	27,22	200,72	A
4658/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	117,72	7,41	2,50	20,02	147,65	A
4657/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	59,88	3,77	1,27	10,18	75,10	A
4527/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	50,84	12,80	1,27	26,09	91,00	A
4528/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	99,97	25,16	2,50	51,30	178,93	A
4529/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	124,23	31,27	3,11	63,76	222,37	A
3971/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	144,59	25,49	3,40	47,62	221,10	A
3970/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	106,38	18,76	2,50	35,04	162,68	A
3969/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	54,12	9,54	1,27	17,82	82,75	A
2114/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	262,57	85,52	6,96	177,53	532,58	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.180,33	229,79	28,18	476,58	1.914,88	
EM EXTENSO: um mil, novecentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos									

Notificação: 2540/2017 DE 13/07/2017
 Contribuinte: AUTO ELETRICA JK LTDA ME
 CNPJ: 14.774.130/0001-96

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12936/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/02/2015	50,00	0,00	1,00	15,26	66,26	A
12937/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/03/2015	50,00	0,00	1,00	14,74	65,74	A
12938/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/04/2015	50,00	0,00	1,00	14,27	65,27	A
12939/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/05/2015	50,00	0,00	1,00	13,77	64,77	A
12940/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	22/06/2015	50,00	0,00	1,00	13,24	64,24	A
12941/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/07/2015	50,00	0,00	1,00	12,65	63,65	A
12942/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/08/2015	50,00	0,00	1,00	12,09	63,09	A
11647/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
11648/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
11649/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
11650/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	13/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				550,00	0,00	11,00	161,49	722,49	

EM EXTENSO: setecentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos

Notificação: 2004/2017 DE 27/06/2017
 Contribuinte: CARLOS ALBERTO SCHULZ
 CPF: 054.058.619-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5316/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	101,04	6,36	2,15	16,11	125,66	A
5315/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	59,56	3,75	1,27	9,50	74,08	A
5314/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	167,37	10,53	3,56	26,69	208,15	A
5183/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	31/03/2014	106,59	26,83	2,67	52,03	188,12	A
5184/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	31/03/2014	49,95	12,57	1,25	24,38	88,15	A
5185/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	31/03/2014	58,83	14,81	1,47	28,72	103,83	A
4599/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	11/05/2015	68,40	12,06	1,61	20,92	102,99	A
4598/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	11/05/2015	53,13	9,37	1,25	16,25	80,00	A
4597/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	11/05/2015	113,43	20,00	2,67	34,69	170,79	A
2357/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	220,29	71,75	5,84	146,04	443,92	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				998,59	188,03	23,74	375,33	1.585,69	

EM EXTENSO: um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos

Notificação: 2069/2017 DE 28/06/2017
 Contribuinte: DIRCEU POLASTRI
 CPF: 637.868.009-44

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1694/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	17/12/2015	8,87	1,56	0,21	1,98	12,62	A
1347/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	30/12/2013	7,73	2,52	0,21	4,31	14,77	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				16,60	4,08	0,42	6,29	27,39	

EM EXTENSO: vinte e sete reais e trinta e nove centavos

Notificação: 2774/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: FABIANA SAUTNER (MEI)
 CNPJ: 14.766.811/0001-02

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9745/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,56	76,53	A
12624/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	31,82	147,74	A
9746/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	15,16	53,82	A
9744/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A

9743/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3971/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	164,64	493,92	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				595,06	160,52	15,11	324,10	1.094,79	

EM EXTENSO: um mil, noventa e quatro reais e setenta e nove centavos

Notificação: 2743/2017 DE 29/08/2017
 Contribuinte: GELSO RODRIGUES DA ROSA
 CPF: 006.329.549-06

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5151/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	76,77	4,83	1,63	13,06	96,29	A
5150/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	78,52	4,94	1,67	13,35	98,48	A
5149/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	76,70	4,82	1,63	13,04	96,19	A
5025/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	65,13	16,39	1,63	33,42	116,57	A
5026/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	66,66	16,78	1,67	34,21	119,32	A
5027/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	59,58	15,00	1,49	30,58	106,65	A
4445/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	69,36	12,23	1,63	22,85	106,07	A
4444/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	70,95	12,51	1,67	23,37	108,50	A
4443/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	69,30	12,22	1,63	22,83	105,98	A
2310/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	183,57	59,79	4,87	124,11	372,34	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				816,54	159,51	19,52	330,82	1.326,39	

EM EXTENSO: um mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos

Notificação: 1841/2017 DE 22/06/2017
 Contribuinte: GUNTER HEINRICH HERWEG (+)
 CPF: 096.741.109-25

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3450/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	29,83	232,70	A
3449/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	447,19	28,13	9,51	71,30	556,13	A
3448/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	335,92	21,13	7,14	53,56	417,75	A
3314/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	285,27	71,81	7,14	142,83	507,05	A
3315/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	379,71	95,58	9,51	190,12	674,92	A
3316/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	72,73	258,19	A
2702/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	53,70	256,57	A
2701/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	404,07	71,24	9,51	128,33	613,15	A
2700/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	303,52	53,51	7,14	96,40	460,57	A
1679/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	767,86	250,08	20,37	508,98	1.547,29	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				3.425,00	669,62	81,92	1.347,78	5.524,32	

EM EXTENSO: cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos

Notificação: 2572/2017 DE 19/07/2017
 Contribuinte: ISAIAS CELESTINO DE MATOS 12270108850 (MEI)
 CNPJ: 13.318.247/0001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9418/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,07	10,84	1,08	21,02	76,01	A
9419/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	14,77	53,41	A
9417/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	75,66	19,04	1,89	36,93	133,52	A
3892/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	143,55	46,76	3,81	95,17	289,29	A
12594/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	80,51	14,19	1,89	25,57	122,16	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				373,05	98,45	9,43	193,46	674,39	

EM EXTENSO: seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos

Notificação: 2464/2017 DE 12/07/2017

Contribuinte: JANAINA ELAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA FI

CNPJ: 05.896.175/0001-42

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8158/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,73	27,12	2,70	52,59	190,14	A
9099/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	356,41	22,42	7,58	56,82	443,23	A
9098/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9097/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	20,22	157,75	A
9096/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	25,57	199,45	A
8458/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	36,41	173,95	A
8459/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8457/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	46,02	219,88	A
8456/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	322,03	56,78	7,58	102,28	488,67	A
8159/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8157/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
8156/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	302,64	76,18	7,58	147,74	534,14	A
3471/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	547,49	178,31	14,53	362,91	1.103,24	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.417,37	474,45	57,88	947,73	3.897,43	

EM EXTENSO: três mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos

Notificação: 2999/2017 DE 20/07/2017

Contribuinte: LEDINALVA C. S. MEZARRI DANTAS

CPF: 539.227.279-72

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3989/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	121,43	7,64	2,58	20,65	152,30	A
3988/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	47,51	2,99	1,01	8,08	59,59	A
3987/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	62,23	3,91	1,32	10,58	78,04	A
3883/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	52,83	13,30	1,32	27,11	94,56	A
3884/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	60,54	15,24	1,52	31,07	108,37	A
3885/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	94,29	23,73	2,36	48,39	168,77	A
3246/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	109,72	19,34	2,58	36,14	167,78	A
3245/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	42,93	7,57	1,01	14,14	65,65	A
3244/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	56,22	9,91	1,32	18,52	85,97	A
1869/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	198,91	64,78	5,28	134,48	403,45	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				846,61	168,41	20,30	349,16	1.384,48	

EM EXTENSO: um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos

Notificação: 1420/2017 DE 07/06/2017

Contribuinte: LEOPOLDO PADARATZ (+)

CPF: 217.966.299-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2578/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	27,84	230,71	A
2577/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	441,98	27,80	9,40	65,77	544,95	A
2576/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	149,80	9,42	3,18	22,29	184,69	A
2511/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	127,23	32,03	3,19	62,11	224,56	A
2512/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	375,33	94,47	9,40	183,22	662,42	A
2513/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	70,91	256,37	A
1797/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	51,71	254,58	A
1796/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	399,40	70,42	9,40	122,15	601,37	A
1795/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	135,34	23,86	3,18	41,39	203,77	A

1385/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	614,49	200,13	16,30	399,17	1.230,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.745,03	536,27	65,65	1.046,56	4.393,51	

EM EXTENSO: quatro mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos

Notificação: 1421/2017 DE 07/06/2017
 Contribuinte: LEOPOLDO PADARATZ (+)
 CPF: 217.966.299-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
137/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	18/07/2014	15/03/2013	54,29	26,84	1,63	41,38	124,14	A
136/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	18/07/2014	15/02/2013	54,29	26,84	1,63	42,19	124,95	A
135/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	18/07/2014	15/01/2013	54,29	26,84	1,63	43,00	125,76	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				162,87	80,52	4,89	126,57	374,85	

EM EXTENSO: trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos

Notificação: 3145/2017 DE 26/07/2017
 Contribuinte: LINDEMAR MOHR
 CPF: 289.842.429-34

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4620/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	47,65	11,99	1,19	24,45	85,28	A
4621/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	165,79	41,73	4,15	85,08	296,75	A
4622/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	96,85	24,38	2,42	49,70	173,35	A
4065/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	112,70	19,87	2,65	37,12	172,34	A
4064/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	176,40	31,10	4,15	58,10	269,75	A
4063/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	50,70	8,94	1,19	16,70	77,53	A
2143/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	295,85	96,35	7,84	200,03	600,07	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				945,94	234,36	23,59	471,18	1.675,07	

EM EXTENSO: um mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sete centavos

Notificação: 904/2017 DE 20/04/2017
 Contribuinte: LINDOMAR FRANCISCO DOS SANTOS ME
 CNPJ: 18.064.355/0001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11142/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	14,77	130,69	A
11141/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
11140/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	105,68	6,65	2,25	14,60	129,18	A
11139/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	22,16	196,04	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				408,62	25,71	8,69	56,45	499,47	

EM EXTENSO: quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos

Notificação: 2141/2017 DE 03/07/2017
 Contribuinte: LIVRARIA EL SCHADDAI LTDA ME
 CNPJ: 08.029.227/0002-52

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3717/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	
EM EXTENSO: quatrocentos e noventa reais e setenta centavos									

Notificação: 881/2017 DE 18/04/2017

Contribuinte: LLR CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA EPP

CNPJ: 10.265.277/0001-08

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10911/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
10910/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	105,68	6,65	2,25	14,60	129,18	A
10909/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	22,16	196,04	A
10398/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	193,26	34,07	4,55	56,83	288,71	A
10401/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	9,48	48,14	A
10399/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	42,61	216,47	A
10912/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	213,85	13,45	4,55	29,55	261,40	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				885,93	97,73	19,69	180,15	1.183,50	
EM EXTENSO: um mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos									

Notificação: 882/2017 DE 18/04/2017

Contribuinte: LLR CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA EPP

CNPJ: 10.265.277/0001-08

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10400/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	95,49	16,84	2,25	28,08	142,66	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				95,49	16,84	2,25	28,08	142,66	
EM EXTENSO: cento e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos									

Notificação: 3027/2017 DE 21/07/2017

Contribuinte: LUCIA DANKER (+)

CPF: 693.349.198-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7190/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	31,82	234,69	A
7189/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	477,55	30,04	10,15	81,21	598,95	A
7188/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	45,23	2,85	0,96	7,69	56,73	A
6936/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	38,43	9,67	0,96	19,72	68,78	A
6937/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	405,51	102,07	10,15	208,11	725,84	A
6938/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	74,55	260,01	A
6605/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	55,69	258,56	A
6604/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	431,50	76,08	10,15	142,12	659,85	A
6603/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	40,89	7,21	0,96	13,47	62,53	A
3122/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	559,18	182,11	14,83	378,05	1.134,17	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.499,75	488,17	59,76	1.012,43	4.060,11	
EM EXTENSO: quatro mil, sessenta reais e onze centavos									

Notificação: 3320/2017 DE 01/09/2017

Contribuinte: LUCIO MAURO ABDALA JOSE

CPF: 899.252.039-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12782/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	03/05/2017	15/03/2016	595,60	37,46	12,67	113,96	759,69	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				595,60	37,46	12,67	113,96	759,69	

EM EXTENSO: setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos

Notificação: 672/2017 DE 12/04/2017
Contribuinte: LUCIO MAURO ABDALA JOSE
CPF: 899.252.039-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4/2016 - 0	Auto de infração	24/02/2016	31/12/2015	322,05	56,78	7,58	60,61	447,02	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				322,05	56,78	7,58	60,61	447,02	

EM EXTENSO: quatrocentos e quarenta e sete reais e dois centavos

Notificação: 673/2017 DE 12/04/2017
Contribuinte: LUCIO MAURO ABDALA JOSE
CPF: 899.252.039-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
932/2016 - 0	Tx. Vistoria	19/10/2016	11/12/2015	48,30	8,52	1,14	9,66	67,62	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				48,30	8,52	1,14	9,66	67,62	

EM EXTENSO: sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos

Notificação: 665/2017 DE 12/04/2017
Contribuinte: LUCIO MAURO ABDALA JOSE
CPF: 899.252.039-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11262/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,55	43,19	A
11261/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	6,47	61,46	A
11260/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	1.069,23	67,26	22,73	136,38	1.295,60	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.155,59	72,69	24,57	147,40	1.400,25	

EM EXTENSO: um mil, quatrocentos reais e vinte e cinco centavos

Notificação: 2995/2017 DE 20/07/2017
Contribuinte: MADALENA FERETTI PASQUALINI
CPF: 816.622.979-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11240/2014 - 0	Certidoes/Contratos	26/05/2015	14/05/2014	18,15	4,57	0,46	8,86	32,04	A
4634/2013 - 0	Certidoes/Contratos	14/04/2014	10/11/2013	17,13	5,58	0,46	10,22	33,39	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				35,28	10,15	0,92	19,08	65,43	

EM EXTENSO: sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos

Notificação: 965/2017 DE 04/05/2017
Contribuinte: MARCELO NAZATO
CPF: 052.975.209-32

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11436/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/08/2016	35,64	2,24	0,76	3,41	42,05	A
11435/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/08/2016	42,27	2,66	0,90	4,04	49,87	A
11434/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/08/2016	534,62	33,63	11,37	51,14	630,76	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				612,53	38,53	13,03	58,59	722,68	

EM EXTENSO: setecentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos

Notificação: 966/2017 DE 04/05/2017

Contribuinte: MARCELO NAZATO

CPF: 052.975.209-32

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11919/2016 - 0	Tx. Vistoria	03/05/2017	15/08/2016	53,46	3,36	1,14	5,11	63,07	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				53,46	3,36	1,14	5,11	63,07	

EM EXTENSO: sessenta e três reais e sete centavos

Notificação: 2659/2017 DE 17/07/2017

Contribuinte: MARCIA HELENA FAVERO NASATO

CPF: 007.990.049-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9830/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,84	8,08	1,08	15,10	70,10	A
9736/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,09	10,85	1,08	21,58	76,60	A
10397/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	71,28	4,48	1,52	12,12	89,40	A
10396/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10395/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,63	63,62	A
9831/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
9829/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	64,40	11,35	1,52	21,21	98,48	A
9737/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,14	53,76	A
9735/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	60,55	15,24	1,52	30,32	107,63	A
3968/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	335,04	109,11	8,90	226,51	679,56	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				769,01	177,83	18,98	367,28	1.333,10	

EM EXTENSO: um mil, trezentos e trinta e três reais e dez centavos

Notificação: 3255/2017 DE 31/07/2017

Contribuinte: MARCIA HELENA FAVERO NASATO

CPF: 007.990.049-60

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10394/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	256,62	16,14	5,46	43,64	321,86	A
9832/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	231,90	40,89	5,46	76,38	354,63	A
9738/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	217,90	54,85	5,46	109,10	387,31	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				706,42	111,88	16,38	229,12	1.063,80	

EM EXTENSO: um mil, sessenta e três reais e oitenta centavos

Notificação: 2124/2017 DE 30/06/2017

Contribuinte: MARCONY JOSE DA SILVA ME

CNPJ: 07.198.535/0001-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8869/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	95,48	16,83	2,25	30,32	144,88	A

8537/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	89,75	22,59	2,25	43,81	158,40	A
9486/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9485/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9484/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	105,68	6,65	2,25	16,85	131,43	A
9483/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8870/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8868/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8867/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8538/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8536/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
8535/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3597/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	287,71	93,70	7,63	190,72	579,76	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.265,35	248,54	30,28	496,50	2.040,67	

EM EXTENSO: dois mil, quarenta reais e sessenta e sete centavos

Notificação: 1942/2017 DE 26/06/2017

Contribuinte: MARISE ROZALIA VOLTOLINI KAMKE (MEI)

CNPJ: 11.887.057/0001-70

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9046/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,07	10,84	1,08	21,02	76,01	A
9047/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	14,77	53,41	A
9045/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3768/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	157,83	51,41	4,19	104,63	318,06	A
12567/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	30,69	146,61	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				418,58	109,76	10,57	215,44	754,35	

EM EXTENSO: setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos

Notificação: 2890/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: MARLI ULBRICH MATOSO DE AGUIAR BARBOSA

CPF: 003.651.209-52

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9735/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	256,62	16,14	5,46	43,64	321,86	A
9143/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	231,88	40,88	5,46	76,37	354,59	A
8797/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	217,92	54,85	5,46	109,11	387,34	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				706,42	111,87	16,38	229,12	1.063,79	

EM EXTENSO: um mil, sessenta e três reais e setenta e nove centavos

Notificação: 2892/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: MARLI ULBRICH MATOSO DE AGUIAR BARBOSA

CPF: 003.651.209-52

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9141/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	15,09	70,07	A
8795/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,56	76,53	A
9737/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
9736/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,63	63,62	A
9142/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
8796/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	15,16	53,82	A

3682/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	277,83	90,48	7,38	187,83	563,52	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				515,54	128,13	12,90	264,94	921,51	
EM EXTENSO: novecentos e vinte e um reais e cinquenta e um centavos									

Notificação: 2211/2017 DE 05/07/2017
 Contribuinte: MODA MINEIRA LTDA ME
 CNPJ: 13.206.178/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9990/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	14,55	69,53	A
10520/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10519/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10518/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
10517/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9981/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9991/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9989/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
9988/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
9982/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
9980/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
9979/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
4031/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.069,86	210,20	25,60	419,89	1.725,55	
EM EXTENSO: um mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos									

Notificação: 2355/2017 DE 10/07/2017
 Contribuinte: MOTYCZKA, BRAUN & CIA LTDA
 CNPJ: 02.100.122/0002-66

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8888/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	356,41	22,42	7,58	56,82	443,23	A
8887/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
8886/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	16,18	126,19	A
8885/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
7953/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	86,19	21,69	2,16	42,07	152,11	A
8261/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	91,71	16,17	2,16	29,13	139,17	A
8262/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8260/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8259/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	322,03	56,78	7,58	102,28	488,67	A
7954/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
7952/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	44,32	160,22	A
7951/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	302,64	76,18	7,58	147,74	534,14	A
3407/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	484,31	157,72	12,85	321,02	975,90	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.137,17	419,48	51,16	837,97	3.445,78	
EM EXTENSO: três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos									

Notificação: 2356/2017 DE 10/07/2017
 Contribuinte: MOTYCZKA, BRAUN & CIA LTDA
 CNPJ: 02.100.122/0002-66

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
602/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	20/04/2013	285,76	93,07	7,58	193,20	579,61	A

TOTAL DAS PARCELAS EM R\$	285,76	93,07	7,58	193,20	579,61	
EM EXTENSO: quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos						

Notificação: 2591/2017 DE 14/07/2017

Contribuinte: NILCEIA LEITE MERELLES ME

CNPJ: 09.254.647/0001-14

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8914/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,81	8,08	1,08	14,55	69,52	A
8578/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9517/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	320,77	20,18	6,82	51,14	398,91	A
9516/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9515/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
9514/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8915/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8913/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8912/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	289,86	51,10	6,82	92,06	439,84	A
8579/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8577/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	44,32	160,22	A
8576/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	272,40	68,57	6,82	132,98	480,77	A
3608/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	414,97	135,15	11,01	275,07	836,20	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.829,99	359,25	43,80	717,64	2.950,68	
EM EXTENSO: dois mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos									

Notificação: 2645/2017 DE 17/07/2017

Contribuinte: NUTRICAO COLETIVA SETE SABORES LTDA ME

CNPJ: 09.642.071/0001-62

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9032/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	37,76	175,30	A
9628/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	356,41	22,42	7,58	60,61	447,02	A
9627/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
9626/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	21,57	159,10	A
9625/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	27,28	201,16	A
8692/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,73	27,12	2,70	53,94	191,49	A
9033/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,61	49,27	A
9031/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	47,73	221,59	A
9030/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	322,03	56,78	7,58	106,07	492,46	A
8693/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,14	53,76	A
8691/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	68,19	242,08	A
8690/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	302,64	76,18	7,58	151,53	537,93	A
3640/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	547,49	178,31	14,53	370,15	1.110,48	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.417,37	474,45	57,88	976,64	3.926,34	
EM EXTENSO: três mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos									

Notificação: 2818/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: ODETE CORREA (+)

CPF: 632.864.679-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2620/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	86,78	15,30	2,04	28,58	132,70	A
3251/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	81,52	20,52	2,04	41,84	145,92	A

3252/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	125,63	31,62	3,15	64,47	224,87	A
3253/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	136,89	34,46	3,43	70,25	245,03	A
2622/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	159,32	28,09	3,75	52,47	243,63	A
2621/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	133,68	23,57	3,15	44,03	204,43	A
1652/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	327,70	106,73	8,70	221,56	664,69	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.051,52	260,29	26,26	523,20	1.861,27	

EM EXTENSO: um mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos

Notificação: 2819/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: ODETE CORREA (+)

CPF: 632.864.679-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5041/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	92,91	16,38	2,19	30,60	142,08	A
5605/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	87,31	21,98	2,19	44,81	156,29	A
5606/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	72,85	18,34	1,82	37,39	130,40	A
5042/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	84,79	14,95	1,99	27,93	129,66	A
2521/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	154,10	50,18	4,09	104,18	312,55	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				491,96	121,83	12,28	244,91	870,98	

EM EXTENSO: oitocentos e setenta reais e noventa e oito centavos

Notificação: 1964/2017 DE 26/06/2017

Contribuinte: OFICINA PINTURA POLIMENTO A.J.K. LTDA ME

CNPJ: 02.062.663/0001-66

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8743/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8742/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
8741/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	16,18	126,19	A
8740/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8115/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	91,69	16,17	2,16	29,12	139,14	A
7836/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	86,17	21,69	2,16	42,07	152,09	A
3373/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	284,22	92,57	7,54	188,40	572,73	A
8116/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8114/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8113/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
7837/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
7835/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
7834/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.250,31	245,59	29,92	490,58	2.016,40	

EM EXTENSO: dois mil, dezesseis reais e quarenta centavos

Notificação: 1965/2017 DE 26/06/2017

Contribuinte: OFICINA PINTURA POLIMENTO A.J.K. LTDA ME

CNPJ: 02.062.663/0001-66

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
598/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	07/07/2013	285,76	93,07	7,58	181,84	568,25	A
599/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	18/08/2013	571,52	186,14	15,15	356,10	1.128,91	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				857,28	279,21	22,73	537,94	1.697,16	

EM EXTENSO: um mil, seiscentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos

Notificação: 1980/2017 DE 26/06/2017
 Contribuinte: OMD SUPERMERCADOS LTDA
 CNPJ: 18.512.179/0001-21

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10449/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	699,30	176,02	17,51	341,37	1.234,20	A
10767/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	962,31	60,53	20,46	153,43	1.196,73	A
10766/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10765/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	823,52	51,80	17,51	131,30	1.024,13	A
10764/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	139,00	8,74	2,95	22,16	172,85	A
10268/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	744,12	131,19	17,51	236,33	1.129,15	A
10269/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
10267/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	125,58	22,14	2,95	39,88	190,55	A
10266/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	869,52	153,30	20,46	276,16	1.319,44	A
10450/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
10448/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	118,02	29,71	2,95	57,61	208,29	A
10447/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	817,14	205,68	20,46	398,90	1.442,18	A
4117/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	18/11/2013	335,70	109,34	8,91	195,81	649,76	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				5.732,32	963,98	133,95	1.883,63	8.713,88	
EM EXTENSO: oito mil, setecentos e treze reais e oitenta e oito centavos									

Notificação: 2315/2017 DE 07/07/2017
 Contribuinte: ORLANDO DA SILVA MARKETING ME
 CNPJ: 16.891.425/0001-78

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10554/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10553/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
10552/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				193,28	12,16	4,11	30,82	240,37	
EM EXTENSO: duzentos e quarenta reais e trinta e sete centavos									

Notificação: 2316/2017 DE 07/07/2017
 Contribuinte: ORLANDO DA SILVA MARKETING ME
 CNPJ: 16.891.425/0001-78

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12775/2015 - 0	ISS - Homologado	16/02/2017	16/03/2015	22,50	3,97	0,53	7,41	34,41	A
12774/2015 - 0	ISS - Homologado	16/02/2017	16/02/2015	15,00	2,64	0,35	5,12	23,11	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				37,50	6,61	0,88	12,53	57,52	
EM EXTENSO: cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos									

Notificação: 2317/2017 DE 07/07/2017
 Contribuinte: ORLANDO DA SILVA MARKETING ME
 CNPJ: 16.891.425/0001-78

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11521/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	20/03/2014	100,00	0,00	2,00	40,27	142,27	A
11522/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	22/04/2014	100,00	0,00	2,00	39,45	141,45	A
11523/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	20/05/2014	100,00	0,00	2,00	38,58	140,58	A
11524/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	20/06/2014	100,00	0,00	2,00	37,76	139,76	A
11525/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	22/09/2014	100,00	0,00	2,00	35,03	137,03	A
11526/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	20/10/2014	100,00	0,00	2,00	34,08	136,08	A

11527/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	20/11/2014	100,00	0,00	2,00	33,24	135,24	A
11528/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	07/07/2017	22/12/2014	100,00	0,00	2,00	32,28	134,28	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				800,00	0,00	16,00	290,69	1.106,69	
EM EXTENSO: um mil, cento e seis reais e sessenta e nove centavos									

Notificação: 1877/2017 DE 23/06/2017
 Contribuinte: ORLANDO DIAS
 CPF: 162.441.099-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1111/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	44,93	7,92	1,06	14,27	68,18	A
1110/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	121,15	21,36	2,85	38,48	183,84	A
1831/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	113,86	28,66	2,85	57,01	202,38	A
1832/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	42,21	10,62	1,06	21,13	75,02	A
1833/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	98,65	24,83	2,47	49,39	175,34	A
1112/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	114,80	20,24	2,70	36,46	174,20	A
1131/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	243,34	79,25	6,46	161,31	490,36	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				778,94	192,88	19,45	378,05	1.369,32	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos									

Notificação: 1878/2017 DE 23/06/2017
 Contribuinte: ORLANDO DIAS
 CPF: 162.441.099-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1834/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	25,42	6,40	0,64	12,73	45,19	A
1114/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	75,46	13,30	1,78	23,97	114,51	A
1113/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	27,05	4,77	0,64	8,59	41,05	A
1132/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	88,10	28,70	2,34	58,41	177,55	A
1835/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	64,86	16,33	1,62	32,48	115,29	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				280,89	69,50	7,02	136,18	493,59	
EM EXTENSO: quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos									

Notificação: 1879/2017 DE 23/06/2017
 Contribuinte: ORLANDO DIAS
 CPF: 162.441.099-53

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1921/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	46,73	2,94	0,99	7,45	58,11	A
1920/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	28,01	1,76	0,60	4,47	34,84	A
1919/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	139,82	8,80	2,97	22,29	173,88	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				214,56	13,50	4,56	34,21	266,83	
EM EXTENSO: duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos									

Notificação: 3150/2017 DE 26/07/2017
 Contribuinte: OSMAR MAFRA ME
 CNPJ: 15.587.158/0001-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
878/2013 - 0	Simples Nacional	03/12/2013	20/06/2013	38,00	0,00	0,76	17,91	56,67	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				38,00	0,00	0,76	17,91	56,67	

EM EXTENSO: cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos

Notificação: 2581/2017 DE 14/07/2017

Contribuinte: OTTOMAR ROEPCKE

CPF: 162.337.359-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4149/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	29,83	232,70	A
4148/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	177,78	11,18	3,78	28,34	221,08	A
4147/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	23,84	1,50	0,51	3,80	29,65	A
3439/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,10	29,81	3,98	55,69	258,58	A
3438/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	160,65	28,32	3,78	52,91	245,66	A
3437/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	21,53	3,80	0,51	7,09	32,93	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				740,02	86,38	16,54	177,66	1.020,60	

EM EXTENSO: um mil, vinte reais e sessenta centavos

Notificação: 677/2017 DE 12/04/2017

Contribuinte: PAULO TAVARES DA CUNHA MELO NETO

CPF: 005.469.629-12

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7515/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/06/2016	111,36	7,01	2,37	11,84	132,58	A
7514/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/06/2016	239,24	15,05	5,09	25,43	284,81	A
7513/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/06/2016	11,68	0,73	0,25	1,24	13,90	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				362,28	22,79	7,71	38,51	431,29	

EM EXTENSO: quatrocentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos

Notificação: 540/2017 DE 24/03/2017

Contribuinte: PAULO ZADROZNY

CPF: 294.557.749-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5351/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	76,13	4,79	1,62	9,71	92,25	A
5353/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	138,18	8,69	2,94	17,62	167,43	A
5352/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	135,61	8,53	2,88	17,30	164,32	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				349,92	22,01	7,44	44,63	424,00	

EM EXTENSO: quatrocentos e vinte e quatro reais

Notificação: 541/2017 DE 24/03/2017

Contribuinte: PAULO ZADROZNY

CPF: 294.557.749-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5413/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	172,07	10,82	3,66	21,95	208,50	A
4697/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	150,40	26,52	3,54	42,46	222,92	A
5414/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	166,44	10,47	3,54	21,23	201,68	A
5412/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	80,62	5,07	1,71	10,28	97,68	A
4695/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	72,86	12,85	1,71	20,57	107,99	A

4696/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	155,49	27,41	3,66	43,90	230,46	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				797,88	93,14	17,82	160,39	1.069,23	
EM EXTENSO: um mil, sessenta e nove reais e vinte e três centavos									

Notificação: 543/2017 DE 24/03/2017

Contribuinte: PAULO ZADROZNY

CPF: 294.557.749-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5094/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	74,91	13,21	1,76	21,15	111,03	A
5780/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	85,47	5,38	1,82	10,90	103,57	A
5779/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	82,90	5,21	1,76	10,57	100,44	A
5778/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	57,49	3,62	1,22	7,33	69,66	A
5093/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	51,94	9,16	1,22	14,66	76,98	A
5095/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	77,22	13,61	1,82	21,80	114,45	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				429,93	50,19	9,60	86,41	576,13	
EM EXTENSO: quinhentos e setenta e seis reais e treze centavos									

Notificação: 1113/2017 DE 31/05/2017

Contribuinte: PEROLA REPRESENTACOES LTDA

CNPJ: 10.723.793/0001-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11624/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	16/01/2017	87,31	5,49	1,86	4,64	99,30	A
11623/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/12/2016	62,76	3,95	1,33	4,00	72,04	A
11622/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	16/11/2016	92,94	5,85	1,98	6,92	107,69	A
11621/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	17/10/2016	102,62	6,46	2,18	8,73	119,99	A
11620/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/09/2016	52,43	3,30	1,11	5,02	61,86	A
11619/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/08/2016	60,42	3,80	1,28	6,42	71,92	A
11618/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/07/2016	78,26	4,92	1,66	9,15	93,99	A
11617/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/06/2016	81,86	5,15	1,74	10,44	99,19	A
11616/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	16/05/2016	49,30	3,10	1,05	6,81	60,26	A
11615/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/04/2016	65,19	4,10	1,39	9,70	80,38	A
11614/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/03/2016	44,13	2,78	0,94	7,04	54,89	A
11613/2016 - 0	ISS - Homologado	15/02/2017	15/02/2016	42,86	2,70	0,91	7,29	53,76	A
693/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/01/2016	74,08	13,06	1,74	14,81	103,69	A
692/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/12/2015	81,99	14,46	1,93	17,36	115,74	A
691/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	16/11/2015	83,59	14,74	1,97	18,68	118,98	A
690/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/10/2015	63,02	11,11	1,48	14,83	90,44	A
689/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/09/2015	82,92	14,62	1,95	20,48	119,97	A
688/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	17/08/2015	82,30	14,51	1,94	21,30	120,05	A
687/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/07/2015	103,35	18,22	2,43	27,96	151,96	A
686/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/06/2015	60,00	10,58	1,41	16,94	88,93	A
685/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	15/05/2015	36,31	6,40	0,85	10,68	54,24	A
684/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	16/03/2015	46,09	8,13	1,08	14,64	69,94	A
683/2016 - 0	ISS - Homologado	05/10/2016	16/02/2015	61,75	10,89	1,45	20,34	94,43	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.595,48	188,32	35,66	284,18	2.103,64	
EM EXTENSO: dois mil, cento e três reais e sessenta e quatro centavos									

Notificação: 1114/2017 DE 31/05/2017

Contribuinte: PEROLA REPRESENTACOES LTDA

CNPJ: 10.723.793/0001-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9713/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A

9119/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	29,55	145,47	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				203,54	23,76	4,54	45,46	277,30	
EM EXTENSO: duzentos e setenta e sete reais e trinta centavos									

Notificação: 1117/2017 DE 31/05/2017
 Contribuinte: PEROLA REPRESENTACOES LTDA
 CNPJ: 10.723.793/0001-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9715/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
9121/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,85	48,49	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				67,84	7,92	1,52	15,15	92,43	
EM EXTENSO: noventa e dois reais e quarenta e três centavos									

Notificação: 1268/2017 DE 05/06/2017
 Contribuinte: PEROLA REPRESENTACOES LTDA
 CNPJ: 10.723.793/0001-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9714/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	9,44	78,19	A
9120/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,29	10,10	1,35	17,52	86,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				120,70	14,09	2,70	26,96	164,45	
EM EXTENSO: cento e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos									

Notificação: 3227/2017 DE 28/07/2017
 Contribuinte: RAMPON & CARDOSO COMERCIO LTDA. ME
 CNPJ: 18.977.084/0001-83

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10321/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	91,69	16,17	2,16	30,20	140,22	A
10538/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	86,16	21,69	2,16	43,14	153,15	A
10814/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10813/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	17,26	127,27	A
10322/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,21	5,68	0,76	10,61	49,26	A
10539/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	15,16	53,81	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				377,44	59,78	8,76	122,43	568,41	
EM EXTENSO: quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos									

Notificação: 3228/2017 DE 28/07/2017
 Contribuinte: RAMPON & CARDOSO COMERCIO LTDA. ME
 CNPJ: 18.977.084/0001-83

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13356/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/02/2015	101,48	0,00	2,03	30,97	134,48	A
13357/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/03/2015	98,41	0,00	1,97	29,01	129,39	A
13358/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/04/2015	99,71	0,00	1,99	28,45	130,15	A
13359/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/05/2015	96,73	0,00	1,93	26,64	125,30	A
13360/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/07/2015	94,57	0,00	1,89	23,92	120,38	A
13361/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/08/2015	94,23	0,00	1,88	22,79	118,90	A
13362/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	21/09/2015	194,37	0,00	3,89	44,84	243,10	A
13363/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/11/2015	148,97	0,00	2,98	31,14	183,09	A

12045/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/01/2015	203,76	0,00	4,08	63,86	271,70	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.132,23	0,00	22,64	301,62	1.456,49	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos									

Notificação: 1408/2017 DE 07/06/2017

Contribuinte: REIMUND BUTZKE

CPF: 222.451.709-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2736/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	127,67	8,03	2,71	19,00	157,41	A
2737/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	32,79	2,06	0,70	4,88	40,43	A
1976/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	115,35	20,34	2,71	35,28	173,68	A
2738/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	104,82	6,59	2,23	15,60	129,24	A
1978/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	94,71	16,70	2,23	28,97	142,61	A
2655/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	81,39	20,49	2,04	39,73	143,65	A
1977/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	29,62	5,22	0,70	9,06	44,60	A
1447/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	208,33	67,85	5,53	135,33	417,04	A
2654/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	27,84	7,01	0,70	13,59	49,14	A
2653/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	108,42	27,29	2,71	52,93	191,35	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				930,94	181,58	22,26	354,37	1.489,15	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quinze centavos									

Notificação: 1409/2017 DE 07/06/2017

Contribuinte: REIMUND BUTZKE

CPF: 222.451.709-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5367/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	27,84	230,71	A
5366/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	441,88	27,80	9,39	65,76	544,83	A
5236/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	375,24	94,45	9,39	183,18	662,26	A
4650/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	51,71	254,58	A
4649/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	399,30	70,40	9,39	122,12	601,21	A
2378/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	494,32	160,99	13,11	321,11	989,53	A
5237/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	70,91	256,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.212,20	431,78	52,88	842,63	3.539,49	
EM EXTENSO: três mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos									

Notificação: 1410/2017 DE 07/06/2017

Contribuinte: REIMUND BUTZKE

CPF: 222.451.709-20

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5902/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	65,43	16,47	1,64	31,94	115,48	A
5901/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	44,10	11,10	1,10	21,53	77,83	A
6011/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	84,93	5,34	1,81	12,64	104,72	A
6010/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	51,93	3,27	1,10	7,73	64,03	A
2659/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	106,28	34,61	2,82	69,04	212,75	A
5355/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	46,92	8,27	1,10	14,35	70,64	A
5356/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	76,74	13,53	1,81	23,47	115,55	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				476,33	92,59	11,38	180,70	761,00	
EM EXTENSO: setecentos e sessenta e um reais									

Notificação: 3231/2017 DE 28/07/2017
 Contribuinte: RETIFICA DO VALE LTDA ME
 CNPJ: 11.055.326/0001-32

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13369/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/08/2015	18,14	0,00	0,36	4,39	22,89	A
13370/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	21/09/2015	87,00	0,00	1,74	20,07	108,81	A
13371/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/10/2015	51,94	0,00	1,04	11,41	64,39	A
13372/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/11/2015	179,11	0,00	3,58	37,43	220,12	A
13373/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	21/12/2015	25,82	0,00	0,52	5,10	31,44	A
13374/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	28/07/2017	20/01/2016	48,65	0,00	0,97	9,09	58,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				410,66	0,00	8,21	87,49	506,36	
EM EXTENSO: quinhentos e seis reais e trinta e seis centavos									

Notificação: 2610/2017 DE 18/07/2017
 Contribuinte: ROSELI BARMA LEITZKE ME
 CNPJ: 07.729.427/0002-55

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3696/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	284,22	92,57	7,54	192,17	576,50	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				284,22	92,57	7,54	192,17	576,50	
EM EXTENSO: quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos									

Notificação: 2094/2017 DE 28/06/2017
 Contribuinte: ROSIMAR BILAU
 CPF: 548.194.749-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4572/2013 - 0	Cemiterio	26/03/2014	25/03/2013	123,52	40,23	3,28	85,15	252,18	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				123,52	40,23	3,28	85,15	252,18	
EM EXTENSO: duzentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos									

Notificação: 709/2017 DE 14/07/2017
 Contribuinte: SANDRO FRITZ
 CPF: 490.257.409-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10021/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	1.069,23	67,26	22,73	136,38	1.295,60	A
10023/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,55	43,19	A
10022/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	6,47	61,46	A
9458/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	966,18	170,35	22,73	272,77	1.432,03	A
9457/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	9,10	47,76	A
9158/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	907,98	228,55	22,73	409,15	1.568,41	A
9157/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	13,63	52,25	A
3803/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	929,35	302,68	24,65	579,05	1.835,73	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				4.021,57	787,56	96,20	1.431,10	6.336,43	
EM EXTENSO: seis mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos									

Notificação: 710/2017 DE 14/07/2017
 Contribuinte: SANDRO FRITZ
 CPF: 490.257.409-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9156/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	19,40	74,37	A
9456/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	45,81	8,08	1,08	12,93	67,90	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				88,86	18,92	2,16	32,33	142,27	

EM EXTENSO: cento e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos

Notificação: 2428/2017 DE 11/07/2017

Contribuinte: SERGIO VIENHAGE

CPF: 902.430.809-72

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5086/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	16/05/2016	160,38	10,09	3,41	23,87	197,75	A
4974/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	204,30	51,42	5,11	104,85	365,68	A
2287/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	195,76	63,76	5,19	129,77	394,48	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				560,44	125,27	13,71	258,49	957,91	

EM EXTENSO: novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos

Notificação: 3200/2017 DE 27/07/2017

Contribuinte: SIDINEI FERREIRA DE MELO

CPF: 020.627.979-58

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7038/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	95,73	6,02	2,04	16,28	120,07	A
7037/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	191,82	12,07	4,08	32,62	240,59	A
7036/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	13,72	0,86	0,29	2,33	17,20	A
6814/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	9,83	2,47	0,25	5,04	17,59	A
6815/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	183,94	46,30	4,60	94,40	329,24	A
6816/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	62,63	15,76	1,57	32,14	112,10	A
6413/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	86,50	15,25	2,04	28,49	132,28	A
6412/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	212,47	37,46	5,00	69,98	324,91	A
6411/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	12,39	2,18	0,29	4,08	18,94	A
3076/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	264,35	86,10	7,02	178,73	536,20	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.133,38	224,47	27,18	464,09	1.849,12	

EM EXTENSO: um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e doze centavos

Notificação: 1499/2017 DE 12/06/2017

Contribuinte: SIEGWALD HELMBRECHT

CPF: 293.172.239-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1335/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	408,79	72,07	9,62	129,83	620,31	A
2103/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	111,77	7,03	2,38	16,63	137,81	A
2104/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	301,63	18,97	6,41	44,88	371,89	A
2105/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	27,84	230,71	A
1334/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	100,99	17,81	2,38	32,08	153,26	A
1213/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	592,40	192,94	15,72	384,82	1.185,88	A
2080/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	94,92	23,89	2,38	47,52	168,71	A
2081/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	384,18	96,70	9,62	192,35	682,85	A
2082/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	72,73	258,19	A
1336/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	53,70	256,57	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.496,14	507,55	60,11	1.002,38	4.066,18	

EM EXTENSO: quatro mil, sessenta e seis reais e dezoito centavos

Notificação: 2254/2017 DE 06/07/2017
 Contribuinte: SILVEIRA TEXTIL LTDA
 CNPJ: 02.637.906/0001-47

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8569/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	18,19	86,92	A
8247/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,83	13,55	1,35	26,28	95,01	A
9201/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9200/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9199/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
9198/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	25,57	199,45	A
8570/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8568/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	46,02	219,88	A
8567/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8248/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8246/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
8245/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3502/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	296,63	96,60	7,87	196,63	597,73	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.305,04	256,31	31,24	512,03	2.104,62	

EM EXTENSO: dois mil, cento e quatro reais e sessenta e dois centavos

Notificação: 2429/2017 DE 11/07/2017
 Contribuinte: SIRIO PAULINHO OBERZINER
 CPF: 665.550.869-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4360/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	86,61	5,45	1,84	13,81	107,71	A
4359/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	51,89	3,26	1,10	8,27	64,52	A
4358/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	40,60	2,55	0,86	6,47	50,48	A
4269/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	34,47	8,68	0,86	17,69	61,70	A
4270/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	44,06	11,09	1,10	22,61	78,86	A
4271/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	67,24	16,93	1,68	34,51	120,36	A
3659/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	78,26	13,80	1,84	25,78	119,68	A
3658/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	46,90	8,27	1,10	15,45	71,72	A
3657/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	36,68	6,47	0,86	12,08	56,09	A
2014/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	140,51	45,76	3,72	93,15	283,14	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				627,22	122,26	14,96	249,82	1.014,26	

EM EXTENSO: um mil, quatorze reais e vinte e seis centavos

Notificação: 3243/2017 DE 31/07/2017
 Contribuinte: SINAL VERDE AUTO CENTER LTDA
 CNPJ: 01.161.817/0001-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8716/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
8715/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
8714/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	101,47	6,38	2,16	17,26	127,27	A
8713/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				350,95	22,08	7,46	59,68	440,17	

EM EXTENSO: quatrocentos e quarenta reais e dezessete centavos

Notificação: 3244/2017 DE 31/07/2017

Contribuinte: SINAL VERDE AUTO CENTER LTDA

CNPJ: 01.161.817/0001-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13392/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	20/01/2016	100,00	0,00	2,00	18,68	120,68	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				100,00	0,00	2,00	18,68	120,68	
EM EXTENSO: cento e vinte reais e sessenta e oito centavos									

Notificação: 2186/2017 DE 04/07/2017

Contribuinte: SO CACHIMBOS COML. LTDA

CNPJ: 03.028.217/0001-06

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8179/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/05/2015	91,60	16,15	2,16	28,02	137,93	A
8808/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/06/2016	64,14	4,03	1,36	8,86	78,39	A
8807/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/06/2016	21,39	1,35	0,45	2,96	26,15	A
8806/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/06/2016	76,02	4,78	1,62	10,50	92,92	A
8805/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/06/2016	64,14	4,03	1,36	8,86	78,39	A
3393/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	304,67	99,23	8,08	201,96	613,94	A
8180/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/05/2015	25,76	4,54	0,61	7,88	38,79	A
8178/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/05/2015	77,28	13,63	1,82	23,64	116,37	A
8177/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/05/2015	77,28	13,63	1,82	23,64	116,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				802,28	161,37	19,28	316,32	1.299,25	
EM EXTENSO: um mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos									

Notificação: 2252/2017 DE 06/07/2017

Contribuinte: SORVETERIA ANDRADE LTDA ME

CNPJ: 00.879.787/0001-03

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8697/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	356,41	22,42	7,58	56,82	443,23	A
8696/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
8695/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	20,22	157,75	A
8694/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	25,57	199,45	A
7779/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,73	27,12	2,70	52,59	190,14	A
8066/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	36,41	173,95	A
8067/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8065/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	46,02	219,88	A
8064/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	322,03	56,78	7,58	102,28	488,67	A
7780/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
7778/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
7777/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	302,64	76,18	7,58	147,74	534,14	A
3357/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	547,49	178,31	14,53	362,91	1.103,24	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.417,37	474,45	57,88	947,73	3.897,43	
EM EXTENSO: três mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos									

Notificação: 3252/2017 DE 31/07/2017

Contribuinte: TCM SERVICOS ELETRICOS LTDA ME

CNPJ: 19.293.017/0001-02

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13421/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	20/07/2015	50,00	0,00	1,00	12,65	63,65	A
13422/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	20/08/2015	50,00	0,00	1,00	12,09	63,09	A
13423/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	21/09/2015	50,00	0,00	1,00	11,54	62,54	A
13424/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	20/10/2015	50,00	0,00	1,00	10,98	61,98	A
13425/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	20/11/2015	50,00	0,00	1,00	10,45	61,45	A
13426/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	21/12/2015	50,00	0,00	1,00	9,87	60,87	A
13427/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	31/07/2017	20/01/2016	50,00	0,00	1,00	9,34	60,34	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				350,00	0,00	7,00	76,92	433,92	

EM EXTENSO: quatrocentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos

Notificação: 3253/2017 DE 31/07/2017

Contribuinte: TCM SERVICOS ELETRICOS LTDA ME

CNPJ: 19.293.017/0001-02

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10829/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10828/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10827/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	21,57	159,10	A
10826/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10338/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	17/08/2015	6,44	1,14	0,15	1,82	9,55	A
10336/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	17/08/2015	19,32	3,41	0,45	5,46	28,64	A
10335/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	17/08/2015	16,10	2,84	0,38	4,55	23,87	A
10337/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	17/08/2015	22,90	4,04	0,54	6,47	33,95	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				441,09	35,11	9,52	82,29	568,01	

EM EXTENSO: quinhentos e sessenta e oito reais e um centavo

Notificação: 2787/2017 DE 19/07/2017

Contribuinte: TIAGO MENGARDA (MEI)

CNPJ: 15.095.823/0001-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9771/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,56	76,53	A
12627/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	31,82	147,74	A
9772/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	15,16	53,82	A
9770/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
9769/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3977/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	164,64	493,92	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				595,06	160,52	15,11	324,10	1.094,79	

EM EXTENSO: um mil, noventa e quatro reais e setenta e nove centavos

Notificação: 842/2017 DE 13/04/2017

Contribuinte: TIMPET PET SHOP LTDA ME

CNPJ: 23.002.889/0001-41

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11211/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,55	43,19	A
11210/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	6,47	61,46	A
11209/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	13,64	129,56	A
10754/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/10/2015	85,86	15,14	2,02	18,18	121,20	A
10757/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/10/2015	32,20	5,68	0,76	6,82	45,46	A
10755/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/10/2015	32,20	5,68	0,76	6,82	45,46	A

11212/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	285,13	17,94	6,06	36,37	345,50	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				628,67	56,60	13,71	92,85	791,83	
EM EXTENSO: setecentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos									

Notificação: 843/2017 DE 13/04/2017
 Contribuinte: TIMPET PET SHOP LTDA ME
 CNPJ: 23.002.889/0001-41

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10756/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/10/2015	15,26	2,69	0,36	3,23	21,54	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				15,26	2,69	0,36	3,23	21,54	
EM EXTENSO: vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos									

Notificação: 1814/2017 DE 22/06/2017
 Contribuinte: ULRICH SOFKA (+)
 CPF: 031.186.819-34

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1787/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	29,83	232,70	A
1786/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	141,17	8,88	3,00	22,51	175,56	A
1785/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	200,48	12,61	4,26	31,96	249,31	A
1728/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	170,25	42,85	4,26	85,24	302,60	A
1729/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	119,86	30,17	3,00	60,01	213,04	A
1730/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	72,73	258,19	A
987/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	53,70	256,57	A
986/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	127,59	22,50	3,00	40,52	193,61	A
985/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	181,17	31,94	4,26	57,54	274,91	A
1085/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	413,97	134,83	10,98	274,41	834,19	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.855,95	361,92	44,36	728,45	2.990,68	
EM EXTENSO: dois mil, novecentos e noventa reais e sessenta e oito centavos									

Notificação: 3323/2017 DE 01/09/2017
 Contribuinte: VIKINGS INDUSTRIAL LTDA
 CNPJ: 00.290.654/0001-05

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8155/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	15,52	54,14	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				30,25	7,61	0,76	15,52	54,14	
EM EXTENSO: cinquenta e quatro reais e quatorze centavos									

Notificação: 1235/2017 DE 05/06/2017
 Contribuinte: VIKINGS INDUSTRIAL LTDA
 CNPJ: 00.290.654/0001-05

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8152/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	43,18	159,08	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				90,78	22,85	2,27	43,18	159,08	
EM EXTENSO: cento e cinquenta e nove reais e oito centavos									

Notificação: 1236/2017 DE 05/06/2017
 Contribuinte: VIKINGS INDUSTRIAL LTDA
 CNPJ: 00.290.654/0001-05

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8153/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	64,78	238,67	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				136,20	34,28	3,41	64,78	238,67	

EM EXTENSO: duzentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos

Notificação: 1237/2017 DE 05/06/2017
 Contribuinte: VIKINGS INDUSTRIAL LTDA
 CNPJ: 00.290.654/0001-05

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8154/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,73	27,12	2,70	51,24	188,79	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				107,73	27,12	2,70	51,24	188,79	

EM EXTENSO: cento e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos

Notificação: 2726/2017 DE 18/07/2017
 Contribuinte: VILMA DE ALMEIDA
 CPF: 651.850.809-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8666/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,84	8,08	1,08	15,10	70,10	A
8668/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	231,90	40,89	5,46	76,38	354,63	A
8667/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
8665/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	64,40	11,35	1,52	21,21	98,48	A
3529/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	335,04	109,11	8,90	226,51	679,56	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				709,38	175,11	17,72	349,81	1.252,02	

EM EXTENSO: um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dois centavos

Notificação: 1540/2017 DE 13/06/2017
 Contribuinte: WALTER BORCHARDT (+)
 CPF: 049.608.589-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2381/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	628,45	204,68	16,67	408,24	1.258,04	A
4658/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	473,50	83,48	11,14	150,38	718,50	A
5246/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	72,36	18,21	1,81	36,23	128,61	A
5247/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	444,99	112,01	11,14	222,80	790,94	A
5248/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	72,73	258,19	A
4657/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	76,98	13,57	1,81	24,45	116,81	A
4659/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	53,70	256,57	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.010,62	498,32	50,19	968,53	3.527,66	

EM EXTENSO: três mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos

Notificação: 1541/2017 DE 13/06/2017
 Contribuinte: WALTER BORCHARDT (+)
 CPF: 049.608.589-15

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5419/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	303,23	19,07	6,45	45,12	373,87	A
5290/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	339,57	85,47	8,50	170,02	603,56	A

5291/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	145,26	36,56	3,64	72,73	258,19	A
4703/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	169,08	29,81	3,98	53,70	256,57	A
4702/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	361,30	63,70	8,50	114,75	548,25	A
2399/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	460,62	150,02	12,22	299,22	922,08	A
5420/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	11,77	3,98	27,84	230,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.966,18	396,40	47,27	783,38	3.193,23	
EM EXTENSO: três mil, cento e noventa e três reais e vinte e três centavos									

Notificação: 2523/2017 DE 13/07/2017

Contribuinte: WILHEL COM. CONFEC. LTDA ME

CNPJ: 00.503.988/0001-01

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8035/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	36,41	173,95	A
7760/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,72	27,11	2,70	52,58	190,11	A
8677/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitário	10/02/2017	16/05/2016	85,52	5,38	1,82	12,73	105,45	A
8676/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	16/05/2016	28,52	1,79	0,61	4,24	35,16	A
8675/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	16/05/2016	101,36	6,38	2,15	15,08	124,97	A
8674/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	16/05/2016	85,52	5,38	1,82	12,73	105,45	A
8036/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8034/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8033/2015 - 0	Alvara Sanitário	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
7761/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
7759/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
7758/2014 - 0	Alvara Sanitário	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3353/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	17/06/2013	60,34	19,66	1,59	39,19	120,78	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.020,86	178,98	23,99	347,98	1.571,81	
EM EXTENSO: um mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e um centavos									

Legenda de identificação dos tributos acima descritos e sua fundamentação legal:

ISS Simples Nacional ou Simples Nacional: Imposto sobre Serviço devido pelo regime de tributação Simples Nacional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 10 a 13, 16 e 16-A da Lei Complementar Municipal nº389/2010; Arts. 262 a 297 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Arts 13 e 18 ao 22 da Lei Complementar Nacional nº123/2006. Inscrição em dívida ativa e cobrança mediante Convênio PGFN.

ISS homologado: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pelo prestador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS fiscalização: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza lançado mediante fiscalização. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS retido na fonte: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pelo tomador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 265 ao 275, 278, 280, 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS fixo ou ISS fixo anual: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido por profissional autônomo ou sociedade uniprofissional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 267 ao 269, 276, 277, 279, 280 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

TAS ou Alvará Sanitário ou Taxa Alvará Sanitário: Taxa de Vigilância Sanitária. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 298 ao 300, 364 ao 414 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Código Sanitário Municipal (LC nº466/2015).

TSOCD: Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº125/1997.

TL ou Taxa Licença ou T.L. Com. Eventual : Taxa de Licença para Localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 301 ao 321 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

AL ou Alvará Localização ou Alvará Loc. Funcionamento: Alvará de licença para localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 3, "a", do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

DAM: Documento de Arrecadação Municipal. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 1, "a", do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Art. 357, item 1, "a" revogado pela LC nº457/2014.

ISS/TL e/ou Taxas: quando contribuinte for profissional autônomo ou sociedade uniprofissional inclui além das taxas: TAS, TSOCD, TL e AL, o Imposto sobre Serviços: ISS fixo.

ISSQN – Pgto a menor: Diferença de pagamento de tributos após o vencimento. Dos Impostos - Título II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº142/98), das Taxas Título III do Código Tributário Municipal e da Contribuição de Melhoria Título IV do Código Tributário Municipal. Juros: Art. 73 da Lei Complementar nº142/98. Multa: Art. 193 da Lei Complementar nº142/98. Atualização monetária: Arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003.

Multa Diversas Fiscalização Tributos ou Auto de Infração: Multa por descumprimento de obrigação acessória. Arts. 120, 122, 165 ao 167, 197 e 198 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Multas de Licitações: Multa aplicada em processo administrativo de licitação. Art. 2º da Lei nº 6.830/1980, art. 39 § 2º da lei nº 4.320/1964 e art. 87, II da lei nº 8.666/93.

Certidões/Contratos: taxa de expediente. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 357, item 1, alíneas "b" e/ou "c" do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Certidões Decl. Ambientais Divers: taxa de prestação de serviços ambientais. Lei Complementar nº453/2014 e Arts. 38 e 39 da Lei Complementar nº336/2007.

Patrulha mecanizada: Preço público. Art. 435 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Decreto nº 632/2006, art. 1º.

Cemitério: Preço público. Art. 435 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Decreto nº 632/2006, art. 1º.

Taxa vistoria: taxa de expediente. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 357, item 2 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Taxa Licença/ ISS construção/ Alvará Construção: Lançamento do Imposto sobre serviços- ISS, e/ou taxa de Licença e/ou alvará devido pelos serviços de construção civil relativos a obras de propriedade de pessoas físicas e jurídicas. Art. 145. II e Art. 156, III da Constituição Federal; Art. 156 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre: III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em Lei Complementar; Arts. 289, 330 a 333 e 355 a 357 do Código Tributário Municipal (LC nº 142/1998)

Contribuição de Melhoria: Art. 145, III da Constituição Federal; Arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66); Art. 233, III e art. 415 a 430 do Código Tributário Municipal (LC. nº 142/98).

Imposto Territorial, Imposto Predial ou IPTU e/ou Taxas: Imposto Predial e Territorial Urbano. Art. 156, I da Constituição Federal; Arts. 32 a 34 do Código Tributário Nacional (LC nº5.172/66); Arts. 234 a 248 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); e/ou Taxa de Coleta de Lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Coleta de lixo: taxa de coleta de lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração – Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de setembro de 2017, 147º Ano de Fundação; 83º Ano de Emancipação Política.

Maria Angelica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Daniela Rosalia Witthoeft Krambeck
Fiscal de Tributos – Matrícula 965-2

EDITAL Nº 01/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 01/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua Botuverá.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Botuverá, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação asfáltica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 20.574,24 (vinte mil quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Botuverá - Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projetos para pavimentação asfáltica, da Rua Botuverá - (com área de 4.148,81 m²), sendo que 3.908,81 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 240,00 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Quintino, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Botuverá foi pavimentada, e em face à indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.2 – Especificações: Para a pavimentação asfáltica da Rua Botuverá, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Botuverá - (com área de 240,00m²): (Duzentos e quarenta metros quadrados).2.1.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Botuverá (com área de 240,00 m²).- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora 144,00m³

- Custo Unitário R\$ 8,39

- Custo 144,00x8,39= R\$ 1.208,16

- Aterro compactado 96,00m³

- Custo Unitário R\$ 23,28

- Custo 96,00x23,28=R\$ 2.234,88

- Serviços de preparo da cancha 240,00 m²

- Custo Unitário R\$ 1,72

- Custo 240,00x1,72= R\$ 412,80

- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra.e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m² R\$ 69,66

- Quantidade Total 240,00 m²

- Custo 69,66x 240,00= R\$ 16.718,40

- Custo Total da pavimentação R\$ 20.574,24

Global da Obra R\$ 20.574,24

3 – Cronograma:

A obra teve início em 01/09/2016 e término em 14/12/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 04 (quatro) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Botuverá correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 240,00 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 GILMAR GIROLA	01.07.034.1223	R\$ 140.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 20.000,00
2 JOSEMIR CAMPESTRINI	01.07.032.0085	R\$ 140.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 20.000,00
3 BRAZ ZUNCHI	01.07.032.0115	R\$ 140.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 20.000,00
4 LEONIR DOMINGO VICENTE	01.07.034.1343	R\$ 140.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 20.000,00
TOTAL				R\$ 80.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 3.086,14 o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 17.488,12 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 17.488,12

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 80.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*	
1 GILMAR GIROLA	01.07.034.1223	R\$ 20.000,00	R\$ 4.372,03	R\$ 5.027,83	
2 JOSEMIR CAMPESTRINI	01.07.032.0085	R\$ 20.000,00	R\$ 4.372,03	R\$ 5.027,83	5.036,02
3 BRAZ ZUNCHI	01.07.032.0115	R\$ 20.000,00	R\$ 4.372,03	R\$ 5.027,83	
4 LEONIR DOMINGO VICENTE	01.07.034.1343	R\$ 20.000,00	R\$ 4.372,03	R\$ 5.027,83	
TOTAL			R\$ 17.488,12	R\$20.111,32	

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:**8.1 – Condições de Pagamento:**

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo,

cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

- a). Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;
- b). Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação se referir à parte técnica da obra;
- c). Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação se referir à parte jurídica do Edital/Obra;
- d). Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. "

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 02/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 02/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrica, da Rua Coqueiros.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Coqueiros, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrica, tendo como custo apurado o valor total de R\$15.941,71 (quinze mil novecentos e quarenta e um três reais e setenta e um centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Coqueiros - Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Coqueiros - (com área de 907,84m²), sendo que 741,58m² foi realizado pelo sistema de mutirão (aderentes) e 197,26 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Estados, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Coqueiros foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 – Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo "tijolão", da Rua Coqueiros, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura e da ABNT

(Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 15 cm.

2 – Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Coqueiros - (com área de 197,26 m²): (cento e noventa sete metros vinte e seis décimos quadrados).

2.1.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Coqueiros - (com área de 197,26 m²)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	108,49 m ³
- Custo Unitário	R\$ 8,39
- Custo	8,39 x 118,36 = R\$ 993,04
- Serviços de preparo da cancha	197,26m ²
- Custo Unitário	R\$ 1,72
- Custo	1,72 x 197,26 = R\$ 339,29
- Aterro compactado	78,90m ³
- Custo Unitário	R\$ 23,28
- Custo	23,28 x 78,90 = R\$ 1.836,79
- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes	R\$ 12.772,59
- Custo Total da pavimentação	R\$ 15.941,71
Global da Obra	R\$ 15.941,71

3 – Cronograma:

A obra teve início em 16/12/2015 e término em 25/01/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 02(dois) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Coqueiros correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área de 197,26 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 FÁBIO JANUÁRIO	01.09.007.0342.002	45.000,00	60.000,00	R\$ 15.000,00
2 BOA PRAIA CONST. E INCORP. LTDA	01.09.005.0029.001	400.000,00	450.000,00	R\$ 50.000,00
TOTAL				R\$ 65.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 2.391,26, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 13.550,45 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 13.550,45.

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 65.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*
1 FABIO JANUÁRIO	01.09.007.0342.002	R\$ 15.000,00	R\$ 3.127,03	R\$ 3.596,08

2	BOA PRAIA CONST. E INCOP. LTDA	01.09.005.0029.001	R\$ 50.000,00	R\$ 10.423,42	R\$ 11.986,93
	TOTAL			R\$ 13.550,45	R\$ 15.583,01

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

- Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;
- Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação se referir à parte técnica da obra;
- Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação se referir à parte jurídica do Edital/Obra;
- Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 03/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 03/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrica, da Rua Maranhão.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Maranhão, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrica, tendo como custo apurado o valor total de R\$15.518,41 (quinze mil quinhentos e dezoito reais e quarenta e um centavos), incluindo a infraestrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Maranhão - Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Maranhão - (com área de 1562,75m²), sendo que 1.380,75m² foi realizado pelo sistema de mutirão (aderentes) e 182,00 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Estados, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Maranhão foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento

deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 – Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo "tijolão", da Rua Maranhão, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 15 cm.

2 – Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria):

2.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Maranhão - (com área de 182,00 m²): (cento e noventa sete metros vinte e seis decímetros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Maranhão - (com área de 182,00 m²)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	109,20 m³
- Custo Unitário	R\$ 8,39
- Custo	8,39 x 109,20 = R\$ 916,19
- Serviços de preparo da cancha	182,00m²
- Custo Unitário	R\$ 1,72
- Custo	1,72 x 182,00 = R\$ 313,04
- Aterro compactado	72,80m³
- Custo Unitário	R\$ 23,28
- Custo	23,28 x 72,80 = R\$ 1.694,78
- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes	
.....	R\$ 12.594,40
- Custo Total da pavimentação	R\$ 15.518,41
Global da Obra	R\$ 15.518,41

3 – Cronograma:

A obra teve início em 01/07/2016 e término em 12/09/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 03(três) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Maranhão correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área de 180,00 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam

no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 WERNER RAHN JUNIOR	01.09.009.0856	135.000,00	150.000,00	R\$ 15.000,00
2 ESPÓLIO DE ANTONIO BAUER	01.09.010.0207	135.000,00	150.000,00	R\$ 15.000,00
3 MARIO SEHLHOFF	01.09.009.0788	135.000,00	150.000,00	R\$ 15.000,00

TOTAL				R\$ 45.000,00
-------	--	--	--	---------------

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 2.327,76, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 13.190,65 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = AxVi/Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 13.190,65.

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 45.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*
1 WERNER RAHN JUNIOR	01.09.009.0856	R\$ 15.000,00	R\$ 4.396,88	R\$ 5.056,41
2 ESPÓLIO DE ANTONIO BAUER	01.09.010.0207	R\$ 15.000,00	R\$ 4.396,88	R\$ 5.056,41
3 MARIO SEHLHOFF	01.09.009.0788	R\$ 15.000,00	R\$ 4.396,88	R\$ 5.056,41
TOTAL			R\$ 13.190,64	R\$ 15.169,23

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta)

prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 04/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 04/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua Piauí.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Piauí, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação asfáltica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 31.890,07 (trinta e um mil oitocentos e noventa reais e sete centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Piauí- Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projetos para pavimentação asfáltica, da Rua Piauí- (com área de 3.074,38 m²), sendo que 2.702,38 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 372,00 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Estados, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Piauí foi pavimentada, e em face à indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.2 – Especificações: Para a pavimentação asfáltica da Rua Piauí, foi utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Piauí - (com área de 372,00m²): (Trezentos e setenta e dois metros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Piauí (com área de 240,00 m²).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora 223,20m³

- Custo Unitário R\$ 8,39

- Custo 223,20x8,39= R\$ 1.872,65

- Aterro compactado 148,80m³

- Custo Unitário R\$ 23,28

- Custo 148,80x23,28=R\$3.464,06

- Serviços de preparo da cancha 372,00 m²

- Custo Unitário R\$ 1,72

- Custo 372,00x1,72= R\$ 639,84

- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra.e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m² R\$ 69,66

- Quantidade Total 372,00 m²

- Custo 69,66x 372,00= R\$ 25.913,52

- Custo Total da pavimentação R\$ 31.890,07

Global da Obra R\$ 31.890,07

3 – Cronograma:

A obra teve início em 03/08/2015 e término em 04/02/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 06 (Seis) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Piauí correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 372,00 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

	Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1	MANUEL HENRIQUE BECKER	01.09.008.1581	R\$ 90.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 20.000,00
2	IVETE PEREIRA DA SILVA	01.09.008.1608	R\$ 90.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 20.000,00
3	DIOMAR PEDROZO	01.09.007.0763	R\$ 90.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 20.000,00
4	MANUEL HENRIQUE BECKER EVA RAMOS PIRES	01.09.008.1635	R\$ 90.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 20.000,00
5	LEONARDO DE SOUZA TAVARES	01.09.007.0757	R\$ 90.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 20.000,00
6	CLAUDIA REGINA DOURADOS	01.09.007.0596	R\$ 90.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 20.000,00
	TOTAL				R\$ 120.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 4.783,51 o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 27.106,56 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 27.106,56

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 120.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

	Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*	
1	MANUEL HENRIQUE BECKER	01.09.008.1581	R\$ 20.000,00	R\$ 4.517,76	R\$ 5.195,42	
2	IVETE PEREIRA DA SILVA	01.09.008.1608	R\$ 20.000,00	R\$ 4.517,76	R\$ 5.195,42	5.036,02
3	DIOMAR PEDROZO	01.09.007.0763	R\$ 20.000,00	R\$ 4.517,76	R\$ 5.195,42	
4	MANUEL HENRIQUE BECKER EVA RAMOS PIRES	01.09.008.1635	R\$ 20.000,00	R\$ 4.517,76	R\$ 5.195,42	
5	LEONARDO DE SOUZA TAVARES	01.09.007.0757	R\$ 20.000,00	R\$ 4.517,76	R\$ 5.195,42	
6	CLAUDIA REGINA DOURADOS	01.09.007.0596	R\$ 20.000,00	R\$ 4.517,76	R\$ 5.195,42	
	TOTAL			R\$ 27.106,56	R\$ 31.172,52	

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:**8.1 – Condições de Pagamento:**

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a). Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b). Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação se referir à parte técnica da obra;

c). Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação se referir à parte jurídica do Edital/Obra;

d). Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. "

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 05/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 05/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrica, da Rua Rodeio etapa III.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Rodeio, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrica, tendo como custo apurado o valor total de R\$41.746,24 (quarenta e um mil setecentos e quarenta e seis reais vinte e quatro centavos), incluindo a infraestrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Rodeio - Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Rodeio - (com área de 4.430,14m²), sendo que 3.940,54m² foi realizado pelo sistema de mutirão (aderentes) e 489,60 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Quintino, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas

condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Rodeio foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 – Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo “tijolão”, da Rua Rodeio, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 15 cm.

2 – Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria):

2.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Rodeio - (com área de 489,60 m²): (quatrocentos e oitenta e nove metros e sessenta decímetros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Rodeio - (com área de 489,60 m²)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	293,76 m ³
- Custo Unitário	R\$ 8,39
- Custo	8,39x 293,76= R\$ 2.464,65
- Serviços de preparo da cancha	489,60m ²
- Custo Unitário	R\$ 1,72
- Custo	1,72 x 489,60 = R\$ 842,11
- Aterro compactado	195,84m ³
- Custo Unitário	R\$ 23,28
- Custo	23,28 x 195,84 = R\$ 4.559,16
- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes	R\$ 33.880,32
- Custo Total da pavimentação	R\$ 41.746,24
Global da Obra	R\$ 41.746,24

3 – Cronograma:

A obra teve início em 08/11/2016 e término em 27/02/2017.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 07(sete) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Rodeio correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área de 528,20 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 ADEMIR BAUER	01.07.023.0134	100.000,00	120.000,00	R\$ 20.000,00
2 VALDEMIRO CORREA JOÃO NICANOR	01.07.023.0194	100.000,00	120.000,00	R\$ 20.000,00
3 CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0263	100.000,00	120.000,00	R\$ 20.000,00
4 EUCLIDES ANTONIO TRAVAGILA	01.07.031.1475	100.000,00	120.000,00	R\$ 20.000,00
5 ESPÓLIO DE FELIX JOSÉ MARTINS	01.07.031.1451	110.000,00	125.000,00	R\$ 15.000,00
6 LOPES & SILVA INCORPORADORA LTDA	01.07.031.1331	110.000,00	125.000,00	R\$ 15.000,00
7 LOPES & SILVA INCORPORADORA LTDA	01.07.031.1311	110.000,00	125.000,00	R\$ 15.000,00
TOTAL				R\$ 125.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 6.261,94, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 35.484,30 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 35.484,30.

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 125.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)
1 ADEMIR BAUER	01.07.023.0134	20.000,00	R\$ 5.677,49	R\$ 6.529,11
2 VALDEMIRO CORREA JOÃO NICANOR	01.07.023.0194	20.000,00	R\$ 5.677,49	R\$ 6.529,11
3 CAMPOS LOTEAMENTOS LTDA	01.07.022.0263	20.000,00	R\$ 5.677,49	R\$ 6.529,11
4 EUCLIDES ANTONIO TRAVAGILA	01.07.031.1475	20.000,00	R\$ 5.677,49	R\$ 6.529,11
5 ESPÓLIO DE FELIX JOSÉ MARTINS	01.07.031.1451	15.000,00	R\$ 4.258,12	R\$ 4.896,84
6 LOPES & SILVA INCORPORADORA LTDA	01.07.031.1331	15.000,00	R\$ 4.258,12	R\$ 4.896,84
7 LOPES & SILVA INCORPORADORA LTDA	01.07.031.1311	15.000,00	R\$ 4.258,12	R\$ 4.896,84
TOTAL			R\$ 35.484,32	R\$ 40.806,96

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. "

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 06/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 06/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de

junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua Senegal.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Senegal, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação asfáltica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 59.562,43 (cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Senegal- Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projetos para pavimentação asfáltica, da Rua Senegal (com área de 5.686,05 m²), sendo que 4.991,25 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 694,80 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Nações, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Senegal foi pavimentada, e em face à indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.2 – Especificações: Para a pavimentação asfáltica da Rua Senegal, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Senegal - (com área de 694,80m²): (seiscentos e noventa e quatro metros e oitenta decímetros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Senegal (com área de 694,80 m²).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	416,88m³	
- Custo Unitário		R\$ 8,39
- Custo	416,88x8,39=	R\$ 3.497,62
- Aterro compactado	277,92m³	
- Custo Unitário		R\$ 23,28
- Custo	277,92x23,28=	R\$6.469,98
- Serviços de preparo da cancha	694,80 m²	
- Custo Unitário		R\$ 1,72
- Custo	694,80x1,72=	R\$ 1.195,06
- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra.e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m²		R\$ 69,66
- Quantidade Total	694,80 m²	
- Custo	69,66x 240,00=	R\$ 48.399,77
- Custo Total da pavimentação		R\$ 59.562,43
Global da Obra		R\$ 59.562,43

3 – Cronograma:

A obra teve início em 24/11/2015 e término em 14/12/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 09 (nove) propriedades não aderentes, através da

evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Senegal correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 694,80 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 KRIEGER MATALURGICA IRACIDE LEITE	01.04.007.0251	R\$ 112.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 28.000,00
2 KRIEGER MATALURGICA RITA APARECIDA BONATTI CARVALHO	01.04.007.0183	R\$ 112.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 28.000,00
3 PEDRO MADALENA	01.04.007.1195	R\$ 117.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 28.000,00
4 KRIEGER MATALURGICA VANIA CRISTINA CAMPREGHER	01.04.007.0171	R\$ 112.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 28.000,00
5 RODRIGO ZOBOLI	01.05.008.0084	R\$ 117.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 28.000,00
6 INST. EDUCACIONAL FILEO	01.05.008.0040	R\$ 120.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 30.000,00
7 HELIO DE NOVAES	01.04.007.1201	R\$ 117.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 28.000,00
8 HELIO DE NOVAES	01.04.007.1200	R\$ 117.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 28.000,00
9 HELIO DE NOVAES	01.04.007.1199	R\$ 117.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 28.000,00
TOTAL				R\$ 254.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 8.934,36 o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 50.628,07 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 50.628,07

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 254.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*	
1 KRIEGER MATALURGICA IRACIDE LEITE	01.04.007.0251	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
2 KRIEGER MATALURGICA RITA APARECIDA BONATTI CARVALHO	01.04.007.0183	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
3 PEDRO MADALENA	01.04.007.1195	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
4 KRIEGER MATALURGICA VANIA CRISTINA CAMPREGHER	01.04.007.0171	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
5 RODRIGO ZOBOLI	01.05.008.0084	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
6 INST. EDUCACIONAL FILEO	01.05.008.0040	R\$ 30.000,00	R\$ 5.979,69	R\$ 6.876,64	
7 HELIO DE NOVAES	01.04.007.1201	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	5.036,02
8 HELIO DE NOVAES	01.04.007.1200	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
9 HELIO DE NOVAES	01.04.007.1199	R\$ 28.000,00	R\$ 5.581,05	R\$ 6.418,21	
TOTAL			R\$50.628,09	R\$58.222,32	

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a

pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado.”

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a). Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b). Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação se referir à parte técnica da obra;

c). Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação se referir à parte jurídica do Edital/Obra;

d). Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. ”

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 07/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrica, da Rua Terena.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Terena, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- Lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 14.126,64 (quatorze mil cento e vinte e seis reais e sessenta e quatro trinta centavos), incluindo a infraestrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Terena - Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Terena - (com área de 1748,00m²), sendo que 1.573,60 m² foi realizado pelo sistema de mutirão (aderentes) e 174,40 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Araponguinhas, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Terena foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 – Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo “tijolão”, da Rua Terena, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 15 cm.

2 – Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria):

2.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Terena - (com área de 174,40 m²): (cento e setenta e quatro metros e quarenta decímetros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Terena - (com área de 174,40 m²)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	104,88 m³
- Custo Unitário	R\$ 8,39
- Custo	8,39 x 104,88= R\$ 879,94
- Serviços de preparo da cancha	174,80m²
- Custo Unitário	R\$ 1,72
- Custo	1,72 x 174,80 = R\$ 300,66
- Aterro compactado	69,92m³
- Custo Unitário	R\$ 23,28
- Custo	23,28 x 69,92= R\$1.627,74
- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes	R\$ 11.318,30
- Custo Total da pavimentação	R\$ 14.126,64
Global da Obra	R\$ 14.126,64

3 – Cronograma:

A obra teve início em 09/05/2016 e término em 16/06/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 01(hum) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Rodeio correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área de 174,40 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 ESPÓLIO DE WALTER NEUMANN	01.09.040.1485	270.000,00	300.000,00	R\$ 30.000,00
TOTAL				R\$ 30.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 2.119,00, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$12.007,64 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

- a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;
 b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 12.007,64
 c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;
 d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 30.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)
1 ESPÓLIO DE WALTER NEUMANN	01.09.040.1485	30.000,00	R\$ 12.007,64	R\$ 13.808,79
TOTAL			R\$ 12.007,64	R\$ 13.808,79

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

- a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;
 b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;
 c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;
 d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. "

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EDITAL Nº 08/2017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 08/2017

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrlica, da Rua Wilhelm Wesphal

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Wilhelm Wesphal, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrlica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 12.687,59 (doze mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), incluindo a infraestrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Wilhelm Wesphal - Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Wilhelm Wesphal - (com área de 1.783,46,00m²), sendo que 1.634,66 m² foi realizado pelo sistema de mutirão (aderentes) e 148,80 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Fritz Lorenz, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Wilhelm Wesphal foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 – Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo "tijolão", da Rua Wilhelm Wesphal nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 15 cm.

2 – Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria):

2.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Wilhelm Wesphal - (com área de 148,80 m²): (cento e quarenta e oito metros e oitenta decímetros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação poliédrica da Rua Wilhelm Wesphal- (com área de 148,80 m²)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	89,28 m ³
- Custo Unitário	R\$ 8,39
- Custo	8,39 x 89,28 = R\$ 749,06
- Serviços de preparo da cancha	148,80m ²
- Custo Unitário	R\$ 1,72
- Custo	1,72 x 148,80 = R\$ 255,94
- Aterro compactado	59,52m ³
- Custo Unitário	R\$ 23,28
- Custo	23,28 x 59,52 = R\$ 1.385,63
- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes	
.....	R\$ 10.296,96
- Custo Total da pavimentação	R\$ 12.687,59
Global da Obra	R\$ 12.687,59

3 – Cronograma:

A obra teve início em 23/09/2016 e término em 16/11/2016.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 02(dois) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Wilhelm Wesphal correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área de 148,80 m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel

antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 MARTIN CARLOS BELARMINO	01.07.008.2407	R\$115.000,00	R\$130.000,00	R\$ 15.000,00
2 INGELORE KRUEGER DOEGE	01.07.008.2782	R\$ 115.000,00	R\$130.000,00	R\$ 15.000,00
TOTAL				R\$ 30.000,00

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 1.903,14, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$10.784,46 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = AxVi/Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 10.784,46

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 30.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)
1 MARTIN CARLOS BELARMINO	01.07.008.2407	R\$ 15.000,00	R\$ 5.392,23	R\$ 6.201,06
2 INGELORE KRUEGER DOEGE	01.07.008.2782	R\$ 15.000,00	R\$ 5.392,23	R\$ 6.201,06
TOTAL			R\$ 10.784,46	R\$ 12.402,12

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. "

Município de Timbó, 25 de agosto de 2017.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 72, DE 24 DE AGOSTO 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 72, DE 24 DE AGOSTO 2017

Declara estável no serviço público municipal servidora do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó – TIMBOPREV, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, com fundamento nos arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e pela Lei Complementar nº 293, de 05 de outubro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, a seguinte servidora:

Servidor (a)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Thais Becker	157538-00	Auxiliar de Serviços Administrativos	TIMBOPREV-027, de 04/08/2014	18/08/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA Nº 159/2017

PORTARIA Nº 159/17 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC, no uso de suas atribuições legais, pela presente,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar abertura de processo administrativo, nos termos da Lei Federal n. 13.019/2014 e do Decreto Municipal n. 2.276/2017 para fins de estabelecer parceria entre o município e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS – APAS de Joaçaba, com repasse de recursos públicos nos termos da Lei Municipal nº 1.933/2017, que autoriza o Município de Treze Tílias à associar-se a Entidade, para a consecução de serviços de Educação Especial Inclusiva, conforme Plano de Trabalho a ser anexado, que prevê o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais do Município de treze Tílias/SC.

Art. 2º. O processo administrativo será conduzido pela Comissão de Avaliação, prevista no art. 30 do Decreto Municipal n. 2.276/2017.

Art. 3º. A comissão, com base na legislação acima especificada, emitirá parecer favorável ou não ao estabelecimento da parceria pretendida, observando, especialmente o seguinte:

I. Quais os serviços que a Entidade pode oferecer aos munícipes de Treze Tílias, relacionados às atividades de Educação Especial Inclusiva para surdos;

II. Se existe, no território do município de Treze Tílias outra organização que possa oferecer os mesmos serviços;

III. Se o histórico da organização permite concluir que esteja capacitada a prestar referidos serviços de forma eficiente;

IV. Se a organização atende ao seguinte, nos termos do que dispõe o art. 28 do Decreto Municipal n. 2.276/2017, juntando os respectivos comprovantes no processo:

- a) Lei municipal que a reconheça de Utilidade Pública;
- b) CNPJ devidamente atualizado;
- c) Comprovação de que tenha mais de um ano de existência;
- d) Inexistência de dívida ativa junto à União, Estado e Município;
- e) Inexistência de dívidas junto ao INSS;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- g) Inexistência de débitos trabalhistas.

V. Além da documentação acima, a comissão devera juntar no processo:

- a) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- b) Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- c) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com cópias de comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;
- d) Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
- e) Plano de trabalho proposto pela entidade, apresentado nos termos do anexo VI do Decreto Municipal n. 2.276/2017.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Treze Tílias/SC, 05 de setembro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada e publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 096/17

DECRETO 096/17 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:
05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.02 – Departamento de Estradas Vicinais

05.02.26.782.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.02 – Departamento de Estradas Vicinais

05.02.26.782.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 097/17

DECRETO 097/17 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

RESTITUI VALORES PÚBLICOS

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 4º da Lei 1.349 de 19 de Dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a restituição financeira no valor de R\$ 395,15 (trezentos e noventa e cinco reais e quinze centavos), a LUIZ PAULO SCHENKE, Inscrito no CPF sob nº 008.110.949-01 e RG sob nº 4.234.724, relativo à importância recolhida indevidamente a título da Contribuição para custeio de iluminação pública – COSIP, no período compreendido entre fevereiro de 2015 a agosto de 2017, junto a fatura de energia elétrica da Unidade Consumidora sob nº UC 48840515, conforme documentação apresentada e arquivada junto a Fazenda Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de setembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 1921/2017

Decreto nº 1.921/2017, de 05 de setembro de 2017.

Homologação do Resultado Final referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
5	Roger Cherobin Massing	17/12/1993	4,80	1,40	0,35	6,55	1º
11	Ivete Preis da Silva	05/02/1979	4,80	0,70	1,05	6,55	2º
16	Cleusa Maria Giordani	18/07/1976	5,40	0,35	0,70	6,45	3º
1	Teresinha Haas Bourscheid	02/01/1973	4,80	1,40	0,00	6,20	4º
4	Maritanya Pietro Biasi	12/01/1993	5,40	0,35	0,35	6,10	5º
2	Patrícia Schwab	06/07/1991	4,80	0,70	0,35	5,85	6º
7	Monalise dos Santos	28/06/1998	4,80	0,70	0,35	5,85	7º
15	Julita Ana Stulp Rossa	20/05/1975	4,20	1,05	0,00	5,25	8º
6	Carlise Back Baumgratz	07/10/1983	3,60	1,05	0,35	5,00	9º
8	Maria Teresa Hochscheidt Junges	05/09/1970	4,20	0,70	0,00	4,90	10º
21	Glaci Weis Engroff	20/02/1970	4,80	0,00	0,00	4,80	11º
3	Rosane Solange Kessler	19/12/1980	3,60	1,05	0,00	4,65	12º
22	Pâmela Teloecken Wagner	24/06/1999	3,60	0,70	0,35	4,65	13º
9	Mônica Hochscheidt	28/07/1992	3,60	0,70	0,00	4,30	14º
14	Juliane Klein	19/06/1998	3,60	0,00	0,70	4,30	15º
19	Elaine Inês Schaab	29/03/1970	0,60	0,00	0,35	0,95	Desc.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
17	Marcilei Wagner	09/03/1981	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.
20	Michele Schwertz	19/04/1999	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.
12	Janete Soethe Brixner	22/05/1965	Faltante				Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o item “7”, do Edital de Processo Seletivo nº 001/2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 05 de Setembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados na licitação, Edital de Pregão Presencial nº 110/2017, cujo o objeto "Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas), bem como assistência em bombas de água, rebobinagens ,decoração natalina, instalação de mangueira de gás, mediante execução de manutenção corretiva e preventiva no Município de Tunápolis, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer.

Tunápolis,SC 05/09/2017

Sheila Inês Bieger

Pregoeira

PORTARIA Nº 4610/2017

PORTARIA Nº. 4.610/2017

Em 05 de Setembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 1.164/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Francisco Xavier Nicodem – Auxiliar de Manutenção de Hidráulica; Valmir Rossa - Auxiliar de Manutenção de Hidráulica; Daniel Epping – Auxiliar de Manutenção de Hidráulica; para comporem a Comissão para avaliação dos casos previstos na Lei Municipal nº 1.164/2013, de 23 de Dezembro de 2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 3.793/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 05 de Setembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 214/2017

PORTARIA Nº 214/17, de 04 de Setembro de 2017.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

RESOLVE

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância e designa os Servidores Roberto Carlos Patel, Rosangela Teixeira e Marisete Osório Monteiro, para sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Sindicância, destinada a apurar fatos envolvendo a funcionária Nadir da Silva Zeferino Vicentin.

Art. 2º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de setembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 62/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 62/2017
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 62/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE MATERIAIS (LIXO) RECICLAVEIS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 25 de setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25 de setembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 06 de setembro de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 3539/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.539, De 04 de setembro de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, VANESSA MATTIAS, portadora do CPF n.º 090.106.649-45 e do RG n.º 5.407.170-4 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-11.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 04 de setembro de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3540/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.540, De 05 de setembro de 2017.
Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 12 de outubro de 2017 é feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida;
Considerando que dia 02 de novembro de 2017 é feriado nacional de Finados;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 13 de outubro de 2017 e no dia 03 de novembro de 2017.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 05 de setembro de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2017

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2017

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, que no dia 11 de outubro de 2017, às 09h, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal, estará realizando LEILÃO para alienação de imóveis localizados no Loteamento Esplanada, em Vargeão, SC, visando a construção de habitações de interesse social.

Maiores informações serão prestadas pela Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Vargeão, localizada no Paço Municipal, sita na Rua 7 de setembro, nº 477, Centro, na cidade de Vargeão, SC, ou pelo fone (49)3434-0148.

O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, SC,
em 05 de setembro de 2017.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Processo Licitatório nº 23/2017 | Edital de Pregão Presencial nº 22/2017

Objeto: Substituição de bomba injetora em retroescavadeira JCB. Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "proposta" e nº 02 "documentos" será até às 10h00min do dia 21/09/2017, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e horário. Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem, SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado. Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal.

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI Nº 1117/2017

LEI Nº 1.117/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vagem Bonita, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 936 de 03 de abril de 2013.

Art. 2º - O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218assinado.pdf).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de Setembro de 2017.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/07/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suêlen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 1118/2017

LEI Nº 1.118/2017, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2018 À 2021”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vagem Bonita, Estado de Santa Catarina, faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1st - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I a VII.

Art. 2nd - A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo

Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

Art. 3rd - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, poderão ocorrer, por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Parágrafo único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 4th - Fica o Poder Executivo, mediante autorização do Poder Legislativo, autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 5th - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita /SC, em 05 de Setembro de 2017.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/07/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suêlen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

ATA 257/2017-CMDCA

ATA 257/2017-CMDCA – Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às 08h00, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Explicação do IX Congressul. Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Registre-se a presença dos 05 (cinco) Conselheiros Tutelares de Videira e da Diretora do Departamento de Ação Social, Rosemari Pinto da Silva Neto. Dando início a Presidente do CMDCA informou que na última reunião do Conselho ficou estabelecido para o repasse do conteúdo abordado no IX Congressul, que participaram os Conselheiros Rodolfo Pires Filho, Viviane de Fátima e Silva Spörr e Luana Baraúna e os Conselheiros Tutelares Luiz Carlos Spanholi e Miriane Batista. Em sequência, a Presidente explicou que será contratado o espetáculo teatral Memórias de Nina que acontecerá no dia 29/09/2017 com a realização de 04 (quatro) peças teatrais. Informou ainda, que recebeu o orçamento do palestrante Luciano Betiate no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para 16h/a, sendo custeado pelo contratante as despesas de transporte, hospedagem e alimentação, conforme segue currículo: Luciano Betiate foi Conselheiro Tutelar por dois mandatos na cidade de Ibiporã, norte do Paraná, hoje é escritor, palestrante, conferencista e coordenador de seminários sobre Direitos Humanos e temas relacionados à infância e juventude e ao Conselho Tutelar. Nos últimos anos Luciano Betiate tem se especializado nos seguintes temas: - Violência doméstica. - Violência contra crianças e adolescentes. - Violência contra o idoso e a mulher. - Pedofilia, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. - Crianças, adolescente e o ato infracional. - Atribuições do Conselho Tutelar. - Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente. - Estatuto da Criança e do Adolescente. É o autor da maior bibliografia sobre Conselho Tutelar, somando hoje treze livros com tal temática. Também foi membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretário Municipal de Assistência Social, Diretor de Assistência Social e Coordenador do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social na cidade de Ibiporã – Paraná. Outro orçamento, se trata do palestrante André Viana Custódio no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) para 07h/a, incluso as despesas de alimentação, transporte, hospedagem, conforme segue currículo: André Viana Custódio, Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Sevilla/Espanha (2012), Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Professor Permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Professor de Direito da criança e do Adolescente; Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens (GRUPECA) e Pesquisador do Grupo Políticas Públicas de Inclusão Social (UNISC). Currículo Completo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7166046428154967>. Após discussões, foi deliberado para estarem contratando estes dois profissionais para capacitação para os Conselheiros do CMDCA, Conselheiros Tutelares e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, de acordo serem palestrantes com currículo renomado. Após a Presidente explicou sobre o Papel do Conselho Tutelar abordado na capacitação. Em sequência, passada a palavra a Conselheira Luana Baraúna, a qual explicou sobre a importância do trabalho em rede juntamente com o CMDCA, e que este Conselho não é chefe do Conselho Tutelar, e ainda o Conselho Tutelar deve fiscalizar as entidades que prestam atendimento a criança e adolescente. Após, passada a palavra ao Conselheiro Rodolfo Pires Filho, o qual explicou sobre a importância de considerar a opinião das crianças e adolescentes nas políticas públicas, e que o CMDCA deve expressar a sua opinião, buscar uma atuação mais ativa, e o Conselho não sofrer interferência da Administração Municipal. Após a Conselheira Luana explicou sobre a importância de abordar nas reuniões o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como este estatuto trás não só direitos, mas também deveres a criança e ao adolescente, e também ao Estado e à Sociedade. Em sequência, a Conselheira Tutelar Marilene Vanz dos Santos expôs que atualmente o principal problema do município é a falta de vagas em CEMEIS. O Conselheiro Rodolfo confirmou que deverá ser realizada requisição a Administração Municipal e sendo negado reitera o pedido, não obtendo êxito, deverá o Conselho Tutelar realizar a representação ao Poder Judiciário. O Conselho Tutelar expôs que a Secretaria Municipal de Educação informou que os CEMEIS não possuem mais vagas. Após, passada a palavra a Conselheira Tutelar Miriane Batista, a qual explicou que acontece com frequência no Conselho Tutelar a alienação parental e não é considerada crime, mas possui aplicação de advertência, perda do poder familiar, entre outros. Em sequência, o Conselheiro Tutelar Luiz Carlos Spanholi explicou os critérios para identificação da Alienação Parental. Encerradas as discussões, às 09h55min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Viviane de Fátima e Silva Spörr _____, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 19/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017 – PMV

PROCESSO Nº 163/2017

HOMOLOGAÇÃO: 05/09/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BIGGER CAMINHÕES LTDA, PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO CAMINHÃO CAÇAMBA, MODELO FORD/CARGO 2629 6X4, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

FORNECEDOR: BIGGER CAMINHÕES LTDA.

VIGÊNCIA: 05 de setembro de 2017 até 31 de outubro de 2017.

VALOR: R\$ 1.027,48 (mil e vinte e sete reais e quarenta e oito centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atendendo também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 05 de setembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 103/2017 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED'S PARA ILUMINAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL MEDALHÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 25/09/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 05 de setembro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 153/2017 - PMV

Termo Aditivo nº 153/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 97//2015

Processo: PR nº 44/2015 – PMV

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

Objeto: Reajustar o valor mensal da contribuição previsto na Cláusula 2ª, por meio do IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (julho/2017 a junho/2017), no percentual de 0,1665800%, com efeitos a partir de 07/08/2016.

Valor R\$ 36.840,96 (trinta e seis mil oitocentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

Data: 18/08/2017.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 012/2017 - CMV

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 012/2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA QUE FREQUENTAREM PÓS-GRADUAÇÃO QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º Fica autorizado o Presidente a conceder auxílio financeiro aos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores de Videira-SC que frequentarem Pós-Graduação de Gestão e Direito Público junto a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

§ 1º O auxílio previsto neste artigo será concedido na forma de custeio parcial e corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor de cada parcela mensal.

§ 2º Fica limitado em 3 (três) o número de servidores que poderão ser contemplados com o auxílio previsto no caput deste artigo, desde que atendam os requisitos e procedimentos previstos nos artigos 3º e 5º desta Resolução.

§ 3º Havendo mais interessados do que vagas deverão ser observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I – servidor público efetivo e estável, com maior tempo de serviço junto à Câmara de Vereadores;

II – servidor público efetivo, com maior tempo de serviço junto ao Município de Videira;

III - servidor público efetivo, com maior tempo de serviço público.

§ 4º A responsabilidade pelo pagamento complementar da mensalidade e da taxa de matrícula, bem como de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação do débito, serão de responsabilidade do servidor público efetivo beneficiado.

Art. 2º Somente serão beneficiários do auxílio financeiro previstos nesta Lei, os servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, do quadro permanente da Câmara de Vereadores de Videira.

Art. 3º Não poderá se candidatar ao auxílio financeiro o servidor público efetivo que:

I - estiver em gozo de licença para tratamento de interesses particulares;

II - estiver cedido, com ou sem ônus para a Municipalidade;

III - estiver licenciado para tratamento de saúde.

Art. 4º Perderá o direito ao auxílio financeiro previsto nesta Lei, o servidor público que:

I - abandonar o curso;

II - não comprovar a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da carga horária, por módulo ou disciplina cursada;

III - for reprovado em qualquer disciplina ou módulo;

IV - efetuar trancamento, total ou parcial, do curso, módulo ou disciplina, sem a prévia e devida autorização;

V - mudar de curso sem a prévia e devida autorização;

VI - não apresentar declaração de aprovação das disciplinas ou módulos cursados.

Parágrafo Único - Em caso de perda do direito ao auxílio financeiro, o servidor fica obrigado a restituir o montante de 50% (cinquenta por cento) de todos os valores recebidos da Câmara de Vereadores de Videira, nos termos da Resolução, ficando impedido de beneficiar-se novamente por auxílios desta natureza por um período de 2 (dois) anos após haver completado a restituição.

Art. 5º Para candidatar-se ao auxílio financeiro previsto nesta Resolução, o servidor público deverá apresentar requerimento dirigido ao Presidente.

§ 1º Para fins de instrução do pedido de auxílio financeiro, o servidor público deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) requerimento devidamente fundamentado contendo nome, cargo e matrícula;
 - b) cópia do diploma do curso de graduação;
 - c) declaração de anuência da chefia do requerente;
 - d) comprovação de matrícula ou declaração de aprovação em processo seletivo se for o caso;
 - e) justificativa que comprove o interesse na realização do curso, e os benefícios para o interesse público.
- § 2º Caberá ao Diretor (a) Legislativo (a) analisar os requerimentos formulados, de acordo com critérios objetivos, encaminhando-os ao Presidente para verificação e decisão.

Art. 6º O pagamento do auxílio será efetuado diretamente à instituição de ensino, mediante comprovação de que o servidor esteja regularmente matriculado e frequentando as aulas.

Art. 7º O servidor contemplado com o auxílio financeiro de que trata a presente Resolução deverá permanecer vinculado ao cargo que ocupa na Câmara de Vereadores de Videira por, no mínimo, período idêntico ao curso realizado, sob pena de devolver ao erário, o valor total gasto por este para custear seu aperfeiçoamento profissional.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução financeira da presente Resolução, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 28 de Agosto de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO

Presidente

EDUARDO ALISSON SPORR

Vice - Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS

1º Secretário

ALBERTINA DE BARROS

2ª Secretária

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 209/2017

PORTARIANº 209/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TAIS MENEGHELLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, com a disciplina de Artes, sendo 10 (dez) horas na EM Serra da Abelha, no período matutino e 15 (quinze) horas na EM Salto Dollmann, no período vespertino.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE SETEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP Nº 0078/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0078/2017, menor preço por Lote, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de refrigeradores, fogões industriais, conjunto de mesa e banco de refeitório, armários, balcão sob medidas, projetor, utensílios para cozinha, caminha empilhável, berços para bebê, cadeiras de refeição, travesseiros, colchonetes, tatame, aparelho de DVDs, televisores, aquisição de brinquedos, aquisição de jogos, aquisição de tecidos, linhas, blecaute, elástico, fitas, agulhas, mesas para cozinha, arquivos de aço, estante de aço e outros para as CEMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 26/09/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 05/09/2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

CONTRATO DE TRABALHO Nº 177

CONTRATO DE TRABALHO nº 177

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos do Decreto Lei 5452/43 CLT- Consolidação das Leis do trabalho, e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

EMPREGADO: ANGELICA SIQUEIRA, portador (a) da identidade nº 5.540.530, e CPF nº 090.100.429.44, CTPS: 5881960 Série: 0030- SC, brasileira, solteira, residente a Rua Germano Cavalheiro, 527 B. N. Sra. De Lourdes – SC.

1. Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA, para ocupar Emprego Público, na função de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, mediante o salário de R\$ 1.275,09 (um mil duzentos e setenta e cinco reais e nove centavos) por mês.

O EMPREGADO é contratado de acordo com a Lei Complementar Municipal Nº AM 3029/08, sendo que o regime da contratação será o da CLT (Celetista).

2. O horário de trabalho será de segunda-feira à sexta-feira das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas. O mesmo será anotado em Ficha de Registro de Empregados, e a eventual mudança da jornada, por determinação da EMPREGADORA, não inovará em novo ajuste, permanecendo sempre íntegra a obrigação do EMPREGADO de cumprir o horário que lhe for determinado, observando-se o limite legal.

Paragrafo Único: O EMPREGADO compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades da EMPREGADORA assim o exigirem.

3. Obriga-se também o EMPREGADO a prestar serviço em horário extraordinário, sempre que lhe for determinado pela EMPREGADORA, na forma prevista em lei. Na hipótese desta faculdade pela EMPREGADORA, o EMPREGADO receberá as horas extraordinárias com o acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação, com a conseqüente redução da jornada de trabalho em outro dia.

4. Fica ajustado nos termos que dispõe o parágrafo primeiro do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que o EMPREGADO acatará ordem emanada da EMPREGADORA para prestação de serviço.

5. Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em contrato.

Este contrato tem início a partir de 05/09/2017 e será por prazo indeterminado.

6. O empregado é admitido no EMPREGO PÚBLICO, conforme Concurso Público Edital nº 01/2015, realizado em 15/03/2015 e Homologado conforme Decreto AJG 078/2015 em 08/04/2015.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda em poder do EMPREGADO.

Xanxerê – SC, 05 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
AVELINO MENEGOLLA

ANGELICA SIQUEIRA
CPF: 090.100.429.44

Testemunhas:

Marisangela Paula B. Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amália Gallon Tonial
CPF: 705.381.409.25

CONTRATO POR PERÍODO DETERMINADO Nº 509

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 509

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: BERNADETE SALES MENDES, portador (a) da identidade nº 2.135.155, e CPF nº 625.003.769.15, brasileira, casada, professora, residente a Rua Maranhão, 198 Centro - XANXERE – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 011/2017, inscrições realizadas no período de 25/07/2017 a 04/08/2017, homologado pelo Decreto nº AM 235/2017.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR NÍVEL 1 , com salário mensal de R\$ 1.471,85 (um mil quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição á professora ROSELI CHITTÓ, exonerada em 25/08/2017, iniciando em 01 de setembro de 2017, até 20 de dezembro de 2017, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 01 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
AVELINO MENEGOLLA

Empregado: BERNADETE SALES MENDES
CPF: 625.003.769.15

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin
CPF: 460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

PORTARIA Nº RH-AM 409/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 409/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW

1.776/91 Art. 78.
RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.09.2017 a 30.09.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

ALESSANDRA ARCARI MOZETIC, CLAUDIA BRUNA DAZZI, DULCY CECILIA JUNGES BRANCHER, ELIAS JOSE PERIN CONTI, FERNANDO DAL ZOT, FRANCIELE RIBEIRO DOS SANTOS, ILDOMAR DA SILVA, LUCIVANIA ROSA DALEASTE, LUTECYA PAULA GIROLETTI, MARIVONE FATIMA MORESCO, MIRTES LUIZA PETZHOLD, PATRICIA TESSARO, RAQUEL MACHADO SCHVARTZ, ROSANE BERGAMASCHI, SANDRA MARA CARAFINI, SELVINO CAVEGLION, SILVIA REGINA BARALDI BANDEIRA, SONIA MARA QUADRA, TENILLE TOAZZA COMACHIO, ZELIA GONCALVES PADILHA.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar as férias a partir de 01.09.2017 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 31 de Agosto de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 416/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 416/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 11.09.2017 a 25.09.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. EMILIA GRABOVSKI RUBAS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.181.301-1 e CPF n.º 868.671.139-15, nomeada conforme Decreto n.º AM 072/07, no cargo de COZINHEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003811/2017 datado de 05.09.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
08.06.2009 a 07.06.2012 – 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 11.09.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 05 de Setembro de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 417/2017

PORTARIA Nº RH-AM 417/2017

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELICA MATTANA SCHEIBEL, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.450.548-2 e inscrita no CPF sob o nº 023.861.229-56, nomeada conforme Decreto nº BLB 036/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 02.09.2017 até 01.03.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 02.09.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 05 de Setembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DOS EXTRATOS DE CONTRATOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2017

RETIFICAÇÃO DOS EXTRATOS DOS CONTRATOS DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2017

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, retifica as publicações realizadas no dia 09/08/2017, no Diário Oficial dos Município (DOM), Edição nº 2315, páginas nº 720 e 721, passando a ser:

Extrato de Contrato nº 0050/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ACLARA COMERCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos Projetor Multimídia destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 4.550,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0051/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ALIRIO FERREIRA BARBOSA - ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos Impressora destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 1.039,99

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0052/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: AUTO XANXERE LTDA

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 206.000,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0053/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: DUCA MÓVEIS LTDA EPP

Objeto: Aquisição equipamentos e mobiliários destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 3.933,11

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato nº 0054/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR

Objeto: Aquisição de Equipamentos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos

da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 3.200,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato nº 0055/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: F.B. BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI - ME

Objeto: Aquisição Equipamentos Notebook destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 2.919,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato nº 0056/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: FÊNIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 924,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato nº 0057/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME

Objeto: Aquisição de equipamentos (Mesa) destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 1.517,94

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0058/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 3.050,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0059/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: OPTIDATA LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos (informática) destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 6.320,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0060/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: PRO CIRURGICA CHAPECÓ EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Objeto: Aquisição equipamentos termômetros destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 592,20

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0061/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA EIRELI - EPP

Objeto: Aquisição de Equipamentos (computador) destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 28.700,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 28 de Julho de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA 052/2017 PMXV

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017 PMXV.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Xavantina - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB.

Ao quinto dia do mês de setembro de dois e dezessete, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 029/2017, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membros a Senhorita Taciane Caon e suplente o Senhor Joselino Luiz Naissinger, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a seguinte empresa: MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA, representada pelo Senhor SÉRGIO ADELIR ECKERT. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representante presente, o Envelope 01 – Documentação de habilitação e o Envelope 02 – Proposta de Preço da licitante, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura dos Envelopes 01 – Documentação de habilitação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante presente. A empresa MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA atendeu adequadamente aos requisitos de habilitação, exigidos no item nº 6 (e respectivos subitens) do ato convocatório e, por conseguinte, foi julgada habilitada. A empresa MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA representada pelo Senhor SÉRGIO ADELIR ECKERT, renunciou por escrito ao prazo de recurso pertinente a fase de habilitação. Em ato contínuo, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta de Preço das licitantes habilitadas, o qual foi conferido com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que a licitante atendeu às exigências formais relativas à proposta, constantes do item nº 8 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. A licitante MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o percentual de 10 % de cobrança/arrematante. Quanto ao percentual cotado pela licitante vencedora, verificou-se que os valores ficaram dentro dos valores máximos unitários estipulados no subitem 8.2.1 do Edital. A empresa MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA representada pelo Senhor SÉRGIO ADELIR ECKERT, renunciou por escrito ao prazo de recurso pertinente a fase de Proposta de Preço. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e representante presente, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	JOSELINO LUIZ NAISSINGER Suplente
TACIANE CAON Membro	
SÉRGIO ADELIR ECKERT MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA	

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N°006/2017**

RESOLUÇÃO n°06/2017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO LOCAL DA SESSÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE XAVANTINA-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE XAVANTINA-SC, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno nos artigos 1º, Parágrafo Único, e 18, inciso I; e considerando a reunião realizada no dia 14/08/2017, onde os vereadores, à unanimidade, posicionaram-se favoravelmente ao convite enviado pela Escola Estadual Básica Luiz Sanches Bezerra da Trindade, para a realização de sessão legislativa no espaço escolar, como forma de demonstrar publicamente os trabalhos legislativos junto aos estudantes da municipalidade;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam convocados os vereadores para a sessão legislativa em data de 05/09/2017, a se realizar no prédio da Escola Estadual Básica Luiz Sanches Bezerra da Trindade, as 15:00 horas.

Artigo 2º - Ficam incumbidas a secretaria e a coordenadoria da Câmara de Vereadores de Xavantina-SC a comunicar os senhores vereadores desta resolução.

Artigo 2º - A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação no mural da Câmara dos Vereadores de Xavantina-SC.

Xavantina-SC, 30 de agosto de 2017

HELIO DOMINGOS SORDI

Presidente da Mesa Diretora

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 082/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 082/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 044/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preço para Aquisição de Camiseta Colegial para Uniformes para distribuição aos alunos da rede municipal de Educação de Xaxim – SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 20 de Setembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 20 de Setembro de 2017
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 05 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 059/2017

EDITAL: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 032/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS para distribuição gratuita para os pacientes usuários da rede de saúde básica do Município de Xaxim, conforme prescrição Médica. Recebimento das Propostas: até às 09h00min do dia 21 de Setembro de 2017

Abertura das Propostas: 09h15min do dia 21 de Setembro de 2017
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br e na página eletrônica do Banco do Brasil: www.licitacoes-e.com.br.

Xaxim (SC), 06 de Setembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 340/2017 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 340/2017

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 150/2014 de 15 de dezembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros titulares e suplentes para comporem o Conselho Municipal de Saneamento Básico do município sendo:

a) ESFERA GOVERNAMENTAL

I - Secretaria Municipal de Saúde:

Membro Efetivo: Adriana Regina Pegoraro

Membro Suplente: Soleni Vanzella

II - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Membro Efetivo: Etiane Lange Badoan

Membro Suplente: Volnei Dervanoski

III - Secretaria Municipal da Fazenda

Membro Efetivo: Ivanete Cavaleiro

Membro Suplente: Edimar Baggio

IV - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Membro Efetivo: Juliano Cacciatori

Membro Suplente: Alexandre Picoloto

b) ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL

I – Representante Local da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:

Membro Efetivo: Claudiomiro Antonio Moreira

Membro Suplente: Marcos Fernando Zanella

II - Associação Comercial e Industrial de Xaxim- ACIAX

Membro Efetivo: João Francisco Thomaz dos Santos

Membro Suplente: Mare Mirtes Lunardi

III - Câmara de Dirigentes Lojistas de Xaxim- CDL

Membro Efetivo: Mauricio Aldérico da Silva

Membro Suplente: Edson Provensi.

IV - Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN

Membro Efetivo: Volnei Rissi

Membro Suplente: Moacir Antonio Bisol

Art. 2º A composição do Conselho Municipal de Saneamento Básico é formada paritariamente por representantes da Sociedade Civil de Xaxim e de Secretarias Municipais e outros órgãos públicos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º O Conselho Municipal de Saneamento Básico será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) membros suplentes sendo 04 (quatro) membros representantes dos órgãos governamentais e seus respectivos suplentes e 04 (quatro) membros representantes da área não governamental municipal e seus respectivos suplentes e terá caráter deliberativos das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

Art. 4º O Conselho Municipal de Saneamento Básico definirá seu regimento interno num prazo de 90 (noventa) dias contados do seu efetivo funcionamento que, posteriormente será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 5º O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico será exercido gratuitamente e considerado como de relevante serviço público, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de setembro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 341/2017 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 341/2017

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 4273/2017 de 19 de junho de 2017:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros titulares e suplentes para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA sendo:

I - GOVERNAMENTAL:

a) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Membro Efetivo: Etiane Lange Badoan

Membro suplente: Luiz Fernando Corona

b) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Membro Efetivo: Edimar Luiz Brazzo

Membro Suplente: Keley Cristina Malise Brisola

c) Representante do Departamento de Trânsito

Membro Efetivo: Ivo Silveira

Membro Suplente: Daniela Coletti

d) Representante da Secretaria Municipal de Educação

Membro Efetivo: Roseli Rossi saquet

Membro Suplente: Camila Giroto

e) Representante da Secretaria de Infraestrutura

Membro Efetivo: Rosemir Duz

Membro Suplente: Claudemir da Silva

f) Representante do Departamento de Vigilância Sanitária

Membro Efetivo: Salete da Fonseca Covatti

Membro Suplente: Aline Camilotti

g) Representante do Departamento de Defesa Civil

Membro Efetivo: Nadir Chiodi

Membro Suplente: Eliane Regina Evangelista De Marco

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

a) Representante da Associação Comercial e Industrial de Xaxim – ACIAX

Membro Efetivo: Emerson Borin

Membro Suplente: Amarildo Trentin

b) Representante Câmara de Diretores Lojistas (CDL)

Membro Efetivo: Ricardo Kaminski

Membro Suplente: Ademir Lussani

c) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Xaxim;

Membro Efetivo: Valmar Rebelatto

Membro Suplente: Marlei Angela Ribeiro dos Santo Linhares

d) Representante do Conselho Regional de Engenharia

Membro Efetivo: Eduardo Simonato

Membro Suplente: Edilson Luiz Palavro

e) Representante do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo

Membro Efetivo: Luiz Fernando Libano

Membro Suplente: Diego Balan

f) Representante da Companhia de Água e Saneamento – CASAN

Membro Efetivo: Volnei Rissi

Membro Suplente: Claudio Nelo Fernandes

g) Representante do Rotary Club de Xaxim

Membro Efetivo: Gilmar Barro

Membro Suplente: Edenilson Angonese

Art. 2º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá sua Diretoria composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice Presidente, 01 (um) 1º Secretário e 01 (um) 2º Secretário eleita no dia da posse e nomeada por Ato do Prefeito Municipal.

Art. 3º As funções de membro do Conselho serão exercidas pelo prazo de até 2(dois) anos, permitida a recondução por 2 (duas) vezes, por igual período.

Art. 4º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA será exercido gratuitamente e considerado como de relevante serviço público, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 5º No prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua posse e regulamentação, o Conselho elaborará o seu Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de setembro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

EXTRATO DE ERRATA DE 5º TERMO ADITIVO N. 0016/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XAXIM
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, esta promovendo alterações no 5º Termo Aditivo do Contrato de n. 0016/2015, Processo de Licitação nº 0105/2015 publicado no dia 28/08/2017. Sendo assim, o 5º Termo Aditivo do Contrato de n. 0016/2015 deve ser lido como 5º Termo Aditivo do Contrato de n.º 0116/2017, bem como o objeto, trata-se da contratação de empresa especializada na área de engenharia, para construção de espaços de convívio - no estádio o Guarany - construção de arquibancada, rampa de acesso e corrimão, conforme convenio sob nº 1009162-75/2013. Aditivo: 5º Termo Aditivo de Prazo, com fundamentação legal art. 57, IV da lei 8.666/93 e Prejulgado nº. 1758, do Tribunal de Contas. Período: 01/09/2017 á 01/01/2018. Licitação: Processo Licitatório nº. 088/2015. Xaxim/SC, 05 Setembro de 2017. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 337/2017**DECRETO Nº 000337/17 de 1 de Setembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 412.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - Fundo Municipal da Saúde

16.01 - Fundo Municipal da Saúde

16.01.10.301.1001.2.041-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	412.000,00
--	------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - Fundo Municipal da Saúde

16.01 - Fundo Municipal da Saúde

16.01.10.301.1001.2.041-3.1.71.00.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos	5.000,00
---	----------

16.01.10.301.1001.2.041-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	350.700,00
--	------------

16.01.10.301.1001.2.041-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	50.000,00
--	-----------

16.01.10.301.1001.2.041-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	5.800,00
--	----------

16.01.10.301.1001.2.041-4.4.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	500,00
--	--------

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Setembro de 2017

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2017 - PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 076/2017 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO – DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 08/09/2017, em virtude do feriado da Independência do Brasil do dia 07/09/2017.

§ Primeiro – A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter Plantão com um motorista para ambulância.

§ Segundo – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá seguir calendário letivo de 2017, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 05 de setembro de 2017.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Consórcios

CIGA

RESOLUÇÃO CIGA N.º 120, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Resolução nº 120, de 05 de setembro de 2017.

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA do Exercício de 2017.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, considerando o disposto nos arts. 5 e, 6º da Resolução nº 105/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 413.227,10 (quatrocentos e treze mil, duzentos e vinte e sete reais e dez centavos), por conta do Superávit do Exercício Anterior, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Ação	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.1.90	0.6.00	R\$ 47.084,53
01.02	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.6.00	R\$ 46.878,00
01.02	19.126.0002	2.002	4.4.90	0.6.00	R\$ 8.028,35
01.01	04.122.0001	2.001	3.1.90	0.3.00	R\$ 52.915,47
01.02	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.3.00	R\$ 108.320,75
01.02	19.126.0002	2.002	3.1.90	0.3.00	R\$ 150.000,00
TOTAL					R\$ 413.227,10

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de setembro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2017 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0026/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02 de outubro de 2017 à 31 de março de 2018. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 06/09/2017 até às 09:00 horas do dia 20/09/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 20/09/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 20/09/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 05 de setembro de 2017.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP

RESOLUÇÃO 31/2017

Resolução nº 31/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Sr. Luciano Paganini, Prefeito Municipal de Iomerê, usando das atribuições legais, contratuais e estatutárias;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Feriados e Ponto Facultativo no CISAMARP nas datas abaixo:

07 de setembro de 2017 - Quinta-feira, Feriado do dia da Independência do Brasil.

08 de setembro de 2017 – Sexta-feira Ponto Facultativo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 05 de setembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CISAMARP

CIS/AMOSC

EXTRATO DE TERMOS

TERMO ADITIVO Nº24/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 396.200,00

VIGENCIA: 05/09/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº25/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 203.200,00

VIGENCIA: 05/09/2017 a 31/12/2017

CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO AGOSTO / 2017 - CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO VANESSA DOS SANTOS ALVES - ME. CIS/AMURES – 29/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: VANESSA DOS SANTOS ALVES - ME CNPJ: 28.359.804/0001-09, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 25 de Agosto de 2017.

Fernanda de Souza Cordova

Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO AGOSTO / 2017 - CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO CLINICA INTEGRADA DE REABILITAÇÃO LTDA. CIS/AMURES – 27/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: CLÍNICA INTEGRADA DE REABILITAÇÃO LTDA CNPJ: 00.824.740/0001-42, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 16 de Agosto de 2017.

Fernanda de Souza Cordova

Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO AGOSTO / 2017 - CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO CTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP. CIS/AMURES – 30/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: CTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP CNPJ: 21.991.234/0001-18, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 31 de Agosto de 2017.

Fernanda de Souza Cordova

Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO AGOSTO / 2017 - CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO FEMINI MEDICINA DA MULHER LTDA-ME. CIS/AMURES – 26/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: FEMINI MEDICINA DA MULHER LTDA-ME CNPJ: 22.410.978/0001-64, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 31 de Julho de 2017.

Fernanda de Souza Cordova

Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO AGOSTO / 2017 - CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO CORDOVA SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI. CIS/AMURES – 28/2017

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: CORDOVA SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI CNPJ: 23.613.582/0001-87, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades. Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

Lages, 22 de Agosto de 2017.

Fernanda de Souza Cordova

Presidente CIS/AMURES

CONSAD**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2017**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Zandoná, Prefeito do Município de Barracão - PR, torna público que aprovou a seguinte:

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 08/09/2017 devido ao Feriado Nacional do dia 07/09/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste, 05 de Setembro de 2017.

Marco Aurélio Zandoná

Presidente do Consórcio